

Introdução da cultura do chá na Ilha de S. Miguel no século XIX (subsídios históricos)

Tese de Doutoramento

Mário Fernando Oliveira Moura

Doutoramento em
História Insular e Atlântica
(Séculos XV – XX)

Ponta Delgada
2018



Introdução da cultura do chá na Ilha de S. Miguel no século XIX (subsídios históricos)

Tese de Doutoramento

Mário Fernando Oliveira Moura

Orientadora

Professora Doutora Susana Goulart Costa

Tese de doutoramento submetida para obtenção do grau
de Doutor em História Insular e Atlântica (Séculos XV-XX)





**FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, FILOSOFIA E ARTES**

***Introdução da cultura do chá
na Ilha de S. Miguel no século XIX
(subsídios históricos)***

“Gosto de ter um romance [trabalho em geral] em andamento porque é um lugar onde posso ir todos os dias pela manhã. E, desta forma, a minha vida faz sentido!”

Jonathan Franzen Expresso, Revista, 27-1-2017

Nota Prévia e agradecimentos

Fui posto na rota do chá pelo Professor Carlos Riley, com quem fui tecendo uma longa relação durante a pesquisa e redação deste trabalho, porém, devo à Professora Susana Goulart Costa a condução segura e empenhada que me trouxe até aqui. A ambos estou grato. Acredito na ligação entre os Bibliotecário e os Arquivistas e os Investigadores, destaco, a Dr.^a Maria de Lurdes França, o Dr. Álvaro Ribeiro e o Dr. Pedro de Medeiros. Usufruí da profunda amizade e preciosa ajuda na leitura e mesmo de alguma pesquisa do Dr. Albertino Monteiro, do Dr. Filipe Rato e do Dr. Fernando Sarmento. Agradeço ao Sr. Albano Vinhais o trabalho que teve em Lisboa com a pesquisa de estatísticas. Ao José Carlos Faria, Carlos Sousa e Dr. Francisco Veloso, muito obrigado. Agradeço à Câmara Municipal da Ribeira Grande o apoio, na pessoa do seu Presidente, Dr. Alexandre Branco Gaudêncio.

Dedicatória

Dedico este trabalho ao meu quinto avô, António Taveira, homem livre casado com Antónia. O neto António Taveira, meu trisavô, roçou as silvas dos terrenos do Pico Arde de José do Canto.

Dedico-o com a mesma intensidade e gratidão à Graça, ao Daniel, à Filipa e ao Júlio.

E à minha Ribeira Grande.

Abstract/Resumo

ABSTRACT

The title of this essay is **“The tea culture introduction in St. Michael’s Island (Azores) in the XIX th century** (a contribution to its study)”. We left out the remaining eight Azorean islands because tea culture, except for the case of Fayal’s Island, by the end of the nineteenth century, it is a matter of St. Michael’s Island. The History of this non-alcoholic beverage, the second most consumed in the world, being the water the first, follow a path that begins in the global world (China) and ends in the particular (Europe and the entire world).

This essay is structured around two main axis around which, in turn, runs other subjects: one institutional, focused in Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense’s role (SPAM), the other, biographical, focused in José do Canto. They allow us to perceive the widespread and global context of tea. We follow tea from its presumed birth, located in a vast Himalayan mountain area, shared today by different countries, such as China, Vietnam and India, to its consumption, cultivation and manufacture.

Although this essay goes back to tea’s early beginnings in Asia, it focuses mainly between 1860’s, when the brothers José do Canto (1820-1898) and Ernesto do Canto (1831-1900) and their cousin José Jácome Correia (1816-1886), began experimenting tea cultivating, and the year of 1898, when the first died.

Key words: Tea; Factory; José do Canto; Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense (SPAM); Azores.

RESUMO:

O título desta tese é **“A introdução da cultura do chá na Ilha de S. Miguel no século XIX** (subsídios históricos)”. Deixamos de fora as restantes oito Ilhas dos Açores porque, excetuando-se o caso da do Faial, nos finais do século XIX, a cultura e a produção do chá é um fenómeno da ilha de São Miguel. A História que propomos desta bebida estimulante não alcoólica, a segunda mais consumida no planeta, sendo a água a primeira, segue um percurso que começa no global e culmina no particular.

Este trabalho articula-se em torno de dois eixos, à volta dos quais agem e interagem os demais temas: um institucional, centrado na acção da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense (SPAM), outro biográfico, centrado na figura de José do Canto. Permite-nos vislumbrar o contexto global do chá. Seguimo-lo do seu presumível berço original, situado numa vasta região montanhosa dos Himalaias, hoje partilhada por diferentes países, tais como a China, o Vietname e a Índia, até ao seu cultivo, uso e consumo.

Muito embora recue aos primórdios asiáticos do chá, este trabalho situa-se, essencialmente, entre a década de sessenta do século XIX, tempo inicial das iniciativas dos irmãos José do

Canto (1820-1898) e Ernesto do Canto (1831-1900) e do primo José Jácome Correia (1816-1886), e o ano de 1898, ano da morte do primeiro.

Palavras-chave: Chá; Fábrica; José do Canto; Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense (SPAM); Açores.

Abreviaturas e Normas

Segui, de uma maneira geral, as indicações constantes no Guião geral para elaboração de dissertações de mestrados e teses de doutoramento, Ponta Delgada, 2013.

AMRG – Arquivo Municipal da Ribeira Grande

BPARPD – Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada

BPARPD/ACD/ALFPDL – Alfândega de Ponta Delgada

BPARPD, PSS/ERHR – Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro

BPARPD/ACD/JGPD – Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada

BPARPD/ ACR/FMS - Armando Cortes Rodrigues/Francisco Maria Supico.

BPARPD/EC – Ernesto do Canto

BPARPD/ TCPDL – Tribunal da Comarca de Ponta Delgada

BPARPD/ASS/SPAM/ - Associações/Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense

UACSD - Universidade dos Açores Serviços de Documentação

UACSD/FAM-ABS-JC – Família – Arquivo Brum da Silveira – José do Canto

UACSD/FAM-AJB - Família – Arquivo José Bensaúde

UACSD/FAM-ARA - Família – Arquivo Raposo do Amaral

UASD/ JS – Arquivo João de Simas

ÍNDICES

ÍNDICE GERAL

Introdução.....	15
Capítulo 1 - A viagem de uma planta.....	39
1. - História Natural do Chá.....	40
1.2. - Consumo, conhecimento e comércio do chá	48
1.3. - A Aclimação do chá fora da China	61
 Capítulo 2 - São Miguel, a Ilha do chá.....	111
2.1.- A Agricultura micalense no século XIX	112
2.2. - A Sociedade Promotora da Agricultura Micalense	121
2.3. - A constante diversificação agrícola e a saída de mais uma crise	162
 Capítulo 3 - O chá: as primeiras experiências.....	169
3.1. – No Continente português	170
3.2. – No Império colonial português	191
3.3 – Nas Ilhas Atlânticas	195
 Capítulo 4 - O Chá e a Sociedade Promotora da Agricultura Micalense	250
4.1. - Da decisão à contratação de quem soubesse ensinar (1873-1878)	251
4.2. - Preparativos na Ilha	273
4.3. - Distribuição dos campos experimentais: a constante experiência	297
4.4 – Criação de condições e passagem da iniciativa a quem quisesse	339
 Capítulo 5 - O Chá e José do Canto	358
5.1. – A caminho da Industrialização do Chá: Primeiras tentativas (1885)	359
5.2. – Arranque decisivo (1891)	383
5.3. - A Nova Fábrica/Oficina da Caldeira Velha	403
5.4. - Mecanização parcial da produção.....	421
5.5 – Comercialização do chá.....	436
Considerações Finais	460
Fontes e Bibliografia	476
Anexos	2.º Volume

ILUSTRAÇÕES

[F. 1 - Lavradores micaelenses na perspectiva dos irmãos ingleses Bullar].....	18
[F. 2 - José Jácome Correia (1816 - 1886): 1.º Presidente da SPAM].....	23
[F. 3 - José do Canto (1820-1898)].....	23
[F. 4 - Chá: Variedade Chinesa]	40
[F. 5 - Chá: variedade Assâmica].....	40
[F. 6 - Imagem Ideograma Chá].....	41
[F. 7 - Mapa da Área provável do habitat natural do chá].....	43
[F. 8 - Mapa: China, Coreia e Japão].....	50
[F. 9 - Rotas comerciais].....	51
[F. 10- Família Inglesa - <i>Richard Collins</i> “ <i>The Tea Party</i> ” (c.1727)]	55
[F. 11 - In 1867, Charlton and Co., the first merchants to advertise “Earl Grey”s Mixture” in 1884, had published a number of advertisements for a tea called simply “the Celebrated Grey Mixture”].....	56
[F. 12 - Frei Gaspar da Cruz (1520-1570)].....	58
[F. 13 - D. Rodrigo de Sousa Coutinho].....	68
[F. 14 - Pintura de Rugendas (1822-1825)].....	85
[F. 15 - Robert Fortune (1812-1880)].....	96
[F. 16 - Localização da ilha de São Miguel].....	112
[F. 17 - Mapa dos Açores, 1899].....	113
[F. 18 - Ilha de São Miguel, 1897].....	114
[F. 19 - Vista panorâmica de Ponta Delgada em 1869]	115
[F. 20 - Vista da Praça do Município. Ribeira Grande em 1869].....	117
[F. 21 - Vista de quintas de laranja, São Miguel, 1873].....	118
[F. 22 - Exemplar de 1847 de Estatutos da SPAM].....	129
[F. 23 - Publicações da SPAM].....	137
[F. 24 - O Cultivador].....	150
[F. 25 - O Agricultor Açoriano].....	154
[F. 26 - Conde de Hoffmannsegg (1766-1849)].....	171
[F. 27 - Johann Heinrich Friedrich Link (1767-1851)].....	171
[F. 28 - 1.º Visconde de Vilarinho de S. Romão (1785 - 1863)].....	173
[F. 29 - Edmond Goeze (1838 - 1929)].....	188
[F. 30 - Henry Veitch (1782-1857)].....	195
[F. 31 - D. Lourenço José Boaventura de Almada Cirne Peixoto, 1.º Conde de Almada (1758-1814)].....	197
[F. 32 - José Inácio Machado Faria e Maia (1793- 1881)].....	204
[F. 33 - Francisco Maria Supico (1830 - 1911)].....	212

[F. 34- Planta da propriedade de José do Canto na lagoa das Furnas, desenhada em Paris por George Aumont, c. 1867].....	216
[F. 35 - Eugénio do Canto (1836-1900)].....	221
[F. 36 - Plano de pormenor do Jardim fronteiro à estufa, projecto de Davida Mocata de 1850 para o Jardim de Santana, de José do Canto].....	223
[F. 37 - Estufa construída por Peter Wallace em 1850 para José do Canto. A Norte do Jardim. Calço da Má Cara].....	235
[F. 38 – Nathaniel Ward (1791-1868)]	243
[F. 39 – Wardian Case].....	243
[F. 40 – <i>Planta de Perfil Longitudinal relativa a propriedade no local da Caldeira Velha</i> , levantada por Manuel Pereira de Lima e datada de 18 de Março de 1908].....	245
[F. 41 – Ferdinand André Fouqué (1828-1904)].....	251
[F. 42 – Guilherme Read Cabral (1821-1897)]	252
[F. 43 – Ernesto do Canto (1831-1900)].....	253
[F. 44 – Jácome de Ornelas Bruges, 2.º Conde da Praia da Vitória (1833-1889)].....	255
[F. 45 – Januário Correia de Almeida (Visconde de São Januário (1829-1901)].....	257
[F. 46 – Carlos Eugénio Correia da Silva (1834-1905)]	266
[F. 47 – Fotografia: Contrato bilingue entre a SPAM e Lau-a-Pan, 1877].....	267
[F. 48 – Fotografia Esquerda: Macau, China (1870)]	270
[F. 49 – Poylong].....	285
[F. 50 - Navio Luso I (1875-1883)].....	292
[F. 51 - Lau-a-Teng e Lau-a-Pan (1878)].....	293
[F. 52 – Mapa: locais de terrenos experimentais].....	297
[F. 53 – Fotografia: Plantação de chá, Canton, Kuantung Province - China (1867) by John Thompson].....	298
[F. 54 - Caetano de Andrade Albuquerque (1844-1900)].....	303
[F. 55 - António Joaquim Freire Garcia (1835-1919)].....	369
[F. 56 - Diário de Anúncios, Ponta Delgada, 17 de Março de 1886, p.3.].....	371
[F. 57 - Maria Guilhermina Brum da Silveira do Canto (1826-1887)].....	373
[F. 58 - Diário de Anúncios, Ponta Delgada, 4 de Fevereiro de 1887, p.3.].....	376
[F. 59 - Luís Estrela Corte Real (1843-1910)].....	376
[F. 60 - João Borges Cordeiro (c. 1845-?)].....	385
[F. 61- Planta da Península de Macau, 15 de Março de 1889].....	392
[F. 62 - Steamship (Navio) Glenartenay].....	397
[F. 63 - Navio Açor, 1891].....	398
[F. 64 - Na realidade: <i>Lan sam</i> e <i>Chon sem</i>].....	399
[F. 65 - Doca de Ponta Delgada c. 1894].....	400

[F. 66 - Planta e legenda da Fábrica/Oficina da Caldeira Velha (1891?)]	404
[F. 67 - Local da Fábrica/Oficina da Caldeira Velha]	405
[F. 68 - Aspecto da Fábrica/Oficina da Caldeira Velha (finais do século XIX?)]	414
[F. 69 - Aspecto da Fábrica/Oficina da Caldeira Velha (finais do século XIX?)]	415
[F. 70 - Gravura do Catálogo da Marshal, Sons & Cia, com uma locomóvel de 1892]	429
[F. 71 - Mapa da localização das fábricas/oficinas]	441
[F. 72 - José Bensaúde, 1889, autor desconhecido (1835-1922)]	445
[F. 73 - Aníbal Ferreira Cabido (1856-1913)]	448

ANEXOS

TÁBUA CRONOLÓGICA

Tábua Cronológica

6 A

QUADROS

Quadro - I - Sócios da SPAM que iriam apostar no chá (1878-1905)	127
Quadro - II - Dados biográficos de sócios da SPAM	13 - A
Quadro - III - Direcções da SPAM no período do chá (1873-1882)	25 - A
Quadro - IV - SPAM - evolução do número de sócios - 1879-1905	135
Quadro - V - Cronograma de <i>O Agricultor Michaelense</i>	26 - A
Quadro - VI - 1.º Período Pré-António Feliciano de Castilho (Outubro de 1843 a Setembro de 1844)	30 - A
Quadro - VII - 2.º Período António Feliciano de Castilho (de Janeiro de 1848 a Dezembro de 1848)	34 - A
Quadro - VIII - 3.º Período Pós António Feliciano de Castilho (de Janeiro de 1850 a Junho de 1850)	41 - A
Quadro - IX - 3.º Período Pós-António Feliciano de Castilho (de Outubro de 1851 a Setembro Março de 1852)	43 - A
Quadro - X - <i>O Cultivador</i>	153
Quadro - XI - <i>O Agricultor Açoriano</i>	157
Quadro - XII - Importação chá - Alfândega de Ponta Delgada - 1865 (Setembro - Dezembro)	224
Quadro - XIII - Registo de Apanha de chá 1879 (gramas) no Pico Arde, Porto Formoso e Pico da Pedra	336
Quadro - XIV - Registo de Apanha de chá 1879 (gramas) no Pico Arde	337
Quadro - XV - Cultura do chá Pico Arde (1880)	359
Quadro - XVI - Chá Produzido na Caldeira Velha (1880 - 1882)	360
Quadro - XVII - Comparativo Açores Exportações	458

Quadro - XVIII –Exportações dos Açores para o Continente e importações de Portugal.	469
Quadro – XVIII – A Tabela Exportações (1891-1897).....	45 - A
Quadro – XVIII – B Guias de remessa/transporte (embarque) (1897-1919).....	49 A
Quadro – XIX - Importação de chá em Portugal continental.....	470

ANEXO DOCUMENTAL E TEXTOS

Documento N.º 1 - Carta do Conde de Almada, Capitão - Geral dos Açores, em Angra, datada de 11 de Junho de 1801, ao Rei.....	48 - A
Documento N.º 2 - Chá e laranja: alvitre de António Feliciano de Castilho, Janeiro de 1848.....	59 - A
Documento N.º 3 – Carta do jardineiro George Brown em 1854 dando conhecimento a José do Canto de que havia chá as Furna de 22 de Janeiro de 1854.....	59 - A
Documento N.º 4 – Carta do jardineiro Alexander Reith em 1868 a José do Canto dando-lhe conta de que José Rebelo lhe confirmara que o chá se desenvolvera bem no Porto Formoso.....	59 - A
Documento N.º 5 - Proposta de Ernesto do Canto apresentada a 30 de Novembro de 1873.....	60 - A
Documento N.º 6 Contrato bilingue celebrado em Macau a 13 de Novembro de 1877 entre o Excelentíssimo Conselheiro Carlos Eugénio Correia da Silva, como representante devidamente autorizado do Excelentíssimo Conde da Praia da Vitória, na qualidade de Presidente da Sociedade Promotora da Agricultura e o China Lau-a-Teng.....	62 - A
Documento N.º 7 – Reflexão e notícia sobre a Cultura e preparação do chá saída em a <i>A Persuasão</i> , Ponta Delgada, 13 de Março de 1878 e republicado em <i>A Estrela Oriental</i> , Ribeira Grande, a 21 de Março de 1878.....	64 - A
Documento n.º 8 – Tea in the Azores, notícia publicada no jornal <i>The New York Times</i> , em 27 de Julho de 1879, acerca do chá em São Miguel.....	65 - A
Documento N.º 9 – Proposta de protecção do chá feita por José do Canto à Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada em 26 de Maio de 1880.....	66 - A
Documento N.º 10 – Proposta de projecto de lei de protecção do chá apresentado por Caetano de Andrade Albuquerque em Março de 1881 a Câmara dos Deputados.....	67 - A
Documento N.º 11 – Sócios, através da SPAM encomendam instrumentos de trabalhar o chá em 1882.....	67 - A
Documento N.º 12 - As Açores e o chá de S. Miguel, na Exposição Agrícola de Lisboa. Diário de Lisboa, 31 de Maio de 1884, fl.1.....	68 - A
Documento N.º 13 - O chá de S. Miguel. Resposta de José do Canto em <i>A Persuasão</i> ao jornal lisboeta o <i>Diário de Portugal</i> em 17 de Junho de 1884.....	70 - A
Documento N.º 14: Instruções de José do Canto para o inspector da Oficina de Chá, da Caldeira Velha, 17 de Abril de 1892.....	73 - A
Documento N.º 15: Planta da fábrica/oficina de José do Canto com respectiva legenda. 1891?.....	76 - A
Documento N.º 16 - Inventário da fábrica/oficina de chá por morte de J. do Canto 1898....	76 - A

Documento N.º 17 - Instruções de José do Canto sobre modo como devem ser tratados os chineses (1892?).....	92 - A
N.º 18 - Carta de Goeze a José do Canto: Quer vender chá fora, por isso, artigo no Gardener's Chronicle	93 -A

Introdução

“There is a subtle charm in the taste of tea which makes it irresistible and capable of idealisation. Western humorists were not slow to mingle the fragrance of their thought with its aroma. It has not the arrogance of wine, the self-consciousness of coffee, nor the simpering innocence of cocoa.”

Okakura, Kakuzo, *The book of tea, USA, 2015*, (reedição da 1.^a edição de 1906), p. 7.

O título desta tese é **“A introdução da cultura do chá na Ilha de S. Miguel no século XIX (subsídios históricos)”**.

Antes de mais, uma justificação. Deixamos de fora as restantes oito Ilhas dos Açores porque, excetuando-se o caso da do Faial para finais do século XIX, a cultura e a produção do chá é um fenómeno da Ilha de São Miguel.¹ Um segundo aspeto diz respeito ao seu âmbito cronológico. Neste sentido, muito embora recue aos primórdios asiáticos do chá,² este trabalho situa-se, essencialmente, entre a década de sessenta do século XIX, tempo inicial das iniciativas dos irmãos José do Canto (1820-1898)³ e Ernesto do Canto (1831-1900)⁴ e do primo José Jácome Correia (1816-1886),⁵ e o ano de 1898, ano da morte do primeiro.⁶

¹ Embora Angra mostrasse interesse no chá, conforme *A Persuasão*, Ponta Delgada, 17 de Abril de 1878, p. 4: “*Cultura do Chá – A Sociedade de Agricultura de Angra pediu à de Ponta Delgada a cedência de algumas sementes e plantas de chá, para na Ilha Terceira iniciar esta cultura;*” Note-se que por esta altura, o Conde da Praia da Vitória, responsável pela SPAM até 1877, regressara a Angra como Governador Civil; Ou, igualmente, a Horta, conforme, BARP, SPAM, Registo de Correspondência, 1860-1898, 24 de Dezembro de 1879, liv. 23, fls. 19v., fora da Ilha de São Miguel, conforme *O Telégrafo*, Horta, 28 de Setembro de 1903, mas oriundo do Concelho da Ribeira Grande, da Ilha do Faial, Caetano Moniz de Vasconcelos envia chá para a Exposição do Porto de 1903 da colheita de 1902. No mínimo, para ter chá pronto a produzir em 1902, sendo cultivado no Faial, deve-se recuar pelo menos três a quatro anos, o que apontará para os anos de 1898 ou de 1899. O Faial haveria de ter chá até à década de sessenta do século XX.

² Nota posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018: O conceito de Ásia é Europeu e o sentimento de se ser asiático não existia antes do final do século XIX. Okakura Kakuzo, escritor japonês, no início do século XX, escreveu: “*a Ásia é uma.*” Cf. Maçãs, Bruno, *O Despertar da Eurásia. Em busca da nova ordem mundial*, Temas e Debates, Círculo dos Leitores, Lisboa, 2018, pp. 27-28.

³ Rodrigues, Rodrigo, *Genealogias de São Miguel e Santa Maria*, V. I, Dislivro, 2008, p. 650.

⁴ Para uma abordagem à sua biografia, além de Rodrigues, Rodrigo, *Genealogias de São Miguel e Santa Maria*, V. I, Dislivro, 2008, p. 653; entre outras leituras, recomenda-se: Pacheco, Eugénio, *O Novo Micros*, Ponta Delgada, n.º 6, 14 de Dezembro de 1896; Maia, Canto, Ernesto, *Auto-biografia*, in *O Heraldo*, Ponta Delgada, 26 de Agosto de 1900, p. 1, Martim Machado de Faria e, *A vida operosa e meritória de Ernesto do Canto: 1831-1900*, Separata Insulana, 1982, Ponta Delgada; Tomé, Maria Teresa, *Os Açores na Problemática da Cultura do século XIX*, Signo, Ponta Delgada, 1988. Mais recentemente: Ernesto do Canto, Retratos do Homem e do Tempo, Actas do Colóquio, Ponta Delgada, 2003; Tavares, Conceição, *Albert I do Mónaco, Afonso de Chaves e a meteorologia nos Açores: episódios oitocentistas da construção científica do mundo atlântico*, Sociedade Afonso de Chaves, 2009, p. 289; Dias, Fátima Sequeira, *Ernesto do Canto: um homem rico*, in *Arquipélago*, História. - Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2.^a série, vol. 4 (1) (2000), p. 27-54.

⁵ Rodrigues, Rodrigo, *Genealogias de São Miguel e Santa Maria*, V. I, Dislivro, 2008, p. 661; *Album Açoriano* (1903). Lisboa, Oliveira e Baptista: 61. *Cartas Particulares de José do Canto a José Jácome Correia e Conde de Jácome Correia, 1841-1893* (1999), 2.^a ed., Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada. <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=2123>

⁶ Entende-se que o âmbito é suficiente e exequível. Nota biográfica posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018: Correia, Marquês de, *Questões de Arte*, in *O Autônomico*, Vila Franca do Campo, 30 de Junho de 1934, p. 1; Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa)

Porque se estuda uma planta, trata-se igualmente do estudo do papel decisivo desempenhado pelas sementes e plantas na História Universal e local. Reportando-se a um período do Mundo Antigo ao século XVIII, em 1979, Fernand Braudel aponta o que considera ser algumas das plantas civilizacionais mais importantes: O arroz, base da civilização chinesa, o milho base da civilização Maia, e o trigo, base da civilização mediterrânica (reunindo parte da Europa, parte da bacia do Mediterrâneo e o Médio Oriente).⁷ Publicado em 1985, o jornalista Britânico Henry “Tom” Hobhouse menciona seis plantas que mudaram a humanidade: o quinino, o açúcar, o chá, o algodão, a batata e a coca.⁸ Numa perspectiva de História Global do Império Colonial português, Anthony John R. Russell-Wood, historiador Britânico do Império Colonial Português, em trabalho saído em inglês em 1992, explica-nos como (de territórios de origem para outros) e se foram adaptando (nos territórios se propagaram de destino).⁹ Naquele mesmo ano, referindo globalmente plantas e sementes, o português José Eduardo Mendes Ferrão, justifica a importância do estudo das plantas além de uma abordagem meramente botânica.¹⁰ Em trabalho de 1997, partindo da História Global da Humanidade para a local, o biólogo americano Jared Diamond, faz-nos perceber o modo como as sementes são transplantadas de locais diferentes.¹¹ Por fim, o americano Standage, em 2005, menciona-nos seis bebidas que mudaram o rumo da História Mundial: a cerveja, o vinho, as bebidas espirituosas, o café, o chá e a coca-cola.¹² Porque este trabalho estuda pessoas num determinado espaço e tempo, é História, e porque trata de vidas e iniciativas no âmbito da atividade económica, é Biografia, pelo que importará esclarecer o nosso posicionamento face àquelas áreas do conhecimento humano. Entendemos que não nos cabe aqui discutir os diversos entendimentos de História, se é ciência ou arte,¹³ ou sequer opinar se a biografia é um ramo de saber autónomo da História, apenas que, sendo esta narrativa uma História Local, vai além deste espaço, mercê dos contactos com a Europa, América, África e Ásia.¹⁴

⁷ Braudel, Fernand, *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, xve - xviii^e siècle*, Paris, Armand Colin, 1979, volume 1, chapitre «Le pain de chaque jour», p.81-152. Nota posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018: Para o conceito de Europa, diga-se que nem sempre os **Europeus** se identificaram como tais, nem a fronteira entre a Europa e a Ásia foi/é consensual. Para perceber, veja-se: Maças, Bruno, *O Despertar da Eurásia. Em busca da nova ordem mundial*, Temas e Debates, Círculo dos Leitores, Lisboa, 2018, pp. 23-27.

⁸ Hobhouse, Henry, *Seeds of Change: six plants that transformed mankind*, London, The Folio Society, 2007.

⁹ Russell-Wood, A. J. R., *Um Mundo em Movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*, Difel, 1998.

¹⁰ Mendes Ferrão, José E., *A Aventura das Plantas e os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, IICT/CNCDP, Fundação Berardo, 1992, p.13.

¹¹ Diamond, Jared, *Armas, Germes e Aço. Os destinos das Sociedades humanas*, Relógio de Água, 2002.

¹² Standage, Tom, *A History of the World in six Glasses*, Bloosbury, New York, 2006.

¹³ Cf. Tese de Michel Foucault: “(...) o filósofo Michel Foucault, ao fazer uma arqueologia do “conhecimento” moderno, disse que “a história talvez não tenha lugar entre as ciências humanas nem ao lado delas: é provável que entretenha com elas uma relação estranha, indefinida, indelével e mais fundamental do que seria uma relação de vizinhança num espaço comum” (1999, p. 508). **A posição da história é de um saber perigoso e privilegiado.**’ <http://tempossafados.blogspot.com/2013/04/historia-arte-ou-ciencia.html>

¹⁴ Tratamos esse tema em 1993/94 no Curso de Museologia e património, na Universidade Nova, na cadeira Património e Identidade regida pelo Professor Jorge Crespo, ver: Moura, Mário, *A Freira do Arcano: que modelo*



[F. 1- Lavradores micalenses na perspectiva dos irmãos ingleses Bullar]

Fonte: UACSD, *A Winter in the Azores; and a Summer at the baths of the Furnas* / by Joseph Bullar and Henry Bullar. - London: John Van Voorst, 1841, p. 271.

Sem pretender discorrer sobre a natureza da obra narrativa de Gaspar Frutuoso (c. 1522, Ponta Delgada - 1591, Ribeira Grande), tema fora do âmbito deste trabalho, e considerando apenas a abrangência geográfica e temática da narrativa frutuosiânica, pode dizer-se que este entendia e praticava uma narrativa atlântica.¹⁵ Saltando três séculos, em 1853, José de Torres (1827, Ponta Delgada – 1874, Lisboa)¹⁶ considerava que “*a História dos Açores não é (era) nem banal, nem de tão nulo estudo, que não deva (devesse) merecer séria atenção ao Historiador Português,*” já que, *sem ela e as demais parcelas do país, a História de Portugal ficaria incompleta.*¹⁷ Ou Atlântica global, no dizer de Teodoro de Matos, que escreveu que “*a sua principal característica reside até na indispensabilidade do estabelecimento de correlações com as historiografias portuguesa e atlântica.*”¹⁸ Dando-lhe um âmbito mais

Interpretativo?, Ribeira Grande, 2000, pp. 27-31. Nota posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018: Mónica, Maria Filomena, *Apresentação*, in *Análise Social*, Vol. XXXVI de 2001, N.º 160, pp. 603-606.

¹⁵ Para saber mais sobre Gaspar Frutuoso, vida e obra, veja-se: Rodrigues, Rodrigo, *Notícia Biográfica do Dr. Gaspar Frutuoso*, in *Livro Primeiro das Saudades da Terra*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1984, pp. XV-CLXXII; Rodrigues, Rodrigo, *Notícia Biográfica do Dr. Gaspar Frutuoso*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1991; Rodrigues, João Bernardo Oliveira, palavras Prévias, in *Livro Quarto das Saudades da Terra*, Vol. I, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1977, pp. V-XXI. Ver tb. Costa, Susana Goulart, *Açores. Nove Ilhas, Uma História*, Universidade da Califórnia, Berkeley, 2008, p. XXIV.

¹⁶ Notas biográficas de José de Torres: Torres, José de, Silva, in Inocêncio Francisco da, *Diccionario bibliographico portuguez estudos de Innocencio Francisco Da Silva applicáveis a Portugal e ao Brasil*, 1860, vol. V, pp. 145-149, Pacheco, Eugénio, *O Novo Micros*, Ponta Delgada, n.º 6, 14 de Dezembro de 1896; *A Persuasão*, Ponta Delgada, 24 de Março de 1897; Supico, Francisco Maria, *Escavações*, vol. II, ICPD; 1995, p. 631, Dias, Urbano Mendonça, *Literatos dos Açores*, 2.ª edição, 2005, pp.89-96; Amaral, Maria Regina A. De Carvalho, Maria Antónia P. Coelho de Freitas, *Introdução*, in *Índice das Variedades Açorianas* coligidas por José de Torres, Coleção Fontes para a História dos Açores, Direcção Regional da Cultura e Universidade dos Açores, pp.7-11; afirma que faleceu em finais de 1875. (p.8); Dias, José Maria Teixeira, *Todos os Santos: uma casa de Assistência Jesuíta em São Miguel*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1997, pp. 9-16; Tavares, Conceição, *Albert I do Monaco, Afonso de Chaves e a meteorologia nos Açores: episódios oitocentistas da construção científica do mundo atlântico*, Sociedade Afonso de Chaves, 2009, pp. 310-311.

¹⁷ Torres, José, *História dos Açores – Necessidade e Modo de a Escrever*, in *Revista dos Açores*, vol. II, Janeiro de 1853, Sociedade Auxiliadora das Letras Açorianas, n.º 1, p. 6.

¹⁸ Matos, Artur Teodoro de, Prefácio, *História dos Açores: Do descobrimento ao século XX*, Vol. I, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 2008, p.10.

universal, Avelino de Meneses escreveu que “*a individualidade do passado insular integra os Açores nas Histórias de Portugal e das conexões euro-ultramarinas.*”¹⁹

Numa abordagem de história da ciência e das técnicas, porque a introdução do chá revela diversas facetas e modalidades de experimentação, vamos fazê-lo numa perspectiva que inclua pessoas e instituições que foram interagindo com José do Canto.²⁰ Deste modo, falaremos da SPAM; de Francisco de Melo (1850? - 1887),²¹ o homem de José do Canto no terreno; de Manuel Pereira de Lima (1839? - 1923),²² outro homem de José do Canto no

¹⁹ Meneses, Avelino de Freitas, *Estudos de História dos Açores*, vol. I, Coleção História, Jornal de Cultura, Ponta Delgada, 1994, p. 18.

²⁰ Leitão, Henrique, *O que foi a ciência dos Descobrimentos?* Prefácio, in Jaime Cortesão, *Os Descobrimentos Portugueses*, Vol. I, Expresso, Aletheia Editores, 2006, p. III: “(...) *A história da Ciência deixou de ser apenas a história de ideias; era com certeza uma história de conceitos e teorias, mas agora também de práticas, de comunidades, de objectos – e de interacção entre tudo isto. Acima de tudo, tornava-se evidente que sempre haviam existido muitos mais actores relevantes no processo histórico Da ciência do que apenas os cientistas excepcionais. Era preciso estudar figuras de segundo plano e muitos outros; os professores, os técnicos de laboratório, os artesãos, os alunos, etc. (...) (p. IV) (...) mas também por muitos outros, de estratos menos instruídos, mas com competências técnicas muito definidas – construtores de instrumentos, cartógrafos, pilotos, boticários, etc.*’ Cf. tb. Leitão, Henrique, *Os Descobrimentos Portugueses e a Ciência Europeia*, Aletheia, Fundação Champalimaud, Lisboa, 2009; Cf. <http://www.ver.pt/o-discurso-historico-cientifico-sobre-portugal-nao-reconhece-o-seu-contributo-ao-progresso/>. Nota posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018: Almeida, Onésimo Teotónio de, *O Século dos prodígios*, Quetzal, Lisboa, 2018.

²¹ Cf. BPARPD, *Óbitos*, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição Ribeira Grande, 22 de Janeiro de 1887, 1885-1889, fl. 2 v-3; Cf. Centro de Conhecimento dos Açores, Paroquiais, São Paulo, Ribeira Quente, casamentos, 21 de Julho de 1877, fl. 5; Meireles, Victor de Lima, São Paulo da Ribeira Quente, Casamentos (1833-1900), Instituto Cultural de Ponta Delgada, Separata da Insulana, Ponta Delgada, 2001, p. 245.

²² Cf. Registo Civil da Ribeira Grande, Óbitos de 1923, Pico da Pedra, Manuel Pereira de Lima, 13 de Julho de 1923, Liv. 2, n.º 254, fl. 127 v.

terreno; dos seus jardineiros Britânicos, George Brown²³ Peter Wallace, Henry Funnell,²⁴ e Alexander Reith;²⁵ dos seus mateiros, tais como o das Furnas e o do Porto Formoso.²⁶

Definidos os parâmetros espaciais e temporais deste trabalho, expliquemos a razão por que escolhemos a Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense (SPAM) e José do Canto como elementos centrais do mesmo. Fizemo-lo para comparar e alumiar os primeiros passos da cultura e fabrico do chá em S. Miguel, porque eles constituem os dois eixos principais em torno dos quais agem e interagem os demais: um institucional, centrado na acção da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense (SPAM), outro biográfico, centrado na figura de José do Canto.

A SPAM, primeira associação agrícola de Portugal, foi fundada em 1843, encontrando-se em 1912 em completo declínio, desconhecendo-se o ano exacto em que termina oficialmente a

²³ Sousa, Nestor, "Os «Canto» nos Jardins Paisagísticos da Ilha de S. Miguel", Arquipélago - História, 2.^a série, IV, n.º 1, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000, pp. 169-171. George Brown: "(...) (169) (...) O contrato, estabelecido no Verão de 1846, provavelmente nos princípios de Agosto, recaiu em George Brown, que a 14 desse mês (...). Três anos e três meses ao serviço de José do Canto mereceram referência de não ter sido uma só vez menos activo, probo, ou inteligente, reforçada com as afirmações de regularíssimo no seu trabalho, perfeitamente bem-educado, sem que lhe fosse conhecido o menor vício. (...) ele estivera ocupado na composição de um jardim, cuja construção oferecia muitas dificuldades, perante as quais demonstrara perfeito conhecimento da sua arte, e uma prática mui superior. E isto, não só pelo que respeitara á elevação de planos, nivelamentos, e propagação de plantas, como igualmente em todos os mais ramos de jardinagem, tais como a produção de hortaliças, tratamento de árvores frutíferas, de flores e estufas. (p.170) Em Novembro de 1849, o jardim organizado por George Brown estava concluído na sua fase original, de tripla funcionalidade (p.171) (...) A permanência inglesa de George Brown foi, afinal, apenas um parêntesis. Regressado a S. Miguel com família constituída, radicou-se na Ilha definitivamente, continuando a exercer por alguns anos a profissão de jardineiro, que trocava pela de hoteleiro até à sua morte, em Janeiro de 1881, aos 68 anos." [Albergaria, Isabel], *Jardins Históricos de São Miguel*, in III Simpósio Internacional, 28 de Fevereiro – 7 de Março de 2015, Açores, [s.p.].

²⁴ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), [Registo de pagamento de ordenados de José do Canto], sem data [c. 1846? Altura de George Brown?]

²⁵ Sousa, Nestor, Ob. Cit., 2000, p. 178: "(...) (p.178) (...) entre 61 e 69, teve Alexander Reith, que em 63 publicaria em Londres um artigo sobre a vegetação nos Açores (Ver Herculano Amorim Ferreira, *Naturalistas Britânicos nos Açores* (...), p. 13) e em fins de 65 casava na capela anglicana de Ponta Delgada com Elisabeth, contratada criada inglesa do negociante Jacinto Fernandes Gil, futuro 1.º Visconde do Porto Formoso. (Ver Nestor de Sousa, *Sinais de presença britânica na vida açoriana.*) No mesmo templo, o capelão da marinha E. S. Powles baptizar-lhes-ia, a 17-5-1869, um filho com o nome de Alexander Frederic. (António A. Riley da Mota...)." (...) (p.47) (...)'. Sousa, Nestor, *Sinais de presença britânica na vida açoriana (séculos XVI-XIX)*, Universidade, Ponta Delgada, 1988. Em 1865, em carta a José do Canto, seu irmão Ernesto contava-lhe que: *O seu Alexandre Reith* [Jardineiro inglês de José do Canto] *casou com uma criada inglesa do Jacinto Gil* [Jacinto Gil Fernandes, rico proprietário, exportador de laranja e homem de negócio feito Visconde do Porto Formoso] *no princípio deste mês* [Dezembro]; *ela já tinha embarcado no Mercúrio para se ir embora para Inglaterra mas desembarcaram em Vila Franca enquanto o navio carregava e o Alexandre foi lá busca-la na sua sege.*' (UA., J.C., Carta de Ernesto do Canto a José do Canto, S. Miguel, 18-12-1865).

²⁶ Perdoem-nos se não resistimos a esta nota pessoal, de António Taveira (1817 – Ribeira Grande -?), meu trisavó que com os seus filhos desbravou, inicialmente, o terreno para a plantação e sementeira do chá. António Taveira Raposo, nascido, Matriz, Ribeira Grande, São Miguel, Açores, a 4 de Setembro de 1817. Casado a 22 de Fevereiro de 1846, Matriz, Ribeira Grande, São Miguel, Açores, com Florinda da Assunção, nascida a 8 de Maio de 1822, Matriz, Ribeira Grande.

sua actividade.²⁷ Pretendia congregar esforços individuais a fim de: “(...) 1.^o *Suprir pela produção própria, quanto possível, a importação estranha.* / 2.^o *Introduzir, multiplicar, e melhorar indefinidamente todos os géneros de cultura, e indústria, preferindo sempre os que as precisões especiais tornam indispensáveis.* / 3.^o *Descobrir mercados fáceis a todos os nossos produtos, firmando a sua reputação (...).*”²⁸ José Manuel Mota de Sousa intitula os seus membros como *a Grande Geração*.²⁹ Já Carreiro da Costa se lhes havia referido como “*a grande Geração micalense*.”³⁰ Sacuntala de Miranda chamou-os de *gentlemen farmers*.³¹ Muito embora Miriam Halpern Pereira aceite o nome que Sacuntala propôs, por reconhecer afinidades a contemporâneos continentais, avisa-nos para este facto.³² Fátima Sequeira Dias, por sua vez, vê-os numa dupla faceta de *gentlemen farmers* e de empresários.³³

Com efeito, é esta Geração que lidera a SPAM que promove, com maior ou menor protagonismo, o processo de introdução da cultura e do fabrico do chá na Ilha de São Miguel de 1873 até 1882. Como afirma José Manuel Mota de Sousa, na sua tese de Licenciatura, datada de 1959/60: “*À benemérita acção da sociedade, se deve também a introdução da cultura do chá.*”³⁴ Além do mais, foi responsável pela introdução do tabaco e do ananás, tentando ainda, sem êxito, a indústria de extracção de resina e do café.³⁵

²⁷ Sousa, José Manuel Mota de - *A economia Micalense da 1ª metade do séc. XIX e a acção da Sociedade Promotora da Agricultura Micalense: Subsídios para o Estudo de uma Época*. Coimbra: J.M.M. Sousa, 1960. Tese de licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 75. Desenvolvemos pesquisa no Diário da República até 1913 e seguindo um possível percurso institucional daquela associação, pesquisamos nos fundos da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada: nada encontramos. Trataremos da SPAM, em detalhe, no Capítulo II. Vide também: Enes, CARLOS, *Sociedade Promotora da Agricultura Micalense*, <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=10194>.

²⁸ Canto, José do, *Para que serve uma Sociedade d'Agricultura?*, *O Agricultor Michaelense*, Outubro de 1843, n.º 1, fl. 9

²⁹ José Manuel Mota de Sousa, *Ob. Cit.*, p.19.

³⁰ Costa, Francisco Carreiro da, [José do Canto: discurso no 48.^o aniversário da sua morte], [Dactilografado, sem título nem autor] Furnas, 10 Julho de 1946, p. 7. Confirmado, *Diário dos Açores*, 10 de Julho de 1946, p. 1: “(...) à tarde haverá uma sessão de homenagem à memória de José do Canto, fazendo uma conferência sobre o eminente micalense o Sr. Dr. Carreiro da Costa.”

³¹ Miranda, Sacuntala, *O Ciclo da Laranja e os “gentlemen farmers” da Ilha de S. Miguel, 1780-1880*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1989.

³² Pereira, Miriam Halpern, *Entre Agronomia e Agronomia*, in Ernesto do Canto: Retratos do Homem e do Tempo, Actas do Colóquio, Ponta Delgada, 2003, p. 137.

³³ Dias, Fátima Sequeira, *A crise da laranja e a afirmação dos projectos agro-industriais, na ilha de S. Miguel. A fábrica de chá de José Bensaúde: da fundação à extinção (1891-1961)*, p. 243, [Trabalho apresentado no I Congresso Internacional do Chá, Casa dos Açores do Norte, Porto, 2006 (não publicado)] incluído na obra *Indiferentes à diferença: os Judeus dos Açores, nos séculos XIX e XX*, Ponta Delgada, 2007: “(...) Por mais rural e atrasado que nos possa parecer o universo micalense no passado, não podemos esquecer que a decisão de investir em culturas agro-industriais se integra num contexto de economia capitalista, contexto que não é contraditório, com o ideal de gentleman farmer.” (p.243)

³⁴ Sousa, José Manuel Mota *Ob. Cit.*, 1960, p.73.

³⁵ Quanto ao tabaco, entre outros exemplos: cf. BPARPD, ACR, CORR. 2008, Carta do Conde da Praia da Vitória a Francisco Maria Supico, Ponta Delgada, 24 de Janeiro de 1876; quanto ao café, entre outros exemplos: cf. BPARPD, EC/CORR., Cx.3, 820 RES Carta do Conde da Praia da Vitória a Ernesto do Canto, Ponta Delgada, 8 de Novembro de 1875; e resina: cf. BPARPD, EC/CORR., Cx.6, 2076, Circular de Ernesto do Canto (SPAM), Ponta Delgada, 9 de Julho de 1880.

Tal como outros, reconhecemos a importância da História da SPAM para o conhecimento da agricultura micaelense na segunda metade do século XIX, merecedora em si mesma de uma tese académica, ainda inexistente. Destaquemos, contudo, alguns estudos relevantes para um conhecimento mais fiel desta instituição, os quais remontam ao próprio período inaugural. Com efeito, poucos meses após a fundação, José do Canto descreve os primeiros passos da associação em *O Agricultor Micaelense*. Decorridas três décadas, Guilherme Faria e Maia fazia um balanço da atividade³⁶ e, em 1878, José Silvestre Ribeiro, sócio efectivo da Academia Real das Ciências de Lisboa, publicava uma nota histórica sobre a SPAM, seus sócios e actividades.³⁷

A partir da década de 1880, Gabriel de Almeida (1866 Ponta Delgada - 1894 Ponta Delgada)³⁸ esboça, em diversos trabalhos, a História da SPAM.³⁹ Surgem ligeiras referências, na década de oitenta e de noventa, em Cristóvão Moniz (1862 Ribeira Grande-1939 - Lisboa)⁴⁰ e, já no século XX, em Aníbal Cabido (1856, Ribeira Grande - 1913 - Ponta Delgada).⁴¹ Os jornais, sobretudo *A Persuasão* (Ponta Delgada: 1862-1911), de Francisco

³⁶ Maia, Guilherme Machado de Faria e Maia, *Sociedade da Agricultura Micaelense*, in *O Cultivador*, n.º 1, 15 de Janeiro de 1873, Ponta Delgada, p. 104.

³⁷ Ribeiro, José Silvério, *História dos Estabelecimentos Científicos*, Vol. 8, 1879, pp. 411-419.

³⁸ Dias, Urbano Mendonça, *Literatos dos Açores*, história, organização e preâmbulo de Lúcia Costa Melo, 2.ª edição, 2005, pp. 522-527; *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 31 de Janeiro de 1894, p. 2. Era filho de Miguel de Almeida. Segundo Urbano Mendonça Dias, nossa fonte, terá morrido “bastante novo.” Escritor prolixo, sem formação académica, “sem grandes títulos literários, soube no entanto apresentar-se no Mundo das letras, sendo recebido com simpatia por todos.” Foi redactor do jornal *O Civilizador*. Colaborador de diversos jornais (*Açoriano Oriental*, *A Caridade*, *Diário de Anúncios e Novo Diário dos Açores*). Autor de muitas obras, abordando vária temática: o chá, o tabaco, a estadia de Castilho na Ilha de São Miguel, a vinha, o açúcar, o ananás, a laranja, a pesca, o turismo.

³⁹ Almeida, Gabriel, *Breve Notícia sobre a Cultura da Planta do Chá*, Ponta Delgada, 1883; *Manual do Cultivador e Manipulador do Chá*, Ponta Delgada, 1892.

⁴⁰ Moniz, Cristóvão, *A Cultura do Chá na Ilha de S. Miguel*, Dissertação Inaugurável (?) apresentada ao Conselho Escolar do Instituto de Agronomia e Veterinária, Lisboa, Maio de 1888; Moniz, Cristóvão, *A Cultura do Chá na Ilha de S. Miguel*, Lisboa, 1895; *Cristóvão Moniz é, nas suas próprias palavras, “agrónomo, director da escola de viticultura Ferreira Lapa.” Quando publica este seu trabalho, está a residir no Continente, porém, no ano seguinte, regressaria à Ribeira Grande. Para obter mais informação sobre ele, consultámos a sua entrada biográfica na obra sobre os parlamentares da I República, obra coordenada pelo Professor Oliveira Marques. Cristóvão estudou no liceu em Ponta Delgada e formou-se em Agronomia em Lisboa. Foi colocado em 1887, na cidade da Horta, como agrónomo “subalterno” e, dois anos depois, em 1889, viajou da Horta para Santarém, onde exerceu as funções de professor na Escola Prática de Agricultura daquela cidade. Foi igualmente director da Escola Prática de Viticultura de Torres Vedras e da Estação Anti-Filoxérica do Sul. Em 1910, ano da implantação da República, foi nomeado director de Patologia Vegetal. Desempenhou funções de secretário-geral do Ministro da Agricultura. Em 1911, foi eleito pelo Círculo de Ponta Delgada à Assembleia Constituinte. Fez parte do Senado nas legislaturas de 1911, 1919 (como candidato da União Republicana) e 1921, ainda em representação do Círculo de Ponta Delgada. Foi colaborador do Portugal Agrícola e de A Vinha Portuguesa.* Marques, AH, Oliveira, *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926)*, Coleção Parlamento, Edições Afrontamento, 2000, p. 308.

⁴¹ Cabido, Aníbal, *A Indústria do Chá nos Açores*, Coimbra, 1913. BPARPD, Óbitos, 1913, liv. N.º 1, Aníbal Gomes Ferreira Cabido, 5 de Setembro de 1913, fl. 161 v. Rodrigo Rodrigues diz-nos: “engenheiro, que nasceu na freguesia da Conceição da Ribeira Grande a 27.2.1856.” Mais tarde, aos vinte oito anos de idade “casou a 1.7.1885.” Fora da terra natal, “em S. José de Ponta Delgada (...) com Helena de Melo Manuel da Câmara (...).” Era filha de uma irmã de ilustres homens da benemerência da Ilha de São Miguel: César Augusto Ferreira Cabido e Augusto César Ferreira Cabido.

Maria Supico (1830, Golegã - 1911, Ponta Delgada),⁴² noticiando e comentando a atividade da SPAM ou recolhendo e publicando dados, constituem uma incontornável fonte para a História daquela associação. Na década de quarenta do século XX, em 1947, é a vez de Francisco Machado Faria e Maia o fazer.⁴³

Porém, é José Manuel Mota de Sousa, tanto quanto sabemos, o primeiro a tratar a História da *Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense* de forma sistemática e distanciada.⁴⁴ Na década de setenta, o historiador Francisco Carreiro da Costa, ao estender a sua influência para além do âmbito restrito da ilha de São Miguel, porventura atribui um alcance geográfico exagerado à influência desta Sociedade.⁴⁵ Sem pretendermos ser exaustivos, muito embora desejemos propor uma visão geral e atualizada da História da SPAM, recomendamos, sem adotarmos um critério cronológico, os trabalhos de Margarida Machado,⁴⁶ de Nestor de Sousa, de Susana Serpa Silva, de Carlos Riley, de Fátima Sequeira Dias, de Sacuntala de Miranda e de Pedro Borges.



[F. 2 - José Jácome Correia (1816 - 1886): 1.º Presidente da SPAM]

Fonte: Mónica, Maria Filomena, *Os Cantos. A tragédia de uma família açoriana*, Aletheia, 2010.



[F. 3 - José do Canto (1820-1898)]

Fonte: Imagem digital cedida por Eng. João Faria e Maia

⁴² Dias, Urbano Mendonça, *Literatos dos Açores*, 2.ª edição, 2005, pp. 601-605; Riley, Carlos, *Na Botica da História*, in *Índices das Escavações de Francisco Maria Supico*, José Manuel Motta de Sousa, vol. IV, ICPD, 2001.; Francisco Maria Supico, <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=10282>

⁴³ Maia, Francisco de Ataíde Machado de Faria e, *Novas Páginas da História Micaelense. 1832-1895 (Subsídios para a História de S. Miguel)*, Ponta Delgada, 1947.

⁴⁴ José Manuel Mota de Sousa, Ob. Cit., p.20.

⁴⁵ Costa, Francisco Carreiro da, *Esboço Histórico dos Açores*, Instituto Universitário dos Açores, Ponta Delgada, 1978, p.214.

⁴⁶ Margarida Machado, por exemplo: *O Clube Micaelense; A Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense: a intervenção associativa das elites sociais no mundo económico das Ilhas*, Centro de Estudos da História do Atlântico, Funchal, Anuário, 2010, pp. 692-704.

Se a SPAM é fundamental para conhecer o processo da cultura do chá em S. Miguel, o papel de José do Canto neste percurso é, de igual modo, incontornável e por duas razões: primeira, antes de 1873 e depois de 1882, assim como durante o período em que a SPAM se ocupa do chá (de 1873 a 1882),⁴⁷ foi ele quem reconhecidamente mais contribuiu para a concretização daquele projeto; segunda, o melhor e mais completo arquivo disponível para aquele período inicial do chá é o dele. Este arquivo, apesar de lacunas documentais, é o mais bem documentado e mais relevante dos conhecidos até à atualidade.

Na verdade, o seu empreendimento é, para o período inicial até 1898, considerado o melhor não só dos três (dele, de Ernesto do Canto e de José Jácome Correia) mas de outros pioneiros, como Vicente Machado de Faria e Maia (1838-1917),⁴⁸ Luís Ataíde Corte Real da Silveira Estrela (1843-1910),⁴⁹ Augusto Ataíde Corte Real da Silveira Estrela (1852-1931),⁵⁰ José Maria Raposo do Amaral Jr. (1856-1919),⁵¹ Frederico Augusto Serpa (1846-?),⁵² Artur Hintze Ribeiro (1846-1916)⁵³ e José Bensaúde (1835-1922).⁵⁴

Em 1860, José de Torres, porventura um dos seus primeiros biógrafos, dizia que “(...) *José do Canto foi sempre a alma, a força, o motor da sociedade de agricultura, e por muitos annos seu secretário. Os trabalhos societários e científicos que dele há publicados no Agricultor Michaelense, mostram-no claramente.*”⁵⁵ Em 1888, Cristóvão Moniz, natural da Ribeira

⁴⁷ Ainda em 31 de Maio de 1887, fazia-se chá na fábrica/oficina da SPAM: Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de Francisco Bettencourt, Ponta Delgada, a José do Canto, Paris, 31 de Maio de 1887. Porém, em 1905, “a Sociedade [SPAM] há muito que não faz chá, nem tem instalação.” Cf. BPARPD/ASS/SPAM/144, [Correspondência], 1905, Carta de António Vaz Pacheco de Castro, à SPAM e resposta, 29 de Abril de 1905. Portanto, entre 1887 e 1905, a SPAM deixou por completo o chá.

⁴⁸ Rodrigo Rodrigues, *Ob. Cit.*, V. IV, 2008, p. 2353; BPARPD, Óbitos, São Pedro, Ponta Delgada, 1917, Vicente Machado de Faia e Maia, 8 de Novembro de 1917, Livro Original de Óbitos N.º 1, fl. 217 v.

⁴⁹ Rodrigo Rodrigues, *Ob. Cit.*, V. III, 2008, p. 1821; *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 3 de Fevereiro de 1910, p.2.

⁵⁰ Idem, p. 1820; *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 5 de Julho de 1931, p. 2

⁵¹ *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 6 de Novembro. Cordeiro, C. (1995a), «Para uma cronologia do 1.º movimento autonomista», In Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada (ed.), *Catálogo da Exposição do 1.º Centenário da Autonomia*. Ponta Delgada, BPARPD. Id. (1995b), Regionalismo e anti-republicanismo (1910-18) José Maria Raposo do Amaral. *Arquipélago*, Ponta Delgada (2), 2: 281-315. João, M. I. (1991), *Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*. Lisboa, Ed. Cosmos. Leite, J. G. R. (1995), *Política e Administração nos Açores de 1820 a 1910, O 1.º Movimento Autonomista*. Ponta Delgada, Jornal da Cultura. Machado, M. V. R. (1995), Autobiografia de um autonomista - Luís Bettencourt de Medeiros e Câmara, In *Actas do Congresso do 1.º Centenário da Autonomia dos Açores*. Ponta Delgada, Ed. Jornal de Cultura, 1: 261-275. <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=3604>

⁵² Forjaz, Jorge, António Ornelas Mendes, *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. 8.º Dislivro Histórico, 2007, p. 673.

⁵³ Carreiro, J. B. (1949), Hintze Ribeiro. In *Insulana*, Ponta Delgada, V (3-4): 166-202. Corrêa, M. M. (1964), *Hintzes*. Lisboa, edição do autor: 24. Mónica, M. F. (coord.), *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910)*. Lisboa Assembleia da República, III: 442-443. Rodrigues, V. L. G. (1985), *A geografia eleitoral dos Açores de 1852 a 1884*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores.

<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=9735>

⁵⁴ Abecassis, J. M. (1990), *Genealogia Hebraica. Portugal e Gibraltar, séculos XVII a XX*. Lisboa, Liv. Ferin, II?, Bensaúde? §5, N4. Bensaúde, A. (1936), *A Vida de José Bensaúde*. Porto, Litografia Nacional. Dias, F. S. (1999), José Bensaúde: self made man. *Actas do Colóquio Internacional Os Judeus sefarditas entre Portugal, Espanha e Marrocos*. Universidade de Évora. <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=6211>

⁵⁵ Torres, José, *José do Canto*, in Silva, Inocêncio Francisco da, *Diccionario bibliográfico portuguez estudos de Innocência Francisco Da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil*, 1860, p. 288., Cf. http://books.google.com/books?id=33VsMLmZHzyC&hl=&source=gbp_api; Ribeiro, José Silvério, *História dos Estabelecimentos Científicos*, Vol. 8, 1879, p. 413.

Grande e contemporâneo dos acontecimentos, sem negar o protagonismo de José do Canto, tempera a opinião: “(...) *Graças, pois à zelosa iniciativa de alguns cultivadores opulentos, entre os quais avulta o Senhor José do Canto, e às diligências esmeradas da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense.*”⁵⁶

Atente-se, no entanto, no que Augusto César de Sampaio Loureiro (1839? – 1906),⁵⁷ escreveu em Novembro de 1898: “(...) *Como remate dos seus empreendimentos agrícolas, que bem se pode dizer fechados com chave de ouro, e porventura o de mor importância, em um futuro não muito remoto, José do Canto aclimatou em S. Miguel o arbusto do chá e fez com que se implantasse a respectiva indústria.*”⁵⁸ Noutro trecho deste mesmo trabalho diz “(...) *José do Canto convenceu a Sociedade de Agricultura (...) de combinação com (...) outros (...).*”⁵⁹ E, finalmente, continuando a citar Augusto Loureiro, José do Canto “(...) *trabalhou constantemente, estudou sem cessar, no seu gabinete, nas suas culturas, até enfermar de morte. Ainda semanas antes de falecer encomendara para o estrangeiro uma máquina complementar do fabrico de chá (...).*”⁶⁰

Assim, a relevância de José do Canto na história do chá micaelense conduz-nos, de certa forma, a contribuir para a construção da sua biografia. Ainda que discorde da posição radical e absoluta de Benjamin Disraeli (1804 - 1881), acerca do papel da biografia, admito-a parcialmente como base paritária da construção desta nossa narrativa.⁶¹ Pensando deste modo, seguimos o que diz Nigel Hamilton: “*Biography has come to encompass, too, almost every known discipline of the humanities and science to achieve its micro and macro ends (...) To approach, interpret and record human life is to accept, today, one of the greatest challenges to our intellect, our knowledge and our understanding.*”⁶² É certo que, no que diz respeito à vida e à obra de José do Canto, subscrevemos inteiramente a opinião de Pedro Borges, ao confessar que não pretendia traçar a sua biografia nem tecer a sua glorificação.⁶³

⁵⁶ Moniz, Cristóvão, *Ob. Cit.*, Maio de 1888, p.13.

⁵⁷ Enciclopédia Açoriana: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=8251>: “(...) *Poeta e contista. Como poeta, deixou algumas líricas que o têm colocado entre os seus pares açorianos da última geração romântica. Como contista, foi o primeiro, nos Açores, a retratar ambientes e personagens predominantemente rústicos (cf. Silveira, 1977: 139). Tem prosa e poesia dispersas por jornais dos Açores e de Lisboa, onde viveu algum tempo.*’ Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, Paróquia de S. Sebastião, Ponta Delgada, Registo de óbitos, 1906, assento n.º 84. Augusto, Loureiro, in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1936-1940, vol. 15, p. 491.

⁵⁸ Loureiro, Augusto, *José do Canto III*, in *A Actualidade*, Ponta Delgada, 27 de Novembro de 1898, p. 2.

⁵⁹ *Idem*.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 1

⁶¹ Nota posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018.

⁶² Hamilton, Nigel, Foreword, p. I, in Binne de, Hans Renders (edited by), *Theoretical Discussions of Biography*, Netherlands, 2013.

⁶³ Borges, Pedro, Maurício, *O desenho do território e a construção da paisagem na ilha de S. Miguel, Açores, na segunda metade do século XIX, através de um dos seus protagonistas*, Tese de Doutoramento, Arquitectura

Concordamos ainda com a atitude de Frederico Lourenço face à biografia de Paulo de Tarso e a sua aplicação a José do Canto: “[...] *Com admiração (porque, enquanto homem extraordinário e escritor fascinante, ele a merece), mas também com exigência e imparcialidade.*”⁶⁴ Neste caso, apenas pretendemos compreender a sua faceta de empreendedor do chá.⁶⁵ Seria presunção estéril pretender algo mais. Pois, tal como na genial obra cinematográfica, “*O Mundo a seus Pés*,” de Orson Welles, em que o realizador só consegue vislumbres de quem se presume ter sido Charles Foster Kane, muitas vezes contrastantes, subjectivos e díspares, apenas consegui vislumbres de José do Canto: na melhor das hipóteses, aspectos plausíveis do que dele sobreviveu.⁶⁶

Nas palavras dos seus contemporâneos, as referências são elogiosas. António Feliciano de Castilho, seu amigo e compadre, tratava-o por “[...] *O Plínio o Moço dos Açores*”⁶⁷ Augusto César de Sampaio Loureiro, que também o conheceu em vida, descreve-o como um homem “*alto, desempenado, com a cabeça sempre erguida como Pompeu*

(Especialidade de Teoria e História da Architectura), Universidade de Coimbra, 2 vols., Coimbra, 2007, pp. 10-14.

⁶⁴ Lourenço, Frederico, (Tradução do grego, apresentação e notas), *Bíblia*, Volume II, Novo Testamento, Quetzal, Lisboa, 2017, p. 27.

⁶⁵ Para o estudo da biografia de José do Canto, além da documentação da SPAM, Junta Geral de Ponta Delgada, quem queira aprofundar o conhecimento biográfico de José do Canto, além dos citados, aconselhamos trabalhos não citados nas monografias consultadas: Torres, José, *José do Canto*, in Silva, Inocêncio Francisco da, *Diccionario bibliographico portuguez estudos de Innocência Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil*, 1860; Ribeiro, José Silvério, Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, in *História dos Estabelecimentos Científicos*, Vol. 8, 1879, pp. 411-419; Bettencourt, Joaquim Moniz de, *Elogio Fúnebre a José do Canto* [Para a Biografia de José do Canto], Preto no Branco, 21 de Julho de 1898, p.1; Dias, Urbano de Mendonça Dias, Literatos dos Açores, 1931; [Costa, Francisco Carreiro da, *José do Canto: discurso no 48.º aniversário da sua morte*, Furnas, d. 10 Julho 1946], resumo em *José do Canto no centenário da sua morte*. - Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2000. - p. 137-156. Por ordem cronológica, os mais citados: Castro, Eugénio Vaz Pacheco de Castro, in Preto no Branco, n.º 131-137, 14 de Julho a 11 de Agosto de 1898; Loureiro, Augusto, in *A Actualidade*, n.º 41, 17 de Julho de 1898 e Novembro; Supico, Francisco Maria, in *Persuasão*, n.º 1904, 13 de Julho de 1898, Muito ao correr da pena, Idem, in *A Persuasão*, n.º 1905, 21 de Julho (?) de 1898, p. 1 *Notas soltas*; Sousa, Fernando Aires, *José do Canto vivo*, in Arquipélago, Revista da Universidade dos Açores, Série Ciências Humanas, N. III, Janeiro de 1981, pp. 115-136; *José do Canto: subsídios para a História Micaelense (1820-1898)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982; Riley, Carlos, *Um passeio pelos Cantos da Ilha: correspondência de uma família oitocentista micaelense*, in Catálogo do Epistolário Familiar do Arquivo Brum da Silveira – José do Canto e Catálogo do Arquivo António do Canto Brum, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1999; Sousa, Nestor de, Os “Canto” nos jardins paisagísticos da Ilha de S. Miguel, in *Arquipélago História*. - Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2ª série, vol. 4(1) (2000), p. 131-312; Albergaria, Isabel, *José do Canto, um esteta da natureza*, in *José do Canto no centenário da sua morte*. - Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2000. - p. 137-156; Riley, Carlos, *José do Canto: Retrato de um cavaleiro na Primavera da vida*, Separata de Insulana, ICPD, Ponta Delgada, 2001; Riley, Carlos, *José do Canto, um gentleman farmer açoriano*, Separata Análise Social, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001; Nota posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018: Mónica, Maria Filomena, *Fernando Aires de Medeiros Sousa, José do Canto: Subsídios para a História Micaelense, 1820-1898*, in Análise Social, Vol. XXXVI de 2001, N.º 160, pp. 969-973; Borges, Pedro, Maurício de Loureiro Costa, Ob. Cit., 2007; Mónica, Maria Filomena, *Os Cantos: a tragédia de uma família açoriana*, Aletheia, Lisboa, 2010; Almeida, Onésimo Teotónio de, *José do Canto: cartas de Paris e Londres*, Açores, Europa, Instituto Açoreano de Cultura, 2010, pp. 127-133; Nota posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018: Rodrigues, Henrique de Aguiar Oliveira, *Notas Históricas, II, A Cultura do Chá*, pp. 183-186, Ponta Delgada, Edição do Autor, 2017; Braga, Teófilo e Raimundo Quintal, *Jardim Botânico José do Canto: 100 árvores*, The Book Hut, Lisboa, 2018.

⁶⁶ Nota posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018: Cf. Orson Welles, *Citizen Kane*, 1941.

⁶⁷ Sousa, Fernando Aires de, *José do Canto vivo*, in Arquipélago, Revista da Universidade dos Açores, Série Ciências Humanas, N. III, Janeiro de 1981, p. 115.

(...).⁶⁸ Acentua ser um Homem que “*marchava com o passo aberto e rápido da actividade corajosa (...)*.” E recordava-o ainda, à distância de meros três meses do seu falecimento, com “*a sua figura esbelta e traço comme il faut, o seu rosto alegre e franco, emoldurado numa cabeleira e barbas loiras (...)*.” Júlio de Castilho, filho de António Feliciano, confirma-o: “*era um mancebo (...) com aparência muito distinta, loiro, levemente arruivado, barba curta, alto e de primoroso trato.*”⁶⁹ Loureiro ouvia-o ainda “*com aquela sua palavra vibrante, fluente, pitoresca, incisiva tal a do seu estilo escrito, falava alto como quem não ocultava reservas.*”⁷⁰

Escrevendo possivelmente em 1897, José do Canto conta de si: “*J’administre directement mês biens-fonds, et je suis obligé d’être fermier, forestier, jardinier, conducteur de travaux, etc, etc. et aux temps des récoltes, il me faut être un peu partout. J’ai aussi un bureau, et j’y passe pendant 8 mois de l’année, 6 heures par jour avec 2 clerks.*”⁷¹

A Casa Brum do Canto era gerida pessoalmente por José do Canto e, estando na Ilha ou fora dela, a primeira e a última palavra pertencia-lhe sempre. Era uma tarefa árdua manter-se a par de tudo para gerir a sua Casa (no sentido de propriedades e família e seus dependentes). Estando na Ilha, conversava com os responsáveis ou escrevia-lhes. Por exemplo, no arranque das experiências do chá, dialogava com o jardineiro Alexander Reith. Para contactos com o exterior, recorria a casas especializadas em Londres, Lisboa, Porto e Paris. Em Paris, José do Canto usava todos os meios da época ao seu alcance para contactar com a Ilha: o barco a vapor, o comboio, o telegrama.

Quando se encontrava fora da Ilha ou de Ponta Delgada, deixava um administrador nesta cidade, a quem escrevia com assiduidade. No período em estudo conhecem-se António Bernardes de Abreu Lima (já está ao serviço em 1860 e falece em 25 de Março de 1877),⁷² aquele em quem mais confiava, Francisco Arruda Furtado (Ponta Delgada, 1854 - Fajã de Baixo 1887),⁷³ com quem entrou em choque, Jacinto Pacheco de Almeida (Esteve ao serviço

68 *A Actualidade*, Ponta Delgada, 4 de Abril. (1897)

69 Castilho, Júlio, *Memórias de Castilho*, 2.^a edição, vol. V, Coimbra, 1932, p. 164.

70 Loureiro, Augusto, José do Canto II, in *A Actualidade*, Ponta Delgada, 20 de Novembro de 1898, p. 1

71 Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.15/1527 RES Carta (rascunho) de José do em francês, 1897?

72 Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, Carta de António Bernardes de Abreu Lima a José do Canto, Ponta Delgada, 22 de Março de 1877: “(...) Última carta do meu querido amigo António Bernardes de Abreu Lima, cuja irreparável perda ocorreu em 25 de Março pelas 8 ¾ horas da noite.” (nota de José do Canto ao final da carta).

73 Naturalista, dedicou-se à antropologia e malacologia. É considerado o pioneiro da introdução do Darwinismo em Portugal. Arruda, Luís (organização), Correspondência de Francisco de Arruda Furtado, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2002. P. 13: “(...) Com 22 anos [c. 1876], quando desempenhava funções de amanuense na Repartição de Fazenda daquela cidade, foi convidado por José do Canto para trabalhar como escrivão na sua casa comercial, cargo que desempenhou durante 7 anos. [c. 1883].” Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não

de José do Canto entre 1885 e 1894) e o sobrinho André Vaz Pacheco de Castro (começa em 1896). Mesmo assim, sempre que o entendia, José do Canto tratava dos assuntos diretamente com os feitores. E eles retribuía-lhe de igual modo. Era frequente João Carreiro, das Furnas, João Furtado, do Porto Formoso, e Francisco de Melo, da Ribeira Grande, conversarem com o patrão. Era minucioso, chegando a demonstrar preocupação com o bem-estar de Francisco de Melo quando este adoeceu.

Senhor de facetas contraditórias, homem da época, pai austero e intransigente, teve relações azedas com os seus jardineiros George Brown e Alexander Reith. Porquê? Independentemente do que possa ter acontecido entre eles, José do Canto, possuidor de uma forte personalidade, era um patrão implacável para quem desobedecesse ou não cumprisse as suas directivas com a entrega total que exigia: a si próprio e a todos. Mas também podia ser bastante humano para quem lhe era totalmente e incondicionalmente dedicado, sobretudo subordinados, veja-se o caso de Francisco de Melo (que o serviu até não mais poder).⁷⁴ Ou ainda a bebedeira que, caso fosse atingido um objectivo, que traçara, prometera dar e deu aos trabalhadores do Porto Formoso.⁷⁵ Acrescente-se que, entreteve uma relação bastante conflituosa e desigual com os filhos António e José, chegando ao ponto de ter as relações cortadas com o último.⁷⁶

tratada [Copiador de correspondência expedida de José do Canto, 1881-1886], Carta de José do Canto a Francisco de Arruda Furtado, 19 de Novembro de 1883. Nota posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018: cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada [Copiador de correspondência expedida de José do Canto, 1881-1886] Carta de José do Canto a Francisco de Arruda Furtado, 19 de Novembro de 1883: "(...) (fl. 261) *Sinto que V. Senhoria continua a sofrer dos seus incómodos, sem que obtenha alívios permanentes. Sinto-o por V. S. que sofre e geme e sinto-o pelo estado da minha escrituração e dos meus negócios que cada vez vão ficando em maior atraso. Antes de V. S. ficar de cama já a escrituração da caixa tinha um atraso de 3 meses e agora maior tem, há uma infinidade de negócios e de continhas que é preciso pôr em clareza, e direi com franqueza a V. S. que tenho a maior aflição porque penso que posso falecer de um momento para o outro sem que o meu escritório esteja completamente em ordem, como há muito desejo. Não desejo agravar as dores físicas de V. S. nem obriga-lo moralmente a fazer o que não pode nem deve fazer no seu actual estado de saúde, mas também é para mim sobremodo penível ter de carregar com trabalhos que sempre remunerarei, por não ter tempo de os fazer (...).*'

⁷⁴ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, 14077-C, Carta de Jacinto Pacheco de Almeida a José do Canto, Ponta Delgada, 1 de Janeiro de 1887: "(...) (fl. 2 v.) (...) *Estive, quarta-feira, 29, na Ribeira Grande com o pobre do nosso Francisco de Melo. Tornaram-se-lhe mais profundas e intensas as sufocações, em que perde completamente a sensibilidade em convulsões atrozes! A dispneia e a rouquidão agravaram-se, e tem-no, coitado numa tribulação penosíssima que adoce mesmo quem o vê, um esqueleto! (...) É contudo admirável o espírito que o anima, quando se acha menos acabrunhado, e o bem que come e goza, que é na verdade uma fortuna em tal estado. É admirável também como ele saindo já pouco, e a cavalo, tem dirigido os trabalhos de modo que as culturas em dia, e com bom trabalho, bom aspecto, diga-se a verdade;*' Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, 13328-C, Carta de Margarida Brum do Canto a José do Canto, Lisboa, 11 de Fevereiro de 1887: "(...) *imagino o transtorno que lhe fará a morte do Francisco de Melo, que tão dedicado lhe era, soube este acontecimento por uma carta da mulher ao (fl. 1 v.) Artur, e penalizou-me deveras, porque era um excelente homem, e ainda tão novo.*'

⁷⁵ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de José do Canto, Porto Formoso (?), a Maria Guilhermina Taveira Brum da Silveira, Ponta Delgada (?), 1883 (?): "(...) (fl.1) (...) *Desde que aqui estou tenho estado com os arrumos constantemente, e só hoje à hora do meio-dia, é que fui na lanchinha ao Forno da Cal assistir a uma bebedeira que tinha prometido aos meus homens, quando acabassem a poda dos pinheiros (...).*

⁷⁶ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Rascunho e bilhete de José do Canto, São Miguel (?), a António Brum do Canto (?), sem data [1887?]: "(...) *Meu filho/Desejo-te feliz saúde/Ainda que quebrasses as tuas relações comigo, entendo que essa circunstância me não impede de tratar contigo alguns negócios urgentes; e prefiro tratá-los directamente em lugar de recorrer a um terceiro./Tenho de te entregar de*

É no cruzamento entre o ímpeto de José do Canto e a dinâmica da SPAM e da sua Geração que a cultura do chá emerge, tendo merecido uma atenção mais ou menos particularizada na historiografia açoriana.⁷⁷ Ao que pudemos apurar, a maioria da literatura científica ou de divulgação científica, que estuda a economia e a sociedade açorianas nos séculos XIX e XX, traz, ocasionalmente, referências circunstanciais ao período da introdução do chá e à sua subsequente industrialização na Ilha de São Miguel. Exemplos: Francisco Carreiro da Costa,⁷⁸ José Manuel da Mota Sousa, Fernando Aires de Sousa, Sacuntala de Miranda, Fátima Sequeira Dias, Maria Isabel Albergaria, Carlos Cordeiro, Margarida Vaz do Rego Machado, Maria Isabel João, Susana Serpa Silva, Pedro Borges, Maria Filomena Mónica e Carlos Riley.⁷⁹ Entre os estudos publicados, são também relevantes os que se dedicam às fábricas/oficinas e aos fabricantes. Exemplos, entre outros: fábrica/oficina de José Bensaúde;⁸⁰ fábrica/oficina Canto; Raposo do Amaral/Barrosa;⁸¹ LL/Mafoma/Corte Real,⁸²

torna de tua legítima ..., que mandarei por em casa do Escrivão Nogueira no dia e hora que te convier, para tu verificares a exactidão, e o Escrivão passar recibo da quantia que tu assinarás.'

⁷⁷ Ferguson, Niall, *Redes, Hierarquias e a Luta pelo Poder Global*, Temas e Debates, Círculo de Leitores, Lisboa, 2018: "(...) (p.1) (...) as redes informais têm em geral uma relação muito ambivalente em relação às instituições estabelecidas e, por vezes, até uma relação marcada pela hostilidade. Os historiadores profissionais, pelo contrário, têm tendido a ignorar, ou pelo menos minorizar, o papel das redes. Mesmo hoje, a maioria dos historiadores universitários tende a estudar os tipos de instituição que cria e conserva arquivos, como se aquelas que não deixassem um adequado rasto de papel não contassem para nada. Mas a minha pesquisa e a minha experiência ensinaram-me a estar atento à tirania dos arquivos. Muitas vezes, as maiores mudanças na História são as que fazem os grupos informalmente organizados e de documentação reduzida. (...) (p.5) (...) No passado, como já mencionei, os historiadores não eram muito bons a reconstituírem as redes de outrora. A desatenção prestada às redes deveu-se, em parte, ao facto de a pesquisa histórica tradicional confiar essencialmente nos documentos emanados das instituições hierárquicas, como os Estados. As redes mantêm registos mas que não são tão fáceis de encontrar.'

⁷⁸ Costa, Francisco Carreiro da, *O chá nos Açores*, Dactiloescrito, Palestra no Emissor Regional dos Açores, 3 de Novembro de 1950; Costa, Francisco Carreiro da, *Chá ou Café*, Dactiloescrito, Palestra no Emissor Regional dos Açores, 21 de Outubro de 1960; Costa, Francisco Carreiro da, *Chá*, in *Dicionário de História de Portugal*, Joel Serrão, vol. II, Porto, 1963-1971; Costa, Francisco Carreiro da, *Esboço Histórico dos Açores*, Instituto Universitário dos Açores, Ponta Delgada, 1978.

⁷⁹ Igualmente, Silva, Rui Manuel Esteves da, *O Chá em Portugal: História e hábitos de consumo*, Dissertação de Mestrado, Mestrado em Estudos Interculturais Português/Chinês: Tradução, Formação e Comunicação Empresarial, Universidade do Minho, Janeiro de 2014, pp.39-43.

⁸⁰ Dias, Fátima Sequeira, *Indiferentes à diferença: os Judeus dos Açores, nos séculos XIX e XX*, Ponta Delgada, 2007, p. 363.

⁸¹ Langhans, F. P. de Almeida (coordenador), *Ofícios antigos subsistentes nas Ilhas dos Açores: Ilha de S. Miguel*, vol. XVI, *Fábrica de Chá da Barrosa*, 1987, Ribeira Seca (Ribeira Grande), pp. 2461-2468, 1990; Dias, Fátima Sequeira, *Chá Barrosa*, Enciclopédia Açoriana, 2000, Fonte Arquivo da família Eduardo Wallenstein; cf. <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=1683>

⁸² Langhans, Ob. Cit., 1985-1986, pp. 2521-2575, 1990; Isabel Medeiros, *O Chá Corte Real/Mafoma*. Memórias, 2000. Ponta Delgada, Universidade dos Açores. Trabalho elaborado para a disciplina de Antropologia Cultural II, Licenciatura em Sociologia. À consulta no Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores, Dr. Luís da Silva Ribeiro; Norberto Cunha Pacheco, *Ribeira Seca: Terra das Cavalhadas de São Pedro e da Madre Teresa da Anunciada*, 2006; Melo, Pedro Pascoal de, *A locomóvel da antiga fábrica de chá da Mafoma: Uma máquina a vapor na indústria micalense do dealbar do século XX*, in *Insulana*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2008; Idem, *A CASA DA MAFOMA- Estudo Monográfico*, in *INSULANA*, vol. LXVI (2010). Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.

fábrica/oficina de Manuel Raposo,⁸³ fábrica/oficina do Tanque [Visconde Faria e Maia,⁸⁴ fábrica da Gorreana,⁸⁵ a fábrica/oficina PortoFormoso,⁸⁶ (ou ainda sobre o Porto Formoso, que se publicou recentemente),⁸⁷ fábrica/oficina da Seara e outras.⁸⁸ Outro manancial de informação proveio de trabalhos interpretativos do chá e da economia do período do chá tais como, apenas para citar alguns, os de Fátima Sequeira Dias, Margarida Machado, Carlos Riley, Isabel Albergaria,⁸⁹ Pedro Pascoal, Carlos Enes, Maria Isabel João.

Apesar deste esforço heurístico amplo, entendemos que faltava uma narrativa que integrasse o que já se conhece relativamente ao chá e que articulasse este conhecimento com uma pesquisa sistemática nos Fundos da SPAM, do Governo Civil de Ponta Delgada, da Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada (todos depositados na BPARPD), bem como de Fundos particulares acessíveis ao público (Raposo do Amaral, Brum da Silveira - José do Canto, João de Simas) que se encontram à guarda dos Serviços de Documentação da Universidade dos Açores ou na Biblioteca Pública de Ponta Delgada (Armando Cortes Rodrigues-Francisco Maria Supico; Ernesto Rudolfo Hintze Ribeiro; Ernesto do Canto; Vaz Pacheco de Castro).⁹⁰ Em Documentação dos Serviços de Desenvolvimento Agrário de S.

⁸³ Couto, Maria Helena do, Padre Manuel Raposo: uma vida ao serviço de um ideal, Edições Câmara Municipal de Nordeste, 1989; *Diário dos Açores*, *O Padre Manuel Raposo: uma vida centenária ao serviço da Igreja*, Ponta Delgada, 17 de Setembro de 1968, p. 1.

⁸⁴ Viveiros, José, *Fábrica de Chá Faria e Maia*, in Chá dos Açores, 2016; Amaral, José, *A Fábrica de Chá Faria e Maia: Quinta do Tanque – Cabouco*, Câmara Municipal da Lagoa, 2011.

⁸⁵ Langhans, Ob. Cit., 1986, pp. 2489-2520, 1990; Salvi, Rejane, Panorama Açoriano, 1990; Cristina Mestre, Isabel Marques, *A Fábrica do Chá Gorreana*, 1990. Ponta Delgada, Universidade dos Açores. Trabalho elaborado para a disciplina de Antropologia Cultural II, Licenciatura em História e Ciências Sociais. À consulta no Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores, Dr. Luís da Silva Ribeiro; Isabel Margarida de Sousa, Um chá em família, in *Expresso*, 14 de Agosto de 1999, p. 46; Roque, Bruna, Maria Emanuel Albergaria, *Histórias de Vida*, Madalena Mota, Catálogo Exposição Caminhos do Chá, Museu Carlos Machado, Ponta Delgada, 27 de Novembro de 2015 a 2 de Abril de 2016; Gorreana, Portugal Insular, Lisboa, Maio de 1939; Albergaria, Maria Emanuel, *O chá em São Miguel. O caso das plantações de chá Gorreana*, Catálogo Exposição Caminhos do Chá, Museu Carlos Machado, Ponta Delgada, 27 de Novembro de 2015 a 2 de Abril de 2016; Melo, Pedro Pascoal F. de, Madalena Hintze Motta, *Notas para a História da Fábrica de Chá Gorreana*, in Chá dos Açores, 2016; Albergaria, Maria Emanuel, *O Chá em São Miguel. O caso das Plantações de Chá Gorreana*, Catálogo Exposição Caminhos do Chá, Museu Carlos Machado, Ponta Delgada, 27 de Novembro de 2015 a 2 de Abril de 2016; O Chá Gorreana, Cineact.net, Manuel Bernardo Cabral; Programa RTP/Açores, Eng.º João Manuel Forjaz, Maria Emanuel Albergaria, caminhos do Chá, 2016; Sampaio; Programa de Catarina Portas, Maio de 2017, <http://www.rtp.pt/play/p3511/fabrico-nacional>.

⁸⁶ Cruz, Nuno, *A Cultura do Chá: um olhar sobre a Fábrica de Chá Porto Formoso*, 2002. Ponta Delgada, Universidade dos Açores. Trabalho elaborado para a disciplina de Antropologia Cultural II, Licenciatura em Sociologia. À consulta no Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores, Dr. Luís da Silva Ribeiro; José António Gonçalves Pacheco, Porto Formoso, Um chá no Oceano, s/l, Ed. Pacheco Mendonça, Ld.ª, s/d; Maia, Amâncio Faria e, *Esboço Histórico e Económico da Indústria Agrícola do Chá em S. Miguel*, Insulana, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. 15, 1959, pp. 428-429. [Com a data de 1959 mas, por uma simples crítica interna, pelo menos, contendo dados referentes a 1960]

⁸⁷ Almeida, M., “Indústrias Micaelenses: O Chá Porto Formoso”, Almanaque Micaelense para 1934, Ponta Delgada, [s.p.]; Pacheco, José António, Regina Mendonça, *Fábrica do Chá Porto Formoso: um exemplo industrial do chá nos Açores*, in Chá dos Açores, 2016, p. 77; O chá Porto Formoso, Iris Produções, José França.

⁸⁸ Albergaria, Maria Emanuel, *A Planta do Chá*, Catálogo Exposição Caminhos do Chá, Museu Carlos Machado, Ponta Delgada, 27 de Novembro de 2015 a 2 de Abril de 2016.

⁸⁹ Isabel Albergaria, *Umna coltivazione esotica alle Azzores: il te di São Miguel* [s.s.] [no prelo]

⁹⁰ Vide: Lopes, Maria de Jesus dos Mártires, *Epistolário de um Açoriano na Índia: D. António Taveira de Neiva Brum da Silveira (1750-1775)*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1983; Inventário da Correspondência de

Miguel, encontrei fotocópia de carta inédita e importante do Coronel Garcia de Macau José do Canto.⁹¹ Além do mais, já em Novembro de 2018, confrontado com nova Documentação, em parte, citada, entretanto, recuperada, logrei, nesta versão, confirmar dados que citara indirectamente e acrescentar outros. Acrescentei, ainda, outras leituras, que cito e refiro.

Retomando o fio à meada: assim, para sustentar o nosso estudo sobre o chá e pelo facto de parte substancial deste trabalho envolver a acção da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, procurámos analisar sistematicamente o arquivo que chegou até nós. Os fundos sobreviventes encontram-se dispersos pela Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, a sua esmagadora maioria, e pelos Serviços de Documentação da Universidade dos Açores. Foram compulsadas as atas da Direcção e das Assembleias-Gerais, assim como os livros de registo de Receita e Despesa, Livraria e Sócios, num âmbito cronológico da década de cinquenta do séc. XIX até inícios do século XX.⁹²

José do Canto existente na sua Livraria, Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada, Ponta Delgada, 1998; Catálogo do Epistolário Familiar: Arquivo Brum da Silveira - José do Canto e Catálogo do Arquivo António do Canto Brum, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1999; Registo de Inventário, Cartas endereçadas a Francisco Maria Supico, Registo de Inventário, Museu Carlos Machado - Casa Armando Cortes Rodrigues [Incorporado na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada]; Arquivo Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro: reflexões sobre o tratamento arquivístico em curso nota de abertura Direcção da BPARPD; transc. e catálogo Jorge Mello-Manoel... [et al.] [Ponta Delgada]: Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, 2010.

⁹¹ Cf. Fotocópia de Jacinto Fernandes Gil, SDASM, Carta de António Joaquim Garcia, Macau, a José do Canto, Ponta Delgada, 27 de Abril de 1892.

⁹² A primeira referência conhecida a este Arquivo é de José Manuel de Mota de Sousa. Este autor escreveu em 1959/1960. Trata-se de um primeiro grande trabalho sobre o papel da SPAM. Aí, o autor dá conta do estado em que se encontrava: "(...) (p.6) (...) depositado na Biblioteca Pública de Ponta Delgada sem qualquer espécie de ordenação (...)". Consultou aí "(...) livros de actas e relatórios da Direcção, muitos deles publicados no órgão da SPAM – o jornal *O Agricultor Michaelense* – que se publica a partir da fundação da Sociedade – 1843. (p.7)." Além daquelas espécies, o "*Sr. Engenheiro José Maria Álvares Cabral* [era] detentor de alguns dos livros de relatórios e correspondência da Sociedade. (...)". Também os consultara. Mais à frente no seu trabalho adianta datas para o fim da vida útil da SPAM: "(p.75) (...) De 1898 a 1912, encontramos registo de 11 sessões ordinárias da Direcção da Sociedade, com referências às dificuldades financeiras encontradas, claro testemunho da fraca actividade desenvolvida. Já em 1901 a sociedade de beneficência "século XX", propõe alugar a sede e edifícios da sociedade, sitos na cidade de Ponta Delgada, ideia retomada em 1912 pelo Coronel Francisco Afonso de Chaves, para a instalação de um museu municipal. A sociedade, que não se reunia desde 1906, elege corpos gerentes com o fim de entabular negociações que terminam pela venda do edifício (...)". Trabalhar a fundo aquele arquivo, segundo ele, só seria possível, "(...) após uma paciente e conscienciosa catalogação de todos os elementos infelizmente dispersos pela Biblioteca Pública de Ponta Delgada e bibliotecas particulares das famílias micaelenses que maior preponderância tiveram nos acontecimentos (p.78) políticos e económicos da época. (SOUSA, José Manuel Mota de - *A economia Micaelense da 1ª metade do séc. XIX e a acção da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense* [Texto policopiado: subsídios para o estudo de uma época. Coimbra: J.M.M. Sousa, 1960. 82 f. Tese de licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 6-7, 75, 77-8). Antes de 1998, Pedro de Medeiros, da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, compilou uma Relação dos Maços e Documentos da SPAM. Em 2010, o Professor Carlos Riley, sendo Director da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, diz-nos que aquele arquivo "(...) (p.3) (...) ainda não está organizado (...)". Sendo, então, o mesmo "composto por 29 livros e 19 maços. Inclui documentação produzida e/ou recebida pelos diferentes órgãos da SPAM, sobretudo na 2ª metade do século XIX (1843 – 1905?), nomeadamente pela Direcção, Assembleia Geral e pelo jornal "*O Agricultor Michaelense*". Além das actas das reuniões dos diferentes órgãos e da correspondência, há ainda documentação de carácter contabilístico, de tipologia diversificada, como por exemplo contas da direcção, orçamentos, notas de despesas, facturas, recibos, guias de pagamento, ordens de pagamento e processos relativos a alguns projectos idealizados pela Sociedade ao longo da sua existência." Quanto à data da sua incorporação e origem da sua proveniência, informa-nos ser "(...) desconhecida" e "possivelmente doado pela Associação Comercial de Ponta Delgada vários anos após a extinção da referida sociedade agrícola (RILEY, Carlos, [O ARQUIVO DA SOCIEDADE PROMOTORA DA AGRICULTURA MICAELENSE] 25 de Novembro de 2010, Japan Week, 20- 25 de Novembro de 2010, *VIAGEM COM CHÁ - DO JAPÃO E ORIENTE AOS AÇORES*, Confraria Atlântica do Chá e Museu Nacional Soares dos Reis [Manuscrito]) A descrição arquivística de Mestre

Sendo José do Canto outro vetor principal deste trabalho, respigámos os Arquivos Brum-da Silveira, depositados nos Serviços de Documentação da Universidade dos Açores⁹³ e a Livraria de José do Canto, existente na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.⁹⁴

Para complementar, ainda neste último organismo, consultámos a correspondência de Ernesto do Canto e Francisco Maria Supico. Não foi esquecida a livraria de Ernesto do Canto. Ainda naquele Arquivo Regional, consultámos Documentação da Junta Geral e do Governo Civil de Ponta Delgada, da Alfândega, dos Registos Cíveis de Ponta Delgada e do Nordeste e o Arquivo Vaz Castro. Neste pequeno acervo de Vaz Castro, existem cartas de José do Canto.

Odília Filomena Alves Gameiro, de Dezembro de 2012, acrescenta possíveis razões: “(...) como o sugere a existência de alguns documentos desta Associação [Comercial de Ponta Delgada] no arquivo da SPAM, sobretudo da década de trinta do séc. XX (...)’ Outros vieram de outra fonte: “*Além de documentos da Associação Comercial de Ponta Delgada encontravam-se também no arquivo dois livros de rendas e foros da família Brum da Silveira, uma genealogia da família de Ornelas, compilação de documentos relativa ao arcebispo de Évora D. Teotónio de Bragança e correspondência dirigida a José do Canto. É provável que a existência desta documentação de origem diversa, entre os documentos da SPAM, se deva a José do Canto, casado com a herdeira da família Brum da Silveira e um conhecido bibliófilo. Sendo um dos fundadores da SPAM, associação a que permaneceu ligado durante muito tempo, poderá ter junto ao arquivo da Associação documentos de proveniência diversa.* (FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA. Não se conhece a fonte imediata de aquisição. DIMENSÃO E SUPORTE. 6945 doc. EXTENSÕES, 27Livros, 97Capilhas,13 Caixas’

<http://www.arquivos.azores.gov.pt/details?id=1014762&ht=SPAM>’ Além destes da BPARPD, existem mais dois nos SDUA. Os livros deste período final de atividade da SPAM, fazem parte do Arquivo Raposo do Amaral hoje depositados nos Serviços de Documentação da Universidade dos Açores. Ainda em 1912, fosse como fosse, a SPAM pagava “(...) Contribuição Predial pelo ano de 1911 (...)”(cf. UACSD/FAM-ARA/X/001/Lv.1, Contas da Direcção, SPAM, Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, 1 de Janeiro de 1898 a 14 de Fevereiro de 1912, 14 de Fevereiro de 1912, fl. 99). Ou no mesmo ano pela despesa do “(...) preparo da terra da Sociedade para cultura de beterraba (...)”(cf. UACSD/FAM-ARA/X/001/Lv.1, Contas da Direcção, SPAM, Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, 1 de Janeiro de 1898 a 14 de Fevereiro de 1912, 3 de Fevereiro de 1912, fl. 99). Ou para o mesmo ano de 1912, pela cultura de beterraba: “(...) pago pelo mandado n.º 1 Preparo da terra da Sociedade para cultura de beterraba, n.º 1, 6\$400. (cf. UACSD/FAM-ARA/X/001/Lv.1, Contas da Direcção, SPAM, Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, 1 de Janeiro de 1898 a 14 de Fevereiro de 1912, 3 de Fevereiro de 1912, fl. 99). Há quotas recebidas ainda em 1911. (cf. UACSD/FAM-ARA/X/001/Lv.1, Contas da Direcção, SPAM, Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, 1 de Janeiro de 1898 a 14 de Fevereiro de 1912, 1 de Janeiro de 1911, fl. 94.)

⁹³ Em Setembro de 2018, encontrou-se na casa do falecido Dr. Néstor de Sousa, um acervo de cartas e demais documentação, claramente pertencente a este fundo. A partir de 9 de Novembro, até hoje, 5 de Dezembro, pesquisei e transcrevi cartas e outros documentos. Deu para confirmar as citações de Néstor de Sousa e esclarecer ou abrir novas perspectivas para os Capítulos III-V. Aguado, cartas de Goeze, Henry Funall e Facturas, na posse de familiares directos.

⁹⁴ Borges, Pedro, Ob. Cit., pp. 10-14: “*Outros morgados e ricos proprietários competiram no projecto de modernizar e desenvolver a Ilha, em associação ou com as suas próprias iniciativas, mas os arquivos documentais de José do Canto, apesar de várias lacunas, permitem-nos descortinar práticas relevantes para perceber (...) Para além de correspondência vária e dos Inventários Orfanológicos após a morte do casal Canto, a Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada tem à sua guarda a valiosa livraria de José do Canto comprada aos herdeiros em 1942. (Nota20) (...) Dos periódicos que José do Canto assinava, a maioria não consta deste arquivo. Regra geral, não foram integrados na venda à Junta Geral da sua livraria os periódicos especializados ou generalistas, incluindo a imprensa ilustrada. Livros à parte, o arquivo documental público mais extenso de José do Canto encontra-se no Centro de Documentação da Universidade dos Açores, integrando o Fundo Brum da Silveira. (...) O incêndio de 1989 do edifício da Reitoria da Universidade, onde se encontrava à data este arquivo, poderá explicar algumas brancas na documentação actualmente existente, embora haja períodos cronológicos que, pela total ausência, deduzo que não tivessem qualquer documento previamente ao incêndio, no qual se estima terem ardido 15.000 documentos. (...). Seria pelos balancetes que se poderia estudar a rentabilidade das culturas agrícolas de José do Canto, mas faltam documentos sequenciados para o fazer, e, na verdade, a contabilidade da Casa nunca terá sido o que José do Canto gostaria que fosse (...). O que é facto é que os documentos existentes na Universidade dos Açores indiciam uma contabilidade de borrão, algo desorganizada no seu registo.*’

Dos Arquivos privados dos descendentes de José do Canto temos cópias que nos foram facultadas pelo Doutor Carlos Riley. No Arquivo da família Agnelo Borges, encontrámos as cartas de José do Canto a João Borges Cordeiro.

Para além destas pesquisas de Arquivo, também fizemos um recenseamento sistemático das fontes impressas (periódicas ou não) relevantes para o tema, desde as propostas e debates que ocorreram na Câmara dos Deputados, até ao periodismo científico de matriz agrícola e industrial, passando pela pródiga imprensa local da segunda metade do século XIX. Assim, sempre no intuito de cruzar, confrontar e esclarecer fontes, recorremos a elementos da hemeroteca: *A Persuasão* (de 1860 a 1911); *Jornal de Anúncios* (todos); *A Estrela Oriental* (toda, embora existam falhas); *Diário dos Açores* (sondagens). Todo *O Agricultor Michaelense*, *O Cultivador*, *Almanak Rural dos Açores* (da SPAM), *Boletim* (SPAM); *O Agricultor Açoriano*, Anuários e Almanques. Os Anuários e Estatística Nacional foram-nos facultados pelos Serviços Nacionais de Estatística. Também compulsámos, ainda que não de modo sistemático, mas abrangente, monografias ou memórias (algumas com sucesso) de localidades, sendo exemplos: monografias de vilas, de concelhos, de cidades e da Ilha; monografias de pessoas, de Graça Ataíde, de Augusto Ataíde, de Sacuntala de Miranda, do Visconde do Botelho.⁹⁵

Consultámos fontes manuscritas e impressas diversas: os Arquivos Paroquiais da Diocese de Angra (muitos já acessíveis *on-line* no Centro do Conhecimento dos Açores); as Genealogias publicadas (Santa Maria e São Miguel, de Rodrigo Rodrigues), *Soares de Albergaria das Ilhas de Santa Maria e São Miguel*, de Eduardo Soares Albergaria,⁹⁶ da Ilha Terceira, das Quatro Ilhas, de Jorge Forjaz, Os Hintze, Notas de Sousa Alvim (para o clero), páginas *on-line* de João Luís Ponte e de José Câmara; Róis Quaresmais; Recenseamentos Eleitorais; Livros de Sepultura.

Quisemos, ainda que num breve sobrevoo, confrontar outros olhares dentro e fora do chamado eurocentrismo. A ideia dominante foi a de encontrar trabalhos que confrontassem a historiografia anglo-saxónica e a francófona, que pouco ou nada menciona a experiência

⁹⁵ Exemplos, o resto veja-se no decorrer do trabalho: Castilho, Júlio, *Memórias de Castilho por Júlio de Castilho*, 2.^a edição, Tomo V, Livro V, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932; PACHECO, Norberto Cunha Pacheco, Ribeira Seca: Terra das Cavalcadas de São Pedro e da Madre Teresa da Anunciada, 2006; BERNARDO, Gilberto Bernardo, Pico da Pedra: Percurso de um Povo (séculos XVI-XXI), pp. 171-172, 2007; BRITO, Raquel Soeiro de, A Ilha de S. Miguel: Estudo Geográfico *A Ilha de S. Miguel: Estudo Geográfico*, s.l.: s.n., 1955; OSHIMA, Hiroshi – Uma viagem pelo Arquipélago dos Açores. Angra do Heroísmo. Vol. 5 Nº 3, p.250-251; NOGUEIRA, J V Paula, Açores: *Ilhas de S. Miguel e Terceira, I A Ilha de S. Miguel*, in *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 13 de Janeiro de 1894; PEREIRA, Júlio Máximo, *Recordações dos Açores*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893. (Extraído do Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa, 12.^a série, n.ºs 7 e 8).

⁹⁶ Albergaria, Eduardo Soares, *Soares de Albergaria das Ilhas de Santa Maria e São Miguel*, Prefácio de Augusto de Ataíde, Dislivro, 2009; Idem, *Machado de Faria e Maya*, Letras Lavadas, Ponta Delgada, 2013.

portuguesa (açoriana) do chá, e a historiografia portuguesa. Para o esclarecimento deste importante ponto, foram-nos igualmente úteis os trabalhos de Jared Diamond (*Armas, germes e aço*), de Henry Hobbhouse (*Seeds of Change: Five Plants That Transformed Mankind*), de Tom Standage (*A History of the World in 6 Glasses*), de Luís Ferrand de Almeida (*Aclimação de plantas do Oriente no Brasil durante os séculos XVII e XVIII*, in Revista portuguesa de história, T. 15, 1975), de José Eduardo Mendes Ferrão (*A aventura das plantas e os Descobrimentos Portugueses*, de 1992), de A J R Russell-Wood (*World on the Move: The Portuguese in Africa, Asia, and America, 1415-1808*). Por outro lado, além da *História Ultramarina Portuguesa, da Expansão e do Império*, de João Paulo Oliveira e Costa, Charles Boxer, Francisco Bettencourt, Luís Filipe Tomaz, e outros, quisemos ler História de historiadores globais, de Andrew Marr, *History of the World*. Para percebermos a Ásia de um ponto de vista não estritamente eurocêntrico, atentamos ao que dizem historiadores que partem da Ásia ou de um ponto de vista de História global de Sanjay Subrahmanyam, *Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia*.⁹⁷ Numa atitude de antropologia retrospectiva, seguindo o que se passa agora com a tentativa de cultivar e produzir café nas Ilhas dos Açores, podemos esclarecer trechos do nascimento do chá nos Açores. Num contexto de tentativa de diversificação agrícola, ao mesmo tempo, em que os mais esclarecidos, reconhecem a necessidade de ir além dos seus conhecimentos. E de alcançar apoios.⁹⁸ Recorremos, ainda, à *internet* como ferramenta de pesquisa variada e de alcance abrangente. Assim como urgiu à História dialogar com as demais ciências humanas, urge dialogar com as demais ciências.⁹⁹

Com base em toda estas leituras e da recolha documental, o estudo que agora se apresenta, além da Introdução e das Considerações Finais, encontra-se organizado em cinco capítulos, a saber:¹⁰⁰ Capítulo 1 – O Chá: viagens de uma planta; Capítulo 2 – São Miguel a Ilha do Chá; 3 – As primeiras experiências;¹⁰¹ Capítulo 4 – A SPAM e o chá; 5 – José do Canto e o chá. Conta ainda com um Anexo contendo uma Tábua Cronológica (Vide Anexo, p. 6 A: para consultar ao longo do trabalho) e Notas Biográficas (Vide Anexo Quadro II, p. 13).¹⁰² O

⁹⁷ <http://links.jstor.org/sici?sici=0026-749X%28199707%2931%3A3%3C735%3ACHNTAR%3E2.0.CO%3B2-S>

⁹⁸ Sousa, Marco, *Reportagem: Produção de café em São Miguel passa de curiosidade a realidade*, Correio dos Açores, 15 de Dezembro de 2018, p.3.

⁹⁹ Aconselha-se a leitura de *Mentes Digitais: a ciência redefinindo a Humanidade*, de Arlindo Oliveira, 2017.

¹⁰⁰ O facto de termos de termos de seguir o título e a estrutura aprovado antes de iniciarmos a pesquisa e a escrita, algo que deveria mudar, obriga-nos a uma narrativa constrangida. Sendo-me facilmente permitido, teria dado por último o nome do título e mudado a sequência narrativa dos capítulos.

¹⁰¹ A documentação encontrada em Setembro e por nós consultada em Novembro, fez recuar e esclareceu este período crucial. Se, por acaso, contactarmos as cartas de Goeze e de Henry Funnel, bem como as facturas de viveiristas, é provável que teremos uma melhor compreensão deste período.

¹⁰² Temos, disponível, toda a cronologia do chá desde o século XVII, em formato digital. Só não o incluímos, por sermos desaconselhados na orientação.

Capítulo 1 é mais do que um intróito.¹⁰³ Com efeito, foi-se-nos impondo ao longo do trabalho de investigação e de escrita uma abordagem de maior fôlego e âmbito. Na verdade, é um elo explicativo inicial que entrelaça os demais, não só porque estabelece antecedentes, mas também porque ajuda a iluminar o pensamento dos introdutores do chá na Ilha. Entre muitos outros exemplos possíveis, a *Spam Difusão de Ideias*, do Capítulo 2, ou *A Dimensão empírica e o suporte literário da chegada dos dois primeiros Chineses*, do Capítulo 4, parecer-nos-iam pouco claros ou totalmente obscuros se não os tivéssemos iluminado pelo diálogo intertextual encetado com o Capítulo 1. Os introdutores do chá na Ilha, bem como os leitores da imprensa local e internacional que à Ilha chegava, liam as versões/experiências anglo-saxónicas e brasileiras da literatura do chá, não apenas a parte técnica e empresarial mas também a histórica, ou visitavam pessoalmente locais importantes do chá em Londres ou algures.

Para o capítulo 2, não só por ser matéria transversal, urgia, à partida desta viagem narrativa, conhecer a situação da Ilha do ponto de vista económico e traçar o suporte literário e empírico que facilitou/guiou a introdução do chá. Daí, o trabalho *O Agricultor Michaelense da Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense e a promoção da economia agrária em meados do século XIX. (subsídio para o seu estudo)*.¹⁰⁴ Daí também o trabalho *“Introdução e industrialização do chá na Ilha de São Miguel. Uma bibliografia comentada (subsídio para o estudo do chá)*.¹⁰⁵ Foram trabalhos exploratórios que, com posterior investigação e reflexão, levaram a novos capítulos ou a partes de outros capítulos. Muito devemos aos trabalhos já feitos e referidos. Neste, iremos cruzar e aprofundar *O Agricultor Michaelense*, com as outras publicações da SPAM, tais como o *Almanak Rural dos Açores* ou o *Boletim* da SPAM, ou ligadas à SPAM, como foi o caso de *O Cultivador*, ou o *Agricultor Açoreano*, de membros da SPAM.

¹⁰³ A nossa achega para a fascinante História do Chá na Ilha de São Miguel começou a ser ensaiada nos seminários curriculares do doutoramento. Pretendeu-se aí avaliar o material recolhido, levantar materiais e suscitar questões. Assim, almejando seguir o percurso do chá do berço dos Himalaias à Europa, apresentámos o seguinte trabalho que será base desta I Capítulo: *O Chá: Viagens de uma semente. Nas margens e no interior dos Impérios coloniais ultramarinos europeus (Da China ao Brasil/da China a São Miguel)*, Seminário os Impérios Atlânticos, Modelos, estruturas e dinâmicas, Professor Doutor José Damião Rodrigues. O trabalho foi publicamente apresentado na Ribeira Grande, a 8 Julho de 2013 e depois teve a seguinte versão abreviada mas actualizada: “Travelling of the tea from the east to the Azores.” (apresentação em powerpoint em Inglês), Ponta Delgada, International Camellia Society Symposium, 2 de Março de 2015; ou ainda, mais ampliada, com novos dados: MOURA, Mário, *O Chá: Viagens de uma planta (Do Pacífico ao Atlântico)*, 3rd Annual International Interdisciplinary Conference, 8-11 of July, 2015, Azores University; Agosto de 2015, TEA: A JOURNEY FROM THE EAST TO MIDATLANTIC: [HTTP://EUJOURNAL.ORG/INDEX.PHP/ESJ/ARTICLE/VIEW/6322](http://EUJOURNAL.ORG/INDEX.PHP/ESJ/ARTICLE/VIEW/6322)

¹⁰⁴ Moura, Mário, *O Agricultor Michaelense da Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense e a promoção da economia agrária em meados do século XIX. (subsídio para o seu estudo)*, Universidade dos Açores, Departamento de História Filosofia e Ciências Sociais, Curso de Doutoramento de História do Atlântico, Seminário de História de Portugal, Professor Doutor Avelino de Menezes, Ribeira Grande, 7 de Janeiro de 2013.

¹⁰⁵ Moura, Mário, *Introdução e industrialização do chá na Ilha de São Miguel. Uma bibliografia comentada (subsídio para o estudo do chá)*, Seminário de História do Atlântico, Professora Doutora, Margarida Machado, Ribeira Grande, 15 Janeiro de 2013.

A visão do Capítulo 1, quase exclusivamente anglo-saxónica, exceptuando-se os casos excepcionais de Macau e do Brasil, é alargada, no capítulo 3, às experiências do espaço imperial português (Ultramar, Continente e Ilhas). Assim, o Capítulo 3 e as experiências no espaço Português, enquanto no Capítulo 1 se focam os espaços, francófono, russo e holandeses.¹⁰⁶ Os primeiros trabalhos publicados sobre o chá na Ilha de São Miguel, escritos por locais, revelam esse conhecimento daquelas áreas. Constituem exemplos Gabriel de Almeida, Cristóvão Moniz, Francisco Maria Supico, Aníbal Cabido. E José do Canto revela-o em todos os seus escritos particulares (cartas aos seus feitores, correspondentes nacionais e estrangeiros ou irmãos) e públicos (nota sobre o chá a introduzir em Angola).

De um modo sucinto, o Capítulo 3 vai das primeiras fases da introdução e de experiência do chá na Ilha de São Miguel à constatação do facto de que será necessário contratar quem viesse ensinar o cultivo e o fabrico do chá na Ilha.

O capítulo 4 vai da aceitação do projeto do chá pela SPAM, passando pela contratação dos técnicos e preparativos. Incide sobre os anos de 1878/79, nos quais ocorrem as primeiras experiências bem-sucedidas de fabrico de chá.¹⁰⁷ Neste cruzam-se as actividades da SPAM e de José do Canto, aborda igualmente a passagem de testemunho do chá da SPAM para os privados. O capítulo 5, concentrando-se na iniciativa de José do Canto, mas não ficando por aí, apesar de existir pouca Documentação para outros, trata da mecanização parcial do fabrico do chá e da sua comercialização, já de uma forma comparativa com outros empreendimentos.

Para arrumar o chá nos diversos tempos, propusemos uma ordenação cronológica inicial que nos pareceu corresponder a algumas das várias fases do chá na Ilha de São Miguel. No caso, fizemo-lo a pretexto de encontros científicos fora do contexto universitário: primeiro, *Seis tempos do chá nos Açores. Da espontaneidade ao balanço de 1913, (Proposta de arrumo*

¹⁰⁶ O capítulo I foi sendo construído de 2013 a 2017, apresentado na sua primeira versão, a 8 de Julho de 2013, na cadeira curricular do Prof. José Damião Rodrigues, com o título "*O Chá: Viagens d uma semente. Nas margens e no interior dos Impérios coloniais ultramarinos europeus (Da China ao Brasil/Da China a São Miguel;* a 2 de Março de 2015, tendo, entretanto, à medida que investigação prosseguia, colhido novos dados, apresentei no International Camellia Society Symposium, em Ponta Delgada, "*Tea travelling from the east to the Azores;*" se seguida, com mais dados, a 9 de Julho, no 3rd Annual International Interdisciplinary Conference, na Universidade dos Açores, apresentei "*O Chá: Viagens de uma planta (Do Pacífico ao Atlântico)*," e em Fevereiro de 2016, em Dali, Yunnan, China, com João Forjaz Sampaio, o "*Tea: A journey from the East to Mud-Atlantic.*" Além disso, apresentei uma versão adaptada, após diálogo com o nosso orientador, em Maio de 2016. Esta será a versão de 2017.

¹⁰⁷ De extrema importância para perceber Macau: Corte Real, José Alberto, 1832-1885, *O comércio e indústria do chá em Macau e a lei de 27 de Dezembro de 1870*, Macau: Typ. Mercantil, 1879

cronológico);¹⁰⁸ segundo, “Onze tempos do chá nos Açores (Proposta de esboço);¹⁰⁹ terceiro, com o intuito de aprofundar um tempo decisivo inicial, “O tempo que mudou o chá dos Açores, O terceiro tempo: do aprender ao primeiro arranque (1878-1879).¹¹⁰

Em trabalho curricular deste doutoramento, subdividimos o vasto período da história da introdução do chá na Ilha de S. Miguel antes e depois da vinda, em 1878, de *Lau-a-Pan* e *Lau-a-Teng*.¹¹¹ E justificamos a micro-cronologia daí resultante estabelecendo um paralelismo com as grelhas a que a arqueologia recorre, destinadas provisoriamente a arrumar e a facilitar a apreensão deste longo período. Na posse de novos dados, sugerimos uma nova cronologia provisória: 1.º Tempo - Espaço Imperial Português e experiências de cultura e fabrico de chá: até à independência do Brasil (c. 1680's – 1822); 2.º Tempo - Espaço Imperial Português e experiências de cultura e fabrico de chá: sem o Brasil (c. 1822 – c.1860); 3.º Tempo - Espaço Imperial Português e experiências de cultura e fabrico de chá: *teoria sem prática* (c. 1860 - 1878); 4.º Tempo – *Teoria e prática. Lançamento de bases da futura indústria, primeiros passos da produção e comercialização na ilha de S. Miguel e prospecção do mercado externo* (1878 - 1891); 5.º Tempo de Crescimento: *Arranque da mecanização e das exportações* (1891-1950's). Porém, há o balanço de 1912.

Outro passo dado, ao pretendermos dar um nome correcto às unidades locais de transformação da folha verde de chá em chá bebível, explorámos os termos que se referem ao longo de um período em *Espaços de transformação da folha de chá nos Açores: fábrica, oficina, oficina de manipulação ou casa?*¹¹² Este contributo é transversal. A organização desta

¹⁰⁸ Moura, Mário, *Seis tempos do chá nos Açores. Da espontaneidade ao balanço de 1913, (Proposta de arrumo cronológico)*, 17 de Abril de 2014.

¹⁰⁹ Moura, Mário, *Onze tempos do chá nos Açores (Proposta de esboço)*, Praia dos Moinhos, Colóquios de Lusofonia, 24-27 de Abril de 2014

¹¹⁰ Moura, Mário, *O tempo que mudou o chá dos Açores, O terceiro tempo: do aprender ao primeiro arranque (1878-1879)*, Universidade dos Açores, European Scientific Journal September 2014 /SPECIAL/; apresentado: (...) Universidade dos Açores, 2nd Annual International Interdisciplinary Conference AIIC 2014, 8-12 de Julho de 2014.

¹¹¹ Não atendi ao que se segue. Nomes em mandarim e sequência em Português: Nome de família em primeiro lugar. Lau-a-Pan e Lau-a-Teng deveriam ser Pan e Teng? Os dois sistemas de romanização do mandarim: Pinyin e Wade-Giles. Silva, Rui Manuel Esteves da, *O Chá em Portugal: História e hábitos de consumo*, Dissertação de Mestrado, Mestrado em Estudos Interculturais Português/Chinês: Tradução, Formação e Comunicação Empresarial, Universidade do Minho, Janeiro de 2014, p. V: “(...) *Todos os termos e palavras originalmente chineses serão apresentados em Chinês romanizado de acordo com o sistema Hanyu Pinyin (...), sendo este o sistema fonético oficial para a transcrição para Latim do som dos caracteres Chineses. (...) Os caracteres Chineses serão sempre seguidos da respectiva romanização pinyin, com os correspondentes tons.*’ Acerca da ‘romanização’ dos nomes chineses: Schirokauer, Conrad, *A Brief History of Chinese and Japanese Civilizations*, Harcourt Brace Javanovich, Inc, New York, 1978, pp. VIII-XI: “(...) *In Chinese and Japanese, surnames precede given names, and that has been the order followed in this book except for modern Chinese and Japanese scholars who, writing for a western audience, have adopted the western name sequence;*’

¹¹² Moura, Mário, *Espaços de transformação da folha de chá nos Açores: fábrica, oficina, oficina de manipulação ou casa?*, in *Chá dos Açores*, 2016. Já o havia apresentado, de modo não tão aprofundado, como, *Unidades de Transformação de folha de chá na Ilha de S. Miguel de 1878 à actualidade*, Museu do Franciscanismo, Ribeira Grande, Junho de 2014. Nota posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018: Teria aprofundado, se, porventura, tivesse conhecido antes: Pedreira, Jorge Miguel Viana, *Estrutura industrial e mercado colonial. Portugal e Brasil*

narrativa é cronológica e temática, de modo a tentar apreender relações e contextos, e avança ou recua ao sabor dos temas.

O objetivo último deste trabalho é propor uma musealização do chá da Ilha de São Miguel assente numa base de investigação sólida. É semelhante ao que nos orientou no Mestrado na Universidade Nova em Museologia e Património, então o Arcano Místico da Ribeira Grande de Madre Margarida Isabel do Apocalipse. Agora, a cultura e o fabrico do chá na Ilha de São Miguel.

Em jeito de súpula, onde se incluem novos dados coligidos após a entrega da tese, seguiu-se a pesquisa de novas fontes documentais, a fim de se propor uma visão de conjunto de modo a configurar uma imagem mais clara e abrangente da cultura e do fabrico do chá na Ilha de São Miguel até 1898. Uma viagem estimulante e enriquecedora.

(1780-1830), Memória e Sociedade, Difel, Linda-a-Velha, 1994, p.189: "(...) (p.182) *Do ponto de vista da construção de uma tipologia dos modos de produção industrial, a demarcação fundamental, que individualiza a fábrica, distinguindo-a de outros padrões organizativos, reside não só na envergadura, na escala de operações ou na diferenciação da mão-de-obra (que corresponde a uma divisão do trabalho mais pronunciada), mas também nos meios técnicos. A fábrica moderna distancia-se das diferentes formas de manufactura e mesmo das protofábricas pela utilização da força motriz. O processo de produção não depende apenas da habilidade, das qualificações e do saber técnico da força de trabalho, que alguns instrumentos rudimentares, mas ainda movidos pelos homens, auxiliam, conta igualmente com o maquinismo e com o emprego da energia inanimada. Embora esta associação entre máquina e fábrica não seja enunciada pelas representações da época, a nova fábrica da era industrial constitui um novo sistema de produção: o factory system.*' Também teria beneficiado se tivesse conhecido uma súpula da realidade empresarial na Ilha: Moniz, Ana Isabel, *As indústrias Açorianas*, Jornal da Cultura, Ponta Delgada, 1995, pp. 18 - 25.

Capítulo 1

O Chá: viagens de uma planta

“Depois de terem sido estabelecidas grandes plantações [de cana-de-açúcar] na América, quantidades cada vez maiores de açúcar começaram a chegar à Europa. O seu preço caiu e a Europa desenvolveu um gosto insaciável por doces. Os empreendedores responderam a esta necessidade, produzindo quantidades enormes de doces: bolos, biscoitos, chocolates, rebuçados e bebidas açucaradas como o cacau, o café e o chá.”

Harari, Yuval Noah, 2015, p. 390.

“O chá foi uma história de adaptação de sucesso estreitamente ligada à mudança de hábitos sociais, paradigmas culturais e investimentos económicos. Um exemplo de globalização sorrateira que se impôs pouco a pouco entre os europeus, até se tornar a bebida comum e imprescindível dos nossos dias.”

Cunha, João Teles e, Revista da Fundação Oriente, 2012, p.38.

1. História Natural do Chá



[F. 4 – Chá: Variedade Chinesa; F. 5 – Chá: variedade Assâmica]

Fonte: Forjaz Sampaio, João and Moura, Mário, *Tea: A Journey from the East to Mid-Atlantic*, International Camellia Congress, 2016, DALI, YUNNAN, CHINA

Desde que foi atribuído um nome à planta, ela tem sido conhecida por diversos nomes, tanto comuns como científicos. Tomando como tese de que nem todos derivam do Chinês (Cantonês, Mandarim, etc.), começemos pelos comuns.¹¹³ Pode ser *te* ou *chá*, como se nomeia em Portugal, designação adoptada da forma fonética do dialecto Mandarim.¹¹⁴

¹¹³ Victor H. Mair, Professor de Língua e Literatura Chinesa, e Erling Hoh, escritor ligado à arqueologia, em trabalho de 2009, dizem-nos que: “*it is usually claimed that the words for tea in all the languages of the world derive from Chinese (...) the genealogy of words for tea has a deeper origin that is to be found in South East Asia.* Provam-no os parágrafos seguintes do Apêndice C. Mair, Ob. Cit., 2009, p. 262-268.

¹¹⁴ Valignano, Alexandro, *Historia del principio y progreso de la Compañía de Jesús en las Indias orientales (1542-64)*, Roma Institutum Historicum, 1944 (...), 247-8; Yule-Burnell, 905-8: tea) Henry Yule and A. C. Burnell, Hobson-Jobson: A Glossary of Colloquial Anglo-Indian Words and Phrases, and of Kindred Terms, Etymological, Historical, Geographical and Discursive, new edn, ed. William Crooke, London: J. Murray, 1903), 250: “(...) ao ideograma chinês, representativo da planta de chá, correspondem duas formas fonéticas: chá no dialecto mandarino, e te no dialecto de Funkien. A primeira foi adoptada pelo Japão e pela Indo-China, e por Portugal, pela Grécia e pela Rússia; e a segunda pelas outras nações europeias, bem como pelas línguas malaio-polinésias.”



[F. 6 – Imagem Ideograma Chá]

Fonte: <https://www.google.pt/search?biw=1280&bih=694&tbm=isch&sa=1&ei=xTwHWt6NGYP0aovZtsgK&q=tea+ideograms+in+green&oq=tea+ideograms>

O carácter chinês para *chá* é 茶, mas tem duas formas completamente distintas de se pronunciar. Uma é “te” que vem da palavra malaia para a bebida, usada pelo Dialecto Minque que se encontra em Amoy. Outra é usada em cantonês e mandarim, que soa como *cha* e significa “apanhar, colher”.

João Teles e Cunha, em trabalho de 2005, explica-nos os caminhos e os agentes da propagação dos termos “te” e “chá.” “cha,” diz ele, foi a palavra mãe, difundida por via terrestre, entrando nas línguas russa, árabe, persa turca, grega e eslavas; o vocábulo “te”, por seu lado, vem do dialecto hokkien de Amoy, no Fuquiém (Fujian) e terá sido divulgada pela sua população, por via marítima pelo sueste asiático, de onde os holandeses a irradiaram para o resto do mundo, o que explica a predominância do vocábulo derivado deste (tea, té, thé, thee) nos léxicos da Europa ocidental e América; a excepção a este processo de difusão é Portugal, o que se explica, segundo Teles e Cunha, pelo facto de os portugueses terem recebido o vocábulo da zona de influência de “cha”, na China meridional e no Japão.¹¹⁵

O nome científico admitido, no presente, segundo a estudiosa da flora ultramarina portuguesa Maria Cândida Liberato, alicerça-se no avanço dos estudos da genética molecular.¹¹⁶ Sendo revistos periodicamente (o mais recente data de 2009), declara-se que o “*chazeiro, planta-do-chá ou chá é o nome vulgar atribuído às plantas que cientificamente pertencem à espécie Camellia sinensis (L.) Kuntze,*”¹¹⁷ acrescentando-se que a espécie pertence à família botânica *Theaceae* e, dentro desta, ao género *Camellia*, sendo que o Grupo de Filogenia das Angiospermas inclui a família na ordem “Ericales.” Distinguem-se ainda

¹¹⁵ Cunha, João Teles e, *A Via do Chá – Cultura Material e Artefactos do Oriente ao Ocidente (séculos III a XVIII)*, in *O Chá da China: Uma colecção Particular*, Exposição, Centro Científico e Cultural de Macau, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2005, p. 65.

¹¹⁶ Liberato, Maria Cândida, *O Chazeiro. Sistemática e Distribuição Geográfica, in Oriente*, Revista da Fundação Oriente, 2012, p. 92. “Actualmente, o desenvolvimento dos estudos de genética molecular permitiu encontrar padrões monofiléticos de descendência. O Grupo de Filogenia (APG, em Inglês), Publicou, em 1998, o primeiro sistema de classificação para as famílias botânicas de plantas com flor, denominado APG I, organizado filogeneticamente e fundamentado na análise da sequência de genes no ADN. Este sistema tem sido actualizado, com a publicação, em 2003, do APG II e, em 2009, do APG III. Neste texto apresenta-se o chazeiro sob o ponto de vista taxonómico e de acordo com este último sistema, integrando-a na categoria taxonómica denominada Ordem.”

¹¹⁷ Idem, p.93.

duas variedades de plantas cujas folhas são usadas na preparação do chá para infusão, que são a “*Camellia sinensis* (L.) Kuntze var. *sinensis*” e a “*Camellia sinensis* var. *assamica* (J.W. Mast) Kitam.” Considerando somente algumas características externas, pode fazer-se a seguinte distinção: a primeira apresenta o limbo das folhas com 5 a 8 cm de comprimento e 2 a 3 cm de largura, com o ápice abruptamente agudo e extremidade obtusa, sendo a página inferior glabra a esparsamente pubescente apenas quando muito nova; a segunda tem o limbo das folhas com 8 a 14 cm de comprimento e 3,5 a 7,5 cm de largura, de ápice acuminado, com a página inferior a apresentar um indumento viloso ao longo da nervura principal.¹¹⁸

Quanto à sua identificação, ao acompanhar o processo de conhecimento científico, o chá adquiriu e afastou diversos nomes e classificações. Desde logo, refira-se que a designação “camélia” deriva do nome do missionário jesuíta Georg Joseph Kamel.¹¹⁹ Em 1753, Lineu, elaborando um sistema sexual de classificação hierárquica, usou a descrição de Kaempfer e atribuiu-lhe o nome latinizado que este usou para a planta – *Thea sinensis*. Em 1762, o mesmo Lineu, sabendo da existência dos chás verde e preto e julgando-os provenientes de plantas diversas, identificou-as como *Thea viridis* (chá verde) e *Thea bohea* (chá preto). Foi já no séc. XIX que os europeus descobriram tratar-se de chás provenientes da mesma planta, através do escocês Robert Fortune.¹²⁰ Em 1905, o **Código Internacional de Nomenclatura Botânica** admitiu que, onde quer que crescessem, o nome correcto das plantas de chá seria *Camellia sinensis* (L.) O. Kuntze.

De onde é originária a planta? Em 1985, o investigador Japonês Minoru Hasimoto, explorou simultaneamente duas hipóteses: a de um e a de vários locais de origem.¹²¹ Refutando a tese de vários lugares de origem do chá, Hasimoto esclarece-nos que é geralmente aceite que a planta selvagem do chá é oriunda da cadeia montanhosa situada entre Yunnan (China) e Assam (Índia). Porém, em 1978, estudando a taxionomia, controlando variáveis diferentes e analisando grupos de plantas, Hasimoto propõe uma

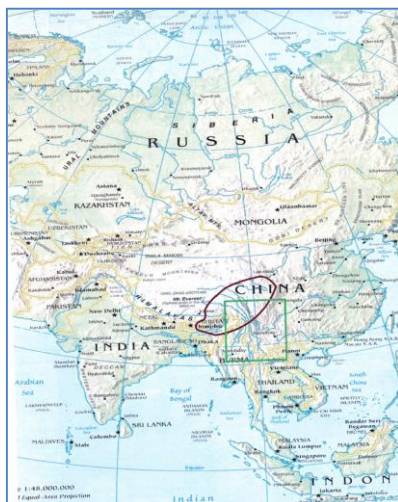
¹¹⁸ Ibidem.

¹¹⁹ Nascido a 21 de Abril de 1661 na Morávia. Entrou para os Jesuítas em 1682, estudou até 1688, sendo colocado nas Ilhas Marianas. Estudou botânica e farmácia. O padre Kamel (nome em latim) morreu em Manila a 2 de Maio de 1706. Ao longo dos anos, Kamel enviou a John Ray e a James Petiver, da *Royal Horticultural Society* de Londres, descrições e desenhos de plantas e animais. Mercê apenas desta correspondência, sem que Kamel haja visto ou descrito camélias, Lineu distinguiu-o com o nome daquela planta.

¹²⁰ Liberato, Ob. Cit, pp. 91-94; ROSE, Sarah, *For All The Tea in China: espionage, empire and the secret formula for the world's favourite drink*, Arrow Books, London, 2010, p. 272: esta biógrafa de Robert Fortune, afirmou, em 2010, que o seu biografado, “corrected Linnaeus’s definition of tea’s taxa by revealing that green and black teas were one and the same (...)”

¹²¹ Hasimoto, M, *The origin of the tea plant*. Queensland Journal of Agricultural and Animal Science. 1985, 19, I: 40-43, cf. <http://www.o-cha.net/english/conference2/pdf/2001/files/proc/j05.pdf>, visto em 29 de Setembro de 2015.

localização exacta na China: Yunnan e Sichuan.¹²² Mais convencido ficou da validade da sua tese após efectuar, em 1980 e em 1983, novas visitas de estudo a Kunming, na Província de Yunnan, e a Xishuangbanna, a sul, na fronteira entre a Birmânia e o Laos.¹²³



[F. 7 – Mapa da Área provável do habitat natural do chá]

Fonte: Maria Cândida Liberato, O Chazeiro. Sistemática e distribuição geográfica, in Oriente, Fundação Oriente, 2012, p. 95

Ao contrário de Hasimoto, Ken C. Willson e Michael N. Clifford admitem a tese da diversidade de locais de origem do chá. Em trabalho publicado em 1992, denominado “*Tea: Cultivation to Consumption*”, situam o berço da planta (variedade *sinensis sinensis*) numa área indefinida, vagamente delimitada a sudeste do planalto tibetano, incluindo “*Sze-chuan*,

¹²² Hasimoto, M. & Simura, T: *Morphological studies on the origin of the tea plant. V. A proposal of one place of origin by cluster analysis.* Jpn. J. Trap.Agr., 21, 93-101 (1978) [In Japanese with English summary].

¹²³ Hasimoto, M, *The origin of the tea plant.* Queensland Journal of Agricultural and Animal Science. 1985, 19, 1: 40-43, cf. <http://www.o-cha.net/english/conference2/pdf/2001/files/proc/j05.pdf>, visto em 29 de Setembro de 2015. José Eduardo Mendes Ferrão, Professor Catedrático Jubilado de Agronomia Tropical, em meu entender, interpretou-o mal. João Teles e Cunha, em trabalhos publicados em 2002 ; Cunha, Ob. Cit, 2002, pp. p. 289-290: “(...) (p.289) A planta é originária do Continente asiático, onde se encontra naturalmente nas regiões compreendidas entre o Yunnan, na China, e a cordilheira (p.290) de Assam, na Índia. Contudo, um estudo recente alargou as áreas de origem para a Birmânia, o Japão e outras regiões do Oriente (Nota: in Hasimoto, *The Origin of [the] Tea Plant*, in J.A.O.Q., n.º 19-1-1985, pp. 40-43, citado por José Eduardo Mendes Ferrão, *A Aventura das Plantas e os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, 1992, p.159) e em 2005; Cunha, Ob. Cit, 2005, p. 59: “(...) (p.59) A planta é indígena do Continente asiático encontrando-se em estado natural na região compreendida entre o Yunnan, na China, e a cordilheira de Assam, na Índia, onde existe a variante *C. assamica* (Masters) Kitam, a qual foi descoberta no primeiro quartel do século XIX, e cujo cultivo se espalhou ao vizinho Sri Lanka. Contudo, um estudo datado de 1985, M. Hasimoto defendeu que a planta também era nativa do Japão e de outras regiões do Oriente. (Nota: D.J Mabberly, *The Plant-book. A Portable ditionary of Vascular Plants*, 2.ª edição, Cambridge, 1997, s.v. [Camellia], Edward Balfour, *The Ciclopaedia of India and of Southern Asia*, Commercial, Industrial, and Scientific; Products of the Mineral, and Animal Kingdoms, Useful Arts and Manufactures, Vol. III, Londres, 1885, p.833; George Watt, *A Dictionary of the Economic Products of India*, reimpressão da edição de 1890, 1972, pp. 429-436; Hasimoto, *The Origin of [the] Tea Plant*, apud José Eduardo Mendes Ferrão, *A Aventura das Plantas e os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, 1992, p.159; João Rodrigues’s *Account of Sixteenth Century Japan*, editado por Michael Cooper, Londres, 2001, Livro I, cap. 32, p.272) seguindo José Eduardo Mendes Ferrão, persiste no logro. Maria Cândida Liberato, em 2012, porventura, aproxima-se do que Hasimoto postula (Liberato, Ob. Cit., pp. 94-95. Em 2012, Maria Cândida Liberato, alicerçada ainda em H. Hasimoto, garantiu que “as variedades de *Camellia sinensis* varieties, das quais o chá se obtém, serão originárias de uma única região da China, centrada em Sichuan, Yunnan e Guizhou.” Hasimoto concebeu as suas hipóteses através do estudo “das características das folhas (...)”, além “de as variedades apresentarem número cromossomático idêntico (...)”. O que foi confirmado “pelo facto de a região a sul de Sichuan não ter sido afectada pelas eras (p.97) glaciares da História e nela se encontrarem plantas muito antigas.”

Yu-nan, Burma, Siam” e a origem da variedade *sinensis assamica* no nordeste da Índia.¹²⁴ Chegam a esta conclusão, distinguindo a evolução diversa do chá primitivo tipo chinês (de folha pequena), da China, da Birmânia e da Tailândia. Em 2007, Mary Lou Heiss e Robert J. Heiss, comerciantes de chá a retalho desde 1974 e assíduos frequentadores dos caminhos do chá asiáticos, apresentam uma resposta semelhante.¹²⁵

Enquanto no leste e sudeste da China os chás sofreram menos cruzamentos ao longo dos séculos, as plantas encontradas na Birmânia e na Tailândia são mais híbridas. Os autores referidos prosseguem o raciocínio, fazendo outro tanto para o chá primitivo da Índia e das áreas limítrofes (folha larga): a região no Assam, onde foram encontradas plantas indígenas, estende-se para leste através das colinas de Naga e da Birmânia. Outro berço natal das plantas situa-se em Manipur (Cachar e Lushai), entre o Alto Assam e Manipur, em ligação com as províncias chinesas de *Sze-chuane Yu-nan*, onde crescem os melhores chás da China.”¹²⁶ Isto leva-os a concluir que a “*área do chá camellia, C. sinensis, e a dos seus diversos primos, é comum ao das florestas do sudeste asiático, onde, no seu estado natural, o chá cresce entre 30 a 40 pés de altura.*”¹²⁷

Na mesma linha de pensamento Victor H. Mair escreve: “*a região nativa exacta do chá tem feito correr tinta até agitado diversos orgulhos nacionais, porém, os botânicos situam actualmente o centro da distribuição natural do chá nos cursos superiores do rio Bramaputra na Índia na Província do Assam, no norte da Birmânia e da Tailândia, Indochina, e sudoeste da China*”¹²⁸ ou até mesmo no Nepal, pois, em 1788, Sir Joseph Banks assinalou a sua existência nas Colinas do Nepal.”¹²⁹

A variedade *Sinnensis* cresce espontaneamente no sul da China e, buscando condições edafoclimáticas preferenciais, “*ocorre em florestas, bosques, espaços arbustivos, ladeiras rochosas e secas, encostas pedregosas e, podendo resistir a breves períodos de geada, pode ser*

¹²⁴ Wilson, K. C., M. N. Clifford, *Tea: Cultivation to Consumption*, Springer – Science, Business Media, B.V, 1992, p.2

¹²⁵ Heiss, Mary Lou, Robert J. Heiss, *The Story of Tea: A Cultural History and Drinking Guide*, 10 Speed Press, Berkeley, 2007, p.4. Em 2007, os Historiadores Mary Lou Heiss e Robert J. Heiss, omitindo o Japão, mantêm “(...) Assam (no Nordeste da Índia), na Província Chinesa de Yunnan (no Sudoeste da China).” Mas acrescentam outros locais: “*ao longo das fronteiras Norte da vizinha Birmânia (...), Laos (...), Vietname e Tailândia.*” [Tradução do autor] Afirmando porque “*os Antropólogos estão a par da existência outrora e da existência actual de árvores de chá em territórios fronteiriços, remotos e arborizados daqueles países.*” [Tradução do autor]

¹²⁶ Ibidem.

¹²⁷ Ibidem. Tradução do autor do original: “*So, it will be seen that the tea camellia, C. sinensis and its many cousins, is indigenous throughout the forests of south-east Asia where, in natural state, it grows into a tree between 30 and 40 feet tall*

¹²⁸ Mair, Victor H., Ereling Hoh, *The true History of tea*, Thames & Hudson, London, 2009, p. 24. Tradução do autor do original: “*its precise native region has plucked the strings, even agitated the gall, of national pride, but botanists now place the center of its natural distribution in the upper reaches of the Brahmaputra river in the Indian province of Assam, the northern parts of Burma and Thailand, Indochina, and Southwest China.*”

¹²⁹ Wilson, K. C., M. N. Clifford, *Tea: Cultivation to Consumption*, Springer – Science, Business Media, B.V, 1992, p.6. Tradução do autor do original: “*(...) in 1788, there had been reports from Sir Joseph Banks no less, followed by those from a colonel Kyd, of tea growing wild in the hills of Nepal.*”

cultivado em altitudes elevadas como em Darjeeling (no sopé dos Himalaias), nas montanhas da Formosa ou na região central do Sri Lanka (antigo Ceilão). Por seu turno, a variedade Assâmica, mais melindrosa, cresce espontaneamente em regiões mais húmidas e menos agrestes do sudeste asiático, sendo cultivada na China, Assam e Ceilão."¹³⁰

Concluimos que "(...) a pátria do chá é habitada por um largo número de diferentes povos: os Hani, Yi, Dai, Bulang, Wa, De"ang, e muitos outros – muitos dos quais mantiveram processos antigos de colheita, de preparação e de consumo da folha do chá."¹³¹ Havendo indícios de que o chá crescia espontâneo em vários pontos da Ásia anteriormente referidos, a conclusão acerca deste ponto deve ser prudente: por tudo o que ficou expandido, a discussão deve permanecer em aberto.

Um compatriota de Hasimoto, Sen Soshitsu XV, em trabalho publicado em 1996, não se dá por convencido com a hipótese do compatriota. Diz ele: *"Em última análise, contudo, não existe prova de que o chá tenha sido levado para a China ou que crescesse aí espontaneamente como uma planta selvagem."*¹³² O Chinês Wu Juenong, Presidente Honorário da Sociedade Chinesa do Chá, com quem Hasimoto esteve em Março de 1982, estuda o chá em profundidade a partir de 1979. Citando Hasimoto, partilha a tese de um local original do chá na China, mas admite que é uma matéria na qual os estudiosos estão ainda a trabalhar.¹³³

O próprio Hasimoto, apesar de todo um caminho desbravado mostra que outro tanto fica por desbravar e adverte que há outros pontos a considerar: *"(...) research on the origin of tea plant must include consideration of the History of population migration, and the time, place, and nationality of wild's tea first cutivators and drinkers."*¹³⁴

Reparo a ter em atenção: Se a China actual deriva da primeira unificação levada a cabo em 221 a.C., atribuir o chá antes daquela data à China ou a qualquer dos países limítrofes actuais, não será o mesmo que considerar Viriato como sendo Português só pelo facto de, ao que se sabe, ter vivido em parte do território que muitos séculos depois viria a ser

¹³⁰ Mair, Victor H., *Ereling Hoh, The true History of tea*, Thames & Hudson, London, 2009: "(p.27) *"(...) is found in forests, thickets, and open shrub, and on rocky slopes and dry, stony hillsides. As it is able to withstand brief periods of frost, it can be cultivated at high altitudes, such as Darjeeling in the foot hills of the Himalayas, the mountains of Tawain, and in central, Ceylon,"* a variedade *Camellia SinensisAssamica* "(...) grows wild in wetter parts of south and southeast Asia, and it is cultivated in China, Assam and Sri Lanka."

¹³¹ Idem, pp. 27-8: Tradução do autor do original: "(...) *The homeland of tea is populated by a large number of different people – The Hani, Yi, Dai, Bulang, Wa, De"ang, and scores of others – many of whom retain ancient ways of collecting, preparing, and consuming the tea leaf."*

¹³² Sen Soshitsu XV, *The Japanese way of tea: from its origins in China to Sen Rikyu*, University of Hawaii Press, 1998, p.4. Nota da tradução do autor: *"In the final analysis, however, there is no way to tell whether tea was brought to China or whether it grew there naturally as a wild plant."*

¹³³ Wu Juenong, *An illustrated modern reader of The Classic of tea*, (tradução: Tony Blishen), 2017, p. 25.

¹³⁴ Hasimoto, M, *The origin of the tea plant*. Queensland Journal of Agricultural and Animal Science. 1985, 19, 1: 40-43, cf. <http://www.o-cha.net/english/conference2/pdf/2001/files/proc/j05.pdf>, visto em 29 de Setembro de 2015.

Portugal? China e Chineses, devemos ter em conta, é uma identificação europeia de quem se considerava como Han.¹³⁵ Cultural e linguisticamente, a área inicial do chá manteve-se, até, pelo menos, ao século XIII d. C., distinta do Norte.¹³⁶

Quem foram os primeiros a usar o chá como bebida e a cultivá-lo? Segundo o Chinês Wu Juenong, não parecem restar dúvidas de que foram os Chineses.¹³⁷ Quando se começou a consumir chá cultivado por mãos humanas? É Hasimoto, sem adiantar provas, quem no-lo afiança: há mais de dois mil anos na China.¹³⁸ Esta data é actualmente corroborada pela arqueologia. Em 2016, foi divulgada na *Scientific Reports* 6 a notícia de que fora encontrado chá no mausoléu do Imperador Jing da dinastia Han, o qual morreu em 141 a.C. Trata-se, segundo os seus autores, Prof. Dorian Fullere e Dr. Yang Xiaoyan, do testemunho mais antigo encontrado até ao momento, o que os leva a admitir que o chá (*Camellia Sinensis*) era consumido pelos imperadores daquela dinastia já no século II a.C.¹³⁹

Mas, atenção, como aconteceu recentemente à história da origem do cacau, devemos deixar em aberto a resposta final para a origem do chá. O artigo, cruzando provas arqueológicas e biológicas, “conclui que a domesticação do cacau terá acontecido 1500 anos antes do que se pensava e, afinal, tudo se terá passado na América do Sul e não na América Central.”¹⁴⁰

As provas documentais da origem do chá não são unanimemente aceites. Sen Soshitsu XV indica o ano de 59 a.C., no reinado do Imperador Xuandi, apoiando-se numa passagem do livro *Tongyue*, que trata de um contrato de um escravo. Soshitsu não tem, ainda assim, a certeza de se tratar de uma referência ao chá, já que o ideograma aí usado para chá suscita algumas dúvidas.¹⁴¹ Wu Juenong adianta diversas referências que considera históricas, sendo a mais antiga uma passagem do *Shennong's classic of food*: “*The frequent drinking of tea invigorates the spirit and eases the mind and body.*”¹⁴² José Amaral Duarte, em 2001, defende que a primeira referência ao chá será a que consta num dicionário antigo – *O Rhia*

¹³⁵ Schirokauer, Conrad, *A Brief History of Chinese and Japanese Civilizations*, Harcourt Brace Javanovich, Inc, New York, 1978, p.33.

¹³⁶ Fuchs, Jeff, *A antiga rota do chá e dos cavalos: viagens com os últimos muleteiros dos Himalaias*, Livros de Bordo, Portimão, 2014 (Edição inglesa de 2010), p. 245: “(...) Até às invasões mongóis no século XIII, a ocidental Yunnan era um território independente e a população estava étnica e linguisticamente ligada ao Vietname à Tailândia, ao Laos e à Birmânia. (...)”

¹³⁷ Wu Juenong, *An illustrated modern reader of The Classic of tea*, (tradução: Tony Blishen), 2017, p. 25.

¹³⁸ Hasimoto, Ob. Cit, pp.40-43.

¹³⁹ <https://www.ucl.ac.uk/iccha/iccha-news/oldesttea>; <http://www.telegraph.co.uk/news/world/china-watch/culture/chinese-tomb-discovery/>

¹⁴⁰ Cf. *pushing back the origin of chocolate*, *Nature Ecology & Evolution*, October 30, 2018

¹⁴¹ Sen Soshitsu XV, *The Japanese way of tea: from its origins in China to Sen Rikyu*, University of Hawaii Press, 1998, p.6. Nota da tradução do autor: “the very first reference to tea in an historical source came (...) the passage in question came from *Tongyue*, which appeared in 59 B. C. during the reign of Emperor Xuandi. *Tongyue* referred to a deed of purchase of a slave.”

¹⁴² Wu Juenong, *An illustrated modern reader of The Classic of tea*, (tradução: Tony Blishen), 2017, pp.102-109.

– datado do século III a.C., ao qual foi acrescentado, no séc. IV, o Kuang-Ya, que consagra um capítulo especial ao chá.¹⁴³

Quando de passou a cultivar chá em vez de o colher da natureza? Observações no terreno, levadas a cabo por Hasimoto, dizem-nos que uma das primeiras espécies sobreviventes reconhecidamente cultivadas pela mão do homem se situa na China e tem mais de 1700 anos, ou seja, virá do século III d.C.¹⁴⁴ Tom Standage, sem adiantar quaisquer provas, aponta o século IV d.C. Diz ele: “*Pelo século IV d.C., o consumo do chá tornara-se a tal ponto popular na China que se julgou necessário recorrer ao seu cultivo em vez de apenas se recolher as folhas dos arbustos selvagens.*”¹⁴⁵ É possível. Pelas provas de que se dispõe, é admissível supor que o chá entrara no uso corrente no século III d.C., ao ponto de merecer lugar de destaque num dicionário. É também admissível que o início do seu cultivo tenha ocorrido por volta do século I a.C., tendo-se verificado um aumento da produção no século IV.

Mais uma vez, se deve ter bastante cuidado na apreciação, pois, podemos estar perante a versão do vencedor do Norte.¹⁴⁶ De que maneira a cultura vencedora veiculou correctamente a cultura do vencido ou de outros povos limítrofes, não chineses, que tinham chá? Não se sabe. Além do mais, tendo em conta as provas escritas, não é possível apontar, sem equívocos, a data do início do cultivo e do consumo de chá, pois o carácter Mandarin para chá só foi fixado no século VII d.C.¹⁴⁷

¹⁴³ Amaral, José Duarte, *O Livro do Chá*, Temas e Debates, Lisboa, 2001, p. 7.

¹⁴⁴ Ibidem.

¹⁴⁵ Ibidem. Tradução do autor: “*Tea had become so popular by the fourth century CE that it became necessary to begin the deliberate cultivation of tea, rather than simply harvesting the leaves from wild bushes.*”

¹⁴⁶ Nota posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018: Diamond, Jared, *Armas, germes e aço*, Temas e Debates, Difel, Lisboa, 2015, pp. 433, 439. Segundo Jared Diamond: “(...) (p.439) (...) *Registos escritos do primeiro milénio a.C mostram que os Chineses já nessa altura tendiam (tal como muitos nos nossos dias) a sentir-se culturalmente superiores aos bárbaros não Chineses, enquanto os Chineses do Norte costumavam encarar até mesmo os Chineses do Sul como sendo bárbaros.*” Resultado, tal como aconteceu aos povos da América, pelos espanhóis, americanos e outros europeus, segundo Jared: “(...) Os (p.433) (...) *falantes das línguas chinesas foram especialmente vigorosos na substituição e conversão linguística de outros grupos étnicos, considerados primitivos e inferiores pelos falantes de Chinês. A História da dinastia Zhou da China, de 1100 a 221 a.c, descreve a conquista e a absorção da maior parte do povo Chinês não falante desta língua pelos povos de língua chinesa.*” Como consequência: “(...) (p.439) *parte da unificação cultural teve contornos brutais: por exemplo, o primeiro imperador qin condenou todos os livros históricos até então produzidos como sendo indignos e ordenou que fossem queimados, algo que teve consequências nefastas na nossa compreensão da história e da escrita chinesa primitivas.*”

¹⁴⁷ Silva, Rui Manuel Esteves da, *O Chá em Portugal: História e hábitos de consumo*, Dissertação de Mestrado, Mestrado em Estudos Interculturais Português/Chinês: Tradução, Formação e Comunicação Empresarial, Universidade do Minho, Janeiro de 2014, p.9: “(...) *Não é possível apontar uma data para a descoberta do chazeiro e o início do seu cultivo e consumo. Na verdade, parte da dificuldade em averiguar a antiguidade desta bebida deve-se ao facto de a denominação chá (...) só lhe ter sido atribuída a partir do século VII d.c. Anteriormente, o chá já haveria sido registado sob diferentes caracteres, também significando outros tipos diferentes de plantas: chuan, shè, jia, ming, entre outros, mas o mais comum até meados da dinastia Tang (618-907 d.c) foi Tu, sendo que a partir desta época, deu-se origem ao carácter Chá e Tú voltou ao significado original. (Originalmente, carácter Tu era utilizado para indicar uma planta chamada Serralha - sonchus oleraceus) Assim, por vezes não é claro qual a planta que é de facto mencionada em certas obras, o chazeiro ou outras.*”

1.2. Consumo, conhecimento e comércio do chá

Na Ásia, antes da chegada dos Europeus

Ao perguntarmos quando começou a ser fervido o chá, referimo-nos ao chá que era colhido na natureza. Uma resposta mítica, sem nenhuma base documental, aponta para anos muito recuados: *“De acordo com a tradição Chinesa, a primeira chávena de chá foi fervida pelo Imperador Shen Nung, cujo reinado data tradicionalmente de 2737 a 2687 a.C.”*¹⁴⁸ Aqui estaremos ainda perante não só a versão chinesa, veiculada pelos vencedores da unificação de 221 a.C. como também perante a cultura do chá que desenvolveram, a qual foi, inicialmente, imitada por povos vizinhos, admiradores do nível cultural, económico e social da China. Tal foi o caso da Coreia, do Japão ou do Tibete. Porém, com o tempo, estes povos criaram as suas próprias vias.

Apesar de a opinião não ser universalmente aceite, crê-se que tenha sido no Yunnan, que *“(...) se começou a ferver as folhas do chá para consumo, produzindo um líquido concentrado.”* A infusão daqui resultante, sem adição de outras folhas ou ervas, passa a ser usada como bebida amarga mas estimulante, deixando de ser uma mistura medicinal, como fora até então.¹⁴⁹

Primeiramente, o chá espalhou-se pela China *“(...) convertendo-se na bebida nacional na dinastia Tang (618-907 d.C.) (...)”*.¹⁵⁰ Por que razão se teria implantado neste período? Uma possível resposta poderá ser que, em 610 d.C., ao concluir-se o canal que uniu a China do Norte à do Sul, foi criado um mercado de âmbito nacional.¹⁵¹ Mas, ainda assim, por que razão ou razões terá o chá sido adotado como bebida nacional na China em detrimento de outras bebidas? Eis uma das razões possíveis: *“As suas potentes propriedades antissépticas garantiam que era mais seguro preferir o chá à cerveja de arroz ou de milho; mesmo se a água não fosse bem fervida durante a preparação.”*¹⁵² Acresce ainda outra ponderosa razão:

¹⁴⁸ Idem, p. 177. Tradução conforme original: *“According to Chinese tradition, the first cup of tea was brewed by the emperor Shen Nung, whose reign is traditionally dated to 2737-2687 BCE.”*

¹⁴⁹ Heiss, Ob. Cit., p. 7. Tradução do original: *“for the first time people began to boil tea leaves for consumption into a concentrated liquid.” “without the addition of other leaves or herbs, thereby using tea as a bitter yet stimulating drink, rather than a medicinal concoction.”*

¹⁵⁰ Standage, Tom, *A History of the World in six glasses*, Bloosbury, New York, 2006, pp. 178-179. Tradução do original: *“and became the national beverage during the Tang dynasty (618-907 CE).”*

¹⁵¹ Mair, Victor H., Ereling Hoh, *The true History of tea*, Thames & Hudson, London, 2009, p. 40. Tradução do original: *“Its powerful antiseptic properties meant it was safer to drink than previous beverages such as rice or millet beer, even if the water was not properly boiled during preparation.”*

¹⁵² Standage, Tom, *A History of the World in six glasses*, Bloosbury, New York, 2006, p. 179.

*“Monges budistas e taoístas haviam concluído que beber chá era uma valiosa ajuda para a meditação, porque aumentava a concentração e afastava a fadiga.”*¹⁵³

Neste contexto, o chá terá sido adoptado pelo Budismo, Taoísmo e Confucionismo durante a dinastia Zhou, estendendo-se até ao final da dinastia Han,¹⁵⁴ e, rapidamente, se terá tornado uma bebida popular, considerando que o reconhecimento da importância do chá terá acompanhado o aumento da popularidade daquelas três filosofias.¹⁵⁵ Seria, porém, no reinado do primeiro imperador da dinastia Qin (221-210 a.C.), durante o qual a China se unificou, que a maioria dos Chineses ouviu falar deste tónico.¹⁵⁶

Wilson, ao explicar as mudanças ocorridas nos hábitos de consumo do chá na China, ajuda-nos a perceber a sua aceitação: *“(p. 2) Em finais do século VI, os Chineses começaram a olhar para o chá de uma forma diferente, já não apenas como bebida medicinal, mas também como bebida refrescante.”*¹⁵⁷ Mais tarde, segundo este autor, a célebre e clássica dinastia Tang tornou requintado e sofisticado o acto de beber chá, perdendo este a¹⁵⁸ *“anterior conotação popular de infusão rústica e amarga”* e transformando-se o acto, *“num ritual social culto”*.¹⁵⁹ Foi então que o erudito Lu Yu¹⁶⁰ (conhecido frequentemente como o pai do chá Chinês) sistematizou os rituais que considerava fundamentais para uma correcta preparação do chá.¹⁶¹ Mais importante ainda, advogava que *“(...) se poderia alcançar a harmonia interior através da preparação cuidada e atenta do chá.”*¹⁶²

Não restam dúvidas de que o acto de beber chá se generalizara na China quando Lu Yu escreveu o *Classic of tea*, entre 760-762 d.C.¹⁶³ Contudo, em bom rigor, acerca deste ponto e

¹⁵³ Idem, p. 178. Tradução do original: *“Both Buddhist and Taoist monks, found that drinking tea was an invaluable aid to meditation, since it enhanced concentration and banished fatigue.”*

¹⁵⁴ Hiss, Ob. Cit., p.7. Tradução do original: *“the later days of the Han dynasty (...)”*

¹⁵⁵ Ibidem. Tradução do original: *“the popularity [of these three philosophies] spread through China, so did an awareness of tea.”*

¹⁵⁶ Ibidem. Tradução do original: *“that the greatest number of Chinese citizens came to hear of this beneficial tonic. During his reign China became a unified country.”*

¹⁵⁷ Wilson, Ob. Cit., p.2. Tradução do original: *“By the end of the 6th century the Chinese began to regard tea in a different light; no longer was it just a medicinal drink, but a refreshing beverage. (...)”*

¹⁵⁸ Idem, p. 9. Tradução do original: *“the celebrated and classic Tang dynasty (618-907) brought a refinement and sophistication to tea drinking.”*

¹⁵⁹ Ibidem. Tradução do original: *“tea [had] lost its popular association as a crude, bitter brew, [and] the ritual of tea drinking became a cultured social rite during the Tang era.”*

¹⁶⁰ Viveu entre 133 e 804 e terá escrito Chajing – Classic of tea – em 780.

¹⁶¹ Wilson, Ob. Cit., p.2. Tradução do original: *“who is often called China’s Father of tea – codified the rituals that he deemed necessary for brewing a proper pot of tea.”*

¹⁶² Idem, p.18. Tradução do original: *“inner harmony could be attained through the expression of careful, attentive tea preparation.”*

¹⁶³ Sen Soshitsu XV, *The Japanese way of tea: from its origins in China to Sen Rikyu*, University of Hawaii Press, 1998, p. 7. Original: *“The custom of drinking tea was already widespread by the time Lu Yu appeared.”*

dos precedentes, Sen Soshitsu XV sintetizou bem a situação: “(...) *a História dos primeiros tempos do chá contem muitos pontos obscuros que não podem ser esclarecidos por ora.*”¹⁶⁴



[F. 8 – Mapa: China, Coreia e Japão]

Fonte: <https://www.google.pt/search?q=china,+korea+and+japan>

Face à divulgação do consumo, o comércio do chá expandiu-se a partir da China. Efetivamente, durante a dinastia Sung (960-1127 d.C.), o governo Chinês permitiu o comércio regular de chá através das suas fronteiras com a Mongólia, exportando-se o primeiro chá para o Tibete sensivelmente também por essa altura.¹⁶⁵ Ainda assim, conforme Cunha, o chá, numa primeira fase de expansão, que ele situa nos séculos III a VIII, saiu do Yunnan natal para se disseminar pela China e depois pelos países influenciados por esta matriz civilizacional - a Coreia e o Japão.¹⁶⁶ Alguns autores indicam o século V para as primeiras transações comerciais de chá levadas a cabo por comerciantes turcos.¹⁶⁷ Para além disso, confirma que o chá estava já plenamente enraizado em 780, pois foi nessa data que surgiu a imposição pelo governo Chinês de um imposto sobre o chá.¹⁶⁸

Quanto ao chá da China, João Teles e Cunha garante-nos que por aí se manteve até inícios do séc. XIX, sem que a sua cultura se tivesse difundido geograficamente, embora se desse o seu consumo na Ásia Central, por populações que mantinham intercâmbio com a China.¹⁶⁹ Em outro trabalho, *A Via do Chá – Cultura Material e Artefactos do Oriente ao Ocidente*, o autor afirma que, quando os Portugueses chegaram ao Oriente, o consumo de chá já se tornara um hábito nas regiões situadas na área de influência da civilização sínica (Mongólia,

¹⁶⁴ Idem, p.6. Nota da tradução do autor: “*It will suffice to say that early History of tea contains many obscure points that cannot be resolved at this stage.*”

¹⁶⁵ Ibidem. Tradução do original: “*during the Sung dynasty 960-1127 AD, a regular trade in tea was permitted by the government across its borders to Mongolia. At about the same time the first tea was exported into Tibet.*”

¹⁶⁶ Cunha, Ob. Cit., 2005, p. 61.

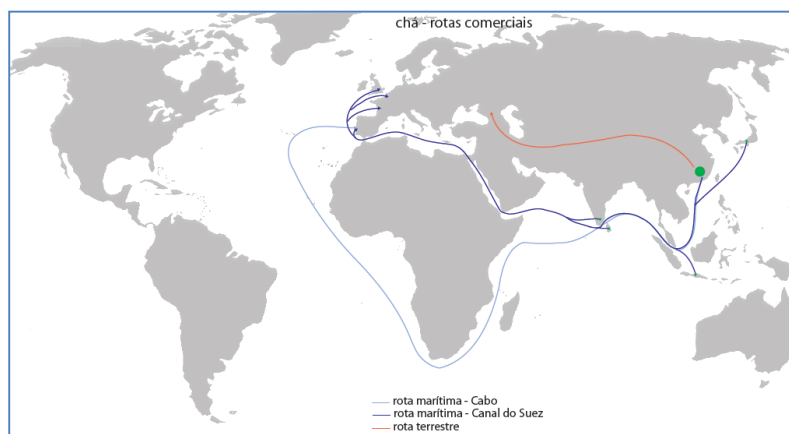
¹⁶⁷ Wilson, Ob. Cit., p.2.

¹⁶⁸ Ibidem. Original: “*The commercial potential of such a trade in tea was not lost upon the Chinese government, and in that same year [780 AD] it introduced a tax on the produce.*”

¹⁶⁹ Cunha, Ob. Cit., 2012, p. 26.

Tibete, Vietname, Coreia, Japão. Defende ainda a existência de duas fronteiras na expansão do chá: uma terrestre, na Ásia Central, e uma marítima, no Estreito de Malaca, esta marcada pela presença de *comunidades de expatriados chineses dispersas pela Insulíndia desde o fim da dinastia Yuan (1280-1368) e que conheceram uma importância acrescida com as expedições marítimas dos Ming (1404-1433)*.¹⁷⁰

Seja como for, parece que até ao séc. XIX o chá nunca se terá imposto como bebida fora do mundo chinês, nem em contextos históricos favoráveis à sua expansão, como os contactos comerciais com o Islão e a expansão mongol para ocidente, nos sécs. XII e XIII.¹⁷¹ Por exemplo, ainda no século XIII, *“o cultivo do chá não chegara ao Aname quanto mais à Ilha de Java, onde se bebia vinho de palma. Nem tão pouco se propagou a sua cultura quando, durante a transição da dinastia Yuan (1279-1368) para a Ming (1368-1644), os chineses muçulmanos do Fujian [Fuquiém] e Guandong [Cantão] fugiram para as zonas islamizadas do Sueste Asiático insular e continental (...). Apesar de a planta não ter sido transplantada, o chá foi consumido pelas comunidades chinesas que mantiveram o modo de vida que tinham na China.”*¹⁷² É de salientar ainda que, até ao arranque da indústria de chá na Índia, na segunda metade do século XIX, este era aqui praticamente desconhecido, se exceptuarmos o consumo de chá importado da China, por alguns europeus ou indianos europeizados.¹⁷³



[F. 9 – Rotas comerciais]

Os Europeus, o consumo e o comércio do chá. Não há notícia de que o chá tenha chegado à Europa antes do século XVI. Que se saiba, não chegou pela rota da seda.¹⁷⁴ Daí resulta, pois,

¹⁷⁰ Ibidem.

¹⁷¹ Cunha, Ob. Cit, 2005, p. 62.

¹⁷² Ibidem.

¹⁷³ Hobhouse, Ob. Cit., pp. 96-97. Tradução do original: *“unknown in India, except as an imported consumable from China, enjoyed only by some europeans and a few Europeanised Indians (...).”*

¹⁷⁴ Todavia, é provável que algum tenha chegado.

ser consensual afirmar que só chega à Europa no século XVI, provavelmente pela mão dos Portugueses.¹⁷⁵ Corroborando Henry Hobhouse, José Duarte Amaral presume que “o contacto dos Portugueses com os Chineses em Macau conduziu, inevitavelmente, a que o chá fosse deles conhecido, e algumas remessas teriam, presumivelmente, chegado à metrópole.”¹⁷⁶ Maria Cândida Liberato, em 2012, não duvida de que o chá começou “(...) a chegar por volta de 1580, proveniente da China, através de Macau, para Lisboa.”¹⁷⁷ Tom Standage reafirma a possibilidade real de entrada prévia de chá na Europa pela mão de marinheiros portugueses – “pequenas quantidades podem ter sido trazidas para Lisboa por marinheiros Portugueses,” – admitindo, porém, que foi só em “1610 que um barco Holandês trouxe uma primeira diminuta remessa comercial de chá para a Europa, onde foi considerado uma novidade.”¹⁷⁸ Não discordando de Hobhouse, já que referem o arranque do comércio do chá com a Europa, K. C. Wilson e M. N. Clifford conferem a primazia aos Holandeses: “(...) O primeiro chá a chegar à Europa chegou através dos Holandeses que, sendo grandes comerciantes empenhados no Oriente, trouxeram a primeira remessa para a Holanda, no princípio do século XVII.”¹⁷⁹

Por que razão, apesar de serem provavelmente os primeiros a trazer chá para a Europa, os Portugueses não se interessaram pela sua importação para a Europa? José Duarte Amaral considera que os Portugueses, ao contrário dos Holandeses, não previram para o chá um interesse comercial que se equiparasse ao das especiarias.¹⁸⁰ João Teles e Cunha, por sua vez, adianta algumas razões para este não investimento no comércio do chá: os portugueses não alteraram significativamente as mercadorias traficadas na Ásia; tornando a Índia o centro da sua presença na Ásia, Portugal afastou-se da área do consumo do chá, não obstante o domínio de Malaca, na fronteira desta, além de que Macau era muito distante e o Japão ainda mais periférico do que a China; desde a década de 1640, os holandeses foram os únicos europeus com acesso ao Japão, com relações comerciais exclusivas, a partir de Nagasaki; os espanhóis também não se interessaram pelo consumo e comercialização do

¹⁷⁵ Hobhouse, Ob. Cit., Idem, p. 95. Tradução de: “The Portuguese were probably the earliest tea drinkers in Europe, since they brought it to Lisbon from about 1580 onward.”

¹⁷⁶ Amaral, Ob. Cit., p. 59.

¹⁷⁷ Liberato, Ob. Cit., p.88.

¹⁷⁸ Standage, Ob. Cit., 2006, p. 185. Tradução de: “small quantities may have been brought to Lisbon privately by Portuguese sailors,” e “1610 that a Dutch ship brought the first small commercial consignment of tea to Europe, where it was regarded as novelty.”

¹⁷⁹ Wilson, Ob. Cit., p.3. Do original: “The first tea to reach Europe came by way of the Dutch who, being busy eastern traders, brought the first consignments to Holland in the early part of the 17th century. All the early supplies of tea entering England were brought over from Holland.”

¹⁸⁰ Amaral, Ob. Cit., p. 7.

chá, apesar de o conhecerem, em virtude da sua presença nas Filipinas, especialmente em Manila, onde existia uma significativa comunidade de chineses.¹⁸¹

Apesar de tudo, o comércio do chá não dispensava Macau nem os comerciantes portugueses. José Duarte Amaral destaca a importância de Macau no comércio sino-europeu desde 1577, sendo um entreposto usado pelos europeus para a aquisição de produtos chineses, entre os quais o chá.¹⁸² A este propósito, afirma ainda que o primeiro navio a chegar à Europa com chá seria português ou holandês, zarpando de Macau em 1606 ou 1610, embora a primeira referência ao consumo de chá na Holanda date de 1635. João Paulo Azevedo de Oliveira e Costa garante que, dentro das lucrativas relações comerciais nas margens dos impérios europeus e asiáticos, *“os Portugueses foram, juntamente com os Chineses, a comunidade mercantil mais dinâmica, vendendo chá, sedas, zinco e outras mercadorias e levando no regresso pimenta e canela, esta oriunda do Ceilão e destinada ao comércio com Manila.”*¹⁸³

A importância de Macau no comércio do chá também é confirmada por uma carta do comerciante inglês R. C. Wickan, escrita em 1615, no Japão, na qual refere *“que nessa altura, Macau era um importante entreposto de chá (...)”*¹⁸⁴ J. B. Deuss, um antigo Director da Estação Experimental para o chá e a borracha, em Java, na Indonésia Holandesa, referindo-se talvez apenas a Java, sem mencionar os portugueses, afirma que *“o primeiro chá foi importado de Java pelos Holandeses em 1610, seguindo-se depois em 1635. Tratava-se então de chá não fermentado. O chá alcançou de imediato um grande sucesso.”*¹⁸⁵

No entanto, é certo que em Portugal, *“(...) o consumo não descolou e manteve-se sempre dentro de nichos, insuficientes para animar um comércio com Macau sem ser acompanhado de outras mercadorias chinesas, com relevo para as porcelanas (...)”*¹⁸⁶ Daqui se poderá deduzir que os Portugueses não consomem nem transportam chá para a Europa, mas abastecem em Macau ou em Java os holandeses que o trazem para a Europa. A situação manter-se-á seguramente até ao desfecho da Guerra do Ópio, em meados do século XIX. É nesta fronteira de intercâmbio comercial no Oriente, longe dos centros imperiais, nas margens dos Impérios europeus, por vezes em contracorrente com os interesses da Metrópole ou de outras áreas do Império, que o comércio do chá se processa.

¹⁸¹ Cunha, Ob. Cit., 2012, p. 30.

¹⁸² Amaral, Ob. Cit., p. 59.

¹⁸³ Costa, João Paulo (coordenador), José Damião Rodrigues, Pedro Aires Oliveira, *História da Expansão e do Império Português*, Esfera dos Livros, 2014, p. 216.

¹⁸⁴ Idem, p. 59.

¹⁸⁵ Deuss, J. J. B., *La culture et la fabrication du thé*, Journal d'Agriculture Tropicale et de Botanique appliquée, 1958, vol. 5, pp. 238-273. Original de: *“(...) le premier thé fut importer a Java par les Hollandais en 1610, puis en Hollande en 1635. C'était probablement du thé non fermenté. Le thé eut immédiatement un grande succès. (...)”*

¹⁸⁶ Cunha, Ob. Cit., 2012, pp. 35-36.

Na Ásia, os europeus tendiam a copiar os costumes locais

Muitos portugueses, de entre os quais se destacaram alguns Jesuítas, bebiam chá na Ásia antes de o seu uso se enraizar na Europa. O historiador Jesuíta Michael Cooper¹⁸⁷ conta que, por volta de 1561, os europeus residentes na casa dos Jesuítas no Japão já consumiriam chá. Um jovem japonês recém-convertido ao catolicismo tinha, entre as suas diversas tarefas, a de manter água quente na chaleira destinada ao chá “(...) *que oferecia aos visitantes e aos da casa que o desejassem (...)*.”¹⁸⁸ Outra prova deste hábito de consumo entre os europeus residentes na Ásia chega-nos através do encorajamento ao seu consumo promovido pelo responsável Jesuíta no Japão, de nome Alessandro Valignano, que “(...) *colocou o chá firmemente no âmbito das actividades dos Jesuítas.*”¹⁸⁹ Para a segunda metade do século XVII, conhece-se uma outra notícia sólida acerca do consumo de chá pelos europeus residentes na Ásia. No caso, “o ministro calvinista Philipe Balde (...) *deplorava já antes de 1666 o excessivo consumo de chá entre os holandeses radicados na Ásia, embora o próprio confessasse que se sentira mais ligeiro após beber quatro ou cinco chávenas, mesmo se tivesse estranhado inicialmente o seu gosto amargo.*”¹⁹⁰

Todavia, só em meados do século XVII, decorrido século e meio após a chegada dos Europeus à Ásia, é que o chá começa a adquirir alguma expressão como produto de exportação para a Europa, onde se consolidou num nicho de mercado, o que acabou por garantir a continuidade da sua comercialização pelas Companhias das Índias Orientais (holandesa e inglesa).¹⁹¹ No final do século XVII, para além do chá transportado por via marítima para a Europa, havia o chá transportado por chineses por via terrestre para a Rússia, abastecida por terra em caravanas governamentais, em pequenas quantidades.¹⁹² Ao avançar razões para explicar a mudança no padrão de consumo Europeu, João Teles e Cunha explica que “(...) *por volta de meados de seiscentos, estava em marcha uma revolução nos hábitos sociais europeus com o aparecimento e disseminação dos cafés (...)*.”¹⁹³ Ainda assim, José Duarte Amaral adverte-nos para a vantagem de ter presente que “*só uma parte exígua da Europa Ocidental – Holanda e Inglaterra – e a Rússia aderem à nova bebida. A*

¹⁸⁷ [https://en.wikipedia.org/wiki/Michael_Cooper_\(historian\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Michael_Cooper_(historian)): Foi durante 26 anos editor em Tóquio do Jornal *Monumenta Nipponica*, tem escrito sobre o encontro cultural entre missionários Jesuítas e o Japão.

¹⁸⁸ Cooper, Michael, *The Early Europeans and Tea*, in Paul Varley and Kumakura Isao, eds., *Tea in Japan: Essays on the History of Chanoyu*, Honolulu: University of Hawaii Press, 1989, p. 104. Original de: *which he gives to all the visitors and to those in the residence who want it (...)*

¹⁸⁹ Ibidem. Original: “*placed tea drinking firmly in the Jesuit sphere of activity.*”

¹⁹⁰ Cunha, Ob. Cit., 2012, pp. 30-31.

¹⁹¹ Cunha, Ob. Cit., 2012, pp. 34-36.

¹⁹² Wilson, Ob. Cit., p. 2. Original: “*China started supplying Russia in small quantities of tea towards the end of the 17th century, and this was first carried overland by government caravans (...)*.”

¹⁹³ Idem, p. 28.

*Alemanha preferia o café e a Espanha o chocolate.*¹⁹⁴ Segundo Fernand Braudel, citado por José Duarte Amaral, é “curioso que os êxitos do chá se registam todos nos países que ignoram a vinha: o Norte da Europa, a Rússia, os países islâmicos.”¹⁹⁵ Interrogava-se: “Dever-se-á concluir que estas plantas de civilização se excluem uma à outra?”¹⁹⁶ Sendo o chá, tal como o café e o cacau, segundo o pensamento de Henry Hobhouse, uma bebida estimulante, não alcoólica, veio ocupar um lugar na Europa após se ter adaptado: bebido quente com açúcar e leite.¹⁹⁷



F. 10 – Família Inglesa - Richard Collins” “The Tea Party” (c.1727)]
Fonte: <http://spitalfieldslife.com/2016/06/11/a-nation-of-tea-drinkers/>

Serão os britânicos, atraídos pela perspectiva de lucro, a ampliar o comércio do chá, vencendo a concorrência holandesa, a partir de finais de seiscentos.¹⁹⁸ A passagem do domínio holandês para o britânico marcou também a mudança do consumo do chá verde, em pó, japonês (*matcha*) para o chá preto, em folha, chinês. Aliás, a este mesmo propósito, João Paulo Oliveira e Costa explica que “*seriam os ingleses (...) que viriam a introduzir novidades no comércio euro-asiático ao longo do século XVII, através de produtos como os tecidos de algodão e o chá.*”¹⁹⁹ Em finais do século XVII, na Inglaterra, o consumo do chá suplanta o do café.²⁰⁰ O mesmo acontece nas colónias americanas da Inglaterra até 1773.²⁰¹

Nestes espaços, efetivamente, os hábitos haviam mudado e a “moda do chá” acabou por estender-se a toda a sociedade inglesa, determinada, em grande medida, pela alteração dos hábitos relativamente aos horários das refeições, desde o séc. XVII – tornaram-se mais espaçadas (principalmente nas camadas privilegiadas) – criando o hábito de beber chá duas vezes ao dia, sobretudo entre o jantar (servido a meio da tarde) e a ceia (servida ao início

¹⁹⁴ Amaral, Ob. Cit., p. 59.

¹⁹⁵ Idem, p. 7.

¹⁹⁶ Ibidem.

¹⁹⁷ Hobhouse, Ob. Cit, p. 96.

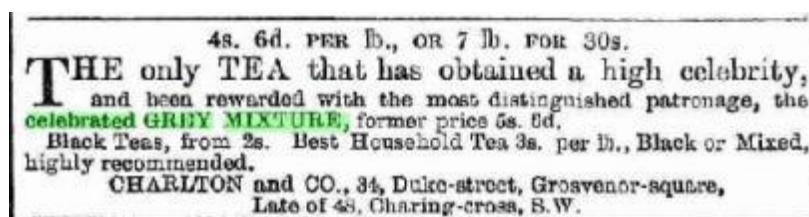
¹⁹⁸ Cunha, Ob. Cit., 2012, p. 34.

¹⁹⁹ Costa, Ob. Cit., 2014, p. 185.

²⁰⁰ Wilson, OB. Cit., p. 2.

²⁰¹ Idem, p. 3.

da noite). Esta moda britânica foi depois copiada pelas elites continentais e contaminou os hábitos na Europa continental, sobretudo entre estas camadas sociais.²⁰² Tanto assim foi que, de acordo com Henry Hobhouse, “by 1820, millions of tea were being imported into Europe every year, and re-exported all over the world, more than half by the British. Probably 30 million pounds was consumed in the United Kingdom annually. Despite its high cost at this date, tea was drunk throughout the British Isles by all who could afford to buy it.”²⁰³



[F. 11 - In 1867, Charlton and Co., the first merchants to advertise “Earl Grey’s Mixture” in 1884, had published a number of advertisements for a tea called simply “the Celebrated Grey Mixture”].

Fonte: <http://public.oed.com/early-grey-the-results-of-the-oed-appeal-on-earl-grey-tea/>

A partir da década de vinte do século XVIII, avaliou-se a enorme potencialidade económica da importação do chá da China para a Europa

Estando já enraizado o gosto pelo chá na Europa, aumentou bastante a importação do chá, o que agravou o problema da balança comercial com a China. Tentaram solucionar o desequilíbrio, primeiro com o aumento da venda de pimenta e estanho. Também “(...) por esta altura, o ópio viria a tornar-se na salvação do comércio de importações do sudeste Asiático, tal como décadas mais tarde viria resolver os problemas das transações comerciais com a China.”²⁰⁴ Apesar de todos os esforços para equilibrar as contas, de acordo com Christine Dobbin, “(...) ainda no século XVIII, a situação económica britânica e dos outros europeus na Ásia era frágil e a situação seria debelada com o aumento do consumo do chá no mercado da Europa.”²⁰⁵

²⁰² Cunha, Ob. Cit., 2012, pp. 34-36.

²⁰³ Hobhouse, Ob. Cit., pp. 96-97.

²⁰⁴ Praquash, Om, Trade in a Cultural Hostile environment: Europeans in the Japan trade, 1550-1700, in European Commercial Expansion in Early Modern Asia, An Expanding World, vol. 10, edited by Om Praquash, Variorum, 1997, pp. 179-181. Original: “the increase in imports from China intensified the problem of remittances for the China trade.” E “pepper in China, but there was a limit. Another possibility was tin, for which there was always a demand in China. (...) (p. 181) (...) Opium also became a saviour of the import trade to South East Asia at the same time, just as decades later it was to solve all remittance problems as far as the China exports were concerned.”

²⁰⁵ Dobbin, Christine, Asian entrepreneurial minorities: conjoint communities in the making of the world-economy, 1575-1940, Curzon Press, 1996, pp. 83-84.

De facto, no espaço de um século, entre 1700 e 1800, as importações de chá de Cantão, na China, para a Grã-Bretanha, aumentariam de 50 toneladas para 15 000 toneladas.²⁰⁶ Em 1801, calculava-se que cada inglês consumia uma média de 2 ½ libras de chá [1,135 Kg] KG e 17 libras de açúcar [7,71 Kg].²⁰⁷ Tais quantitativos expressavam, no século XIX, “5% do produto interno bruto inglês, e, no entanto, ninguém sabia como o chá se desenvolvia ou preparava.”²⁰⁸

O reconhecimento do chá pelos primeiros Ocidentais na Ásia. No século XVI, já os Europeus estudavam o chá na Ásia, apesar de ele só se tornar, no século XVII, bebida de consumo na Europa. Maria Cândida Liberato elucida -nos que “no Ocidente não havia conhecimento da planta de onde provinha o chá (...).”²⁰⁹ Isabel Albergaria acredita que “(...) é em obras portuguesas que aparecem os primeiros testemunhos directos acerca da bebida. Não passariam, então, segundo a mesma autora “(...) de meras curiosidades relativas aos hábitos e costumes de um mundo estranho e exótico.”²¹⁰ Será, porém, “(...) no primeiro quartel do século XVII que surgem as primeiras descrições e classificações botânicas desta theacea pela mão do helvético Gaspard Bauhin (1550-1624) e do português, seu contemporâneo, o jesuíta João Rodrigues (1562-1633).”²¹¹

Contudo, em bom rigor, segundo José Duarte Amaral, a primeira referência ao chá no Ocidente será a que aparece na obra de Suleiman, um viajante árabe, obra datada de 879 e intitulada *Relatos da China e da Índia*. Aí fala de “uma erva que tem mais folhas que o trevo e também um pouco mais de perfume, mas é muito amarga; ferve-se a água que se lhe deita por cima.” Acrescenta ainda que a cidade de Cantão tem nas imposições sobre o sal e o chá as principais fontes de rendimento.²¹² O mesmo autor fala-nos de outra referência no século XIII. Trata-se da de Marco Polo, cujo *Livro das Maravilhas* relata a destituição de um ministro das finanças, em 1285, por haver “efectuado um aumento arbitrário dos impostos sobre o

²⁰⁶ Hobhouse, Ob. Cit., p. 109.

²⁰⁷ Idem, p. 119.

²⁰⁸ Idem, pp. 96-97.

²⁰⁹ Liberato, Ob. Cit., pp. 89-93.

²¹⁰ Albergaria, Isabel, *Uma Cultura exótica nos Açores: o chá de São Miguel*[s.d] [no prelo]

²¹¹ Ibidem.

²¹² Amaral, Ob. Cit, p. 7; Mair, Ob. Cit, 2009, p. 151: “By the 9 th century, arab dhows were trading at the southern port of Canton, where the merchant Suleyman noted the tea sold in the markets (...).”

chá.”²¹³ Dois séculos antes de Marco Polo, também o polígrafo persa al-Biruni demonstrara conhecer a planta.²¹⁴

Os primórdios do proselitismo católico no Oriente levam à Ásia os Jesuítas que iriam escrever sobre o chá: o concílio de Trento (1543-1563) e, sobretudo, os Jesuítas que primeiramente chegaram à Índia, em 1542, “compreenderam muito depressa a necessidade de conceber novos métodos de evangelização e de empreender um esforço de adaptação que lhes permitisse conquistar, aqui como na Europa, as elites regionais. (...)”²¹⁵ Esses homens, como método de aproximação às novas culturas, procuraram integrar-se nas sociedades locais, adoptando numerosos costumes nipónicos e investigando dedicadamente os padrões mais salientes da sua cultura.²¹⁶



[F. 12 – Frei Gaspar da Cruz (1520-1570)]

Fonte: https://www.google.pt/search?q=gaspar+da+cruz+china&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiwm-3qmLfXAhWJ0xoKHQfzBacQ_AUICigB&biw=1280&bih=694

²¹³ Amaral, Ob. Cit, p. 7. Mas por que razão não fala mais do chá? Laurence Bergreen acusa Marco Polo de confundir chá com cravinho. (Bergreen, Laurence, *Marco Polo: From Venice do Xanadu*, Vintage Books, New York, 2008, p. 179: “(...) Marco paused long enough to take note of an eye-catching bush that he took to be a clove. Not knowing quite to make of it, he diligently reports that it “has twigs and leaves like a laurel in manner... The flower it makes is white and small as in the clove, when it is ripe, it is dusky black.” M. G. Pauthier, the nineteenth century French scholar and editor, concluded that Marco meant Assam, or black tea, an especially interesting observation because it had long been assumed that the Venitian, despite all his years in China, never mentioned tea. Other commentators retorted that Marco was actually talking about the aromatic cassia tree, whose bark produces cinnamon. That is a less likely explanation because almost in the same breath Marco mentions cinnamon, implying that it was quite different from this particular flower. Most likely, Marco was describing tea without realizing what it was. Unlike the Chinese, the Mongols drank Koumiss and rarely sipped tea. No wonder Marco was unfamiliar with it.”) Por sua vez, Andrew Marr acha que não existiu nenhum Marco Polo. (Marr, Andrew, *História do Mundo*, vol III, Expresso, 2016, p. 63: Hipótese de não ter existido sequer Marco Polo: a argumentação a favor ou contra é igualmente forte, porém, o autor, inclina-se para o facto de Marco Polo ter de facto existido, ter estado na China e ter escrito o quer considerou mais relevante. “(...)” p. 68: “(...) O livro foi traduzido desde cedo, acrescentado, alterado, deturpado; depois evoluiu em diferentes versões durante mais de dois séculos: foram identificadas 143 versões.”)

Porém, (Standage, Ob. Cit, 2006, p. 182) Tom Standage explica o caso com o facto de os Mongóis preferirem o koumiss ao chá: “(...) made by churning and then fermenting mare’s milk in a leather bag, to transform the lactose sugars in the milk into alcohol.” O que explicaria o caso de Marco Polo: “(...) who spent many years at the Chinese court during this period, made no mention of tea other than to note the tradition of the tea tribute to the emperor (though he did remark that koumiss was like white wine and very good to drink.”

²¹⁴ Mair, Ob. Cit, 2009, pp. 151-2. Original: “the Persian polymath al-Biruni displayed his knowledge of the tea plant.”

²¹⁵ Thomaz, Luís Filipe F R, *De Ceuta a Timor, Lisboa, Memória e Sociedade*, Difel, 1998, p. 253.

²¹⁶ Loureiro, Rui, Ob. Cit., p.6.

Sobre o chá na China, em 1556, Gaspar da Cruz conta-nos que “*qualquer pessoa ou pessoas que chegam a qualquer casa de homem limpo, têm por costume oferecerem-lhe em uma bandeja galante uma porcelana, ou tantas quantas são as pessoas, com uma água morna a que chamam chá, que é tamalavez vermelha e mui medicinal, que eles costumam beber, feita de um cozimento de ervas que amarga tamalavez. (...)*”²¹⁷

Data de 1558 uma outra notícia sobre o chá, da autoria de Europeus, e que é atribuída a Giovanni Maffei (1533 – 1603).²¹⁸ Maffei, na biografia que escreveu de Inácio de Loyola, referindo as actividades daquela congregação no Oriente, fala de chá.²¹⁹ J.J. B. Deuss, um holandês que viveu no século XIX, escreve que o seu compatriota Ramusio refere essa bebida nas suas publicações, em 1559.²²⁰

Quatro anos depois da carta de 1561, o padre Jesuíta português Luís Fróis refere-se de novo ao chá como erva proveitosa: “*(...) lhes deo a beber chá, que se faz de água quente com os pós de huma certa herva muito medicinal e proveitoza para o estômago, da qual os japões usão.*”²²¹ Michael Cooper atribui ao Jesuíta português no Japão, Luís de Almeida, a mais antiga referência documental ao chá, o que se deverá ao seu conhecimento prévio, o qual lhe permitiu dar, segundo o autor, “*a precise description of the brew, in a letter dated 25 October 1565.*”²²² Almeida identificou a “*certain boiled herb, which is called cha and which is tasty to anybody getting used to drinking it.*”²²³ Decorridas mais de duas décadas sobre as observações de Luís Fróis e de Luís de Almeida, Valignano retoma-as sem lhes acrescentar nada de novo.²²⁴

O que levaria os Europeus a confundirem chá com água quente? Segundo Michael Cooper, “*(...) The foreign guest might easily fail to notice the tea powder being spooned into his cup and would only see the boiling water being added; in any case, the hot, clear beverage might*

²¹⁷ Cruz, Frei Gaspar da, *Tractadoem que se contam muito por estenso as cousas da China (...)* (1556). in Raphaella d’Intino (Ed.) *Enformação das cousas da China. Textos do século XVI*, Lisboa, 1989, p.202.

²¹⁸[The translation is from Louis Gallagher’s *China in the sixteenth century: the journals of Matteo Ricci, 1583-1610* (New York: Random House, 1953), pp.16-17.], in <http://ricci.bc.edu/knowledge/tea>, visto em 8 de Setembro de 2015.

²¹⁹ [Giovanni Pietro Maffei] Ioannis Petri Maffei Bergomatis e Societate Iesu Historiarum Indicarum Libri XVI. Selectarum item ex India Epistolarum eodem interprete Libri IV. Accessit Ignatii Loiolae vita postremo recognita. Et in opera singula copiosus index (Florentiae: apud Philippum Iunctam. M D LXXXVIII [1588]), 1615, p. 236, in http://purl.pt/26198/4/567732_PDF/567732_PDF_24-C-R0150/567732_0000_1-958_t24-C-R0150.pdf, visto 11 de Setembro de 2015

²²⁰ Deuss, Ob. Cit., p. 238.

²²¹ Fróis, P.e Luís, *História de Japam*, vol. V (1588-1593), edição anotada por José Wicki, S. J., Presidência do Conselho d Ministros, Secretaria de Estado da Cultura, Direcção-Geral do Património Cultural, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1984, pp. 451-452.

²²² Ibidem.

²²³ Ibidem.

²²⁴ Ibidem.

well appeared to the foreign palate as so much hot water with some slight flavouring added."²²⁵

João Rodrigues (Sernancelhe, 1558, 1560 ou 1561 — Macau, 1633 ou 1634) vai muito além das primeiras descrições do chá apresentado como simples água quente. Rodrigues chegou ao Japão muito jovem, em 1577, aí permanecendo por mais de 30 anos: "*He received most of his formal education there and learned to speak Japanese fluently – so fluently in fact that he became known Rodrigues, the interpreter.*"²²⁶ Teve igualmente muito mérito pelo seu trabalho de explicar a cultura japonesa ao Ocidente: "*(...) Certainly Europe's appreciation of the way of tea had advanced a long way from the early descriptions of cha as hot water.*"²²⁷

Os diários de Matteo Ricci revelaram a China à Europa. Neles é frequentemente descrito "*(...) the ubiquitous use of a drink called "cia" (that is, tea).*" Ricci adianta que: "*This beverage is sipped rather than drunk and it is always taken hot. It is not unpleasant to the taste, being somewhat bitter, and it is usually considered to be wholesome even if taken frequently.*"²²⁸ Ainda em 1615, outro Jesuíta, Alessandro Valignano, via o chá ainda como uma infusão de ervas moídas: "*(...) Para lo qual es de saber que acostumbran universalmente en todo Jápon usar de una bebida hecha de água caliente y de uns polvos de hyerva, que chaman chàa (...) qui entre ellos es tenuta en grande cuenta, y todos los senores tienen en sus casas un lugar particular onde hazen esta bebida (...).*"²²⁹

Também no século XVII, o holandês Philip Balde (c. 1632 -1671) socorre-se do método comparativo, para confrontar o chá com o café, a outra bebida exótica do momento, bem como para comparar o chá chinês com o japonês, revelando a sua preferência por aquele. Outro europeu a referir como transmissor do conhecimento sobre o chá é o Padre Martini, que escreveu o *Novus Atlas Sinensis*, impresso em Amesterdão em 1655. Além do mais, Martini foi uma das bases utilizadas por Kircher para descrever a planta e o processamento das suas folhas. Depois, Kircher publicou na sua *China Illustrata*, publicada em 1667, uma das primeiras imagens da *camellia sinensis* conhecida na Europa.²³⁰ Outro dos pioneiros na divulgação científica do chá na Europa foi Jacob Bondt. Este médico residiu em Batávia (atual Jacarta) e aí se informou sobre o tema, no seio da comunidade chinesa, para além de

²²⁵ Ibidem.

²²⁶ Rodrigues, João, João Rodrigues's account of sixteenth-century Japan, edited by Michael Cooper, The Hakluyt Society, London, 2001, pp. 272-274. Cooper, Michael, The Early Europeans and Tea, pp. 118, 120, 131, p. 272.

²²⁷ Idem, pp. 118, 120, 131

²²⁸ [The translation is from Louis Gallagher's China in the sixteenth century: the journals of Matteo Ricci, 1583-1610 (New York: Random House, 1953), pp.16-17.], in <http://ricci.bc.edu/knowledge/tea>, visto em 8 de Setembro de 2015.

²²⁹ Valignano, Alexandro, *Historia del principio y progreso de la Compañía de Jesús en las Indias orientales* (1542-64), Roma Institutum Historicum, 1944, p. 147.

²³⁰ Ibidem.

ter tido acesso à descrição que Jacob Specx fizera da *camellia sinensis*. A obra de Bondt, *De Medicina Indorum libri IV*, foi publicada inicialmente em 1642, onze anos depois da sua morte.²³¹ Havia uma “(...) *relativa abundância de tratados médicos, na segunda metade de Seiscentos, sobre os benefícios destas três bebidas (chá, café e chocolate).*”²³² As suas qualidades eram estudadas e divulgadas em textos, tais como “*o de Nicolas de Blégny (1687), retomado por Leonard Biet, exclusivamente no caso do chá.*”²³³

Em jeito de súmula, concluímos as linhas gerais atrás referidas: Muito antes de o chá ser bebida de consumo no século XVII na Europa, já os Europeus o estudavam (e bebiam) na Ásia no século XVI. Será, porém, no primeiro quartel do século XVII que surgem as primeiras descrições e classificações botânicas desta *theacea* pela mão do helvético Gaspard Bauhin (1550-1624) e do português, seu contemporâneo, o jesuíta João Rodrigues (1562-1633).

1.3. A aclimação do chá fora da China

Na Coreia.

A Coreia fica situada a meio caminho entre China e o Japão. Apesar de a maioria das obras conhecidas ignorar o facto, a história do chá na Coreia é antiga e possui também, e citamos, “*a sua via do chá, (...) os seus clássicos do chá, a sua poesia do chá.*”²³⁴

Uma versão lendária refere que o chá foi levado para a Coreia no século II d.C. por uma princesa Indiana de Ayodhya que casou com o rei Suro, o primeiro rei de Garak, um pequeno reino no extremo sudeste da Península Coreana.²³⁵ Lendas à parte, admite-se que a plantação sistemática e o consumo de chá foram introduzidos na Coreia a partir da China, por monges budistas, e desenvolvidos nos primeiros templos budistas do sudoeste da Península. Quando começou ao certo? A resposta, apesar de não ser lendária, continua a não ser factual, já que vários templos reivindicam a introdução da cultura do chá na Coreia.²³⁶ Em termos factuais, “*as primeiras provas claramente datáveis indicam que Heungdeok (r.*

²³¹ Bobdt, Jacob, *De medicina Indorum libri IV*; Leida: F. Hackium, 1642. A obra de Bondt, que acrescenta e corrige Garcia de Horta e Cristóvão da Costa, seguiu o modelo de diálogo tal como o fizera o médico português em 1563. (...) A obra de Bondt viria a ser acrescentada e editada em 1658 por Willem Pies, conhecido sob o nome latino de Gulielmus Piso, e enriquecida com um desenho do chazeiro (p.32)

²³² Cunha, Ob. Cit., 2012, pp. 31-33.

²³³ Ibidem.

²³⁴ Brother Anthony of Taizé, Hong Kyeong-He e Steven D. Owyong, *Korean Tea Classics*, Seoul, 2010, p. 3. Tradução do original: “*its way of tea, (...) and its own classics of Tea, its poetry of Tea.*”

²³⁵ Mok, Hanjae Yi, Venerable Cho-ui, *Korean Tea Classics*, Seoul, 2010, p. 3. Juntamente com o The Classic of Chá do Chinês Lu Yu (século VIII d.C), existem três livros coreanos que constituem a sua via do chá (ChaBu, de Hanjae Yi Mok – 1571-1498; ChaSinJeon; DongChaSong, de Cho-ui..

²³⁶ Brother Anthony of Taizé, Ob. Cit., 2010, p. 3. Original: “*The temples Bulgap-sa in Yeonggwang and Bulhoe-sa in Naju were found around 384, Hwaem-sa in Gurye in 554; all claim to be the starting point of Korea’s tea culture, as does Ssanggye-sa in Hadong.*”

826-836) [d.C.], rei de Silla, recebeu em 828 sementes da dinastia Tang [618 d.C. – 907 d.C.], que enviou para serem lançadas à terra na Montanha de Jiri-san Mountain.”²³⁷

João Teles e Cunha diz que o chá começa a ser consumido na Península Coreana entre 55 e 668, no período conhecido por Três Reinos.²³⁸ Existem provas de cultivo e fabrico do chá na Coreia a partir do Período de Unificação de Silla (618-935) [d.C.]. Prova do que se afirma é que, no século VIII, um Taoista Chinês, de visita à Coreia, elogiou a qualidade dos chás coreanos que, em sua opinião, apenas seria suplantada pela do chá da China.²³⁹ Todavia, o chá na Coreia iria desaparecer gradualmente “com a grande purga do Budismo, em finais da dinastia Koryo [918-1392 d.C.], no século XIV.”²⁴⁰

No final do século XVI, já com os Europeus na Ásia, subsistiam poucas plantações de chá no sul da Coreia e a guerra de Sete Anos com o Japão (1592-1598) devastou o pouco que aí restava da sua cultura. Brother Anthony of Taizé, Hong Kyeong-He e Steven D. Owyong, não são tão radicais a este respeito, pois falam, não em desaparecimento total, mas em declínio gradual, coincidente com a ascensão do Neo-confucionismo, a perda de influência do Budismo. No começo do século XIX, na Coreia poucas pessoas bebiam chá pelos métodos tradicionais. *A transmissão da via coreana do chá à geração actual foi quase obra da comunidade Budista; monges, continuando a fazer chá quando mais ninguém fazia.*²⁴¹ Ao fim de um longo interregno, “(...) a bebida viveu um notável renascimento no século XX, graças ao trabalho do grande nacionalista coreano, o monge Budista e Mestre do chá, Hyodang Choi Beom-Sul (1904-79), que, baseado na obra no monge Cho-ui, despertou o interesse dos Coreanos pelo chá.”²⁴²

Diferente da Coreia, será o caso do Japão, que iria desempenhar um importante papel inicial no comércio com a Europa.²⁴³

²³⁷ Idem. Original: “One of the first clearly dateable records says that in 828 King Heungdeok of Silla (r.826-836) received tea seeds from Tang-dynasty which he sent to be planted on Jiri-san Mountain.”

²³⁸ Enciclopédia Britânica: A Dinastia Silla unificada, (668-935), dinastia que uniu os três reinos da Península Coreana – Silla, Paekche e Koguryo. O antigo reino de Silla aliou-se à dinastia Tang (618-907) e conquistou a sudeste o reino de Paekche em 660 e o reino nortista de Koguryō – o maior dos três – em 668.

²³⁹ Cunha, Ob. Cit., 2012, p. 290.

²⁴⁰ Mair, Ob. Cit, 2009, pp. 250-51. Original: *with the Great purge of Buddhism toward the end of the Koryo dynasty in the 14 th century (...).*”

²⁴¹ Mok, Ob. Cit., 2010, p. 4. Original: “With the rise of Neo-Confucionism and loss of influence of Buddhism at the start of the Joseon Dynasty (1392-1910), a gradual decline set in. By the start of the 19 th century, few people in Korea were still making or drinking tea in the traditional ways. The transmission of the Way of Tea in Korea to the present generation has almost entirely been the work of the Buddhist community, monks, having continued to make tea at times when nobody else did.”

²⁴² Mair, Ob. Cit., 2009, pp. 250-51. Original: “(...) the beverage experienced a remarkable 20 th century renaissance with the great Korean nationalist, Buddhist monk, and tea master Hyodang Choi Beom-Sul (1904-79), who, building on the work of the 19 th – century monk Cho-Ui, reawakened the Korean people’s interest in tea.”

²⁴³ Para aprofundar o tema, por ordem cronológico de escrita, entre outros recomendados: Morais, Wenceslau, O Culto do Chá, 2007, Okakura, Kakuzo, The Book of tea, 2015, Sen Soshitu XV, The Japanese way of tea, University of Hawii Press, 1998.

No Japão

De onde veio o chá para o Japão? A este respeito, em 1905, Wenceslau de Moraes (1854 Lisboa - 1929 - Tokushima, Japão), que residia desde 1897 no Japão, escreveu: *“Da China, veio o chá para as terras de Nippon, mas não se sabe quando.”*²⁴⁴ Em 1906, o japonês Kakuzo Okakura (1862-1913) publica o seu livro *The Book of Tea*, em que diz: *“Em 801 [d.C.] o monge Saicho trouxe da China algumas sementes de chá que lançou à terra em Yeisan.”*²⁴⁵ K. C. Wilson e M. N. Clifford, em 1992, seguem à letra Kakuzo Okakura.²⁴⁶

Mary Lou e Robert Heiss, em 2007, sem serem específicos, corroboram Kakuzo Okakura, reafirmando que foi no tempo do Imperador Saga: *“(…) na era de Heian (794-1185), um período em que a influência Chinesa estava no seu auge e a classe dos samurais começava a ascender ao poder.”*²⁴⁷ Mary Lou e Robert Heiss, adiantam que o monge Japonês *“(…) Kukai (774 - 835)” foi “o primeiro a regressar ao Japão a escrever sobre a sua experiência de consumidor de chá.”*²⁴⁸ Dando conta de outro momento, Mary Lou e Robert Heiss referem que, por volta do ano 1191, outro monge, da seita Zen, de nome Moyan Eisai trouxe sementes e plantas de chá para o Japão.²⁴⁹

Rafael Buteau, ainda em 1712, referindo-se a Portugal, e comparando o chá do Japão com o da China, afirma que o chá do Japão era o melhor que se conhecia.²⁵⁰ Em 1860, José do Canto manda vir sementes de chá do Japão e, em 1874, a Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, não exclui a hipótese de mandar vir daí técnicos para o ensino do cultivo e fabrico de chá.

O chá fora do espaço da China, da Coreia e do Japão

A aclimação da planta do chá fora do espaço da China, da Coreia e do Japão foi sendo alvo de esforços regulares por parte de algumas das potências imperiais europeias, durante os

²⁴⁴ Moraes, Wenceslau, *O Culto do Chá*, Kobe, 1905, p. 11. Nasceu em 1854 na cidade de Lisboa e faleceu em 1929 na cidade de Tokushima, no Japão. Estabelece-se em Macau em 1885 e no Japão em 1897, onde era cônsul de Portugal em Kobe.

²⁴⁵ Sen Soshitsu XV, *Ob. Cit.*, 1998, p. 17. Do original: *“In 801 [d.C.] the monk Saicho brought back some seeds and planted them in Yeisan.”* Numa nota final, tradução do autor: Saicho é mais conhecido pelo último nome, Dengyo Daishi. Foi enviado à China pelo Imperador do Japão para recolher informação cultural. É considerado o introdutor no Japão. da seita Budista Tendai.

²⁴⁶ Wilson, *Ob. Cit.*, p. 21.

²⁴⁷ Heiss, *Ob. Cit.*, p. 14. Original: *“in the Heian era (794-1185), a period when the Chinese influence was at its height and the samurai class was beginning to rise to power.”*

²⁴⁸ Heiss, *Ob. Cit.*, p. 14. *Ibidem.* *“the first to return from China to write about his tea drinking experience.”*

²⁴⁹ Idem, p.14. Do original: *“brought tea seeds and bushes back to Japan.”*

²⁵⁰ Nota posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018: Bluteau, Raphael, *Vocabulário Português Latino (...)*, Coimbra, Companhia de Jesus, 1712, pp. 164-165: *“(…) É esta planta um arbusto, que lança umas folhas delgadas, por uma banda pontiagudas, por outra redondas, e dentadas ao redor, e atravessadas de uma espécie de nervo, que se reparte em muitas fibras. Na Primavera colhem os naturais esta folha, ainda pequena, delgada, e tenra, e a põem a aqueitar em uma caldeira ao fogo brando, e depois de as estender, as torcem e as guardam em vasos (...).”*

séculos XVII, XVIII e XIX. Sementes, rebentos e estacas de chá chegam a diversos jardins de aclimação de países europeus na metrópole ou em áreas fora da Europa sob o seu domínio. No caso português, fizeram-se experiências de aclimação de espécies diversas, com variável sucesso, na Tapada da Ajuda, no Jardim botânico de Coimbra e também em Goa e no Brasil.²⁵¹ No caso britânico, temos os Kew Gardens, na Inglaterra; os jardins de Calcutá; os Himalaias, na Índia;²⁵² as ilhas de S. Vicente e Santa Helena, no Atlântico.²⁵³ No caso francês, são exemplos a Guiana, as ilhas da Reunião e Maurícia.²⁵⁴ Por seu lado, a Holanda tinha Java como campo experimental.²⁵⁵ Para melhor perceber esta dinâmica, convém, porém, ter em mente a relação entre os Impérios, entre si e dentro de si. Ou seja, o Império formal, estruturado pelo centro, e o informal, pouco ou nada estruturado pelo centro.²⁵⁶ No caso Português, e no que toca ao chá, há o exemplo flagrante mas pouco estudado de Macau.

Como chegaram os europeus à cultura e ao fabrico do chá? Para responder a esta questão, torna-se necessário perceber o modo como as plantas, sementes ou propágulos circularam nos Impérios coloniais.²⁵⁷ José Eduardo Mendes Ferrão considera que nem sempre se deu o devido destaque ao contributo dos portugueses para difusão de muitas das plantas no período dos Descobrimentos ou pós-Descobrimentos: *“Com efeito, são raras as referências a documentos portugueses, alguns dos quais contêm informações preciosas que confirmam, completam ou contrariam afirmações correntes na bibliografia estrangeira e alguma nacional.”*²⁵⁸ Por outras palavras, é de se admitir a existência de referências

²⁵¹ Russell-Wood, A.J.R, *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*, Difel, Lisboa, 1998, p. 259.

²⁵² Cunha, Op. Cit., 2012, p. 33.

²⁵³ Rose, Ob. Cit., p. 130.

²⁵⁴ Raminelli, Ronald, *Viagens Ultramarinas: Monarcas, vassalos e governo à distância*, São Paulo, 2008, p. 98; Cunha, Ob. Cit., p. 33.

²⁵⁵ Cunha, Ob. Cit., p. 32.

²⁵⁶ Hespanha, António Manuel, *Filhos da Terra: identidades mestiças nos confins da Expansão Portuguesa*, Tinta da China, Lisboa, 2019, p. 15.

²⁵⁷ Ermelinda Moutinho, *Coleta, transporte e aclimação das plantas no império luso-brasileiro (1722-1822)*, in *Museologia&interdisciplinaridade*, 2016: “[...] (p.2) *O transporte marítimo das plantas vivas, sementes e estacas, envolveu a criação de técnicas e dispositivos nas embarcações e no cotidiano das travessias oceânicas, assegurando a sobrevivência dos vegetais até o seu destino e protegendo (p.3) as sementes da degradação ou germinação. Desta forma, os navios transformaram-se em laboratórios flutuantes, como espaços de experimentação e de cuidados especiais com as plantas. Nesta fase foram envolvidos marinheiros e comandantes das naus que experimentaram novas técnicas. A terceira fase compreende a aclimação das espécies em seus novos destinos e ocorreu em espaços urbanos como os jardins botânicos metropolitanos e coloniais, assim como em roças, hortos e quintais. As paisagens agrícolas e a disposição dos vegetais cultivados em áreas urbanas e rurais aparecem em detalhes em alguns prospectos de cidades e vilas, constituindo excelente fonte de informação para compreendermos o processo de aclimação e cultivo de gêneros agrícolas, da utilização dos vegetais em projetos paisagísticos e da criação de coleções de plantas medicinais. Todo esse processo de coleta, transporte e aclimação de plantas foi desenvolvido em escala mundial sob preceitos de dominação colonial.*”

²⁵⁸ Mendes Ferrão, Ob. Cit., p. 19

desconhecidas. Tanto mais que “a iniciativa portuguesa foi verdadeiramente pluriocênica e pluricontinental.”²⁵⁹

Como é que encararam os Portugueses estas novas espécies vegetais? Vejamos: “Desde logo se consideraram as plantas e a sua exploração como actividade da maior valia e, por isso, perante tantos interesses em jogo, procurou fazer-se uma gestão apropriada desses novos recursos.”²⁶⁰ José Eduardo Mendes Ferrão exemplifica com o que indica ser “o condicionamento da produção do açúcar entre vários territórios interessados e envolvidos na cultura da cana.”²⁶¹ Ou ainda “a concentração, exclusiva ou quase exclusiva, da produção de certos bens na área de mais fácil controlo, como foram os casos da noz-moscada, canela e cravinho, ou a eliminação de pólos concorrentes que, entretanto, se tinham constituído. É o caso de certas especiarias que, pelo seu valor e interesse, foram introduzidas do Oriente na África e no Brasil, logo nos princípios do século XVI, e cuja cultura foi não só proibida, mas as plantas existentes mandadas destruir nestes dois últimos pólos, durante o período áureo em que Portugal chamou a si o quase exclusivo do comércio, na Europa, das especiarias orientais.”²⁶²

Entre outros produtos, chegamos ao café e ao chá: “Já mais perto dos nossos dias, podem citar-se situações algo semelhantes deste condicionamento. Bem se conhecem as dificuldades que encontrou Francisco de Melo Palheta para levar o cafeeiro arábico da América Central para o Brasil, embora se não possa garantir que não existiram introduções anteriores, a do chá, “cultura proibida”, que chegou ao Brasil como presente Régio a D. João VI (124), e a da baunilha na ilha de S. Tomé no século passado (119).”²⁶³

Havendo os europeus demonstrado um crescente interesse pelo comércio e consumo do chá, tal como sucedera com o café e o cacau, pretenderam também cultivar e fazer chá. Ironicamente, “history’s joke on Europe is that for nearly two centuries a commodity was imported halfway across the world, and that a huge (p.97) industry grew up involving as much as 5 per cent of England’s entire gross domestic product, and yet no one knew anything about how tea was grown, or prepared, or blended.”²⁶⁴ A questão central residia em como aprender a cultivar e a transformar a planta se os comerciantes de chá chineses “had proved an unreliable source for tea-growing knowledge (...).”²⁶⁵ Assim era porque “they were too far

²⁵⁹ Russell-Wood, Ob. Cit., p. 15.

²⁶⁰ Mendes Ferrão, Ob. Cit., p. 12.

²⁶¹ Ibidem.

²⁶² Ibidem.

²⁶³ Ibidem.

²⁶⁴ Hobbhouse, OB. Cit., pp. 96-97.

²⁶⁵ Rose, Ob. Cit., p.66.

down the chain of supply to be of any use to a scientist."²⁶⁶ Além do mais, *"his living tea plants in English hothouses could not even settle the ongoing debate as to whether green tea and black tea were different species or the same (...)."*²⁶⁷

As viagens e a aclimação do chá no Império Português. Podemos, provisoriamente, arrumar este tempo do chá num 1.º Tempo, por nós denominado de *Espaço Imperial Português e experiências de cultura e fabrico de chá: até à independência do Brasil (c. 1680's – 1822)*. Deve-se, no entanto, insistimos, entender o espaço Imperial Português (a exemplo dos demais), à luz da nova historiografia: rede formal e informal (nem sempre conforme o centro formal) adaptável, interagindo com redes locais e Imperiais europeias.²⁶⁸ O caso de Macau, área de Macau, mercê da relação entre os locais e o interior da China e o espaço Imperial Português, terá tido uma agenda própria do chá.

Maria de Jesus Lopes garante ter havido a intenção de aclimatar o chá no Brasil, na segunda metade do século XVII. A autora refere mesmo o plano de *Duarte Ribeiro de Macedo* (Lisboa, 1618 - Alicante, 1680), que terá ocorrido na segunda metade do século XVII.²⁶⁹ Talvez o tenha gizado por volta de 1675, certamente antes de 1680.²⁷⁰ Assim sendo, o plano de Duarte de Macedo, para o Brasil, terá precedido o do Alemão *Andreas Clayer*, para Java, em 1685²⁷¹ ou em 1684.²⁷² Diz Maria de Jesus Lopes que *"(...) existiu mesmo um projecto de introdução das culturas da canela, cravo, noz-moscada, pimenta, chá, gengibre e anil no Maranhão, influenciado pelas ideias mercantilistas de Duarte Ribeiro de Macedo."*²⁷³ Porém, desconhece-se se a intenção foi ou não concretizada.²⁷⁴

É ainda a mesma autora que, reportando-se aos séculos XVI, XVII e XVIII, nos garante que *"(...) para o Brasil, a Índia exportava têxteis, louça de barro, chá, pedras preciosas."*²⁷⁵ Esta mesma Historiadora assevera que *"a transplantação de plantas da Ásia para outras regiões do Ultramar e do Reino, com intuítos económicos, suscitou um certo interesse pela sua descrição, fases de cultura, qualidades e propriedades medicinais. Também como já vinha*

²⁶⁶ Ibidem.

²⁶⁷ Ibidem.

²⁶⁸ Hespanha, António Manuel, *Filhos da Terra: identidades mestiças nos confins da expansão Portuguesa*, Tinta da China, Lisboa, 2019, pp. 21-27.

²⁶⁹ Lopes, Maria de Jesus dos Mártires, *Goa Setecentista: Tradição e Modernidade (1750-1800)*, 2.ª edição, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1999, p. 286.

²⁷⁰ Cf. [wikipedia.org/wiki/Duarte_Ribeiro_de_Macedo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Duarte_Ribeiro_de_Macedo) *"(...) Sob a influência das doutrinas e políticas de Colbert, ministro de Luís XIV de França, Macedo defendeu nomeadamente a introdução de manufacturas em Portugal. São famosos os seus "discursos" sobre Economia Política, entre os quais o Discurso sobre a introdução das Artes no Reino, redigido em Paris em 1675 e publicado pela primeira vez no O Investigador Portuguez em Inglaterra (1813)."*

²⁷¹ Idem.

²⁷² Deuss, Ob. Cit, p. 229.

²⁷³ Idem.

²⁷⁴ Lopes, Ob Cit, 1999, p. 286.

²⁷⁵ Lopes, Ob Cit, 1999, p.64.

*acontecendo, eram remetidas drogas, plantas medicinais do Reino para Goa, sobretudo para a Farmácia do Hospital Real.*²⁷⁶

Terão sido muitos os que tentaram aclimatar o chá na Europa, porém, deles não temos notícia. Um dos conhecidos é Carlos Lineu: “(...) *O Capitão da Companhia Sueca da Índia Oriental, Carl Gustav Ekeberg* [amigo de Lineu] (...) em 1762, transportou da China alguns chazeiros para Lineu, tendo sido, em 1763, a primeira vez que plantas-de-chá chegaram à Europa. No Verão de 1765 floresceram.”²⁷⁷ Não passou disso, pois, a sua intenção de o cultivar e fabricar, fracassou redundantemente.²⁷⁸ É curioso que, em 2017, há 300 plantas de chá, das 500 plantadas em 2016, a crescer na Ilha sueca de Gotland, na costa leste da Suécia, segundo informação do seu proprietário, o agrónomo Mikael Hassellind.²⁷⁹ Em Inglaterra, à volta do ano de 1772, quando escreve John Coakley Lettson, havia chá em “jardins dos subúrbios de Londres (...)”.²⁸⁰ Não foi muito longe esse cultivo. Porém, hoje em dia, produz-se na Grã-Bretanha algum chá e ensaia-se o seu cultivo no País de Gales.²⁸¹ Na ilha Terceira, nos Açores, em finais do século XVIII, o chá crescia espontaneamente. Hoje produz-se chá em S. Miguel e não naquela Ilha.

Na segunda metade do século XVIII, Domingos Vandelli (Pádua, 8 de Julho de 1735 — Lisboa, 27 de Junho de 1816), seguia a mesma linha de pensamento de Duarte de Macedo. Pensava que, se o chá se dava em Inglaterra, conforme John Coakley Lettson,²⁸² melhor se daria no Brasil. Assim, “*muito antes das viagens filosóficas* [últimas duas décadas do século XVIII],²⁸³ *o naturalista Domenico Vandelli também elegera o Brasil como terra prometida,*

²⁷⁶ Idem, p.285.

²⁷⁷ Liberato, Maria Cândida, *Ob. Cit.*, 2012, p. 92.

²⁷⁸ <http://www.ucmp.berkeley.edu/history/linnaeus.html>

²⁷⁹ <https://sverigesradio.se/sida/artikel.aspx?programid=2054&artikel=6756848>

²⁸⁰ Lettson, John Coakley (1744-1815), *The Natural History of the Tea Tree* (...), 1772, Tradução de Brotero, Felix Avellar (1744-1828), in *Compendio de Botanica ou noções elementares desta sciencia segundo os melhores escritores modernos expostas na lingua portugueza*, Paris: Paulo Martin, 1788, Tomo Primeiro, pp. 415-418.

²⁸¹ <https://www.theguardian.com/lifeandstyle/2013/nov/23/british-tea-producer-tregothnan>: Em Tregothnans, a experiência começou em 1999 e a primeira produção data de 2005; <http://www.walesonline.co.uk/news/wales-news/2009/10/03/duo-plant-tea-in-wales-91466-24840816/#ixzz2LM43KEbc>: “*Pembroke But in Pembrokeshire we have a great climate for growing tea. Being located directly under the Atlantic Jet Stream, we have mild humid summers and mild winters with plenty of rain, perfect for tea growing. “At present we”re in the set-up stage, and it won”t be until around 2021 when our various tea plantations will be matured. Our stock of tea plants is approximately 30,000, which are being imported as cuttings from South Africa and Hawaii.*”

²⁸² Lettson, John Coakley (1744-1815), *Ob. Cit.*, 1788, Tomo Primeiro, pp. 415-418.

²⁸³ Cf. wikipedia.org/wiki/Expedições_filosóficas_portuguesas “(...) *As expedições tiveram lugar nas duas últimas décadas do século XVIII, através de viagens científicas ao Brasil, Angola, Moçambique, Goa e Cabo Verde, Cabo da boa esperança, Melinde e Calicute. Levadas a cabo por naturalistas formados no curso de Filosofia criado na Universidade de Coimbra em 1772. Estas expedições foram dirigidas e financiadas pela coroa, sob a directa supervisão do Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro e contaram com o empenhamento da Universidade de Coimbra, da Academia das Ciências de Lisboa e do Jardim Botânico da Ajuda. O interesse pelo conhecimento dos recursos naturais do Império levou à redacção de vários guias para a recolha de espécimens naturais. O catedrático de Botânica da Universidade de Coimbra e director do Jardim da*

verdadeiro tesouro natural do Império (...). Pelo que, *(...) Em terras americanas seriam cultivadas espécies de todas as partes do planeta (...) anil, arroz, tabaco e mesmo os chás chineses estariam entre as lavouras que floresceriam no verdadeiro paraíso terreal (...).*²⁸⁴ Provavelmente, para apoiar a concretizar aquele desígnio, surge o estudo do discípulo e sucessor de Vandelli, Félix Avelar Brotero, baseado, naturalmente, numa pesquisa anterior mas publicado apenas em 1788.²⁸⁵ O capítulo em que se trata do chá é a tradução de um trabalho Inglês de 1772. Nele, além dos dados sobre a cultura e fabrico do chá, sobretudo no Japão, são avançados dados úteis para o bom transporte de plantas e sementes dessa planta. Há uma mensagem recorrente: se outras espécies foram adaptadas (magnólia, batata da terra), o chá também o poderia ser. E seria aproveitado para o comércio. Também se percebe a publicação, em 1805, de outra obra que ensina a transportar plantas e sementes.²⁸⁶ Veloso, um franciscano natural de Minas Gerais, tendo como referencial Domingos Vandelli, organizou expedições botânicas no Brasil.²⁸⁷

Deste modo se compreende *“o estabelecimento em Goa do Jardim Botânico, nos últimos anos do século XVIII (...),”* que tinha como objectivo *“(...) cuidar da cultura das mais interessantes plantas da Índia, China e suas Ilhas Adjacentes (...),”* da mesma forma como se procedera no Continente e noutras partes do Ultramar.²⁸⁸ Nem tudo, porém, correria como planeado, já que *“em 18 de Abril de 1802, o vice-rei informava o secretário de Estado que o Jardim Botânico se encontrava arruinado muito antes da sua tomada de posse.”*²⁸⁹



[F. 13 – D. Rodrigo de Sousa Coutinho]

Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/7/7f/Rodrigo_de_Sousa_Coutinho.jpg/200px-Rodrigo_de_Sousa_Coutinho.jpg

Ajuda, Domingos Vandelli orientou cientificamente as várias expedições, à frente das quais colocou antigos alunos seus.”

²⁸⁴ Raminelli, Ob. Cit., 2008, p. 272.

²⁸⁵ Brotero, Felix Avellar (1744-1828), *Ob. Cit.*, 1788, Tomo Primeiro, pp. 362-427.

²⁸⁶ Veloso, José Mariano da Conceição, *Instruções para o transporte por mar de árvores, plantas vivas, sementes, e de outras diversas curiosidades naturais*, Lisboa, Impressão Régia, 1805.

²⁸⁷ Pataca, Ermelinda Moutinho, Coleta, transporte e aclimação de plantas no Império Luso-Brasileiro (1777-1822), in *Museologia&interdisciplinaridade*, 2016

²⁸⁸ Lopes, Ob. Cit., 1999, p. 287.

²⁸⁹ Idem.

Pelo que foi exposto, é provável que tenham ocorrido, em território Brasileiro, tentativas anteriores à de D. João VI, no início do século XIX, pois “à época da criação da rede luso-brasileira de hortos, em 1796, o plantio do chá era recomendado por D. Rodrigo de Souza Coutinho, o todo-poderoso conde de Linhares, ministro da Guerra e Negócios Estrangeiros, que esperava propagar a cultura no Brasil ‘quicá a ponto de suprir todo o mercado europeu, que recebia de muito mais longe o seu fornecimento’ como escreveu o Padre Perereca, cronista da época. Para o plantio no horto carioca foi reservada uma grande área e não se economizaram esforços para o sucesso da empreitada.”²⁹⁰

De facto, “além de Brotero, outros homens de ciência colaboraram com o ministro na tarefa de aclimação de plantas asiáticas no Brasil. Tal foi o caso de Correia da Serra, que, de Londres, em 1797, enviou cameleiras a D. Rodrigo [de Sousa Coutinho] [...]. E no ano seguinte um navio transportava da Inglaterra ‘uma bem formosa e preciosa colecção de plantas, raízes e sementes úteis para Portugal’, entre as quais vinte cameleiras, cinquenta canforeiras e cem árvores de chá” ⁽¹⁴⁵⁾

Em 1802, decorrido um ano do envio de plantas de chá dos Açores para o Reino, são enviadas sementes e estacas de todos os pontos do reino e colónias, incluindo os Açores, para o Jardim Botânico de Goa. Pretendia-se que aquele jardim botânico, criado pelo Príncipe Regente D. João, futuro D. João VI, viesse a ser um local de experiências botânicas. No caso de sucesso, novas espécies seriam introduzidos noutros pontos do Império: no Brasil ou noutros domínios do reino. São novamente enviadas, um ou dois anos depois de 1803, sementes e estacas de todo o reino, para o Jardim Botânico de Goa. Em carta de 1805, quer-se que se dê atenção “às plantas económicas e medicinais exóticas.”²⁹¹ O esforço era acompanhado por literatura temática. “(...) Com esta literatura pretendia-se difundir os saberes e técnicas agrícolas seguidos pelas nações cultas e civilizadas e ampliar os conhecimentos dos agricultores-lavradores do reino e das colónias, do Brasil ao Oriente, de acordo com os princípios científicos e técnicos preconizados pela filosofia natural. O objectivo era levar a economia portuguesa ao nível de desenvolvimento obtido por outras nações vizinhas e rivais (p. 145) (...).”²⁹² Para obter bons resultados, “o príncipe ordenava que se contratassem jardineiros hábeis – que de facto seriam, com todas as probabilidades, botânicos talentosos a serviço do Jardim do Rei de França e elos da rede de informação (...).”²⁹³

²⁹⁰ Nepomuceno, Rosa, *O Jardim de D. João, Casa da Palavra*, Rio de Janeiro, 2.^a edição, 2008, p.120.

²⁹¹ Domingos, Ângela, *Monarcas, Ministros e Cientistas. Mecanismos de Poder, governação e informação no Brasil Colonial*, CHAM, Lisboa, 2012, p.144.

²⁹² Idem

²⁹³ Idem, pp. 146.147.

O Caso de Macau

A Cidade do Santo Nome de Deus de Macau é um marco central incontornável na História Mundial do Chá. Os Portugueses, incluindo filhos dos reinóis, ou gente que se identificava ou era identificada como Português,²⁹⁴ muitas vezes em associação com os chineses da diáspora, residentes em Macau ou no interior da China, participaram activamente no comércio do chá na Ásia. Fazem-no não só com o chá mas com uma miríade de produtos, alimentando os circuitos comerciais asiáticos, onde se incluem clientes holandeses e ingleses, que, por seu turno, enviam chá e outros produtos para a Europa. Fazem-no, assim, porque o acham mais lucrativo do que enviar directamente para a Europa.²⁹⁵ Era tanto assim que, “(...) (p.303) *Nos finais do século XVII, o produto [chá] era, em volume e valor, a mercadoria mais importante negociada pelos portugueses e chineses, na Batávia (...).*”²⁹⁶

Embora muito falte por desbravar nos arquivos de Macau e de Portugal, da China, do Brasil, do Japão, da Holanda, da Espanha e da Inglaterra, juntando o que actualmente se conhece sobre o chá de Macau, é possível já distinguir, com razoável nitidez, os contornos da posição charneira daquela cidade no comércio e na produção de chá. É isso que nos encoraja a sugerir um estudo mais aprofundado daquele papel, pois o que agora se faz constitui um simples arrumo inicial de dados disponíveis. Quem o tente fazer terá pela frente uma árdua tarefa. Para além das dificuldades logísticas de encetar uma pesquisa presencial ou por correspondência naqueles locais, desde logo, há que contar com possíveis lacunas documentais e bibliográficas: registos alfandegários omissos, ou porque a Alfândega estava fora do âmbito da frágil e longínqua administração portuguesa ou porque houve documentação destruída como consequência dos tufões da década de setenta do século XIX. Estar-se-á ainda perante uma parca ou nula informação sobre fabricantes, fábricas/oficinas, importações/exportações. Além do mais, para perceber “percurso” do chá em Macau, necessário se tornará entender a relação de forças entre Portugal e a China, ou seja, a relação especial com aquele espaço.²⁹⁷ Começemos por Portugal: até meados do século XVIII, Macau estava integrado administrativamente no governo de Goa (aliás tal como Moçambique e Timor). Só a partir daí Macau e Timor constituíram uma administração autónoma de Goa, sendo Timor subordinado a Macau. Com a China: a relação andou ao sabor do equilíbrio de forças, nem sempre favorável a Portugal. Macau ou Goa, situadas longe da Metrópole, com contactos demorados, mercê da distância, eram difíceis de controlar pela Metrópole. Muito

²⁹⁴ Hespanha, Ob. Cit., 2019, pp. 11-13

²⁹⁵ César, *Entrevista a Rui Loureiro: Historiador*, in Diário de Notícias, Lisboa, 2 de Dezembro de 2018, Especial, p. 17.

²⁹⁶ Monteiro, Anabela Nunes, *Macau e a presença seiscentista no mar da China: Interesses e estratégias de sobrevivência*, Dissertação de Doutoramento em História, especialidade da História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011, p. 303.

²⁹⁷ Para perceber melhor Macau, sugere-se a leitura de Hespanha, António Manuel, Ob. Cit., 2019, pp. 195-204.

era controlado pela China. Muita decisão tinha de ser tomada sem o aval da Metrópole. Havia, ainda, muita actividade comercial e industrial que se processava fora do controle administrativo das autoridades Portuguesas ou Chineses. Os Grémios só muito tardiamente (segunda metade do século XIX) foram controlados pelas autoridades portuguesas e o que se poderá dizer da alfândega, em um tempo, controlada pelos Chineses. Macau ficava distante de Pequim e de Lisboa, muito do comércio e indústria eram feitos à revelia de ambos os centros. Nas margens dos Impérios.²⁹⁸

Não havendo cultivo de chá em Macau, que se saiba, pelo menos em escala economicamente viável, pois o território era exíguo, o chá em folha ou já feito mas novamente processado, chegava a Macau vindo do interior da China. Havia, plausivelmente, a julgar pelas fábricas/oficinas, obrigatoriamente mestres e ajudantes de trabalhar o chá nas diversas fábricas locais. Seriam residentes em Macau (vindos de fora – interior da China – ou naturais de Macau que haviam aprendido com os que haviam vindo de fora). Os utensílios de trabalhar o chá, alguns, possivelmente, eram fabricados em Macau. As plantas e sementes de chá viriam do interior da China. Mas tudo o que foi referido estaria disponível, directa ou indirectamente, aos fabricantes e lojistas de Macau, o que sucederia, pelo menos, já em 1865 (sendo, talvez, possível, recuá-lo até à primeira década do século XIX). Também existiriam fábricas de chá em Macau. Quem seriam os seus donos? Chineses apenas ou também portugueses?

Porém, tais factos, são, não raras vezes esquecidos, negligenciados ou tratados com displicência, quer pela Historiografia Portuguesa quer pela Britânica ou Francófona. No geral, esta Historiografia reconhece o papel de Macau no mercado de chá. Dá-se especial relevo às experiências de cultivo e de fabrico de chá dos europeus (Holanda e Grã-Bretanha) na Ásia, nomeadamente, em Java e na Índia, mas esquece-se por completo de referir o fabrico de chá em Macau. Porquê? Não encontro resposta.

A importância de Macau no comércio mundial do chá. O comércio mundial do chá não dispensava Macau nem os comerciantes ‘Portugueses’ (macaenses? Chineses? Ou ambos?). Amaral destaca “o papel importante que, desde 1577, Macau desempenhou no comércio sino-

²⁹⁸ Cf. Gruzinski, Serge, *Passar as fronteiras*: actas do II Colóquio Internacional sobre Mediadores Culturais séculos XV a XVIII (Lagos - Outubro 1997); Hinderaker, Eric, *Elusive Empires Constructing Colonialism in the Ohio Valley, 1673 – 1800*, University of Utah, 1997. O artigo de Serge Gruzinski, *Passar Fronteiras*, dá-nos pistas. A função dos intérpretes. Para perceber a razão de o seu nome ser chá e não tea ou thé, o artigo de Serge Gruzinski, *Passar Fronteiras*, dá-nos pistas. A função dos intérpretes. Os mediadores culturais.

européu (...) entreposto (...) procurado por outros europeus para aquisição de produtos Chineses, entre eles o chá."²⁹⁹

João Paulo Azevedo de Oliveira e Costa, Historiador da Expansão Portuguesa, com incidência na História do Japão Moderno e História das religiões na Ásia Antiga História da Europa (séc. XV-XVI),³⁰⁰ esmiuça este movimento comercial. Explica que, dentro das lucrativas relações comerciais nas margens dos Impérios Europeus e Asiáticos, "*em Batávia, no arco cronológico que vai de 1648 a 1754, os Portugueses foram, juntamente com os Chineses, a comunidade mercantil mais dinâmica, vendendo chá, sedas, zinco e outras mercadorias e levando no regresso pimenta e canela, esta oriunda do Ceilão e destinada ao comércio com Manila*".³⁰¹

Macau, um entreposto importante do chá, como reconhecem os ingleses. Confirma-se "*através da carta de um comerciante inglês, R. C. Wickan, escrita do Japão, em 1615, que nessa altura, já Macau era um importante entreposto de chá (...).*"³⁰² Era lá que os mercadores europeus estanciavam a caminho do chá de Cantão, quando Cantão abriu as portas aos Europeus. Era ainda de lá que ia parte do chá para a Java Holandesa. Era Macau que fornecia chá antes de Cantão. No século XVIII, o Marquês de Pombal incentivou o comércio do Chá: "*(...) A ascensão do comércio do chá, despoletado por um maior consumo na Europa, sobretudo em Inglaterra, já havia chamado a atenção do Marquês. O agudizar da crise comercial devido à perturbação do comércio com o Brasil e a instabilidade sentida em todo o Atlântico Norte com a guerra de independência das colónias americanas levaram-no a pensar fazer de Macau um centro exportador daquele (p.96) [produto].*"³⁰³

É certo que em Portugal "*(...) o consumo não descolou e manteve-se sempre dentro de nichos, insuficientes para animar um comércio com Macau sem ser acompanhado (p.36) de outras mercadorias chinesas, com relevo para as porcelanas (...).*"³⁰⁴ Mas isso não significa que Macau não participasse no comércio do chá. Melhor dizendo, estamos em crer que o desinteresse relativo dos Portugueses pelo chá, era apenas do consumo e não da venda, já que o circuito do chá de Macau foi essencial para Holandeses e Britânicos. Os Portugueses não consomem nem transportam chá para a Europa, mas abastecem em Macau ou em Java

²⁹⁹ Amaral, Ob. Cit., p. 59.

³⁰⁰ <http://www.fcsh.unl.pt/faculdade/docentes/cjpo>

³⁰¹ Costa, João Paulo (coordenador), José Damião Rodrigues, Pedro Aires Oliveira, *História da Expansão e do Império Português*, Esfera dos Livros, 2014, p. 216.

³⁰² Idem, p. 59.

³⁰³ Figueiredo, Fernando, *Os Vectores da Economia*, In História dos Portugueses no Extremo Oriente, Direcção de A. H. Oliveira Marques, Macau e Timor. Do Antigo Regime à República 3.º Volume, pp.95-96.

³⁰⁴ Cunha, Ob. Cit., 2012, pp. 35-36.

parte do circuito. A situação, tirando o chá Japonês, manter-se-á seguramente até ao desfecho da Guerra do Ópio, em meados do século XIX. É nesta fronteira de intercâmbio comercial no Oriente, longe dos centros Imperiais, nas margens dos Impérios europeus, por vezes em contracorrente com os interesses da Metrópole ou de outras áreas do Império, que o comércio do chá se processa.

Como seria quanto à produção de chá em Macau? Há provas suficientes da actividade de produção de chá em Macau, a partir de pouco antes de 1865. Há provas plausíveis, para antes da primeira década do século XIX e, talvez até, de forma ainda especulativa, para uma data anterior, aliás, a exemplo do que se passa em Java e na Índia. Todavia, ao invés da Índia Portuguesa e do Brasil, desconhece-se planos governamentais para o chá de Macau. Porquê? Talvez a explicação possa ser dada pela própria natureza de Macau: *‘Dependendo pouco de directivas exteriores, gerida por uma aristocracia comercial bastante mestiça, a partir de certa altura organizada numa Câmara (...) construiu um lugar político externo à administração do Império Português.’*³⁰⁵

O que sabemos? O livro *Os Chins de Macau*, de Manuel de Castro Sampaio, relativamente a 1867, refere “(...) 14 Fábricas de chá, com 430 empregados (...)”³⁰⁶ Não podemos esquecer o precioso trabalho, de Julho de 1879, de José Alberto Homem da Cunha Corte Real.³⁰⁷ Fora nomeado secretário-geral do Governo de Macau e de Timor a 6 de Dezembro de 1877. A 22 de Abril de 1883, “deixou o cargo para ser nomeado encarregado de negócios junto das cortes da China, Japão e Sião. Voltando a Portugal, entregou-se, de novo, aos trabalhos jornalísticos. No fim de 1884, foi nomeado cônsul em Marselha, falecendo pouco depois.”³⁰⁸

Sendo secretário do Governo de Macau e Timor em 1 de Julho de 1879, ao propor alterações a dois artigos da lei (decreto) do comércio e da indústria do chá em Macau, em 27 de Dezembro de 1870, reconhece, sem sombra para dúvidas, a existência de fábricas de chá em Macau anteriores a 27 de Dezembro de 1870.³⁰⁹ Sabemo-lo por uma carta dirigida ao deputado pela Província de Macau.

³⁰⁵ Hespanha, Ob, Cit., 2019, pp. 196-197.

³⁰⁶ Figueiredo, Fernando, *Os Vectores da Economia*, In História dos Portugueses no Extremo Oriente, Direcção de A. H. Oliveira Marques, Macau e Timor. Do Antigo Regime à República 3.º Volume, p.205.

³⁰⁷ Nasceu em Coimbra a 25 de Junho de 1832 e faleceu em Marselha, França, em 1 de Agosto de 1885). Tinha acabado de celebrar 47 anos de idade. Era jornalista, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Militava no Partido Progressista, o que não é despidendo para percebermos a sua posição, como tentarei demonstrar.

³⁰⁸ Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira: Ilustrada com cerca de 15.000 gravuras e 400 estampas a cores, Editorial Enciclopédia, Limitada, Lisboa, Rio de Janeiro, Volume VII, [s/d], pp. 809-810: “Corte Real (José Alberto Homem da Cunha).

³⁰⁹ Corte Real, José Alberto, *O comércio e indústria do chá em Macau e a lei de 27 de Dezembro de 1870*, Macau: Typ. Mercantil, 1879

Tentemos perceber a situação de Macau à época e tentemos igualmente entender a reação de Macau, para além das primeiras aparências, perante a tentativa bem-sucedida do chá em S. Miguel. Quando Corte Real chega a Macau, ainda decorre a primeira experiência na Ilha com Lau-a-pan e Lau-a-teng, os quais só regressam a Macau em Julho de 1879.

A impressão, em nosso entender, subentendida da missiva, é clara: em defesa dos interesses de Macau, agora que uma ilha perto da metrópole ensaiava com sucesso o fabrico e o cultivo do chá, urgia reanimar a indústria do chá de Macau antes que fosse tarde de mais. Talvez assim se compreenda a razão pela qual os da Ilha tenham recorrido ao Ministro do Reino para recomendar ao governador que diligenciasse no assunto da contratação dos dois chineses. A ser esta hipótese confirmada, acrescenta-se um outro obstáculo à vinda dos Chineses para a ilha de S. Miguel, para além dos catastróficos tufões em Macau e da resistência dos Grémios macaenses.

De forma assaz explícita, a tal missiva dirigida ao deputado pela Província de Macau traça um panorama de Macau de profunda crise económica e demográfica. Vivia-se no rescaldo de dois tufões. A população chinesa, cada vez mais numerosa, dominava quase por completo a economia de Macau e, ao invés, a população portuguesa fugia de lá. Esta carta tem uma intenção explícita: reanimar a indústria do chá em Macau, fonte importantíssima de rendimento local. Para o conseguir, haveria que considerar aspectos tarifários: o chá de Macau, exportado para Portugal, caso fosse transportado em navios nacionais, não deveria pagar tarifas.³¹⁰

O chá constituía uma importante e fundamental riqueza de Macau, daí que urgia defendê-la, como se pode ler: (...) *Ascende a mais de um milhão de patacas o valor de chá produzido pelas fábricas aqui estabelecidas, além do movimento comercial e de outras indústrias que desta se derivam, e da importância que por conseguinte tem sobre a riqueza particular e pública da colónia e navegação de seus portos.*³¹¹

Em 1870 a situação mudara, antes havia transporte directo regular com a Metrópole: “(...) *Nesse tempo, antes de 1870, vinham aqui navios portugueses buscá-lo para o reino, mas desde aquele ano até hoje nenhum cá voltou nem daqui se fez mais esse comércio directamente com as casas e praças portuguesas, apesar das tentativas de alguns comerciantes.*”³¹² Pior ainda,

³¹⁰ Idem, p.13.

³¹¹ Idem, p.9.

³¹² Idem, p.10.

*“(…) a diferença de custo porque os ingleses o levam a Portugal, mesmo depois de ir nacionalizar-se em Inglaterra, é tal que não lhes permite concorrência. O chá é mandado pelos agentes ingleses para Hong-Kong e dali vai (p.11) para os portos de Inglaterra em navios de retorno que o levam por fretes diminutíssimos.”*³¹³ Esclarece-se de novo o circuito que leva bens e pessoas de Macau a S. Miguel, passando por Hong-Kong, Londres e Lisboa, antes de chegar à ilha, o que acontece depois de 1870 (dentro do período do chá em S. Miguel).

Dirigindo-se ao deputado representante de Macau em Lisboa, Corte Real declara que *“(…) (p.7) (...) há nesta cidade, uma importante indústria de preparar chá, cuja produção e valor não posso (p.8) determinar com inteira exactidão, porque, não havendo dados oficiais de que lançar mão, como do ordinário sucede, não se presta, a dá-los completos, mormente os Chinas que são desconfiados e supersticiosos.”*³¹⁴ Daqui se depreende que tal indústria estivesse nas mãos de chineses e escapasse, em parte, ao completo controlo das autoridades locais.

O autor testemunha concretamente, após escrupulosa inquirição documental, *“(…) (p. 9) a contribuição paga por aqueles estabelecimentos (...), que eram 16 e não 15 somente as fábricas de torrar chá (...).”*³¹⁵ Eis a resposta, esclarece: *“recebendo-o em folha, o preparam para os mercados de consumo.”*³¹⁶ Caso nada invulgar, pois fazia-se o mesmo em outros locais, por exemplo, no Japão, como no-lo diz Wenceslau de Moraes em 1905,³¹⁷ para não falar em muitos locais da própria China.

De onde provinha a folha do chá? Não era fácil sabê-lo, pois era quase impossível “obter esclarecimentos dos fabricantes”, como esclarece Corte Real: *“(…) A este respeito apenas posso apresentar a estatística das embarcações, que durante o ano de 1878 conduziram chá para Macau, sem poder determinar a sua procedência, e quantidade dos seus carregamentos, nem também distinguir o chá importado em folha, ou já torrado(…).”*³¹⁸

O chá produzido e exportado era preto, mas, diz ele, “não é impossível, fabricar-se aqui chá verde, o mais predilecto do nosso país.”³¹⁹ A este respeito temos uma carta de Antero de Quental, escrita de Vila do Conde, de 27 de Setembro de 1888, ao amigo Francisco Machado de Faria e Maia. Este preparava-se para ir à cidade do Porto em Outubro e queria saber que tipo de chá interessaria aos consumidores do Continente. Antero esclareceu: *“A mim parece-*

³¹³ Idem, p.10.

³¹⁴ Idem, pp. 7-8.

³¹⁵ Idem, p.9.

³¹⁶ Idem, 1879, p.8.

³¹⁷ Moraes, Wenceslau de, *O Culto do Chá*, Padrões Culturais Editora, Lisboa, 2007, p.29.

³¹⁸ Corte Real, Ob. Cit, pp.9-10.

³¹⁹ Idem, p.10.

*me que o chá verde teria no mercado português mais probabilidades de venda do que o preto, que pouca gente cá usa (...)."*³²⁰

Apesar de já não se fabricar chá verde em Macau, em 1879, adianta Corte Real que, *"voltará certamente a fabricar-se logo que se estabeleça uma procura regular."*³²¹ Em nota de rodapé, explica a razão da preferência dos Chineses pelo chá preto: *"E é opinião dos fabricantes e entendedores que, se quem toma o verde soubesse como ele se prepara, não o tomaria. Tem-no além disso por nocivo à saúde."*³²²

Para onde era exportado o chá de Macau? Corte Real dá a resposta: *"O chá fabricado em Macau é especialmente destinado para exportação, não sendo também do que mais geralmente se consome em Portugal. É contudo certo, que a maior parte vai para Inglaterra e é de Inglaterra que o mercado português se abastece, consumindo por mão estrangeira produto saído da sua própria colónia."*³²³ Mas poder-se-ia mudar a situação, beneficiando Macau e o Reino, perdendo, obviamente, São Miguel. Caso fosse modificada a lei de 1870, Macau abasteceria *"(...) os mercados portugueses, não só do produto absorvido pelo consumo nacional, mas do que por ventura possa chegar a convir ao comércio reexportar pelos portos secos ou molhados de Portugal (...)."*³²⁴

É pena que Corte Real não descreva pormenores acerca das fábricas e de outras indústrias relacionadas com a indústria do chá, mas adianta: *"(...) O pessoal neles empregado, consta de 120 operários fixos, e 853 avulsos, sendo 348 homens e 505 mulheres. O número destes trabalhadores avulsos varia, segundo as exigências do serviço; mas calcula-se que trabalham regularmente em Macau mais de 600."*³²⁵ Mas haveria mais gente ligada à indústria, repare-se no facto de serem todos Chineses: *"(...) Deve contar-se ainda não menos de 300 culis que se empregam em carros e outros serviços."*³²⁶ E envolveria diversas outras actividades.³²⁷

Sem divergir de Corte Real, Horta e Costa acrescentava ainda que havia *"(...) ali [Macau] um grande número de fábricas importantes onde o chá, vindo do interior quase em bruto, ou preparado e passado por tantas operações sucessivas, de modo a sofrer uma alteração tão completa, que quase deverá ser esquecida a sua classificação primária, para ser considerado apenas como um produto da indústria daquela colónia."*

³²⁰ Martins, Ana Maria Almeida, Cartas II (1881-1891), Obras Completas : Antero de Quental, Universidade dos Açores, Editorial Comunicação, 1989, p. 903.

³²¹ Corte Real, Ob. Cit, p.10.

³²² Idem, p.10.

³²³ Idem, p.10.

³²⁴ Idem, p. 12.

³²⁵ Idem, p.8.

³²⁶ Idem, p.8.

³²⁷ Idem, pp.8-9.

Nada mudara, Horta e Costa lamentava-se amargamente pelo facto de “(...) o chá proveniente de Macau não [vir] diretamente para Portugal, [ir] para Hong-Kong para dali ser transportado para Inglaterra (...).”³²⁸

Não seria totalmente assim. Conhecem-se pequeníssimas excepções. Em 1886, Portugal importou 262.953 quilos de chá, sendo a Inglaterra, com 255.827 quilos, o principal fornecedor do país. A Alemanha era o segundo, com 6.060 quilos. No entanto, Macau e Timor enviaram 351 quilos.³²⁹ É certo que o chá de Macau poderia vir junto com o que, tendo vindo de Hong-Kong e da Índia, vinha agora de Inglaterra.

Em Fevereiro de 1892, instalara-se a polémica na Câmara dos Deputados, em torno dos direitos de importação de chá de Macau em que, o equipararia a mercadoria estrangeira.³³⁰ Essa medida, muito contestada, daria vantagem ao chá produzido nos Açores. Só que, pouco depois, em Março, se repôs os 50%,³³¹ o que conferiria vantagem ao chá de Macau.

Manteve-se elevada a taxa paga pela importação de chá estrangeiro e taxou-se o chá oriundo das colónias portuguesas, incluído nos “*géneros chamados coloniais*.”³³² Passados que foram dois anos, desconhecendo-se o desfecho, em 1894, Macau envia chá para a *Exposição Colonial do Porto, patente no Palácio de Cristal*.³³³ Em 1896, Macau fornece muito pouco chá directamente a Portugal, mas talvez o seu chá viesse incluído no da Inglaterra. Veja-se quadro.³³⁴

Origem	Total quilos
China	236.089
Inglaterra	22.596
Macau/Timor	2
Angola	1
N/menc	1
Total	273.561

³²⁸ Cf. Câmara dos Deputados, 3 de Maio de 1889, pp. 523-524, 528; Visto em 22 de Abril de 2015; <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1889m05d03-0524&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

³²⁹ Cf. Estatística de Portugal, Comércio do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes com países estrangeiros e com as províncias Portuguesas do Ultramar no ano de 1886, Lisboa, Imprensa Nacional, 1887, p.74.

³³⁰ Câmara dos Deputados, 22 de Fevereiro de 1892, p.8; Visto em 29 de Abril de 2015; <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1892m02d22-0008&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

³³¹ Câmara dos Deputados, 11 de Março de 1892, p.15; Visto em 30 de Abril de 2015; <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1892m03d11-0015&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

³³² Comércio e Navegação, Estatística Especial, ano de 1900, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901, p. XCVII; Comércio e Navegação, Estatística Especial, ano de 1900, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901, p. 82.

³³³ Cf. CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO INSULAR E COLONIAL PORTUGUEZA EM 1894 NO PALÁCIO DE CRYSTAL PORTUENSE: *Catálogo da Exposição Insular e Colonial Portuguesa em 1894* no Palácio de Crystal Portuense: Foram enviados produtos dos Açores (desde licores a chapéus e pastilhas de ópio), mas nada de chá.

³³⁴ Fonte: Estatística de Portugal, Comércio do Continente Português e Ilhas Adjacentes com países estrangeiros e com as Províncias Portuguesas do Ultramar, ano de 1896, Lisboa, 1898, p.116.

Em 1897, concluída a Exposição, chegava o chá ao mercado a preços difíceis de competir, como vemos pela carta da Pereira & C.³³⁵: “(...) Ainda há pouco compramos uma partida de três qualidades de chá preto, de Macau, 800 réis cada quilo a 4 m (meses?) – posto em nossa casa. Este chá foi de um que mandaram de Macau para a Exposição Colonial, que houve ultimamente no Palácio de Cristal, desta cidade, que ainda estava por vender, uma das qualidades é uma preciosidade.”³³⁵ José do Canto responderia, deste modo “(...) o chá que vimos na Exposição era bom, de diferentes qualidades, o qual, como já dissemos, foi ultimamente vendido todo num lote a resto (?) de barato.”³³⁶ Por esta altura, o chá de S. Miguel estava a iniciar a sua afirmação no Continente português. Naquele ano, a Alfândega da Metrópole registou um mais significativo montante de chá oriundo de Macau: Importação para consumo: Chá 1897 Quilos.³³⁷

Origem	Total quilos
Macau/Timor	1.406

No ano seguinte, as Estatísticas de 1898, publicadas no ano a seguir, falavam de 448 quilos.³³⁸ Em 1911, temos Macau com 288 quilos, 119 quilos de Angola (será este chá a prova do sucesso da ajuda de José do Canto?), 32 da Índia (produzido na Índia Portuguesa ou vinda do Assam e Darjeeling?), Cabo Verde com 13 e Moçambique com 26 quilos.³³⁹ Saltemos para 1918, para darmos um último exemplo. Num total de 180.908 quilos importados pela metrópole portuguesa, a proveniência e quantidade distribui-se do seguinte modo: Macau, 8; Moçambique já representa 33.728; Angola, 754 quilos, sinal de que o chá aí teve alguma sequência; e o mesmo se poderia dizer de S. Tomé, de onde provinham 1.767. Seria isto exportação própria ou reexportação?

Quando começou Macau a fabricar ou a processar chá? A resposta a esta pergunta que se impõe é que não se sabe ao certo. Podemos, no entanto, especular. Dispomos de uma prova factual segura, a Estatística Especial do Comércio e Navegação. Veja-se, o que se refere para 1865 e 1866, conforme o quadro seguinte:

1865	1866	1867	1868
2 717,3	2 542,1	6 182,0	8 567,0

³³⁵ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.1/90 RES, Carta de Pereira & C.^a a José do Canto, Porto, 3 Julho de 1897.

³³⁶ Idem

³³⁷ Cf. Comércio e Navegação, Estatística Especial, ano de 1897, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898, p. 116.

³³⁸ Cf. Comércio e Navegação, Estatística Especial, ano de 1898, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, p. 78.

³³⁹ Cf. Comércio e Navegação, Estatística Especial, ano de 1911, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913, pp. 82-83.

Todavia, quanto tempo antes de 1865 começou Macau a fabricar ou a processar chá? Talvez se possa aduzir, como prova meramente circunstancial e provisória, o projecto colonial de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, de 1800. No ofício de 6 de Dezembro de 1800 do Ouvidor de Macau, António Pereira dos Santos, responde a ofício anterior de Sousa Coutinho, expondo-lhe as dificuldades em enviar plantas de chá para a Europa. No entanto, envia nota de sementes.³⁴⁰ Uma pergunta: não será de admitir que, por esta altura, com as dificuldades decorrentes das Guerras Napoleónicas, Macau fornecesse chá, chá esse que receberia feito do interior da China e que, posteriormente, transformaria. Ou chá que receberia em folha verde e que transformaria? Uma coisa é certa, vendendo o chá já feito, oriundo do interior, ou o chá transformado ou feito em Macau, esta província, neste período, recuperou algum predomínio que tivera antes da abertura de Cantão aos Europeus.

Um segundo indício, mais sólido do que o anterior, talvez o reforce. Repare-se que ainda não se saíra do período das Guerras Napoleónicas e a Corte Portuguesa transferira-se para o Brasil. Não será improvável que Macau fizesse ou transformasse chá ao tempo em que mestres, utensílios, sementes e plantas seguiram de Macau para o Brasil, na primeira década do século XIX. Prova de que há chá em Macau, conforme ofício de 16 de Março de 1811, é o envio de “de seda e chá.”³⁴¹

Em Macau, por esta altura, desempenhou papel de destaque no chá e não só o Ouvidor Geral de Macau, Miguel de Arriaga Brum da Silveira (nasceu 22 de Março de 1776 – faleceu em 1824). Ora, atentemos no pormenor. Este oficial da coroa, nomeado depois do 1802 e permanecendo naquele cargo até falecer em 1824, é açoriano, natural da Horta, ascendente de Maria Guilhermina Brum da Silveira do Canto, esposa de José do Canto.³⁴² Foi ele quem, por sua iniciativa, em carta de 6 de Março de 1809, escreveu ao Príncipe D. João para o Rio de Janeiro, no sentido de, a exemplo do que os ingleses faziam, contratar chineses.

A 14 do mês de Julho de 1811, D. João de Almeida Melo e Castro pede ao Ouvidor de Macau que envie plantas de chá e pessoas para cuidarem delas na viagem e as plantarem no Brasil. A 20 de Março de 1811, em resposta, depois de providenciar o que lhe fora pedido do Brasil,

³⁴⁰ Moura, Carlos Francisco, Chineses e chá no Brasil no início do século XIX, Real Gabinete Português de Leitura, 2012, pp.11-12.

³⁴¹ Idem, p. 16, Cf ofício de 16 de Março de 1811]: “Na mesma viagem do navio *Ulisses* para a Baía [onde seguiam os dois chineses *Apao* e *Achune* para o Brasil] o *Leal Senado da Câmara de Macau* enviou cargas de seda e chá, e solicitou a protecção do Governador e Capitão-General da Capitania, para essa negociação, tendo em vista a isenção de direitos nas Alfândegas do Brasil para embarcações construídas em estaleiros portugueses. (Cf. Ofício de 16 de Março de 1811, Arquivo Histórico Ultramarino, caixa 32, Documento 7)

³⁴² Idem, p. 12.

comunicava em ofício o envio de sementes, plantas de chá e dois chineses.³⁴³ Ainda que não conclusivo, mas também forte, há outro indício do fabrico ou transformação do chá em Macau que é o facto desses dois chineses, *Apao e Achune*,³⁴⁴ morarem, provavelmente, em Macau, ou próximo de Macau. Dizemo-lo porque, antes de partirem, fora-lhes entregue 40 patacas para deixarem às suas famílias, que estariam por perto de Macau ou mesmo em Macau.³⁴⁵

E a confirmação daquele comércio está na *Gazeta do Rio de Janeiro*, de 15 de Fevereiro.³⁴⁶ Ainda naquele mesmo ano e no mesmo jornal, de 25 de Outubro.³⁴⁷ Chá transformado em Macau? O chá vem de Macau, mas há uma, de 10 de Outubro de 1815, publicada no jornal *Idade de Ouro do Brasil*, que pode causar confusão. Refere a chegada, presumivelmente para consumo, de chá da Ilha de França ou seja da Maurícia.³⁴⁸ Tratar-se-ia de chá ali produzido ou carga de Macau com chá que fez paragem nas Maurícias? Não fossem as provas encontradas recentemente, esta situação poderia levantar dúvidas quanto à proveniência do primeiro chá para introduzir no Brasil.³⁴⁹

Onde era fabricado o chá que, no século XVIII, vinha de Goa ou vinha de Macau através de Goa? Põe-se a questão se seria fabricado o chá em Macau? Há indícios que apontam para tal, mas que podem apenas querer dizer que Macau mandava chá do interior da China e não o chá que putativamente se fazia em Macau. Ainda assim, vamos dar um exemplo de uma carta de um familiar setecentista de Maria Guilhermina do Brum da Silveira do Canto, esposa de José do Canto. Em 1777, escreveu: “(...) *Com a presente lhe será entregue uma amostra de chá que na presente monção me veio de Macau. (...) Eu vos ofereço desta amostra de chá, que Vossa excelência me manda: uma lata é para vós, e outra para Teotónio, porém, se este já não estiver no Faial, um e outro, é para vós.*”³⁵⁰

³⁴³ Idem, p. 14.

³⁴⁴ Idem, p. 16. Transcrevendo Ofício do Ouvidor de Macau, Brum da Silveira, de 21 de Março de 1811: Anexado aquele ofício, de 20 de Março, vinha um “abaixo assinado” de 21 de Março de *Apao e Achune. Trata-se de um contrato.*

³⁴⁵ Idem, p. 16.

³⁴⁶ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 15 de Fevereiro de 1815, p. 4.

³⁴⁷ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 25 de Outubro de 1815, p. 4.

³⁴⁸ *Jornal Idade de Ouro*, 10 de Outubro de 1815, p. 4.

³⁴⁹ Moura, Carlos Francisco, Ob. Cit, 2012, pp. 14-15.

³⁵⁰ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/Documentação não tratada, cx. 170, [Correspondência expedida por António Taveira da Neiva Brum da Silveira] Carta de D. Francisco da Assunção e Brito (?) a D. Caetano de Nossa Senhora da Porta, Goa, 3 de Abril de 1777.

Portanto, pelo que se disse, cremos que, quanto ao chá, e no que diz respeito a Macau, há muito ainda por explorar. Ainda assim, pelo que já se sabe, não se pode ignorar a sua real importância no comércio e fabrico do chá.

As experiências no Brasil

Como chegou o chá ao Brasil? Terá sido um presente presente do Imperador da China a D. João que fez chegar o chá ao Brasil?³⁵¹ Vamos tentar ver onde termina o mito e começa a realidade. Após as possíveis experiências de aclimação realizadas nos séculos dezassete e dezoito, na cidade do Rio de Janeiro (incluindo Baía), então capital do Reino de Portugal e Brasil, ocorre a primeira experiência conhecida bem-sucedida de cultivo e produção de chá. Ali, o Príncipe Regente D. João continuou a política começada na Metrópole, criando, em 1808, o “(...) *Jardim de Aclimação, depois Real Horto Botânico do Rio de Janeiro com o objectivo de aclimatar as especiarias vindas das Índias Orientais.*” Antes de mais, convém ter em mente que já teria havido experiências com o chá no Brasil antes desta no início do século XIX.

Havia, no entanto, um obstáculo de monta a ultrapassar: o domínio das técnicas de transformação das folhas da cameleira em chá. Mas como, se o chá era uma cultura que os chineses não queriam divulgar? João Teles e Cunha ao responder que isso só fora possível “(...) *porque o quadro das relações entre a Europa e o Império do Meio estava a alterar-se, com este a perder progressivamente a sua capacidade de resposta e, consequentemente, a sua autonomia política e económica frente às potências industrializadas europeias, com a Grã-Bretanha à cabeça.*”³⁵²

De onde e quando veio ao certo o chá para o Brasil? Em trabalho publicado em 1973, Carlos Moura queixava-se de muitas lacunas e de que muito havia a investigar sobre a História inicial do chá no Brasil.³⁵³ Porém, em obra posterior, publicada em 2012, na posse de nova documentação, muda de opinião.³⁵⁴ Sigamo-lo: dispomos de documentos que atestam a acção, neste campo do chá, de dois Secretários de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro: D. João de Almeida Melo e Castro, Conde de Galveias (30/12/1809 – 18/01/14), e António de Araújo de Azevedo (1814-25/06/1817). Em Macau, por seu turno, teve papel de destaque, o Ouvidor Geral de Macau,

³⁵¹ Mendes Ferrão, Ob. Cit, 1992, p. 12.

³⁵² Cunha, João Teles e, *O Chá: uma História do Oriente ao Ocidente*, in Oriente, Revista da Fundação Oriente, 2012, pp. 33-34.

³⁵³ Moura, Carlos Francisco, *Colonos chineses no Brasil no reinado de D. João VI: Miscelânea de História Luso-Chinesa, Parte 1*, In: Boletim do Instituto Luís de Camões, Verão 1973. - V.7 n.2, pp. 187-198.

³⁵⁴ Moura, Carlos Francisco, Ob. Cit, 2012, p. 12: Carlos Moura, recorrendo aos catálogos de documentos sobre Macau e o Oriente no Arquivo Histórico Ultramarino, vol. I (1996) e vol. II (1997), publicados pelo Professor Isaú Santos, resolve-nos várias dúvidas.

Miguel de Arriaga Brum da Silveira, que foi nomeado depois de 1802.³⁵⁵ Foi ele quem, em carta de 6 de Março de 1809, escreveu ao Príncipe D. João para o Rio de Janeiro, no sentido de, a exemplo do que os ingleses faziam, contratar chineses. A 20 de Março de 1811, Brum da Silveira mandava de Macau para o Brasil plantas de chá e dois chineses.³⁵⁶ Chamavam-se “*Apao e Achune*.”³⁵⁷ Foram, tal como Lau-a-Pan e Lau-a-Teng iriam ser mais tarde na década de setenta, em diferentes condições, contratados individualmente por “(...) *um vencimento mensal de quatro mil e oito centos réis*.”³⁵⁸ Foi-lhes adiantado cinco meses de salário. No ajuste, também se estipula que iam de Macau até ao Brasil, por comodidade, como grumetes de bordo. Deu-se-lhes também 40 patacas para deixarem às suas famílias, que ficariam em Macau ou perto de Macau. Mal chegassem, deveriam começar “*a cultivar o chá*.” Esse ajuste foi assinado em Macau no dia 21 de Março de 1811.³⁵⁹

Os dois chineses viajaram no navio *Ulisses*, pagando a viagem com o seu trabalho de grumete, cuidando bem das plantas de chá, pois estavam instruídos para “(...) *que as fossem plantar nesse território [Brasil], onde se deseja verificar se poderão naturalizar-se*.”³⁶⁰ No seu ofício de 1811, o Ouvidor de Macau, Brum da Silveira, diz: “levaram 4 caixotes “*das mesmas plantas que por agora pude encontrar, fazendo embarcar dois Chinas que as devem cuidar durante a viagem e aí chegados devem cultivá-las*.”³⁶¹ O navio *Ulisses*, tocou a cidade da Baía antes de chegar ao Rio de Janeiro, pelo que, enquanto esperavam a altura certa de seguir viagem até ao seu destino, os dois chineses “semearam plantas de chá na Baía e obtiveram êxito.” O Conde de Arcos escreveu ao Ouvidor de Macau, na Monção de 1811, “*informando que as sementes tinham germinado muito bem. Brum da Silveira fez nova remessa*.” O sucesso não se deu só na Baía, pois, observava, do Rio de Janeiro, Araújo e Azevedo, três anos depois, a 18 de Julho de 1814 sobre a aclimação do chá: “*igualmente aqui se deu excelentemente bem, poder-se-á, à medida que for produzindo, tornar-se mais fácil daqui a comunicação desta planta para qualquer outra capitania*.”³⁶²

³⁵⁵ Idem, 2012, p. 12.

³⁵⁶ Idem, 2012, p. 14.

³⁵⁷ Idem, p. 16. Transcrevendo Ofício do Ouvidor de Macau, Brum da Silveira, de 21 de Março de 1811: Anexado aquele ofício, de 20 de Março, vinha um “abaixo assinado” de 21 de Março de *Apao e Achune. Trata-se de um contrato*.

³⁵⁸ Idem, p. 15: “(...) *Para isso fez com os chineses um ajuste cuja cópia anexa ao ofício [20 de Março de 1811]: um vencimento mensal de quatro mil e oito centos réis*.”

³⁵⁹ Idem, p. 16: “(...) *Para isso fez com os chineses um ajuste cuja cópia anexa ao ofício [20 de Março de 1811]: Cf. Transcrição, p. 16 e reprodução do documento p. 73.*

³⁶⁰ Idem, p. 15. Transcrevendo Ofício do Ouvidor de Macau, Brum da Silveira, de 20 de Março de 1811

³⁶¹ Idem

³⁶² Idem, p. 29.

Tendo, numa primeira remessa, o chá (plantas e sementes) mais os dois Chineses chegado em 1811, outras remessas foram feitas em 1814. No ano de 1815, a 9 de Maio, o jornal *Idade de Ouro do Brasil*, escreve em primeira mão sobre a experiência de cultivo de chá em curso: “(...) *debaixo do patrocínio do Excellentissimo Senhor Cavalleiro Araújo, hoje Ministro de Estado, foi transportada da China para o Brazil com jardineiros Chinezes huma boa porção de plantas da árvore do chá, as quais mostram, que produzirão abundante colheita deste importante vegetal. (...)*”³⁶³ Esta nota demonstra sobretudo que o chá semeado e o chá plantado em 1811, ou seja, mais ou menos quatro anos passados, está bom e promete uma boa colheita.

Em 1819, oito anos depois, já havia chá brasileiro à venda em França, portanto ainda no tempo em que o Brasil fazia parte do reino português. Uma nota de Paris, datada de 1 de Novembro, daquele ano, dá-nos conta da importação em França de chá do Brasil.³⁶⁴ Uma pergunta, impõe-se, cuja resposta é incerta: quem produziu aquele chá? “*Apao e Achune?* Outros? Quem apanhou o chá? Outros chineses que vieram? É provável. O Cônsul-Geral no Brasil, na década de 1850, informava P. L. Simmonds de que, depois de um insucesso inicial, a cultura do chá entrara em crise, mas que fora tentada novamente em 1817.”³⁶⁵

As fontes aduzidas parecem bastante claras e convincentes. Os textos consultados são bastante elucidativos, porém, existem outros, menos claros e convincentes. Outra fonte consultada foi a *Memória para servir a História do reino do Brazil*, de Luiz Gonçalves dos Santos, mais conhecido por Padre Perereca. Perereca começa a sua narrativa no ano de 1808 terminando-a em 1821 e só a publicando, em 1825. As datas são importantes para perceber um possível preconceito de um ex-colono, perante a antiga potência colonizadora. Em 1825, o Brasil era já independente, mas a situação ainda estava longe de estar consolidada. Perereca, referindo o ano de 1809, afirma que o chá brasileiro resultou de um roubo Português do chá Francês das Ilhas.³⁶⁶

O Padre Perereca, para 1810, sem ainda falar do chá, desenvolve, na generalidade, os planos de transformação do Brasil em centro político, administrativo e mercantil do Império

³⁶³ *Jornal Idade de Ouro*, Brasil, 9 de Maio de 1815: 1-2.

³⁶⁴ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 12 de Janeiro de 1820, p. 2.

³⁶⁵ Ball, Samuel, *An account of the cultivation and manufacture of tea in China derived from personal observation during an official residence in that country from 1804 to 1826...* / by Samuel Ball. - London: Longman Brown Green and Longmans, 1848, Introdução.

³⁶⁶ Santos, Luiz Gonçalves dos, *Memória para servir a História do reino do Brazil, divididas em três épocas da Felicidade, Honra e Glória*, Tomo 1, Lisboa, 1825, pp. 140-141.

Português. Pela importância da voz e do testemunho no próprio tempo, relevamos os seguintes pontos. E repete a origem de sementes da Ilha de França e de Caiena.³⁶⁷

No ano de 1818, segundo um correspondente de um Jornal Brasileiro em Paris, a França demonstrara interesse em introduzir chá em Caiena, capital da Guiana Francesa, a norte do Brasil. Também se disse que, em 1809, Caiena fora ocupada pelas tropas luso-britânicas em retaliação à invasão napoleónica a Portugal, sendo devolvida em 1817, com o tratado de Viena. Ora, é um facto que, para a história da introdução bem-sucedida do chá no Brasil na década de dez do século XIX, conhecem-se versões contraditórias e pouco claras: umas afirmam que o chá de Macau destinado ao Brasil e interceptado nas Maurícias dera origem ao chá das Maurícias; outras, ao invés, dizem que fora o chá das Maurícias e aí roubado que dera origem ao chá brasileiro. Lavor é de opinião que o chá brasileiro, apesar de ter sido forçadamente plantado nas Maurícias, veio originalmente de Macau.³⁶⁸ Além do mais, o interesse brasileiro pelo chá é bem anterior ao século XIX.

Sensivelmente contemporâneo do Padre Perereca, temos o olhar de um estrangeiro. James Henderson, um historiador britânico, publica em Agosto de 1821, fruto de pesquisas efetuadas no Brasil, o seu testemunho sobre o chá neste território. Note-se que na altura nada havia de chá britânico na Índia: “(...) *The tea plant is here cultivated, and, unquestionably, would prosper in this climate with proper attention; but this establishment, upon the whole, is miserably neglected.*”³⁶⁹ Mais à frente, o mesmo historiador fala do chá-mate. Poder-se-á perceber por aí alguma hesitação na adoção do chá da *camellia sinensis*? Eis a sua descrição: “(p.139) (...) *This plant is taken almost like tea, and the use of this beverage has prevailed from time immemorial amongst the Indians of the northern part of this province (Paraná).*”³⁷⁰

Nem todos os brasileiros reconheceram o êxito do chá, a julgar pelo jornal *O Conciliador do Maranhão*, de 1 de Julho de 1822. Note-se que a data é próxima da separação do Brasil do Reino, o que talvez explique o tom panfletário contra a Metrópole: “*Que benefícios fizeram à*

³⁶⁷ Idem, pp. 181-182.

³⁶⁸ Lavôr, João Conrado Niemeyer de, *Histórico do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1983, p. 82. Nota posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018, contradiz o anterior: Moura, Carlos Francisco, *Chineses e chá no Brasil no início do século XIX*, Real Gabinete Português de Leitura, 2012, p. 35: “(...) *Ao contrário do que alguns autores supõem, Luís de Abreu não trouxe da Ilha de França sementes nem mudas de plantas de chá. Elas não figuram nessa relação, e, além disso, ele informa que sementes de chá só lhe foram enviadas de Macau, a seu pedido, em 1812, cerca de quatro anos depois de ter saído da Ilha.*”

³⁶⁹ Henderson, James, *A History of the Brazil comprising its Geography, Commerce, Colonization, Aboriginal Inhabitants*, London, 1821, pp. 37-38.

³⁷⁰ Idem, p. 139.

*Agricultura? Souberão acaso aumentar de novas produções a fecundidade do solo Braziliense? Limitarão-se a projectos apenas concebidos, e logo abandonados; a mandar vir dos confins da Azia duas colónias de Chins para a plantação do Chá, e a desprezar esses miseráveis ao ponto de morrerem de fome, e de miséria! (...)."*³⁷¹



[F. 14 – Pintura de Rugendas (1822-1825)
Fonte: <http://jbrj.gov.br/jardim/historia>

Houve, de facto, um entusiasmo inicial, para depois, ceder o lugar à estagnação? É o que parece. Para apurar o que sucedeu ao chá no Brasil após o seu relativo êxito inicial, sigamos as entradas no *Diário de uma Viagem ao Brasil* da inglesa Mary Graham, de 21 de Dezembro de 1821 e 24 de Agosto de 1823.³⁷² Em 1821, Mary Graham, em relação ao Jardim Botânico, descreve-nos: “(...) Este Jardim foi destinado pelo Rei para cultivo de especiarias e frutos orientais e, acima de tudo, para o chá, que ele mandou vir da China juntamente com algumas famílias costumadas à sua cultura (...).”³⁷³ Em 1823, na entrada do dia 24 de Agosto, a mesma diarista, sobre a Fazenda de Santa Cruz, comenta: “(...) Fui às plantações de chá, que ocupam muitos acres de um morro cheio de pedras, tal como suponho que seja o habitat da planta na China. (...) O chá produzido aqui e no Jardim Botânico é tido como de qualidade superior. Mas a quantidade é tão pequena que até agora não há a mais leve promessa de pagar a despesa com a cultura. Contudo estão as plantas tão viçosas que não tenho dúvida de que em breve se espalharão e provavelmente ficarão como nativas.”³⁷⁴

Sigamos, igualmente, Frei Leandro do Sacramento que, segundo o próprio, tomou posse da direção do Jardim Botânico da Lagoa do Rodrigo de Freitas, em Março de 1824.³⁷⁵ Frei

³⁷¹ *O Conciliador do Maranhão*, Brasil, 1 de Julho de 1822: 6.

³⁷² Graham, Mary, *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*, tradução e notas de Américo Jacobina Lacombe, Companhia Editorial Nacional, São Paulo, 1956 (1.ª edição Londres, 1825).

³⁷³ *Idem*, pp. 179-180.

³⁷⁴ *Idem*, p. 324.

³⁷⁵ Um trabalho aponta diferença de datas: Frei Leandro do Sacramento “foi Diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, seu primeiro Diretor Botânico, nomeado por S.M.I. o Imperador Dom Pedro I, a 13 de novembro de 1823

Leandro afirma que encontrara no Jardim “(...) *uma plantação de chá considerável em três maciços muito desiguais em extensão; o menor destes três maciços se achava em um estado de cultura sofrível, os outros dois existiam em estado de completo abandono, já quase sufocados pelas plantas silvestres, em que muitos lugares mal deixavam ver as plantas do chá (...).*”³⁷⁶ Portanto, pouco menos de uma década decorrida sobre a experiência, a situação era de puro abandono. Daí que se perceba que a primeira preocupação tivesse sido a recuperação daquela plantação.³⁷⁷ Frei Leandro pretendia, para tal, publicar uma Memória sobre o cultivo da planta e manipulação das folhas, convencido que estava de que a falta de conhecimentos era a causa principal do mau estado da plantação e da não expansão da cultura, apesar de decorridos bastantes anos desde a sua entrada no Brasil.³⁷⁸ Não se dominava por completo a tecnologia: “*já se tinham preparado as folhas do chá, porém ignorava-se quase absolutamente o processo, cujo conhecimento se limitava ao último, restante dos chinas, que tinham vindo para o Brasil, e talvez a poucas pessoas mais.*” (Sacramento, 1825: Introdução) E justificava a publicação do seu trabalho: “*o China de facto não era capaz de publicar as ideias, que sabia executar na prática, e nenhuma outra pessoa, das que estariam nas circunstâncias de ter escrito sobre isto, o tinha feito.*”³⁷⁹ Para o conseguir, era preciso saber fazer chá, “*o que somente se adquire pela observação e experiências repetidas (...).*” Indo ao encontro dos desígnios do Imperador do Brasil, cumpria as ordens que dele recebera em Janeiro de 1825, juntamente com a portaria imperial de 7 do mesmo mês, segundo as quais: “*Sua Majestade Imperial me manda que haja eu de fazer aprontar colecções de sementes de chá, cravo, etc. para serem remetidas para as diferentes províncias do Império, devendo aquelas colecções ser acompanhadas de uma memória que eu deveria escrever sobre a cultura e fabrico delas (...).*”³⁸⁰

Para o ano de 1825, dispomos de dois preciosos testemunhos de viajantes estrangeiros no Brasil: João Maurício Rugendas e Carl Seidler. J. Rugendas fala da “*plantação atrás do Corcovado, à beira da lagoa Rodrigo de Freitas, perto do Jardim das Plantas (e diz que era) de seis mil o número de arbustos em 1825.* Era, efectivamente, uma pequena plantação. Em 1867, só José do Canto tinha para mais de 3000 plantas.”³⁸¹ Continuando a citação do alemão

(p.101) (...) (p. 102) (...) Foi Diretor do Jardim Botânico de 1823 a 1829. Faleceu a 19 de Julho de 1829.” (Paes, 1983: 100-102)

³⁷⁶ Sacramento, Leandro do, *Memória económica sobre a preparação do chá*, Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1825, Introdução.

³⁷⁷ Idem.

³⁷⁸ Idem.

³⁷⁹ Idem.

³⁸⁰ Idem.

³⁸¹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de Alexander Reith, Ponta Delgada, a José do Canto, Paris, 28 de Abril de 1867

Rugendas, repare-se na opinião contrária à da inglesa Graham, (...) *Entretanto, afirma-se com certa razão que este chá não tem o gosto requintado e aromático das espécies de primeira qualidade da China; ao contrário, tem ele um gosto acre de terra.*³⁸² Para este viajante, a tentativa de introdução do chá no Brasil, até então, dera “*resultados insignificantes, mas que podem melhorar com o tempo.*” Incentiva os brasileiros a prosseguirem no cultivo do chá.³⁸³ E, conclui: “(...) *A introdução do chá no Brasil ameaça modificar inteiramente esse sistema comercial, tão funesto à Europa.*”

Carl Seidler, neste mesmo ano de 1825, tem opinião contrária à do compatriota Rugendas, pois acha que “*O chá aqui é pouco inferior ao chinês.*” Segundo Seidler, entretanto, não avança, mercê de duas dificuldades. A primeira: “(...) *o governo, apesar de finanças completamente derrocadas, acha que não vale a pena um melhoramento dessa espécie, que podia trazer um dia as maiores consequências.*” Considera que, além do desinteresse do governo, “(...) *os ingleses também fazem quanto podem pra estorvar tais plantações (...).*” Não desistindo, lança um repto: “*mas será possível que um grande império independente como o Brasil, por meio de medidas enérgicas não possa combater esse vil espírito de especulação de seus hóspedes não convidados?*”³⁸⁴

Não resisto a especular numa eventualidade. Se, a partir de 1825, o Brasil seguindo o conselho de Carl Seidler e de muitos outros tivesse aumentado e melhorado a sua produção de chá, o que teria sucedido ao chá Britânico no Assam e em Darjeeling? Ou ao Holandês de Java? Ainda assim, talvez para tentar avançar na produção do chá, em 1825, expandira-se para o estado de São Paulo o cultivo do chá, onde foi introduzido pelo Marechal José Arouche de Toledo Rondon. “*Ele plantou sementes de camellia sinensis, trazidas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em sua chácara e, com a ajuda de escravos, cultivou e se dedicou a 44 mil pés.*”³⁸⁵

Em 1828, já na alçada de Frei Leandro, os viveiros do Jardim Botânico do Rio de Janeiro estavam florescentes. No entanto, o chá, feito denotava um “cheiro a verniz que o

³⁸² Rugendas, João Maurício, *Viagem pitoresca através de o Brasil*, tradução de Sérgio Miliet, Martins Editora, São Paulo, 1940. A primeira edição saiu em Paris em 1935.

³⁸³ Idem, pp. 153-156. Pois, “*as consequências felizes que pode comportar a cultura do chá no Brasil, sua possível influência sobre o comércio do mundo inteiro são de tal ordem que dificilmente se encontraria um assunto mais digno das meditações do governo. Se se considerar que somente a Inglaterra importa mais de três milhões de libras de chá da China e que esse artigo é pago todo ele em piastras, compreender-se-á que o Oriente é o abismo devorador de quase todos os metais preciosos exportados da América para a Europa. As causas da crise extraordinária de numerário verificada há tempos no comércio da Inglaterra e de toda a Europa são evidentes.*”

³⁸⁴ Seidler, Carl, *Dez anos de Brasil*, tradução de Gal Bertoldo Klinger, Livraria Martins Editora, São Paulo. A primeira edição saiu em 1835 na Alemanha.

³⁸⁵ Gracindo, Ina, *Viagem ao Mundo de Chá Tao Te Cha*, Casa da Palavra, Rio de Janeiro, 2013, [s.p.].

desacreditou.” Algo que foi considerado sabotagem dos britânicos.³⁸⁶ Do ano de 1839, chega-nos, através de Simmonds, o testemunho do botânico francês Guillemín. Após a recuperação levada a cabo por Frei Leandro do Sacramento na década de vinte, o Jardim Botânico, ligado ao Estado, cumpria a sua função de promotor e difusor do chá junto de particulares. Em 1840, prova de que se quer avançar na cultura, é criada uma escola para o ensino da cultura do chá e da sua industrialização.³⁸⁷

O problema do chá, referido em 1828, fora resolvido, pois, em 1842/1843, na 1.^a edição do *Dicionário de Medicina* de Pedro Napoleão Chernoviz, doutor em medicina, e cavaleiro da Ordem de Cristo, diz-se que “as Províncias do Rio de Janeiro, São Paulo; e de Minas produziram já grande quantidade desta planta.”³⁸⁸ Um outro britânico, Samuel Ball, em trabalho que publica em 1848, ao escrever sobre a situação do chá fora da China, também menciona o caso brasileiro,³⁸⁹ sinal de que estavam atentos à evolução do chá neste país, desejando que não se desenvolvesse. Ainda, relativamente ao ano de 1854, Simmonds diz que Guillemín viera ao Brasil com a intenção de estudar a flora e o chá. Repare-se que, por esta altura, o chá britânico continuava a dar os primeiros passos na Índia, pelo que a experiência brasileira era algo a seguir: (...) *I had an opportunity of observing the method pursued when culling the tea, which is performed by black slaves, chiefly women and children (...).* “Acrescenta que os processos mais cuidados usados no Jardim Botânico, no sentido de servir de exemplo aos cultivadores privados, fazem com que a produção seja superior, pelo que não se devia avaliar a produtividade de todo o Brasil pelo padrão daquele.”³⁹⁰ De novo, em 1854, após alguns problemas iniciais, a situação mudara, segundo lhe informara o Cônsul-Geral no Brasil. Diz assim: “(...) *within the last few years the cultivation has revived and is now prosecuted with energy and with a corresponding success.* Simmonds afirma que alguns dos maiores proprietários do Brasil se voltaram para o chá, referindo o exemplo de um que desistiu do café para se dedicar em exclusivo ao cultivo do chá. Além do mais, segundo ele, o mercado do Rio era quase inteiramente abastecido por chá de produção doméstica.”³⁹¹

³⁸⁶ Morais, Joaquim Manuel Araújo Correia de, *Apontamentos sobre a Cultura do Chá do Comércio ou demonstração autêntica de que esta importante cultura foi assassinada no Continente por um mágico abuso de confiança, ressurgindo no arquipélago dos Açores com as sementes que vieram do Brasil para a generalizar em todo o reino*, Lisboa, Tipografia de G. M. Martins, 1881, p.62.

³⁸⁷ Tsukamoto, Ruth Youko, *Agricultura e indústria do chá no Brasil*.

³⁸⁸ Morais, Ob. Cit, 1881, p.62.

³⁸⁹ Ball, Samuel, *Ob. Cit*, 1848, Introdução: “(...) (p.VII) *the cultivation of the tea tree, on an extended scale, in British India, and other parts of the world (Assam, Java e Brasil).* (...)”

³⁹⁰ Simmonds, P.L., *The Commercial Products of The Vegetable Kingdom, considered in their various uses to man in their relation to The Arts and Manufactures* (...), London, 1854, pp. 128-130.

³⁹¹ Idem: “*and the public mind is awakened to the prominent fact, that no plant cultivated in Brazil is more profitable and none is deserving more decided attention*”

Em 1854, para a “ainda pobre” Província do Paraná, o jornal *Dezanove de Dezembro* aconselhava: “(...) chá, caffè, trigo, fumo, matte e cana-de-açúcar (...) qualquer destes ramos bastaria para enriquecer uma nação (...)”.³⁹² Duas informações sobressaem na sua edição de 24 de Junho: uma era a facilidade em cultivar chá no Paraná e outra era de que, no Brasil, onde se cultivava mais chá era em S. Paulo e Minas Gerais. Da sua explanação, sintetizamos o seguinte: O chá afigurava-se-lhe como a cultura mais adequada às circunstâncias da região, por ser pouco exigente em mão-de-obra e em terreno (em quantidade e qualidade), além de fácil de transportar (factor importante num país com “péssimas” estradas). Colheria também a preferência dos colonos europeus, “pouco avezados às privações da vida grosseira dos matos, e que trazendo poucos meios para comprar terras e mais desejos de possuí-las achariam neste género de trabalho facilidade para se tornarem logo independentes, comprando um pequeno terreno que poderiam cultivar só com o socorro de suas forças e seus filhos mesmo menores”. Segue comparando o cultivo do chá no Paraná com o que se fazia em S. Paulo e Minas, afirmando que nestas províncias, as que têm maior produção, o chá é “tirado de uma planta raquítica que demanda continuado zelo ao lavrador, enquanto naquela “o chá é um arbusto frondoso que cresce a duas alturas do homem mesmo sem benefício.”³⁹³ Estas considerações foram mais tarde ponderadas pelos micaelenses.

Segundo o mesmo articulista, as razões da indústria não prosperar como se esperava não teriam tanto a ver com “causas primitivas e peculiares à qualidade de nosso chá”, mas mais com a ganância dos primeiros produtores que, “encontrando a princípio muitos bons preços, tractarão de aumentar a produção absolutamente sem zelar mais na perfeição do fabrico, enviando para o mercado chá ainda verde e muito mal preparado”. E afirmava ainda conhecer alguns produtores de Itu e dos arredores de S. Paulo, “cujas marcas estão acreditadas, que fazem já uma renda annual de mais de seis contos de réis, e que achão a mais prompta saída para a sua produção.”³⁹⁴ Esta é outra situação que mais tarde os Micaelenses iriam ponderar.

No entanto, apesar de o cultivar, o Brasil continuava a importar chá, chá produzido já na Índia Britânica e não em Macau ou na China, como vemos por um anúncio de 13 de Janeiro de 1855: “Clemente José Leal (...) chá da Índia e nacional (...) Paranaguá, 1.º de Janeiro de 1855.”³⁹⁵ Uma nota de 1874, publicada na imprensa da ilha de S. Miguel, quando já se preparava a vinda de alguém que para ensinar a cultivar e a processar o chá corretamente, prova da continuada atenção que os Açores dedicavam ao chá do Brasil, dá conta do alastramento do cultivo de chá neste país, onde “(...) prospera admiravelmente como no seu

³⁹² *O Dezanove de Dezembro*, Brasil, 10 de Junho de 1854, p. 4.

³⁹³ *O Dezanove de Dezembro*, Brasil, 24 de Junho de 1854, p. 5.

³⁹⁴ *Idem*.

³⁹⁵ *O Dezanove de Dezembro*, Brasil, 13 de Junho de 1855, p. 6.

clima natal (...).” Porém, se não tinha atingido a amplitude que se desejaria, “*ao menos suficientemente para demonstrar que ela poderia tomar um lugar vantajoso, senão superior, ao lado das culturas do café, do algodão, do tabaco e da cana do açúcar. Realmente, esta planta exige pouco trabalho, produz duas ou mais colheitas por ano, e a fabricação do chá é extremamente simples.*” Para quantificá-lo, o articulista adianta que oito anos antes a produção já excedera as 300.000 libras anuais e que naquela altura atingiria as 500.000. Esse aumento correspondia a um crescimento de 25.000 libras por ano, “*o que não é sem dúvida exagerado à vista do preço remunerador deste produto.*” Como coroa de glória apresenta um êxito obtido em Viena de Áustria, onde foram apresentadas amostras de chá das províncias de Minas, S. Paulo, Paraná e Rio de Janeiro, “*que assaz agradaram às pessoas competentes e principalmente aos membros do júri.*” Para estimular o cultivo de chá no Brasil, o articulista é de opinião que “*esta notícia deve por certo lisonjear aos agricultores que preparam este importantíssimo artigo, animando-os a empreenderem em mais larga escala o plantio e fabricação do chá (...).*” Dando o exemplo elucidativo do café, defende que, se investir seriamente no chá, o Brasil poderá fazer “*honrosa concorrência*” aos países asiáticos na sua comercialização: “*Nem há nisso exageração; há pouco mais de 70 anos, recebia o Brasil as primeiras mudas de café e hoje os três quartos do café consumido em todo o mundo provêm das plantações do Brasil.*”³⁹⁶ Mas essa concorrência não viria a acontecer.

Em 1879, Augusto Albano Xavier Macedo, no seu *Breve Estudo do Chá*, tese apresentada à Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, diz que o chá é cultivado em muitas províncias do Brasil, que a colheita é feita por mulheres e crianças negras.³⁹⁷ Os Açorianos que estudam o chá introduzido nos Açores debruçaram-se sobre o caso Brasileiro. Fizeram-no, de uma maneira geral, mais do ponto de vista da História do que da técnica.³⁹⁸ Em 1888, o açoriano Cristóvão Moniz segue a mesma versão.³⁹⁹ Em 1913, outro açoriano, Aníbal Cabido, veicula a mesma versão: “*Conta-se que o Imperador da China fizera ao Rei de Portugal (...) um valioso presente da planta de chá, que fez acompanhar por quatro naturais daquele país para ensinarem a cultura e manipulação da folha.*”⁴⁰⁰

³⁹⁶ Chá (nota), *O Chá na Exposição Internacional de Viena*, in *O O Cultivador*, 15 de Fevereiro de 1874, Ponta Delgada, pp. 723-724.

³⁹⁷ Macedo, Augusto Albano Xavier, *Breve estudo sobre o chá*, Tese inaugural apresentada e defendida perante a Escola Médico Cirúrgica de Lisboa, Julho de 1879, 3.ª Série Escola Médico Cirúrgica de Lisboa, Tipografia Nova Minerva, Lisboa, 1879, pp.18, 23, 84.

³⁹⁸ Gabriel de Almeida, *Manual do Cultivador e manipulador do Chá*, Ponta Delgada, 1883, pp. 4-5.

³⁹⁹ Moniz, Cristóvão, *A Cultura do Chá na Ilha de S. Miguel*, Dissertação Inaugural (?) apresentada ao Conselho Escolar do Instituto de Agronomia e Veterinária, Lisboa, Maio de 1888, pp. 10 v-11; Moniz, Cristóvão, *A Cultura do Chá na Ilha de São Miguel*, Lisboa, Biblioteca de Portugal Agrícola, 1895, p.29.

⁴⁰⁰ Cabido, Aníbal Gomes Ferreira, *A Indústria do Chá nos Açores*, Coimbra, 1913, p. 4.

Em 1838 ou 1839, depois de Frei Leandro, o chá estava de volta ao Brasil. O chá em São Miguel iria começar a sua fase decisiva e, em 1892, Gabriel de Almeida escrevia: *“A produção do chá no Brasil, apesar da sua inferioridade, é de muito apreço. Já em 1838, segundo o ilustre botânico sr. Guillemín, existiam nos arrabaldes da província de S. Paulo, grandes plantações de chá.”*⁴⁰¹ Tanto assim era que, segundo o português Joaquim Moraes, em 1881, o *“Chá: (é) uma das mais remuneradoras actividades no Brasil) (...) como afirma Chernoviz, sábio agrónomo brasileiro, na terceira edição do seu Dicionário de Medicina, impresso no ano de 1868 (...).”*⁴⁰²

Em 1888, Cristóvão Moniz, talvez a dar assunto para os micaelenses ponderarem, escreve: *“Com melhores resultados, iguais experiências (p.29) fazia por este tempo o Brasil, na sua Província do Rio de Janeiro (25º de latitude austral), podendo assim exportar, já hoje, uma boa quantidade de chá das plantações nacionais, tão florescentes e favorecidas do clima, em quase todo o território, que, se as do Maranhão rivalizam com as da China, as do Rio de Janeiro ainda as excedem, como afirma o professor de Botânica e de Agricultura, Fr. Leandro do Sacramento.”*⁴⁰³ Queria ele dizer que, se o Brasil faz chá igual ou melhor do que a China, São Miguel poderá fazer outro tanto.

Dando um salto para a actualidade, *“O Brasil conta com 5 000 hectares de área plantada e apresenta um volume de exportação por volta das 10 000 toneladas/ano. Tem um mercado consolidado, mas em termos de consumo interno é muito inexpressivo se comparados com a Argentina e o Chile.”*⁴⁰⁴

Holandeses e Java

Dificuldades sentidas na importação do chá da China, guerras, questões de finanças públicas dos Impérios, fim do monopólio da Companhia Inglesa das Índias Orientais, e competição comercial iriam levar também a Holanda, a Grã-Bretanha, a França e a Rússia a tentar, em alturas diferentes, com sucesso variado, produzir o seu próprio chá: *“In Britain and probably the Netherlands, cost was the primary factor, while in Russia it was availability. In all three countries, the mass appeal of tea demanded that a solution, other than simply raising its price,*

⁴⁰¹ Almeida, Gabriel, *Manual do Cultivador e Manipulador do Chá*, Ponta Delgada, 1892, p.5.

⁴⁰² Moraes, Joaquim Manuel de Araújo Correia, *Manual do Cultivador do chá do comércio, resumo dos apontamentos, que acerca de tão importante e fácil cultura, foram publicados no pretérito ano de 1881*, Lisboa 1882, Introdução.

⁴⁰³ Moniz, Cristóvão, *Ob Cit*, Maio de 1888, p.10 v. ; Moniz, *Ob. Cit*, 1895, pp.28-29.

⁴⁰⁴ Tsukamoto, Ruth Youko, *Agricultura e indústria do chá no Brasil*, p. 1

be found. In all three countries, the solution adopted was its cultivation in their warmer colonies."⁴⁰⁵

Para os Holandeses, Britânicos, Portugueses ou Franceses, a Botânica estava intimamente ligada ao comércio, pelo que "(...) desenvolveram jardins botânicos para aclimatarem plantas economicamente valiosas a fim de as estudarem para depois as cultivarem em regiões controladas pelos Países Baixos. Tratava-se de um princípio caro ao ideário mercantilista da época, que visava diminuir a saída de metais preciosos para fora do território nacional (...)." ⁴⁰⁶

Ainda no século XVII, os Holandeses tentaram, sem sucesso, aclimatar o chazeiro na ilha de Java. Para alcançarem este objetivo, haviam obtido "(...) um chazeiro no Japão para o transplantar em solo javanês, o que ocorreu finalmente em 1685 por obra do médico alemão Andreas Clayer (...)." ⁴⁰⁷ J. J. B. Deuss aponta, de modo vago, o ano anterior. ⁴⁰⁸ Mais tarde, por volta de 1728, fizeram novas tentativas, sem sucesso. ⁴⁰⁹

Wilson, em 1992, referindo-se a outra experiência falhada na década de 1820, faz também menção às tentativas da Companhia Holandesa das Índias Orientais em 1728, afirmando que, tal como aconteceu com a Companhia Inglesa, nada fora feito. ⁴¹⁰ E continua: "*Whereas C. A. Bruce was the pioneer of the Indian tea industry, J. I L L Jacobsen was the pioneer in the Dutch East Indies; in fact he was the first European tea planter.*" ⁴¹¹

De acordo com um trabalho de Peter Lund Simmonds, de 1854, os Holandeses voltam a tentar a cultura do chá em Java, em 1828. Simmonds, omitindo a bem-sucedida experiência brasileira da segunda década do século XIX, (mas sem sucesso comercial) bem como a experiência seiscentista holandesa em Java, afiança que "*The Dutch made the first movement to break the charm of (p.102) the Chinese monopoly, by introducing and cultivating the tea plant in their rich and fruitful colony of Java.*" ⁴¹² Referindo-se-se à experiência de 1828, escreve que "*the first experiment in the cultivation of tea was made in the garden of Chateau of Burtenzorg, at Java, where 800 plants of an astonishing vigor, served as an encouragement to undertake this culture, and considerable plantations were made in many parts of the island.*" ⁴¹³ Deuss fixa a mesma experiência em alguns anos antes: "*au début du XIX siècle vers 1824-25 qu'on a constaté la reussite de Jardins de Théirs du type Chine (...)*" ⁴¹⁴ K. C. Wilson indica o ano de 1828: "(...) *The commercial cultivation tea in the Netherlands East*

⁴⁰⁵<https://www.lib.umn.edu/bell/tradeproducts/tea>

⁴⁰⁶ Cunha, Ob. Cit., 2012, p. 32.

⁴⁰⁷ Idem.

⁴⁰⁸ Deuss, Ob. Cit, p. 229.

⁴⁰⁹ Idem.

⁴¹⁰ Wilson, Ob. Cit., p. 5.

⁴¹¹ Idem.

⁴¹² Simmonds, Ob. Cit, pp-101-102.

⁴¹³ Idem, p. 102.

⁴¹⁴ Deuss, Ob. Cit., p. 229.

Indies was started on the Island of Java, and in the beginning followed on much the same lines as that in India."⁴¹⁵

Apesar do aparente sucesso da iniciativa, P. L. Simmonds diz que *"the first trials did not answer to the expectations, as far as regards the quality of the article, the astringent taste and feeble aroma of which caused the conjecture that the preparation of the leaf, and its final manipulation, are not exactly according to the process used in China."*⁴¹⁶ Em 1854, P. L. Simmonds continua: *"at the present, tea is cultivated in thirteen Residencies: but the principal establishment, where the final manipulation is made, is in the neighbourhood of Batavia."*⁴¹⁷ Ainda, para 1854, o mesmo estudioso adianta que *"the tea which Java now furnishes yearly to the markets of the mother country, may be stated at from 200 000 to 300 000 lbs."*⁴¹⁸

Ora, havendo sido provado o interesse económico do chá produzido em Java, o Estado Holandês decidiu entregar a indústria aos privados: *"It is estimated that the government intends to abandon this culture to the industry of private individuals, under the guarantee of equitable contracts."*⁴¹⁹ Para sublinhar o sucesso, Simmonds acrescenta que *"(...) a considerable quantity of tea is annually shipped from Java to Europe (...)"*⁴²⁰

Como se chegou a este ponto? Wilson começa por identificar o autor principal: *"When Jacobsen arrived in Java from Holland, in 1827, he already had considerable knowledge of the buying and the selling of the tea, as he had been an expert tea taster and tea merchant. He was therefore the ideal person for the Dutch Government to send to China to collect information about tea culture and manufacture."*⁴²¹

Depois, Wilson narra em pormenor as experiências de Jacobsen ocorridas entre 1828 e 1833 no Japão e na China: *"The first 500 tea plants to reach Java were procured from Japan by the government, and from these Jacobsen was able to produce the first black tea in 1829. In that same year he returned with the first plants from China. Like Gordon and Fortune, who were sent to China on the same mission, Jacobsen had difficulty in his travels in the interior, for in those days few, if any, Europeans got farther than the seaports. His expeditions were spread from a period of six years, and by the time of his last trip, made in 1833, he had brought*

⁴¹⁵ Wilson, Ob. Cit., p. 5.

⁴¹⁶ Simmonds, OB. Cit., p. 102.

⁴¹⁷ Ibidem.

⁴¹⁸ Ibidem.

⁴¹⁹ Ibidem.

⁴²⁰ Ibidem.

⁴²¹ Wilson, Ob. Cit., p. 20.

back to Java millions of seeds as well as many tea artisans."⁴²² Sublinhe-se que Jacobsen trouxe consigo da China sementes e Chineses.

Porém, não obstante todo o esforço empregue, a indústria do chá holandês em Java, segundo Wilson, ao contrário do sucesso na Índia Britânica, estagnou durante quarenta anos, até fim dos anos 1890.⁴²³ Esta situação viria a alterar-se, com novas medidas, desta feita recorrendo à importação de sementes da Índia e do Ceilão, para substituir as plantações de chá chinês, o que fez com que a indústria se desenvolvesse ao ponto de Java se tornar o terceiro maior produtor mundial (depois da Índia e da China). Com base na experiência de Java, esta indústria desenvolveu-se em Sumatra, a partir de princípios do séc. XX.⁴²⁴

Victor Mair e Erling Hoh, dando o ano de 1827 como o da chegada a Java de J.ILL Jacobsen, corroboram o sucesso inicial do chá e o seu.⁴²⁵ Divergências de datas à parte, sucede que, descartando a espécie chinesa do chá, o último arranque holandês copiou a experiência bem-sucedida do chá britânico da Índia e do Ceilão. J. J. B. Deuss, acerca deste episódio da história do chá em Java, conta-nos que, em 1880, a grande maioria das plantações da ilha substituiu o chazeiro chinês pelo indiano, havendo ainda algum chá híbrido."⁴²⁶

Um artigo saído, no ano de 1874, em *O Cultivador*, jornal micaelense, sinal de que na ilha se acompanhava com interesse o chá no mundo, tanto mais que se pretendia, então, introduzir a sua cultura e fabrico, corrobora o que atrás ficou dito: "*na Ilha de Java, a cultura do chá data apenas de 1828. Como aconteceu com a plantação do café, os primeiros ensaios foram pouco satisfatórios; porém, depois que (p.725) se procurou terrenos favoráveis e se mandou vir chins para dirigirem a cultura e a fabricação, progrediu ela a tal ponto que se conseguiu exportar o produto. Há seis anos, a exportação elevava-se a mais de 2 milhões de libras por ano. Cumpre observar que há nove anos a esta parte, a cultura do chá na Ilha de Java deixou de ser monopólio do Estado, para ser completamente livre. É para a Holanda principalmente que se exporta esta produção; nestes últimos anos uma certa porção é dirigida também para os Estados alemães.*"⁴²⁷ Por volta de 1903, James W. Davidson refere-se nos seguintes termos à produção de chá Holandesa: "(...) *The Dutch East Indies are finding the cultivation of tea profitable, and are producing increasing quantities yearly* (...)." ⁴²⁸

⁴²² Wilson, Ob. Cit., p. 20.

⁴²³ Ibidem.

⁴²⁴ Ibidem.

⁴²⁵ Mair, Ob. Cit, 2009, p. 281.

⁴²⁶ Deuss, Ob. Cit., p. 229

⁴²⁷ Chá (nota), *O Chá na Exposição Internacional de Viena*, in *O Cultivador*, 15 de Fevereiro de 1874, Ponta Delgada, pp. 723-724.

⁴²⁸ Davidson, James W., *The Island of Formosa* (...), Mc Millan, London and New York, 1903, p. 373;

O Mundo Britânico e suas áreas de influência

Os britânicos tentaram viabilizar a cultura do chá na própria Metrópole. Segundo nos transmite John Coakley Lettson, em 1772, começam (com alguma esperança no futuro e algum êxito no presente) a experimentar o cultivo e a produção do chá no século XVIII: “(...) (p.416) As tenras plantas do chá medram muito bem nos (p.417) jardins dos subúrbios de Londres, reclusas nos abrigadouros e estufas brandas; algumas, contudo, suportam o ar livre no estio. Os seus renovos são suculentos; as suas folhas tem uma bela cor de verde-escuro; e são do comprimento de uma até três polegadas. Provavelmente dentro de poucos anos poderemos, por meio dos seus renovos, multiplicar consideravelmente o número destas plantas.”⁴²⁹ P. L. Simmonds, mais de sete décadas depois, já em 1854, continua a referi-lo: “(...) Tea plants grow in luxuriance in the open air, at the Botanical Gardens, at Kew. Mr. Bonynghe has seen this plant growing wild (...) on hills from three to 500 feet in height, where to, there was an abundance of frost, snow and hail.”⁴³⁰ Lançava, porém, uma séria advertência aos que em Inglaterra possuísem “(...) tea plants, and who cultivate them for pleasure, should always bear in mind that, even in the tea Districts of China, this shrub will not succeed if it be planted in low, wet land; and this is, doubtless, one of the reasons why so few persons succeed in growing it in this country.”⁴³¹ Apesar de fazer este aviso, ele admite a possibilidade de se fazer crescer chá no Sul da Inglaterra e na Irlanda: “If some of the warm spots of this kind in the south of England or Ireland were selected, who knows but that our cottagers might be able to grow their own tea?”⁴³² Não foram, porém, por diante com qualquer projecto.

Em 1913, o micalense Aníbal Cabido propõe-nos uma explicação para o abandono daquele projecto e a opção por outros: “Os ingleses, assistindo ao malogro de todas as experiências e estudos, e cheios do espírito prático que os caracteriza, abandonaram a ideia de introdução e aclimação da planta na Europa, e começaram de desenvolver a cultura do chá na Índia e nas proximidades dos Himalaias, onde vão buscar o que consomem.”⁴³³ Porém, é possível haver chá na Inglaterra pois, hoje em dia, produz-se aí algum chá e ensaia-se o seu cultivo no País de Gales.⁴³⁴

⁴²⁹ Lettson, John Coakley (1744-1815), *Ob. Cit.*, 1788, Tomo Primeiro, pp. 415-418.

⁴³⁰ Simmonds, *Ob. Cit.*, p. 101.

⁴³¹ *Ibidem.*

⁴³² *Ibidem.*

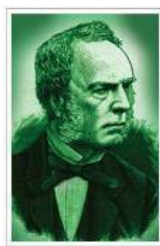
⁴³³ Cabido, *Ob. Cit.*, pp. 4-5.

⁴³⁴ <https://www.theguardian.com/lifeandstyle/2013/nov/23/british-tea-producer-tregothnan>: Em Tregothnans, a experiência começou em 1999 e a primeira produção data de 2005; <http://www.walesonline.co.uk/news/wales-news/2009/10/03/duo-plant-tea-in-wales-91466-24840816/#ixzz2LM43KEbc>: “Pembroke But in Pembrokeshire we have a great climate for growing tea. Being located directly under the Atlantic Jet Stream, we have mild humid summers and mild winters with plenty of rain, perfect for tea growing. “At present we”re in the set-up stage, and it won”t be until around 2021 when our various

Porém, os Britânicos, alcançam bons resultados a partir da segunda metade do século XIX, com o chá que produzem no Assam (chá do tipo Índia), em Darjeeling (tipo China) e em outros locais da Índia (tipo Índia), bem como em Ceilão (igualmente Índia e China), e mais tarde em África (Índia de novo). Na Malásia fracassaram.⁴³⁵

Tendo a grande reviravolta ocorrido na Índia, devemos deter aí um pouco. Antes de mais, a fazer fé na literatura, os Britânicos estavam perfeitamente a par do que se passava no mundo de chá, nomeadamente no Brasil, em Java, na China e no Japão.⁴³⁶

Para o conhecimento da introdução da indústria do chá na Índia, há que seguir com muita atenção dois nomes: G. J. Gordon e Robert Fortune, o primeiro, na década de trinta do século XIX, o segundo, 14 anos depois. Foram ambos à China procurar sementes, plantas e trabalhadores chineses capazes de os ajudarem a iniciar a indústria do chá na Índia. Há que reter ainda o facto de que, no Assam, a espécie de chá predominante é a indígena e, em Darjeeling, a chinesa.



[F. 15 - Robert Fortune (1812-1880)]

Fonte: <https://www.google.pt/search?tbm=isch&sa=1&ei=e0oHWpnHJYfxaliwpdgK&q=robert+fortune+&oq=robert+fortune>

A experiência da introdução do chá na Índia tornou-se um exemplo a seguir e foi amplamente difundida em livros, em revistas e em jornais na Europa e no Mundo. Foi igualmente bem conhecida nos Açores, como se depreende facilmente, entre outros casos, pela leitura do espólio das bibliotecas dos irmãos José e Ernesto do Canto, da Sociedade

tea plantations will be matured. Our stock of tea plants is approximately 30,000, which are being imported as cuttings from South Africa and Hawaii."

⁴³⁵ *Minutes of Evidence taken before the select Committee on the affairs of the East India Company*, 1832, p. 205: <https://books.google.pt/books?id=todFAQAAMAAJ&pg=PA205&lpg=PA205&dq=tea+experiments+in+penang+malaysia&source:> "He speaks at the cultivation of tea at Java, and Penang, where we know is a complete failure (...)." *From the difficulties at first experienced in producing good teas in Penang [Malásia?], Java, and Rio de Janeiro (...).*

⁴³⁶ Vide, entre outros: Griffith, William, *Report on the tea plant of Upper Assam*, 1840; Houssaye, J. G. - *Monographie du thé description botanique torréfaction composition chimique propriétés hygiéniques de cette feuille...* / Paris: Imprimerie de H. Fournier, 1843; Ball, Samuel, *An account of the cultivation and manufacture of tea in China derived from personal observation during an official residence in that country from 1804 to 1826...* / by Samuel Ball. - London: Longman Brown Green and Longmans, 1848; Simmonds, P.L., *The Commercial Products of The Vegetable Kingdom, considered in their various uses to man in their relation to The Arts and Manufactures (...)*, & C., London, 1854.

Promotora da Agricultura Micaelense (SPAM) e pelo que foi sendo publicado nos jornais locais.

Segundo alguns autores, no caso britânico, o factor indutor da mudança, que levou os ingleses a transplantarem a planta para a Índia desde finais do séc. XVIII, foi o agravamento do défice da balança comercial com a China, decorrente do aumento das importações de chá, provocado pelo aumento do consumo, a que acresceram certos incidentes de natureza comercial. Envolvidos no projeto, estiveram o naturalista Sir John Banks e o Jardim Botânico de Calcutá (criado havia pouco tempo), projecto que veio a dar frutos já no século XIX, com a descoberta da cameleira no Assam e conduzindo a uma exploração comercial titubeante a partir de 1835.⁴³⁷

J. J. B. Deuss chama a atenção para o caso da Índia Britânica, que, na sua perspetiva, era, em muitos aspetos, semelhante ao da Java Holandesa: “(...) onde no fim do século XVIII vários funcionários chamaram a atenção para a planta do chá. Os primeiros ensaios foram condenados pela Companhia das Índias que detinha o monopólio de todo o comércio com a China.”⁴³⁸

Vamos explicar o que sucedeu na Índia e no Nepal. Primeiro, em 1788, encontrara-se chá a crescer espontaneamente nas colinas do Nepal. A partir de então, em ocasiões seguidas mas distintas, Sir Joseph Banks e o Coronel Kins divulgaram a descoberta. O primeiro propôs à Companhia Inglesa das Índias Orientais a importação de plantas de chá da China para Bengala, na Índia. Argumentou: “a cultura do chá seria bastante adequada à maneira de ser dos Hindus por serem pacientes, dispondo de dedos ágeis.” Nos anos seguintes, foram feitas repetidamente diversas propostas nesse sentido, sem que se tenha obtido qualquer resultado.⁴³⁹

Sarah Rose fala-nos de uma outra iniciativa: “(...) Dr. John Forbes Royle (...) foi para a Índia em 1819 (...). Os conhecimentos de Royle a propósito das potencialidades da cadeia dos Himalaias não eram superadas por nenhum outro botânico do mundo. Ele acreditava, juntamente com Hardinge, que o chá poderia desenvolver-se bem ali.”⁴⁴⁰ K. C. Wilson, em 1992, ao narrar as circunstâncias da descoberta do chá indigenado no Assam pelos

⁴³⁷ Cunha, Ob. Cit., 2012, pp.31-33.

⁴³⁸ Deuss, Ob. Cit., p. 229. Do original: “où à la fin du XVIII siècle plusieurs fonctionnaires attirèrent l’attention sur la plante du thé. Les premiers essais furent condamnés par la Compagnie des Indes qui avaient en main tout le commerce du thé avec la Chine.”

⁴³⁹ Wilson, Ob. Cit., p. 6.

⁴⁴⁰ Rose, Ob. Cit., p. 48. Original: “went out to India in 1819 (...) Royle’s knowledge of the growing capacities of the Himalayan range was unmatched by any other botanist on earth. He believed, along with Hardinge, that tea could very profitably be grown there.”

Britânicos, dá-nos conta ainda de outra iniciativa: *"in 1823, a Major Robert Bruce, who was then residing in the province of Assam, was told of the existence of tea plants by Sindpho chiefs. The exact location was at a place near Sadiya in north-east Assam, adjacent to Burma."*⁴⁴¹ Wilson continua, dizendo que esse escocês, *"later, "while being shown the wild tea trees, he learnt that natives were in the habit of drinking an infusion of dried leaves from the plants they found growing wild in the forests."*⁴⁴² Contudo, esta descoberta esteve longe de ser reconhecida e não foi objeto de qualquer acção oficial.⁴⁴³ A exploração do chá no Assam foi antecedida pela concessão deste território aos Britânicos em 1826, na sequência das guerras anglo-birmanesas.⁴⁴⁴ No entanto, como a região não fosse segura por ser alvo constante de incursões das tribos das montanhas vizinhas de Naga e Mishmi, tornava-se difícil apostar na exploração agrícola.⁴⁴⁵

Henry Hobhouse conta que em 1820 David Scott, comissário britânico para o Assam, enviou folhas de Cooch-Bihar e Ranpu aos seus superiores em Calcutá. Reconhecendo tartar-se de folhas de uma das muitas espécies de *camellia*, foram enviadas para Londres, onde foram examinadas pelo herbalista da Linnaem Society, que declarou serem folhas de chá.⁴⁴⁶ Por esta altura, continua Henry Hobhouse, praticamente todo o chá vinha da China, exceção feita a uma pequena quantidade do Japão e uma ainda menor da Formosa.⁴⁴⁷ Depois de 1823, K. C. Wilson fala-nos de uma nova revelação para 1832. Diz ele: *"We next hear of a lieutenant Charlton of the Assam Light Infantry at Sadiya who, being interest in the flora of the district, found in 1832, similar wild tea plants growing in the jungle next to his garrison."* Também ele enviou folhas de chá para o Jardim Botânico de Calcutá: *"It was his report that finally set the wheels in motion within the East India Company. Once started things moved quickly."*⁴⁴⁸

Apesar de os responsáveis da Companhia estarem a par da importância das revelações, *"due to earlier reports from botanists and others, fully alive to the possibilities of growing tea in India,"*⁴⁴⁹ demoraram nove anos a avançar para o projecto do chá na Índia, o que se explicaria pelo facto de a Companhia deter o monopólio do comércio do chá da China.⁴⁵⁰ Esta só terá sentido necessidade de avançar a partir da abolição deste monopólio pelo

⁴⁴¹ Wilson, Ob. Cit., p. 6.

⁴⁴² Ibidem.

⁴⁴³ Wilson, Ob. Cit., p.6.

⁴⁴⁴ Idem, p. 9.

⁴⁴⁵ Ibidem.

⁴⁴⁶ Hobhouse, Ob. Cit., p. 130.

⁴⁴⁷ Ibidem.

⁴⁴⁸ Wilson, Ob. Cit., pp. 6-7.

⁴⁴⁹ Idem, pp. 6-8.

⁴⁵⁰ Ibidem.

Parlamento, em 1833, e então estaria *“ready to take some positive action with regard to replacing that trade in some way.”*⁴⁵¹

Sarah Rose, aceitando as razões apontadas para a demora na aceitação do projecto do chá, adianta que *“(...) the Governor-General of India created a committee in Calcutta to further investigate the possibility of growing tea in the British dominions there. Walich was (p.133) conservative (...) His caution may have delayed the development of the tea industry in India by ten years but its eventual imprimatur, however belated, would allow tea to become the commodity which might save the Company from its growing financial burdens. (...) (p.134).”*⁴⁵²

A partir do momento em que a Companhia aceitou o chá, foram rapidamente tomadas medidas: logo em Janeiro de 1834, Lord William Bentinck propôs ao Conselho da Companhia a criação de um Comité do Chá, com a incumbência de estudar e recomendar as áreas mais propícias ao cultivo da planta.⁴⁵³ Talvez pelo facto de o consumidor inglês preferir o paladar do chá chinês, este Comité não quis arriscar apenas no chá indígena do Assam, apostando também no chá chinês e *“(...) decided to send their secretary G. J. Gordon to China in order to acquire tea seeds, as well as tea makers and those familiar with the cultivation of the tea plant.”*⁴⁵⁴ Dito e feito! *“Gordon left Calcutta in June 1834 on the sailing ship Water Witch.”*⁴⁵⁵

A iniciativa seguinte do Comité foi de preparar *“(...) suitable sites at chosen places in India where it was thought the imported China plants would flourish, with the idea that, if successful, these experimental tea lands could later be handed over to private enterprise for future development.”*⁴⁵⁶ O Governo contratara Charles Bruce, que dera conta do chá indígena no Assam, em Fevereiro de 1835.⁴⁵⁷ Não era tarefa fácil porque na China o cultivo do chá já se fazia havia séculos e era uma indústria importante e em crescimento, *“its secrets had been jealously guarded by the Chinese people.”*⁴⁵⁸ Para os britânicos, entrar em concorrência com aquele país representava um esforço significativo e, por isso, Gordon foi incumbido de trazer artesãos juntamente com as sementes.⁴⁵⁹ O Comité havia enviado Gordon à China, porque, além de o consumidor preferir o chá chinês, ainda não fora obtida prova segura do valor das plantas de chá do Assam, algo que se viria a confirmar pouco depois: *“(...) in*

⁴⁵¹ Ibidem.

⁴⁵² Rose, Ob. Cit., pp. 133-134.

⁴⁵³ Wilson, Ob. Cit., pp. 6-8.

⁴⁵⁴ Ibidem.

⁴⁵⁵ Ibidem.

⁴⁵⁶ Ibidem.

⁴⁵⁷ Idem, pp. 6-7.

⁴⁵⁸ Ibidem.

⁴⁵⁹ Idem, pp. 7-8.

December 1834, that proof had been received that the so-called tea-plant found in near Sadiya, was indigenous, and it was the true tea camellia of commerce."⁴⁶⁰

Haviam investido fortemente e era tarde para mandar regressar Gordon, já que um carregamento de 80 000 sementes rumava à Índia, chegando a Calcutá em Janeiro de 1835.⁴⁶¹ O sucesso, porém, acabaria por ser bastante limitado. Enquanto Gordon deambulava pela China, tentava-se apurar o valor real do chá indígena do Assam e, em Março de 1835, segundo Wilson "(...) *the Tea Committee recommended to government that Scientific Deputation be sent to Upper Assam to investigate the region in which the wild tea plants grew.*"⁴⁶²

Henry Hobhouse partilha connosco uma situação bastante irónica. Uma dúzia de anos contados da década de 1830, dava a indústria do chá na Índia os seus primeiros passos: "(...) *the tea gardens were planted with cuttings from Chinese trees, which died, or did not thrive, or failed to become productive.*"⁴⁶³ Haviam desprezado o chá local: "*The native Assamese wild plants had been uprooted and burned to make space for them (...).*"⁴⁶⁴ Falhada a primeira experiência com o chá da China, aqui reside toda a ironia, a solução encontrada foi a de ir procurar de novo as espécies locais.⁴⁶⁵

Um testemunho de 1841, ao dar-nos conta do chá do Assam, prova-nos o sucesso da tentativa: "(...) *The tea manufacture has been prosecuted within these last three years in Assam (...) there are not less than 120 tea tracts among the mountains and plains. (...) A few Chinese tea-gatherers have been introduced into the country, and under their direction the manufacture of the various sorts of tea has been commenced. (...). The produce of all tea tracts in Assam, in 1839, is estimated at 5274 lbs, in 1840, 11 160 lbs.*"⁴⁶⁶

Porém, o chá indiano não se circunscreveu ao Assam. Entre outros locais, abrangeu igualmente o Darjeeling, no caso com chá do tipo chinês. Segundo K. C. Wilson, o cultivo de chá no Darjeeling começou no início da década de 1850, com o derrube de milhares de acres de floresta e com a criação de viveiros, onde se semearam sementes oriundas da China.⁴⁶⁷ A produção de chá em Darjeeling principiou em finais da década de cinquenta: "*Although unsuccessful in its trials done on the plains of Assam, the China plant was known to be very*

⁴⁶⁰ Idem, p. 8.

⁴⁶¹ Ibidem.

⁴⁶² Wilson, Ob. Cit., p. 9.

⁴⁶³ Hobhouse, Ob. Cit., p. 130.

⁴⁶⁴ Ibidem.

⁴⁶⁵ Ibidem.

⁴⁶⁶ Rhind, William, *A history of the vegetable kingdom* (...), London, 1841, pp. 391, 393.

⁴⁶⁷ Wilson, Ob. Cit., pp. 16-17.

suitable for growing at colder, higher elevations."⁴⁶⁸ Menos de uma década após a sua introdução, após a abertura do primeiro jardim, em 1857, a área de cultivo do chá expandiu-se até ao Terai, onde o primeiro jardim surgiu em 1862."⁴⁶⁹

O responsável pelo projecto de Darjeeling foi o botânico escocês Robert Fortune, que faria diversas viagens à China em busca de plantas, entre as quais a *camellia sinensis*, sendo ali enviado pela Companhia em 1848, encarregue de procurar sementes e plantas de chá destinadas às áreas experimentais do norte da Índia.⁴⁷⁰ Se o chá chinês mostrara não ser adequado para o Assam, revelar-se-ia bom para Darjeeling: "(...) *The small-leaved frost resistant China plant was well-suited to the Kangra valley, and the surrounding hill districts.*"⁴⁷¹

O primeiro chá a chegar a Londres proveniente do Assam aportou em Novembro de 1838, vindo de Calcutá: "*The auction of eight chests of Indian tea – classified in the Chinese manner as those of Souchong and Pekoe – was held at the London Commercial Sale Rooms in Mincing Lane on the 10th January 1839. The sale attracted great interest from all sections of the tea trade, who had hitherto been concerned only by China tea. The teas sold for between 16 and 34 shillings a pound.*"⁴⁷²

Sarah Rose descreve o impacto produzido pelo chá indiano: "(...) *set British imaginations on fire.*" Adianta as razões: agora afinal parece possível existir chá indiano, já não é algo só da China; era algo fora do normal e possivelmente a bom preço; tendo hipóteses de sucesso, eliminar-se-iam os intermediários chineses da bebida mais importante para os britânicos; o seu comércio passaria a estar sujeito às regras normais da concorrência, o que levaria à descida dos preços e impostos e ao aumento da qualidade: "*An Indian product could be the answer to many tea merchants, and drinkers prayers.*"⁴⁷³

A partir daí, tendo a aposta no chá indiano sido ganha, o governo britânico decide privatizar as plantações experimentais.⁴⁷⁴ Para se fazer uma ideia de quem dispunha das plantações, no início da década de 1840, 2/3 dos terrenos de chá da *Companhia das Índias* passaram para a recém-criada *Assam Company*, arrendados sem encargos, por 10 anos, tendo esta também obtido a concessão de vários terrenos no sul da região de Muttack. A companhia

⁴⁶⁸ Ibidem.

⁴⁶⁹ Ibidem.

⁴⁷⁰ Idem, p. 16.

⁴⁷¹ Idem.

⁴⁷² Idem, p. 14.

⁴⁷³ Rose, Ob. Cit., p. 134.

⁴⁷⁴ Wilson, Ob. Cit., p. 14.

contratou Charles Bruce, “which was a very sound move as he was the only person who knew anything about tea, and he joined the company in 1840.”⁴⁷⁵

Numa reflexão prospectiva ao êxito da indústria e comércio do chá, James W. Davidson afirmava que “(...) *The great enterprise shown by Indian and Ceylon planters in introducing their products into new markets, combined with the possibilities of new producing districts, points to the likelihood or even more intense competition in the future, and although the probability is that China will be the heaviest loser, unless the Chinese government awakens to the perilous condition of their tea trade, still Japan and Formosa will also suffer, and to minimize this as much as possible the Japanese government should assist the industry in every way.*”⁴⁷⁶

Além da Índia, vejamos o caso do Ceilão. Os Britânicos introduziram o chá no Ceilão, onde a indústria começou em 1825, quando predominava o café.⁴⁷⁷ As primeiras sementes a chegar ao Ceilão vieram do Jardim Botânico de Calcutá para o Real Jardim Botânico em Peradeniya, em 1839 e haviam sido recolhidas em vários terrenos no Alto Assam.⁴⁷⁸ Conhecem-se ainda outras remessas de plantas do Assam, em 1840 e 1843.⁴⁷⁹ Apesar de darem bom fruto, nos trinta anos seguintes, não houve chá no Ceilão devido à preferencial aposta no café.⁴⁸⁰ Mas, por volta de 1868, os cafezais foram atacados por um fungo (*hemileia vastatrix*) responsável pela ferrugem-do-café, uma doença que ataca o cafeeiro e que em 5 anos se propagou por todas as regiões de produção de café.⁴⁸¹ A substituição do café pelo chá começou na década de 1870 e beneficiou da experiência da Índia: “(...) *The great amount of tea expertise that had been gained in India, firstly from the Chinese tea makers and cultivators, then by the Assam Company and others, was made available to the coffee planters in Ceylon.*”⁴⁸² James Taylor, que morre em 1893 aos 57 anos, foi pioneiro no Ceilão dos empreendimentos da chinchona (espadana) e do chá. Em 1873, deslocou-se ao Darjeeling, na Índia, onde se cultivava chá China (graças a Robert Fortune), trazendo consigo o conhecimento do chá.⁴⁸³ Trinta anos após as primeiras experiências, novos passos foram dados na indústria do chá no Ceilão: “(...) *large importations of both Assam and China seed were used in those first hectic years of*

⁴⁷⁵ Idem, pp. 14-15.

⁴⁷⁶ Ibidem.

⁴⁷⁷ Wilson, OB. Cit., p. 17.

⁴⁷⁸ Ibidem.

⁴⁷⁹ Ibidem.

⁴⁸⁰ Ibidem.

⁴⁸¹ Ibidem.

⁴⁸² Idem, p. 18.

⁴⁸³ Mair, Ob. Cit, 2009, p. 220.

*change from coffee to tea. (...).*⁴⁸⁴ Assim, por 1900, a área de chá ocupava 380 000 acres e foi crescendo progressivamente, até ocupar 600000 acres, em 1960.⁴⁸⁵

Referindo-se à venda do chá do Ceilão, Victor Mair diz-nos que o primeiro chá foi vendido em Londres no ano de 1873: *"23 lb of tea from James Taylor's Loolecondra reached London, where it was valued at £ 4 and 7 shillings."*⁴⁸⁶ Contudo, o primeiro leilão de chá do Ceilão, para 980 lbs de *Orange Pekoe* e *Pekoe Souchong* terá ocorrido na *London Commercial Sales Room*, em 28 de Outubro de 1878.⁴⁸⁷

Nos anos 90 do século XIX, dizem-nos Victor H. Mair e Erling Hoh, Thomas Lipton entra na produção e no negócio do chá do Ceilão: *"Through Lipton's skillful advertising, he managed to create the impression that he owned every tea estate on Ceylon."*⁴⁸⁸

As tentativas não se confinaram aos espaços atrás referidos. Em 1822, a *"Royal Society of Arts oferecia um prémio de 50 guinéus a quem produzisse mais chá China na América (Índias Ocidentais), sul de África (Cabo da Boa Esperança), Austrália (Nova Gales do Sul) ou Ásia (Índias Orientais). Contudo, o prémio nunca foi atribuído talvez por relutância da Companhia das Índias."*⁴⁸⁹ Assim, depois da Índia e do Ceilão, e para fazer face à crescente procura, a Inglaterra introduz a planta em África, inicialmente em Blantyre (Malawi), em 1878. Daqui, expandiu-se verdadeiramente a partir de 1902 e industrializou-se no Uganda em 1916, no Quênia em 1922 e na Rodésia e Tanganica em 1925.⁴⁹⁰

Segundo Victor H. Mair, *"the first successful propagation of the tea bush had taken place in the Durban Botanical Gardens, South Africa, in 1850, and in 1886, tea seeds were brought by Dr. Elmslie from the Royal Botanic Garden, in Edinburg, to the Church of Scotland's Mission in Blantyre, where the gardener Jonathan Duncan planted the seeds and managed to propagate two bushes, one of which became the mother bush of the tea plantations in Mulanje, Thornwood and Laudardale."*⁴⁹¹ Nas décadas seguintes, de noventa em diante, *"tea cultivation was introduced to the states now known as Uganda, Tanzania, Kenya, Mozambique, and Zaire."*⁴⁹²

⁴⁸⁴ Ibidem.

⁴⁸⁵ Idem, pp. 18-19.

⁴⁸⁶ Mair, Ob Cit, 2009, p. 222.

⁴⁸⁷ Idem.

⁴⁸⁸ Idem, p. 224.

⁴⁸⁹ Standage, Ob.Cit, 2006, p. 213

⁴⁹⁰ Amaral, Ob. Cit., p. 92.

⁴⁹¹ Mair, Ob. Cit, 2009, p. 245.

⁴⁹² Idem.

Em 1854, P. L. Simmonds narra diversas outras tentativas de introdução de chá em outras áreas do Império Britânico, em pequena escala em Santa Helena⁴⁹³ e na Colônia do Cabo e ainda com alguma hipótese de sucesso no território do Natal.⁴⁹⁴ Em 1842 já se falava que “(...) *In the gardens of St. Helena there exists the strangest mixture of Tropical, European, and even Australian and Chinese vegetation, that can be conceived*” e aí se encontravam “(...) *Camellias and Tea plants (...)*.”⁴⁹⁵ Davidson, em 1903, confirma o que se passa, adiantando que na África do Sul “(...) *experimental gardens have resulted most satisfactorily (...)*.”⁴⁹⁶

Ainda no espaço colonial britânico, na senda dos êxitos da Índia, Ceilão e África, os irmãos Cutten estabeleceram a primeira plantação comercial de chá na Austrália, em 1884, em Bingil Bay (norte de Queensland). Em 1899, em Sydney, foi fundada a primeira firma australiana de comercialização de chá, a *Bushell's Company*.⁴⁹⁷

O caso da Ilha Formosa, sob forte influência britânica

Já existia na Ilha Formosa cultura do chá no início do século XVIII e os Britânicos tentam explorar a cultura na segunda metade do século XIX. Exige-se um pequeno recuo cronológico para perceber a evolução do chá naquela Ilha. Em 1635, os Holandeses, que detinham um entreposto comercial na Formosa desde 1623, seriam expulsos pelos Chineses, em 1661, carregaram 15.000 libras de chá destinado à Pérsia. Esse chá seria produzido na Formosa ou reexportado da Formosa, mas oriundo da China ou do Japão? Não se sabe. Mas é provável que fosse uma reexportação: “*In 1701, the Chinese official Wu Tinghua noted the production of tea in the central Maoluo Mountains. The tea, he wrote, had a very cold character, so that the aborigines did not dare to drink it.*”⁴⁹⁸

Uma década depois, novo testemunho: “*In 1717, another official recorded: there is a lot of tea in Shuishalian Mountains. Its taste and color are like Songluo... But the road is dangerous, and the aborigines are fearsome, so the Chinese dare not go there to pick [the tea]. Nor do they know how to make the tea. If one could find persons who could manufacture Wuyi tea, and hire the aborigines to pick it and make it, the fragrance and flavor would be very good.*”⁴⁹⁹

⁴⁹³ Brotero, Felix Avellar (1744-1828), *Ob. Cit.*, 1788, Tomo Primeiro, p “(...) (416) *se poderá também praticar com as sementes do chá e outras do oriente; quanto às do chá, seja qual for o método que se quiser praticar, é preciso semeá-las quando o navio chegar à Ilha de Santa Helena.*”

⁴⁹⁴ Mair, *Ob. Cit.*, 2009, p. 245.

⁴⁹⁵ Watson, Hewett C., *Notes of a BOTANICAL TOUR in the WESTERN AZORES*, Esq. dated, November, 1842, in Hooker - *Journal of botany*, v. 2, p. 252.

⁴⁹⁶ Davidson, *Ob. Cit.*, p. 373.

⁴⁹⁷ https://en.wikipedia.org/wiki/Tea_in_Australia

⁴⁹⁸ Mair, *Ob. Cit.*, 2009, p. 168.

⁴⁹⁹ *Idem.*

Em 1861, a seguir aos chineses, começa o interesse dos britânicos pelo chá da Formosa. Naquele ano de 1861, o *"Consul Swinhoe writes in a report to the British Government that Formosa Tea is shipped in considerable quantities to Chinese merchants on the mainland, that he has sent samples of the leaf of several Tea inspectors, and that they have reported that the taste of the Tea is very fair, but the objection to it is owing to the coarse mode in which the leaves are prepared and packed."*⁵⁰⁰ De seguida, John Dodd, que se havia estabelecido na ilha *"(...) in 1865, [made] inquiries among the Tamsui farmers as to the possibilities to (?) the trade. The next years some purchases were made, some Tea plants were brought from Amkoi in the Amoy District, and loans were made to the farmers to induce them to increase the production."*⁵⁰¹ Destes esforços resultou que *"Kosing, a Chinese who had arrived from Amoy in the interests of Tait & C., shipped a few packages in 1867, and John Dodd made a shipment to Macao, which brought good prices."*⁵⁰²

O chá da Formosa conhece um novo capítulo com os japoneses, que dominaram a ilha de 1895 a 1945: *"Taiwan was transformed into a major tea-producer, and in the 1950's and 1960's, it became the main supplier of green tea to northern Africa."*⁵⁰³

O chá na que fora outrora colónia britânica – Estados Unidos da América do Norte

O chá foi introduzido nos EUA, copiando o exemplo britânico da Índia. Explica-se, assim, os primeiros passos: *"(...) A little more than a hundred years ago (before 1807) the French botanist Michaux planted the first tea in the United States, on the Ashley River, about fifty miles from Charleston, S.C."*⁵⁰⁴ Mais tarde, *"in 1848, Dr. Junius Smith retired from an active life in London to ruralize and plant tea on his estate near Greenville, S.C. Both plants and seed were imported, and in an article in the American Agriculturist for 1851 Dr. Smith stated that his plants were doing finely and had withstood a snow 8 to 8 inches deep on January 3 of that year (...) Dr. Smith died soon afterwards, in 1852, and his plants, without protection, soon disappeared."*⁵⁰⁵

Quando se estava em plena expansão do chá na Índia, o Governo dos Estados Unidos, atento ao mundo do chá, contratou Robert Fortune, o homem que, uma década antes, introduzira

⁵⁰⁰ Davidson, Ob. Cit., p. 373.

⁵⁰¹ Ibidem.

⁵⁰² Ibidem.

⁵⁰³ Mair, Ob. Cit, 2009, p. 252.

⁵⁰⁴ Mitchell, George F., *Home-Grown Tea*, Washington: Government Printing Office, USA Department of Agriculture, Farmer's Bulletin 301, 1907, pp. 7-8.

⁵⁰⁵ Ibidem.

com sucesso o chá da China no Darjeeling. Assim, logo em 1858, Fortune foi enviado à China com a missão de obter sementes.⁵⁰⁶ Robert Fortune cumpriu plenamente a tarefa e, em menos de um ano, foram distribuídas plantas por privados nos estados do Sul e do Golfo, tendo estes dado conta do êxito no seu cultivo, sendo que, em muitos casos, chegaram a fazer chá em suas casas.⁵⁰⁷

Um salto no tempo e outra contratação de alguém bastante familiarizado com a realidade indiana. Estava-se já em plena maturidade do chá na Índia, quando em 1880 o Comissário da Agricultura, William G. Le Duc, contratou John Jackson, que cultivara chá na Índia durante 14 anos, *“to carry on experiments to test the feasibility of growing and manufacturing tea in this country. The experiments were at first conducted in Liberty County, GA., on a place bought by the Government from Dr. Jones, who had planted tea there in 1850.”*⁵⁰⁸ O esforço governamental norte-americano continuou, tendo-se mais tarde arrendado mais 200 acres perto de Summerville, S.C., para dar continuidade às experiências.⁵⁰⁹ As sementes foram importadas desde o Japão, a Índia e a China e também colhidas de *“plants then surviving in the United States that had been previously sent out by the Patent Office.”* A partir destas sementes, chegou-se a plantar uma pequena área, mas o sucessor de Le Duc decidiu abandonar o projecto, na sequência da doença de Jackson e por outros motivos.⁵¹⁰ Davidson, em 1903, faz-nos o ponto da situação: *“(…) The United States experiments in tea growing are being made in several of the southern States.”*⁵¹¹ Em 1900, Alexander Wallis-Tayler previra para um futuro próximo uma produção excessiva, *“(due not only to the extension of the area under cultivation as tea gardens in India, Ceylon, and other British possessions, but also as the development in the United States and elsewhere.”*⁵¹²

Russos

Na Europa, na primeira metade do século XIX, antes dos Açores, a Rússia, grande consumidora de chá, ensaiou, com êxito, o cultivo e a produção de chá na Crimeia, na Geórgia e em outras regiões do Cáucaso: *“In 1814, N. A. Garvis attempted growing it in the Crimea, but failed. In 1847, in Ozurgeti, now in southwestern Georgia, teas were successfully grown.”* Pouco depois de 1847, o cultivo do chá *“(…) began in other Russian regions of the Caucasus.”*⁵¹³ Outra fonte, no entanto, recua uma década para o chá na Geórgia: *“(…) Tea*

⁵⁰⁶ Ibidem.

⁵⁰⁷ Ibidem.

⁵⁰⁸ Ibidem.

⁵⁰⁹ Ibidem.

⁵¹⁰ Ibidem.

⁵¹¹ Davidson, Ob. Cit., p. 373.

⁵¹² Wallis-Tayler, Alexander James, *Tea Machinery, and Tea Factories*, London, 1900, p. VII.

⁵¹³ <https://www.lib.umn.edu/bell/tradeproducts/tea>

growing in Georgia first took place in 1830's (...)." Na década de trinta ou de quarenta, a Geórgia tornou-se o principal abastecedor de chá do Império Russo. E tal deveu-se principalmente ao facto de o clima e o solo serem favoráveis à cultura do chá: *"West Georgia's humid sub-tropical climate and mineral rich soils contribute to original taste and high quality of Georgian tea."* Por conseguinte, é na Geórgia que as plantações de chá são mais abundantes.⁵¹⁴

Há, todavia, uma outra versão que aponta para anos e espaços diferentes: *"(...) in 1893, the Popoff tea firm established the empire's first tea garden in the Caucasus near the Georgian town of Batumi. From there, tea cultivation soon spread across the mountains to the regions of Rize in Turkey, where tea eventually replaced coffee as the nation beverage."*⁵¹⁵

Na Ilha de São Miguel, sempre atentos ao que se passava no mundo do chá, num trabalho publicado em 1874, cujo objectivo era despertar o interesse pelo chá na ilha, afirmava-se que o Império Russo dispunha de excelentes locais para o cultivo do chá: *"Na Transcaucásia, numa latitude corresponde à parte norte de Nipon, no Japão, obteve-se resultados muito satisfatórios, chegando a organizar-se uma sociedade para a cultura do chá, a qual tem auferido importantes benefícios."*⁵¹⁶ Em 1903, Davidson, sobre o chá Russo, adianta que a *"(...) Russia is taking a most active interest in the cultivation and has established Government plantations in the Caucasus (...)."*⁵¹⁷

Franceses

No caso da França, o consumo de chá andou sempre muito longe do da Grã-Bretanha, da Holanda e da Rússia. Ainda assim, os franceses acabaram por cultivar e produzir chá. Em trabalho publicado em 1895, o açoriano Cristóvão Moniz descreve algumas das tentativas francesas ocorridas em finais do século XVIII na Ilha de Córsega (Mediterrâneo) e na Carolina do Sul (América do Norte): *"No intuito, pois, de provar a cobiçada indústria, mandou o governo de Luíz XVI [1774-1792] transportar alguns pés de chá para a Córsega e Charlestown, na Carolina, dotada pela França com seu Jardim de aclimação, sem que, todavia, por mal acolhido dos corsos e dos vizinhos da cidade americana, surtisse o tentâmen o efeito desejado."*⁵¹⁸

⁵¹⁴ Georgian tea production (2010): 1,153

⁵¹⁵ Mair, Ob. Cit., 2009, p. 150.

⁵¹⁶ Chá, Ob. Cit., pp. 723-724.

⁵¹⁷ Davidson, Ob. Cit., p. 373.

⁵¹⁸ Moniz, Ob. Cit., p. 28.

Já em 1818, para a área do Atlântico, de acordo com o correspondente de um jornal brasileiro em Paris, a França demonstrara evidente interesse em introduzir chá em Caiena, capital da Guiana Francesa, a norte do Brasil. A expedição a que alude a notícia de 1818, consistiu no envio de “(...) *duas embarcações destinadas para a China* (...)”, cujo objectivo era o de tentar “*transportar alguns naturais daquele país para Cayenna, para cultivar o chá.*”⁵¹⁹ Em 12 de março de 1819, outro periódico brasileiro, citando *A Gazeta de Paris*, sem referir o resultado concreto da expedição de 1818, assegura que a expedição se realizara, considerando que “*O Rei de França tinha mandado à China buscar alguns naturais para fazer plantações de chá em Cayena* (...).”⁵²⁰

Para a história da introdução do chá no Brasil português, na década 1810, são conhecidas duas versões que atravessam a história do chá francês. João Conrado Niemeyer Lavôr é de opinião de que o chá brasileiro, apesar de ter sido forçadamente plantado nas Maurícias, veio originalmente de Macau. Foi “(...) *um português, Luís de Abreu Vieira e Silva, a quem o senador de Macau, Rafael Botado de Almeida, havia oferecido diversas plantas orientais, entre elas o chá* (...)”.⁵²¹ Seja como for, tendo aproveitado o chá de Macau ou não, as Maurícias acabariam por ter chá. Além do mais, realce-se a ligação das experiências portuguesa e francesa no Índico e no Atlântico.

Ligado à experiência nas ilhas Maurícia e da Reunião (antiga Ilha de Bourbon), no Oceano Índico, P. L. Simmonds, em 1854, atesta o sucesso do chá nas Maurícias: “(...) *Mr. Boyer, Director of the Museum at Port Louis, has succeeded in rearing 40,000 tea-trees* (...)” E adianta que Mr. Boyer era de opinião “*that if the Island of Bourbon* [It is situated east of Madagascar and about 175 kilometres southwest of Mauritius, the nearest island] *would give itself up to the cultivation, it might easily supply France with all the tea she requires.* (...)”⁵²²

Continuando a referir as Maurícias, P. L. Simmonds avança com algumas das razões que, segundo crê, explicam o sucesso do chá naquelas paragens. Primeiro, “*the plant grows in every soil, even the most ungrateful, resists the hurricanes and requires little care* (...)”; depois, “*the picking of the leaves, like the pods of cotton, is performed by women, children, and the infirm without much expense.*”⁵²³ Havia lá ainda outra forte razão para investir na cultura do chá - a mão-de-obra chinesa disponível: “*The preparation is known to the greater part of the Chinese, of whom there are so many in Mauritius* (...)” Além do mais, a finalizar, a preparação “*is not difficult.*” Sabe que um tal “*Mr. Duprat has, I have informed, planted a certain extent of*

⁵¹⁹ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 13 de Janeiro de 1819: 3.

⁵²⁰ *Idade do Ouro*, 12 de Março de 1819: 1.

⁵²¹ Lavôr, Ob. Cit, 1983, p. 82.

⁵²² Simmonds, Ob. Cit., p. 94.

⁵²³ *Ibidem*.

land in the neighbourhood of Cernipe, in that Island (...).” Todavia, não está a par do resultado: *“but I have not yet learnt with what success.”*⁵²⁴ Seja como for, o chá prospera. Já que por volta de 1874, uma notícia adianta que na Ilha Reunião, vizinha da Maurícia: *“(…) a cultura também tem prosperado, e o produto que aí se fabrica, o chá preto, é considerado de boa qualidade.”*⁵²⁵

Pela mesma altura em que se experimenta o chá na Guiana Francesa e talvez nas Maurícias, volta-se a experimentar no território continental europeu francês, desta vez por via dos russos. O correspondente brasileiro de *A Gazeta do Rio de Janeiro*, em 1819, refere que o chá teria sido levado em 1814 para a França por um russo e que *“(…) já aqui existem de 200 a 300 pés, de maneira que se pode propagar com grande facilidade. Este chá foi aprovado pelos médicos do Rei, e pelos primeiros naturalistas da França. (...)”* Resultado: *“O chá vende-se por subscrição, mas não se entrega antes do mês de Março. As plantas mais fortes hão-de ser dadas aos primeiros subscritores.”*⁵²⁶ Fala-se, no entanto, de plantas de chá, não de chá feito.

Segundo escreveu, em 1895, Cristóvão Moniz, por volta de 1838, com o Brasil já independente de Portugal, seguindo de novo a ligação Brasil e França, a França voltou a apostar na introdução do chá tanto no seu território continental europeu como em algumas das suas possessões na área do Mediterrâneo. O autor começa por referir o interesse dos Europeus pelo caso brasileiro: *“A prática genuína da cultura da planta e os processos legítimos da manipulação (p.30) da folha atraíam agora ao Novo Mundo a vista dos estadistas mais conspícuos da Europa (...)”*⁵²⁷ De seguida, comenta o interesse particular do rei francês: *“(…) no propósito agronómico e industrial de promover em França a aclimação do decantado arbusto, chegou em 1838 ao Rio de Janeiro M. Guillemin, como enviado do Governo (...)”* O resultado não foi brilhante: *“das 1 500 plantas escapadas à viagem, das 3 000 que o sábio naturalista obteve nas plantações brasileiras, só restam hoje pouquíssimas no Jardim de Angers (...)”*⁵²⁸ Não obstante o esforço, a aposta fracassou: *“(…) apesar do interesse com que a planta foi recebida em França e do benemérito comissionado se não ter esquecido de indicar, para eficácia da cultura, os terrenos argilo-ferruginosos da Córsega e da Argélia.”*⁵²⁹

Cristóvão Moniz, em jeito de balanço, comparando franceses, britânicos, holandeses, americanos e russos, escreveu ainda naquele mesmo ano: *“enquanto na França as tentativas*

⁵²⁴ Ibidem.

⁵²⁵ Chá (nota), Ob. Cit., pp. 723-724.

⁵²⁶ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 10 de Fevereiro de 1819: 2.

⁵²⁷ Moniz, Ob. Cit., pp. 29-30.

⁵²⁸ Idem, pp.29-31.

⁵²⁹ Idem, pp. 30-31.

se frustraram umas após outras, os ingleses lá iam, com o espírito prático de que são dotados, prosseguindo nas vastas plantações de suas colónias indiáticas, especialmente nas do Hymalaya, de onde actualmente estão colhendo grande parte do chá que consomem, assim como a Rússia e as Províncias do Sul nos Estados Unidos da América (...) Deixando agora Java, onde a cultura industrial do chá remonta a 1835, e as plantações, sempre crescentes, das altas montanhas de Ceilão (...).⁵³⁰ Opinião contrária, relativamente a França, é veiculada por Deuss. Afirma ele que, nos finais do século XIX e inícios do XX, no próprio território da Metrópole, em França, foi tentado, com sucesso, plantar chá: (p.241) (...) *Enfin, il faut citer une petite plantation de thé en France, qui semble avoir une trentaine d'années: elle se trouve dans l'Anjou.*⁵³¹

Porém, a França desenvolve o chá na Indochina Francesa (Sudeste Asiático), onde havia chá a crescer.⁵³² A situação mudaria no início do século XX, porquanto o governo Francês investiu no chá: "(...) *to improve the quality of the native crop; a research station as set up at Phu Tho (Tonkin) in 1917 for the experimental cultivation of selected plants imported from Assam and Ceylon.*" Atente-se: plantas do Assam e de Ceilão, ou seja, chá de folha larga do Assam, não de folha estreita de Darjeeling ou da China.⁵³³

Seria, no entanto, apenas a partir de 1924 que *"have large tea plantation been established under French management. (...)"* Em 1937/38, a produção nas plantações dos europeus foi apenas de 812 toneladas.⁵³⁴ A maior parte é exportada para a França.⁵³⁵ Portanto, além do chá da Indochina, a França produzia em outros territórios: Maurícias e Reunião.⁵³⁶

⁵³⁰ Moniz, Ob. Cit., p. 31.

⁵³¹ Deuss, Ob. Cit., p. 229.

⁵³² Indo-China Geographical Handbook, Geographical Handbook Series, Naval Intelligence Division, Kegan Paul International, USA, Canada, 2006, p. 300: : "(...) *the tea plant had been cultivated by native farmers long before the European occupation of the country.*" Todavia, *"even after the French conquest, for a long time little attempt was made to establish modern plantations owing to lack of capital."*

⁵³³ Antigos responsáveis pelas fábricas da Barrosa, Mafoma e Canto, na Ribeira Grande, referem o chá Francês, de folha larga. Já o usavam, pelo menos, nas décadas de quarenta e de cinquenta do século XIX.

⁵³⁴ Ibidem.

⁵³⁵ Ibidem: *"is exported to France where Indo-Chinese tea has recently enjoyed special consideration. A future increase in production will probably depend on the continuance of this protected market, which is admittedly small, and also upon the extent to which the tea from Indo-China can vie with that from other French colonies."*

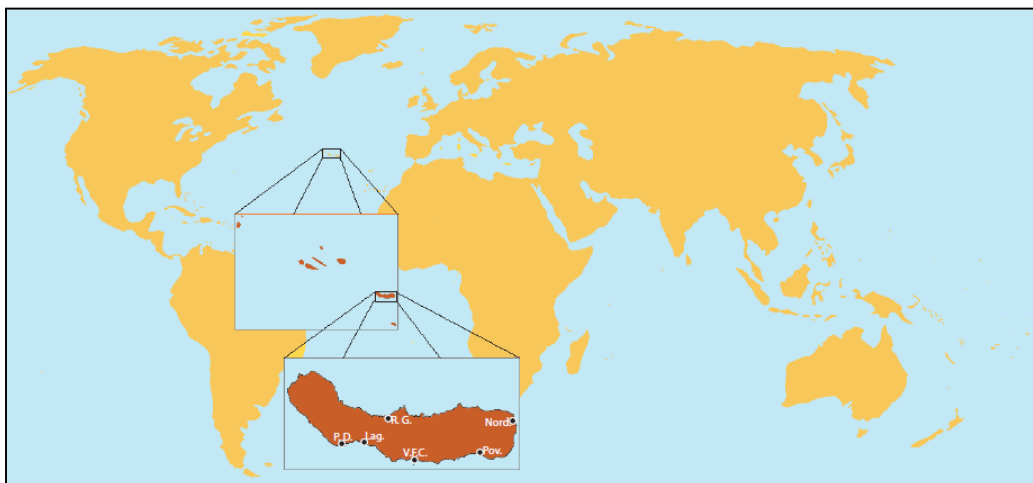
⁵³⁶ E para finalizar esta longa digressão pelo chá, refira-se que até mesmo a Espanha, apesar de preferir o cacau e o café ao chá, em finais do século XIX, tentou: "(...) *on the east coast of Spain, and particularly in the province of Valencia, as well as in California, much attention is at present being paid to the systematic cultivation of this importante plant.*" (Walker, Walter Frederick, *The Azores: or the western Islands, a political, comercial and geographical account*, Trubner & CO., London, 1886, p. 3.) Não por sua influência, mas num país de língua castelhana da América do Sul, a Argentina, é um grande produtor e exportador de chá. (<http://www.taringa.net/posts/apuntes-y-monografias/4980618/El-Te-produccion-nacional.html>) Ou na Itália, que tentou desde o início do século XIX e tem hoje uma pequena plantação (*Tea Cultivation in Italy*, New York Times, 25 Abril de 1885).

Capítulo 2

São Miguel, a Ilha do chá

“A Ilha de S. Miguel, o país mais fértil da Europa, cuja abundante produção envolve todos os géneros de manutenção das gentes (...).”

Albuquerque, José de Medeiros da Costa, Relatório, Arquivo dos Açores, Vol. XII, 1892, pp. 492



[F. 16 -Localização da Ilha de São Miguel]

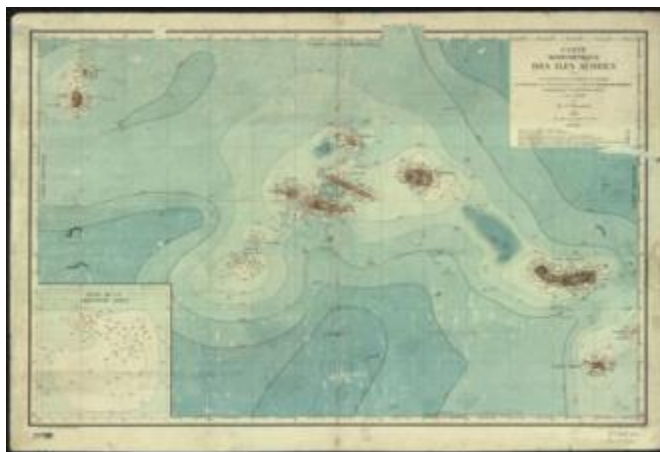
2.1.- A Agricultura micaelense no século XIX

Neste capítulo, continuando a nossa viagem do chá, seguimos a pista que nos leva à Ilha de São Miguel, uma das nove do Arquipélago dos Açores. Situada no Atlântico Norte, a meio caminho entre a Europa e a América, foi encruzilhada obrigatória de rotas comerciais entre os oceanos Atlântico e Índico. Para chegar ao chá, é necessário estudar a dinâmica da sua agricultura e, para tal, seleccionámos a segunda metade do século XVIII, período em que são introduzidas (ou se pondera introduzir) novas culturas na Ilha de São Miguel, entre as quais aquela.

Já em 1766, o Provedor da Fazenda dos Açores, Manuel de Matos Pinto de Carvalho, na sua correspondência sobre administração das Ilhas, descrevia S. Miguel **como uma Ilha muito fértil**, acentuando a importância do trigo, legumes e linho.⁵³⁷ Em 1781 e de novo em 1797, pela sua importância, repetindo-se aqui o excerto em epígrafe inicial, o Governador Militar da Ilha de São Miguel, José Medeiros da Costa Albuquerque, refere-se à **Ilha de São Miguel como o país mais fértil da Europa**, realçando a sua importância para o abastecimento de víveres à Metrópole e Madeira e a exportação de seus panos para o Brasil.⁵³⁸

⁵³⁷ Machado, Maria Margarida de Mendonça Dias Vaz do Rego, *Produções Agrícolas. Abastecimento. Conflitos de poder São Miguel, 1766-1806*, Jornal de Cultura, Coleção História, 1994, p. 28.

⁵³⁸ Riley, Carlos Guilherme, *Os Antigos Modernos. O Liberalismo nos Açores: uma abordagem geracional*, Dissertação de Doutoramento, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2006, p. 88, Machado, Ob Cit., 1994, p. 28.



[F. 17 - Mapa dos Açores, 1899]

Fonte: BPARPD, Biblioteca Digital/ Cartografia – Continentes/Europa/Açores, EC- Cart-157. [Açores, 1899]

Vivia-se, então, em pleno período da Capitania-Geral dos Açores, a principal reforma político-administrativa do arquipélago, criada em 1766 pelo Marquês de Pombal, e que iria perdurar até ao advento do liberalismo oitocentista. Esta nova instituição não foi consensual e, por motivos bem distintos, ao contrário das razões das camadas populares e de autores liberais coevos, Ponta Delgada, na Ilha de São Miguel, assim como outras Ilhas dos Açores e a nobreza em geral contestam a sua criação por consolidar a antiga proeminência política da Terceira, com a elevação da Cidade de Angra à categoria de capital insular.⁵³⁹ A partir do século XVIII, a cidade de Ponta Delgada tornara-se preponderante no contexto insular açoriano, quer nos domínios da produção e do comércio, quer no acréscimo populacional.⁵⁴⁰ Em termos demográficos, no conjunto das Ilhas, S. Miguel era aquela que possuía mais população e a cidade de Ponta Delgada era a mais populosa e dinâmica do arquipélago⁵⁴¹ e, a este respeito, sublinha-se que, em 1793-1795, só a cidade de Ponta Delgada possuía 19,2% da população da Ilha de São Miguel.⁵⁴²

⁵³⁹ Menezes, Avelino de Freitas, et. Al., *As Reformas Pombalinas nos Açores à luz do ideário político do século XVIII*, in "As Sociedades Insulares no Contexto das interinfluências Culturais do século XVIII, SRTC, Região Autónoma da Madeira, 1994, p.121; Menezes, Avelino de Freitas, *Estudos de História dos Açores, Vol. II, As Ilhas na problemática do século XVIII*, Jornal de Cultura, Ponta Delgada, 1995, p. 306, 309-310.

⁵⁴⁰ Menezes, Avelino de Freitas, *Antigamente era assim! Ensaio de História dos Açores*, Publiçor, Ponta Delgada, 2011, p. 130.

⁵⁴¹ Dias, Fátima Sequeira, *Uma estratégia de sucesso numa economia periférica. A Casa Bensaúde e os Açores: 1800-1873*, Jornal de Cultura, Ponta Delgada, 1996, p. 25: "(...) no conjunto das Ilhas, S. Miguel era aquela que possuía mais população (...) 1813, 62 401 habitantes (...) 1825, (...) 69 722 habitantes (...)'. E naquela Ilha, "a cidade de Ponta Delgada, capital da Ilha de S. Miguel, era a Cidade mais populosa e dinâmica do arquipélago."

⁵⁴² Sousa, Paulo Silveira e, *As elites insulares*, in *História dos Açores*, vol. I, Instituto Açoriano de Cultura, 2008, p.579.



[F. 18 - Ilha de São Miguel, 1897]

Fonte: BPARPD, Biblioteca Digital/ Cartografia – Continentes/Europa/Açores/Grupo Oriental, EC- Cart-8.

Quanto à economia, no período compreendido entre 1800 e 1820, no que diz respeito a trocas comerciais com países estrangeiros e o Brasil, a Ilha de S. Miguel assume também lugar de relevo por via do comércio da laranja, sobretudo com os portos ingleses, e do açúcar e outros géneros coloniais com a América portuguesa.⁵⁴³

Em termos sociais, a situação de Ponta Delgada destacava-se igualmente. Em 1825, Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque verificou o considerável número de casas opulentas na cidade de Ponta Delgada, não hesitando, em termos proporcionais, afirmar que Portugal não apresenta tantas e tão ricas. Simão José Luz Soriano, recordando a sua passagem pela Ilha, por altura das lutas liberais, testemunhou-o à saciedade.⁵⁴⁴

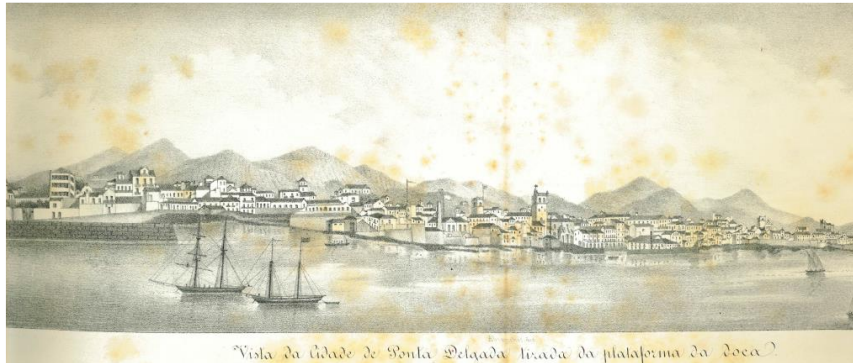
José Guilherme Reis Leite, reportando-se à produção de bens produzidos nos Açores, destaca duas das suas principais produções: o trigo e o milho, logo seguidas do feijão e das favas, além de outros dois cultivos que nesta altura tiveram os seus primeiros ensaios: a batata e a laranjeira.⁵⁴⁵ Margarida Machado, sobre o mesmo assunto, apresentando ligeiras diferenças, corrobora José Guilherme Reis Leite, destacando o trigo, o milho, a cevada, leguminosas (fava, feijão, ervilha, tremçoço), junça, linho, laranja, limão, vinha, batata,

⁵⁴³ Costa, Ricardo Madruga da, *Os Açores em finais do regime de Capitania-Geral: 1800-1820*, vol. I, Núcleo Cultural da Horta, 2005, p. 223.

⁵⁴⁴ Riley, Ob. Cit., 2006, p.440: (...) *ocasiões há que em Ponta Delgada se vêem rodar 40 ou 50 seges de particulares, o que em nenhuma outra terra de Portugal se encontra, a não ser em Lisboa. Por conseguinte aquela cidade, se não é a segunda, é por certo a terceira de Portugal. É asseada e limpa, as suas ruas e praças bastante espaçosas, e o seu comércio bastante considerável.*

⁵⁴⁵ Leite, José Guilherme Reis, *Administração, Sociedade e Economia dos Açores, 1766-1793*, in Arquivo Açoriano, Enciclopédia das Ilhas dos Açores, Vol. 16, 1972, p. 390.

inhame.⁵⁴⁶ Fátima Sequeira Dias, para um período posterior, que vai de 1800 a 1820, confirma-nos a imagem do período anterior, ao afirmar que se registava a mesma distribuição das culturas agrícolas verificadas nos finais do século XVIII, predominando o milho e a laranja.⁵⁴⁷



[F. 19 - Vista panorâmica de Ponta Delgada em 1869]

Fonte: Abranches, Joaquim Cândido, Album Michaelense, Ponta Delgada, 1869, gravura l.

A base da riqueza da Ilha de São Miguel assenta, então, no comércio de produtos agrícolas. Margarida Machado acentua que, de facto, entre 1780 e 1803, “(...) em S. Miguel, falar de agricultura é também falar de comércio. Com efeito, eram os produtos da terra (...) os principais, podemos dizer mesmo os únicos, produtos insulares que conseguiam obter mais-valias comerciais. (...)”⁵⁴⁸

Existiram políticas de fomento global dos Açores. A este respeito, José Guilherme Reis Leite realça o papel relevante desempenhado pelo 2.º Capitão General dos Açores (1774-1793), Dinis Gregório Melo Castro [e Mendonça] e garante que aquele governante prestou muita atenção à agricultura, promovendo ele próprio o cultivo de terrenos e a experimentação de novas sementes que mandava buscar, como trigo, milho e giesta (esta para “*suprir a falta de lenha que se sentia em muitas povoações*”). Castro e Mendonça não esqueceu também a pecuária, introduzindo novas e melhores castas de gado. Preocupou-se ainda em proteger a produção de laranja destinada à exportação para Inglaterra, visando reanimar o comércio, que andava “*muito decaído*”, provando que “*os insucessos anteriores eram devidos à ignorância e não à má qualidade da fruta (...)*”⁵⁴⁹ Numa apreciação global, afirma que, nesta segunda metade do século XVIII, se nota um vasto plano de reorganização, que se tentou pôr em prática, mas também algumas falhas devidas a uma certa incompreensão das Ilhas como entidades produtivas diferentes e sublinha que os governadores se interessavam por obras

⁵⁴⁶ Machado, Ob. Cit, 1994, p. 28

⁵⁴⁷ Dias, Fátima Sequeira, Ob. Cit., 1996, p. 29.

⁵⁴⁸ Machado, Maria Margarida de Mendonça Dias Vaz do Rego, *Uma Fortuna do Antigo Regime: a casa comercial de Nicolau Maria Raposo do Amaral*, Patrimonia Historica, Cascais, 2005, p. 189.

⁵⁴⁹ Leite, José Guilherme Reis, Ob. Cit., pp. 394-95, 408.

que pudessem ajudar e facilitar o comércio, como as dos portos de Angra e de Ponta Delgada e um plano de um bom porto em Vila Franca do Campo.⁵⁵⁰

No que diz respeito à Ilha de São Miguel, nos finais do século XVIII, Margarida Machado destaca diversos incentivos destinados a fomentar a plantação de árvores tais como **castanheiros, nogueiras, álamos** e outras árvores, em Vila Franca do Campo. A mesma atitude se encontra a nível **da Secretaria de Estado do Ultramar** com avisos para os governadores auxiliarem os proprietários na plantação de árvores, mandando sementes e tentando averiguar da existência de terrenos baldios. No alvará de 6 de setembro de 1799 mandava-se plantar **pinhais e outros matos e arvoredos** e Nicolau Maria Raposo pede a D. Rodrigo de Sousa Coutinho **sementes** para plantações nas suas terras dos **Ginetes e das Furnas**. Desta altura é também a **introdução do cedro do Buçaco em S. Miguel**, e outras originárias da América. No seguimento da política oficial de rearboreizar a Ilha, merecem ser mencionados outros dois particulares: o brigadeiro **Jerónimo Pacheco de Castro**, pai de João Silvério, cunhado de José do Canto, e o Prussiano residente na Ilha – **João Carlos Scholtz** – que nela aclimatou diferentes árvores exóticas. O gosto e embelezamento dos jardins particulares foi também um meio de difusão de novas árvores, como ainda hoje é testemunho o Jardim do Tanque nas Furnas, da iniciativa do Cônsul Americano **Thomas Hickling** (Boston 1745 – 1834 Ponta Delgada),⁵⁵¹ residente em S. Miguel desde 1769. Todavia, apesar de toda esta proteção às árvores, no primeiro quartel do Séc. XIX, ela não tinha dado os frutos pretendidos e, em 1825, Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque denuncia a falta de bosque, em S. Miguel, à exceção de castanheiros na Povoação Velha e de pomares em Ponta Delgada.⁵⁵²

Relativamente ao que deixou escrito Mouzinho de Albuquerque em 1825, sobre o cultivo de matas na Ilha de São Miguel, recorrendo a exemplos coevos, Carlos Riley recorda que *“por falar em gerações, muitos dos micalenses contemporâneos de Mouzinho tomaram nota das suas palavras mas, em rigor, alguns deles já tinham começado a plantar matas antes disso.”* Para além do Desembargador Cardoso da Costa e de João Carlos Scholtz, referidos como exceções, Riley destaca outros, como Nicolau Maria Raposo de Amaral, pai e filho (terão aproveitado as sementes de pinho recebidas de D. Rodrigo de Sousa Coutinho em finais do século XVIII) e Francisco Jerónimo Pacheco de Castro (florestou parte dos seus terrenos das

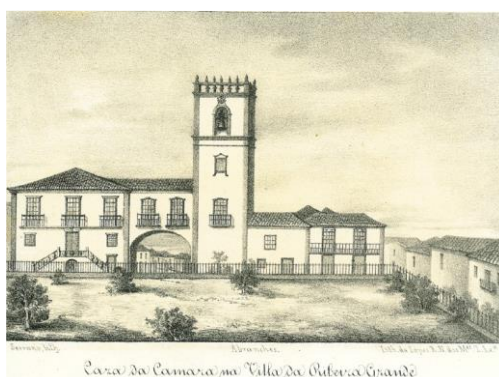
⁵⁵⁰ Idem.

⁵⁵¹ Rodrigues, Henrique Aguiar O., *Thomas Hickling: subsídios para uma biografia. Em anexo: Diário de Catherine Green Hickling, Diário de Caroline Pomeroy, Cartas de Thomas Hickling Júnior à irmã*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2010, p. 19.

⁵⁵² Machado, Ob. Cit., 1994, pp. 31, 32, 33.

Furnas), além de outros a quem o padre João José do Amaral fez referência num folheto anónimo.⁵⁵³

Quanto ao aspeto desolador da paisagem da Ilha, Riley admite que o veredicto de Mouzinho se aproximava bastante da realidade e que é com a Geração seguinte, a dos jovens fundadores da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, que assistiremos ao arranque de um plano de aclimação e plantação de espécies florestais que foi desenvolvido ao longo da 2.^a metade do século XIX, a qual, ainda hoje, marca indelevelmente a paisagem micaelense.⁵⁵⁴ Além de novas espécies arbóreas introduzidas, entre 1800 e 1820, por iniciativa da Capitania Geral dos Açores, tentou-se introduzir as culturas do tabaco, das árvores de fruto, do café e das tintureiras.⁵⁵⁵



[F. 20 - Vista da Praça do Município. Ribeira Grande em 1869]

Fonte: Abranches, Joaquim Cândido, Album Michaelense, Ponta Delgada, 1869, gravura XXXI.

Na Ribeira Grande, os morgados João de Arruda Botelho e Daniel Tavares experimentam novas culturas como *o tabaco e o café*. A fim de se encontraram os solos mais propícios àquelas culturas, foram ensaiados diferentes locais de cultivo: à beira-mar e em terrenos gordos, entre outros.⁵⁵⁶ O futuro Marquês de Sá da Bandeira, que, em 1829, viveu algum tempo escondido dos partidários do absolutismo na quinta *A Bela Vista*, propriedade do Cônsul da Inglaterra, William Harding Read, dá-nos conta de várias culturas.⁵⁵⁷ Na entrada do seu diário do dia 3 de junho de 1829, escreveu: “(...) *o cafezeiro dá-se bem aqui ao ar livre e um morgado recolhe café para seu consumo. O tabaco dá-se aqui perfeitamente bem, encontra-se também ao ar livre o araçá do Brasil, a goiaba. Vi também ao ar livre duas cameleiras, é verdade que só têm dois anos, mas o seu*

⁵⁵³ Riley, Ob. Cit., 2006, p.386.

⁵⁵⁴ Idem. Pedro Borges, a estes nomes, adianta outros.

⁵⁵⁵ Costa, Ricardo Madruga da, *Os Açores em finais do regime de Capitania-Geral: 1800-1820*, vol. I, Núcleo Cultural da Horta, 2005, p. 59.

⁵⁵⁶ Morgado João de Arruda Botelho da Câmara: n. 12 de Maio de 1774, Ponta Delgada – f. 31 Janeiro 1845 – Conceição, Ribeira Grande.

⁵⁵⁷ Fica situada na Fajã de Baixo, nos arredores da Cidade de Ponta Delgada.

aspecto é forte.”⁵⁵⁸ Mais adiante (pp.59-60), fala de “(...) mais de 600 ananases numa estufa (não quente), na qual estão também várias plantas intertropicais, nenhuma tem necessidade de fogo (...).”⁵⁵⁹

Como se poderá caracterizar este final do Antigo Regime nos Açores? Para Margarida Machado, o final do Antigo regime nos Açores redundou numa época de mudança e de continuidade. Na verdade, por um lado encontramos projectos de reforma, que tentam remover obstáculos e lançar ideias, apontando para uma agricultura capitalista em direcção a um liberalismo económico, de que são exemplos os escritos de Souza Coutinho, de Acúrsio das Neves ou ainda de Nicolau Maria Raposo.⁵⁶⁰ Mas, por outro, a realidade é mais complexa e avessa à mudança.⁵⁶¹ Todavia, “(...) também os [aspectos] de progresso estão patentes neste final de século, patentes sobretudo na capacidade de adaptação de novas cultura, em virtude de condições naturais favoráveis (milho), ou das perspectivas abertas pelo comércio internacional, como os citrinos, que levarão S. Miguel para uma economia onde os ventos de modernidade se farão sentir com mais força, no alvorecer da Contemporaneidade.”⁵⁶² É neste contexto que surgem os homens da SPAM e do chá.



[F. 21 - Vista de quintas de laranja, São Miguel, 1873]

Fonte: <https://www.amazon.co.uk/Photographic-Print-Orange-Michael-Azores/dp/B073Z51J6R>

Detenhamo-nos um pouco na temática da laranja. Segundo Sacuntala de Miranda, “se parece certo que laranjas e laranjais existiram em São Miguel desde, pelo menos, finais do século XVI e que alguma exportação de laranjas para o Continente se fez desde então, é necessário transcorrer dois séculos sobre esta data para que a abertura do mercado inglês transforme a laranja na principal fonte de rendimentos dos proprietários micaelenses.”⁵⁶³

⁵⁵⁸ Bandeira, Sá da, *Diário da Guerra Civil* (1826-1932), recolha, notas e posfácio de José Tengarrinha, vol. II, Coleção Seara Nova, Lisboa, 1976.

⁵⁵⁹ Idem., pp.59-60.

⁵⁶⁰ Machado, Margarida Vaz do Rego, *A Agricultura micaelense nos finais do Antigo Regime. Em torno das instruções de D. Rodrigo Souza Coutinho para o Conde de Almada*, in *Ler História, Açores: peças para um mosaico*, 31, 1996, p. 92: “continuando o sistema de propriedade e dos arrendamentos curtos a serem fatores impeditivos do desenvolvimento da agricultura micaelense, inviabilizando reformas estruturais e grandes investimentos nas terras.”

⁵⁶¹ Idem.

⁵⁶² Machado, Margarida Ob. Cit., 1996, p. 92.

⁵⁶³ Miranda, Sacuntala, *O Ciclo da Laranja e os “gentlemen farmers” da Ilha de S. Miguel, 1780-1880*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Ponta Delgada, 1989, p. 11.

Porém, alguns historiadores, entre os quais Sacuntala de Miranda, negam a existência da monocultura da laranja, no sentido de ter sido a única fonte de riqueza, alegando em defesa da sua posição que, apesar do seu inegável peso, a economia agrária da Ilha de São Miguel dependeu igualmente de outros produtos. Em defesa da sua tese, a autora cita o trigo, o milho e as leguminosas.⁵⁶⁴ Além disso, os laranjais ocupavam uma área relativamente restrita no solo da Ilha.⁵⁶⁵ Fátima Sequeira Dias considera também desajustado o uso da expressão “ciclo da laranja” admitindo, em sua substituição, o uso de expressões como “especializações para exportação” ou o “binómio milho-laranja”.⁵⁶⁶

Quanto à exportação da laranja, Fátima Sequeira Dias arruma-a cronologicamente em dois períodos e duas fases: um primeiro, em que dominaram quase exclusivamente os empresários estrangeiros, e um segundo, a partir de meados da década de 20, em que se afirmaram os interesses locais. Durante este segundo período, terão existido duas fases: a primeira, dominada por agentes económicos, agindo a título individual, e a segunda, inaugurada a partir de finais da década de 40, assegurada pela constituição de companhias exportadoras, procurando associar os interesses da produção aos da comercialização.⁵⁶⁷

Não obstante, Carlos José Caldeira, um jornalista português,⁵⁶⁸ em 1852, ao comparar os valores médios de exportação de laranja do quinquénio de 1845 e 1850 com as do ano de 1750, concluía que as exportações médias de 1845 a 1850 correspondiam ao triplo das de 1750. E acrescentava que as mesmas exportações haviam ascendido a 586 contos. As exportações da Ilha de São Miguel, distribuíam-se do seguinte modo: 60 por cento de laranja, 38 de cereais, e 2 por cento de outros géneros.⁵⁶⁹ Por seu lado, Sacuntala de Miranda, admite que a laranja correspondeu “*sempre a mais de 40 por cento do valor total das exportações da Ilha e o seu peso tende a aumentar ao longo dos quarenta anos cobertos (p.49) pelo quadro [1835-1875], ao mesmo tempo que declina o peso do trigo, cujos valores descem permanentemente.*”⁵⁷⁰

⁵⁶⁴ Para uma descrição de uma quinta da laranja, em 1812, veja-se Briant Barrett, *Relato da minha viagem aos Açores: 1812-1814*, Letras lavadas, 2017, pp. 110-111.

⁵⁶⁵ Miranda, Ob. Cit., 1989, pp.48-49-50.

⁵⁶⁶ Dias, Fátima Sequeira, *Ob. Cit.*, 1996, pp. 28, 29.

⁵⁶⁷ Dias, Fátima Sequeira, *A economia ao sabor das circunstâncias. Produções, agentes e intercâmbios*, p. 46, in *História dos Açores: Do descobrimento ao século XX*, Direcção Científica, Artur Teodoro de Matos, Avelino de Meneses, José Guilherme Reis Leite, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, vol. II, 2008

⁵⁶⁸ Vidal, Frédéric, *Os primórdios do turismo em Macau e Cantão no século XIX: Do território de fronteira ao lugar urbano*, p. 25. <https://www.revistas.usp.br/plural/article/download/125108/122181>: “O segundo texto que transmite a ideia de fragmentação do espaço urbano é da autoria de um jornalista português, Carlos José Caldeira, que chegou ao Cantão em novembro de 1850, depois de algumas semanas passadas em Macau (Caldeira, 1997). Estamos num período particularmente tenso das relações entre ocidentais e chineses, entre as duas Guerras do Ópio. Carlos José Caldeira não entrou na cidade de Cantão. Ele ficou sobretudo nos subúrbios, nomeadamente na zona das feitorias, descritas como um enclave europeu, no meio do mundo chinês.”

⁵⁶⁹ Caldeira, Carlos José, *Apontamentos de uma viagem de Lisboa à China e da China a Lisboa, Parte Segunda, Lisboa*, 1853, p 321.

⁵⁷⁰ Miranda, Ob. Cit., 1989, pp.48-49.

Maria Isabel João, ao tratar a produção de laranja na Ilha de São Miguel, assinala que os Concelhos de Ponta Delgada, Ribeira Grande e Lagoa produziam 95,8 % da laranja da Ilha, e que, no contexto geral dos Açores, S. Miguel tem uma produção superior ao total de todas as outras lhas. Acrescenta que o destino da laranja é a Inglaterra, tendo-se chegado também a exportar para a América do Norte. Porém, este último destino era pouco rentável, devido à longa viagem que estragava a fruta.⁵⁷¹ Ainda assim, a importância da laranja é destacada por quem se dedica ao estudo da História dos Açores. Carlos Cordeiro, a este respeito, indica-o.

Se dúvidas restavam acerca da importância da laranja açoriana no contexto nacional, diz-nos Miriam Halpern Pereira que quase igualou a totalidade da produção nacional e representou mais de metade da exportação nacional em 1873, atingindo a produção do Continente, nesse ano, 250000 milheiros, e a dos Açores 222 705 milheiros.⁵⁷² No mercado estrangeiro, nomeadamente no Britânico, batia toda a concorrência, pois a laranja portuguesa, que Londres, Liverpool, Hull e Bristol importavam, representava 74 % do total e desta mais de metade provinha de São Miguel.⁵⁷³

Viajantes estrangeiros elogiavam a laranja açoriana. Já em Agosto de 1777, Francis Masson, que visita em estudo a Ilha de São Miguel, em carta a William Aiton, jardineiro Botânico de Sua Majestade Britânica, partilhada a Joseph Banks Esquire F.R.I, referia-se-lhe nestes termos: “(...) **orange trees, which are esteemed the best in Europe.**”⁵⁷⁴ Em 1821, John Webster, que vivera na Ilha de 1817 a 1818, não tem dúvidas em afirmar que “(...) *The oranges of St. Michael are celebrated for their flavour, and abundant sweet juice; when left to ripen on the trees, they are inferior to none in any part of the world.*”⁵⁷⁵ No ano de 1829, outro testemunho de estrangeiro, enaltecia-lhes a fama, dizendo-a como o que de melhor havia no mercado.⁵⁷⁶ Até Charles Darwin, numa entrada do seu diário de 25 de Setembro de 1836, o

⁵⁷¹ João, Maria Isabel, *Os Açores no século XIX: Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Edições Cosmos, Lisboa, 1991, p.50.

⁵⁷² Pereira, Miriam Halpern, *Entre Agronomia e Agronomia*, in Ernesto do Canto: Retratos do Homem e do Tempo, Actas do Colóquio, Ponta Delgada, 2003, p. 144.

⁵⁷³ Miranda, *Ob. Cit.*, 1989, p.60.

⁵⁷⁴ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), *An account of the Island of St. Miguel By Mr. Francis Masson, in a letter to Mr. William Aiton, Botanical Gardener of His Majesty. Communicated by Joseph Banks Esquire F.R.I.*, St. Miguel August 10, 1777, in Livro com Listas de Plantas entre 1847 e 1854 (?), José do Canto, fl.2.

⁵⁷⁵ Webster, John White, *A description of the island of St. Michael comprising an account of its geological structure, with remarks on the other Azores or the Western Islands*, Boston, 1821, p. 96.

⁵⁷⁶ *A Description and History of Vegetable substances, used in the Arts, and in Domestic Economy: Timber trees, Fruits, Illustrated with wood engravings*, The Library of the entertaining knowledge, London, 1829, p. 340.

corroborar.⁵⁷⁷ Em 1836, era considerada a melhor do mundo.⁵⁷⁸ Para os irmãos Bullar, que viveram na Ilha, a fama da laranja de S. Miguel, em 1838-39, era indiscutível.⁵⁷⁹ Em 1841, era ainda considerada a melhor da Europa.⁵⁸⁰ Em publicação de 1842, a laranja e a tangerina de São Miguel eram apreciadas como “(...) *the most delicious of all oranges, and the tree is a great bearer. It is in general cultivation in the Azores, from which it is shipped in large quantities.*”⁵⁸¹

Em 1854, ao traçar um paralelismo entre a importância que determinados produtos desfrutavam em certos países, uma fonte francesa destacava o lugar da laranja dos Açores, nos seguintes termos: “(...) *la culture des Oranges est devenue aussi essentielle au bien-être des habitants des Açores, que l’est celle du riz pour les Indiens, de la vigne pour le midi de la France, de la pomme de terre pour le conté de Devon.*”⁵⁸² Depois, explica o modo como a laranja se encontrava distribuída pelos Açores e como a produção ganha à de outros locais, quer de Portugal quer de Espanha, confirmando, ainda, o peso da laranja açoriana no mercado Londrino. Afirmava que “*Les Açores sont ainsi devenues comme un Jardin de Londres, et un grand nombre de familles anglaises y ont, comme en Bermude et à Madère, leur maison de campagne.*”⁵⁸³ Em 1858, ainda com base em fontes francófonas, afirmava-se que as laranjas de S. Miguel são conceituadas e formam com os cereais o principal ramo do comércio de exportação.”⁵⁸⁴

2.2.- A Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense.⁵⁸⁵

A ideia da criação de uma Sociedade Agrícola na Ilha, com os objetivos a que a SPAM se propunha, nasceu anos antes de 1843. Dez anos depois da fundação da SPAM, em 1853,

⁵⁷⁷<http://darwinbeagle.blogspot.pt/2011/09/25th-september-1838.html>

⁵⁷⁸ Bonavia, Emanuel, *The cultivated oranges and lemons, etc. of India and Ceylon, with researches into their origin and the derivation of their names, and other useful information. With an atlas of illustrations*, London, W. H. Allen, 1888, p.103.

⁵⁷⁹ Bullar, Joseph and Henry Bullar, *A winter in the Azores and a summer at the baths of the Furnas*, Vol.1, London, 1841, p.16.

⁵⁸⁰ Rhind, William, *A history of the vegetable kingdom, embracing the physiology, classification, and culture of plants, with their various uses to man and the lower animals, and their application in the arts, manufactures, and domestic economy*, London, 1841, p. 350.

⁵⁸¹ Loudon, John Claudius, *The Suburban Horticulturist, or, An Attempt to Teach the Science and practice of the culture and management of the Kitchen, fruit, and forcing garden, to those who have had no previous knowledge or practice in these departments of gardening*, London, 1842, p.608.

⁵⁸² *Publications Agricoles et Horticoles de la Société Impériale d'Agriculture, Sciences et Arts de Douai*, Centrale du Département du Nord, année 1854, pp.374-75.

⁵⁸³ *Publications Agricoles et Horticoles de la Société Impériale d'Agriculture, Sciences et Arts de Douai*, Centrale du Département du Nord, année 1854, pp.374-75.

⁵⁸⁴ *Mémoires de la Société d'agriculture, sciences et arts du département de l'Aube Société d'Agriculture, des sciences, Arts et Belles-Lettres du Département de L'Aube*, Tome XXII de la collection, année 1858, Troyes, France, p. 7.

⁵⁸⁵ Para o estudo da fundação e crises da SPAM até 1878, vide: Ribeiro, José Silvério Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, in *História dos Estabelecimentos Científicos*, Vol. 8, 1879, pp. 411-419.

Thomas Carew Hunt, residente na Ilha de São Miguel,⁵⁸⁶ diz-nos isso mesmo: “(...) A Sociedade Promotora da Agricultura, desde a sua instituição (**e os menos jovens dos seus membros influentes, antes dessa época**), têm trabalhado e continuam a trabalhar, para naturalizar nesta Ilha as plantas (...)”⁵⁸⁷

Quem seriam os antecessores? A ideia germinara na mente do morgado José Caetano Dias do Canto (*Ponta Delgada, 1786 ? - 1858*),⁵⁸⁸ precisamente um desses “**menos jovens dos seus membros influentes,**” pai de André do Canto e de José do Canto, fruto da leitura dos *Anais das Ciências, das Artes e das Letras* (Paris – 1818-1822). Como propõe Carlos Riley, a ideia é suscitada pelo “sobressalto – não diríamos fisiocrático, mas antes agronómico – entre os membros esclarecidos da elite local (...)”⁵⁸⁹ Conforme sugere também Carlos Riley, houve ainda outro antecessor, pois, cerca de vinte anos antes de 1843, João Bento de Medeiros Mântua, criticara acidamente o comportamento dos morgados da Ilha.⁵⁹⁰ De Manuel António de Vasconcelos, em 1835, terá “partido o primeiro alvitre para a constituição de uma companhia ou associação agrícola em São Miguel.”⁵⁹¹ Porém, nenhuma daquelas ideias logrou ir além das intenções, adiantando Riley uma possível explicação para o facto: “(...) estamos em crer, a não sobrevirem os tumultos da Guerra Civil de 1828-34, o arranque da SPAM teria até ocorrido mais cedo.”⁵⁹² Já depois dos tumultos da luta entre partidários de D. Miguel e de D. Pedro, ocorre uma outra tentativa. Dá-se cerca de cinco anos antes de 1843 e é da responsabilidade directa de André do Canto.⁵⁹³

⁵⁸⁶ Tavares, Conceição, *Albert I do Mónaco, Afonso de Chaves e a meteorologia nos Açores: episódios oitocentistas da construção científica do mundo atlântico*, Sociedade Afonso de Chaves, 2009, p. 194 Arruda, Luís, *Descobrimento Científico dos Açores: Do povoamento ao início da Erupção dos Capelinhos*, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 2014, p. 110; Carew Hunt, “(?-1886), que havia sido cônsul britânico em Archangel, Norte da Federação Russa (1832), esteve nos Açores, com aquele posto diplomático, entre 1839 e 1948 [sic]. De Ponta Delgada seguiu para Bordéus, França, onde ocupou o mesmo cargo. Interessado por questões ligadas à História Natural, fez observações sobre o clima, as águas e as doenças nas Ilhas.

⁵⁸⁷ Hunt, Thomas Carew, *O Progresso Material de S. Miguel*, in *Almanak Rural dos Açores para 1853*, Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, 2.º ano, Ponta Delgada, 1853, p. 153.

⁵⁸⁸ Pereira, Nuno Álvares, *Comendador José Caetano Dias do Canto e Medeiros (1786-1858). Apontamentos biográficos*, in *Diário de Viagem*. Ponta Delgada, 1978, Instituto Cultural de Ponta Delgada: V-XXI; Riley, Carlos, José Caetano Dias do Canto, in *Centro do Conhecimento dos Açores*, Enciclopédia Açoriana, <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=1275>

⁵⁸⁹ Riley, Ob. Cit., 2006, p. 374.

⁵⁹⁰ Idem, p.273.

⁵⁹¹ Riley, Carlos, *José do Canto: um gentleman farmer açoriano*, in *Análise Social Instituto de Ciências Sociais*, 2001, p. 703. Cf. *O Açoriano Oriental*, n.º 19, 29 de Agosto de 1835; O Código Administrativo de 1836 já previa a criação destas sociedades: veja-se Ribeiro, José Silvério, *História dos Estabelecimentos Científicos*, Vol. 8, 1879, p. 411.

⁵⁹² Riley, Ob. Cit., 2006, p. 374: “(...) estamos em crer que não será despropositado atribuir-lhe algum crédito indirecto pelo aparecimento (...) da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense (...) cujo núcleo original era composto, precisamente, por muitos administradores de vínculos e senhores de quintas de laranjas.”

⁵⁹³ *O Agricultor Michaelense*, 20 de Outubro de 1843, n.º 1, fls. 1-3; *O Açoriano Oriental*, Ponta Delgada, n.º 185, 3 de Novembro de 1838.

Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense: fundadores e continuadores.

Cristóvão Moniz, em 1888, identifica os fundadores da SPAM como “os grandes proprietários.”⁵⁹⁴ José Manuel Mota de Sousa, em finais da década de cinquenta do século XX, intitula-os de *a Grande Geração*.⁵⁹⁵ Já Carreiro da Costa, na década de quarenta do século XX, se lhes havia referido como “a grande Geração micaelense.”⁵⁹⁶ Sacuntala de Miranda chamou-os de *gentlemen farmers*.⁵⁹⁷ Muito embora Miriam Halpern Pereira aceite o nome que Sacuntala cunhou, por lhes reconhecer afinidades a contemporâneos continentais, estende aquele nome aos congéneres continentais.⁵⁹⁸ Fátima Sequeira Dias vê-os com uma dupla faceta: *gentlemen farmers* e empresários.⁵⁹⁹

As ideias e as práticas de desenvolvimento agrícola dos membros da SPAM, sublinhe-se o facto, não surgiram apenas com a fundação dessa sociedade, pois havia muito trabalho anterior, como, entre outros exemplos possíveis, será o caso do cunhado de José do Canto, João Silvério Vaz Pacheco de Castro. As reflexões deste foram vertidas num livro intitulado *Ensaio sobre a Cultura Preferível para Substituir os Cereais na Ilha de S. Miguel e os Meios de a Promover*, três anos antes da criação da SPAM. Aí se sugere o cultivo e exploração da mamona (já ensaiada antes), do pastel (reintrodução), da ruiva, da beterraba para açúcar, da cana-de-açúcar, do tabaco. Refere, ainda, os esforços do Doutor Vicente José Ferreira Cardoso (Baía 1765 – 1834 Ponta Delgada),⁶⁰⁰ do linho, do café.⁶⁰¹ Outro exemplo: Caetano António de Mello, um dos principais instigadores da SPAM, reconhece o papel de José Jácome Correia, primeiro presidente eleito da SPAM, e as suas muitas experiências sobre a

⁵⁹⁴ Moniz, Cristóvão, *Ob. Cit.*, Maio de 1888, p.25.

⁵⁹⁵ Sousa, José Manuel Mota de - A economia Micaelense da 1ª metade do séc. XIX e a acção da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense [Texto policopiado: subsídios para o estudo de uma época. Coimbra: J.M.M. Sousa, 1960. 82 f. Tese de licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p.19.

⁵⁹⁶ Costa, Francisco Carreiro da, [José do Canto: discurso no 48.º aniversário da sua morte], [Dactilografado, sem título nem autor] Furnas, 10 Julho de 1946, p. 7. Confirmado, *Diário dos Açores*, 10 de Julho de 1946, p. 1: “[...] à tarde haverá uma sessão de homenagem à memória de José do Canto, fazendo uma conferência sobre o eminente micaelense o sr. Dr. Carreiro da Costa.”

⁵⁹⁷ Miranda, Sacuntala, *Ob. Cit.*, 1989.

⁵⁹⁸ Pereira, Miriam Halpern, *Ob. Cit.*, 2003, p. 137.

⁵⁹⁹ Dias, Fátima Sequeira, *A crise da laranja e a afirmação dos projectos agro-industriais, na ilha de S. Miguel. A fábrica de chá de José Bensaúde: da fundação à extinção (1891-1961)*, p. 243, [Trabalho apresentado no I Congresso Internacional do Chá, Casa dos Açores do Norte, Porto, 2006 (não publicado)] incluído na obra *Indiferentes à diferença: os Judeus dos Açores, nos séculos XIX e XX, Ponta Delgada, 2007*: “[...] Por mais rural e atrasado que nos possa parecer o universo micaelense no passado, não podemos esquecer que a decisão de investir em culturas agro-industriais se integra num contexto de economia capitalista, contexto que não é contraditório, com o ideal de gentleman farmer.” (p.243)

⁶⁰⁰ Albergaria, Eduardo Soares de, *Machado de Faria e Maya*, Letras Lavadas, Ponta Delgada, 2013, p.93.

⁶⁰¹ Castro, João Silvério Vaz Pacheco de, *Ensaio sobre a Cultura Preferível para substituir os cereais na Ilha de S. Miguel e os meios de a promover*, Ponta Delgada, 1840.

introdução de várias plantas.⁶⁰² Portanto, a SPAM, é, de certo modo, uma forma colectiva de continuar o trabalho individual.

Este associativismo, consubstanciado na acção da SPAM, segundo Carlos Riley, “é uma expressão notável do carácter precoce e erudito com que se manifestou em S. Miguel o associativismo agrícola, formado basicamente por um núcleo restrito de terratenentes que procuravam seguir o modelo dos gentlemen farmers da Inglaterra e França, e aos quais se agregam alguns homens de letras, como o Padre João José do Amaral, Caetano António de Melo e Luís Quintino de Aguiar, todos eles antigos professores de José do Canto.”⁶⁰³

Na perspectiva de Rui Ramos, a visão fontista é agrarista e é comum ao país.⁶⁰⁴ António Telo, por seu turno, explica-nos que o fim do modelo fontista está associado à mudança do sistema internacional, com o terminar da hegemonia inglesa, a adopção generalizada de modelos económicos mais proteccionistas, o fim da corrida a África e o imenso crescimento do comércio intercontinental. E conclui a sua tese inicial, do seguinte modo: “O Fontismo é uma adaptação muito original da sociedade portuguesa ao período final da hegemonia inglesa, consagra a tese de que um pequeno país, como Portugal, respira ao ritmo das mudanças do Atlântico; e, simultaneamente, prova a profunda originalidade da formação portuguesa. É, em resumo, a revolução verde à portuguesa.”⁶⁰⁵ Será este o pano de fundo nacional e internacional da época da SPAM.

Quais as origens sociais dos membros da SPAM? Para respondermos à questão, é necessário recuarmos no tempo. Começamos pelo período final do Antigo Regime, tomando como ponto de partida a caracterização social da Ilha proposta por José Damião Rodrigues: “(...) Ponta Delgada era dominada por um pequeno número de famílias, exercendo o monopólio do poder, e a importância da cidade parecia firmar-se no número de fidalgos e de proprietários terratenentes que nela residiam (...).” A situação não era diferente no resto de S. Miguel e nas restantes Ilhas dos Açores, com os homens de negócios geralmente ausentes das estruturas urbanas de poder, exceptuando talvez o caso da Horta.⁶⁰⁶

⁶⁰² *O Agricultor Michaelense*, Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense, 20 de Outubro de 1843, n.º 1, fls. 1-3.

⁶⁰³ Riley, Carlos 2001: 226-227

⁶⁰⁴ Ramos, Rui (coordenador), Bernardo Vasconcelos e Sousa, Nuno Gonçalo Monteiro, História de Portugal, A Esfera dos Livros, Lisboa, 5.ª edição, 2010, pp.521-27.

⁶⁰⁵ Telo, António José, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Edição Cosmos, Lisboa, 1994, p. 26.

⁶⁰⁶ Rodrigues, José Damião, *As Elites Locais nos Açores em finais do Antigo Regime*, in Arquipélago História, Universidade dos Açores, vols. IX-X, 2005-2006, p. 380.

Fazia parte desta elite de Ponta Delgada José Caetano Dias do Canto e Medeiros (1768-1858), que, segundo Carlos Riley, era *“figura proeminente da nova Geração liberal cujo contributo viria a ser decisivo para a modernização da Ilha de S. Miguel.”*⁶⁰⁷ E outros mais, a saber: Afonso de Chaves, José Inácio de Faria e Maia, Francisco Borges da Silva, João José do Amaral, Jacinto Vaz Pacheco de Castro, Gil Gago da Câmara, Guilherme Harding Read.

Esta Geração, progenitora da maioria dos membros da SPAM, para além de dar um contributo fundamental para a consolidação do Liberalismo nos Açores, no caso, em Ponta Delgada, em razão da fervilhante atividade comercial que lhe trazia a exportação da laranja, abriu-se bastante ao mundo a partir de finais do século XVIII. Como consequência *“(…) algumas famílias micalenses não tardariam a seguir o exemplo de Thomas Hickling (1745-1834), cônsul americano em S. Miguel, o qual empreende em 1796 o seu pequeno grand tour pela Europa para, entre outros negócios e afazeres, escolher o colégio onde o filho iria ser educado (...).* Coimbra e Lisboa eram o destino da maioria dos estudantes micalenses encaminhados para fora da Ilha.⁶⁰⁸ Porém, não será demais acentuar que o modelo europeu de educação bastante característico dos forasteiros e/ou comerciantes residentes acabaria por deixar a sua marca na elite local. Esta interacção social dos senhores da terra e dos pomares com os comerciantes estrangeiros determinará o carácter *“cosmopolita da sociedade micalense.”*⁶⁰⁹

A influência económica, social e cultural exercida pelos estrangeiros residentes na Ilha explicarão em parte o perfil dos filhos destes senhores terratenentes locais. Fazendo-os olhar para fora, os modelos do seu pensamento, segundo Pedro Borges, são importados directamente do centro da Europa avançada, num arco que vai de Ponta Delgada a Londres e Paris, com escala intermitente em Lisboa e têm por fundo a construção de uma pátria.⁶¹⁰ Porém, sem deixarem de prestar atenção à França, Bélgica e Alemanha, e depois à América, era sobretudo em Inglaterra que José do Canto e os seus consócios da SPAM encontravam o modelo a seguir.⁶¹¹

Esta elite, culta e viajada, dona de terras espalhadas pela Ilha, via esta como uma unidade, para além das fronteiras concelhias, pelo que, no entender de Riley, era urgente promover o fomento material da Ilha e dotá-la de infraestruturas cujos projectos e empreitadas

⁶⁰⁷ Riley, Ob. Cit., 2006, p. 277.

⁶⁰⁸ Idem, p. 174.

⁶⁰⁹ Idem.

⁶¹⁰ No sentido de terra natal (Ilha).

⁶¹¹ Borges, Ob. Cit., 2007, p. 28.

(designadamente estradas e rede de abastecimento de águas) não podiam ser asseguradas, como até então, pelos governos municipais.⁶¹²

O mesmo autor, ao referir-se aos objetivos da SPAM, em outra passagem do mesmo trabalho, reforça a ideia precedente: “(...) a SPAM tinha na modernização agrícola, pensada da produção à distribuição, incluindo infraestruturas e equipamentos, o projecto para o desenvolvimento material da Ilha à escala inédita da totalidade do seu território.”⁶¹³ A título de exemplo, o conspecto social da Ilha de São Miguel para o início do século XIX, segundo o deputado por S. Miguel às Cortes, João Bento de Medeiros Mântua, dramatizando a concentração da propriedade, estaria a “(...) terra dividida por 30 a 40 casas, mais cinco (p.42) morgadios que têm as suas casas no Continente.” Isto nos diz Pedro Borges. O mesmo autor, recorrendo a trabalho de Damião Rodrigues, adianta-nos que este “(...) contabiliza um total de 1241 vínculos instituídos entre 1493 e 1822. Desse total, os 522 coligidos pelo morgado João de Arruda e Ernesto do Canto correspondem a 57 casas. Esta concentração da terra cavava ainda mais o fosso existente nas sociedades do Antigo Regime entre as classes privilegiadas e o proletariado campestre.”⁶¹⁴

Em 1883, grande parte dos terrenos da Ribeira Grande, queixava-se a sua vereação, pertencia a uma classe privilegiada: “(...) a propriedade deste concelho pertence em quase toda a sua totalidade a moradores fora do concelho, como são os ex.^{mos} Srs. José do Canto, José Jácome Correia, Dr. Ernesto do Canto, Dr. Agostinho Machado de Faria e Maia, Dr. Caetano Andrade de Albuquerque, Marquez [sic] da Ribeira, conde da Silvã e muitos outros (...).”⁶¹⁵ Em 1894, aquando do arranque decisivo do chá, a imagem mantinha-se, no essencial. Fornece-nos-nos, no entanto, indicações precisas não só sobre a localização territorial daquelas granjas mas da sua dimensão: “(...) os Fenais da Ajuda ou da Vera Cruz, onde o senhor Francisco Bettencourt tem uma granja primorosamente cultivada (...).” Desta freguesia para oeste, o regime de propriedade é diferente, marcado já por grandes propriedades, destacando-se a Granja do Porto Formoso (de José do Canto) e a propriedade do Lameiro (do Conde de Jácome Correia), “explorações que se podem considerar modelos de agricultura aperfeiçoada”. No sul, centro e norte (dos Fenais às Capelas) predominava a grande propriedade, enquanto os extremos noroeste e nordeste eram marcados pela pequena. E, “entre os lavradores mais distintos de S. Miguel contam-se os senhores José do Canto, José

⁶¹² Riley, Ob. Cit., 2006, p. 130.

⁶¹³ Borges, Ob. Cit., 2007, pp. 4-5, 7, 29.

⁶¹⁴ Idem, pp. 41-42.

⁶¹⁵ Cf. AMRG, Livro de Actas [sic], Livro nº: 44; Nº do volume: 1; Ano: 1882-1884; index: 539; Sessão de 19 de Julho de 1883; fls. 67, 68v.

Maria Raposo do Amaral, condes de Jácome e de Fontebela, Dr. Caetano de Andrade, D. Ermelinda Gago da Câmara, etc.”⁶¹⁶ Todos eram membros influentes da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense.

Quadro I -Sócios da SPAM que iriam apostar na cultura do chá (1878-1905)

Sócios	Anos																											
	1879	1880	1881	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888	1889	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899	1900	1901	1902	1903	1904	1905	
José J. Correia ¹	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
José do Canto ²	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Ernesto do Canto ³	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
José M. R. Amaral Sr. ⁴	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Conde da Silva ⁵⁶	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
José Bensaúde	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Manuel M. Rosa	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Luís A. C. R. Estrela ⁷	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Augusto A. C. R. Estrela ⁸	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Luís A. C.R. Estrela Jr.																				*	*	*	*	*	*	*	*	*
Jacinto Leite P. Bettencourt ⁹	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Vicente M. Faria e Maia ¹⁰	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
José (H.) Gago da Câmara ¹¹	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Ermelinda Gago da Câmara																				*	*	*	*	*	*	*	*	*
José Pereira Botelho ¹²	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
José Álvares Cabral	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Francisco Moniz Bettencourt																				*	*	*	*	*	*	*	*	*
Francisco do Canto Bettencourt	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Francisco Machado de Faria e Maia ¹³	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Agostinho Machado de Faria e Maia Jr. ¹⁴	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Manuel Augusto Hintze Ribeiro ¹⁵	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Manuel B. Neves																				*	*	*	*	*	*	*	*	*
Aníbal Cabido																				*	*	*	*	*	*	*	*	*
Luís Soares de Sousa ¹⁶																				*	*	*	*	*	*	*	*	*

Fonte: SDUAC, Arquivo Raposo do Amaral, livro de inscrição de sócios contribuintes, 1878-1905.

O supra quadro seletivo identifica muitos dos sócios da SPAM que iriam apostar no chá. Tal era a disparidade na partição da riqueza que Mouzinho de Albuquerque, em 1825, vaticinava no “(...) *porvir males aos Povos da Ilha de S. Miguel.*”⁶¹⁷ Para a década de quarenta e para finais da de sessenta, dispomos de numerosos exemplos do resultado desta situação, bastando ler o que, a este respeito, escrevem Sacuntala de Miranda e Susana Serpa Silva.⁶¹⁸ Em 1875, ocorrem atos de violência contra José do Canto e José Jácome Correia, conforme é noticiado na imprensa.⁶¹⁹

Em 1881, Joaquim Manuel de Araújo Correia Morais, qualificava os terratenentes de S. Miguel como pessoas ricas e bem relacionadas com o poder, que roubaram indevidamente

⁶¹⁶ Nogueira, J V Paula, Açores: Ilhas de S. Miguel e Terceira, I A Ilha de S. Miguel, in *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 13 de Janeiro de 1894, p. 1.

⁶¹⁷ Riley, Ob. Cit., 2006, p.388.

⁶¹⁸ Miranda, Sacuntala, *Quando os sinos tocavam a rebate: notícia dos alevantes de 1869 na Ilha de S. Miguel*, Salamandra, 1999; Silva, Susana Serpa, *Criminalidade e justiça na comarca de Ponta Delgada. Uma abordagem com base nos processos penais: 1830-1841*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003.

⁶¹⁹ *A Persuasão*, Ponta Delgada, 22 de Setembro de 1875.

chá no Continente.⁶²⁰ No ano seguinte, a propósito da cultura do chá, o jornal republicano local, *A República Federal*, lançava uma séria acusação: “(...) algum monopolista a não empolgasse em proveito exclusivamente seu.”⁶²¹ Em 1888, Cristóvão Moniz, tinha uma opinião pouco abonatória dos “(...) grandes proprietários, que, salvo exceções de honrosa e publica benemerência, são em geral indolentes e de nenhuma iniciativa.” Não pensava o mesmo de outros estratos sociais: “os pequenos cultivadores, espremidos com o desastre da laranja, apenas tratam de explorar o que lhes dá rendimento anual.”⁶²²

A quebra dos rendimentos da laranja, bem como dos provenientes de outras culturas, para além das perdas dos proprietários, acarretou enormes sacrifícios para os mais pobres. Uma das consequências imediatas foi a emigração. O distrito de Ponta Delgada, segundo Sacuntala de Miranda, detém, percentualmente, a mais alta taxa do país. Esta autora diz mesmo que, no período compreendido entre 1890 e 1910, “leva a palma a todos os outros, com um a média de 24 emigrantes por cada 1 000 habitantes (...).”⁶²³

A Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense: Criação.

Apesar de projectos iniciais, só em 1843 é que se fundaria efectivamente uma associação agrícola, a *Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense* (SPAM). A versão oficial do acto fundacional vem transcrita logo no primeiro número de *O Agricultor Michaelense*, de 20 de Outubro de 1843. A acta da primeira sessão da sociedade, cuja redacção é da autoria do vice-secretário eleito, José do Canto, é do dia onze de Janeiro de mil e oitocentos quarenta e três. A nota confirma terem sido convocadas outras pessoas além das onze que acabaram por comparecer: *Nicolau António Borges de Bettencourt* (Ponta Delgada, 1800- 1875),⁶²⁴ *João Silvério Vaz Pacheco de Castro* (Ponta Delgada, 1810-1866),⁶²⁵ *Jacinto Victor Vieira, Francisco Machado Faria e Maia* (Ponta Delgada, 1815-1895),⁶²⁶ *Caetano António de Mello*

⁶²⁰ Morais, Joaquim Manuel de Araújo Correia, *Ob. Cit*, 1882: “(...) sem atenção a que tinha dono, e às disposições do código penal contra os abusos de confiança, como se para os ricanhos tais disposições fossem teias de aranha.”

⁶²¹ *A República Federal*, Ponta Delgada, 8 de Maio de 1883, p. ?

⁶²² Moniz, Cristóvão, *Ob. Cit.*, Maio de 1888, p.25.

⁶²³ Miranda, Sacuntala, *A Emigração Portuguesa e o Atlântico, 1870-1930*, Salamandra, 1999, p.35.

⁶²⁴ Leite, José Guilherme Reis, *Nicolau António Borges de Bettencourt*, in Centro do Conhecimento dos Açores, Enciclopédia Açoriana: “Foi membro da Junta Governativa de Ponta Delgada (1846-47), coronel de milícias (1846), provedor da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada, membro e presidente da Junta Geral do distrito (1840), eleito deputado pelo círculo de S. Miguel em 1840 e 1851. Homem da esquerda liberal, acabou por ser o chefe dos partidos Setembrista e Histórico da sua ilha (...).”

<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=6468>

⁶²⁵ Rodrigues, Rodrigo, *Genealogias de São Miguel e Santa Maria*, vol. 1.º, Dislivro Histórica, 2008, p. 701: “Foi um dos colaboradores do seu sogro o morgado José Caetano e de seu cunhado, na obra de valorização agrícola e florestal empreendida em S. Miguel no decorrer do século XIX.”

⁶²⁶ É impossível discernir se o filho ou o pai. Leite, José Guilherme Reis, *Francisco Machado de Faria e Maia* (1.º Visconde de Faria e Maia), in Centro do Conhecimento dos Açores, Enciclopédia Açoriana, <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=8028>: “Foi um dos mais abastados

(1807-1866),⁶²⁷ *Dr. José Pereira Botelho* (Lagoa, 1813 ? m. *Ibid.*, 1896),⁶²⁸ *André do Canto* (Ponta Delgada, 1814-1848),⁶²⁹ *José Jácome Correia* (Ponta Delgada, 1815? m. *Ibid.*, 22.7.1886),⁶³⁰ *José Caetano Dias do Canto e Medeiros, João José do Amaral* (Água de Pau 1782-Fajã de Baixo 1853),⁶³¹ *José do Canto*. Destes onze, três eram da mesma família – pai e dois filhos – José Caetano, José e André do Canto; um quarto era cunhado e genro, João Silvério; outro, José Jácome, era primo dos Canto; Caetano de Melo e João José do Amaral haviam sido professores de José do Canto. Luís Quintino de Aguiar, o décimo segundo membro fundador, que não compareceu à reunião fundadora, mas que foi eleito para a primeira direcção, fora igualmente professor de José do Canto. Oito dos doze elementos do núcleo duro inicial eram aparentados ou entretinham relações próximas com os Canto. Para um apanhado biográfico destes fundadores, além da recomendação de leitura de biografias conhecidas, publicamos em trabalho anterior uma lista.⁶³² (Vide Quadro II: Dados biográficos de sócios da SPAM-Anexo – p. 13 - A)



[F. 22 – Exemplar de 1847 dos Estatutos da SPAM]
Fonte: BPARPD

proprietários de S. Miguel e senhor da Casa da Arquinha, agraciado no fim da vida com o título de visconde de Faria e Maia, por carta de 27 de Fevereiro de 1890, de D. Carlos, registado por decreto de 16 de Abril de 1891; Rodrigues, Rodrigo, *Genealogias de São Miguel e Santa Maria*, vol. 4.º, Dislivro Histórica, 2008, p. 2350.

⁶²⁷ Rodrigues, Rodrigo, *Ob. Cit.*, 2008, vol. 3.º, p. 2090: “Mestre de línguas (...). Foi professor de José do Canto. Professor do liceu de Ponta Delgada.”

⁶²⁸ Cordeiro, Carlos, *Dr. José Pereira Botelho*, in Centro do Conhecimento dos Açores, Enciclopédia Açoriana, <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=103>: “Foi um dos primeiros sócios da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense (1843), tendo ali proferido, no ano de 1850, conferências sobre Química Agrícola. Integrou a comissão encarregada, pela Junta Geral do distrito de Ponta Delgada, do estudo das moléstias das laranjeiras. Nas suas propriedades foi também dos primeiros micaelenses a substituir as velhas castas atacadas pela filoxera, pela vinha americana e dos pioneiros da produção de ananases em estufas.”

⁶²⁹ Rodrigues, Rodrigo, *Ob. Cit.*, vol. 1.º, 2008, p. 654: “Irmão de José do Canto. (...) Foi Governador do Distrito de Ponta Delgada durante o período revolucionário da Maria da Fonte. Casou na Matriz de Ponta Delgada a 2 de Fevereiro de 1842 com Ana Carolina Leite. Herdeiro dos vínculos que não chegou a administrar por morrer antes do pai.”

⁶³⁰ Leite, José Guilherme Reis, *José Jácome Correia*, in Centro do Conhecimento dos Açores, Enciclopédia Açoriana, <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=2123>: “Um dos mais ricos proprietários da ilha de S. Miguel, foi figura saliente na vida económica, social e política da sua cidade. (...) chefiou, desde a sua fundação, o Partido Regenerador, sendo nomeado par do reino por carta de 29.12.1881, ainda que não tenha tomado posse do cargo.”

⁶³¹ Pimentel, Manuel Cândido, *João José do Amaral*, in Centro do Conhecimento dos Açores, Enciclopédia Açoriana, <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=3591>: “Sacerdote, pedagogo, escritor e primeiro reitor do Liceu de Ponta Delgada. (...) Na sequência da revolução liberal de 1820, abraçou os ideais constitucionais, tornando-se mais tarde, depois do golpe de Estado de 1842, uma das figuras proeminentes do cartismo nos Açores.”

⁶³² Moura, Mário, *O Agricultor Michaelense da Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense e a promoção da economia agrária em meados do século XIX (subsídio para o seu estudo)*, Doutoramento em História do Atlântico, Seminário de História de Portugal, Universidade dos Açores, Janeiro de 2013, Quadro 1, pp. 15-23.

Se André do Canto foi um dos grandes impulsionadores da ideia da Sociedade, José, o irmão a seguir, cedo se tornou no ideólogo ou porta-voz da nova sociedade. É, pois, José do Canto, quem, logo em Outubro de 1843, com pouco mais de vinte anos, argumenta com eficácia e límpida lógica a necessidade da existência de uma sociedade de agricultura para realizar o que, com dificuldade, se conseguiria individualmente e que será capaz de operar uma revolução pois permite: “(...) 1.^o Suprir pela produção própria, quanto possível, a importação estranha. / 2.^o Introduzir, multiplicar, e melhorar indefinidamente todos os géneros de cultura, e indústria, preferindo sempre os que as precisões especiais tornam indispensáveis. / 3.^o Descobrir mercados fáceis a todos os nossos produtos, firmando a sua reputação (...).”⁶³³

O mesmo José do Canto atribui a culpa do deficiente desempenho agrícola à pouca instrução dos lavradores e à opção dos jovens por cursos de Direito em detrimento de cursos práticos.⁶³⁴ **Como melhorar a situação?** É este o pano de fundo dos artigos e trabalhos de *O Agricultor Michaelense*. Com efeito, os traços de um retrato social e económico da Ilha de S. Miguel resultavam contraditórios: por um lado, traços desoladores, por outro, indícios animadores.

O nascimento oficial da SPAM, no entanto, apenas ocorreria por força do Decreto de 24 de Abril de 1844, assinado por António Bernardo Costa Cabral.⁶³⁵ Segue-se-lhe, no dia 2 de Maio, o Alvará de criação dado pela rainha D. Maria II “(...) considerando quão útil será a formação de uma Sociedade que promova o incremento da Agricultura no Distrito de Ponta Delgada (...).”⁶³⁶

A Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense: Crise.

Decorridos catorze anos de vida, a SPAM estava em crise. O que se passou? Sacuntala de Miranda, referindo-se ao período, diz que “(...) em 1856 a actividade regular da SPAM chegara a uma situação de quase paralisação, estando o número de sócios efectivos reduzido a 32 e não se cobrando cotas desde 1855 (...).”⁶³⁷ Outro sinal devia-se à quebra do entusiasmo inicial: do início do ano 1850 a Setembro daquele ano, os assinantes de *O Agricultor Michaelense* haviam passado de duzentos e vinte e três para cento e cinquenta.⁶³⁸

⁶³³ Canto, José do, *Para que serve uma Sociedade d'Agricultura?*, *O Agricultor Michaelense*, Outubro de 1843, n.º 1, fl. 9

⁶³⁴ Idem.

⁶³⁵ *Estatutos da Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense*, Ponta Delgada, Typographia na rua do Provedor, 1845, p. 28.

⁶³⁶ Idem, 1845, p. 2.

⁶³⁷ Miranda, Ob. Cit., 1989, p. 40.

⁶³⁸ 1850-1851. *Relatório da Direcção da Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense*, *Agricultor Micaelense*, Outubro de 1851, n.º 46, fl. 763

Um documento intitulado “*Rascunho de Relatório e de Contas da Direcção da SPAM,*” sem data, mas, presumivelmente, de 1854, último ano de publicação de *O Agricultor Michaelense*, ou próximo daquela data,⁶³⁹ remete-nos para a ocorrência de uma crise local e nacional.⁶⁴⁰

Outra pista, dá-nos conta de um grave problema de definição estatutária. Em 1873, a 15 de Janeiro, Guilherme Machado de Faria e Maia explica nas páginas de *O Cultivador*, num artigo justamente intitulado *Sociedade da Agricultura Micaelense*, as causas do declínio: a tutela do Governo.⁶⁴¹ De facto, em 1855, “*o Regulamento das Sociedades Agrícolas sancionado por Decreto de 3 de Novembro último*” [1855], que regulava as Sociedades Agrícolas criadas em todos os Distritos do Reino e Ilhas, viera pôr em causa o Estatuto de 1844.⁶⁴²

Para Carlos Riley, haverá que ter em conta outras razões. José do Canto, um dos mais influentes e dinâmicos sócios da SPAM, iria ausentar-se para Paris, de 1853 a finais de 1868, a fim de acompanhar os estudos dos filhos e tratar da esposa.⁶⁴³ Porém, não terá sido esta a razão, pois, por carta ou fisicamente, José do Canto esteve presente nos momentos cruciais da vida da Sociedade e, apesar de estar em Paris, teve possibilidades de continuar a seguir os esforços desta e mesmo de vir à Ilha.⁶⁴⁴ Aliás, se de Paris José do Canto, através de cartas, geria a sua casa nos Açores, por que não o haveria de fazer com a SPAM? Em Paris, perto de Londres, seria até uma vantagem para esta. Em 1858, é vice-presidente José Jácome Correia,

⁶³⁹ Inclino-me para esta hipótese, porque aí se refere que “(...) *Nem pode ser outra a cousa desta espécie de amortecimento que a Sociedade tem jazido nestes últimos dous anos. (...) A Direcção coloca em primeiro lugar a continuação da publicação do Agricultor Michaelense. Muitas são as vantagens de um periódico de agricultura, ainda que não seja mais bem redigido do que o era o Agricultor (...).*” Ora o último número, saiu em 1852. Assim, com mais dois anos de crise, temos 1854.

⁶⁴⁰ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), *Rascunho de Relatório e de Contas da Direcção da SPAM*, [1854?] sem data: “(...) *A crise política porque passou o reino e as ilhas desviou a atenção dos sócios dos trabalhos de melhoramentos agrícolas, a que com tanto entusiasmo, e tão louvável empenho se haviam dedicado, e de que já iam aparecendo os frutos; em tais circunstâncias era quase impossível que trabalhos desta natureza que exigem todo o sossego, e placidez de ânimo pudessem progredir com o mesmo afinho, que em tempos mais severos, tais como aqueles em que se estabeleceu esta útil associação (...).*”

⁶⁴¹ Maia, Guilherme Machado de Faria e, *Sociedade da Agricultura Micaelense*, in *O Cultivador*, n.º 1, 15 de Janeiro de 1873, Ponta Delgada, p. 104.

⁶⁴² *Estatutos e Regulamento da Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense*, Ponta Delgada, Typographia das Letras Açoreanas, 1856, p. 2.

⁶⁴³ Riley, Ob. Cit., 2001, pp. 708-709.

⁶⁴⁴ Correia, Aires Jácome, org, José do Canto: Cartas particulares a José Jácome Correia e Conde Jácome Correia – 1841 a 1893, 2.ª edição, ICPD, Ponta Delgada, 1999, p.209. Pode ser que nos diga algo, o salto das Cartas XV (Paris, 19-10-1855) e XVI (28-10-1857). Entretanto, participa a 27 de Fevereiro de 1855 em Assembleia-Geral e é eleito para a Direcção de 1856. Fomos às cartas do seu arquivo: **1855**: Carta de 01 de Janeiro – proveniente de sua casa (s.c.); Cartas do mês de Maio – todas de Ponta Delgada; Carta de 04 de Junho – diz contar partir para as Furnas; Carta de 07 de Julho – está nas Furnas; Carta de 04 de Setembro – Pela informalidade, parece estar em São Miguel, embora não haja indicação explícita; Carta de 04 de Outubro – proveniente de Southampton; Carta de 19 de Outubro – proveniente de Paris; Carta de 30 de Outubro – proveniente de Paris; Carta de 24 de Dezembro – proveniente de Ponta Delgada; **1856**: Carta de 25 de Março – escreve de sua casa (s.c.); Carta de 18 de Outubro – não explícita onde se encontra.

primo e confidente de José do Canto, e fazem ainda parte da direcção João Silvério Vaz Pacheco de Castro (secretário) e Ernesto do Canto (vice-secretário), seu cunhado e irmão. Nas Direcções de 1860, 1861, 1863, 1864, 1865, Ernesto do Canto é vice-secretário. É vice-presidente em 1862, sendo João Silvério vice-secretário. Entretanto, este falece em 1866. Admitindo que José do Canto fazia falta à SPAM na Ilha, as razões mais fortes do declínio deverão ser outras.

Retomemos o fio à meada. A última reunião da Assembleia-Geral tivera lugar a 31 de Maio de 1854. Sob a Presidência de José Jácome Correia, José Honorato Gago da Câmara (Ponta Delgada 1810-Maia 1858),⁶⁴⁵ abriu o debate, confessando-se favorável à manutenção da identidade da SPAM. José do Canto, de seguida, forneceu argumentos fortes favoráveis àquela tomada de posição. No final, todos concordaram.⁶⁴⁶ Na reunião da Assembleia Geral de 23 de Abril de 1855, para dar resposta à carta do Governador Civil de 14 de Abril, na qual se declara ser indispensável que a SPAM se reconstrua, conforme o estipulado na *Portaria do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria de 5 de Fevereiro de 1855*, foram nomeados José do Canto, José Jácome Correia e Nicolau António Borges de Bettencourt para que se estudasse a questão.⁶⁴⁷

Presumivelmente, partindo da base dos argumentos apresentados anteriormente, José do Canto redigiu um relatório dirigido ao Governo, graças ao qual o Governo recuou na sua intenção uniformizadora, logrando a SPAM manter, no essencial, o Estatuto de 1844.⁶⁴⁸ A excepção, entre outras matérias menores, prendia-se com a presidência da Sociedade, pois o Governador Civil do Distrito caberia, por inerência, ser a Presidência da Associação.⁶⁴⁹

Provavelmente, porque era preciso manterem-se vigilantes, José do Canto, senhor de raciocínio eficaz, foi eleito Secretário da direcção para 1856, sendo Vice-Secretário, José

⁶⁴⁵ Albergaria, Eduardo Soares de, *de Faria e Maya*, Letras Lavadas, Ponta Delgada, 2013, p.63.

⁶⁴⁶ Cf. BPARPD, SPAM/002, Actas das sessões da Assembleia-Geral, 27 de Fevereiro de 1851 a 31 de Janeiro de 1887, Abril/Maio (confirmar) de 1855, fls. 11v-12: ““(fl. 11 v) (...) José do Canto (...) achava impróprio e prejudicial o fundir-se ou incorporar-se n associação mandada estabelecer pelo Governo na qual nada confiava por melhores que fossem os elementos de que ela se compusesse por isso que sendo seu Presidente nato o Governador Civil e secretário o secretário-geral era impossível moralmente falando que estes magistrados tivessem tempo em um (fl. 12) Distrito tão sobrecarregado com negócios para se ocuparem com os mil detalhes indispensáveis de uma tal associação por todas estas considerações votava pela continuação de existência desta Sociedade independente e entendia que no caso da associação fundada pelo Governo para o futuro desse garantias de bom sucesso então se deveria consultar a cada um dos sócios pedindo-lhe dessem a sua opinião (...)”.

⁶⁴⁷ Cf. BPARPD, Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, Actas da Assembleia-Geral, Liv. N.º 2, 1851 a 1887, 23 de Abril de 1855, fls. 12v-13.

⁶⁴⁸ Nota: o Relatório é identificado em acréscimo manuscrito. Quem o terá feito? O trabalho está na Livraria de Eugénio do Canto, irmão de José do Canto. A caligrafia é parecida à de José do Canto. [Canto, José], *Relatório Apresentado à Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense, pela sua Direcção, no dia 18 de Fevereiro de 1856*, Ponta Delgada, Typographia A. Das Letras Açoreanas, 1856, pp. 3-4.

⁶⁴⁹ Nota: anexo ao relatório, publicou-se as decisões oficiais do Governo. [Canto, José], *Relatório Apresentado à Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense, pela sua Direcção, no dia 18 de Fevereiro de 1856*, Ponta Delgada, Typographia A. Das Letras Açoreanas, 1856, p. 5.

Honorato e Vice-Presidente, José Jácome Correia. Seria esta a primeira Direcção presidida pelo Governador-Civil, no caso, Félix Borges de Medeiros (25 de Julho de 1851-1868). José do Canto avaliou correctamente as consequências da entrada dos governadores civis na SPAM. Sucessivas mudanças neste cargo causaram instabilidade no seu funcionamento e, quando José do Canto chega à Ilha em Agosto de 1868, depara-se com uma crise grave.⁶⁵⁰ As actas da Assembleia-Geral saltam de 1863 para 1868. A 1 de Janeiro de 1868, Eusébio Poças Falcão substitui Félix Borges de Medeiros. A reunião de 10 de Junho de 1868, já na vigência do novo governador, trata de situações de expediente normal, não estando a SPAM apostada em quaisquer projectos.⁶⁵¹ A 13 de Setembro de 1869 é nomeado um novo governador civil, o Conde da Praia da Vitória. É neste clima de grave crise institucional, sendo ainda governador civil Eusébio Dias Poças Falcão, que José do Canto, Ernesto do Canto, Nicolau António Borges de Bettencourt e João Soares de Albergaria participam na Assembleia-Geral de 31 de Janeiro de 1869.⁶⁵² Entre várias matérias correntes, nomeadamente que se continuasse a cultivar o jardim e a estufa e se comprasse sementes, ficou decidido convocar uma Assembleia-Geral para o dia 21 de Fevereiro. A situação da laranja era muito grave eurgia tratar de discutir meios mais eficazes de melhorar a sua cultura e estabelecer todas as melhorias da sua conservação e reputação nos mercados estrangeiros, segundo José do Canto. Só que a 21, em virtude da não comparência de número suficiente de sócios, a reunião não se realizou.⁶⁵³ (VIDE Quadro III – Anexo, pp. 25-26)

A situação chegou a tanto que, tendo em conta a situação em que se achava esta Sociedade, na Assembleia-Geral de 28 de Maio de 1871, presidida pelo secretário do Governo Civil, Vicente Machado de Faria e Maia (Ponta Delgada 1838-1917),⁶⁵⁴ que exercia interinamente o cargo de Governador, Ernesto do Canto propôs que se arrendasse a casa e o jardim, o que foi aceite.⁶⁵⁵

A Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense: ressurgimento.

⁶⁵⁰ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/001/002, Cartas, Carta de João Pedro Ferreira da Costa a José do Canto, Lisboa, 5 de Setembro de 1868: "(...) (carta de José do Canto datada de S. Miguel) *de 26 de Agosto pretérito passado que me deu a maior satisfação por saber que Vossa Excelência e toda a sua Excelentíssima família tinham chegado a essa com feliz viagem e sem novidade, além do incómodo do enjoo da sua estimada família.*"

⁶⁵¹ Cf. BPARPD, SPAM/002, Actas das sessões da Assembleia-Geral, 27 de Fevereiro de 1851 a 31 de Janeiro de 1887, sessão 10 de Junho de 1868, fls. 31-31v.

⁶⁵² Cf. BPARPD, SPAM/002, Actas das sessões da Assembleia-Geral, 27 de Fevereiro de 1851 a 31 de Janeiro de 1887, 31 de Janeiro de 1869, fls.32-32v.

⁶⁵³ Cf. BPARPD, SPAM/002, Actas das sessões da Assembleia-Geral, 27 de Fevereiro de 1851 a 31 de Janeiro de 1887, 21 de Fevereiro de 1869, fl. 32v.

⁶⁵⁴ Dias, Urbano Mendonça, *Ob. Cit.*, 2005, pp. 553-556; Albergaria, Eduardo Soares de, *Machado de Faria e Maya*, Letras Lavadas, Ponta Delgada, 2013, p. 111; BPARPD, Óbitos, São Pedro, Ponta Delgada, 1917, Vicente Machado de Faia e Maia, 8 de Novembro de 1917, Livro Original de Óbitos N.º 1, fl. 217 v.

⁶⁵⁵ Cf. BPARPD, SPAM/002, Actas das sessões da Assembleia-Geral, 27 de Fevereiro de 1851 a 31 de Janeiro de 1887, 28 de Maio de 1871, fl. 33.

A crise começou a dar sinais de mudança, conforme se pode depreender do que se passou na reunião da Assembleia-Geral de 11 de Maio de 1872, já com o Conde da Praia da Vitória como Presidente. Este: “ (...) lembrava ainda a necessidade de não se deixar decair (fl. 34) esta instituição, cujos fins tão úteis podem ser ao desenvolvimento agrícola do Distrito.”⁶⁵⁶ José do Canto desempenhou uma vez mais um importante papel: “(...) propôs que se nomeasse uma comissão para estudar o actual estado da nossa indústria agrícola, os melhoramentos que esta Sociedade poderá trazer-lhe pela sua iniciativa, e quais os passos que desde já a Direcção deve dar nesse sentido.” Esta proposta concorre com o depoimento de Guilherme Machado de Faria e Maia, eleito para a Direcção de 1872, que afirma, em 1873, que o Governador Civil da altura estava a refazer os danos.⁶⁵⁷ Estaria a referir-se ao Conde da Praia da Vitória (Jácome de Ornelas Bruges de Ávila Paim da Câmara, 2.º conde da Vila da Praia da Vitória, 1869-1877).

Em 1877, a presidência deixaria de ser direito do governador civil, por força “do Decreto de 28 de Fevereiro de 1877 e respectivo Regulamento.”⁶⁵⁸ A SPAM, segundo Caetano de Andrade de Albuquerque: “entra numa nova fase, que esperamos será de prosperidade para ela e de utilidade real para este Distrito.” A Assembleia-Geral seguinte teria lugar a 30 de Novembro de 1873. Nesta, sublinhe-se pela importância para o nosso trabalho, seria proposto o projecto da introdução da cultura e do fabrico do chá. De 1873 até, grosso modo, 1882 o chá, não sendo a única preocupação da Sociedade, será, sem dúvida, juntamente com a aquisição de terrenos, a mais influente, como veremos. A SPAM tenta estruturar-se. Em finais de 1879 adquire 6 alqueires de terra no Relvão, destinados à nova sede e ao campo de experiências.⁶⁵⁹ Estas obras ainda não haviam começado em Dezembro de 1887⁶⁶⁰ e, em inícios de 1892, ainda não haviam terminado.⁶⁶¹ E a SPAM encabeça novos projectos. Apesar

⁶⁵⁶ Cf. BPARPD, SPAM/002, Actas das sessões da Assembleia-Geral, 27 de Fevereiro de 1851 a 31 de Janeiro de 1887, sessão de 11 de Maio de 1872, fls. 33 v-35.

⁶⁵⁷ Juntamente com Ernesto do Canto, Caetano de Andrade e António do Canto Brum (filho de José do Canto). No entanto, destes, por impedimento, não se diz de quem, avançaram além de Francisco Faria e Maia, José Jácome Correia e o Barão da Fonte Bela. Quem saiu? Ernesto do Canto ou o sobrinho?

⁶⁵⁸ Cf. BPARPD, SPAM/23, Registo de Correspondência, 1860 a 1898, Carta de Caetano de Andrade de Albuquerque, Presidente da SPAM, a Carlos Eugénio Correia da Silva, Governador de Macau, Macau, 22 de Abril de 1878, fls 12 v-13: *da Agricultura D L da mesma data, que reorganizando o pessoal e serviços oficiais da agricultura nos Distritos do Reino, tornam pelo artigo 58.º e seguintes do citado Regulamento as sociedades Agrícolas dependentes da iniciativa particular que em tempos lhe tirara o Decreto de 20 de Setembro de 1844 e retemperada em força pelo estímulo das suas tradições, que remontam a 1843 (fl.13) e dos mais rigorosos deveres que a sua nova feição lhe impõe.*”

⁶⁵⁹ Cf. BPARPD, SPAM/002, Actas das sessões da Assembleia-Geral, 27 de Fevereiro de 1851 a 31 de Janeiro de 1887, sessão de 24 de Dezembro de 1879, fls. 69 v.-71. Notícia de que se achava terminada a aquisição de seis alqueires de terra no Relvão. Destinada a sede, e campo experimental. No entanto, por não haver apoio da Câmara Municipal de Ponta Delgada nem a SPAM dispor de verbas, arrendara-se o mesmo.

⁶⁶⁰ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Assembleia-Geral, n.º 3, 18 de Novembro de 1887 a 10 de Janeiro de 1892, 25 de Dezembro de 1887, fls. 2v-3.

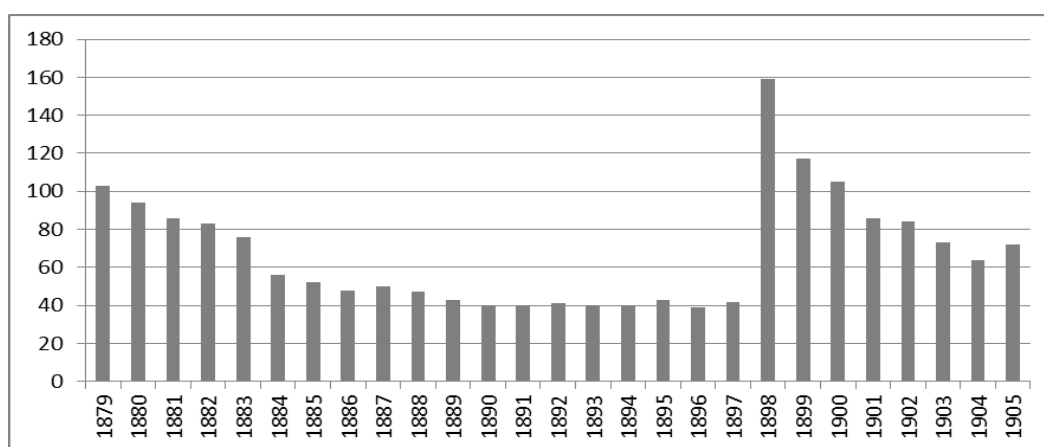
⁶⁶¹ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Assembleia-Geral, n.º 3, 18 de Novembro de 1887 a 10 de Janeiro de 1892, 10 de Janeiro de 1892, fls. 7-8.

das dificuldades financeiras, logo em 1880, consegue a vinda de um técnico resineiro.⁶⁶² Em 1887, contrataram M. Chaume, preparador de vinhos de Bordéus, para ensinar na Ilha os melhores processos de vinificação empregados na França.⁶⁶³

A Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense: Declínio.

Depois de 1892, tanto quanto nos é dado ver, a atividade da SPAM foi paulatinamente decaindo.⁶⁶⁴ Em 1895 ainda organiza, na sua sede, a *Exposição Distrital de Artes e Indústrias de Ponta Delgada*.⁶⁶⁵ Em 1898 entram mais sócios para, logo no ano seguinte, irem baixando continuamente em número até 1905.⁶⁶⁶ José Manuel de Mota de Sousa em 1959/1960, refere que os anos de 1898 a 1912 são de profundo declínio e desmantelamento da SPAM.⁶⁶⁷ Ainda em 1912, fosse como fosse, a SPAM pagava *Contribuição Predial pelo ano de 1911*⁶⁶⁸ e há quotas recebidas ainda em 1911.⁶⁶⁹ (Veja-se o quadro abaixo).

Quadro IV: SPAM - evolução do número de sócios - 1879-1905



Fonte: SDUAC, Arquivo Raposo do Amaral, livro de inscrição de sócios contribuintes, 1878-1905.

⁶⁶² Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Direcção, 10 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887, 29 de Junho de 1880, liv. 6, fls. 70-70v. Cf. BPARPD, EC/CORR., Cx.6, 2076, Circular de Ernesto do Canto (SPAM), Ponta Delgada, 9 de Julho de 1880, cf. BPARPD, EC/CORR., Cx.6, 2076.

⁶⁶³ Bettencourt, António de Andrade Albuquerque, *Indústria pecuária na Ilha de S. Miguel (o que foi, é e pode ser)*, Lisboa, 1887, pp. 17-18.

⁶⁶⁴ Fazendo conta ao número de actas da Direcção e da Assembleia-Geral e das temáticas aí tratadas, até uma pesquisa mais sistemática, constantes no catálogo da SPAM, existente na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, somos de opinião que a SPAM foi decaindo paulatinamente até 1892.

⁶⁶⁵ *Catálogo da Exposição Districtal de Artes e Indústrias de Ponta Delgada realizada em 18 de Maio de 1895, no edifício da Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense*, Ponta Delgada, Tipografia Elzevieriana, 1895; *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 31 de Maio de 1895, p. 1.

⁶⁶⁶ Cf. SDUAC, /FAM-ARA/ livro de inscrição de sócios, 1878-1905.

⁶⁶⁷ Sousa, José Manuel Mota de, Ob. Cit., 1960, p. 75: "(p.75) (...) De 1898 a 1912, encontramos registo de 11 sessões ordinárias da Direcção da Sociedade, com referências às dificuldades financeiras encontradas, claro testemunho da fraca actividade desenvolvida. Já em 1901 a sociedade de beneficência "século XX", propõe alugar a sede e edifícios da sociedade, sitos na cidade de Ponta Delgada, ideia retomada em 1912 pelo Coronel Francisco Afonso de Chaves, para a instalação de um museu municipal. A sociedade, que não se reunia desde 1906, elege corpos gerentes com o fim de entabular negociações que terminam pela venda do edifício (...). Onde estarão "(...) De 1898 a 1912, (o registo de) 11 sessões ordinárias da Direcção da Sociedade?" Não constam do catálogo da SPAM da BPARPDL? Tanto quanto sei, não.

⁶⁶⁸ Cf. UACSD/FAM-ARA/X/001/Lv.1, Contas da Direcção, SPAM, Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, 1 de Janeiro de 1898 a 14 de Fevereiro de 1912, 14 de Fevereiro de 1912, fl. 99.

⁶⁶⁹ Cf. UACSD/FAM-ARA/X/001/Lv.1, Contas da Direcção, SPAM, Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, 1 de Janeiro de 1898 a 14 de Fevereiro de 1912, 1 de Janeiro de 1911, fl. 94.

Porquê o declínio da sociedade? Ainda que não tenhamos uma resposta inequívoca, lançamos algumas sugestões para futura pesquisa. Uma pista pode ser encontrada no gradual envelhecimento e desaparecimento das primeiras e segundas gerações da SPAM. Outra poderá estar no desinteresse das seguintes gerações naquela via de intervir na economia da Ilha. Em 1894, houve uma exposição promovida pela *Sociedade de Avicultura e de Aclimação Açoriana*, fundada em 1891, da qual faziam parte membros da SPAM. Um destes membros criticou abertamente certos aspectos da exposição da SPAM de 1895. Outra razão do declínio será que, à medida que a Junta Geral do Distrito Autónomo vai desempenhando tarefas outrora desempenhadas pela SPAM, sobretudo a partir da implementação das estruturas a seguir à outorga da Autonomia, esta vai-se tornando dispensável. É possível que a República tenha produzido legislação a esse respeito.⁶⁷⁰ Fosse quais fossem as razões, as actas da Assembleia-Geral e da Direcção tornam-se esparsas e esporádicas.

A Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense: Influências e paralelismos.

Embora a SPAM seja a primeira associação agrícola do país, existem paralelismos em Portugal. Miriam Halpern Pereira, a este respeito, é bem explícita.⁶⁷¹ No mesmo sentido vai Maria Carlos Radich, ao confrontar os objectivos da SPAM com os de congéneres nacionais. Ao elencá-los, destacam-se as coincidências.⁶⁷² No combate a moléstias, encontram-se paralelismos entre a realidade do Continente português e a de S. Miguel⁶⁷³ ou ainda no que concerne aos esforços de reconversão de culturas, no caso a silvicultura, tão cara à SPAM.⁶⁷⁴

⁶⁷⁰ A este respeito, estamos ainda a pesquisar online a legislação sobre Associações Agrícolas no tempo da I República.

⁶⁷¹ Pereira, Miriam Halpern, *Ob. Cit.*, 2003, p. 137.

⁶⁷² Radich, Maria Carlos, *Agronomia no Portugal Oitocentista: Uma discreta desordem*, Celta, Oeiras, 1996.

⁶⁷³ Idem, p.10: "(...) Dentro de uma atitude menos religiosa preferiam outros, como Veríssimo de Almeida, fundamentar a confiança nos resultados do estudo e da experimentação."

⁶⁷⁴ Idem: "(...) A silvicultura, tal como foi entendida em 1849 por José Maria Grande, constitui (...) aquela parte da arboricultura que nos ensina a maneira por que se governam as matas e florestas, desde a sua plantação até ao seu corte. No Continente, tal como nos Açores, pretendia-se: "(...) Enriquecer o catálogo das espécies florestais (...), uma palavra de ordem, que conheceu grande voga nas últimas décadas do século XIX (...) Nos finais do século XVIII, já se detectam intuições semelhantes, representados pela tentativa de introdução do *Pinus Sylvestris*, L. Mas no contexto da bibliografia consultada, sem dúvida que as propostas se avolumam a partir da década de 1870."



[F. 23 - Publicações da SPAM]
Fonte: BPARPD

A Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense: Difusão de ideias.

Grande parte das ideias e práticas agrícolas da SPAM foi veiculada por periódicos em que publicou de forma irregular entre 1843 e 1883. Surgem nas páginas de *O Agricultor Michaelense* (1843-1852),⁶⁷⁵ nas de *o Almanak Rural dos Açores* (1851-1875),⁶⁷⁶ e nas do *Boletim da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense* (1881-1883).⁶⁷⁷ Mas também recorreu de forma regular às páginas de *O Cultivador* (1873-1876), periódico de Guilherme Read Cabral, um membro proeminente da Sociedade. Outro periódico, *O Agricultor Açoriano* (1891-1895), embora sem laço contratual com a SPAM, mas pertença de sócios influentes daquela associação, entre os quais Caetano Andrade de Albuquerque, também publicou trabalhos de interesse para aquela agremiação.⁶⁷⁸

Além daqueles periódicos, as ideias e ações da SPAM tiveram, de uma maneira geral, boa aceitação e acolhimento na imprensa local, sendo um bom exemplo do que se afirma o jornal *A Persuasão* (1862-1911), propriedade de Francisco Maria Supico, pessoa bastante próxima da SPAM. *A Persuasão* constitui uma importante fonte de informação das suas actividades,

⁶⁷⁵ *O Agricultor Michaelense*, Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, Ponta Delgada, Nº1 (1843) - Nº51 (1852).

⁶⁷⁶ Para desfazer quaisquer dúvidas: o *Almanak Rural dos Açores* não vem referido em nenhuma das três listas de Imprensa Periódica de Ernesto do Canto conhecidas, no entanto, agradece a colaboração de Almanques, os quais também não inclui nas listas, além de existirem exemplares na Livraria de José do Canto. [Canto, Ernesto?], *Imprensa Periódica dos Açores, 1830-1881 (Lista Alfabética)*, Arquivo dos Açores, Vol. II, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1980 [1.ª edição de 1880], pp. 485-515; [Canto, Ernesto?], *Imprensa Periódica dos Açores: Introdução da Imprensa nos Açores, 1830-1886 (Lista Alfabética)*, Arquivo dos Açores, Vol. VIII, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1982 [1.ª edição de 1886], pp. 485-556; Canto, Ernesto, *Bibliotheca Açoriana, Notícia Bibliographica das obras impressas e manuscriptas nacionaes e estrangeiras, concernentes às Ilhas dos Açores*, 1890, Typ. Do Archivo dos Açores, Ponta Delgada. E contudo, existem exemplares na Livraria de José do Canto. Na Livraria de José do Canto, na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada: *Almanak Rural dos Açores para 1851* JC VAR.AÇOR.IMP.119/1 RES (BPARPD) - JC637JT; *Almanak Rural dos Açores para 1853* JC PP 600/612 RES (BPARPD) - JC174. Nos Serviços de Documentação da Universidade dos Açores: *Almanak Rural dos Açores para 1854*, Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, 1851-1875. - A. 2 (1854); Idem, 1851-1875. - A. 4 (1875).

⁶⁷⁷ Canto, Ernesto, *Bibliotheca Açoriana, Notícia Bibliographica das obras impressas e manuscriptas nacionaes e estrangeiras, concernentes às Ilhas dos Açores*, 1890, Typ. Do Archivo dos Açores, Ponta Delgada, p. 215.

⁶⁷⁸ Dias, Urbano Mendonça, *Literatos dos Açores*, 2.ª edição, 2005, pp. 478-486.

a partir da década de sessenta. Além das notícias e comentários, a rubrica “Escavações” (1895-1911), deste jornal, inclui importante material.

Havia meios para veicular a mensagem, mas subsistia um problema prático a resolver: como fazer chegar a mensagem a quem não sabia ler? Pedro Borges aponta uma das vias usadas: “(...) cuidadosa operação montada no Nordeste, região extrema e, pelo isolamento, dada a foros de autonomia, onde se organiza com o padre local um ‘comício’ de leitura periódica d’ *O Agricultor Michaelense* aos lavradores iletrados.”⁶⁷⁹ Uma outra via utilizada, mais estruturante e com resultados a médio e a longo prazo, foi a seguida por António Feliciano de Castilho que “(...) fundou com os micalenses uma Sociedade dos Amigos das Letras e das Artes de S. Miguel que (...) disseminou escolas pelas freguesias mais afastadas e mais pobres da Ilha, onde ensinava a leitura com o ‘método repentino’ de Castilho. (...)”⁶⁸⁰ Sendo a oralidade prevalecente, a disseminação de ideias e de práticas, far-se-ia, inevitavelmente, bastante através da palavra oral. Quem não lia, ouvia quem lesse. José do Canto, por exemplo, dava instruções aos seus dependentes de duas formas: ou através de carta ou através de conversa.

O Agricultor Michaelense foi expressamente criado pela agremiação para servir de veículo de divulgação de ideias e de práticas no campo da agricultura, da agropecuária e da florestação. A SPAM resolveu recorrer a este novo meio de comunicação introduzido na Ilha menos de uma década atrás, pensando num público (escolarizado ou não) interessado na agricultura. Por esta razão, o jornal surge logo no início, mesmo antes da aprovação dos seus estatutos, partindo de José do Canto a proposta da sua criação.⁶⁸¹

O *Agricultor Michaelense* foi publicado de forma irregular entre Outubro de 1843 e Março de 1852. Conheceu duas séries (1.ª Série de 20 de Outubro de 1843 a 20 de Junho de 1845; 2.ª Série de Janeiro de 1848 a Março de 1852) e três períodos distintos (1.º Período – pré-António Feliciano de Castilho, de 20 de Outubro de 1843 a 20 de Junho de 1845 – 21 números; 2.º Período – de António Feliciano de Castilho, de Janeiro de 1848 a Dezembro de 1849 – 24 números; 3.º Período – pós António Feliciano de Castilho, de Janeiro de 1850 a Março de 1852 – 27 números). Ainda foi tentada, sem sucesso, uma 3.ª série, de cariz mais

⁶⁷⁹ Borges, Ob. Cit, 2007, pp. 4-5, 7, 29.

⁶⁸⁰ Idem.

⁶⁸¹ Correia, José Jácome, *Discurso pronunciado pelo Presidente da Sociedade da Agricultura Michaelense em 3 de Maio de 1843, dia em que se instaurou definitivamente a mencionada Sociedade, O Agricultor Michaelense*, 20 de Outubro de 1843, n.º 1, fl. 5.

literário (Janeiro de 1850 a Março de 1852), chegando-se a anunciar um quarto período. Seria um jornal mais de história do que de agricultura.⁶⁸² (Quadro V – Anexos. P. 26 – 29 A)

Achamos pertinente esta periodização não só pelo facto de António Feliciano de Castilho ter sido um dos três patriarcas do romantismo nacional, mas igualmente porque é notória a qualidade da publicação no período em que ele dirige aquela publicação,⁶⁸³ diga-se que pago a peso de ouro. De Janeiro a Dezembro de 1848, Castilho recebeu por mês 66\$666 reis.⁶⁸⁴ O que era uma soma considerável. É o presidente André do Canto quem dá a novidade, tendo-a guardado a bom recato para o fim da sessão de 10 de Dezembro de 1847.⁶⁸⁵

Período pré António Feliciano de Castilho.⁶⁸⁶ (Quadro VI – Anexo, p. 30-34 - A) Após a caracterização do estado da agricultura, feita por José do Canto, bloqueios e potencialidades a explorar, apontando caminhos, *O Agricultor Micaelense* segue na sua senda de promover a cultura agrícola da Ilha de São Miguel. São três os colaboradores que tocam nas técnicas agrícolas: André do Canto (com cinco artigos), A. J. Figueiredo (com dois), Tiago Bujault e João José do Amaral, ambos com um trabalho.

Nos últimos três meses de 1843 e nove primeiros de 1844, as preocupações do jornal prendem-se estreitamente com a doença dos laranjais e dos cereais. A abordagem das técnicas agrícolas, tratada nos primeiros 12 números de *O Agricultor Michaelense*, ocupa-se, (o que se compreende), da discussão acerca da melhor maneira de aproveitar os terrenos agrícolas, ou não fosse a Ilha de São Miguel, do ponto de vista económico, uma sociedade agrária.

Primeiro, ao promover uma discussão teórico-prática sobre o assunto, o leitor fica a saber da influência do subsolo na fertilidade das terras, depois, a do descanso necessário à sua fertilidade, pousios e afolhamentos, e, por último, do modo de as enriquecer através do

⁶⁸² Moura, Mário, *O Agricultor Michaelense da Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense e a promoção da economia agrária em meados do século XIX (subsídio para o seu estudo)*, Doutoramento em História do Atlântico, Seminário de História de Portugal, Universidade dos Açores, Janeiro de 2013, Quadro I, pp. 24-25. Neste Quadro V, p. 26 – A.

⁶⁸³ Cf. BPARPD, SPAM/001, Actas das sessões da Assembleia-Geral, 11 de Janeiro de 1843 a 16 de Janeiro de 1851, 10 de Dezembro de 1847, fl. 47: “(...) foi unanimemente aprovada a proposta da transacta Direcção acerca da continuação da publicação do *Agricultor Michaelense*, encarregando-se da sua redacção o Ilustre Dr. António Feliciano de Castilho (...) a Direcção foi autorizada para fazer tudo quanto necessário seja, afim de aparecer de novo e rapidamente *O Agricultor Michaelense*.”

⁶⁸⁴ Almeida, Gabriel de, *Castilho na Ilha de São Miguel*, Ponta Delgada, Litografia dos Açores, 1886: p.55.

⁶⁸⁵ Relatório apresentado à Sociedade Promotora d'Agricultura Michaelense, pela sua Direcção, no dia 10 de Dezembro de 1847, *O Agricultor Michaelense*, Janeiro de 1848, n.º 1, fl. 21

⁶⁸⁶ Moura, Mário, *O Agricultor Michaelense da Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense e a promoção da economia agrária em meados do século XIX (subsídio para o seu estudo)*, Doutoramento em História do Atlântico, Seminário de História de Portugal, Universidade dos Açores, Janeiro de 2013, Quadro 3, pp. 26-29. Neste Quadro VI, p. 30 – A.

recurso a estrumes. Passa-se da discussão quase teórica a exemplos práticos, para referir as “*arroteias das Achadas*” (Furnas) e a Nova Granja, na Ribeirinha da Ribeira Grande, granja pertença de José Jácome Correia, o Presidente da SPAM. Ainda que incipientes, dão-se notícias de maquinismos: de um novo engenho de malhar trigo e de uma locomotiva movida a vapor. O transporte, no caso, jumentos, e vias de comunicação (estradas) são também assuntos abordados. A necessidade de escolarização do agricultor sobressai e é uma preocupação recorrente. Assim se percebe o alvitre à criação de escolas rurais.

Sendo a agricultura umbilicalmente dependente das condições climatéricas, iniciou-se, nos últimos números da 1.^a série, uma rubrica prática sobre meteorologia. Transferindo a nossa atenção analítica para as culturas agrícolas, desde logo se deve referir que o peso recai nos cereais (trigo e milho), na laranja e nos tubérculos (batatas). São três alimentos base da dieta alimentar da Ilha. Enquanto a atenção dedicada aos cereais parece ser normal, cuidados com a melhoria e a rendibilidade, a que se dedica à laranja decorre de uma preocupação: a sua doença. Por último, as batatas. Com elas assiste-se à mesma atitude: cuidado com a sua produção e atenção a novas espécies.

O coberto florestal da Ilha foi alvo da preocupação dos homens da SPAM, de redactores e colaboradores de *O Agricultor Michaelense*. A madeira era indispensável à construção, fosse de interiores de casa, de coberturas, caixas, portas, janelas, carroças, sendo além do mais um combustível. Os primeiros 12 números desse jornal tratam, com rigor e detalhe, a florestação da Ilha com pinheiros. Seis artigos são assinados pelo cunhado de José e de André do Canto, João Silvério Vaz Pacheco de Castro.

Ocupemo-nos, neste ponto, das tecnologias agrícolas. Nesta rubrica, incluem-se várias culturas, apontadas como complemento ao cultivo dos cereais e da laranja e, nalguns casos, como substitutos da laranja. São **três** os trabalhos sobre a seda, **um** de André do Canto e **dois** de L.W. Tirelli; dois sobre o arroz; outros dois sobre a cultura do café; um sobre o ananás e outro sobre o tabaco. Destas últimas culturas mencionadas só o ananás e tabaco vingariam além da vinha, que era antiga.

E a pecuária? Há preocupação com a sua rendibilidade. Quer-se uma “*vacaria lucrativa*.”⁶⁸⁷ Já não se trata apenas de utilizar o gado como forma de tracção, pretende-se igualmente produzir em quantidade e qualidade leite e manteiga. Para isso, há que melhorar a qualidade do gado (vacas e ovelhas), cuidar da sua alimentação, recorrendo à pastagem, a prados artificiais e ao estábulo. Igualmente se preconiza e aponta, agora claramente, para práticas

⁶⁸⁷ *O Agricultor Michaelense*, 20 de Outubro de 1843, n.º 1, fl.14.

de melhoria de raças de cavalo com fins de transporte. Por último, dois artigos arrumados numa rubrica de literatura: um que, apesar de ser sobre a história da laranja, pelo facto de ser da autoria de Gaspar Frutuoso, pode ser considerado tanto literário como de tecnologia agrícola antiga; o outro, o poema *a Rosa*, de Alexandre Herculano, poderia figurar noutra rubrica.⁶⁸⁸

Período António Feliciano de Castilho.⁶⁸⁹ (Quadro VII – Anexo, pp. 34-40 - A) Um ano e meio após a saída do último número da 1.ª série, 1.º período, de *O Agricultor Michaelense*, surge nas bancas o primeiro número da 2.ª série, 2.º período, sob a responsabilidade de António Feliciano de Castilho. Por que razão reaparecia o jornal? Antes, porém, de explicar o seu reaparecimento em Janeiro de 1848, explica-se o que levou à sua interrupção em Junho de 1845: falta de tempo de quem deveria colaborar.⁶⁹⁰ Há um novo programa do jornal neste segundo período: não trataria só agricultura, mas tudo o que viesse a propósito de agricultura, exceptuando a política, o que acabou por não ser bem verdade.

É provável que Castilho tenha acatado instruções dos donos do Jornal, mas também não é menos provável que, com a experiência redactorial adquirida na *Revista Universal Lisbonense*, Castilho, consultando o que fora publicado, tenha sugerido alterações. Algumas dessas alterações foram bem significativas, como, por exemplo, a introdução da gravura e da numeração de cada edição. O jornal, contudo, manteve rubricas anteriores, como as úteis *Observações Meteorológicas*.⁶⁹¹ Castilho usaria da palavra em várias reuniões da SPAM e seria proposto para sócio.⁶⁹²

Será a primeira grelha (informal) do tempo de Castilho. Haverá uma segunda, no ano seguinte, obedecendo agora a linhas pré-definidas. Por enquanto, sem conhecer o leitor local, Castilho parece ter optado por sondar o gosto do público, oferecendo-lhe temas que, porventura, pudessem atrair o seu interesse e agrado. Há temas para além da literatura agrária e é para aí que se dirige. Uma deriva literária atrairia mais público ao jornal. Do seu ecletismo, porém, excluía liminarmente um tema, com o qual tivera até ao momento má

⁶⁸⁸ *O Agricultor Michaelense*, 20 de Março de 1845, n.º18, fl. 277.

⁶⁸⁹ Moura, Mário, *O Agricultor Michaelense da Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense e a promoção da economia agrária em meados do século XIX (subsídio para o seu estudo)*, Doutoramento em História do Atlântico, Seminário de História de Portugal, Universidade dos Açores, Janeiro de 2013, Quadro I, pp. 29-33. Neste: Quadro VII, p. 34.

⁶⁹⁰ Castilho, António Feliciano, *O Redactor: Ao público, O Agricultor Michaelense*, n.º 1, Janeiro de 1848, fls. 1-16

⁶⁹¹ Cf. BPARPD, SPAM/001, Actas das sessões da Assembleia-Geral, 11 de Janeiro de 1843 a 16 de Janeiro de 1851, 2 de Janeiro de 1848, fl. 48: “Foi lida pela primeira vez uma Nota de treze alvitres para divisas da Sociedade oferecida pelo Sr. Dr. António Feliciano de Castilho (...).” Castilho por varas vezes, usou da palavra em reuniões da SPAM, onde explicou vários projectos.

⁶⁹² Cf. BPARPD, SPAM/004, Actas das sessões da Direcção, 25 de Fevereiro de 1843 a 25 de Julho de 1853, sessão de 9 de Fevereiro de 1849, fl. [24]: “Que aprovavam para sócio contribuinte o Ilustríssimo Senhor Dr. António Feliciano de Castilho (...).”

experiência: o político. Será, porém, algo temporário, mais desejo do que realidade, na vida de Castilho.⁶⁹³

De Janeiro a Dezembro de 1848, com Castilho ao leme de *O Agricultor Michaelense*, que encontramos escrito na área das técnicas agrícolas? O jornal promove e orienta os seus leitores do modo seguinte: em 12 números, oferece 12 observações mensais sobre o estado do tempo do mês anterior ao número do jornal. Por exemplo, as leituras de Março eram publicadas em Abril. Ainda que com um mês de atraso e circunscrita a um espaço restrito da Ilha, Ponta Delgada, o estado do tempo, algo indispensável a uma cultura agrária, começava a emancipar-se das observações empíricas transmitidas pelos usos e costumes, passando a ser fruto de observações tidas por científicas.

Surgem duas novas rubricas inexistentes em 1843-1844, de igual importância: operações rurais e consultas agronómicas. A primeira, uma espécie de almanaque do agricultor, era publicada no mês anterior à sua aplicação (os conselhos para Março eram publicados em Fevereiro) e aí eram indicadas as operações a ter em conta. A segunda consistia na disponibilização de um membro da SPAM para esclarecer dúvidas sobre questões agrícolas, a quem as colocasse por escrito ou se deslocasse a determinadas horas à sede. Noticiava-se experiências bem-sucedidas em outros países, dignas de imitação. Divulgava-se, com o auxílio de ilustrações, o arado de Howard e novos instrumentos de “*abarbar e de derrubar*.”

O jornal ocupava-se da festa rural, promovida pela SPAM, ocasião para troca de experiências e de culturas.⁶⁹⁴ A distribuição de sementes e a introdução de novas espécies animais eram motivos da sua realização. Como era preciso financiar culturas existentes ou novas, novas técnicas ou comercialização de produtos, José do Canto propõe a criação de um banco rural.⁶⁹⁵

No âmbito das culturas agrícolas, talvez ainda para pôr cobro à doença das batatas, dois artigos aconselham a introdução de uma nova espécie para substituir a batata comum: a batata “*topinamba*” também chamada de batata de “*Jerusalém*.”⁶⁹⁶ Também se noticiou a

⁶⁹³ Castilho, António Feliciano de, “O Redactor: ao público”, *O Agricultor Michaelense*, n.º 1, Janeiro de 1848, fls. 1-16.

⁶⁹⁴ *O Agricultor Micaelense*, Fevereiro de 1848, n.º 2, fls. 38-40; Junho de 1848, n.º 6, fl. 122; Julho de 1848, n.º 7, fls. 134-140. Seria uma exposição agrícola, a realizar por ocasião das Festas do santo Cristo, com carácter regular onde se divulgaria novidades e trocariam experiências.

⁶⁹⁵ *O Agricultor Michaelense*, Fevereiro de 1848, n.º 2, fl. 36.

⁶⁹⁶ *Agricultor Micaelense*, Janeiro de 1848, n.º 1, fl. 17; Agosto de 1848, n.º 8, fls. 139-142; Fevereiro de 1848, n.º 2, fls. 43-44.

vinda, de Inglaterra, de 40 libras de semente de beterraba.⁶⁹⁷ Uma interessante proposta de Castilho para comercializar a flor da laranjeira pretende, de certo modo, contornar o insucesso da sua cura. Aconselha-se o uso do bambu para sebes e jardins, aconselha-se novas espécies de couves (do Algarve), de nabos, da piteira, do pastel.⁶⁹⁸ Nos números estudados, se não encontramos novidades quanto a culturas florestais, elas existem no que se refere a tecnologias agrícolas. Percebe-se também a preocupação com o pastel, planta tintureira, outrora fonte de riqueza da Ilha, se a associarmos aos vários artigos sobre o linho, a seda, os casulos de seda e o anil. Os artigos sobre o anil tratam da sua cultura e fabricação. São vários os artigos sobre o linho da Nova Zelândia.

Seguem-se três importantes sugestões de novas culturas: ananás, tabaco⁶⁹⁹ e algodão. Quanto ao ananás, já anteriormente sugerido (1844), Castilho propõe a utilização de pequenas e rentáveis estufas. José do Canto, por seu turno, argumenta que o tabaco pode vir a ser mais rentável do que a laranja. Castilho também propõe a cultura do café. Tudo isso já vinha, como vimos, do tempo da Capitania-Geral.

Cinco anos depois de soar o primeiro alarme com o aparecimento em força da doença da laranja, ainda sem solução à vista, os artigos de *O Agricultor Michaelense* ajudavam a apontar novos caminhos: melhoria dos existentes e aposta em outros. Novas curas para tratar a doença da laranja, novas espécies de laranja, novas culturas para potenciar ou substituir a laranja. Sim, mas vemos que o panorama não era só a laranja, eram também os cereais, os tubérculos, o vinho, o gado. A pecuária continuou a ser outra aposta. São três os artigos que se ocupam de gado para abate e dois sobre o modo de fabricar a manteiga.

Percebe-se isso, se lermos outros trabalhos sobre a melhoria do gado *vacum*, a preocupação de descobrir para evitar “*os defeitos externos do gado vacum*,” ou os modos para se “*averiguar o peso dos animais vivos*.” Fala-se da introdução de outras espécies de vacas, no caso, vacas inglesas. Mas não se preocupavam só com o gado *vacum*, as ovelhas (SouthDowns) e carneiros (modo de os marcar), também ocupam lugar, o que demonstra a aposta na diversificação: lã e leite. O porco, como base da economia doméstica, não foi

⁶⁹⁷ *O Agricultor Michaelense*, Fevereiro de 1848, n.º 2, fl. 2.

⁶⁹⁸ A este respeito, as dez actas da Direcção recenseadas, tocam no cultivo de amoreiras, na cultura da seda, nas piteiras, no banco rural, no pedido ao governo para ensaiar cultura do tabaco. Nas treze Assembleias-Gerais daquele ano, trata-se da cultura de linho da Nova Zelândia, da publicação da memória sobre tabaco de Vicente José Ferreira (publicação), da cultura da laranja.

⁶⁹⁹ Veja-se: Machado, Margarida, *Tabaco e escravos nos Impérios Ibéricos*, Centro de História daquém e de Além-Mar, Lisboa, 2015, pp. 178-192. Machado, Margarida, *Ponta Delgada e Funchal: entre o contrato do tabaco e a luta pela sua abolição*, in Açores e Madeira: Percursos de Memória e Identidade, Misericórdia das Velas, 2017, pp. 149-157.

esquecido, sendo mencionada a raça “porcos de Sião”. Surpresa das surpresas, como nova forma de transporte, chegou-se a tentar importar camelos.⁷⁰⁰

Até aqui, verificara-se uma continuidade na linha editorial entre a primeira e a segunda série do jornal, entre o primeiro e o segundo período. Todavia, a marca distintiva deste período aparece logo nestes 12 primeiros números da era de Castilho: o peso da literatura. Bernardino de Sena Freitas publica artigos de história: apicultura em São Miguel; Luís Filipe Leite publica uma série de contos rurais; Castilho inicia a coluna *Serão do Casal*,⁷⁰¹ a qual deu brado e iria granjear fama nacional. Ao fim de 12 números, Castilho tomou o pulso à imprensa local e ao público leitor de *O Agricultor Michaelense* e gizou uma grelha para o ano de 1849. Novo ano, ocasião ideal para nova grelha.⁷⁰²

Período pós António Feliciano de Castilho (Janeiro de 1850 a Março de 1852).⁷⁰³ (Vide Quadro VIII – Anexo, pp. 41-42 - A) A projecção alcançada por *O Agricultor Michaelense* no tempo de Castilho teve o efeito contrário ao inicialmente pretendido: no imediato, ajudou a refundar o jornal, mas, *à la longue*, contribuiu para o afundar. Começou por uma escrita literária, às vezes muito rebuscada e erudita, contrastando com o estilo simples e directo, característico do período anterior. Castilho recorreu a temas mais diversificados. E agora que Castilho fora embora? *O Agricultor Michaelense* deveria continuar a parte literária? A este respeito, é concludente o que vem escrito no último número, saído em Março de 1852: surgem trabalhos pioneiros que abordam a História Açoriana.

Apesar de Castilho só ter deixado a Ilha no Verão seguinte, por que razão terá suspenso logo em Janeiro a sua colaboração com o jornal? Quis dedicar-se, a tempo inteiro, à *Sociedade dos Amigos das Letras e das Artes*? Terão ocorrido melindres entre ele e a Direcção da SPAM? Pelo que se sabe, a causa teria sido o estado das finanças da SPAM. O Presidente, José Jácome Correia, “(...) em ofício de 31 de Dezembro de 1849 participava a António Feliciano de Castilho (...), ver-se a mesma Sociedade constrangida, muito contra seu pensar, a

⁷⁰⁰ *O Agricultor Michaelense*, Abril de 1848, n.º 4, fls. 83-84.

⁷⁰¹ *O Agricultor Michaelense*, Dezembro de 1848, n.º 12, fl. 218.

⁷⁰² *Idem*.

⁷⁰³ Moura, Mário, *O Agricultor Michaelense da Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense e a promoção da economia agrária em meados do século XIX (subsídio para o seu estudo)*, Doutoramento em História do Atlântico, Seminário de História de Portugal, Universidade dos Açores, Janeiro de 2013, Quadro 3, pp. 33-36. Neste Quadro VIII, p. 41 - A.

dar por terminado o encargo da redacção que o poeta aceitara.”⁷⁰⁴ A considerável soma paga mensalmente a Castilho foi o fator decisivo, no imediato. Contas feitas, apesar da projecção do jornal, não obstante o aumento exponencial do número de assinantes, as receitas não compensavam as despesas. O montante de 66\$666 reis mensais que a SPAM lhe pagava desequilibrava as finanças da sociedade.

O que chega às páginas do jornal, não necessariamente o que aconteceu, é que Castilho se “retirava” da Ilha. Que medidas tomou a Sociedade perante o facto consumado? Perante um difícil dilema, viu-se forçada a optar: ou contratar outros literatos distintos para substituir Castilho ou publicar apenas textos agrícolas. Posto o assunto à discussão e a votos, venceu a primeira opção: arranjar alguém mais barato.⁷⁰⁵

Sendo gente prática, resolução tomada, logo resolução posta em prática: “Quando este Jornal se metia no prelo, recebemos pelo Elísia o começo de artigos com que prometemos reparar, quanto em nosso poder cabia, a lamentável despedida e futura ausência do Sr. Dr. Castilho.” Chegando-se ao entendimento de que deveria continuar a temática literária, quem seriam os ilustres colaboradores? Eram João de Andrade Corvo, António de Oliveira Marreca, Lopes de Mendonça e Bulhão Pato. O sonho não conhecia limites, voava tão ou mais alto do que os milhafres da terra, pois além daquelas distintas personagens, pretendia-se o poeta Almeida Garrett e José Maria Grande, o primeiro Agrónomo Português. Este iria colaborar.⁷⁰⁶

Mantêm-se no jornal as observações ao estado do tempo, da autoria de Th. Carew Hunt.⁷⁰⁷ A provar o constante e crescente interesse pelo gado, dois textos sobre operações rurais, agora denominados de *rudimentos agriológicos*, abordam as vantagens dos prados. São noticiados leilões de sementes, das mais diversas. Um artigo fala, em geral, da maturação

⁷⁰⁴ Castilho, Júlio, *Memórias de Castilho por Júlio de Castilho*, 2.^a edição, Tomo V, Livro V, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, p.284; Sugere-se:

Almeida, Gabriel, *Castilho na Ilha de São Miguel*, Lytographia dos Açores, Ponta Delgada, 1886; Castro, Aníbal de Bethencourt B. Bicudo e, *António Feliciano de Castilho*, Typographia do Diário dos Açores, São Miguel, Açores, 1927; Carlos Riley (2001), *Castilho, António Feliciano de*,

<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=1504>

⁷⁰⁵ Cf. BPARPD, SPAM/001, Actas das sessões da Assembleia-Geral, 11 de Janeiro de 1843 a 16 de Janeiro de 1851, 19 de Novembro de 1849, fl. 84: “(...) seria necessário substituir a sua redacção pela de outros literatos distintos, ou então diminuir o preço do jornal, sendo puramente agronómicas as suas publicações. Venceu-se a primeira parte, ficando Direcção autorizada a convidar alguns dos melhores autores portugueses para que colaborem naquela parte; podendo pagar até a quantia de duzentos e quarenta mil reis por aquele serviço, fazendo porém as possíveis diligências por não despendar o máximo daquela quantia.” Cf. tb: Acta da sessão da Sociedade da Agricultura Michaelense, *O Agricultor Michaelense*, Janeiro de 1850, n.º 25, fl. 431

⁷⁰⁶ À última hora, *O Agricultor Michaelense*, Fevereiro de 1850, n.º 26, fl. 460.

⁷⁰⁷ Arruda, Luís, *Descobrimento Científico dos Açores: Do povoamento ao início da Erupção dos Capelinhos*, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 2014, p. 110: “Thomas Carew Hunt (?-1886), que havia sido cônsul britânico em Archangel, Norte da Federação Russa (1832), esteve nos Açores, com aquele posto diplomático, entre 1839 e 1948 [sic]. De Ponta Delgada seguiu para Bordéus, França, onde ocupou o mesmo cargo. Interessado por questões ligadas à História Natural, fez observações sobre o clima, as águas e as doenças nas Ilhas.”

dos frutos. Outro divulga novas máquinas agrícolas. Na cultura agrícola, lemos sobre a caiota. Quanto a tecnologia agrícola, recenseámos dois artigos sobre o tabaco, um de José Jácome Correia, o outro de José Isidoro Guedes e J. M. Eugénio de Almeida. Dois artigos falam sobre o linho e lanifícios. Os textos literários, incluindo os de Castilho, continuam.

Período pós António Feliciano de Castilho, 2.^a série. (Vide Quadro IX – Anexo, p. 43-44 -

A) Nos últimos seis números seleccionados, que dizem respeito ao período que decorre entre Outubro de 1851 e Março de 1852, mantém-se o cuidado com a laranja, com o bicho da laranja e o seu combate, ocupando-se do assunto José Jácome. Continuam as observações meteorológicas. Mas a notícia sobre teares, sobretudo o que o sócio da SPAM, A.B. Mascarenhas encomendou de Inglaterra, leva-nos a admitir que, em 1851, a aposta na tecelagem era real. Tanto será assim que, nas tecnologias agrícolas, se fala de “*prémios de artefactos de linho*.”⁷⁰⁸ Continua a pretender-se melhorar a utensilagem agrícola. Assim se entende o pedido de autorização de importação de arados, feito por Gil Gago da Câmara. Fala-se igualmente de enxertias de árvores de fruto. O banco rural proposto por José do Canto em Fevereiro de 1848, ainda não concretizado, regressava de novo, três anos depois, na forma de um projecto de banco hipotecário.⁷⁰⁹ O número 50 do jornal é-lhe inteiramente dedicado. Tal facto indica-nos que era imperioso encontrar financiamento para projectos agrícolas: novos ou antigos. Trata-se também do arrendamento rural, algo que poderá fomentar a produção. A batata-doce e os cereais na Europa, sempre apontados como exemplo a seguir, são objecto de alguns escritos.

Quanto à cultura florestal, um anúncio detalhado de leilão de plantas, mostra-nos que além de pereiros e macieiras, são oferecidas sementes de árvores de floresta, tais como o carvalho, o castanheiro, o castanheiro-da-índia, o freixo, o sobreiro e o álamo. Diga-se que tanto o diagnóstico como as sugestões alvitadas por José do Canto foram sendo acolhidos. Relativamente à pecuária, aparecem artigos sobre os bois para abate e, sempre à procura de melhores animais de tracção e carga, sugerem burros espanhóis, para serem introduzidos na Ilha. A grelha de *O Agricultor Michaelense* de 1848, em parte substancial, desagrega-se à medida que a colaboração dos ilustres vai cessando. Oliveira Marreca colabora com artigos sobre a economia antiga. Para se fazer uma ideia mais precisa, talvez fosse útil estudar a relação deste jornal com os demais jornais da Ilha. É, antes de mais, a

⁷⁰⁸ *O Agricultor Michaelense*, Outubro de 1851, n.º 46, fl. 768

⁷⁰⁹ *Idem*, fls. 772

despedida, e o lançamento do projecto (não concretizado) de edição das *Saudades da Terra*.⁷¹⁰

Como bons práticos que eram, os *gentlemen farmers* foram experimentando novas culturas. O arroz foi o primeiro falhanço. O tabaco foi uma luta. Quando se lança mão do chá, (registre-se que em *O Agricultor Michaelense* vimos só uma referência ao chá e da autoria de Castilho), já o tabaco e o ananás produziam. Mas não se ficaram por aí, houve também o álcool e o açúcar.

No período em que a SPAM publicava *O Agricultor Michaelense*, saiu o primeiro número do *Almanak Rural dos Açores*. A este respeito, Margarida Machado diz: “Foi também a SPAM que mandou organizar um *Almanaque Rural* [dos Açores], que era distribuído gratuitamente pelos sócios (...)”⁷¹¹ A nota de publicação de o *Almanak Rural* transmite-nos a ideia de que os Conselhos Rurais, antes publicados em *O Agricultor Michaelense*, passariam a vir a público em publicação própria. Conhecem-se, pelo menos eu conheço, três números de o *Almanak Rural dos Açores*.⁷¹² Como surge o *Almanak Rural dos Açores*? A proposta foi feita em 1843. De quem partira a proposta? A resposta é inequívoca, partira “(...) do Sr. André do Canto.” Desconheço a razão de o projecto só se ter concretizado oito anos depois, em 1851,

⁷¹⁰ Adiantava-se até pormenores: “O formato desta 3.^a série será igual ao do bem conhecido *Jornal Litterario - A Semana* (...)’ Leia-se agora com mais atenção: “O número de páginas do *Agricultor* será de 20, das quaes nunca mais de 8, nem menos de 4, serão dedicados aos Actos da Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense, e assumptos de relação immediata com o fim principal do *Jornal* (...)’ Pasmese agora: “(...) as restantes 12 a 16 páginas serão consagradas à edição periodica do manuscripto inedito - SAUDADES DA TERRA do nosso natural Gaspar Frutuoso; ordenada e paginada a impressão por tal modo que forme sempre esta parte um corpo separado e independente (...)’ (AVISO, *O Agricultor Michaelense*, Março de 1852, n.º 51, fl. 852) Por uma carta de José do Canto a José Jácome, datada de 24 de Agosto de 1853, da cidade de Paris, fica-se a conhecer mais algo sobre esta malograda terceira série: “Eu tive grande pesar em a encomenda do typo não chegar no tempo que se esperava, porque queria publicar o primeiro N.º em quanto eu ahi estava (...)” José do Canto era possuidor de uma cópia das *Saudades da Terra* (Riley, Carlos, José do Canto: *um gentleman farmer açoriano*, *Análise Social*, 2001, p. 708). Com a morte de João José do Amaral, reconhece pesaroso, “torna-se assaz difficil a publicação de *Frutuoso*.’ Mas não se dá completamente por vencido, apesar de tudo: “Nem eu sei como isso será.’ (José do Canto 1841-1893: 19). Seria Francisco Maria Supico quem tomaria “a iniciativa de, em 1876, editar pela primeira vez parte do texto fundacional da *Historiografia açoriana*, as *Saudades da Terra* de Gaspar Frutuoso (...)” (Riley, Carlos, *Na Botica da História*, in *Índices das Escavações de Francisco Maria Supico*, José Manuel Motta de Sousa, vol. IV, ICPD, 2001, p. XVI). Em 1851, 1854 e 1875, *O Almanak Rural dos Açores*, Ponta Delgada, Ty. Manuel Correia Botelho, publicava cronologias da autoria de José de Torres (cf. Ribeiro, José Silvério, *História dos Estabelecimentos Científicos*, Vol. 8, 1879, p. 414). Por exemplo, para 1851: *Synopse Chronologica Açoreana*,” pp. 151-162. Em 1853 publicava *Chronologia Açoreana* (O *Almanak Rural dos Açores* publicado para 1854, *Chronologia Açoreana* (1431 Descoberta das Formigas – 1832 Saída do Exército Libertador); *Almanak Rural dos Açores* publicado para 1875, SPAM, 4.º Ano, novamente uma *Chronologia Açoreana* (1431 Descoberta das Formigas – 1832 Saída do Exército Libertador). Em 1878, a 1.º Edição do *Arquivo dos Açores*, publicava *Índice I [Cronológico]* de diplomas, documentos, etc., pp. 542-545. Segundo Riley, não esquecer, a este respeito dois nomes pioneiros: José de Torres e Francisco Manuel Raposo de Almeida ou até mesmo, só para o caso de S. Miguel. Bernardino de Sena Freitas. (Carlos Riley 2002: 254-267) Ou até o Morgado João Botelho de Arruda.

⁷¹¹ Machado, Margarida, *A Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense: a intervenção associativa das elites sociais no mundo económico das ilhas*, [s.d.: depois de 2007], p.9.

⁷¹² *Almanak Rural dos Açores*. - (1851) - (1875). - Ponta Delgada: Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense, 1851-1875. - Irregular.

já André do Canto havia falecido: O pai não viu o filho nascer e este teve vida irregular e efémera. Foi José do Canto quem assegurou a publicação do *Almanak Rural dos Açores*.

No seu primeiro número, em 1851, assinado por R.R, explicam-se claramente os objetivos de o *Almanak Rural dos Açores*. Registe-se que *O Agricultor Michaelense* ainda se publicaria até Março de 1852 para difundir, por todos os modos, as mais vulgares noções agriológicas, o que seria feito com o recurso a colecções e fontes literárias. Para tal, respigar-se-iam notícias sólidas, mas aprazíveis e variadas, que fossem ao encontro do geral dos leitores.⁷¹³ Que temas tratou o *Almanak Rural dos Açores*? Visa assuntos vários: o conhecimento concreto da Ilha; a área da Ilha; a equiparação de pesos e medidas em toda a Ilha;⁷¹⁴ um Calendário Rústico de José do Canto, onde se tratam os estrumes, as lavoura, as podas, entre outros assuntos; um estudo do clima dos Açores de um distinto estrangeiro, (se a residência lhe não deu já a qualidade de Açoriano), o sr. Thomas Carew Hunt, o qual teve uma colaboração continuada;⁷¹⁵ uma parte Histórica, de José de Torres, com a sinopse cronológica; prognósticos rurais; gérmes na vegetação.⁷¹⁶

No ano de 1853, já *O Agricultor Michaelense* cessara a sua publicação, surge o n.º 2 do *Almanak Rural dos Açores*. Que temas são aí tratados? Continua com a História das Ilhas,

⁷¹³ *Almanak Rural dos Açores*, ano 1, 1851, Ponta Delgada: Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense.

⁷¹⁴ *Superfície Territorial de São Miguel*; pp. XXIX-XXXII; António Homem da Costa Noronha, *Tabela comparativa dos pesos e medidas actuais e dos concelhos abaixo mencionados, com os padrões do novo sistema – métrico decimal, segundo as averiguações, a que, perante as Câmaras Municipais, procedeu por ordem do Governo, o tenente-coronel A. H. C. Noronha*, in *O Almanak Rural dos Açores* publicado para 1851, SPAM, Ponta Delgada, Ty. Manuel Correia Botelho.

⁷¹⁵ Ribeiro, José Silvério, *História dos Estabelecimentos Científicos*, Vol. 8, 1879, pp. 414-415.

⁷¹⁶ Idem. Embora a História da História que se fez e faz nos Açores não seja o nosso objectivo, pelo que lemos, sem desvalorizar o já feito, seria útil relacionar o que se passava a nível do país, A *História de Portugal* de Alexandre Herculano, considerada a primeira escrita com preocupação de rigor científico, escrita entre 1846 e 1853, o que se passava nos Açores, Francisco Ferreira Drumond publica o tomo I dos Anais d Ilha Terceira, em 1850, e a proposta de 1853 de José de Torres. Para percebermos o surgimento de vários trabalhos versando temas históricos, sugere-se a consulta do Catálogo: A Escrita da História dos Açores: Mostra Documental e Bibliográfica, Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, 2009 e a leitura de Pacheco, Eugénio, *O Novo Micros*, Ponta Delgada, n.º 6, 14 de Dezembro de 1896, José Guilherme Reis Leite, *Introdução: A Historiografia açoriana na 1.ª metade do século XIX*, in Drumond, Francisco Ferreira, *Apontamentos topográficos, políticos, civis e ecclesiásticos para a história das nove Ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1990. – XXIV, pp. VIII-XII. Chama-se a atenção para a Portaria de 8 de Novembro de 1847, que incumbia as Câmaras Municipais de elaborarem os Anais do Município, para o papel de Bernardino de Sena de Freitas (na década de cinquenta), para a Revista Açores, de 1851, de onde se destacava José de Torres (1827-1874) (a 1.ª série termina em Janeiro de 1853, onde José de Torres escreve o artigo História dos Açores, *As Variedades Açorianas*: anterior ao Arquivo dos Açores). Em 1851 (ano da Revista de José de Torres), 1854 e 1875, *O Almanak Rural dos Açores*, Ponta Delgada, Ty. Manuel Correia Botelho, publicava cronologias. Por exemplo, para 1851: *Synopse Chronologica Açoreana*, pp. 151-162. Em 1853 publicava *Chronologia Açoreana* (*O Almanak Rural dos Açores* publicado para 1854, *Chronologia Açoreana* (1431 Descoberta das Formigas – 1832 Saída do Exército Libertador); *Almanak Rural dos Açores* publicado para 1875, SPAM, 4.º Ano, novamente uma *Chronologia Açoreana* (1431 Descoberta das Formigas – 1832 Saída do Exército Libertador). Em 1878, a 1.ª Edição do Arquivo dos Açores, publicava Índice I [Cronológico] de diplomas, documentos, etc., pp. 542-545.

aliás um propósito confesso dos números finais de *O Agricultor Michaelense*; com o conhecimento da Ilha; distâncias em S. Miguel; o progresso comercial de S. Miguel.

Acrescenta a preocupação com a construção de uma doca e de jardins. Estes seriam tratados, em forma de poesia, com o título, *A invenção dos jardins*. Diga-se que, por esta altura, José do Canto, António Borges e José Jácome estavam a construir os seus jardins. De novo, o *Calendário Rústico*, da provável autoria de José do Canto; a laranjeira; um artigo sobre a cultura e preparação do café; receitas para conservação de batatas e curtume de beterraba; a viticultura (poda, etc.); a arboricultura (carvalho, noqueira, freixo, videiro, filau, talipeiro [sic]) – José do Canto, José Maria Raposo do Amaral, António Borges, para citar alguns, estavam por esta altura a florestar enormes propriedades por toda a Ilha.

O *Almanak Rural dos Açores* para 1854, o n.º 3, terá sido basicamente o de 1853, em virtude de se terem vendido poucos exemplares. Decidiu-se, por ideia de Jácome Correia, colocar em circulação o mesmo número, apenas substituindo o calendário de 1853 pelo de 1854, para aproveitar a despesa feita na impressão e para continuar a necessária divulgação dos mesmos assuntos, para vir “a sua matéria a tornar-se mais vulgar.”⁷¹⁷

O que se seguiu? O caminho a seguir, conforme um relatório da SPAM, sem data, mas provavelmente de 1854, após o fecho d’*O Agricultor Michaelense*, apesar da iliteracia dominante, era inquestionável: uma outra publicação, porque, diziam“(…) *Muitas são as vantagens de um periódico de agricultura, ainda que não seja mais bem redigido do que o era o Agricultor, o que é difícil numa terra, em que os Lavradores práticos não sabem ou não querem escrever em tais matérias, e em que não há pessoas habilitadas a escrever em teoria e que queiram dar-se a esse trabalho, no entanto o Agricultor, com todas as suas faltas e defeitos, deu lugar a que se debatessem muitas questões de interesse vital para a Agricultura, fez que se converse (fl. 2v.).*”⁷¹⁸

Entre o *Almanak Rural dos Açores* de 1854 e o de 1875, ocorre um hiato temporal justificado pela menor actividade e até alguma inactividade da SPAM. A retoma em 1875 justifica-se pelo novo fôlego que se começa a imprimir à SPAM em 1873. Ainda se publicará a edição relativa ao ano de 1875, o último número de *O Almanak Rural dos Açores*. Desconhecemos se haverá um número anterior, pelo menos não o encontramos. Assinado por Caetano de Andrade Albuquerque e Guilherme Machado de Faria e Maia (Ponta Delgada 1840 – 1889

⁷¹⁷ Cf. BPARPD, SPAM/004^a, Actas das sessões da Direcção, sessão de 25 de Fevereiro de 1843 a 25 de Julho de 1853, sessão de 25 de Julho de 1853.

⁷¹⁸ Nota posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018: Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Rascunho de Relatório e de Contas da Direcção da SPAM, [1854] sem data

Ponta Delgada),⁷¹⁹ é publicado o que titulam de “*Advertência*,” onde explicam a sua do aparecimento do jornal, deste modo: “*Aparece hoje o Almanak Rural dos Açores, de novo publicado pela Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, ao exemplo do que há bastantes anos já foi por ela praticado.*”⁷²⁰ Na verdade houve, de meados da década de cinquenta até à de setenta, uma crise interna grave na SPAM.

Os responsáveis pelo *Almanak Rural dos Açores* esclarecem que seria mais uma reimpressão dos volumes que, com o mesmo título, foram outrora publicados sob o patrocínio da mesma sociedade, com alguns artigos novos, todos de escritores micaelenses, bem como o relatório da sociedade da agricultura micaelense. Acrescentam, porém, algo que, bem lido, nos dá conta de estarmos perante uma nova atitude.⁷²¹ O objetivo desta 2.^a Série de o *Almanak Rural dos Açores* seria constituir “*uma verdadeira biblioteca popular, onde o estudo das questões agrícolas estará ao alcance de todos os lavradores açorianos, adoptando como ponto de partida a reimpressão do excelente calendário Rústico do ilustrado micaelense, o Sr. José do Canto (...).*”⁷²² Era, pois, “*evolução na continuidade*”, aliando novas ideias da nova Geração da SPAM, representada por Caetano de Andrade de Albuquerque, à primeira Geração da SPAM, personificada por José do Canto.

Mantinha-se o interesse pela História dos Açores, com a publicação de uma cronologia; continuava o Calendário Rústico de José do Canto; os assuntos sobre a viticultura e arboricultura (onde se incluía o carvalho, a nogueira); sobre a cultura e preparação do café. Acrescentava-se pela primeira vez um novo tema: **o chá**. E incluía o relatório da SPAM.



[F. 24 - *O Cultivador*]
Fonte: BPARPD

⁷¹⁹ Albergaria, Eduardo Soares de, *Ob. Cit.*, 2013, p.93.

⁷²⁰ *Almanak Rural dos Açores*, 4.^o Ano, 1875, Ponta Delgada: Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense, p. III.

⁷²¹ Idem, p. IV: “*O resumo esculpido de quanto a teoria ensina, com fácil aplicação às circunstâncias climatéricas, geológicas e económicas deste arquipélago; a exposição sucinta dos dados que a experiência fornece, como lição prática, aos que se consagram aqui aos trabalhos rurais.* (...)’

⁷²² Idem.

A natureza de um almanaque de periodicidade irregular, e de difícil venda, talvez explique a preferência da SPAM por *O Cultivador*.⁷²³ Margarida Machado garante ter existido um acordo entre Guilherme Read Cabral e a Direcção da SPAM: "(...) em 1873, a Direcção contactou o redactor de *O Cultivador*, de modo a poderem ser lá publicadas as actas da Direcção da Sociedade."⁷²⁴ É provável que a opção possa ter surgido após o balanço negativo feito à última publicação de o *Almanak Rural dos Açores* de 1875. Era um modo de cortar nas despesas e de, ao mesmo tempo, não concorrer com um jornal privado de um sócio ativo da SPAM? Com efeito, na nota de abertura do n.º 1 de *O Cultivador*, dizia-se: "*As suas colunas franqueiam-se a comunicados de interesse neste campo, reservando-se porém o direito de os resumir (...)*."⁷²⁵ A primeira evidência desta colaboração aparece no número 3, de Março, ou no n.º 4, de Abril de 1873. Provando este entendimento, cujos termos se desconhecem, em 42 (um não foi encontrado) números de *O Cultivador*, respigámos 16 actas da Direcção ou da Assembleia-Geral.⁷²⁶

O primeiro número de *O Cultivador* vê a luz do dia a 15 de Janeiro de 1873 e o último, o número 42, em Junho de 1876. Publicado mensalmente, abordava tudo o que dissesse respeito à agricultura, incluindo, entre outras, as culturas do ananás, do tabaco, do chá e do café.⁷²⁷ Não era um periódico da SPAM, porém, Guilherme Read Cabral (P. Delgada 1821-1897), seu diretor, era sócio e dirigente proeminente da SPAM.⁷²⁸ A maior parte dos seus colaboradores eram importantes sócios desta: por exemplo, o Conde da Praia, presidente na altura, porque governador civil de Ponta Delgada; Caetano de Andrade de Albuquerque, presidente na altura da chegada dos dois primeiros Chineses: Ernesto do Canto, o proponente da aposta na cultura do chá; Francisco Maria Supico, influente jornalista; Guilherme Machado de Faria e Maia e José Bensaúde⁷²⁹ são também colaboradores. De fora da Ilha, temos Estácio da Veiga. José do Canto não é colaborador.⁷³⁰

⁷²³ Compulsaram-se 41 dos 42 números de *O Cultivador*, da coleção existente na Universidade dos Açores, não existe o n.º 34, escolhendo temas que poderão esclarecer os interesses da altura. O que se confirma pela leitura das atas da SPAM, de cartas de José do Canto e de outros periódicos: fruta de exportação, bebidas, floresta, agropecuária, piscicultura, sericultura.

⁷²⁴ Machado, Margarida, *A Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense: a intervenção associativa das elites sociais no mundo económico das ilhas*, [s. d.: depois de 2007], p.9.

⁷²⁵ [Cabral, Guilherme Read?], *O Cultivador é...*, in *O Cultivador*, n.º 1, 15 de Janeiro de 1873, Ponta Delgada, p.1.

⁷²⁶ *O Cultivador*: números: 4,6,7,9,13,14,16,17,18,19,23,27,30,36,38,42.

⁷²⁷ *O Cultivador*. Ponta Delgada, 1873-1876: *O Cultivador* / redactor e proprietário Guilherme Read Cabral. - Ponta Delgada: Typ. de Manoel Correa Botelho, 1873-1876. - Descrição baseada em: Ano 1, n.º 2 (15 de Fev. de 1873). - Mensal.

⁷²⁸ Dias, Urbano Mendonça, *Literatos dos Açores*, 2.ª edição, 2005, pp. 542-548.

⁷²⁹ Tavares, Conceição, *Ob. Cit.*, 2009, p. 286.

⁷³⁰ *O Cultivador*, n.º 1, 15 de Janeiro de 1873, Ponta Delgada, p.1.

O editorial não vem assinado mas é provavelmente de Guilherme Read Cabral. Que pretende ser *O Cultivador*? “*O Cultivador é um digesto das melhores publicações modernas dos países mais adiantados na grande e primeira de todas as ciências, a cultura da terra (...).*”⁷³¹ Pretendia instruir o povo nas coisas úteis à vida. Primeiro, o autor traça um quadro da situação da Ilha, aludindo ao aumento progressivo da população, da emigração, devido à falta de trabalho (segundo ele derivado da falta do devido aproveitamento da terra, por ignorância); mencionando as crescentes exigências e necessidades decorrentes da evolução civilizacional, o empobrecimento do solo em algumas zonas por carências de fertilização, para além das “*moléstias que ultimamente se têm desenvolvido, ameaçando a extinção de plantas importantes e indispensáveis à subsistência animal, as doenças que vão dizimando animais necessários ao homem (...).*”⁷³²

Perante este cenário, indica a obrigatoriedade de *O Cultivador* “*(...) estudar profundamente as causas de tantos males, e a descobrir os meios de os combater e atenuar, elevando para este fim, quando lhe seja possível, à altura da ciência e pondo-se em dia com os ensaios práticos de homens eminentes da Alemanha, da França, da Grã-Bretanha e de outros países, em que ocupam distinto lugar, a América e a Escócia (...).*” Acrescentava que “*O Cultivador dará igualmente notícia da mecânica com aplicação à agricultura, e quaisquer novos processos correlativos, destinando uma secção para estatística (...).*”⁷³³ (Vide Quadro abaixo (Quadro X).

As bebidas e os associados ocupam um lugar de destaque em *O Cultivador*, ao todo 37 entradas. O vinho e tudo o que diga respeito à cultura e transformação da uva, nomeadamente, a filoxera, os melhoramentos, o transporte e o armazenamento. Duas novas bebidas, cuja cultura se tentava introduzir, são o chá e o café, que já se falava desde os tempos da Capitania-Geral, e o modo de o adocicar: cana-de-açúcar e a beterraba sacarina.

Quanto à agropecuária (animais, pastagens, tratamentos, melhoria de raças) e aos lacticínios (leite, queijo, manteiga), temos 20 referências. É algo que já vinha de *O Agricultor Michaelense* e antes mesmo deste periódico. José Jácome Correia, amigo e primo de José do Canto, por exemplo, aposta bastante na agropecuária. As árvores, floresta em geral, plantio, tratamento e outros cuidados, ocupam 15 entradas generosas. João Silvério, na peugada do pai, é o grande advogado. O pinheiro destinado à extracção da resina (a grande aposta da

⁷³¹ Idem, p.1.

⁷³² *O Cultivador*, n.º 1, 15 de Janeiro de 1873, Ponta Delgada, p.1.

⁷³³ Idem.

SPAM a seguir ao chá) tem 2 referências. Refira-se que a maioria dos sócios da SPAM semeia pinheiros nos seus terrenos. Depois a espadana (*Phormium Tenax*), a grande aposta de Guilherme Read a que José do Canto e outros seguem, com 7 referências. Os frutos de exportação são mencionados, com 10 referências ao ananás, outras tantas à laranja e 3 à banana. Fala-se de cereais e de legumes com grande peso na exportação e no consumo local: trigo, milho, cereais e favas. Também são alvo de referência tubérculos para consumo local diário, ou, no caso da batata-doce, possivelmente já a pensar no álcool. Referidas são também a cultura do tabaco e do algodão que vinha já de trás, a apicultura, a sericultura e a piscicultura - um artigo é mesmo sobre a introdução de peixes nas lagoas da Ilha.

Quadro X - *O Cultivador*

Tema	Subtema	Números
Agropecuária	Gado	1, 5, 6, 7, 10, 12, 16, 18, 23, 24, 25, 26, 27, 32, 35, 38, 39, 40, 41, 42
	Lacticínios	1, 5, 10, 13, 14, 15, 20
Apicultura	Abelhas	12, 31
Bebidas e Afins	Vinha/vinho	2, 12, 13, 15, 19, 20, 22, 24, 25, 27, 28, 29, 31, 35, 37, 38, 39, 40, 42
	Chá	7, 12, 20, 23, 26, 40, 41
	Café	22, 26
	<i>Phormium Tenax</i>	3, 9, 10, 11, 14, 29, 31
Cereais	Trigo	18, 33, 42
	Milho	30
Fruta	Ananás	4, 13, 16, 21, 25, 28, 29, 36, 39, 41
	Laranja	4, 5, 6, 10, 13, 16, 24, 26, 36, 39
	Banana	4, 13, 22
Leguminosas	Favas	8
Piscicultura	Peixes nas lagoas	5, 36
Sericultura	Seda	20, 25, 40, 41
Tabaco		1, 2, 3, 6, 8, 10, 22
Tecidos	Algodão	34
Tubérculos	Batata-doce	6
	Batata comum	1, 5, 8, 9, 12, 21, 32

Em 1881, com o primeiro número saído em Janeiro, surge uma terceira publicação da SPAM, o *Boletim da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense*,⁷³⁴ que publicará, pelo menos,

⁷³⁴ *Boletim da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense*, Janeiro de 1881, n.º 1, Fevereiro de 1881, n.º 2, Março 1881, n.º 3, Abril de 1881, n.º 4, Maio (?) 1881, n.º 5, n.º 6, Janeiro de 1883, Ponta Delgada, tipografia do Arquivo dos Açores.

seis números. O objetivo é claro no seu editorial de abertura: na sessão de 11 de outubro de 1880, a Sociedade, “considerando as vantagens da vulgarização dos conhecimentos, notícias e experiências interessantes à agricultura, deliberou publicar um *BOLETIM*, sempre que haja assunto digno da atenção da classe agrícola, o qual será distribuído gratuitamente, pelos seus sócios, por todas as freguesias deste Distrito e por todos aqueles a que mais directamente possa aproveitar.”⁷³⁵

De Janeiro a Maio de 1881, publicam-se cinco números, depois há um longo hiato de dezanove meses sem qualquer publicação e, em Janeiro de 1886, o sexto e, tanto quanto se sabe, último número. Porquê? Assuntos não terão faltado. Fosse por que motivos fosse o que acontece é que, nos seis números publicados na tipografia de *O Arquivo dos Açores*, que entretanto Ernesto do Canto começara a publicar a partir de 1878 e que chegaria a 1892,⁷³⁶ encontramos uma referência ao vinho (filoxera), três ao chá, duas aos pinheiros e à resina, três à espadana ou *Phormium Tenax*, duas ao tabaco, duas ao milho, quatro ao feijão e às favas. No n.º 2, colaboram José do Canto e Carlos Machado, no n.º 3 colaboram Ernesto do Canto, José do Canto, Conde da Silvã e Jacinto Pacheco de Almeida; escrevem sobre o pulgão nos favais, no sexto e último número, Simplício Gago da Câmara e Manuel João da Silveira.



[F. 25 - O Agricultor Açoriano]
Fonte: BPARPD

O Agricultor Açoriano, cujo título revela a ambição de cobrir os Açores, adoptou o lema “*Progresso com prudência/Prática com ciência*.”⁷³⁷ Publicou, de Janeiro de 1894 a Dezembro de 1895, 24 números em 22 edições (em Novembro/Dezembro de 1894 e de 1895 foram edições duplas). Este período coincide com a pugna autonómica e a instalação da primeira Junta Geral.

⁷³⁵ *Idem*.

⁷³⁶ A Escrita da História nos Açores: Mostra Documental e Bibliográfica, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, Ponta Delgada, 2009, p. 46.

⁷³⁷ Rafael, Gina Guedes e Manuela Santos, *Jornais e revistas Portuguesas no século XIX*, vol. I, Biblioteca Nacional, Lisboa, 2001, p. 33.

Na “*Advertência prévia*”, Caetano de Andrade de Albuquerque, que era apenas redactor, esclarece os propósitos da nova publicação: “*É preciso que as práticas rurais obedçam ali [agricultura] aos rigorosos preceitos agronómicos, acomodados cientificamente às condições práticas e especiais do meio.*” Isso era possível, defende, através do recurso a análises dos terrenos e das culturas produzidas para se determinar “*o quanto cada produção absorve à terra para numa boa adubação, se restituir o que esta perde ou se fornecer o que uma cultura projectada exige*”. Defende ainda que se procure “*adaptar à região os animais domésticos de que careça, apurando-se por uma selecção cuidada para bem desempenharem os serviços que a especialização dos trabalhos e necessidades dominantes deles reclamam.*”⁷³⁸ Não andava longe da recomendação de *O Cultivador*, ao sugerir que se olhasse para países como os Estados Unidos, a França, a Inglaterra, a Bélgica e a Suíça e que se efectuassem concursos regionais para estimular os criadores e lavradores, algo já feito no tempo de *O Agricultor Michaelense*, com a proposta de Festas Rurais, feita por António Feliciano de Castilho. Tudo isto tinha a intenção de ajudar o Distrito de Ponta Delgada a atingir “*o limite que lhe está traçado pela amenidade do seu clima, a fertilidade do seu chão, a sua fácil adaptação a produções várias, a produtividade das suas raças domésticas e, mais que tudo, a laboriosa actividade dos seus habitantes.*”⁷³⁹

Dos dois directores e proprietários de *O Agricultor Açoriano*, conforme o n.º 2 de Fevereiro de 1894, um, António de Andrade Albuquerque Bettencourt [n. 1865 - f. 1900] era agrónomo e era, ou viria a ser, Chefe da Circunscrição Agronómica dos Açores e teria vinte e oito para vinte e nove anos (faleceria novo, aos trinta e cinco anos, em 1900), sendo aparentado com Caetano de Albuquerque e com os Raposo do Amaral;⁷⁴⁰ o segundo, Mariano Raposo Álvares Cabral (ligar-se-ia por casamento aos Raposo do Amaral), era proprietário e agricultor. Dos dezanove redactores que figuram nesse número de *O Agricultor Açoriano*, oito estão ligados ao estudo da agricultura ou à agropecuária, quatro são agrónomos (António Andrade de Albuquerque, Artur Avelar, Duarte Clodomiro Viana e João Nogueira de Freitas), três são médicos veterinários (João Estevão de Mendonça, José Maria Leite Pacheco e José Pedro de Jesus Cardoso) e um é naturalista (Francisco Afonso de Chaves). Para além destes oito, há um engenheiro (Dinis Moreira da Mota), três proprietários e agricultores (Francisco de Andrade de Albuquerque, José Maria Raposo do Amaral Jr., Mariano Raposo Álvares Cabral), dois médicos (Bruno Tavares Carreiro e Gil Monte Alverne Sequeira), dois advogados (Aristides Moreira da Mota e Guilherme Fisher

⁷³⁸ Albuquerque, Caetano Andrade de, *Advertência Prévia*, in *O Agricultor Açoriano*, Ponta Delgada, 1894, p. 1.

⁷³⁹ Idem.

⁷⁴⁰ Cf. Rodrigues, Rodrigo, *Genealogias de São Miguel e Santa Maria*, vol. 2, Dislivro História, 2008, pp. 1128-1129; Albergaria, Eduardo Soares de, *Soares de Albergaria das Ilhas de Santa Maria e de São Miguel*, 2009, Dislivro, p. 65.

Poças Falcão).⁷⁴¹ Fora estes dezassete, um é-nos apresentado como sendo padre (Manuel José Ávila), o outro como Dr. José Machado de Seroa.⁷⁴²

O Agricultor Açoriano, como se verifica, ao contrário dos títulos anteriormente aqui tratados, dispôs de um lote de profissionais qualificados na área da agricultura e da agropecuária. Já não eram simples curiosos diletantes. José do Canto, face a esta nova realidade, diferente da que lamentara meio século antes, ficaria feliz. Dissera então: “no nosso paiz exclusivamente agricola, em quanto numerosos mancebos seguem Universidades, e se lanção à tortuosa senda da Jurisprudencia - campo espinhoso, e talvez sem futuro, nem um só vemos estrear-se com a amena e bem-aventurada vida de Lavrador, munido de especial instrucção, e aparelhado a guiar practicamente uma granja, e suas variadas dependencias? Como pôde a Agricultura deixar de ser o que é.”⁷⁴³

Confrontando as listas de sócios da SPAM com os nomes dos redactores de *O Agricultor Açoriano*, identificam-se, pelo menos, onze sócios da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense: Caetano Andrade Albuquerque (1878); Duarte de Andrade Albuquerque (desde 1878); António de Andrade de Albuquerque (1895); Francisco de Andrade Albuquerque (1895); José Maria Raposo do Amaral Jr. (1878); Mariano Raposo Álvares Cabral (1895); Guilherme Fisher Berquó Poças Falcão (1878); Artur Avelar (1896); Francisco Afonso de Chaves (1898); Aristides Moreira da Mota (1895); José Canavarro, não é redactor, mas colaborou (1896), e sócios influentes, tais como Caetano de Andrade, que tivera um papel no relançar de *o Almanak Rural dos Açores* e colaborara em *O Cultivador*.

Tendo-se publicado em 1894, ano de lutas autonómicas, e em 1895, ano de instalação da Junta Geral Autónoma do Distrito de Ponta Delgada, é deveras sintomático verificar que dos dez membros da Comissão de Propaganda da Autonomia Administrativa – Gil Montalverne, Caetano Andrade de Albuquerque, Duarte Albuquerque, José Maria Raposo do Amaral, Manuel Jacinto da Ponte, Aristides Moreira da Mota, Luís Soares de Sousa [n. – f. 1901],⁷⁴⁴ Conde de Fonte Bela, Conde Jácome Correia e Francisco Bettencourt Ataíde, apenas um, Manuel Jacinto da Ponte, não pertenceu ou escreveu para *O Agricultor Açoriano*.

⁷⁴¹ Tanto podemos incluir Caetano de Andrade nos proprietários como nos advogados.

⁷⁴² *O Agricultor Açoriano*, Ponta Delgada, n.º 2, de Fevereiro de 1894.

⁷⁴³ Canto, José, *Para que serve uma Sociedade d'Agricultura?*, in *O Agricultor Michaelense*, 20 de Outubro de 1843, n.º 1, fl. 9.

⁷⁴⁴ *Crónica Económica: O problema de viação rápida de Ponta Delgada. O estudo económico*, in *Revista Micaelense*, Ponta Delgada, n.º 3, 1919, pp. 293-314; Ferreira, Manuel, *Galeria ressuscitada: A Autonomia e os Primeiros Autonomistas*, Ponta Delgada, 1997, pp. 53, 89-90.

Quanto aos interesses traduzidos em trabalhos publicados naquele periódico, respigando por alto os trabalhos (numa consulta aos Índices), para os números de 1894, constatámos um interesse decisivo pela agropecuária, aliás, na pegada de *O Cultivador*. Porém, neste caso, é um agrónomo que aborda o assunto. O álcool de batata-doce, cujo interesse já assomara nas páginas do *Boletim* (o rastilho das campanhas autonómicas havia sido os entraves à produção e exportação do álcool), surge em força bem como a vinha (doença, tratamento, enxertias, podas, comercialização). A laranja continuava a ocupar as atenções e também eram referidos o milho-de-vassoura e a fava.

Em 1895, inseridos nas *Crónicas*, de António Andrade Albuquerque, dispomos de diversos olhares lançados à agropecuária e às pastagens, uma breve notícia sobre a fábrica de chá do Visconde de Faria e Maia e sobre o álcool de batata-doce. O vinho continua a ocupar bastante espaço bem como as laranjas e a silvicultura.

Quadro XI: *O Agricultor Açoriano*
(temas)

Tema	Subtema	Números
Álcool/batata-doce		12, 29, 41, 52, 85, 101, 115, 137, 145, 180
Agropecuária	Gado/pastagens	44, 69, 113, 146, 161
	Lacticínios	1, 5, 10, 13, 14, 15, 20
Laranjas		90, 134
Bebidas e Afins	Vinha/vinho	23, 62, 77, 87, 103, 108, 194
	Chá	105
Cereais	Milho-de-vassoura	200
	Laranja	4, 5, 6, 10, 13, 16, 24, 26, 36, 39
Leguminosas	Favas	114
Silvicultura		93, 103

É importante olhar com vagar o artigo de Mariano Álvares Cabral, (nº44) sobre a *Exploração das Terras Altas*. O autor afirma que “na sua generalidade em nada cedem em condições químicas e físicas às nossas meias terras e terras de baixo e só destas diferem na altitude.” Parte daí para aconselhar culturas “forraginosas” nas terras altas, portanto, o pasto. Na continuação deste trabalho (nº 69), afirma mesmo: “o apastamento das terras altas em pastagens permanentes exige para ser durável e profícuo um certo avanço em adubos, trabalhos preparatórios e sementes que não cabe nas forças dos que exploram o capital terra, entre nós.”

A preocupação com a criação de um Crédito Agrícola ocorre nos números de 1894, pela pena de António Andrade Albuquerque (124), ou com a fundação de um Sindicato Agrícola, alvitrada em 1894, por Mariano Álvares Cabral (144) e António Andrade Albuquerque (180, 198), é recorrente. Quer em 1894 quer em 1895, a meteorologia aparece regularmente com a colaboração de Afonso de Chaves.

A exposição, de 1894, da *Sociedade de Avicultura e de Aclimação Açoriana*, fundada em 1891, e da qual faziam parte os parentes Andrade, é tratada por António Andrade Albuquerque (66). Questões sobre “*avicultura*” são trazidas a lume por Mariano Álvares Cabral, em 1894 e (150) em 1895 (92). A *Exposição Industrial de Ponta Delgada* (organizada pela SPAM), de 1895, é tratada por António de Andrade de Albuquerque em vários números (53, 63, 68, 126). Fá-lo sem palavras mansas e destaca a exposição do gado. Mariano Álvares Cabral também trata esta exposição (126). António Andrade Albuquerque aborda o Documento de Autonomia (42). Portanto, *O Agricultor Açoriano* é um periódico de gente da SPAM, tratando de assuntos caros à Sociedade, mas de uma forma independente.⁷⁴⁵

A SPAM: Influência das suas publicações?

Referimo-nos quase só a *O Agricultor Michaelense* e a *O Cultivador* porque não encontramos referências às restantes. Para Fernando Aires, *O Agricultor Michaelense* foi “*uma folha impressa cheia de ensinamentos revolucionários*.”⁷⁴⁶ O sentido do termo revolucionário, a nosso ver, não deverá ser tomado à letra, porque a Geração de *O Agricultor Michaelense* é continuadora da dos pais, seguindo a razão e o bom senso económico. Sacuntala de Miranda considera *O Agricultor Michaelense* “*(...) como uma meritória experiência, mais válida pela sua confiança ilimitada no progresso técnico e científico e pela vontade de saber que soube inculcar do que pelo seu valor intrínseco*.”⁷⁴⁷ Comparando-o a *O Cultivador*, afirma que lhe “*(...) falta a seiva da experiência vivida que irá revelar, vinte anos mais tarde, o seu sucedâneo O Cultivador*.”⁷⁴⁸ Ainda para a mesma autora, “*andava longe do verdadeiro espírito científico, revelado por Ernesto do Canto em 1874, ao convidar os sócios da SPAM a realizar experiências sobre a cultura do ananás (...)*.”⁷⁴⁹

⁷⁴⁵ Sobre esta Exposição, sugere-se o seguinte trabalho: Martins, Rui de Sousa, *Artes e Ofícios, Exposições Industriais, Projectos Museológicos e Desenvolvimento no Arquipélago dos Açores*, in I Simpósio Artes e Ofícios dos Açores, 2000, pp. 4-5.

⁷⁴⁶ Sousa, Fernando Aires de Medeiros, *José do Canto: Subsídios para a História Micaelense (1820-1898)*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1982, p. 115.

⁷⁴⁷ Miranda, Ob. Cit., 1989, p. 39.

⁷⁴⁸ Idem, p. 38.

⁷⁴⁹ Idem.

Susana Serpa Silva, ao apreciar a linha editorial de *O Agricultor Michaelense*, é de opinião de que “(...) resultou da difusão das ideias fisiocráticas entre alguns membros da elite social local, empenhados no desenvolvimento da mais útil e necessária das profissões, porque manancial de riqueza e prosperidade.”⁷⁵⁰ Admitindo Maria de Fátima Nunes, no seu estudo da imprensa periódica científica de 1772 a 1852, ter tido apenas contacto com “o terceiro reaparecimento deste jornal [*O Agricultor Michaelense*], ou seja de 1848 em diante, [trata-se do segundo e não do terceiro],” qualifica a de Castilho no jornal como sendo “de feição agrarista e literária, relegando para segundo plano uma visão científica da agricultura, ou seja, uma visão teórico-prática, deixando apenas a exaltação da actividade agrícola.”⁷⁵¹ Diríamos que esta ideia não corresponde plenamente à verdade dos factos. A autora crê que *O Agricultor Michaelense* “(...) funcionou, essencialmente, como um pólo aglutinador da sensibilidade rural da Ilha, e não como um mecanismo de desenvolvimento e progresso técnico no domínio da agricultura açoreana.”⁷⁵² Pedro Borges vai no sentido contrário e, segundo este, em *O Agricultor Michaelense*, “dedicado à ilustração da classe agrícola através da divulgação dos mais recentes conhecimentos agronómicos, a SPAM propunha a adopção de métodos científicos para uma agricultura moderna.”⁷⁵³ No mesmo sentido vai Maria da Conceição da Silva Tavares, ao afirmar que “*O Agricultor Michaelense*, financiado pelo próprio José do Canto, desenvolveu uma verdadeira acção de divulgação de ciência aplicada à agricultura, particularmente no primeiro período da sua publicação (1843-1845). O gabinete de leitura da SPAM ombreava com os periódicos de horticultura e de jardinagem chegados de Londres e de Paris, e com obras de referência, como o trabalho em 5 volumes de Francisco Soares Franco³⁸ e as *Memórias d’Agricultura da Academia Real das Sciencias*.”⁷⁵⁴

Não contrariando Sacuntala de Miranda ou Maria de Fátima Nunes, que apenas valorizam alguns aspetos científicos, Carlos Riley destaca outros contributos: “a presença de Castilho à frente d’*O Agricultor Michaelense* (1848-1850) [até Dezembro de 1849] emprestou a esta publicação de cariz agrarista uma tonalidade literária que a coloca, decerto, entre um dos mais interessantes casos da imprensa periódica científica do Portugal de meados de Oitocentos.”⁷⁵⁵ Pedro Borges, indo inicialmente em sentido contrário, acaba por convergir com a opinião anterior: “ganhando no género literário, o mensário perdeu em pragmática.

⁷⁵⁰ Silva, Susana Serpa, “Aspectos da vida social e cultural micalense,” in *Arquipélago*, História, 2.ª série, Vol. V, Revista da Universidade dos Açores, in *Memorium* Ernesto do Canto, 2000, p. 354-355.

⁷⁵¹ Nunes, Maria de Fátima, *Imprensa periódica científica (1772-1852)*, Leituras de Sciencia em Portugal, 2, ColeçãoThesis, estar Editora, Lisboa, 2001, p136.

⁷⁵² Idem.

⁷⁵³ Borges, Ob. Cit, 2007, pp. 4-5, 7, 29.

⁷⁵⁴ Tavares, Ob. Cit., 2007, p.95.

⁷⁵⁵ Riley, Carlos, *António Feliciano de Castilho*, Centro do Conhecimento dos Açores, <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx?id=1504>

(p.5).” Todavia, para se cumprir a parte técnico-científica era necessária a alfabetização: “(...) *O projecto do progresso material não podia dispensar a instrução pública, base de todo o desenvolvimento civilizacional.*”⁷⁵⁶

Considerando, como fizemos, *O Almanak Rural dos Açores, O Cultivador, O Boletim da Sociedade e O Agricultor Açoriano*, é possível e lícito admitirmos que este periódicos se foram impregnando da ciência da época para a divulgar a todos quantos desejassem estar a par do que melhor se fazia na Ilha, no País e pelo mundo fora.

SPAM: Balanço da acção da Associação. A apreciação não é unânime. Em 1850, sai uma dura crítica à SPAM, nas páginas do jornal *Cartista*, jornal que contratara inicialmente Castilho. Tratar-se-ia de uma vingança? Fosse por que motivo fosse, a réplica da SPAM ao *Cartista*, através das páginas de *O Agricultor Michaelense*, foi elucidativa. Admite-se, até certo ponto, que, embora promovendo uma acção prática, exerce muito mais um magistério de influência, referindo que “*Mui pouco tem feito a Sociedade para o muito que se necessita fazer (...).*” E explica-se, com fina e superior ironia, as razões, começando pelas contingências própria dos tempos, tempos que podem ser interpretados de modo literal, todavia, não apenas: “*(...) atendendo à estação tempestuosa em que tem existido (...).*” Sugerem-se tempestades meteorológicas, de todos conhecidas, e tempestades – guerras e invejas que lhes moviam – outra realidade sentida. Já não de forma sub-reptícia, aponta-se o dedo “*às contrariedades de todo o género,*” mas que umas e outras a SPAM tem “*vencido,*” graças “*à pertinácia que ainda nos paizes mais adiantados em civilização se requer para levar ao cabo empresas taes (...).*” Os membros da SPAM, generosos, gente viajada, avançam, talvez de forma paternalista, explicações acerca da causa do atraso: “*(...) attendendo a essas circunstancias, ao seu isolamento, e as dificuldades intrinsecas do assumpto (...).*” Ainda assim, incluem um auto-elogio: “*não terá ella dado prova de muita constancia, de bons desejos, e até d’algumas boas obras?*” Claro que a resposta à pergunta só poderia ser uma: a confirmação da justeza da acção dos membros da SPAM.

Como corolário lógico do que fora explicado, rematam, denotando orgulho na forma como o fazem: “*Todas estas importações foram feitas em poucos annos, por Socios da Sociedade Promotora d’Agricultura Michaelense (...).*”⁷⁵⁷

Em 1853, surgem críticas vindas do interior do grupo da SPAM, de José do Canto. Este, em carta escrita de Paris, dirigida ao primo e cúmplice José Jácome Correia, queixava-se de que

⁷⁵⁶ Borges, Ob. Cit., 2007, pp. 4-5, 7, 29.

⁷⁵⁷ Explicação, *O Agricultor Michaelense*, Janeiro de 1850, n.º 25, fls. 439-440.

eram “*muito lentos os resultados (...)*.” E enfatizava: “*(...) para a nossa ânsia parecem-nos insensíveis, mas é sempre assim que se actua sobre hábitos e modos de pensar arreigados.*”⁷⁵⁸

No mesmo ano de 1853, Thomas Carew Hunt elogiava a acção da SPAM. Num trabalho intitulado *O Progresso Material de S. Miguel*, vindo no *Almanak Rural dos Açores* salienta que a Sociedade Promotora da Agricultura, desde a sua instituição, tem prosseguido as seguintes iniciativas: trabalhou e continua a trabalhar, para naturalizar as plantas; não descansou, nem descansa, em procurar por todas as vias, regulares ou acidentais, as sementes e outros instrumentos necessários à sua cultura; pôs estes à disposição de qualquer pessoa que se interesse em prosseguir experiências; elucidou os processos convenientes, nas páginas do seu periódico; habilitou, pelos meios ao seu alcance, os habitantes desta Ilha a proverem-se de recursos contra a declinação da sua riqueza. E remata que uma sociedade pouco pode conseguir, se não acha apoio geral na população.”⁷⁵⁹

Sacuntala de Miranda, reflectindo sobre a acção desenvolvida nos catorze anos precedentes de existência da SPAM, considerava notáveis os progressos na agricultura micalense. Alegava, entre outras razões, a cobertura florestal das montanhas, a adubação das terras, a lavra dos terrenos, a preferência de raças “*admitidas e reconhecidas*”, de que resulta “*a terra desatando-se em multiplicados frutos*” e conclui que “*o espírito de progresso e melhoramento penetrando por toda a parte sem relutância, não são seara (...) que crescesse e vingasse sem a boa e sã semente*. O futuro, diz-se, fará justiça ao papel da SPAM nesta “*salutar revolução*”. *O que nos incumbe agora é preparar novas conquistas sobre a terra, continuando o trilho encetado, e empenhando no trabalho as forças ganhas pelo repouso.*”⁷⁶⁰

Para essa investigadora, a acção da SPAM marca o início de uma era de intensa actividade económica e cultural na Ilha que irá prolongar-se, embora com menos brilho, a partir de meados da década de setenta, até finais do século XIX.⁷⁶¹ No entanto, talvez se possa dizer que, a partir de meados de setenta, prolongando-se até finais da década seguinte, ocorre um novo impulso na SPAM. Sacuntala aponta que os seus promotores se lançaram na criação de uma associação que foi a primeira do género no país.⁷⁶² Miriam Halpern Pereira destaca o

⁷⁵⁸ Sousa, Fernando Aires de Medeiros, *Ob. Cit.*, 1982, p. 116.

⁷⁵⁹ Hunt, Thomas Carew, *Ob. Cit.*, 1853, pp. 153 e 154.

⁷⁶⁰ Miranda, Sacuntala, *Ob. Cit.*, 1989, p.40.

⁷⁶¹ Idem, p. 36.

⁷⁶² Idem, p. 37: “*(...) com entusiasmo de pioneiros, a uma tarefa de vasto âmbito, que abarca, desde a difusão de conhecimentos úteis entre os agricultores micalenses, ao estabelecimento de contactos com associações congéneres no estrangeiro (Inglaterra, França, Bélgica) e assinatura e tradução de periódicos científicos, até o desbravamento de baldios e à aclimação de espécies novas a um solo milagrosamente fértil, que corresponde em pleno a todos os esforços e capitais nele investidos.*”.

aspeto notável do carácter planeado desta reconversão cultural, pois, tal como no caso da cultura do ananás, a implantação do chá foi ativamente promovido pela SPAM.⁷⁶³

Pedro Borges, no entanto, é de opinião de que o projeto da SPAM é inacabado na sua concretização durante o tempo de vida da Geração fundadora, mas completo no seu programa, pretendendo funcionar como um centro coordenador de esforços e vontades em benefício do desenvolvimento da Ilha.⁷⁶⁴

2.3. - A constante diversificação agrícola e a saída de mais uma crise

Miriam Halpern Pereira, comparando o que acontece na década de 70 em S. Miguel ao que ocorre no Continente português, naquela em virtude da perda do mercado da laranja e neste decorrente da concorrência do trigo americano, aponta diferenças. Segundo ela, em S. Miguel os agricultores *“souberam escolher uma diversificação cultural específica (...) mediante a adaptação do ananás, do chá e ainda do tabaco, escolhas culturais que vieram até aos nossos dias, embora hoje estejam em clara regressão,”* enquanto, no Continente, *“as opções repartiram-se entre a viticultura, que adquiriria foros de monocultura nalgumas zonas, e as explorações florestais, ligadas à construção ferroviária e à nóvel indústria suberícola.”*⁷⁶⁵

Vejamos o caso de São Miguel. O Morgado João de Arruda Botelho da Câmara (n. 12 de Maio de 1774, Ponta Delgada – f. 31 Janeiro 1845), à volta dos anos finais da sua vida, testemunha que *“(...) as laranjeiras vão adoecendo, e morrendo em grande quantidade em toda a Ilha (...).”*⁷⁶⁶ Em 1852, Peter Wallace notava que *“(...) the coccus has made its appearance, and several quintas have been already destroyed. (...).”*⁷⁶⁷ Em *O Almanak Rural dos Açores* para 1853, Thomas Carew Hunt pressagiava que *“(...) o mal está iminente: o cancro, que poderá consumir a prosperidade da Ilha, existe: a doença, que já destruiu alguns laranjais, poderá em pouco tempo exterminar todos. (...).”*⁷⁶⁸

José Manuel Mota de Sousa, em 1959-1960, assente em dados e na distância que Carew não dispunha, confirma-o: *“(...) A economia da Ilha sofre rude abalo na sua base principal – a*

⁷⁶³ Pereira, Miriam Halpern, *Ob. Cit.*, 2003, p.137.

⁷⁶⁴ Borges, *Ob. Cit.*, 2007, pp. 4-5, 7, 29.

⁷⁶⁵ Pereira, *Ob. Cit.*, 2003, p. 145.

⁷⁶⁶ Câmara, Morgado João de Arruda Botelho da, *Instituições vinculares e Notas Genealógicas*, Notas de Ernesto do Canto, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1995, p. 83

⁷⁶⁷ Wallace, Peter, *The Gardens and Orange-grounds of St. Michael's in the Azores. Its climate and Peculiarities*, Journal of Horticultural Society, London, n.º1, 3ª Serie, 1852, p.248; [Albergaria, Isabel], *Jardins Históricos de São Miguel*, in III Simpósio Internacional, 28 de Fevereiro – 7 de Março de 2015, Açores, [s.p.].

⁷⁶⁸ Hunt, *Ob. Cit.*, 1853, pp. 153 e 154.

laranja – em virtude do aparecimento e propagação de um insecto que afectava gravemente as laranjeiras.” Avança ainda dados relevados do Registo da Alfândega que mostram a progressão deste comércio de meados de setecentos a meados do século seguinte, sendo que a decadência começa em 1877: na década de 1750 há uma média anual de 72 milheiros, ao preço de 59\$000; em 1800 a média situava-se em 6112 milheiros, no valor de 7 334\$000; nos anos 1846 a 1850 ascendeu a 103 349 milheiros/ano, no valor de 249 988\$000.⁷⁶⁹ O mesmo investigador acrescenta que a crise ameaçava todos⁷⁷⁰e, citando Arruda Furtado (*Materiais para o Estudo Antropológico dos povos açorianos*, pp. 12-13), menciona “(...) a decadência do nosso comércio da laranja, que tem a sua maior manifestação no grande número de quintas que, por toda a Ilha, estão a arrancar.”⁷⁷¹

Os problemas da produção da laranja eram largamente ventilados na imprensa, em 1850: “(...)vislumbra-se já algum receio quanto às nefastas implicações para a economia regional que a praga que ameaçava a produção (...) parecia já desenhar.”⁷⁷² Mas havia também problemas relacionados com a exportação, nomeadamente: a concorrência da laranja oriunda de Valência e da Sicília; a irregularidade da rede de transportes, agravada pela inexistência de uma boa infraestrutura portuária; o frequentemente incorreto acondicionamento dos frutos, que levava à sua deterioração na viagem. Acrescia a estes problemas a tendência de descida dos preços nos mercados de destino.⁷⁷³ Em 1848, José do Canto chamava a atenção para outro problema que contribuía para a queda dos preços – o excesso de produção.⁷⁷⁴ Relativamente à infraestrutura portuária, havia também problemas.⁷⁷⁵

⁷⁶⁹ Sousa, José Manuel Mota de, *Ob. Cit.*, 1960, p. 51.

⁷⁷⁰ Idem: “(...) A crise a todos ameaçava, desde o rico proprietário ao abastado comerciante, passando pelos trabalhadores rurais que empregavam a sua actividade nas quintas e matas de onde vinha a madeira para o encaixotamento da fruta.”

⁷⁷¹ Idem.

⁷⁷² Cordeiro, Carlos, *Ob. Cit.*, 1992, p.41.

⁷⁷³ Idem, pp.42-43: “Daí que, por diversas vezes, tenha sido chamada a atenção das autoridades para a necessidade de se encontrarem novos mercados, como, por exemplo, o francês, o que mais se justificaria após o tratado de comércio entre Portugal e a França de Dezembro de 1865 (...).”

⁷⁷⁴ Miranda, *Ob. Cit.*, 1989, pp.47-48: ‘A unanimidade e avidez com que todos se voltaram, não só nesta Ilha, mas nas outras do Arquipélago, em Portugal, e onde quer que o clima o consentia, ao plantio das laranjeiras, veio a produzir, em resultado, uma tal abundância nos mercados onde se vendia, que se tornou consequência forçada a estagnação do género, e subseqüentemente uma baixa considerável nos lucros das plantações, os quais devem aumentar anualmente na produção do maior produto das laranjas.’ (José do Canto, *Proposta sobre a cultura do tabaco em S. Miguel, apresentada à Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense em 9 de Abril de 1848*).’

⁷⁷⁵ Idem, p.71: “(...) paradoxalmente, contudo se a construção do porto artificial de Ponta Delgada, iniciada para servir o comércio da laranja e financiada a partir dos seus lucros, vem facilitar a navegação, outras forças se conjugam para que o seu movimento decline, inelutavelmente, a partir de finais da década de 70.’

A crise ultrapassa a Ilha, é tanto nacional como internacional.⁷⁷⁶ A somar a este declínio acresce “a crise cerealífera que assola a Ilha em 1876-77 (Na realidade, em 1876-77 sobrevém uma crise cerealífera grave, sendo Ponta Delgada obrigada a importar em 1876 2.098 moios de milho para suprir a deficiência da colheita. Em 1877, os vendavais prejudicam novamente a colheita, pelo que se importam 1.600 moios de milho aos Estados Unidos. (...).”⁷⁷⁷

A crise, contudo, fez despertar o empresário, forjado em grande parte, segundo Fátima Sequeira Dias, pelo negócio da laranja, que se torna responsável “(...) pelo surto de uma mentalidade empresarial e pela formação de uma elite económica autóctone – aspectos de alcance mais eficaz e duradouro do que os dividendos económicos distribuídos por quantos ligados à laranja.”⁷⁷⁸ As crises podem ter um efeito impulsionador, como aconteceu em S. Miguel, segundo Margarida Machado, com a SPAM a tomar opções racionais no sentido do investimento em culturas agro-industriais, visando fazer face ao declínio da laranja.⁷⁷⁹

Na opinião de Fátima Sequeira Dias, aqueles empresários, a exemplo de outros, caracterizavam-se essencialmente por serem indivíduos cuja vontade: “(...) nunca é inconsciente, porque aquele que pensa determinada estratégia é obrigado a analisar, ponderar e estudar os factores de produção existentes – terra, capital, trabalho e informação . A decisão de produzir determinada cultura agrícola, abrir determinada fábrica, procurar determinado mercado... é sempre uma decisão racional – uma decisão que implica fazer contas (cálculo racional), para perceber as vantagens e as desvantagens dos investimentos em vista.”⁷⁸⁰

Existe uma diferença nítida entre empresário e patrão, pois “(...) Seguindo Schumpeter, o empresário distingue-se do patrão pelo seu sentido inovador: pela introdução de novos métodos de produção, pela procura de novas culturas, pela angariação de novos mercados, pela obtenção de novas matérias-primas, pela adopção de novas formas de gestão”. O foco do

⁷⁷⁶ Cordeiro, Ob. Cit., 1992, pp.150-151: “(...) Manuel Vilaverde Cabral defende que, a partir de 1867-68, uma crise económica atravessa Portugal, em ligação com o slump mundial de 1867. Uma crise que, segundo o autor, se caracteriza pela “desaceleração da produção mais ou menos pronunciada segundo os sectores e quebra geral das trocas com o exterior, desembocando muito rapidamente numa crise social cujo fermento reside no desemprego e numa provável baixa de salários no fim da década. (...)”

⁷⁷⁷ Miranda, Ob. Cit., 1989, p.74.

⁷⁷⁸ Dias, Fátima Sequeira, *A Importância da Economia da Laranja no Arquipélago dos Açores durante o século XIX*, Arquipélago-História, 2.ª série, vol. I, n.º 2, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1995, p.240.

⁷⁷⁹ Machado, Margarida, *The Culture of the tea in São Miguel island as a connection bridge to the east*, in actas do 1.º international interdisciplinary conference on Macao studies: intellectual exchanges between east and west, 2009, no prelo, pp.7-8: “(...) Para Jan de Vries, uma época de crise não é necessariamente apenas o contrário de expansão económica. Tudo depende das capacidades que cada economia ou seus agentes têm de tirar vantagens desses mesmos problemas, de aproveitarem as oportunidades que a conjuntura, mesmo de crise, lhes proporciona.

⁷⁸⁰ Dias, Fátima Sequeira, Ob. Cit., 2007, p. 240.

empresário é, pois, a inovação, enquanto o do patrão é a mera gestão: “*O patrão é quase sempre um herdeiro e, por isso, falta-lhe tantas vezes a aptidão e o desejo pessoais.*”⁷⁸¹

Assim, “*(...) não é por acaso, mas por necessidade, que determinadas culturas agro-industriais vão surgir, na Ilha de São Miguel nos finais do século XIX. Da mesma forma, a economia capitalista, onde se arrisca, se investe, se produz para o mercado e se ambiciona o lucro. (...).*”

A elite local foi claramente marcada, nos séculos XVIII e XIX, pela influência britânica, por via da permanência de empresários Britânicos em S. Miguel e da deslocação frequente de empresários locais a Inglaterra.⁷⁸²

José Manuel Mota de Sousa sublinha que a diversificação de culturas alternativas à laranja vem de longe. Diversificar culturas já vem de 1840, pelo menos: “*(...) O panorama económico da Ilha à data da fundação da sociedade, se continuava dominado pelo comércio da laranja e cereais, não deixava já de preocupar os espíritos dos micalenses, conscientes dos problemas agrícolas.*” A actividade de todos os habitantes estava (como está) intimamente ligada à agricultura. Fazer depender de um único produto toda a sua vitalidade económica, toda a sua riqueza, era colocar sobre terreno falso o futuro da Ilha. É o grande problema que a Sociedade tenta solucionar através da sua acção. É o pensamento que domina no livro de João Silvério Vaz Pacheco de Castro, *Ensaio sobre acultura preferível para substituir os cereais na Ilha de S. Miguel*, publicado em 1840, em que se aconselha já os agricultores micalenses a empreenderem o cultivo de novas culturas, preconizando o tabaco, a cana-de-açúcar, o linho, etc. José do Canto, num artigo publicado no jornal *O Agricultor Michaelense*, após a passagem a que fizemos já referência, e em que descreve como a economia da Ilha dependia estreitamente do comércio da laranja, interroga; “*se esta fonte de tesouro faltasse, como lhe havíamos de suprimir o desfalque? Se a Inglaterra decaísse da sua colonial grandeza e opulência? Resolver estes problemas, eis, em suma, a verdadeira e árdua missão da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense. Eis o que a justifica.*”⁷⁸³ Disse-o em 1843 José do Canto,⁷⁸⁴ diria basicamente o mesmo em 1848 António Feliciano de Castilho.⁷⁸⁵ José Carlos Caldeira, um ilustre viajante português, escrevendo em 1853, apontava como saída, tal como a SPAM, a diversificação de culturas, apostando em novas plantas, preferencialmente espécies tropicais não cultivadas na Europa ou América do

⁷⁸¹ Idem, pp.240-241.

⁷⁸² Idem, p.243.

⁷⁸³ Sousa Mota, Ob. Cit., 1960, pp. 47-49.

⁷⁸⁴ Idem, p. 138.

⁷⁸⁵ Castilho, António Feliciano de, *Agricultor Michaelense*, n.º 1, Janeiro de 1848, fls. 1-16.

Norte, tirando partido do clima e da abundância de capitais e de gente laboriosa para se implementar novas produções.⁷⁸⁶ Pedro Borges repete-o depois de outros.⁷⁸⁷

Uma questão central e transversal a vários autores é a definição da cronologia da laranja: início, auge e declínio. A este respeito, em nota de rodapé, Pedro Borges oferece-nos uma espécie de síntese acerca das opiniões correntes de alguns autores. Enquanto Sacuntala de Miranda atribui à laranja o tempo que vai de 1780 a 1880, Fátima Sequeira Dias antecipa-o para 1750 a 1870 [788]. Fernando Aires de Medeiros Sousa diz [789] que a exportação da laranja aumenta até 1875, enquanto Nestor de Sousa referencia o declínio da exportação na década seguinte.⁷⁹⁰ Sacuntala de Miranda admite ser difícil propor uma data para o declínio da laranja pelo facto de faltarem dados estatísticos relativos à exportação de laranja a partir de 1870.⁷⁹¹ No entanto, partindo de dados estatísticas sobre a emigração, propõe, em termos cronológicos, datas para o início e o fim da crise: começa em 1877, atinge o pico em 1883 (mais de 6000 emigrantes) e desce depois até 1887, configurando uma década de crise aguda que corresponde ao período de reconversão, *“que apenas parcialmente logra compensar a agricultura micalense das perdas sofridas.”*⁷⁹² Mais à frente, acrescenta *“(…) Podemos, afirmar, portanto, que em finais da década de oitenta, após uma aguda crise de reajustamento, a economia da Ilha de S. Miguel se encontra totalmente reconvertida e que a época da laranja está definitivamente encerrada. Embora ainda em finais do século continue a exportar-se laranja e alguns optimistas vislumbrem hipóteses de uma eventual ressurreição do comércio (...).”*⁷⁹³ Quanto ao apogeu do comércio, Sacuntala de Miranda aponta datas: *“(…) É 1859-60 o ano em que a exportação atinge o auge.”*⁷⁹⁴

⁷⁸⁶ Caldeira, Ob. Cit., 1853, p. 322: *“(…) seus campos e montanhas podem criar materiais filamentosos, géneros coloniais, e madeira de tinturaria e marcenaria, que dêem novas e melhores bases à prosperidade de S. Miguel, reputada hoje bastante precária, e que em todo o caso convinha assegurar pela abertura de boas estradas centrais, e sobretudo pela construção de uma doca, esse desideratum dos micalenses, que pode pela arte trazer maravilhosa opulência à sua Ilha, já tão bem fadada pela natureza.”*

⁷⁸⁷ Borges, Ob. Cit., 2007, p. 138: *“(…) Encontrar alternativas à dependência económica da laranja, era, pois, o programa operacional da SPAM. No discurso inaugural proferido a 3 de Maio de 1843 por José Jácome Correia, seu primeiro presidente, anunciam-se algumas propostas que aquela sociedade pretende pôr em prática, incluindo a de André do Canto, irmão mais velho de José, publicar uma Memória das Laranjeiras.”*

⁷⁸⁸ Dias, Fátima Sequeira, *A Importância da Economia da Laranja no Arquipélago dos Açores durante o século XIX*, Arquipélago-História, 2.ª série, vol. I, n.º 2, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1995, p.240: *“(…) tornou comum designar o período que vai sensivelmente de 1750 a 1870, como o período da laranja ou ciclo da laranja.”*

⁷⁸⁹ Sousa Aires, Ob. Cit., 1982, p. 119: *“(…) Há documentos que mostram que os valores da exportação da laranja foram sempre aumentando até cerca de 1875, para daqui começarem a declinar.”*

⁷⁹⁰ Borges, Ob. Cit., 2007, Nota 1 de rodapé, p. 136.

⁷⁹¹ Miranda, Ob. Cit., 1989, p.71.

⁷⁹² Idem, p.74.

⁷⁹³ Idem.

⁷⁹⁴ Idem, p.58.

Fátima Sequeira Dias discorda parcialmente de Sacuntala de Miranda: “*Concordamos com a afirmação de que a época da laranja estava irreversivelmente acabada, mas não partilhamos a opinião de que a economia nos finais dos anos oitenta se encontrava reconvertida.*”⁷⁹⁵

Fosse em que data fosse, uma fonte britânica tira-nos as dúvidas que pudessem ainda subsistir. Emanuel Bonavia, citando uma nota do “*The Tropical Agriculturist*”, de Janeiro de 1883, retirada do jornal *Morning Post*, dá-nos conta de que a laranja de Valência havia então ultrapassado no mercado Britânico a laranja açoriana. Lê-se na referida nota: “(...) *The great bulk of the oranges come from Valencia, and other neighbouring Spanish ports – perhaps more than one half – and the trade of these ports has been constantly increasing; also from Lisbon, Villa Real, Aviero and Porto. (...).*”⁷⁹⁶ Era público e notório que “*the St. Michael’s orangeries were becoming diseased, like those of the other islands of the Azores group, such as Terceira, Fayal, and St. George’s, which once produced a large quantity of fruit.*”

O micalense Gabriel de Almeida, em 1884, pinta-nos o quadro geral da Ilha a ser reconvertida, destacando: 5 fábricas de tabaco existentes; cultura do ananás, feijão, ervilha, entre outras; cultivo de batata-doce destinada à fábrica do álcool da Lagoa; desenvolvimento da horticultura, decorrente do gosto de muitos proprietários por espécies exóticas; cultura da vinha, com várias castas pretas e brancas, sendo a mais cultivada a Isabel (vulgo uva de cheiro), por ser mais resistente às doenças que na altura atacaram a vinha; o café (cultivado por alguns proprietários mais por curiosidade e para consumo pessoal); ***O belo arbusto, o chá, produz excelentemente, havendo alguma porção de terreno já ocupado com este plantio; fabricando-se com proveito. A animação, sobre tal indústria, ainda jaz com pouco impulso, porque, se nos dispensassem o apoio devido, teria sido derramada, não só nesta Ilha e em todo o arquipélago açoriano, como em Portugal, e nas Ilhas de Cabo Verde, nossas possessões ultramarinas, onde o terreno é favorável à sua cultura.*** [nosso traço a grosso] Conclui, a propósito das dificuldades no desenvolvimento da produção, que, (...) *sem dúvida todas as culturas, entre nós implantadas, não alcançam o efeito desejado por falta de protecção.*”⁷⁹⁷

A este mesmo respeito, Maria Isabel João, afirma que “*em 1890, o álcool representa(va) 75% do valor total das exportações de S. Miguel, enviando-se para o exterior cerca de 5 milhões de litros, quantidade que ainda aumenta nos anos seguintes. A batata destilada pelas fábricas*

⁷⁹⁵ Dias, Ob. Cit., 1995, p.238.

⁷⁹⁶ Bonavia, Ob. Cit., 1888, p.280.

⁷⁹⁷ Almeida, Gabriel, *Indústria Agrícola*, tipográfica e litográfica na Ilha de S. Miguel (Açores), Ponta Delgada, 1884, pp. 17-18.

desta Ilha tem um valor quase igual ao dos géneros agrícolas exportados nesse ano."⁷⁹⁸ Iremos ver que seria no período em que o crescimento do álcool foi posto em causa pelas políticas do Reino que o segundo arranque do chá ocorre.

⁷⁹⁸ João, Maria Isabel, *Ob. Cit*, 1991, pp. 89-90.

Capítulo 3

O chá: as primeiras experiências

Lourenço José Boaventura de Almada (1799 - 1804), Capitão-General dos Açores, escrevendo ao monarca em 1801, dizia-lhe que havia chá nos Açores, mas que as pessoas o tinham “(...) *por curiosidade*”, sem fazerem “*o menor apreço, por lhes ser inteiramente incógnito o modo de secarem para poder chegar àquela consistência, que tem o chá, que vem da Índia, e por isso abandonam esta planta (...).*” Na óptica do mesmo governante, seria “*de tanta utilidade (...)*” caso houvesse “*quem lhes prescrevesse aquele método preciso para o fazer chegar à sua última perfeição.*”

Arquivo dos Açores, vol. XIII, Ponta Delgada, 1983, pp.515-51

3.1 – O chá no Continente Português

Duas décadas antes de ser declarada a independência do Brasil face a Portugal, mais precisamente no ano de 1800, terá existido uma tentativa (apenas projecto?) de introduzir a cultura (e talvez fabrico) do chá em Portugal. Sabemo-lo através dos catálogos de documentos do Arquivo Histórico Ultramarino sobre Macau e o Oriente, publicados no volume I, em 1996, e no volume II, em 1997. O Professor Isaú Santos, seu compilador, aduz aí dois documentos, que são a prova de que se pretendeu introduzir o cultivo/fabrico de chá em Portugal. Um deles é o ofício de 6 de Dezembro de 1800, do Ouvidor de Macau, António Pereira dos Santos, remetido a D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Nele, o Ouvidor expõe as dificuldades em enviar plantas de chá para a Europa. No entanto, manda nota de envio de sementes.⁷⁹⁹ Porém, o chá, em sementes ou em plantas, não terá vindo apenas de Macau, veio de Inglaterra (ou por Inglaterra) a partir de 1797, por intermédio do Abade Correia da Serra.⁸⁰⁰

Por esta mesma altura, segundo Edmond Goeze,⁸⁰¹ os naturalistas alemães Link e Hoffmannssegg, Johann Centurius Graf von Hoffmannsegg, conde de Hoffmannsegg (1766-

⁷⁹⁹ Moura, Carlos Francisco, Ob. Cit, 2012, pp.11-12.

⁸⁰⁰ Cartas de J. Correia da Serra a D. Rodrigo de Sousa Coutinho (Londres, 31-10-1797 e 21-8-1798) in A. Da Silva Carvalho, *O Abade Correia da Serra*, Lisboa, 1948, pp. 117 e 125.

⁸⁰¹ Impõe-se pelo papel de relevo que ocupou ao longo do processo inicial de introdução do chá na Ilha, como se verá, saber um pouco mais acerca de quem era Edmond Goeze (1838-1929). Além disso, supõe-se, a ligação de Goeze a José do Canto é igualmente importante e justificará plenamente este aparte. Goeze era um Prussiano do Holstein, outrora parte da Liga Hanseática, sendo o território mais a Norte da Alemanha. Quando desembarcou na Ilha, já ao serviço do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, provavelmente em Setembro de 1866, teria 28 anos feitos ou iria fazê-los nos meses seguintes. José do Canto conhecia Goeze do Jardins dês Plantes, de Paris, e dos Kew Gardens, de Londres, onde trabalhara, registe-se as ligações, que seriam úteis para todas as partes, respetivamente, com Joseph Decaisne (1807-1882) e Joseph Hooker (1817-1911). Em Portugal, passou depois ao jardim Botânico de Lisboa (1873), antes de regressar, em definitivo, em Dezembro de 1876 à Alemanha, onde se doutorou. Corresponder-se-ia, a julgar pelas cartas no espólio de José do Canto, de forma intermitente com José do Canto, pelo menos, até finais de 1893: escreve da cidade de Greifswald. Um trabalho de Goeze, escrito depois da morte de José do Canto (1898), provavelmente entre 1914 (a ser a oferta de chá proveniente da Gorreana, será a partir daí, ano em que Jaime Hintze assume o projeto da Gorreana) e 1927 (ano da publicação do trabalho), fala ainda de José do Canto. José do Canto ajudou e foi ajudado por Edmond Goeze. Este último, por via oral ou mais tarde por escrito, escreveu sobre o chá e o projeto do chá de José do Canto em revistas da França, da Alemanha e da Inglaterra. Porém, Goeze já não está em Portugal quando chegam Lau-a-Pan e Lau-a-Teng. Quanto a Joseph Decaisne (1807-1882), seria, segundo Goeze, útil (a José do Canto ou ao irmão Ernesto – a passagem não é clara) nos contactos com a China. Joseph Hooker (1817-1911), por seu turno, seria envolvido na experiência de 1878/9. José do Canto, havendo-lhe o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra

1849) e Johann Heinrich Friedrich Link (1767-1851), que haviam estudado Portugal entre os anos de 1779 e 1801, viram no Minho camélias que confundiram com chá. Confusão ou não, defendiam o cultivo do chá no Minho.⁸⁰² A este mesmo respeito, em 1888, Cristóvão Moniz lamentava “(...) *que, existindo já há muito em Portugal o arbusto, nada se tenha feito para desenvolver a sua cultura, sabendo-se, além disso, que poucos países estão, como o nosso, em tão boas condições, máxime a Província do Minho, para empreender uma exploração prometedora.*”⁸⁰³



[F. 26 - Conde de Hoffmannsegg (1766-1849)] [F. 27 - Johann Heinrich Friedrich Link (1767-1851)]
 Fonte: <http://sementesdeportugal.blogspot.pt/2015/11/as-incriveis-viagens-de-hoffmansegg-e.html>; Fonte: https://pictures.royalsociety.org/assets/object_images/6/17/6716/v0_web.jpg

2.º Tempo - Espaço Imperial Português e experiências de cultura e fabrico de chá: sem o Brasil (c. 1822 – c.1860). Já após a independência do Brasil, há conhecimento fiável de tentativas levadas a cabo no território continental português.⁸⁰⁴ Trata-se da do Visconde de Vilarinho de São Romão, que estava a par do que se passava no mundo do chá, da do Rei D. Fernando II (em Sintra), cientista curioso, da de Gaspar Pereira de Castro (no Minho), um regressante (por breve período) do Brasil. Além destes,

dado carta-branca para contratar alguém para aquele jardim, recomendara com o peso do seu prestígio (e laços de cumplicidade com Decaisne e Hooker) com êxito Edmond Goeze. Goeze teve a ocasião de visitar e recolher espécies botânicas de vários jardins da Ilha de São Miguel: os de António Borges e de José do Canto foram dois dos principais contribuidores.⁶ Assim se perceberá, o que se segue. Nota posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018: “(...) Regarding Edmund Goeze, I found out two things first he was the right actor of a German magazine called: Neue allgemeine Garten-Blumenzeitung. He was a chief Redactor of the Magazine from 1884 to 1890; 2- Later on, or while doing his job at the magazine, he became a professor for botanic. He published a 1882-year-old book probably in Germany with a title: Pflanzengeographie für Gärtner und Freunde des Gartenbaues. Link: <http://orchive.org/details/üflanzengeograp00goezgoog>. The magazine was from Hamburg, so I guess he was there at least 6 years. But, then, he was living in Greifswald and worked as a Garden Inspector. He was travelling a lot and there was a note on botanic activities at the university of Goettingen in Germany. But I don't found any specific information about that. Sheers Holger, 6 de Março de 2018.’

⁸⁰² Goeze, Edmond, *O chá, (extraído do Jornal de Horticultura Prática) in O Cultivador, Abril de 1876, Ponta Delgada, pp. 1127-1130.*

⁸⁰³ Moniz, Cristóvão, *Ob. Cit.*, Maio de 1888, p. 12; Moniz, *Ob. Cit.*, 1895, p. 32.

⁸⁰⁴ Albergaria, Isabel, *Uma Cultura exótica nos Açores: o chá de São Miguel* [s.d.] [no prelo], [p.6]: “Perdidas as plantações do Brasil a cultura do chá é experimentada nos Açores e mais tarde em Moçambique. (...)” Machado, Margarida, *The Culture of the tea in São Miguel island as a connection bridge to the east*, in actas do 1.º international interdisciplinary conference on Macao studies: intelectual exchanges between east and west, 2009, [no prelo], [p.5]: “o aumento da procura do chá em Portugal determinou o acréscimo da área cultivada e a perda do Brasil levou a algumas tentativas do cultivo do chá em solo português mas sem continuidade. Excepção para os Açores, na segunda metade do século XIX e para Moçambique (através do investimento de Sir Thomas Lipton) nos inícios do século XX.”

entre os que se conhecem, temos de mencionar D. Veríssimo Monteiro Serra, que fazia chá para consumo próprio e que influenciou Joaquim Manuel de Araújo Correia Morais. Em termos de suporte documental, há confirmação (directa e indirecta) para os primeiros, porém, para os casos de Gaspar Pereira de Castro, de D. Veríssimo Monteiro Serra e de Joaquim Morais, apenas temos os testemunhos publicados em 1881 e 1882 por Joaquim Morais, o que não é nem suficiente nem seguro.⁸⁰⁵ Apesar de haver muito a pesquisar e a confirmar sobre a história do chá no Continente português, por ser certamente importante também para o conhecimento correcto do chá dos Açores, importa relacionar estas duas experiências. A nossa viagem do chá, nos Açores, interage com todo o espaço atlântico e extra atlântico, português ou não.

Em resumo: a tentativa de Pereira de Castro decorre de uma iniciativa particular. Morais tentou, sem grande êxito, convencer a Casa Real. Em vez disso, persuadiu os responsáveis pela Casa de Bragança. O Rei fá-lo de modo diletante. As sementes e as plantas, importante pormenor, chegam do Brasil, da China e também de S. Miguel, nos Açores. É admissível que tenha ido chá do Continente para S. Miguel: algumas plantas ou mesmo sementes.

A primeira experiência realizada e conhecida de chá no Continente, depois da independência do Brasil, terá tido lugar algum tempo antes de Agosto de 1842, provavelmente, um ano ou dois anos antes. O 1.º Visconde de Vilarinho de S. Romão (1785 - 1863) realizou algumas experiências no *Jardim Botânico da Ajuda*, em Lisboa, dentro e fora de estufas.⁸⁰⁶ O chá, objecto dessa experiência, veio da Índia para o Brasil e do Brasil para Portugal continental. Para caracterizar a situação da agricultura nacional, o Visconde de Vilarinho, em 1822, usara a expressão “*discreta desordem*”.⁸⁰⁷

⁸⁰⁵ Haverá, para Joaquim Morais, que pesquisar os Arquivos do Palácio da Pena, em Sintra, do Paço Real, e da Serreníssima Casa de Bragança, bem como os periódicos da época. Entretanto, só temos a sua versão. O mesmo se dirá do chá do Minho e de Gaspar Pereira, que é transmitido por Joaquim Correia e seguido por outros, tais como Paulo, Ferrão, e, recentemente, Mário

⁸⁰⁶ António Lobo Barbosa Teixeira Ferreira Girão ou António Lobo Barbosa Ferreira Teixeira Girão (Sabrosa, Vilarinho de São Romão, 5 de Novembro de 1785 - Lisboa, 17 de Março de 1863), 1.º Visconde de Vilarinho de São Romão, foi um político, empresário agrícola, escritor e académico português. O título de 1.º Visconde de Vilarinho de São Romão foi-lhe concedido, em sua vida, por Decreto de 17 de Abril/Setembro de 1835 de D. Maria II. Foi Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Conselheiro de Sua Majestade Fidelíssima, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa por Decreto de 1 de Dezembro de 1834, Sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa e da Sociedade Promotora da Indústria Nacional, Sócio Honorário da Academia Real das Belas-Artes de Lisboa.

⁸⁰⁷ Radich, Ob. Cit., 1996, p. **xiv**



[F. 28 - 1.º Visconde de Vilarinho de S. Romão (1785 - 1863)]

Fonte: http://photos.geni.com/p13/21/d6/5e/b6/5344483ce41343f6/cuy75def_large.jpg

O Visconde de Vilarinho, o próprio no-lo diz, foi membro da Comissão Inspectora do Jardim Botânico da Ajuda por três anos, onde mandara semear o chá da Índia, cujas sementes vieram do Rio de Janeiro. O chá germinou e cresceu dentro e fora das estufas, obtendo-se, assim, segundo ele, a confirmação positiva da sua boa aclimação. Concluindo, em 1842, Vilarinho defendia a hipótese de poder *“cultivar no Algarve, e talvez em todo o Sul de Portugal, por que este País dá tudo (...)”*⁸⁰⁸ Que tipo de chá: chinês ou indiano? Vilarinho é um importante estudioso e vai ser seguido de perto pelos homens da *Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense*.⁸⁰⁹

A acolher o testemunho de Joaquim Morais, em termos cronológicos, o exemplo seguinte, será de D. Veríssimo Monteiro Serra, Bispo eleito de Pequim mas não confirmado, que vivia em Portugal. Este exemplo isolado poderá não ser único, mas tão-só um dos que se conhece, de gente que cultivou e fez chá no território Português (Continente e Ilhas). D. Veríssimo Monteiro Serra, que nasceu a 1 de Outubro e faleceu a 9 de Outubro de 1852 no Bombarral,⁸¹⁰ terá cultivado e feito chá, entre 1844, ano em que funda o Real Colégio da Missão Portuguesa, sediado em Portugal,⁸¹¹ e o de 1852, ano em que falece, em uma quinta

808 Câmara dos Pares, 31 de Agosto de 1842, p. 237; Visto em 21 de Abril de 2015; <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cp2&diary=a1842m08d31-0237&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

809 O 2.º Visconde (1822-1879), Álvaro Ferreira Teixeira Carneiro de Vasconcelos Girão, filho do 1.º Visconde, enquanto governador de Macau, virá a ser uma peça fundamental no projecto do chá da SPAM.

810 Cf. <https://geneall.net/pt/nome/2315478/d-verissimo-monteiro-da-serra-bispo-eleito-de-pequim/>

811 Nota posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018: Vicente, Ana Cláudia, As semanas nacionais de estudos missionários (1962-1978), in Correntes cristãs, política e missão nos séculos XIX e XX, in Lusitânia Sacra, Revista do Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, editado por Universidade Católica Portuguesa. Centro de Estudos de História Religiosa, 2.ª Série, Tomo XIX e XX, 2007-2008, p.309: “(...) (p.309) Neste ambiente, propício à institucionalização de dinâmicas formativas confessionais, foi a 12 de Agosto de 1856 decretada pelo Visconde de Sá da Bandeira, Ministro da Marinha e do Ultramar, a criação do Real Colégio das Missões em Cernache do Bonjardim. Este Colégio, ocupando o antigo edifício do Seminário do Grão-Priorado do Crato (o qual havia laborado entre 1791 e 1834), foi concebido como um estabelecimento estatal dirigido eclesiasticamente com o fim de formar missionários para provimento das dioceses e missões do Real Padroado. Tal criação teve por precedente a iniciativa encetada doze anos antes [1844] por D. Veríssimo Monteiro Serra, bispo eleito de Pequim, no Bombarral e em Lisboa (4) (Vide A Missão Portuguesa, Jornal Religioso, Lisboa:

de uma casa perto daquele Colégio.⁸¹² Em abono do exigível rigor histórico, em 1844, já não era Bispo de Pequim.⁸¹³

Ainda cronologicamente falando, seguir-se-ão as experiências do Rei D. Fernando II, com interesses ligados às Ciências Naturais e à investigação científica. Este estabeleceu uma plantação de chá na Serra de Sintra, ⁸¹⁴ Data de “(...) **1854** – (...) *(o) início da plantação do Alto do chá com oito árvores de chá.*”⁸¹⁵ O Alto do chá, localizado no Parque da Pena, “(...) *corresponde a uma área de 5 hectares (...), onde as plantas crescem nas fissuras de penhascos graníticos (...).* **D. Fernando II terá plantado 100 plantas de chá, 28 das quais sobreviveram até aos dias de hoje.**”⁸¹⁶

Segundo Azevedo Gomes, o chá de Sintra, tem “*origem micaelense, por oferta de José do Canto, na década de sessenta.*”⁸¹⁷ Tratar-se-á, a ser correcto, de uma leva posterior à inicial. Para explicar o intervalo de duas décadas entre a putativa oferta de José do Canto e a experiência, adianta ser “*possível que, de início, as plantas se tenham mantido com carácter de ornamental, pois só assim se compreende que, segundo Correia Morais, em 1882 – El-Rei o Senhor D. Fernando vai estabelecer esta cultura de chá nas suas propriedades de Sintra, tendo recebido, não dizendo a origem, duzentos arbustos de chá que constituirão a base da cultura.*”⁸¹⁸ De facto, Correia Morais, aliás, Joaquim Morais, em 1881-1882, refere que El-Rei, o Senhor D. Fernando, irá estabelecer esta cultura nas suas propriedades de Sintra, tendo, para isso, recebido da autoridade Superior de um Distrito Administrativo [Ponta Delgada? Muito provavelmente.] duzentos arbustos de chá do comércio.⁸¹⁹

Segundo Elsa Isidro e outros, em trabalho de 2016, “(p.109) *according to the Diário de Notícias newspaper on 28 th January 1883 [Deve ser 1882],*⁸²⁰ *Sintra was selected as the region for this experimental sowing of an important package of camellia seeds with the*

Imprensa Francisco Xavier de Sousa, N.º 1 a 48 (Abril de 1854 a Setembro de 1856), à qual o Padre Luís Bernardino da Natividade, seu discípulo, dava agora sequência.’

⁸¹² Joaquim Manuel Araújo Correia de, Ob. Cit., 1881, p.42: “(...) (p.42) *Vivia ele numa decente casa separada do Colégio, dentro dos muros da quinta; e no jardim desta casa tinha alguns arbustos, nascidos, de sementes que trouxera da China, e de cujas folhas preparava o seu chá, sem testemunhas.*”

⁸¹³ https://pt.wikipedia.org/wiki/Arquidiocese_de_Pequim: Bispos de Pequim: “Joaquim de Sousa Saraiva, C.M. (1804-1818), não pode entrar na China; Veríssimo Monteiro da Serra, C.M. (não foi confirmado); Caetano Pires Pereira, C.M. (1827 - 1838), administrador apostólico; João de França Castro e Moura (1841-1847) (não foi confirmado); Joseph-Martial Mouly, C.M. (1846 - 1856), administrador apostólico, depois nomeado bispo de Pequim em 1856 (...)”

⁸¹⁴ Mendes Ferrão, Ob. Cit., 1992, p. 165.

⁸¹⁵ Cf. <http://www.serradesintra.net/cronologia-sintrense/cronologia-de-1801-a-1900>

⁸¹⁶ https://www.parquesdesintra.pt/wp-content/uploads/2017/03/pr_Expo_Camelias_e_Orquideas_2017.pdf

⁸¹⁷ Mendes Ferrão, Ob. Cit., 1992, p. 165.

⁸¹⁸ Idem.

⁸¹⁹ Morais, Ob. Cit., 1882, pp. 10-11.

⁸²⁰ “*Informamos [Biblioteca Nacional] que após visualização do periódico “Diário de Notícias”, datado de 28 de Janeiro de 1883, não localizamos a notícia em referência. De todo o modo não podemos garantir a informação, na eventualidade de a notícia poder ser de difícil visualização.*”

objective of testing the (p.110) viability of launching the tea growing industry in the country."⁸²¹

D. Fernando, que sofria de cancro do palato, falece em 1885.⁸²² Da plantação de D. Fernando, já no tempo da viúva, Elise Hensler, "*se fizeram colheitas de folhas e preparação de chá entre 1890 e 1895, afirmando Azevedo Gomes que ali o saboreou, ser de boa qualidade e fino aroma.*"⁸²³ Desta plantação, ainda hoje existe um conjunto de chazeiros.⁸²⁴

Ao que se sabe, em 1941, um ciclone atingiu o Parque da Pena e danificou a plantação de chá; em 2013, foi novamente atingida por um "*violento temporal, que provocou a alteração drástica desta zona e das condições de desenvolvimento das camélias de chá.*" Todavia, em 2017, "*iniciou-se a recuperação das camélias de chá sobreviventes, através de podas de limpeza, revitalização e condução, e a plantação de 500 exemplares de Camellia sinensis. Em 2018 e 2019, serão plantados mais mil exemplares, perfazendo um total de 1500, recuperando-se integralmente esta zona do Parque da Pena. O projeto de restauro do Alto do Chá representa um investimento de cerca de 150 mil euros.*"⁸²⁵

Gaspar Pereira de Castro, em 1855, terá sido outro dos introdutores do chá no Continente.

A versão mais próxima daquele ano é-nos transmitida por Manuel António Fernandes da Silva Lira, sem o recurso a documentação escrita, recorrendo à memória oral de algumas pessoas. Fê-lo, em 1871, 14 anos depois dos acontecimentos que narra. Silva Lira era filho do novo proprietário do terreno de chá de Gaspar Pereira de Castro. Mas foi graças a Joaquim Morais que esta versão chegou até nós. Joaquim Morais, em 1871, ao indagar sobre a origem dos arbustos de chá, em Coura, obteve, a seu pedido, a versão do jovem Silva Lira sobre o chá de Gaspar Pereira de Castro.⁸²⁶

Antes de prosseguirmos a nossa narrativa, impõe-se obter uma resposta credível à pergunta: quão fiável será esta versão? A única resposta, só poder: honestamente não se

⁸²¹ Elsa, Nuno Oliveira e Pedro Sousa, *The tea at the Park of Pena*, in Proceedings in Dali, International Camellia Congress, Dali, Yunnan, China, 20 de Junho de 2016, pp. 109-110.

⁸²² Lopes, Maria Antónia, *D. Fernando II: Um Rei avesso à política*, Temas e Debates, Círculo dos Leitores, Lisboa, 2016.

⁸²³ Mendes Ferrão, Ob. Cit., 1992, p. 165.

⁸²⁴ Idem.

⁸²⁵ https://www.parquesdesintra.pt/wp-content/uploads/2017/03/pr_Expo_Camelias_e_Orquideas_2017.pdf; Cf. Isidro, Elsa, Nuno Oliveira e Pedro Sousa, *The tea at the Park of Pena*, in Proceedings in Dali, International Camellia Congress, Dali, Yunnan, China, 20 de Junho de 2016, pp. 106-115.

⁸²⁶ Joaquim Manuel Araújo Correia de, Ob. Cit., 1881, pp.13, 14, 15: "(...) *perguntando* [ao estalajadeiro da serra de Nafarra] *pelo pretendido brasileiro, sem que dele se lhe desse notícia* (p.13), (...) (p.14) *depois de alguma peregrinação lá foi encontrar o sítio ou a morada do sementeiro dos arbustos.* 'Aí, encontrando o novo proprietário, este para satisfazer a curiosidade de Morais "(p.15) *determinou a um filho seu, jovem de muita elevada inteligência, que escrevesse o episódio do aprecio do chá do comércio no concelho de Coura.*' Como o fez? Resposta: "(p.15) *Assim o fez de improviso o inteligente jovem.*"

sabe. Seria necessário, entre outras pesquisas, investigar a biografia de Gaspar Pereira de Castro, além de apurar em que dados (entrevistas, ouvir dizer, documentos) se apoiou Manuel António Fernandes da Silva Lira para escrever a sua narrativa. No entanto, sem quaisquer reservas, tem sido citada.⁸²⁷ Da nossa parte, a quem a use, aconselhamos cautela.

Vejamos as citações. Em 1881, Joaquim Manuel de Araújo Correia Morais, dá o mote e publica o testemunho escrito de Manuel António Fernandes da Silva Lira, recolhido talvez (quando andou pelo Minho) 10 anos antes. Fá-lo em conformidade.

Porém, em 1882, o mesmo Joaquim de Morais, no seu *Manual do Chá*, uma versão resumida do que considerou ser o essencial do trabalho de 1881, sem especificar nomes e datas (podia ter feito melhor, pois dispunha dos dados de Silva Lira), apresenta uma versão daquela

⁸²⁷ Idem, Nota 4: Aparecimento do Chá em Coura: Manuel António Fernandes da Silva Lira, pp. 50-53: '*Gaspar Pereira de Castro, era filho de uma distinta família desta aldeia, a quem as nossas convulsões políticas, e a plantação da formosa árvore da liberdade, reduziu a tão precárias circunstâncias, que ele, e mais membros da sua família, se viram obrigados a abandonar a terra em que nasceram em procura de melhor fortuna. Era no Brasil, como ainda hoje, a nova Colchos, aonde os filhos de Portugal iam conquistar à custa de trabalho o velocino de ouro. Foi para lá que ele dirigiu seus passos, e (p.51) aonde reuniu alguns recursos, enlaçando-se com uma filha daquele país. E mais tarde aguiolhado pelas saudades da pátria, e talvez abrigando na mente ideias de um futuro auspicioso pela cultura do chá, que desejava introduzir nesta aldeia, regressou a terra natal. (p. 50) Corria o ano de 1855, quando os seus parentes e conhecidos o viram inesperadamente no meio deles; comprou a quinta de seus pais, sob cujo tecto fora embalado, e onde passara os risonhos dias da sua infância. Apenas albergado, procurou levar à realidade, se possível fosse, a cultura do chá, ideia grandiosa, que lhe povoava a imaginação; e, receoso de que o solo de Coura, o seu clima áspero e um tanto frígido, não fosse adequado à germinação das plantas, arrendou uma porção de terrenos na Vila de Ponte de Lima, em cujo seio, talvez pelos meses de Março ou Abril, depositou as sementes que consigo trouxera do Nono Mundo. E a natureza devolveu á luz do dia o depósito que lhe havia confiado: e pelos meses de Janeiro ou Fevereiro [de 1856 ou 1857] transplantou para a sua propriedade centenas das tais plantazinhas, que teriam de crescimento pouco mais do que um décimetro, e quase todas viveram, e se arreigaram á nova pátria. É verdade que empregou muita cautela e delicadeza para com elas. Decorrido pouco mais de um ano resolveu (p.52) volver ao Império Brasileiro, porque a saúde de sua esposa era débil, e se tinha ressentido com o clima, e outros motivos só dele conhecidos concorriam para esta resolução. Vendeu a propriedade que tinha comprado, e na qual se achavam as novas plantas que ele considerava como uma grande riqueza, e um valioso tesouro: quis vendê-las por subido preço, não encontrou porém pretendentes; porque os lavradores e proprietários desta aldeia somente cultivam aquilo de que têm a certeza de tirar um próximo interesse, e que seus maiores cultivavam; e aquelas plantas as reputavam para eles improdutivas. Arrancou-as, pois, e antes da sua partida as destruiu. Contudo, deu ao novo comprador, Francisco José Fernandes Lira, uns vinte e tantos pés, que ele distribuiu por diferentes senhores. Em poder de alguns dos quais ainda se conservam como raridade, desprezados, e sem lhes ligarem a menor importância. O proprietário da referida propriedade tem algumas, cujo crescimento, cujo crescimento todos os anos retarda, aparando-as; por isso se não tem elevado a grande altura. Mas, nesta mesma localidade, em poder de um daqueles a quem foram distribuídas, que as deixou em completo abandono, porém as não decepou, encontram-se algumas que tem atingido a elevação de três metros e meio, pouco mais ou menos. (p.53) E na referida propriedade tem-se reproduzido com suma facilidade, e sem o mínimo cuidado, aparecendo todos os anos uma infinidade delas pequenas sob a planta mãe, que apenas se elevam acima do solo, são logo destruídas pelo alvião. Todos aqueles que as têm visto adquirem a plena convicção que este terreno é adequado à sua cultura e de todo o Portugal; porque o chá é uma planta vivaz, porque resiste como nenhuma outra a qualquer temperatura, e a todas as vicissitudes da atmosfera. Nasce, cresce e desenvolve-se com espantosa rapidez; não só em terrenos arroteados e adubados, mas também nos mesmo incultos, e até por entre pedras. Pessoas fidedignas que o tem visto em regiões americanas confessam que este não é em cousa alguma inferior ao daquelas regiões. Aqui nesta povoação, e talvez em quase todo o nosso reino, é considerada esta planta como uma coisa inútil, porque se ignora o meio de a preparar; e estão todos persuadidos que para isso é preciso despender fabulosos cabedais. Eu que tenho visto detidamente o desenvolvimento destas plantas, porque vivo na propriedade onde existem, por ser filho do proprietário dela, garanto a veracidade dos factos supra alegados. Manuel António Fernandes da Silva Lira.'*

(alegada: já vimos que houve outras conhecidas) primeira introdução de chá conhecida no Continente português.⁸²⁸

Sobre o mesmo chá do Minho, em 1992, Paulo Rosa, citando José Serrão, do *Instituto Superior de Agronomia*, que, por seu turno, citara o trabalho de Morais, reproduz a mesma versão.⁸²⁹ O que teria ocorrido, “*nos finais do século XVII*.”⁸³⁰ No entanto, esta data deve resultar de uma gralha ou de um erro de citação, já que José Serrão diz claramente que foi em meados do século XIX.⁸³¹ Paulo Rosa continua, explicando tratar-se de um “*ex-emigrante no Brasil que, após várias tentativas fracassadas em Coura e Ponte de Lima, regressou ao Brasil, donde a sua esposa era natural, sem conseguir vender as plantações em que investira*.”⁸³² Na verdade, escolhera uns terrenos nas proximidades de Ponte de Lima para proceder à sementeira, cujas sementes germinaram bem, e, por isso, mandou transplantá-las, com o máximo cuidado possível, para as suas propriedades em Coura.⁸³³ Porém, ao tentar vender as jovens plantações por quantias elevadas, ninguém se mostrou interessado

⁸²⁸ Morais, Ob. Cit., 1882, p. 17. Indo à fonte, a Morais, 1881, que usa o testemunho, sem data, de Manuel António Fernandes da Silva Lira, filho do comprador da propriedade do chá de Gaspar Pereira de Castro, confirma-se o nome e a data: Gaspar Pereira de Castro, o ano de 1855 e a ligação ao Brasil. Depois de destacar o êxito da introdução do chá no Brasil, Morais diz: “*Muito depois disso (de 1810's), um patriota Português para não perder a vida como perdera a Fazenda por causa das suas opiniões políticas, emigrou para o novo Império, (só depois de 1822), de que se fez cidadão, e do qual voltou com as sementes e os meios necessários para estabelecer na sua antiga Pátria essa importante cultura. Porém, quando ela já se achava prometedora, ocorreram outras comoções políticas, que levaram aquele forçado Brasileiro a procurar a sua Pátria de adoptiva. E destruindo primeiro as plantações do seu chá, para que ninguém se utilizasse delas (...).*”

⁸²⁹ Rosa, Paulo, *Chá uma bebida da China*, Património Natural dos Açores, Mirandela, Viseu, 2004, p. 39: “*o primeiro a tentar a cultura do chazeiro em Portugal continental (...) foi Gaspar Pereira de Castro*”.

⁸³⁰ Idem.

⁸³¹ Mendes Ferrão, Ob. Cit., 1992, p. 162; Citando a fonte inicial, fonte que Ferrão usa, confirma 1855: Morais, Joaquim Manuel Araújo Correia de, *Apontamentos sobre a Cultura do Chá do Comércio ou demonstração autêntica de que esta importante cultura foi assassinada no Continente por um mágico abuso de confiança, ressurgindo no arquipélago dos Açores com as sementes que vieram do Brasil para a generalizar em todo o reino*, Lisboa, Tipografia de G. M. Martins, 1881: “(...) (p.50) Nota 4: **Aparecimento do Chá em Coura: Manuel António Fernandes da Silva Lira** (...) Corria o ano de 1855, quando os seus parentes e conhecidos o viram inesperadamente no meio deles; comprou a quinta de seus pais, sob cujo tecto fora embalado, e onde passara os risonhos dias da sua infância. Apenas albergado, procurou levar à realidade, se possível fosse, a cultura do chá, ideia grandiosa, que lhe povoava a imaginação; e, receoso de que o solo de Coura, o seu clima áspero e um tanto frígido, não fosse adequado à germinação das plantas, arrendou uma porção de terrenos na Vila de Ponte de Lima, em cujo seio, talvez pelos meses de Março ou Abril, depositou as sementes que consigo trouxera do Novo Mundo. E a natureza devolveu á luz do dia o depósito que lhe havia confiado: e pelos meses de Janeiro ou Fevereiro [de 1856 ou 1857] transplantou para a sua propriedade centenas das tais plantazinhas, que teriam de crescimento pouco mais do que um decímetro, e quase todas viveram, e se arreigaram à nova pátria. É verdade que empregou muita cautela e delicadeza para com elas.”

⁸³² Rosa, Ob. Cit., 2009, p. 39; Nota posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018, citando a fonte inicial, fonte que Paulo Rosa usa, confirma toda esta parte: “4: **Aparecimento do Chá em Coura: Manuel António Fernandes da Silva Lira** (...) (p.50) (...) (p. 51) Decorrido pouco mais de um ano resolveu (p.52) volver ao Império Brasileiro, porque a saúde de sua esposa era débil, e se tinha ressentido com o clima, e outros motivos só dele conhecidos concorriam para esta resolução. Vendeu a propriedade que tinha comprado, e na qual se achavam as novas plantas que ele considerava como uma grande riqueza, e um valioso tesouro: quis vendê-las por subido preço, não encontrou porém pretendentes; porque os lavradores e proprietários desta aldeia somente cultivam aquilo de que têm a certeza de tirar um próximo interesse, e que seus maiores cultivavam; e aquelas plantas as reputavam para eles improdutivas. Arrancou-as, pois, e antes da sua partida as destruiu. Contudo, deu ao novo comprador, Francisco José Fernandes Lira, uns vinte e tantos pés, que ele distribuiu por diferentes senhores. Em poder de alguns dos quais ainda se conservam como raridade, desprezados, e sem lhes ligarem a menor importância.”

⁸³³ Mendes Ferrão, Ob. Cit., 1992, p. 163.

para o que muito terá contribuído o desconhecimento que havia em Portugal da cultura e da preparação do chá.⁸³⁴ Não se perdeu, todavia, por completo a experiência, já que o seu estado vegetativo era considerado muito bom,⁸³⁵ sabendo-se que um dos contemplados com plantas de chá, João Fiúza de Matos, residente em Ponte de Lima, veio a constituir um dos núcleos mais importantes na difusão desta planta noutras zonas do Sul do País.⁸³⁶ Do conjunto inicial, existem referências muito vagas da existência, nomeadamente, em Viseu e outras terras das Beiras.⁸³⁷

Entre os anos 1855 e 1861, portanto, antes da experiência micaelense (da SPAM, de 1878, mas, no mínimo, contemporânea da experiência de sócios dela, pois, já em inícios da década de sessenta José e Ernesto do Canto e José Jácome Correia, desenvolviam as suas), Joaquim Manuel de Araújo Correia de Moraes, “*que foi Professor do Real Colégio da Missão Portuguesa de Pequim,*” em Portugal, apresentou-se na Corte de D. Pedro V [rei entre 1853 a 1861] a promover um projeto da cultura do chá, propondo-se divulgar conhecimentos que adquirira, e sugerindo a importação de sementes de onde fosse possível (Minho e Brasil, sobretudo).⁸³⁸ Dizia-se conhecedor da planta do chá (e do seu fabrico), que cultivara, talvez no Bombarral, após o falecimento do Bispo eleito de Pequim, em Outubro de 1852. Pouco se sabe da vida de Moraes, além do que já foi dito: quando e onde nasceu? Quando e onde faleceu? Sabe-se que, em 1871, tinha pelo menos um filho, que moraria em Almada e que, em 1881, era já professor jubilado.⁸³⁹ Talvez se pudesse saber mais através dos arquivos (a existirem, onde estarão?) do *Real Colégio da Missão Portuguesa de Pequim,*” em Portugal.

Na medida em que Moraes segue, pela imprensa, enquanto descreve detalhadamente a sua experiência com o chá, as experiências desenvolvidas na ilha de S. Miguel, o contrário não parece suceder, pelo menos nas notas de que dispomos, e porque reclama a primazia das suas em detrimento das experiências da Ilha, ao ponto de acusar os da Ilha de “plágio” e de roubo, vamos segui-lo com cuidada atenção. É, sem dúvida, um episódio que interessa à História do Chá em Portugal.

⁸³⁴ Mendes Ferrão, Ob. Cit., 1992, p. 163.

⁸³⁵ Idem.

⁸³⁶ Idem.

⁸³⁷ Idem, p. 164.

⁸³⁸ Mendes Ferrão, Ob. Cit., 1992, p. 164; Entrada in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. XVII, Editorial Enciclopédia, Limoad, Lisboa-Rio de Janeiro, [s/d], p.810. Aí se acrescenta que foi Professor de Filosofia no Liceu de Santarém. E dá-se nota de diversos trabalhos publicados, entre, 1838 e 1851. Não é referido o seu trabalho sobre o chá. Será a mesma pessoa?

⁸³⁹ Moraes, Joaquim Manuel Araújo Correia de, Ob. Cit., 1881, Rascunho de Carta de Sebastião do Canto e Castro Mascarenhas, Administrador geral da Sereníssima Casa de Bragança, Lisboa, a Joaquim Moraes, Ponte de Lima, 4 de Setembro de 1871.

Após esta declaração inicial, vamos ver o que escreveu o próprio Morais sobre o assunto: “(...) (p.42) *Quando o autor foi ocupar a cadeira de Filosofia do Real Colégio da Missão Portuguesa, fundado pelo Bispo eleito de Pequim; achou ali arrancados uns arbustos, que lhe disserem ser de chá da China; dos quais o defunto bispo [D. Veríssimo Monteiro Serra faleceu no Bombarral em 9 de Outubro de 1852.] tirava chá do seu uso, desprezando o do comércio, embora o mandasse comprar para o gasto do Colégio.*”⁸⁴⁰ Morais, de seguida, não diz exactamente quando plantou (mas depois de 9 de Outubro de 1852) “(p. 44) (...) *os arbustos que não estavam mortos de todo, conseguindo uma boa porção de sementes que produziram alguns milheiros de arbustozinhos; os quais, sendo transferidos para uma quinta de terreno semelhante ao em que os primeiros tinham sido criados, adquiriram bom tamanho, e davam boas esperanças.*”⁸⁴¹ Ora, para produzir semente, e para estas produzirem arbustozinhos, nunca menos de um ano a dois, portanto, em 1854 ou 1855. E para estes arbustozinhos crescerem bem, mais um ano, o que apontaria para 1855 ou 1856.

Continuemos a segui-lo, com continuada atenção, no que diz respeito a esta sua alegada (não temos contraditório) experiência inicial. Diz ele que ao “(...) *preparar as folhas deles pelo modo que achava escrito em vários autores; apenas pôde conseguir, depois de repetidas operações, enrolar as folhas dos arbustos e torrâ-las; porque o sabor da infusão, apesar dos maiores esforços empregados, como diziam os autores, ficava sempre muito diverso do sabor do chá do comércio.*”⁸⁴² Assinalam-se, desde logo, dois erros bastante primários para quem afirmava perceber de chá: presumira que o estado de desenvolvimento da folha dos arbustos não era essencial, diz ele, “*crente, por estes factos, no que tinha lido nalguns autores, os quais afirmam que as folhas dos arbustos do chá não têm qualidades especiais,*” admitia, no entanto, que utilizara um processo incorrecto de fabrico de chá, que “*o sabor estético e agradável, de que são dotadas, é obra dos que as preparam.*” O conhecimento de Morais era livresco, seguindo a sugestão de autores ultrapassados. Mais tarde refere Frei Leandro do Sacramento. Pela sua imperícia, tirou uma conclusão: “(...) *assentou que devia desistir da empresa começada, ou procurar quem o auxiliasse nela em benefício do país.*”⁸⁴³

Não querendo desistir, procura quem o possa financiar. Com esse desígnio em mente, foi procurar apoio junto da Coroa Portuguesa. Caso conseguisse, seria um aliado de peso, do ponto de vista económico e político. Por esta altura, pelo que sabemos, pelo menos em relação a José do Canto, Morais estava um passo à frente no chá: “*depois de ter metido numas bocetazinhas várias amostras de chá das folhas dos seus arbustos, que na aparência se não*

⁸⁴⁰ Idem, p.42.

⁸⁴¹ Idem, p.44

⁸⁴² Idem

⁸⁴³ Idem

diferenciavam do chá do comércio, dirigiu-se o autor ao (p.45) Palácio das Necessidades com essas amostras e um memorial, em que relatava o estado do seu empreendimento [Onde se encontrará esse memorial? Seria um bom contributo para esclarecer este período]; pedindo ao imortal soberano, que era então el-rei D. Pedro V [Ascendeu ao trono em 1853, porém, com apenas dezasseis anos de idade, seu pai, D. Fernando II (que terá chá em Sintra), foi regente do reino até sua maioridade em 1855. D. Pedro V faleceu em 11 de Novembro de 1861.], que se dignasse de encarregar uma comissão de químicos, e de médicos, que concluíssem o que faltava, para dotar o país com a importante cultura do chá.”⁸⁴⁴

Ficara combinado, para dali a oito dias, um novo encontro. Porém, nesse mesmo dia, ao sair do Palácio, encontrou um amigo regressado do Brasil, com chá, que o fez desistir daquela empresa.⁸⁴⁵ Ferrão, a propósito deste trecho, afirma que Moraes (em que é que se baseou?) não encontrou grande receptividade para esta sua iniciativa.⁸⁴⁶ Porém, segundo a versão de Moraes, fora ele e não a coroa a desistir. Seria assim? Tirar-se-iam dúvidas, possivelmente, pesquisando os Arquivos competentes.

A julgar pelo que escreveu Moraes, reconhecendo o seu desconhecimento e erro, desistiu (ou foi levado a desistir pela recusa do Rei) do chá antes de Novembro de 1861, ano em que falece D. Pedro V. Anos mais tarde (infelizmente, não diz em que ano exacto), segundo ele, *“estando o autor inteiramente esquecido da cultura do chá, viu no Diário de Notícias (Qual número?), um anúncio de um cavalheiro de Ponte de Lima, que dizia ter na sua quinta grande quantidade de arbustos de chá; os quais tratava.”*⁸⁴⁷ Ainda assim, não dera logo importância, alegadamente *“(…) por se persuadir que o anunciante estaria enganado como o autor estivera com os seus arbustos vindos da China (…).”* Todavia, *“passados anos [Quantos não sabemos? Finais dos anos sessenta e inícios da década seguinte?] teve a tentação de solicitar de Ponte de Lima um ramo dos arbustos anunciados, se lá se pudesse conseguir.”*

Pouco tempo depois de lhe enviarem de Ponte de Lima, *“(…) um caixote de formosos ramos de arbustos de chá, da mesma natureza dos que vira do Brasil’* Moraes *‘coligiu algumas folhas, que preparou, humedecendo-as com água, para as escaldar e enrolar, obtendo delas uma*

⁸⁴⁴ Idem, pp.44-45.

⁸⁴⁵ Idem, pp.45-46: *“(…) à porta da hospedaria alentejana um conhecido seu, que vinha do Brasil, e que entre os objectos da sua bagagem trazia um caixote com duas plantazinhas’, far-lhe-ia desistir do projecto. Comparando as folhas das plantas que alcançara das do Bispo de Pequim, com as daquele, persuadiu-se que as suas não prestavam. Isso ocorreu quando “Mastigou o autor uma folha de um dos arbustos, que mostrou ser de natureza mui diversa da dos arbustos que ele possuía, embora na aparência se assemelhassem os arbustos; e depois de tirar uma cópia da dita memória, (p.46) e de conhecer o engano, em que laborava, abandonou o autor os apreciados arbustos que possuía, e não voltou ao passo.”*

⁸⁴⁶ Mendes Ferrão, Ob. Cit., 1992, p. 164.

⁸⁴⁷ Moraes, Joaquim Manuel Araújo Correia de, Ob. Cit., 1881, pp.46-47.

*infusão, que bem podia suprir a falta de alguns dos chás, que se encontram no comércio.”*⁸⁴⁸ Foi a partir deste ponto que considerou ter obtido sucesso, que Morais decidiu “*que o seu empreendimento (p.47) podia realizar-se com interesse de todo o país, e por isso ofereceu a sua descoberta à Sereníssima Casa de Bragança, na certeza de que esta havia de generalizá-la; porque dali costumam sair os monarcas portugueses, e a riqueza dos soberanos anda mais ligada com a de todos os súbditos do que a de qualquer companhia de comércio.*”⁸⁴⁹ Por esta altura, no entanto, em S. Miguel, estava-se um passo à frente na experiência do chá.

Antes de seguirmos caminho, algumas perguntas precisam de resposta. Por que razão terá o Administrador Geral da Casa de Bragança aceite a proposta de Joaquim Morais? Porque propôs Joaquim de Morais o seu projecto à Casa de Bragança? Porque falhou o projecto? Quando terminou o projecto? Para respondermos cabalmente a estas perguntas, haveria que pesquisar a fundo o Arquivo da Casa de Bragança.⁸⁵⁰ Entretanto, dispomos de alguns rascunhos de cartas, incluídos na primeira parte (memórias), do livro de Morais de 1881, mas que, após indagação, não constam dos arquivos da Casa de Bragança.⁸⁵¹ Além destas cartas, dispomos da sua memória das experiências do chá, que se encontram publicadas, na primeira parte daquele livro.⁸⁵² Todavia, que valor terão? Infelizmente, por ora, não dispomos de outras fontes.

⁸⁴⁸ Idem.

⁸⁴⁹ Idem, p.47.

⁸⁵⁰ Enviámos pedido a este Arquivo, segunda-feira passada, 10 de Dezembro. Recebemos hoje a resposta: vão-nos ajudar.

⁸⁵¹ Quanto a estas cartas: “*Caro senhor. Espero que tenha passado um bom Natal. Relativamente às cartas que referiu no seu último e-mail, verifica-se que elas não constam dos nossos registos, assim como não consta correspondência recebida do senhor Joaquim Manuel de Araújo Correia de Morais. Tendo em conta as datas e locais que refere, presumo que se trate de correspondência trocada a título particular, e, eventualmente, nas férias do administrador, quando este se encontrava em Ponte Lima. Cartas oficiais, da administração-geral da Casa de Bragança teriam que ser emitidas em Lisboa, no edifício sede da mesma casa. De qualquer maneira, o nome do correspondente foi pesquisado nos índices de correspondência recebida para as datas que indica e nada consta. Relativamente à sua questão sobre Sintra, aquilo que temos são os documentos da Secretaria Particular do rei D. Fernando II, que se encontrava no Palácio das Necessidades. Com os melhores cumprimentos e votos de continuação de Boas Festas. Marta Páscoa. Arquivista.*” (26 de Dezembro de 2018)

⁸⁵² Morais, Joaquim Manuel Araújo Correia de, *Ob. Cit.*, 1881. É composto por Prólogo (pp. 3-5); **Parte Primeira:** *Do modo como neste país se introduziu a cultura do Chá do comércio, e do estado em que ela se achava quando foi assassinada, e ressurgiu na Ilha de S. Miguel:* Capítulo I: [sem título] (pp. 6-8); Capítulo II [sem título] (pp. 8-10); Capítulo III [sem título] (pp. 10-11); Capítulo IV [sem título] (pp. 11-12); Capítulo V [sem título] (pp. 12-16); Capítulo VI [sem título] (pp. 16-17); Capítulo VII [sem título] (pp. 17-18); Capítulo VIII [sem título] (pp. 18-22); Capítulo IX [sem título] (pp. 22-26); Capítulo X [sem título] (pp. 27-29); **Parte Segunda:** *Modo fácil de se reiterar neste país a cultura do chá do comércio, e de em menos de quatro anos poder ser exercida com grande proveito por todos os habitantes do Continente, que a essa cultura se dedicarem:* Capítulo XI [sem título] (pp. 30-31); Capítulo XII [sem título] (p.31); Capítulo XIII [sem título] (pp.33-34); Capítulo XIV [sem título] (pp.34-35); Capítulo XV [sem título] (pp.35-37); Capítulo XVI [sem título] (pp.37-41); Notas: Nota 1 [sem título] (pp.42-46); Nota 2 [sem título] (pp.46-47); Nota 3 [sem título] (pp.47-50); Nota 4: Aparecimento do Chá em Coura, (pp. 50-53); Nota 5: Eis aqui as três cartas escritas para Ponte de Lima (pp. 53-60). Primeira Carta: Sebastião do Canto Castro Mascarenhas, Lisboa, a Joaquim Manuel de Araújo Correia de Morais, Ponte de Lima, 9 de Agosto de 1871; Segunda Carta: Escrita ao autor para Ponte de Lima. Pertence à nota 4: Sebastião do Canto Castro Mascarenhas, Lisboa, a Joaquim Manuel de Araújo Correia de Morais, Ponte de Lima, 26 de Agosto de 1871; Terceira Carta (também pertence à nota 5: Sebastião do Canto Castro Mascarenhas, Lisboa, a Joaquim Manuel de Araújo Correia de Morais, Ponte de Lima, 4 de Agosto de 1871; Esta Nota pertence à Nota 6: Augusto Falcão da Fonseca, Ponte de Lima, a Joaquim Manuel de Araújo Correia de Morais, Lisboa/Almada, 6 de Novembro de 1871; Esta Carta

Por que razão terá o Administrador Geral da Casa de Bragança aceite a proposta de Joaquim Morais? Talvez pelo facto de o administrador Geral da Casa de Bragança, Sebastião Mascarenhas, ter sido ministro e governador civil do Porto e por, provavelmente deter ligações ao Brasil. Estas circunstâncias talvez o tenham feito perceber o interesse económico em introduzir a cultura e o fabrico do chá em Portugal continental. Como Governador Civil do Porto, deve ter constatado que naquele Distrito se consumia cada vez mais chá vindo de fora do País. Como Ministro do Reino, terá percebido o mesmo. A sua ligação ao Brasil deve tê-lo feito aderir à cultura do chá (a exemplo do que fizera D. João VI), tanto mais que ela se desenvolvia bem naquela antiga possessão Portuguesa. Porque propôs Joaquim de Morais o seu projecto à Casa de Bragança? Porque, talvez, considerasse a Casa de Bragança (além do Rei) a entidade com peso político e meios económicos para levar a cabo as suas propostas, antes de as disseminar por todo o país. Porque falhou o projecto? Porque acabaria a experiência no terreno por ser um fiasco completo? Para o justificar, Morais acusaria de sabotagem os que desejavam beneficiar o chá emergente nos Açores. Será? Quando terminou o projecto? Coincide, temporalmente, com a morte de Sebastião Mascarenhas (20 de Dezembro de 1875) e com a do seu substituto, Augusto César Falcão da Fonseca (24 de Março de 1877).

Voltemos ao ponto inicial. O projecto de Morais e da Casa de Bragança avança. Datado de 22 de Maio de 1870, temos um rascunho de Carta, escrito e assinado pelo Excelentíssimo Administrador Geral da Sereníssima Casa de Bragança, Sebastião do Canto e Castro Mascarenhas, tendo por destinatário o Embaixador Português no Brasil. Aí, se pede para este obter sementes “*do Jardim Botânico da Lagoa de Rodrigo de Freitas, ou de São Paulo, onde é cultivado em maior escala a fim de nos alcançar uma caixa de sementes de chá.*”⁸⁵³ Em simultâneo, pedia-se igualmente o envio de “*qualquer processo sobre a fabricação e cultura do chá, se por acaso mais alguma coisa está escrita além do que se praticava em 1824.*”⁸⁵⁴ Havia-se admitido alguma ignorância, pelo que precisavam de literatura técnica sobre a cultura e o fabrico de chá e sementes em boas condições. Para isso, em 1870, era o Brasil o

pertence à Nota 7: Sebastião do Canto Castro Mascarenhas, Lisboa, a Joaquim Manuel de Araújo Correia de Morais?, 4 de Janeiro de 1874; Nota 7: Importância da Cultura do Chá do Comércio (pp. 61-62); Frei Leandro do Sacramento, Memória Económica sobre a plantação, cultura, e preparação do Chá, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1825, (pp. 63-120): [Introdução: pp. 64-65]; Descrição da Planta do Chá da família das Emphorbeaceas de Jus. Clas. Polyandria. Mong de Lin. (pp.66-68); Cultura do Chá (pp.68-78); Colheita do Chá (pp.78-89); Segunda Preparação do Chá (pp. 89-95); Terceira e última operação (pp. 95-97); Reflexões sobre a Cultura do Chá (pp. 97-105); Reflexões sobre o processo de preparar o Chá (pp. 105-117); Instrumentos que constituem uma completa oficina de preparar Chá (pp.117-120).

⁸⁵³ Morais, Joaquim Manuel Araújo Correia de, *Ob. Cit*, 1881, Rascunho de carta de Sebastião do Canto e Castro Mascarenhas, Administrador geral da Sereníssima Casa de Bragança, Lisboa, ao Embaixador Português no Brasil, ?, em 22 de Maio de 1870, p. 49.

⁸⁵⁴ Idem.

local certo. Para S. Miguel, ao invés, já era a China e outras literaturas, pois a Ilha estava mais avançada.

Quem era Sebastião de Canto e Castro? Nasceu a 10 de Junho de 1821, a bordo da nau *Rainha de Portugal*, em viagem do Rio de Janeiro para Lisboa, e morreu a 20 de Dezembro de 1875.⁸⁵⁵ Reformou-se em 1873, no posto de tenente-coronel. Foi ministro das Obras Públicas de 4 a 22 de Julho de 1868, no Governo do Conde de Ávila. Foi eleito para a Câmara dos Deputados, mas não tomou posse, optando por ser Ministro. Não sabemos se e quando chegaram as sementes do Brasil e o seu destino final. Entretanto, Sebastião Mascarenhas fora Governador Civil do Porto no interregno da carta anterior e da seguinte: de 4 de Setembro de 1870 a 18 de Abril de 1871. Vai, a partir de então, dar um novo impulso ao cultivo do chá.

Quase um ano depois, em 25 de Março de 1871, Sebastião do Canto e Castro Mascarenhas escreve a João Fiuza de Matos, “(...) *agradecendo os arbustos de chá do comércio; que lhe tinham sido entregues, e mostrando-se sobremaneira penhorado por tão valioso presente.*”⁸⁵⁶ Trata-se da oferta de arbustos descendentes do chá de Gaspar Pereira de Castro vindos do Minho. Portanto, a experiência continua. Às sementes do Brasil, somam-se os arbustos do Minho. Em que estado se encontrariam uns e outros?

Ainda não haviam feito chá, porém, Mascarenhas prometia a Fiuza “*Do primeiro chá que fizermos, Vossa Excelência será dos primeiros provadores.*”⁸⁵⁷ Pretendia mais sementes. E partilhava com Fiuza pormenores concretos do projecto: “*Quero mandar fazer sementeiras nas diversas terras da Casa de Bragança, e mesmo promover a sua cultura por outras terras do reino, a fim de podermos comparar os produtos, e ver se podemos conseguir obter um aceitável.*” À altura ainda não haviam recebido o que havia pedido: “*Da Província de São Paulo no Brasil, espero uma porção de sementes.*” Repare-se nos pormenores. Confessava, primeiro, nada saber da cultura do chá, todavia, tinha “*(...) um amigo, um homem bastante inteligente [Morais?], que há mais de doze anos [mais de 12 anos antes de 1859] trabalha para obter a semente do chá mas sem resultado!*” Moraes, segundo este testemunho, ainda não obtivera qualquer sucesso. Apesar de não estar seguro de que Moraes era o homem

⁸⁵⁵ Marinho, Maria João, Entrada: Sebastião de Canto e Castro Mascarenhas, in *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910*, vol. II (D-M), Coordenação Maria Filomena Mónica, p.793-794.

⁸⁵⁶ Moraes, Joaquim Manuel Araújo Correia de, *Ob. Cit.*, 1881, Rascunho de carta de Sebastião do Canto e Castro Mascarenhas, Administrador geral da Sereníssima Casa de Bragança, Lisboa, a João Fiuza de Matos, ?, em 25 de Março de 1871.

⁸⁵⁷ Idem, p.47.

indicado, duvidava das suas aptidões, mantinha alguma esperança: *“Este meu amigo parece-me que está ao facto dos processos de fabricação.”*

Prova do empenhamento de Sebastião Mascarenhas no chá. Uma primeira prova está no facto de se ver no papel de inovador: *“Hoje somos apelidados de maníacos e utopistas, mas com isso nada perdemos, nem fazemos mal a ninguém.”* Desejava seguir o exemplo de D. João VI, em circunstâncias semelhantes, como desabafou: *“(…) tal como acontecera no Brasil, “hoje, para glória do introdutor, e proveito daquele país, faz-se o comércio do chá em grande escala, e fica-lhe em casa o dinheiro imenso, que dantes mandava para o estrangeiro.”* Era esta a esperança de Mascarenhas. Em que ponto se encontra, entretanto, o chá na Ilha de São Miguel? Estava mais adiantado. Por esta altura, José do Canto dispunha de plantações viáveis em Porto Formoso, Pico da Pedra, Furnas e Ribeira Grande. Estava na posse de bibliografia mais actualizada do que a de Moraes e experimentava (mais outros) fazer, sem sucesso, chá. Iriam, em breve, concluir que precisavam de alguém, de fora, bom conhecedor. No Continente, apesar dos insucessos, Moraes arrogava-se saber fazer chá.

A 4 de Setembro de 1871, uma terceira carta. Desta feita, era mais propriamente um rascunho de carta de Sebastião do Canto e Castro Mascarenhas, escrita em Lisboa, para Joaquim Moraes, em Ponte de Lima. Joaquim Moraes estava, pessoalmente, a tentar obter mais sementes e plantas de chá no Minho. Pelo menos, já em finais de Agosto, Moraes andava pelo Minho: *“(p. 56) Recebo a sua carta datada do dia 30 do mês passado [Agosto].”* O Sub-Administrador Geral da Casa de Bragança, Augusto César Falcão da Fonseca (?-1877), iria ter ao Minho com Moraes, mas só quando fechasse o Parlamento. Augusto Falcão fazia parte da equipa do chá. Transmontano de Chaves, entrou como amanuense da Casa de Bragança em 1855 e, por morte de Sebastião Mascarenhas (20 de Dezembro de 1875), ocupou o seu lugar. Depois de 1875, desapareceu da ribalta política, possivelmente, já afectado pela doença que o vitimaria a 24 de Março de 1877. Desde 1870, está ligado ao Partido Regenerador, tal como Sebastião Mascarenhas. Foi deputado a partir de 1865. Seguiram-se outras legislaturas: 1868, 1869, 1870, 1871 e 1874. Aí esteve intimamente ligado a questões agrícolas.⁸⁵⁸

Segundo Sebastião Mascarenhas, Moraes, no Minho, *“est(ava) animado das melhores esperanças.”* E com muita energia e empenhamento: *“(…) admiro é a sua muita força de vontade; pois que só com ela se poderiam alcançar os esclarecimentos, que a muitos parecia*

⁸⁵⁸ Moreira, Fernando, Entrada: Augusto César Falcão da Fonseca, in *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910*, vol. II (D-M), Coordenação Maria Filomena Mónica, p.187-189.

coisa quase impossível o poder realizar."⁸⁵⁹ Vinte e dois dias depois da última carta, a 26 de Setembro de 1871, estranhando o silêncio de Joaquim Morais, Sebastião Mascarenhas volta a escrever-lhe para Ponte de Lima. Dá-lhe uma boa nova: "(...) *Vi hoje no meu quintal a planta do chá, que está lindíssima, e bem abotoada. As outras, pouco desenvolvimento têm tido.*"⁸⁶⁰ Diz-lhe que partia "No dia 5 do mês que vem [Outubro] (...) com o Sr. Falcão para Vila Nova de Ourém, e dali para o Distrito do Porto. Aqui acabarei o meu serviço, lá para o dia 14, e depois deste dia ficará o Sr. Falcão desembaraçado para partir para essa terra [Minho]." Sebastião estava preocupado com o silêncio de Joaquim Morais: como estaria ele a desembaraçar-se da missão? Por isso, não podendo ir, mandou o seu segundo na hierarquia da administração da Casa de Bragança: Augusto César Falcão da Fonseca.

A carta seguinte conhecida é de 6 de Novembro daquele ano de 1871. É de Augusto Falcão da Fonseca, que entretanto, estava em Ponte de Lima, para Joaquim Manuel de Araújo Correia de Morais, que já se encontrava de volta a Almada. Que se passou? A última carta de que dispomos data de 26 de Setembro. Augusto Fonseca dirigira-se ao Norte do país, em princípio, como combinado, a 5 de Outubro. Por ela ficamos, talvez, a conhecer, uma das razões da morosidade da tarefa atribuída a Morais no Minho: "*Saberá que Mr. Fiuza, e o Brasileiro assinaram a escritura de remissão, acabando as decrépitas e aguerridas questões.*"⁸⁶¹ Por ela, também ficamos a saber que Joaquim Morais, entre 26 de Setembro e 6 de Novembro, enviara plantas de chá do Minho. Augusto Fonseca di-lo assim: "(...) (p.58) *Sei pelo nosso amigo o Sr. Canto [Sebastião do Canto e Castro Mascarenhas] que chegaram sem transtorno os 8 caixotes.*" E querendo elogiar o serviço, acrescenta: "*não admira, porque foram escorados debaixo das vistas de V. Ex.^a. (...).*" Depois, aduz uma informação preciosa, a de que entre finais de Setembro e Novembro, talvez em Outubro, as plantas haviam sido plantadas do modo seguinte: "(...) *no quintal do nosso amigo Sr. Canto. (...) Parece-me que o Sr. Canto vai mandá-las para algumas das nossas propriedades, e estou que em parte delas os nossos lindos arbustos hão-de (p.59) simpatizar com o terreno, e com o clima. Terra húmida e abrigo é do que elas mais precisam.*"⁸⁶² Esteve o tempo no Minho adequado à recolha? E durante o transporte? Estaria o tempo propício à plantação? Seriam os terrenos escolhidos bons para o chá? Estariam os jardineiros à altura da tarefa? Vamos ver que algumas destas questões não poderão ser afirmativas. O mesmo já não se passava na Ilha de São Miguel.

⁸⁵⁹ Morais, Joaquim Manuel Araújo Correia de, *Ob. Cit.*, 1881, Rascunho de Carta de Sebastião do Canto e Castro Mascarenhas, Administrador geral da Sereníssima Casa de Bragança, Lisboa, a Joaquim Morais, Ponte de Lima, 4 de Setembro de 1871.

⁸⁶⁰ Idem, Rascunho de Carta de Sebastião do Canto e Castro Mascarenhas, Administrador geral da Sereníssima Casa de Bragança, Lisboa, a Joaquim Morais, Ponte de Lima, 26 de Setembro de 1871, p.55.

⁸⁶¹ Idem, Carta de Augusto Falcão da Fonseca, Ponte de Lima, a Joaquim Manuel de Araújo Correia de Morais, Correio de Lisboa, Almada, 6 de Novembro de 1871, pp. 57-59.

⁸⁶² Idem, Carta de Augusto Falcão da Fonseca, Ponte de Lima, a Joaquim Manuel de Araújo Correia de Morais, Correio de Lisboa, Almada, 6 de Novembro de 1871, pp. 57-59.

Pouco mais de dois anos após a carta de 6 de Novembro de 1871, em que ponto estaria o chá da Sereníssima Casa de Bragança? Durante este espaço de tempo, caso o chá tivesse medrado bem, as plantas transferidas do Minho (dependendo da idade e da qualidade) estariam prontas ou quase prontas para delas se poder tirar a folha. E as sementes?

A carta de 4 de Janeiro, escrita por Sebastião de Mascarenhas, de Lisboa, a Joaquim Manuel Araújo Correia de Moraes, talvez para Almada, viria a ser a última que este receberia ou conservaria. O assunto era bastante quente. Tivera-a como resposta ao relatório que Moraes enviara a Mascarenhas, onde relatava por escrito: “(...) (p.23) *com exactidão tudo o que se passara* [falhanço das pretendidas plantações da Sereníssima Casa de Bragança], *e o estado actual da cultura* (p.24).” Enquanto redigia o relatório, Moraes “(p.24) *mandava preparar as amostras das folhas dos arbustos que trouxera do [seu] quintal.*”⁸⁶³ E, na volta do correio, pelo portador do relatório, Sebastião Mascarenhas mandou-lhe a carta e um exemplar de jornal. Oiçamo-lo: “(...) (p.59) *No Diário Ilustrado, n.º 500, de 7 do corrente* [Lapso? A carta é de 4 e o jornal é de 7] - *A Sociedade de Agricultura de Ponta Delgada* [sic] *vai mandar vir (p.60) um indivíduo chinês para ensinar a exercer a indústria da preparação do chá na Ilha de São Miguel, onde a experiência tem mostrado que a cultura da planta do chá se dá perfeitamente.*”⁸⁶⁴ Apanhados de surpresa, ao que parece (o desconhecimento parece ter sido mútuo. A Ilha não sabia nada dos esforços do Continente), a notícia caiu que nem uma bomba. Sem delongas, Sebastião desabafa a sua surpresa: “(...) (p.59) *Quando li esta notícia, se por um lado me satisfaz a ideia de tornar em o nosso país uma realidade dos sonhos de Vossa Excelência de mais de 20 anos, pelo outro me contrista por ver frustrados todos os seus trabalhos pela iniciativa anunciada.*”⁸⁶⁵ Era forçoso, por conseguinte, reconhecer o feito dos de São Miguel, nos Açores: “*Em vista do anúncio parece que já ali deve haver plantação em grande escala, e que só falta o homem para ensinar como se fabrica.*”⁸⁶⁶

Não deixo de ver neste trecho a prova da desilusão de Sebastião Mascarenhas acerca das capacidades de Joaquim de Moraes. Não querendo ofender Moraes, não o diz abertamente, mas, ao ler nas entrelinhas da missiva, assim no-lo parece. Provavelmente, querendo resguardar-se de quaisquer polémicas, Sebastião tenta manipular Moraes. Sebastião já

⁸⁶³ Idem, Carta de Augusto Falcão da Fonseca, Ponte de Lima, a Joaquim Manuel de Araújo Correia de Moraes, Correio de Lisboa, Almada, 6 de Novembro de 1871, pp. 23-24.

⁸⁶⁴ Idem, Carta de Sebastião do Canto e Castro Mascarenhas, Administrador geral da Sereníssima Casa de Bragança, Lisboa, a Joaquim Moraes, ?, 4 de Janeiro de 1874, p.59. Cf. Diário Ilustrado, Lisboa, N.º500, 7 de Janeiro de 1974, p.2. <http://purl.pt/14328>

⁸⁶⁵ Idem.

⁸⁶⁶ Idem.

padeceria da doença que o havia de vitimar, além do mais, era uma figura pública conhecida, pertencia ao grupo político de alguns influentes da Ilha de São Miguel, ainda assim, tudo somado, não poderia esquivar-se em demonstrar, em privado, a sua solidariedade para com Morais. Encorajava sibilamente Morais a fazê-lo publicamente, com tacto mas firmeza: *“Julgo que tudo se poderá conciliar escrevendo Vossa Senhoria ao Presidente da Sociedade, oferecendo-se para lhe dar esclarecimentos, que eles vão pedir ao Celeste Império; e impondo-lhe as suas condições.”*⁸⁶⁷ Independentemente da resposta, que pudesse obter, antes de concluir a carta, sugeria-lhe uma atitude veemente: *“Aceites ou não que elas sejam, pode Vossa Senhoria em artigo para um jornal mostrar quem tem direito à paternidade da ideia.”* Por outro lado, contradizendo-se, instava, de modo possivelmente insincero, que *“não dev(ia) perder tempo em escrever,”* para não parecer estar a forçar, isto *“se se resolver a aceitar o conselho de quem é de Vossa Senhoria Amigo e Obrigado. Sebastião do Canto e Castro Mascarenhas.”*⁸⁶⁸

Morais, naturalmente, sopesando os prós e os contras, vendo ao que se exporia, se seguisse as sugestões de Mascarenhas, ficou quieto. Morais, só onze anos depois, em 1881, exteriorizava a raiva que sentira em Janeiro 1874, ao ler o dito anúncio, classificando-o, então, de *“(p.24) maquiavélico anúncio do Diário Ilustrado (...)”*⁸⁶⁹ Que explicações adianta? Primeiro, devia-se, em parte, aos *“(...) (p.27) seus crónicos padecimentos.”* Daí se infere que, a súbita notícia contribuiu para lhe agravar antigos e crónicos males de saúde. Decidiu *“(p. 27) que não se devia queixar.”* Tivera outra ocasião para se queixar, mas, de novo, não reagira publicamente: *“(...) (p.27) não quis romper o silêncio (p.28) quando os jornais anunciaram a vinda de pessoa da Ilha para ensinar a fazer chá [Seria Rafael de Almeida, que acabaria por ficar por Lisboa? Não será improvável. A ser assim, só teria sido depois de 1879 e antes de concluir o ano de 1881].”* Surgiria uma outra ocasião, mais tarde, à qual reagiu de forma idêntica: *“(...) (p.28) (...) quando foi anunciado o leilão de doze milhões de arbustos que os cultivadores de chá da Ilha de São Miguel pretendiam vender da sua imponente cultura (...)”*

Em trabalho publicado em Abril de 1876, Edmond Goeze (1838 -1929) é categórico acerca da viabilidade do cultivo do chá em Portugal continental.⁸⁷⁰ Porém, este botânico de origem alemã do Jardim Botânico de Coimbra, recomendado por José do Canto, que trabalhara em Londres no Kew Gardens, visitara em 1866 a Ilha de S. Miguel e publicara textos sobre o chá,

⁸⁶⁷ Idem.

⁸⁶⁸ Idem.

⁸⁶⁹ Idem, Carta de Augusto Falcão da Fonseca, Ponte de Lima, a Joaquim Manuel de Araújo Correia de Morais, Correio de Lisboa, Almada, 6 de Novembro de 1871, pp. 24-25.

⁸⁷⁰ Goeze, Edmond, *A Ilha de S. Miguel e o jardim Botânico de Coimbra*, 1867, Coimbra, Imprensa da Universidade, pp. 1127-1130.

nada diz acerca das experiências de Moraes ou dos outros em Portugal continental. Porquê? Desconhecimento? Não deu importância? Não sabemos.



[F. 29 – Edmond Goeze (1838 - 1929)]

Fonte: <http://l7.alamy.com/zooms/d05f27f5ad5e4ba4bbfbffe8265f5488/dr-edmund-goetze-dtf82f.jpg>

Por outro lado, devido à viabilidade da cultura do chá no Continente e Ilhas, percebe-se que, em 1881, a proposta de projecto de apoio à cultura nascente do chá nos Açores, apresentada por Caetano de Andrade de Albuquerque, tenha sido subscrita também pelos representantes do Minho, da Madeira, de Angra e Horta.⁸⁷¹

Moraes só sairia do silêncio a que se remetera voluntariamente sete anos volvidos, em 1881. Num momento, confessa-nos que não podia calar mais: “(...) (p.28) *Mas o que o autor não pode tragar, e que lhe põe em convulsões, como acesso cauterio, é que os patrióticos cultivadores de chá da Ilha de São Miguel queiram, (p.29) em prejuízo dos sinceros habitantes da mesma Ilha, entregar aos ingleses a sua importante cultura do chá(...).*” Em abono da verdade, o receio do chá ir apenas beneficiar alguns *Senhores*, seria ventilado na própria Ilha, pelo jornal Republicano local. Daí se possa perceber, para 1883/84, a resposta de José do Canto a um contundente artigo saído em jornal nacional: seria acessível para todos. A crítica era injusta. Aliás, este objectivo, em concreto, já vinha expresso no preâmbulo justificativo da proposta de José do Canto. Quanto à crítica que envolvia os ingleses, tanto quanto se sabe, o que se pretendia deles era tão só ganhar uma quota do chá da Ilha no mercado Britânico.

Contextualizando, diga-se que, em 1879, a SPAM, havia publicado o seu Relatório, apenso ao qual reeditava Frei Leandro do Sacramento. Adianta-se, igualmente, que em 1881, dera-

871 Câmara dos Deputados, 16 de Março de 1881, p. 1008; Visto em 28 de Abril de 2015; <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1881m03d16-1008&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>: Caetano de Andrade em 1881 dizia: “*A protecção que peço para o período inicial da introdução da cultura e do fabrico do chá no paiz, colonias ultramarinas e ilhas adjacentes é apenas o meio pratico de fazer surgir rapidamente uma indústria, que, em breve florescente, se converterá, ao expirar o período proteccionista, em elevada fonte de receita para os cofres do thesouro nacional.*”

se início à tentativa de votação de uma proposta de incentivo à cultura do chá. Morais, ao que parece, atento ao que a imprensa lisboeta divulga sobre o que se passa na Ilha de São Miguel, reagirá com o seu trabalho de 1881. Nele também anexa uma reedição de Frei Leandro do Sacramento. À publicação de um resumo, acessível aos bolsos de todos, promovido ainda em 1879, pela SPAM, reagirá (ao que parece) Morais com o seu resumo de 1882, cujo título e conteúdo é inócuo: *Manual do Cultivador do Chá do Comércio ou Resumo dos Apontamentos, que acerca de tão importante e fácil cultura, foram publicados no pretérito ano de 1882*. E a Ilha acompanhava Morais? O único indício dessa possibilidade, que até ao momento dispomos, é o exemplar existente na Livraria de Ernesto do Canto do Canto do Manual de 1882 de Morais. Não temos, no entanto, nenhum exemplar do violento livro de Morais de 1881, cujo título resume o conteúdo: *Apontamentos sobre a Cultura do Chá do Comércio ou demonstração autêntica de que esta importante cultura foi assassinada no Continente por um mágico abuso de confiança, ressurgindo no arquipélago dos Açores com as sementes que vieram do Brasil para a generalizar em todo o reino*. Nem temos notícia de que os da Ilha tenham reagido publicamente. Mas é provável que tivessem tido conhecimento dele e, por prudência ou dó, já que Morais estava doente, se tivessem absterido de tecer quaisquer comentários públicos.

A razão adiantada por Morais para a publicação do livro de 1882 é clara, ou seja, fazer “(...) (p.29) *um bom serviço aos habitantes da Ilha de São Miguel, que não estiverem mancomunados na astuciosa companhia; serviço este que igualmente há-de aproveitar aos habitantes da Ilha Terceira, da Madeira e do Continente do reino de Portugal, donde a cultura do chá fora transferida com inauditos abusos de confiança.*” Como o pretendia fazer? Publicando as suas notas, isto é, “(...) (p.29) *pondo ao alcance de todos a maneira de constituir aquelas folhas em estado de serem empregadas nos usos domésticos, e do comércio.*”

No entanto, a nosso ver, sem descartar os motivos alegados, poderão existir outros. A começar, Morais fora posto de parte. Havia falecido Mascarenhas e Falcão e a experiência do chá da Sereníssima Casa de Bragança passara para Sintra.⁸⁷² A piorar ainda mais a situação, haviam chegado a Sintra arbustos de chá oriundos da Ilha de São Miguel, acompanhados de alguém para ensinar o seu cultivo e posterior fabrico, que, quanto a mim, poderá ser Rafael de Almeida, o homem da SPAM que aprendeu com Lau-a-Pan. Seria, quanto a Morais, um conluio de gente de posses, para arredar o povo: nas Ilhas eram os

⁸⁷² Isidro, Elsa, Nuno Oliveira e Pedro Sousa, *The tea at the Park of Pena*, in Proceedings in Dali, International Camellia Congress, Dali, Yunnan, China, 20 de Junho de 2016, pp. 109-110.

grandes proprietários e no Continente era o pai do Rei: D. Fernando II. Era a gota que fez transbordar o copo da contenção de Morais.

Porque se frustraram duas décadas de experiências de cultivo e fabrico de chá no Continente português? A esta pergunta, Morais responde, acusando os da Ilha de plágio e de roubo. Mas, no seu trabalho, contradiz-se, ao aduzir provas de incúria: dos jardineiros e dos responsáveis. Não refere, mas outra razão inquestionável foi a morte dos seus protectores. No entanto, Morais ficou desacreditado, indo ao ponto de acusar Sebastião Mascarenhas de conluio com os da Ilha.

A resposta do insucesso pode ser encontrada no modo displicente como as experiências foram realizadas. Plantas provenientes de Coura mais sementes, entretanto chegadas do Brasil, foram distribuídas por Vila Viçosa, Vendas Novas e Real Quinta do Alfeite e por várias outras propriedades da região de Almada,⁸⁷³ mas nenhuma germinou.⁸⁷⁴

Como consequência do fiasco desta tentativa, *“alguns lançaram então a opinião de que pessoas íntimas dos responsáveis pelos serviços alfandegários, interessados em proteger a cultura do chá em S. Miguel, haviam destruído o poder germinativo dessas sementes.”*⁸⁷⁵

Mendes Ferrão considera totalmente infundada a acusação de sabotagem, atribuindo, antes, a destruição a causas naturais: *“(...) é muito possível ter-se dado a destruição do poder germinativo das sementes durante a colheita, transporte e armazenamento, como também é possível que as sementes não tenham germinado porque as condições criadas nos alfobres não seriam as mais convenientes.”*⁸⁷⁶ Além do mais, os locais onde se experimentara o chá não eram os mais adequados: *“Como era natural, a cultura do chazeiro teria poucas probabilidades de se desenvolver nas terras alentejanas para onde a Casa de Bragança mandou as sementes e as plantas.”*⁸⁷⁷

Em relação ao chá no Continente português, em 1883, o micaelense Gabriel de Almeida repete a opinião de F. J. de Almeida, que diz que *“Os terrenos da natureza dos nossos do nosso Algarve são os próprios para o cultivo do chá. É por tanto, muito de julgar que seria fácil ali a sua aclimação e cultura, acrescentando que aquela parte do país se acha nas mesmas condições climatéricas do Japão (...).”*⁸⁷⁸ E, no entanto, **diga-se que**, apesar do reconhecido potencial de Sintra e do Minho, ainda em 1888, nada de substancial fora feito. Quem o diz é

⁸⁷³ Mendes Ferrão, Ob. Cit, 1992, p. 165.

⁸⁷⁴ Idem.

⁸⁷⁵ Idem.

⁸⁷⁶ Mendes Ferrão, Ob. Cit., 1992, p. 165.

⁸⁷⁷ Idem.

⁸⁷⁸ Almeida, Gabriel, *Breve Notícia sobre a Cultura da Planta do Chá*, Ponta Delgada, 1883, p.6.

Cristóvão Moniz, que, no entanto, lança o repto para quem aí, “[no Minho ou outra qualquer parte do nosso país] *intentasse tão vantajosa empresa, não haveria já precisão de recorrer para tanto aos filhos do celeste Império, porque, à voz de Portugal, acudiriam os Micaelenses*.⁸⁷⁹

Em 1892, Gabriel de Almeida refere que, no Algarve, onde o solo favorece a plantação deste arbusto, já se fizeram alguns ensaios que foram coroados do melhor êxito.⁸⁸⁰ Fosse mais promessa do que realidade, ainda em 1905, Júlio Henriques declara que o chá se desenvolve no norte da província do Minho, onde floresce e frutifica sem cuidados especiais.⁸⁸¹ Isto é motivo mais do que suficiente para Ferrão não esconder a sua perplexidade, já que se sabia “*que a cultura é tecnicamente possível nalgumas regiões do norte do País e não falta quem nos critique de não aproveitarmos para isso as condições naturais que possuímos e outros não iriam desperdiçar*.”⁸⁸² Ironia ou não, o futuro está a dar resposta à perplexidade de Ferrão. Desde 2014, está a decorrer um projecto para produzir chá verde perto de Vila do Conde.⁸⁸³

3.2 – No Império colonial português

Havendo, no capítulo 1, abordado as experiências de Macau e do Brasil, e neste, as do Continente português, voltemo-nos para outros espaços do antigo Império colonial português. Se as áreas atlânticas do Império português devem muito à realidade do chá no Brasil, sem descartar essa influência, Moçambique deverá outro tanto à influência do Império colonial Britânico na Índia. As primeiras sugestões e experiências e posterior concretização têm nitidamente a ver – por reacção ou emulação - com o que se passava no mundo africano anglófono: províncias do Cabo, do Natal, Malawi, Assam e Darjeeling na Índia e Ceilão. Moçambique, após Portugal perder o Brasil, proclama ser tão fértil e rico

⁸⁷⁹ Moniz, Cristóvão, *Ob. Cit.*, Maio de 1888, p.47 v.; Repetido em 1895: Moniz, *Ob. Cit.*, 1895, p. 108.

⁸⁸⁰ Almeida, Gabriel, *Manual do Cultivador e Manipulador do Chá*, Ponta Delgada, 1892, p. 4.

⁸⁸¹ Mendes Ferrão, *Ob. Cit.*, 1992, p. 166.

⁸⁸² *Idem*.

⁸⁸³ ERA UMA VEZ...O SONHO DE UMA PLANTAÇÃO DE CHÁ EM PORTUGAL, <https://chacamelia.com/projeto/sobre-nos/>: “(...) Investigando um pouco mais, encontramos fontes históricas dos meados do século XIX, sobre uma pequena plantação de chá perto de Ponte de Lima. Infelizmente, nunca houve produção de chá, visto o dono ter regressado ao Brasil. Sabemos que a cultura de chá é exigente: são no mínimo cinco anos até à primeira colheita e a produção do chá envolve vários processos. Essa é provavelmente a razão principal, pela qual mais ninguém tentou plantar, e produzir, chá em Portugal Continental. O nosso gosto por desafios levou-nos a plantar as primeiras 200 plantas de chá (*camellia sinensis*) no jardim da nossa casa no Porto, em 2011. Pelo desenvolvimento destas primeiras plantas, conseguimos perceber que as condições climáticas são as apropriadas e isso deu-nos confiança para continuar. Em 2014 decidimos então, mudar as plantas para o terreno final perto de Vila do Conde. (...). O nosso objectivo é produzir um chá verde de alta qualidade. Tendo consciência de que a produção de chá é muito complexa, procuramos produtores de chá verde no Japão. Em 2012, visitou-nos pela primeira vez o casal produtor Morimoto, do Sul do Japão, que não só se apaixonaram por Portugal, como também abraçaram o nosso projecto Camélia. Haruyo e Shigerusan têm mais de 40 anos de experiência e ajudam-nos com os seus conhecimentos no cultivo e produção de chá. Com alguma frequência os Morimoto vêm visitar-nos para nos aconselhar com o trabalho na plantação.”

como o Brasil: no fundo quer ser o novo Brasil do Império colonial português. E fica próximo do canal de Suez.

Em 1856, altura em que o chá na Índia Britânica arrancava de forma decisiva, surge uma intervenção Parlamentar de um representante de Moçambique lançando a ideia do cultivo do chá em Moçambique: “(...) *quem ignora que a província de Moçambique é a possessão porventura mais preciosa que nós temos? (...)*.” E compara: “*Ali dá-se ou pode dar-se tudo que se dá no Brasil (...)*.”⁸⁸⁴ Todavia, que se saiba, só por volta de 1891-92, é que surgem em Moçambique as primeiras experiências com o chá. Em 1891, ano em que o chá micaelense era ainda pouco expressivo, a Sociedade de Geografia de Lisboa manda traduzir o Tratado sobre a cultura do chá, de M. Jacobsen, que era sócio daquela Sociedade, destinava-se ao uso dos sócios.⁸⁸⁵ Coincidência ou não, seria necessário investigar o assunto a fundo, o chá em Moçambique arranca em 1891-1892.⁸⁸⁶ Em 1897, em plena época em que as potências Europeias retalhavam a África, outro representante Parlamentar de Moçambique, acentuou que o território excita a cobiça, aguça o apetite de nações poderosas como os Alemães, em relação ao norte de Moçambique, e os ingleses a norte e sul desta província, devido às suas riquezas e à natureza do solo muito produtivo, nomeadamente quanto ao chá, a 500 metros de altitude.⁸⁸⁷

Já na época da I República, se afirmava que, em 1911, o velho zambeziano José da Silva Gonçalves plantara, nas terras circunvizinhas de Milange, grande quantidade de piripiri, propôs oficialmente, sem sucesso, que essa cultura fosse substituída pela do chá.⁸⁸⁸ Mais tarde, a seguir à I Grande Guerra, também se dizia que A Sociedade de Chá Oriental é sucessora da antiga Empresa Agrícola do Lugela, que, como pioneira da indústria do chá em Moçambique, teve a sua primeira colheita em 1924-25, produzindo, no entanto, apenas umas escassas 45 toneladas, o mesmo acontecendo quando a Empresa Agrícola do Lugela era arrendatária do prazo Milange e tentou fazer ali uma plantação de café, que não vingou.

⁸⁸⁴ Câmara dos Deputados, 14 de Fevereiro de 1856, p.296; Visto em 24 de Abril de 2015; <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1857m02d14-0296&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

⁸⁸⁵ Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 10.^a série, n.º 8 e 9 (1891)

⁸⁸⁶ Lacerda, Francisco Gavicho de, *Assuntos Coloniais, A Cultura do Chá feita pelos portugueses na Zambézia*, Lisboa, 1948, pp. 16-17: Vejamos: “*Em 1891 a 92 estabeleceu-se em Milange um súbdito inglês Mr. Brauwn, que iniciou ali a cultura do chá, mas, feito o convénio com a Grã-Bretanha, aquelas terras (Muene Cachemberàquem Rio Mulosa) passaram para o domínio da nossa aliada e, do nosso lado, não ficaram vestígios alguns dessa iniciativa. As sementes para estas primitivas plantações vieram da Niassalândia, que já em 1909 exportava cerca de 30 mil toneladas.*”

⁸⁸⁷ Câmara dos Deputados, 15 de Janeiro de 1897, p.26; Visto em 30 de Abril de 2015; <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1897m01d15-0026&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

⁸⁸⁸ Lacerda, Ob. Cit., 1948, pp. 16-17.

Depois da guerra 1914-18 abalançou-se a novas experiências, plantando chá, sob a gerência do técnico da Niassalândia, Sr. Greenenger, que, ainda hoje é seu gerente.⁸⁸⁹

Para um período que vai até à década de trinta do século XX, temos o testemunho de Willian Harrison Ukers, um americano estudioso do chá. Diz ele: *"On both sides of the river forming the boundery between Nyasaland and Mozambique, where the Mount Malange Region of Nyasaland joins Portuguese East Africa, there are several small areas climatically adapted to tea growing. One large plantation undertaking, with headquarters in Lisbon, The Empresa Agrícola do Lugella, Limitada, has opened 500 hundred acres under tea. A small factory has been established, and the annual production is approximately 90,000 pounds."*⁸⁹⁰

Para o ano de 1931, em concreto, Ukers adianta que *"(...) The production in Mozambique in the year ended in September, 30, 1931, according to figures from local agricultural Department of Lourenço Marques amounted to 200, 619 pounds. About 750 acres are given over to tea in the colony."*⁸⁹¹

Encurtando a narrativa, em síntese podemos afirmar que depois de a empresa ter sobrevivido às vicissitudes e dificuldades económicas de todos os que principiantes, em 1933, a Sociedade de Chá Oriental, como sua sucessora, desenvolveu mais a plantação e construiu nova fábrica, denominada Milossa, dotada com todos os modernos aperfeiçoamentos e com capacidade de produção de 500 toneladas.

Em 1948, as duas fábricas produzirão mais de 1.000 toneladas, pois, além da folha produzida nas suas vastíssimas plantações, compra aos outros agricultores a folha que produzem e não *preparam por ainda não terem fábricas montadas.*⁸⁹² O chá de Moçambique seria incentivado pelo poder da Metrópole e viria a destronar, mais tarde, a começar na década de cinquenta do século XX, o chá micaelense.

No Atlântico, Angola queria também ser o novo Brasil e quis cultivar chá. Em 1893, a 5 de Maio, portanto, por alturas das tentativas em Moçambique, a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Direcção Geral do Ultramar, 2.ª Repartição, 1.ª Secção, por acção directa do Ministro da Marinha e Ultramar, José António das Neves Ferreira, pede a José do Canto, que entretanto pusera de pé com sucesso uma segunda fábrica na Caldeira Velha, na Ribeira Grande, São Miguel, informações sobre a cultura do chá, dirigindo-se a ele nestes termos: *"Desejando alguns agricultores da província de Angola ali a cultura da planta*

⁸⁸⁹ Idem.

⁸⁹⁰ Ukers, Willian Harrison, All about Tea, volume I, New York, The tea and coffee trade Journal Company, USA, 1935, p. 459.

⁸⁹¹ Willian Harrison, All about Tea, volume II, New York, The tea and coffee Journal trade Company, USA, 1935, p. 346

⁸⁹² Lacerda, Ob. Cit., 1948, pp. 16-17.

do chá, que parece poder facilmente aclimatar-se em algumas das suas zonas, foi-me suscitada a ideia de que as plantas já aclimatadas nos Açores poderão talvez ser mais apropriadas para aquele ensaio." E continuava solicitando plantas, sementes de chá e instruções para a sua cultura, que pudessem ser convenientemente enviadas para Angola, a fim de serem distribuídas pelos agricultores.⁸⁹³

A 14 de Dezembro, em carta pessoal de agradecimento a José do Canto, o Ministro renova as esperanças que depositava na iniciativa angolana do chá e confirma o envio de chá para aquela colónia: "(...) *As plantas seguem da Madeira no paquete Angola e ao respectivo governador-geral recomendei que me desse conta dos resultados da plantação, seus progressos e desenvolvimento (...).*"⁸⁹⁴ Era sua esperança que "(...) *a província de Angola terá se esta cultura e na sua exploração industrial um novo elemento de riqueza.*"⁸⁹⁵

Ainda em 1906, a exemplo do que sucedia com os outros Impérios Coloniais Europeus, na Câmara dos Deputados em Lisboa sugerem-se apoios semelhantes para incentivar diversas culturas em Moçambique e Angola, entre as quais, o chá.⁸⁹⁶ Voltando-se para o caso Português, o representante Parlamentar sugere que, a título de experiência e mediante certas condições fixadas, se facilite às sociedades particulares, constituídas convenientemente, a aquisição por aforamento direto de áreas mais ou menos extensas de terrenos no ultramar e, especialmente, nas províncias de Angola e Moçambique.⁸⁹⁷

Se Moçambique sofre a influência inglesa, Timor sofrerá a tripla influência Macaense, Holandesa (de Java) e Britânica (da Austrália). Timor partilha a Ilha com a Holanda e fica situada perto de todo o espaço de dominação colonial Holandês bem como da Austrália e das Ilhas Fiji. Estes espaços Britânicos, à altura, ensaiavam o cultivo e a transformação do chá. Em 1896, com uma dedicatória manuscrita a José do Canto, "*ao Excelentíssimo Senhor José do Canto. Com cumprimentos do seu afectuoso amigo. António Joaquim Gomes (?)*," este autor, esclarece: "(...) *Como é nosso fim mostrar aos portugueses, especialmente aos de Macau e Timor, os recursos que podem tirar do belo solo da nossa Ilha da Oceânia, empreendendo*

⁸⁹³ Cf. UASD/FAM – ABS – JC/ Documentos não tratados/ cx. 95, Carta do Ministro da Marinha a José do Canto, 5 de Maio de 1893.

⁸⁹⁴ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de José António de B. das Neves Ferreira, Ministro do Ultramar, Lisboa?, a José do Canto, Ponta Delgada, 14 de Dezembro de 1893

⁸⁹⁵ Idem

⁸⁹⁶ Câmara dos Deputados, 19 de Dezembro de 1906, p.48; Visto em 30 de Abril de 2015

<http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1906m12d19-0048&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>: "(...) *Na Índia britânica ha regulamentos especiaes para concessões de terrenos, em certos districtos de cada provincia, a capitalistas de qualquer nacionalidade, mas essencialmente destinados a incitar a iniciativa europeia a fazer e desenvolver culturas, como a do chá, do café e da quina, das quais o agricultor indigena se não ocupa usualmente. As condições em que se fazem tais concessões são geralmente mais vantajosas que as fixadas nos regulamentos ordinarios. (...).*"

⁸⁹⁷ Idem

culturas próprias daquele país (...).” E o título indica-o de modo claro: para o cultivo de cacau, chá e quina para as missões de Timor.⁸⁹⁸ Havia sido uma mera sugestão, porque em Timor, a aposta foi no café.⁸⁹⁹

3.3 – Ilhas Atlânticas

Madeira

Na Ilha da Madeira, na década de 20, graças a Henry Veitch (1782-1857), um ex-cônsul Britânico a residir na Ilha, produziu-se chá. Em 1854, P. L. Simmonds dá-nos disso testemunho: “(...) *The tea-plant has been successfully cultivated, on a large scale, in the Island of Madeira, at an elevation of 3 000 feet above the level of the sea, by Mr. Hey [Henry?] Veitch, British ex-Consul. The quality of the leaf is excellent. The whole theory in preparing it is merely to destroy the herbaceous taste, the leaves being perfect, when, like hay, they emit an agreeable odor (...).*”⁹⁰⁰ Francisco Travassos Valdez confirma-o, em obra publicada em 1861, em Londres. Este explorador português, que viajou no século XIX pelo Continente africano, “*diz ter visto arbustos de chá muito desenvolvidos numa quinta aprazível do Sr. Veitch, antigo cônsul Inglês, sita no vale – Jardim da Serra, 10,500 metros ao N.O do Funchal.*”⁹⁰¹ Cronologicamente, ocorre pela mesma altura em que se diz que, na ilha de São Miguel, Bettencourt Leite o tentava nas Calhetas. Apesar de toda a sua potencialidade, em 1888, ainda não se dera o passo decisivo na ilha da Madeira: “*de experiências isoladas do cultivo para ornamento.*”⁹⁰²



[F. 30 - Henry Veitch (1782-1857)]

Fonte: <https://gw.geneanet.org/brynjulf?lang=en&n=veitch&oc=1&p=henry>

⁸⁹⁸ Gomes, Joaquim, *Breves instruções sobre o cultivo do cacau, chá e quina para a missões de Timor*. - Macau: Imp. na Typ. de Seminário, 1896. (Dedicatória)

⁸⁹⁹ Figueiredo, Fernando Augusto de, *Timor. A Presença Portuguesa (1769-1945)*, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2004, p. 329.

⁹⁰⁰ Simmonds, Ob. Cit., 1854, p. 94.

⁹⁰¹ Moniz, Cristóvão, Ob. Cit., Maio de 1888, p.32.

⁹⁰² Idem

Uma outra achega chega-nos graças a José do Canto, o que nos leva a admitir outro contributo para o chá Madeirensense, além de Veitch. Fidélio de Freitas Branco responde, a 21 de Maio, à curiosidade de José do Canto, que lhe escrevera para o Funchal a 3 daquele mesmo mês. Perguntara quem tinha/tivera chá na Madeira. Responde-lhe Fidélio, após ter indagado junto de diversas pessoas: “(...) o dito estrangeiro se chama G. Duff Dunbar, e que a correspondência lhe deve ser dirigida ao cuidado de Henry S. King & C.^a – 65 Cornhill – Londres EC.”⁹⁰³

Quem, então, Veitch, Dunbar? Ou ambos? Em que pé ficamos? Que o assunto ainda não está esclarecido. Entretanto, convém ter em mente que a Madeira era um espaço permeável à influência do Império Britânico. Saliente-se o facto de ter sido ocupada duas vezes por tropas Britânicas, primeiramente de Julho de 1801 a Janeiro de 1802, em seguida, de Dezembro de 1807 a Outubro de 1814. De onde terão vindo as sementes e as plantas de chá? Podem ter vindo do Brasil, mas também de qualquer área de influência Britânica. Por exemplo, havia por esta altura alguma cultura de chá na Ilha de Santa Helena. Não esquecer que os Kew Gardens em Londres tinham chá.

Em 1892, Gabriel de Almeida, ainda diz que o chá, na Ilha da Madeira, vegeta perfeitamente ⁹⁰⁴ e, em 1895, Cristóvão Moniz alude ao caso do chá da Madeira, repetindo o que dissera em 1888.⁹⁰⁵ Outro testemunho mais tardio, já em 1948, corrobora a existência oitocentista de chá naquela Ilha, afirmando que “nas nossas Ilhas adjacentes, em S. Miguel, por exemplo, existem grandes plantações de chá de várias marcas, com feliz resultado, não se tendo dado o mesmo na Madeira quando, no primeiro quartel do século XX, o cônsul inglês Veitch o tentou introduzir naquela tão encantadora Ilha.”⁹⁰⁶

Seguindo o que fora dito anteriormente, Mendes Ferrão aponta o cultivo do chá na Madeira para o primeiro quartel do século XIX, numa propriedade denominada Quinta do Jardim da Serra, do cônsul inglês Henry Veich (ou Veitch) e refere que das folhas colhidas chegou a fabricar-se chá preto. A cultura do chazeiro na Madeira desapareceu completamente.⁹⁰⁷ Em entrada publicada no volume II do *Dicionário da História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, a publicação vai de 1963 a 1971, F.C. da C. (provavelmente Francisco Carreiro da Costa) não diz mais do que Moniz dissera.⁹⁰⁸

⁹⁰³ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), “Carta de Fidélio de Freitas Branco, Funchal, a José do Canto, Ponta Delgada”, 21 de Maio de 1886

⁹⁰⁴ Almeida, Ob. Cit., 1892, p.4.

⁹⁰⁵ Moniz, Ob. Cit., 1895, p.32.

⁹⁰⁶ Lacerda, Ob. Cit., 1948, pp. 16-17.

⁹⁰⁷ Mendes Ferrão, Ob. Cit., 1992, p. 160.

⁹⁰⁸ Costa, Idem, Francisco Carreiro da, Chá, in *Dicionário de História de Portugal*, Joel Serrão, vol. II, Porto, 1963-1971, p. 47.

A Aclimação nos Açores

No *Arquivo dos Açores*⁹⁰⁹ vem publicada uma carta do Capitão-Geral dos Açores datada de 1801, a acompanhar dois caixotes com plantas de chá enviadas ao rei.⁹¹⁰ É a peça mais antiga conhecida que confirma a existência de chá nos Açores. (Vide Doc. N.º 1 – ANEXO, p. 58 - A) Também atesta que aquele chá não era utilizado. Este documento, na ausência de uma expedição formal como sucedeu em outros recantos do país e Império, em nosso entender, é uma espécie de documento fundador do chá açoriano. É a explicação da integração dos Açores no desígnio do Rei.



[F. 31 - D. Lourenço José Boaventura de Almada Cirne Peixoto, 1.º Conde de Almada (1758-1814)]

Fonte: <https://www.geni.com/people/Louren%C3%A7o-Jos%C3%A9-Boaventura-de-Almada-1-conde-de-Almada/6000000016333468176>

Coincidência ou não, de 1799 a 1801, por incumbência régia, Luís António de Araújo (natural de Minas Gerais, Brasil, que estudara Direito e Matemática na Universidade de Coimbra) viajou às Ilhas de S. Miguel, Terceira e Faial, a fim de visitar as Escolas Régias do arquipélago, tendo, como cientista, procedido à colheita de exemplares botânicos de valor económico, propondo o cultivo de, pelo menos, mamona e amora, e a exploração de orcela e outros de interesse científico, destinados ao Jardim Real.⁹¹¹

⁹⁰⁹ “*O Arquivo dos Açores* (na grafia original *Archivo dos Açores*) é uma obra originalmente em quinze volumes, publicada em Ponta Delgada (Açores), de Maio de 1878 a 1959. É composta por uma vasta colectânea de documentos e estudos relativos à história dos Açores, reunidos e editados por iniciativa de Ernesto do Canto (1831 - 1900). A publicação, que apareceu em volumes organizados sob a forma de um periódico, é hoje uma obra de referência na historiografia açoriana. Neles se reúnem, ainda que de forma avulsa, os documentos mais importantes sobre os Açores, recolhidos nos arquivos açorianos, na Torre do Tombo e noutros arquivos. Em torno do projecto de Ernesto do Canto congregaram-se diversos intelectuais e investigadores da época, incluindo nomes ilustres da cultura açoriana como Jacinto Inácio de Brito Rebelo (1830 - 1920), José Joaquim de Sena Freitas (1840-1913), José de Arriaga (1848-1921), Francisco Afonso de Chaves (1857-1926) e Manuel Monteiro Velho Arruda (1873-1950), entre outros. Ernesto do Canto subvencionou pessoalmente a edição dos dez primeiros volumes, sendo os restantes da responsabilidade de Afonso Chaves e de J. B. Oliveira Rodrigues.” Cf: https://pt.wikipedia.org/wiki/Arquivo_dos_A%C3%A7ores

⁹¹⁰ *Arquivo dos Açores*, v. XIII, 1983, pp. 514-515.

⁹¹¹ Arruda, Luís, *Descobrimento Científico dos Açores: Do povoamento ao início da Erupção dos Capelinhos*, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 2014, p. 77. Araújo também analisa o trabalho de Francisco José Teixeira de São Paio de 1798. Que trata das “plantações e criações praticáveis nesta Ilha Terceira.”

Prosseguindo na carta do Conde de Almada, para se apreender o chá nos Açores e no Império Português, transcrevemos excertos daquele documento. D. Lourenço José Boaventura de Almada, Conde de Almada, nomeado Capitão Geral dos Açores a 15 de Junho de 1795 e desembarcado em Angra somente a 6 de Novembro de 1799, responde ao monarca que lhe remetia, pela Fragata Cisne, *alguma* planta de Chá, que tem vegetado na Ilha Terceira,⁹¹² mais concretamente, dois caixotes.

Por que razão terá demorado desde finais de 1799 até 11 de Junho de 1801 a satisfazer o pedido do Rei? Havendo o monarca pedido conhecimentos e exemplares de junça, de mamona e de chá, Almada terá necessitado de tempo para cumprir o pedido do monarca? De facto, Almada deslocou-se aos locais onde a recolha foi feita, descrevendo com rigor o que neles viu, uma plantação fácil que até despontava por entre as pedras,⁹¹³ com potencial económico, que não é reconhecido por aqueles que o têm por curiosidade. Isto deve-se ao seu desconhecimento do modo de secagem com aquela consistência que tem o chá.⁹¹⁴ Era o que se ignorava. E de onde vinha o chá? Da Índia. Equívoco? Como vimos, não, necessariamente. Vinha da China, através de Macau e de Goa, cabeça do Estado da Índia. Ou mesmo do seu centro de aclimação em Goa. Ora, por não saberem como o secar “(...) *abandona(va)m esta planta de tanta utilidade.*”⁹¹⁵ Dava a entender que tal “*não aconteceria se tivessem quem lhes prescrevesse aquele methodo preciso para o fazer chegar à sua última perfeição.*”⁹¹⁶ Estaria o Conde de Almada já nesta altura a propor ao Rei, como sugere João Teles e Cunha, a cultura e a manufactura do chá nos Açores?⁹¹⁷ É possível.

O Abade “*Correia da Serra, de Londres, em 1798, enviou a D. Rodrigo de Sousa Coutinho “(...) cem árvores de chá*”^{(145).}⁹¹⁸ D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conforme ofício de 6 de Dezembro de 1800, do Ouvidor de Macau, António Pereira dos Santos, pedira-lhe o envio de sementes e de plantas de chá. A sua intenção era introduzir a sua cultura na Europa. Logo, se, à altura, existia chá nos Açores, é admissível que fosse aí ou também aí que se pretendesse proceder a experiências da sua cultura e fabrico.⁹¹⁹ Nos Açores, tocavam todos os navios que regressavam à Metrópole, vindos do Oriente e do Brasil, pelo que não será de

⁹¹² Arquivo dos Açores, v. XIII, 1983, p. 515.

⁹¹³ Idem.

⁹¹⁴ Idem.

⁹¹⁵ Idem.

⁹¹⁶ Idem.

⁹¹⁷ Cunha, João Teles e, *A socialização da bebida em Portugal: séculos XVI-XVIII*, in Aquém e Além da Tropabana, Estudos Luso-Orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard, Edição organizada por Luís Filipe F. R. Thomaz, Centro de Estudos de Além-Mar, Lisboa, 2002, p. 295.

⁹¹⁸ Almeida, Luís Ferrand de, *Aclimação de plantas do Oriente no Brasil durante os séculos XVII e XVIII*, in Revista portuguesa de história, T. 15 (1975), p. 403-404.

⁹¹⁹ Moura, Carlos Francisco, Ob. Cit., 2012, pp.11-12.

estranhar que aí chegassem plantas e sementes de chá, oriundas daquelas paragens. E que, de igual modo, alguém particular ou alguma entidade oficial, experimentasse cultivá-lo. Aliás, o ambiente conhecido para o Brasil, de experiências botânicas, descrito por Ermelinda Moutinho Pataca, é, certamente, aplicável aos Açores.⁹²⁰

Talvez, o Capítulo XXXIX do *Compêndio Botânico*, de Félix Avelar Brotero, de 1788,⁹²¹ tradução da *História Natural*, do Inglês João Lettsom [John Coakley Lettsom: n. 1744, nas Ilhas Virgens Britânicas – f. 1 de Novembro de 1815, em Londres], de 1772,⁹²² que dedica 65 páginas ao chá, e duas gravuras, no segundo Tomo, possa ser visto como uma proposta de Manual de Apoio ao Chá para o período da primeira tentativa conhecida de cultura e fabrico do chá em território Português fora da Ásia. Isto, ao tempo de Domingos Vandelli, que achava que o chá se daria em Portugal do mesmo modo que se dava em Inglaterra. Brotero era discípulo e foi sucessor de Vandelli.⁹²³ Deste modo, pode propor-se uma nova hipótese: é possível que os Açores, caso se concretizasse o desígnio de D. Rodrigo de Soisa Coutinho, fizesse parte da primeira tentativa de introduzir a cultura e o fabrico do chá fora da Ásia. Porque não terá tido esta tentativa êxito? Talvez porque coincidissem com o grave período de crise provocado pelas guerras napoleónicas, que levaria a Corte a refugiar-se no Brasil. É provável. A segunda tentativa, como vimos, desta vez bem-sucedida, ocorreria, precisamente, no Brasil.

Uma pergunta assalta-me, antes de prosseguir caminho: tirando o pedido de chá de responsáveis de Angra à SPAM, em 1878, por que razão a Ilha Terceira se desinteressou pelo chá? Que aconteceu ao chá que crescia aí espontaneamente, aparentemente, em vários locais, ao ar livre, em finais do século XVIII? Não se sabe.⁹²⁴

Chá na Ilha de São Miguel

Ainda que corramos o risco de o interpretarmos mal, tomando em consideração a estreita ligação entre as elites de Angra e de Ponta Delgada, estranha-se que, em finais de setecentos,

⁹²⁰ Pataca, Ermelinda Moutinho, *Ob. Cit.*, 2016.

⁹²¹ Brotero, Felix Avellar (1744-1828), *Ob. Cit.*, 1788, Tomo Primeiro, pp. 362-427.

⁹²² Cf. “**John Coakley Lettsom** (1744 – 1 Nov 1815) was an English physician and philanthropist. He was born on Little Jost Van Dyke in the British Virgin Islands, into one of the early Quaker settlements in the territory, and he grew up to be an abolitionist. His surname is sometimes spelled **Lettsome**.” In https://en.wikipedia.org/wiki/John_Coakley_Lettsom

⁹²³ Os conteúdos tratados são, grosso modo, do Capítulo XXXIX, no Tomo Primeiro, cujo título é Descrição histórica da Árvore do Chá (The natural history of the tea-tree: with observations on the medical qualities of tea and on the effects of tea drinking), dividido em 11 parágrafos, a saber: § I. Análise do Hábito externo e Frutificação; § II Sinonimia; § III Países em que se dá o Chá, quando e como se introduziu o seu uso na Europa; § 4. Terreno, e cultivo; § 5 Colheita das Folhas; § 6 Modo de Curar ou Preparar o Chá; § 7 Variedade de Chá; § 8 Bebida do Chá na China e no Japão; § 9 Plantas Comparadas e Substituídas ao Chá; § 10 Modo de transportar da China as sementes, e Árvore do Chá em estado de Vegetar na Europa; § 11 Usos do Chá.’

⁹²⁴ Há exemplos, múltiplos, por esse mundo fora, de chá a crescer livremente e por longos anos. Desde que não o arranquem.

existisse chá na Ilha Terceira e não houvesse chá na Ilha de São Miguel.⁹²⁵ É ainda difícil de admitir que não chegasse a São Miguel por outra via além daquela, tanto mais que era a maior e a mais rica das Ilhas. A carta do Capitão-General dos Açores refere-se ao “*Chá: que tem vegetado nesta Ilha [Terceira?];*” acrescentando de seguida: “*cuja vegetação é muito fácil nestes sítios (...).*”⁹²⁶ Quais sítios? Só sítios da Ilha Terceira ou aí se pressupõem mais sítios nas demais Ilhas? Será que o Capitão General, ou alguém a seu mando, procedeu a uma pesquisa exaustiva e sistemática do chá existente em todos os Açores ou apenas na Ilha Terceira? Incluiu casas particulares? Ou simplesmente, muito embora existisse chá em outras Ilhas, existindo na Ilha onde se situava a sede da Capitania, seria dispensável mencionar as restantes? Não nos parece.

Deixando a questão em aberto, vamos ao que sabemos. Para facilitar a apreensão do longo período da história da introdução do chá na Ilha de S. Miguel anterior à chegada, em 1878, de Lau-a-Pan e Lau-a-Teng, como já foi referido, dividimos esse espaço de tempo. A um primeiro tempo chamámos: - ‘*Espaço Imperial Português e experiências de cultura e fabrico de chá: até à independência do Brasil (c. 1680’s – 1822).*’ De que tratámos até aqui. Agora, entraremos no tempo que designámos por ‘*2.º Tempo - Espaço Imperial Português e experiências de cultura e fabrico de chá: sem o Brasil (c. 1822 – c.1860);*’ seguindo-se o ‘*3.º Tempo - Espaço Imperial Português e experiências de cultura e fabrico de chá: teoria sem prática (c. 1860 - 1878).*’

Podemos detectar dentro deste tempo, alguns períodos. O primeiro: Das décadas de vinte e trinta a 1848. As primeiras versões sobre a introdução do chá na Ilha de São Miguel. Este período do ‘*2.º Tempo - Espaço Imperial Português e experiências de cultura e fabrico de chá: sem o Brasil (c. 1822 – c.1860),*’ com raros documentos coevos e incerteza quanto a datas, parte dos primeiros indícios conhecidos da putativa existência de chá na Ilha de São Miguel até ao trabalho de António Feliciano de Castilho em 1848. Castilho, editor literário do jornal da SPAM, avança poderosas razões económicas para o cultivo e fabrico de chá na Ilha de São Miguel. Para este primeiro período, são conhecidas narrativas que, variando entre a segunda metade do século XVIII e o primeiro terço do século XIX, apontam para vários introdutores e diversos locais. São, no entanto, narrativas cujo valor testemunhal, além de dependerem de fontes orais em segunda mão, chegaram à sua forma

⁹²⁵ Um exemplo, entre outros: José do Canto, pelo lado da esposa, Maria Guilhermina Brum da Silveira Canto, administrava propriedades na Ilha Terceira; ou Cf. Sousa, Marco, “Reportagem: Produção de café em São Miguel passa de curiosidade a realidade”, *Correio dos Açores*, 15 de Dezembro de 2018, p.3. No caso do café, podemos extrapolar para o chá e percebe-se como o que acontece numa ilha pode influenciar outras ilhas.

⁹²⁶ Arquivo dos Açores, v. XIII, 1983, p. 515.

escrita um tempo considerável após o acontecimento narrado. Porém, seguindo a lógica de “*onde há fumo, há fogo*,” vamos tentar submetê-las a uma criteriosa crítica interna. Em todas as versões, os introdutórios iniciais do chá em S. Miguel, adaptando uma frase de Reis Leite para a segunda metade do século XIX, são “*regressados do Brasil como factor de mudança social no Açores*.”⁹²⁷

Que intenções terão levado Guilherme Read Cabral, Francisco Maria Supico e outros, a partir de 1873, altura em que a SPAM assume o projecto do chá, a atribuir a Jacinto Leite Bettencourt e a outros a precedência da introdução do chá em São Miguel? Não se conhece explicação. No entanto, poder-se-á admitir que, no caso de Read Cabral, terá pretendido chamar a atenção do público para o papel do sogro, alguém da geração anterior à de José do Canto e de Ernesto do Canto.

A versão mais antiga conhecida data de 15 de Abril de 1873. Vem publicada no jornal *O Cultivador* de Guilherme Read Cabral, genro de Jacinto Leite Bettencourt. Refere-se, contas feitas, a um acontecimento com mais de quarenta anos, a algo que teria ocorrido **por volta do ano de 1833**: “(...) a planta do chá foi importada haverá 40 anos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro pelo **falecido Sr. Jacinto Leite de Bettencourt** depois do seu regresso do Brasil aonde a vira e concebera a ideia de a aclimatar nesta Ilha (...)”⁹²⁸

A versão seguinte, sem ser fiel, baseia-se numa nota alegadamente publicada, não se diz quando, no jornal *O Agricultor Micaelense*, na realidade em *O Cultivador*, de 15 de Abril de 1873, publicada em 17 de Maio de 1905 no jornal *A Persuasão*, por Francisco Maria Supico. Segundo Supico, **dá-se como certo que a primeira planta de chá que houve nesta Ilha**, foi trazida por **Jacinto Leite Pacheco** (é assim que o refere) do Brasil **por volta de 1820 pouco mais ou menos**.⁹²⁹ Ora, a referida nota, a ter saído como se diz n’ *O Agricultor Michaelense*, só poderá ter ocorrido entre Outubro de 1843 e Março de 1852, período em que se publica. Pesquisámos sem sucesso.⁹³⁰

⁹²⁷ Leite, José Guilherme Reis, *Os regressados do Brasil como factor de mudança social no Açores na 2.ª metade do século XIX*, in *Arquipélago História*, Revista da Universidade dos Açores, 2.ª série, 2005-2006, Vols. IX-X, p. 399.

⁹²⁸ *O Cultivador*, Ponta Delgada, 15 de Dezembro de 1873, n.º 12, Ponta Delgada, p. 322.

⁹²⁹ Supico, Francisco Maria, *Escavações: O Chá na Ilha de S. Miguel*, *A Persuasão*, Ponta Delgada, 17 de Maio de 1905, p. 2; Supico, Francisco Maria, *As Escavações*, Vol. III, 1995, p. 1024.

⁹³⁰ Supico não explica a discrepância entre os apelidos, todavia, tudo leva a crer que, seguindo as Genealogias de Carlos Machado e de Ernesto do Canto, se confunde o pai com o filho. Jacinto Leite Bettencourt, nascido a 13 de Dezembro de 1789, filho do Capitão João Leite de Arruda, da paróquia da Estrela, da Ribeira Grande, (CF. http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/SMG-PD-SAOJOSE-B-1789-1793/SMG-PD-SAOJOSE-B-1789-1793_item1/P5.html) era pai de Jacinto Leite Pacheco Bettencourt, nascido em 1833. A fazer fé nas datas, só pode ter sido o pai, nunca o filho. Além do mais, Guilherme Cabral genro de Jacinto Leite Bettencourt, conheceria melhor o sogro do que Supico. Este último, chegara à ilha na década de quarenta (cf. http://www.culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/GENEALOGIASCARLOSMACHADO/GENEALOGIA-S-CARLOSMACHADO_item1/P17.html) Quando o autor da nota n’ *O Agricultor Michaelense*, escreve “*Consta-nos que o sr. Jacinto Leite tem aumentado muito a cultura da planta do chá, nos seus terrenos no lugar das Calhetas*,”

Quanto à razão da discrepância de dez anos para a introdução do chá por Jacinto Leite de Bettencourt entre a versão de *O Cultivador*, (aponta para **c. de 1830's**) e a de Supico, publicada em *A Persuasão*, (aponta para **cerca de 1820 pouco mais ou menos**), Supico explica: "*indicamos esta data por se saber que **Jacinto Leite** veio à terra natal a tomar posse de um morgado em que sucedera por morte de seu irmão mais velho (...).*"⁹³¹

Teria sido, então, na década de vinte ou na de trinta? Podendo ter sido na de trinta, parece-nos mais provável que tenha sido na de 20, algures entre a quaresma de 1821 e Janeiro de 1823. Portanto, no caso, Francisco Maria Supico estaria mais próximo da verdade do que Guilherme Cabral? A resposta dependerá do ano em que regressou a São Miguel para tomar posse do morgadio. Vejamos: O Tenente-Coronel das Milícias **Jacinto Leite de Betencourt** casou em S. José de Ponta Delgada a 13 de Janeiro de 1823, com 33 anos, a cunhada, casada com o irmão **José**, morgado, falecera sem filhos a 7 de Abril de 1819, na Conceição da Ribeira Grande. **Jacinto**, vem na certidão de casamento, nas quaresmas de 20 e 21, cumpriu a desobriga quaresmal na Cidade do Rio de Janeiro e na de 1822, na Cidade de Lisboa. Seguindo a citada genealogia, o primeiro filho do casal nasce em 1824, depois, para os que lograram nascer, temos filhos em 27, 28, 29, 31 e 33, o **que não exclui que tenha regressado ao Brasil entre 31 e 33 ou depois de 33.**⁹³²

Além das versões de 1873 e de 1905, conhecemos uma terceira de Gabriel de Almeida, datada de 1883. Quanto ao ano da introdução do chá em São Miguel, o autor confessa a sua ignorância: "*Não sabemos quando.*"⁹³³ Nove anos depois, em 1892, o mesmo autor, já sabe a resposta: "*Crê-se que tenha sido antes de 1833.*" Como chega lá? Não nos diz. Aponta em 1892 um local de proveniência: o Brasil. No entanto, todas as versões atrás referidas, apontam para as Calhetas, no Concelho da Ribeira Grande, como local onde existiu primeiramente chá na Ilha de São Miguel.

Sem referir qualquer data, em Junho de 1905, sempre interessado no chá, Francisco Maria Supico, dá à estampa nova versão. No tempo do há muito finado João Soares de Sousa Canto [Canto Taveira da Ribeira Grande] e Albuquerque, "*mais conhecido por morgado João Soares*

(cf. *Persuasão*, 117 de Maio de 1905, 2; *Francisco Maria Supico*, *As Escavações*, vol. III, 1995, p. 1024)' certamente refere-se ao filho já que à data o pai havia falecido. O genro Read Cabral, em 1873, escrevera "*falecido sr. Jacinto Leite de Betencourt.*"

⁹³¹ Supico, Francisco Maria, *Escavações: O chá na Ilha de S. Miguel*, *A Persuasão*, 17 de Maio de 1905, p. 2; Francisco Maria Supico, *As Escavações*, vol. III, 1995, p. 1024.

⁹³² http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/SMG-PD-SAOJOSE-C-1819-1828/SMG-PD-SAOJOSE-C-1819-1828_item1/P118.html, fl. 115v.

⁹³³ Cf. Almeida, G., *Op. Cit.*, 1883

*dos Pinheiros, que um homem que fora seu criado trouxera do Brasil a semente da camélia do chá, para o presentear com ela, e a semeara nas suas propriedades de Santo António, deste Concelho, de onde algumas plantas passaram para a grande propriedade das Capelas de António Lopes Soeiro de Amorim, há bons anos falecido também, e lá se multiplicaram os exemplares, como planta ornamental (...)."*⁹³⁴

O nome completo do morgado é João Soares de Sousa Canto e Albuquerque. É natural de Santa Maria, descende, do lado da avó, dos Taveira do Canto da casa do Vencimento, na Ribeira Grande. Casou com a irmã mais velha da esposa de José Leite Bettencourt, irmão de Jacinto Leite, a qual era a administradora da casa dos Pinheiros. Tem a ver indirectamente com o Jacinto Leite das Calhetas, da Ribeira Grande.

Em 1959, século e meio a dois séculos após o sucedido, Amâncio Faria e Maia (1892-1962),⁹³⁵ descendente dos Faria e Maia, propõe-nos duas novas versões. Baseia-se apenas no ouvir dizer a *algumas pessoas*. A primeira seria de que *"a planta do chá foi trazida do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, entre 1750 e 1800, pelo arquitecto Leite (...)."* O que coincidiria com a altura do chá encontrado na Ilha Terceira. E a segunda, de que *fora o seu bisavô, José Inácio Machado de Faria e Maia, nascido a 01.03.1793 e falecido, a 01.01.1881, em São Sebastião, Ponta Delgada quem o trouxera do Brasil.*

Indo consultar as *Genealogias de São Miguel e Santa Maria* de Rodrigo Rodrigues, o denominado arquitecto Leite era *"Agostinho Pacheco [Rodovalho] de Melo Cabral."* Foi *"tenente-coronel de milícias e administrador de vínculos,"* e nasceu *"a 5 de Julho de 1762, no Rio de Janeiro. O pai falece em S. Miguel a 17 de Outubro de 1776."* Não se conhece o ano exacto da chegada de Agostinho Cabral a S. Miguel, sendo de supor que tal tenha ocorrido depois de Julho de 1762 e antes 17 de Outubro de 1776. A esposa de Agostinho Cabral morreu no Brasil a 13 de Março de 1779. Portanto, na pior das hipóteses, Agostinho terá chegado pouco antes de se casar em 1791. Ou aos 17 anos, após a morte da mãe, se ficou no Brasil com a mãe, ou com 14, pela morte do pai, se estava com o pai na Ilha. *Os pais de Agostinho Cabral casaram em 1761, no Brasil, ele casou em Ponta Delgada em 21 de Fevereiro de 1791.*

⁹³⁴ [Supico, Francisco Maria], *Escavações: Ainda o chá, A Persuasão*, Ponta Delgada, 14 de Junho de 1905, p1; Francisco Maria Supico, *As Escavações: ainda o chá*, vol. III, ICPD, 1995, p. 1031.

⁹³⁵ Albergaria, Eduardo Soares de, *Machado de Faria e Maya*, Letras Lavadas, Ponta Delgada, 2013, p.193.

Este Agostinho, segundo a nossa informadora Isabel Albergaria foi o “*encomendador da obra da Casa do Pinheiros, talvez também o homem do projecto*”. (Na actual rua Agostinho Pacheco). Teria sido ele a trazer o chá do Brasil para São Miguel entre 1762 e 1791? Teria ido ao Brasil em outra ocasião? Não se sabe. Agostinho, atente-se, teve duas filhas, Francisca Paula e Isabel Maria. Francisca Paula **casou com José Leite Bettencourt, irmão de Jacinto Leite de Bettencourt**. A esposa de Agostinho era a administradora da casa dos Pinheiros. Tem a ver indirectamente com o Jacinto Leite de Bettencourt das Calhetas. Isabel Maria casou com João Soares de Sousa Canto e Albuquerque, em Ponta Delgada, a 13 de Outubro de 1811. João Albuquerque, que nascera em Santa Maria a 11 de Agosto de 1798, fixou-se em S. Miguel depois de se casar. Foi capitão e depois tenente-coronel das Milícias. A sua esposa, Isabel, morreu a 17 de Dezembro de 1862 e João veio a falecer a 11 de Março de 1872. Descende do lado da avó, dos Taveira do Canto da casa do Vencimento, na Ribeira Grande. Não teve descendentes e, por isso, o morgadio passou para Francisca Paula, mulher de Jacinto Leite. Portanto, quer pelo lado das duas irmãs, temos a introdução do chá em Santo António Além Capelas e Calhetas. No caso de João Soares só pode ter ocorrido depois de Outubro de 1811 e antes de 1872.



[F. 32 – José Inácio Machado Faria e Maia (1793- 1881)]
Fonte: https://geneall.net/images/names/pes_168600.jpg

E José Inácio Machado Faria e Maia? Como nos diz a citada genealogia, José Inácio Machado de Faria [e Maia?] nasceu a 1 de Março de 1793, em Ponta Delgada, onde vem a falecer a 1 de Janeiro de 1881. Foi Coronel de Milícias de Ponta Delgada por Patente de 1812. Partira para a Madeira em 22 de Agosto de 1811 e dali seguira para o Brasil onde casou a primeira vez a 25 de Janeiro de 1813. Casou segunda vez, com a cunhada, em Lisboa a 9 de Novembro 1824.⁹³⁶

Segundo Carlos Riley, fazendo eco a tradições da família Faria e Maia, José Inácio Machado de Faria e Maia caiu de amores por uma das irmãs mais velhas Caupers, seguindo-a até ao Rio de Janeiro onde casou a 13 de Janeiro de 1813. José Inácio volta aos Açores no Verão de

⁹³⁶ Rodrigues, Rodrigo, *Ob. Cit.*, 2008, vol. 4, p. 2347; Albergaria, Eduardo Soares de, *Ob. Cit.*, 2013, p.101.

1813 e, dois anos depois, em Maio de 1815, ainda está na Ilha, regressando ao Brasil em Abril de 1817.⁹³⁷ Onde voltou a casar em 1824? Ou casou quando regressou aos Açores? Seja como for, estaria em Lisboa pelo menos em finais de 1820. Carlos Riley diz-nos que José Inácio estava na Cidade de Lisboa em finais de 1820, onde o padraсто, Vicente Cardoso, lhe enviava o jornal *O Velho Liberal*, escrito para ser impresso. Estaria lá enquanto decorriam as Cortes Constituintes, portanto até 1822 (24 de Janeiro de 1821 e 4 de Novembro de 1822).⁹³⁸

Obrigando a História ao rigor interpretativo e a sólidos documentos credíveis, Amâncio Faria e Maia, não sendo Historiador, mas com cultura suficiente para perceber a natureza desta ciência do Homem, admite honestamente ser “(...) possível que qualquer uma destas versões possua alguma verdade.”⁹³⁹ Estas carecem do confronto com documentos mais próximos dos acontecimentos, de outro modo, não resistem a um inquérito Histórico mais rigoroso. Todavia, todas estas versões de introdução do chá na Ilha de São Miguel, apontam para o Brasil (de forma directa e para Macau de forma indirecta) e para um arco temporal ambíguo, mas plausível, entre as décadas de 1760 (menos plausível) e a de 1830 (mais credível).⁹⁴⁰ Além do mais, a partir de finais da década inicial do século XIX, havia muito chá (sementes e plantas) disponíveis no Brasil. Não é de pôr de parte, ainda, a possibilidade de haver plantas sobreviventes na Ilha Terceira.

Que mais se poderá retirar destas versões sem beliscar a verdade Histórica? Que, muito embora seja lícito desconfiar das datas apontadas, é, no entanto, relativamente seguro dar-se algum crédito aos factos narrados. Quais? Que duas famílias estarão associadas a estes primeiros passos, repete-se, algo obscuros, da História do chá na Ilha de São Miguel. Uma primeira, a de Leite Bettencourt e do cunhado do irmão, o primeiro, nas Calhetas da Ribeira Grande, o segundo, em Santo António Além Capelas; uma segunda família, a dos Faria e Maia. Como pendor de fiança dos factos narrados, temos Guilherme Read Cabral, o genro de Leite Bettencourt, que o publica em *O Cultivador*, e o escrupuloso Supico, que o publica em *A Persuasão*.

⁹³⁷ Riley, Ob. Cit., 2006, pp. 162, 163, 167.

⁹³⁸ Idem, pp.186-187.

⁹³⁹ Maia, Amâncio Machado de Faria e, *Esboço Histórico da Indústria Agrícola do chá em S. Miguel*, Insulana, vol. XV, ICPD, 1959, pp. 427-428. Nota posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018: até do que sobrevivera das plantas de chá de finais de setecentos da Ilha Terceira?

⁹⁴⁰ Moura, Carlos Francisco, Ob. Cit., 2012, pp. 12,14, 15, 16. Além do que já foi referido, poder-se-á acrescentar: De 1802 a 1824, a figura central do chá, em Macau, era o açoriano da Horta, ascendente de Maria Guilhermina Brum da Silveira do Canto, esposa de José do Canto. E foram enviados para o Brasil várias remessas de plantas e de sementes de chá.

E há notícia de plantações. Não se diz exactamente quando, mas supõe-se que seja antes de 1848. José Inácio Machado de Faria e Maia cultivara chá em Ponta Delgada e no Cabouco, “*alcançando 700 m2.*”⁹⁴¹ Outra versão, também de contornos fluidos, mas que poderá apontar para o mesmo período, diz: “(...) (o) Sr. José Maria da Câmara Coutinho,” ouvira “*algumas vezes (...) dizer ao há muito finado João do Sousa Canto, mais conhecido por morgado João Soares dos Pinheiros, que um homem que fora seu criado trouxera do Brasil a semente da camélia do chá, para o presentear com ela, e a semeara nas suas propriedades de Santo António, deste Concelho [Ponta Delgada], de onde algumas plantas passaram para a grande propriedade das Capelas de António Lopes Soeiro de Amorim [1.º Presidente da Câmara Municipal de Capelas, actual propriedade do arquitecto António Gomes de Menezes: informação de André Viveiros], há bons anos falecido também, e lá se multiplicaram os exemplares, como planta ornamental.*” E acrescentava: “*Era originária dali toda a semente da cultura que os chineses aqui vieram encontrar e que lhes proporcionou folha para os primeiros trabalhos de preparação.*” Adianta exemplos: “***Só de uma vez, para o Dr. Ernesto do Canto semear, do Pico do Cedro [Capelas], lhe proporcionou das Capelas uns dois alqueires de semente o Sr. José Maria da Câmara.***” Essas “(...) foram as sementes que por cá tínhamos, que mais valeram para a posterior multiplicação.” Explica: “*as que vieram com os chinos perderam-se muito em razão do estrago que lhes causou a longa viagem. Também não resistiram aos acidentes da viagem as plantas mandadas vir para aromatizar o chá.*” E, um pormenor: “*Mas não faziam falta, pois que tínhamos cá a principal. Porém nunca se usou para tal fim.*”⁹⁴²

Portanto, até 1848, haveria chá na Ilha de São Miguel nas propriedades das famílias Leite Bettencourt, Faria e Maia, José Maria Câmara, chá plantado em Santo António, Capelas, Calhetas, Ponta Delgada e Cabouco.

Seria, neste período, apenas chá ornamental de colecção ou já se tentaria fazer chá vender no mercado? Não seria para admirar que o fizessem, pois, se no tempo do Capitão General, como vimos, se insinuava a possibilidade ou a intenção de manipular o chá que crescia espontaneamente na Ilha Terceira, por que não admiti-lo, como hipótese plausível a carecer de confirmação, para as décadas de vinte e trinta em São Miguel? Houve quem, sem sucesso, o tentasse manipular. Supico em Maio de 1905, mas referindo-se ao testemunho de 1873 de Guilherme Read Cabral, afirmava que o chá trazido por Jacinto Leite Pacheco [Bettencourt],

⁹⁴¹ Viveiros, Teresa, *Fábrica de Chá Visconde Faria e Maia (Quinta do Tanque): apontamentos sobre a Indústria, o lugar e as memórias*, in *Chá dos Açores*, 2016, p. 82.

⁹⁴² Supico, Francisco Maria, *A Persuasão*, Ponta Delgada, 14 de Junho de 1905, cf. *As Escavações*, vol. III, ICPD, 1995, p. 1031.

que ‘a planta primitiva vegetou sozinha por largo tempo. Multiplicou-se, depois (...). Porém, sem utilidade prática, por se ignorar inteiramente a arte de preparar o chá.’⁹⁴³ É possível ainda aventurar uma última hipótese. Se, a partir da independência do Brasil, estes açorianos regressados a São Miguel, percebendo a necessidade de fornecer chá ao mercado europeu e ficando os Açores mais perto desses mercados, não terão pensado que seria boa altura para ensaiar o cultivo e a produção de chá em São Miguel? Seria, no entanto, a esta distância e com os dados de que dispomos, uma tentativa desorganizada, individual, fruste e votada ao fracasso e ao silêncio?

De 1846 a 1860.⁹⁴⁴ Em termos cronológicos, é possível adiantar o ano de 1846. Porquê? Porque coincide com a data da primeira contratação do Jardineiro George Brown, em Agosto daquele ano, que marca o arranque da construção do Jardim de Santana.⁹⁴⁵ Brown estará ao serviço directo de José do Canto em duas ocasiões distintas: uma primeira, que terminará em 1849.⁹⁴⁶ Era inglês, de Fulham, cidade situada perto de Londres, teria à altura do primeiro contrato à volta dos 33 anos de idade (1813 - 1881). Fora recomendado por Thomas Osborn, um viveirista com quem José do Canto tratava.⁹⁴⁷

George Brown foi instrumental na concretização do Jardim de José do Canto e na constituição da sua colecção de plantas e árvores. Foi ele quem, provavelmente, recomendou e trouxe (ou mandou vir) de Londres plantas de chá ou as sementes de chá da Índia e de Assam, referidas em o *Livro com Listas de Plantas entre 1847 e 1854 de José do Canto*.⁹⁴⁸ A este respeito, atentemos na nota escrita por José do Canto a um dos seus correspondentes, presume-se que, em Inglaterra, para orientar George Brown. Destinava-se a guiar a aquisição de plantas, flores e sementes, sem data expressa, mas, muito provavelmente, de finais de 1849 e inícios de 1850, altura em que Brown sai do serviço

⁹⁴³ Supico, Francisco Maria, *Escavações: O chá na Ilha de S. Miguel*, A Persuasão, 17 de Maio de 1905, p. 2; Francisco Maria Supico, *As Escavações*, vol. III, 1995, p. 1024.

⁹⁴⁴ Mercê de novas descobertas é provável que se possa recuar para 1846.

⁹⁴⁵ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada, [Memorando do primeiro contrato do Jardineiro George Brown, de Fulham, perto de Londres, feito em Londres a 20 de Agosto de 1846 entre ele e José do Canto da Ilha de São Miguel], Londres, 20 de Agosto de 1846

⁹⁴⁶ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), [Certificado de José do Canto sobre a competência e qualidades do seu jardineiro Jorge Brown, durante os três anos e três meses em que foi seu jardineiro], sem data [c. 1849/50]. No entanto, há uma discrepância. José do Canto, nesta carta de recomendação confirma que Brown esteve ao serviço durante 3 anos e 3 meses, o que, fazendo contas, dá 1849 e não 1847.

⁹⁴⁷ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada, [Memorando do primeiro contrato do Jardineiro George Brown, de Fulham, perto de Londres, feito em Londres a 20 de Agosto de 1846 entre ele e José do Canto da Ilha de São Miguel], Londres, 20 de Agosto de 1846; Nota posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018: Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), [Certificado de José do Canto sobre a competência e qualidades do seu jardineiro Jorge Brown, durante os três anos e três meses em que foi seu jardineiro], sem data [c. 1849/50].

⁹⁴⁸ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), *Livro com Listas de Plantas entre 1847 e 1854 (?)*, José do Canto.

oficial de José do Canto. É uma nota bastante elucidativa a este respeito. José do Canto dá confiadamente carta-branca a Brown.⁹⁴⁹ O chá das Furnas, de 1854, poderá vir, eventualmente, destas encomendas. E, estando nas Furnas, fora de Santana, poder-se-á admitir, em primeiro lugar, que aquela planta de chá das Furnas (plantada no exterior), constituirá uma primeira experiência documentada de chá a crescer fora do abrigo do viveiro e das estufas de Santana. Depreende-se que José do Canto estava a construir um novo jardim fora de Santana e que daquele chá (então, possivelmente, apenas ornamental) poderão ter resultado plantas de chá usadas posteriormente nas primeiras plantações. Quem sabe até, se já naquela altura, José do Canto queria ir além do chá ornamental?

Que pretendia José do Canto ao contratar um jardineiro? Vejamos em mais detalhe. Mais tarde, nas contratações de Lau-a-Pan e Lau-a-Teng, de Lan Sam e Chon Sem, veremos o mesmo escrúpulo e idêntica minúcia contratual. Num rascunho, sem data, mas possivelmente de 1846, José do Canto traçava o perfil ideal do jardineiro.⁹⁵⁰

Em Junho, José do Canto, ao mesmo tempo que explicava a razão da escolha, desabafava as suas dúvidas: “(fl.1) (...) *O meu jardineiro está quase arranjado [George Brown], falta que eu volte para Londres para ultimar o contrato, estava trabalhando em casa do Osborn [viveirista: pista do chá], e foi recomendado por ele, se for o que dizem não será mau, mas nestas (fl.1v) cousas a vista é que desengana. Preferi que fosse inglês pela facilidade da comunicação com a Inglaterra e porque são mais sérios, e porque os jardins franceses não dão pela do pé aos ingleses.*”⁹⁵¹ O contrato formal, assinado em Londres a 20 de Agosto, mais

⁹⁴⁹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), [Nota de envio de sementes, ananases, flores, etc., dirigidas por José do Canto a algum dos seus correspondentes em Inglaterra, para orientar Jorge Brown, bem como de aquisição de plantas, flores etc. (ms), s/d e s/ass], sem data [c. 1849/50]: “(...) *à sua escolha e consideração (...) Isto é mandará todas aquelas que à vista lhe parecerem bonitas, próprias para o nosso clima, e não excessivamente caras. Como em São Miguel são pouco conhecidas a maior parte das plantas, todas aqui são novas; e por isso me convém ter muitas plantas, do que poucas e novíssimas.*”

⁹⁵⁰ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), [Rascunho com as condições estipuladas por José do Canto para contratação de jardineiro inglês], sem data [c. c. 1846? Altura de George Brown?]: Confessava pretender “*um homem solteiro de 30 anos para cima que seja sóbrio, e bem morigerado, tendo ao mesmo tempo génio afável, e trabalhador. Quer-se este homem para plantar um prédio, segundo o plano que se lhe der para o que se lhe fornecirão os necessários meios – a plantação consta simplesmente de arbustos e flores – árvores de fruto não forçadas, e o que os ingleses chamam ‘pleasure grounds’; quer-se também que o jardineiro forneça regularmente a família que o toma de hortaliças – (couves, repolhos, alfaces e outras saladas – couves flores, espargos – sweet herbs, cenouras e ervilhas) – ; depois de plantado o campo não se exige senão a sua conservação e aumento, bem como a cultura da horta, entendendo-se que se lhe darão sempre os homens que extraordinariamente carecer.*” Acrescentava: “*Dar-se-lhe-á um quarto confortável, cama, roupa lavada, comida, e vinho ao jantar, remédios e médico se estiver doente.*” Contratava “*por 3 anos, podendo continuar por mais, se convier às partes contratantes e se antes de findar o prazo alguém não preencher as condições, decidirá a pendência o cônsul e um súbdito inglês, ficando o proprietário livre de fazer as despesas de torna viagem, se for o jardineiro que faltar o estipulado, ou tiver alguma quebra no seu carácter.*” E, como garantia, “*O proprietário dará por fiança do seu contrato um ou dois negociantes ingleses, e o jardineiro apresentará os seus certificados e atestações inclusive o de Mr. Whileley e Osborne.*”

⁹⁵¹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de José do Canto, Paris, 22 de Junho de 1846.

parco do que o esboço que delineara, exarou os direitos e deveres, acrescentando o salário e ajudas.⁹⁵²

Se José do Canto tivesse inicialmente tido dúvidas acerca da competência de Brown, não obstante a recomendação de Osborne, três anos e três meses depois, perto de Brown regressar a Londres, ao escrever-lhe uma carta de recomendação espontânea, tece-lhe elogios.⁹⁵³ Num rascunho de carta, datada de 22 de Novembro de 1849, de José do Canto, provavelmente ao arquitecto David Mocatta, num inglês básico perceptível, com alguns erros de ortografia, continua a elogiar Brown.⁹⁵⁴ Se dúvidas restassem da sinceridade dos elogios, ficariam, certamente, dissipadas com a sua segunda contratação ocorrida em Maio de 1852. O contrato, mantendo as cláusulas de Agosto de 1846, desta vez celebrado em Ponta Delgada e não em Londres, sinal de que Brown regressara, diferia no tempo do contrato e no salário a auferir: seria por 4 anos e não três e com um salário anual de “(fl.1) (...) *eighty pounds sterling per annum and support him in sickness and in health with the proper necessities of life also.*”⁹⁵⁵

Entretanto, Brown, de volta a Inglaterra, sem saber quando regressaria, e se, porventura, regressaria, casara na semana anterior ao dia 28 de Janeiro de 1850: “(...) **I have not yet got settle but was married last week so yet I cannot say when I shall remain in England.**”⁹⁵⁶ Partira para Inglaterra depois de 22 de Novembro de 1849.⁹⁵⁷ Ainda que

⁹⁵² Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada, [Memorando do primeiro contrato do Jardineiro George Brown, de Fulham, perto de Londres, feito em Londres a 20 de Agosto de 1846 entre ele e José do Canto da Ilha de São Miguel], Londres, 20 de Agosto de 1846: “(...) *Signor do Canto agrees to pay George Brown the sum of fifty pounds sterling per annum and support him in sickness and in health with the proper necessities of life. Also to pay all expenses of the journey between London and St. Michaels and back to London at the end of the three years should George Brown wish to return.*”

⁹⁵³ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), [Certificado de José do Canto sobre a competência e qualidades do seu jardineiro Jorge Brown, durante os três anos e três meses em que foi seu jardineiro], sem data [c. 1849/50]: “(...) *Em todo este decurso não tive ocasião de o achar uma só vez menos activo, probo, ou inteligente. Esteve empregado na composição de um jardim, cuja construção oferecia muitas dificuldades, e em todas as operações que empreendeu mostrou perfeito conhecimento da sua arte, e uma prática mui superior. Na elevação de planos, nivelamentos, e propagação de plantas mostrou-se muito hábil, bem como em todos os mais ramos de jardinagem, tais como a produção de hortaliças, tratamento de árvores, de flores e estufas. É um homem regularíssimo no seu trabalho, perfeitamente bem-educado, e não lhe conheci nunca o menor vício. Foi sempre muito honesto, religioso, e delicado, por cujo motivo não tivemos nunca a menor desinteligência, e o considere sempre antes como um Amigo do que como um jardineiro.*”

⁹⁵⁴ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Rascunho de carta de José do Canto, Ponta Delgada, a David Mocatta, Londres (?), 22 de Novembro de 1849: “(...) *I can assure you scarcely a more probe and intelligent gardener could be found for myself. Unhapily (sic) he returns to England to see her family, and I could not keep him longer.*”

⁹⁵⁵ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada, [Segundo Contrato do Jardineiro George Brown por 4 anos, a razão de 6-13-4 Libras por mês com princípio em 12 de Abril de 1852], Ponta Delgada, 7 de Maio de 1852].

⁹⁵⁶ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de George Brown, Hull, a José do Canto (?), Ponta Delgada, 28 de Janeiro de 1850, fl. 2v.

⁹⁵⁷ UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Rascunho de carta de José do Canto, Ponta Delgada, a David Mocatta, Londres (?), 22 de Novembro de 1849

tivesse regressado a Inglaterra, e Peter Wallace estivesse já ao serviço de José do Canto (o primeiro vencimento de Wallace data de 22 de Abril de 1849) Brown mandava plantas e sementes ao antigo patrão: “(...) *The pines I have got near the list as I could but some are not grown for sale but I have substituted others that I know are good so hope they will suit Mr. Wallace (...).*”⁹⁵⁸

Porém, o segundo contrato de Brown já não correu da maneira como correria o primeiro. O fim do contrato, se se cumpriu na íntegra, terminava em Maio de 1856. José do Canto, conforme carta de 6 de Março de 1858, mudara por completo a sua opinião acerca de Brown. Desabafa a José Jácome: “(...) *Eu não queria o Brown para mim, nem de graça.*”⁹⁵⁹ Que se terá passado?

No entanto, tanto quanto se sabe, esta desilusão, partilhada em privado, ao longo dos anos foi temperada pela necessidade pública do conselho de Brown. José do Canto e George Brown manter-se-iam em contacto e colaborariam até à morte do segundo na Ilha. Segundo Isabel Albergaria, no seu texto da prova de mestrado de 1996, George Brown (1813-1881), casou com Sarah Brown. Regressado à Ilha de São Miguel, aí nascem-lhes cinco filhos.⁹⁶⁰ Segundo Nestor de Sousa, Brown ficaria “(...) *na Ilha definitivamente, continuando a exercer por alguns anos a profissão de jardineiro, que trocava pela de hoteleiro até à sua morte, em Janeiro de 1881, aos 68 anos.*”⁹⁶¹

No intervalo das duas contratações de George Brown, entre o dia 22 de Abril de 1849 e 13 de Abril de 1852, Peter Wallace trabalhou para José do Canto como jardineiro.⁹⁶² Peter Wallace, segundo Isabel Albergaria, era “*um botânico escocês que havia estagiado em Chatsworth sob a direcção de Joseph Paxton. Acredita que o tempo que esteve na Ilha foi como um estágio para candidatar-se a um posto da Sociedade de Horticultura de Londres. Com o que viu e investigou na Ilha de São Miguel, escreveu, em 1852, um relatório destinado àquela*

⁹⁵⁸ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de George Brown, Hull, a José do Canto (?), Ponta Delgada, 28 de Janeiro de 1850, fl. 1v.

⁹⁵⁹ Carta XVII de José do Canto, Paris, a José Jácome Correia, 6 de Março de 1858, Cf. Cartas Particulares do Sr. José do Canto aos senhores José Jácome Correia e Conde Jácome Correia: 1841-1893, Ponta Delgada, Tipografia do Diário dos Açores, 1915, p. 72

⁹⁶⁰ Comparando-a com a edição publicada de 2000, traz Bibliografia de fontes manuscritas, que, pertencem a particulares. Não existe disponível o volume II – Documentos: Albergaria, Isabel, Quintas, Jardins e parques da Ilha de S. Miguel 1788-1885, vol. I, Texto, Dissertação de mestrado em História da arte contemporânea apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Setembro de 1996, p. 144.

⁹⁶¹ Sousa, Nestor, “Os «Canto» nos Jardins Paisagísticos da Ilha de S. Miguel”, Arquipélago - História, 2.^a série, IV, n.º 1, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000, p. 171.

⁹⁶² Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), [Registo de pagamento de ordenados de José do Canto], sem data [c. 1846? - c. 1872?]: “(...) (fl.50) *Pedro Wallace, inglês, jardineiro, (...) com vencimento desde 22 de Abril de 1849 [a 13 de Abril de 1852] (fl.50v.) Pedro Wallace, 13 de Abril de 1852 (...).*”

Sociedade. Então, regista cerca de 2000 plantas raras (não menciona o chá). Em 1856, José do Canto, na sua “Enumeração das principais plantas existentes no meu jardim de Santana,” refere cerca de 6000 espécies. Durante os primeiros anos construiu novas estufas, destacando-se as de ananás, e viveiros que iriam povoar várias propriedades de José do Canto.⁹⁶³ Talvez por não atribuírem importância, não vem aí mencionado (Se eu vi bem) o chá. No entanto, a não ser que morresse entretanto, já existia chá, como vimos, pelo menos em 1854.

Após a conclusão do segundo contrato de George Brown, José do Canto contratou Henrique Funnel, que se manteve ao serviço de 17 de Junho de 1856 a 28 de Novembro de 1860.⁹⁶⁴ Deste jardineiro nada existe no Arquivo da Universidade, e, no entanto, foi neste período que José do Canto mandou vir algumas sementes de chá do Japão.⁹⁶⁵ Não explicita, mas *camellia sinensis*, de certeza.

Em termos temporais, pensando nas balizas cronológicas da periodização proposta, a marca inicial situar-se-á também (hipótese a trabalhar, não certeza) no trabalho de António Feliciano de Castilho, publicado n’*O Agricultor Michaelense*, em 1848, e irá até inícios dos anos sessenta. (Vide Doc. N.º 2 – ANEXO, p. 59 - A) Haverá eventualmente uma relação entre o alvitre de António Feliciano de Castilho e uma nova adesão ao chá: “(...) *Um só vegetal (não cansaremos de repeti-lo) pôde só eventualmente enriquecer hum país: o Chá é o Pactolo da China (...).*”⁹⁶⁶ É uma de várias propostas para aumentar a riqueza da Ilha e prevenir o que pudesse acontecer à laranja. Este período caracteriza-se por uma maior uniformidade de datas e de dados. Além das duas famílias iniciais conhecidas, chegam-nos agora outras: os irmãos Canto, Ernesto e José, e o primo destes, José Jácome Correia.

Será que a nota de 1848 de Castilho foi influenciada pelas plantas do mecenas e compadre José do Canto? É tentador pensá-lo. É possível que José do Canto já tivesse chá por volta de 1847. Leva-nos a admitir esta hipótese o “(...) *Catálogo das Plantas existentes em Santana com etiquetas de chumbo por extenso começada em Janeiro de 1847 (...).*” Nele, na sua letra

⁹⁶³ Albergaria, Isabel, *Quintas, Jardins e parques da Ilha de S. Miguel 1788-1885*, vol. I, Texto, Dissertação de mestrado em História da arte contemporânea apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Setembro de 1996, p. 144.

⁹⁶⁴ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), [Registo de pagamento de ordenados de José do Canto], sem data [c. 1846?- c. 1872?]: “(...) (fl.63) Henrique Funnel início 17 de Junho de 1856. Fica até: (fl.63) 28 de Novembro de 1860”

⁹⁶⁵ Albergaria, Isabel Soares de, *Quintas, jardins e parques da Ilha de São Miguel*, Quetzal Editores, Lisboa, 2000. Refere-o porque consultou documentos na posse da família de José do Canto.

⁹⁶⁶ Castilho, António Feliciano de, *O Redactor: ao publico*, in *O Agricultor Michaelense*, n.º 1, Janeiro de 1848, fls. 1-16.

inconfundível, José do Canto escreveu: *Thea viridis*⁹⁶⁷ Apesar de à data já Robert Fortune ter descoberto (e revelado em livro) que chá verde e preto derivavam do mesmo arbusto, José do Canto e muitos viveiristas mantinham que *Thea Viridis* era o arbusto do chá verde. Infelizmente, não coloca data: poderá ser de 1847 como de 1854. Uma outra nota, uma **lista sem título nem data, a lápis**, na mesma fonte, ainda menos precisa (quanto a datas), diz-nos: “(...) *Thea assamica*”,⁹⁶⁸ ou seja o chá do Assam (*camellia sinensis assamica*). Portanto, estamos perante os dois tipos de camélias conhecidos: a *sinensis* e a *assamica*.

Finalmente, continuando a trabalhar a mesma fonte, uma lista intitulada “Roseiras” (refira-se que aqui se diz roseira de chá), mencionam-se: “(...) *Tea – Taglioni* (...) - *Tea – Reina Victoria* (...) *Tea scented Devoniensis* (...) *Tea scented Flower of Florence* (...)”⁹⁶⁹ Em abono da verdade, cumprindo o rigor e a prudência exigidos, não excluindo de todo a hipótese de serem chás, estes *teas*, poderão, antes, corresponder a *camellias japonicas* e não a *camellias sinensis*.



Francisco Maria
Supico

[F. 33 - Francisco Maria Supico (1830-1911)]

Fonte: João Borges Cordeiro, in San-Bento, Madalena, *Diário do Grão-Mestre da luz: a luta pela iluminação pública nos Açores*, 2015, p.93.

Tal como fazemos para os agentes humanos envolvidos no processo do chá, mergulhando nas suas vidas e obras, urge fazer o mesmo para o agente vegetal objecto do nosso estudo: o chá. Assim, para melhor compreendermos e interpretarmos as provas existentes (documentais ou botânicas), vamo-nos munir de toda a informação pertinente à genética vegetativa própria das plantas e sementes de chá. Vamos apurar se são plantas ou sementes, se são *camellia sinensis sinensis* ou *camellia sinensis assamica* (as primeiras mais resistentes), se, não importa se *sinensis* ou *assamica*, são plantas jovens ou maduras, se são ou não plantas ornamentais. Para já, as plantas inicialmente ornamentais, retenha-se o facto, podem produzir mais flor, logo gerar mais e melhor fruto, de onde descenderão mais plantas de chá. No primeiro ano, outro aviso, as sementes produzidas são tendencialmente

⁹⁶⁷ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Livro com Listas de Plantas entre 1847 e 1854 (?), José do Canto.

⁹⁶⁸ Idem.

⁹⁶⁹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Livro com Listas de Plantas entre 1847 e 1854 (?), José do Canto.

estéreis. Vão melhorando aos dois, três e quatro anos. Não tendo notícia de quantidades, nem do sucesso ou insucesso, vamos ter de deduzir o máximo que a genética e a documentação nos possa permitir sem incorrer em erros interpretativos grosseiros.⁹⁷⁰

Retomando o fio à meada. Em 1851, tem lugar um outro presumível estímulo ao cultivo do chá na Ilha, fosse só como planta ornamental ou já com interesse económico – a Exposição de Londres, consagra fora da esfera lusa (Brasil) a prova de que o cultivo e a manufactura do chá têm futuro fora da China. Assim: “(...) By 1851 the company [Assam] had started to become profitable, and that year its teas were displayed to great acclaim at the Great Exhibition in London, a showcase for the might and riches of the British Empire (...) proved in the most public way possible, that one did not have to be chinese in order to make tea.”⁹⁷¹ Uma entrada no Catálogo oficial daquele evento, divulgava com indisfarçado orgulho: “(...) Tea is so peculiarly a Chinese product as to be almost synonym of the country. From the difficulties at first experienced in producing good teas in Penang [Malásia?],⁹⁷² Java, and Rio de Janeiro, it was inferred that the soil and climate required for the tea plant were of so peculiar a nature as to render it difficult, if not impossible, to produce good tea anywhere out of China.”⁹⁷³ A mesma nota, além de fazer a História do Chá na Índia, referia a descoberta de Robert Fortune: afinal chá preto e verde provinham da mesma planta. A China iria perder terreno para a Índia Britânica.

José do Canto, lamentava Silvano Francisco Luís Pereira, o seu correspondente comercial em Londres, não iria à exposição para a qual se esperavam 5 milhões de pessoas e o consumo de vinho para ela calculado seria no valor de 28 milhões de garrafas.⁹⁷⁴ No entanto, foi visitada por gente da Ilha: “(...) No fim da estação os donos do Madeira Pet (?) tiveram de aparelhar o navio de propósito para ir aí buscar passageiros para a Exibição de 1851 (...).”⁹⁷⁵ Quem seriam os visitantes da Ilha? O Dr. Agostinho Machado de Faria e Maia, casado em segundas núpcias com a sogra de José do Canto, que acompanhou o marido, esteve em Londres no período em que a Exposição esteve patente ao público.⁹⁷⁶ A exposição abriu a 1

⁹⁷⁰ Informação obtida graças a conversas com a engenheira agrónoma Clara Estrela Rego.

⁹⁷¹ Standage, *Ob. Cit.*, 2006, p. 218.

⁹⁷² *Minutes of Evidence taken before the select Committee on the affairs of the East India Company, 1832*, p. 205: <https://books.google.pt/books?id=todFAQAAMAAJ&pg=PA205&lpg=PA205&dq=tea+experiments+in+penang+malaysia&source=He+speaks+at+the+cultivation+of+tea+at+Java,+and+Penang,+where+hw+know+is+a+complete+failure+...>.

⁹⁷³ East Indies (Tea), *Official Catalogue of The Great Exhibition of the works of industry of all nations*, 1851 London, pp. 872-73, cf. <https://archive.org/details/officialcatalog06unkngoog>

⁹⁷⁴ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Cx. 191 Carta de Silvano Francisco Luís Pereira, Londres, a José do Canto, Ponta Delgada, 10 de Setembro de 1850.

⁹⁷⁵ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Cx. 191, Carta de Silvano Francisco Luís Pereira, Londres, a José do Canto, Ponta Delgada, 27 de Novembro de 1850.

⁹⁷⁶ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Cx. 191, Carta de Silvano Francisco Luís Pereira, Londres, a José do Canto, Ponta Delgada, 17 de Julho de 1851: “(...) participar a V. S. que por sua conta paguei ao Illustríssimo Sr. Dr. A. Machado de Faria e Maia.”

de Maio e encerrou a 17 de Setembro: “durante os cento e quarenta dias em que esteve aberta ao público, foi visitada por mais de seis milhões de visitantes e teve de lucro cento e oitenta e seis mil libras. (...) A Grande Exposição dos Trabalhos da Indústria de Todas as Nações obteve, de fato, um sucesso estrondoso.”⁹⁷⁷ Restou a José do Canto a hipótese de ler sobre a Exposição. De facto, assinava o *Illustrated London News*.⁹⁷⁸ Agostinho de Faria e Maia, além de aparentado por afinidade com José do Canto, era pai e sogro de três pioneiros do chá. Outros senhores da Ilha poderão ter estado na exposição: o jardineiro George Brown, com encomendas de José do Canto, estava em Inglaterra no ano de 1850.⁹⁷⁹ Apesar de, à altura, o jardineiro de José do Canto ser Peter Wallace [de c. 22 de Abril de 1849 a 13 de Abril de 1852], Brown colabora [1.º contrato: de 20 de Agosto de 1846 a c. Agosto de 1847 ou c. 1849]⁹⁸⁰ com José do Canto ou António Borges.

Essa grandiosa exposição poderá, eventualmente, ter tido alguma (não sabemos a que ponto) influência nos homens da Ilha. Além do chá do Brasil, que conheciam, ficaram ao corrente do chá Britânico – a nova conquista daquele Império. Seja como for, a primeira notícia até agora conhecida e confirmada de chá na Ilha de São Miguel, identifica as Furnas, o ano de 1854 e José do Canto.⁹⁸¹ Mas, as sementes ou estacas ou qualquer tipo de plantio de chá poderão ter sido fruto do chá já existente ou então de outras remessas vindas em outras ocasiões. Quais? Não sabemos. Entretanto, uma pergunta: por que razão nas Furnas e não no Jardim em Ponta Delgada? É lá, conforme no-lo testemunha, em 1866, Edmond Goeze, que José do Canto experimenta fora de Ponta Delgada.⁹⁸² E, ainda que recorrendo a métodos diferentes, já aí o fazia na década anterior.

Na advertência introdutória à relação que José do Canto redigiu em 1851, das plantas que cultivava na Ilha, intitulada *Hortus Cantuanus*, o autor adianta achegas acerca do que pensa da aclimação de novas espécies: “(...) O clima de Portugal, Madeira e Açores é acomodado a toda a casta de produções vegetais. (...) O homem só, neste recanto do mundo, tem sido, há

⁹⁷⁷ https://pt.wikipedia.org/wiki/Grande_Exposi%C3%A7%C3%A3o: “Um feito notável, se nos recordarmos que a Grã-Bretanha não tinha experiência na organização de grandes exposições, nem sequer de carácter nacional. O êxito da Exposição de 1851 inaugurou o calendário das exposições internacionais - em 1855 realizar-se-ia a II Exposição Internacional, em Paris.”

⁹⁷⁸ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Cx. 191, Carta de Silvano Francisco Luís Pereira, Londres, a José do Canto, Ponta Delgada, 10 de Agosto de 1851: recebeu e pagou o *Illustrated London News* de 30 de Outubro de 1849 a 30 de Julho de 1852. Para ler este periódico, basta ir à net.

⁹⁷⁹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Cx. 191, Carta de Silvano Francisco Luís Pereira, Londres, a José do Canto, Ponta Delgada, 13 de Fevereiro de 1850.

⁹⁸⁰ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), [Registo de pagamento de ordenados de José do Canto], sem data [c. 1846?- c. 1872?].

⁹⁸¹ Sousa, Nestor, Ob. Cit., 2000, p. 158.

⁹⁸² Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Carta de Edmond Goeze a José do Canto, Coimbra, 2 de Novembro de 1866: “(...) vos essaies d’acclimations a Furnace (...)”

séculos, testemunha impassível de tanta maravilha: nunca ao seu artifício deveu a natureza o mais leve auxílio. (...).”⁹⁸³ A natureza dos solos da Ilha é pródiga e aberta a todo o tipo de introduções.⁹⁸⁴ Portanto, ao indicar diversas espécies vegetais, entre as quais se destacam o café e o maracujá, é o colecionador ainda, mas sempre o homem que experimenta e que não fecha a porta à sua utilidade. Refira-se que na relação não vem mencionado o chá.

Prova fora do catálogo, acerca de chás, há a nota de 1854. Assim, em 11 de Janeiro de 1854, George Brown, acompanhado por Mariano Furtado e mais dois homens, deram uma volta pelas propriedades das Furnas de José do Canto:⁹⁸⁵ “(...) to look over the plants,” portanto, plantas que George Brown “found the greater part in good condition as many as made a good growth.” Quais? Entre outras, as “New Holland plants has grown well also the *Rhododendrons Aucubas, Bermudas Cedars, Auracarias, Cedar of Lebanon, and Deodora, Cryptomeria, Abies Bursoniana* (?), **the tea plant**, etc. (...).”⁹⁸⁶ (Vide Doc. N.º 3 – ANEXO, p. 59 - A)

Será admissível que, entre 1851 e 1854, ou mesmo antes, José do Canto tenha adquirido a planta de chá para completar a sua colecção. Seria apenas mais uma para a sua colecção de plantas sem interesse económico? Nestor de Sousa diz que sim. Não tenho elementos que o contradigam, tanto mais que o chá nesta lista vem juntamente com outras plantas ornamentais. Contudo, pelo facto de incluir a *bancksia* e o *pittosporum*, usados nos abrigos de quartéis de laranja, não se deve pôr completamente de parte a intenção de futuro uso não meramente decorativo ou de colecção. Por esta altura, José do Canto continua a investir

⁹⁸³ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Cx.156, [Hortus Cantuanus: relação das plantas cultivadas na Ilha de S. Miguel por José do Canto], 1851.

⁹⁸⁴ Na extensa lista de plantas, da qual apenas se respiga algumas, completa-nos a achega: “(fl. 10 v.) (...) *protea* (...) (fl. 15 v.) (...) (fl. 19 v.) (...) 91 *coffea* /97 *arábica*/ *árvore do café* (...) (...) *azálea* (...) (fl. 21 v.) (...) *pittosporum* (...) (fl. 39 v.) (...) *Hidrangea* /*Hortensia* (...) (fl. 42 v.) (...) *poinsettia* (...) (fl. 45v.) (...) *metrosiderus* (...) (fl. 46 v.) (...) *eucaliptos* (...) (fl. 67 v.) *maracujá* (...) (FL. 69 V.) *hibiscus* (...) (fl. 70 v.) (...) *camélia* (*não a sinensis*) (...) (fl. 92 v.) (...) *plátano* (...) (fl. 98 v.) (...) *araucária* (...) (fl. 99v) (...) *acácia* (...) (fl. 104 v.) *bancksia, bouganvillea* (...) (fl. 108) *criptoméria Japónica* (...).”

⁹⁸⁵ George Brown, contratado em Agosto de 1849, esteve três anos e três meses ao serviço de José do Canto. Seria fundamental para a conclusão do Jardim da Grimaneza com a estufa, locais iniciais, presumivelmente fundamentais para a cultura do chá. Quando saiu do seu serviço, prestou apoio a outros proprietários, iria permanecer na Ilha até à sua morte em Janeiro de 1881, aos 68 anos. Em 1854, ainda que não estivesse ao serviço de José do Canto, é ela quem vê o chá nas Furnas. Teria sido ele a mandar as sementes da Inglaterra? Fora ele, pois, porque vira chá em Londres na Exposição de 1851 e nos Kew Gardens? São hipóteses a ter em conta.

⁹⁸⁶ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/, Carta de George Brown, S. Miguel, a José do Canto, em Paris, 22 de Janeiro de 1854 [Perdida? No incêndio de Junho de 1989? Desencaminhada? Onde?] Cf. Nestor, Os «Canto» nos Jardins Paisagísticos da Ilha de S. Miguel, Arquipélago - História, 2.ª série, IV, n.º 1, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000, p.158; Confirmado em 15 -11-2018: Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de George Brown, S. Miguel, a José do Canto, Paris?, 22 de Janeiro de 1854.

na plantação de pinheiros no Mato ao Pico do Fogo, e no Forno da Cal na Povoação,⁹⁸⁷ a experimentar e a pensar seriamente na viabilidade económica dos ananases.⁹⁸⁸

De onde terá vindo aquele chá das Furnas? Não existem provas sólidas ou fracas, apenas algumas pistas circunstanciais, cujo rasto, nem que seja para perceber como agia José do Canto, talvez valha a pena seguir. Quais? Pelo tom da carta de 1854, o chá, em semente ou já em planta (não se sabe se planta jovem ou madura), teria sido plantado/semado numa data próxima, portanto, temos de procurar uma fonte numa data próxima de 1854. Quanto tempo antes? Não se sabe, pois não se diz se veio como semente ou se já planta. Em Março de 1853, José do Canto escreve de Londres a José Jácome (recorde-se que não estivera na Exposição de 1851, mas, provavelmente, lera e ouvira dela), dizendo que há 33 dias que estava naquele país onde visitara vários locais: Kew, uma das mais extensas e completas colecções de plantas; Chiswick, notável pelas árvores de fruto e pelo asseio; Regent's Park, variado e assaz interessante; dez ou doze viveiristas de plantas nos arredores de Londres, que são mais especulação de comércio, do que objecto de curiosidade.⁹⁸⁹



[F. 34 - Planta da propriedade de José do Canto na lagoa das Furnas, desenhada em Paris por George Aumont, c. 1867]
Albergaria, Isabel Soares de, Quintas, jardins e parques da Ilha de São Miguel, Quetzal Editores, Lisboa, 2000, p.224.

⁹⁸⁷Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Cx.222, [Memória do trabalho feito em 1853], Lisboa, 21 de Agosto de 1853

⁹⁸⁸ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de José Caetano Dias do Canto e Medeiros, São Miguel, a José do Canto, Londres, 1 de Julho de 1853: "(fl. 1v) (...) *O Jorge [jardineiro: George Brown] já me mandou as plantas dos ananases e vão fazendo progresso na estufinha, foi arranjada como me disseste;*" Cf. Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de Agostinho Machado de Faria e Maia, São Miguel, a Maria Guilhermina, Paris, 1 de Agosto de 1858 "(...) (fl.1) (...) *Fomos ontem a Santana, e gostamos muito de ver as lindas flores, e belos ananases, que haviam nas estufas;*" Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de Bernardino António Gomes, Sintra?, a José do Canto, ?, 6 de Agosto de 1858: "(...) (fl.1) *O formoso ananás que me mandou e pesava mais de oito arratéis, é neste género o que tenho visto melhor. Aromático e saboroso superiormente, de tão avultadas dimensões, não imaginava mesmo que este fruto chegasse a ganhar tais preparações pelos cuidados da cultura (...);*" f. Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta Royal Botanic Gardens, Londres, a José do Canto, ?, 11 de Abril de 1859: "*I am directed to return you many thanks of the Royal Botanic Society of London for a Pine Apple weighing 6 pounds imported from the azores, and when cut up was found to be very juicy and finely flavoured. It was much admired by the meeting.*"

⁹⁸⁹ Canto, José, *Cartas Particulares a José Jácome Correia: 1841 a 1893*, ICPD, 1999, pp. 10-11. Quando José do Canto visita os KewGardens, era seu director Sir William Jackson Hooker (6 July 1785 – 12 August 1865): foi de 1841 a 1865. Joseph Dalton Hooker (30 June 1817 – 10 December 1911, com quem José do Canto se correspondeu, sucedendo ao pai, foi director de 1865 a 1885. Viajou aos Himalaias entre 1847 e 1851.

A 1 de Julho daquele ano, o seu correspondente comercial em Londres, Silvano Pereira informava que as plantas seguiriam para a Ilha pelo navio que parte de Liverpool.⁹⁹⁰ Se o chá tivesse ido já planta no mês de Julho, lançada à terra em Outubro, em Janeiro já se poderia ver o resultado. Mas se tivesse seguido em semente, precisaria de mais tempo para se obter resultados.

Porém, admitem-se, obviamente, outras possibilidades. As sementes que deram origem ao chá das Furnas podem ter seguido na remessa seleccionada por George Brown, em 1850, em Inglaterra e enviada em Julho para a Ilha de São Miguel. Na verdade, em carta a José do Canto, Silvano Pereira informava: “*O sr. Brown esteve aqui há coisa de 15 dias (...) falou-me em ter vários caixões com plantas para mandar a V. S. (...).*”⁹⁹¹ Em carta de 17 de Julho, o mesmo Silvano Pereira confirma que seguiram viagem, ao referir a importância das encomendas que lhe remetera para S. Miguel pelo Sr. Jacinto Inácio Machado.⁹⁹² Levaria uns bons dois, três ou quatro anos a passar de semente a um arbusto? Um ano daria para crescer uma planta, no mínimo, porém, levaria três a quatro anos para poder produzir chá. Mas, porque não se diz a idade, pode bem vir da década de 40.

Talvez não seja irrelevante, ao nosso objecto de estudo, referir o “*The Illustrated London News*, de 7 de Fevereiro de 1857, que José do Canto assina, assim como outras pessoas da Ilha. Nele sai um importante trabalho sobre o chá na China, em que se refere o trabalho de Samuel Ball sobre o cultivo e o fabrico de chá. Além de se referir ao tempo da colheita,⁹⁹³ será que ainda neste período se experimentava fazer chá? Ir-se-ia seguir o que Ball dizia a este respeito?

A partir daqui, entramos no 3.º Tempo - Espaço Imperial Português e experiências de cultura e fabrico de chá: *teoria sem prática* (c. 1860 - 1878), os Açores (nomeadamente na Ilha de São Miguel). Dentro deste tempo, o período de 1860 a 1866 **distingue-se: assiste-se às primeiras experiências documentadas de cultura do chá na Ilha de São Miguel.** Sabe-se muito mais acerca deste período. Vai do início das primeiras sementes e chazeiros encomendadas do Japão, em 1860, chegadas à Ilha em 1863, até José do Canto apostar no chá, adoptando nova metodologia em 1866. Neste período, recorrendo à literatura sobre o chá e a uma conversa com Edmond Goeze, pretende-se

⁹⁹⁰ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Cx. 191 Carta de Silvano Francisco Luís Pereira, Londres, a José do Canto, França?, 1 de Julho de 1853.

⁹⁹¹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Cx. 191, Carta de Silvano Francisco Luís Pereira, Londres, a José do Canto, Ponta Delgada, 13 de Fevereiro de 185.

⁹⁹² Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Cx. 191, Carta de Silvano Francisco Luís Pereira, Londres, a José do Canto, Ponta Delgada, 17 de Julho de 1850.

⁹⁹³ *Sketches from China. Chinese woman gathering Tea*, IN *The Illustrated London News*, February 7 th, 1857, p. 114.

comprovadamente fazer chá de comércio. Talvez, José do Canto tenha recorrido à tradução que Brotero fez de *The Natural History of the Tea Tree (...)*, de 1772, obra de John Coakley Lettsom, que Canto tinha na sua livraria.⁹⁹⁴ Aliás, José Jácome também a possuía e não sei se Ernesto do Canto. O trabalho aborda a descrição do chá, o nome da planta, refere os países em que o chá medra bem, inclui a Europa, trata dos terrenos e do cultivo adequados ao chá, da colheita, do modo de o curar e de o preparar, das variedades, da bebida do chá na China e no Japão, de plantas semelhantes ao chá, da melhor maneira de transportar a planta do chá para a Europa e dos usos do chá. É, globalmente, um trabalho bastante limitado para quem pretendesse, como era o caso, plantar e fazer chá em condições. Aliás, José do Canto poderia ter lido a obra de Gaspard Bauhin, porque a tinha. Este escritor, no primeiro quartel do século XVII, descreveu e classificou o chá.⁹⁹⁵ Canto não poderia aceder à obra do Jesuíta português João Rodrigues, seu contemporâneo, porque esta só viria a ser publicada no século XX. Mais outra nota de que poderia ter tido conhecimento foi a entrada para a palavra chá, no *Dicionário da Língua Portuguesa* de Rafael Bluteau.⁹⁹⁶ Toda esta literatura, ainda que muito lacunar, poderia ajudar José do Canto a tentar cultivar e a fazer chá.

No período que decorre de 1860 a 1866, José do Canto teve ao seu serviço dois jardineiros. Um deles foi Henrique Funnel, que se mantém de 17 de Julho de 1856 a 28 de Novembro de 1860.⁹⁹⁷ Lamentavelmente, pouco ou nada se conhece dele, e, todavia, no tempo dele foram encomendadas sementes de chá para o Japão.

Após a saída de Funnel, entra Alexander Reith. José do Canto mandava dizer para Londres, em finais de 1860, que se formalizasse o contrato com um novo jardineiro – Alexander Reith – para o lugar de George Brown.⁹⁹⁸ Reith irá ser instrumental na passagem do chá

⁹⁹⁴ Lettsom, John Coakley (1744-1815), *Ob. Cit.*, 1788, Tomo Primeiro, pp. 415-418.

⁹⁹⁵ Cf. [Lista de livro: nota], cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 242 [Não tem número]; Lista de livro: encomenda de livro raro do século XVIII sobre plantas. Excerto de texto traduzido de português para Francês], cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 214 [Não tem número]: “*História das Plantas, da Europa e das mais usadas que vem da Ásia, de África e da América, onde vê-se suas figuras, seus nomes, em que tempo florescem e o lugar onde nascem. Com um breve discurso de suas qualidades e virtudes específicas. Divididas em dois volumes e acomodado na forma do grande Pinax de Gaspar Bauhino (?). Por João Vigier, Oferecida ao Ex. Senhor cardeal D. Nuno da Cunha, Inquisidor Geral (...) Tomo Primeiro, Em Lion, Na oficina de Anison Posnei & Rigaud, 1718. (fl. 1 v.) Há todo o empenho nesta obra, e ainda que se não ache como é de presumir, à primeira, pede-se toda a diligência para achar: ainda que esteja já usada não importa.*”

⁹⁹⁶ José do Canto tinha um exemplar: CF. JC/A AR.4 C/45-54 RES (BPARPD) - JC14524: Bluteau, Raphael, *Ob. Cit.*, 1712, pp. 164-165: “(...) *É esta planta um arbusto, que lança umas folhas delgadas, por uma banda pontiagudas, por outra redondas, e dentadas ao redor, e atravessadas de uma espécie de nervo, que se reparte em muitas fibras. Na Primavera colhem os naturais esta folha, ainda pequena, delgada e tenra, e a põem a aquecer em uma caldeira ao fogo brando, e depois de as estender, as torcem e as guardam em vasos (...).*”

⁹⁹⁷ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), [Registo de pagamento de ordenados de José do Canto], sem data [c. 1846? - c. 1872?]: “(...) (fl.63) Henrique Funnel início 17 de Junho de 1856. Fica até: (fl.63) 28 de Novembro de 1860.”

⁹⁹⁸ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Notas das ordens que dou, (anotações sobre correspondência), 1858-1863, Nota de Carta enviada a Low, Londres (?), de José do Canto, Paris (?), 23 de Dezembro de 1860: “[p.] (...) Low, 23 de Dezembro 1860 - *Que assine o contrato com o jardineiro*

ornamental para o chá útil (comércio). O contrato foi assinado, em Londres, a 1 de Março de 1861, tendo-se prolongado até 1 de Agosto de 1869.⁹⁹⁹ Porém, este haveria de ver o seu vínculo terminado abruptamente. Quem era Reith? Solteiro, terá seguido rumo à Ilha de São Miguel em finais de Abril de 1861. A aceitar os dados vitais, adiantados por Isabel Albergaria, à altura, seria um homem de 60 para 61 anos de idade (nascera no começo de 1800 e faleceria em 1874). Continuando com a mesma autora, era inglês e trabalhara há 10 anos para a casa de viveiros de Conrad Loddiges, de Hackney, portanto, desde c. de 1851. Ainda antes, servira como jardineiro do bispo Mulgrane. Escreveu sobre a flora açoriana, em um artigo publicado no Botanical British Foreign.¹⁰⁰⁰

Em inícios de Fevereiro de 1861, de Paris (?), José do Canto inquiria para Londres a Low o que iria Alexander Reith precisar de trazer para S. Miguel.¹⁰⁰¹ No início do mês seguinte, a 14 de Fevereiro, de Paris, José do Canto envia instruções (não temos o seu conteúdo) para Londres.¹⁰⁰² A 26 de Abril, ainda de Paris, ao desejar uma boa viagem a Reith de Londres a São Miguel, remete-lhe novas instruções (cujo conteúdo se desconhece).¹⁰⁰³

Quais seriam estas instruções? Não sabemos, mas poderiam ser, pouco mais ou menos, do género das de George Brown. Quatro anos após chegar à Ilha, Reith manda dizer, em finais de Novembro, que ia casar.¹⁰⁰⁴ E explica a razão da sua decisão: “(...) *You must think I have spent a lonely time hereby myself having no one to speak to at night and an unfortunate loss of hearing has been all against me in learning the language properly here and as my intended*

e pedindo plantas; Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Notas das ordens que dou, (anotações sobre correspondência), 1858-1863, Nota de Carta enviada a Low, Londres (?), de José do Canto, Paris (?), 6 de Fevereiro de 1861: “[p.] (...) Low, 6 de Fevereiro de 1861 – Que eu hei-de ir a Londres antes de Reith partir; e que dou ordem para lhe serem pagas as suas facturas 34.0.6 Libras;” Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Notas das ordens que dou, (anotações sobre correspondência), 1858-1863, Nota de Carta enviada a Alexander Reith, Londres (?), de José do Canto, Paris (?), 14 de Março de 1861: “[s.p.] (...) Reith, 14 de Março de 1861 – Instruções” Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Notas das ordens que dou, (anotações sobre correspondência), 1858-1863, Nota de Carta enviada a Alexander Reith, Londres (?), de José do Canto, Paris (?), 26 de Abril de 1861: “[s.p.] (...) Reith, 26 de Abril de 1861 – Desejando-lhe boa viagem.”

⁹⁹⁹ Nota posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018: Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), [Registo de pagamento de ordenados de José do Canto], sem data [c. 1846?- c. 1872?]: “[...] (fl.63v) Alexander Reith, jardineiro inglês, início 1 de Março de 1861. Fim (fl.73) 1 de Agosto de 1869. N.B Despedido no dito dia, primeiro de Agosto de 1869.”

¹⁰⁰⁰ Albergaria, Isabel, Ob. Cit., Setembro de 1996, p. 145; [Albergaria, Isabel], *Jardins Históricos de São Miguel*, in III Simpósio Internacional, 28 de Fevereiro – 7 de Março de 2015, Açores, [s.p].

¹⁰⁰¹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Notas das ordens que dou, (anotações sobre correspondência), 1858-1863, Nota de Carta enviada a Low, Londres (?), de José do Canto, Paris (?), 6 de Fevereiro de 1861

¹⁰⁰² Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Notas das ordens que dou, (anotações sobre correspondência), 1858-1863, Nota de Carta enviada a Alexander Reith, Londres (?), de José do Canto, Paris (?), 14 de Março de 1861.

¹⁰⁰³ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Notas das ordens que dou, (anotações sobre correspondência), 1858-1863, Nota de Carta enviada a Alexander Reith, Londres (?), de José do Canto, Paris (?), 26 de Abril de 1861.

¹⁰⁰⁴ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de Alexander Reith, Santana, Ponta Delgada, a José Jácome Correia, Paris, 28 de Novembro de 1865, fls. 1-2

*partner understands very well I hope she will be of some assistance to me in that respect with and will purchase what additional I want for my wife without putting you to any additional alteration in that respect pray let me know I should have let as my intended was leaving the Island for England, is the reason over (fl.2)."*¹⁰⁰⁵ A noiva, que ia deixar a Ilha e regressar a Inglaterra, entendendo bem português, podia ajudar Reith que percebia mal aquela língua, além de padecer de problemas auditivos. Deste modo, poderia, com a ajuda da esposa, melhorar o seu desempenho.

No início de Dezembro de 1865, Alexander Reith, efectivamente, casou com "(fl. 3v) *uma criada inglesa do Jacinto Gil no princípio deste mês, ela já tinha embarcado no Mercúrio para se ir embora para Inglaterra mas desembarcou em Vila Franca enquanto o navio carregava e o Alexandre foi lá buscá-la na sua sege.*"¹⁰⁰⁶ Reith é despedido (não sei a razão), a 1 de Agosto de 1869.¹⁰⁰⁷ Foi jardineiro (tanto quanto se sabe) no período inicial crucial do chá de cultura e teve importância Tal como teve George Brown na época do chá ornamental.

Terá sido neste lapso de tempo, de 1860 a 1866, que ocorreram as primeiras tentativas a sério (pelo menos a informação que temos agora o indicia) de cultivo e produção de chá, pela mão de José Jácome, de José do Canto e de Ernesto do Canto, entre outros.

Edmond Goeze, a propósito da demorada visita de recolha e de estudo que efetuara em Setembro de 1866, confirma-o.¹⁰⁰⁸ Quanto tempo antes ao certo? Não se sabe. Ainda assim, vejamos: José do Canto, ao escrever de Paris para São Miguel ao irmão Ernesto, a 9 de Fevereiro de 1866, defendendo a necessidade de se reformular os métodos de aclimação que ***tinham seguido, autoriza-nos a pensar em data anterior*** a 9 de Fevereiro de 1866.¹⁰⁰⁹ Pensamos que, pelo menos, poderá ter ocorrido após a recepção das sementes de 1863, que haviam sido encomendados em 1860 ao Japão. Portanto, poder-se-á apontar para 1864 ou mesmo para 1865. Se José do Canto manda dizer isso em Fevereiro de 1866, é porque se verificara que, em 1865, (ele estivera naquele ano em S. Miguel) a experiência falhara. No entanto, pode vir de outra remessa. Qual?

¹⁰⁰⁵ UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de Alexander Reith, Santana, Ponta Delgada, a José Jácome Correia, Paris, 28 de Novembro de 1865, fls. 1-2.

¹⁰⁰⁶ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de Ernesto do Canto, São Miguel, a José do Canto, Paris (?), 18 de Dezembro de 1865.

¹⁰⁰⁷ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), [Registo de pagamento de ordenados de José do Canto], sem data [c. 1846?- c. 1872?]: Termina a 1 de Agosto de 1869 Fim (fl.73) 1 de Agosto de 1869. N.B Despedido no dito dia, primeiro de Agosto de 1869.

¹⁰⁰⁸ Goeze, *Ob. Cit.*, 1867, p. 29.

¹⁰⁰⁹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Cx. 155, [Copiador de correspondência de José do Canto (Nov. 1865-Abril 1866)] Carta de José do Canto a Ernesto do Canto, Paris, 9 de Fevereiro de 1866.

Apesar de lacónica e meramente contabilística, a nota é suficientemente clara. Escrevendo para José do Canto, Alexander Reith diz: “(...) *Sir (...) A list of Japanese seeds received from Capt. Sundettrall (...) N.º 6 Seed of the Thea Bush from Japan 1860, 3 seeds.*”¹⁰¹⁰ O chá do Japão, convém notar, era a *camellia sinensis*. Além disso, não adianta rigorosamente mais nada, pelo que ficamos sem saber o que foi feito com aquelas sementes e os chazeiros provenientes do Japão. Será que, aqui entra o Historiador, José do Canto quis dar mais um passo em 1860-1863? Ou continuou a pensar apenas em chá para a sua colecção de plantas ornamentais? Creio que já terá desejado ir além. Razão da suspeita? Facto: em carta de 1866, José do Canto dizia ao irmão Eugénio que era preciso mudar a metodologia de estudo das aclimações¹⁰¹¹, do que se poderá, com lógica aceitável, deduzir que entre 1863 e 1866 houve alguma experimentação não meramente para fins de coleccionismo. Atenção: as experiências podem ter sido levadas a cabo recorrendo às sementes das plantas de chá filhas da planta de 1854, das Furnas,¹⁰¹² que poderá ter vindo, como vimos, emavas anteriores. As sementes de chazeiros ornamentais podem (normalmente bem cuidadas) produzir melhores e mais abundantes sementes. Isto, não exclui a hipótese de José do Canto, que já tinha chá Índia e China, querer outro chazeiro (não espécie): do Japão. Estaria a ver qual o melhor? Estaria ainda a colecionar?



[F. 35 - Eugénio do Canto (1836-1900)]

Fonte: Catálogo do Epistolário Familiar do Arquivo Brum da Silveira – José do Canto e Catálogo do Arquivo António do Canto Brum, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1999, p.55.

¹⁰¹⁰ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Cx. 95, 595-C, 1455-list/Ap, in Carta de a José do Canto, Ponta Delgada, 11 de Dezembro de 1863, A list of Japanese seeds received from Capt. Sundettrall, cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Cx. 95, 595-C, 1455-list/Ap

¹⁰¹¹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Cx. 155, [Copiador de correspondência de José do Canto (Nov. 1865-Abril 1866)] Carta de José do Canto a Ernesto do Canto, Paris, 9 de Fevereiro de 1866.

¹⁰¹² Um exemplo da possibilidade: Morais, Joaquim Manuel Araújo Correia de, *Ob. Cit.*, 1881: “(...) (p.44) *Plantou o autor os arbustos que não estavam mortos de todo, conseguindo uma boa porção de sementes que produziram alguns milheiros de arbustozinhos; os quais, sendo transferidos para uma quinta de terreno semelhante ao em que os primeiros tinham sido criados, adquiriram bom tamanho, e davam boas esperanças;*” Idem: **[Exemplo do que pode ter acontecido ao chá das Furnas de José do Canto, no caso, em Coura, Minho]** (p.52) *O proprietário da referida propriedade tem algumas [plantas de chá], cujo crescimento, cujo crescimento todos os anos retarda, aparando-as; por isso se não tem elevado a grande altura. Mas, nesta mesma localidade, em poder de um daqueles a quem foram distribuídas, que as deixou em completo abandono, porém as não decepou, encontram-se algumas que tem atingido a elevação de três metros e meio, pouco mais ou menos. (p.53) E na referida propriedade tem-se [o chá] reproduzido com suma facilidade, e sem o mínimo cuidado, aparecendo todos os anos uma infinidade delas pequenas sob a planta mãe, que apenas se elevam acima do solo, são logo destruídas pelo alvião.*”

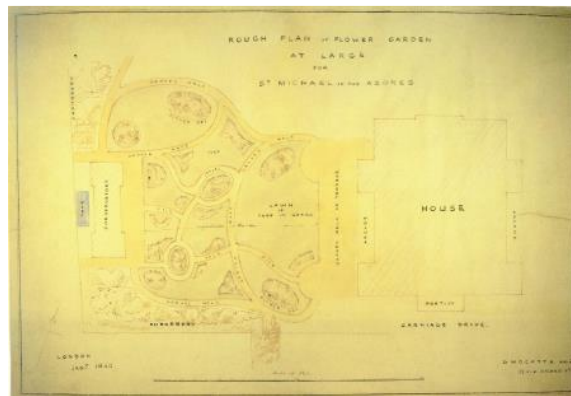
A 9 de Janeiro de 1866, repete-se, José do Canto confessava ao irmão Eugénio a necessidade de mudar a abordagem à aclimação.¹⁰¹³ Edmond Goeze viera em Setembro (?) de 1866, recolher plantas para o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra. Uma carta de Janeiro seguinte, dava conta disso: “(...) Soube pelo Senhor Goeze que ele havia escolhido e coleccionado nos jardins de S. Miguel plantas (...)”¹⁰¹⁴ Que jardins seriam esses? Interessamos não só os jardins que Goeze viu mas outros que pudessem existir. Para quê? Para perceber o que em 1872 Fouqué diria deles. Para aí chegarmos, temos duas fontes: Goeze e Supico.¹⁰¹⁵ Eles elencam os jardins da Ilha de São Miguel: José Jácome Correia (Ponta Delgada), José do Canto (Ponta Delgada e perto da Lagoa das Furnas, o seu jardim de aclimação), António Borges (Ponta Delgada, Furnas e Sete Cidades), Ernesto do Canto [São Roque], Barão das Laranjeiras [*Manuel de Medeiros da Costa Canto e Albuquerque*], Barão da Fonte Bela [Jacinto da Silveira Gago da Câmara], Visconde da Praia [Duarte Borges da Câmara de Medeiros], Scholtz [João Carlos *Scholtz?*], Berquó [de Aguiar?], George Brown, e o da SPAM.¹⁰¹⁶

1013 Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Cx. 155, [Copiador de correspondência de José do Canto (Nov. 1865-Abril 1866)] Carta de José do Canto a Ernesto do Canto, Paris, 9 de Fevereiro de 1866.

1014 Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, 16372-C, Carta Bento António Alves a José do Canto, Ponta Delgada, 1 de Janeiro de 1867.

1015 Com base na sua observação presencial de Setembro de 1866, Goeze antes de 30 de Maio de 1867 e Supico em 30 de Maio de 1867.

Supico, Francisco Maria, Escavações, CDXXXVII, *Há Quarenta anos*. No arquipélago dos Açores. Descrição da Cidade de Ponta Delgada, por nós feita em 30 de Maio de 1867, (conclusão), in *A Persuasão*, Ponta Delgada, pp. 2-3; Goeze, Edmond, *Ob. Cit.*, 1867, Coimbra, Imprensa da Universidade. JARDINS: Outra versão, de Joaquim Cândido Abranches, ourives natural da Terceira, há muito radicado na Ilha de São Miguel, em 1866, ano em que conclui o texto, ou na pior das hipóteses no de 1869, data da publicação, sem referir o chá, indica cinco jardins em Ponta Delgada: o de José do Canto, o de José Jácome Correia, o de Francisco Machado Faria e Maia, o de António Borges da Câmara Medeiros e o quinto, na rua Formosa, do Visconde da Praia. (Abranches, Joaquim Cândido, *Álbum micalense*, Ponta Delgada, Typ. de Manoel Corrêa Botelho, 1869, pp.48-49.) Destes cinco donos de jardins, três cultivaram e fabricaram chá: José do Canto, José Jácome e Francisco Machado Faria e Maia. O enteado de António Borges, Caetano de Andrade, iria desempenhar um papel importante na experiência do chá, como Presidente da SPAM e como deputado. O último, foi o “1.º visconde de Faria e Maia, nasceu a 15 de Setembro de 1815 e morreu em Abril de 1895”, fez parte do primeiro grupo de 1843 de sócios da SPAM. Não seria só em Ponta Delgada, porquanto já vimos José do Canto, no caso da Ribeira Grande, ou no caso do Morgado Rego, que poderia ser tanto em Ponta Delgada como na Lagoa. (Carta de António Maria Ribeiro da Costa Holtreman José do Canto, Lisboa, 14 de Outubro de 1874, cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/Documentação não tratada, cx. 263:“(…) (fl 1 v.) (...) [Morgado João Manuel do Rego Botelho de Faria] *Ultimamente falava-me da Cultura do Chá, imaginando delícias de cuja opinião me aparto. Creio sim no arroteamento dos pastos e matas, mas não para a Cultura do Chá (fl. 2) talvez me engane e que formasse diferente opinião se tivesse mais conhecimento prático da Ilha (...)*” Diga-se que o avô do Morgado não partilhava do entusiasmo do neto pelo chá. Ou no caso de Bettencourt Leite nas Calhetas. Comparando a lista de Goeze com a de Joaquim Cândido Abranches, a de Goeze, que não menciona o jardim de Francisco Machado Faria e Maia, inclui mais sete jardins, a saber: Ernesto do Canto, Barão das Laranjeiras [*Manuel de Medeiros da Costa Canto e Albuquerque*], Barão da Fonte Bela [Jacinto da Silveira Gago da Câmara], Scholtz [João Carlos *Scholtz?*], Berquó, George Brown, e o da SPAM. Destes sete, excepto Sholtz (falecera), todos os demais envolveram-se no chá.



[F. 36 - Plano de pormenor do Jardim fronteiro à estufa; projecto de Davida Mocata, de 1850, para o Jardim de Santana de José do Canto]

Albergaria, Isabel Soares de, *Quintas, jardins e parques da Ilha de São Miguel*, Quetzal Editores, Lisboa, 2000, p.117.

Por que razão terá José do Canto e outros escolhido a década de sessenta para se lançarem no chá? A resposta exige uma explicação contextualizada: pensavam de igual modo do tabaco,¹⁰¹⁷ do pinheiro e do ananás. Procuravam, simplesmente, dar uso completo às terras que já detinham de longa data ou de compra recente, pelo que, procuravam terrenos de eleição para o chá, associado à mata de pinheiros e à *Phormium Tenax* (espadana), que não competiam com os terrenos do tabaco e do ananás. Além do mais, era prudente dispor de todas as alternativas possíveis, pois, havia vários anos que a laranja estava em baixa no mercado Londrino.¹⁰¹⁸

O interesse pelo chá a nível local, nacional e geral crescera. Havia muito que a família Brum do Canto consumia chá.¹⁰¹⁹ Conhecem-se até finais da década de sessenta, séries de

¹⁰¹⁷ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de Mac Andrews & Sons, Londres, a José do Canto, Paris, 3 de Março de 1864 "(...) (fl.1) We wrote you yesterday in reply to your favour of the 1st instant, and now advise having sent to you today the best work upon the Cultivation & Manufacture of Tobacco that we have been able to meet, I even in this, there is but little upon those points, which you will find at the end of the book. - Some details are also given in The Dictionary of Arts, Arts & Manufactures, by Dr. Ure, but the information is meagre, and the work voluminous and expensive. We are told that very good tobacco seed is to be had from Algeria: - This you would probably be able to get better in Paris, than we could here: - but the great question is, after all, the quality required. - For cigar making, as you are doubtless well aware, Havana Tobacco is most in request. I shall be very glad to procure seed, and, or any information, that may be within our reach and will be happy to write to our relative in New York, Mr. H. Mc. Andrews, upon the subject on hearing from you."

¹⁰¹⁸ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta Mac Andrews & Sons, Londres, a José do Canto, Paris, 6 de Maio de 1862 "(...) (fl.1v) (...) Some of the houses and companies whose agency we have, gave made our advances permanent, continuing them from year to year, which is a great disadvantage to us, as well as establishing an undue completion both in your island, and on these markets, and this is our reason for determining upon the change;" Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de Mac Andrews & Sons, Londres, a José do Canto, Paris, 4 de Julho de 1862: "(...) (fl.1) We are sorry to see that the past fruit season has been such a bad one for you, it is very discouraging, - but as the business is such a variable one, it is likely that, having had some indifferent and bad seasons successfully, we may soon have a more satisfactory onde HAVING HAD SOME, which would in some measure make up for previous losses."

¹⁰¹⁹ Entre muitos exemplos ao longo dos anos, adianto três. O primeiro, do pai de José do Canto, o segundo e o terceiro, de José do Canto: Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de José do Canto, Paris, às irmãs, 8 de Novembro de 1863 "(...) (fl.4) (...) Mas voltando à história do frio, fez depois um grande temporal de vento, acompanhado de muita chuva (...) mas depois do jantar é um gosto chegar-se a

importação de bens entrados na Alfândega de Ponta Delgada e, de inícios de Setembro a finais de Dezembro de 1865, importaram-se mais de sessenta caixas de chá. Destas, 35 caixas foram importadas pela Firma Salomão & Filho. Clemente José da Costa, segue-se-lhe com 10 caixas. Provêm maioritariamente da Grã-Bretanha, 11 de Londres e um de Liverpool. De Lisboa vêm apenas 7.

Além do mais, a conjuntura internacional do comércio do chá era-lhe bastante favorável: a Índia e Java estavam longe do que viriam a ser, sobretudo a partir de finais da década de oitenta. A China era ainda a principal produtora e exportadora de chá. O chá, fabricado pelos ingleses, ainda não atingira o nível do chinês. Nem Java e o Brasil tinham, à altura, grande importância no chá,¹⁰²⁰ nem tão-pouco ainda o chá produzido em Macau, apesar de, em 1865, terem chegado a Lisboa 2 717,3 quilos, em 1866, 2 542,1, em 1867, 6 182,0 e em 1869, 8 567,0, provenientes de Macau.

QUADRO XII - Importação de chá – Alfândega de Ponta Delgada - 1865 (Setembro – Dezembro)

1865	Origem	Caixas	Importador	Referência
1865	Londres	1 caixa	Amâncio Gago da Câmara	Cf. PT/BPARPD/ACD/ALFPDL, Livro de abertura, Alfândega de Ponta Delgada, Liv. 813, 1864 a 1866, 8 de Setembro de 1865, fl.115 v
1865	Londres	1 caixa	Amâncio Gago da Câmara	Cf. PT/BPARPD/ACD/ALFPDL, Livro de abertura, Alfândega de Ponta Delgada, Liv. 813, 1864 a 1866, 30 de Setembro de 1865, fl.118 v
1865	Londres	1caixa	Amâncio Gago da Câmara	Cf. PT/BPARPD/ACD/ALFPDL, Livro de abertura, Alfândega de Ponta Delgada, Liv. 813, 1864 a 1866, 21 de Outubro de 1865,
1865	Lisboa	1 caixa	Conquy&Bitton	Cf. PT/BPARPD/ACD/ALFPDL, Livro de abertura, Alfândega de Ponta Delgada, Liv. 813, 1864 a 1866, 13 de Setembro de 1865, fl.116
1865	Lisboa	3 caixas	Conquy&Bitton	Cf. PT/BPARPD/ACD/ALFPDL, Livro de abertura, Alfândega de Ponta Delgada, Liv. 813, 1864 a 1866, 18 de Setembro de 1865, fls.116-116v

gente bem para ele (fogão) (...); mas às 10 horas vem o nosso chazinho verde, ajunta-se todo o rancho, e ali passamos uma boa meia-hora, até nos encaminharmos para vale dos lençóis;’ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de José Caetano Dias do Canto e Medeiros, São Miguel, a José do Canto, Londres, 8 de Março de 1854: “(fl. 2) (...) *Se vieres por Londres, faz-me o favor de me trazer um caixão de chá com umas 40 Libras que seja bom e fresco pois aqui há chá barato e algum que vende a 1.900 réis nenhum presta para nada porque compram aí o mais barato para aqui ganharem muito dinheiro;*” Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de José do Canto, Paris, às irmãs, Ponta Delgada, Paris, 16 de Dezembro de 1863: ““(f.2v.) (...) *Na volta a Mariquinhas tocou-nos piano, e depois do chá, achei que devia festejar notícias tão prósperas polcando e valsando com a Maria Guilhermina.*”

¹⁰²⁰ Nota posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018: Macedo, Augusto Albano Xavier, *Breve estudo sobre o chá*, Tese inaugural apresentada e defendida perante a Escola Médico Cirúrgica de Lisboa, Julho de 1879, 3.ª Série Escola Médico Cirúrgica de Lisboa, Tipografia Nova Minerva, Lisboa, 1879, pp.82-90.

1865	Lisboa	5 caixas	Salomão Bensaúde & Filho	Cf. PT/BPARPD/ACD/ALFPDL, Livro de abertura, Alfândega de Ponta Delgada, Liv. 813, 1864 a 1866, 25 de Setembro de 1865, fls.117v-118
1865	Londres	2 caixas	Salomão Bensaúde & Filho	Cf. PT/BPARPD/ACD/ALFPDL, Livro de abertura, Alfândega de Ponta Delgada, Liv. 813, 1864 a 1866, 11 de Novembro de 1865, fls.149
1865	Londres	1 caixa	Salomão Bensaúde & Filho	Cf. PT/BPARPD/ACD/ALFPDL, Livro de abertura, Alfândega de Ponta Delgada, Liv. 813, 1864 a 1866, 14 de Novembro de 1865, fls.152
1865	Londres	4 caixas	Salomão Bensaúde & Filho	Cf. PT/BPARPD/ACD/ALFPDL, Livro de abertura, Alfândega de Ponta Delgada, Liv. 813, 1864 a 1866, 22 de Novembro de 1865, fls.157
1865	Londres	11/4 de caixa	Salomão Bensaúde & Filho	Cf. PT/BPARPD/ACD/ALFPDL, Livro de abertura, Alfândega de Ponta Delgada, Liv. 813, 1864 a 1866, 13 de Dezembro de 1865, fls.163v
1865	Londres	3 caixas	Salomão Bensaúde & Filho	Cf. PT/BPARPD/ACD/ALFPDL, Livro de abertura, Alfândega de Ponta Delgada, Liv. 813, 1864 a 1866, 14 de Dezembro de 1865, fls.163v
1865	Londres	5 caixas	Salomão Bensaúde & Filho	Cf. PT/BPARPD/ACD/ALFPDL, Livro de abertura, Alfândega de Ponta Delgada, Liv. 813, 1864 a 1866, 29 de Dezembro de 1865, fls.173
1865	Liverpool	6 caixas	Moisés Benoliel	Cf. PT/BPARPD/ACD/ALFPDL, Livro de abertura, Alfândega de Ponta Delgada, Liv. 813, 1864 a 1866, 21 de Outubro de 1865, fl.139 v
	Lisboa (reex)	1 caixa	Abraão Cohen	Cf. PT/BPARPD/ACD/ALFPDL, Livro de abertura, Alfândega de Ponta Delgada, Liv. 813, 1864 a 1866, 3 de Novembro de 1865, fl.142
1865	Lisboa	2 caixas	José Maria Barbosa Coutinho	Cf. PT/BPARPD/ACD/ALFPDL, Livro de abertura, Alfândega de Ponta Delgada, Liv. 813, 1864 a 1866, 20 de Outubro de 1865, fl.133.
1865	Lisboa	5 caixas	Clemente Joaquim da Costa	Cf. PT/BPARPD/ACD/ALFPDL, Livro de abertura, Alfândega de Ponta Delgada, Liv. 813, 1864 a 1866, 8 de Novembro de 1865, fl.146
1865	Lisboa	1 caixa	Clemente Joaquim da Costa	Cf. PT/BPARPD/ACD/ALFPDL, Livro de abertura, Alfândega de Ponta Delgada, Liv. 813, 1864 a 1866, 8 de Novembro de 1865, fl.148v
1865	Londres	4 caixas	Clemente Joaquim da Costa	Cf. PT/BPARPD/ACD/ALFPDL, Livro de abertura, Alfândega de Ponta Delgada, Liv. 813, 1864 a 1866, 15 de Novembro de 1865, fl.154
1865	Londres	6 caixas	Georges Hayes	Cf. PT/BPARPD/ACD/ALFPDL, Livro de abertura, Alfândega de Ponta Delgada, Liv. 813, 1864 a 1866, 29 de Dezembro de 1865, fl.174v

De 1866 a 1873, muda-se com êxito a abordagem experimental da cultura do chá na Ilha de São Miguel. A vinda de Edmond Goeze, no Verão (finais ou já inícios do Outono) de

1866,¹⁰²¹ a conversa que manteve com Goeze em Coimbra, em 1867, o artigo de António Feliciano de Castilho, de 1848, a correspondência com os irmãos Eugénio e Ernesto, leituras a que procedeu, conversas com Decaisne e Hooker terão levado José do Canto a uma nova fase do chá: a de cultivador e futuro produtor.

O ano de 1866 afigura-se determinante no impulso do chá – cultura e fabrico – na Ilha de São Miguel. José do Canto, no que toca ao processo de escolha dos melhores locais para plantar chá, em Fevereiro, decide mudar radicalmente a abordagem metodológica até então usada. Iria prepará-la em 1866 e pô-la em prática a partir de Outubro de 1867.¹⁰²² Além deste ponto de viragem, o fiasco da tentativa de fabrico do chá pelos locais, levou-os a tomar uma decisão com consequências futuras: em Novembro de 1873, a SPAM ficou a liderar o processo da contratação de técnicos de fora. Isto porque, ficara provado, di-lo, em 1876, Goeze, que em 1866 instruíra oralmente Ernesto do Canto, que *a teoria sem prática, na maior parte dos casos, é vã*. Sendo aquele um dos casos, foram obrigados a mandar vir chins para os encarregar desta indústria e para instruir os habitantes da Ilha, à semelhança do que acontecera no Brasil.¹⁰²³

A 9 de Fevereiro de 1866, repetimo-lo por ser importante, José do Canto dizia ao irmão Ernesto que era preciso reformular os métodos de aclimação que *temos seguido*.¹⁰²⁴ Acabara o longo processo da construção da doca de Ponta Delgada, pelo que, sendo homem de causas, precisava de outra. José do Canto, longe ainda de voltar à terra, já avançara. Vinte e quatro dias antes de ter escrito a carta ao irmão Ernesto, a 16 de Janeiro de 1866, ainda em Paris, tendo recebido o catálogo de plantas disponíveis da James Veitch's House, com sede em Londres, encomenda *1 Thea Bohea (...)*.¹⁰²⁵ Ainda em 1866, já Robert Fortune há

¹⁰²¹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de José Jácome Correia, Ponta Delgada?, a José do Canto, Paris, 26 de Setembro de 1866. Pelo tom da carta, Goeze a 26 de Setembro, ainda se encontrava na Ilha de S. Miguel.

¹⁰²² Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de Alexander Reith, Ponta Delgada, a José do Canto, Paris, 28 de Abril de 1867, fl. 2: “[...] [acerca do chá dos viveiros de Santana] *I think some good place at Furnas might be found for them.*”

Nota de atenção acerca de “[...] *Quão longe se encontra ainda O Agricultor Michaelense do verdadeiro espírito científico, revelado por Ernesto em 1874, quando, ao convidar os sócios da SPAM a realizar experiências sobre cultura do ananás, escreve (...) a teoria serve para guiar os passos de quem estuda, mas o verdadeiro. conhecimento das forças da natureza, só se obtém pela observação dos factos.*” CF. Miranda, Sacuntala, *O Ciclo da Laranja e os gentlemen farmers da Ilha de S. Miguel*, 1780-1880, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1989, pp. 38-39: No mínimo, há que incluir neste espírito, as experiências iniciadas pelo irmão José do Canto em 1865/6: portanto, antes do que Ernesto propõe. Correcto será ver a parceria entre aqueles dois irmãos mais o irmão Eugénio do Canto.

¹⁰²³ Goeze, *Ob. Cit.*, 1876, pp. 1127-1130.

¹⁰²⁴ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Cx. 155, [Copiador de correspondência de José do Canto (Nov. 1865-Abril 1866)] Carta de José do Canto a Ernesto do Canto, Paris, 9 de Fevereiro de 1866.

¹⁰²⁵ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Cx. 155, in [Copiador de correspondência de José do Canto (Nov. 1865-Abril 1866)] Carta de José do Canto a James Veitch, Paris, 16 de Janeiro de 1866, cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Cx. 155

mais de duas décadas descobrira (e revelado em livro) que chá verde e preto derivavam do mesmo arbusto. José do Canto e muitos viveiristas mantinham a ideia de que o *Thea Bohea* era o arbusto do chá preto.

Uma carta sem data, mas claramente posterior à de 16 de Janeiro, chega à Ilha de São Miguel. Nela, o jardineiro Alexander Reith, era informado pelo patrão de que iria receber na Ilha nos próximos meses de Abril, Maio e Junho: “(...) (*Economical Plants*) (...) (*a lápis V.*) V. – *Thea Bohea* (V = James Veitch) Citação confusa ou inócua (...).”¹⁰²⁶ Alude, ainda a referida missiva à proveniência das remessas: “(...) *the plants Mister Alexander Reith must receive in the months of April, May and June of 1866, sent by José do Canto from different nurseries in Europe* (....).”¹⁰²⁷

A 19 de Janeiro, com destino a S. Miguel [transbordo em Lisboa?] vêm 2 volumes de Inglaterra.¹⁰²⁸ Ora, José do Canto adquirira várias sementes e plantas em diversos viveiristas e mandava-os para a Ilha através da firma James Veitch. Será a remessa de chá para a Ilha referida na carta de 19, resultante da encomenda do catálogo que José do Canto recebera em Paris a 16 de Janeiro? Apesar do curto espaço de tempo, dadas as ligações entre Paris e Londres, é possível que fosse, até porque a carta de 19 se referia ao *Thea Bohea*. Não obstante, é também admissível que se refira a encomenda anterior. Uma ou duas, ou até mais encomendas distintas, José do Canto está, então, activamente à procura de sementes e de plantas de chá. Pelas cartas, trocadas entre ele e viveiristas, e pela carta que escreve ao irmão, não nos devem restar dúvidas: José do Canto quer *Economical Plants* e quer mudar o método de encontrar local ideal para plantar chá. Por outras palavras, quer, decididamente, em Janeiro de 1866, relançar-se no projecto do chá. Confirma a Ernesto, na carta de 9 de Fevereiro, que obtivera um bom número de plantas económicas. Está a referir-se à encomenda do mês anterior?

Apesar de ainda não ter comprovado o sucesso do projecto, na mesma carta, diz ao irmão Ernesto que é mais a curiosidade do que a esperança de êxito que o move. Porém, ainda assim, convicto ou não, acentua que é preciso mudar de método ao dirigir os ensaios de cultura, experimentando o chá em localidades bem escolhidas e adaptadas.¹⁰²⁹ No dia

¹⁰²⁶ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Cx. 95, in [(...) plants that Mister Alexander Reith must receive in the months of April, May and June of 1866, sent by José do Canto from different nurseries in Europe] José do Canto a Alexander Reith, depois de Janeiro de 1866.

¹⁰²⁷ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Cx. 95, in [(...) plants that Mister Alexander Reith must receive in the months of April, May and June of 1866, sent by José do Canto from different nurseries in Europe] José do Canto a Alexander Reith, depois de Janeiro de 1866.

¹⁰²⁸ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Cx.50, [Contas de José de Brito com José do Canto], 19 de Janeiro de 1866.

¹⁰²⁹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Cx. 155, [Copiador de correspondência de José do Canto (Nov. 1865-Abril 1866)] Carta de José do Canto a Ernesto do Canto, Paris, 9 de Fevereiro de 1866.

seguinte, 10 de Fevereiro de 1866, escrevendo a Eugénio Pacheco, bom conhecedor da matéria, demonstrava interesse em realizar as experiências em moldes seguros. Para ter êxito na escolha dos locais para a experiência do chá, era preciso obter dados científicos acerca da relação entre a humidade e a vegetação dos Açores. Alega abertamente que as consequências úteis e práticas deste estudo seriam guiar as tentativas de naturalização e demonstrar a capacidade produtiva, ainda mal avaliada.¹⁰³⁰

Passado pouco mais de um mês, sinal do continuado diálogo epistolar sobre o assunto das experiências levadas a cabo no terreno, José do Canto escreve a Eugénio do Canto: “*Nós apenas engatinhamos, mas muito temos feito os desta Geração, que contra todos os naturais obstáculos, deixamos arborizada uma boa parte das nossas montanhas e matas, serviço utilíssimo não só para os seus proprietários, porém igualmente para o clima e país em geral.*”¹⁰³¹ É bom que se lembre que José do Canto não estava apenas interessado no chá como planta útil. A 10 de Março quer igualmente plantas úteis do Brasil.¹⁰³² E continua a comprar semente e a plantar pinheiro,¹⁰³³ bem como a fazer experiências com novos tipos de laranja.¹⁰³⁴

Todavia, ainda não chegara a encomenda feita à Firma Veitch. A 10 de Março de 1866, Veitch escrevia a José do Canto, dizendo-lhe ter recebido as cartas dele de 24 de Fevereiro e de 9 do mês de Março, informando-o de que não lhe mandava nada ainda porque “*the weather in England is still very cold and not such (?) as would warrant my sending of plants so long a voyage (fl.1v.) (nada) (fl.2) I will duly advise you of their dispatch as soon as I send them.*”¹⁰³⁵

Propiciou-se mandar o pedido no início do mês de Abril. Uma carta de 7 daquele mês refere 26 plantas de Thea Bohea.¹⁰³⁶ Eram plantas, pela quantidade (26), hipótese reforçada pela nota seguinte: “(fl.1) *we (...) enclose invoice of the plants you obligingly ordered.*”¹⁰³⁷ As 26 plantas de chá saíram das docas de Saint Kathrine, em Londres, no navio *Sisters*, rumo a S. Miguel. Foram remetidas numa caixa endereçada a José do Canto, mas ao cuidado de José

¹⁰³⁰ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Cx. 155, [Copiador de correspondência de José do Canto (Nov. 1865-Abril 1866)] Carta de José do Canto a Eugénio Pacheco, Paris, 10 de Fevereiro de 1866.

¹⁰³¹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Cx. 155, [Copiador de correspondência de José do Canto (Nov. 1865-Abril 1866)] Carta de José do Canto a Eugénio do Canto, Paris, 9 de Março de 1866.

¹⁰³² Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Cx. 155, [Copiador de correspondência de José do Canto (Nov. 1865-Abril 1866)] Carta de José do Canto a Caetano (?), Paris, 10 de Março de 1866.

¹⁰³³ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/001/002, Carta de José de Brito a José do Canto, Lisboa, 19 de Março de 1866.

¹⁰³⁴ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Cx. 155, [Copiador de correspondência de José do Canto (Nov. 1865-Abril 1866)] Carta de José do Canto a Bruno Silva & Filhos, Paris, 25 de Março de 1866.

¹⁰³⁵ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de James Veitch, Chelsea, London, Reino Unido, a José do Canto, Paris, 10 de Março de 1866

¹⁰³⁶ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Factura de James Veitch, Chelsea, Reino Unido, a José do Canto, Paris, 7 de Abril de 1866

¹⁰³⁷ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Factura de James Veitch, Chelsea, Reino Unido, a José do Canto, Paris, 7 (?) de Abril de 1866

de Brito, ou seja, passariam primeiro por Lisboa, sede da Firma de José de Brito. A *Casa James Veitch* esperava receber confirmação de que haviam as plantas chegado "(...) *safe, in due course, and give entire (fl.1v) satisfaction.*"¹⁰³⁸ A 21 de Abril José do Canto ainda nada recebera. A 26 de Abril, como ainda não tivesse tido notícias, James Veitch escreve de novo, fazendo votos de que as plantas já tivessem chegado bem ao destino e em bom estado.¹⁰³⁹ É, no entanto, provável que tenham chegado à Ilha em boas condições antes de 29 de Abril, talvez antes mesmo de 27, já que José do Canto enviara cheque para pagamento.¹⁰⁴⁰

Entretanto, numa carta de 27 de Outubro de 1866, já depois da estadia de Edmond Goeze na Ilha, Alexander Reith escreve a José do Canto para Paris: "(fl. 1v) (...) *In my last letter I was complaining of the hot dry weather since then we have had plenty rain and wind which has been of much benefit to the plants in the ground and likewise the grass. The plants in the house are all doing well and likewise those out doors, but I am fearful it it continues long many after more delicate will suffer from the rain.*"¹⁰⁴¹ Na mesma carta, ao descrever as suas tarefas, faz o retrato do que pretende José do Canto e dá-nos conta do modo como se procede com as plantas e sementes.¹⁰⁴² E para o que nos interessa, no correr do mesmo texto, fornece-nos uma valiosa informação: "*I have got a little seed from variegated tea which is a pretty little plant (...)*," ou seja, se o interpretámos bem, sementes de plantas de chá (*Assam?* Mais Índia?) distintas das 26 plantas *Thea Bohea* recebidas em finais de Abril anterior. Portanto, aquelas sementes pertenceriam a chazeiros anteriores? Proviriam das sementes recebidas em 1863? Das anteriores a 1854? Das plantas de chá filhas das de 1854? Seja como for, estas sementes foram colhidas nas Furnas, local do chá de 1854.

A 28 de Abril de 1867, seis meses após a notícia das sementes das Furnas, e um ano após a chegada das 26 plantas de chá de James Veitch, surge **uma excelente notícia que**

¹⁰³⁸ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Factura de James Veitch, Chelsea, Reino Unido, a José do Canto, Paris, 17 (?) de Abril de 1866

¹⁰³⁹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de James Veitch, Chelsea, Reino Unido, a José do Canto, Paris, 26 de Abril de 1866: "We sincerely hope that your gardener will have received them before now and have found them in good condition."

¹⁰⁴⁰ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de James Veitch, Chelsea, Reino Unido, a José do Canto, Paris, 29 de Abril de 1866: Dentro da carta supra: Cheque "(...) April 27, 1866/Received of M. José do Canto/ The sum of eight." pounds two shillings (...). Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de James Veitch, Chelsea, Reino Unido, a José do Canto, Paris, 29 de Abril de 1866: "(...) (fl.1) Your favour enclosing cheque in payment of your account is duly to (...) we beg to thank you most sincerely for your kindness in remitting the money enclosed me beg to hand you a receipt for the amount."

¹⁰⁴¹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de Alexander Reith, Santana, Ponta Delgada, a José do Canto, Paris, 27 de Outubro de 1866.

¹⁰⁴² Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de Alexander Reith, Santana, Ponta Delgada, a José do Canto, Paris, 27 de Outubro de 1866: "*The seedlings cinchona a few of them are doing pretty well. I shall be glad When the winter is over with them (fl.2) It will be soon be time for sending some of the plants to the Furnas and to your other estates of seedlings oaks we have a many which should be planted in good ground of cryptomerias there is a many small plants and I think would be better in the nursery here or at the Furnas for another year. I am sorry to say we have very little seed this year of cryptomeria or on any after other plants on account of last winter being so bad.*"

Alexander Reith se apressa a dar de Santana para Paris a José do Canto: existem cerca de 3000 plantas de chá em bom estado de desenvolvimento nos viveiros de Santana, prontas para serem plantadas no próximo mês de Setembro de 1867. Aconselha as Furnas: “(fl.2) In the Nursery them (?) about 3000 Tea plants less (?) or more all green (?) by the month of November they will be fine plants to plant out. I think some good place at Furnas might be found for them (...).”¹⁰⁴³

Quais as origens daquelas 3000 ou mais plantas de chá? Mais uma vez se especula: Seria o resultado da encomenda de sementes de 1866, que fora lançada à terra por volta de Outubro/Novembro (supomos), ou seja, pouco depois do regresso de Goeze a Coimbra? É pouco provável que fossem filhas das 26 plantas chegadas em finais de Abril. Poderiam ser plantas maduras, ainda assim, não produziriam semente suficiente para originar tal quantidade de plantas. Seriam das sementes das Furnas referidas em Outubro do ano anterior? Não. Não teria havido tempo para se tornarem plantas. Precisariam no mínimo um ano. Então? Poderão ser de plantas anteriores. Mais uma vez das “ornamentais” de 1854? É provável.

Seja como for, precisavam de aguardar o tempo certo para serem transplantadas. Em Maio de 1867, manda dizer Reith: “(fl.3) (...) *as the Tea Plants in the are not to planted out this year they will (...) to be transplanted in November (...).*”¹⁰⁴⁴

Datada de 4 de Julho, escrita de Paris, uma carta comercial informa José do Canto: “(...) *Cher Monsieur/ J'accomplie un devoir des plus agréables, vous felicitations (...) Thea assamica Bohea (...).*”¹⁰⁴⁵ Seria a folha da *camellia sinensis assamica* que se acreditava ser a produtora do chá preto? Mais chá, desta vez semente da variedade *assamica*. José do Canto queria continuar a experimentar. Em 1863 experimentara o chá do Japão (que era a *camellia sinensis* igual à da China, com a diferença no *terroir* onde se cultivavam. Estava, pois, a tentar encontrar não só o melhor sítio para o chá crescer, mas obter o melhor chá. Por isso, experimentava a variedade *camellia sinensis assamica*. Que sucedeu a esta experiência? Não esquecer que já mandara vir chá na década de 40 e de 50.

Para aprofundar o conhecimento sobre esta fase inicial da experimentação do chá em São Miguel, sobretudo para conhecermos os locais onde ocorreram as experiências, vamos

¹⁰⁴³ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de Alexander Reith, Ponta Delgada, a José do Canto, Paris, 28 de Abril de 1867, fl.2.

¹⁰⁴⁴ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de Alexander Reith, Santana, Ponta Delgada, a José do Canto, Paris, 26 de Maio de 1867

¹⁰⁴⁵ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Cx. 156, 17000, in [Plantes – a José do Canto (?)], Paris, 4 Juillet de 1867.

cruzar as informações do Pico Arde com outras de José do Canto. De facto, se consegue o empréstimo para a aquisição, a 27 de Fevereiro, não perde tempo e começa a avançar no Pico Arde ou em área próxima não especificada da Ribeira Grande. Numa carta do seu mateiro Manuel Pereira, de 26 de Junho de 1866, quanto ao plano de José do Canto para a mata da Ribeira Grande, aprova-o, mas informa o patrão de que esta tem grande precisão de ser limpa.¹⁰⁴⁶ Se dúvidas existem quanto à mata anterior pertencer ao corpo de terrenos do Pico Arde, já a mata da Queimada não deixa margem para dúvidas.

Em Setembro de 1866, Edmond Goeze, que visitara a Ilha de lés-a-lés, indo às Furnas, às Sete Cidades, a Ponta Delgada, a São Roque, provavelmente foi ao Lameiro, na Ribeirinha,¹⁰⁴⁷ sem o dizer exactamente, viu chá na Ilha de São Miguel. As plantações que Goeze viu poderão, eventualmente, ter tido, em parte, origem na encomenda que chegou em 1863.¹⁰⁴⁸

Em Novembro de 1866, no rescaldo da sua visita de trabalho à Ilha, Goeze informa José do Canto de que escrevera uma carta “ (...) *três détaillée à Monsieur Hocker comme aussi à Monsieur Oliver, parlant surtout de votre Jardin et des (...) éssays d’acclimatation à Furnas (...).*”¹⁰⁴⁹ A que experiências nas Furnas se referirá? Entre outras, das espécies de chá de 1854, da de 1863 e do que chegara na Primavera e inícios do Verão daquele ano de 1866? É possível que se referisse a experiências com chá nas Furnas e em Santana.¹⁰⁵⁰ Seja como for, as Furnas servem-lhe igualmente de local complementar de experiência: local de plantação do produto dos viveiros de Santana?

Goeze relata o que viu num livro publicado antes de 30 de Maio de 1867. Primeiro, sem conhecer o ano exacto, ficamos a saber quando teria tido mais ou menos início a cultura do chá na Ilha: “(...) *Há pouco tempo que se encetou a cultura do chá (Thea Bohea e Thea Viridis).*” De seguida, dá-nos uma nota de que a cultura é altamente promissora: “*e com óptimos resultados.*” Garante, como veremos, um pouco precipitadamente, que estão no bom caminho e, uma vez aperfeiçoado o modo de preparar as folhas, o chá dos Açores ainda

¹⁰⁴⁶ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Cx.96, Carta de Manuel Pereira a José do Canto, S. Miguel, 26 de Junho de 1866.

¹⁰⁴⁷ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de José Jácome Correia, Ponta Delgada?, a José do Canto, Paris, 26 de Setembro de 1866. Pelo tom da carta, Goeze a 26 de Setembro de 1866.

¹⁰⁴⁸ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de José Jácome Correia, Ponta Delgada?, a José do Canto, Paris, 26 de Setembro de 1866. Pelo tom da carta, Goeze a 26 de Setembro de 1866. Porém, não o refere a José Jácome Correia: “(...) (fl.2) (...) *Mr. Goeze sem eu dizer palavra disse-me que não julgava as criptomérias, como a planta que deve ter um maior futuro em S. Miguel.*”

¹⁰⁴⁹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, Carta de Edmond Goeze a José do Canto, Coimbra, 2 de Novembro de 1866.

¹⁰⁵⁰ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de Alexander Reith, Ponta Delgada, a José do Canto, Paris, 28 de Abril de 1867: “(fl.2) *In the Nursery them (?) about 3000 Tea plants less (?) or more all green (?) by the month of November they will be fine plants to plant out. I think some good place at Furnas might be found for them (...).*”

chegar a ser conhecido.¹⁰⁵¹ Ainda em 1876, Edmond Goeze pensava que (não obstante a revelação de Robert Fortune), havia dois arbustos distintos para cada chá, preto ou verde. Que significa? Que nem todos aceitaram a nova descoberta. A versão de 1876, sem contradizer a de 1867, acrescenta informação preciosa. Ernesto do Canto, admitindo que nem tudo sabe, reconhecendo a Goeze competência na matéria (é Goeze quem o escreve em 1876), de novo sobre o que se passara na sua visita de 1866, pede-lhe esclarecimentos precisos, nestes termos: “(...) *Fui mesmo encarregado por um dos seus proprietários, o Senhor Ernesto do Canto, de lhe obter esclarecimentos sobre o modo de preparar as folhas, o que eu fiz (...).*”¹⁰⁵²

A sublinhar a traço grosso o putativo êxito da cultura do chá na Ilha, identifica-nos estes cultivadores: *os senhores Ernesto do Canto e José Jácome Correia que têm feito grandes plantações.*¹⁰⁵³ Curiosamente, José Jácome refere as criptomérias e nada diz sobre o chá.¹⁰⁵⁴ Igualmente curioso é Ernesto do Canto, de quem Goeze diz ter falado de chá, nada dizer sobre isso ao irmão José que estava em Paris.¹⁰⁵⁵

Em 1876, mais precisamente em Abril, n’*O Cultivador*, e antes de Abril, no *Jornal de Horticultura Prática*, em relação ao que vira em 1866, omitindo os nomes anteriormente referidos de Ernesto e José Jácome, Edmond Goeze quantificava a extensão dos campos de chá, afirmando alguns deles plantados com cerca de mil pés.¹⁰⁵⁶

Pergunta-se onde se situariam os campos de José Jácome e de Ernesto do Canto? Do primeiro, pelos antecedentes de outras experiências, não se deve pôr de parte a hipótese de se situarem no Lameiro, na Ribeirinha, portanto, na Ribeira Grande. Do segundo, uma

¹⁰⁵¹ Goeze, Ob. Cit, 1867, p. 29.

¹⁰⁵² Goze, Ob. Cit., 1876, pp. 1127-1130.

¹⁰⁵³ Goeze, Ob. Cit., 1867, p. 29.

¹⁰⁵⁴ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de José Jácome Correia, Ponta Delgada?, a José do Canto, Paris, 26 de Setembro de 1866. Pelo tom da carta, Goeze a 26 de Setembro de 1866.

¹⁰⁵⁵ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de Ernesto do Canto, S. Miguel, a José do Canto, Paris, 27 de Setembro de 1846: “(fl.4) (...) *Aqui nos Prestes eu, bem como muitas outras pessoas, se admiram do desenvolvimento e enormidade que apresenta o meu feital começado o ano passado – e portanto muito novo, mas eu é que sei o segredo: tem sido à custa de 600 ou 700 pipas de água do novo tanque, que está quase em seco, mas consegui o meu desideratum, e pondo de parte modéstia, obtive li um cantinho que pelo seu frescor e verdura contrasta com todo o resto do prédio, à vista disto é inútil dizer que lá passo todo o tempo disponível. Tinha esperança de ali terminar os trabalhos este verão mas ainda ficou muito para o ano, mesmo por que à vista do resultado obtido tendo alargado os domínios, e agora trato de fazer (fl. 4v.) local apropriado para uma nova remessa de fetos arbóreos que recebi; os que estão plantados tem vindo muito bem apesar do inverno que lhe passou por cima (...)* O Goeze leva 15 caixas de Santana 1 do José Jácome 2 malas (?) e 3 estufinhas de casa do António Borges e o Visconde prometeu mandar-lhe para 9 vembro algumas plantas.”

¹⁰⁵⁶ Goze, Ob. Cit, 1876, pp. -62- 65; e in *O Cultivador*, Abril de 1876, Ponta Delgada, pp. 1127-1130.

grande incógnita, a não ser dizer que Ernesto do Canto tinha terrenos por muitas partes da Ilha, incluindo as Furnas.

Vamos ao Pico Arde, que, como veremos ao longo deste trabalho, será palco privilegiado da experiência do chá. Em Agosto de 1867, António Taveira [meu trisavô paterno], casado, camponês, residente na Vila da Ribeira Grande, é contratado para limpar uma mata, que José do Canto possui no sítio da Queimada ao Pico Arde, freguesia da Conceição. António Taveira¹⁰⁵⁷ comprometia-se, por sua pessoa, bens e herdeiros, a limpar, à foice, a mata de toda a silva e feto, à foice, no prazo de um mês, pelo preço de cinquenta mil réis, que lhe seriam pagos da seguinte forma: vinte e cinco mil réis, no fim da primeira semana de serviço, e os outros vinte e cinco mil réis, logo que se achasse limpa a sobredita mata. Caso não ficasse bem limpa, José do Canto mandá-la-ia limpar às custas do referido camponês.¹⁰⁵⁸

António, que faria 50 anos certos a 4 de Setembro, e não os 52 atribuídos no Rol de Comungados, morava na rua de Santo André, e terá levado consigo os filhos Manuel e José, cujas idades de 17 e 15 são atribuídas pelo pouco fiável Rol de Comungados. Entretanto, das duas, uma: ou António desistira e não cumprira o contrato, ou José de Sousa Calouro terá sido o intermediário do contrato.¹⁰⁵⁹ Não havendo prova de desistência de António, a 26 de Agosto, José de Sousa Calouro recebe metade do contrato.¹⁰⁶⁰ E recebe “*o resto do ajuste da limpeza da mata no sítio da Queimada ao Pico Arde no prazo de um mês, 25\$000.*”¹⁰⁶¹ A limpeza da mata das Queimadas começara em Agosto de 1867 e terminara em Setembro de 1867.¹⁰⁶² Faltava prosseguir com a limpeza de outras parcelas de terreno. Uma carta de Eugénio do Canto ao irmão José do Canto informa-o do que vira nas matas do irmão da Ribeira Grande: havia muito ainda a fazer.¹⁰⁶³ Carecia, no entanto, continuar a experimentar as espécies vegetais que melhor se dariam nelas.

¹⁰⁵⁷ António Taveira Raposo, nascido, Matriz, Ribeira Grande, São Miguel, Açores, a 4 de Setembro de 1817. Casado a 22 de Fevereiro de 1846, Matriz, Ribeira Grande, São Miguel, Açores, com Florinda da Assunção, nascida a 8 de Maio de 1822, Matriz, Ribeira Grande.

¹⁰⁵⁸ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, [Contrato para limpeza da mata no Pico Arde], 24 de Agosto de 1867.

¹⁰⁵⁹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Carta de José de Sousa Calouro a António Bernardes de Abreu Lima, 25 de Agosto de 1867.

¹⁰⁶⁰ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/ 9647-C, [Livro para o lançamento da receita e despesa, v. 1, 1867-1869], 26 de Agosto de 1867: “(...) (fl. 103) (...) A José de Sousa Calouro, Ribeira Grande, para pagar metade de 50\$000 réis ajuste que fez da limpeza da mata no sítio da Queimada ao Pico Arde no prazo de um mês, 25\$000.”

¹⁰⁶¹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/ 9647-C, [Livro para o lançamento da receita e despesa, v. 1, 1867-1869], 11 de Setembro de 1867.

¹⁰⁶² Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx. Nova/1704 RES, Carta de António Bernardo de Abreu Lima a José do Canto, Furnas, 27 de Setembro de 1867: “A mata do Pico Arde está limpa, paguei ao Calouro os restantes 25\$000 réis.”

¹⁰⁶³ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx. Nova/1736 RES, Carta de Eugénio do Canto a José do Canto, S. Miguel, 23 de Setembro de 1867: “(fl. 3 v.) (...) vendo apenas uns olmos na lomba da Isabel Vaz e pinheiros plantados deste ano (...) Não sabendo a que possa atribuir esta patifaria a não ser que ele [J. Rebelo] tivesse feito limpeza na monda ou outra qualquer cousa.”

A limpeza do Pico Arde continuaria pelos anos seguintes, talvez então só de monda rotineira, como se depreende de carta do Eugénio ao irmão José. Em um dia limpo de Setembro de 1874, numa excursão pelas *Cumeeiras* das Sete Cidades, avistara uma queimada para os lados da Lagoa do Fogo. Escrevendo ao irmão José no dia seguinte, diz-lhe: “(...) ontem lá estiveram a fazer uma queimada de monda (salvo erro) nos pastos do mano da Ribeira Grande, porque vi da cumeeira um espesso fumo que não posso atribuir senão a uma queimada.”¹⁰⁶⁴ Estava-se já a ampliar a área do chá, e não só, depois da decisão de Novembro de 1873, na expectativa da vinda dos técnicos de fora para ensinar a cultivar e a fazer chá.

Em Setembro de 1867, Eugénio, podendo ser útil ao irmão José, tendo obtido bons resultados, abria-se com o irmão para saber quais as plantas que ali se davam melhor. Eugénio e os irmãos José e Ernesto trocavam notas acerca deste mesmo assunto. O diálogo epistolar já vinha de traz, pelo menos de 9 de Fevereiro de 1866. **Em Outubro de 1867**, quando José do Canto fala pessoalmente com Edmond Goeze em Coimbra, sabia o que queria. José do Canto já tinha projectos para o chá. Diz Goeze: “(...) O sr. José do Canto comunicou-nos também o seu plano de proceder a plantações de chá e quis ouvir-nos sobre o assunto.”¹⁰⁶⁵ Isto veio escrito numa carta posterior à morte de José do Canto, em 1898, e publicada (ou de novo publicada) no *Almanaque Açores*, em 1928. Edmond Goeze recordava então a sua visita de 1866 a S. Miguel. Confunde José do Canto com o irmão Ernesto, pois, José do Canto, no Verão de 1866 estava em Paris. Eventualmente, esteve com ele a 7 e 8 de Outubro de 1867, em Coimbra. De facto, na madrugada do dia 7 e no dia 8 de Outubro de 1867, em Coimbra, finalmente Goeze e José do Canto encontram-se. No dia 7 à noite, se não houve atrasos, José do Canto partiu de comboio de Lisboa rumo a Coimbra, onde chegou às três horas da madrugada, esperando-o Goeze, com quem falou até às 5 horas, em privado. No dia seguinte, continuaram a conversar, mas agora já acompanhados por alguns lentes, depois da 1 hora da tarde até às 3 horas.¹⁰⁶⁶ De que falaram? Presume-se que, para além dos demais trabalhos de Goeze, tenham abordado o projecto do chá. José do Canto tinha, possivelmente, lido o livro de Goeze sobre a viagem aos Açores, obra que havia saído antes de 30 de Maio, e teria lido *A Persuasão* de 30 de Maio, onde se publicava copiosos extractos daquele livro. Além disso, terá tido conhecimento de pormenores através dos irmãos ou do próprio Edmond Goeze. Mas, queria, em princípio, desfazer dúvidas. Assim, é plausível que,

¹⁰⁶⁴ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/001/002, Carta de Eugénio do Canto a José do Canto, S. Miguel, Sete Cidades, Setembro?, 1874.

¹⁰⁶⁵ *Almanaque Açores*, 1928, Propriedade da Livraria Andrade, Angra do Heroísmo, 1927, pp. 125-130

¹⁰⁶⁶ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, Carta de José do Canto a Guilhermina, Lisboa, 11 de Outubro de 1867.

em Outubro, tenha partilhado as suas intenções com Goeze, em Coimbra. Depois de Coimbra, naquele mesmo mês, rumou à Ilha. José do Canto foi fugazmente em curta viagem de negócios à Ilha de São Miguel, onde não terá ido além do Pico da Pedra.¹⁰⁶⁷ Foi o único sítio fora de Ponta Delgada que visitou em 1867. Terá, entre outros assuntos, desejado ver os terrenos da quinta que construía de raiz.

E é a partir de então, que dá início à segunda fase da sua experiência do chá. Podemos situá-la numa data após o mês de Outubro anterior a 28 de Novembro de 1867. Tendo o chá crescido nos viveiros preparados para o efeito, em Santana,¹⁰⁶⁸ chegara o momento de o experimentar em diversos locais da Ilha. A data não é indicada explicitamente, mas deve ter ocorrido por volta de Novembro. Reith escreve de Ponta Delgada para Paris a José do Canto, dando-lhe notícias do início das experiências com os chás e as chinchonas (*Phormium Tenax*, tabua ou espadana) fora dos viveiros.



[F. 37 - Estufa construída por Peter Wallace em 1850 para José do Canto. A Norte do Jardim. Calço da Má Cara]

Fonte: Albergaria, Isabel Soares de, *Quintas, jardins e parques da Ilha de São Miguel*, Quetzal Editores, Lisboa, 2000, p.126.

Alexander Reith indicava os locais exactos e tipos diversos de terrenos escolhidos: Grimaneza, em Ponta Delgada; Pico da Pedra, na Ribeira Grande; Furnas, na Povoação. Foram possivelmente instruções dadas pessoalmente a Reith por José do Canto em Outubro de 1867, quando se deslocou por breves dias à Ilha. Havia sido escolhidos em função da sua diferença, na tentativa de averiguar onde melhor se desenvolveriam as culturas pretendidas. Terá sido o momento em que foi desencadeada esta fase de experimentação. É uma operação delicada. É o próprio jardineiro quem o faz ou orienta quem o faça: “(...) *I have planted the cinchonas and tea plants at all the different places as you wished which will enable us in a short time to see where they will grow the best.*”¹⁰⁶⁹

¹⁰⁶⁷ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, 12562-C, Carta José do Canto a Guilhermina, viagem Ponta Delgada – Lisboa, 31 de Outubro de 1867: “(...) *não pude ir mais longe da Cidade do que o Pico da Pedra: mas vi todas as quintas. Muito havias de gostar das tuas macieiras carregadas de fruta (...).*”

¹⁰⁶⁸ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de Alexander Reith, Ponta Delgada, a José do Canto, Paris, 28 de Abril de 1867

¹⁰⁶⁹ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.9/858 RES, Carta de Alexander Reith a José do Canto, Ponta Delgada, 28 de Novembro de 1867.

Era uma altura propícia do ano para tentar o chá e as chinchonas. Sempre ele a dirigir as operações, começa pelo local mais perto de si, a Grimaneza (Ponta Delgada), no centro da Ilha e voltada a Sul, e refere-se ao primeiro passo: a marcação dos sítios onde se pretendia experimentar o chá e a chinchona. Manda dizer a José do Canto: *"Sir. I have marked the places for the chinchonas and teas, at Grimaneza (...)"* Para experimentar o melhor sítio possível para o chá dentro de cada um dos locais seleccionados, tivera o cuidado de o fazer *"in different parts of the garden."* E ainda mais, tendo o especial cuidado, de *"(...) not all in all place (...)"* Era a abordagem pormenorizada da experiência. Daquela forma, apurar-se-ia, conforme pretendiam, *"which will give a better idea of which part they will grow the best being at different heights of the ground."*

A experiência não poderia ser mais planeada com rigor científico. Além de vários locais de um determinado ponto da Ilha, iriam ensaiar em locais diferentes da Ilha, no caso, no centro, mas voltado a Norte: Pico da Pedra.¹⁰⁷⁰ Acrescenta: *"the same with the teas and at Pico da Pedra in the same manner."* E do centro da Ilha para o lado nascente, no seu interior, numa zona húmida e vulcânica, com frequentes nevoeiros, *"At the Furnas, at the Pico do Fogo near the Rhododendron, and one higher up and the tea likewise at the Lagoa do Rabaçal one in one of the valley which is planted with oaks; I have marked for (?) one and one much higher up to learn which will do the best, the same with the teas. Teas being a plant that grows in China on hilly ground where there is much rain, I have every reason to think that the hills at the Furnas will suit it well, and hope (?) the chinchonas will grow in some of the ravines where they are well shelter from the winds."* E finalmente, no centro da Ilha, virado a Norte, no local oposto ao Pico da Pedra *"At Porto Formoso I have marked the ground in the same way. I think the teas will grow well here the soil being what they like, but I think it is rather high for the cinchonas, however it is the only way to gain knowledge to try them on your different estates and at different heights above the sea level."*¹⁰⁷¹

Além disso, que terreno escolhera José do Canto? Por leituras, por conselho, por experiência no terreno, prossegue Goeze, escolhera os terrenos inclinados e os vales húmidos com depósitos aluviais.¹⁰⁷² Goeze segue os conselhos científicos de Eugénio?

Se entre Outubro e Novembro, Reith escreveu a José do Canto a comunicar-lhe que ia plantar chá, em Novembro de 1867, com os chás já plantados, confrontado com o que vira no

¹⁰⁷⁰ Por informação do Eng. João Forjaz de Sampaio, por divisão de propriedades entre herdeiros de José do Canto, parte desta quinta, hoje será o Pinhal da Paz, que foi feito por um neto de José do Canto, outra, fica ainda no Pico da Pedra.

¹⁰⁷¹ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx. Nova/1705 RES, Carta de Alexander Reith a José do Canto, Ponta Delgada, ?1867?

¹⁰⁷² *Almanaque Açores*, 1928, Angra do Heroísmo, 1927, pp. 125-130.

terreno, dá a sua opinião ao patrão: *"(...) I think the teas will grow best at Porto Formoso and on the hills at the Furnas where there plenty of rain and stony soil. But they grow well anywhere. I have just returned from the Furnas last night from planting the cinchonas there and Porto Formoso (...)."*¹⁰⁷³

Certamente porque deixava de fora a Grimaneza (em Ponta Delgada) e o Pico da Pedra, o patrão quis mais pormenores do modo como se portava o chá naqueles locais. Afinal, para surpresa de Reith, a Grimaneza e o Pico da Pedra também se portavam bem. Reith responde a 13 de Janeiro a uma carta que recebera de José do Canto de 26 de Dezembro, escrita de Paris. José do Canto estava ávido de novidades. Certamente em resposta à que lhe escrevera em Novembro. Explica do modo seguinte: *"(...) the chinchonas are doing very well up to this time at Pico da Pedra and Grimaneza and likewise at Porto Formoso. I saw Mr. Rebelo the other day, he say they look as well as when I planted them and the teas likewise, I have not heard from the Furnas how they are."* No entanto, era ainda cedo para tirar conclusões, o chá fora talvez plantado em Novembro ou Outubro.

Em pleno Inverno, era tempo ainda de novos ensaios. José do Canto não se limitaria a experimentar na Grimaneza, Pico da Pedra, Porto Formoso e Furnas. Era tempo de experimentar na Ribeira Grande. Depois de Janeiro de 1868, pouco antes da sublocação do Pico Arde, iria talvez pela primeira vez ensaiar o cultivo de chá e de chinchona também na Ribeira Grande (Pico Arde?): *"I will go this week to Ribeira Grande and plant 3 of each the same as at the other places, and (surely?) then we will been able to learn where they grow the best (...)."*¹⁰⁷⁴

Os bons resultados começam a chegar na Primavera de 1868. Em concreto, a primeira boa notícia chega do Porto Formoso em Maio de 1868. José Rebelo deu-a a Alexander Reith, que se apressou logo a transmiti-la para Paris a José do Canto. Seis a sete meses após ter sido plantado, o chá e a chinchona, conforme preveria Reith, resultaram no Porto Formoso.¹⁰⁷⁵ (Vide Doc. N.º 4 – ANEXO, p. 59 – A) Na carta que Reith escreve a José do Canto para Paris, de 27 de Maio de 1868, diz: *"(...) José Rebelo at Porto Formoso tells me the cinchonas and teas are growing well there."* E como também esperasse das Furnas boas notícias e ainda não as tinha tido, acrescentava, num misto de desilusão e de expectativa: *"I have not seen*

¹⁰⁷³ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.9/858 RES, Carta de Alexander Reith a José do Canto, Ponta Delgada, 28 de Novembro de 1867.

¹⁰⁷⁴ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.9/869 RES, Carta de Alexander Reith a José do Canto, Ponta Delgada, 13 de Janeiro de 1868.

¹⁰⁷⁵ Se tiver sido nas Rocinhas, em rigor, terá sido na Maia e não no Porto Formoso?

anyone from Furnas to give me any information about themt here (...)."¹⁰⁷⁶ Outra notícia, boa ou má, conforme o critério de quem vê e interpreta, é que Alexander Reith, em Agosto de 1869, já não era jardineiro de José do Canto¹⁰⁷⁷ e, em 1870, Jean Favresse era o novo jardineiro de José do Canto.¹⁰⁷⁸ Seja como for, um dos protagonistas da experiência bem-sucedida cederia o lugar a outro. Entretanto José do Canto estava de volta à Ilha já no mês de Agosto de 1868.¹⁰⁷⁹

Tal como acontecera antes a Brown, José do Canto desentendeu-se com Reith e despediu-o liminarmente. Fê-lo, inicialmente, sem atender à sua situação familiar deveras melindrosa. Daí que o cônsul Inglês, embora alegando não querer discutir os motivos do despedimento, e de confessar fazê-lo por sua iniciativa, viesse interceder por Reith: "*J'aime à croire que vous serez disposé à faire pour Mr. Reith, en vue de la position pénible qu'il se trouve, (surtout ayant égard à la maladie de sa femme, et, par consequent, au delai qui sera interposé à son départ pour l'Angleterre, tout ce que vous puissent (...).*"¹⁰⁸⁰ José do Canto não o readmitiu, mas ajudou Reith, que, ainda assim, partiu magoado e desiludido com a ocorrência. Já de volta a Londres, escreve ao antigo patrão em finais de Outubro.¹⁰⁸¹

¹⁰⁷⁶ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.9/863 RES, Carta de Alexander Reith a José do Canto, Ponta Delgada, 27 de Maio de 1868.

¹⁰⁷⁷ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.9/914 RES, Carta de Edmond Monson a José do Canto, Ponta Delgada, 7 de Agosto de 1869.

¹⁰⁷⁸ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, /001/002, 14209-C, Carta de João Pedro Ferreira da Costa a José do Canto, Lisboa, 26 de Junho de 1870.

¹⁰⁷⁹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/001/002, Cartas, Carta de João Pedro Ferreira da Costa a José do Canto, Lisboa, 5 de Setembro de 1868: "(...) (carta de José do Canto datada de S. Miguel) de 26 de Agosto pretérito passado que me deu a maior satisfação por saber que Vossa Excelência e toda a sua Excelentíssima família tinham chegado a essa com feliz viagem e sem novidade, além do incómodo do enjoo da sua estimada família."

¹⁰⁸⁰ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.9/914 RES, Carta de Edmond Monson a José do Canto, Ponta Delgada, 7 de Agosto de 1869: "(...) avec toute franchise et sans aucune arriere pensée, à l'égard de Monsieur Reith votre ancien jardinier, que vous avez de congédier. Ce fut avec un vif regret que j'appris qu'il y avait eu des difficultés entre vous et lui. Je n'ai pas la prétention de m'occuper de cette affaire autrement que d'une manière toute officieuse et amicale, et Je dois vous assurer que Mr. Reith ne s'est secourri à moi que comme l'un de (fl. 1 v) mês compatriotes et qu'il n'a rien reclame de moi en ma qualité de cônsul. Convaincu, comme Je le suis, que vous saurez apprecier les motifs qui m'ont entraîné á vous écrire sur la question dont il s'agit, Je me rapporte avec toute confiance sur votre bonté de coeur, et J'aime á croire que vous serez disposé à faire pour Mr. Reith, en vue de la position pénible qu'il se trouve, (surtout ayant égard à la maladie de sa femme, et, par consequent, au delai qui sera interposé à son départ pour l'Angleterre, tout ce que vous puissent (...)."

¹⁰⁸¹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Cx. 95, 14609-C Carta de Alexander Reith a José do Canto, Cambridge Terrace, Inglaterra, 31 de Outubro de 1869: "(...) I am much surprised at you about my passage money to England (...) (fl. 1 v.) (...) Another thing, the abrupt manner you discharged me is quite unprecedented you know. I was an yearly servant and according to law of England intitlled to (?) months wages and board wages and if I left you in the same way I should have forefitted the same amount (...) after the time I have been with you, it was always my wishes (?) to meet your approbation as far as lay in my power and to increase your stock of plants to the (...) extent in everyway possible for you are aware have fond I ssoc plants (?) (...) (fl. 2) (...) I was arrange them and never thought I could do enough not that I am fault free more than others, but I must say the way you discharged me hurt my feelings much in all the situation. I ever (...) I parted in the greatest harmony with my employers until I parted with you and for what reason you have treated me so I am quite at a (...) to know, if you have the kindness to send me an order on your agent in London as I had my passage to pay (...) I left Ponta Delgada you will much oblige me. I am sir./With due respect Your most obediente (...)/Alexander Reith/ PS: I have seen many fine new plants since I came home both at Kew and Mr. Veitch's Mr Veitch is dead since I came."

José do Canto, com ou sem razão, ao que tudo indica, não teve sempre boas relações com alguns dos seus jardineiros. Porquê? Independentemente do que possa ter acontecido, José do Canto, senhor de uma forte personalidade, era um patrão inabalável para quem desobedecesse ou não cumprisse as suas obrigações com entrega total. Todavia, José do Canto precisava de jardineiro. Assim, depois da saída de Reith, a 22 de Junho de 1870, chega a Lisboa, a caminho de São Miguel, Auguste Favresse, o novo jardineiro de José do Canto.¹⁰⁸² Que fizera José do Canto mudar de opinião acerca dos franceses? Não sei nem sei quanto tempo permaneceu Jean Favresse. Ou se sequer chegou a S. Miguel.

José do Canto estava de malas feitas de regresso à Pátria (leia-se Ilha)¹⁰⁸³ e com muita vontade de concretizar projectos. Uma carta de Arthur Morelet (Pierre Marie Arthur Morelet – 1809-1892), de 21 de Outubro de 1868, confirma o regresso de José do Canto a S. Miguel, após um longo exílio, e dá conta da vontade de José do Canto em pôr em prática a sua aprendizagem e sonhos: “(...) *Enfin vous pourrez appliquer tous ce que vous avez appris pendant cette (?) longue période d'exile, et realizer les ameliorations auxquelles vous avez du rever associer (...).*”¹⁰⁸⁴

Movia-o interesses próprios e interesses colectivos, como se depreende de carta de 27 de Junho de 1866, do Brasil, do seu correspondente Plácido Caetano Borges e Silva: “(...) *seu tão louvável e patriótico empenho em introduzir plantas na nossa cara Pátria, e quem sabe um dia se algumas delas não farão parte da sua riqueza como pretende (...).*”¹⁰⁸⁵ A aposta no chá pela SPAM é exemplo disso: servirá para José do Canto e para os diversos associados, mas será a grande causa mobilizadora que a SPAM precisava para concretizar o novo impulso renovador a partir de 1872/73.

O regresso de José do Canto à Ilha de São Miguel coincide com a resolução da sublocação do Pico Arde. O cumprimento do plano de desenvolvimento para o Pico Arde só se verifica a partir de Janeiro de 1868, altura em que José do Canto subloca o Pico Arde ao herdeiro legal

¹⁰⁸² Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, /001/002, 14209-C Carta de João Pedro Ferreira da Costa a José do Canto, Lisboa, 26 de Junho de 1870: “(...) *Em 22 do corrente chegou aqui (Lisboa) no vapor francês Ville de Havre o Senhor Auguste Favresse, que é o jardineiro que Vossa Excelência tinha encomendado. Quando se apresentou em minha casa já estava hospedado no hotel Lusitânia e ali continuou até hoje, que segue para essa (S. Miguel onde se encontra José do Canto) na escuna Carlota (...).* A passagem mais despesas como da nota abaixo 24\$480 réis (...).’ Porém, segundo Isabel Albergaria, José do Canto pedira apoio a Mr. Linden do Jardim de Aclimação de Bruxelas e em Junho de 1870 esperava um novo jardineiro. O jardineiro que aceitou o cargo foi George Créder, que trabalhara para o Museu das Plantas em Paris. Nota posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018: Albergaria, Isabel, Quintas, Jardins e parques da Ilha de S. Miguel 1788-1885, vol I, Texto, Dissertação de mestrado em História da arte contemporânea apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Setembro de 1996, p. 145.

¹⁰⁸³ No sentido que lhe dá: Carvalho, Joaquim, Compleição do patriotismo Português, Coimbra, Atlântida, 1953.

¹⁰⁸⁴ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, 2083-C, Carta de Pierre Marie Arthur Morelet a José do Canto, França?

¹⁰⁸⁵ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/cx. 93, 1657-C, Carta de Plácido Caetano Borges e Silva a José do Canto, Pará, 27 de Junho de 1866.

de Tomás Bessone. Nos meses finais de 1868, querendo actualizar o valor da propriedade, manda reavaliar os terrenos¹⁰⁸⁶ e cobra foros.¹⁰⁸⁷ No início do ano de 1869, prossegue a limpeza dos terrenos¹⁰⁸⁸ e planta os primeiros terrenos de chá. A primeira despesa conhecida relacionada com o chá data de 20 de Março de 1869.¹⁰⁸⁹

A 20 de Março de 1869, já se ouve falar de chá no Pico Arde, que, num futuro muito próximo, se iria tornar lugar de eleição do projecto do chá. As primeiras experiências foram levadas a cabo em data posterior ao dia 13 de Janeiro de 1868, um ano depois já havia necessidade de dar uma corrida ao chá: “(...) *no último chá (dia?)*, 2\$320.”¹⁰⁹⁰ E sinal de que José do Canto apostava em plantar chá no Pico Arde é a Descrição dos melhoramentos feitos desde 1869 até Outubro de 1874 nas matas e biscoutos pertencentes ao corpo de terras (do?) Pico Arde.¹⁰⁹¹ Veja-se, referente provavelmente ao ano de 1871, nos pastos da Tronqueira e na mata dos Vinháticos, três anos depois da primeira experiência no Pico Arde.¹⁰⁹² O verso daquela folha (documento avulso), a este mesmo respeito, é mais generoso. Vamo-nos circunscrever ao chá, no entanto, convém referir que no Pico Arde, além do chá, havia matas de pinheiros, de vinháticos, arvoredos de diferentes espécies e plantas diversas (não se lhes refere o nome), pastos, inhames, cerrado de *phormium*. Parece que não havia ainda chá na Caldeira Velha ou então este topónimo estava englobado no todo Pico Arde.

Francisco d’Athayde Machado Faria e Maia (1876 - 1959), descendente de uma das famílias pioneiras do chá na Ilha, descontando o caso de José do Canto, não andaria longe da verdade, ao afirmar, em 1949, que as primeiras plantações de chá na Ilha de São Miguel teriam sido

¹⁰⁸⁶ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/ 9647-C, [Livro para o lançamento da receita e despesa, v. 1, 1867-1869], 17 de Dezembro de 1868: Avaliações do Pico Arde: “(...) (fl. 326) (...) *A António do Rego, da Arquinha, gratificação pela avaliação das terras do Pico Arde, outras na Ribeira Grande e Porto Formoso, 24\$000.*”

¹⁰⁸⁷ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/ 9647-C [Livro para o lançamento da receita e despesa, v. 1, 1867-1869], 26 de Outubro de 1868: “(...) (fl. 298) (...) *Claudina da Ressurreição, Ribeira Grande, renda de 38 alqueires de terra ao Pico Arde de 1868, 95\$960.*” Um, entre mais de duas dezenas de exemplos possíveis.

¹⁰⁸⁸ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/ 9647-C, [Livro para o lançamento da receita e despesa, v. 1, 1867-1869], 25 de Janeiro de 1869: “(...) (fl. 396) (...) *A José da Costa Maiato, uma conta de melhoramentos feitos no plantio e tapume do Biscoito no tapume do Pico Arde, 55\$290.*”

¹⁰⁸⁹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/ 9647-C, [Livro para o lançamento da receita e despesa, v. 1, 1867-1869], 20 de Março de 1869: “(...) (fl. 426) (...) *Féria ao Mestre Manuel Pereira, 16\$855; A António da Silva Féria da factura da fruta e última (?), 5\$720; Dito da esgalha da folha, 2\$400 Corrida (?) no último chá (dia?), 2\$320.*”

¹⁰⁹⁰ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/ 9647-C, [Livro para o lançamento da receita e despesa, v. 1, 1867-1869], 20 de Março de 1869.

¹⁰⁹¹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 301, [Descrição dos melhoramentos feitos desde 1869 até Outubro de 1874 nas matas e biscoutos pertencentes ao corpo de terras (do?) Pico Arde comprado à Condessa do Redondo e seu Filho].

¹⁰⁹² Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 301 [Descrição dos melhoramentos feitos desde 1869 até Outubro de 1874 nas matas e biscoutos pertencentes ao corpo de terras (do?) Pico Arde comprado à Condessa do Redondo e seu Filho]: “(...) (1) *A deduzir pastos da Tronqueira, plantados de mata somam os pastos / n.º 3 que está plantado de chá 11. 171 / n.º 10 Idem 9 132 / (?) (cal)cula-se plantado de chá (...) / (...) (ma)ta dos Vinháticos, n.º 1 para pomar 10 148 (...), n.º 2 para chá 9 137 (...).*”

feitas em 1871/1872.¹⁰⁹³ É, no entanto, admissível que se estivesse a referir às plantações da sua família.

Entretanto, uma pausa para pensar. As pequenas quantidades de sementes e de plantas de chá referidas nos documentos, não dão conta da quantidade de plantas de chá que mais tarde se encontrará, pelo que, cremos, terão forçosamente existido outras notas e outras fontes.¹⁰⁹⁴ Como terá José do Canto obtido mais chá? Uma versão refere que algumas plantas de Ernesto do Canto terão vindo de uma plantação das Capelas ou do Cabouco.¹⁰⁹⁵ E as de José do Canto terão tido a mesma proveniência? Seja como for, neste caso, é de se presumir que aquelas sementes e plantas de chá fossem descendentes das sementes e plantas de chá vindas do Brasil, nas décadas de vinte e de trinta. Ou então, descendentes das que José do Canto mandara vir antes de 1854 e depois de 1854.

Outra versão aponta para Joseph Decaisne e Edmond Goeze. Uma pergunta se impõe: qual a data do pedido de José do Canto a Decaisne para lhe obter contactos na China, a fim de encomendar sementes e plantas de chá? A este respeito, infelizmente, só temos o trabalho de Goeze. Este, como já se disse e, por ser de suma importância, de novo se repete, foi, provavelmente, escrito entre 1914 (a ser a oferta de chá proveniente da Gorrena, será a partir daí, que Jaime Hintze assume o projecto da Gorreana)¹⁰⁹⁶ e 1927 (ano da publicação do trabalho no Almanaque Açores para 1928). Infelizmente, depara-se-nos um problema de

¹⁰⁹³ Faria e Maia, Francisco d'Athayde Machado de, *Subsídios para a História de S. Miguel. Capitães dos Donatários (1439-1766)*, 1949, Tipografia Insular. Ponta Delgada, p. 321.

¹⁰⁹⁴ Cf. BPARPD/FAM/AVPC, Carta de José do Canto à irmã Emília Canto Vaz Castro, Furnas, 1 de Julho de 1872, carta n.º 32. A correspondência entre José do Canto e a Família Vaz Castro, marido, filhos da irmã Emília, dão conta de que, fora do circuito de distribuidores oficiais, José do Canto que começou a viajar desde a década de quarenta, tal como mandou sementes e plantio para os Vaz Castro, poderá ter feito o mesmo para si. Uma observação: por que não se encontra referência ao chá nos Inventários que organiza? Talvez tenha passado despercebido dele e de nós? Arquivo **Vaz Pacheco de Castro Localização actual**: Dep. 1, col. 166/4. "(fl.1.v.) (...) Agora é que vem chegando os mais banhistas. Ontem chegou a Carolina e o Agostinho. Hoje espera-se o Dr. Agostinho, Prima D. Francisca e Francisco Machado com Família."

¹⁰⁹⁵ A Fábrica de Chá Visconde Faria e Maia. Quinta do Tanque – Cabouco, Câmara Municipal da Lagoa, 2011, p. 19: "(...) as primeiras experiências com chá na Ilha de São Miguel foram realizadas alguns anos antes da inauguração da fábrica na mesma Quinta do Tanque com planta trazida do Brasil por José Inácio de Faria e Maia, pai do primeiro Visconde de Faria e Maia. Essas sementes de chá foram semeadas nas duas propriedades da família, em Ponta Delgada e no Cabouco, onde existiam 200 m2 de plantação, sendo de lá colhida a folha verde para as primeiras experiências de fabrico, sementes e estacas para outras plantações." O que se sabe é que não há memória de Lau-a-Pan ter ido ao Cabouco e que, pelo contrário, foram plantas da Ribeira Grande em 1881 para o Cabouco: "(...) Excelentíssimo Senhor, torna a ir a carta que pede o chá porque diz para entregar no Cabouco 1500 plantas de chá e eu não sei a quem nem em que dia hão-de ir e mesmo para a cidade. Vejo os volumes que pedem mas não sei em que dia hei-de mandar." Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 274 [Não tem número], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 29 de Janeiro de 1881.

¹⁰⁹⁶ Edmond Goeze não diz no texto que o chá é Gorreana, quem no-lo diz é o autor da Introdução ao texto de Goeze publicada no Almanaque Açores para 1928: "(...) (p.125) [Diz o introdutor do Almanaque] ao receber [Goeze] alguns pacotes de chá da Gorreana (...) [Goeze, porém, escreve apenas]: (p. 130) (...) recebemos alguns pacotes do chá (...)." Ora, quem manda a Goeze a carta juntamente com o chá é Herr Jobst, suposto cônsul alemão, em Ponta Delgada, e quem terá recebido a resposta de Goeze é, no mesmo pressuposto, obviamente, o dito cônsul alemão. Que, continuando a hipótese, pelo interesse em fomentar as boas relações com a ilha e o país, sendo elogiosa, a terá traduzido (ou alguém a ter+á traduzido, não sabemos) e mandado para Angra a Manuel Joaquim de Andrade, coordenador do Almanaque Açores ou a alguns "dos vários escritores açorianos" que colaboravam naquela revista, que, por seu turno, a mandaram para Angra.

difícil resolução: além de não propor datas é possível que confunda factos.¹⁰⁹⁷ Neste trabalho com data incerta, o autor atribui a Ernesto o que atribuíra antes ao irmão José.¹⁰⁹⁸ Para a nossa narrativa, importava saber datas certas, porém, Goeze não refere nem em 1867 nem em 1876, a encomenda de chá à China através de Decaisne nem os planos para o chá. Por que razão não o fez? Partindo do princípio de que esta encomenda foi feita (não se conhece nada que indique o contrário), Goeze começa por dizer: “(...) *por intermédio do professor Decaisne, que mantinha relações directas com a China, pôs-se Canto em contacto com algumas firmas comerciais dali* [onde precisamente?].”¹⁰⁹⁹

Vamos, recorrendo ao que temos, tentar ver se se encaixa no que sabemos. Apesar de não adiantar datas concretas, indica tempos. Assim, depois da recepção das sementes e do plantio, Goeze diz, primeiro, que, decorridos poucos meses, estava povoado um pequeno viveiro colocado em situação apropriada e em terreno cuidadosamente preparado.¹¹⁰⁰ Onde era? Em Novembro de 1866, Goeze, como já se refere os “(...) *essaies d’acclimatisations a Furnace* (...)”¹¹⁰¹ Já contestámos esta hipótese: foi em Santana. Poucos meses? Poderão ter sido as sementes chegadas à Ilha através de Veitch, supomos da China, em Abril, Maio ou Junho? Continua Goeze dizendo que decorreram aproximadamente dois anos até se proceder à plantação definitiva.¹¹⁰² Façamos algumas contas. Assumindo que fosse a remessa de Abril, Maio ou Junho de 1866, em Setembro, quando Goeze foi às Furnas, pode ter visto o plantio? Não era altura para plantar ou semear. Dois anos depois, aproximadamente, apontará para 1868/69. Bate certo com o início? Bate, mas não quer dizer que tenha sido a tal encomenda de Abril, Maio ou Junho. Todavia, tendo sido encomendada em Janeiro, como vimos, e chegada naquela altura, era o tempo que levaria de pedir à China e vir da China? Possivelmente. Havia já o canal de Suez. Bate igualmente certo com o desabafo de José do Canto a 5 de Abril de 1866 a Frederick Welwitsh, explicitando o seguinte: “(...) *Desde 1846 que colijo plantas e pouco encontro já em França,*

¹⁰⁹⁷ Adianta-se algumas explicações possíveis: a idade de Goeze quando escreveu o texto, tendo em conta, igualmente, o tempo que decorreu entre os acontecimentos que narra e a sua escrita; a possibilidade de haver lapso na tradução da língua em que escreveu o texto (francês? alemão?); uma combinação das hipóteses anteriores. Ora, quanto ao tempo que decorreu entre o acontecimento e o texto escrito: primeiro, se o texto foi escrito em 1914 (poderá ter sido eventualmente antes ou depois), os factos que narra teriam corrido há três décadas (Goeze partiu em 1876 para a Alemanha), a ter sido escrito em 1927, reportar-se-ia a quatro décadas atrás. Quanto à idade de Goeze quando escreve: no pressuposto que fora escrito em 1914, andaria pelos 76 anos, a ter sido em 1927, teria à volta de 89 anos. Ora, assim, mesmo que mantivesse as suas capacidades mentais intactas, fruto provável da reelaboração da memória a que a distância no tempo e o cérebro humano promovem, admite-se que tenha misturado factos e personagens. Quanto a erro de tradução: como Goeze, segundo o próprio, responde à carta do cônsul (?) alemão em Ponta Delgada, um tal HerrJobst (tentei, debalde, identificá-lo), é provável que escrevesse em alemão.

¹⁰⁹⁸ *Almanaque Açores*, 1928, Angra do Heroísmo, 1927, p. 127; Goeze, Ob. Cit., 1867, p. 33.

¹⁰⁹⁹ *Idem*, pp. 125-130.

¹¹⁰⁰ *Idem*.

¹¹⁰¹ Cf. UACD/Fam/JC, Carta de Edmond Goeze a José do Canto, Coimbra, 2 de Novembro de 1866.

¹¹⁰² *Almanaque Açores*, 1928, Angra do Heroísmo, 1927, pp. 125-130.

Inglaterra e Bélgica que seja novo ou me convenha. Da Alemanha e do Norte da Europa só conheço os estabelecimentos de (...) Booth em Hamburgo (...)."¹¹⁰³ Assim, havia pedido a Decaisne contactos directos com a China. Naquela altura, antes, ou até depois, é provável que José do Canto o fizesse antes do seu regresso em Outubro de 1868.¹¹⁰⁴ Estava em Paris onde estava também o Professor Decaisne. José do Canto pediu que lhe remetessem sementes em grande quantidade, bem como uma determinada porção de plantio. Para uma viagem tão longa, foi necessário acondicion-las em caixas de sistema *ward*.¹¹⁰⁵



[F. 38 – Nathaniel Ward (1791-1868)][F. 39 – Wardian Case]

Fonte: http://photos.geni.com/p13/ef/ca/3d/73/53444838ceae02f4/nathaniel_bagshaw_ward_large.jpg

Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/b/b5/Ward%27scher_Kasten.jpg/220px-Ward%27scher_Kasten.jpg

E explica o que se passara na Ilha, aquando da chegada não só de sementes mas de plantas de chá: *“as sementes, mal chegaram, foram logo dispostas em canteiros. As plantas que, viajando em pequenas caixas, tinham perdido a maior parte da folhagem,¹¹⁰⁶ completaram a vegetação interrompida e os seus rebentos foram plantados por estaca ou enxertados em camélias.”*¹¹⁰⁷

Até Novembro de 1873, podemos adiantar, com a reserva devida ao facto de não conhecermos a fundo o assunto, que as sementes e o plantio de chá chegaram, a partir da década de sessenta, do Japão, da China e da Índia. Num primeiro momento, décadas de vinte e trinta, terão chegado do Brasil. Pelo menos, para alguns, os rebentos viajaram protegidos em caixas *ward*. Estava-se a par dos melhores terrenos para o chá, usavam-se viveiros e faziam-se enxertos, até com camélias, sabia-se fazer a poda do chá. Também se sabia que a poda devia fazer-se na estação fria para que rebentasse uma grande quantidade de folhinhas

¹¹⁰³ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Cx. 157, [Copiador de correspondência de José do Canto (Nov. 1865-Abril 1866)] Carta de José do Canto a Frederick Welwitsh, Paris, 5 de Abril de 1866.

¹¹⁰⁴ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Cx.96, Carta de Haageet Schmidt a José do Canto, Erfurt, 11 de Abril de 1866: *“(…) Nous vous avons choisi les exemplaires les plus forts (...) et nous ne doutons pas que le tout arrive en bon etat jusqu’a votre jardin. Vous recevrez prochainement une liste de quelques nouveaux arrivages de graines (...);’* cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Caix.50, [Contas de José de Brito com José do Canto], 30 de Abril de 1866: *“(…) Despesas para S. Miguel de 2 caixas com plantas vindas de Gibraltar, 2\$070.”*

¹¹⁰⁵ *Almanaque Açores*, para 1928, 1927, pp. 125-130.

¹¹⁰⁶ Caixas Ward mal concebidas? Ou caixas normais?

¹¹⁰⁷ *Almanaque Açores*, para 1928, 1927, pp. 125-130.

tenras das hastes novas.¹¹⁰⁸ Queria aprender-se a fazer correctamente chá e não se sabia ao certo quando se deveria realizar a colheita do chá.

O Pico Arde viria a ser, por várias razões, o centro da cultura do chá, pelo que, é imperioso segui-lo de muito perto. Pico Arde, Pico que Arde e Caminho para o Pico que Arde são topónimos que surgem já nas actas de vereação quinhentista da Ribeira Grande.¹¹⁰⁹ Por que as terras do Pico Arde provaram ser ideais para o chá? Porque o Pico Arde ficava mais próximo de Ponta Delgada do que as Furnas, onde o chá também crescia bem, ou do Porto Formoso, onde igualmente se dava? Porque precisava urgentemente de rendibilizar os vastos investimentos que ali fizera?¹¹¹⁰ São hipóteses.

¹¹⁰⁸ Idem.

¹¹⁰⁹ Pereira, António Santos, Ribeira Grande (S. Miguel – Açores) no século XVI: Vereações (1555-1578), Câmara Municipal da Ribeira Grande, 2006, p. 26.

¹¹¹⁰ PICO ARDE: A Caldeira Velha é nome de um lugar a sul do Pico Arde ou a parte integrante do Pico Arde? A natureza volátil e imprecisa da micro toponímia local, torna difícil, se não mesmo impossível, a sua apreensão correcta. Todavia, duas plantas levantadas por Manuel Pereira do Rego Lima, uma datada de 1908, outra, sem data, mas posterior a 1916, levam-nos a admitir que Pico Arde e Caldeira Velha, pelo menos em 1908 e 1916, possam ser locais distintos mas contíguos. Confrontando o levantamento topográfico de há uma década atrás mantido em suporte digital nos Serviços Municipais da Ribeira Grande com a “*Planta de Perfil Longitudinal relativa a propriedade no local da Caldeira Velha*,” levantada por Manuel Pereira de Lima e datada de 18 de Março de 1908, o eixo, chamemo-lo assim, *Caminho do Mato, Ribeira do Teixeira e Caminho da Caldeira Velha de 1908*, parece corresponder ao ponto geográfico *Caminho do Mato, Ribeira do Teixeira e Estrada da Lagoa do Fogo*. A 15 de Janeiro, os Herdeiros haviam pago adiantadamente o trabalho: “*Planta da variante da estrada que vai para a Caldeira Velha, no sítio da Ribeira do Teixeira, 22\$500 (...)*.” (Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 292. João Ferreira Ricca, Conta da Administração do Prédio em comum da Caldeira Velha, no ano Civil de 1908, 15 de Janeiro de 1908). De facto, era preciso melhorar aquele troço até à Caldeira Velha, pois, no ano seguinte de 1909, viria de Gibraltar, *Holland Porter*, montar a maquinaria para fabricar chá verde. (Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 292, João Ferreira Ricca, Conta da Administração do Prédio em comum da Caldeira Velha, no ano Civil de 1909, 15 de Janeiro de 1908.) Continuando ainda no mesmo fundo cartográfico digital, confrontou-se a Cópia da Planta sem data, mas posterior ao falecimento de José do Canto Brum em 1916, do Pico Arde, cujo original foi igualmente levantado por Manuel Pereira do Rego Lima. (Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cópia de Planta sem data do Pico Arde, cujo original foi levantado por Manuel Pereira do Rego Lima, [pós morte em 1916 de José do Canto Brum].) O cruzamento da *Canada da Pernada* com o *Caminho do Pico Arde*, pós 1916, coincide, grosso modo, com o cruzamento actual da *Canada da Pernada* com a *Estrada da Lagoa do Fogo*. Mais, os lotes de terra aí referidos (172 alqueires – vara pequena -, e 1110 varas) ficam a Norte do Caminho da Caldeira Velha e a Sul do Caminho dos Foros. Não indo além de 1937, ano em que morrem Margarida Canto Hintze Ribeiro e Hermano da Silva Mota, mencionados na rudimentar planta, elaborada presumivelmente para orientação do feitor do Chá Canto, grosseiramente delimitada a Poente pela Mafoma, a Nascente pelo Caminho dos Foros, continuado pelo Caminho da Ribeira do Teixeira que faz fronteira, a Sul, com o caminho do Sul e com “*o chá Caldeira Velha*.” (Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Planta da Plantação de chá da Caldeira Velha [pós mortes em 1937 de Margarida Canto Hintze Ribeiro].) Aí se vêem esboçados algumas estruturas da Caldeira Velha, tais como, “*Tanque da Fábrica*,” “*Entrada Norte Canada da Mariana*,” vai desembocar na “*Casa do Monte*,” “*Caminho Sul desemboca na Canada das Vinhas*.” A elevação denominada Pico Arde fica a Norte do início do caminho da Caldeira Velha. As plantações do Chá Canto, quase no final da sua cultura, segundo testemunhos, começavam deste ponto para cima (Sul) até à Fábrica, em ambos os lados da estrada. Mas o Pico Arde estava também retalhado. Há uma nota descritiva do Prédio do Pico Arde, de 1865, onde se enumeram os nomes dos serrados comprados, entre os quais: “*Serrado das Almas (...); Dezoito e Erva Velha (...); José de Arruda (...); Cancela (...); Caminho (...); Do caminho (central) (...); Da Servidão (...); Do Atalho (...); O Moio (...); O Meio Moio (Nascente) (...); Lagos (...); Lagos (...)* (segunda vez); *Reguinho (...); Etc...* (...).” (Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/cx. 194, [Nota descritiva do prédio do Pico Arde comprado aos Condes do Redondo em o 1.º de Abril de 1865, começando do Norte para o Sul e primeiramente pelos cerrados do lado ponente], 1 de Abril de 1865.) Refira-se que nenhum menciona a Caldeira Velha. Seja lugar em si mesmo ou lugar integrado em outro espaço maior, há provas de que a designação era indistinta, a Caldeira Velha foi palco privilegiado das primeiras experiências de cultivo e produção de chá na Ilha de São Miguel. (Cf. BPARPD. BPARPD. TCPDL - Inventário orfanológico de José do Canto (1898), M.402, n.º 26, vol. 3, fl. 367. *Os louvados no fim assinados em cumprimento do mandado e de conformidade*



[F. 40 – *Planta de Perfil Longitudinal relativa a propriedade no local da Caldeira Velha*, levantada por Manuel Pereira de Lima e datada de 18 de Março de 1908]

Fonte: Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 292. João Ferreira Ricca, Conta da Administração do Prédio em comum da Caldeira Velha, no ano Civil de 1908, 15 de Janeiro de 1908; Cf. Cópia da Planta sem data, mas posterior ao falecimento de José do Canto Brum em 1916, do Pico Arde, cujo original foi igualmente levantado por Manuel Pereira do Rego Lima. (Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cópia de Planta sem data do Pico Arde, cujo original foi levantado por Manuel Pereira do Rego Lima.

José do Canto comprou o seu prédio no Pico Arde em 1 de Abril de 1865 à Condessa do Redondo por mais de 114 contos de réis insulanos com cerca de metade a pagar a pronto e o restante faseadamente.¹¹¹¹ Ao “*primo e amigo do Coração*,” talvez Agostinho Machado Faria e Maia, em resposta às suas felicitações pela aquisição, além divulgar a razão da compra, semelhante à que dera a José Jácome Correia, explica os meandros da operação financeira: “(...) *consegui o 2.º passo não menos importante, que foi contractar com o Banco Hipotecário o empréstimo de 60 contos de réis fortes, amortizáveis em 25 anos, termo que espero antecipar. Eu não carecia, nem careço se não de 40 contos, mas pedi mais 20, que me*

com a relação retro certificam ter avaliado [...], 31 Dezembro de 1898.) É o local indicado para estudar a iniciativa de José do Canto e a parceria dele com a Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense (SPAM). É ainda hoje o local principal da exploração da energia geotérmica da Ilha de São Miguel. Imprecisões toponímicas à parte, parte da propriedade do Pico Arde de José do Canto, não sabemos se toda ou apenas parte, (Borges, Pedro Maurício, *Ob. Cit.*, 2007, p. 56; Cf. https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/5917/2/Volume1_IL.pdf. José do Canto tinha propriedades espalhadas pela Ilha de São Miguel: Candelária, Santo António, Serra Gorda, Grimaneza, Santana, Grotinha, São Gonçalo, São Joaquim, Caminho Novo, Pico da Pedra, Porto Formoso, Lagoa do Congro, Lagoa das Furnas. Na Ribeira Grande dispunha de 503.000 há.) cujo perfil se conhece com razoável rigor, “*mede 40 ms 34,½ alq, e fica sita à entrada da Villa da R[ibeira] Grande ao Pico Arde, sendo que 20 ms 34,½ alq são de terra lavradia e pasto, confr. pelo Norte com estrada publica, denominada a que vai do Tornino d’esta Villa da Ribeira Grande, da Mãe de Deos para a Villa; confrontando a Sul com o próprio, estrada publica, e outros; e os restantes 20 ms. são de biscouto, matta e matto.*” (*Idem*, p.56; Cf.

https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/5917/2/Volume1_IL.pdf: “(...) Quando volta à Ilha, põe todas as contas em dia, e em 1865 compra mais de 40 mórios de terras na Ribeira Grande à Condessa do Redondo. Nota 22: A propriedade do Pico Arde adquirida à Condessa do Redondo mede 40 ms 34,½ alq, e fica sita à entrada da Villa da R Grande ao Pico Arde, sendo que 20 ms 34,½ alq são de terra lavradia e pasto, confr. pelo Norte com estrada publica, denominada a que vai do Tornino d’esta Villa da Ribeira Grande, da Mãe de Deos para a Villa; confrontando a Sul com o próprio, estrada publica, e outros; e os restantes 20 ms. são de biscouto, matta e matto, Cópia de escritura datada de 1 Abril 1865, UACSD, FBS-AJC. Para além deste corpo com mais de 75 cerrados de terra (cf. Nota descriptiva do prédio do Pico Arde comprado aos Condes de Redondo em o 1.º d’ Abril de 1865, começando do Norte p.ºa o Sul, e primeiramente pelos cerrados de lado do Ponente, UACSD, FBS-AJC), compra também à Condessa do Redondo e na Ribeira Grande as terras dos Arieiros e Telhas, cf. Lembrança de algumas cousas feitas desde 30 de Junho de 1864 a 30 de Junho de 1865, UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo F08. 23 Carta a José Jacome Correia, Paris, 6.’)O chá foi cultivado em terras fracas, talvez nos “(...) *restantes 20 ms. (de) de biscouto, matta e matto.*” (*idem*, p.56, Cf. 1891-Dezembro Extracto das ferias com a construção das casas p.ºa o fabrico de chá e morada dos Chins), concluindo-se só por Abril de 1892, cf. Férias de pedreiro, Abril 1892, UACSD, FBS-AJC.) Ora a designação seria sempre ambígua. As casas onde se produzia chá, às vezes eram denominadas por “*casas da Caldeira Velha, outras vezes descritas como casas da Matta do Pico Arde.*” (*Idem*; Cf. UACSD, FBS-AJC Férias de pedreiro, Abril 1892.)

¹¹¹¹ Borges, *Ob. Cit.*, 2007, p. 56

*ficam de reserva para a todo o tempo poder dar, sem embaraço, mais dois passos (os últimos) necessários para concluir de todo, e tornar verdadeiramente vantajosa as aquisições que fiz.”*¹¹¹² O que viria a cumprir-se nos vinte e cinco anos previstos, pois ainda em Abril de 1890 pagou.¹¹¹³

Havia levado algum tempo antes de obter financiamento para realizar a compra, havendo a primeira tentativa redundado em fracasso. A desculpa dada a José do Canto para a recusa do crédito, foi a comum em tempos de crise: “(...) em tempos como estes estamos desejosos de ter os nossos fundos disponíveis o mais possível, a fim de podermos acudir às requisições que se nos fazem de todos os lados, e por isto pedimos licença para sermos desonerados de dar o crédito por Vossa Senhoria pedido (...)”¹¹¹⁴ Por fim, alcança o desejado empréstimo, a 27 de Fevereiro de 1866: “(...) Acabo de receber um telegrama de Lisboa anunciando-me que ontem se assinou a escritura de empréstimo, e se concluiu este negócio já longo (...)”¹¹¹⁵ Além destes terrenos do Pico Arde, adquiridos à Condessa do Redondo,¹¹¹⁶ o casal já ali possuía, “(...) 3 ms[e] 41 alq(...)”,¹¹¹⁷ fruto do dote da esposa Maria Guilhermina. Nove anos

¹¹¹² Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Cx. 155, [Copiador de correspondência de José do Canto (Nov. 1865-Abril 1866)] Carta de José do Canto ao Primo e Amigo do Coração (Agostinho Machado Faria e Maia?), Paris, 6 de Março de 1866.

¹¹¹³ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/cx. 244, [José do Canto, de S. Miguel, em c/c com a Companhia Geral de Crédito Predial Português], 6 de Julho de 1870: “(...) 1870/ Julho/ 6 – Emp. N.º 2397/ A Importância do Empréstimo N.º 2387 por 60 anos feito nesta data - Débito, 20 016\$000/1884/ Junho/ 27 – Por conta do Capital, Crédito/ 2951\$457/1887/ Fevereiro/ 26 – Idem – Crédito/ 830\$855/1887/ Junho/ 3 – Crédito/ 1 000\$000/1890/ Abril/ 1 – Por amortização em entrada em 40 prestações/ Crédito/ 1 343\$342/1890/ Abril/ 19/ Por juros capitalizados até hoje (...) de 3% (...) 12 326 079, Débito/ 369\$782/Idem – Saldo a favor da Companhia – Réis Débito/ 20 385\$782/ crédito 20 385\$782/Empréstimo N.º 3320/ 1879/ Março/ 17 – A importância do empréstimo n.º 3320 por 40 anos feito nesta data - Débito, 70 020\$000/1879/ Abril/ 1 – Por amortização entrada em 23 prestações/A indemnização de 3% (...) 62 949 019 – 1 888\$470/- Abril/ 19 – saldo a favor da Companhia – Crédito – 64 837\$489/ Débito- 71908\$470/Crédito – 71 908\$470/ (assinado) Lourenço António de Carvalho/N. B./ A Companhia tem direito a receber todas s prestações, despesas e juros que se forem vencendo até real embolso.’

¹¹¹⁴ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.8/804, Carta de Knowles & Foster a José do Canto, Londres, 7 de Dezembro de 1864.

¹¹¹⁵ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Cx. 155, [Copiador de correspondência de José do Canto (Nov. 1865-Abril 1866)] Carta de José do Canto a António Bernardes de Abreu Lima, Paris, 27 de Fevereiro de 1866.

¹¹¹⁶ Zuquete, Afonso Eduardo Martins (direcção, coordenação e compilação), Nobreza de Portugal, vol. III, Lisboa, 1961, pp. 399-403: “(...) Soure (condes e Marquesa de) Foi 1.º Conde de Soure D. João da Costa, que nasceu em 1610 e morreu a 22 de Junho de 1664, filho de D. Gil Eanes da Costa, comendador e alcaide-mor de Castro Marim de sua mulher, D. Francisca de Vasconcelos. (...) Aos 29 anos foi um dos 40 conjurados que aclamaram D. João IV e tomou arte no assalto ao Paços da Ribeira, sendo um dos que prenderam a Duquesa de Mântua (...) (p.400) (intrigas puseram-no a perder) (...) (p.401) (...) O título foi-lhe concedido por Carta de 15 de Outubro de 1652 (D. João IV) (...) (p.403) (...) A casa e a representação do título seguiram a linha legítima da sucessão e caíram em D. Maria Luísa da Costa, irmã do 7.º Conde e Condessa de Redondo pelo seu casamento com o 17.º Conde de Redondo, em cuja descendência continuou.’ [Treslado do Livro do Tombo das propriedades do Conde de Soure na Ilha de S. Miguel] origina, 1651, treslado, 1801, 21 de Agosto de 1651, Rabo de Peixe, cf. UACSD/FAM-ARA/Documentação não tratada Ligação a ermida e casa de Nossa Senhora da Salvação, na Ribeira Grande? Existe um brasão dos Costas com a data de 1651: “(sem página) (...) Medição das terras da capela que instituiu D. Catarina da Costa, filha de D. Gil Anes da Costa, visavó de D. João da Costa que hoje as possui. Em os vinte e um dias do mês de Agosto de mil seis centos cinquenta e um anos neste lugar de Rabo de Peixe (...) se mediram as terras da capela de Dona Catarina da Costa e nelas se acharam dez moios e quinze alqueires de terra de pão lavradia, medidos pela vara de dez palmos (...)’

¹¹¹⁷ Borges, Ob Cit., 2007, p.51

mais tarde, em 1874, José do Canto deseja comprar naquela mesma área “uma “terra” na vizinhança da Lagoa do Fogo.”¹¹¹⁸ Segundo Pedro Borges, o interesse nesta última terra, explicar-se-ia pela simples razão de que “as terras ditas da Caldeira Velha, incluídas no prédio dito do Pico Arde, sobem até à lagoa do Fogo (...) podendo esta terra ser-lhe contígua.” Pelo que, continua Pedro Borges, José do Canto “poderia querer estender o chá ou experimentar outra cultura naquela altitude e tipo de solo, ou, hipótese mais inverosímil, abrir outra frente recreativa numa paisagem mais silvestre e de larga panorâmica de vistas.”¹¹¹⁹

Em 1887, pelo Inventário e Partilha que se seguiu à morte da esposa, ficamos inteirados da totalidade do terreno que o casal detinha no Pico Arde: “(...) 51 ms[e] 55 alq[e] 172 vs.” E do uso que José do Canto fazia dos mesmos: “terrenos de pastos, de plantações de chá, de mattas e de mattos (...)” Conforme a Relação de Bens, o prédio fica situado na freguesia da Conceição, Ribeira Grande, e “confronta a sul com águas da Lagoa do Fogo.”¹¹²⁰ De uma forma genérica, aquela área da Caldeira Velha ainda hoje é igualmente conhecida por mato de José do Canto. José do Canto não foi o único a adquirir em 1865 terras à Condessa do Redondo: o amigo e primo, José Jácome Correia, também adquiriu outras.¹¹²¹ Os primos Raposo do Amaral cobravam rendas e prestavam serviços àquela Casa do Redondo, pelo menos, desde 1801.¹¹²² Os Raposo do Amaral, registre-se, eram proprietários ou rendeiros

¹¹¹⁸ Borges, Ob. Cit., 2007, p. 59; Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 274cf. Carta de João Carreiro a José do Canto, Porto Formoso, 22 de Maio de 1874: “(...) a respeito da terra que falamos na Lagoa do Fogo para se comprar, informei-me. Está a 6000. O dono é que paga a contribuição. (fl. 1 v.) Mas este preço não sei se o darão mais este ano no dito lugar aonde ele quer vender tem 4 ou 5 alqueires de valor talvez de renda a pouco mais de 3000 e o pé não se lhe pode dar mais valor de 5000 de renda. Entendo que muito pode valer cada 1 alqueire bom e mau e de 8000 a 9000 porque apanha bom (...) também apanha muito ruim.”

¹¹¹⁹ Borges, Pedro, Ob. Cit., 2007, p. 59.

¹¹²⁰ Idem: (prédios 4042 e 4043 nas Notas de Inventário e Partilha após a morte de Maria Guilhermina Taveira Brum da Silveira, 1887.07.02 Revisto, UACSD, FBSAJC) da freguesia de N. S. da Conceição da Ribeira Grande, confronta a sul com “aguas da Lagoa do Fogo”. Cf. Relação dos bens imobiliários pertencentes ao casal do finado José do Canto, existentes na Comarca da Villa da Ribeira Grande, Ilha de S. Miguel, que apresenta o Inventariante, seu viúvo, José do Canto, 1887, Cf. BPARPD, Inventários Orfanológicos TCPDL, M.402, n.º 26, processo n.º 3, volume 3.

¹¹²¹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, cx.220, [Condições relativas à sublocação dos bens da Condessa do Redondo] Proposta, Ponta Delgada, 1 de Abril e 21 de Junho de 1865: “(fl. 2 v.) (...) O Senhor José Jácome Correia, de S. Miguel, comprou também à Condessa de Redondo (...);” Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Cx.125, [Papéis relativos às propriedades do Conde do Redondo e de Soure], s.d: “(...) foi vendida a propriedade de 2 moios e 28 alqueires da melhor terra a José Jácome Correia desta cidade. Todas as restantes partes, a saber, 20 moios aproximadamente de terra; 1 moio, 41 alqueires de biscoito, 13 moios de mato maninho, foi vendido (fl. 1 v.) ao abaixo-assinado (José do Canto) (...).”

¹¹²² Cf. UACSD/FAM-ARA/Documentação avulsa, TAB Q-ROD, [Escritura de arrendamento do Morgado do Conde de Soure na Ilha de S. Miguel (...)], 2 de Março de 1801, Lisboa: “(...) (...) Manuel Tomás da (fl. 1 v.) da Fonseca como procurador de Nicolau Maria Raposo do Amaral cavaleiro professo na ordem de Cristo e negociante da praça da cidade de Ponta Delgada da Ilha de São Miguel (Conde de Soure) (...) dá de arrendamento a ele Nicolau Maria Raposo do Amaral e seu filho o Morgado que sua Excelência (fl. 2) possui na dita Ilha de São Miguel, que se compõem de terras, rendas, foros, dinheiro e tudo o mais dele pertencente, e isto pelo tempo de nove anos que hão-de ter seu princípio no primeiro de Janeiro de mil oito centos e quatro e hão-de findar no último de Dezembro de mil oito centos e doze ou no dia e tempo que na verdade for de forma que sejam os mesmos nove anos completos com suas respectivas novidades frutos e cobranças de tudo por dinheiro e mais não e pela renda anual de três contos e trezentos mil réis em dinheiro corrente nesta corte (...).” Em 1804-1818, pelo menos por esta altura, cobra para a Casa de Soure [Livro sem título, em que são registadas contas - correntes com os sócios interessados na administração dos contractos dos Ataíde e Soure], Nicolau Maria Raposo do Amaral, 1804-1818, cf.

de terras e de matos na área contígua ao Pico Arde, na Barrosa, área onde desenvolveriam no último quartel do século XIX plantações de chá e construíram uma fábrica/oficina para laboração do mesmo.¹¹²³ Compraram ou arrendaram terras à Condessa do Redondo.

Que razões terão levado José do Canto a comprar as terras do Pico Arde? Uma das poucas razões que adianta, vem numa carta em que se abre ao primo José Jácome (1816-1886), quatro anos mais velho do que ele, e confidente de todas as horas. A pouco menos de um ano da aquisição, em Abril de 1866, afirmando a sua intenção em obter lucro, quer concentrar propriedades para simplificar a administração, poupando, assim, nos gastos.¹¹²⁴ Outra das razões, decorrerá dos efeitos provocados pela extinção dos morgadios. Queria tirar partido dessa nova circunstância.¹¹²⁵ Pretendia ir além do investimento inicial em plantas ornamentais, apenas por puro deleite estético, e investir em plantas úteis de valor económico, como confessa em Fevereiro de 1866 numa carta que escreve de Paris ao irmão Ernesto (1831-1900), seu confidente e parceiro de projectos.¹¹²⁶ Ernesto do Canto, sócio da segunda Geração da SPAM, meio-irmão de José, filho do mesmo pai e da irmã da mãe deste, é mais novo, onze anos do que o irmão. À altura seria um adulto de 34 para 35 anos. Viria a ocupar cargos de decisão no interior e fora da SPAM. E desempenharia um papel de primordial importância também na cultura e fabrico do chá. A pouco menos de um mês de assinar a escritura de posse, a 7 de Março de 1865, José do Canto revela ao Visconde de Santa Isabel o seu plano para aqueles terrenos, em seu entender,

UACSD/FAM-ARA/B/ACC/004/Lv.03. Ainda em 67-68, estavam ligados aquela Casa: [Conta das despesas com acção ordinária intentada por Teresa Ermelinda Rebelo contra curadores fiscais de Tomás Bessone; conta das despesas feitas com a extracção de documentos (...); recibos passados a Nicolau Maria Raposo do Amaral], Ponta Delgada, 1867-1873, Ponta Delgada, cf. UACSD/FAM-ARA/Documentação não tratada

¹¹²³ Cf. UACSD/FAM-ARA/Documentação não tratada, [Certidão de acção do embargo com que se opuseram Nicolau Maria Raposo do Amaral e Teresa Ermelinda Rebelo a uma citação que lhes foi feita à instância de Filipe Maria Bessone], Ponta Delgada, 1 de Outubro de 1864, Ponta Delgada: “(...) *O coronel Nicolau Maria Raposo do Amaral e sua esposa (...) em acção de embargos com que se opuseram a uma citação que se lhe fez a instância de Filipe Maria Bessone e sua mulher, da mesma cidade (Lisboa) para verem ratificar a posse de terrenos pertencentes à condessa de Redondo, de que eram rendeiros e que os embargantes compraram à dita Condessa, foram condenados por sentença de primeira instância (17 de Agosto de 1864) de que apelaram, sendo a apelação recebida somente no efeito devolutivo na multa de duzentos e dez mil réis (...).*”

¹¹²⁴ Borges, Ob. Cit., 2007, p. 56; Cf. Carta a José Jácome Correia, Paris, 6 Março 1866, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 345-348v: “(...) *não foi tanto enriquecer, como mudar para aqui [Ilha de São Miguel] os bens das Ilhas, simplificando a Administração, e fazendo a economia do que ella ali me custa. Para realizar este projecto era preciso não só comprar aqui, mas vender nas Ilhas.*”

¹¹²⁵ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Cx. 155 [Copiador de correspondência de José do Canto (Nov. 1865-Abril 1866)] Carta de José do Canto a José Jácome Correia, Paris, 5 de Março de 1866: “(...) (fl. 330) *Era capaz de fazer sacrificios para deixar um bom estabelecimento aos meus filhos, e alguns fiz, enquanto os julguei precisos, mas desde que a Lei [Os morgadios foram extintos em Portugal no reinado de D. Luís I por Carta de Lei de 19 de Maio de 1863] os favoreceu e lhes deu um património maior do que eu nunca lhes podia grangear, seria uma loucura da minha parte de me privar dos meus gozos e comodidades só pelo desejo de possuir uma grande propriedade.*”

¹¹²⁶ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Cx. 155, [Copiador de correspondência de José do Canto (Nov. 1865-Abril 1866)] Carta de José do Canto a Ernesto do Canto, Paris, 9 de Fevereiro de 1866: “(...) (fl. 240) (...) *Arranjei um bom número de plantas económicas: nestas é mais a curiosidade do que a esperança de êxito, que me moveu ou ao menos seria necessário dirigir os ensaios de cultura por método muito diferente daquele que até agora temos seguido, e em localidades bem escolhidas e adaptadas (...).*”

vantajoso, mas que, eventualmente, só viria a surtir algum efeito “(...) *no fim de 14 anos.*” Apesar de ser um investimento a longo prazo, ainda assim, “*para quem tem filhos não é muito longo o prazo.*” Pelo que, queria “*desde já a granjear a propriedade que compro e ter assim a probabilidade de poder desfrutar ainda o fruto das minhas diligências e dos meus sacrifícios (...).*”¹¹²⁷ Apesar de não nos dizer, parte, explicar-se-á pela idade de José do Canto, idade em que, muitos, aceitando a sua inevitável mortalidade, pretendem deixar marca que lhes sobreviva. José do Canto era um homem maduro de 44 para quarenta e cinco anos de idade a residir em Paris.

Ao adquirir as propriedades do Pico Arde em 1 de Abril de 1865, não logrou de imediato a sua posse plena. Tomás Maria Bessone era o sublocador legal daqueles mesmos terrenos até 1878. Ou seja, sê-lo-ia por mais 13 anos se nada fosse feito entretanto. Por que razão? Tentaremos resumir a história. A posse do Pico Arde (bem como de outras propriedades) por parte da Casa de Soure (mais tarde, por casamento, também Redondo) remontava ao século XVII.¹¹²⁸ A capela de Nossa Senhora da Salvação na Ribeira Grande fazia parte daquele Morgadio. Completamente endividadas, em Setembro de 1842, as “(...) *casas do Redondo e Soure,*” *incapazes de cumprirem, vêm-se na obrigação de passar aos credores a administração da Casa.*” Entre os credores, destacava-se Tomás Maria Bessone.¹¹²⁹ Em 1846, Tomás Maria Bessone, como não recebesse nem o juro nem o capital do que emprestara, subloca “(...) *o arrendamento (...) dos bens e rendimentos da Casa de Soure nesta Ilha de S. Miguel (...) pelos mesmos 30 anos do contrato primordial, que hão-de ter princípio no 1.º de Janeiro de 1849 e fim no último de Dezembro de 1878.*”¹¹³⁰ Assim, José do Canto, apesar de ter adquirido o Pico Arde em 1865, ver-se-á obrigado a subalocar aquelas terras em 1868, só adquirindo o total controlo sobre elas em Março de 1878.

¹¹²⁷ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/001/002 [Cartas de 1865-1869], Carta de José do Canto ao Visconde de Santa Isabel, Ponta Delgada, 7 de Março de 1865.

¹¹²⁸ Cf. UACSD/FAM-ARA/Documentação não tratada, [Treslado do Livro do Tombo das propriedades do Conde de Soure na Ilha de S. Miguel] origina, 1651, Treslado, 1801: Propriedades nas Feteiras, terras de pasto e matos, na Grota de Santa Luzia e Serra Devassa, mais nas Capelas, Arrifes e São Roque, em Ponta Delgada. Depois concentra-se na Ribeira Grande: Pico Arde. Terras da Estrada da Vila (que vai para a Ribeira Seca para baixo) Morro. Ribeirinha. Telhal. (Terras de pão). Casas e graneis na Ribeira Grande: Graneis: rua da Praça e João do Outeiro: Casa palhoça: rua da Misericórdia. Ribeira Grande: foros a trigo. Gramas, que chamam dos Brancos. Encruzilha (?). Ribeira Seca. Bairro de Santa Luzia. Ribeira Grande. Foros a dinheiro (vários nomes). Rabo de Peixe (vários).

¹¹²⁹ Cf. UACSD/FAM-ARA/Documentação avulsa, TAB NOR, [Escritura de contrato para administração das casas de Soure e Redondo (...)], António Simão de Noronha, Lisboa, 21 de Setembro de 1842, Lisboa.

¹¹³⁰ Cf. UACSD/FAM-ARA/Documentação não tratada [Condições com que Tomás Maria Bessone subloca a Casa de Soure], Lisboa, 5 de Agosto de 1846.

Capítulo 4

O Chá e a Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense

Ernesto do Canto: “(...) a vinda destes dois homens era indispensável, porque há trabalhos na manipulação do chá que as teorias não explicam o que só a observação ocular pode ensinar.”¹¹³¹

4.1. Da decisão à contratação de quem soubesse ensinar (1873-1878)

No Verão do ano de 1872, na segunda visita que fez à Ilha de São Miguel, “o geólogo e petrologista francês especializado em vulcanismo (...) mineralogia e petrologia das rochas eruptivas,” Ferdinand Fouqué,¹¹³² resumia os conhecimentos (ou a falta deles) dos locais em relação ao chá do modo que se segue: “a cultura é fácil, não falta senão conhecer exactamente as condições em que deve realizar-se a colheita, antes de pensar em fazer a multiplicação em grande.”¹¹³³



[F. 41 - Ferdinand André Fouqué (1828-1904)]

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ferdinand_Andr%C3%A9_Fouqu%C3%A9#/media/File:Fouque.jpg

Referindo-se à Ilha Terceira, o Capitão-General dos Açores, setenta anos antes, em 1801, dissera-o por outras palavras “precisavam de um método para chegar à perfeição.” Não obstante as tentativas, conforme no-lo disse sete décadas depois Francisco Maria Supico, “(...) metiam algumas folhas tenras em garrafas, e quando estavam secas, faziam chá. Porque era amargo, não o podiam beber.”¹¹³⁴ Assim se percebe Goeze, quando, em trabalho de 1876, escreveu: “viram-se enfim obrigados a mandar vir, chins, para os encarregar dessa indústria e para instruir os habitantes da Ilha.”¹¹³⁵

¹¹³¹ Cf. BPARPD, SPAM, Registo de Correspondência, 1860-1898, 17 de Julho de 1879, liv. 23, fls. 18 v. – 19.

¹¹³² https://pt.wikipedia.org/wiki/Ferdinand_Andr%C3%A9_Fouqu%C3%A9: Ferdinand André Fouqué (Mortain, 21 de junho de 1828 — Paris, 7 de março de 1904) foi um geólogo e petrologista francês especializado em vulcanismo e na mineralogia e petrologia das rochas eruptivas.’

¹¹³³ Fouqué, Ferdinand, *Viagens geológicas aos Açores, III: As Culturas na Ilha de S. Miguel – O Mundo Orgânico nos Açores* (continuação do n.º 12), in O Cultivador, 15 de Janeiro de 1874, Ponta Delgada, p. 339; Voyages Géologiques aux Açores, Extrait de la Revue des deux mondes, Livraison du 1.ª Janvier 1873, Paris, 1873.

¹¹³⁴ Supico, Francisco Maria, *Escavações: O Chá na Ilha de S. Miguel*, A Persuasão, Ponta Delgada, 7 de Junho de 1905, p. 2; Francisco Maria Supico, Op. Cit., vol. III, ICPD, 1995, p. 1031. Ou na ligeira diferente versão do mesmo: “(...) metiam em frascos algumas folhas tenras, e quando bem murchas com elas faziam chá. Por muito acre não se podia tomar.’

¹¹³⁵ Goeze, Edmond, Ob. Cit., 1876, pp. 1127-1130.

Por que razão terão desistido de tentar? Talvez por não quererem repetir o erro recente do tabaco, em que “os curiosos começaram logo a querer fazer charutos antes de haver pessoal habilitado para os fabricar. O resultado foi o descrédito (...).”¹¹³⁶



[F. 42 - Guilherme Read Cabral (1821-1897)]
Fonte: Álbum Açoriano

Dentro deste 3.º Tempo - Espaço Imperial Português e experiências de cultura e fabrico de chá: *teoria sem prática* (c. 1860 - 1878), destaca-se ainda um período: ‘*Da decisão à contratação de quem soubesse ensinar* (1873 a 1878). Vai da Assembleia-Geral da SPAM, que acolhe o projecto do chá, até à chegada de Lau-a-Pan e Lau-a-Teng e caracteriza-se pela estreita cumplicidade/parceria da SPAM com os seus associados. Quais eram as expectativas quanto ao chá? Sendo o vinho importante no consumo e exportações da Ilha, Guilherme Read Cabral, em Julho de 1873, antes da reunião da SPAM de Novembro, estava convicto de que o chá equivaleria em importância ao vinho.¹¹³⁷ E, em Novembro daquele mesmo ano, já depois da reunião da SPAM, mostra-se confiante de o chá não ir ser “*inferior talvez à laranja*.”¹¹³⁸ O clima seria de esperança, pois, em Janeiro de 1874, o *Gardener’s Chronicle* dava conta que “a cultura do ananás na Ilha de S. Miguel tem tomado grande incremento; a última colheita realizou interesses de consideração nos mercados ingleses, sendo a sua qualidade reconhecidamente superior à dos frutos de produção estrangeira.”¹¹³⁹ As expectativas eram, pois, bastante elevadas. O chá seria mais uma aposta a tentar, porém, como o investimento na construção de estufas fora elevado (em 1874 produzia-se 40.000 ananases), presume-se que ansiassem pelo apoio da SPAM para implantar a cultura do chá.

Ainda que a conjuntura dos anos 70, não fosse tão propícia como as anteriores, a Índia Britânica (sobretudo) avançava a passos largos na cultura do chá, mesmo assim, seria favorável ao chá de S. Miguel: (p.90) (...) *Em Portugal, a média de importação do chá no quinquénio de 1866 a 1870 regulou por 215.449 quilogramas. Descontando 784 exportados,*

¹¹³⁶ *Cultura e preparação do chá*, A Estrela Oriental, Ribeira Grande, 21 de Março de 1878, p. 2

¹¹³⁷ Planta do Chá, in *O Cultivador*, 15 de Julho de 1873, Ponta Delgada, p. 183: “(...) *que este artigo [chá] venha a desempenhar um papel de consideração na nossa economia rural visto proporcionarem-se as nossas condições climatéricas, a este ramo não menos importante que o do vinho* (...)’

¹¹³⁸ *Projectada cultura e manipulação do chá nesta Ilha*, in *O Cultivador*, 15 de Dezembro de 1873, Ponta Delgada.

¹¹³⁹ Borges, Luís Manuel Agnelo, *O ananás de S. Miguel*, Tipografia do Correio dos Açores, 1953, Separata do Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores, p.4.

restam para consumo do país, 214.665 quilogramas, que dão para cada habitante a quota de 56 gramas (Relatório da Direcção Geral do Comércio e Indústria).”¹¹⁴⁰ A produção das fábricas/oficinas de Macau não constituía obstáculo intransponível: ficava longe e sem contactos directos (dependia de Hong Kong) assíduos com a Europa.



[F. 43 - Ernesto do Canto (1831-1900)]

Fonte: Catálogo do Epistolário Familiar do Arquivo Brum da Silveira – José do Canto e Catálogo do Arquivo António do Canto Brum, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1999, p.53.

A proposta que levaria a SPAM a assumir a liderança do projecto do chá na Ilha de São Miguel, antes de ser apresentada por Ernesto do Canto na Assembleia-Geral da Sociedade, a 30 de Novembro de 1873, terá sido previamente discutida entre este e o irmão José do Canto e, provavelmente, entre os irmãos Canto e alguns sócios mais influentes da Sociedade. Por que razão se admite essa possibilidade? Além de terem esse hábito, a documentação prova-o à sociedade.¹¹⁴¹ Admitindo-se que a iniciativa tenha partido dos irmãos Canto, estes terão logrado conquistar apoios de peso para a sua causa: o influente director e proprietário de *O Cultivador*, Guilherme Read Cabral, e o igualmente influente presidente da SPAM, Conde da Praia. O artigo *Planta do Chá*, retirado do *Gardener's Chronicle* e publicado em *O Cultivador* de 15 de Julho de 1873, a quatro meses de distância da proposta de Ernesto do Canto, pode ser visto como uma adesão de Guilherme Read Cabral à causa dos irmãos Canto.¹¹⁴² A proposta de reestruturação do Gabinete de Leitura da SPAM¹¹⁴³ pelo Conde da

¹¹⁴⁰ Macedo, Augusto Albano Xavier, *Breve estudo sobre o chá*, Tese inaugural apresentada e defendida perante a Escola Médico Cirúrgica de Lisboa, Julho de 1879, 3.ª Série Escola Médico Cirúrgica de Lisboa, Tipografia Nova Minerva, Lisboa, 1879, p.90.

¹¹⁴¹ A descrição de uma carta, desaparecida entre a publicação do *Catálogo das Cartas*, em 1998, (onde é descrita) e a digitalização do fundo onde pertence, em 22 de Novembro de 2006, consente admiti-lo com algum grau de razoabilidade. A descrição constante do *Catálogo*, confirmada oralmente pelo seu autor, Dr. Francisco Silveira, é: “[José do Canto] Sugere a Ernesto do Canto que na próxima reunião da Direcção da Sociedade da Agricultura se estabeleça como futuras experiências neste campo, o estudo sobre a produção de chá. (Carta de José do Canto a Ernesto do Canto, Ponta Delgada, [Entre Julho e Outubro de 1873?], cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.14/1442 RES; CF: Inventário da Correspondência de José do Canto existente na sua Livraria, Ponta Delgada, 1998, p. 79, entrada 384).

¹¹⁴² *Planta do Chá*, in *O Cultivador*, 15 de Julho de 1873, Ponta Delgada, p. 183

¹¹⁴³ José do Canto propusera logo em 1843 “[...] que houvesse um Gabinete de Leitura aberto na Quinta-feira de todas as semanas desde as 11 horas da manhã às 2 da tarde, com proibição de se poder ali falar antes d'uma hora da tarde [...] Forão convidados todos os Socios a trazerem por escripto propostas dos Livros, que julgarem dignos e proprios de se mandarem vir.” CF. Agricultor Michaelense, Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense, 20 de Outubro de 1843, n.º 1, fls. 1-3.

Praia,¹¹⁴⁴ a menos de um mês de Ernesto do Canto submeter a proposta do chá à Assembleia-Geral da Sociedade, poderá ser interpretado como uma adesão deste à mesma causa. Será, portanto, verosímil aceitar-se que a apresentação do assunto do chá à Assembleia-Geral da SPAM tenha sido objecto de discussão entre os irmãos (e membros da Sociedade) entre Julho (quando José ainda estava na Ilha) e Novembro (quando Ernesto apresentou a proposta) daquele ano.¹¹⁴⁵ Finalmente, outra prova, anos mais tarde, poucos meses após a morte de José do Canto, Loureiro, que o conheceu bem em vida e privava com quem com ele privava de perto, ao escrever o seu elogio fúnebre, comprova-o sem margem para dúvidas: “(...) José do Canto convenceu a Sociedade de Agricultura (...) de combinação com (...) outros (...)”.¹¹⁴⁶

Ernesto, ao ser incumbido da tarefa pelo irmão ausente em Paris, terá preparado previamente o caminho, avançando quando conseguiu aliados decisivos. A SPAM, além do mais, a querer sair de um período quase de letargia, precisava de uma causa forte que mobilizasse os seus membros. Por que razão terá optado pelo chá e não pelo café ou pelo vinho ou mesmo pela laranja? Na ausência de resposta dos intervenientes, talvez tal opção se tivesse ficado a dever, pelo menos em parte, à influência dos proponentes. Ernesto do Canto viria a desempenhar um papel decisivo em todo o processo, mais do que se lhe tem atribuído. Mandaria vir para si instrumentos para trabalhar o chá, viria a ser relator da comissão de acompanhamento do chá e seria o responsável pelo acerto das contas da SPAM no rescaldo da experiência do chá. José revelar-se-ia até morrer, em 1898, a figura incontornável do chá da Ilha de São Miguel. Por alturas da Assembleia-Geral de 30 de Novembro de 1873, José do Canto tinha boas plantações de chá na área do Pico Arde, na Ribeira Grande, no Porto Formoso e no Pico da Pedra: interessava-lhe aprender rapidamente a cultivar e manipular chá.

¹¹⁴⁴ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Direcção, Liv. N.º 6, 4 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887, 4 de Outubro de 1873, liv. 6, fls. 1-1v: “(...) O Sr. Presidente (Conde da Praia) chamou a atenção dessa Direcção para o estado em que se acha o edificio no qual têm lugar as sessões, notando-se sensível deterioração tanto na sala da livraria, como na loja de armazenagem e quartos de residência do contínuo (...) O Sr. Superintendente fez ver que tendo esta Sociedade uma boa colecção de livros e jornais sobre ciência e arte agrícola, que jazem desaproveitados nas estantes da sua livraria quando acompanhados de modernas publicações, que ponham essa livraria ao par do desenvolvimento que hoje se em dado aos estudos (fl. 1 v.) de agricultura e artes correlativas, muito poderão aproveitar os membros desta Sociedade, que assim terão um bom gabinete de leitura onde se achem todos os elementos do estudo de qualquer questão por isso propunha que entre os trabalhos projectados se incluíssem os necessários para a criação e organização do Gabinete de Leitura Agrícola. Assim se resolveu, bem como desde já se tomasse a assinatura de vários jornais de agricultura e horticultura, combinando-se em que fossem os seguintes: *The Farmer*, de Londres; *Journal d'Agriculture Pratique*, de Paris; *Archivo Rural*, de Lisboa.”

¹¹⁴⁵ Para uma abordagem à sua biografia, entre outras leituras, recomenda-se: Maia, Martim Machado de Faria e, A Vida operosa e meritória de Ernesto do Canto: 1831-1900, Separata *Insulana*, 1982, Ponta Delgada; Tomé, Maria Teresa, *Os Açores na Problemática da Cultura do século XIX*, Signo, Ponta Delgada, 1988. Mais recentemente: Ernesto do Canto, Retratos do Homem e do Tempo, Actas do Colóquio, Ponta Delgada, 2003.

¹¹⁴⁶ Loureiro, Augusto, *José do Canto III*, in A Actualidade, Ponta Delgada, 27 de Novembro de 1898, p. 2.



[F. 44 - Jácome de Ornelas Bruges, 2.º Conde da Praia da Vitória (1833-1889)]

Fonte: Cf. <http://www.jornaldapraia.com/noticias/ver.php?id=236>

No Domingo, dia 30 de Novembro, ao meio-dia, o Conde da Praia da Vitória, Presidente da *Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense* deu início à sessão ordinária da Assembleia-Geral. A reunião teve lugar numa sala da sede no antigo Convento de Nossa Senhora da Conceição, na Cidade de Ponta Delgada. Segundo a acta lavrada pelo secretário, Caetano de Andrade Albuquerque (na altura um jovem de 28 anos), estavam presentes quinze sócios, dos quais se consegue identificar dez: o Presidente (e Governador Civil do Distrito), Conde da Praia da Vitória; o secretário, Caetano de Andrade Albuquerque; o proponente, Ernesto do Canto; Nicolau António Borges; Bernardo Francisco de Abranches; o Barão da Fonte Bela; Guilherme Read Cabral; Francisco Jerónimo Coelho e Sousa; João Machado de Faria e Maia; Manuel Botelho de Gusmão.¹¹⁴⁷

O chá foi o assunto mais importante tratado nesta Assembleia-Geral, lançado logo a seguir à leitura e aprovação do relatório da Direcção e da apresentação do projecto para o ano económico da gerência seguinte, com início a 1 de dezembro. A que argumentos recorreu Ernesto do Canto para convencer os demais sócios? Como os presentes estivessem ao corrente do caso, eventualmente até de acordo com ele, foi direto ao assunto: “(...) *atendendo as manifestas vantagens da cultura do chá, mas considerando que a sua manipulação exige a presença de um especialista (...) que entre nós montasse o serviço da manipulação do chá.*”¹¹⁴⁸ (Vide Doc. N.º 5 – Anexo, p. 60 - A) Segue-se uma pergunta óbvia: De onde viria aquele especialista ou especialistas? A partir deste ponto, estava tudo em aberto e as opções dependeriam mais das respostas que obtivessem de fora e menos da discussão no interior da SPAM, ou seja, do montante de honorários cobrados e da brevidade da sua vinda. Ernesto, talvez a responder à pergunta feita fora da Assembleia-Geral, adianta respostas: nos territórios portugueses da Índia não seria difícil conseguir alguém, dada a significativa presença de imigrantes chineses, pelo que considerava que “(...) *oficial ou extra-oficialmente*

¹¹⁴⁷ Guilherme Read Cabral, genro de Leite Bettencourt, pioneiro do chá nas Calhetas, nascera em Inglaterra e à altura tinha 52 anos. O seu papel na difusão do chá no seu jornal *O Cultivador* seria fundamental. João Machado de Faria e Maia pertencia à outra família alegadamente pioneira do chá na Ilha. O Conde da Praia da Vitória, apesar de ser de fora, ou talvez por isso, tudo faria para agradar à influente elite de Ponta Delgada. Quem seriam os restantes? Não sabemos.

¹¹⁴⁸ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Assembleia-Geral, Liv. N.º 2, 1851 a 1887, 30 de Novembro de 1873, fls. 35-37v.

*se deveria proceder a indagação, por parte desta sociedade, a fim de se saber se poderíamos, ou se nos conviria, obter facilmente o contracto de um Chim, que entre nós montasse o serviço da manipulação do chá.”*¹¹⁴⁹ Fala-se, por enquanto, note-se no pormenor relevante, apenas de um Chin ou *coolie*.¹¹⁵⁰

Após alguma troca de informações, pretendeu-se alguns esclarecimentos adicionais: *“depois de alguma discussão, em que tiveram a palavra o Exmo. Sr. Nicolau António Borges, Dr. Bernardo Francisco Abranches e o proponente (...)”* Tudo esclarecido a contento de todos, *“foi pelo Sr. Presidente posto à votação se a assembleia resolvia ou não abraçar essa ideia, e tomar sobre si o trabalho de procurar os meios de realizar o contracto proposto. A assembleia por unanimidade resolveu encarregar-se deste negócio.”*¹¹⁵¹

Por que razão não se discutiu aí encomenda de sementes, de instrumentos, do espaço com forno e do campo experimental?¹¹⁵² Por razões meramente tácticas não convinha desde logo entrar em detalhes? Para não amedrontar a assembleia? Por desconhecimento do proponente? Por ser matéria da Direcção? Não se sabe ao certo. Mais uma pergunta: Que diriam da decisão os associados que faltaram à Assembleia-Geral? Concordariam? Ou não concordando não quiseram afrontar Ernesto do Canto e os seus poderosos aliados? Não se sabe.

O passo seguinte, não só obrigatório como decisivo na concretização da decisão de 30 de Novembro, foi dado na primeira reunião ordinária da nova Direcção eleita. Nesta reunião,

¹¹⁴⁹ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Assembleia-Geral, Liv. N.º 2, 1851 a 1887, 30 de Novembro de 1873, fls. 35-37v.

¹¹⁵⁰ <https://en.wikipedia.org/wiki/Coolie>: “The word **coolie** (also kuli, cooli, cooly, quli and koelie among other spellings), meaning a labourer, has a variety of other implications and is sometimes regarded as offensive or a pejorative, depending upon the historical and geographical context. It is similar, in many respects, to the Spanish term peon, although both terms are used in some countries, with slightly differing implications. During the 19th and early 20th century, coolie was usually a term implying an indentured labourer from South Asia, South East Asia or China.” Nota posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018: p. 186: Figueiredo, Fernando, *Os Vectores da Economia*, In História dos Portugueses no Extremo Oriente, Direcção de A. H. Oliveira Marques, Macau e Timor. Do Antigo Regime à República 3.º Volume, p. 185: “Emigração de cules e o envolvimento de Macau/ O movimento antiesclavagista e as condições especiais da China (desde uma grande concentração populacional até ao sistema político-jurídico-administrativo), predispunham muitos dos seus habitantes para aceitarem promessas de trabalho, como colonos, em regiões distantes. (...) Iniciada em 1844/45, a emigração era proibida pela China dez anos depois. Assim sendo, o não reconhecimento legal impedia a elaboração de normas reguladoras. (p.186) Mas, sem estas, abria-se o caminho aos maiores abusos e impunidades. Por outro lado, a corrupção dos funcionários chineses não ajudava à efectivação da proibição. (...) Eram os chineses de Macau – como corretores – que atraíam ao território os seus compatriotas. Daí até à montagem de uma autêntica rede de intermediários entre a numerosa população da cidade ia um passo. Os engajadores utilizavam desde a persuasão ao logro descarado ou mesmo a coacção e a brutalidade para conseguir conduzir à colónia os contingentes necessários, destinados aos navios de várias nacionalidades que, desde o porto da cidade, conduziam às colónias europeias da América, principalmente.”

¹¹⁵¹ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Assembleia-Geral Liv. N.º 2, 1851 a 1887, 30 de Novembro de 1873, fls. 35-37v.

¹¹⁵² Cf. BPARPD, SPAM, 98, Contas, 1873. Uma nota manuscrita, sem data, mas arrumada em 1873, tradução (resume) de cálculos de despesas e de produção do chá, “Supondo que um jardim contendo 2.857 plantas produz 71 libras de Amesterdão de chá, em cada dia da apanha, então a divisão do trabalho é da maneira seguinte: (...)”, admite que estivessem ao corrente.

após se haver discutido a *PhormiumTenax* (espadana) e a utilização da folha da bananeira, questões igualmente importantes, seguiu-se o chá.”¹¹⁵³ O Presidente informou a nova direcção da decisão tomada na anterior reunião da Assembleia-Geral “(...) *para se proceder o melhor meio de contractar alguém que possua as habilitações para montar nesta Ilha um processo aperfeiçoado de manipulação de chá (...).*”¹¹⁵⁴ À pergunta do Presidente acerca da forma de dar cumprimento àquela deliberação, a Direcção decidiu incumbir o Presidente (Conde da Praia da Vitória) de proceder “(...) *como entendesse, dirigindo-se às pessoas que julgasse mais competentes.*”¹¹⁵⁵

A 15 de Dezembro, *O Cultivador*, de Guilherme Read Cabral, não só divulgava como comentava as decisões das reuniões da Assembleia-Geral e da Direcção da SPAM. A nota, intitulada, “*Projectada cultura e manipulação do chá nesta Ilha*”, classifica-a de “*Importante deliberação.*” Dá-nos, igualmente, conta de pormenores relevantes: (1) - Que a direcção fora mandatada para “*contractar um especialista, - com preferência chin, que tenha algum conhecimento do português (2-) para vir ensinar o processo adoptado na China de converter a folha do chá em artigo de comércio (...).*”¹¹⁵⁶

A 15 de Janeiro de 1874, ainda em *O Cultivador*, é publicado uma tradução de um excerto das *Viagens geológicas aos Açores* do eminente cientista Ferdinand Fouqué.¹¹⁵⁷ Mais um argumento para apoiar a decisão da SPAM. Mais uma acção de divulgação.



[F. 45 - Januário Correia de Almeida (Visconde de São Januário (1829-1901))
Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Janu%C3%A1rio_Correia_de_Almeida

¹¹⁵³ Guilherme Read Cabral, que defendera, defendia e defenderia o chá, ainda antes de se falar no chá, mais tarde vê-lo-emos, entre outros, com José do Canto, a promover o *PhormiumTenax* (espadana), lançou uma nova sugestão sobre “(...) *o aproveitamento do tronco das bananeiras (...) pela qual, segundo informação dadas pelo importante jornal inglês TheGardener’sChronicle, se pode obter nos mercados da Inglaterra 45E esterlinas por tonelada (...).*” Para uma comissão “*foram nomeados os Srs. Dr. Guilherme Machado de Faria e Maia, Manuel Botelho de Gusmão e Benjamim Chaves; e resolveu-se que fosse autorizada aquela despesa.*” Era preciso diversificar, aproveitar todas as possíveis fontes de rendimento.

¹¹⁵⁴ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Direcção, Liv. N.º 6, 10 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887, 11 de Dezembro de 1873, liv. 6, fls. 4-6.

¹¹⁵⁵ Idem.

¹¹⁵⁶ Projectada cultura e manipulação do chá nesta Ilha, in *O Cultivador*, 15 de Dezembro de 1873, Ponta Delgada, p. 322

¹¹⁵⁷ Fouqué, Ferdinand, *Viagens geológicas aos Açores, III: As Culturas na Ilha de S. Miguel – O Mundo Orgânico nos Açores* (continuação do n.º 12), in *O Cultivador*, 15 de Janeiro de 1874, Ponta Delgada, p. 339; VoyagesGeologiquesaux Açores, Extrait de la Revue des deux mondes, Livraisondu 1.º Janvier 1873, Paris, 1873.

Para encontrara proposta mais favorável, o Presidente da Sociedade enviou cartas para Macau (cujo Governador, ao tempo, era Januário Correia de Almeida, Visconde de S. Januário), para a Índia (ao cônsul de Portugal, na cidade de Calcutá), para Hong Kong (ao cônsul de Portugal), para o Japão (cônsul em Kanagawa),¹¹⁵⁸ e para o Brasil (ao conselheiro e ministro português Matias de Carvalho, no Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas Gerais e cidade de Paranaguá).¹¹⁵⁹ É pouco provável que o tivesse feito sem conhecimento directo ou indirecto dos destinatários e é possível, até, que conhecesse o visconde de S. Januário e os restantes a quem se dirigiu. Além do mais, alguns dos membros da SPAM, entre os quais José Canto, a julgar pelo conteúdo das suas livrarias, estariam a par do “*quem é quem*” do chá mundial.¹¹⁶⁰ Competiria aos governadores, onde quer que estivessem, colaborar com os colegas.

A 24 de Agosto de 1874 o presidente levou à reunião da direcção as respostas entretanto recebidas: A do cônsul em Calcutá foi de “*que ali seria possível obter-se homem habilitado para o serviço que se quer, mas em condições exageradamente onerosas, como por exemplo casa montada, e com criados pagos, um salário que poderia ser de 1000 libras esterlinas por ano, e nunca inferior a 500 libras para um indivíduo de habilitações menos perfeitas, e outras exigências que poderão ser aceitáveis para a faustosa vida da Índia inglesa, mas que entre nós se tornam inexequíveis.*”¹¹⁶¹ Era bastante caro e ficou logo fora dos planos da SPAM. Quanto

¹¹⁵⁸ A livraria de José do Canto, que existe na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, tem o 1.º Volume de Félix Brotero (JC/A AR.4 A/398-399 RES: Brotero, Felix Avellar (1744-1828), *Compendio de Botanica ou noções elementares desta sciencia segundo os melhores escritores modernos expostas na lingua portugueza*, “(p.362) Capítulo XXXIX: *Descrição histórica da Árvore do Chá*, Paris: Paulo Martin, 1788, Tomo Primeiro, pp. 362-427.). O que, pelo facto de nele se tratar abundantemente do chá do Japão, poderá quererá dizer que esta foi uma via de conhecimento do chá do Japão.

¹¹⁵⁹ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Direcção, 10 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887, 24 de Agosto de 1874, liv. 6, fls. 9v-11. Nota posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018: Se à altura, provavelmente, haia no Brasil, Chineses que fabricavam chá no Brasil ou Brasileiros que já o faziam, falando ou percebendo Português, por que razão os técnicos de chá vieram de Macau e não do Brasil? Ficava mais perto. Não sei.

¹¹⁶⁰ Quatro exemplos, de bibliografia sobre o chá, cultura e manufactura, e geografia mundial dos locais de cultivo, todos até à década de quarenta. Um da experiência Portuguesa no Brasil, dois anglófonos e um francófono: Sacramento, Leandro do, *Memória económica sobre a preparação do chá*, Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1825; Griffith, William, *Report on the tea plant of Upper Assam*, 1840; Houssaye, J. G. - *Monographie du thé description botaniquetorréfaction composition chimique proprietes hygiéniques de cetteteuille...* / Paris: Imprimerie de H. Fournier, 1843; Ball, Samuel - *An account of the cultivation and manufacture of tea in China from personal observation during an official residence in that country from 1804 to 1826...* / London: Longman Brown Green and Longmans, 1848.

¹¹⁶¹ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Direcção, 10 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887, 24 de Agosto de 1874, liv. 6, fls. 9v-11; Nota posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018: erro na transcrição ou do original, a nota refere o Governador do Ditrito de Angra do Heroísmo e não o de Ponta Delgada. Vejamos: Cf. Figueiredo, Fernando, *Os Vectores da Economia*, In *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, Direcção de A. H. Oliveira Marques, Macau e Timor. Do Antigo Regime à República 3.º Volume, p.406: “(...) *Já em 1874, o Governador de Macau enviava ao Governador Civil de Angra do Heroísmo (Terceira - Açores) informações pormenorizadas acerca da cultura do chá, onde referia a possibilidade de recrutar na colónia quatro chineses entendidos no assunto, despesas a suportar com a sua deslocação e permanência e instrumentos necessários.* (Nota 281) (Cf. A.H.U, Macau-Timor, Pasta 45, Capilha 5) *A iniciativa resultava de uma incumbência que lhe havia sido feita e que parecia reflectir a intenção de se desenvolver esta cultura nos Açores.*’ Aguardo confirmação do citado AHU.

às respostas dos cônsules em Hong-Kong e em Kanagawa e do Conselheiro Matias de Carvalho, o Presidente comunicou: *“umas mostram a impossibilidade de se contratar vantajosamente, outras a de se poder tirar proveito de um contrato feito naquelas localidades.”*¹¹⁶² Portanto, também estariam fora de questão.¹¹⁶³

Das respostas obtidas, *“os esclarecimentos prestados pelo sr. Visconde de S. Januário (foram) os mais minuciosos.”* Sete meses depois, o Governador de Macau respondia ao seu homólogo de Ponta Delgada: havia gente (no mínimo) apalavrada para vir a São Miguel: *“os chinas engajados obrigam-se a dirigir as plantações do chá, e a ensaiar o seu cultivo e preparação,”* no entanto, *“eles indicam a necessidade de trazer sementes do chá e os instrumentos precisos para os trabalhos, o que aumentará um pouco mais, mas com vantagem (...).”*¹¹⁶⁴

Quem seriam estes chineses, aparentemente, já apalavrados? São Januário estaria a aguardar a decisão da SPAM para finalizar as contratações? Não resistimos a pensar se, entre os quatro chineses aí referidos, não estariam Lau-a-Pan e Lau-a-Teng. Eram homens que trabalhavam na indústria do chá em Macau? Em 1880, o Visconde de São Januário, que fora Governador de Macau, ao intervir no Parlamento, aludia ao facto de que *“Macau prepara o chá, manipula-o em grande quantidade, e é esta uma das principais indústrias dessa nossa possessão.”*¹¹⁶⁵ Foi daí que vieram? Ou teriam apenas experiência fora de Macau? Em bom rigor, apesar de ser provável que tenham vindo de Macau, não se sabe.

Dando conhecimento aos restantes membros da direcção presentes, Guilherme Machado, Guilherme Read Cabral e o secretário Caetano de Andrade de Albuquerque, após ponderadas as respostas recebidas, *“(...) vendo-se a conveniência de reunir as condições de um bom contrato às prescrições da máxima economia, e tendo em vista que da China é que pode esperar-se que venham especialistas mais versados nos trabalhos relativos à cultura do chá, ali mais desenvolvida e apurada do que em qualquer outra parte (...),”* a direcção considerou a proposta de Macau a mais aceitável.¹¹⁶⁶

¹¹⁶² Idem.

¹¹⁶³ Porquê Hong Kong? Era uma forma de chegar a Macau? Se não foi, rapidamente, ficou Macau no radar. Sinal de que Hong Kong não teria fábricas/oficinas como dispunha Macau? Não tenho dados para confirmar ou discordar

¹¹⁶⁴ CF. BPARPD, SPAM, Actas da Direcção, 10 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887, 24 de Agosto de 1874, liv. 6, fls. 9v-11

¹¹⁶⁵ Câmara dos Pares, 25 de Maio de 1880, p. 785; Visto em 22 de Abril de 2015; <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cp2&diary=a1880m05d25-0785&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=>; Nota posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018: José Alberto Corte Real, confirma-nos, após escrupulosa inquirição documental, para 1870-1879: “(...) (p. 9) (...) a contribuição paga por aqueles estabelecimentos (...), que eram 16 e não 15 somente as fábricas de torrar chá (...).” Corte Real, José Alberto, Ob. Cit., 1879, p.13.

¹¹⁶⁶ CF. BPARPD, SPAM, Actas da Direcção, 10 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887, 24 de Agosto de 1874, liv. 6, fls. 9v-11

Posto isto, tudo ficaria a depender da decisão final da Assembleia-Geral. Esta reuniu-se a 26 de Outubro, dois meses após a reunião da Direcção de 24 de Agosto. Porquê só então apesar da pressa do projecto? É provável que parte ou a maioria dos sócios se encontrasse fora de Ponta Delgada, a banhos nas Furnas ou a dirigir as suas lavouras. Nesta reunião (26 de Outubro de 1874), além do Presidente, encontravam-se presentes o secretário Manuel Hintze Ribeiro,¹¹⁶⁷ José do Canto, Ernesto do Canto, o Conselheiro Coelho e Sousa e o Barão de Fonte Bela. No que respeitava à contratação dos especialistas, Ernesto do Canto propunha a vinda de apenas um Chinês e por um período não inferior a seis meses e não superior a um ano.¹¹⁶⁸

A Direcção decidira-se pela solução chinesa, mas o Japão ainda não fora posto completamente de parte por alguns sócios. A este respeito, o *“Conselheiro Coelho e Sousa propôs que se instasse pelas informações já pedidas do Japão, quanto ao preço por que poderia vir um homem habilitado a ensinar a cultura e manipulação do chá.”* Opinião contrária teve o Barão de Fonte Bela, que preferia *“a proposta relativa à China abandonando-se a do Japão, caso da China viesse uma resposta favorável (...)”*. O assunto ficou, assim, encerrado.

Ernesto do Canto insistiu *“que se mandasse vir quanto antes o China (...) muito embora se houvesse para isso de lhe pagar a passagem num navio mercante visto que o tempo próprio para a manipulação do chá é o que decorre de Março a Outubro.”* Ernesto do Canto, no que teria o apoio do irmão presente, pediu ainda *“que a Direcção declarasse qual a quantia que deliberará aplicar à vinda dos Chinas e bem assim quais os donativos dos sócios para esse fim (...)”*. Fonte Bela aderira ao projecto, *“lembrando para esse efeito a conveniência de se promover uma subscrição pelos sócios a fim de se acudir às necessárias despesas se os fundos da Sociedade não bastassem.”*¹¹⁶⁹

Para evitar futuros atrasos, da Direcção ou da Assembleia, José do Cantopropôs a criação de uma comissão para, juntamente com a direcção, tratar dos assuntos respeitantes ao chá, tendo Jácome Correia e o Barão da Fonte Bela referido *“(...) a oportunidade de se empreender no entanto alguns estudos e experiências sobre o fabrico do chá.”* Neste sentido, a Assembleia-

¹¹⁶⁷ Dias, Fátima Sequeira, *Manuel José Ribeiro: o pai de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro*, in Hintze Ribeiro (1849-1907) Da Regeneração ao crepúsculo da Monarquia, Actas do Colóquio evocativo do 1.º Centenário da sua morte, Angra do Heroísmo, 2010, pp. 209-265; Correia, Manuel de Melo, os Hintzes, algumas notas genealógicas sobre um ramo desta família passado a Portugal no século XVIII, Lisboa, 1964.

¹¹⁶⁸ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Assembleia-Geral, Liv. N.º 2, 1851 a 1887, 26 de Outubro de 1874, fls. 39-40v.

¹¹⁶⁹ Idem.

Geral decidiu nomear para esta comissão o Conselheiro Coelho e Sousa, Ernesto do Canto e Carlos [Maria Gomes] Machado.”¹¹⁷⁰

Nove dias depois, a 4 de Novembro, a Assembleia-Geral reuniu com a presença do Conde da Praia da Vitória, Guilherme Read Cabral, o Dr. Guilherme Machado, Manuel Hintze Ribeiro e o secretário Caetano de Andrade Albuquerque. Diz-se e ficou exarada na acta que a 26 de Outubro a assembleia-geral deliberara “*em última instância a momentosa questão da cultura do chá n”este distrito sobre a qual esta direcção assentou nas conclusões que constam da acta da sua sessão de 24 de Agosto (...).*”¹¹⁷¹ Nela fora nomeada “*uma comissão executiva composta pela direcção da sociedade e dos Excelentíssimos Senhores Conselheiros Francisco Jerónimo Coelho e Souza e Dr. Ernesto.*” Concordando com Ernesto do Canto, resolveu que se “*procedesse às negociações necessárias para a consecução do fim projectado.*”¹¹⁷²

Parecem existir razões explícitas e implícitas para optar por Macau. Entre as primeiras, além das apontadas pela Direcção da SPAM, poder-se-ia acrescentar as vantagens de mão-de-obra mais barata e de entenderem português. Entre as implícitas, Macau, como território do Império Colonial Português, administrado por portugueses, em princípio, seria de mais fácil contacto oficial: o Visconde de São Januário, um amigo, estudioso da flora, era governador de Macau. Há também na escolha laivos de patriotismo: Portugal fora pioneiro no chá, no conhecimento, comércio e fabrico (no caso o Brasil). Poderia, eventualmente, haver outro motivo: os Açores, agora que o Brasil se separara de Portugal, seriam o novo local do chá em território português? E em ligação com Macau?

Quando foi enviada para Macau a decisão da Assembleia-Geral da SPAM de 26 de Outubro de 1874? Só pode ter seguido para Macau em data posterior a 4 de Novembro. Não obstante a urgência, passara um ano. A 30 de Novembro de 1875, dois anos exactos após as primeiras decisões tomadas por aquela, o balanço do Relatório da Direcção da SPAM, de 1873-1874, apresentado à Assembleia-Geral, apontava apenas para o cumprimento de uma das duas tarefas.¹¹⁷³

Nesta delonga, apontava-se o dedo à alegada falta de empenho do Governador Civil, Conde da Praia. Por duas ou três vezes, este viu-se na obrigação de apresentar justificações: no

¹¹⁷⁰ Idem.

¹¹⁷¹ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Direcção, 10 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887, 4 de Novembro de 1874, liv. 6, fls. 12v-14.

¹¹⁷² Idem.

¹¹⁷³ Cf. BPARPD, SPAM, Relatório da Direcção da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense apresentada à Assembleia Geral em 31 de Janeiro de 1876. Ponta Delgada, [s.n.] [s.d.]

relatório de 1875 (apresentado em Janeiro de 1876), apresentado no último dia do mês de Janeiro de 1876, fizera-o perante a Assembleia-Geral, onde alegava, em sua defesa, que por duas vezes enviara cartas sem delas ter obtido resposta.¹¹⁷⁴ Como prova do que afirmava, oito meses antes, perante a direcção, reunida a 16 de Setembro de 1876, havia exibido o ofício do Governador de Macau de 15 a Junho “(...) *accuzando a recepção dos Offícios desta Direcção acerca da vinda dos Chins e sementes.*”¹¹⁷⁵ Ao ler uma nota publicada em *A Persuasão*, do dia 13 de Dezembro de 1876, por Francisco Maria Supico, o Conde da Praia da Vitória terá presumido, erradamente, poder respirar de alívio. Aquela nota, lida nas entrelinhas, pode ter outra leitura: “*O sr. Governador civil tem procurado obter todos estes esclarecimentos satisfazendo a empenho próprio e ao da sociedade de agricultura micaelense de que é presidente, que muito se interessa em introduzir a indústria de cultura e preparação do chá nesta Ilha.*”¹¹⁷⁶ Em Abril de 1877, mantinha-se a pressão sobre o Presidente da SPAM.¹¹⁷⁷ Em Janeiro de 1878, em *O Diário do Comércio*, de Lisboa, com ligações ao *A Persuasão*, de Supico, acusa-se indirectamente o Conde de ser politicamente irrelevante.¹¹⁷⁸

As razões eram (também) outras. Recorre-se à explicação dada na Assembleia-Geral de 31 de Janeiro de 1876: “*os ciclones que duas vezes devastaram aquela longínqua possessão.*” O que teria, de acordo com o relatório, “*sem dúvida atraído todas as atenções do novo governador.*” O que, continuava o relatório, “*explicam talvez o silêncio.*”¹¹⁷⁹ Macau sofrera a devastação de dois poderosos tufões (ciclones), um enorme em 1874 e um de menor dimensão em 1875. Antes ainda de a SPAM ter escolhido Macau (Novembro de 1874), e portanto antes de as cartas para Macau aí terem chegado, foi atingido por um tufão.¹¹⁸⁰ No caso de ter recebido as cartas, dificilmente o Governador Civil de Macau poderia satisfazer o pedido dos Açores naquele contexto de catástrofe:

¹¹⁷⁴ Idem.

¹¹⁷⁵ Cf. BPARPD, SPAM, Atas da Direcção de 1873-1887, Livro nº 6, Sessão de 16 de Setembro de 1876, fls. 36v-38.

¹¹⁷⁶ *A Persuasão*, Ponta Delgada, 13 de Dezembro de 1876

¹¹⁷⁷ Cf. BPARPD, SPAM Atas da Direcção de 1873-1887, Livro nº 6, Sessão de 26 d’Abril de 1877, fls. 40v-42: “(...) *Participou o mesmo Exmo. Presidente, que renovara suas instâncias ao Governador-geral de Macau, sobre a requisição dos Chins para o fabrico do chá, e sobre as sementes que em tempo se resolveu pedir d’aquella colónia.*”

¹¹⁷⁸ *Diário do Comércio*, Lisboa, Janeiro de 1878; Francisco Maria Supico, *As Escavações*, vol. III, 1995, p. 1026: “*O presidente da sociedade que era o governador civil do distrito, o sr. Conde da Praia da Victória, escreveu para Macau e não sabemos se fez interessar nisto o respectivo ministro da marinha, pedindo informação para contratar dois chinos preparadores.*”

¹¹⁷⁹ Cf. BPARPD, SPAM, Relatório da Direcção da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense apresentada à Assembleia Geral em 31 de Janeiro de 1876. Ponta Delgada, [s.n.] [s.d.], fl. 3.

¹¹⁸⁰ *Em tempo de tufões, Exposição de Documentos Históricos de Macau*, Instituto Cultural, do Governo da R. A. E., Macau, 2014; Cf. http://edocs.icm.gov.mo/AH/exhibitions/2014/The_times_of_Typhoon_final0812.pdf: “(...) (p.10) (...) *Da noite de 22 à madrugada de 23 de Setembro de 1874, um tufão violento atravessou a foz do Rio das Pérolas causando grandíssimas perdas, designado na história por Calamidade do Tufão de 1874. Os ventos violentos, as ondas enormes e os incêndios danificaram um número incalculável de prédios e de infra-estruturas, 2,000 embarcações de pesca e mercantis naufragaram. Cerca de 5. 000 pessoas morreram, 3. 600 na Península de Macau, 1,000 na Taipa e 400 em Coloane, e perderam-se bens cujo valor atingiu 2 milhões de moedas de prata.*”

Na hipótese, pouco provável, de a normalidade ter sido entretanto reposta, no ano seguinte, abateu-se nova catástrofe sobre Macau, ainda que de menor dimensão: “(...) *um outro tufão arrastou mais de 140 embarcações e danificou quase 20 edifícios, incluindo o Palácio do Governo.*”¹¹⁸¹ O novo Governador, José Maria Lobo de Ávila (7 Dezembro de 1874 – 30 de Dezembro 1876) - escapara por uma unha negra com vida, sendo o palácio do Governador destruído. Como poderia satisfazer o pedido dos Açores?

Além destas catástrofes naturais, houve outros contratempos: mudanças de governadores. O Visconde de São Januário (governador de 23 de Março de 1872 a 7 de Dezembro de 1874), conhecido da SPAM e interessado no chá, saiu pouco depois do tufão, sendo então nomeado Ministro Plenipotenciário na China, Japão e Sião.¹¹⁸² José Maria Lobo de Ávila, seu substituto, um desconhecido para a SPAM, estava a braços com a reconstrução de Macau. Aliás, Lobo Ávila, mesmo que quisesse, não teria tido tempo e, na hipótese de ter pretendido, pouco poderia fazer no meio da devastação geral do tecido produtivo local: havia que fazer o levantamento dos estragos, comunicar para Lisboa, empregar-se na resolução das questões. É provável que, mercê das suas preciosas ligações, em outras circunstâncias, tivesse satisfeito o pedido da SPAM. Lobo Ávila não deu sinal de querer avançar, porventura aguardando instruções de Lisboa. Só assim se percebe que, na reunião da Assembleia-Geral da SPAM de 29 de Março de 1876, o Conde da Praia da Vitória comunicasse à reunião que “(...) *tinha ultimamente [não precisa quando] pedido ao Exmo. Ministro dos Negócios da Marinha para S. E.^a (...) se digne convidar o Governador de Macáo a auxiliar esta Sociedade, no propósito de fazer vir dois practicos chins que ensinem a preparar a folha do Chá.*”¹¹⁸³ Aparentemente, a diligência terá surtido efeito já que, decorridos três meses, por um ofício de 15 de Junho de 1876 de Lobo de Ávila, ficamos a saber que instruíra “*o Major de Engenharia Augusto César Supico de coleccionar tudo quanto houvesse acerca da cultura e fabrico do chá para ser enviado a esta Sociedade, devendo vir as sementes logo que se oferecesse oportunidade.*”¹¹⁸⁴ Ainda assim, delegava o empenho.

¹¹⁸¹ Botas, João, Terra dos tufões, 2014, <http://jtm.com.mo/opinio/terra-de-tufoes/>; <http://macauantigo.blogspot.pt/2009/04/tempestades-tropicais-tufoes.html>: “(...) *Mais de um século depois, em 1874 (ver post) este 'título' seria destronado. Em 1875 um outro tufão arrastou mais de 140 embarcações e danificou quase 20 edifícios, incluindo o Palácio do Governo. O governador, Maria Lobo de Ávila escapou por pouco.*” Oliveira, João Carlos, *Sociedade e Quotidiano*, In História dos Portugueses no Extremo Oriente, Direcção de A. H. Oliveira Marques, Macau e Timor. Do Antigo Regime à República 3.^o Volume, pp. 359, 361-2.

¹¹⁸² https://pt.wikipedia.org/wiki/Janu%C3%A1rio_Correia_de_Almeida#Governo_de_Macau_e_de_Timor

¹¹⁸³ Cf BPARPD, SPAM Atas da Assembleia Geral, 27 Fevereiro 1851 – 1882, Livro nº 2, Acta da Sessão de 29 de Março de 1876, Fls. 45v -46

¹¹⁸⁴ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Direcção, 10 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887, 16 de Setembro de 1876, liv. 6, fls. 37-37v.

Em 1876, Lobo de Ávila só avançara mediante instruções do Ministro da Marinha. Na reunião de Direcção de 26 de Abril de 1877: “(...) participou o mesmo Exmo. Presidente, que renovara suas instâncias ao Governador-geral de Macau [já era Carlos Eugénio Correia da Silva], sobre a requisição dos Chins para o fabrico do chá, e sobre as sementes que em tempo se resolveu pedir d’aquella colónia.”¹¹⁸⁵ O novo Governador de Macau (1876 a 1879) era Regenerador, tal como José do Canto.¹¹⁸⁶ Ele iria, já com a situação estabilizada e com a valiosa ajuda de César Supico, satisfazer o pedido da SPAM. Recebera instruções do seu superior hierárquico? Quem o seria a nível nacional? No período em que o Governador de Macau se empenhou a sério no chá, era Presidente do Conselho de Ministros (de 5 de Março de 1877 a 29 de Janeiro de 1878) o Marquês de Ávila e Bolama.¹¹⁸⁷ Terá havido algum empenho dele? O representante local a nível nacional era Pedro Jácome Correia, primo de José do Canto, irmão de José Jácome Correia. Em 1878 é a ele que se manda “duas latas com chá dizendo-lhe que delas fizesse o uso que intendesse a fim de obter do Governo um subsídio para esta Sociedade (...)”. Além disso, o irmão José Jácome tem plantações de chá em 1866. E, por último, Pedro Jácome Correia irá ter igualmente chá.¹¹⁸⁸

Não terão sido, pelos vistos, apenas os tufões de 1874 e de 1875 os responsáveis pelo atraso. Há culpa na demorada actuaçãoda SPAM quanto à resposta a São Januário; depois, existem os casos da substituição de São Januário por Lobo Ávila, que não terá pretendido avançar sem receber instruções da metrópole; por fim, houve também as mudanças de Presidentes de Conselho de Ministros.

Além desses obstáculos, existiu um outro de monta: a estrutura laboral dos grémios de Macau. Em 1876, no tempo ainda de Lobo de Ávila, estando Augusto César já a colaborar em Macau com a SPAM, este último aponta o dedo: “(...) não querem que saia do seu país (...) a não ser por um preço [elevado] (...)”.¹¹⁸⁹ E não quereriam, também, especula-se, porque

¹¹⁸⁵ Cf. BPARPD, SPAM, Atas da Direcção de 1873-1887, Livro nº 6, Sessão de 26 de Abril de 1877, fls. 40v-42.

¹¹⁸⁶ Santos Júnior, João Júlio Gomes dos, *O Conde de Paço D’Arcos: Um diplomata, um militar, um político, no início da República brasileira*, ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009, p. 2, CF. <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0698.pdf>: “Em 1876, Carlos Eugénio, que já havia entrado para política portuguesa a partir da deputação na Câmara dos Deputados pelo Partido Regenerador, foi nomeado Governador de Macau e Timor. Permaneceu nesse posto durante três anos, e nesse período, foi feito Visconde de Paço D’Arcos. Em 1879, Carlos Eugénio adoeceu gravemente e foi retirado da administração de Macau e Timor.”

¹¹⁸⁷ <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/chefes-de-governo/chefes-de-estado.aspx>. o Açoriano, do Faial, Marquês (depois Duque) de Ávila e Bolama.

¹¹⁸⁸ Para nos situarmos, lembremo-nos que o Presidente do Conselho de Ministros, antes e depois de Ávila, foi António Maria de Fontes Pereira de Melo (de 13 de Setembro de 1871 a 5 de Março de 1877 e de 29 de Janeiro de 1878 a 1 de Junho de 1879).

¹¹⁸⁹ Cf. BPARPD, SPAM Atas da Direcção de 1873-1887, Livro nº 6, Sessão de 6 de Junho de 1876, fls. 35v-36v; CF. BPARPD, SPAM Atas da Assembleia-Geral, 27 Fevereiro 1851 – 1882, Livro nº 2, Programa e Regulamentos gerais para todos os Expositores pela Comissão Centra e Directora da Exposição – Inter-Insular, de 14 de Junho de 1876, fls. 53v-61.

estando Macau a reconstruir-se da devastação de tufões,¹¹⁹⁰ e estando a enfrentar graves problemas com o chá fabricado nas suas oficinas/fábricas, sendo o chá uma fonte principal de riqueza, não desejariam abrir mãos à concorrência. Não conviria, igualmente, ao governador, numa situação tão delicada, alienar o concurso da população chinesa local organizada em Grémios.¹¹⁹¹ Provavelmente. Uma outra explicação para o atraso, poderá radicar no facto de o Governador, em 1873, ter enviado informação para Lisboa e aguardar instruções dali sobre a contratação de chineses.¹¹⁹² O que viria suceder a partir de 1874.¹¹⁹³

Retomando o fio à meada. Os grémios, não sendo propriamente guildas/corporações, revestiam-se de aspectos semelhantes. Não se sabe se esse grémio/guilda com jurisdição em Macau ficava ou não em Macau ou em cidade próxima. Eram reconhecidas pelos governos locais, onde se poderá, eventualmente, incluir Macau. E no que nos interessa, do ponto de vista economic “(...) *they regulated wages and prices and tried to secure monopolies in their territories by inclusion of all the actors in the trade. (...) Other important tasks were to secure access to raw materials and the training of the labour force.*”¹¹⁹⁴

Haveria ainda outra razão, não confessada publicamente, que diria respeito ao carácter dos Chineses. É Francisco Supico quem o escreve: “*na China uma grande emigração, é ela de gente sem préstimo e das mais depravadas. Homens de mérito nem carecem muito de procurar vida em países estrangeiros, e nem são dotados de carácter aventureiro que os decida ao longo percurso e aos acidentes das viagens (...).*”¹¹⁹⁵ Daí, talvez, decorra a avaliação posterior da menor aptidão técnica de Lau-a-pan e Lau-a-teng? Terão sido os melhores possíveis?

¹¹⁹⁰ Oliveira, João Carlos, *Sociedade e Quotidiano*, In História dos Portugueses no Extremo Oriente, Direcção de A. H. Oliveira Marques, Macau e Timor. Do Antigo Regime à República 3.º Volume, p. 362. Ainda em 1898, Adolfo Loureiro, dizia: “*são numerosas em Macau as ruínas que se encontram por toda a parte. Os tufões, e como consequência deles, os incêndios, têm destruído meia cidade. Os edifícios não são reconstruídos, e as suas ruínas ali ficam atestando a nossa decadência, e comunicando a sua melancolia e tristeza a quem visita Macau.*”

¹¹⁹¹ Corte Real, José Alberto, Ob. Cit., 1879.

¹¹⁹² Figueiredo, Fernando, *Os Vectores da Economia*, In História dos Portugueses no Extremo Oriente, Direcção de A. H. Oliveira Marques, Macau e Timor. Do Antigo Regime à República 3.º Volume, p. 186: “(p.187) *O Governador de Macau, em princípios de 1873, fazia chegar ao governo de Lisboa, as preocupações relacionadas com os eventuais reflexos na colónia da decisão das autoridades inglesas acerca da não participação de Hong Kong no tráfico. [Dizia assim]: (o Ministro das Colónias da Grã-Bretanha recomendava ao Governador de Hong Kong um projecto de lei que proibiria aos habitantes da colónia, com reflexos em Macau) qualquer intervenção directa ou indirecta no negócio da emigração chinesa que se faz pelo porto de Macau, quer seja no equipamento e fornecimento de navios, quer seja por outro modo.*”

¹¹⁹³ Idem, p. 190: “(...) *A emigração passou a regular-se, a partir de então, com base em contratos entre a China e os governos peruano e espanhol de Cuba, em 1874 e 1878. De acordo com estes convénios, os Chineses, sós ou em companhia de suas famílias, podiam emigrar para a América, contando que fosse da sua livre e espontânea vontade, sem necessidade de celebrar qualquer contrato. Apenas havia que registar o nome junto do intendente da alfândega e aí solicitar um passaporte. A emigração livre parecia criar expectativas interessantes também em Macau. Em Janeiro de 1883 (...).*”

¹¹⁹⁴ Os governos locais, para alguns investigadores, terão intensificado o controlo destes grémios depois das Guerras do Ópio.

¹¹⁹⁵ *A Persuasão*, Ponta Delgada, 9 de Janeiro de 1878; Francisco Maria Supico, *As Escavações*, vol. III, 1995, p. 1025.

Em resumo, pelas circunstâncias referidas, não obstante os esforços, a SPAM continuava sem especialistas no chá. Será essa a nota principal do Relatório que a Direcção apresenta à Assembleia-Geral em 31 de Janeiro de 1876.¹¹⁹⁶



[F. 46 - Carlos Eugénio Correia da Silva (1834-1905)]

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Eug%C3%A9nio_Correia_da_Silva

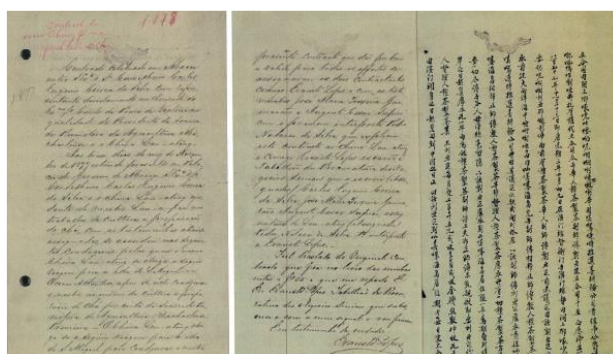
Como fazer face ao incontestável impasse da situação? Conhecem-se duas respostas. Uma, dir-se-ia, oficial e transparente, seria conduzida pelo Presidente mandatado da SPAM, Conde da Praia da Vitória, outra, paralela e sub-reptícia, conduzida pelos irmãos Ernesto e José do Canto com o apoio dos irmãos Francisco Maria Supico e César Augusto Supico,¹¹⁹⁷ talvez incluindo Ávila e Bolama e Pedro Jácome. A segunda pressionou os poderes. Porém, ambas provaram, no final, a sua utilidade.

César Supico fora para Macau para apoiar a reconstrução daquela cidade devastada. Supico, como sócio pagante da SPAM e leitor do jornal do irmão, *A Persuasão*, estaria ao corrente do projecto do chá. Além do mais, conhecia Macau e conhecia o terreno fora das secretárias do palácio do Governador e viajava pelo interior da China. A SPAM ficara impressionada com o desempenho de Augusto César quando lhe pedira sementes e plantas de chá, e, na reunião de 2 de Julho de 1875, “*por proposta feita por mim secretário (Ernesto do Canto), deliberou-se escrever ao sr. Augusto César Supico, major de engenharia e director das (p.987) obras públicas em Macau, rogando-lhe queira coadjuvar esta sociedade no empenho de contratar um ou dois chins que venham a S. Miguel ensinar a manipular a folha do chá (...).*” O convite a César Supico fora feito em duas ocasiões distintas. Uma primeira, antes de 5 de Junho de

¹¹⁹⁶ Cf. BPARPD, SPAM Atas da Assembleia Geral, 27 Fevereiro 1851 – 1882, Livro nº 2, Acta da Sessão de 31 de Janeiro de 1876, fls. 44v – 45; Relatório da Direcção da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense apresentada à Assembleia Geral em 31 de Janeiro de 1876. Ponta Delgada, [s.n.] [s.d.], Quem era Augusto César Supico? *A Ideia Nova*, jornal de Angra do Heroísmo, dizia dele o melhor possível: “(...) a vontade dos micaelenses encontrou um cooperador valioso e dedicado. Augusto César Supico é o nome de um simpático moço, que depois de ter feito uma carreira brilhante nas escolas superiores, foi promovido a major de engenharia para Macau, em 1874, quando um terrível tufão destruiu a velha cidade Portuguesa. Este esclarecido cavalheiro, irmão do muito prezado redactor da importante folha micaelense *Persuasão*, pôs todo o seu valimento à disposição da sociedade de agricultura micaelense e a ele se deve o contrato feito com dois chineses (...).” (*A Ideia Nova*, Quinta-Feira, 14 de Março de 1878, Folha Insulana do Partido Liberal, Angra do Heroísmo, pp. 1-2.)

1875, feita de forma não oficial.¹¹⁹⁸ Uma segunda, depois de 5 de Junho de 1875, em que se lhe pedia oficialmente ajuda (coadjuvar o Governador José Maria Lobo de Ávila) na contratação dos Chineses, e aquisição de sementes, plantas de chá e instrumentos de trabalhar o chá.

O mesmo Ernesto alvittrara igualmente que, no entendimento de que César Supico não tinha poder para remover os obstáculos e dependia do Governador, se pedisse igualmente de novo ajuda ao Governador Civil de Macau. Aliás, como antes se procedera com o Visconde de São Januário.¹¹⁹⁹ Não obstante os esforços concertados, em finais de Janeiro de 1876, nem César nem os governadores, obstaculizados ainda pelos furacões e pelos grémios, haviam ajudado a resolver a situação. Ainda assim, o financiamento estava acautelado e a render.¹²⁰⁰



[F. 47 - Contrato bilingue entre a SPAM e Lau-a-Pan, 1877]
Fonte: BPARPD, SPAM, Contrato dos chineses, ct. 160.

Em finais de 1877, a maré da sorte mudou a favor do projecto do chá. Haviam passado quatro anos sobre a resolução da Assembleia-Geral (Novembro de 1873). Enfim, chega à Ilha a notícia mais ansiada dos últimos anos: “*Estão contratados os dois Chinsas para irem aí ensaiar a cultura e preparação do chá.*”¹²⁰¹

Vamo-nos concentrar nas cláusulas do contrato do ajudante Lau-a-Teng, que diferem apenas o montante da verba auferida. O contrato dispõe de oito cláusulas: 1.^a – ensinar e dirigir o cultivo e preparação do chá; 2.^a Lau-a-Teng seria ajudante de Lau-a-Pan durante um ano; 3.^a, 4.^a e 5.^a - auferiria 25 dólares por mês, além de rações diárias e passagens de

¹¹⁹⁸ Cf. BPARPD, ACR/FMS, corr., 1239, Carta de Augusto César Supico a Francisco Maria Supico, 5 de Junho de 1875.

¹¹⁹⁹ Cf. BPARPD, SPAM Atas da Assembleia-Geral, 27 Fevereiro 1851 – 1882, Livro nº 2, Acta da Sessão de 29 de Março de 1876, Fls. 45v -46: “*que S. Ex.^a se digne convidar o Governador de Macau [José Maria Lobo de Ávila] a auxiliar esta Sociedade, no propósito de fazer vir dois práticos chins que ensinem a preparar a folha do Chá.*”

¹²⁰⁰ Cf. BPARPD, SPAM, Relatório da Direcção da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense apresentada à Assembleia Geral em 31 de Janeiro de 1876. Ponta Delgada, [s.n.] [s.d.], fls. 3-4: “*Todos os fundos destinados a esta experiência pela junta geral do distrito, (p.4) acham-se depositados na agência do banco Lusitano, para serem devidamente aplicados.*”

¹²⁰¹ Cf. BPARPD, EC, corr/1027, carta de Augusto César Supico a Francisco Maria Supico, Macau, 13 de Novembro de 1877, fl. 1.

vinda e regresso a Macau; 6.^a – ao fim de um ano, aceitaria a renovação do contrato até três anos a pedido da SPAM; 7.^a metade do pagamento seria entregue à família em Macau; 8.^a em caso de doença, receberia metade e a SPAM suportaria os tratamentos.¹²⁰² (Vide Doc. N.º 6 Anexo, p. 62 - A)

Contente por ter cumprido o papel que a SPAM esperara dele, um César rejubilante confessa ao irmão: *“Apresso-me a comunicar-te esta notícia, sentindo a maior satisfação em [fl. 2 v.] ver realizado o empenho dos nossos amigos micalenses, para que aí lha possas dar (...).”*¹²⁰³ Em parte alguma, que se saiba, nos é dado a saber como é que o obstáculo levantado pelos Grémios de Macau fora removido. Será, contudo, de presumir-se que o Governador Carlos Eugénio Correia da Silva, fazendo uso das suas prerrogativas e poderes, o tenha alcançado. Caber-lhe-ia inteiramente resolver a situação.¹²⁰⁴ Macau saíra de dois furacões destrutivos e mortíferos, pelo que os Grémios talvez estivessem receptivos à proposta da SPAM feita pelo Governador de Macau.

César Supico, antecipando-se à mais do que natural ânsia de S. Miguel, apontava para uma data provável a chegada de Lau-a-Pan e Lau-a-Teng à Ilha: *“(...) O transporte África, em que eles irão, saiu de Lisboa a 20 de Outubro. Partirá daqui lá para o fim de Dezembro, de modo que vem a chegar aí os homens no princípio de Março (...).”*¹²⁰⁵ Escrita a 13 de Novembro, no próprio dia em que o contrato fora celebrado em Macau, a carta chegou dois meses depois à Ilha.

Havia ainda a vantagem adicional de *“um deles, o ajudante do mestre, fala(r) português e alguma coisa de inglês. O português que ele fala é muito bárbaro, como todo o que falam os indígenas das nossas colónias, mas é bastante para se fazer compreender, além de que o homem se há-de aperfeiçoar aí com a prática.”*¹²⁰⁶ Quanto ao que aufeririam, esclarece, *“o mestre vai ganhando quarenta dólares por mês e o ajudante metade desta quantia, e cada um*

¹²⁰² Cf. BPARPD, SPAM, 0106.41, Contrato celebrado entre o Governador Civil de Macau, como representante do Presidente da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense e Lau-a-Pan e Lau-a-Teng, Macau, 13 de Novembro de 1877.

¹²⁰³ Cf. BPARPD, EC, corr/1027, carta de Augusto César Supico a Francisco Maria Supico, Macau, 13 de Novembro de 1877, fls. 2-2v.

¹²⁰⁴ https://pt.wikipedia.org/wiki/Governador_de_Macau: *“No dia 20 de Setembro de 1844, a Rainha D. Maria II promulgou um Decreto real que visava fortalecer e reforçar a soberania portuguesa em Macau, para que esta colónia não caísse nas mãos de outras potências europeias imperialistas que começaram a infiltrar no Império Chinês, desequilibrando a situação outrora estável da região. Este decreto reafirmava mais uma vez que o Governador era o principal órgão político-administrativo da Cidade e não o Leal Senado. Com o abalo definitivo do poder dos mandarins sobre Macau (funcionários chineses enviados pelas autoridades chinesas de Cantão) e a abolição da alfândega chinesa (“Ho-pu”) no ano de 1849, o Governador, livre da influência chinesa, passou a ser a autoridade máxima de Macau.”*

¹²⁰⁵ Cf. BPARPD, EC, corr/1027, carta de Augusto César Supico a Francisco Maria Supico, Macau, 13 de Novembro de 1877, fl. 2v.

¹²⁰⁶ Idem, fls. 1v.-2.

uma racção de arroz, peixe e hortaliça."¹²⁰⁷ Pelo que sabia, era "um pouco caro, mas não foi possível obtê-los por menos. Além disso garante-se-lhes a viagem de regresso à China."¹²⁰⁸

O contrato e um texto bilingue¹²⁰⁹ celebrado "entre o Excelentíssimo Conselheiro Carlos Eugénio Correia da Silva, como representante devidamente autorizado do Excelentíssimo Conde da Praia da Vitória, na qualidade de Presidente da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense [nesta altura, deixara de o ser] e o China Lau-a-Teng [interprete e ajudante]".¹²¹⁰

Do teor da carta tomou conhecimento a Assembleia-Geral da SPAM de 7 de Janeiro de 1878,¹²¹¹ sendo a mesma levada por Ernesto do Canto.¹²¹² Não sendo ainda o texto oficial do contrato, é já uma informação oficiosa segura, adiantada por quem tinha sido autor e testemunha do acto.¹²¹³ Os dois homens contratados em Macau haviam dado boas "(...) *provas de aptidão em um exame que lhes foi feito por três mestres de fábricas* [Prova acrescida da existência de fábricas de chá em Macau], *no tribunal da procuradoria dos negócios sînicos* [1214]. *Era a única prova a que se podiam sujeitar.*"¹²¹⁵ O contrato salvaguardava os interesses das partes envolvidas, a começar pela duração que seria "(...) *por um ano a contar da chegada a essa Ilha dos homens, mas com a obrigação para eles de os renovarem por mais três anos, se assim lhes for exigido pelo Presidente da Sociedade.*"¹²¹⁶ César Supico avança ainda

¹²⁰⁷ Idem, fl. 2.

¹²⁰⁸ Idem.

¹²⁰⁹ Oliveira, João Carlos, *Sociedade e Quotidiano*, In História dos Portugueses no Extremo Oriente, Direcção de A. H. Oliveira Marques, Macau e Timor. Do Antigo Regime à República 3.º Volume, pp. 405-406: "(...) *Decorrente da já referida falta de intercâmbio e relacionamento entre os vários grupos. Também em termos linguísticos (p.406) Macau vai caracterizar-se por uma certa complexidade, De facto, os Chineses não compreendiam, na sua maioria, o português, dominando quando muito o vocabulário mínimo essencial para as necessidades quotidianas. A tal ponto que em 1879 o Boletim Oficial, visando a compreensão dos actos governativos pela população, passou a publicá-los em língua portuguesa e chinesa, sendo a tradução dos textos da responsabilidade de sinólogos.*"

¹²¹⁰ Cf. BPARPD, SPAM, Contrato celebrado entre o Governador Civil de Macau, como representante do Presidente da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense e Lau-a-Pan e Lau-a-Teng, Macau, 13 de Novembro de 1877, cf. PT/ BPARPD/ASS/SPAM/0106.41, fl. 1.

¹²¹¹ Não obstante encontrar-se na correspondência de Ernesto do Canto, a carta foi dirigida a Francisco Maria Supico, irmão de Augusto César Supico.

¹²¹² Cf. BPARPD, SPAM, Atas da Assembleia-Geral, 27 Fevereiro 1851 – 1882, Livro nº 2, Acta da Assembleia-Geral de 28 de Maio de 1877, fls. 63-64v: "(...) *“À vista de uma carta de Macau, do Excelentíssimo Augusto César Supico, deu à assembleia, o Excelentíssimo Dr. Ernesto do Canto a notícia de que se achavam contractados naquela província, os preparadores do chá, solicitados por esta sociedade (...).*"

¹²¹³ Cf. BPARPD, EC, corr/1027, carta de Augusto César Supico a Francisco Maria Supico, Macau, 13 de Novembro de 1877, fl. 1. Di-lo porque o conhece em primeira mão: "*Acabo de assinar, como testemunha, o contrato feito entre eles e o Governador Carlos Eugénio, em nome da Sociedade Promotora da Agricultura.*"

¹²¹⁴ Direcção de A. H. Oliveira Marques, História dos Portugueses no Extremo Oriente, Macau e Timor. Do Antigo Regime à República, 3.º Volume: "O Regimento de 1877 atribuía à Procuratura as seguintes funções: resolver todas as causas crimes, cíveis, orfanológicas e comerciais que possam suscitar-se entre Chinas habitantes de Macau, ou entre estes, como réus e o ministério público ou indivíduo de outra nacionalidade artigo 1.º; A nomeação Régia devia recair sobre bacharéis formados em direito que tenham prática de administração, nos termos do Regimento (artigo 3.º); o Procurador exercia funções políticas, judiciais e administrativas, nos termos do Regimento. Como funcionário político tinha a seu cargo relações com todas as autoridades Subalternas Chinesas. Enquanto magistrado judicial, administrava a justiça, como Juz de primeira instância nas causas indicadas no Regimento, entre ou contra Chineses, sendo também membro da Junta de Justiça de Macau. Como funcionário administrativo, tinha as honras e a categoria de administrador de Concelho, exercendo as respectivas funções sobre a população Chinesa da Cidade e as suas actividades (artigo 5.º)."

¹²¹⁵ Cf. BPARPD, EC, corr/1027, carta de Augusto César Supico a Francisco Maria Supico, Macau, 13 de Novembro de 1877, fl. 1.

¹²¹⁶ Idem.

que levavam “sementes do arbusto e modelos de todas as ferramentas e utensílios precisos para o trabalho.”¹²¹⁷



[F. 48 - Fotografias: Macau, China (1870)]

Fonte: http://www.luminous-lint.com/imagevault/html_36501_37000/36741_std.jpg

4.2 - Preparativos na Ilha

Em todas as fases do processo de introdução da cultura e manipulação do chá na Ilha de S. Miguel, a SPAM associou a teoria à prática. Os sócios da SPAM apostaram grandemente na sua Biblioteca. Assim, a menos de um mês de Ernesto do Canto propor à Assembleia-Geral que tomasse a seu cargo o projecto do chá, o Conde da Praia levou à reunião da Direcção de 4 de Outubro de 1873¹²¹⁸ uma proposta para reorganizar o *Gabinete de Leitura da Sociedade*.¹²¹⁹ José do Canto já propusera algo semelhante que fora aceite na Assembleia-Geral de 1872. Chegara-se a temer, em 1871, que desaparecessem, pelo que se alvitrava: “que sejam depositados os livros desta Sociedade, na Biblioteca Pública desta Cidade de Ponta Delgada, isso no caso que se verifique o arrendamento (...).”¹²²⁰

¹²¹⁷ Idem.

¹²¹⁸ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Direcção, Liv. N.º 6, 4 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887, 4 de Outubro de 1873, liv. 6, fls. 1-1v: “(...) O Sr. Presidente (Conde da Praia) chamou a atenção dessa Direcção para o estado em que se acha o edifício no qual têm lugar as sessões, notando-se sensível deterioração tanto na sala da livraria, como na loja de armazenagem e quartos de residência do contínuo (...) O Sr. Superintendente fez ver que tendo esta Sociedade uma boa colecção de livros e jornais sobre ciência e arte agrícola, que jazem desaproveitados nas estantes da sua livraria quando acompanhados de modernas publicações, que ponham essa livraria ao par do desenvolvimento que hoje se em dado aos estudos (fl. 1 v.) de agricultura e artes correlativas, muito poderão aproveitar os membros desta Sociedade, que assim terão um bom gabinete de leitura onde se achem todos os elementos do estudo de qualquer questão por isso propunha que entre os trabalhos projectados se incluíssem os necessários para a criação e organização do Gabinete de Leitura Agrícola. Assim se resolveu, bem como desde já se tomasse a assinatura de vários jornais de agricultura e horticultura, combinando-se em que fossem os seguintes: *The Farmer*, de Londres; *Journal d'Agriculture Pratique*, de Paris; *Archivo Rural*, de Lisboa.”

¹²¹⁹ José do Canto propusera logo em 1843 “(...) que houvesse um Gabinete de Leitura aberto na Quinta-feira de todas as semanas desde as 11 horas da manhã às 2 da tarde, com proibição de se poder ali falar antes d’uma hora da tarde (...) Forão convidados todos os Socios a trazerem por escripto Assembleia-Geral, 28 de Maio de 1871, fls. 31-31v; “(...) propostas dos Livros, que julgarem dignos e proprios de se mandarem vir.” Cf. Agricultor Michaelense, Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense, 20 de Outubro de 1843, n.º 1, fls. 1-3.

¹²²⁰ Cf. BPARPD, SPAM, 002, Actas das sessões da Assembleia-Geral, 27 de Fevereiro de 1851 a 31 de Janeiro de 1887, reunião de 28 de Maio de 1871, fls. 31-31v.

A Direcção secundou prontamente o que o Presidente propôs. Era “sensível (a) deterioração (da) sala da livraria (...)”. A SPAM dispunha de uma “boa colecção de livros e jornais sobre ciência e arte agrícola,” que, no entanto, jaziam “desaproveitados nas estantes da sua livraria (...)”. Era, porém, necessário actualizar o acervo disponível “de modernas publicações,” que pusessem “essa livraria ao par do desenvolvimento que hoje se tem dado aos estudos de agricultura e artes correlativas (...)”. O objectivo era fazer aproveitar a oportunidade aos sócios da Sociedade, pelo que se deveria assinar (repare-se nos títulos e sua proveniência): “(...) *The Farmer, de Londres; Journal d’Agriculture Pratique, de Paris; Archivo Rural, de Lisboa.*” Destas três publicações, a primeira britânica, a segunda gaulesa, e a terceira portuguesa do Continente, saíam artigos para o Jornal *O Cultivador*. Constituíam em grande parte a fonte empírica e o suporte literário a que a SPAM recorreu para instruir e divulgar junto do público leitor.

Na Assembleia-Geral de 30 de Novembro de 1873, que acolheu o projecto do chá, é sintomático verificá-lo, ao votar a “(...) compra e assinatura de livros e jornais” (...) [no valor de]] 80\$000 (...).¹²²¹ Ao satisfazer de imediato a resolução da Direcção, revela a importância de que o *Gabinete de Leitura* se revestia para aquele projecto. Tanto assim foi que, cinco meses depois daquela reunião, a 22 de Abril de 1874, o secretário da Direcção dá parte à mesma de que “(...) se acham adiantados os trabalhos de classificação e catalogação dos livros da nossa biblioteca (...)”, pelo que seria conveniente, conclui, “anunciar-se a próxima abertura do gabinete de leitura agrícola.” Dada a importância da introdução da nova cultura, não seria um projecto limitado aos sócios, pois a Direcção, além de resolver “fazer o indicado anúncio no sentido de que os senhores sócios poderão apresentar os leitores estranhos à Sociedade [importante decisão] pelos quais se responsabilizem (...)”. E para evitarem-se futuros extravios, estabelecia-se a leitura presencial¹²²² A SPAM chegou a ter, conforme documento manuscrito sem data, um regulamento do Gabinete de Leitura e um guarda do mesmo.¹²²³

Temendo não haver, porventura, procurado de forma sistemática o conteúdo do *Catálogo da Livraria da SPAM* (livro sem data), percorremos por mais de uma vez o conteúdo daquele *Catálogo*. Sem surpresa, encontramos referências ao café, à beterraba, ao ananás, à laranja, à arboricultura, à seda, às oliveiras, ao vinho e vinhas, à veterinária, à horticultura, à

¹²²¹ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Assembleia-Geral, Liv. N.º 2, 1851 a 1887, 30 de Novembro de 1873, fl. 36v.

¹²²² Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Direcção, 10 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887, 22 de Abril de 1874, liv. 6, fls. 9.

¹²²³ Cf. BPARPD, SPAM, 160, [Regulamento do Gabinete de Leitura e Obrigações do Guarda do Gabinete de Leitura, Folha manuscrita em ambos os lados, sem data nem autoria]

apicultura. Com surpresa, não encontramos quaisquer títulos referindo directa ou indirectamente o chá.¹²²⁴ No entanto, sabemos que a SPAM patrocinou a 2.ª edição do livro de Frei Leandro do Sacramento que adquiriu pelo menos um livro de Edward Money.¹²²⁵ Além disso, não vimos aí qualquer exemplar dos periódicos que publicou: *O Agricultor Micaelense*, *do Almanak Rural e do Boletim*, do periódico em que estabeleceu parceria, *O Cultivador*, nem de mais títulos dedicados à agricultura que subscreveu. Que sucedeu? Talvez os sócios os tenham requisitado sem os haver posteriormente devolvido.¹²²⁶ Foram impressos cerca de 132 exemplares da 2.ª edição de Frei Leandro.¹²²⁷ Sinal de interesse pelo chá? Sim. Felizmente, o “*Borrão para o Catálogo da Biblioteca da S. P. da Agricultura Micaelense, 1905*,” contraria-o.¹²²⁸ Encontramos aí referências a “*O Cultivador*,” a “*O Agricultor Micaelense*,” a “*O Agricultor Açoreano*,” a “Frei Leandro do Sacramento, Memória Económica sobre a Preparação do chá. (...) e [ao] “*Tea Cultivation by Money; (...) [e a] Fortune’s Tea countries of China Vol. I.*”

Prosseguindo: continuava a lançar-se as bases do suporte teórico e empírico do projecto, ao votar na Assembleia-Geral de 1 de Fevereiro de 1875, de novo a “(...) (fl. 41 v.) *compra e assinatura de livros e jornais* [e, comparativamente à anterior, apesar da diminuição em 60% da verba, ainda assim a votar uma verba de] *48\$000 (...)*.”¹²²⁹ Não bastaria actualizar o acervo da biblioteca ou assinar periódicos e achou-se adequado alargar a informação, tornando-a acessível a sócios e a não sócios. Divulgava-se o que fosse encontrado em livros e periódicos de interesse para o projecto do chá no meio de maior alcance social da época: a imprensa. A divulgação envolve duas formas: a divulgação na imprensa das decisões da SPAM sobre o projecto e a publicação de notícias, impressões de obras, algumas traduzidas, sobre o chá, em concreto sobre a história, técnicas de cultivo e de produção. De forma explícita ou implícita, estes trabalhos pretendem convencer os leitores das vantagens económicas do cultivo e transformação do chá. Estas notícias ou trabalhos que tocam o chá, por se achar de melhor uso, iremos usá-los a propósito, de forma ordenada e cronológica, mas dispersa, nesta narrativa.

¹²²⁴ Cf. BPARPD, SPAM, Catálogo da Livraria, Catálogo das Obras, Liv. N.º 27.

¹²²⁵ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Direcção da SPAM, Sessão de 28 de Abril de 1879.

¹²²⁶ Na Livraria de José Maria Álvares Cabral, descendente de Raposo do Amaral, último Presidente da SPM, existente dos Serviços de Documentação da Universidade dos Açores, existem alguns títulos que poderão ter aquela origem. Temos aí os últimos livros da SPAM. O mesmo se poderá dizer de José do Canto e de Ernesto do Canto? Ou de outros sócios.

¹²²⁷ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 26 de Abril de 1879, liv. 12, fl. 41 v.: “Recebido de produto de 12 folhetos, reimpresão de um tratado de chá escrito por Frei Leandro do Rio de Janeiro, (...); BPARPD, SPAM, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1901, 3 de Maio de 1879, liv. 13, fl. 31: “*Por impressão de 120 folhetos, reimpresão de um tratado do chá, como ordem 21, 15\$000.*”

¹²²⁸ Cf. BPARPD, SPAM, 145, Borrão para o Catálogo da Biblioteca da S. P. da Agricultura Micaelense, 1905.

¹²²⁹ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Assembleia-Geral, Liv. N.º 2, 1851 a 1887, 1 de Fevereiro de 1875, fl. 41v.

Haveria sócios da SPAM com livrarias próprias. Pioneiros do chá, tais como os Faria e Maia ou Silveira Estrela, haveriam de ter nas suas livrarias obras sobre chá. Lamentavelmente, nada delas sabemos. Conhecemos a livraria de José Jácome Correia.¹²³⁰ E, por disporem dos seus *Catálogos*, conhecemos a dos irmãos Canto: José e Ernesto.¹²³¹

José do Canto, proponente entusiasta e anjo da guarda do Gabinete de Leitura da SPAM, era-o em igual grau com a sua própria livraria. A última verba do testamento que fez em 1862 é uma comovente declaração de amor eterno aos seus livros, definidora do homem, que não resisto a transcrever. Nela, para lhes assegurar futuro, rogava para que fossem “(...) *lançados à minha terça todos os meus livros, impressos ou manuscritos e quaisquer papéis particulares, que se encontrem.*” Deste modo, “*a conservação e acomodação destes livros será feita à custa do rendimento da terça, se necessário for.*” Sabendo o que poderia acontecer, dispõe ainda: “*e não poderão ser dados, vendidos, nem distraídos, enquanto viver um só de meus filhos. A todos incumbo de combinaremente si, por maioria de votos, o destino que depois da morte do último, se deve dar aos ditos livros, de modo que não se dispersem e inutilizem, havendo sido coligidos com muito dispêndio e trabalho meu.*”¹²³²

Diga-se, logo de entrada, que do que chegou até nós destas três livrarias particulares e até mesmo da da SPAM, a de José do Canto é de longe a mais rica e diversa de todas. Enquanto esta foi adquirida aos herdeiros em 1942, a de Ernesto foi doada pelo próprio. Mas, como Pedro Borges nos põe de sobreaviso, “*dos periódicos que José do Canto assinava, a maioria não consta deste arquivo. Regra geral, não foram integrados na venda à Junta Geral da sua livraria os periódicos especializados ou generalistas, incluindo a imprensa ilustrada.*”¹²³³ Sobre o mesmo espólio bibliográfico, mais recentemente, em 2015, Margarida Moura contabilizou “*um total de 15 907 exemplares.*”¹²³⁴

No caso de José do Canto, sabemos que tinha, porque mandou encadernar elementos soltos: “(...) *Botanical Magazine (...) Revista Universal Lisbonense (...) Agricultor Português (...) Mercúrio Britânico (...) Jornal Oficial de Agricultura (...) Jornal Agricultura Prática (...) Revue Horticole (...) Boletim da Sociedade de Geografia do Porto (...) Boletim da Sociedade de*

¹²³⁰ NOTA: A Livraria do Marquês de Jácome Correia, que havia na Universidade dos Açores, foi consumida pelo fogo em 1989.

¹²³¹ Simas, João de, *A Livraria de José do Canto*, in *Insulana*, vol. II, n.º 1, Ponta Delgada, 1946, pp. 44-87.

¹²³² Cf. BPARPD, TCPDL, Inventários Orfanológicos, Testamento de José do Canto, 27 de Junho de 1862, Mç. 402, 10.º Volume, Processo 26, [fls. 1604-1605]

¹²³³ Borges, Ob. Cit., 2007, pp. 10-11.

¹²³⁴ Moura, Margarida Isabel Velho Melo Cabral Reis, *Contributos para o estudo da Biblioteca particular de José do Canto*, Universidade dos Açores, Dissertação apresentada à Universidade dos Açores para obtenção do grau de Mestre em Tradução, Ponta Delgada, 2015, p. 31.

Geografia de Lisboa (...) *Arquivo Rural (...)* *Jardim (...)* *Jornais de Paris (...)* *Memórias dos Arquivos da Grã-Bretanha (...)* *Actas das Sessões da Câmara dos Pares (...)* *Bulletin da Sociedade Imperial de Aclimação (...)*.”¹²³⁵ Da sua leitura, presume-se, ficaria a par do que demais actual havia sobre todos os temas, incluindo o chá, quer na Ásia quer na Europa.

Ainda sobre chá, estas livrarias possuem a colecção do *Almanak Rural dos Açores*, do *Boletim da SPAM*, de *O Cultivador*, tendo ainda *O Agricultor Michaelense*, que traz apenas uma referência ao chá. Por exemplo, Gaspard Bauhin, que no primeiro quartel do século XVII, descreveu e classificou o chá.¹²³⁶ Ou, mais tarde, a tradução de Brotero, de 1788, de *The Natural History of the Tea Tree (...)*, de 1772, da página 362 à 427, de John Coakley Lettsom.¹²³⁷ Das obras recentes sobre chá, publicadas ou reeditadas na Ilha ou sobre a Ilha, dispõem a primeira e a segunda edições de Frei Leandro (pelo menos José), as Viagens de Ferdinand Fouqué, quase todas as obras de Gabriel de Almeida, a de Cristóvão Moniz. Só Ernesto tem a de Moraes. Entre as obras sobre chá que, entretanto, iam sendo publicadas na Europa destinadas ao público europeu, refiro só José do Canto e a partir da década de quarenta. Não temos maneira de saber se foram adquiridas no ano de publicação ou posteriormente, todavia, seja como for, publicado em 1840, há um trabalho de Griffith sobre o chá no Assam, na Índia Britânica,¹²³⁸ depois, em 1843, uma monografia de Houssaye, em que descreve o chá e adianta processos de fabrico,¹²³⁹ em 1848, Ball¹²⁴⁰ relata as suas observações sobre o chá na China, nas quais discorda de Robert Fortune, também na década de quarenta. José do Canto toma conhecimento da obra de Robert Fortune, como se vê em carta que troca com Joseph Dalton Hooker, Director do Kew Gardens em Londres em 1878.¹²⁴¹

¹²³⁵ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 290, [Não tem número]. [Facturas, livros], Factura de Augusto Ferin a André Vaz Pacheco de Castro, 4 de Agosto de 1902.

¹²³⁶ Nota posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018: Cf. [Lista de livro: nota], cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 242 [Não tem número]; Lista de livro: encomenda de livro raro do século XVIII sobre plantas. Excerto de texto traduzido de português para Francês], cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 214 [Não tem número]: “*História das Plantas, da Europa e das mais usadas que vem da Ásia, de África e da América, onde vê-se suas figuras, seus nomes, em que tempo florescem e o lugar onde nascem. Com um breve discurso de suas qualidades e virtudes específicas. Divididas em dois volumes e acomodado na forma do grande Pinax de Gaspar Bauhino (?). Por João Vigier, Oferecida ao Ex. Senhor cardeal D. Nuno da Cunha, Inquisidor Geral (...)* Tomo Primeiro, Em Lion, Na oficina de Anison Posnei & Rigaud, 1718. (fl. 1 v.) Há todo o empenho nesta obra, e ainda que se não ache como é de presumir, à primeira, pede-se toda a diligência para achar: ainda que esteja já usada não importa.”

¹²³⁷ Brotero, Felix Avellar (1744-1828), *Ob. Cit.*, 1788, Tomo Primeiro, pp. 362-427.

¹²³⁸ Griffith, William, *Report on the tea plant of Upper Assam*, 1840, cf. BPARPD, JC/ B 160

¹²³⁹ Houssaye, J. G., *Monographie du thé description botanique torréfaction composition chimique propriétés hygiéniques de cette feuille...* / Paris: Imprimerie de H. Fournier, 1843.

¹²⁴⁰ Ball, *Ob. Cit.*, 1848.

¹²⁴¹ Cf. Royal Botanical Gardens, Kew: Archives Carta de José Canto a Joseph Dalton Hooker, Açores, 28 de Março de 1878, cf. Identificador KADC6232, Directors' Correspondence 181/13, Royal Botanical Gardens, Kew: Archives.

Enquanto se aguardava, com crescente expectativa, a conclusão da contratação em Macau de alguém que viesse à Ilha ensinar a arte de trabalhar o chá, debatiam-se questões úteis à agricultura. De encontro a este desejo vai o que se passou na Assembleia-Geral de Março de 1874 (as reuniões, por proposta do Dr. Guilherme Machado, haviam passado a ser trimestrais). Ora, naquela de Março teve lugar a primeira reunião. Esta foi a primeira em que se debateram, conforme José do Canto propusera em 1872, questões agrícolas prementes além do chá.¹²⁴²

A atitude científica a respeito de outras espécies, como o ananás, aplicava-se ao chá. A 15 de Abril de 1874, *A Persuasão*, talvez pela pena do próprio Francisco Maria Supico, incitava a que “se fizessem alguns ensaios, em vários pontos da Ilha (...)”. Acrescentando dois aspectos que importava estudar correctamente: 1.º o modo “(...) de fazer a colheita;” 2.º o modo “de preparar o chá, para o comércio.”¹²⁴³

As experiências sob a alçada da SPAM careciam de elementos de comparação, assim se percebendo a “*Analyse comparative do Chá da China e Java*.”¹²⁴⁴ A análise do chá, conforme este documento sem data, serviria para os locais terem uma ideia e, assim, orientarem as suas experiências antes ou já depois da vinda de Lau-a-Pan. Aspecto a realçar, o chá Britânico da Índia ainda não é considerado.

A proposta de Francisco Maria Supico não destoa das de Edmond Goeze e Fouqué. Recordemo-lo: Goeze, em 1866, dissera do estado de conhecimento dos locais que estavam a aperfeiçoar “(...) o modo de preparar as folhas. (...)”¹²⁴⁵ E Ferdinand Fouqué, em 1872, acerca do mesmo, dissera: “(...) não falta senão conhecer exactamente as condições em que deve realizar-se a colheita (...)”¹²⁴⁶ Ressalta uma evidência, oito anos após a estadia de Goeze e dois da de Fouqué: não se havia aperfeiçoado o fabrico das folhas nem se conheciam as condições exactas da colheita. Como auxiliar da cultura e do fabrico do chá, sugeria-se uma

¹²⁴² Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Assembleia-Geral, Liv. N.º 2, 1851 a 1887, 5 de Março de 1874, fls. 37v-39: “com o carácter (fl. 38) de simples palestras familiares.” O tema foi: “causas prováveis da depreciação que nos mercados ingleses tem ultimamente sofrido a nossa laranja, - e exame comparativo dos diferentes sistemas de cultura dos ananases.” Ernesto do Canto, fez “ver a conveniência de se chegar a um resultado de tal ou qual precisão e rigor científico na cultura dos ananases, entendeu que um dos meios indispensáveis é proceder a um inquérito sobre as melhores condições de vida das plantas, como a sua luz, temperatura, terreno e adubos, bem como as causas da sua florescência e frutificação.” Manuel Botelho de Gusmão, por sua vez, “leu sobre o mesmo assunto um folheto em que lançou no papel o resultado das suas observações sobre as plantas de ananases que cultiva, e (fl. 38v.) ao qual pôs o título de Guia do Cultivador de ananases na ilha de S. Miguel.” E sobre o vinho e a vinha: O secretário leu parte de uma Revista Agrícola que escreveu para O Cultivador e onde se mencionam as conferências teóricas e experiências práticas feitas ultimamente em França, na Gironde, sobre a projectada introdução de vinhedos Estados Unidos que até hoje parecem ter resistido a todos os parasitas vegetais e animais que flagelam todas as outras videiras.”

¹²⁴³ *A Persuasão*, Ponta Delgada, 15 de Abril de 1874.

¹²⁴⁴ Cf. BPARPD, SPAM, CONTAS 103 – 1877, Documentos avulsos, *Analyse comparative do Chá da China e Java*.

¹²⁴⁵ Goeze, Edmond, *Ob. Cit.*, 1867, p. 29.

¹²⁴⁶ Fouqué, Ob. Cit., 15 de Janeiro de 1874, p. 339; Fouqué, *Ob. Cit.*, 1873.

espécie de manual básico para principiantes. *O Cultivador* dava à estampa um trabalho do Visconde de S. Januário, ainda Governador de Macau e Timor,¹²⁴⁷ o qual, indo ao encontro do que pretendia José do Canto, talvez, fosse igualmente ao encontro da sugestão de *A Persuasão*.

Qual a importância do trabalho do Visconde de São Januário no contexto da nossa narrativa? Desde logo porque, antes dele, o manual da cultura e fabrico de chá, se assim se pode chamar, resultara da troca informal (não se sabe se Ernesto tomou nota da conversa tida com Goeze), de impressões entre Ernesto do Canto e Edmond Goeze em 1866. Aproveitava-se a carta do Visconde de São Januário enviada à SPAM, divulgando-a em *O Cultivador*. Tratava-se de um trabalho escrito em linguagem acessível por alguém que conhecia o chá no próprio Extremo Oriente.

O trabalho do Visconde de São Januário, porém, após o lermos com cuidado, traz muito pouco de novo acerca da colheita: *“O chá tem seis ou sete colheitas anuais à medida que a vegetação se vai desenvolvendo. Um terreno quadrado de 250 jardas por lado pode produzir em cada colheita 150 libras de chá. A colheita do chá pode ser feita por mulheres ou rapazes.”*¹²⁴⁸ Seria, reconhecidamente, insuficiente: acrescentava pouco ou nada ao que já se sabia na Ilha. Muito menos ainda trazia novidades acerca do fabrico de chá, apenas explicitando que *“Depois de colhida a folha é envolvida, seca depois torrada e preparada, segundo a qualidade de chá que se pretende, por que a planta do chá é só uma, e as diversas qualidades de chá que aparecem no mercado, provêm da preparação que se lhe dá.”*¹²⁴⁹

O mesmo se pode dizer do critério de escolha de terrenos para o cultivo da planta: *“O chá dá-se bem nos terrenos próprios para as laranjeiras, planos ou acidentados, mas não muito, e que não sejam muito barrentos. É preciso também que o terreno tenha alguma humidade, mas não muita.”*¹²⁵⁰ Através de leituras, da experiência levada a cabo no terreno, até de conselhos recebidos, conforme no-lo garante Edmond Goeze, José do Canto estaria a par destes requisitos: *“(…) preferiram-se os terrenos inclinados e os vales húmidos com depósitos aluviais.”*¹²⁵¹

¹²⁴⁷ Visconde de São Januário, [As plantações de chá...], in *O Cultivador*, 15 de Agosto de 1874, Ponta Delgada: “(…) Ao Excelentíssimo Sr. Visconde de S. Januário digno Governador-geral de Macau e Timor, devemos as indicações que abaixo se seguem acerca da cultura e preparação do chá, que a Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense procura fazer desenvolver nestas ilhas.”

¹²⁴⁸ Idem, pp. 553-554

¹²⁴⁹ Idem.

¹²⁵⁰ Idem.

¹²⁵¹ *Almanaque Açores*, 1928, Angra do Heroísmo, 1927, pp. 125-130.

Havendo experimentado o chá em diversos terrenos, acabara por escolher os melhores, como Lau-a-Pan viria a reconhecer. Dois meses depois do trabalho do Visconde de São Januário, saído em *O Cultivador*, insistia de novo na parte do processo em que deveria sentir mais dificuldade, no fabrico: “a oportunidade de se empreender (...) alguns estudos e experiências sobre o fabrico do chá.”¹²⁵² Ao mesmo tempo que se fornecia informações básicas a quem desejasse experimentar o cultivo e ofabrico do chá, adiantavam-se sólidos argumentos para adoptar o seu consumo. Uma maior procura de chá conduziria a uma maior oferta, a qual, por seu turno, estimularia o seu cultivo e fabrico. No mesmo número de *O Cultivador*, quanto às virtudes do chá, divulgava-se que “os médicos mais acreditados que, viajando pela China e Japão, se deram ao trabalho de observar as virtudes do chá, dizem que livra de obstruções, purifica o sangue e faz expulsar as partículas tortorosas, origem do cálculo e da artrite; recreia o espírito, impede a sonolência, ajuda a digestão e dá ao sangue a fluidez precisa; e, finalmente, que as partes oleosas e balsâmicas contidas em suas folhas fazem expelir os sais acres, origem de mortíferas enfermidades.”¹²⁵³

A 4 de Novembro de 1874, Guilherme Read Cabral sugere a publicação de uma “(...) espécie de manual resumido (...).”¹²⁵⁴ Este trabalho, explicou Read aos parceiros da Direcção da SPAM, descrevia “(...) os methodos práticos da cultura, colheita e manipulação do chá (...).”¹²⁵⁵ Lera-o à Direcção e adiantava a sua óbvia utilidade: “(...) desde já se poderia proceder a ensaios de uma fabricação experimental que nos esclareça sobre o assumpto.”¹²⁵⁶ Obviamente, o que fora antes publicado, era insuficiente.

Consistiria, em suma, explicou, num “(...) artigo transcripto de uma publicação agricola e que destina às columnas do Cultivador (...).”¹²⁵⁷ Foi retirado do *Gardener’s Chronicle*, revista em língua inglesa, traduzido por Guilherme Read Cabral e publicado no número de 15 de Novembro de 1874 de *O Cultivador*.¹²⁵⁸ O título é bastante esclarecedor: “O Chá: Curiosa notícia sobre a cultura e manipulação na Índia, suas variedades, etc., colheita, variedades do chá.” Nele são tratados, de modo abreviado, aspectos relativos à colheita, apanha, poda, métodos de plantio (recomendando-se a sementeira em canteiros e a plantação em determinados intervalos), conselhos acerca do transplante. Refere, ao pormenor, o fabrico (incluindo referências a instrumentos usados) do chá verde e do preto. Aborda as

¹²⁵² Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Assembleia-Geral, Liv. N.º 2, 1851 a 1887, 26 de Outubro de 1874, fls. 39-40v.

¹²⁵³ C. de C., *As Virtudes do Chá*, in *O Cultivador*, 15 de Agosto de 1874, Ponta Delgada, p. 552

¹²⁵⁴ Cf. BPARPD, SPAM, Atas da Direcção de 1873-1887, Livro nº 6, Sessão de 4 de Novembro de 1874, fl.12v.

¹²⁵⁵ Idem.

¹²⁵⁶ Idem.

¹²⁵⁷ Idem.

¹²⁵⁸ *Gardener’s Chronicle*, O Chá: Curiosa notícia sobre a cultura e manipulação na Índia, suas variedades, etc., colheita, variedades do chá, in *O Cultivador*, 15 de Novembro de 1874, Ponta Delgada, pp. 629-630.

variedades de chás produzidas, do indígena do *Assam*, do *Darjeeling*, do híbrido e do da China. Ao informar-se o leitor acerca das variedades de chás conhecidas, o leitor fica com uma noção clara do chá mais adequado às características dos Açores. A reforçar o seu interesse, prova de que aquele trabalho seria considerado uma espécie de manual prático, voltando a ser publicado nas páginas de o *Almanak Rural dos Açores para 1875*.¹²⁵⁹

Na edição de Abril de 1876, *O Cultivador* divulga outro importante trabalho, desta vez de Edmond Goeze, intitulado *Chá*. Fora previamente publicado no *Jornal de Horticultura Prática*, de 1876, um jornal da cidade do Porto.¹²⁶⁰ Por que razão Guilherme Read Cabral terá publicado o trabalho de Goeze? Supomos que devido à forma clara e sucinta como Goeze explica os diversos processos: “o processo, tal qual ainda hoje é seguido na China, para preparar as folhas, processo que em algumas colónias inglesas se simplificou muitíssimo.” O autor comenta os processos de fabrico de chá verde e preto emenciona instrumentos. O processo por ele descrito seria, no essencial, aquele que Lau-a-Pan iria em breve ensinar aos locais.

A 14 de Junho de 1876, no programa de *Exposição Inter-Insular*, organizada pela SPAM, conforme a Acta da Assembleia-Geral, previa-se que o chá figurasse na mostra: “(...) Classe 9.^a (...) Tabacos, chá, café e especiarias. (...)”¹²⁶¹ Seria, caso se concretizasse, a oportunidade dos cultivadores e produtores mostrarem o chá que faziam antes da vinda de Lau-a-Pan. Infelizmente, a exposição acabaria por não se realizar.

Além do jardim e das estufas, a SPAM necessitava de um terreno experimental, só o vindo a conseguir, porém, muito depois da experiência do chá, com os terrenos do Relvão. Em Janeiro de 1876 não fora ainda encontrado um campo onde pudessem ser feitas experiências com sementes e plantas de chá: “(...) Sobre o campo de experiências não se executou a deliberação da assembleia-geral, porque o terreno indigitado, como mais apropriado ao fim, não se pode alcançar.”¹²⁶² A 29 de Março daquele ano de 1876, fica-se a

¹²⁵⁹ *O Chá, Curiosa Notícia sobre a sua cultura e manipulação na Índia, suas variedades*, etc., Tradução Guilherme Read Cabral, in *Almanak Rural dos Açores para 1875*, Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, 4.º ano, Ponta Delgada, 1853, pp. 187-194. Que para a pôr em prática, a SPAM, “(...) nomeou uma Comissão encarregada de colher as informações, e esclarecimentos necessários para o exacto conhecimento do actual estado da nossa Agricultura.”

¹²⁶⁰ Goze, Edmond, Ob. Cit., VII (1876), pp. -62- 65; o *Chá, O Cultivador*, Abril de 1876, n.º 40, p. 1127-1130.

¹²⁶¹ Cf. BPARPD, SPAM, Atas da Assembleia-Geral, 27 Fevereiro 1851 – 1882, Livro nº 2, Programa e Regulamentos gerais para todos os Expositores pela Comissão Centra e Directora da Exposição – 1876 (Inter-Insular, de 14 de Junho de 1876), fl.55.

¹²⁶² Cf. BPARPD, SPAM, Relatório da Direcção da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense apresentada à Assembleia Geral em 31 de Janeiro de 1876. Ponta Delgada, [s.n.] [s.d.], fl.5.

saber que, pelo menos até finais de Novembro não haveria campo experimental.¹²⁶³ Em 1878, a 25 de Janeiro, a poucos dias da chegada de Lau-a-Pan, tentava-se obter o Relvão.¹²⁶⁴ Debalde, mercê talvez da dificuldade em conseguir um terreno próprio adaptado às exigências das experiências do chá, a SPAM tenha acabado por optar por terrenos de sócios, os quais seriam, talvez, arrendados ou usados gratuitamente. Certo é que as primeiras deslocações de Lau-a-Pan e Lau-a-Teng são a terrenos de sócios. Certo ainda é que, mais tarde, terá arrendado ou obtido permissão para usar um terreno no Pico Arde de José do Canto. Em Março de 1881, Francisco de Melo mandava dizer ao patrão: “(...) *O rapaz leva 524 pés de chá e ainda me ficou cá 1200 pés de chá da Sociedade.*”¹²⁶⁵

Além de sementes e plantas de chá, era necessário encontrar um tipo de solo onde o chá se desse melhor. Qual? A preferência, como nos deixou escrito Goeze, era pelos “(...) *terrenos inclinados e os vales húmidos com depósitos aluviais.*”¹²⁶⁶ São Januário aconselhara: “os terrenos destinados à cultura do chá nem antes nem depois da sementeira precisam estrume algum. É só preciso que se achem muito limpos de ervas ou gramíneas.” Que a limpeza dos terrenos de chá, continuando com a mesma fonte, se realizava da seguinte forma: “*depois de nascida a planta do chá limpa-se muito bem o terreno de todas as ervas, e cobre-se com uma camada de palha, para que não nasçam outras, e para que o sol não seque muito.*”¹²⁶⁷

Quanto à poda, seguir-se-iam conselhos como: “*A sua máxima altura que o arbusto ou a planta deve tomar é uma jarda. Para isso poda-se e consegue-se assim que os rebentos sejam mais robustos e produzam mais folhas e maiores.*” Que a “*planta de chá começa a produzir um ano depois de semeada, mas só aos três anos toma o seu completo desenvolvimento.*”¹²⁶⁸

Sabiam também, possivelmente através das notas de São Januário, que “*a planta do chá dá-se muito bem em distritos da China que estão na mesma latitude que os Açores, e que têm as mesmas condições de clima. Dá-se também em muitas Ilhas do Japão que estão nas mesmas condições.*”¹²⁶⁹ Faltava, no entanto, acrescentar prática à teoria.

¹²⁶³ Cf. BPARPD, SPAM Atas da Assembleia-Geral, 27 Fevereiro 1851 – 1882, Livro nº 2, Acta da Sessão de 29 de Março de 1876, fls. 45v -46: Por proposta de José do Canto, que a verba para a aquisição ou arrendamento (não se sabe a modalidade) de um campo experimental fora transferida: “(...) *Sendo aprovado a modificação proposta pelo Senhor José do Canto para que da verba de 325\$000 destinada ao campo de experiências, a qual se não pode gastar até Novembro próximo se apliquem 180\$000 à formação e aquisição de uma colecção de produtos agrícolas deste Distrito.*’

¹²⁶⁴ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Direcção, 10 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887, 25 de Janeiro de 1878, liv. 6, fls. 46-47: Caetano de Andrade de Albuquerque era Presidente e José do Canto Vice-Presidente: que “*se empreg(assem) todos os meios necessários para que a Câmara ced(esse) a esta Sociedade o terreno do Relvão (...).*’

¹²⁶⁵ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 274 [Não tem número], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 13 de Março de 1881.

¹²⁶⁶ *Almanaque Açores*, para 1928, 1927, pp. 125-130.

¹²⁶⁷ Visconde de São Januário, [As plantações de chá...], in *O Cultivador*, 15 de Agosto de 1874, Ponta Delgada, pp. 553-554.

¹²⁶⁸ *Idem.*

¹²⁶⁹ *Idem.*

Entretanto, entre 1873 e 1878, enquanto se esperavapelos Chineses, aumenta a área cultivada de chá na Ilha. Guilherme Read Cabral em Dezembro de 1873, diz que “(...) *entre nós florescem e frutificam admiravelmente muitas plantas oriundas daqueles países [China e Japão] e entre elas a do chá (...).*”¹²⁷⁰

Em parte ou na totalidade, o chá existente na Ilha em 1820, 1830 e 1860-66, terá medrado. Em 1874, Supico diz-nos: “*Consta-nos que o sr. Jacinto Leite tem aumentado muito a cultura da planta do chá, nos seus terrenos no lugar das Calhetas.*”¹²⁷¹ Jacinto Leite Pacheco Bettencourt e um João Leite Pacheco de Bettencourt eram, em 1878, sócios pagantes da SPAM.¹²⁷² Manuel Hintze Ribeiro (que encomendará mais tarde instrumentos de trabalhar o chá), logo em Janeiro de 1875, e o Conde da Praia da Vitória, em Junho daquele ano, adquirem plantas de chá.¹²⁷³

Em Janeiro de 1875, o atraso na contratação dos Chineses não seria inteiramente negativo, pois daria (sem se dizer quais e de quem) “(...) *tempo a plantarem-se alguns tratos de terreno, e a crescerem arbustos nos já plantados; concedendo que seja a boa qualidade, essa camélia que vemos aí de nominar de planta do chá.*”¹²⁷⁴ Talvez alguns dos novos sócios admitidos? Novos sócios que, na sua esmagadora maioria, num futuro muito próximo, estariam directa ou indirectamente ligados ao projecto do chá? Logo a 16 de Maio de 1877 “(...) *Dr. Artur Hintze Ribeiro (...) Augusto de Ataíde da Silveira Corte Real Estrela (...) Francisco de Bettencourt (...) Filipe Álvares Cabral (...) Dr. Manuel Maria da Rosa (...) Luís Ataíde Corte Real Estrela, Amâncio Silveira Gago da Câmara, José Maria Raposo do Amaral Júnior (...) José Gago da Câmara (...).*”¹²⁷⁵

José do Canto é outro caso. A área do chá cultivada no Pico Arde aumenta em 1874 e em 1875. Segundo Pedro Borges, “*José do Canto tem chá plantado no Espigão de António Alves e nos Covões*”¹²⁷⁶ O mesmo autor refere “*também uma nota de Plantio de chá que soma 45 alq*

¹²⁷⁰ *Projectada cultura e manipulação do chá nesta Ilha*, in *O Cultivador*, 15 de Dezembro de 1873, Ponta Delgada, p. 322.

¹²⁷¹ *A Persuasão*, Ponta Delgada, 15 de Abril de 1874.

¹²⁷² Cf. UACSD/FAM-ARA/X/002/liv.1, Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense – pagamento de quotas, 1878-1905, 1 de Dezembro de 1878 – 30 de Novembro de 1879.

¹²⁷³ Cf. BPARPD, SPAM, 98, Contas, 1875, Guias do ano decorrido de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1875: “(...) 16 Janeiro de 1875, ao Ex. Sr. Manuel Augusto Hintze Ribeiro, 12 plantas de chá, \$360; ao dito de café fazendo o devido desconto de sócio \$155;’ “(...) 19 de Junho de 1875, ao Conde da Praia da Vitória, plantas de chá e viveiros, \$798.’

¹²⁷⁴ Cf. BPARPD, JC.PP, Relatório apresentado à Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense pela sua Direcção no dia 30 de Janeiro de 1875, in *Almanak Rural dos Açores para 1875*, Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, 4.º ano, Ponta Delgada, 1853, p. 200.

¹²⁷⁵ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Direcção, 10 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887, 16 de Maio de 1877, liv. 6, fls. 42-42v.

¹²⁷⁶ Cf. UACSD, FBS-AJC, férias das Matas de 27 Agosto 1875 a 10 Novembro 1876.

35 vs na matta que foi dos vinhaticos e à sua volta, e junto da Agoa Real.”¹²⁷⁷ Quer o Espigão de António Alves quer a Mata de Vinháticos constam das pastagens e matas roçadas no início da década de 70 na propriedade do Pico Arde.¹²⁷⁸

A respeito ainda de José do Canto e indo mais a fundo, em 1874, ao que parece, havia chá nos pastos das Tronqueiras, do Valagão, na mata dos Vinháticos, no pasto das Fontinhas: “(...) 23.^o Pastos das Tronqueiras que se plantaram em 1874, 25 alqueires, 188; (...) Menos o n.^o 5 que está de chá 9 132; Está de mata salvo erro 670 alqueires; (?) na mata velha 10 148; (?) chá – 3.^o Pasto do Valagão, 11 (alqueires?), 171 - Junto da Água Real, 3 (alqueires?) - Na mata dos Vinháticos, 2.^o, 5 (alqueires?) - Na mata dos Vinháticos, 3.^o, 9 (alqueires?), 131 - No Pasto n.^o 11, 7 (alqueires?) - No pasto n.^o 10, 9, (alqueires?), 132 - Pasto antigo da Fontinha, 5, 100 - (soma?) 51 (alqueires?), 13 /Resumo (?) / (?) a pasto - A mata - A plantação de chá (menos os 5 ½ ?).”¹²⁷⁹ O chá de José do Canto era cultivado nos intervalos das matas e os arbustos atingiam mais de dois metros, conforme testemunha em 1893, Manuel Emídio da Silva.¹²⁸⁰

Em 1878, quando chegam Lau-a-Pan e Lau-a-Teng, segundo Supico eram “pouco mais de dois alqueires de terreno numa encosta de montanha [Lagoa do Fogo], com exposição ao noroeste, tendo os arbustos de quatro para cinco anos.”¹²⁸¹ Uma pergunta, impõe-se: que acontecera ao chá semeado e plantado havia quatro a cinco anos? Não fora considerado adequado? É provável que José do Canto quisesse mostrar a melhor: a plantação de chá “que possui o Ex. mo Sr. José do Canto próximo da Vila da Ribeira Grande e a considerável altura acima do nível do mar.”¹²⁸²

O Visconde de São Januário, em carta publicada a 15 de Agosto de 1874 em *O Cultivador*, mas anterior aquela data, ensinava-o. Antes de tudo: “(...) A semente deve ser comprada na China por pessoa muito conhecedora, para que não seja velha ou adulterada. O seu custo é de dois a

¹²⁷⁷ Borges, Ob. Cit., 2007, Folha de Plantio de chá, s.d., UACSD, FBS-AJC (riscado no original): “Vallagão 3.^o pasto à esq da servidão 11alq. 171vs. /Acima da matta que foi dos vinhaticos, plantio do anno passado 9 132 /Acima do pasto precedente, calcula-se estar plantada a metade 7 - /Na antiga matta de vinhaticos 14 132 / Encosta do Ponente /Junto da Agua real 2).

¹²⁷⁸ Borges, Ob. Cit., 2007, p. 197, Cf. UACSD, FBS-AJC 10519, Doc. anexo P07, Pico Arde melhoramentos – Pastagens [de 1869 a 1871]

¹²⁷⁹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 187, [Descrição dos melhoramentos feitos desde 1869 até Outubro de 1874 nas matas e biscoutos pertencentes ao corpo de terras (do?) Pico Arde comprado à Condessa do Redondo e seu Filho].

¹²⁸⁰ Silva, Emídio da, *S. Miguel em 1893, Cousas e Pessoas*, Cartas reproduzidas do Diário de Notícias de Lisboa, Ponta Delgada, Biblioteca da Autonomia dos Açores, p. 41: “O sr. José do Canto possui nas clareiras das suas matas na Ribeira Grande vastas plantações de camélias [de chá], que attingem 2 a 3 metros de altura (...).”

¹²⁸¹ Cultura e preparação do chá, *A Estrela Oriental*, Ribeira Grande, 21 de Março de 1878, p. 2.

¹²⁸² Idem.

*três mil réis por cem litros. A semente tem o volume de uma ervilha. Para um terreno quadrado de 250 jardas, são precisas seiscentas libras de semente.*¹²⁸³ É o que faz a SPAM. Que fazer com elas? Alerta para um perigo: *“A semente do chá ao fim de um ano perde as propriedades germinativas.”*¹²⁸⁴

Como obter boa semente das plantações já existentes na Ilha? Seria, provavelmente, um problema recorrente, mercê das plantações vindas das décadas de vinte, de trinta e de sessenta. São Januário recomendava, primeiro: *“As plantações de chá obtêm-se por meio de semente que deve ser lançada à terra em Dezembro.”*¹²⁸⁵ Depois: *“Para obter semente deixa-se crescer livremente algumas plantas, que tomam a altura de três ou quatro jardas, e que aos cinco anos produzem já boas sementes.”*

É na reunião da Direcção de 24 de Agosto de 1874, aliás, na sequência dos *“esclarecimentos prestados pelo sr. Visconde de S. Januário aos mais minuciosos,”* numa carta, que a Direcção da SPAM percebe *“a necessidade de trazer sementes do chá e os instrumentos precisos para os trabalhos.”*¹²⁸⁶

As cautelas aconselhadas em 1840 por Nathaniel Wallich, quanto à aquisição de sementes, decerto orientariam igualmente a SPAM:¹²⁸⁷ *“(…) the necessity of not selecting any of the plants and seeds, commonly sold at Canton and Macao, he says, such would be utterly worthless to us, as a common crab or any other raw or wild fruit to any person anxious to plant a garden with the best and most marketable fruit trees.”*¹²⁸⁸ José do Canto terá lido ou tomado conhecimento dos conselhos de Wallich, por uma razão: tem o livro na sua livraria. E tendo-o, informaria o irmão Ernesto. Na Assembleia-Geral de 26 de Outubro de 1874, reforça-se a decisão de Agosto da Direcção de adquirir sementes. O Conselheiro Coelho e Sousa propôs *“(…) que se mandasse também vir o mais breve possível as sementes do chá,*

¹²⁸³ Visconde de São Januário, Ob. Cit., 15 de Agosto de 1874, Ponta Delgada, pp. 553-554: *“(…) Ao Excelentíssimo Sr. Visconde de S. Januário digno Governador-geral de Macau e Timor, devemos as indicações que abaixo se seguem acerca da cultura e preparação do chá, que a Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense procura fazer desenvolver nestas ilhas.”*

¹²⁸⁴ Idem.

¹²⁸⁵ Idem.

¹²⁸⁶ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Direcção, 10 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887, 24 de Agosto de 1874, liv. 6, fls. 9v-11.

¹²⁸⁷ <https://www.plantexplorers.com/explorers/biographies/wallich/nathaniel-wallich.html>: *“Wallich was responsible for packing many of the specimens that came through the gardens on the way to England, and over the years he developed some innovative methods, including packing seeds in brown sugar. Strange as it may seem, the sugar preserved and protected the seeds very well and, in fact, Wallich had one of the best records for keeping plant material alive for shipping prior to the development of the Wardian Case. Wallich retired to London in 1847 and died there on April 28, 1854.”* Nota posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018: ou de Félix Avelar Brotero, cuja obra, José do Canto possuía: Brotero, Felix Avellar (1744-1828), *Compendio de Botanica ou noções elementares desta sciencia segundo os melhores escritores modernos expostas na lingua portugueza*, “(p.362) Capítulo XXXIX: Descrição histórica da Árvore do Chá, Paris: Paulo Martin, 1788, Tomo Primeiro, pp. 362-427.

¹²⁸⁸ Griffith, William, *Report on the tea plant of Upper Assam*, 1840.

devidamente acondicionadas, como já se havia resolvido [Direcção de 24 de Agosto de 1874?].”¹²⁸⁹

Na reunião da direcção de 4 de Novembro, por proposta de Ernesto do Canto aceite por aquela, supomos que esclarecida pelo Visconde de São Januário e alertada pelas cautelas de Wallich, pedia-se sementes da China (via Macau): “(...) 200 a 300 litros de semente de chá de primeira qualidade, e isto com a máxima brevidade possível.”¹²⁹⁰

Antes ainda, porventura, de fazer seguir a encomenda de sementes de chá, novas leituras consolidariam conhecimentos antigos e acarretariam novos. A 15 de Novembro de 1874, *O Cultivador* traduz mais informação sobre variedades do chá, referindo “(...) do indígena do Assam, do Darjeeling, do híbrido e do da China.”¹²⁹¹ José e Ernesto têm este número de *O Cultivador* na sua Livraria

Entretanto, entre Novembro de 1874 e Junho de 1875, descontando o tempo da ida e da volta das cartas, a encomenda foi feita e Macau mandara o que a SPAM havia pedido. Fál-o em apenas seis meses, um tempo curto, o que significa prontidão na encomenda. A carta de 5 de Junho de 1875 de Augusto César Supico, em Macau, a Francisco Maria Supico, na Ilha, diz-nos duas coisas: primeira, entre Novembro e Junho, a Sociedade pedira a Augusto César Supico que lhe adquirisse boas sementes e plantas de chá; segunda, que haviam chegado. Escreve ele ao saber a notícia da sua chegada à Ilha: “(...) Fiquei satisfeito por aí chegarem todas as caixas inteiras. As plantas iam em um caixão, e provavelmente morreram, apesar de irem bem acondicionadas.”¹²⁹²

A SPAM ficara satisfeita com Augusto, havendo recebido em boas condições plantas e sementes emandava-lhe pedir plantas para aromatizar o chá. Augusto escrevia ao irmão Francisco, dizendo-lhe que recebera “um ofício da Sociedade da Agricultura, agradecendo-me, e pedindo-me as plantas para aromatizar o chá.” Porém, como precaução, só as poderia “(...) mandar quando houver portador directo daqui para Lisboa, que se encarregue de as vigiar e tratar pelo caminho. Doutro modo, ou não chegam lá, ou chegam mortas.” As plantas

¹²⁸⁹ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Assembleia-Geral, Liv. N.º 2, 1851 a 1887, 26 de Outubro de 1874, fls. 39-40v.

¹²⁹⁰ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Direcção, 10 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887, 4 de Novembro de 1874, liv. 6, fls. 12v-14.

¹²⁹¹ Gardener's Chronicle, *O Chá: Curiosa notícia sobre a cultura e manipulação na Índia, suas variedades, etc., colheita, variedades do chá*, in *O Cultivador*, 15 de Novembro de 1874, Ponta Delgada, pp. 629-630

¹²⁹² Cf. BPARPD, ACR/FMS, corr., 1239, Carta de Augusto César Supico a Francisco Maria Supico, 5 de Junho de 1875.

vinham do interior da China: *“Espero por estes dias a encomenda das plantas que fiz para o interior, para cima de Cantão, e guardá-las-ei esperando oportunidade de as mandar. (...)”*¹²⁹³

O Governador de Macau, ao responder a 16 de Setembro a uma carta da SPAM, esclarecia: *“(...) que não sendo esta a época propícia para amenteira não remetia nesta ocasião as sementes pedidas, ficando a cargo do Major de Engenharia Augusto César Supico coleccionar tudo quanto houvesse acerca da cultura e fabrico do chá para ser enviado a esta Sociedade, devendo vir as sementes logo que se oferecesse oportunidade.”*¹²⁹⁴ A que sementes se referia? A 26 de Abril de 1877, como essas ou outras que desconhecemos não houvessem chegado, o Presidente comunicara aos restantes membros da Direcção *“que renovara suas instâncias ao Governador-Geral de Macau (...) sobre as sementes que em tempo se resolveu pedir daquela colónia.”*¹²⁹⁵ A carta de Augusto de César Supico foi escrita em Macau a 13 de Novembro, mas com a demora da viagem de Macau à Ilha de S. Miguel, foi divulgada quase dois meses depois, na Assembleia-Geral da SPAM de 7 de Janeiro de 1878.¹²⁹⁶ Nesta carta, Augusto César Supico informava que os dois chineses contratados levavam *“sementes do arbusto e modelos de todas as ferramentas e utensílios precisos para o trabalho.”*¹²⁹⁷ Seriam outras sementes ou as anteriormente pedidas?

A 26 de Dezembro de 1877, Lau-a-Pan trazia então sementes de chá e instrumentos relacionados com este: *“(...) 11 canastras de sementes de chá (...) cestos para sementes de chá (...)”*¹²⁹⁸ Ainda a 26 de Dezembro, *“(...) 350 cates (?) de sementes de chá \$18.20 (...)”*¹²⁹⁹ Temos ainda uma factura de compras realizadas a 20 de Dezembro, emitida a 26, dizendo respeito a *“60 rótulos (para as caixas de semente de chá e utensílios para S. Miguel).”*¹³⁰⁰ Já com Lau-a-Pan na Ilha, na Assembleia-Geral de 28 de Agosto de 1878, deu-se conta de uma encomenda recebida de Macau de Augusto César Supico: *“(...) um pequeno pacote com sementes de maba-vaccinoides, planta usada na China para aromatizar o chá.”* A mesma

¹²⁹³ Idem.

¹²⁹⁴ Cf. BPARPD, Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, Actas da Direcção, 10 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887, 16 de Setembro de 1876, liv. 6, fls. 37-37v.

¹²⁹⁵ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Direcção, 10 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887, 26 de Abril de 1877, liv. 6, fls. 40-42.

¹²⁹⁶ Cf. BPARPD, SPAM Atas da Assembleia-Geral, 27 Fevereiro 1851 – 1882, Livro nº 2, Acta da Assembleia-Geral de 28 de Maio de 1877, fls. 63-64v.

¹²⁹⁷ Cf. BPARPD, EC, corr/1027, carta de Augusto César Supico a Francisco Maria Supico, Macau, 13 de Novembro de 1877, fl. 1v.

¹²⁹⁸ Cf. BPARPD, SPAM, 0106 [Nota de compras de utensílios e sementes de chá], Macau, 26 de Dezembro de 1877.

¹²⁹⁹ Cf. BPARPD, SPAM, 0106.44, Documento N.º 1, 26 de Dezembro de 1877.

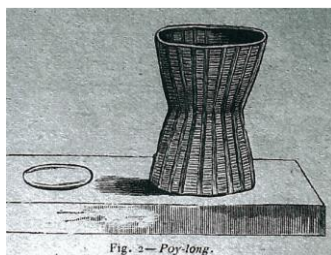
¹³⁰⁰ Cf. BPARPD, SPAM, 106.47, Documento N.º 4, 20 de Dezembro de 1877.

Assembleia-Geral decidiu “fazer brevemente para a China encomendas de sementes de chá se incumba de fazer juntamente para particulares (...).”¹³⁰¹

A Direcção, sob a presidência de Ernesto do Canto, a 19 de Fevereiro de 1879, decide “(...) que se encomendassem já por ofício dirigido ao Governador de Macau, O Exmo Visconde de Paço d’Arcos, 120\$000 reis de sementes com expressa recomendação de serem sementes (fl. 62) novas e que só partem de lá em qualquer transporte do Estado que saia daqueles portos do primeiro de Outubro até ao fim de Janeiro (...).”¹³⁰²

Quais, pois, as origens das sementes do chá usadas na Ilha de São Miguel? A 27 de Julho de 1879, o *New York Times*, transcrevendo um artigo saído anteriormente (não se diz quando), no *Gardener’s Chronicle*, de Londres, cita Lau-a-Pan que diz que o chá que vira nas plantações da Ilha era originário das melhores “varieties grown in China.”¹³⁰³

Em 1878 Lau-a-Pan e Lau-a-Teng transportaram de Macau diversos instrumentos para trabalhar o chá. Resumidamente, trouxeram: 1 foice, 1 enxada, 12 cestos grandes, utensílios de bambu e de madeira, peneira (de arame) para carvão, “1 peneira (de arame) com cabo, 2 tachos grandes, “1 pá para carvão,” 2 tenazes, 12 esteira, 1 ventoinha.”¹³⁰⁴ Fica de fora deste grupo, o *poylong* (caso não tenha sido incluído nos instrumentos para trabalhar chá).¹³⁰⁵



[F. 49 – Poylong]

Fonte: Moniz, Cristóvão, A cultura do chá na Ilha de São Miguel, 1895, p.95.

Em 1879, Lau-a-Pan já não se encontrava em S. Miguel. Francisco de Melo, da Caldeira Velha, informa José do Canto dos “(...) (fl. 1 v.) preparativos de fazer o chá, que pretende a Sociedade (SPAM?),” e enumera os instrumentos: “(...) 2 tachos; 1 polôn [poylong?]; 11 peneiras; 1 pau de ferro de meter o carvão no fogão; 1 pau de grelha de tirar o pôr (?) e carvão; 1 martelo; 1

¹³⁰¹ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Direcção, 10 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887, 28 de Agosto de 1878, liv. 6, fls. 56-56v.

¹³⁰² Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Direcção, 10 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887, 19 de Fevereiro de 1879, liv. 6, fls. 61-62v

¹³⁰³ *The New York Times*, Nova Iorque, 27 de Julho de 1879.

¹³⁰⁴ Cf. BPARPD, SPAM, 106.48, Documento N.º 5, 14 de Dezembro de 1877.

¹³⁰⁵ Moniz, Ob. Cit., 1895, pp.95-96: cilindro de bambu em forma de ampulheta (diâmetro de 0,65 m) utilizado para se estender o chá e secar ao calor brando de um braseiro suposto.

*abanico; 1 vassoura; 2 tabuinhas abertas a meio de mexer o chá no tacho (...).*¹³⁰⁶ As ferramentas para trabalhar o chá, ao contrário do que mais tarde se verá para as máquinas vindas da Grã-Bretanha, eram simples de se copiar.

A Casa de moradia de Lau-a-Pan e Lau-a-Teng e as fábricas/oficina da SPAM e de José do Canto preparam-se.¹³⁰⁷ A 12 de Janeiro de 1878, continuando os preparativos para o acolhimento dos Chineses, a Direcção decidia proceder a “(...) *convenientes reparos no edificio da Sociedade, para habitação dos Chinas.*”¹³⁰⁸ Porém, quando chegaram à Ilha, apesar de os preparativos haverem começado em Fevereiro, ou ainda em Janeiro, a casa anexa à sede da SPAM a eles destinada não estaria pronta a ser habitada.

Uma nota de pagamento de trabalho da semana começada a 4 de Fevereiro (segunda) e terminada no dia 9 (sábado), dá-nos conta do esforço da SPAM, concentrando-se em preparar o alojamento para os Chineses.¹³⁰⁹ A preparação da casa prolongar-se-ia por mais tempo: 16 e 23 de Fevereiro;¹³¹⁰ e ¹³¹¹ a 2 de Março, a três dias da chegada, persistiam os pagamentos a obras na referida casa;¹³¹² a 16 de Março, tinham chegado havia 11 dias, e ainda haviapagamentos por fornecimentos essenciais para a casa,¹³¹³ pelo que se poderá depreender da mesma nota de pagamento que estiveram sete dias hospedados a expensas da SPAM.¹³¹⁴

¹³⁰⁶ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, /001/002, [Não tem número], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 12 de Dezembro de 1879.

¹³⁰⁷ Mais um alerta, antes de avançarmos, em nome do rigor e da clareza, convém explicar a razão de optarmos por fábrica/oficina em detrimento de fábrica, oficina, casa ou outro: no trabalho citado a explicação deriva do facto do seu uso indiferente e recorrente. Portanto, é um termo provisório, usamo-lo à espera de melhor (De acordo com nosso trabalho, Moura, Mário, *Espaços de transformação da folha de chá nos Açores: Fábrica, oficina, oficina de manipulação ou casa?* pp. 33-44, in *Chá dos Açores*, coordenação Virgílio Vieira, 2016, aceito provisoriamente Fabrica/oficina.)

¹³⁰⁸ Cf. BPARPD, SPAM, Atas da Direcção de 1873-1887, Livro nº 6, Sessão da instalação da Direcção da Sociedade em 12 de Janeiro de 1878, fls. 45-46.

¹³⁰⁹ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1901, 9 de Fevereiro de 1878, liv. 13, fl. 3: “(...) *aos carpinteiros em arranjar a habitação para os chinas, na semana hoje finda, como da ordem, / 3 890; Por compra de madeira para a mesma obra, como da ordem 25 200 (...).*”

¹³¹⁰ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção, 1873-1878, 16 de Fevereiro de 1878, liv. 11, fl. 39; BPARPD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 16 de Fevereiro de 1878, liv. 12, fl. 4; BPARPD, SPAM, As contas da Direcção, 1873-1878, 16 de Fevereiro de 1878, liv. 11, fl. 39.

¹³¹¹ Idem.

¹³¹² Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 2 de Março de 1878, liv. 12, fl. 5.

¹³¹³ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1901, 16 de Março de 1878, liv. 13, fl. 5-6: “(...) *compra de 12 cadeiras e 2 mesas para a habitação dos Chinas, como da ordem, 7 200; Por idem de loiça de barro, idem ..., 875; Por idem de leitos de ferro e lavatórios, jarros e bacias, como da ordem, 17 040; Por idem de tintas para pintar a habitação dos chinas, como da ordem, 3 610; Por idem de colchões e travesseiros, idem ..., 10 640; Por idem de roupas de cama e toalhas, idem, 18 780; Por compra de louças e trem de cozinha, como da ordem, 8 660; Por idem, idem... 2 160; Por despacho na Alfândega dos volumes trazidos pelos Chinas para esta Sociedade, como da ordem, 1 360; Por compra de várias miudezas para a cozinha dos chinas, como da ordem, 1 780; Por idem de uma celha de madeira, idem, 1 440; Por idem de 2 escarradores, idem, 600; Por embainhar as roupas da cama, idem, 700; Por carros das camas e leitos para a sede desta Sociedade, como da ordem, 200 (...).*”

¹³¹⁴ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1901, 16 de Março de 1878, liv. 13, fl. 5-6: “Por 7 dias de hospedagem dos Chinas, idem, 10 680 (...).”

Há ainda fortes indícios de que nem sequer a fábrica/oficina estaria completamente pronta. Apesar de Gabriel de Almeida, que trabalhou para a SPAM e era irmão do intérprete e secretário da SPAM, Rafael de Almeida, ter deixado escrito que quando os dois chineses chegam, “*A sociedade tinha já montado convenientemente uma fábrica para a exploração do chá (...).*”¹³¹⁵ Mas se tanto a fábrica/oficina como a casa não estavam à altura completamente prontas, com algum imprevisto e incómodo, rapidamente ficariam. Em contrapartida, as casas da mata e plantação do sócio José do Canto estavam preparadas. Conhecidas por “*cazas da Caldeira Velha, outras vezes descritas como cazas da Matta do Pico Arde,*”¹³¹⁶ ainda outras vezes, *por casas lá de cima*, também casas para *fabrico de chá*, foram igualmente designadas por fábrica, oficina e oficina de manipulação.¹³¹⁷ Acabariam, muito mais tarde, já na década de noventa do século XIX, por serem designadas por Fábrica Canto da Caldeira Velha ou simplesmente Chá Canto.

Não passaria de uma mera “*tea cottage*,” como as descreveu Robert Fortune, quando deambulou disfarçadamente pela China a espiaro modo como os Chineses cultivavam e faziam chá: “*The Chinese cottages, amongst the tea hills, are simple and rude in their construction(...) it is in these poor cottages that a large proportion of the teas, with their high sounding names, are first prepared. Barns, sheds and other outer houses, are also frequently used for the same purpose, particularly about the temples and monasteries.*”¹³¹⁸ Não se sabe se o local das primeiras casas do Pico Arde de José do Canto corresponde ou não ao da última. Sabe-se, no entanto, no que se transformaram: centro polarizador no coração das plantações de chá de José do Canto no Pico Arde.¹³¹⁹ Pertença de José do Canto, foram

¹³¹⁵ Almeida, Ob. Cit., 1892, p. 18.

¹³¹⁶ Borges, Ob. Cit., 2007, p. 198, cf. 1891-Dezembro Extracto das férias com a construção das casas p.^a o fabrico de chá e morada dos Chins), concluindo-se só por Abril de 1892, cf. Férias de pedreiro, Abril 1892, UACSD, FBS-AJC.

¹³¹⁷ Moura, Mário, *Espaços de transformação da folha do chá nos Açores: Fábrica, oficina, oficina de manipulação, ou casa*, [a publicar], 2016.

¹³¹⁸ Fortune, Robert, *Three years' wanderings in the Northern provinces of China*, 2nd edition, London, 1847, pp. 193-194; Nota posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018: José do Canto dispunha desta obra, portanto, poderá ter tomado conhecimento desta parte, que se aplica à sua experiência: Brotero, Felix Avellar (1744-1828), *Compendio de Botanica ou noções elementares desta sciencia segundo os melhores escritores modernos expostas na lingua portugueza*, (p.362) Capítulo XXXIX: *Descrição histórica da Árvore do Chá*, Paris: Paulo Martin, 1788, Tomo Primeiro: “(p.402) (...) *A gente do campo costuma preparar as folhas das suas árvores do chá em caldeiras de barro (b) (isto também se pratica na China (...)), o que satisfaz igualmente aos mesmos fins com menos trabalhos e gastos, e por isso as vendem mais baratas.*”

¹³¹⁹ Cf. BPARPD, TCPDL - Inventário orfanológico de José do Canto (1898), M.402, n.º 26, vol. 3, fl. 367: “(...) (fl. 367) (...) [acerca do Pico Arde] (...) No lugar chamado de D. Mariana, existem umas casas baixas derrocadas; e logo junto um cercado de muro baixo, de pedra e cal, para recolher milho, e no lugar dos pastos novos, da Caldeira Velha, aonde se diz a Cova do Milho, há também três casas telhadas de pedra seca, guarneçada de cal, onde se encontra, numa delas, o aparelho completo de uma oficina de chá (...);’ Cf. Os louvados no fim assinados em cumprimento do mandato e de conformidade com a relação retro certificado ter avaliado as máquinas aparelhos, utensílios e mais mobiliário do casal do falecido José do Canto [...], 31 Dezembro de 1898, BPARPD.

destinadas a seguir a plantação e fabrico do chá (plantação, sementeira, viveiros, poda, monda, etc.).¹³²⁰

José do Canto começou a preparar a “*casa lá de cima*” no Pico Arde destinada às primeiras experiências de manipulação do chá conduzidas por Lau-a-Pan e Lau-a-Teng, algum tempo antes de a SPAM ter principiado a preparar o seu espaço em Ponta Delgada. Enquanto José do Canto o fez antes de 28 de Janeiro de 1878, a SPAM fê-lo em Fevereiro, quanto muito em finais de Janeiro, ou já em Março, portanto, na melhor das hipóteses um mês depois de José do Canto.

Uma carta do dia 28 de Janeiro, escrita por Francisco de Melo a José do Canto, dá conta em que pé se encontrava a obra das ditas casas. Diz ele ao patrão: “*o mestre Manuel Bernardo ia lá para cima 2.ª feira.*” Este mestre, adianta Francisco de Melo, “*hoje e amanhã que é 3.ª feira prega o quartinho e pra assentar ladrilho é um só.*” Para adiantar serviço, na terça-feira, dia 29 de Janeiro, Francisco de Melo pedia ao patrão que lhe mandasse mais 30 alqueires de cal a acrescentar aos 40 alqueires que mandara antes. Estava-se a escolher o ladrilho para a casa e Francisco de Melo pedia a José do Canto que decidisse “*o mais que se há-de fazer.*” E nisso dizia que “*a chaminé (?) para acabar é necessário os canos.*” Referia que “*está a outra casa por fora e por dentro se Vossa Excelência quer guarnecer. Desejo a resposta de (...) por causa dos mestres o ladrilho quero ver se esta semana (fl. 1 v.) fica lá em cima.*”¹³²¹

Na quinta-feira seguinte, três dias depois de pedir mais cal, Francisco pedia, para acabar a chaminé da casa, que o patrão lhe mandasse com a cal “*(...) 4 canos (?) dos largos (...).*”¹³²² A 3 de Fevereiro, num domingo, sempre escrupuloso como gostava o patrão, Francisco, culpando o mestre Manuel Bernardo, apressa-se a desfazer um equívoco com as contas do ladrilho da casa.¹³²³ As obras nesta primeira casa, tendo começado antes de 28 de Janeiro, estariam concluídas a 12 de Fevereiro.¹³²⁴ A julgar pelo pouco tempo que demorou a

¹³²⁰ Nota posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018: José do Canto dispunha desta obra para poder saber que instrumentos precisaria: Sacramento, Frei Leandro do, *Memória Económica sobre a plantação, cultura, e preparação do Chá*, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1825, sobretudo parte intitulada: Instrumentos que constituem uma completa oficina de preparar Chá.

¹³²¹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 275 [Não tem número], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 28 de Janeiro de 1878.

¹³²² Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 275 [Não tem número], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 31 de Janeiro de 1878.

¹³²³ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 275 [Não tem número], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 3 de Fevereiro de 1878: “*(fl. 2.) (...) o engano que houve foi pela boca de mestre Manuel Bernardo mas mesmo assim o engano porque 2400 réis com 4800 réis com 2365 são 9565 réis. Pois a conta do ladrilho são 45 côvados e meio a 230 réis o côvado são 10485 réis e recebeu 9565 réis. Eu fiz estas contas sem o mestre Manuel saber mas pelo o que me veio há que explique a Vossa Excelência (...).*”

¹³²⁴ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 275 [Não tem número]. Arranjos exteriores da casa, Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 12 de Fevereiro de 1878: “*(...) (fl. 1 v.) temos um pátio bem largo (...)*

intervenção, esta casa, preparada para fazer chá no Pico Arde, poderá ter resultado da simples adaptação de uma casa anterior – talvez abrigo colmado de pastores -, a esta nova função e não propriamente uma casa construída de raiz. Uma pergunta: não terão outros (sócios ou não) feita nesta altura o mesmo? É provável. Aliás, o próprio José do Canto o teria feito (ou iria fazer) também no Pico da Pedra e, muito provavelmente, na sua casa em Ponta Delgada.

Francisco de Melo, logo a 18 de Janeiro de 1878 (os chineses só chegariam em Março), informara o patrão de que o chá não precisava de limpeza mas que gostaria de o ver: “(...) *Esta semana com o bom tempo estava a ver quando via Vossa Excelência porque tenho saudades de ver por cá Vossa Excelência ainda que as cousas não estejam boas o Jardim está muito bonito. O chá não tem precisão de ser limpo. (...)*”¹³²⁵ Tanto era assim que “(...) *o pé de chá que Vossa Excelência podou,*” informa-o Francisco, “*está em princípio de rebentação (...)*.”¹³²⁶

A preparar-se para a vinda dos Chineses, feitas a limpeza e a poda do chá, José do Canto volta-se para a preparação do espaço de manipulação. A princípio, foram apenas espaços que se confundiam com casas, daí o nome inicial de casa, para onde, no princípio da apanha do chá, eram conduzidos os poucos utensílios necessários ao fabrico de chá e onde, terminada a experiência ou a época de apanha e fabrico, eram trazidos de volta à sede da SPAM ou à casa de José do Canto.¹³²⁷ Para este período inicial, o espaço de transformação da folha assemelha-se mais a um espaço onde “*se improvisa uma manufactura, modesta, familiar (...)*.”¹³²⁸ Como se referiu, em 1905, Wenceslau de Moraes a espaços semelhantes no Japão.

tencionava a formar um jardim de plantas que não alvoroçassem querendo Vossa Excelência ficava muito bom e já estou pondo (...) com a casa e isto está muito bonito (...).’

¹³²⁵ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 275 [Não tem número], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 18 de Janeiro de 1878.

¹³²⁶ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 275 [Não tem número], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 1 de Março de 1878.

¹³²⁷ Houve quem escolhesse esses espaços em locais afastados das plantações, perto de centros consumidores ou pontos de embarque, José do Canto escolheu um local no centro das plantações. Podendo ter escolhido outros locais, por exemplo, Furnas, Grimaneza, Porto Formoso e Pico da Pedra, por que razão, terá centralizado o fabrico e as plantações de chá no Pico Arde? Poderia ter escolhido as Furnas, usaria o barco para transportar o chá até Ponta Delgada, como fez Raposo do Amaral com o chá dos Ginetes para a Barrosa, na Ribeira Grande. Ou a Grimaneza, pertíssimo do centro de Ponta Delgada, aliás, como o fariam o Visconde Faria e Maia e José Bensaúde. Talvez, porque, analisando as condições do solo, do clima, e sopesando a globalidade dos seus investimentos espalhados pela Ilha de S. Miguel, ponderou que o chá era a forma adequada de rendibilizar o seu vultuoso investimento no Pico Arde.

¹³²⁸ Moraes, Wenceslau, *O culto do Chá*, Padrões Culturais Editora, 2007, Lisboa, p. 27.

Prosseguindo a politica de abertura a todos os quepretendessementar a nova cultura, sócios ou não sócios, a SPAM tomara a decisão de publicar em jornais da terra *“annuncios convidando os sócios e outras pessoas d”esta Ilha a declararem n”esta Sociedade o numero de plantas de chá que possuem, a localidade em que se achem e as suas condições de aproveitamento às experiencias e trabalhos dos Chinas (...).”*¹³²⁹ Além do mais, aconselhava-se aos interessados *“podas imediatas das plantas do chá,”* oferecendo-se ainda na sede da Sociedade a *“quem quise(sse) plantas ou sementes (...).”*¹³³⁰ Quem seriam estes sócios e não sócios que dispunham já de chá? Além dos que sabemos, além de suspeitas, mais ou menos plausíveis, nada se sabe.

Ficou decidido, por não serem abundantes, oferecer plantas apenas aos sócios.¹³³¹ Como também se decidiu, naturalmente também a pensar no projecto do chá, que *“se empreg(assem) todos os meios necessários para que a Câmara ced(esse) a esta Sociedade o terreno do Relvão (...) Que se complet(assem) as colecções dos jornais Farmer, Journal d”Agriculture Pratique e Horticultura Prática. Que se assin(asse) O Agricultor do Norte de Portugal e O Jornal Oficial de Agricultura (...).”*¹³³²

Duas pessoas chave no empreendimento do chá: o primeiro, mateiro de José do Canto, o segundo, funcionário da SPAM, irão ser dois dos primeiros a aprender a fazer chá com Lau-a-Pan. Francisco de Melo nasceu na Ribeira Quente e fixou residência na Conceição da Ribeira Grande, em finais de 1877 ou inícios de 1878. Dinâmico, durante nove anos fez tudo no Pico Arde e arredores. Foi o homem certo que José do Canto escolheu para suceder a João Carreiro. Só o substitui aquele que fora até à altura responsável pelo Porto Formoso, Lagoa do Congro e Ribeira Grande, em finais de 1877 ou em inícios de 1878. Na quaresma de 1878, já está a morar no cabo dos Foros, rua que liga mais acima com a Mãe de Água e o Pico Arde, na Conceição. Sabia ler e escrever e era um homem cumpridor do preceito pascal. Vivia casado com a mulher, também da Ribeira Quente, que sabia ler, e com duas filhas pequenas. Francisco de Melo, que vem a morrer muito novo de doença *“ruim”*, já anda ao serviço de José do Canto pelo menos desde 1873. Casou a 21 de Julho de 1877, com 30 anos de idade, com Jacinta de Jesus, viúva, de 32 anos, sendo ambos *“(...) naturais e moradores neste lugar*

¹³²⁹ Cf. BPARPD, SPAM Atas da Direcção de 1873-1887, Livro nº 6, Sessão da instalação da Direcção da Sociedade em 12 de Janeiro de 1878, fls. 45-46.

¹³³⁰ Cf. BPARPD, SPAM Atas da Direcção de 1873-1887, Livro nº 6, Sessão da instalação da Direcção da Sociedade em 12 de Janeiro de 1878, fls. 45-46.

¹³³¹ Idem, fls. 46-47.

¹³³² Idem.

*d Ribeira Quente.*¹³³³ Em 1878, os Róis de Confessados da Conceição da Ribeira Grande, para onde foram residir, davam-lhe erradamente 28 anos e à esposa 25, quando esta última era dois anos mais velha do que o marido.¹³³⁴ Morre a 27 de Janeiro de 1887 na Conceição com 37 anos.¹³³⁵ José do Canto quis organizar aquele espaço que comprara em 1865 mas só viria a tomar posse completa em 1878. Primeiro, arroteara-o e limpava-o, livrara-se de sublocatários. Só depois, chegara a hora de explorar as culturas que lançara, entre as quais, o chá. Dava importância ao Pico Arde e queria alguém responsável a morar na terra. Talvez até preferisse alguém de fora a morar naquela terra, por questões de confiança. Francisco de Melo, que encaixava neste perfil, sucede, pois, a João Carreiro, o responsável inicial do projecto do Pico Arde. É já Francisco de Melo que irá orientar a adaptação ou construção do espaço para apoiar a manipulação do chá. Apesar de trinta ou mais anos mais novo do que José do Canto, os dois entenderam-se bem.

Rafael de Almeida, por altura da vinda de Lau-a-Pan, era um jovem de 22 anos, uns sete anos mais novo do que Francisco de Melo. Era um jovem de Ponta Delgada, instruído, em absoluto contraste com Francisco, da Ribeira Quente, cuja escrita era a transcrição fonética do seu modo de falar. Cinco dias depois, iria mesmo sair em *A Persuasão* um artigo sobre o chá e os chineses que Rafael escrevera em Janeiro.¹³³⁶ Era funcionário do Governo Civil, começando a prestar serviço à SPAM a partir de 1 de Fevereiro de 1877,¹³³⁷ talvez já a pensar na próxima vinda dos chineses. Terá recebido o último ordenado pela SPAM em Dezembro de 1879¹³³⁸ e em Junho de 1881 já não está ao serviço desta.¹³³⁹

Eventualmente, terá regressado ao seu anterior trabalho no Governo Civil. *A Persuasão*, talvez confundindo-o com o irmão Gabriel (este, 9 anos mais novo, estava a receber da SPAM em Dezembro de 1881¹³⁴⁰), quer atribuir-lhe em Setembro de 1891 a autoria de uma próxima publicação sobre o chá. O autor da notícia de *A Persuasão* atribui-lhe os louros deste

¹³³³ Cf. Centro de Conhecimento dos Açores, Paroquiais, São Paulo, Ribeira Quente, casamentos, 21 de Julho de 1877, fl. 5; Meireles, Victor de Lima, São Paulo da Ribeira Quente, Casamentos (1833-1900), Instituto Cultural de Ponta Delgada, Separata da Insulana, Ponta Delgada, 2001, p. 245.

¹³³⁴ Cf. AMRG, Róis Quaresmais, Conceição, Ribeira Grande, 1878, cabo dos Foros. Quanto à idade certa, deve dizer-se que os termos de Baptismos que o poderiam confirmar, não existem.

¹³³⁵ Cf. BPARPD, Óbitos, Conceição Ribeira Grande, 22 de Janeiro de 1887, 1885-1889, fl. 2 v-3.

¹³³⁶ Almeida, Rafaelde, *O Chá, os Chins da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, suas crenças e costumes, o fumar o ópio, alegais opiadas, o amor à sua pátria e a cega obediência às suas leis*, Ponta Delgada, Janeiro de 1879, in. *A Persuasão*, n.º 908, 11 de Junho de 1879, pp. 1-2.

¹³³⁷ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Direcção, 10 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887, 26 de Abril de 1877, liv. 6, fls. 40-42.

¹³³⁸ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1901, 13 de Dezembro de 1879, liv. 13, fl. 40.

¹³³⁹ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Direcção, 10 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887, Sessão de 21 de Junho de 1881, fl. 76v: o irmão Gabriel de Almeida, que escreverá sobre chá, é admitido a 21 de Junho à experiência.

¹³⁴⁰ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Direcção, 10 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887, Sessão de 1 de Dezembro de 1881, fls. 77v-78.

modo: “O sr. Rafael de Almeida foi quem dirigiu os primeiros ensaios do fabrico do chá realizados em S. Miguel por dois mestres chins, e por isso ninguém mais competente como ele para tratar de semelhante assunto.”¹³⁴¹ Fora elogiado no *Relatório da SPAM*, datado de 22 de Novembro de 1878, e apresentado na Assembleia-Geral de 5 de Fevereiro de 1879. O relator daquele documento, produzido pela Comissão de Acompanhamento à Experiência do Chá, era Ernesto do Canto. Este Relatório, com data de 1879, sairia na reedição à primeira edição de Frei Leandro do Sacramento: “o nosso empregado da secretaria Rafael de Almeida tem conseguido pôr em prática todo o processo seguido pelos chins,”¹³⁴² dizendo também “Na próxima estação mais alguém se há-de habilitar com a indispensável pratica a fim de que fique entre nós bem conhecido o fabrico do chá.”¹³⁴³

É presumível, a julgar pelo teor da notícia, que em Setembro de 1891 Rafael vivesse fora da Ilha. Se subsistem dúvidas quanto a Rafael viver fora da Ilha em 1891, não restarão quaisquer de que, quando o irmão Gabriel falece em Janeiro de 1894, esteja a viver fora.¹³⁴⁴ Entretanto Gabriel, em 1882, saía do serviço da SPAM para se dedicar ao comércio.¹³⁴⁵



[F. 50 - Navio Luso I (1875-1883)]

Fonte: http://78.media.tumblr.com/8e676ca9cf57cc12e212e9a9932e03d3/tumblr_n11pyezZ4x1rus6vfo1_500.jpg

Em nota da Alfândega de Ponta Delgada, datada de terça-feira, 5 de Março de 1878, confirma-se a chegada do “(...) vapor Luso (...)”¹³⁴⁶ Segundo o “*Termo de entrada de navios, Alfândega de Ponta Delgada (...) N.º 70 (o) Vapor Luso (era) do lote 1071 metros cúbicos, propriedade portuguesa, vindo da Madeira e Lisboa (...)*”¹³⁴⁷ Não se declara aí a duração da viagem, mas transportava passageiros e carga. Continuando a seguir o citado termo “*Vem a*

¹³⁴¹ *A Persuasão*, Ponta Delgada, 9 de Setembro de 1891, p. 4

¹³⁴² Sacramento, Leandro do, *Memória económica sobre a preparação do chá* - [Nova ed.]. - Ponta Delgada: Typ. Popular, 1879, p. VII.

¹³⁴³ *Idem*.

¹³⁴⁴ *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 31 de Janeiro de 1894, p. 2: “*Virgínia da Câmara Almeida, Miguel Pereira de Almeida, Rafael e João de Almeida (ausentes) (...)*”

¹³⁴⁵ Cf. BPARPD, EC/CORR., Cx.6, 1881 RES, Carta Gabriel de Almeida a Ernesto do Canto, Ponta Delgada, ? de 1882?: “*(...) Levado do desejo de me empregar no serviço do comércio, muito careço que Vossa Excelência se digne declarar se durante o tempo em que Vossa Excelência foi mui digno Presidente da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense desta cidade e eu seu humilde escrivário, desempenhei ou não com os maiores desejos de acertar os serviços que me eram cometidos (...)*”

¹³⁴⁶ Cf. BPARPD/ACD/ALFPDL, Termos de entrada de navios, Alfândega de Ponta Delgada, 152, 1878, Vapor Luso, 5 de Março de 1878, n.º 70.

¹³⁴⁷ *Idem*.

*este porto para descarregar, consigna-se a Bensaúde & C.^a (...).*¹³⁴⁸ Também aí não diz o nome do capitão ou do primeiro piloto mas uma queixa, de 21 de Janeiro de 1878, revela-nos a identidade do capitão e do primeiro piloto do *Luso*: Luís C. da Silva era o comandante e o primeiro piloto era Joaquim Augusto da Silveira.¹³⁴⁹ Pelo menos, para aquela viagem de 21 de Janeiro. Ou seja, duas semanas antes da de 5 de Março. Estamos já no início do que designo por 3.º Tempo - *Da aprendizagem à prática e lançamento de bases da futura indústria* (1878-1882).

Dois dias depois da chegada, na quinta-feira, 7 de Março, o jornal *O Açoriano Oriental* noticiava: “*Já estão entre nós os Chinos que vêm para a preparação do chá. Chegaram no navio Luso e desembarcaram à europeia, trazendo os seus carrapichos envoltos na cabeça. São ainda novosmas já têm filhinhos chineses (...) O mentor dos Chinos também nos afirma que suas mercês envergam domingo próximo as suas farpelas e dão a sua passeata pela cidade.*”¹³⁵⁰ Era o espectáculo transformado em potencial fonte de *marketing* do chá.



[F. 51 - Lau-a-Teng e Lau-a-Pan (1878)]
Fonte: Coleção particular.

O Jornal *A Persuasão*, em primeiro lugar, e mais tarde o mesmo jornal, mas na rubrica *Escavações*, divulga a feliz novidade: “*(...) Em 5 de Março de 1878 [terça-feira] chegaram a Ponta Delgada dois chineses, Lan Pan e LanTeng, contratados pela Sociedade de Agricultura para ensinarem a manipulação do chá.*”¹³⁵¹ Causaram boa impressão no mateiro da Ribeira Grande de José do Canto. Confessava ele, em carta escrita, da Ribeira Grande a José do Canto, datada de 8 de Março: “*(...) gosto [gostei] muito de ver os chineses. São duas figuras bonitas. Cá [na Ribeira Grande] podaram um pé de chá [a 8 ou antes]. (...).*”¹³⁵² O entusiasmo era geral

¹³⁴⁸ Idem.

¹³⁴⁹ Cf. BPARPD/ACD/ALFPDL, Registo de officios para diversas autoridades, Alfândega de Ponta Delgada, 1193, 1877-1878, 21 de Janeiro de 1878, fl. 27v.

¹³⁵⁰ *O Açoriano Oriental*, Ponta Delgada, 7 de Março de 1878.

¹³⁵¹ Francisco Maria Supico, *As Escavações*, vol. III, 1995, p. 1025

¹³⁵² Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 275 [Não tem número], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 8 de Março de 1878.

e persistia quase um mês depois da chegada, segundo testemunha de novo Francisco de Melo, a 5 de Abril: “(...) *Excelentíssimo Senhor, eu não posso sofrer esta gente porque desde que os chineses vieram não faltam visitas (...).*”¹³⁵³ Na edição de 21 de Março, o jornal da Ribeira Grande, *A Estrela Oriental*, publica um artigo de fundo intitulado “*Cultura e preparação do chá*,” notícia e reflexão sobre o chá que havia saído em *A Persuasão*, de Ponta Delgada.¹³⁵⁴ Para se perceber a boa relação entre aqueles dois órgãos de comunicação social de São Miguel, em que *A Persuasão* exercia um claro ascendente sobre *A Estrela Oriental*, não basta dizer que Francisco Maria Supico, proprietário e redator de *A Persuasão*, enquanto exerceu o cargo de farmacêutico na Ribeira Grande, fora redator de *A Estrela Oriental*, é preciso acrescentar que Supico era um influente jornalista na área política do Partido Regenerador.

Pretendendo contagiar a Ilha com seu entusiasmo, a SPAM foi ao ponto de mandar fotografar Lau-a-Pan e Lau-a-Teng.¹³⁵⁵ Outra demonstração neste sentido foram os anúncios da vinda deles.¹³⁵⁶ Rafael de Almeida, encarregado pela SPAM de os acompanhar, privando de perto com eles, em Janeiro de 1879 descreve-os como sendo “(...) *homens pouco tratáveis (...)* mui dissimulados e misteriosos (...)” Referindo-se a *Lau-a-Pan*, diz que “*o mestre é homem folgazão, cheio de crenças fabulosas e adorador desse astro luminoso, o sol...Distingue-se do companheiro, não só pela estatura, como por uma argola de pedra, que conserva no braço esquerdo desde criança e que, segundo diz, o livra das iras do seu Tien (Deus) (...) não entende senão o seu idioma.*” *Lau-a-Teng*, “*(é) mais intérprete que entendedor no fabrico do chá e cultura (...).*” E “*é baixo, pouco tratável, e além do seu idioma natal fala inglês que praticamente aprendera. Chama-se António por ter abandonado o nome de Lan-a-Teng, abraçando a religião católica, onde como tal se filiou.*” Quanto a vestuário: “*trajam costumes chineses e portugueses, não lhe faltando o seu principal luxo, o rabicho. O mestre tem-no de metro e meio e o coadjutor de 90 centímetros. Cortá-lo seria uma renúncia feita à sua pátria, e a perda da vida, quando nela dessem entrada.*”

E uma confissão pública de admiração: “*O amor que dedicam à sua pátria e a cega obediência às suas leis é inacreditável e embora dela longe estejam não deixam de fielmente as cumprir. Barbear a cabeça deixando só o rabicho, é uma das suas prescrições, que à risca eles aqui*

¹³⁵³ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 275 [Não tem número], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 5 de Abril de 1878, Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 275 [Não tem número].

¹³⁵⁴ *Cultura e preparação do chá*, *A Estrela Oriental*, Ribeira Grande, 21 de Março de 1878, p. 2.

¹³⁵⁵ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1901, 4 de Maio de 1878, liv. 13, fl. 10

¹³⁵⁶ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1901, 16 de Março de 1878, liv. 13, fl. 5-6: “(...) Por publicação de anúncios sobre a vinda dos dois Chinas, como da ordem, 840; (...)’

cumprem. (...) Uma das coisas por onde se pode avaliar o amor que votam à pátria, é esta: vendo a fertilidade do nosso solo, e o aspecto prometedor e vigoroso das plantações do chá, ambicionaram-no, não para si, mas sim para a sua pátria."¹³⁵⁷

Por esta altura, a marca na fasquia das expectativas com a vinda dos dois chineses, prático e intérprete, elevava-se a alturas do pico da Vara. Augusto César Supico, um dos obreiros do êxito da contratação em Macau, dizia: *"(...) oxalá que desta tentativa se colham os resultados desejados e de que, pelo que vejo, tanto essa Ilha está carecendo (...).*"¹³⁵⁸

As expectativas eram tão altas como intensa era a crise em que a Ilha estava, entretanto, mergulhada. Francisco Supico perguntava: *"Quem sabe se estará nela [Indústria do Chá] a solução providencial do magno problema económico deste distrito?"*¹³⁵⁹ Pouco depois, afirmava a pretensão de se pretender *"substituir [a laranja] pela cultura do chá.*"¹³⁶⁰

Enquanto a gente grada da Ilha depositava fundas esperanças na vinda de *Lau-a-Pan* e *Lau-a-Teng*, desesperançada, a gente miúda abandonava-a.¹³⁶¹ Enquanto uns apostavam o futuro na terra, outros apostavam o seu futuro fora dela. A frequente fuga a salto de gente da Ilha, entre muitos outros exemplos possíveis, está bem patente no caso sucedido com o iate americano *Williams Grosier* surto no porto de Ponta Delgada. O denunciante oficial da tentativa de fuga afirmava serem *"(...) constantes as queixas que lhe têm sido feitas por outras pessoas nas mesmas circunstâncias, por ocasião da saída de navios baleeiros, das quais pessoas não tem em lembrança os nomes, sendo muitos desconhecidos por ele (...).*" Mas nem todos foram sem deixar nome, pois refere alguns *"que se lembra dos seguintes (...).*" Repare-se nos acusados: *"José da Silva, casado, camponês do lugar da Relva, José Botelho Âmbar, proprietário, casado, e morador do lugar de Rosto de Cão, Florinda da Silva, mulher de Franco da Silva, arrieiro e morador do mesmo lugar, Maria dos Anjos, casada, moradora no Foral do Moinho de Vento, desta cidade, Maria Libânia, casada, moradora no mesmo foral, Maria Paqueta, casada, moradora na freguesia de S. Pedro desta Cidade, Caetano Morgado, casado, carpinteiro, morador na Vila Nova desta mesma cidade, João Henrique, casado, marítimo e morador na freguesia de São Pedro (...).*"¹³⁶²

¹³⁵⁷ *A Persuasão*, Ponta Delgada, n.º 908, 11 de Janeiro de 1879; Francisco Maria Supico, *As Escavações*, vol. III, 1995, p. 1027.

¹³⁵⁸ Cf. BPARPD, ACR/FMS, corr., 1240, carta de Augusto César Supico a Francisco Maria Supico, Macau, 26 de Fevereiro de 1878, fl. 1.

¹³⁵⁹ *A Persuasão*, Ponta Delgada, 9 de Janeiro de 1878; Francisco Maria Supico, *As Escavações*, vol. III, 1995, p. 102.

¹³⁶⁰ *Cultura e preparação do chá, A Estrela Oriental*, Ribeira Grande, 21 de Março de 1878, p. 2.

¹³⁶¹ Miranda, Ob. Cit., 1989, p. 75: em 1877, foram registadas 840 saídas da ilha, no ano anterior, haviam saído 495 pessoas. Em 1880, registaram-se 1.741 saídas.

¹³⁶² Cf. BPARPD/ACD/ALFPDL, Registo de ofícios para diversas autoridades, Alfândega de Ponta Delgada, 1193, 1877-1878, 21 de Janeiro de 1878, fls. 27v-28.

A quem atribuir o bom êxito do processo da contratação dos Chineses em Macau? A avaliação que o articulista do *Diário de Lisboa* fez ao desempenho de César Supico vem nos seguintes termos:“(...) a providência (...) deparou [ao Presidente da SPAM] o major de engenharia Augusto Cezar Supico, director das obras públicas de Macau, o qual se prontificou a dar todas as informações solicitadas (...)” Não querendo deixar na sombra aquele que considerava ser o responsável pelo sucesso da iniciativa, concluiu que “*todos estes relevantes serviços prestados em Macau se devem ao major Supico (...)*.” O que o autor, notoriamente informado por quem o conhecia bem, provavelmente o irmão Francisco, atribui ao “*simples facto de ter residido algum tempo em S. Miguel [e] possuir ali parentes a quem muito ama entendeu dever demonstrar o seu interesse pela Ilha, auxiliando-a numa ocasião bastante crítica e pela forma mais bizarra.*”¹³⁶³

Com falsa modéstia, César Supico atribui o mérito quase por inteiro ao Governador Carlos Eugénio e ao secretário-geral Teixeira Guimarães. Lera o que o irmão Francisco sobre isso escrevera n’*A Persuasão*, agradecia-lhe as palavras, fizera o que pudera, “(…) *mas manda a justiça que se dê ao Governador Carlos Eugénio e secretário-geral Teixeira Guimarães, a parte dos agradecimentos que lhes são devidos pela boa vontade com que se empenharam neste negócio.*”¹³⁶⁴

E o conde da Praia da Vitória? Deixara, entretanto, de ser presidente por inerência da SPAM e perdeu o cargo de Governador Civil de Ponta Delgada. Sucede que, após a entrada em vigor do “*Decreto de 28 de Fevereiro de 1877 e respectivo Regulamento da Agricultura D L da mesma data,*” talvez por alturas da Assembleia Geral de Maio, convocada para esse fim, tenha cedido a presidência da Sociedade.¹³⁶⁵ Permaneceria como Governador Civil de Ponta Delgada até “*11 de outubro de 1877, sendo neste mesmo dia nomeado para o seu 3º mandato no governo civil de Angra do Heroísmo,*” sua terra natal.¹³⁶⁶ O Conde ficou chocado com a inesperada notícia. Confessa-o a Francisco Maria Supico: “(…) *Recebi a sua carta sob o choque da minha inesperada transferência. Ainda hoje estou no ar (...).*”¹³⁶⁷ Fora ele quem, bem ou mal, oficialmente, conduzira o processo. Fora ele que igualmente contribuíra para a

¹³⁶³ *Diário do Comércio*, Lisboa, Janeiro de 1878.

¹³⁶⁴ Cf. BPARPD, ACR/FMS, corr., 1240, carta de Augusto César Supico a Francisco Maria Supico, Macau, 26 de Fevereiro de 1878, fl. 1.

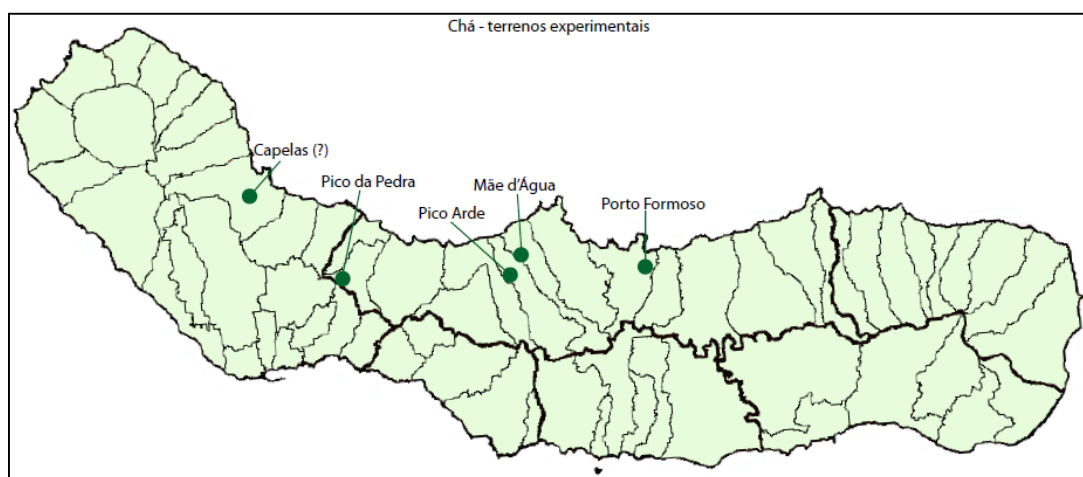
¹³⁶⁵ Cf. BPARPD, SPAM, 23, Registo de Correspondência, 1860 a 1898, Carta de Caetano de Andrade de Albuquerque, Presidente da SPAM, a Carlos Eugénio Correia da Silva, Governador de Macau, Macau, 22 de Abril de 1878, fls 12 v-13.

¹³⁶⁶ Nogueira, Francisco Miguel, *Jornal da Praia*, Terceira, 25 de Janeiro de 2013.

¹³⁶⁷ Cf. BPARPD, ACR, CORR. 1996, Carta do Conde da Praia da Vitória a Francisco Maria Supico, Angra do Heroísmo, 27 de Outubro de 1877.

SPAM sair da letargia. Elogios? Ei-los, ao confessar-se a Supico: “(...) cansadíssimo de receber cumprimentos e de muito trabalho. Aí vou brevemente, demorando-me uns 15 dias para fazer entrega do que depende da minha presença e para ver encaixotar a minha mobília e abraçar aos meus amigos entre os quais Vossa Senhoria tem um dos primeiros lugares (...)”¹³⁶⁸ Que se saiba não recebeu outros elogios públicos. Do mesmo modo, José Maria Lobo de Ávila, que pouco ou nada fez ou pôde fazer, nada recebeu.

4.3. - Distribuição dos campos experimentais: a constante experiência



[F. 52 – Mapa: locais de terrenos experimentais]
Fonte: Sacramento, Ob. Cit., p. IV.

“(...) Fizemo-lo, Senhor! (...)” Em Janeiro de 1879, Caetano Andrade de Albuquerque, Presidente da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense [SPAM], dirigia-se nestes termos ao rei D. Luís. Dizia isso porque, em dez meses apenas, “os ensaios já realizados [do chá] levam-nos a crer que no futuro poderá este Distrito [Ponta Delgada] contar com uma importante fonte de riqueza (...)” E sobre este feito dizia: “(...) entre os cometimentos ousados que esta sociedade [SPAM] tem empreendido figura talvez, como o principal a sua iniciativa em ensaiar e introduzir neste Distrito [Ponta Delgada] a cultura e preparação do chá.”¹³⁶⁹

Haveria quem, além de José do Canto, tivesse chá plantado no Pico da Pedra, na Ribeira Grande e no Porto Formoso? Estaria a família Bettencourt (dos pioneiros) neste lote? Confundia-se Pico da Pedra com Calhetas da mesma maneira que se confundia Porto Formoso com Maia?¹³⁷⁰ E José Jácome Correia, no Lameiro, Ribeirinha, da Ribeira Grande?

¹³⁶⁸ Idem.

¹³⁶⁹ Cf. BPARPD, SPAM, Atas da Direcção de 1873-1887, Livro nº 6, Sessão de 29 de Janeiro de 1879, fls. 58-61.

¹³⁷⁰ Houve redefinição das fronteiras das freguesias.

Este, em Maio de 1880, leva o seu chá ao Pico Arde ¹³⁷¹ e viria a fazer chá numa unidade própria.

Lau-a-Pan e Lau-a-Teng foram no dia 7 de Março à plantação de José do Canto na Ribeira Grande. Em que fonte nos baseámos? De facto, existem duas ou três versões sobre aquele ponto. A primeira, próxima do acontecimento, sai no jornal *A Persuasão* do dia 13 de Março de 1878,¹³⁷² cinco dias antes da reunião da SPAM que tratou do assunto. Devemos fiar-nos em Francisco Maria Supico porque o seu relato é corroborado pela narrativa oficial vinda nas actas da SPAM.¹³⁷³ O trabalho de *A Persuasão* viria a ser, dado o seu óbvio interesse, também publicado uma semana depois no *A Estrela Oriental*, da Ribeira Grande.

Francisco Maria Supico relata ao pormenor o que sucedera no dia 7 na plantação de José do Canto. Diz ele que os Chineses “*foram examinar uma plantação (...) próxim(a) da Vila da Ribeira Grande e a considerável altura acima do nível do mar.*” Esta plantação tem “*pouco mais de dois alqueires de terreno numa encosta de montanha, com exposição ao noroeste, tendo os arbustos de quatro para cinco anos.*”¹³⁷⁴ Referindo-se ao aspecto do chá de José do Canto, acrescenta: “*Sabemos que o mestre preparador achou a sua vegetação em excelentes condições,*” para logo acrescentar algo deveras revelador, “*e com o aspecto de arbustos, que na China deveriam ter de oito a nove anos (...).*”¹³⁷⁵



[F. 53 - Plantação de chá, Canton, Kuantung Province - China (1867) by John Thompson]

Fonte: http://www.thenewsminute.com/sites/default/files/styles/news_detail/public/L0056589.jpg?itok=0cP6MYoA

Seguindo a acta da reunião da Direcção de 18 de Março de 1878, a primeira após a chegada de Lau-a-Pan e Lau-a-Teng, temos uma segunda versão. Lau-a-Pan e Lau-a-Teng chegaram numa terça-feira, na quinta-feira, “*dia 7 [de Março foram] à Mãe d’Água da Ribeira Grande ver um plantio de chá, que o Exmo. José do Canto ali possui (...).*” O mestre chinês havia, diz-se, “*admirado profundamente o desenvolvimento das plantas (...).*” Foram trazidas folhas de

¹³⁷¹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, /001/002, [Não tem número], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 14-26 de Maio de 1880 (?).

¹³⁷² *Cultura e preparação do chá*, *A Persuasão*, Ponta Delgada, 13 de Março de 1878, p. 1

¹³⁷³ Cf. BPARPD, SPAM, Atas da Direcção de 1873-1887, Livro nº 6, Sessão de 18 de Março de 1878, fls. 50v-51v.

¹³⁷⁴ *Cultura e preparação do chá*, *A Estrela Oriental*, Ribeira Grande, 21 de Março de 1878, p. 2. Um aparte: não pode ter sido na Mãe d’Água, como pretendeu José do Canto (este desconhece a toponímia da Ribeira Grande), pois esta situa-se, em baixo, junto à margem da ribeira Grande e não a meia encosta da Lagoa do Fogo.

¹³⁷⁵ *Idem*, p. 2

chá para a sede em Ponta Delgada, onde se procedia à instalação da fábrica/oficina: “(...) *que preparam no dia imediato [8 de Março] com este chá (...).*” Porém, esta primeira experiência teria pouco êxito, pois, “(...) *depois de concluído o preparo, fizeram-se alguns ensaios mas de que nada se pôde colher (...).*” Insucesso, segundo se aventou: “(...) *por estar ainda [o chá] muito novo.*”¹³⁷⁶ Nesta versão, note-se também, apenas se fala da Ribeira Grande (Mãe de Água) e de José do Canto. Estas duas versões, *a de A Persuasão, de 13 de Março*, e a da Acta de 18 de Março, coincidem no essencial, divergindo apenas nos pormenores e no desacerto do nome do local da plantação.

Por que razão terão ido de imediato à plantação de José do Canto e não à de outro sócio? Nada nem ninguém nos informa, mas provavelmente por este ter o chá “*com o aspecto de arbustos, que na China deveriam ter de oito a nove anos (...).*” O chá de José do Canto (pondo de parte outros cultivadores, apenas por os não conhecermos) fora objecto de múltiplos cuidados de poda e de plantação em finais de Fevereiro de 1878. Tratara o do Pico da Pedra e do Porto Formoso, mas esmerara-se no do Pico Arde (Caldeira Velha).¹³⁷⁷ Era uma pequena mas excelente plantação de chá (2 alqueires) que, não obstante ter quatro a cinco anos de idade, tinha o aspecto, comparada a plantações da China, segundo Lau-a-Pan, de oito a nove anos. Outro aspecto a realçar: uma plantação num terreno inclinado, meia-encosta, exposto ao noroeste, em excelente estado, justificaria também a escolha do Pico Arde como local de experiência. A escolha dever-se-ia também, supomos, à proximidade entre a plantação e o local de transformação.

E foi lá que levaram Lau-a-Pan na quinta-feira dia 7 de Março de 1878. Chá cultivado em 1874 ou 1873, queria dizer que José do Canto andara a experimentar naquele local chá desde 1869. Também significa que, ao compará-lo com chá da China, Lau-a-Pan conhecesse este, não podia ser alguém só com a experiência de transformação de chá em Macau. Estas notícias, foram elogios, merecidos, ao trabalho de José do Canto. Conclusão: a folha ainda não estava em boas condições. Como é que Lau-a-Pan, homem do Sul da China (Macau e arredores), com clima e solos diferentes se adaptou ao clima e aos solos da Ilha? E ao crescimento diferente (até que ponto diferente) do chá na Ilha? Por que razão optaram por fazer chá na sede, não estando ainda a fábrica/oficina pronta, quando, no Pico Arde, José do

¹³⁷⁶ Cf. BPARPD, SPAM, Atas da Direção de 1873-1887, Livro nº 6, Sessão de 18 de Março de 1878, fls. 50v-51v.

¹³⁷⁷ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, /001/002, [Não tem número], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 28 de Fevereiro de 1879: “(...) *o chá está plantado o cerrado que Vossa Excelência determinou quer-se (?) plantas pouca porção não tive ocasião de as contar (?) amanhã (?) pretendia a planta-los no mato acima do pomar novo como Vossa Excelência me determinou plantei abaixo do chá, cedros bonitos, 2 linhas na beira, por baixo (...)* (fl. 1 v.) *do Porto veio-me mais 26 pés de chá pelo rapaz que foi podar do Pico da Pedra veio-me mais 114 pés de chá pelo rapaz que foi podar o chá mas não gostei que houvesse aquele plantio porque o Manuel Pereira não estava o rapaz é que aproveitou por curiosidade (?)*.”

Canto tinha a sua pronta? Talvez para conceder a honra ao local da sede. Talvez ainda pelo espectáculo oferecido a um maior número de pessoas.

Vejamos uma terceira versão, da autoria da Comissão de Acompanhamento do chá, de que Ernesto do Canto era relator: “(...) *No dia 14 de Março colheram-se as primeiras folhas nas propriedades do nosso consócio sr. José do Canto e no imediato foram manipuladas aqui na sede da Sociedade, na casa de antemão preparada com a fornalha e outros aprestes indispensáveis.*”¹³⁷⁸ Estará a misturar o que se passara 7 dias antes ou estará a dar conta de nova ocorrência? Poderá estar a dar conta de uma segunda ocorrência. Há um pequeno detalhe diferente entre as versões de Francisco Maria Supico, da acta da SPAM, e desta de Ernesto do Canto. Ernesto do Canto poderá estar a referir um segundo e decisivo momento? Desconhece-se.

Que razões nos poderão explicar as discrepâncias entre as versões de Ernesto e as demais?¹³⁷⁹ Primeira, Ernesto fora nomeado relator da Comissão de acompanhamento da

¹³⁷⁸ Sacramento, Ob. Cit., 1879, p. III

¹³⁷⁹ O relatório foi oficialmente lido, presumivelmente na íntegra, mas não integralmente publicado, pela primeira vez, na reunião da Assembleia-Geral de 5 de Fevereiro de 1879, sendo posteriormente, naquela ou sob outra forma, primeiro distribuído por jornais e, finalmente, incluído na segunda edição do livro de Frei Leandro do Sacramento, em finais daquele mesmo ano de 1879: “(...) *O Excelentíssimo relator da comissão (fl. 69) do chá Dr. Ernesto do Canto apresentou e leu o relatório desta Comissão sobre as experiências que se fizeram durante a colheita do ano findo, o qual mereceu a aprovação da Assembleia-geral (...).*” Observação: dirá respeito a todo o ano de 1878 e não a Março em particular. E, atente-se nos possíveis pretextos para mudar a versão original: “*que resolveu se mandasse publicar nos jornais mais importantes desta Ilha (...).*” A escrita para o jornal seria diferente? Não temos forma de o apurar. O que veio assinado de 5 de Fevereiro: “*e que se imprimisse como introdução à reimpressão que também resolveu se fizesse do folheto sobre colheita e manipulação de chá publicado no Rio de Janeiro em 1824, por Frei Leandro do Sacramento.*” (Cf. BPARPD, SPAM, Atas da Assembleia Geral, 1851 – 1882, Livro nº 2, Sessão de 5 de Fevereiro de 1879, fls. 68v-69v.) Por que razão se teria escolhido Ernesto do Canto para relator da Comissão de acompanhamento da experiência do chá? Antes, outra pergunta: que compete a um relator? No dicionário actual: “*Aquele que relata ou redige um relatório ou o parecer de uma comissão ou assembleia.*” (<https://www.priberam.pt/dlpo/relator>, Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013) E no de então? Não nos é explicado, mas, pelo resultado final, a julgar pelo perfil de Ernesto do Canto, e pelo contexto em que foi feita a escolha, fica-se com a ideia de que se pretendia algo mais daquele relator. Em parte, por ser o irmão do que propusera a Comissão, que cedera a Presidência, embora mantendo a Vice-Presidência da SPAM para ir ocupar o cargo de Presidente da Junta Geral. Em parte ficaria a dever à reputação de investigador e de escritor. Em 1866, como vimos, não só indagara a Edmond Goeze a melhor maneira de fazer chá, como já antes experimentara fazer chá com o irmão José do Canto. Em 1874 apresentara na SPAM um estudo sobre o ananás. (Canto, Ernesto, *Ananazes: proposta apresentada na palestra que teve lugar na sala da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense em 26 de Março de 1874.*) Portanto, seria merecedor de rasgados elogios locais e nacionais e, a partir de 1878, iria publicar o Arquivo dos Açores (uma recolha. É possível que Ernesto tivesse sido o autor (ou um dos autores) do formulário para o registo minucioso para acompanhamento das “manipulações.” Que se traduziria por ser, “*devidamente acondicionado, com todas as notas da origem, data da preparação e mais circunstâncias especiais, foi aproximadamente de oito quilos de chá preto e dez quilos de chá verde, quantidade insignificante mas ainda assim suficiente para o efeito.*” (Sacramento, Ob. Cit., 1879, p. IV) José do Canto, para a década de noventa, usaria um registo semelhante para a sua experiência daquela década. Uma carta sem data, endereçada por este ao irmão, di-lo. (Sousa, Fernando Aires, *José do Canto: subsídios para a História Micaelense (1820-1898)*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1982, Documento N.º 8, p.198) Além de lhe reconhecerem mérito científico e dotes literários (como escritor e orador), reconheciam-lhe méritos diplomáticos: fora ele quem apresentara a proposta à SPAM para o chá, fora ele quem oleara, à margem das instituições, a máquina burocrática para contratar com êxito os dois práticos chineses, fora ele quem controlara todo o processo. Pouco depois, em 1879, reconhecendo-se-lhe talento, seria eleito Presidente da SPAM. Seria ele que dirigiria a segunda temporada do chá na Ilha e todo o rescaldo após a saída de Lau-a-Pan e Lau-a-Teng. Seria

experiência chá no dia 13 de Março; segunda, como haviam decorrido onze meses entre 7 de Março de 1878 e 5 de Fevereiro de 1879, admite-se que Ernesto do Canto tenha confundido o que se passara a 7 com o que se passara depois. Não pondo em causa o dia 7, é possível que não tenha dado importância a este primeiro momento e só começado a registar a 14, o dia seguinte ao que fora nomeado. Apesar de ser bastante minucioso, Ernesto do Canto era um homem extremamente ocupado. Também é possível que os outros membros não tenham dado a devida importância.

Ernesto do Canto também escreveu:“(…) *continuaram* [depois do dia 14] *o fabrico à medida que as plantas apresentavam folhas em bom estado, o que teve lugar nos dias 15, 19, 25 de Março, 5, 16, 23, 24 de Abril, 5, 6, 7, 8, 9, 10 de Maio, 16, 19, 23 de Junho, 15 e 22 de Julho, das propriedades dos nossos consócios, Ribeira Grande, Pico da Pedra, Porto Formoso, Capelas.*”¹³⁸⁰

Para o início, Gabriel de Almeida, em 1892, aponta o dia 15 de Março.¹³⁸¹ Em relação aos locais onde se apanhou folha para fazer chá, atrás referidos, ainda em 1892, sem especificar, acrescentava: “(…) *e outros.*”¹³⁸² Quais outros? Não sabemos todos os possíveis, sabemos, no entanto, alguns – entre outros, José Jácome Correia.

Ora, cruzando a documentação da SPAM referente a despesas com os dados de Ernesto do Canto, publicados no Relatório, e de Gabriel de Almeida, no referido trabalho, verifica-se que há uma nota de despesa datada de 16 de Março, referente a uma deslocação às Capelas: “(…) *Por um frete de carro de conduzir os Chinas às Capelas a verem plantas de chá* (...)”¹³⁸³ Uma dúvida: a data dirá respeito à ida ou ao dia em que foi emitida? É possível que aquela nota de despesa de 16 para as Capelas dissesse respeito ao dia 14 ou mesmo ao dia 15 de Março referido por Ernesto do Canto. Se assim foi, e é bem possível que tenha sido, por que razão,

ele quem endireitaria as contas da SPAM. Enquanto isso, o irmão José do Canto era, desde 1878, Presidente da Junta Geral de Ponta Delgada e vice-Presidente da SPAM (1877-1878). Portanto, também estava bem colocado politicamente. Não conhecendo a versão dos jornais (se foi ou não publicado), apenas excertos vertidos na acta, o que diz esta versão do livro? Tenha-se em mente que seria uma versão oficial discutida entre os membros da Comissão: Caetano de Andrade de Albuquerque, José Maria Raposo do Amaral Jr., Luís do Canto da Câmara Falcão, Manuel Botelho de Gusmão e Ernesto do Canto. Portanto, Ernesto, podendo ter-se ou não imposto, fala em nome e alinhado com a posição da Comissão. Não fora assim, talvez, não fosse eleito em 1879 para Presidente da SPAM. Ernesto diz: “*Chegaram os mestres Chineses a S. Miguel a cinco de Março de 1878, e tendo visitado algumas propriedades particulares a fim de observarem a vegetação das plantas, verificaram que elas tão-somente começavam a vegetar, e que só mais tarde teriam folhas novas e tenras únicas convenientes para a fabricação.*” (Sacramento, Ob. Cit., 1879, p. III) Da sua leitura, fica-se com uma vaga ideia de que aquela primeira visita tanto poderia ter ocorrido a 5 (ou seja no própria dia da chegada dos Chineses) como em qualquer outro dia até ao dia 13 de Março (dia anterior ao segundo contacto de 14 de Março), ora, nós sabemos por Supico e pela acta da SPAM que este primeiro contacto se efectuou a 7 de Março.

¹³⁸⁰ Sacramento, Ob. Cit., p. IV.

¹³⁸¹ Almeida, Gabriel, Ob. Cit., 1892, p. 18.

¹³⁸² Idem

¹³⁸³ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1901, 16 de Março de 1878, liv. 13, fls. 5-6.

segundo ainda Ernesto do Canto, as deslocções ao Pico da Pedra, Porto Formoso e Ribeira Grandenão nos aparecem em notas de despesas da SPAM? A resposta pode ser bem simples: José do Canto, senhor de plantações naqueles locais, terá oferecido meios de transporte. A partir desta data, nunca mais temos notas de despesa das Capelas, talvez porque ou o dono daquele chá facultou meios como José do Canto ou aquele chá deixou de ser importante para a experiência.

A nota de despesa seguinte, datada de 6 de Abril de 1878, dá-nos conta de uma ida à Caldeira Velha da Ribeira Grande. Ressalve-se, não necessariamente a 6 de Abril mas antes de 6 de Abril: “*Por frete a 3 burros pela condução dos Chinas, da Ribeira Grande ao mato da Caldeira Velha, a colherem folhas de chá do prédio que lá possui o (...) sócio José do Canto (...).*”¹³⁸⁴ Com a mesma data, deu-se uma ida ao Pico da Pedra: “*(...) por frete de um carro por conduzir os Chinas ao lugar do Pico da Pedra (...).*”¹³⁸⁵ Estava-se, apesar de não se dizer explicitamente, à procura do melhor chá.

Por esta altura, Francisco de Melo, mateiro de José do Canto, em carta escrita a 15 de Março, o dia a seguir à segunda deslocção do mestre *Lau-a-Pan* e do seu ajudante *Lau-a-Teng* à Ribeira Grande, pede a José do Canto autorização para aprender a fazer chá. Escreve assim: “*(...) (fl. 1 v.) (...) o que eu desejava era ver fazer chá que desejava aprender se fosse da vontade de Vossa Excelência.*”¹³⁸⁶ José do Canto deve ter achado o desejo de Francisco conveniente já que, menos de quatro meses depois do pedido, em carta de Agosto, Francisco de Melo já se dizia ser capaz de fazer chá.

Façamos um breve sumário: houve, de certeza, uma primeira deslocção a uma plantação de chá a 7 de Março, para inspeccionar o estado da folha. Resultado: ainda não estava capaz. 8 de Março, experimentou-se fazer chá: não estava em condições. A partir de 14 de Março, como parece indicar o relatório de Ernesto do Canto, foi-se de novo ver o aspecto da folha de chá a plantações nas Capelas, Ribeira Grande, Pico da Pedra e Porto Formoso. Para Ernesto, isto foi o início da colheita, para outros não.

Quando se iniciou a campanha de apanha e de fabrico de chá? Supico, por exemplo, em trabalho saído a 21 de Março de 1878 em *A Estrela Oriental* (e antes em *A Persuasão*), disse: “*pela aparência da rebentação foi ele [Lau-a-Pan] também de parecer que a colheita da*

¹³⁸⁴ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1901, 6 de Abril de 1878, liv. 13, fl. 8.

¹³⁸⁵ Idem, fl. 7.

¹³⁸⁶ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 275 [Não tem número], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 15 de Março de 1878.

*próxima Primavera, a qual começará em princípios de Maio (...).*¹³⁸⁷ Também dissera a “(...) colheita próxima, que deve começar em fins de Abril.”¹³⁸⁸ José do Canto, em carta a Joseph Dalton Hooker datada de 28 de Março de 1878, também apontava para Abril: “*notre petite recólte de Thé se fera dansunmois (...).*”¹³⁸⁹



[F. 54 - Caetano de Andrade Albuquerque (1844-1900)]

Fonte: João Borges Cordeiro, in San-Bento, Madalena, Diário do Grão-Mestre da luz: a luta pela iluminação pública nos Açores, 2015, p. 92.

Uma carta de Caetano de Andrade de Albuquerque, Presidente da SPAM ao governador de Macau, Carlos Eugénio Correia da Silva, datada de 22 de Abril de 1878, fornece-nos uma pista excelente: “(...) *nesta Primavera contamos de proceder a alguns ensaios decisivos sobre o fabrico deste género entre nós.*”¹³⁹⁰ Nesta Primavera, depois de 22 de Abril. Considerando as várias fontes, seria em fins de Abril ou princípios de Maio. Assim se percebe que, menos de cinco dias depois da carta de Caetano de Andrade, os chineses vão ao Pico da Pedra ¹³⁹¹ e por volta de 4 de Maio vão à Ribeira Grande.”¹³⁹² Terá sido por esta altura que trouxeramfolha para fazerem chá na sede, em Ponta Delgada: “*Por frete a 3 burros para conduzir os Chins ao mato da Ribeira Grande, como da ordem e de um que trouxe o chá para a residência desta Sociedade (...).*” Assim parece ter sido, pois uma nota com a mesma data, 4 de Maio, regista a compra de carvão e lenha, de cestos e capachos, de boiões grandes de crés e frasco de vidro para chá.¹³⁹³

Perto de 11 de Maio, de novo a Ribeira Grande: “*Por frete a 3 burros para conduzir os Chinas ao mato da Ribeira Grande, e de um que trouxe o chá para a residência desta Sociedade*

¹³⁸⁷ Cultura e preparação do chá, *A Estrela Oriental*, Ribeira Grande, 21 de Março de 1878, p. 2.

¹³⁸⁸ *Idem*.

¹³⁸⁹ Cf. Identificador KADC6232, Directors' Correspondence181/13, RoyalBotanicalGardens, Kew: Archives, Carta de José Canto a Joseph Dalton Hooker, Açores, 28 de Março de 1878.

¹³⁹⁰ Cf. BPARPD, SPAM, Registo de Correspondência, 1860-1898, 22 de Abril de 1878, liv. 23, fls. 12v-13 v

¹³⁹¹ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 27 de Abril de 1878, liv. 12, fl. 11

¹³⁹² *Idem*

¹³⁹³ *Idem*.

(...).”¹³⁹⁴ E, na mesma data, para transformar a folha e arrumar o chá feito, de novo: compra de carvão, de lenha, de 2 boiões de grés para chá, de um frasco de vidro para chá.¹³⁹⁵ Notas de 18 de Maio reforçam a hipótese de já se estar a fazer o chá colhido na Ribeira Grande (talvez também um pouco do do Pico da Pedra) na fábrica/oficina da sede em Ponta Delgada e a guardá-lo: 3 caixas vazias de chá, 3 boiões de grés,¹³⁹⁶ e etiquetas.¹³⁹⁷

Se até aqui poderiam, eventualmente, subsistir ainda algumas dúvidas acerca da eventual manipulação do chá colhido, uma outra nota, de 18 de Maio, dissipa quaisquer eventuais dúvidas restantes: “(...) *lenha para manipulação de chá* (...)”¹³⁹⁸ E mais: “(...) *meio-dia a um mestre carpinteiro e a um rapaz e compra de pregos para fazer 2 caixões para receberem chá da ventoinha* (...)”¹³⁹⁹

Ora, uma coisa será executar algumas das fases do fabrico do chá, outra, bem diferente, é realizar todas. No entanto, sabemos que se fez chá verde (completo) no Pico Arde num determinado dia próximo de 3 de Agosto. Quererá isso dizer que antes era apenas torcido no Pico Arde e acabado na sede? Sim, mas também permite lançar a hipótese de se haver feito chá verde completo no Pico Arde, sem que o facto tenha sido registado.

Também não sabemos, quando as contas nos referem apenas chá, se se trata de chá verde ou de preto, ou eventualmente outro, como seja o chá branco. Por aí, já poderíamos descobrir algo. Por exemplo, se fosse chá preto, teria de ser logo torcido, de seguida seco, dependendo do estado do tempo, ao ar livre ou no forno. O tempo decorrido entre a apanha na plantação e o local de fabrico influencia a qualidade final do chá: daí terem (supõe-se) ensaiado, primeiro, transportá-lo para a sede, onde seria processado e depois, para melhorá-lo, decidiram, antes de o levar semi-processado para a sede, realizar algumas das etapas na plantação para, em último lugar, se fazer o chá junto à plantação. Tudo isso se terá passado ainda na primeira temporada. Terão concluído que, assim, o chá saía melhor. Esta vai ser a razão que, em breve, tornaria a plantação e a oficina/fábrica de José do Canto no centro da cultura e do fabrico do chá.

Na Ribeira Grande, Lau-a-Pan terá feito chá pela primeira vez por volta de 25 de Maio de 1878, portanto logo no início da primeira campanha. De facto, a primeira prova de que se

¹³⁹⁴ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1901, 11 de Maio de 1878, liv. 13, fl. 10

¹³⁹⁵ Idem.

¹³⁹⁶ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 18 de Maio de 1878, liv. 12, fl. 12.

¹³⁹⁷ Idem.

¹³⁹⁸ Idem.

¹³⁹⁹ Idem, p. 13.

fazia chá na Ribeira Grande da folha que aí se apanhava surge numa nota datada de 25 de Maio. Havia casa preparada, faltavam os aprestes (instrumentos) móveis. Ei-los, os da SPAM: “(...) *frete a 4 burros de conduzir os Chins e aprestes para a manipulação do chá no mato da Ribeira Grande (...).*”¹⁴⁰⁰ Não se ficara apenas pelas intenções poisoutra nota, da mesma data, com pagamento de lenha, confirma-o: “*compra de lenha para manipulações de chá no mato da Ribeira Grande (...).*”¹⁴⁰¹

Um pequeno reparo: haverá a partir de agora, como veremos, na mentede quem escreve, alguma diferença entre dizer Caldeira Velha da Ribeira Grande, mata da Ribeira Grande e Pico Arde? Considerará, quem o escreve, tudo o mesmo? Será para diferenciar o chá da SPAM em terreno de José do Canto e o terreno do chá de José do Canto? Não se sabe. No entanto, aquelas designações díspares referem-se todas ao local onde José do Canto tinha o seu chá. Como houvesse mais trabalho, talvez também de outros sócios, Lau-a-Pan fazia chá em Ponta Delgada e na Ribeira Grande e a SPAM pretendia gratificá-lo e ao ajudante.¹⁴⁰² Oproduto fora bom, a julgar por outra nota de despesas, ainda da mesma data. Fora necessário, além da lenha, adquirir “*um boião grande, um boião pequeno, 2 latas de folha-de-flandres, (...) uma caixa vazia de chá, goma-arábica, tinta de nanquim vermelha, chumbo, um pincel, e papel de cor (...).*”¹⁴⁰³ Prova suficiente de que o chá fora bom.

José do Canto estava entusiasmado. Na reunião da Direcção de 28 de Maio promete oferecer, quando chegassem, plantas de aromatizar o chá vindas dos Kew Gradens de Londres.¹⁴⁰⁴ As previsões do início da apanha e da produção não haviam falhado por muito. O chá empolgava a SPAM, talvez de forma algo semelhante à do início da sua vida. Finalmente, havia conseguido fazer-se chá. No dia seguinte ao da reunião da Direcção, reuniu-se a Assembleia-Geral. Nota-se uma atmosfera de optimismo, com mais gente a querer entrar no chá.¹⁴⁰⁵

¹⁴⁰⁰Idem.

¹⁴⁰¹Idem.

¹⁴⁰²Idem.

¹⁴⁰³ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1901, 25 de Maio de 1878, liv. 13, fl. 11.

¹⁴⁰⁴ Cf. BPARPD, SPAM Atas da Direcção de 1873-1887, Livro nº 6, Sessão de 28 de Maio de 1878, fl. 55v: Diz a acta: “*O Exmo. José do Canto participou que dos jardins de Kew lhe haviam remetido algumas plantas próprias para aromatizar o chá, tais como = OleaFragrans = e o = Chlarantusinconspicuno = que cedia à Sociedade apesar de que não assegurava a sua chegada aqui em bom estado por virem n’um navio de vela que havia há muito sahido de Londres e que ainda não chegara.*”

¹⁴⁰⁵ Cf. BPARPD, SPAM Atas da Assembleia Geral, 27 Fevereiro 1851 – 1882, Livro nº 2, Sessão de 29 de Maio de 1878, Fls. 65-66v: “*Depois de longa discussão que tiveram a palavra os Exmos. Dr. Vicente Machado de Faria e Maia, José do Canto Dr. Ernesto do Canto e José do Canto Brum sendo a ideia do primeiro sócio que ao Governador se encarregasse o pedido de sementes de chá para a China somando os pedidos feitos pelos particulares (...).*”

Por volta do dia 1 de Junho continuava-se, provavelmente na sede, em Ponta Delgada, a manipular chá.¹⁴⁰⁶ A fábrica/oficina, que começara a ser montada nas antigas instalações do convento de Nossa Senhora da Conceição, em Ponta Delgada, antes ainda da chegada dos dois chineses, continua a ser alvo de melhoramentos ao longo da 1.^a temporada de apanha e fabrico de chá. A qualidade do produto não dependia apenas do pouco ou muito empenho de Lau-a-Pan, nem da qualidade das plantas de chá ou da altura do ano em que as folhas haviam sido colhidas. Dependia, em larga medida, do apetrechamento adequado da fábrica/oficina de transformação, a reivindicar melhorias. A 6 de Abril, referente a período anterior, apresentava-se contas: “(...) *Por compra de pedra, cal, barro, e fêria aos pedreiros em arranjar a fábrica para o chá (...).*”¹⁴⁰⁷ A nota de despesa de 15 de Junho de 1878 confirma-nos a introdução de mais melhorias substanciais. Data deste dia o pagamento de “(...) *um pedreiro e um rapaz na chaminé da fábrica de chá (...).*”¹⁴⁰⁸ Esta fábrica/oficina dispunha de uma loja virada para a rua, como se poderá ainda ver da nota de pagamento de 6 de Julho de 1878: “*Por caiar, raspar e remendar o muro desta Sociedade, com frente para a rua pública e loja da fábrica de chá, incluindo a compra de cal em pó e em pedra, barro (...).*”¹⁴⁰⁹

Antes ainda do início da temporada, Francisco Maria Supico lançou um sério aviso, que poderá, eventualmente, ter sido discutido ou partido da iniciativa de gente como Ernesto ou José do Canto. Conforme acusação posterior, Francisco era pessoa para agradar ao amigo com poder.¹⁴¹⁰ Trata-se de uma importante reflexão, que se reveste de primordial importância para o conhecimento do espírito inicial dos primórdios da experiência do chá, pelo que, em benefício deste trabalho, sugerimos a leitura na transcrição em anexo. (Vide Doc. N.º 7 – ANEXO, p. 64 - A)

Depois de afirmar serem “*já lisonjeiros os resultados dos seus primeiros ensaios*”, que classificava como “*ensaio para demonstrar à direcção daquela sociedade [SPAM] o processo do fabrico,*” Francisco Supico lança uma advertência a propósito da “*Cultura e preparação do chá.*” Vem publicada antes de 21 de Março de 1878: “(...) *não deve haver desde já nem a*

¹⁴⁰⁶ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1901, 1 de Junho de 1878, liv. 13, fl. 11-12; BAPRD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 1 de Junho de 1878, liv. 12, fl. 14

¹⁴⁰⁷ Cf. BPARPD, Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense (SPAM), As contas da Direcção, 1878-1879, 6 de Abril de 1878, liv. 12, fl. 9.

¹⁴⁰⁸ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 15 de Junho de 1878, liv. 12, fl. 15.

¹⁴⁰⁹ Ibidem, 6 de Julho de 1878, liv. 12, fl. 17.

¹⁴¹⁰ O Vigilante, Lagoa, 23 de Agosto de 1905, pp. 1-2: “O Senhor Supico na febre de armar à popularidade, na conquista, dos apaniguados em que parece andar sempre empenhado, ou por uma necessidade imperiosa do temperamento que o leva a fazer-se útil e simpático, agride frequentemente homens de bem com quem priva, defendendo contra estes gente que nunca encontrámos em sua casa em ocasião incerta.”

fascinação de entusiasmos prematuros, nem a desconfiança de receios sem fundamento."¹⁴¹¹ Ao corrente da situação da Ilha, continuou: *"Estamos neste período delicado das indústrias nascentes, em que é preciso muito estudo e também muita perseverança. Sobretudo recomendaremos que os curiosos evitem os ensaios de fabrico pelos quis se obtém produtos viciados, porque foram feitos sem arte, mas que servem perante os levianos ou os incautos para lançar sobre a indústria um labéu, que se generaliza, que a maioria acredita, e que só com dificuldade no futuro se desfaz."* E para que os insucessos do passado servissem de lição ao presente, recordava: *"Lembrem-se todos de que com o tabaco sucedeu ao princípio nesta Ilha que os curiosos começaram logo a querer fazer charutos antes de haver pessoal habilitado para os fabricar. O resultado foi o descrédito proveniente dos produtos abastardados que a ignorância lançava no mercado; e esse desfavor durará ainda por longos anos apesar de quaisquer esforços que se empreguem no aperfeiçoamento da cultura e fabrico doo tabaco micaelense."*

Abre de novo o artigo com uma advertência bastante séria: *"Sempre onde são precisos conhecimentos técnicos, as experiências antecipadas dos curiosos dão desastrosos resultados."* O caminho seguro para o sucesso seria: *"Quando os operários chineses tiverem bastante conhecimento da nossa língua, ou quando houver discípulo habilitado a generalizar o fabrico do chá, poderão os particulares ensaiar a organização de pequenas fábricas domésticas para prepararem as folhas de suas plantas (...)"* Deixa um conselho final: *"Tenhamos todos o pensamento de conhecer bem o caminho que vamos percorrer; por que se há sempre perigo de andar às cegas, muito mais o há na senda industrial onde se tem uma arte a desempenhar, preceitos e regras a seguir."*¹⁴¹²

Em resposta a Francisco Supico ou mera coincidência, em Abril, a direcção da SPAM traçava um rumo na linha do que havia sido sugerido em Março por Francisco Supico: abria as portas do *"ensino [do chá] não só às pessoas que voluntariamente deseja(sser) aprender os processos práticos deste trabalho, como também a alguns trabalhadores a quem se pag(asse) para esta aprendizagem."*

A intenção era clara: formar um grupo de práticos da terra que lograsse dar continuidade ao trabalho dos práticos contratados. Na mesma reunião, José do Canto, sempre atento e actualizado, apresentou a terceira edição de um livro, saído naquele mesmo ano de 1878,

¹⁴¹¹ Cultura e preparação do chá, *A Estrela Oriental*, Ribeira Grande, 21 de Março de 1878, p. 2

¹⁴¹² Idem.

intitulado “(...) *The Cultivation and Manufacture of Tea*.” O seu autor era o Tenente-Coronel Edward Money. Alegava José do Canto que aquela obra trazia “(...) *importantes esclarecimentos para a simplificação dos processos da manipulação do chá*.” A Direcção resolveu encomendá-lo porque “(...) *acrescentar(ia) bastante (a)o que já sabíamos pela [obra] de Samuel Ball (...)*.” Pretendia-se, “(...) *nas próximas experiências ensaiar*” os sistemas que Money aconselhava.¹⁴¹³ Teoria e prática sempre juntas.

Já estando os dois chineses na Ilha havia treze dias, a 18 de Março, sob a presidência do Dr. Caetano d “Andrade Albuquerque, reúne-se a Direcção e,” *sob proposta (de) José do Canto foi nomeada uma comissão (...) para dirigir os trabalhos de manipulação e preparo do chá.*”¹⁴¹⁴ Não havia tempo a perder, o chá iria ter um acompanhamento próximo e preferencial.

A colheita e o fabrico de chá mal haviam começado e, a 3 de Junho, o presidente Caetano de Andrade “*usando de um direito que o Estatuto lhe confere,*” convoca com carácter de urgência uma Assembleia-Geral. Porquê? Lau-a-Pan e Lau-a-Tengeram acusados de não se esforçarem o suficiente, de manterem segredo do que deveriam partilhar e de serem incompetentes. O relatório não menciona, mas Gabriel de Almeida, que os acompanhou de perto, acrescentaria mais tarde outro aspecto que influiria na produção: “*frequentes vezes fumavam ópio em grande quantidade. Haviam dias de consumirem 15 a 18 gramas.*”¹⁴¹⁵ O que, tudo somado, comprometia os objectivos da SPAM. Que fazer? Acabar liminarmente com o contrato e mandar vir outros? Ou Dar-lhes tempo?

A propósito das dificuldades sentidas e o modo como foram superadas, conhecem-se duas versões: a de Rafael de Almeida e a da SPAM. A de Rafael de Almeida, à altura já radicado em Lisboa, foi-nos transmitida, anos mais tarde, por Alberto Pimentel. A da SPAM surge no decorrer da acção. Rafael era um conhecido colaborador do jornal onde Alberto Pimentel colaborava e, como vimos, foi encarregado pela SPAM de seguir (vigiar) os dois chineses.¹⁴¹⁶ O trabalho de Alberto Pimentel terá sido publicado entre finais da década de oitenta (quando Rafael deixa a Ilha) e o ano de 1925 (ano da morte de Alberto Pimentel), mas, para

¹⁴¹³ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Direcção, sessão de 28 de Abril de 1879, fls. 62v-63 e 63v-64v. Diga-se que a obra de Money aparece no Borrão do Gabinete de Leitura de 1905.

¹⁴¹⁴ Cf. BPARPD, SPAM, Atas da Direcção de 1873-1887, Livro nº 6, Sessão de 18 de Março de 1878, fls. 50v-51v.

¹⁴¹⁵ Almeida, Gabriel, *Ob. Ct.*, 1892, p. 19. Um aparte: há quem diga (sem ter lido o contrato) que o ópio estava no contrato: não estava.

¹⁴¹⁶ Nota posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018: Pimentel, Alberto, *O Chá Português*, Apenas Livros Ld., Lisboa, 2.ª edição, p.7: “(...) *Foi nomeado um fiscal dos chineses, para que pudesse ir apossando-se dos segredos do fabrico. Recdaiu a escolha no Sr. Rafael de Almeida, que, por coincidência, é hoje colaborador deste jornal, e residente em Lisboa.*’.

se ser mais excatos, provavelmente, em 1903.¹⁴¹⁷ Rafael de Almeida falece em Lisboa na década de trinta do século XX, antes do I Congresso Açoriano em Lisboa.¹⁴¹⁸

Ainda que seja uma narrativa (parcialmente ou na totalidade) fantasiada, pois, Rafael não dominava o Mandarim nem os Chineses falavam Português, ou sequer falavam inglês sofrível, todavia, apenas para entendermos o ambiente que envolveu a primeira experiência do chá, ou os ecos posteriores, transcrevemos na íntegra a passagem correspondente do opúsculo:

Os Chineses, sempre disfarçados, procuravam desorientar a pessoa que fora encarregada de vigiá-los. Contradiam-se a cada momento nas explicações que davam. Era preciso recorrer a meios imaginosos para arrancar-lhes a verdade, e lembrou um. Os dois fumavam ópio, e enquanto fumavam ópio, faziam inconscientemente revelações importantes. Sonhava um com o dinheiro que tinha ganho e escondido a bom recato. Outro falava dos assuntos relativos à sua profissão, contava minudências do fabrico, ria-se talvez dos micalenses que queriam arrancar-lhe o segredo da mais perfeita manipulação. (p.8) Dizia o primeiro: - Com o meu dinheiro é que ninguém é capaz de dar. Tenho-o bem escondido debaixo daquela arca maior que está no canto da casa. Eh! Eh!, quando me for daqui irei rico, e os de São Miguel ficarão sem saber como é que se prepara o melhor chá. E o segundo, como que ouvindo vagamente o outro na embriaguez do ópio, completava-lhe o pensamento:- Eu explico-lhes tudo ao contrário, de modo que eles, em nós indo embora, não ficarão a ver chá, mas unicamente navios! Tão tolo seria eu que lhes fosse revelar um segredo da nossa raça, que constitui uma das principais riquezas do Celeste Império! Esperai por isso, que tendes de esperar! O Sr. Rafael Almeida ouvia-os, e no dia seguinte dizia ao primeiro:- Lau-a-Teng, toma conta do teu dinheiro, que tens escondido debaixo da arca maior, que está no canto da casa. Se to descobrem, podem roubar-to, e tu deixarás de rir para ter muito que chorar. Sou teu amigo, e aviso-te, impondo-te o dever de também seres meu amigo. Lau-a-Teng arregalava os olhos, ficava surpreendido, atónito.

Voltando-se para o outro dizia o Sr. Rafael de Almeida: - Mestre Lau-a-Pan, tu é que sabes fazer o melhor chá. Aqui o Lau-a-Pan não percebe da (p.9) missa a metade. Ora tu foste contratado para ensinar tudo o que sabes, mas procuras enganar-nos, faltando

¹⁴¹⁷ Nota posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018: No final do opúsculo (cuja 1.ª edição é de 2002 e a 2.ª de 2004), vem assum: In: Ninho de Guincho, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1903, pp.35-42. Este trabalho de Alberto Pimentel terá vindo naquele outro opúsculo. Por que o penso? Mesmo número de páginas. Porque ainda veio na sequência de conferências do Sr. José Júlio Rodrigues, que tiveram lugar naquela altura.

¹⁴¹⁸ Nota Posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018: Vi, tirei, mas não encontro a nota do falecimento e mais dados biográficos de Rafael de Almeida retirados de artigo de Jornal de Francisco Carreiro da Costa

à tua palavra e ao contrato que fizeste connosco. Toma cuidado, mestre Lau-a-Pan, que também nos Açores há justiça, e tu estás muito longe do Celeste Império, de modo que o Filho do Sol não te poderá valer. Lau-a-Pan não ficava menos assombrado do que Lau-a-Teng. - Este homem – diziam eles cochichando um com o outro e referindo-se ao Sr. Almeida – tem poder sobrenatural: adivinha tudo! É preciso respeitá-lo e obedecer-lhe. Foi assim, por este processo imaginoso, que a perfídia dos dois chinas pôde ser combatida e vencida. (Pimentel, s.d, p.7)

Ora, a versão oficial, é bem diferente e bem mais plausível. É à luz do objectivo de tirar o melhor partido possível dos conhecimentos técnicos de Lau-a-Pan que se deve entender a proposta de Ernesto do Canto, relator da comissão de acompanhamento do chá. Ernesto do Canto admitia que dois meses não fossem suficientes para se avaliar a qualidade técnica de Lau-a-Pan (Lau-a-Teng era ajudante e pouco sabia de chá). Sugeriu que se lhes dessem mais cinco meses, até à *“Assembleia-Geral (...) de Novembro para se poder formar juízo dos produtos por eles manipulados.”* O irmão, José do Canto, comungava da mesma opinião: *“como argumento apresentava “as razões (...) colhidas do tratado de Samuel Ball.”*¹⁴¹⁹ Sempre a teoria aliada à prática.

Não se trataria tão-só de uma questão de se lhes dar tempo para se adaptarem ao chá da terra, mas era também, obviamente, uma questão de falta de empenho da parte deles. Simplesmente, não se aplicavam como preconizava o contrato. Ernesto do Canto fez ver aos consócios que era vital encontrar formas de *“(…) obrigar os Chins a manipular o chá como devem.”*¹⁴²⁰ Para tal fim, pedia autorização à Assembleia-Geral para que a Comissão, da qual ele era relator, pudesse *“faze-los cumprir à risca o contracto”* por duas formas: 1- *“restringindo-se a Sociedade a cumprir exclusivamente o contratado; 2- ou “prometendo-lhes uma gratificação que os anime a cumprir o dito contracto.”*¹⁴²¹ Era uma estratégia de persuasão que combinava estímulo e força,¹⁴²² ficando a comissão mandatada para fazer o que entendesse ser oportuno. A renovação do contrato dependeria do *“(…) comportamento dos Chinas.”* E, *“(…) no caso de renovação estabelecer as condições que julgar convenientes.”*¹⁴²³

¹⁴¹⁹ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1901, 1 de Junho de 1878, liv. 13, fl. 11-12; BAPRD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 1 de Junho de 1878, liv. 12, fls. 66v-68v.

¹⁴²⁰ Idem.

¹⁴²¹ Idem.

¹⁴²² Sacramento, Ob. Cit, 1879, p. IV.

¹⁴²³ Cf. BPARPD, SPAM/002, Actas das sessões da Assembleia-Geral, 27 de Fevereiro de 1851 a 31 de Janeiro de 1887, Sessão de 3 de Junho de 1878, fls. 66v-68v.

Sem esperar pelos resultados das medidas tomadas, fossem quais fossem, a SPAM ponderou um plano alternativo. Em primeiro lugar, decide-se recorrer ao governo, através dos cônsules portugueses espalhados pelo mundo, a fim de se obterem informações acerca da cultura e manipulação do chá onde quer que fossem praticadas.¹⁴²⁴ Por esta altura, o chá era experimentado em diversos pontos do globo, mas presumia-se, com razão, que nem todas as experiências chegariam aos Açores através dos periódicos e das obras assinadas pela SPAM. O que se pretendia saber, em concreto, conforme as perguntas do inquérito, era: se no país onde o cônsul representava Portugal, “1.^o (...) se cultiva(va) o chá (...);” em caso afirmativo, saber, “2.^o se a cultura e fabrico do chá tem prosperado (...);” “3.^o Qual a qualidade que se produz; 4.^o Que quantidade se produz; 5.^o Qual o valor deles (...); 8.^o Se o produto é de boa qualidade mas não se tem desenvolvido a cultura por não ser remuneradora (...).” Uma questão candente, já que a relação laboral entre a SPAM e os dois chineses não corria de feição, perguntava-se “6.^o Se (era) possível contratar algum habitante a preparar e ensinar a manipulação; 7.^o Em que condições pecuniárias se podiam contratar (...).”¹⁴²⁵

Com ou sem Lau-a-Pan, a SPAM iria prosseguir nos seus objectivos principais, um dos quais era a formação de manipuladores locais. Apoiando o propósito da Direcção, de formar gente da terra na preparação do chá, a Assembleia-Geral autorizou os sócios da SPAM a assistirem à sua manipulação. Estava-se em tempo de balanço, haviam decorrido apenas três meses sobre a chegada de Lau-a-Pan e, no entanto, muito já acontecera. Uma proposta aceite: “(...) (do sócio) *Manuel Botelho de Gusmão*” para que fosse “(...) permitida a entrada na oficina a todo e qualquer sócio que desejasse assistir à manipulação e preparo do chá”¹⁴²⁶ revela-nos: primeiro, o incontestável interesse em aprender a manipular o chá correctamente, não só pela leitura, mas vendo fazer quem sabia; segundo, que se aprendesse rapidamente.

A experiência da 1.^a Temporada de apanha e fabrico prossegue. Em dia de São Pedro, nova nota de despesa refere que se fora à Ribeira Grande apanhar e fazer chá. Fora porque a 29 de Junho, num sábado, era provável ser dia de festa, o que não invalida que Francisco de Melo, Lau-a-Pan e Rafael de Almeida o houvessem feito: “(...) frete a 4 burros com os Chins e aprestes para manipulação de chá na mata da Ribeira Grande (...).”¹⁴²⁷ O que não exclui a

¹⁴²⁴ Idem: “foi aprovada com a alteração de em vez de serem pedidas as informações por intervenção do Governo serem pelo Director Geral dos Consulados.” Destinava-se, no fundo, a julgar pelas perguntas, a obter dados para constituir um caderno de viabilidade económica do chá micaelense no contexto do chá mundial.

¹⁴²⁵ Idem

¹⁴²⁶ Idem.

¹⁴²⁷ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 29 de Junho de 1878, liv. 12, fl. 16; BPARPD, SPAM, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1901, 29 de Junho de 1878, liv. 13, fl. 13.

possibilidade de se haver igualmente feito chá na sede.¹⁴²⁸ À volta do dia 13 de Julho, faz-se chá, na sede ou na Ribeira Grande: *“lenha e carvão para manipulações de chá.”*¹⁴²⁹

Nos dias 18 e 25 de Julho, a nota é bem explícita, colheu-se e fez-se chá na Ribeira Grande: *“(…) frete a 2 carros por conduzir os Chins à Ribeira Grande, a manipulações de chá, sendo um do dia 25 passado e outro de 18 do corrente (…).”*¹⁴³⁰ Outra nota, datada do mesmo dia, menos clara quanto aos dias em que se realizou, no entantomais explícita quanto ao local (a Ribeira Grande) e aos instrumentos usados na manufactura do chá: *“(…) frete a 4 burros por conduzir os Chins e aprestes do fabrico de chá para a Caldeira Velha da Ribeira Grande (…).”*¹⁴³¹ Não se sabe se aquele chá já veio para a sede em Ponta Delgada em caixas forradas ou se terão sido forradas na sede: *“(…) para forrar caixas de chá, papel de cor e goma-arábica (…).”*¹⁴³² O Pico da Pedra foi um dos três locais conhecidos onde se fez parcialmente ou na totalidade chá.¹⁴³³ Uma nota de *“Por frete de um macho ao Pico da Pedra com aprestes necessários para o fabrico do chá (…).”*¹⁴³⁴

A penúltima nota conhecida de despesas relativa à primeira temporada de apanha e produção de chá na Ilha de São Miguel é de 3 de Agosto de 1878 e diz respeito à Ribeira Grande. Nesta, pela primeira vez se menciona o chá verde: *“(…) frete a 4 burros por conduzirem os Chins ao Pico Arde, incluindo o que levou os aprestes para uma manipulação de chá verde (…).”*¹⁴³⁵ A última poderá ser de 31 de Agosto de 1878, que refere a *“(…) compra de um capacho, uma talha de barro, verga, vassouras, lenha e carvão para manipulação do chá (…).”*¹⁴³⁶

Francisco de Melo foi testemunha ocular atenta da experiência de chá verde. Em Agosto não teria sido a primeira vez que fora feito chá verde na Ribeira Grande, só que antes torcera-se o chá na Ribeira Grande para o fazer em Ponta Delgada: *“Eles costumavam a levá-lo de cá*

¹⁴²⁸ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 29 de Junho de 1878, liv. 12, fl. 16.

¹⁴²⁹ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 13 de Julho de 1878, liv. 12, fl. 18.

¹⁴³⁰ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 20 de Julho de 1878, liv. 12, fl. 19.

¹⁴³¹ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 20 de Julho de 1878, liv. 12, fl. 18; BPARPD, SPAM, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1901, 20 de Julho de 1878, liv. 13, fl. 15; BPARPD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 20 de Julho de 1878, liv. 12, fl. 19.

¹⁴³² Idem.

¹⁴³³ Temos de admitir a hipótese de terem existido outros locais, por exemplo, Capelas ou Porto Formoso

¹⁴³⁴ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1901, 27 de Julho de 1878, liv. 13, fl. 15; BPARPD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 27 de Julho de 1878, liv. 12, fl. 19.

¹⁴³⁵ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 3 de Agosto de 1878, liv. 12, fl. 19-20; BPARPD, SPAM, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1901, 3 de Agosto de 1878, liv. 13, fl. 15; BPARPD, SPAM, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1901, 3 de Agosto de 1878, liv. 13, fl. 15-16; BPARPD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 3 de Agosto de 1878, liv. 12, fl. 20; BPARPD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 3 de Agosto de 1878, liv. 12, fl. 20.

¹⁴³⁶ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1901, 31 de Agosto de 1878, liv. 13, fl. 16

torcido só e lá na cidade é que o aprontavam.” Segundo ele escreve a José do Canto a 1 de Agosto, terá ocorrido, na quarta-feira, dia 31 de Julho: “(...) *Os chineses vieram ontem (...).*”¹⁴³⁷

Francisco de Melo aprendeu a fazer chá, vendo mestre *Lau-a-Pan*. A carta de 1 de Agosto de 1878 é bastante elucidativa deste processo de aprendizagem: “(...) *Os chineses (...) não puseram nem houve dúvida em eu estar de princípio até ao fim.*”¹⁴³⁸ Via e tomava nota, no caso o chá verde que haviam feito no Pico Arde, como se constata pela mesma missiva: “*tenho este serviço escrito (...).*” E depois experimentaria o que via fazer, como diz ao patrão José do Canto, se “(...) *tivesse cá o tacho e as peneiras*” seria capaz de “*fazer igual (a) o que eles fizeram.*” Era, no entanto, preciso prestar redobrada atenção ao “(...) *tempo que leva mais forte e a mais ciência é no tempero tanto no lume como no trabalho.*”¹⁴³⁹ Mas também aprendeu e aperfeiçoou-se com José do Canto, com quem estava em perfeita sintonia. José do Canto e Francisco de Melo formavam uma dupla eficaz sendo, de certo modo, os olhos e as mãos um do outro: “(...) *era muito bom estar ao fazer do chá para [me] ensinar o modo melhor com que se possa desenvolver o chá.*”¹⁴⁴⁰ Escreveu-o imensas vezes.

Na avaliação de José do Canto, Francisco de Melo aprendera ao ponto deste, em Janeiro de 1881, em carta escrita ao responsável pelos Kew Gardens, sem lhe referir o nome, mas certamente referindo-se-lhe, dizer: “(...) *J’ai été assez heureux pour avoir un homme du peuple qui à appris à fabriquer, et fabrique le Thé noir et vert aussi bien, ou mieux que les deux chinois, que nous avons eu ici.*”¹⁴⁴¹

Francisco de Melo não foi o único a aprender cedo a fazer chá. No relatório de Ernesto do Canto, de 5 de Fevereiro de 1879, já se diz: “*as principais operações da manipulação são já bem conhecidas de alguns membros da Comissão, e o nosso empregado da secretaria, Rafael de Almeida tem conseguido por em prática todo o processo seguido pelos chins.*”¹⁴⁴² Entre os membros da Comissão que conheceriam já as *principais operações da manipulação do chá* podemos referir Caetano de Andrade Albuquerque, Luís do Canto da Câmara Falcão, José

¹⁴³⁷ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 274, Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 1 de Agosto de 1878.

¹⁴³⁸ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 274, Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 1 de Agosto de 1878.

¹⁴³⁹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 274. Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 1 de Agosto de 1878.

¹⁴⁴⁰ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, /001/002, [Não tem número], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 2.^a carta, 14 de Julho de 1880.

¹⁴⁴¹ Cf. Identificador KADC6235, Directors’ Correspondence 181/16, Royal Botanical Gardens, Kew: Archives, Carta de José Canto a Joseph Dalton Hooker, Açores, 20 de Janeiro de 1881.

¹⁴⁴² Sacramento, Ob. Cit., 1879, p. VII.

Maria da Câmara Coutinho Carreiro de Castro, Manuel Botelho de Gusmão, José Maria Raposo do Amaral Jr. e Ernesto do Canto. Ernesto do Canto (tinha plantação de chá em 1866 e naquele ano pede orientação a Goeze). Quem mais poderia ser? Talvez José Maria Raposo do Amaral Jr., que iria construir a fábrica/oficina Raposo do Amaral/Barrosa. José Maria da Câmara Coutinho (Carreiro de Castro), teria chá nas Capelas, do que viera do Brasil para Santo António? Que mais tarde cederia plantas a Ernesto do Canto? Se for o mesmo, é provável que também quisesse aprender. Mas outros, menos óbvios, aqui e agora, poderiam ter aprendido: por exemplo, Manuel Botelho de Gusmão. Seria dele a proposta em Junho de 1878 para permitir que os sócios presenciassem na sede da SPAM a manipulação do chá. Seria ele a levar amostras de chá ao Club Lisbonense e a Pedro Jácome Correia.

Em que consistiriam essas principais operações? Gabriel de Almeida, que chegou também a trabalhar para a SPAM, refere: a colheita da folha adequada no momento certo, depois, dependendo de se querer chá preto ou verde, outras operações simples.¹⁴⁴³ Quanto ao futuro, Ernesto mostrava-se optimista: *“Na próxima estação mais alguém se há-de habilitar com a indispensável prática a fim de que fique entre nós bem conhecido o fabrico do chá.”*¹⁴⁴⁴ O que se produziu de chá na 1.^a temporada? Ernesto do Canto diz: *“o produto de todas estas manipulações (...) foi aproximadamente de oito quilos de chá preto e dez quilos de chá verde (...).”* Que opinião formou disso? Diz: *“quantidade insignificante mas ainda assim suficiente para o efeito (p. V) desejado.* Em 1892, Gabriel de Almeida adianta oito quilos de chá preto e 10 quilos de chá preto.¹⁴⁴⁵ Não é gralha nossa: enquanto Ernesto atribui 8 quilos ao chá preto, Gabriel, dá 8 e 10 quilos. De quem é a gralha ou erro? Terão sido 8 ou 10 quilos de chá verde? Ernesto parece-nos mais escrupuloso.

Rescaldo da primeira temporada? E aqueles *oito quilos de chá preto e dez quilos de chá verde* (com a ressalva anterior) produzidos na 1.^a temporada de 1878, foram obtidos de que chá? De *Camellia Sinensis sinensis* (vulgarmente China)? De *Camellia sinensis assamica* (vulgarmente Índia)? Híbrido? Não se sabe, no entanto, dispomos de duas pistas. A primeira data de Março de 1878, quando o chá de José do Canto do Pico Arde (não temos para as do Pico da Pedra e do Porto Formoso) teria, segundo Supico, três para quatro anos, apontando para uma data de cultivo entre 1874/5. Ora, tudo indica que foi das plantas de chá que César Supico mandou de Macau antes de 5 de Junho de 1875. Se dermos o tempo do envio (três

¹⁴⁴³ Almeida, Ob. Cit., 1892, pp.29-71.

¹⁴⁴⁴ Sacramento, Ob. Cit., 1879, p. VII.

¹⁴⁴⁵ Almeida, Ob. Cit., 1892, p. 18: *“O produto de toda a fabricação, considerada como ensaio, foi de 8 quilos de chá preto e 10 quilos de chá preto [sic].”*

meses), o tempo da resposta (mais três meses), aquela remessa que chegou intacta veio em 1874.¹⁴⁴⁶

No entanto, parte da semente trazida por Lau-a-Pan em 1878 “(...) *chegou em parte deteriorada pelas delongas de tão larga viagem, mas temos esperança de que boa porção germinará dando ainda uma sofrível produção.*”¹⁴⁴⁷ Por sorte, diz Caetano de Andrade, sem referir a proveniência, “*existia aqui a planta do chá em boas condições de vegetação, e já nesta Primavera contamos de proceder a alguns ensaios decisivos sobre o fabrico deste género entre nós.*”¹⁴⁴⁸ Onde? Nas plantações de José do Canto? Nas de José Jácome Correia? Nas de Ernesto do Canto? José Maria da Câmara, das Capelas, membro da Comissão de Acompanhamento do Chá é tido como dono de uma plantação nas Capelas cujas plantas são putativamente herdeiras das sementes que haviam chegado a Santo António Além Capelas do Brasil. Supico, citando fonte conhecedora, informa: “*Só de uma vez, para o dr. Ernesto do Canto semear do Pico do Cedro, lhe proporcionou das Capelas uns dois alqueires de semente o sr. José Maria da Câmara.*”¹⁴⁴⁹ O que de Santo António Além Capelas pode ter vindo “*foram as sementes que por cá tínhamos, que mais valeram para a posterior multiplicação.*”¹⁴⁵⁰ Portanto, conclui, “*era originária dali toda a semente da cultura que os chineses aqui vieram encontrar e que lhes proporcionou folha para os primeiros trabalhos de preparação.*”¹⁴⁵¹ Portanto, do Brasil ou de Macau, parece relativamente seguro afirmar-se que o chá manipulado por Lau-a-Pan em 1878 e 1879 era da variedade *Camellia Sinensis Sinensis*. Tanto mais que o objectivo da SPAM era aprender a fazer chá como se faz na China. Se ainda restassem dúvidas, damos o testemunho de Rafael de Almeida que acompanhou de perto Lau-a-Pan e Lau-a-Teng: “*A semente é igual à da camélia. O chá preto e o verde, são da mesma planta e só difere a sua qualidade no modo da cultura, preparação, época de colheita e propriedades do solo.*”¹⁴⁵²

Que importância teriam aqueles 18 quilos de chá? Havia, recorremos mais uma vez ao testemunho escrito de Ernesto do Canto em 1879, uma “(...) *natural impaciência de conhecer*

¹⁴⁴⁶ Cf. BPARPD, ACR/FMS, corr., 1239, carta de César Augusto Supico, Macau, a Francisco Maria Supico, 5 de Junho de 1875.

¹⁴⁴⁷ Cf. BPARPD, SPAM, Registo de Correspondência, 1860-1898, 22 de Abril de 1878, liv. 23, fls. 12v-13 v.

¹⁴⁴⁸ Idem: antes da primeira temporada de recolha e fabrico de chá.

¹⁴⁴⁹ *A Persuasão*, Ponta Delgada, 14 de Junho de 1905, Cf. Francisco Maria Supico, *As Escavações*, vol. III, ICPD, 1995, p. 1031.

¹⁴⁵⁰ *A Persuasão*, Ponta Delgada, 14 de Junho de 1905, Cf. Francisco Maria Supico, *As Escavações*, vol. III, ICPD, 1995, p. 1031: “*As que vieram com os chinos perderam-se muito em razão do estrago que lhes causou a longa viagem. Também não resistiram aos acidentes da viagem as plantas mandadas vir para aromatizar o chá. Mas não faziam falta, pois que tínhamos cá a principal. Porém nunca se usou para tal fim.*”

¹⁴⁵¹ *A Persuasão*, 14 de Junho de 1905, Cf. Francisco Maria Supico, *As Escavações*, vol. III, ICPD, 1995, p. 1031.

¹⁴⁵² Almeida, Rafael de, *A Persuasão*, Ponta Delgada, n.º 908, 11 de Janeiro de 1879; Francisco Maria Supico, *As Escavações*, vol. III, 1995, p. 1027

a qualidade dos produtos obtidos (...).” E, no entanto, era preciso dar tempo ao tempo, referindo-se ao desempenho de Lau-a-Pan e a Lau-a-Teng, dar-lhes *“alguns meses, para lhe dar tempo de melhorarem a qualidade (...).”*¹⁴⁵³ O intérprete Lau-a-Teng, *“pouco ou nada sabe da preparação do chá.”*¹⁴⁵⁴ Davam-lhes mais tempo, porque era, continuava, o que *“recomendam todos os autores que tratam do assunto.”*¹⁴⁵⁵

O primeiro passo para apurar o valor do chá deu-se na reunião de Novembro de 1878 da comissão de acompanhamento, onde se *“(...) procedeu ao exame e observação das várias amostras (...).”*¹⁴⁵⁶ Algumas das amostras, a julgar pelo seu aroma e paladar, levaram-na a considerar o resultado como satisfatório. No entanto, pretendendo escapar à sua possível parcialidade, decidiram *“proceder a uma experiência em maior escala,”* não só mas também *“para que fosse mais concludente e significativa.”* Assim mandaram *“para o Club Micaelense uma porção do nosso melhor chá para ser servido no dia 22 de Novembro [1878] aos sócios daquela casa sem os prevenir absolutamente do que se tinha feito.”* Resultado: *“Todos beberam o chá sem que alguém reclamasse!”*¹⁴⁵⁷ Exclamação de Ernesto do Canto. *A”diferença, que os sócios do club acharam no chá daquela noite atribuíram-na à maior concentração na infusão, sendo a opinião geral favorável à nossa amostra.”* E rematou: *“Em vista desta evidente e desprevenida expressão das boas qualidades do nosso produto já a dúvida não podia subsistir.”*¹⁴⁵⁸ À altura, Manuel Botelho de Gusmão era Presidente do Clube Micaelense, em Ponta Delgada. O tesoureiro daquele Club era José Maria Raposo do Amaral Júnior, membro da Comissão de Acompanhamento do chá.¹⁴⁵⁹ Além disso, foi no Club Micaelense porque aqui era servido obrigatoriamente aos sócios.¹⁴⁶⁰

Manuel Botelho de Gusmão, José do Canto e o Barão da Fonte Bela haviam enviado amostras para diversos locais e entidades. Na reunião do dia 29 de Janeiro de 1879, ainda sob a presidência de Caetano de Andrade Albuquerque, fica-se a saber que o sócio e também membro da Comissão de Acompanhamento Manuel Botelho de Gusmão mandara a Pedro Jácome Correia (deputado a nível nacional) *“(...) duas latas com chá dizendo-lhe que delas fizesse o uso que entendesse a fim de obter do Governo um subsídio para esta Sociedade (...).”* Mas não ficaram por ali, pois, na mesma ocasião, mas em Lisboa, no Club Lisbonense, Manuel

¹⁴⁵³ Sacramento, Ob. Cit., 1879, p. V.

¹⁴⁵⁴ Idem, p. IV.

¹⁴⁵⁵ Idem, p. V.

¹⁴⁵⁶ Idem.

¹⁴⁵⁷ Sacramento, Ob. Cit., 1879, p. IV.

¹⁴⁵⁸ Idem, p. V.

¹⁴⁵⁹ Machado, Margarida Vaz, *Club Micaelense: 150 anos de História*, Ponta Delgada, 2007, p. 93.

¹⁴⁶⁰ Idem, p. 17. Cito Margarida Machado, que cita Aníbal Bettencourt B. Bicudo e Castro: *“(...) o chá será indefectivelmente ministrado às 7 e 8, 5 [8:30?] da tarde, segundo a diferença da Estação, seja qualquer que for o número de sócios que se ache presente.”*

Botelho de Gusmão fez exactamente o mesmo que se fizera em Ponta Delgada no Club Micaelense, “sendo o resultado muito satisfatório.”¹⁴⁶¹

Não se teria ficado por aí, segundo Ernesto do Canto: “outras provas têm sido feitas por diversas pessoas, de que tem resultado a opinião já generalizada que o nosso chá preto é capaz de ser consumido pelos amadores sem sacrifício, e pelo contrário com prazer.”¹⁴⁶²

Vejamos a quem mandam de seguida e tentemos perceber as razões. Segundo a acta, sem comentar o motivo, José do Canto enviara 3 latas de chá. Uma delas foi para os Jardins da Kew. Ernesto do Canto conta a razão do envio para esta instituição: “(...) onde porventura pode ser estudado por algum eminente sábio, ou pelo menos servirá de testemunho de gratidão desta sociedade, para aquele estabelecimento de onde tem recebido várias plantas raras, e entre estas algumas cujas flores são empregadas para aromatizar o chá.”¹⁴⁶³ Enviar para os Kew, sobretudo, obter de Kew uma boa opinião, seria abrir portas ao chá de São Miguel em Londres? É possível. Revela Ernesto que a “Mess. Bruno & Silva de Londres para as mandar provar nas casas que comerciam neste artigo, e ali lhe determinarem o valor vendável, dado indispensável para os futuros estudos.”¹⁴⁶⁴ Reforça-se aqui a suspeita de que estariam já então a pensar no mercado da Grã-Bretanha: ver o que aquele chá valia na praça de Londres. Recebendo boas notícias de Kew e de Bruno & Silva, era meio caminho andado para o sucesso. Passos idênticos haviam sido dados, tempos antes (não muitos), como seria do conhecimento de membros da SPAM, através da leitura de jornais Britânicos, pelos representantes do chá do Assam na Índia. Irá também neste sentido o contacto com Fouqué em Paris. Diz-se na acta, de forma mais explícita: “e a outra para o Fouquet, para proceder à análise química e comparação com o chá da China.”¹⁴⁶⁵ Enviadas amostras do chá (preto e verde?) produzido na Ilha para comparar com o chá feito na China. Fouqué estivera por duas vezes nos Açores e em São Miguel e como vimos escrevera sobre o chá.

Segundo a acta, mais detalhada, o Barão da Fonte Bela “enviara uma lata de chá ao Exmo. Dr. Thomaz de Carvalho para igual fim.”¹⁴⁶⁶ Segundo Ernesto do Canto, referindo o mesmo Dr. Tomás de Carvalho em Lisboa, “foi remetida uma amostra rogando-se se digne comunicar a esta Sociedade [SPAM] o resultado de seus alheios estudos.”¹⁴⁶⁷ Se conseguisse alcançar, na

¹⁴⁶¹ Sacramento, Ob. Cit., 1879, p. III.

¹⁴⁶² Idem, p. III.

¹⁴⁶³ Sacramento, Ob. Cit., 1879, p. III.

¹⁴⁶⁴ Idem.

¹⁴⁶⁵ Idem.

¹⁴⁶⁶ Cf. BPARPD, SPAM, Atas da Direção de 1873-1887, Livro nº 6, Sessão de 29 de Janeiro de 1879, fls. 58-61.

¹⁴⁶⁷ Sacramento, Ob. Cit., 1879, p. III.

capital, um bom resultado, de alguém conhecedor, estariam igualmente aí abertas as portas ao chá dos Açores? Pode ser.

Todos aqueles esforços pretendiam atingir objectivos precisos. Continuando com Ernesto do Canto: *“O fim único a que esta sociedade se propôs até agora [5 de Fevereiro de 1879], foi conhecer se o chá cultivado em São Miguel era susceptível de produzir, depois de preparado convenientemente, um artigo próprio para o comércio, demonstrando assim a possibilidade de o fabricar semelhante ao da China.”*¹⁴⁶⁸ Este seria o primeiro objectivo, só depois se trataria de estudar a sua viabilidade económica, embora esta fosse também considerada de grande importância. Ainda que os problemas não estivessem de todo resolvidos, *“contudo nutrimos esperanças de que se deve confiar no futuro – e este nos será favorável. Resumindo, a comissão julga que poderemos produzir em São Miguel chá preto susceptível de ser consumido no nosso país, e no estrangeiro, se a sua (p.IX) cultura e manipulação puderem competir com o baratíssimo trabalho manual dos Chineses.”*¹⁴⁶⁹

Regressando ao Relatório da SPAM, o problema centrava-se depois no chá verde, pois, *“(…) o mestre Lau-a-Pan ignora quase por completo os processos de manipulação e fabrico do chá verde (...) é por isso que na próxima primavera ajudados pelos conselhos do dito sr. [Samuel] Ball e com a prática da estação passada, se dê algum passo no caminho do progresso (...)”*¹⁴⁷⁰ Não refere Edward Money, recomendado por José do Canto. Só em Abril é que este último o recomendaria à Assembleia da SPAM. No entanto, não vinha daí grande mal, pois o consumo de chá verde era muito restrito e quase limitado a Portugal, enquanto o preto era consumido *“em quase todo o mundo civilizado e principalmente na Inglaterra, Rússia e Estados Unidos da América.”*¹⁴⁷¹ Este consumo limitado de chá verde, segundo Ernesto, seria acompanhado por um fabrico também restrito, reduzido a apenas alguns locais na China, pelo que mesmo neste país não era fácil encontrar bons manipuladores.¹⁴⁷²

¹⁴⁶⁸ Idem.

¹⁴⁶⁹ Idem.

¹⁴⁷⁰ Sacramento, Ob. Cit, 1879, p. III.

¹⁴⁷¹ Idem.

¹⁴⁷² Idem. Em nota de rodapé, José Alberto Corte Real explica a razão da preferência dos Chineses pelo chá preto: *“Na China consome-se quase unicamente chá preto [naquela área].’ Razão? Diz ele: “E é opinião dos fabricantes e entendedores que, se quem toma o verde soubesse como ele se prepara, não o tomaria. Tem-no além disso por nocivo à saúde.”* Daí se compreende que O Chá verde era produzido mais a Norte de Macau. Lau-a-pan pouco ou nada soubesse de chá verde e que pensasse mal de quem gostava dele. E, no entanto, *“O primeiro género de chá que chegou à Europa foi o chá verde que era o mais consumido pelos chineses.”* “Para evitar esta fraude, os compradores procuravam o chá preto já tratado segundo os métodos artesanais.’ O preto era mais barato. Zhu, Jiaqi, O café e o chá nas culturas da China e de Portugal, Dissertação de Mestrado, Mestrado em Línguas, Literaturas e Culturas, Universidade de Aveiro, 2016.

Na Reunião da Direcção de Janeiro de 1879, última antes da Assembleia-Geral de 5 de Fevereiro, em que Ernesto do Canto apresentaria o Relatório da Comissão de Acompanhamento do chá, o ainda Presidente, Caetano de Andrade, provavelmente, dando largas ao seu contentamento, partilhava o optimismo geral. Ele era igualmente membro da referida Comissão, e estaria ao corrente do conteúdo do Relatório: Caetano de Andrade de Albuquerque, que ia passar a Presidência a Ernesto do Canto, sem esconder a vaidade que sentia pelo feito alcançado, afirmava ao Rei que “(...) *entre os cometimentos ousados que esta sociedade [SPAM] tem empreendido figura talvez, como o principal a sua iniciativa em ensaiar e introduzir neste Distrito [Ponta Delgada] a cultura e preparação do chá.*”¹⁴⁷³

Rafael de Almeida, ainda antes do Relatório de 5 de Fevereiro e da reunião da Direcção de 29 de Janeiro, não menos orgulhoso, publicou: “(...) *A China, a Índia, o Brasil, são as únicas partes, aonde se prepara esta camélia, e agora na Ilha de S. Miguel. Temos plantações e já o chá preparado, que nos leva a crer num futuro próspero. O nosso solo, dito pelos peritos e confirmado pela boa vegetação daquela planta é fertilíssimo. Os terrenos empregados como os melhores são os de declive montanhosos, pedregosos, soltos e humosos. Será isso uma fonte de riqueza para esta terra? É problema que só o futuro resolverá.*”¹⁴⁷⁴

A questão centrava-se em torno da competência e do empenho de Lau-a-Pan: dar-lhe mais algum tempo, acabar o contrato ou contratar alguém que o substituísse? Quanto tempo mais se lhe daria? Aqui vai a resposta conhecida: “*Resolvendo a Sociedade renovar o contrato com os dois Chins até ao próximo Verão (...).*”¹⁴⁷⁵

Daqui resultam outras medidas tomadas: era preciso rapidamente incentivar a iniciativa de produtores locais, daí a tentativa de compra de utensílios de fabrico na China; era igualmente preciso incentivar, sem delongas, gente da terra a aprender, daí não só franquear as portas da sede enquanto se fazia chá como, numa segunda fase, pagar a quempretendesse aprender; era necessário, além da prática, fornecer elementos simples de teoria, daí a tradução de obras acessíveis, de folhetos, de resumos, de reedições; eram necessárias sementes, daí mandá-las vir da China, para depois as vender a um preço acessível assim ou já em planta.

¹⁴⁷³ Cf. BPARPD, Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense (SPAM), Atas da Direcção de 1873-1887, Livro nº 6, Sessão de 29 de Janeiro de 1879, fls. 58-61.

¹⁴⁷⁴ Rafael de Almeida, Persuasão, n.º 908, 11 de Janeiro de 1879; Francisco Maria Supico, As Escavações, vol. III, 1995, p. 1027

¹⁴⁷⁵ Cf. BPARPD, SPAM, Registo de Correspondência, 1860-1898, 22 de Fevereiro de 1879, liv. 23, fls. 14 v.- 15 v.

Onde se processaria o chá? Na sede só ou também em espaço de sócios? Quais? José do Canto é um conhecido. E que tipo de chá tentar fazer: o Chinês que chegava a Inglaterra ou o Inglês da Índia Britânica? Depois, houve a questão candente da derrapagem económica, daí a necessidade de eleger uma direcção de combate bem relacionada e experiente: Ernesto fora Presidente da Câmara de Ponta Delgada, do Club Micaelense, o irmão era Presidente da Junta Geral, o irmão do genro do irmão era deputado em Lisboa. Vamos por partes. Se o Relatório de Ernesto do Canto, apresentado a 5 de Fevereiro, que pode bem ser visto como uma espécie de plataforma de programa para a Direcção que iria chefiar, representou um balanço do que fora feito e do que se pretendia fazer na 2.^a temporada, na reunião de 28 de Abril, estabeleceram-se as bases da actuação da SPAM para a 2.^a Temporada: Ernesto do Canto era o Presidente e Manuel Botelho de Gusmão, o secretário.¹⁴⁷⁶

Estava-se a poucos dias do início da segunda temporada de colheita e de fabrico do chá.¹⁴⁷⁷ O irmão José do Canto traçou o rumo. Se, no Relatório de 5 de Fevereiro de 1879, Ernesto alvitava a necessidade futura de um estudo económico do chá,¹⁴⁷⁸ a 28 de Abril, José propunha à Direcção, da qual fazia parte enquanto ainda Presidente da Junta Geral, a maneira de lá se chegar: *“que se adquirisse um livro em que seriam abertas casas para detalhar designações onde se lançasse todo o movimento da futura apanha do chá e preparo, na presente estação (...),”* no sentido de se fazer uma estatística criteriosa *“que levará então a Sociedade a formar juízo seguro sobre a parte económica da empresa que se anda estudando (...)”* estando isto em linha com o ponto de situação feito por José do Canto: *“por ora, só com esperanças talvez bem fundadas, mas não com dados precisos, que é forçoso obter.”*¹⁴⁷⁹ A Direcção, anuindo, pediu-lhe que apresentasse um modelo.¹⁴⁸⁰ Este modelo sugerido por José do Canto, além de se parecer ao do irmão no seu relatório, não divergia do que ele utilizaria para o seu próprio chá.¹⁴⁸¹ A sua elaboração revelar-se-ia de vital importância para

¹⁴⁷⁶ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Direcção, 10 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887, 28 de Abril de 1879, liv. 6, fls. 62v.-64v.

¹⁴⁷⁷ *A Persuasão*, Ponta Delgada, 14 de Maio de 1879, p. 4.

¹⁴⁷⁸ O alvitre ter-lhe-ia sido sugerido pelo irmão em data desconhecida, mas anterior. Veja-se Documento N.º 8, p. 198: *“Meu caro Ernesto/ (...) Parece-me necessário estabelecer experiências para se conhecer a produção do chá em folha, e a despesa na apanha, assim como fazer iguais experiências para se conhecer o rendimento do chá manipulado. Para esse fim julgo que conviria que houvesse um livro com as necessárias casas, em que todas as vezes que entrasse folha de chá, se escrevesse a (?), o lugar donde vem; o peso que pesou verde ao entrar no nosso jardim; de quantos arbustos foi produto; quanto custou a apanha; se as filhas estão tenras ou não, e bem ou mal apanhadas, etc. etc. (...) Noutro Livro deveria em números correspondentes aos das amostras, anotar miudamente todas as operações feitas, e o tempo que cada uma durou, pela ordem em que se procedeu (...).”* Cf. Sousa, Fernando Aires, *José do Canto: subsídios para a História Micaelense (1820-1898)*, Ponta Delgada, 1982. Transcreve documento sem data, existente BPARPD, FLC, cx.n.º 8)

¹⁴⁷⁹ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Direcção, 10 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887, 28 de Abril de 1879, liv. 6, fls. 62v.-64v.

¹⁴⁸⁰ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Direcção, 10 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887, 28 de Abril de 1879, liv. 6, fls. 62v.-64v.

¹⁴⁸¹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 236, Registo de Apanha de chá 1879: Pico Arde, Porto Formoso e Pico da Pedra: “N.º/Apanha de chá em 1879/Mês: Agosto/Dia: 20/Localidade: Pico

a futura tomada de decisões importantes. O Governo de Sua Majestade, quanto ao subsídio pedido para fazer face às despesas, estava “(...) disposto a concedê-lo,” mas condicionava-o à “(...) elaboração de um “relatório expondo as despesas efectuadas e o cálculo dos prováveis (...).”¹⁴⁸²

Igualmente fundamental era conhecer a importância que comerciantes e especialistas atribuíam ao chá feito na Ilha de São Miguel. Neste sentido, José do Canto comunicou as respostas recebidas a propósito das amostras que tinha enviado: da Casa Bruno Silva recebera a opinião de um especialista afirmando “que a nossa folha de chá é de excelente qualidade e, que apenas, só necessita mais manipulação e fogo, o que se deve fazer para o seu aperfeiçoamento (...).” Vinda de Londres, a capital mundial do chá, era uma excelente notícia, bastava investir na *manipulação e fogo*. O que se deveria fazer. Quanto a *Kew Gardens*, continua José do Canto, cautelosos, haviam respondido “que iam proceder ao exame do chá, e que em breve mandariam opinião segura (...).” Porém, cortesia, ou talvez uma forma diplomática de dizer que o chá recebido da Ilha de São Miguel não era assim tão bom, mandavam “agora umas amostras de bom chá da Índia Inglesa, que podem aqui servir de *typo* para comparar os nossos chás (...).” Era uma desilusão para quem queria fazer chá como se fazia na China para enviar para o estrangeiro, como se afirma no relatório de 5 de Março de 1879. Fouqué, de Paris, não respondera ainda, “mas espera-se trabalho importante de tão abalizado químico francês (...).” No entanto, a apreciação final de José do Canto, não sendo eufórica era satisfatória: “espera-se que as informações que vierem (...) [concordem] com as anteriores que já são bastantes satisfatórias.”

Pretendendo descobrir os mais recentes processos de fabrico do chá verde, José do Canto, perfeccionista e insatisfeito por natureza, sugere a aquisição da 3ª edição, saída em 1878, da obra *The Cultivation and Manufacture of Tea*, de Edward Money, a qual, segundo ele, trazia “importantes esclarecimentos para a simplificação dos processos da manipulação do chá.” A Direcção, convencida, decidiu-se pela encomenda da obra, “que vem acrescentar bastante (...) [ao] que já sabíamos pela de Samuel Ball, devendo-se nas próximas experiências

Arde/Princípio da apanha às 6 30/horas da manhã/Fim da apanha às 6 30 horas da tarde/Em quantos arbustos se apanhou: /Qualidade da folha (1): 1.^a, 2.^a, 3.^a, 4.^a, 5.^a/O portador do chá partiu às horas/ Empregaram-se (1) homens a 180 réis 180 \$/Empregaram-se (8) rapazes a 100 réis 800\$/ Empregaram-se mulheres a réis \$/Esteve sol descoberto: X/ Esteve o tempo coberto: X/ Choveu: X/ Ventou: X7 (1) Deve-se declarar se são as primeiras, segundas, terceiras, quartas ou quintas folhas; ou são primeiras e segundas juntas, ou se vem misturadas de todas as qualidades./ (A lápis) 1.^a, 2.^a, 3.^a, 4.^a, 5.^a vão juntos: 11 800 gramas.’

¹⁴⁸² Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Direcção, 10 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887, 28 de Abril de 1879, liv. 6, fls. 62v.-64v.

*ensaiar os systemas mas que elle aconselha.*¹⁴⁸³ Ou seja, no relatório de 5 de Março, Ernesto afirmava que o fariam recorrendo a Ball, agora fá-lo-iam incluindo Money.

Ainda a 28 de Abril, importantíssima pelas implicações futuras no âmbito dos objectivos da SPAM de habilitar pessoas na Ilha a fazer chá, foi a resolução colectiva inovadora: *“Sobre a próxima Manipulação resolveu-se promover o ensino não só às pessoas que voluntariamente desejam aprender os processos práticos d’este trabalho, como também a alguns trabalhadores a quem se pague para esta aprendizagem.”*¹⁴⁸⁴ Talvez prova da fraca adesão de voluntários ou da adesão abaixo do que seria desejável, não querendo correr o risco de desaproveitar aquela ocasião única, a SPAM lançou, num tempo de profunda crise o engodo de emprego futuro: o ensino dirigia-se, repete-se pela importância, não só para voluntários mas para *“alguns trabalhadores a quem se pague para esta aprendizagem.”*

Uma outra maneira de se aprender a fazer chá passava por fazê-lo, mas para tal eram necessários instrumentos. A SPAM tinha os seus, mas não seriam suficientes. Seria também uma forma de incentivar a montagem de pequenas fábricas/oficinas, outro dos objectivos da SPAM. Assim, mal terminara a primeira temporada, já havendo quem pretendesse fazer chá na Ilha, a 28 de Agosto de 1878 a Direcção da SPAM, de Caetano de Andrade de Albuquerque, tendo José Maria Raposo do Amaral como secretário, anuncia que pretendia encomendar da China (além de sementes) *“(…) quaisquer utensílios de preparar e manipulação (...)”* Quem o pretendesse, tinha até ao final do mês de Setembro para o declarar na Secretaria da SPAM.¹⁴⁸⁵ Não houve sequência, talvez porque os preços do transporte iriam ser elevados e a vida não estava para aventuras. Uma outra razão poderá prender-se com o “esperar para ver”.

Já com Ernesto como presidente, a 19 de Fevereiro renova-se o pedido de instrumentos de fazer chá, no entanto diligenciando obter o transporte gratuito em barcos oficiais.¹⁴⁸⁶ Faziam-se dois pedidos ao Governador de Macau, Carlos Eugénio Correia da Silva, tratado cerimoniosamente, Visconde de Paço de Arcos: *“120\$000 reis de sementes com expressa recomendação de serem sementes novas e que só partem de lá em qualquer transporte do Estado que saia daqueles portos do primeiro de Outubro até ao fim de Janeiro que igual pedido se faça dos utensílios idênticos que já vieram mas em quadruplicado e mais 12 tachos, podendo*

¹⁴⁸³ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Direcção, 10 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887, 28 de Abril de 1879, liv. 6, fls. 62v.-64v.

¹⁴⁸⁴ Idem.

¹⁴⁸⁵ Cf. BPARPD, SPAM Atas da Direcção de 1873-1887, Livro nº 6, Sessão de 28 d’Agosto de 1878, fls. 56-56v.

¹⁴⁸⁶ Cf. BPARPD, SPAM Atas da Direcção de 1873-1887, Livro nº 6, Sessão de 19 de Fevereiro de 1879, Fls.61-62v

o Exmo. Governador envia-los no primeiro transporte do Estado."¹⁴⁸⁷ Que se saiba, não vieram instrumentos de trabalhar o chá naquela data ou em data próxima.

Uma outra vertente presente era a literatura sobre o tema. Era forçoso tornar acessível a literatura de divulgação: o relatório da SPAM, a 2.^a edição de Frei Leandro e a tradução de Ball. A 26 de Abril de 1879 a direcção dava contas: "*Por tradução dos capítulos de Ball, que trata sobre chá (...).*"¹⁴⁸⁸ A 26 de Abril, a SPAM vendera 12 folhetos e reimprimira o tratado de chá escrito por Frei Leandro.¹⁴⁸⁹ Ora, pelo menos doze pessoas tiveram interesse, supomos que económico, no chá. A 30 de Abril, *A Persuasão* anunciava aos seus leitores: "*Na Sociedade de Agricultura Micaelense, vende-se um folheto tratando da manipulação do chá pelo preço de 120 réis.*"¹⁴⁹⁰ Para tornar acessível o conhecimento teórico do chá, a 3 de Maio de 1879, a SPAM imprimira "(...) 120 folhetos, [e procedera à] *reimpressão de um tratado do chá (...).*"¹⁴⁹¹ A 14 de Junho de 1879 vendera mais "6 folhetos" e voltara a insistir que procedera à "*reimpressão de um tratado sobre chá verde (...).*"¹⁴⁹² A pouco tempo de terminar o contrato com Lau-a-Pan, o chá verde continuava a inquietar. Deve tratar-se da tradução de capítulo de Ball sobre chá verde.

Como poderia quem quisesse na Ilha plantar ou semear chá obter plantas e sementes? Podia mandar vir por sua conta e risco - José do Canto fizera-o. Podia pedir a quem já o tinha - José do Canto ofereceu plantas e sementes à SPAM e (ao que se diz) das Capelas ofereceram plantas a Ernesto. Poderia comprá-las a quem já as vendesse na Ilha, fosse a SPAM ou outro particular. Para difundir a cultura do chá, a Sociedade vendia, fazendo desconto e promoções distintas para sócios e não sócios, plantas e sementes. Estas provinham de importação da China (via Macau) e das suas plantações, que se situariam no jardim da própria Sociedade e num pedaço de terreno cedido ou arrendado por José do Canto no Pico Arde.

Em altura de sementeira e de plantações (nota de 26 de Outubro de 1878), a SPAM anuncia a venda de sementes de chá ao público.¹⁴⁹³ A 14 de Novembro de 1878, no período entre duas temporadas de apanha e fabrico de chá, a Sociedade facturou: "(...) *de plantas de chá, e*

¹⁴⁸⁷ Idem.

¹⁴⁸⁸ Cf. BAPRD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 26 de Abril de 1879, liv. 12, fl. 42.

¹⁴⁸⁹ Cf. BAPRD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 26 de Abril de 1879, liv. 12, fl. 41 v.

¹⁴⁹⁰ *A Persuasão*, Ponta Delgada, 30 de Abril de 1879, p. 4

¹⁴⁹¹ Cf. BAPRD, SPAM, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1901, 3 de Maio de 1879, liv. 13, fl. 31.

¹⁴⁹² Cf. BAPRD, SPAM, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1901, 14 de Junho de 1879, liv. 13, fl. 32 v.; BAPRD, SPAM, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1901, 14 de Junho de 1879, liv. 13, fl. 32 v.

¹⁴⁹³ Cf. BAPRD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 26 de Outubro de 1878, liv. 12, fl. 25

de acácias melanchilon, como da guia, 36,20\$74."¹⁴⁹⁴ Não tendo sobrevivido, que se saiba, as guias/facturas onde teríamos o preço da unidade, a quantidade e a identificação do comprador, pouco nos resta dizer a não ser que se vendia plantas de chá. A 16 de Novembro, para satisfazer ou fomentar a procura, a Direcção decide encomendar de "*Macao uma porção de semente de chá igual à que foi remetida à Sociedade por ocasião da vinda dos dois preparadores de chá.*" Decide, igualmente, que irá vender plantas de chá a 30 réis cada.¹⁴⁹⁵ Sobre o mesmo assunto, o anúncio em *A Persuasão* era claro: "(...) *A Direcção desta Sociedade, faz público que no seu jardim na rua da Canada n.º 18, se acham à venda plantas de chá de semente vinda da China a 30 réis cada exemplar, fazendo-se o abatimento estabelecido de 50% para os Ex.^{mos} Srs. Sócios.*"¹⁴⁹⁶

Em finais de Novembro, altura ideal para se plantar chá, a SPAM vendeu "(...) *1 121 plantas de chá, como da guia, 37, 32\$100.*" Não sabemos qual ou quais os compradores nem para onde foi levado, mas pode-se deduzir, a julgar pelo que disse Edmond Goeze em 1866, que a ser um único comprador, este possuiria uma plantação de grandes dimensões. E que, julgando apenas pelo preço, que fez uma boa compra, poiso preço unitário não chegou a 30 réis. Vendeu, ainda em finais de Novembro, de 1878, "(...) *38 plantas de chá (...).*" Ainda outras 100 plantas de chá. Sem adiantar quantidades, já em Dezembro, a SPAM vendeu mais "(...) *plantas de chá (...).*"

Em Dezembro de 1878, a SPAM recebe "(...) 3 caixões com plantas vindos da China e de Lisboa (...)." Vendeu em Dezembro, "(...) *478 plantas de chá (...)*" mais "*100 plantas de chá de viveiros do jardim desta Sociedade.*" Comprou a SPAM, na continuação das suas experiências, "(...) *50 plantas da China para aromatização do chá(...).*" O que somando, 200 aqui 400 ali, adquire uma dimensão e uma expressão mais proeminentes: uma ou várias pessoas estão a comprar chá em planta (já vingada). Em Janeiro de 1879 prosseguem as vendas, desta vez: "(...) *200 plantas de chá (...), (...)* venda de 24 plantas de chá (...)." Em Fevereiro, sem se referir quantidades, continua a venda de plantas de chá, "(...) *224 plantas de chá (...), 80 plantas de chá do Jardim desta Sociedade (...).*"¹⁴⁹⁷

Continuando a época a ser boa para plantar chá, mantinham-se as vendas. No mês seguinte, vende uma expressiva quantidade: "(...) *1000 plantas de chá (...).*"¹⁴⁹⁸ No mesmo mês, há

¹⁴⁹⁴ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 14 de Novembro de 1878, liv. 12, fl. 7 v.

¹⁴⁹⁵ Cf. BPARPD, SPAM, Atas da Direcção de 1873-1887, Livro nº 6, Sessão de 16 de Novembro de 1878, fls. 57

¹⁴⁹⁶ *A Persuasão*, Ponta Delgada, 20 de Novembro de 1878,

¹⁴⁹⁷ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 15 de Fevereiro de 1879, liv. 12, fl. 32 v.

¹⁴⁹⁸ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 1 de Março de 1879, liv. 12, fl. 32 v

outra venda, de uma, mas igualmente significativa quantia de “(...) 700 plantas de chá (...)”¹⁴⁹⁹ E outra de “(...) 200 plantas de chá (...)”¹⁵⁰⁰ Já em Abril vende-se “(...) 56 plantas de chá, de viveiros e estufa. (...)”¹⁵⁰¹ Pormenores curiosos, dos seus viveiros e estufa. Onde? Na sede? Sim. Ainda em Abril, mercê provavelmente de um abatimento de fim de época, “(...) 600 plantas de chá, a 10 réis cada uma.”¹⁵⁰² Os jornais anunciavam a venda, seria venda particular, de “*Plantas de chá a 30 réis cada uma. Rua da Arquinha n.º 71.*”¹⁵⁰³

A Preparação da oficina/fábrica da SPAM para a 2.ª temporada. Para fazer chá verde em condições, logo em inícios de Maio de 1879, melhorou-se a fábrica/oficina da SPAM: “(...) duas fornalhas para secar chá (...)”¹⁵⁰⁴ Em Abril, porque não se faziam ainda na Ilha, três tachos mandados vir de Londres.¹⁵⁰⁵ Os tachos eram em ferro fundido,¹⁵⁰⁶ não se sabe se feitos na Grã-Bretanha ou mandados vir da China. Em Outubro de 1878, sinal de que alguns dos instrumentos foram feitos na Ilha, havia-se pago aos chineses por duas peneiras em bambu ¹⁵⁰⁷ e também pelo conserto de latas.¹⁵⁰⁸

Preparava-se, tendo em conta a experiência colhida na primeira, a segunda temporada. Em Janeiro, iniciam-se as podas do chá e vigiam-se os plantios, por amolar “*um podão de chá e conserto de aguador (...)*”¹⁵⁰⁹ Já em Março, prevendo-se a colheita para dali a poucas semanas, para não colocar o chá directamente no chão, o que poderia prejudicar o seu fabrico, sendo igualmente útil para o espalhar a secar no exterior e recolhê-lo rapidamente para o interior, caso chovesse, “(...) compra de 2 capachos (...)”¹⁵¹⁰ Ou talvez para transporte do chá das plantações ao local do seu processamento? Adquirem-se recipientes para guardar chá, a 22 de Março: “(...) 8 frascos para mostras de chá e panas [anglicismo: pan =

¹⁴⁹⁹ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1901, 15 de Março de 1879, liv. 13, fl. 24 v.

¹⁵⁰⁰ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 22 de Março de 1879, liv. 12, fl. 32 v

¹⁵⁰¹ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 5 de Abril de 1879, liv. 12, fl. 32 v.

¹⁵⁰² Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1901, 12 de Abril de 1879, liv. 13, fl. 24 v.

¹⁵⁰³ *A Persuasão*, Ponta Delgada, 9 de Abril de 1879, p. 4.

¹⁵⁰⁴ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 10 de Maio de 1879, liv. 12, fl. 43: “*Por 2 dias a um pedreiro e servente em fazer duas fornalhas para secar chá e compra de tijolo, cal e barro, 22, 3\$560.*”

¹⁵⁰⁵ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 12 de Abril de 1879, liv. 12, fl. 41: “(...) 3 tachos em Londres, incluindo frete e várias despesas como da ordem 19, 16\$650.”

¹⁵⁰⁶ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 12 de Abril de 1879, liv. 12, fl. 40: “*Por idem de carvão para passagem de chá e condução de um caixão com 3 tachos de ferro fundido chegados de Londres, como da ordem 18, \$180.*”

¹⁵⁰⁷ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 19 de Outubro de 1878, liv. 12, fl. 25: “*Por gratificação aos mesmos Chins pelo feitio de duas peneiras de bambu, como da ordem 50, \$200.*”

¹⁵⁰⁸ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 4 de Janeiro de 1879, liv. 12, fl. 32

¹⁵⁰⁹ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1901, 25 de Janeiro de 1879, liv. 13, fl. 25.

¹⁵¹⁰ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 1 de Março de 1879, liv. 12, fl. 37.

panela, tacho. Significa que o faziam já localmente?], *como da ordem, 1\$800.*¹⁵¹¹ A 29 de Março, mais “(...) *8 frascos para mostras de chá (...).*”¹⁵¹² Já a dez de Maio, prova de que a nova época provavelmente já começara ou iria começar em breve, já não só para guardar amostras, mas para o chá fabricado: “(...) *8 frascos de diferentes tamanhos para guardar chá.*”¹⁵¹³ Em Maio, para a época da apanha e fabrico, consertando “*uma mesa para enrolamento de chá.*”¹⁵¹⁴ Ou, em Fevereiro, para o fabrico do chá, por “(...) *compra de carvão para passagem de chá, 7, 1\$180.*”¹⁵¹⁵ Uma semana depois, mais “*compra de carvão para passagem de chá.*”¹⁵¹⁶

Não foi só a SPAM a melhorar o espaço, José do Canto também melhorou o seu. Devendo-se certamente ao balanço positivo feito à experiência do primeiro ano, José do Canto, passado pouco mais de um ano das obras do primeiro espaço, faz outras obras, investindo num novo espaço, ampliando o existente ou construindo um de raiz.

Pela lista de “*forro para a Casa de chá (...) barrotes (...) tirantes (...) cabouqueiro (...) mainel (...) ladrilho (...) colunas (12 ao todo) (...) ferro,*” que Francisco de Melo enviou a 2 de Abril ao patrão, pode admitir-se que a intervenção foi além do mero retoque. Sabe-se por ela que, além de mestre Manuel Bernardo, que estivera um ano antes nas primeiras obras da casa da mata, encontrava-se o ferreiro mestre José Alberto, e que a obra de cabouqueiro acabaria no dia seguinte, a 3 de Abril, faltando apenas forrar a casa.¹⁵¹⁷ A 9 de Maio, a *Casa de Chá* estava quase pronta. A leitura da carta desta data, escrita de novo por Francisco ao patrão, que termina com um “*fica bem bonita depois de estar tudo pronto a casa de chá,*” permite-nos reforçar a ideia inicial de que esta *casa de chá* seria substancialmente melhor e maior do que a primeira. Intervieram cabouqueiros e canteiros, serradores, ferreiros, carpinteiros.

¹⁵¹¹ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1901, 22 de Março de 1879, liv. 13, fl. 27.

¹⁵¹² Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 29 de Março de 1879, liv. 12, fl. 39.

¹⁵¹³ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 10 de Maio de 1879, liv. 12, fl. 43: “*Por idem de 8 frascos de diferentes tamanhos para guardar chá, como da ordem 22, 1\$640.*”

¹⁵¹⁴ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 10 de Maio de 1879, liv. 12, fl. 43: “*Por conserto de uma mesa para enrolamento de chá, como da ordem 22, 1\$440.*”

¹⁵¹⁵ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 1 de Fevereiro de 1879, liv. 12, fl. 35

¹⁵¹⁶ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1901, 8 de Fevereiro de 1879, liv. 13, fl. 26

¹⁵¹⁷ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, /001/002, [Não tem número], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 2 de Abril de 1879: “(...) *o forro para a casa de Chá está pronto agora os barrotes para esta (?) são de 14 palmos os que estão não dão a medida é necessário meter a serrar mais um dia (...)* (fl. 1 v.) *uns tirantes que cá estão. O cabouqueiro (...) que acabe amanhã. Meu Excelentíssimo Senhor, eu tratei a parte por 1800 e o mestre Manuel Bernardo tratou a outra travessa, o mainel (...) 140 réis, o ladrilho a côvado (?) 80 réis, 6 colunas, 2 colunas a 240 réis, e as outras 2 colunas a 300 réis, e as outras 2 a 720 réis cada uma (...) 300 réis (...) o mestre José Alberto esteve cá e mandou-me encomendar ferros. (...).*”

Diz que “mestre Manuel Bernardo deu hoje tudo pronto menos em tejolador.” Pintaria a casa de branco (?) lá para o dia 19 de Maio.¹⁵¹⁸

Em nova carta, de 16 de Maio, Francisco informava o patrão de que “o *desaguo da casa*” estava feito, de que só no dia seguinte é que se veria como ficaria “a *entrada para a casa*,” e que haviam sido postas “*mil telhas lá em cima (...) 530 tijolos (...)*.”¹⁵¹⁹ Uma leitura atenta desta nota autoriza-nos a sustentar uma intervenção substantiva na casa de chá, implicando uma ampliação sumária da anterior estrutura ou mesmo uma nova construção de raiz. Será que o espaço primitivo utilizado para o chá fora coberto de palha? O facto de nos não termos deparado com despesa de telhas no primeiro espaço leva-nos a pensar nessa hipótese.¹⁵²⁰ Outra prova: o exemplo de outras casas, como o da casa dos pastores.¹⁵²¹ Seja como for, a 30 de Maio de 1879, a Casa de Chá/Oficina/fábrica pretendida já estaria concluída.¹⁵²² As obras não terão ultrapassado dois meses pelo que, intervenção de raiz ou ampliação do existente, com a provável substituição da cobertura de palha por telha de barro, terá produzido um espaço suficiente mas não muito grande.

2.ª Temporada: 1.º momento - até à saída de Lau-a-Pan. A segunda temporada do chá terá começado pouco antes do dia 14 de Maio de 1879 e aterà acabado um pouco depois de 18 de Julho. Esta segunda temporada deve ser dividida em dois tempos: o primeiro, até à saída de Lau-a-Pan; o segundo, após a sua saída.

Antes mesmo da apanha, era preciso observar o aspecto do chá nas plantações. Se fosse bom, era escolher um dia seco. A 1 de Fevereiro de 1879, ou em data próxima, a SPAM pagou “(...) 4 bilhetes de ida e volta no omnibus para a Ribeira Grande com os Chins, 7, \$900.”¹⁵²³ O mesmo se repetiria uma semana depois, com nota de despesa datada de 8 de Fevereiro: “(...)

¹⁵¹⁸ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, /001/002, [Não tem número], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 9 de Maio de 1879: “(...) *De cabouqueiros e canteiros, burriqueiros e serrador e mestres de carpina (...) e tudo o mais que se precisou e vão todas as contas a Vossa Excelência. (...) não posso mandar (fl. 1v.) pincel na casa senão de segunda-feira que vem a 8 dias. (...) (...) branco e também me arranhou (?) os currais porque estavam ruins. Fica bem bonita depois de estar tudo pronto a casa de chá (...).*”

¹⁵¹⁹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, /001/002, [Não tem número], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 16 de Maio de 1879: “(...) *o Jardim está agora a ruas do Valagão amanhã pretendo a ficar tudo limpo. (...) A entrada para a casa com o era (?) após a primeira vez quando Vossa Excelência vier é que há-de ver se fica bem, e se não estiver de Vossa Excelência então é que se há-de por como Vossa Excelência mandar.*”

¹⁵²⁰ Cf. BPARPD, TCPDL - Inventário orfanológico de José do Canto (1898), M.402, n.º 26, vol. 3, fl. 367: “(...) *No lugar chamado de D. Mariana, existem umas casas baixas derrocadas; e logo junto um cercado de muro baixo, de pedra e cal, para recolher milho, e no lugar dos pastos novos, da Caldeira Velha, aonde se diz a Cova do Milho, há também três casas telhadas de pedra seca, guarneçada de cal, onde se encontra, numa delas, o aparelho completo de uma oficina de chá (...).*” Cf. *Os louvados no fim assinados em cumprimento do mandado e de conformidade com a relação retro certificam ter avaliado [...]*, 31 Dezembro de 1898,

¹⁵²¹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, /001/002, [Não tem número], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 20 de Junho de 1879: “(...) (fl 1 v.) *há-de precisar de palha pra casa dos pastores. Pro monte Frade preciso de um cento pra remontear agora lá em cima pras arribanas para este ano não preciso (...).*”

¹⁵²² Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, /001/002, [Não tem número], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 30 de Maio de 1879.

¹⁵²³ Cf. BAPRD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 1 de Fevereiro de 1879, liv. 12, fl. 35.

4 bilhetes de ida e volta no omnibus para a Ribeira Grande, com os Chinas, como da ordem, 960.”¹⁵²⁴ Que retirar destas duas notas? Primeiro, de quem era esse chá? Seria o da SPAM que estava plantado no terreno de José do Canto (que este cedia ou arrendava?).

Francisco Maria Supico, em notícia saída em *A Persuasão*, de 14 de Maio, diz: “*Chá. Começou a colheita do chá, e na sociedade de Agricultura desta cidade prosseguem as experiências para o aperfeiçoamento da sua manipulação.*”¹⁵²⁵ O *Diário de Notícias*, de Lisboa, do dia 29 de Maio, parece beber na fonte de Supico, citado por Augusto Albano Xavier de Macedo, ecoa no Continente o que fora dado em primeira mão na Ilha, conferindo-lhe dimensão nacional, conforme” (...) (p.19) *Dizem* [diziam: Supico em a *Persuasão* de 14 de Maio? É muito provável] *de S. Miguel, que começou [começara] ali a colheita de chá e que a Sociedade de Agricultura de Ponta Delgada prosseguem as experiências para o aperfeiçoamento da sua manipulação. (...).*”¹⁵²⁶

Uma nota de 10 de Maio, aponta igualmente para a mesma data “ (...) *um fole, lenha e carvão para manipulações de chá, 22, 1\$060.*”¹⁵²⁷ Uma nota de despesa, da SPAM, cuja data é de 17 de Maio, de 1879, “ (...) *por pagamento a 3 mulheres, do trabalho de enrolamento das folhas de chá, de 2 dias, como da ordem, 400,*”¹⁵²⁸ aproxima-nos também daquela data anterior ao dia 14 de *A Persuasão*. O chá enrola-se, no mínimo, no dia seguinte a ser colhido. Portanto, pode confirmar-se que ocorrera pouco antes de 14 de Maio. Uma nota de pagamento datada de 24 de Maio, leva-nos à Ribeira Grande. Foram apenas ver como estava o chá: “ (...) *3 bilhetes para os chineses irem à Ribeira Grande (...),*” ou ainda, “*por idem de 3 bilhetes do omnibus para a Ribeira Grande com os Chinas (...).*”¹⁵²⁹ Desta vez, além dos dois Chineses, terá ido o intérprete Rafael de Almeida. É claro que na Ribeira Grande, supõe-se que no Pico Arde, os esperariam Francisco de Melo. Uma nota de despesa de 31 de Maio, repare-se, gratifica o “ (...) *empregado que acompanhou os Chinas à Ribeira Grande, 5 dias, como da ordem, 2 400.*”¹⁵³⁰ Portanto, Lau-a-Pan e Lau-a-Teng, acompanhados por alguém da SPAM, provavelmente Rafael de Almeida, demoraram-se em finais de Maio (entre um data à volta de 24 de Maio e antes de 31 de Maio), cinco dias. Para quê? Para apanhar chá e levá-lo para a sede? Apenas para ver? Tudo dependeria do estado do chá: poderá ter havido partes com o chá melhor do que noutras.

¹⁵²⁴Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1901, 8 de Fevereiro de 1879, liv. 13, fl. 26.

¹⁵²⁵*A Persuasão*, Ponta Delgada, 14 de Maio de 1879, p. 3.

¹⁵²⁶ Macedo, Augusto Albano Xavier, *Ob. Cit.*, 1879, p.19.

¹⁵²⁷ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 10 de Maio de 1879, liv. 12, fl. 43.

¹⁵²⁸ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1901, 17 de Maio de 1879, liv. 13, fl. 32

¹⁵²⁹ Idem, 24 de Maio de 1879, liv. 12, fl. 44.

¹⁵³⁰ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1901, 31 de Maio de 1879, liv. 13, fl. 33.

Vamos ponderar. Temos a 31 de Maio, “*por frete de uma carroça à Ribeira Grande, cerca do mato, com utensílios do fabrico do chá, como da ordem, 1 400.*”¹⁵³¹ Trata-se do Pico Arde, onde se pretende fazer chá. Todas as fases ou apenas algumas, deixando as restantes para a sede da SPAM? E terão feito chá (preto, verde ou outro, não se sabe), antes do dia 31 ou na pior das hipóteses, admitindo que ninguém paga um serviço adiantado ou que o paga mal se efectue. A 7 de Junho, data da nota de pagamento ao boieiro que levou Lau-a-Pan e Lau-a-Teng para Ponta Delgada: *uma carruagem com os Chins para a Cidade, incluindo gorjeta ao bolieiro, como da ordem, 2 040.*”¹⁵³² Portanto, de finais de Maio até perto do dia 7 de Junho, os Chineses estiveram na Ribeira Grande, provavelmente no Pico Arde de José do Canto. Terão pelo menos pernoitado e ceado uma noite na Ribeira Grande: “*Por estada na Ribeira Grande de uma noite dos Chins e ceia, ordem 26,\$960.*”¹⁵³³ Uma nota de 14 de Junho referente a 2 do mesmo mês: “*Por frete de um carro com os Chins para a Ribeira Grande, no dia 2 de Junho corrente, incluindo gorjeta ao bolieiro (...).*”¹⁵³⁴ Uma hipótese de resposta será a nota de 7 de Junho referir-se a Maio.

Fizera-se chá na Ribeira Grande na primeira apanha em 1878 e voltava-se a fazê-lo na segunda em 1879, num local predilecto, no mato da Ribeira Grande¹⁵³⁵ onde, segundo outra nota, de 12 de Julho de 1879, sabemos que se continuava a produzir chá: “*Por frete de uma carroça e bestas para a Caldeira Velha com utensílios do fabrico do chá (...).*”¹⁵³⁶

Para percebermos o que se passava, então, na Ribeira Grande, vamos continuar a cruzar informação da SPAM com a troca de correspondência, bastante detalhada, entre José do Canto e Francisco de Melo. A 6 de Junho daquele ano, terminada uma colheita e fabrico de chá, Francisco de Melo queixava-se a José do Canto da conduta de Rafael de Almeida. Para igualmente percebermos como aprenderam a fazer chá, mantemos a narrativa das queixas Francisco de Melo a José do Canto em relação a Rafael de Almeida. Eram duas personalidades bem distintas e pouco compatíveis.¹⁵³⁷ Rafael fora várias vezes elogiado,

¹⁵³¹ Idem.

¹⁵³² Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1901, 7 de Junho de 1879, liv. 13, fl. 33.

¹⁵³³ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1879, 7 de Junho de 1879, liv. 12, fl. 45.

¹⁵³⁴ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1879, 14 de Junho de 1879, liv. 12, fl. 46.

¹⁵³⁵ Idem: “*Com utensílios de fabrico do chá “Por frete de uma carroça à Ribeira Grande, cerca do mato, com utensílios do fabrico do chá, como da ordem 26, 1 \$440.*”

¹⁵³⁶ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 12 de Julho de 1879, liv. 12, fl. 48., in BPARPD.

¹⁵³⁷ Indo às genealogias de Rodrigo Rodrigues, ficamos a saber que Gabriel nasceu a 29 de Setembro de 1866. Confirma-se que na freguesia de São José. Casou a 28 de Novembro de 1891. E, o que nos interessa, era, como

elogios que, não nos interessando se verdadeiros ou não, despertariam invejas e alimentariam intrigas. Terá sido o que sucedeu à rivalidade entre Francisco de Melo e Rafael de Almeida? Neste contexto, com indisfarçado despeito, percebe-se a franqueza de Francisco de Melo: “(...) Quando Vossa Excelência está à vista, está sempre em pé e muito determinado, mas quando Vossa Excelência não está dá-lhe mosca (de) esmorecer.”¹⁵³⁸ A conduta de Rafael, na opinião de Francisco, havia prejudicado a apanha: “foi uma despesa em apanhar chá que se apanhava em dobro” porque, alegava ele ao patrão, “pega o Rafael venha jeito porque quero (que) acabem porque isto é frio aqui quer-se despachar isto por outra apanha não há-de acontecer susto porque o Rafael é muito leva da cabeça e conheço nele que não gosta que ninguém o prenda.”

Mas também diz, por outro lado, depois de o informar de que “(...) o Rafael partiu agora à noite para a Cidade,” e de que “a apanha acabou-se hoje com um pouco mais do meio-dia,” concluiu, contradizendo o que dissera antes, que fora feita “com apuro tudo e tenro por isso se acabou hoje.” Voltando ao que lhe interessava, aprofundar o seu domínio sobre o fabrico de chá, após informar José do Canto que “o rapaz leva(va) os trastes do Rafael e dos chineses, as peneiras e outras miudezas vão noutra besta (...) parte de cá mais tarde.”

Assegurava ser simples fazer chá, sobretudo o branco e o preto, depois de ter plausivelmente visto os chineses fazê-lo. Quanto ao verde, dizia, e nisso vemos que quer melhorar o seu fabrico: “o chá verde também não é coisa muito custosa que leve tempos a aprender.” Por isso, explicava ao patrão, “(...) retive cá folha. Havia fazer uma pequena experiência.”¹⁵³⁹

No dia seguinte, a 7 de Junho de 1879, mantendo contacto constante com José do Canto, sempre olhos e ouvidos do patrão, Francisco informa-o de que, no dia anterior, na sexta-feira, “a maior porção de chá que se fez, foi preto e fez-se chá verde por duas vezes (...).” Combinado claramente com José do Canto, que lhe pedira para estar atento a certas operações do fabrico de chá, consegue captar algumas: “(...) uma porção de chá quando foi a última vez o tacho levou calor a maior pelo meu não entender agora a porção menos saiu melhor chá.” Mas não consegue outras, pelo que promete ficar alerta em próxima ocasião.¹⁵⁴⁰

dissemos, irmão de Rafael de Almeida. Rafael era nove anos mais velho (31 de Outubro de 1857) Eram todos filhos naturais de Luís António Máximo Pereira, mas perfilhados, conhecido por Miguel de Almeida.

¹⁵³⁸ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, /001/002, [Não tem número], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 6 de Junho de 1879.

¹⁵³⁹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, /001/002, [Não tem número], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 6 de Junho de 1879.

¹⁵⁴⁰ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, /001/002, [Não tem número], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 7 de Junho de 1879.

Depois de ver, dedicava-se a experimentar: “(...) sempre fiz hoje de 1.^{as}, 2.^{as}, e 3.^{as} folhas 380 gramas de folha acabada de apanhar 6.^a feira e fiz hoje o chá preto não me lembro de apesar lá em cima depois de feito não sei o que tem o bom ou mau.” Como trabalhassem como um só, pedia a José do Canto: “O rapaz leva para Vossa Excelência ver (...) (não) tenho mais folha de chá. Experimentava hoje a fazer chá verde, mas agora não há, tenho gosto em aprender mas não tenho explicação nenhuma (...).”¹⁵⁴¹

Era sexta-feira, dia 11 de Julho, estava-se a seis dias do regresso a Macau de *Lau-a-Pan* e *Lau-a-Teng*.¹⁵⁴² Tanto Francisco, por parte de José do Canto, como Rafael de Almeida, por parte da SPAM, desenvolviam os últimos esforços para absorverem o mais que pudessem dos ensinamentos dos dois chineses. Estes despediam-se da Ribeira Grande, todavia é provável que ainda tenham feito chá na sede da SPAM em Ponta Delgada, pois “levaram ainda de cá chá por fazer do Porto Formoso.” Transmitia também ao patrão que viera do Porto Formoso “(...) 3000 gramas de chá e diz-me o homem que foi (a)o Porto que já se devia ter feito apanha perdeu-se lá muito chá.”

Em 1879 sobrara ainda muita folha da colheita da Ribeira Grande: “(...) toda muito boa e para daqui a 15 dias conto em ter cá outra apanha.” Tarefas a cargo já só de quem ficasse na Ilha. Seria ele ou Rafael a fazê-las? Diz Francisco: “deixei cá umas plantas com chá para amanhã ver se faço alguma coisa. Espero em Deus me há-de sair bem segundo a minha fé.” Sem perder mais uma oportunidade para dizer mal do rival, acrescentou: *Com que é ao Rafael estou satisfeito é 3 vezes causa nenhuma (?) (...) (fl. 1 v.).*¹⁵⁴³ Mandava igualmente relação dos locais, dias – de terça a sexta -, e quantidades da apanha. Quatro dias de trabalho totalizando 3440 gramas de folha de chá colhido.

A três dias do embarque dos dois chineses, a 14 de Julho, Francisco escrevia a José do Canto: “(...) Este portador leva o chá que fiz hoje de tarde.” E mais não fizera, continuava “porque não houve folha capaz de se apanhar está toda rebentando com grande força apenas aproveitei 2 quilos de folha e foi a que fiz.” Contava que lhe agradasse: “não sei se vai agradar a Vossa Excelência (...).” Inseguro quanto à apreciação que faria o patrão do chá que fizera,

¹⁵⁴¹ Idem.

¹⁵⁴² Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, /001/002, [Não tem número], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 11 de Julho de 1879.

¹⁵⁴³ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, /001/002, [Não tem número], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 11 de Julho de 1879.

de novo repete a terminar a carta: *“Desejo que Vossa Excelência me mande dizer se (...) chá tem algum defeito ou não é bem verde ou tem qualquer outro defeito.”*¹⁵⁴⁴

Mandava *“para o Jardim da Sociedade,”* alguns apetrechos de fabrico e de arrumo de chá, tais como *“ as peneiras e uma caixa de arrumar (?) chá e outras miudezas que pretende a Sociedade.”* Mandava-o, antes que Rafael o pedisse. Ainda assim, querendo continuar a fazer chá, ficavam *“(…) [na Ribeira Grande] os tachos (...).”*¹⁵⁴⁵

Rescisão do contrato com Lau-a-Pan e Lau-a-Teng: 15 de Julho de 1879. O total aproximado de despesas com os salários, alimentação, transportes e extras com Lau-a-Pan e Lau-a-Teng cifrava-se em 2.542\$513, equivalendo a importância a 64,76% do total das despesas da SPAM com o projecto do chá. Não admira que a SPAM quisesse terminar quanto antes o contrato.¹⁵⁴⁶ Apesar de a rescisão amigável apenas ter ocorrido a 15 de Julho de 1879, já a 3 de Junho de 1878, pelas razões anteriormente apontadas, se ponderara seriamente. Não se levava adiante então a intenção porque, aconselhados pela prudência e pelos escritos de Ball, se decidira esperar até à próxima Assembleia-Geral.¹⁵⁴⁷ A 18 de Fevereiro de 1879, já com Ernesto do Canto como presidente, a decisão havia sido tomada: *“(…) renovar o contrato com os dois Chins até ao próximo Verão (...).”*¹⁵⁴⁸ Três meses depois, a 15 de Maio de 1879, por uma carta ao Dr. Henrique Ferreira de Paula Medeiros, digníssimo deputado às Cortes, fica-se a saber que já se andava a tratar de obter passagens gratuitas para o seu regresso a Macau. A SPAM havia recebido do Dr. Henrique, carta de 19 de Abril e nesta de resposta pedia-se-lhe *“novamente”* a informação *“com a devida antecipação de quando haverá transporte a sair para Macau, a fim de se poder calcular quando convém mandar os dois Chins manipuladores de chá.”*¹⁵⁴⁹

A política da SPAM, na sua óptica, dera frutos num curto mas intenso e dispendioso espaço de tempo. Alguns sócios pensavam que, pelo menos, já a 13 de Julho de 1879, havia na terra quem fizesse chá tão bem, ou melhor ainda, que o feito por Lau-a-Pan: *“(…) em vista d’alguns kilos de chá (...) apresentados (...) manipulados por indivíduos desta terra que ela mandou habilitar e que em nada o achou inferior, antes pelo contrario julga-o superior ao chá feito pelos Chins (...).”*¹⁵⁵⁰

¹⁵⁴⁴ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, /001/002, [Não tem número], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 14 de Julho de 1879.

¹⁵⁴⁵ Idem.

¹⁵⁴⁶ Cf. BPARPD, SPAM, Registo de Correspondência, 1860-1898, 30 de Abril de 1880, liv. 23, fls. 24 v, 25.

¹⁵⁴⁷ Cf. BPARPD, SPAM Atas da Assembleia Geral, 27 Fevereiro 1851 – 1882, Livro nº 2, Sessão de 3 de Junho de 1878, fls. 66v-68v.

¹⁵⁴⁸ Cf. BPARPD, SPAM, Registo de Correspondência, 1860-1898, 22 de Fevereiro de 1878iv. 23, fls. 14 v.- 15 v.

¹⁵⁴⁹ Cf. BPARPD, SPAM, Registo de Correspondência, 1860-1898, 15 de Maio de 1879, liv. 23, fl. 17 v. – 18

¹⁵⁵⁰ Cf. BPARPD, SPAM, Atas da Assembleia-Geral, 27 Fevereiro 1851 – 1882, Livro nº 2, Sessão de 13 de Julho de 1879, Fls. 64v-65v.

Contas feitas, era conveniente terminar o contrato. A Direcção, presidida por Ernesto do Canto, foi mandatada para o negociar. Os chineses apresentaram a sua proposta. Chega-se, entretanto, a acordo para rescisão com Lau-a-Pan e Lau-a-Teng: deixando antever que não fora fácil, mas acabara por ser amigável. Acrescentava-se logo os seus termos: *“para que a Sociedade lhes desse 360\$000 rs e lhes pagasse os seus vencimentos até Setembro inclusive para elles se transportarem à sua custa sem que a Sociedade lhe d’esse mais cousa alguma.”* A Direcção ficou radiante: *“Proposta esta que pela Direcção foi aceita, auctorizando seu presidente a mandou lavrar e assignar a escriptura d’este contracto,”*¹⁵⁵¹ que foi aceite.

Sem mais tempo a perder, a 15 de Julho de 1879 é assinada a escriptura da rescisão, entre a SPAM, representada pelo seu presidente, e Lau-a-Pan e Lau-a-Teng.¹⁵⁵² Afinal de contas, nem o Governo Central facultou transportes gratuitos nem os Chineses pagaram as passagens do seu bolso: *“(…) Pagamento aos Chins por ocasião do seu regresso em que se compreenderam as suas passagens (…).”*¹⁵⁵³

O que se produziu de chá? De acordo com Gabriel de Almeida, em boa posição para o saber: *“Na Primavera de 1879, em que continuaram os ensaios, fabricou-se cerca de 51.808 gramas de chá. A variedade era: preto, verde, ponta branca e do povo.”*¹⁵⁵⁴ Ou seja, o fabrico de chá preto *“ascendeu a 28 quilos.”*¹⁵⁵⁵ Para o chá branco, *“fabricou-se nesta época apenas cerca de 224 gramas.”* E do *“chá do povo,”* que os chineses faziam para o seu uso, não adianta quantidades.

Havia oito dias que os chineses tinham saído da Ilha e Francisco de Melo queria fazer chá. Numa carta de 25 de Julho, explica-oa José do Canto: *“por que o chá cresceu de repente o meu gosto era fazer hoje e amanhã a apanha e assim já fica para 2.ª feira, “(…).”* Necessitava, porque *“o chá está de precisão”* que *“lhe remetesse os preparativos do chá”* e *“lhe mandasse*

¹⁵⁵¹ Idem.

¹⁵⁵² Cf. BPARPD, Tabelionato, Ponta Delgada, Tabelião Luís Maria de Morais Jr., liv.2475-2477, 15 de Julho de 1879, fls 32 v.-33: *“Escritura de rescisão de contrato que faz a Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense com os dois Chins Lau-a-pan e Lau-a-Teng, casados, residentes em Macau e actualmente nesta cidade [Ponta Delgada] em 15 de Julho de 1879. Saibão quantos este público instrumento de rescisão de contrato virem que no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo (...) como primeiro outorgante a Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, estabelecida nesta cidade (...) por seu Presidente Ex.mº Doutor Ernesto do Canto, casado (...) autorizado pela Direcção da mesma Sociedade para (...) [fl. 33] (...) 1.ª A Sociedade entrega aos (...) Lau-a-pan e Lau-a-Teng (uma só vez a quantia de trezentas patacas ou trezentos e sessenta (...).”*

¹⁵⁵³ Cf. BARP, SPAM, Registo de Correspondência, 1860-1898, 30 de Abril de 1880, liv. 23, fls. 25 v. – 26

¹⁵⁵⁴ Almeida, Gabriel, *Manual do Cultivador do Chá*, Ponta Delgada, 1892, p. 20.

¹⁵⁵⁵ Idem, p. 21.

coisa em que se ponha o chá depois de feito.” Esperava resposta pelo “rapaz.”¹⁵⁵⁶ Todavia, desejava que o patrão estivesse presente: *“tenho muito gosto em Vossa Excelência cá vir para correr os matos e estar ao fazer do chá.”* Era necessário combinar serviços. Sentia *“a grande falta”* dele, por este *“estar fora da Cidade.”*

Ao contrário do que Francisco de Melo desejara, não foi o patrão mas Rafael de Almeida quem apareceu no Pico Arde três dias depois. Francisco não gostou mas, obediente, aceitou. Quem ocuparia o lugar dos chineses junto da SPAM e de José do Canto? Seria Rafael ou Francisco? Nesta disputa, o ciúme e a inveja alimentaram-se da intriga. No fundo, nenhum ainda dominaria todos os processos de manufactura do chá. Rafael *“(…) veio na 2.ª feira [28 de Julho] e fez-se chá e na 3.ª [29] de tarde quis ir-se embora.”*¹⁵⁵⁷ Rafael foi ao Pico Arde fazer chá e, sobre isso, Francisco manda dizer ao patrão, *“(…) enquanto cá esteve sobre o feitio do chá (fl. 1 v.) não deu nenhuma fala.”* E, continuou, *“teve sempre com o relógio na mão a marcar o tempo e o calor que levava.”* Mas *“não dizia nada.”* Francisco reparou que trouxera *“consigo o chá que os chineses fizeram pondo-se um ao pé do outro.”* Francisco concluía: *“ele não ficava muito bom.”* Porque *“o chá dos chineses todo pintadinho de ardido de muito calor que levava.”*¹⁵⁵⁸ Comparando o que sabia, dizia ao patrão *“tenho no meu pensar que ao chá feito e dali a uma semana ou duas ir o tacho a levar uma leve secadura que há-de ficar como deve.”*¹⁵⁵⁹

Querendo Francisco fazer chá à sua vontade, antes que Rafael regressasse a Ponta Delgada, pedira-lhe para ficar com *“uma peneira tapada e outra que é de passar o chá.”* Não foi fácil, *“foi a poder de pedidos, que não queria [Rafael] deixar nada atrás. Foi necessário eu dizer-lhe que tinha umas plantas ao pé da Lagoa do Fogo que poderiam dar 500 gramas de folha verde que desejava aproveitar então é que deixou as duas.”*

Aproveitando os utensílios, no dia 1 de Agosto manda ao patrão, *“1200 gramas de chá verde que fiz(era) 4.ª feira de 3750 gramas de folha apanhada.”* Sobre este chá que fizera a 29 de Julho, diz: *“(…) o chá, quando o fiz, tinha uma cor e um cheiro capaz, agora já foi escuro.”* Pedia desculpa *“(…) se o chá não vai a gosto (…).”* Quanto ao render chá, rendia, explica ele *“quando o chá é bom, rende mais é quando é folha ruim é para menos (…).”*¹⁵⁶⁰

O ciúme que Francisco sentia por Rafael era tal que se extravasava nas cartas que este enviava a José do Canto. Só temos a versão de Francisco de Melo. Sobre o chá que Rafael

¹⁵⁵⁶ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, /001/002, [Não tem número], Francisco de Melo a José do Canto, 25 de Julho de 1879.

¹⁵⁵⁷ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, /001/002, [Não tem número], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 1 de Agosto de 1879.

¹⁵⁵⁸ Idem.

¹⁵⁵⁹ Idem.

¹⁵⁶⁰ Idem.

fizera no dia 29 de Julho, Francisco compara o seu método de secar o chá com o dele, concluindo que o seu era superior. Rafael, alega, copiara-o: *“ele há-de ir mostrar a Vossa Excelência o seu chá, mas que cá fez o gabo que tenho na secadura é pelo modelo que ele me viu fazer mesmo assim deixou arder agora no 1.^o processo dele menos e ainda que eu para não queimar as mãos.”* Desejava saber a opinião de José do Canto: *“que tal é o chá que o Rafael fez.”*¹⁵⁶¹ Como habitualmente, querendo sair melhor da contenda, Francisco não perdia nenhuma oportunidade para intrigar contra Rafael: *“(…) No tempo dos chineses ele dizia a Vossa Excelência e os outros Senhores eu o que mando aqui tudo, eles não fazem coisa que preste.”*¹⁵⁶²

A disputa pelo favor de José do Canto subia de tom numa carta de 15 de Agosto, escrita duas semanas depois da última, na qual Francisco acusava Rafael de *“se gabar que é o mestre de fazer chá.”* Sem rodeios ou delicadezas, Francisco desabafava com o patrão: *“(…) A meu ver não vale nada.”* Mas, obediente como sempre, acatava: *“seja como Vossa Excelência quiser.”* Para testar a gabarolice de Rafael, se ele viesse como o patrão lhe dissera, *“era bom que trouxesse gente consigo para fazer o chá (…) o serviço menos a apanha porque eu desejava ver a sua liberação (…).”*¹⁵⁶³ Deste modo, tirava-se a limpo quem era o melhor dos dois.

José do Canto aproveitar-se-ia da disputa entre ambos, tirando partido da situação a seu favor. Pretenderia ver qual dos dois seria o melhor? Rafael foi fazer chá. Em carta de 23 de Agosto, Francisco acusa Rafael ao patrão: *“(…) a respeito do Rafael não tem que por culpas aos homens que trouxe porque ele é que põe (?) as mãos em tudo. Ficava-lhe melhor se ele dissesse a Vossa Excelência que não podia fazer melhor.”* Francisco dizia que Rafael *“anda comigo entre dentes (…).”* Irónico, perante o patrão, desafia o rival: *“ havia gostar de o ver fazer chá sem ele me vir ver fazer então é que havia sair boa obra (…).”* Quanto ao chá que Francisco fizera, saíra-lhe bem, aliás, dizia exultante: *“Tenho na minha que nunca o fiz tão bom.”*¹⁵⁶⁴

A partir dessa data, não mais encontramos Rafael de Almeida. Que lhe terá sucedido? A SPAM querendo reduzir custos, dispensara-o? É uma explicação. Rafael ter-se-á cansado? É possível admitir esta segunda hipótese, sem excluir a primeira. Talvez até tenha voltado à

¹⁵⁶¹ Idem.

¹⁵⁶² Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, /001/002, [Não tem número nem data], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 1 (?) de Agosto de 1879.

¹⁵⁶³ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, /001/002, [Não tem número], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 15 de Agosto de 1879.

¹⁵⁶⁴ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, /001/002, [Não tem número], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 23 de Agosto de 1879.

sua antiga função no Governo Civil. Fosse qual fosse a razão, Rafael recebeu o último ordenado da SPAM em Dezembro de 1879.¹⁵⁶⁵ Acabara-se, assim, a competição entre ele e Francisco de Melo. A 12 de Dezembro, conforme carta de Francisco a José do Canto, é já ele quem trata “(...) dos preparativos de fazer o chá, que pretende a Sociedade (SPAM?).”¹⁵⁶⁶ É ele ainda quem faz para José do Canto “os preparativos para a apanha do chá esta semana.” E é ele de novo quem escolhe os instrumentos a utilizar na nova campanha.

Quadro XIII

Registo de Apanha de chá 1879 (gramas) no Pico Arde, Porto Formoso e Pico da Pedra

Até 16 de Junho				De 16 de Junho em diante				Totais
RG	PF	PP	Total	RG	PF	PP	Total	
-	-	-	82833	41550	3000	2450	46955	129 788

Registo de Apanha de chá 1879: Pico Arde, Porto Formoso e Pico da Pedra, cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 236.

O Quadro XII, pretende demonstrar a colaboração estreita entre José do Canto e a SPAM. Mostra, igualmente, que para o ano de 1879, num total expresso de 212 621 gramas de chá colhido no Pico Arde (na Ribeira Grande), Pico da Pedra e Porto Formoso, a colheita diminuiu após o regresso a Macau dos dois chineses. Assim, de 82 833 gramas de folha de chá (63,8%), na primeira metade, passou-se para 46 955 gramas (36%), na segunda. Foram colhidos menos 35 878 (menos 27, 6%) gramas de Junho até final do ano. Comparativamente, tomando ainda a segunda metade de 1879, as plantações da Ribeira Grande (Pico Arde), destacam-se com 88,4% do total da apanha, para 6,3% do Porto Formoso e apenas 5,2 % do Pico da Pedra.

¹⁵⁶⁵ Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1901, 13 de Dezembro de 1879, liv. 13, fl. 40.

¹⁵⁶⁶ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, /001/002, [Não tem número], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 12 de Dezembro de 1879.

Quadro XIV

Registo de Apanha de chá 1879 (gramas) no Pico Arde

Apanha (c.)			Quantidades (c.)	
Início	Fim	Local	Apanha	Totais
06.05	17.05	RG	32 683	-
06.06	21.06	RG	42 970	-
08.07	29.07	RG	59 080	134 733

Registo de Apanha de chá 1879: Pico Arde, Porto Formoso e Pico da Pedra, cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 236.

O Quadro XIV mostra-nos que, em 1879, ainda com os chineses na Ilha, foram realizadas três apanhas de chá no Pico Arde. A última, principiada por Lau-a-Pan e Lau-a-Teng, foi concluída por Francisco de Melo e Rafael de Almeida. Num total de 134 733 gramas, a primeira colheita corresponde a 24,2% do total, a segunda a 31,8% e a terceira a 43%, do que se conclui que a quantidade apanhada foi aumentando.

Como foi avaliado o trabalho de Lau-a-Pan? A prestação profissional de Lau-a-Pan foi avaliada, em privado, apenas como razoável e em público como boa, não logrando, porém, atingir as expectativas iniciais da SPAM. Porquê esta dualidade de critérios de avaliação? Talvez para a SPAM não parecer mal-agradecida perante quem lhe prestou apoios (Governadores de Macau, etc..) nem admitir publicamente um meio fracasso. Diga-se que mais tarde, no tempo em que José do Canto manda vir outros técnicos, foi avaliada ainda mais negativamente.

Na primeira avaliação oficial que se conhece, Caetano de Andrade, em nome da SPAM, afirma ao rei D. Luís I, em 29 de Janeiro de 1879: “(...) *Contratámos na China dois operários habilitados para a aludida fabricação, e os ensaios já realizados levam-nos a crer que no futuro poderá este Distrito contar com uma importante fonte de riqueza n’este novo ramo d’actividade que n’este introduzimos (...).*”¹⁵⁶⁷

Uma segunda avaliação oficial consta na missiva trocada entre o Presidente da SPAM (Ernesto do Canto) e o Governador de Macau (Visconde de Paço de Arcos). Em 22 de Fevereiro de 1879 aquele escrevia, talvez pela primeira vez, a Paço de Arcos: “*Incumbiu-me a Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense de renovar a V. Ex.^a os seus protestos de gratidão e reconhecimento pela coadjuvação que lhe tem prestado na introdução da indústria*

¹⁵⁶⁷ Cf. BPARPD, SPAM, Atas da Direção de 1873-1887, Livro nº 6, Sessão de 29 de Janeiro de 1879, fls. 58-61.

do fabrico do chá nesta Ilha, indústria que pelas experiências feitas parece desde já poder afirmar-se que terá um futuro próspero, em vista das amostras de chá obtidas."¹⁵⁶⁸

Uma terceira avaliação oficial é feita em nova missiva entre as mesmas duas entidades, cinco meses após a primeira: em carta escrita a 17 de Julho, Ernesto não quer parecer mal-agradecido e, em vez de dizer que Lau-a-Pan era um mal-humorado e preguiçoso técnico que não sabia fazer chá verde, disse meia verdade: *"É forçoso confessar que a vinda destes dois homens era indispensável, porque há trabalhos na manipulação do chá que as teorias não explicam o que só a observação ocular pode ensinar."*¹⁵⁶⁹

Francisco Supico, o irmão de César, dá uma ajuda. Publica, a 21 de Abril de 1880, as opiniões de Mr. Fouqué e de Schutzemberger, professor do Colégio de França. Repare-se com vagar nos pormenores, de sua lavra: *"Os ensaios começados em 1878, pela Sociedade de Agricultura Micaelense, para introduzir a cultura e produção do chá em S. Miguel, dão todas as esperanças de terem pleno êxito quando a experiência ensinar quais os melhores processos a seguir."*¹⁵⁷⁰

A 30 de Abril de 1880, oficialmente, mas de irmão para irmão, ou seja da SPAM para a Junta Geral, por outras palavras, entre Ernesto do Canto e José do Canto: Os chineses *"(...) demonstraram que as plantas de chá, que possuímos, produzem o verdadeiro chá, e que a sua qualidade era excelente. Os que o provaram em Londres (...) são de opinião que o chá é genuíno, e de óptima qualidade, faltando-lhe o ser mais trabalhado, e ter tido mais fogo. A análise química realizada em Paris (...) confirma aquela opinião, e mostra que a teína contida no nosso chá é quase o dobro da que se encontra no chá do comércio (...)"*¹⁵⁷¹ Em suma, fora um êxito incompleto.

A notícia das experiências do chá na Ilha correu célere, despertando a curiosidade do *New York Times*, que transcreve um dos artigos saídos no *Gardener's Chronicle*. (Vide (Vide Doc. N.º 8 – ANEXO, p. - 65 A) A 27 de Julho de 1879, começando-se com pezinhos de lá, depois de se historiar a experiência, diz-se o que os da Ilha querem ouvir: *"(...) that the time is not far off when tea from St. Michael will come to the european market and prove to be of a very good quality."* Saudosos da época áurea da laranja, que se exportara em massa para Inglaterra, aquele parágrafo soou delicioso. Porém, no final do curto artigo, lança-se um balde de água fria no entusiasmo inicial: *"(...) Mr. Eiwes points out the difficulties to be contended with in a competition with India and China in the production of tea, notably the price of land, the cost of*

¹⁵⁶⁸ Cf. BARPD, SPAM, Registo de Correspondência, 1860-1898, 22 de Fevereiro de 18789iv. 23, fls. 14 v.- 15 v.

¹⁵⁶⁹ Cf. BARPD, SPAM, Registo de Correspondência, 1860-1898, 17 de Julho de 1879, liv. 23, fls. 18 v. – 19.

¹⁵⁷⁰ *A Persuasão*, Ponta Delgada, 21 de Abril de 1880, p. 3

¹⁵⁷¹ Cf. BPARPD, SPAM, Registo de Correspondência, 1860-1898, 30 de Abril de 1879, liv. 23, fls. 25- 25 v.

labor, the temperature, extent of rain fall, & C.” O chá produzido até então nos Açores, quanto a Mr. Eiwes, contrariando o entusiasmo dos locais, “(...) shown in a sample recently received at the Kew Museum from Senor José do Canto (...) is of good appearance, though perhaps somewhat overroasted; the smell also is good, and the flavor of the infusion by no means to be despised.”¹⁵⁷² Esta, enfim, era a resposta de Kew Gardens. Por que razão? Cremos que seria sempre pouco provável que o chá açoriano competisse em Londres com o chá Britânico, devido aos poderosos interesses económicos instalados em Londres (a máquina do Império Britânico dependia em larga escala dos rendimentos do chá), mesmo que o chá Britânico fosse inferior ao melhor feito na primeira temporada.

Entretanto, os locais não desistem do potencial mercado Britânico, como se poderá deduzir duma carta de José Bensaúde, de 17 de Março de 1880, a Ernesto do Canto. Porquê? Não seria teimosia, porque as amostras de 1880 diriam respeito ao chá mais apurado feito na segunda temporada (já com os conselhos de Ball, Money e as amostras de chá Britânico enviadas por Joseph Dalton), não ao primeiro feito na primeira temporada que merecera um reparo desfavorável de Londres e favorável de Paris. Ainda assim, a não ser que José Bensaúde tivesse pensado nalgum expediente para iludir o mercado londrino, é difícil não deixar de ver no texto uma certa ingenuidade: “*Foi pena esquecer-me de trazer amostras de chá para ver em Londres qual é o seu valor comercial. Se o meu amigo quer que eu o faça, basta entregar ao Arão as amostras. Deve vir cada uma numa lata bem fechada, e todas as latas metidas numa outra lata soldada.*”¹⁵⁷³

Nem todos se haviam convencido da boa qualidade do chá de São Miguel. No próprio Parlamento, a propósito da qualidade de folhas de tabaco, um aparte do Sr. Conde de Castro, recorrendo ao exemplo da experiência açoriana, é bastante elucidativo. Dizia ele, “*a análise da folha não conduz a cousa alguma. Ainda há poucos dias vi eu uma análise do nosso chá, pela qual se verificava ter ele mais theína do que o estrangeiro o que prova simplesmente que as folhas, sobre que se fez a experiencia, tinham, por um acaso, aquela qualidade. Seria bem arriscado concluir dali, que todo o chá aqui produzido assim seria.*”¹⁵⁷⁴

4.4– Criar condições e passar a iniciativa a quem quisesse

¹⁵⁷² *The New York Times*, New York, 27 de Julho de 1879.

¹⁵⁷³ Cf. BPARPD, EC/CORR., Cx.1, 28 RES, Carta de José Bensaúde a Ernesto do Canto, Hannover, 17 de Março de 1880.

¹⁵⁷⁴ Câmara dos Pares, 24 de Abril de 1883, pp. 264-265; Visto em 22 de Abril de 2015; <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cp2&diary=a1883m04d24-0265&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

Caso se pretendesse que a nova cultura tivesse futuro, era premente alcançar incentivos favoráveis. Não bastava saber cultivar e fazer chá destinado ao comércio, era preciso obter incentivos fiscais para quem desejasse arriscar na nova indústria.¹⁵⁷⁵ A 30 de Abril de 1880, o Presidente da SPAM, Ernesto do Canto, envia um relatório detalhado de receitas e despesas com o projecto do chá ao irmão José do Canto, Presidente da Junta Geral. A 19 de Maio elucida o novo Governador Civil das diligências da Sociedade junto do governo central. É neste contexto que se insere a proposta seguinte de José do Canto. A proposta visava o conjunto da Junta Geral, das Câmaras e do Governo Nacional. Não seria caso inédito, pois José do Canto conheceria das leituras o caso do Assam Britânico ou da Java Holandesa.

Tudo começa a 26 de Maio de 1880 quando ele, como Presidente da Junta Geral, apresenta àquele órgão a sua proposta. Por ser necessário à compreensão deste trabalho de História da Introdução do chá, transcrevemos em apêndice este documento, do qual relevamos aqui o essencial: no primeiro ponto propunha manter inalterado por 25 anos o valor do rendimento colectável dos terrenos ocupados com chá e que durante o mesmo período o chá das Ilhas estivesse isento de qualquer taxa (estatal, distrital ou municipal). (Vide Doc. N.º 9 – ANEXO, p. 66- A)

Este primeiro ponto envolvia os poderes municipal, distrital e nacional e, caso viesse a ser aprovado, constituiria um magnífico incentivo. O segundo ponto, repare-se bem nele, defendia que nos concelhos onde houvesse cultivo mas não existisse oficina fossem as câmaras a adquirir os utensílios necessários para os cederem, gratuitamente ou por aluguer barato, aos pequenos produtores. Que deduzir desta proposta? Que José do Canto tinha em mente não só os grandes ou médios produtores mas igualmente os pequenos cultivadores.¹⁵⁷⁶ Quanto ao ponto três, propunha um incentivo aparentemente de fácil concessão que era a atribuição, pela Junta Geral, de prémios pecuniários aos melhores produtores, em 1882 e 1883, sendo esses prémios de 80\$000, 40\$000 e 20\$000.¹⁵⁷⁷

¹⁵⁷⁵ Cf. BPARPD/ASS/SPAM/98, Contas, 1873. [O organizador, provavelmente, em 1930 a lápis de cor, colocou essa data, porém, pode ter sido uma das resposta ao pedido da SPAM em 1878 aos cônsules de Portugal no estrangeiro], “*Supondo que um jardim contendo 2.857 plantas produz 71 libras de Amesterdão de chá, em cada dia da apanha, então a divisão do trabalho é da maneira seguinte*” É um documento importante, que poderá ter guiado José do Canto na proposta que fez e mais tarde na decisão da SPAM de deixar o chá.

¹⁵⁷⁶ Também pode ter lido: Brotero, Ob. Cit., 1788, Tomo Primeiro: ““(p.400) § 6 **Modo de curar ou preparar o Chá** Há no Japão edificios públicos destinados à preparação do chá, e estabelecidos com tais regulamentos que qualquer pessoa que não tem as comodidades suficientes nem a perícia necessária para uma semelhante operação costuma remeter a eles as folhas das colheitas de suas terras. Estas casas contem cinco até dez ou vinte pequenas fornalhas de quase três pés de alto, guarnecidas na boca superior de uma bacia de ferro (...).”

¹⁵⁷⁷ Cf. BPARPD/ACD/JGPD/001/005, Actas da Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada, Liv. N.º 8, 28 de Novembro de 1879- a 28 de Dezembro de 1881, sessão ordinária de 26 de Maio de 1880, fls. 19v-20v; Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada, sessão de 1880, pág. 11 e 12; Francisco Maria Supico, As Escavações, vol. III, 1995, p. 1028.

Justificou a proposta recorrendo a “(...) *largas considerações e cálculos que expôs sobre o futuro esperançoso da cultura do chá, cujos ensaios além de outras ponderações que apreciou com dados de profundo estudo, prometem aos Açores e a este Distrito em especial, um valiosíssimo ramo de prosperidade agrícola. Foi esta proposta votada por unanimidade e sem discussão (...).*”¹⁵⁷⁸ Para atrair a adesão das instâncias superiores nacionais, tal como para a obtenção do subsídio para pagar as contas, a Junta Geral move influências junto daquelas. Surge um momento favorável, dado importante, com a eleição em 1879, pelo Partido Progressista pelo círculo de Ponta Delgada, de Caetano de Andrade Albuquerque para o Parlamento.¹⁵⁷⁹ Este fora Presidente da SPAM e empenhara-se no chá. Outro factor facilitador seria o facto de o progressista Anselmo Braamcamp Freire, que fora eleito pelo círculo de Ponta Delgada, ser Presidente do Ministério.

Seria, porém, conveniente alterar o texto inicial. Assim, na reunião de 24 de Novembro, a “*Comissão Executiva com o agregado sr. José do Canto, presidente da Junta Geral,*” apresentou à discussão o seu “(...) *Parecer (...) competente sobre medidas legislativas a solicitar aos poderes do Estado em protecção da cultura e fabrico do chá (...).*”¹⁵⁸⁰ Para facilitar a sua aprovação (terá sido discutida com os deputados), é apresentada sob forma de 3 artigos de lei: “*Art.º 1.º. Não poderá ser elevado durante o prazo de 20 anos [José do Canto propusera inicialmente 25] a contar da data da presente lei, o rendimento colectável actual dos terrenos, que no Reino, Ilhas e colónias se consagrarem à cultura do chá.*” Era um excelente incentivo. Para o tornar geral, mais fácil de ser aprovado, destinava-se a terrenos não só da Ilha mas do “*Reino, as Ilhas e as colónias.*” Incidindo sobre o produto final, como incentivo ao comércio, directamente, ao interno, indirectamente, ao externo: “*Art.º 2.º. O chá manufacturado no mesmo período é isento de todo o imposto ou contribuição geral do Estado, ou particular do Distrito ou Município.*” E o último, como se costuma fazer: “*Art.º 3.º. Fica revogada a legislação em contrário.*”

Era preciso fundamentar a proposta, e José do Canto apresenta um memorando a sustentá-la, dirigido aos Deputados da Nação. O memorando, globalmente, dividia-se em “(...) *Razões económicas [e] solução para as crises económicas e agrícolas.*” Quanto às “razões da crise”,

¹⁵⁷⁸ Cf. BPARPD/ACD/JGPD/001/005, Actas da Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada, Liv. N.º 8, 28 de Novembro de 1879- a 28 de Dezembro de 1881, sessão ordinária de 26 de Maio de 1880, fls. 19v-20v; Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada, sessão de 1880, pág. 11 e 12; Francisco Maria Supico, *As Escavações*, vol. III, 1995, p. 1028.

¹⁵⁷⁹ Dias, Fátima Sequeira Dias, *Caetano de Andrade Albuquerque Bettencourt*, p. 377, coordenação Maria Filomena Mónica, in *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910)* vol. I (A-C), 2004, Colecção Parlamento.

¹⁵⁸⁰ Cf. BPARPD/ACD/JGPD/001/005, Actas da Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada, Liv. N.º 8, 28 de Novembro de 1879- a 28 de Dezembro de 1881, sessão ordinária de 24 de Novembro de 1880, fls. 43-45; Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada, sessão de 1880, pág. 28. Francisco Maria Supico, *As Escavações*, vol. III, 1995, p. 1028.

José do Canto aponta: *“Diferentes flagelos vieram sucessivamente assaltar a cultura da vinha, das batatas, da laranja, de muitos arvoredos e de várias outras espécies vegetais, originando assim prejuízos da maior monta.”* O que se deveria então fazer? Continua: *“O mais a que pode chegar o poder humano, é atenuar os efeitos de tais calamidades, e a ninguém melhor do que aos altos poderes do Estado cabe esta sagrada missão.”* Que se pretendia, então, neste contexto? Simples: *“(...) protecção que a Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada vem impetrar do Poder legislativo, a favor de uma indústria nascente e prometedora – a do chá.”* Quais seriam as vantagens do chá? Haveria vantagens para todos: para o Estado (evitando a saída de divisas com a importação de chá e ganhando mais tarde com os impostos), crianças e mulheres (emprego sazonal), terras incultas seriam cultivadas, o país poderia produzir chá no Reino e nas Colónias. A argumentação destinava-se a ser ponderada pelos deputados, mas poderia sê-lo pelos donos de terrenos que pensassem rendibilizar as suas propriedades. Abre a argumentação, contrariando histórias passadas, apontando para a facilidade com que o chá crescia na Ilha: *“A planta do chá senhores, vegeta exuberantemente no meio de nossas montanhas, em verdadeiros maninhos, desprezados até agora, e de ínfimo valor (...).”* Para quem pensasse na concorrência que esta nova cultura pudesse suscitar, uma informação pertinente: *“Não invade a área da cultura dos terrenos cerealíferos, porque se apraz principalmente nas quebradas das serras e de outros lugares elevados.”* Portanto, terrenos incultos que, com o chá, poderiam ser valorizados pelos donos e pelo Estado.

Pelos donos que, doravante, aufeririam proventos, pelo Estado, que lucraria com os impostos. A mão-de-obra barata iria ser sempre uma luta. Para quem temesse um longo empate de capital, alertava: *“A produção é remuneradora poucos anos depois da plantação.”* Ou caso temessem avultados investimentos iniciais: *“O fabrico não exige construções nem mecanismos dispendiosos, nem capitais que excedam a posse de qualquer mediano cultor.”*¹⁵⁸¹

Para que não se pensasse que era só para alguns, defende-se que o chá *pode ser uma cultura popular espalhando os seus benefícios por todas as classes da sociedade.*¹⁵⁸² Os representantes da nação, como tal ou como proprietários, poderiam ficar igualmente descansados, porque não era *“(...) nenhum exclusivo para esta Ilha; pedimo-lo para todos os pontos do solo português ou colonial, em que a cultura do chá se possa adaptar.”*¹⁵⁸³

Uma parte importante, decisiva para convencer o Estado, seria de que, apesar de tudo, os cofres poderiam beneficiar com o chá. Em que medida? José do Canto explica-o: *“Para que*

¹⁵⁸¹ Francisco Maria Supico, *As Escavações*, vol. III, 1995, pp. 1128-1029; Sala das Sessões da Junta Geral de Ponta Delgada, 29 de Novembro de 1880, p. 56.

¹⁵⁸² Idem.

¹⁵⁸³ Idem.

pois a cultura do chá se generalize no país, e nos poupe o tributo das grossas somas a que pagamos ao estrangeiro, carecerá apenas, quanto a nós, de se estabelecer, durante o seu período infantil, a protecção que imploramos.” Seria argumento suficiente para convencer os representantes do Estado. Para tranquilizar o Governo, apresentou dois argumentos. Primeiro: *“O tesouro tão pouco sofrerá, porque não se pode esperar que em todos os pontos a cultura é possível, ela se inicie de pronto.”* Segundo: *“Mas quando surgisse repentina, quando o tesouro sofresse desfalque notável (...),”* qual a resposta? *“seria esse um facto feliz, porque provava que existia no país uma nova e florescente indústria e o tesouro acharia a correlativa compensação na nascente riqueza.”* Ou seja, mesmo no pior cenário, o Estado iria beneficiar com o consumo de chá nacional em detrimento do chá estrangeiro.

Esta proposta inicial, após discussão e a fim de a tornar mais aceitável, seria ligeiramente modificada. Com data de 13 de Janeiro de 1881, António Augusto Pacheco, Presidente da Comissão Executiva do Distrito de Ponta Delgada, escreve a Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro. Este Regenerador filho da terra era uma das pessoas na esfera nacional a quem a Junta Geral poderia recorrer para sensibilizar os ouvidos da nação. Fora membro da SPAM e queria singrar na política nacional: *“(...) (põe) nas mãos de Vossa (...) (e) Espera (...) a Junta que no pedido deste justíssimo favor distrital, Vossa Excelência empenhará também o prestante valimento e solicita dedicação de que costuma dispor a favor dos interesses vitais da nossa Pátria (...).”*¹⁵⁸⁴ Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro trabalharia bem com o correligionário Augusto de Sousa e Silva e mais calculadamente com o Progressista Caetano de Andrade de Albuquerque.

Com a mesma data, António Augusto Pacheco, Presidente da Comissão Executiva do Distrito de Ponta Delgada, envia aopresidente da Câmara dos Deputados a representação daquela corporação a ela dirigida, a qual é transcrita a 25 de Janeiro.¹⁵⁸⁵ A 26 de Janeiro, relativamente ao pedido de não aumento do rendimento colectável dos terrenos, o assunto foi remetido à Comissão de Agricultura, ouvida a Comissão da Fazenda, e mandado publicar no diário da Câmara.¹⁵⁸⁶ O assunto parecia estar bem encaminhado.

A 1 de Fevereiro, Ernesto Hintze Ribeiro, intervindo no Parlamento, apresenta o projecto com ligeiras alterações, qualificando de (...) *inadiável o dever que ao parlamento assiste de*

¹⁵⁸⁴ Cf. BPARPD, PSS/ERHR/4173.37, Carta de António Augusto Pacheco, Presidente da Comissão Executiva do Distrito de Ponta Delgada a Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, Ponta Delgada, 13 de Janeiro de 1881.

¹⁵⁸⁵ Diário da Câmara dos Senhores Deputados, 23.ª Legislatura, sessão 2, n.º 16, 25 de Janeiro de 1881, p. 253-55; <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1880m04d30-1777&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=p>. Visto em 29 de Maio de 2014.

¹⁵⁸⁶ Câmara dos Deputados, 26 de Janeiro de 1881, p. 3; Visto em 28 de Abril de 2015; p. 152; <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1881m01d26-0255&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

votar um projecto de lei tendente a diminuir os direitos de importação, no Continente, dos productos manipulados em S. Miguel, não se agravando, por outro lado, com impostos excessivos, os terrenos onde se cultivar o chá. São estes principalmente os pontos a que allude a representação."¹⁵⁸⁷ Classifica o chá e o tabaco como as mais importantes culturas a apoiar.

Em carta datada de 4 de Fevereiro de 1881, Ernesto Hintze Ribeiro confidenciava ao irmão Artur [1846-1916], genro de José do Canto, que conversara "(...) *acerca da representação da Junta Geral desse Distrito para a concessão de benefícios à cultura do chá (com) o Caetano à parte, dirigindo algumas frases amáveis, e ele respondendo com outras ainda mais amáveis. Se assim for sempre bom será para ele. Mas durará o Governo? Tudo indica que não (...).*"¹⁵⁸⁸ A questão iria ser muito esta: quanto tempo se aguentaria o Governo de Anselmo Braamcamp?

A Junta Geral, desejosa de conquistar aliados para a causa do chá, manda uma cópia da carta ao Rei. Conhecendo o interesse do Rei D. Fernando pelo chá, José do Canto ofereceu-lhe pés de chá. Sabe-se, porque o rei o disse a uma comissão micaelense criada para socorrer as vítimas do terramoto da Povoação de 1881: "(...) *Conheço José do Canto, disse o rei. Sou-lhe muito grato. Mandou-me um presente de príncipe: uma grande variedade de plantas raras, avultando as de chá.*"¹⁵⁸⁹ D. Fernando poderia ser o paladino das pretensões do chá na corte e, pelo seu interesse pelo chá, poderia arrastar outros potenciais interessados no Continente e em Portugal em geral.

Joaquim Morais, em 1881-1882, refere que El-Rei o Senhor D. Fernando irá estabelecer esta cultura nas suas propriedades de Sintra, tendo, para isso, recebido da autoridade Superior de um Distrito Administrativo [Ponta Delgada? Muito provavelmente.] duzentos arbustos de chá do comércio.¹⁵⁹⁰ Em data próxima, saíra um anúncio nos jornais da "(...) (p.28) *vinda de pessoa da Ilha para ensinar a fazer chá.*" Seria Rafael de Almeida, que acabaria por ficar por Lisboa? Não será improvável. A ser assim, só teria sido depois de 1879 e antes de concluir o ano de 1881.

¹⁵⁸⁷ Câmara dos Deputados, 1 de Fevereiro de 1881, pp. 332-333; Visto em 28 de Abril de 2015; p. 152; <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1881m02d01-0332&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

¹⁵⁸⁸ Cf. Arquivo particular Família Hintze Ribeiro Carta de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro a Artur Hintze Ribeiro, Lisboa, 4 de Fevereiro de 1881, fl. 2 v.

¹⁵⁸⁹ Sousa, Fernando Aires, *José do Canto, o homem de cultura e o mecenas da sua ilha*, Conferência de 7 de Julho de 1998, in José do Canto no Centenário da sua Morte, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2000, p. 20.

¹⁵⁹⁰ Nota posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018: Morais, Ob. Cit., 1882, pp. 10-11.

A 14 de Fevereiro, Caetano de Andrade tem uma intervenção bastante clara: trata do problema do tabaco (envolve Açores e a Madeira) e do chá e reconhece o grave problema do vinho do Douro. Quanto ao chá, lembra que “(...) *não é uma questão só dos Açores e da Madeira, é uma questão de todo o país. (Apoiados.)*,” indo ao ponto de propor o seu cultivo nas regiões “do Douro e do Minho (...)”, afirmando ser a “*cultura do chá*” fácil, e “*que conviria muito ir substituindo por esta a cultura moribunda da vinha. (Apoiados.)*.” Tentava conseguir aliados para a proposta que levaria em breve. É um projecto, acrescenta, que vai além da sua Ilha e que congrega deputados progressistas e regeneradores: “(...) *não podem significar um conluio entre nós, como o acordo entre as palavras dos srs. Hintze Ribeiro, as do sr. Sousa e Silva e as minhas não significa que nós fizemos, fóra d’esta questão insulana, um pacto de paz.*”¹⁵⁹¹ Mas o Partido Progressista está em queda de popularidade. A 21 de Fevereiro, Caetano de Andrade de Albuquerque intervém: “*Acabam de se dar effectivamente naquela Ilha [São Miguel] dois factos, qual d’elles o mais importante; o primeiro foi um movimento popular; o segundo foi um terremoto, e estes factos não permitem que os delegados dos povos d’aquella Ilha fiquem n’esto momento silenciosos aqui.*”¹⁵⁹²

Perante a crise, Caetano de Andrade de Albuquerque dá-nos a chave para perceber o infeliz desfecho da votação no projecto-de lei do chá: “*Quando no outro dia apresentei o meu projecto de lei desejava que n’elle se assignasse em nome das condições extraordinarias, do terrivel estado de decadencia e das circumstancias penosissimas em que se acha a população do districto de Ponta Delgada, uma auctorisação de confiança ao governo, para este adoptar as medidas necessarias para lhe acudir de prompto com alguns actos que dependessem da acção governamental (...).*” Portanto, misturara-se uma moção de confiança ao governo de Anselmo Braamcamp com a prioridade a acudir às consequências do terramoto da Povoação e tumultos na Ilha.

Demorara meio ano a adequar a proposta ao gosto nacional. A que seria levada a 16 de Março por Caetano de Andrade de Albuquerque (não esquecer que fora Presidente da SPAM) resultara de novas negociações. (Vide Doc. N.º 10 – ANEXO, p. 67 – A) Pretendia-se que se tornasse aceitável aos olhos da nação, propondo um prazo de 15 anos e não de 25, como propusera José do Canto, nem sequer de 20, como sugerira a Comissão da Junta.”¹⁵⁹³ Tentara

¹⁵⁹¹ Câmara dos Deputados, 14 de Fevereiro de 1881, pp. 518-528; Visto em 28 de Abril de 2015; <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1881m02d14-0527&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

¹⁵⁹² Câmara dos Deputados, 21 de Fevereiro de 1881, pp.666- 667; Visto em 28 de Abril de 2015; <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1881m02d21-0667&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

¹⁵⁹³ Câmara dos Deputados, 16 de Março de 1881, p. 1008; Visto em 28 de Abril de 2015; <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1881m03d16-1008&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>; Francisco Maria Supico, *As Escavações*, vol. III, 1995, pp. 1029-30

recolher apoios para além dos deputados da Ilha de S. Miguel e deste modo foi “assinado por um deputado de cada um dos distritos açorianos, e por outro do centro vinícola do Douro.” Foram eles: João Cândido de Moraes, J. F. Abreu Castelo Branco, Alfredo Cezar de Oliveira e F. do Castro Monteiro. A proposta nem sequer chegaria a ser votada: “Foi admitido e enviado à comissão de fazenda.” Nove dias depois, a 25 de Março de 1881, na sequência de uma moção de censura, apresentada pelo regenerador Fontes Pereira de Melo, o Ministério de Braamcamp Freirecaiu.¹⁵⁹⁴ Ernesto Hintze sabia-o de antemão por ouvi-lo de Fontes Pereira de Melo, di-lo em carta ao irmão Artur Hintze Ribeiro, “que Fontes não tem [tinha] empenho em deitar a caranguejola abaixo antes de 1881.”¹⁵⁹⁵ Nem quis logo assumir o Governo, pois pediu a “Rodrigues Sampaio para assumir a Presidência do Governo.”¹⁵⁹⁶ Assim sucedeu. Não houve tempo para a comissão apreciar a proposta.

A parceria entre a SPAM e o Progressista Caetano de Andrade saldara-se numa vitória realista. Doce, porque Caetano Andrade de Albuquerque alcançara, antes de 25 de Fevereiro de 1881, “um subsídio a favor da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense.”¹⁵⁹⁷ Não esquecer a parte que terá cabido aos Regeneradores Ernesto Hintze e Sousa e Silva porque, não querendo, poderiam ter impedido, pois “com maioria na Câmara dos Pares, os Regeneradores encarregavam-se de tornar a vida difícil aos Progressistas.”¹⁵⁹⁸ Doce ainda porque Caetano (com o concurso dos dois atrás referidos), na sessão de 14 de Fevereiro, havia apresentado com sucesso (?) a questão das “matrizes prediais do Distrito de Ponta Delgada.”¹⁵⁹⁹ Este era um problema que sendo resolvido dentro da grave crise económica, financeira e social em que se vivia atenuaria as reivindicações dos proprietários da terra. Outro ainda, de 23 de Fevereiro de 1881, em que consegue um crédito para obras urgentes. Caetano esteve activo nos primeiros meses de 1881 e conseguiu ganhos para a sua terra. Ernesto do Canto e José do Canto deverão ter encarado a situação com realismo, pois haviam globalmente alcançado o melhor dentro das circunstâncias: o problema candente da dívida da SPAM estava resolvido, bem como o das matrizes prediais.

Ainda assim não se desistiu pois, entre o fracasso de 1881 e o seguinte de 1887, foram feitas várias tentativas para obter apoios à cultura do chá nos Açores. Sinal de que a SPAM e os seus sócios utilizavam todos os canais disponíveis ao seu alcance para sensibilizar o poder é a iniciativa do deputado regenerador do círculo micaelense, António Augusto de Sousa e

¹⁵⁹⁴ https://pt.wikipedia.org/wiki/Anselmo_Jos%C3%A9_Braamcamp;

¹⁵⁹⁵ Mónica, Maria Filomena, *Fontes Pereira de Melo*, Coleção Parlamento, 1999, p. 135.

¹⁵⁹⁶ *Idem*, p. 138.

¹⁵⁹⁷ Cf. BPARPD, SPAM, Registo de Correspondência, 1860-1898, 18 de Março de 1881, liv. 23, fl. 31.

¹⁵⁹⁸ Mónica, *Ob. Cit.*, 1999, p. 136.

¹⁵⁹⁹ Dias, Fátima Sequeira Dias, *Caetano de Andrade Albuquerque Bettencourt*, p. 377, coordenação Maria Filomena Mónica, in *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910)* vol. I (A-C), 2004, Coleção Parlamento.

Silva. Pouco menos de um mês sobre o pedido de utensílios e sementes para a China, pouco mais de um mês do início da 23.^a legislatura, a 11 de Fevereiro de 1882, já com Fontes Pereira de Melo como Presidente e Hintze Ribeiro como Ministro das Obras Públicas, o igualmente regenerador Sousa e Silva envia para a mesa “(...) *uma proposta de renovação de iniciativa de um projecto de lei, apresentado na sessão de 15 [16?] de março do ano passado pelo sr. Cacicano [sic] de Almeida e Albuquerque, com o intuito de proteger a cultura do chá no Continente do reino, Ilhas adjacentes e colónias (...).*”¹⁶⁰⁰ Pouco adianta, ainda que dois dias depois, mantendo a pressão, se consiga que seja “(...) *admittida e enviada à comissão de fazenda, ouvida a de agricultura.*”¹⁶⁰¹ O mesmo que fora dito em 1881. Todavia, a proposta não foi aprovada. O Governo precisava do dinheiro que cobrava dos impostos alfandegários pela importação do chá Britânico. É provável que não acreditasse que o chá açoriano fosse capaz de substituir o inglês.

Outra preocupação da SPAM, dizia respeito ao equilíbrio das contas resultantes da iniciativa do chá. César Supico temera inicialmente que achassem cara a contratação dos chineses. Quem, afinal, pagou a dívida? A SPAM, a Junta Geral e o Governo Central, na sua maioria. Numa carta que escreve ao irmão, em 1878, comenta que era “*um pouco caro, mas não foi possível obtê-los por menos. Além disso garante-se-lhes a viagem de regresso à China.*”¹⁶⁰² No entanto, os sócios não acharam caro, aliviando a preocupação de César Supico: “*Fiquei muito satisfeito por ver que aí achavam barato o preço por que os homens foram contratados. Em relação aos salários habituais da China não é barato, e por isso receava que fizessem aí algum reparo a este respeito. Fico agora descansado.*”¹⁶⁰³ Afinal, incluindo-se a totalidade das despesas, sempre sairia caro. Segundo as contas apresentadas pela SPAM à Junta Geral, a despesa total do projecto do chá ascendeu a 3. 930\$350 réis, dos quais, as referentes a Lau-a-Pan e a Lau-a-Teng, somaram 2.542\$513, ou seja, 64,76% do total das despesas. **Não admira que a SPAM tencionasse a todo o custo terminar o contrato. O** montante final da dívida foi saldado em data próxima do mês de Março de 1881. Foi um processo demorado e sinuoso, envolvendo, ao longo de mais de três anos, várias entidades e diversos protagonistas: Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada, Governador de Macau, César Supico, deputados micaelense no Parlamento Nacional, Governo Central.

¹⁶⁰⁰ Câmara dos Deputados, 11 de Fevereiro de 1882, pp. 289-290; Visto em 29 de Abril de 2015; <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1882m02d11-0289&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

¹⁶⁰¹ Câmara dos Deputados, 13 de Fevereiro de 1882, p. 308; Visto em 29 de Abril de 2015; <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1882m02d13-0308&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

¹⁶⁰² CF. BPARPD, EC, corr/1027, carta de Augusto César Supico a Francisco Maria Supico, Macau, 13 de Novembro de 1877, fl. 2.

¹⁶⁰³ Cf. BPARPD, ACR, CORR. 1240, Carta de Augusto César Supico a Francisco Maria Supico, Macau, 26 de Fevereiro de 1878.

José do Canto, na dupla qualidade de Presidente da Junta Geral e de Vice-Presidente da SPAM, votou alguns subsídios para atenuar a dívida. Ernesto, como Presidente da SPAM, empenhou-se a fundo na obtenção de subsídios da Junta Geral e do Governo Central. Porquê? Presume-se que os irmãos Canto, por haverem assumido tão resolutamente a defesa (a iniciativa) do projecto do chá, se achariam responsáveis pelo seu bom desfecho. Não havendo ainda saldado a dívida, a Sociedade corria dois enormes riscos: reduzir as suas actividades ou até mesmo encerrar por completo. Poder-se-ia, então, culpar a família Canto de colocar em perigo a existência da SPAM. Com efeito, para fazer face às despesas, na Assembleia-Geral de 3 de Junho de 1878, Ernesto do Canto questionou a Assembleia-Geral acerca da conveniência de pedir “(...) ou não pedir subsídios ao Governo para fazer face às despesas de cultura e manipulação do chá fazendo ver os benefícios que d’ali podem resultar direta ou indirectamente à fazenda pública.”¹⁶⁰⁴

A Assembleia Geral decide pedir apoio ao Governo. A 29 de Janeiro de 1879, pede-se apoio financeiro ao Governo, alegando razões excepcionais.¹⁶⁰⁵ A 22 de Fevereiro de 1879, era já Ernesto do Canto presidente, escrevia em nome da Direcção ao primo e deputado Pedro Jácome Correia, a “rogar-lhe (...) o obséquio de se interessar junto ao Governo de Sua Majestade pelo bom êxito dos negócios da mesma Sociedade, pois o são igualmente deste Distrito (...),” incidindo especialmente na representação dirigida ao governo “implorando um subsídio pecuniário que a habilite a prosseguir nas auspiciosas experiências para a introdução da indústria do fabrico de chá nesta Ilha (...),” juntando uma cópia da referida representação, a fim de o habilitar, “como digno representante deste Distrito, a pugnar pelo bom êxito daquela pretensão.”¹⁶⁰⁶ Idêntico pedido foi enviado aos deputados Ernesto Rudolfo Hintze Ribeiro e Henrique Ferreira de Paula Medeiros.¹⁶⁰⁷ Na reunião da Direcção de 28 de Abril de 1879, a propósito do subsídio solicitado ao Governo, Ernesto do Canto informou os restantes membros (Manuel Botelho de Gusmão e José do Canto) que a resposta dos deputados fora positiva e que o governo estava disposto a concedê-lo no ano seguinte. Agora, para o alcançar seria bom: “(...) para esclarecimento seu e justificação d’esta despesa,

¹⁶⁰⁴ Cf. BPARPD, SPAM Atas da Assembleia Geral, 27 Fevereiro 1851 – 1882, Livro nº 2, Sessão de 3 de Junho de 1878, Fls. 66v-68v.

¹⁶⁰⁵ Cf. BPARPD, SPAM Atas da Direcção de 1873-1887, Livro nº 6, Sessão de 29 de Janeiro de 1879, fls. 58-61: “Quando porem tudo estava preparado para na próxima primavera se desenvolverem os ensaios de fabrico em escala considerável, nova dificuldade se atravessa no nosso caminho: é a situação económica da Sociedade; resultante da crise monetária do distrito. – Quando todos sofrem d’essa crise terrível, capitalistas, proprietários, comerciantes e trabalhadores, não admira que também a ella vergue uma Sociedade que vive apenas das quotizações voluntarias dos seus sócios.”

¹⁶⁰⁶ Cf. BPARPD, SPAM, Registo de Correspondência, 1860-1898, 22 de Fevereiro de 1879, liv. 23, fls. 15 v. - 17.

¹⁶⁰⁷ Idem.

*convirá fazer mãos um relatório expondo as despesas efetuadas e o calculo dos prováveis, o que se resolveu elaborar.”*¹⁶⁰⁸

Para aquele registo, como já anteriormente referimos e por ser importante repetimos, José do Canto alvitrou e foi aceite, tendo-o a SPAM encarregado do assunto: *“(…) que se adquirisse um livro em que seriam abertas casas para detalhar designações onde se lançasse todo o movimento da futura apanha do chá e preparo, na presente estação, a fim de haver dados para uma estatística rigorosa que levará então a Sociedade a formar juízo seguro sobre a parte económica da empresa que se anda estudando, por ora, só com esperanças talvez bem fundadas, mas não com dados precisos, que é forçoso obter.”*¹⁶⁰⁹

Ainda que o Governo de então e o anterior houvessem prometido um subsídio (de dois contos de réis?), a 13 de Julho de 1879 não fora ainda concedido.¹⁶¹⁰ A par das mudanças ocorridas nos ministérios em Lisboa, a direcção da SPAM, em 13 de Julho, dois meses depois de Anselmo Braamcamp ter assumido a presidência, resolveu: *“(…) que se empregassem todos os esforços para com o Governo de Sua Majestade a fim de se obter o subsidio de dois contos de reis, que tanto o actual Governo como o transacto promettera a esta Sociedade.”*¹⁶¹¹ Enquanto tardava a verba prometida, o Presidente da Sociedade, Ernesto do Canto, por ser inadiável, assinava duas letras, sendo uma de 500\$000 rs, para pagamento de ordenados e transportes dos chineses e outra de 435\$000 rs insulanos, dos quais 375\$000 para cobrir o saque feito em Macau para pagamentos às famílias dos dois chineses e 60\$000 par despesas de expediente da Sociedade.¹⁶¹²

Três dias depois, a 16 de Julho, Ernesto do Canto envia ao *“Dr. Veríssimo de Aguiar Cabral, Digníssimo Governador Civil deste Distrito (...) cópia do relatório que esta Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense, dirigiu ao Governo de Sua Majestade, em 30 de Janeiro do corrente ano.”*¹⁶¹³ Desconhecemos o paradeiro do documento que promete o subsídio. Não fora só Fontes Pereira de Melo que cedera, em 1879, o lugar a Anselmo Braancamp, os governadores civis em Ponta Delgada haviam também trocado de lugares: o Dr. Veríssimo de Aguiar Cabral sucedera a Gualdino Alfredo Lobo de Gouveia Valadares, demitido (?) havia 27 dias (de 30 de Setembro de 1878 a 19 de Junho de 1879). Gualdino regressaria uma

¹⁶⁰⁸ Cf. BPARPD, Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, Actas da Direcção, 10 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887, 28 de Abril de 1879, liv. 6, fls. 62v.-64v.

¹⁶⁰⁹ Idem.

¹⁶¹⁰ Os governos em questão eram os do regenerador Fontes Pereira de Melo (1878 – Maio de 1879) e do progressista Anselmo Braancamp (a partir de Junho de 1879)

¹⁶¹¹ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Direcção, 10 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887, 13 de Julho de 1879, liv. 6, fls. 66-66v.

¹⁶¹² Idem.

¹⁶¹³ Cf. BPARPD, SPAM, Registo de Correspondência, 1860-1898, 16 de Julho de 1879, liv. 23, fls. 18 – 18 v.

segunda vez, de 30 de Março de 1881 a 1 de Julho de 1886.¹⁶¹⁴ Pretendia-se que o recém-empossado governador civil sensibilizasse o governo central do progressista Braamcamp para o “(...) seu estado financeiro (...)”, alegando-se que, o “*Governo transacto prometeu o subsídio que se pede no mesmo relatório (...)*.”¹⁶¹⁵ Como prova da qualidade final do chá micalense, Ernesto enviara “*uma amostra de chá ao Ex.mo Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, igual ao que tenho a honra de nesta ocasião enviar a V. Ex.ª para fazer dele o uso que entender conveniente.*”¹⁶¹⁶

A 31 de Dezembro de 1879, a crise económica vivida na Ilha era dura, conforme a própria SPAM reconhece.¹⁶¹⁷ Que decide esta fazer? Não esperar que a crise passe, mas investir. Uma das saídas é a aposta na extracção da resina dos pinheiros. A partir da década de 40 por diante, os senhores da Ilha haviam apostado na plantação de pinheiros: Ernesto do Canto, José do Canto, José Maria Raposo do Amaral e Caetano de Andrade. É Ernesto do Canto que escreve para Lisboa ao Administrador das Matas do Reino João Cândido de Moraes, pedindo-lhe o “(...) favor de nos informar: 1.º se será possível mandar para as Matas de Leiria um aprendiz natural desta Ilha, que se exercite ali na prática de todo o processo da colheita da resina dos pinheiros?”¹⁶¹⁸

Continuavam sem receber o apoio prometido. Ernesto do Canto vai direito ao fundamental: “*A Sociedade despendeu perto de três contos de réis nas experiências do chá, hoje acha-se com uma dívida de um conto de réis aproximadamente, dívida que só com grande demora e sacrifício de todos os futuros empreendimentos, poderá saldar.*” Explicada a situação, em nome da SPAM, pede: “*É pois, pelo menos esta última quantia que a Sociedade pede lhe seja concedida da verba de réis 30:000\$000 autorizada no Orçamento Geral do Estado, do corrente ano, para subsídios às Sociedades Agrícolas.*”¹⁶¹⁹ Em suma, as experiências visando a produção de chá foram feitas “*à custa de avultadas despesas e dispêndio de todos os seus recursos (...)*.”¹⁶²⁰ Havia fundadas esperanças de se alcançar o desejado de Anselmo Braamcamp.¹⁶²¹ De facto, o progressista Anselmo José Braamcamp de Almeida Castelo Branco havia sido eleito em 1879 pelo círculo eleitoral de Ponta Delgada, segundo o

¹⁶¹⁴ https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_governantes_dos_A%C3%A7ores

¹⁶¹⁵ Cf. BPARPD, SPAM, Registo de Correspondência, 1860-1898, 16 de Julho de 1879, liv. 23, fls. 18 – 18 v.

¹⁶¹⁶ Idem.

¹⁶¹⁷ *A Persuasão*, Ponta Delgada, 31 de Dezembro de 1879, p. 3.

¹⁶¹⁸ Cf. BPARPD, SPAM, Registo de Correspondência, 1860-1898, 31 de Dezembro de 1879, liv. 23, fls. 20-20 v.

¹⁶¹⁹ Idem, fls. 21-21 v.

¹⁶²⁰ Idem.

¹⁶²¹ Idem, fl. 41: Por se dar “*a feliz coincidência de se reunir em V. Ex.ª a Presidência do Conselho de Ministros e a qualidade de nosso representante, não duvidamos de que a nossa pretensão será agora coroada de bom êxito, proporcionando a V. Ex.ª ocasião de beneficiar este Distrito, colhendo assim bem merecido direito à sua gratidão.*”

regenerador Francisco Maria Supico, graças “à respeitosa condescendência do partido Regenerador, que se tivesse dado campanha ganharia a eleição.”¹⁶²²

Entretanto, urgia cumprir compromissos. A 15 de Abril, era preciso pagar 52\$820 réis de juro que se venceria no dia seguinte. Ernesto do Canto, que avalizara o empréstimo para fazer face às despesas com os últimos salários e transporte de Lau-a-Pan e Lau-a-Teng, convoca uma Assembleia-Geral e esta autoriza-o “sobre uma letra de 500\$000rs.”¹⁶²³ A situação fora atalhada no imediato, no entanto era preciso resolver o assunto no seu todo. Como não houvessem ainda chegado os subsídios prometidos pelo Governo, a SPAM volta-se a 30 de Abril de 1880 para a Junta Geral. José do Canto, membro da direcção da Sociedade, era seu presidente e, recordemo-lo, irmão de Ernesto do Canto, presidente desta.¹⁶²⁴ O processo instrutório do pedido é minucioso, pelo que, querendo perceber a situação e o próprio projecto do chá, é forçoso que nos atemos a ele demoradamente e com cuidada atenção. Começamos pelos extractos das contas, divididos em dois períodos. Um primeiro, de 16 de Fevereiro a 31 de Dezembro de 1878: “*Extracto das contas relativas Ao ensaio sobre a manipulação do chá Empreendido pela Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense Nos anos de 1878-1879;*” um segundo, de 1 de Janeiro de 1879 em diante: “*Extracto das contas relativas Ao ensaio sobre a manipulação do chá Empreendido pela Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense Nos anos de 1878-1879.*”¹⁶²⁵

A 30 de Abril de 1880, Ernesto escreve à Junta Geral admitindo estar a “*Sociedade exausta de meios, pelo que pedia a concessão de um subsídio para extinguir a dívida.*”¹⁶²⁶ Na mesma missiva, dá conta das diligências feitas: “*(...) representou e recorreu ao Governo de Sua Majestade por quantos meios estavam ao seu alcance (...)*” e dá conta do nulo resultado delas: “*Nunca este justo pedido pode ter solução favorável. A Sociedade da Agricultura não esmorece no propósito de melhorar (o seu estado fi) financeiro, de sorte que possa empreender outras tentativas (...).*”¹⁶²⁷

No mês seguinte, a 28,a SPAM recebera duas óptimas notícias: primeira, a Junta Geral do Distrito, na sequência da exposição de 30 de Abril, votara um subsídio de 275\$560 rs; segunda, constava que o deputado regenerador António Augusto de Sousa e Silva (1844-

¹⁶²² Rodrigues, Vítor Luís Dias, *A geografia eleitoral dos Açores de 1852 a 1884*, Universidade dos Açores, 1985, p. 99.

¹⁶²³ Cf. BPARPD, SPAM Atas da Assembleia Geral, 27 Fevereiro 1851 – 1882, Livro nº 2, Sessão de 15 d’Abril de 1880, Fls. 68v-69v.

¹⁶²⁴ Cf. BPARPD, SPAM, Registo de Correspondência, 1860-1898, 30 de Abril de 1880, liv. 23, fls. 24-24 v.

¹⁶²⁵ Idem, fls. 24 v, 25

¹⁶²⁶ Idem, fls. 25 v. – 26

¹⁶²⁷ Idem.

1925), eleito pelo círculo de Vila Franca do Campo, propusera que fosse atribuído à SPAM um subsídio de um conto de réis,¹⁶²⁸ o que de facto veio a acontecer.¹⁶²⁹ Com o subsídio da Junta, a dívida ficaria ligeiramente atenuada, passando de 2:572\$595, para 2.297\$050. Caso se concretizasse o subsídio do Governo de 1 000\$000, ficaria em 1. 297\$050.¹⁶³⁰ Era forçoso continuar a persistir, pelo que a Direcção decidiu, agradecendo, pedir a Augusto Sousa e Silva para que insistisse nessas “[...] *instâncias acompanhando-as do relatório sobre as operações do chá ao 1º ano, diário de experiências, despesas feitas com a empresa etc e dando-se a tudo publicidade nos jornais da capital, se parecer conveniente e oportuno.*”¹⁶³¹

A 6 de Novembro de 1880, Ernesto do Canto apelava a Caetano de Andrade Albuquerque, deputado às Cortes.¹⁶³² Entre 6 de Novembro de 1880 e 6 de Janeiro de 1881, este responde afirmativamente ao pedido.¹⁶³³ Ernesto do Canto não desiste. Pede-lhe a reformulação de nova “representação” ao Governo, explicando mais uma vez “[...] *os sacrifícios da Sociedade no desempenho da sua missão, especialmente com a introdução da cultura e fabrico do chá, e o desequilíbrio financeiro que lhe resulta d’esta empresa, com que implantou no Distrito um novo e esperançoso ramo de prosperidade agrícola.*”¹⁶³⁴ Para divulgar o mais possível e, como forma de pressão, tornar tudo público: “*Que esta representação se imprima, e dela se remetam exemplares não só aos nossos deputados, senão aos demais representantes da Nação numa e outra Câmara além de outros funcionários ou repartições do Estado [...].*” Que ficasse bem claro que o que se solicitava era um direito legal, não um favor arbitrário: “*a fim de que por todos se escute e faça ouvir a nossa justíssima pretensão e se reconheça que por um relevante serviço agrícola, temos incontestável direito ao subsídio solicitado em face do art.º 90 do Regulamento de Agricultura distrital de 28 de Fevereiro de 1877.*”¹⁶³⁵

¹⁶²⁸ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Direcção, 10 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887, 28 de Maio de 1880, liv. 6, fls. 69v.-70.

¹⁶²⁹ Diário da Câmara dos Senhores Deputados, 23.ª Legislatura, sessão 1, n.º 84, 30 de Abril de 1880, p. 1777; <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1880m04d30-1777&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=p>. Visto em 29 de Maio de 2014.

¹⁶³⁰ Diário da Câmara dos Senhores Deputados, 23.ª Legislatura, sessão 1, n.º 99, 17 de Maio de 1880, p. 2120. <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1880m04d30-1777&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=p>. Visto em 29 de Maio de 2014.

¹⁶³¹ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Direcção, 10 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887, 28 de Maio de 1880, liv. 6, fls. 69v.-70. Coloca-se aqui uma questão, para a qual não obtivemos resposta, que é a de saber onde param estas notas e diário de experiências.

¹⁶³² Cf. BPARPD, SPAM, Registo de Correspondência, 1860-1898, 6 de Novembro de 1880, liv. 23, fls. 29 – 29 v.: “ (...) *como nosso digno sócio, e connosco empenhado na prosperidade desta Sociedade, se digne advogar a concessão do subsídio tão instantemente pedido ao Governo a favor do equilíbrio da nossa receita e despesa, quando se encontrar no seio da representação nacional, onde em breve tomará assento [...].*”

¹⁶³³ Cf. BPARPD, SPAM, Atas da Direcção, 4 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887 Livro nº 6, Sessão de 6 de Janeiro de 1881, fls. 73v-74: “*que gostoso aceita o encargo, e empregará tudo o que estiver ao seu alcance para o desejado êxito de tão justo pedido.*”

¹⁶³⁴ Idem.

¹⁶³⁵ Idem.

A verba votada à SPAM por José do Canto, enquanto Presidente da Junta Geral, é alvo de reconhecimento. São-lhe igualmente reconhecidos outros préstimos valiosos. A assembleia-geral extraordinária da Sociedade, sob proposta de José Maria Câmara unanimemente apoiada, deliberou que na acta, *“se consignasse em nota de profundo agradecimento ao Exmo. José do Canto pela generosa liberalidade em que se dedica ao engrandecimento da Sociedade, protegendo-a com os seus prestantes serviços, e com valiosos oferecimentos em que merecem especial e elevada menção as plantas do projectado jardim do Relvão, e plantas de chá, e que a S. Exa. Se significasse este voto de gratidão da Sociedade.”*¹⁶³⁶

Entretanto, não se desistia do Governo Central. Em reunião da direcção de 11 de Outubro de 1881, solicitou-se novamente ao Dr. Caetano de Andrade Albuquerque que *“Sua Excelência se digne advogar a concessão do subsídio frequentemente pedido ao governo a favor desta Sociedade para equilibrar a sua receita e despesa.”*¹⁶³⁷ Os insistentes e bem direccionados esforços despendidos junto ao Governo Central, graças a uma conjugação inteligente e persistente de diligências de deputados progressistas e regeneradores iriam, por fim, frutificar: inicialmente fora o Deputado Sousa e Silva, depois o Deputado progressista Caetano de Andrade de Albuquerque, talvez Ernesto Hintze, também Anselmo Braamcamp. Antes de 25 de Fevereiro de 1881 havia sido concedido *“um subsídio a favor da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense.”*¹⁶³⁸ Já em 18 de Março de 1881, Ernesto do Canto responde a Pedro Roberto Dias da Silva, Chefe da Repartição de Contabilidades no Ministério das Obras Públicas, acusando a recepção *“do officio sob n.º 809 de 4 do corrente, em que se digna comunicar-me que para o cofre Central deste Distrito foi expedida a ordem de pagamento N.º 422 no valor de 1:800\$000 réis fortes, quantia com que foi subsidiada a Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense (...) para satisfazer as despesas feitas nos ensaios da nova indústria de manipulação de chá. (...)”*¹⁶³⁹

Que faz a SPAM após saldar a dívida? Passa a cultura e o fabrico do chá aos sócios e aos não sócios. Como? Contas feitas e saldadas, a SPAM dava por cumprida a missão assumida em Novembro de 1873. Aos poucos, transfere a cultura e a manipulação do chá aos privados e à Junta Geral. Por que razão o fez? Supico, voz não oficial da SPAM mas bem colocada, em Abril de 1878, discorrendo sobre o futuro do chá, alude a *“(...) pequenas*

¹⁶³⁶ Cf. BPARPD, SPAM Atas da Assembleia Geral, 27 Fevereiro 1851 – 1882, Livro nº 2, Sessão da Assembleia-Geral em 20 de Fevereiro de 1881, Fls. 71-71v.

¹⁶³⁷ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Direcção, 10 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887, 11 de Outubro de 1880, liv. 6, fls. 70v.-72.

¹⁶³⁸ Cf. BPARPD, SPAM, Registo de Correspondência, 1860-1898, 18 de Março de 1881, liv. 23, fl. 31.

¹⁶³⁹ Idem, fl. 31 v.

*fabricas domésticas para prepararem as folhas de suas plantas (...).*¹⁶⁴⁰ A voz oficial da SPAM, José do Canto, a 26 de Maio de 1880, menciona *“oficina(s) estabelecida(s), em que os pequenos cultivadores possam fabricar o seu chá”*¹⁶⁴¹ O mesmo José do Canto, no Memorando de Novembro de 1880, admite que *“A produção é remuneradora poucos anos depois da plantação”* e *“o fabrico não exige construções nem mecanismos dispendiosos, nem capitais que excedam a posse de qualquer mediano cultor,”*¹⁶⁴² Omitindo a SPAM, encorajam a existência de oficinas fora daquela Associação. Um documento datado de 1873, cuja data foi provavelmente colocada em 1930, em que faz mais sentido pertencer ao período considerado (1878), tratando da quantificação dos investimentos no chá e do seu retorno, conforme as experiências na Índia Britânica, leva-nos a admitir que fosse destinado a quem pretendesse fazer contas antes de investir no chá.¹⁶⁴³

A SPAM iria doravante apostar noutras culturas, por exemplo o aproveitamento da resina do pinheiro.¹⁶⁴⁴ Ou arranjar uma nova sede e terrenos para experiências. Cumprira o que prometera. Havia plantações de chá e quem as soubesse tratar e fazer chá. Para montar uma oficina, eram precisas sementes e instrumentos, que habitualmente vinham de Macau. Em Abril de 1880, o irmão de Francisco Supico, César Augusto Supico, encontrava-se a prestar serviço na Ilha do Faial. Porém, reconhecendo-se-lhe os bons contactos que mantinha em Macau, pedem-lhe que recomende alguém ali que lhes desse seguimento às encomendas de sementes e de instrumentos.¹⁶⁴⁵ Ainda a 15 de Abril de 1880, quanto a utensílios da SPAM, *“propôs o Senr. José do Canto se lhe aluguem vários utensílios para a manipulação do chá nas suas propriedades (...).”* De que instrumentos disporia? Supõe-se que alguns teriam sido copiados a partir dos da Sociedade. Onde iria tratar o chá? No Pico da Pedra, Ribeira Grande e Porto Formoso ou trataria do chá de todas as propriedades na Ribeira Grande? É possível que fizesse na Ribeira Grande, onde havia preparado casa, não sendo no entanto de excluir que o fizesse igualmente naquelas outras localidades. A Assembleia-Geral da SPAM, perante

¹⁶⁴⁰ *Cultura e preparação do chá*, A Estrela Oriental, Ribeira Grande, 21 de Março de 1878, p. 2

¹⁶⁴¹ Cf. BPARPD/ACD/JGPD/001/005, Actas da Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada, Liv. N.º 8, 28 de Novembro de 1879- a 28 de Dezembro de 1881, sessão ordinária de 26 de Maio de 1880, fls. 19v-20v; Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada, sessão de 1880, pág. 11 e 12; Francisco Maria Supico, *As Escavações*, vol. III, 1995, p. 1028.

¹⁶⁴² Francisco Maria Supico, *As Escavações*, vol. III, 1995, pp. 1128-1029; Sala das Sessões da Junta Geral de Ponta Delgada, 29 de Novembro de 1880, p. 56.

¹⁶⁴³ Cf. BPARPD/ASS/SPAM/98, Contas, 1873. [O organizador, provavelmente, em 1930 a lápis de cor, colocou essa data, porém, pode ter sido uma das resposta ao pedido da SPAM em 1878 aos cônsules de Portugal no estrangeiro], *“Supondo que um jardim contendo 2.857 plantas produz 71 libras de Amesterdão de chá, em cada dia da apanha, então a divisão do trabalho é da maneira seguinte”* É um documento importante, que poderá ter guiado José do Canto na proposta que fez e mais tarde na decisão da SPAM de deixar o chá.

¹⁶⁴⁴ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Direcção, 10 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887, 15 de Abril de 1880, liv. 6, fls. 68v-69v.

¹⁶⁴⁵ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Assembleia Geral, 27 Fevereiro 1851 – 1882, Livro nº 2, Sessão de 15 d’Abril de 1880, Fls. 68v-69v.

tal pedido, resolveu: “*que gratuitamente se ponham à sua disposição todos os utensílios que pretende, não só porque a Sociedade lhe deve importantes auxílios e serviços, se não porque o destino de tais utensílios é sem dúvida para se continuar e aperfeiçoamento da manipulação do chá entre nós, como a Sociedade deseja.*” Assim, a SPAM decide “*Que se anuncie que quem quiser manipular chá, achará também na sede d’esta Sociedade fornece os utensílios e a respectiva oficina.*”¹⁶⁴⁶ Desconhece-se quem terá aproveitado esta possibilidade, embora se saiba que Francisco de Melo fez chá lá ainda em 1880. Ainda em 1887, Francisco Bettencourt fazia o seu chá através da SPAM: “*(...) o meu tem sido feito pelo servente da sociedade de agricultura, não saio bom, o primeiro teve tostado (...).*”¹⁶⁴⁷ Todavia, em Abril de 1905, em resposta a pedido de António Vaz Pacheco de Castro para que a SPAM manipulasse a sua folha de chá, esta respondeu-lhe que “*a Sociedade há muito que não faz chá, nem tem instalação.*”¹⁶⁴⁸

A oferta à SPAM de “*10:000 plantas de chá*”¹⁶⁴⁹ por José do Canto, na ausência de explicações, pode ser compreendida pelo facto de este querer retribuir a oferta de utilização gratuita dos utensílios. Ou para não parecer que se aproveitava da SPAM em proveito próprio. Ou para ajudar a minimizar a dívida da SPAM. Ou até para ajudar a cultura do chá. Fosse por que motivo fosse, a oferta de 10 000 plantas, provavelmente boas, iria ajudar quem pretendesse arrancar com o chá. Entretanto, continuava-se a mandar vir sementes da China, como se observa numa carta de 17 de Março de 1880 de José Bensaúde a Ernesto do Canto: “*(...) Tratei em Londres das sementes da China. Eis o modo prático. O nosso homem de Macau compra e remete para Hong-Kong (...).*”¹⁶⁵⁰

O Boletim da SPAM de Maio de 1881 divulga que na oficina/fábrica da SPAM são postos à disposição de quem quiser ensaiar a produção os instrumentos necessários à manipulação do chá que ela possui. E todas as pessoas que quisessem ver fazer chá, eram: “*(...) convidadas (...) a visitarem a oficina estabelecida na propriedade de José do Canto, no sítio da Caldeira Velha, da Ribeira Grande, desde 27 do corrente mês em diante, em todos os dias de bom tempo.*”¹⁶⁵¹ O Boletim difunde a decisão da reunião da direcção de 26 de Abril de 1881, registando-se, porém, duas ligeiras diferenças: na acta diz-se que “*(...) com o consentimento*

¹⁶⁴⁶Idem.

¹⁶⁴⁷ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de Francisco Bettencourt, Ponta Delgada, a José do Canto, Paris, 31 de Maio de 1887.

¹⁶⁴⁸ Cf. BPARPD, SPAM/144, [Correspondência], 1905, Carta de António Vaz Pacheco de Castro, à SPAM e resposta, 29 de Abril de 1905.

¹⁶⁴⁹ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Direcção, 10 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887, 11 de Outubro de 1880, liv. 6, fls. 70v.-72.

¹⁶⁵⁰ Cf. BPARPD, EC/CORR., Cx.1, 28 RES, Carta de José Bensaúde a Ernesto do Canto, Hannover, 17 de Março de 1880.

¹⁶⁵¹ Boletim da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, Maio de 1881, n.º 5, Ponta Delgada, tipografia do Arquivo dos Açores.

do Excelentíssimo José do Canto (...)” e não na Caldeira Velha, mas “(...) na sua propriedade da Mãe d’Água.”¹⁶⁵² Portanto, confundindo ou não o nome do local, seja como for, a ver fazer chá por Francisco de Melo.

Um passo decisivo, não ainda o derradeiro, no sentido de, cumpridos os objectivos da SPAM, passar o chá aos privados, foi dado na Assembleia-Geral de 19 de Janeiro de 1882. (Vide Doc. N.º 11 – ANEXO, p. 67 - A) Refira-se que a dívida havia sido saldada no ano anterior. Resolveu-se encomendar da China para serem transportados no navio África (com necessária autorização do governo “vários jogos de aparelhos para manipulação e preparo do chá a fim de satisfazer aos pedidos dos sócios que os desejam possuir mas que não podem pela dificuldade dos meios de comunicação.”¹⁶⁵³ Mas a Sociedade não abandonava completamente o projecto, visto que encomendava para si ainda “(...) 2 jogos completos com tachos e peneiros.”¹⁶⁵⁴ Seria a terceira tentativa desde 1878, será que resultaria desta vez?

Num momento decisivo de tentativa de arranque do chá em São Miguel, em Janeiro de 1882, atente-se nos onze sócios interessados no chá: José do Canto, Ernesto do Canto, José Jácome Corrêa, Vicente Machado de Faria e Maia, Agostinho Machado de Faria e Maia Júnior, Francisco Machado de Faria e Maia, Augusto Ataíde Corte Real da Silveira Estrela, Luís de Ataíde Corte Real da Silveira Estrela, Manuel Augusto Hintze Ribeiro, José Pereira Botelho, Alberto de Freitas da Silva.¹⁶⁵⁵ Destes, todos, excepto Luís Ataíde, encomendaram “1 jogo completo de peneiras com tachos sem peneiros à excepção do Exmo. Luís de Ataíde que deseja 2 pylons.”¹⁶⁵⁶ Dos referidos na lista, Ernesto do Canto iria desistir, dos não referidos, mas já próximo do chá, José Bensaúde iria ter uma fábrica/oficina.

Porém, uma das preocupações recorrentes dos produtores prendia-se com os custos da mão-de-obra. Muito embora os trabalhadores sazonais de São Miguel, “nos meses de Maio a Setembro (...) [fossem] principalmente mulheres, pequenos e pequenas,”¹⁶⁵⁷ e ganhassem pouco ao dia, ainda assim, os produtores de chá micalenses, comparando salários e produtividade dos trabalhadores chineses e indianos com os dos micalenses, receavam pelo seu chá. Não temos valores dos salários “dos pequenos e das pequenas”, sendo porém admissível que ganhassem menos do que as mulheres, para as quais dispomos de

¹⁶⁵² Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Direcção, 10 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887, Sessão de 26 de Abril de 1881, fls. 75v-76v.

¹⁶⁵³ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Assembleia-Geral, n.º 2, 1851-1887, 19 de Janeiro de 1882, fls. 73v-74v.

¹⁶⁵⁴ Idem.

¹⁶⁵⁵ Cf. BPARPD, SPAM, Actas da Assembleia-Geral, n.º 2, 1851-1887, 19 de Janeiro de 1882, fls. 73v-74v.

¹⁶⁵⁶ Idem.

¹⁶⁵⁷ Sessão Parlamentar Nacional de 15 de Março de 1881; Francisco Maria Supico, As Escavações, vol. III, 1995, pp. 1029-30.

alguns dados fragmentários. Os salários médios das mulheres, dependendo do período do ano, dependendo igualmente do ano em questão, devido à emigração, entre os anos de 1879 e 1896, variaram entre 60 réis e 160 réis diários.¹⁶⁵⁸ Os trabalhos de monda, cava, poda, plantação e outros eram atribuídos aos homens e “rapazes.” Não sabemos o salário destes últimos, porém, o salário dos homens era muito superior ao das mulheres: 420 réis, ou seja, uma diferença para 1879, entre homens e mulheres, de 340 a 360 réis.¹⁶⁵⁹ Sobre os salários dos homens em 1896, no **Preto no Branco**, jornal do sobrinho de José do Canto, dizia-se: “os salários para os serviços agrícolas têm atingido preços desmedidos.” Dava-se como exemplo: “para as malhas das favas não se encontraram homens a menos de 1000 réis por dia (...).” Desabafo: “dentro em poucos anos ficarão muitas terras incultas à falta de braços.”¹⁶⁶⁰ Sendo o “problema tão complexo é difícil escolher uma solução segura; mas, por Deus, estude-se o assunto e haja uma providência qualquer que refreie a loucura da emigração ou que a dificulte a termos de evitar estas continuadas sangrias no nosso principal elemento de trabalho e de riqueza.”¹⁶⁶¹ Daí que se preferisse o trabalho infantil e de mulheres. ¹⁶⁶²Em finais de 1899, por serviço completo, havia homens que ganhavam 12 500 réis e rapazes 2 500.¹⁶⁶³

¹⁶⁵⁸ A SPAM pagou em Maio a “3 mulheres, [pelo] trabalho de enrolamento das folhas de chá, de 2 dias, como da ordem, 400.” (Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1901, 17 de Maio de 1879, liv. 13, fl. 32) Ou, talvez porque houvesse em Julho menos braços disponíveis do que em Maio, em Julho de 1879, 80 réis, “Por pagamento a 3 mulheres em enrolamento de chá (...) \$240.” (Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1901, 19 de Julho de 1879, liv. 13, fl. 36). Quase duas décadas depois, em Dezembro de 1898, a SPAM pagava 160 réis: “10 mulheres para cortar chicória a 160 (...).” (Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1901, 3 de Dezembro de 1898, liv. 13, fl. 114). Até a 60 réis, em 1896, nas plantações de José do Canto: “18 raparigas a 60 réis, 1 080 (...).” (Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 104 [Não tem número]). [Despesas efectuadas por José do Canto], 1896, Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 104 [Não tem número]].

¹⁶⁵⁹ Em 1879, a mesma SPAM, em Março, pagava “por um dia a 2 homens em podar e limpar a vinha do Jardim (...) \$840.” (Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 29 de Março de 1879, liv. 12, fl. 39) Para Julho, pelas mesmas razões, a SPAM, “por fêria ao trabalhador do Jardim na semana finda hoje e a 2 homens (...) 3\$060.” (Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção, 1878-1879, 12 de Julho de 1879, liv. 12, fl. 48). Mas não seria muito diferente no que toca ao chá? Em Agosto de 1879, pela SPAM e de chá: “Por 3 dias de trabalho a 3 homens em serviço de chá na Caldeira Velha (...) 160.” (Cf. BPARPD, SPAM, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1901, 23 de Agosto de 1879, liv. 13, fl. 38).

¹⁶⁶⁰ *O Preto no Branco*, Ponta Delgada, ano 1, 19 de Março de 1896, p. 46.

¹⁶⁶¹ *Idem*.

¹⁶⁶² Dias, Fátima, *Indiferentes à Diferença: os Judeus dos Açores, nos séculos XIX e XX*, Ponta Delgada, 2007, p. 334: os preços médios para operários a manipular e acondicionar chá na fábrica de Chá Bensaúde, entre 1909 e 1916, andariam, para menos de 21 anos, nos 100 réis diários, e para os mais de 21 anos, 238 réis.

¹⁶⁶³ Em Outubro de 1899, João Jacinto da Câmara mandava nota a André Vaz Pacheco de salários: “(...) (fl. 1 v.) 2 homens a 12500 ---25000; 1 dito (metade do serviço) ... 6250; 1 rapaz (serviço por inteiro) ... 2500; 5 ditos (meio serviço) ... 6250 (...) total 40.000 (...).” (Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 153, 545-C., Carta de João Jacinto da Câmara a André Vaz Pacheco de Castro, Caldeira Velha, Ribeira Grande, 19 de Outubro de 1899).

Capítulo 5

O Chá e José do Canto

Em 1885, José do Canto queria “(fl. 3 v.) *colher esclarecimento sobre uma família chinesa honesta e perita neste mister [chá] e quais as condições e contracto, que seria necessário fazer para tal fim.*”¹⁶⁶⁴

Em 1891: “(...) *O meu acanhado ensaio.*”¹⁶⁶⁵

5.1 – A caminho da Industrialização do Chá: Primeiras tentativas (1885)

Em 1881, José do Canto continuava com o cultivo e manipulação do chá, assim como outros. Por exemplo, José Jácome Correia, em Maio de 1880, fez chá no Pico Arde de José do Canto¹⁶⁶⁶ e viria a fazer chá numa unidade própria. José do Canto decide apostar em Francisco de Melo. Como nos explica numa carta de 25 de Fevereiro de 1881, é ele quem faz chá na oficina da sede da SPAM em Ponta Delgada. Em carta a José do Canto, Francisco: “(...) *Excelentíssimo senhor, a respeito de acabar de secar o chá, se Vossa Excelência quiser, calhava-me bem na 3.ª feira porque não trabalham por cá. Eu ia lá ao amanhecer e acabava de atimar o chá ainda que levasse o dia a noite e vinha-me embora para casa assim calhava bem querendo Vossa Excelência.*”¹⁶⁶⁷ A poda do chá é feita em Dezembro e Janeiro e a sacha em Abril e Maio; em Abril, estruma-se. Excepto numa ocasião, o chá vem todo do Pico Arde. Pode concluir-se que em 1880, o chá novo resulta da plantação e não da sementeira. Francisco de Melo planta chá de José do Canto no Pico Arde ao longo do ano de 1880: informa o patrão de que plantara chá a 6 e a 14 de Fevereiro; depois, de novo, entre 8 e 10 de Março; e, finalmente, a 14 de Maio.

Quadro XV – Cultura do chá Pico Arde (1880)

Data	Plantar	Podar	Arrancar	Sachar	Tapar	Reformar	Estrumar
30.01							
06.02							
14.02							
20.02							
8-10.03							
16.04							
9.04							
16.04							
14.05							
15.12							

¹⁶⁶⁴ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 224, 14406 – C Carta de Artur Hintze Ribeiro a José do Canto (?), Lisboa, 3 de Junho de 1885.

¹⁶⁶⁵ Cf. Espólio Agnelo Borges, Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, 4 de Março de 1893.

¹⁶⁶⁶ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, /001/002, [Não tem número], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 14-26 de Maio de 1880 (?).

¹⁶⁶⁷ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 274 [Não tem número], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 25 de Fevereiro de 1881. Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 274 [Não tem número].

Em 1880, José do Canto fez quatro ou mesmo cinco colheitas no Pico Arde e uma no Pico da Pedra. Começou uma primeira a 18 de Março, tendo-a concluído a 30 de Abril. A maior apanha de 1880, ocorrida de 25 a 28 de Maio, de 17 690 gramas, foi muito inferior à de 1879. Mesmo assim, em 1880 produziu-se 20 180 gramas de chá preto e 20 600 de chá verde. Só em 1880, a percentagem entre o chá verde e preto se aproximou, nos dois anos subsequentes, a percentagem de chá preto foi muito superior, o que significa que fazer chá verde continuava a ser mais difícil do que chá preto. A produção aumentaria em 1881 e 1882. Se de 1880 para 1881, aumentara de 40 780 gramas para 48 650 gramas, de 1881 para 1882 subiria de 48 650 para 74 350.

Quadro – XVI - Chá Produzido na Caldeira Velha (1880-1882)

ANO	PRETO	VERDE	TOTAL	Percentagem	
				Preto	Verde
1880	20 180	20 600	40 780	49.48	50.52
1881	32 850	15 800	48 650	67.5	32.47
1882	65 500	8 850	74 350	88	12
TOTAL	118 530	45 250	163 780	72.4	27.5

[Registo de colheita de chá verde e preto (1880-1881-1882) cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/Documentação não tratada/cx. 1044]

A conjuntura internacional do chá muda em desfavor do chá da Ilha. A década de 80, marca uma época de grande aceleração nos chás da Índia. A oportunidade para os chás de S. Miguel é muito menor do que nas décadas anteriores. Entramos agora no 4.º Tempo – Os primeiros passos da produção e comercialização na Ilha de S. Miguel e prospecção do mercado externo (1883-1890).

A Exposição Agrícola de Lisboa (1883-1884). Por não existir no Distrito de Ponta Delgada um Conselho de Agricultura, o Governo Civil do Distrito convidou a SPAM a organizar uma participação distrital na Exposição Agrícola de Lisboa, que iria decorrer em Maio de 1883 na Tapada da Ajuda. A SPAM, em carta circular de 21 de Fevereiro, convidara mais de quarenta e quatro dos “(...) *nossos agricultores distintos*” a enviar, à sua escolha, alguns “*produtos da sua lavra*”¹⁶⁶⁸ José do Canto, como mais tarde confessaria, não sendo “*homem de ostentações,*” nem querendo exhibir-se, só “*à força das instâncias de um amigo, encarregado de coligir artigos para a Exposição,*” condescendeu.¹⁶⁶⁹

Além dele, entre os que a Sociedade convidou, encontravam-se o irmão Ernesto do Canto e Manuel Hintze Ribeiro, os quais haviam encomendado, em Janeiro do ano anterior,

¹⁶⁶⁸ Cf. BPARPD, SPAM, Registo de Correspondência, 1860-1898, 21 de Fevereiro de 1883, liv. 23, fls. 44 – 45.

¹⁶⁶⁹ *A Persuasão*, Ponta Delgada, 16 de Julho de 1884, p. 3.

instrumentos para trabalhar o chá. Além destes, outros, tais como Hermelinda Gago da Câmara, Raposo do Amaral e José Bensaúde, que viriam a produzir chá, também foram convidados. Jacinto Leite Pacheco Bettencourt, filho do Jacinto Leite, a quem se atribui a introdução na década de vinte ou trinta do chá na Ilha, foi outro. Apesar disso, apenas José do Canto enviaria “*2 frascos de chá verde da colheita de 1881 e 1882 (...) ditos de chá preto da mesma colheita (...) 2 vasos com duas plantas de chá de 3 annos.*”¹⁶⁷⁰ Tendo aceite, sabendo que todos os distritos de Portugal iriam lá estar representados, José do Canto terá pretendido aproveitar a ocasião para divulgar a indústria do chá micaelense.

Todavia, a intenção sairia gorada. O ano até não fora mau. Apesar de pouco ou nada adiantar, era parco em informações, Gabriel de Almeida publicara um pequeno opúsculo sobre a cultura do chá.¹⁶⁷¹ A causa do desaire, segundo José do Canto, é atribuível ao facto de a exposição inicialmente prevista para Maio de 1883 ter sido adiada para Maio de 1884. O *Diário de Lisboa*, de 31 de Maio de 1884, publicou na primeira página um artigo intitulado “*Os Açores e o chá de S. Miguel, na Exposição Agrícola de Lisboa.*”¹⁶⁷² (Vide Doc. N.º 12 – ANEXO, p. 68 - A)

Foi um violento ataque a José do Canto e a Francisco de Melo. O autor não se identifica, mas seria certamente alguém que conhecia bem o chá micaelense. Fosse quem fosse o autor da nota do *Diário de Lisboa*, e fosse qual fosse o motivo que o tivesse levado a escrever, José do Canto é acusado de “*(...) prejudicar altamente o bom nome que esta indústria [do chá] tinha obtido nos Açores.*”¹⁶⁷³ A causa havia sido os “*(...) quatro frascos de uma cousa parecido com chá preto e verde, expostos - por José do Canto e manipulado por Francisco de Mello (...).*”¹⁶⁷⁴ Mais ainda, o artigo acusa ambos de estarem “*empenhados em matar esta indústria.*” O que havia resultado da exposição era “*já o primeiro passo para o seu descrédito.* E, subindo de tom, acrescentava que “*representar desta forma uma indústria tão prometedora para os Açores, é aniquilá-la*”. Lamentava ainda “*que a competência e a ilustração do proprietário expositor não desse por esses defeitos palpáveis que facilmente se encontram ao ver o chá e ao destapar dos frascos em que está guardado.*”¹⁶⁷⁵

Enviar aquela mostra de “*folhas espremidas, e secas e dar-lhes o nome de chá*” para tão importante exposição, era, quanto ao mesmo autor, “*(...) uma audácia incrível*” e uma falta de “*escrúpulo (...).*” A nula qualidade do chá enviado era atribuída, além da indevida

¹⁶⁷⁰ Idem.

¹⁶⁷¹ Almeida, Gabriel, *Breve Notícia sobre a Cultura da planta do Chá*, Ponta Delgada, 1883.

¹⁶⁷² Os Açores e o chá de S. Miguel, na Exposição Agrícola de Lisboa, *Diário de Lisboa*, 31 de Maio de 1884, fl.1.

¹⁶⁷³ Idem.

¹⁶⁷⁴ Idem.

¹⁶⁷⁵ Idem.

desatenção do proprietário, à alegada (acusação implícita) menor ou pouca valia técnica de Francisco de Melo. Ao chá enviado por José do Canto à Exposição em Lisboa, faltariam “*duas coisas essenciais: aroma e classificação (...)*.” Acrescentava o autor: “*O cheiro do apelidado chá preto, é simplesmente herbáceo, (apesar de já ter três anos) o do verde detestável; nauseabundo até.*”¹⁶⁷⁶ Continuando a analisar o chá, afirmava que o “*manipula(do)r, mostra saber executar o simplicíssimo processo de enrolamento, única e exclusivamente, e por consequência o chá exposto não tem condições algumas de duração. É um misto de folhas de chá ressequidas e encarquilhadas.*” Para este autor, a questão resumir-se-ia de forma bem simples: “*se não tinham manipuladores competentes e hábeis, para que é que se expõe chá, se ele nada vale.*” Em vez de o distrito ter enviado aquela “*ridicularia,*” “*para os entendedores as mostras só demonstram, que os Açores produzem bom chá, que o defeito está na manipulação. E a prova tem-na no chá fabricado pelos chins e por mais alguém que então dirigia esses trabalhos.*”¹⁶⁷⁷

A solução, segundo ainda este mesmo autor, teria sido enviar chá feito pelos peritos (chins e Rafael), que havia sido gabado por Fouqué e Schutzenberger. Não só apreciado por aquelas duas sumidades, “*dois ilustres homens de ciência,*” mas também, continuava, “*rivalizava com o melhor da China.*”¹⁶⁷⁸ O autor desta nota ignoraria a possibilidade de, já nesta altura, entre a mostra de chá enviada aos doutos cientistas e à China, também ter seguido muito provavelmente chá feito pelas mãos de Francisco de Melo sob a supervisão de José do Canto.

Este artigo de 1884 era um ataque pessoal directo a José do Canto e a Francisco de Melo. Já antes houvera, pelo menos, outros três dirigidos ao chá, mas na ocasião não haviam sido mencionados quaisquer nomes. Em 1882, resultante de uma observação de 1881, surgem em forma de livro graves acusações de Joaquim Morais a putativas acções de sabotagem levadas a cabo por açorianos na sua tentativa de preservar a hegemonia da recente produção de chá nos Açores. Acusava os seus promotores, além de sabotadores, de serem “*ricanhos monopolistas.*”¹⁶⁷⁹ Joaquim Morais tentara sem sucesso a introdução do chá no Continente português. Esse livro encontra-se na biblioteca da família Canto.¹⁶⁸⁰

A 24 de Abril de 1883, a propósito da folha do tabaco, um aparte do Conde de Castro, na Câmara dos Pares, põe em dúvida a qualidade da folha do chá açoriana.¹⁶⁸¹ Em 8 de Maio de

¹⁶⁷⁶ Idem.

¹⁶⁷⁷ Idem.

¹⁶⁷⁸ Idem.

¹⁶⁷⁹ Morais, Ob. Cit., 1882.

¹⁶⁸⁰ Idem.

¹⁶⁸¹ Câmara dos Pares, 24 de Abril de 1883, pp. 264-265; Visto em 22 de Abril de 2015;

1883, o jornal local *A República Federal*, estranhava o silêncio em torno do chá micaelense. Era seu director Caetano Moniz de Vasconcelos, o qual viria mais tarde a estar ligado ao chá, sendo a seu favor: “[...] *que se promovesse e activasse a criação dessa indústria, que poderia [minorar], no futuro, as desastrosas consequências da nossa miséria actual (...).*” No entanto, alertava os seus leitores para o perigo de “*algum monopolista a não empolgasse em proveito exclusivamente seu.*”¹⁶⁸²

Como reagiu José do Canto à crítica do *Diário de Lisboa* de 31 de Maio de 1884? Sabemos que conheceu o texto por via de *mão oficiosa, não direi amiga (...)*,¹⁶⁸³ que o enviou “*de presente, pelo correio, circundado de um traço negro de modo a provocar a atenção.*” Queria crer que, di-lo com ironia, o objectivo da “*oferta seria suscitar o meu agradecimento pelas amabilidades que no artigo me são dirigidas, ou talvez lembrar que existe um abalizado especialista, capaz de corrigir os defeitos do meu chá.*”¹⁶⁸⁴ (Vide Doc. N.º 13 – ANEXO, p. 70 - A)

O artigo saiu a 31 de Maio, em Lisboa. Duas semanas depois, com data de 17 de Junho, José do Canto responde à letra. Escreve de Ponta Delgada um artigo dirigido ao redactor do periódico nacional. Acrescenta ser “[...] *desnecessário invocar o direito de defesa para rogar a V. Ex.ª o obséquio de publicar num de seus próximos números, algumas observações ao artigo, que com análogo título, V. Ex.ª publicou no n.º 1952 do seu jornal, em data de 31 de Maio último.*”¹⁶⁸⁵

Desconhecemos quando terá sido publicado no *Diário de Lisboa*, mas certamente terá sido entre 17 de Junho e 16 de Julho, pois neste dia o artigo de resposta saiu na página 3 de *A Persuasão*, com o propósito do assunto ser esclarecido perante a terra. Francisco Maria Supico, na sua linguagem curta, clara e objectiva, introduz o assunto: “*No jornal lisboeta o Diário de Portugal [Diário de Lisboa],¹⁶⁸⁶ falou-se do chá de S. Miguel enviado à exposição agrícola de Lisboa, em termos pouco lisonjeiros para o producto e para o expositor, o Sr. José de Canto. Este ilustre cavalheiro tendo conhecimento do escrito no referido jornal, dirigiu-lhe a carta que se segue (...).*”¹⁶⁸⁷

A resposta de José do Canto ao *Diário de Lisboa* é inteligente e objectiva, alicerça-se numa razão límpida e calma, bem construída e solidamente fundamentada, além de oferecer finas

<http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cp2&diary=a1883m04d24-0265&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

¹⁶⁸² *A República Federal*, Ponta Delgada, 8 de Maio de 1883, p. ?

¹⁶⁸³ *A Persuasão*, Ponta Delgada, 16 de Julho de 1884, p. 3

¹⁶⁸⁴ *Idem.*

¹⁶⁸⁵ *Idem.*

¹⁶⁸⁶ Os Açores e o chá de S. Miguel, na Exposição Agrícola de Lisboa, *Diário de Lisboa*, 31 de Maio de 1884, fl.1.

¹⁶⁸⁷ *A Persuasão*, Ponta Delgada, 16 de Julho de 1884, p. 3.

pitadas de ironia.¹⁶⁸⁸ Sem falar em nomes, nem culpar ninguém, defende a honra e a competência dele e de Francisco de Melo. Defende-se com calma e bom senso da acusação de que pretenderia *“desacreditar e aniquilar a indústria do chá.”* José do Canto termina o texto lançando sérias dúvidas acerca dos interesses inconfessados do articulista: *‘O que isto é, sei-o eu; e o público o pode conjecturar. Que tamanha ira não é gratuita, pode prever-se.’*

Com êxito parcial, a nosso ver, argumenta racionalmente que a degradação do chá não se devera à sua manufactura inicial mas às ruinosas condições de posteriores. Como a exposição fora inicialmente prevista para dali a poucos meses, achara suficiente mandar as *“folhas em 4 grandes frascos de vidro, com tampas do mesmo vidro, esmerilhadas dispostas de modo que facilmente se destapassem, e deixassem fácil a extracção do chá e o seu exame (...)”*. Se soubesse de antemão ou se posteriormente lhe tivessem dado oportunidade, *“teriam sido adoptadas caixas forradas de chumbo, hermeticamente soldadas;”* de seguida, *“ter-se-ia reclamado, para a sua guarda, local extremamente seco.”* Nada disso acontecera, verificando-se, pelo contrário, e como consequência, a degradação de produtos armazenados em Lisboa durante um ano em condições pouco adequadas¹⁶⁸⁹

Continuando a defender-se na mesma linha e tom, acrescenta: *“Tal, como o chá foi há mais de um ano, bastaria que por curiosidade o abrissem algumas vezes, para se exalar rapidamente o aroma, de sua natureza volátil, e para penetrar o ar, que activa a fermentação de todas as substâncias vegetais, e a muitas perverte o gosto.”* E, a rematar, como bom advogado em pleito público, atirou: *“De mais, aonde e em que condições higrométricas pararam os meus frascos, durante um ano?”*¹⁶⁹⁰

Aproveitando a ocasião para rebater outras críticas lançadas por Joaquim Morais e as de A República Federal, garante *“que o fabrico do chá é conhecido, e não mais difícil do que a panificação, ou outros processos de indústria doméstica, acessíveis ao vulgo.”* Que é já *“uso diário do chá aqui manipulado.”* Que, até *“em Lisboa (...) muitas pessoas têm bebido com prazer”* o chá dos Açores. Prevê que, *“num período não muito remoto será esta interessante cultura vulgar.”* Que, não perde oportunidade, *“ainda mesmo desajudada e desamparada das luzes de um especialista tão competente, como se inculca, por suas magistras sentenças, o articulista que colabora no ilustrado jornal de v. Ex.^a”*¹⁶⁹¹

¹⁶⁸⁸ Se vivêssemos perto da Biblioteca Nacional, ou se os periódicos estivessem digitalizados em OCR, com opção de pesquisa por palavra e tema, nada nos daria mais prazer do que seguir a resposta a esta resposta de José do Canto.

¹⁶⁸⁹ A Persuasão, Ponta Delgada, 16 de Julho de 1884, p. 3

¹⁶⁹⁰ Idem.

¹⁶⁹¹ Idem.

Ironicamente ou não, neste mesmo ano de 1884, segundo Gabriel de Almeida, começara a vender-se na Ilha chá cultivado e fabricado localmente.¹⁶⁹² Como reagiu José do Canto? Chegara a uma espécie de encruzilhada. Poderia ter desistido, afinal, afirmara não ser “(...) *mercador, nem fabricante de chá.*” Ainda que a afirmação possa ser meramente circunstancial, afirmara igualmente cultivá-lo só “*pela mania muito inveterada das culturas exóticas.*”¹⁶⁹³ Ao iniciar a proposta de protecção, rejeitada em 1881, e ao oferecer chá ao Rei D. Fernando, terá pretendido ser mais do que um simples amador. O preâmbulo do texto da proposta de lei de protecção, é disso prova. Entre desistir ou continuar, optou pela segunda via, admitindo “(...) *não devo afirmar que o meu chá era bom,*” e confessando querer “(...) *corrigir os defeitos do meu (seu) chá.*”¹⁶⁹⁴ A partir de então, pelo contrário, levaria ainda mais a sério o cultivo e transformação do chá, não obstante a sua principal cultura ser, como declara em Março de 1884, o milho e algum trigo.¹⁶⁹⁵ Aliás, já em 1878-79, o era.¹⁶⁹⁶ Terá duvidado da escolha que fizera de Francisco de Melo? Deveria ter optado por Rafael de Almeida? Foi logo em 1884 que pensou em trazer *Chon Sem* e *Lan Sam*, os segundos dois chineses, desta vez contratados a expensas suas?

Aliás, mesmo antes da publicação daquela crítica em finais de Maio, a 19 de Fevereiro, na Câmara dos Deputados, fora posta em causa as capacidades técnicas dos mestres chineses e dos seus “alunos” micalenses: “(...) *foram mandados vir da China indivíduos que se julgavam bastante conhecedores daquela fabricação. Sabe V. Ex^a. o que aconteceu? O fabrico não correspondeu ao que todos esperavam, porque certamente os cultivadores deste produto não empregavam os processos que só a experiencia torna conhecidos.*”¹⁶⁹⁷

De meados de Julho a meados de Agosto, José do Canto esteve no Bom Jesus, no Continente. A 16 de Julho saíra em *A Persuasão* o artigo a rebater a crítica, a 19 de Julho de 1884 estava em Lisboa, estava a ver se passava a epidemia de cólera para dar um salto a Paris.¹⁶⁹⁸ Como

¹⁶⁹² Gabriel de Almeida, Ob. Cit., 1892, p. 22. Gabriel de Almeida não menciona de quem era o chá e que se saiba (nada foi encontrado na sua arquivagem) não era chá de José do Canto.

¹⁶⁹³ *A Persuasão*, Ponta Delgada, 16 de Julho de 1884, p. 3.

¹⁶⁹⁴ Idem.

¹⁶⁹⁵ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, [Copiador de correspondência expedida de José do Canto, 1881-1886], Carta de José do Canto a Ramsomes, Head and Jeffries, 10 de Março de 1884, “(...) (fl. 295) (...) *La principale culture de ce pays est le maïs, et j'en cultive que le blé indispensable pour la rotation des cultures* (...)’

¹⁶⁹⁶ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Orçamento anual de José do Canto no ano de 1878 a 1879, Ponta Delgada, 30 de Agosto de 1878.

¹⁶⁹⁷ Câmara dos Pares, 19 de Fevereiro de 1884, p. 101; Visto em 22 de Abril de 2015; <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cp2&diary=a1884m02d19-0101&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

¹⁶⁹⁸ Cf. Arquivo particular Família Hintze Ribeiro, Carta de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro a Artur Hintze Ribeiro, Lisboa, 19 de Julho de 1884, fls. 3-3v; cf. Arquivo particular Família Hintze Ribeiro

tal não sucedesse, regressaria à Ilha no paquete de 19 de Agosto.¹⁶⁹⁹ A sua relação com o chá, ainda que, por comparação a anos anteriores, possa parecer um pouco menos entusiástica, mantém-se. Já em carta de 5 de Setembro, Francisco de Melo envia a José do Canto “os 12 pés de chá.”¹⁷⁰⁰ A 4 de Novembro, Francisco de Melo presta contas ao patrão: apanhara chá, entre outras tarefas de estrumar terras, que nada têm a ver com o chá, quanto às “(...) plantas de chá as que já se fez apanhar e que dão folha para chá.” E manda um rol: “Do (?) último Pasto do Valagão (?) tem plantas (...) 1503; Chá de Jardim (...) plantas (...) 1358; Chá no Pomar novo (...) plantas (...) 6453; Chá da Queimada (...) plantas (...) 6860.”¹⁷⁰¹

José do Canto parece controlar mais de perto o processo. Francisco de Melo parece menos impetuoso e mais inseguro. A 14 de Novembro, Francisco deseja saber “das melhoras” do patrão. Depois, entra no assunto do chá: “A respeito do chá eu tinha recebido ordem de Vossa Excelência para apanhar a folha de 10 pés e apanhou-se só de 6 pés. O plantio dos canteiros não se contou (?) (...)”¹⁷⁰² José do Canto pode estar a experimentar o chá em Ponta Delgada: tem estufa e instrumentos para levar a cabo experiências. E continua a 1 de Dezembro: “(...) Não mando os 12 pés de chá por não saber de que qual hei-de mandar se há-de ser do canteiro ou se há-de ser do que está disposto em viveiro. Mande-me Vossa Excelência dizer de qual hei-de mandar é que está disposto é mais bonito.”¹⁷⁰³

Antes de Abril de 1885, ainda que através de Francisco de Melo, José do Canto, levando a sério, ao que parece, a crítica do Diário de Lisboa, continuava a dirigir pessoalmente o chá. Em dia incerto deste mês, Francisco de Melo envia uma carta ao patrão fazendo o ponto da situação das plantações.¹⁷⁰⁴ Não recuperaria a segurança, se calhar à mistura com uma certa ligeireza com que fizera chá até às críticas de 1884. A insegurança transparece numa carta de 3 de Maio de 1885 em que, Francisco de Melo, que terá trocado impressões com o patrão, reconhece que o que sabe, bem ou mal, deve-o ao patrão: “(...) a respeito do chá eu tenho pouca experiência mas essa que tenho é devido a Vossa Excelência porque não fosse Vossa Excelência nada fazia eu se for vivo não deixo nunca de dizer isso (...)”¹⁷⁰⁵

¹⁶⁹⁹ Carta de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro a Artur Hintze Ribeiro, Lisboa, 19 de Agosto de 1884, fls. 1-4.

¹⁷⁰⁰ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/001/002, Carta Francisco de Melo a José do Canto, (Ribeira Grande), 26 de Maio de 1884.

¹⁷⁰¹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/001/002, 18123 – C, Carta Francisco de Melo a José do Canto, (Ribeira Grande), 4 de Novembro de 1884.

¹⁷⁰² Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/001/002, 18132 – C, Carta Francisco de Melo a José do Canto, (Ribeira Grande), 14 de Novembro de 1884.

¹⁷⁰³ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/001/002, 18139 – C, Carta Francisco de Melo a José do Canto, (Ribeira Grande), 1 de Dezembro de 1884.

¹⁷⁰⁴ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 278, 166-C, [Correspondência], Carta de Francisco de Melo (?) a José do Canto, Abril (?) antes de 1885.

¹⁷⁰⁵ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 275 [Não tem número], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 3 de Maio de 1885.

A 3 de Janeiro de 1885, Francisco de Melo encontrava-se bastante doente (tuberculose?) havia alguns dias, como relata numa carta daquela data, justificando a impossibilidade de ir falar com o patrão.¹⁷⁰⁶ Seria o início do seu fim, o que seria mais uma preocupação para José do Canto.

Primeiras tentativas (1885). No rescaldo do desaire da não exposição de Lisboa de 1883, José do Canto opta por exercer um controlo mais apertado sobre a cultura e a produção do chá e, concentrando em si toda a responsabilidade, investe em obras de manutenção na casa de fazer chá no Pico Arde e decide contratar novos peritos chineses.

Comecemos pelo novo espaço. Em carta a José do Canto de 10 de Maio de 1885, Francisco de Melo põe o patrão a par do andamento das obras na casa do chá: “(...) 2.^a feira, levo um mestre comigo para governar o cano do fogão que lhe chove no lugar donde se poem o tacho.” Permite-nos ainda conjecturar a organização do espaço interior da fábrica/oficina. Terá um rés-do-chão e um primeiro andar: “(...) tem mais duas pingas mesmo no andar da fábrica.” E nele um quarto para alguém pernoitar: “e no quartinho de dentro também lhe chove (...)”. Algum parco mobiliário: “As cadeiras e barra estão-se descolando com a humidade.” Além de ter algum apetrecho, da SPAM: “governei o tacho da Sociedade que estava miserável (...)”.¹⁷⁰⁷ E diz-nos que José do Canto ainda não dispunha de todos os apetrechos necessários e que a SPAM ainda não se desligara por completo do chá. Fica-se também a saber que a casa de chá/fábrica, provavelmente, ainda mantinha uma aparência próxima da de 1879.

E quanto a novos técnicos, já certamente a pensar em dar uma volta de cento e oitenta graus ao seu projecto, tempos antes (antes de 17 de Março de 1885), pedira para Macau informações a Adolfo Loureiro. Porquê só então? ¹⁷⁰⁸ Seja como for, em carta daquela data, de Adolfo Loureiro a Ernesto do Canto, aquele diz-lhe que José Bensaúde, que viajara com

¹⁷⁰⁶ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 275 [Não tem número], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 3 de Janeiro de 1885.

¹⁷⁰⁷ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 275 [Não tem número], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 1.^a carta, 10 de Maio de 1885.

¹⁷⁰⁸ Uma explicação, para ter começado a pensar investir mais no chá a partir de 1885, e não antes, poderá residir no facto de se ter libertado dos encargos da construção da Capela de Nossa Senhora das Vitórias, nas margens da lagoa das Furnas. Foi inaugurada solenemente a 8 de Setembro de 1885. Está, de facto, de 1874 a 1885, a investir fortemente na edificação daquela capela. Ia frequentemente às Furnas, onde permanecia, a fim de dirigir, pessoalmente, as obras, investindo enormes recursos financeiros. Veja-se: Sousa, Nestor, *A Capela de Nossa Senhora das Vitórias e outros temas do romantismo artístico na vida de José do Canto*, in José do Canto: no centenário da sua morte, ICPD, 2000, pp. 33-51. Duas provas (apenas) de deslocações frequentes às Furnas: Em 1878: Nota posterior à entrega da tese em Janeiro 2018: Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Orçamento anual de José do Canto no ano de 1878 a 1879, Ponta Delgada, 30 de Agosto de 1878; em 1883: Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de José do Canto, Lagoa, Furnas, a Maria Guilhermina Taveira Brum da Silveira, Ponta Delgada, 2 de Julho de 1883. Gastos, por exemplo, de 26 de Junho de 1883 16 de Maio de 1884, por exemplo, gasta 16.462,90 francos com encomendas para a Capela: Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de Moisseron et L. André, Angers, França, a José do Canto, ?, 11 de Dezembro 1884.

ele de Londres para Lisboa, lhe transmitira que José do Canto lhe “(...) *quisera escrever para Macau. É certo que nunca na China (...).*”¹⁷⁰⁹ Fala de aspectos biográficos e de sementes, de que estivera em S. Miguel, mas nada nos impede de pensar que tivesse já tratado de assuntos do chá.

Se não foi naquela missiva, foi em outra, pois o genro, Artur Hintze Ribeiro, que entretanto fora eleito para o Parlamento Nacional e residia em Lisboa, dá-nos conta, em inícios de Junho, de contactos com Macau. Casado com a filha querida de José do Canto, Margarida, Artur estivera de relações cortadas com o sogro por algum tempo. Artur fazia o seu chá no Pico Arde: “(...) *tenho a agradecer o inconveniente e a bondade que teve com o fabrico do meu chá.*” Por morte do sogro em 1898, daria um grande impulso à nova indústria. Sabemo-lo por carta de Lisboa, de 3 de Junho de 1885, de que queria “(...) *colher esclarecimento sobre uma família chinesa honesta e perita neste mister [chá] e quais as condições e contracto, que seria necessário fazer para tal fim.*”¹⁷¹⁰ Conhecendo-o o suficiente, não ficara surpreendido com o que o sogro lhe dizia sobre o desenvolvimento significativo das plantações nem com o “(...) *quanto pode a sua vontade quando se mete em qualquer empresa.*” Oferecia os seus préstimos ao sogro: “(...) *com grande prazer farei qualquer coisa que esteja ao meu alcance para o coadjuvar no seu intento.*” Para tal, falara com Pinheiro Chagas para que este escrevesse ao governador de Macau a solicitar que este facultasse informações ou indicasse alguém que pudesse encarregar-se do assunto. Falara ainda com o Visconde das Laranjeiras, que lhe comunicou conhecer lá uma pessoa bem colocada para tratar do assunto, um tal Coronel Garcia, ao qual se comprometeu a escrever de imediato. Dito e feito, “*Meu irmão Ernesto disse-me depois que o seu colega Chagas já tinha escrito no sentido em que eu lhe pedira.*”¹⁷¹¹ Além do seu interesse pelo chá, Artur e Ernesto eram políticos regeneradores activos e sendo José do Canto, mesmo sem exercer cargos directos, uma figura influente do Partido Regenerador local, quereriam naturalmente agradar-lhe.

Quem era o coronel Garcia recomendado pelo Visconde das Laranjeiras Manuel?

¹⁷⁰⁹ Cf. BPARPD, EC/CORR., Cx.4, 1369 RES, Carta de Adolfo Loureiro a Ernesto do Canto, Coimbra, 17 de Março de 1885.

¹⁷¹⁰ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 224, 14406 – C, Carta de Artur Hintze Ribeiro a José do Canto (?), Lisboa, 3 de Junho de 1885.

¹⁷¹¹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 224, 14406 – C, Carta de Artur Hintze Ribeiro a José do Canto (?), Lisboa, 3 de Junho de 1885.



[F. 55 - António Joaquim Freire Garcia (1835-1919)]

Fonte: http://actd.iict.pt/eserv/actd:AHUD7989/preview_n6631.jpg

António Joaquim Freire Garcia (n. 23-11-1835, Lisboa – f. 9-04-1919, Macau) foi oficial da Marinha e administrador colonial.¹⁷¹² Sendo capitão da guarnição de Macau foi, entre 24 de Abril de 1869 e 23 de Agosto de 1870, Governador Interino de Timor; já Coronel da guarnição de Macau, em 1883, foi novamente Governador Interino de Timor. Timor, nesta altura estava na dependência hierárquica do governo de Macau, como distrito da Província de Macau e Timor.¹⁷¹³ Daí talvez resulte a confusão em o identificar como Governador de Macau.¹⁷¹⁴ Por que razão o contratara como procurador? Era casado pela terceira vez e vivia em Macau com a esposa, D. Maria Amélia Álvares de Garcia;¹⁷¹⁵ tendo filhos dos três casamentos, viria à Metrópole em 1893 por um deles, tentar a sua entrada no Colégio Militar.¹⁷¹⁶ Chegara a sua vez de pedir a retribuição de favores e, assim, pedia os bons ofícios de José do Canto junto do genro Artur. Este, como recebera, naturalmente o terá retribuído. Não querendo excluir nenhuma possibilidade de ajuda, adiantava ao sogro que *“Na Câmara há também um deputado por aquele círculo, o (...) ou quem falei neste assunto do que também se encarregaria de qualquer coisa que lhe pedissem. (...)”*¹⁷¹⁷

Não obstante as diligências, por qualquer razão que desconhecemos, o coronel só viria a dar seguimento ao pedido de José do Canto em 1891, seis anos depois. Fora Governador interino

¹⁷¹² Forjaz, Jorge, *Famílias Macaenses*, Vol. II, Instituto Cultural de Macau, Macau, 1996, pp.13-26.

¹⁷¹³ No período em questão, foi Governador de Macau, **Custódio Manuel Borja** (16 de Outubro de 1890 a 24 de Março de 1894).

¹⁷¹⁴ Dizem que foi Governador de Macau, há, no entanto, razões que nos levam a objectar: **Albergaria**, Isabel, *Umna coltivazione esotica alle Azzores: il te di São Miguel* [s.s.] [no prelo]: *“Mais uma vez através do governador de Macau, José do Canto realiza um contrato para a vinda de dois chineses (...)”*; **MACHADO**, Margarida, *A cultura do chá na ilha de S. Miguel como ponte de ligação ao Oriente*, [200?]: *“Recorrendo novamente ao Governador de Macau, José do Canto contratou dois chineses (...)”*. E mesmo Fernando Aires Sousa em 1892; Figueiredo, Fernando, *Os Vectors da Economia*, In *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, Direcção de A. H. Oliveira Marques, Macau e Timor. Do Antigo Regime à República 3.º Volume, p. 163: *“(...) Com a transformação verificada [Decreto de 20 de Setembro de 1844], procedia-se à nomeação de um governador, com residência em Macau, Timor e Solor ficavam com um governador subalterno de Macau.”*

¹⁷¹⁵ Forjaz, Jorge, *Ob. Cit.*, 1996, p.14; Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.8/816, Carta de Knowles & Foster a José do Canto, Londres, 15 de Agosto de 1893.

¹⁷¹⁶ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.8/725, Carta de António Joaquim Garcia a José do Canto, Lisboa, 26 de Maio de 1893.

¹⁷¹⁷ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 224, 14406 – C, Carta de Artur Hintze Ribeiro a José do Canto (?), Lisboa, 3 de Junho de 1885.

de Timor de Março a Agosto de 1887, após o assassinato do Governador Alfredo Maia. À altura em que responde a José do Canto era “*comandante geral da Guarda Policial de Macau.*” Foi-o de 13 de Abril de 1891 a 5 de Outubro de 1894.¹⁷¹⁸ Recebeu várias distinções, entre as quais, “*medalha de Ouro da classe de comportamento exemplar (1889), medalha de ouro de Serviços do Ultramar Algarismo Dois (1892, comendador (1893).*” Portanto, sendo alguém bem colocado em Macau com excelentes contactos na Metrópole, era a pessoa ideal para ajudar José do Canto.

Francisco de Melo, em carta de 5 de Junho de 1885, sente que está a morrer.¹⁷¹⁹ Por essa altura, tem início o calvário de Maria Guilhermina, a esposa de José do Canto, situação que lhe iria mudar os planos. A 19 de Janeiro de 1886, ainda em S. Miguel, o genro escreve de Lisboa ao sogro: “(...) *Foi com grande prazer que vi na sua carta experimentar algumas melhoras a Senhora D. Maria Guilhermina (...).*”¹⁷²⁰

Com data de 1886, Júlio de Castilho, filho de António Feliciano de Castilho, que vivera por algum tempo em S. Miguel com os pais, marcando a cultura local e que, apesar de não ter tomado posse, chegou a ser nomeado Governador-Civil do Distrito de Ponta Delgada,¹⁷²¹ publicava em Lisboa o livro *O Arquipélago dos Açores*, onde afirmava preto no branco que “(...) *Duas tentativas fizeram os insulares nestes anos últimos para substituir os seus pomares: a cultura do ananás e a do chá. A primeira prosperou de modo pasmoso; a segunda ainda não.*”¹⁷²² No entanto, surge a 17 de Março de 1886, no *Diário dos Anúncios* e no *Diário dos Açores*, o primeiro anúncio conhecido de venda de chá produzido em São Miguel. O chá pertencia a Vicente Machado de Faria e Maia. Vicente estivera desde o início ao lado de José do Canto, coadjuvando-o ou mesmo tomando a iniciativa em propostas relacionadas com o chá. Além do mais era igualmente, como vimos, um dos onze que encomendara em 1882 instrumentos para trabalhar o chá.¹⁷²³ Haveria de se repetir a 23 de Março.

¹⁷¹⁸ Forjaz, Jorge, *Ob. Cit.*, 1996, p.13.

¹⁷¹⁹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 275 [Não tem número], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 2.ª carta, 5 de Junho de 1885.

¹⁷²⁰ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/cx. 224, 14369-C, Carta de Artur Hintze Ribeiro a José do Canto, Lisboa, 19 de Janeiro de 1886.

¹⁷²¹ Nomeado a 1 de Outubro de 1877 e exonerado a 31 de Janeiro de 1878.

¹⁷²² Castilho, Júlio, *O Arquipélago dos Açores*, Biblioteca do Povo, Lisboa, 1886, p. 37

¹⁷²³ *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, quarta-feira, 17 de Março de 1886, p.3;

Diário de Anúncios, Ponta Delgada, quarta-feira, 17 de Março de 1886, p. 3;

Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. III, 1995, p. 1030.



[F. 56 - Diário de Anúncios, Ponta Delgada, 17 de Março de 1886, p.3.]

Fonte: BPARPD

Sobre o mesmo assunto, *A Persuasão* de 24 de Março, oferecia pormenores: “(...) *Sabemos que tem tido grande procura, o que não admiramos, pois é muito superior ao bom que aqui se vende importado do estrangeiro.*” E elogia-o: “*O Sr. Dr. Vicente Machado é um dos cavalheiros que mais cuidados consagra a esta cultura e dos que a têm em maior escala.*”¹⁷²⁴ Onde teria Vicente Faria e Maia as suas propriedades? Entre outros locais possíveis, é possível que algumas destas propriedades cultivadas de chá se situassem no Porto Formoso.¹⁷²⁵ Ou na Lomba da Maia.¹⁷²⁶

Francisco Maria Supico conhecia a história e as versões da história do chá na Ilha de São Miguel, e de certa forma contribuíra para o bom desfecho das negociações entre a SPAM e Macau. Augurando futuro ao chá: “*Dentro em pouco a Ilha de S. Miguel, não só não precisará importar este artigo, mas estará habilitada a exportar grandes quantidades. Esta indústria auspicia-se bastante remuneradora, e pode vir a influir muito vantajosamente na economia do nosso distrito.*”¹⁷²⁷ Walter Frederick Walker, um Britânico que conhecia bem a Ilha, veiculava estas expectativas: “(...) *the results already achieved have exceeded the most sanguine expectations, and may help perhaps, at no very distant date, to resuscitate to a certain extent the drooping fortunes, especially of Terceira (p. 97) and Fayal.*”¹⁷²⁸ No entanto,

¹⁷²⁴ *A Persuasão*, Ponta Delgada, 24 de Março de 1886, p. 3.

¹⁷²⁵ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 212, [Formal de partilhas extraído do inventário orfanológico de Maria Guilhermina Taveira Brum da Silveira passado a favor de José do Canto Brum]: “(...) (fl. 13) (...) *Prédio rústico alodial, situado na freguesia do Porto Formoso acima da Ladeira da Velha, denominado mato do Miradouro, compreendendo trinta e dois mil setecentos e cinquenta e sete ares e doze centiares (trinta e nove moios e dez alqueires) ou o que for, de mato maninho, que actualmente confronta Norte Doutor Vicente Machado de Faria e Maia e José Machado de Faria e Maia, Sul cumeeira e matos deste mesmo casal, que pendem para o lado de Vila Franca e com terrenos maninhos a que chamam matos dos Alfinetes, leste matos do casal denominados – Os Valados – e oeste com matos dos Alfinetes, Espigão do Paú e Esteireiro, pertencente a Dona Joana Augusta Menezes Pamplona Ataíde Estrela (...).*”

¹⁷²⁶ Cf. AMRG, Requerimentos, 1876-1879, R. 5, 5 de Março de 1877, fls. 49 v.-50: “*Vicente Machado de Faria e Maia, pedindo licença para voltar à água uns matos que tem na Lomba da Maia, no Feitor, tomando a água referida, das ribeiras que passam ao lado do dito prédio.*”

¹⁷²⁷ *A Persuasão*, Ponta Delgada, 24 de Março de 1886, p. 3.

¹⁷²⁸ Walker, Ob. Cit., 1886, pp. 96-97.

não iria ser assim por mais algum tempo. No jornal *Diário dos Anúncios*, de Supico, em que vinha a boa nova dos chás locais, eram publicados anúncios dos bons chás de fora. A 14 de Maio de 1887, apenas para citar alguns exemplos, Marcelino José Soares anunciava a venda de chá “(...) Verde, miudinho e preto, ponta branca,” gabando-se de que “ninguém vend(ia) igual.”¹⁷²⁹ O mesmo Marcelino, aproveitando-se da boa ocasião para negócio das Festas do Natal, anuncia a venda de chás de fora da terra: “Chá verde miudinho uxim; Chá verde miudinho pérola; Preto miudinho congong; Preto pouchong (...)” Reclamando serem estas as “quatro qualidades de chá (...) mais apreciadas do público,” sendo “jábem conhecidas dos numerosos freguezes (...)”¹⁷³⁰ No ano seguinte, a *Grande Merceria Americana* publicitava a chegada recente de fora da Ilha do “(...) melhor chá verde miudinho que se pode apresentar à venda nesta Cidade.” Para que tirassem quaisquer dúvidas, “dão-se amostras.”¹⁷³¹

Um sinal inequívoco da importância que o chá vem adquirindo é a tese de Cristóvão Moniz defendida em 1888, mas pesquisada em 1887 ou antes. Cristóvão fora estudar para Lisboa depois de compeltar o Liceu de Ponta Delgada em 1882.¹⁷³² Em Setembro de 1882, para alcançar uma bolsa de estudo do Estado Português, a fim de tirar Agronomia, em Lisboa, pede apoio aos irmãos Hintze Ribeiro (Artur e Ernesto).¹⁷³³ Trata-se de um trabalho científico (assim o consideram o autor e o júri de provas do Instituto de Agronomia de Lisboa), talvez um dos primeiros olhares científicos de um natural da Ilha de São Miguel. Antes dele, Gabriel de Almeida havia dado à estampa, em 1883, a sua Notícia Sobre a Cultura da Planta do Chá. Moniz não cita este trabalho de Gabriel de Almeida. Cristóvão está no local onde ocorrem as experiências do chá na Ilha de São Miguel, na sua Ribeira Grande natal e em Ponta Delgada onde estuda, sendo pois uma potencial testemunha. Além disso, pelo conteúdo, prova-se que observou todo o ciclo do chá e conversou com quem fazia chá. Alega ele: “Resolvido assim pelos factos o problema. E da aclimação do chá, nem parecerá impertinente tirar-lhe a prova científica, nem provocar o estudo económico da cultura da planta e da manipulação (p. 13 v.) industrial de suas folhas. Eis o objecto do nosso trabalho; entremos agora no campo da ciência (...)”¹⁷³⁴ E Cristóvão viu que (...) o chazeiro apenas

¹⁷²⁹ *Diário de Anúncios*, Ponta Delgada, 14 de Maio 1887.

¹⁷³⁰ *Diário de Anúncios*, Ponta Delgada, 27 de Dezembro 1887.

¹⁷³¹ *Diário de Anúncios*, Ponta Delgada, 17 de Março de 1888.

¹⁷³² Cf. Livro de Matrículas dos alunos do Liceu [Nacional de Ponta Delgada] de Outubro de 1860: informação cedida por Pedro Pereira.

¹⁷³³ Cf. Arquivo particular Família Hintze Ribeiro Carta de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro a Artur Hintze Ribeiro, Lisboa, 4 de Setembro de 1882, fl. 1v: “(...) Tu recomendaste-me um (?) Cristóvão Moniz. Diz-lhe que remeta o seu requerimento na volta do paquete e que leia o *Diário do Governo* de 28 de Agosto para saber que documentos em de juntar, pois aí vem o programa do concurso para os que desejam frequentar o Instituto Agrícola (fl. 2) com subsídio do Estado.’

¹⁷³⁴ Moniz, Cristóvão, *Ob. Cit*, Maio de 1888, p12.

*ocupa ainda em plantação regula uns 50 hectares de terreno, afora o cultivo em matas e pomares.” Culpados? Remata: a inépcia, falta de conhecimentos e a preguiça dos grandes proprietários e a incapacidade dos pequenos proprietários.*¹⁷³⁵

Terá José do Canto e outros na Ilha tido conhecimento deste importante trabalho?

José do Canto, ciente do que se passava e querendo avançar com o chá, não pôde no entanto, por várias circunstâncias, fazê-lo: primeiro, não lhe chegavam novas de Macau; segundo, a esposa não melhorava; por último, por causa disso, pouco depois teve de se ausentar da Ilha para Paris. Volvidos quatro meses, a 4 de Abril, ainda em São Miguel, Guilhermina continuava doente, expressando o genro, votos de “(...) *que o bom tempo que se aproxima, traga alívios satisfatórios e duráveis ao estado de saúde da Senhora D. Maria Guilhermina* (...)”. E a José do Canto, que sofre com a doença da esposa, desejando-lhe que se lhe dissipem, “*as impressões desagradáveis que o têm apoquentado* (...)”.¹⁷³⁶



[F. 57 - Maria Guilhermina Brum da Silveira do Canto (1826-1887)]

Fonte: Mónica, Maria Filomena, *Os Cantos: a tragédia de uma família açoriana*, Aletheia, 2010.

Pior ainda, três meses depois, como a doença de Guilhermina teimasse em não passar, a 10 de Julho, Guilhermina está em Paris com o marido e aí iriam permanecer por mais de um ano: “(...) *estava há oito dias em tratamento regular com Madame (?) Lachapelle, de que parecia auferir já algumas melhoras* (...)”.¹⁷³⁷ A pior notícia de todas, no entanto, era a da morte eminente do grande amigo, primo e confidente de José do Canto, José Jácome Correia: “(...) *Infelizmente o Senhor José Jácome Correia ficava a expiar e sem esperanças algumas de vida* (fl. 3 v.) *termina assim o seu sofrimento e uma existência que tanta falta fará à nossa terra* (...)”.¹⁷³⁸ José Jácome Correia havia falecido a 2 de Julho de 1886, oito dias antes de Artur ter

¹⁷³⁵ Idem, p. 25.

¹⁷³⁶ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/cx. 224, 14407-C, Carta de Artur Hintze Ribeiro a José do Canto, Lisboa, 4 de Abril de 1886.

¹⁷³⁷ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/cx. 224, 17800-C, Carta de Artur Hintze Ribeiro a José do Canto, Lisboa, 10 de Julho de 1886.

¹⁷³⁸ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/cx. 224, 17800-C, Carta de Artur Hintze Ribeiro a José do Canto, Lisboa, 10 de Julho de 1886.

escrito de Lisboa ao sogro em Paris, ainda assim, muito antes do dia em que José do Canto leu a carta.

José do Canto está atento à conjuntura. A 3 de Maio de 1886, pergunta a Fidélio Branco para o Funchal pelo nome e residência do estrangeiro que tentou ali a cultura do chá. Fidélio responde-lhe de pronto: “(...) *G. Duff Dunbar, e que a correspondência lhe deve ser dirigida ao cuidado de Henry S. King & C.^a – 65 Cornhill – Londres EC.*”¹⁷³⁹ Terá José do Canto escrito a Dunbar? Que perguntas lhe terá feito? Que respostas, nesta eventualidade, terá obtido? Não se sabe, mas, seja como for, quando estava a querer implementar o seu projecto, desejava informar-se o mais possível sobre o chá na sua Ilha e fora dela.¹⁷⁴⁰

Mesmo longe da Ilha, José do Canto não esquecia o projecto do chá. A 30 de Julho de 1886, recebe uma importante carta de Jacinto Pacheco de Almeida, responsável na sua ausência pela sua casa, dando conta do contacto com o Visconde das Laranjeiras, o qual lhe entregara cópia de uma carta de Macau e um “*desenho ou planta*” recomendando o seu envio urgente a José do Canto.¹⁷⁴¹ Será a carta para Macau, enviada de Paris com a data de 19 de Agosto, a resposta à carta de 30 de Julho de Ponta Delgada a indicar o prazo de Setembro a José do Canto para concluir o negócio dos *Chins* e envio de utensílios? Ou outra anterior? É uma carta de Lisboa, a 19 de Agosto, da firma Ferreira Irmãos a José do Canto.¹⁷⁴² Refere-a como aditamento a uma outra da mesma firma do dia 14. Infelizmente, informavam José do Canto de que não haviam encontrado “*estabelecimento bancário ou casa particular que nos abrisse o crédito sobre Macau, que Vossa Excelência desejava;*” haviam recorrido ao Ministério da Marinha na sequência de informações de que ali se poderia fazer a operação, mas sem sucesso, porque este já não tratava do assunto; tiveram entretanto conhecimento de que, com conhecimento da quantia exacta, se poderia comprar uma letra em Londres, graças às relações activas com a China. Quanto à Firma Ferreira e Irmão, “*além de não sabermos a importância exacta, depois do desastre da Casa Bruno Silva & Filho ainda nos não foi preciso*

¹⁷³⁹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de Fidélio de Freitas Branco, Funchal, a José do Canto, Ponta Delgada, 21 de Maio de 1886.

¹⁷⁴⁰ Se não menciona Joaquim Morais, então, pode significar uma ou ambas as coisas: que é pouco interessante e que já estava arredado (por morte, doença ou desinteresse). Não o fazendo para Sintra, poderá significar que daquela experiência haveria pouco a aprender?

¹⁷⁴¹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, 11432-C, Carta de Jacinto Pacheco de Almeida a José do Canto, Ponta Delgada, 30 de Julho de 1886: *É sobre a negociação dos Chins e objectos acessórios. Esteve a expor-me largas considerações, que são perfeita reprodução do que a carta expõe interessantemente; de modo que só digo que ele se empenha que o meu amigo resolva o negócio com a possível brevidade, e em todo o caso antes de Setembro, e que faço com principal instância em que ele fez força, e com muita especialidade recomendou.*

¹⁷⁴² Firma comercial, no Continente Português, com quem José do Canto tratava de negócios.

escolher correspondente naquela cidade (...)." Termina a carta, "*desejando a continuação dos alívios e sua Excelentíssima esposa, somos com toda a consideração (...).*"¹⁷⁴³

Ainda em Paris mantém-se, como era seu hábito, a par das novidades: adquire literatura actualizada sobre chá. Compra em "o *"Tea planter"s,*" por "2 Libras, 97 (...)." ¹⁷⁴⁴ Que poderá ser o *TeaPlanter"s Manual*, de Francis Charles Trainor Owen, publicado naquele ano de 1886. Ou o *The tea planters"s Vade Mecum: a volume of important articles correspondence and value regarding tea blight tea cultivation & manufacture tea machinery timbers for boxes and other purposes*, também publicado em 1886. Quer actualizar-se sobre maquinaria usada no chá e o que de novo há sobre a cultura e o fabrico de chá. Tendo dado início ao projecto em 1885, em Agosto de 1886 ainda nada estava decidido ou feito. Não avançava, mas outros avançavam na Ilha.

Logo a abrir o ano de 1887 morre, a 22 de Janeiro, Francisco de Melo.¹⁷⁴⁵ Francisco arrastara-se penosamente durante mais de um ano, sem ter conseguido dar boa conta, como fora sempre seu costume, dos muitos serviços de José do Canto no Pico Arde e arredores. Jacinto Pacheco de Almeida informa o patrão da morte de Francisco em carta de 29 de Janeiro.¹⁷⁴⁶ No entanto, só lá para Fevereiro José do Canto terá sabido da notícia. Foi uma morte chorada pela família Canto. A filha Margarida escreve a 11 de Fevereiro de Lisboa para o pai em Paris: "(...) *imagino o transtorno que lhe fará a morte do Francisco de Melo, que tão dedicado lhe era, soube este acontecimento por uma carta da mulher ao (fl. 1 v.) Artur, e penalizou-me deveras, porque era um excelente homem, e ainda tão novo.*" ¹⁷⁴⁷

No dia 4 de Fevereiro, o *Diário de Anúncios*, de Ponta Delgada, informava que Luís Ataíde Corte Real, cunhado de Vicente Faria e Maia, um dos onze que havia encomendado utensílios em 1882 por intermédio da SPAM, vendia chás preto e verde na mercearia de Vasconcellos & Irmão.¹⁷⁴⁸

¹⁷⁴³ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, 2166-C, Carta de Ferreira Irmãos a José do Canto, Lisboa, 19 de Agosto de 1886.

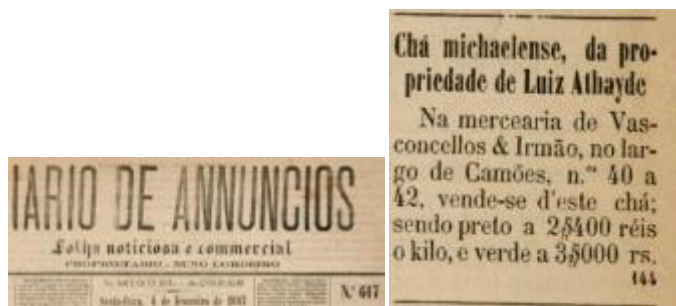
¹⁷⁴⁴ [Será este? Francis Charles Trainor Owen, *Tea Planter's Manual*, A. M. & J. Ferguson, 1886]; *The tea planters's Vade Mecum: a volume of important articles correspondence and value regarding tea blight tea cultivation & manufacture tea machinery timbers for boxes and other purposes / complied by the editor of the "Indian tea Gazette "*. - London: W. B. Whittingham & Co., 1886. - 300 p. ; 28 cm

¹⁷⁴⁵ Cf. BPARPD, Óbitos, Conceição Ribeira Grande, 22 de Janeiro de 1887, 1885-1889, fl. 2 v-3

¹⁷⁴⁶ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, 17851-C, Carta de Jacinto Pacheco de Almeida a José do Canto, Ponta Delgada, 29 de Janeiro de 1887.

¹⁷⁴⁷ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, 13328-C, Carta de Margarida Brum do Canto a José do Canto, Lisboa, 11 de Fevereiro de 1887.

¹⁷⁴⁸ *Diário de Anúncios*, Ponta Delgada, 4 de Fevereiro de 1887, p. 3.



[F. 58 - Diário de Anúncios, Ponta Delgada, 4 de Fevereiro de 1887, p.3.]

Fonte: BPARPD

Como habitualmente acontecia, o jornal *a Persuasão*, bem mais informado, diz mais qualquer coisa: “(...) *Encarecem-se muito as qualidades do chá exposto à venda pelo Sr. Luís Ataíde Corte Real.*” E de novo, tal como um ano antes dissera do cunhado de Luís, Supico abonava: “*Não admiramos que seja excelente, porque o Sr. Ataíde é um dos mais esclarecidos preparadores do nosso chá.*”¹⁷⁴⁹ Além de Vicente Faria e Maia e de Luís Ataíde Corte Real, sem nomear, Supico deixa-nos entrever a existência de outros preparadores de chá locais. Um destes, seria Francisco Bettencourt.¹⁷⁵⁰



[F. 59 - Luís Estrela Corte Real (1843-1910)]

Fonte: Coleção Particular

Longe da Ilha, em Paris, José do Canto via-se compelido a agir depressa e bem. Por muita falta que lhe fizesse Francisco de Melo e apesar de ser difícil encontrar alguém à altura da sua força e dedicação, urgia encontrar uma solução. Tendo tomado conhecimento da morte de Francisco por Jacinto Pacheco de Almeida, deu-lhe na volta do correio instruções precisas. Seguindo as instruções de José do Canto, Jacinto de Almeida contratara José Jacinto Barbosa. Aquele iria repartir com Manuel Pereira de Lima o trabalho anteriormente feito por Francisco de Melo. Manuel Pereira de Lima, segundo o recenseamento eleitoral de 1895 a 97, reside no Pico da Pedra, tem 49 anos de idade e é considerado elegível.¹⁷⁵¹ Em carta de resposta da Ilha ao patrão, datada de 17 de Março de 1887, ficamos a par do andamento

¹⁷⁴⁹ *A Persuasão*, Ponta Delgada, 16 de Fevereiro de 1887, p.2.

¹⁷⁵⁰ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de Francisco Bettencourt, Ponta Delgada, a José do Canto, Paris, 31 de Maio de 1887.

¹⁷⁵¹ Cf. AMRG, Registo de Recenseamento Eleitoral, 1895-97, vol. 65, fls. 23 v.-24. Diz: 1.^a Revisão em 1896; 2.^a revisão em 1897.

dado às instruções de José do Canto já perante uma alteração na organização do trabalho na área do Pico Arde e da Casa Canto.

Quem era José Jacinto Barbosa? Em 1884, Francisco de Melo refere ao patrão um rapaz Barbosa que trabalha para Artur Hintze Ribeiro.¹⁷⁵² É possível que José Jacinto Barbosa (1873-1922), nas suas idas e voltas ao Pico Arde para levar o chá do Sr. Artur e da esposa Margarida, genro e filha de José do Canto, tenha aprendido a fazer chá vendo Francisco de Melo. Uma carta de Francisco de Melo a José do Canto, de 3 de Maio de 1885, faz-nos admitir esta possibilidade: *“O rapaz do Barbosa, que serve o Senhor Dr. Artur [veio-me dizer que havia chá para fazer da Senhora Dona Margarida. Eu disse-lhe que estava pronto quando Vossa Excelência desse ordem.”* Até aqui tudo em ordem, mas *“O dito Barbosa fez-me hoje uma bonita (...).”* Apesar de Barbosa, alegadamente, não ter tido sucesso daquela vez, fica-se a saber que ele frequentava o Pico Arde e que prestava atenção ao que Francisco fazia tal como este fizera com Lau-a-Pan e Rafael de Almeida: *“(...) participo isto a Vossa Excelência que os que vierem cá e eu não tiver ordem de Vossa Excelência para os ensinar não metem bico. Todas as pessoas que me vierem com chá, eu trato de dizer que sem ordem de Vossa Excelência não se faz.”*¹⁷⁵³

Repartindo tarefas, o chá iria receber uma atenção muito especial: Barbosa foi contratado e ficou incumbido de cuidar das matas, sendo as suas obrigações estipuladas perante Manuel Lima, com quem combinaria os trabalhos: *Tem, pois, sem excepção de dias santos, de vigiar e rondar as matas, olhar pelos tapumes, trazer limpas as veredas, dar conta de lenhas vendidas. (...) vence diariamente 300 réis ou 2 100 nos 7 dias da semana. Receberá ao fim de cada ano uma qualquer pequena gratificação se o seu provado zelo e probidade o recomendarem.”* Continua justificando a urgência da divisão do trabalho com a extensão e dispersão das matas, que *“(...) não dispensavam um homem capataz e guarda especial: serão mais profícuos e prontos os trabalhos em cada ramo de lavoura e matas.”*¹⁷⁵⁴

¹⁷⁵² Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/001/002, 4974 – C., Carta Francisco de Melo a José do Canto, (Ribeira Grande), 26 de Janeiro de 1884, José Jacinto Barbosa, nascido cerca de 22 de Julho de 1831, em S. Pedro, da Ribeira Grande, era pai do José Jacinto Barbosa, que fez chá no Pico Arde e mais tarde na Barrosa. O filho nasceu cerca de 1862 e faleceu em 1922, em S. Pedro da Ribeira Grande. Era proprietário, casara a 14 de Janeiro de 1889 com Maria do Carmo (1873 - 1922), na igreja de S. Pedro da Ribeira Seca da Ribeira Grande. Teve um filho do mesmo nome, igualmente proprietário, nascido em 1892 e falecido em 1968. (Cf. <http://gw.geneanet.org/tavaressilva?lang=pt;pz=joao+luis+tavares;nz=silva;ocz=0;p=jose+jacinto;n=barbosa;oc=2>)

¹⁷⁵³ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 275 [Não tem número], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 3 de Maio de 1885.

¹⁷⁵⁴ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, Carta de Jacinto Pacheco de Almeida a José do Canto, Ponta Delgada, 17 de Março de 1887.

A 29 de Março, Jacinto escreve feliz ao patrão de que “(...) *segundo informa o mesmo Manuel Pereira, parece-me que temos homem no Barbosa para as matas: acha-o zeloso e solícito no que tem a seu cargo: oxalá que lhe não dêem cobranto!*”¹⁷⁵⁵ Antes, “*tinha havido tal ou qual relaxação na invasão de matas desde que adoeceu mais (...) o pobre do Francisco de Melo.*”¹⁷⁵⁶ Ainda mais, por carta de 30 de Abril, no estrito seguimento das instruções vindas de Paris, Jacinto Pacheco de Almeida punha ao corrente José do Canto de que ia ver José Barbosa fazer chá, isto porque o mesmo lhe terá dito, talvez ainda em Março, que sabia fazê-lo. Jacinto, sempre em consonância com o patrão, escrevera-lhe a contar a conversa e a pedir-lhe novas instruções. José do Canto, querendo continuar a fazer chá, encorajou-o a dar uma oportunidade a José Barbosa. Para se certificar, adianta: *Hei-de ir presenciar o ensaio para ajuizar melhor daquelas aptidões.*”¹⁷⁵⁷ Duas semanas depois, a 16 de Maio, Jacinto voltava a informar José do Canto do bom desempenho de Barbosa. E no que interessaria muito a José do Canto: *Já o experimentei na sua habilidade de curioso de fazer chá. Fez cerca de 1 quilo verde, e cerca de 2 quilos preto, e é preciso confessar que fez coisa aceitável. O preto é talvez mais bem enrolado do que o do Francisco de Melo. O verde também está bom, mas tem mistura de grado e miúdo, o que acusa um de dois descuidos, ou ambos: mistura e promiscuidade na apanha da folha, grada e miúda em condições diversas, e não ter levado as peneiras para separar o grado do miúdo. Ele mesmo reconheceu estes defeitos que há-de corrigir.* Mantendo-se prudente e refreando o entusiasmo inicial, Jacinto acrescentava uma experiência no ciclo completo, desde a apanha ao fabrico. Entretanto, “*Tem-se dada passagem nas plantações de chá, e do pomar além do serviço do pé dos troncos, e as últimas informações que tenho são de que as plantas de fruto têm florescido e vão florescendo muito.*”¹⁷⁵⁸

Duas semanas mais tarde, a 30 de Maio, Jacinto de Almeida volta a dar boas informações sobre José Barbosa a respeito da preparação do chá, contando: “*Estive no dia 24 assistindo na oficina de chá, lá em cima nas matas, a uma experiência de fabrico de chá verde e preto, e agradou-me a habilidade do rapaz, em quem não supunha tanto jeito e conhecimento deste trabalho.*” Ficara convencido: “*Não há dúvida que o devemos aproveitar, e dei-lhe largas para fazer todo o chá que for havendo a propósito.* Aproveitava a ocasião para enviar para Paris

¹⁷⁵⁵ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, Carta de Jacinto Pacheco de Almeida a José do Canto, Ponta Delgada, 29 de Março de 1887.

¹⁷⁵⁶ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, Carta de Jacinto Pacheco de Almeida a José do Canto, Ponta Delgada, 16 de Abril de 1887.

¹⁷⁵⁷ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, Carta de Jacinto Pacheco de Almeida a José do Canto, Ponta Delgada, 30 de Abril de 1887: “*Agora, em vista do que o meu bom amigo lembra vou proceder a uma experiência em forma dele, e dos curiosos que se inculcam, e veremos o que sai, para o que convier fazer.*”

¹⁷⁵⁸ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, Carta de Jacinto Pacheco de Almeida a José do Canto, Ponta Delgada, 16 de Maio de 1887.

amostras do chá feito por Barbosa (verde de 1ª e de 2ª e preto), para que José do Canto desse a sua opinião: *“Conquanto esteja certo de que estas amostras lhe não chegarão à mão em estado de conhecer que o fabrico parece muito aceitável, contudo, sempre poderá fazer alguma ideia de que o rapaz vai além do que era de esperar.”* Francisco Bettencourt era da mesma opinião, assim o diz a José do Canto: (fl. 2) (...) *Já vi o teu chá feito pelo Barbosa, e parece estar bem feito, o meu tem sido feito pelo servente da sociedade de agricultura, não saio bom, o primeiro teve tostado (...).*¹⁷⁵⁹

Para fazer chá no Pico Arde era, no entanto, necessário prover, no mínimo, ao estritamente necessário: *“Aqueles peneiras e utensílios é que estão á paupéribem (?), falta de latas, caixas para chá (...).*” Descansava, no entanto José do canto, informando-o de que estava a providenciar as reparações e aquisições necessárias, pois, *“é preciso aproveitar, e chegar onde se puder. As plantações devem dar grande fornecimento.”*¹⁷⁶⁰ José Barbosa seria assim, a seguir a Lau-a-Pan, a Rafael de Almeida e a Francisco de Melo, muito provavelmente do próprio José do Canto, o quinto homem a fazer chá no Pico Arde. Não se limitando a ler sobre o fabrico do chá ou a ver quem fazia chá, José do Canto fez certamente chá, no Pico Arde ou em Ponta Delgada. José Barbosa seria o sucessor de Francisco de Melo. Como aprendera a fazer chá? Porém, a sua ligação a José do Canto foi curta. O último ordenado que recebeu de José do Canto data de Dezembro de 1 de Dezembro de 1888.¹⁷⁶¹ Em 1889 recebe pela casa Raposo do Amaral.¹⁷⁶² Em 1898, faz chá para Raposo do Amaral.¹⁷⁶³

Destino ou acaso, um ano certo a contar do dia em que o amigo José Jácome faleceu na sua residência em S. Miguel, falecia, em Paris, Guilhermina, a mulher da vida de José do Canto. José permanecera quinze meses em Paris, de Abril de 1886 até Julho de 1887. Escrevia três dias depois a dar a funesta notícia ao filho António: *“(...) Meu querido filho, A tua boa, extremosa e santa Mãe acabou de sofrer, e foi receber no céu a palma do seu longo martírio neste mundo (...).*”¹⁷⁶⁴

¹⁷⁵⁹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de Francisco Bettencourt, Ponta Delgada, a José do Canto, Paris, 31 de Maio de 1887.

¹⁷⁶⁰ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, 11681-C, Carta de Jacinto Pacheco de Almeida a José do Canto, Ponta Delgada, 30 de Maio de 1887.

¹⁷⁶¹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 242 [Não tem número], [Caderno com anotação de despesas e de férias de Manuel Pereira de Lima (São Miguel) 1882-1895], 1 de Dezembro de 1888.

¹⁷⁶² Cf. UACSD/FAM-ARA/C/ADP/010/lv. 05, Lançado no borrador caixa, 7 de Agosto de 1889, [fl. 142]: *“(...) Ao dito para a gratificação a José Jacinto Barbosa (...).’*

¹⁷⁶³ Cf. UACSD/FAM-ARA/D/DI/001/001/lv. 18, Carta de José Maria Raposo do Amaral Júnior ao pai José Maria Raposo do Amaral Sr., 19 de Dezembro de 1896 a Agosto de 1898, Ponta Delgada, 25 de Abril de 1898, fl. 394: *“(...) Corre por aqui muitos bons tempos mas (?) um pouco frescos; o Barbosa ainda sábado se esteve a queixar que passa trabalhos para murchar o chá (...).’*

¹⁷⁶⁴ Cf. UACSD/FAM-AACB/ACB/001/002, cx. 2, 162-c, Carta de José do Canto a António Brum do Canto, Paris, 5 de Julho de 1887.

Entretanto, em 1886, já se anunciava a venda de chá da Ilha. Em Lisboa, tentava-se novamente fazer passar uma lei que incentivasse o investimento nesta produção. A 8 de Julho de 1887, durante a vigência do governo progressista de Luciano Cordeiro, o regenerador Sousa e Silva, que já o havia feito em 1882, retoma este desiderato: “(...) *Aproveito a ocasião de estar com a palavra para renovar a iniciativa do projecto de lei apresentado na sessão de 15 de Março de 1885 [lapso: 1881], pelo sr.deputado Caetano de Andrade, e cujo fim é proteger a cultura do chá.*”¹⁷⁶⁵ O mesmo deputado, em nome de um colega, esclarecia a Câmara de algo que, não tendo à primeira vista nada a ver com esta narrativa, tem tudo a ver: “(...) *Sr. presidente, o meu collega e amigo o sr. [Artur] Hintze Ribeiro encarregou-me de participar (p.1606) a V. Ex^a. e à camara que falta à sessão de hoje e faltará a mais algumas por motivo do fallecimento de uma pessoa de família [Guilhermina, a sogra, esposa de José do Canto, falecera em 2 de Julho].*”¹⁷⁶⁶ Ora, por esta altura, Artur Hintze Ribeiro, irmão de Ernesto e genro de José do Canto, estava a colaborar com o sogro na tentativa de contratar novos técnicos chineses e de construir a fábrica/oficina que, muito por culpa da morte da sogra, seria só aberta na década seguinte. Se estivesse presente, é possível, muito mesmo, que Artur apresentasse a proposta do chá.

A sessão de 9 de Julho veio publicada no *Diário das Sessões*. Em bom rigor, não se trata propriamente da proposta que fora apresentada por Caetano de Andrade e retomada em 1882 por Sousa e Silva, pois inclui um novo artigo, um terceiro que remete para o segundo: “*Art. 3.º O governo procederá à confecção de qualquer regulamento necessário à execução do artigo antecedente [Art. 2.º O chá manufacturado durante o referido período de tempo nas mencionadas localidades do território português fica isento de todo o direito e contribuição geral do estado, ou particular dos distritos, municipais ou coloniais].*”¹⁷⁶⁷ Que significa? Significa, parece-nos, que se quer que o legislador nacional se sobreponha ao local. Pode também significar que estes poderes locais estivessem a colocar entraves? É possível. A argumentação apresenta ligeiras diferenças em relação às anteriores. Ainda num contexto de crise, Sousa e Silva adianta: “*Um dos novos ramos da indústria que a iniciativa particular ali [na Ilha de São Miguel] tenta estabelecer é o da cultura e preparação do chá (...).*” Vemos que, apesar de a lei ainda não ter passado, houve quem não desistisse. Outra novidade:

¹⁷⁶⁵ Câmara dos Deputados, 8 de Julho de 1887, pp.1605-1606; Visto em 29 de Abril de 2015; <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1887m07d08-1606&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

¹⁷⁶⁶ Idem.

¹⁷⁶⁷ Câmara dos Deputados, 9 de Julho de 1887, p.1621; Visto em 29 de Abril de 2015; <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1887m07d09-1621&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

“Nenhuma dúvida há já ali, nem sobre a facilidade da vegetação da planta do chá, nem sobre os segredos da respectiva cultura ou fabrico.” Afirmação que não será correcta, como se viu e verá. Destaca-se mais um argumento, reelaborado nesta nova proposta, talvez fruto da meditação sobre os insucessos anteriores: *“A protecção que peço para o período inicial da introdução da cultura e do fabrico do chá no paiz, colónias ultramarinas e Ilhas adjacentes é apenas o meio pratico de fazer surgir rapidamente uma industria, que, em breve florescente, se converterá, ao expirar o período proteccionista, em elevada fonte de receita para os cofres do thesouro nacional.”* Em todo o caso, o seu destino foi o mesmo dos anteriores: *“Lido na mesa foi admitido e enviado as comissões de agricultura e de fazenda.”*

Em Julho de 1887, na mesma Câmara, o progressista Luís Fisher Berquó Poças Falcão referindo-se globalmente à situação económica da Ilha, declara a laranja falida, o ananás limitado, salvando-se o álcool, todavia a necessitar de protecção: *“Ensaíram a cultura do chá (...) mas não se conseguiu introduzir este producto nos mercados, e póde considerar-se aquella cultura como não tendo, por ora, um futuro certo.”*¹⁷⁶⁸ Artur Hintze Ribeiro, regenerador, secunda-o e refere-se à sangria da emigração.

Um ano depois, a 6 de Julho de 1888, Artur Hintze concede que *“a cultura do chá pouco tem progredido; a do algodão não passa de experiencias. De todas, a que tem produzido em largas proporções, e com grande beneficio para os que a exercem, é a cultura da batata-doce. Ora esta cultura existe enquanto existir a destilação, morre quando a destilação acabar.”*¹⁷⁶⁹

A 14 de Julho de 1887, viúvo aos 65 anos, com filhos dos quais dois, António e José, lhe causavam gravosas arrelias, está perante uma nova encruzilhada na sua vida: as partilhas por morte de Guilhermina. José do Canto acusa a perda da companheira e sente-se cansado, mas não descansa sem antes fazer o que tem a fazer. Em carta da filha Margarida, casada com o deputado Artur Hintze Ribeiro e residente com ele em Lisboa, em resposta a uma do pai, chega-nos o eco disso mesmo: *“(...) Querido Pai, recebi a sua longa carta e vejo que Deus lhe vai continuando a dar forças para sofrer o grande desgosto por que passou (...).”*¹⁷⁷⁰ José quer seguir em frente mas tem, antes, de se entender com os filhos. Não conhecemos a carta que escreveu à filha, conhecemos a resposta de Margarida ao pai, bastante clara. Em sua opinião *“(...) era tudo ficar na mesma, ganhando todos nisso por ser impossível ninguém tratar de tudo como o meu bom pai, que administra como ninguém (...).”* Diz mesmo: “se meus

¹⁷⁶⁸ Câmara dos Deputados, 25 de Julho de 1887, pp.2048-50; Visto em 29 de Abril de 2015; <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1887m07d25-2049&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

¹⁷⁶⁹ Câmara dos Pares, 6 de Julho de 1888, pp. 1225-1230; Visto em 22 de Abril de 2015; <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cp2&diary=a1888m07d06-1226&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

¹⁷⁷⁰ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, Carta de Margarida Brum do Canto a José do Canto, Lisboa, 14 de Julho de 1887.

irmãos tivessem juízo, deixariam tudo como está, creio bem não se esquecerão quanto o papá tem sido bom para eles e é que tem mais experiência para dirigir tudo (...).” Estava ao corrente de que a irmã concordaria e escreveria aos irmãos fazendo-lhes ver que isto era do seu interesse.

Além da melindrosa questão das partilhas, José precisava de uma mulher para cuidar da sua casa. Quem das filhas tomaria conta de si e governaria a casa? Conhecendo bem a filha Margarida, como a filha conheceria o pai, pois saía em muitos aspectos a este, convinha-lhe que fosse ela. Porém, tendo o pai pedido que regressasse de Lisboa para junto dele, Margarida responde-lhe que não pode senão ficar, eventualmente, apenas por uns tempos. E indica-lhe a irmã, “(...) *com a condição expressa de que seja ela (irmã) quem dirija a casa, auxiliando-a eu em tudo quanto estiver ao meu alcance (...).*”¹⁷⁷¹

Se o assunto da dona de casa ficou rapidamente resolvido, o das partilhas arrastar-se-ia por três penosos anos. Saltando pormenores, em nada essenciais a esta narrativa, diga-se que, em Julho de 1889, no segundo aniversário da morte de Guilhermina, o inventário estava atrasado e corria o risco de se prolongar por muito mais tempo,¹⁷⁷² como viria a acontecer. A 18 de Setembro, no entanto, o genro, sempre ele, felicitava o sogro “(...) *por estarem finalmente feitas as partilhas no inventário, tanto à medida dos seus desejos, sem terem havido embaraços como receava (...).*”¹⁷⁷³ Não seria bem assim, pois o mesmo Artur, sempre interessado na herança, nos informa que “(...) *A conclusão dos trabalhos do inventário ainda o estão apoquentando com as contas finais de administração (...).*” Mais uma vez reforçava que “*no que, como sabe tem o nosso pleno assentimento (...).*” O que mais desejavam era “*vê-lo desembaraçado da sua tarefa e gozando do descanso que lhe é devido, depois de tanta lida.*”¹⁷⁷⁴ A 19 de Abril de 1890, em carta ao sogro, quase três anos depois da morte de Guilhermina, o sempre atento e bem informado Artur Hintze, já sabia que o inventário estava concluído e a partilha tinha transitado em julgado: “*Sobre o que me escreve relativamente ao prédio do Pico da Pedra e vários objectos, que couberam em partilha à Margarida, direi que quanto à chave do primeiro pode mandá-la entregar a meu cunhado Teves Adão (...).*”¹⁷⁷⁵ A 7 de Julho, numa carta em que Pinto Braga felicita José do Canto,

¹⁷⁷¹ Idem.

¹⁷⁷² Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/cx. 224, 14376-C, Carta de Artur Hintze Ribeiro a José do Canto, Pedras Salgadas, 2 de Julho de 1889.

¹⁷⁷³ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/cx. 224, 14401-C, Carta de Artur Hintze Ribeiro a José do Canto, Lisboa, 18 de Setembro de 1889.

¹⁷⁷⁴ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/cx. 224, 14408-C, Carta de Artur Hintze Ribeiro a José do Canto, Lisboa, 3 de Outubro de 1889.

¹⁷⁷⁵ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/cx. 224, 14418-C, Carta de Artur Hintze Ribeiro a José do Canto, Lisboa, 19 de Abril de 1890.

ficamos a saber que as partilhas haviam finalmente terminado: “(...) *havia afinal terminado o seu laborioso inventário na melhor harmonia, pelo que o felicitamos.*”¹⁷⁷⁶

Que fazer? José do Canto, feitas as partilhas, precisava ainda de saber o que lhe restava, para então decidir o que fazer a seguir. O chá continuava a ser uma hipótese nunca esquecida. Além disso, pelo que se deixou acima dito, parece também ser evidente que, apesar dos relativos sucessos internos de Faria e Maia e do cunhado Estrela, na segunda metade de 1887, havia muito ainda a fazer pelo chá. José do Canto, sempre atento, apesar do luto privado, estaria ao corrente do que se passava na Ilha, no país e no mundo.

5. 2. – Arranque decisivo (1891)

Seria prudente investir no chá em 1890, quando o mercado europeu começava a ser inundado pelos chás do Assam, do Ceilão e de Java? Que mercado pretendia captar José do Canto? Ter-lhe-á passado pela cabeça que o chá, tal como sucedera à laranja e sucedia então ao ananás, poderia concorrer no mercado Londrino e Britânico, sendo só uma questão de o fabricar melhor? Para isso, haveria que contratar os melhores mestres possíveis. Por que razão escolhe mestres chineses em vez de ingleses, indianos ou de outra nacionalidade? Porque, esta será a razão principal, apesar de os chineses terem perdido para os ingleses o monopólio da cultura e fabrico do chá, aqueles conservavam ainda intacta a reputação de serem os melhores mestres no fabrico do chá. Entremos, pois, no 5.º Tempo de Crescimento: *Arranque da mecanização e das exportações* (1891-1950's). Porém, há o balanço de 1912.

O Coronel da Guarnição de Macau, António Joaquim Garcia, e a Firma Knowles & Foster, em Londres, serão peças fundamentais em todo o processo. Esta firma funcionou como elo de ligação entre José do Canto, em Ponta Delgada, e António Joaquim Garcia, em Macau. Iria tratar da remessa de sementes, instrumentos e a vinda de técnicos de Macau. Iria também servir de intermediária na aquisição das máquinas para a nova fábrica, do técnico para as montar, bem como dos contactos para apurar o valor do chá feito na nova fábrica/oficina já parcialmente mecanizada por Chon sem e Lan sam. Teria ainda a ajuda preciosa de João Borges Cordeiro.

¹⁷⁷⁶ Cf. PT/UASD/FAM – ABS – JC/ Documentos não tratados/ cx 192, Carta de Pinto & Braga a José do Canto], Paris, 7 de Junho de 1890.

José do Canto iria precisar de dinheiro. Se somarmos ao preço da compra do Pico Arde, em 1865, (114 contos de réis insulanos),¹⁷⁷⁷ o que pagaria a Lan sam e Chon sem (c. 1360\$000 rs, fora passagens), o valor do recheio da fábrica (c. 1472\$830rs), o custo da construção da fábrica/oficina, a vinda e estadia do técnico Inglês, mais férias de João Jacinto da Câmara,¹⁷⁷⁸ de Manuel Pereira de Lima, das mulheres e crianças que empregou, José do Canto iria gastar mais do que a SPAM havia gasto em 1878/1879.

Começara a tratar do financiamento ainda antes de 26 de Junho de 1891, talvez logo que soube que o Coronel Garcia havia aceitado o seu convite, pois a 26 e a 30 de Junho enviara a procuração para se poder contrair o novo empréstimo. A carta de 18 de Julho da Firma Ferreira & Irmãos não podia trazer melhores notícias: além de José do Canto poder dispor de imediato do novo empréstimo que solicitara à Caixa Geral do Crédito Predial Português, teria apenas de pagar uma prestação até ao final do ano.¹⁷⁷⁹

O empréstimo chegara mesmo a tempo, obtivera-o a 18 de Julho e a 29 de Agosto respondia para Londres à Firma Knowles & Foster. Esta retribuía a José do Canto a 15 de Setembro, dezassete dias depois da carta escrita em S. Miguel, por via de Lisboa. José do Canto queria saber dos chineses, em resposta, Knowles & Foster diz-lhe que acabavam *de* chegar de (sic) China os utensílios para fabrico de chá. Era uma boa notícia, a seguir viriam os chineses, terá pensado. Os instrumentos seriam embarcados no vapor Málaga, que sairia na semana seguinte com destino a Lisboa, a tempo de reembarcar no vapor que daqui sairia a 5 de Outubro.¹⁷⁸⁰

José do Canto tenta atrair João Borges Cordeiro para o projeto. Quem era? Temos por certo que José do Canto e João Borges se conheciam, pelo menos, desde Março de 1884.¹⁷⁸¹

¹⁷⁷⁷ Borges, Ob. Cit., 2007, p. 56

¹⁷⁷⁸ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), [Registo de pagamento de ordenados de José do Canto], sem data [c. 1846?- c. 1872?]: *“João Jacinto da Câmara, entrou para o serviço de criado no dia 13 de Outubro de 1870 (...)”*.

¹⁷⁷⁹ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.6/580, Carta de Ferreira Irmãos a José do Canto, Lisboa, 18 de Julho de 1891: *“(…) cartas de 26 e 30 de Junho último, acompanhando aquela a procuração para se poder realizar o novo empréstimo, a qual está em devida regra, como Vossa Excelência verá pela inclusa carta do Ouvidor da Caixa Geral do Crédito Predial Português. A segunda acompanhava duas procurações (...) Com respeito ao novo empréstimo temos a dizer que ele se pode levar a efeito quando Vossa Excelência ordenar, e que, até ao fim do corrente ano, Vossa Excelência não tem que pagar senão uma prestação.”*

¹⁷⁸⁰ [UA., JC, Carta informando do próximo envio de utensílios para fabrico de chá, acabados de chegar da China a Londres] SOUSA, Nestor, “Os «Canto» nos Jardins Paisagísticos da Ilha de S. Miguel”, Arquipélago - História, 2.^a série, IV, n.º 1, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000, p. 287.

¹⁷⁸¹ Cf. Arquivo da Família Agnelo Borges, Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, 31 de Março de 1884: *“(…) Estive toda a semana pelo campo, de sorte que só hoje tive o gosto de receber a sua cartinha. Se Vossa Excelência não terminou a sua sementeira de milho, está à sua ordem, e a todo o momento, o milho que pretende. Quanto aos marcos, o medidor da Lagoa andou tão embaraçado com as medições das terras da Relva, que foram do Marquês da Ribeira, que ainda estou à espera dele (...)”*.

Segundo o neto, Luís Manuel Agnelo Borges, o avô “*falava línguas, dominava bem o Latim, pois, frequentara o Seminário. Era exímio na hibridização de rosas e teve uma pequena plantação de chá no Pico Arde.*”¹⁷⁸² Chegou a produzir chá “*que oferecia em latinhas que mandara vir do Japão. Obsequiava familiares, amigos e conhecidos. As latinhas estavam identificadas como Chá do Pico Arde.*” Deduz que talvez viesse daí a ligação com José do Canto. Em 1891, João Borges Cordeiro seria um homem para 45, 46 anos de idade. Nasceria nos Arrifes, Nossa Senhora da Saúde, e o pai era proprietário na Grotinha. Aos 61 anos, em 1906, um visto para visita a Itália, descreve-o como de “*rosto comprido*”, medindo “*1,65 m*”, de “*cabelos grisalhos (...) olhos castanhos (...) nariz regular.*”¹⁷⁸³ Portanto, próximo de terras de José do Canto. Em 19 de Junho de 1882, quando casa na Conceição, João morava em São José, Ponta Delgada.¹⁷⁸⁴ Mas já em Setembro daquele mesmo ano, não só morava na Ribeira Grande, na rua da Imaculada Conceição, na Conceição,¹⁷⁸⁵ como era secretário da Santa Casa da Misericórdia local.¹⁷⁸⁶ Pertencer à Santa Casa era fazer parte de uma instituição influente na terra e Dona Ana Filomena Batista, a esposa, era filha de Simão José Baptista, pessoa influente da terra. A 13 de Agosto de 1893, aos quarenta e três anos de idade, sem filhos, Ana Filomena Batista falece nas Furnas.¹⁷⁸⁷ Seis meses depois, a 3 de Fevereiro de 1894, João Borges Cordeiro volta a casar com Dona Maria da Conceição Vasconcelos Moniz. Passa a morar em outra casa da mesma rua da Imaculada Conceição.¹⁷⁸⁸ João Borges Cordeiro, proprietário, possuía ou viria a possuir terras nos Arrifes, e mais as que herda da esposa na Ribeira Seca, da Ribeira Grande, e entra numa velha e poderosa família da Ribeira Grande.¹⁷⁸⁹



[F. 60 - João Borges Cordeiro (c. 1845-?)]

Fonte: João Borges Cordeiro, in San-Bento, Madalena, Diário do Grão-Mestre da luz: a luta pela iluminação pública nos Açores, 2015, p. 8.

¹⁷⁸²Entrevista a Luís Manuel Agnelo Borges, Ponta Delgada, 11 de Maio de 2016 (n. 22 de Agosto de 1927)

¹⁷⁸³ CF. Arquivo da Família Agnelo Borges, [Passaporte passado pelo Governo Civil de Ponta Delgada e “Visto buono per andare in Italia”] passado a João Borges Cordeiro, 23 de Abril de 1906.

¹⁷⁸⁴ Cf. Casamentos, Conceição, Ribeira Grande, 1882, de João Borges Cordeiro com Dona Ana Filomena Batista, 19 Junho de 1882, fls. 5-5v http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/SMG-RG-CONCEICAO-C-1880-1889/SMG-RG-CONCEICAO-C-1880-1889_item1/P29.html

¹⁷⁸⁵Cf. AMRG, Róis Quaresmais, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, Ribeira Grande, 1893.

¹⁷⁸⁶A *Persuasão*, Ponta Delgada, 6 de Setembro de 1882, p.3-4.

¹⁷⁸⁷ Cf. BPARPD, Óbitos, 1893, Nossa Senhora da Conceição, Ribeira Grande, 13 de Agosto de 1893, fls. 19 v.-20. http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/SMG-RG-CONCEICAO-O-1890-1894/SMG-RG-CONCEICAO-O-1890-1894_item1/P118.html

¹⁷⁸⁸Cf. AMRG, Róis Quaresmais, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, Ribeira Grande, 1895.

¹⁷⁸⁹Cf. Casamentos, São Roque, Rosto de Cão, Ponta Delgada, 1894, fls. 3-3v.

http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/SMG-PD-SAOROQUE-C-1890-1899/SMG-PD-SAOROQUE-C-1890-1899_item1/P78.html

Que pretendia José do Canto de João Borges Cordeiro? Segundo Fernando Aires de Sousa, que consultou a documentação da família Agnelo Borges, José do Canto precisava “*de um colaborador.*”¹⁷⁹⁰ Para quê? A construção da fábrica na Ribeira Grande começara pouco mais de um mês antes, João Borges não sendo da Ribeira Grande, casara bem na terra e estava bem relacionado. José do Canto precisava de alguém competente e de confiança. Precisava de alguém que soubesse línguas e pudesse igualmente comunicar com os chineses e percebesse de botânica.

Em todo o projeto do chá na Ribeira Grande, entre responsáveis pela unidade de produção, encarregados das plantações, incluindo mestres, José do Canto apenas confiou uma vez em gente da Ribeira Grande: José Barbosa. E a relação foi curta e parece que não acabou tão bem como desejaria. Continuaria a ver os da Ribeira Grande, elite ou não como: “*aquela dissidente e intratável gente.*”¹⁷⁹¹ Aliás, não era só ele, Arruda Furtado também não tinha grande opinião acerca dos da Ribeira Grande: “*(...) As aptidões comerciais do camponês não são grandes. O povo da Ribeira Grande, sendo o mais industrial, é também o mais traficante, mas geralmente a inaptidão é sensível, mesmo nas transacções, mesmo nas transacções mais simples e inteiramente agrícolas.*”¹⁷⁹² O mesmo se passou com os herdeiros. Só nos derradeiros anos aparece alguém da Ribeira Grande. O mesmo não sucedeu, por exemplo, com José Maria Raposo do Amaral ou Luís Silveira Estrela.

Não refere se já tentara o concurso de outros colaboradores, todavia, pela insistência, é provável que João Borges tenha sido o primeiro: “*Tenho-me lembrado de V. Ex.^a.*” Prevendo a possibilidade de uma resposta contrária ao que pretendia, apressa-se a acrescentar “*de quem não peço resposta definitiva, sem primeiro conversarmos largamente (...).*” E pede ainda para que lhe diga se “*tem algum obstáculo para tratar deste negócio, porque nesse caso é inútil conferenciar sobre ele.*”¹⁷⁹³

E chegam à fala em Agosto,¹⁷⁹⁴ talvez na Ribeira Grande, numa quarta-feira, entre as 8 e as 9 da manhã.¹⁷⁹⁵ Ou então em outra ocasião, por não “*lhe convir o dia ou a hora,*” José do Canto

¹⁷⁹⁰ Sousa, Ob. Cit., 1982, p.159. CF. Espólio Agnelo Borges, Correspondência a Borges Cordeiro, carta de Ponta Delgada de 29 de Junho de 1891.

¹⁷⁹¹ Canto, José do, *Cartas particulares a José Jácome Correia e Conde de Jácome Correia 1841 a 1893*, Carta VII de José do Canto a José Jácome, 24 de Agosto de 1853, Paris, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1999, p. 16.

¹⁷⁹² Furtado, Francisco Arruda, *Materiais para o estudo antropológico dos povos açorianos. Observações sobre o povo micalense*, Ponta Delgada, 1884, p.17.

¹⁷⁹³ CF. Arquivo da Família Agnelo Borges, Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, Ponta Delgada, 29 de Junho de 1891.

¹⁷⁹⁴ Idem.

¹⁷⁹⁵ Idem.

pedia-lhe “o favor de (o) avisar, pelo cocheiro da casa do Travassos, que na madrugada daquele dia me deve ir buscar ao Porto Formoso.”¹⁷⁹⁶

José do Canto e João Borges Cordeiro conversaram e, finda a conversa, o primeiro voltou para as Furnas. De regresso a Ponta Delgada, a 9 ou a 10 de Setembro, José do Canto não se esquecera de que devia tornar a falar com João Borges, mas este tinha já ido para Rabo de Peixe.”¹⁷⁹⁷ Afiançava que não esquecera nada do que combinaram.”¹⁷⁹⁸ Que combinação seria essa? Vamos ver o teor da conversa entre José do Canto e João Borges em Agosto de 1891. José do Canto convidou-o a dirigir “a constante inspecção da Oficina [de chá] durante a manipulação.” João Borges declinou o convite, alegando que “os seus negócios próprios lhe não permitiam.” Encontraram outra solução: “que se podia suprir com um empregado de confiança.”¹⁷⁹⁹ A proposta de José do Canto a João Borges Cordeiro seria: “a minha ideia era fazermos um contracto, por um determinado número de anos, 4 ou 5, a renovar com recíproco assentimento, com a cláusula de que na minha falta, o contracto subsistiria com as mesmas condições, tendo somente os meus herdeiros a receber os interesses líquidos que lhes tocassem.”¹⁸⁰⁰ Para lhe descansar de qualquer ilegalidade que ferisse a proposta, consultara o seu advogado, o qual lhe assegurara a legalidade da situação.¹⁸⁰¹ Adiaram “a decisão de outros pontos.”¹⁸⁰² Mais tarde, João Borges Cordeiro haveria de ser contratado “depois de examinar do plantio do chá, se calcular mais aproximadamente os produtos prováveis e Vossa Excelência fixar a percentagem nos interesses ou honorários ou um misto de ambas as coisas.”¹⁸⁰³ Entretanto, “a contagem do chá demorou-se, apesar das minhas ordens, Vossa Excelência foi para as suas vinhas, eu voltei para as Furnas, sobrevieram as colheitas de milho, sempre laboriosas para mim, e logo depois de chegar em Novembro a esta Cidade, fiquei preso em casa com o incómodo, que depois se agravou depois de 20 de Novembro.”¹⁸⁰⁴

José do Canto, retido em casa pela doença e medo de recaída, continuou a gerir o negócio do chá: “(...) Continuei pois, sem mais nos entendermos, com o trabalho de construir, e prover de

¹⁷⁹⁶ CF. Arquivo da Família Agnelo Borges, Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, Ponta Delgada, 29 de Junho de 1891.

¹⁷⁹⁷ Arquivo da Família Agnelo Borges, Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, Ponta Delgada (?), 15 de Dezembro de 1891.

¹⁷⁹⁸ Idem.

¹⁷⁹⁹ Arquivo da Família Agnelo Borges, Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, Ponta Delgada, 18 de Abril de 1892.

¹⁸⁰⁰ Idem.

¹⁸⁰¹ Idem.

¹⁸⁰² Arquivo da Família Agnelo Borges, Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, Ponta Delgada, 18 de Abril de 1892.

¹⁸⁰³ Idem.

¹⁸⁰⁴ Idem.

todo o necessário, a oficina e suas dependências, com improbo trabalho, visto que tudo tenho ordenado do meu gabinete, com grande gasto de tempo e de paciência."¹⁸⁰⁵

Antes de 20 de Novembro de 1891, para acompanhar de perto o chá, José do Canto ponderara arrendar uma casa na Ribeira Grande.¹⁸⁰⁶ Confessou, a 22 de Março de 1892, a João Borges Cordeiroque, antes de adoecer com gripe, pensara, por lhe ser conveniente, arrendar uma casa próxima da Caldeira Velha, não o tendo concretizado devido ao estado de saúde, que se agravaria com o ar húmido; "(...) *mas parece-me que o mais provável, e quando muito, será o ir passar algum dia de bom tempo nas minhas plantações e deixar-me de cavalarias.*" José do Canto tinha consciência de que precisava de estar perto, mas "*Ainda mesmo que seja mal sucedida a minha experiência, prefiro isso a arriscar-me.*"¹⁸⁰⁷ No fundo, João Borges, ao propor o arrendamento de uma casa que preparara recentemente, não estaria a querer livrar-se do contínuo incómodo de José do Canto? Não se deve excluir estahipótese. Ou teria algum compromisso com o seu padrinho de casamento, Luís Corte Real Estrela que, entretanto, já andaria à volta do seu próprio chá?

A carta de 18 de Abril é decisiva para se perceber a estratégia gizada por José do Canto. Se na primeira carta, de 29 de Junho de 1891, José do Canto se mostrava apenas "*meio decidido*" a fazer a nova fábrica/oficina, como confidenciara a João Borges Cordeiro, na de 18 de Abril de 1892 estava completamente decidido. Apesar de cansado, estava atento e tomava as medidas adequadas a cada passo que dava. Ainda antes de avançar, terá pensado como geriria a oficina/fábrica para o futuro? A doença levava-o a pensar a sério na sua fatal mortalidade e, por conseguinte, na continuidade da empresa, ao referir "*a sua já avançada idade,*" e receio "*do fim natural da existência.*" José do Canto tinha à altura 70 anos e João Borges Cordeiro 46 para 47 anos. Dava "*a entender que os seus quatro herdeiros não tinham, infelizmente, entre si, toda a desejável harmonia.*" Do que resultava "*o temor de que, deixando-lhes uma fábrica em fase de arranque, contribuisse para um grande embaraço.*" Lembrando-se da má experiência recente que tivera, em sua vida, previa, por sua morte, uma provável pior ocorrência no futuro. José do Canto queria montar uma empresa com futuro. Com efeito, a sua má experiência levava-o a uma dedução dramática: "*Começa pela avaliação, depois pela partilha; segue-se a administração inexperiente e por fim a ruína.*"¹⁸⁰⁸

¹⁸⁰⁵ Idem.

¹⁸⁰⁶ Arquivo da Família Agnelo Borges, Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, Ponta Delgada, 22 de Março de 1892.

¹⁸⁰⁷ Idem.

¹⁸⁰⁸ Arquivo da Família Agnelo Borges, Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, Ponta Delgada, 18 de Abril de 1892.

Para servir de fiel (Inspector?) da fábrica/oficina, José do Canto escolhera João Jacinto da Câmara em Abril de 1892. Para mais ou menos o mesmo, convidara em Junho de 1891 João Borges Cordeiro. A esse respeito, Fernando Aires de Sousa escreveu que se numa primeira ocasião, em carta de 29 de Junho de 1891, admitindo as possibilidades da empresa, oferecia-lhe apenas “*uma boa remuneração,*” mais tarde, subira a parada. Estamos de acordo, com duas diferenças de opinião. Pressionado, José do Canto ofereceu, em Agosto de 1891, sociedade a João Borges Cordeiro, porém, a 18 de Abril de 1892, já menos pressionado, se este desistisse, José do Canto não se importaria muito. Além disso, no fundo, ao que parece, terá sido José do Canto que prescindiu dele. Mas fê-lo de forma gradual, delicada e pensada.

A três dias da decisão final acerca da colaboração, como homem de palavra, José do Canto abordou a questão. Conversara no Verão anterior, em Agosto, com João Borges Cordeiro sobre o fabrico do chá. Ficara combinado que, a partir da “*contagem do chá,*” José do Canto calcularia o montante a oferecer-lhe. Como até ao momento, por razões, que alega serem conhecidas de João Borges, não conseguira fazê-lo e não se atrevendo a oferecer-lhe menos de “*1 conto de réis,*” queria aguardar para o fim da experiência em Setembro. No entanto este, se mesmo assim, quisesse, poderia assumir o cargo e tomar imediatamente a inspecção daqueles serviços.”¹⁸⁰⁹ Poderia livremente inspecionar todos os livros de contas, ver as plantações e a fábrica/oficina. A carta de 18 de Abril convidava-o a dar opinião. No dia seguinte, ou porque João respondia à carta de 18 ou se antecipava a ela, José do Canto (a 19) dava resposta a João Borges Cordeiro: “*João Jacinto da Câmara, fiel da oficina de Chá, antes de partir para o seu destino, e antes de eu receber a carta de Vossa Excelência, já tinha sido instruído para dar a Vossa Excelência entrada franca naquele pequeno estabelecimento, quando o quisesse honrar com aquela visita.*”¹⁸¹⁰

Ao perguntar a José do Canto quem era João Jacinto da Câmara, João Borges Cordeiro pretendia conhecer o lugar que aquele lhe reservava nos seus planos. José do Canto começou por dizer: “*Ele foi por muitos anos meu criado* [isso já lho havia dito em carta anterior] *e casou com uma criada de minha casa (...).*”¹⁸¹¹ Servia José do Canto, pelo menos, desde 13 de Outubro de 1870, nos seus 20 e poucos anos.¹⁸¹² E, depois, para insinuar que João Jacinto não era rival, acrescentava: “*(...) Não sabe nada do ofício em que vai entrar, mas*

¹⁸⁰⁹ Arquivo da Família Agnelo Borges, Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, Ponta Delgada, 18 de Abril de 1892.

¹⁸¹⁰ Arquivo da Família Agnelo Borges, Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, Ponta Delgada, 19 de Abril de 1892.

¹⁸¹¹ Idem.

¹⁸¹² Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), [Registo de pagamento de ordenados de José do Canto], sem data [c. 1846?- c. 1872?]: “*João Jacinto da Câmara, entrou para o serviço de criado no dia 13 de Outubro de 1870 (...).*”

*é fiel e jeitoso. Lê e escreve, fala um pouco inglês e tem um filho que esteve até agora numa loja, e que é inteligente e bem-criado (...) Vossa Excelência pode andar por toda a parte que quiser.*¹⁸¹³ João Jacinto nascera nos Mosteiros e andaria na altura pelos 41 a 42 anos de idade.¹⁸¹⁴ Que iria fazer ao certo João Jacinto na Caldeira Velha? José do Canto não nos diz (pelo menos nada encontrámos), mas em 1900, o genro que era o procurador da cabeça de casal, ao descrever ao tio da mulher as funções de um auxiliar para João Jacinto, diz assim: *“(...) tudo o que for necessário, de manipulação, fiscalização e escrituração (...).”*¹⁸¹⁵ Seria isso que João Jacinto iria fazer sozinho. Ainda assim, José do Canto ia até ao limite das forças dos seus colaboradores, já não tinha a pesada tarefa de também se responsabilizar pela cultura, como tivera o pobre do Francisco de Melo.

Ainda que se desconheça a razão certa, João Borges Cordeiro não iria ser sócio de José do Canto, ainda assim, sinal de que tudo fora resolvido a bem, preservariam as suas boas relações. Talvez João Jacinto da Câmara, *“jeitoso”* como disse José do Canto, tenha aprendido depressa e saísse mais em conta ao patrão do que João Borges Cordeiro.

Era preciso fazer melhor chá. Em 1884, ao reagir ao artigo do *Diário de Lisboa*, José do Canto saberia que os frascos mal vedados não explicavam a deterioração do chá que enviara para a malograda exposição de Lisboa, mas que tal facto se devera à sua deficiente secagem. A partir daí, estava ciente de que teria de resolver a manipulação deficiente do chá. Por isso, pôs em andamento, logo em 1885, o processo que conduziria à contratação de outros práticos chineses. Por que não contratou Lau-a-Pan? Porque ficara provada à saciedade a sua deficiente formação. Em Abril de 1879, Ernesto do Canto já punha o dedo na ferida: *Lau-a-Pan não era oficial de 1.ª classe e Lau-a-Teng ignorava a sua arte.*¹⁸¹⁶ Em 1892, Gabriel de Almeida lançara uma acusação contundente: *“o mestre manipulador não sabia o perfeito processo de manufacturação do chá.”* O que, segundo ele, seria de esperar *“(...) em vista do preço do seu contrato.”* Ainda assim, *“Lau-a-Pan, o mestre, preparava bem o chá preto. Do verde é que parecia ignorar o melhor fabrico.”*¹⁸¹⁷

¹⁸¹³ Idem

¹⁸¹⁴ Cf. BPARPD, Óbitos, São Sebastião, Ponta Delgada, 22 de Agosto de 1900, fl. 24; http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/SMG-PD-SAOSEBASTIAO-O-1900-1911/SMG-PD-SAOSEBASTIAO-O-1900-1911_item1/P26.html

¹⁸¹⁵ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 259, Carta de Artur Hintze Ribeiro, Lisboa, a Eugénio do Canto, Ponta Delgada, 9 de Fevereiro de 1900.

¹⁸¹⁶ Cf. BPARPD, SPAM, Registo de Correspondência, 1860-1898, 30 de Abril de 1879, liv. 23, fls. 25- 25 v.

¹⁸¹⁷ Almeida, Ob. Cit., 1892; Francisco Maria Supico, As Escavações, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. III, 1995, p. 1030.

Gabriel de Almeida, em 1892, dava ainda conta da persistência dos defeitos na manipulação. Mau mestre fizera maus discípulos: *“A operação que deixa ainda muito a desejar é a do enrolamento. A aparência do chá, não satisfaz perfeitamente às exigências do comércio.”*¹⁸¹⁸ Em S. Miguel, continuava Gabriel, *“o pessoal habilitado,”* sabia-o porque vira, seguia o método mais rudimentar. Para além do defeito do enrolamento, *“a escolha das folhas e sua divisão para as diversas qualidades do chá (...),”* era outro grave defeito. Ao examinar-se *“algumas porções do chá exposto à venda,”* via-se *“claramente que o processo de enrolar”* fora *“defeituoso, que não houve(ra) cuidado e que não se pass(ara) o chá pelas diversas peneiras, afim de apresentar um produto perfeito.”* Para ele, era evidente que *“havendo mais esmero,”* o resultado seria outro. Em todo o caso, concluía Gabriel de Almeida, *“a infusão do chá é excelente, o que é devido em grande parte à qualidade da planta e do solo onde vegeta e exposição.”*

José do Canto, conhecendo bem o problema, sabia que havia que melhorar o enrolamento, a secagem e a escolha das folhas. Não o conseguira através da leitura de obras especializadas nem pelo que vira fazer a Lau-a-Pan nem ainda pela experiência conjunta com Francisco de Melo. Teria de inovar a gestão da fábrica/oficina, inovar o fabrico e a venda do chá. Por estas razões, entregou a cultura do chá ao seu feitor Manuel Pereira de Lima e, havendo falhado a contratação de João Borges Cordeiro, entregou a manipulação do chá a João Jacinto da Câmara. Iria construir uma nova fábrica/oficina de raiz, comprar máquinas de enrolar e secar chá e contratar Chon Sem e Lan Sam.

Provar-se-ia, muito mais tarde, que nem mesmo Chon Sem e Lan Sam, apesar de fazerem melhor chá verde do que Lau-a-Pan e Lau-a-Teng, não faziam chá verde ao gosto do mercado. Assim se explica o facto de, em 1909, os Herdeiros de José do Canto mandarem vir maquinaria para fabricar chá verde e Holland Porter para lhes ensinar a fazê-lo.¹⁸¹⁹ Por que razão não faziam bem o chá verde? Além da maior dificuldade técnico em o fazer, talvez se deva ao facto de o chá preto ser considerado *“as suitable only for foreigners and eventually dominated exports to Europe.”*¹⁸²⁰ Ora, Lau-a-Pan e Lau-a-Teng, em 1878 e Chon Sem e Lansam depois, em 1891, vieram da área de Macau onde dominava o chá preto para exportação. Esse facto acrescido do secretismo que envolvia o fabrico, talvez explique a menor qualidade do seu chá verde.

¹⁸¹⁸ Almeida, Ob. Cit., 1892, pp. 37-38

¹⁸¹⁹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 292, João Ferreira Ricca, Conta da Administração do Prédio em comum da Caldeira Velha, no ano Civil de 1909, 15 de Janeiro de 1908.

¹⁸²⁰ Standage, Ob. Cit., 2006, p. 186.

Contratação de Chon Sem e Lan Sam. Mal recebe a tão aguardada resposta do coronel Garcia, José do Canto avança. Recebera a confirmação de que o Coronel da Guarnição de Macau, António Joaquim Garcia, aceitava ser seu procurador em Macau. A notícia terá chegado à Ilha em Fevereiro ou Março de 1891.



[F. 61 - Planta da Península de Macau, 15 de Março de 1889]
Fonte: BPARPD, Biblioteca Digital/ Cartografia – Continentes/Ásia/ Macau, JMA-Cart-57

Para chegarmos tão perto quanto possível da data exata em que José do Canto terá recebido a boa nova de Macau, examinemos a carta de 15 de Abril de 1891, da firma Knowles & Foster, sediada no n.º 48 da rua Moorgate, em Londres. José do Canto valia-se dos serviços desta firma pelo menos desde Setembro de 1864, ocasião em que lhe fora recusado um pedido de empréstimo.¹⁸²¹ Esta empresa, primeiro chamada Foster Brothers, fora criada em 1828, dando origem, em 1853, à Knowles & Foster, que se especializou no comércio entre Portugal, Brasil e a Grã-Bretanha. Chegou a financiar por diversas vezes a própria Coroa portuguesa e o Imperador do Brasil.¹⁸²²

Por esta carta de 15 de Abril, fica-se ao corrente de que já existiam cartas anteriores tratando do assunto do chá. Assim, haviam escrito uma carta para José do Canto a 16 de Março e este, por seu turno, havia-lhes escrito outras duas, uma a 17 e outra a 31 de Março. Ora, se haviam escrito a José do Canto a 16 de Março é porque este lhes havia de ter escrito antes dessa data e se José do Canto lhes escrevera depois de receber a resposta de aceitação do coronel Garcia, isso poderá significar que ele tivesse tido conhecimento daquela esperada notícia ainda em Fevereiro ou já em Março de 1891.

¹⁸²¹ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.8/804, Carta de Knowles&Foster a José do Canto, Londres, 7 de Dezembro de 1864.

¹⁸²² Knowles & Foster London:

historyhttps://books.google.pt/books?id=Ly3oCwAAQBAJ&pg=PA28&lpg=PA28&dq=knowles+%26+Foster+London+history&source=bl&ots=zBM6K35OUH&sig=aWG_WNTob0V7aP539XSELB_zNK4&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwj6vcvR7JrMAhWBVhQKHWDmDdMQ6AEIjzAC#v=onepage&q=knowles%20%26%20Foster%20London%20history&f=false

A carta vinda de Londres datada de 15 de Abril, da Knowles & Foster, também nos informa de que José do Canto já havia recebido sementes e utensílios através daquela mesma firma. Esperavam “*que as sementes e utensílios [supomos que de chá] tenham saído ao seu agrado.*”¹⁸²³ Acrescentavam que teriam “*muito prazer em atender ao embarque dos Chineses (...).*” O que significa que o assunto já estivesse a ser tratado. E, continuando, dizem presumir que o seu agente em Macau lhes “*dará aviso em devido tempo da sua partida com nome do vapor em que saem a fim de podermos fazer os necessários arranjos neste lado.*”¹⁸²⁴

Dois dias depois da cartada firma londrina, a Firma Ferreira & Irmãos, em Lisboa, escreve para Macau a António Joaquim Garcia.¹⁸²⁵ Nesta carta de 17 de Abril, ficam assentes várias questões importantes. Refira-se que o que temos é a respostado Coronel Garcia, de 26 de Maio, a esta carta da Ferreira & Irmãos. Primeiramente, o Coronel Garcia era nomeado por José do Canto seu procurador em Macau: “*uma procuração do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor José do Canto, nosso comum amigo, residente na Cidade de Ponta Delgada (...).*” Assim, poderia contratar os dois chineses. E, “*juntamente um cheque sobre Londres endossado a meu favor [Coronel Garcia] na importância de Libras 180 que o mesmo Senhor José do Canto põe à minha disposição (...).*” Assim teria igualmente dinheiro suficiente para realizar o contrato, pagar as passagens dos chineses e provavelmente retirar a sua comissão. José do Canto iria receber “*daqui [Macau, não Hong-Kong] dois chinas manipuladores de chá e os respectivos utensílios.*”¹⁸²⁶

Com a data de Abril - sem adiantar o dia exato -, o genro de José do Canto, Artur Hintze Ribeiro, felicitava de Lisboa o sogro em São Miguel pela boa notícia que, finalmente, chegara de Macau: “*(...) Estimo saber que o coronel Garcia tenha finalmente respondido à sua carta, prestando-se a coadjuva-lo no seu empreendimento (...).*”¹⁸²⁷ Como político que se prezava, usou as palavras apropriadas ao momento, momento charneira na vida empresarial do sogro: “*se conseguir realizá-lo com bom êxito além do interesse que daí há a tirar representará por certo um valioso serviço prestado à Ilha, pela nova indústria lá introduzida.*”

Pormenores da contratação: Quando José do Canto, talvez em finais de Junho ou inícios de Julho, tomou conhecimento do teor da carta de Macau de 26 de Maio atrás referida, terá

¹⁸²³ Sousa, Nestor, Ob. Cit., 2000, p. 286. [UA., JC, Carta com referência às sementes e utensílios enviados e à disponibilidade de tratar do reembarque dos chineses de Londres para Ponta Delgada]

¹⁸²⁴ Idem: [UA., JC, Carta com referência às sementes e utensílios enviados e à disponibilidade de tratar do reembarque dos chineses de Londres para Ponta Delgada]

¹⁸²⁵ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.8/724, Carta de António Joaquim Garcia a Ferreira Irmãos, Macau, 26 de Maio de 1891.

¹⁸²⁶ Idem.

¹⁸²⁷ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/cx. 224, 14430-C, Carta de Artur Hintze Ribeiro a José do Canto, Lisboa, Abril de 1891.

ficado a saber que o coronel Garcia, já na posse do cheque e da procuração que lhe havia passado, dera andamento ao que lhe pedira através da Ferreira & Irmãos. Primeiramente, dava conta dos dinheiros: “*Vou mandar para Hong-Kong e direi oportunamente a V. [Ferreira e Irmãos] quanto rendeu em patacas, em cuja moeda se fazem aqui todas as transacções.*”¹⁸²⁸ Como qualquer bom solícito procurador, aguardava por novas instruções de José do Canto, dizendo: no “*próximo pacote espero receber instruções do Senhor Canto (...).*” Enquanto não chegasse, iria “*tratando já dos seus negócios, parecendo-me que os Chinas irão daqui melhor por via de Manila e dali directamente a Lisboa com destino à casa de V.*”¹⁸²⁹

Entretanto, José do Canto só terá ficado a par das diligências feitas em Lisboa e em Macau, em resultado das suas instruções de 17 de Abril, pela carta de 4 de Julho de Ferreira e Irmãos. Haviam, entretanto, decorrido mais de dois meses: “*(...) Estamos na posse da estimada carta de Vossa Excelência de 17 de Junho último, que acompanhou a nossa C (C n.º 2904), com a sua aprovação, o que muito agradecemos. Incluímos cópia da carta que recebemos de Macau do Senhor António Joaquim Garcia.*”¹⁸³⁰

A partida dos dois chineses de Macau rumo à Ilha de São Miguel estaria eminente. Quinze dias depois de escrever a carta de 30 de Setembro, a 15 de Outubro a Firma Knowles & Foster acusava a receção de uma carta de José do Canto, de 29 de Setembro, que pode ser a resposta deste à carta que aquela firma lhe escrevera a 15 de Setembro. E já obtivera resposta à pergunta de José do Canto, de 29 de Agosto, acerca dos chineses. Sempre a servir de intermediária, informava-o de que recebera “*(...) Do Senhor António Joaquim Garcia, de Macau, recebemos aviso de que os dois Chineses partirão para Londres pelo próximo vapor de Hong Kong, e devem chegar aqui perto do fim do mês corrente, [Outubro] (...).*”¹⁸³¹ e os nomes dos dois eram “*Lan sam e Chon sem.*”¹⁸³² Escolhemos a versão do nome dos dois chineses do Coronel Garcia.¹⁸³³ Indo ao encontro da provável ansiedade de José do Canto, asseguravam-

¹⁸²⁸ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.8/724, Carta de António Joaquim Garcia a Ferreira Irmãos, Macau, 26 de Maio de 1891.

¹⁸²⁹ Idem.

¹⁸³⁰ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.6/583, Carta de Ferreira Irmãos a José do Canto, Lisboa, 4 de Julho de 1891.

¹⁸³¹ Sousa, Nestor, Ob. Cit., p. 289. [UA., JC, Presumíveis embarque em Hong Kong e chegada a Londres dos dois Chineses contratados por José do Canto para a sua produção de chá em S. Miguel]. Confirmado. Nota posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018: Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta da Firma Knowles & Foster, Londres, a José do Canto, São Miguel via Lisboa, 15 de Outubro de 1891, fl. 1.

¹⁸³² Idem: [UA., JC, Presumíveis embarque em Hong Kong e chegada a Londres dos dois Chineses contratados por José do Canto para a sua produção de chá em S. Miguel]. Confirmado. Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta da Firma Knowles & Foster, Londres, a José do Canto, São Miguel via Lisboa, 15 de Outubro de 1891, fl. 1.

¹⁸³³ Vamos nos entender como grafar o nome deles. Para o coronel António Joaquim Garcia, Procurador de José do Canto, em Macau, seria Lansam e Chonsem; para João Jacinto da Câmara, que trabalharia com eles na Caldeira Velha, o mais novo, seria Chong-sing; Nestor de Sousa, que leu as cartas, opta pelo nome que António Joaquim Garcia lhes atribui, Lansan e Chonsem; Fernando Aires grafa, Lum Sum e Chum e Isabel Albergaria segue a grafia de Fernando Aires. Ainda que possa não ser a mais correcta transcrição do Chinês para Português, pelo facto de

lhe que “logo que cheguem aqui trataremos do reembarque deles para Lisboa, dando a Vossa Senhoria o respectivo aviso.”¹⁸³⁴

De onde vieram exatamente? Terão vindo de Macau para São Miguel com escalas em Hong-Kong, Londres e Lisboa. Apontamos três razões para terem vindo de Macau. Primeira razão: a Knowles & Foster enviava “(...) para Macau a remessa semestral de dinheiro (...) às famílias dos chinas.”¹⁸³⁵ Ainda assim, poderiam ter família a residir em Macau e trabalharem em Hong-Kong. Será provável que a procuração passada por José do Canto ao Coronel Garcia vá para Macau, não para Hong-Kong. Nada nos diz que não tenha sido escrita em Português. Segunda, Macau chegara a dispor de 15 fábricas de chá. Terceira, era normal o chá e demais mercadorias de Macau virem por Hong-Kong.¹⁸³⁶

Não esquecer que Macau, apesar de ter perdido o monopólio do chá para os Ingleses, apesar de não cultivar chá, continuava a ser uma cidade com bastantes interesses no chá: tinha fábricas onde se transformava a folha verde vinda do interior da China ou dava nova forma ao chá feito da mesma origem. Caso nada invulgar, pois fazia-se o mesmo em outros locais, por exemplo no Japão, como no-lo diz Wenceslau de Moraes em 1905.¹⁸³⁷

Por que razão José do Canto terá escolhido técnicos chineses em vez de indianos do Assam, javaneses ou japoneses? Apesar de não haver documento a esse respeito, poder-se-á admitir como plausível que o tenha feito porque, na altura, toda a gente contratava chineses pelo facto de serem considerados os melhores na matéria: cultivo e produção. Para José do Canto o saber, bastaria ler os livros de que dispunha na sua Biblioteca ou a imprensa britânica que assinava. Por que terá contratado Lan sam e Chon sem? Porque confiou nos conhecimentos do Coronel Garcia. Este, ao contrário do que sucedera com a contratação de Lau-a-Pan e Lau-

ser mais próxima no espaço e no tempo, adoptaremos, a té melhor solução, pela versão do Coronel António Joaquim Garcia: Lan Sam e Chon Sem.

¹⁸³⁴ Sousa, Ob. Cit, 2000, p. 289. [UA., JC, Presumíveis embarque em Hong Kong e chegada a Londres dos dois Chineses contratados por José do Canto para a sua produção de chá em S. Miguel].

¹⁸³⁵ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.8/725, Carta de António Joaquim Garcia a José do Canto, Lisboa, 26 de Maio de 1893.

¹⁸³⁶ Em 1889, o representante Parlamentar de Macau em Lisboa, Horta e Costa dizia que “(p.527) o chá proveniente de Macau não vem directamente para Portugal, vai para Hong-Kong para dali ser transportado para Inglaterra (...).’ Dizia ainda que “Ha ali um grande numero de fabricas importantes onde o chá, vindo do interior quasi em bruto, ou preparado e passado por tantas operações successivas, de modo a sofrer uma alteração tão completa, que quase deverá ser esquecida a sua classificação primaria, para ser considerado apenas como um producto da industria daquella colónia. Ainda ha pouco tempo havia ali, e creio que ainda hoje ha, quinze fábricas onde trabalhavam cento e vinte operários fixos e oitocentos e cincoenta e três avulsos, dos quaes trezentos quarenta e oito eram homens e quinhentas e cinco mulheres, e isto ainda além de trezentos outros, empregados em carretos e transportes (...).’ Câmara dos Deputados, 3 de Maio de 1889, pp. 523-524, 528; Visto em 22 de Abril de 2015; <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1889m05d03-0524&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

¹⁸³⁷ Moraes, Wenceslau de, *O Culto do Chá*, Padrões Culturais Editora, Lisboa, 2007, p.29.

a-Teng, estaria bem dentro do assunto do chá? É provável. Inicialmente, passados apenas dois meses da sua chegada a S. Miguel, a 11 de Fevereiro, conforme escreveu ao coronel Garcia para Macau, José do Canto estava “*satisfeito com os dois chinas.*”¹⁸³⁸

Porém, passado outro tanto tempo, em 18 de Abril de 1892, perante novos desafios, José do Canto, sem outras provas dadas, nas vésperas de começar a fazer chá, mantinha uma opinião expectante e prudente: “(...) *Não sei se os Chineses são bons manipuladores; não sei se têm tudo quanto precisam para bem trabalhar (...).*”¹⁸³⁹ Só descansaria quando recebesse a resposta à carta que escrevera “*para o Senhor António Joaquim Garcia e*” e conhecesse o resultado da avaliação dos “*dois pacotes com amostras de Chá,*” que lhe enviara, “*os quais já encaminhamos [Knowles & Foster de Londres] para Macau [antes de 14 de Maio de 1892].*”¹⁸⁴⁰ Tanto quanto se sabe, a resposta terá chegado um ano depois: “(...) *A Vossa Excelência não lhe deve restar dúvida alguma de que o seu chá é muito bom, não o devendo preocupar mais a sua qualidade.*”¹⁸⁴¹ Chon sem e Lan sam seriam mesmo bons manipuladores como o coronel Garcia afirmava? Não seria exagero por ser o responsável pela sua contratação? Ao que parece, eram bons mesmo, pelo menos melhores do que Lau-a-Pan e Lau-a-Teng.

Notícias da vinda de Chon sem e Lan sam. Pela sua própria natureza, sempre à espreita de novidades, a imprensa, no caso a de Ponta Delgada, revelava o que José do Canto pretendia inicialmente manter em segredo, e que agora, já decidido, não poderia nem desejaria ocultar. Afinal a carta que recebeu com a notícia fora-lhe endereçada: “*o ilustre cavaleiro José do Canto espera brevemente dois chinos que mandou contratar para manipularem chá nesta Ilha.*”¹⁸⁴² *A Persuasão* divulgava o que já antes o *Diário dos Açores* divulgara. Caíra o sigilo que em Junho último José do Canto pedira a João Borges Cordeiro. Caíra também a indecisão que confessara ao mesmo em fazer uma nova fábrica/oficina, pois estava decididamente lançado nela.

Em carta de 16 de Novembro de 1891, a Firma Kowles & Foster confirmava que Lan sam e Chon sem haviam chegado a Londres de Hong Kong naquela data, a bordo do vapor

¹⁸³⁸ Cf. Fotocópia de Jacinto Fernandes Gil, SDASM, Carta de António Joaquim Garcia, Macau, a José do Canto, Ponta Delgada, 27 de Abril de 1892, fl.1.

¹⁸³⁹ Arquivo da Família Agnelo Borges, Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, Ponta Delgada, 18 de Abril de 1892.

¹⁸⁴⁰ Sousa, Ob. Cit, 2000, p. 295. [UA., JC, Envio de amostras de chá produzidas por José do Canto para o governador de Macau, via Londres].

¹⁸⁴¹ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.8/725, Carta de António Joaquim Garcia a José do Canto, Lisboa, 26 de Maio de 1893.

¹⁸⁴² *A Persuasão*, Ponta Delgada, 28 de Outubro de 1891, p. 4.

Britânico Glenartney.¹⁸⁴³ A previsão de chegada a Londres para finais de Outubro não se verificara.¹⁸⁴⁴ Haviam chegado, pelo menos duas semanas depois do previsto e *“tarde de mais para eles apanharem vapor que chegaria em Lisboa em tempo para seguirem no vapor de lá em 20 [de Novembro, numa sexta-feira] do corrente para os Açores.”*¹⁸⁴⁵ A perda da ligação com Lisboa, por seu turno, provocaria novo atraso de duas semanas, que causaria novo agravamento ao custo inicial do projeto previsto: alojamento e alimentação em Londres e outro tanto em Lisboa. Com efeito, iriam só a tempo de seguir no *“vapor açorense de 5 [Sábado] de Dezembro pf.”*¹⁸⁴⁶



[F. 62 - Steamship (Navio) Glenartenay]

Fonte: <https://www.ebay.com/itm/SUEZ-CANAL-STEAMSHIP-GLENARTNEY-SINGAPORE-HONG-KONG-CHINA-TEA-BOAT-GIBRALTER-/360192686875>

O vapor *Glenartney* era de construção recente. Fora construído dois anos antes, em 1889, nos estaleiros navais de James Laing, Deptford Yard, Sunderland. Quatro anos depois desta viagem, em 4 de Setembro de 1896 ou data próxima, navegando pelo Canal de Suez, deflagraria a bordo um incêndio, causando prejuízos.

Com os dois chineses, viera parar às mãos de Knowles & Foster uma carta do Coronel Garcia, em que *“o Sr. Garcia”* explicava a razão pela qual haviam acabado por embarcar no Glenartney. Eis a explicação dada e transmitida por aquela firma a José do Canto: *“(…) não podiam seguir no vapor a que ele se referiu [não sabemos qual], tendo a Companhia de vapores recusada (sic) aceital-os com receios de que passassem mal com o frio depois de saírem os mares tropicais (X chamada no original, para o fim da página, que diz: por não terem bom abrigo na coberta).”*¹⁸⁴⁷ Pelo que, concluindo a explicação, dizia o Coronel Garcia, foram *“embarcados no vapor Glenartney em 2.^a classe.”* Haviam recebido também, não no Glenartney mas no Cyclops, destinando-se ao projeto do chá, *“dos Senhores Brandão e C, de*

¹⁸⁴³ O Vapor Britânico Glenartney

<http://www.plimsoll.org/resources/SCCLibraries/WreckReports/17140.asp?view=text>

¹⁸⁴⁴ Sousa, Ob. Cit., 2000, p. 181: *“(…) admitia-se estivessem na capital da Inglaterra perto do fim do mês de Outubro (Doc. 54).”*

¹⁸⁴⁵ Sousa, Ob. Cit., 2000, p. 290 [UA., JC, Chegada a Londres dos Chineses, via Lisboa, para Ponta Delgada].

¹⁸⁴⁶ Idem.

¹⁸⁴⁷ Idem.

*Hong Kong (...) o conhecimento de 3 caixas com folhas de papel pintado embarcadas por estes Senhores no vapor Cyclops.” E, “por ordem do Senhor Garcia, e na chegada aqui faremos o necessário.”*¹⁸⁴⁸



[F. 63 - Navio Açor, 1891]

Fonte: <http://photos1.blogger.com/blogger/140/236/320/Antero1-A%3F%3For.jpg>

Lan sam e Chon sem chegaram finalmente à vista de São Miguel numa terça-feira, dia 8 de Dezembro de 1891, a bordo do Vapor *Açor*.¹⁸⁴⁹ De Londres a Lisboa e de Lisboa a Ponta Delgada haviam decorrido dezoito dias. Dias de Inverno. Como era hábito, o *Diário dos Açores* publica, no dia seguinte à chegada, a lista dos passageiros vindos de Lisboa, onde não constam os nomes de Lan sam e de Chon sem.¹⁸⁵⁰ O interesse foi generalizado. Ernesto do Canto (muito provavelmente foi ele) acusaria, em termos veementes, em nota ao exemplar que adquirira, o mais tardar a partir de 1892, Gabriel de Almeida por omitir aquele tão importante acontecimento: “*O autor parece que anda viajando na lua. Sabe tudo e ainda alguma coisa mais, mas ignora que José do Canto montou uma grande fábrica na Ribeira Grande, que em 8 de Dezembro (?) de 1891 desembarcaram outros dois chineses, etc.. (?) Com refinada velhacaria oculta a verdade para dar maior relevo àqueles a quem faz surumbaias (?)*.”¹⁸⁵¹

E mais, logo a 4 de Dezembro, ainda antes da sua chegada à Ilha, o *Diário Illustrado*, de Lisboa, divulgava aos seus leitores: “*Chegaram a Lisboa dois chinos contratados em Macau por conta do opulento proprietário açoriano sr. José do Canto, para irem praticar na Ilha de S. Miguel a cultura e manipulação do chá.*”¹⁸⁵² A 15 de Dezembro, ainda antes da notícia de *A Persuasão*, a Ilha do Faial fica a saber pelo seu jornal *Açor*, de que “*vieram de Londres, dois chins, de nome Chongsinp e Longonson Tonsing, que seguem viagem para S. Miguel, onde vão ensinar o preparo do chá que naquela Ilha se cultiva.*”¹⁸⁵³ A 18, é a vez de a Ribeira Grande,

¹⁸⁴⁸ Idem.

¹⁸⁴⁹ *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 9 de Dezembro de 1891, p. 3: “*Entrou ontem de Lisboa o vapor português Açor, com carga geral, malas e passageiros.*”

¹⁸⁵⁰ Idem, p. 3: “*(...) Passageiros do Açor, Vieram de Lisboa para esta Ilha (...) (não consta os nomes dos 2 chineses).*”

¹⁸⁵¹ Almeida, Ob. Cit., 1892, p. 25.

¹⁸⁵² *Diário Illustrado*, Lisboa, sexta-feira, 4 de Dezembro de 1891, p. 3.

¹⁸⁵³ *O Açor*, Horta, terça-feira, 15 de Dezembro de 1891, p.2.

palco central desta nova experiência, através do seu jornal *A Estrela Oriental*, talvez repicando o que saíra em *A Persuasão*, ficar ao corrente: “*Chegaram a Ponta Delgada dois chineses que o Ex. m^o Sr. José do Canto mandou contratar para fabricarem o chá da sua vasta cultura.*”¹⁸⁵⁴ A 19, era Vila Franca do Campo a ficar ao corrente da notícia, através do seu jornal *A Liberdade*: “*Chinezes. – No vapor Açor chegaram dois chineses convidados pelo Ex. m. Sr. José do Canto para a manipulação do chá produzido nas suas propriedades.*”¹⁸⁵⁵



[F. 64 - Na realidade: Lansam e Chonsem]
Fonte: Colecção Particular

A fotografia, sem data nem referência ao local onde Lan sam e Chon sem foram fotografados, revela-nos dois homens maduros de feições orientais trajando à oriental: apesar dos chapéus e do calçado à ocidental, usam calças e casacos à oriental. As calças e os casacos são bastante largos. Chon sem usa um chapéu de marinheiro e Lan sam um de camponês europeu. Ambos ostentam rostos duros e reservados. Quando tiraram a fotografia? Teria sido antes de serem contratados ou já teria sido na Ilha? Teria sido tirada ainda na Ásia e enviada a José do Canto? Por que tiraram a fotografia?¹⁸⁵⁶ Que se saiba, não tiraram fotografia ao técnico Inglês. Tiraram à fábrica, à plantação, à volta da fábrica e a Lan sam e Chon Sem. Uma questão de prestígio: a SPAM, associação privada, fizera-o, fazia-o agora, um privado, José do Canto?

Lansam, segundo João Jacinto da Câmara, o mais velho, era ligeiramente mais alto do que Chon Sem. Pelo menos numa ocasião, desentenderam-se, tendo “*Chon-sem dado um soco ou bofetada no velho, que o deitou no chão, fazendo algumas pequenas contusões no joelho e*

¹⁸⁵⁴ *A Estrela Oriental*, Ribeira Grande, sexta-feira, 18 de Dezembro de 1891, p. 3.

¹⁸⁵⁵ *A Liberdade*, Vila Franca do Campo, 19 de Dezembro de 1891, p. 2.

¹⁸⁵⁶ Acerca da fotografia nos Açores, aconselha-se Enes, Carlos, *Fotografia nos Açores: dos primórdios ao terceiro quartel do século XX*, 2011; Melo, Pedro Pascoal de, Paulo Farias, *José Pacheco Toste e a Photographia Central*, in *Açoriano Oriental*, 13 de Novembro de 2013, p. 17.

braço."¹⁸⁵⁷ Um deles, não se sabe qual, que gostava de descer todas as semanas à Ribeira Grande, deixara em 1892 (?) uma dívida por pagar no estabelecimento de Lídia Higina Dutra Jordão, na rua de Nossa Senhora da Conceição (casa azulejada com o cronograma de 1874).¹⁸⁵⁸ E que, em 1919, já estavam de volta à sua terra natal desde 1894, ainda não fora saldada.¹⁸⁵⁹ E, "*um deles fume[ava] ópio.*"¹⁸⁶⁰ É muito pouco consistente e bastante fragmentado o que se sabe deles, para lhes definir o carácter e a personalidade. Não diremos o mesmo da sua capacidade técnica, como veremos.



[F. 65 - Doca de Ponta Delgada c. 1894]

Fonte: BPARPD, Arquivo Digital/ Pasta Fotografia – Rene Masset, Doca_Pormenor

Havendo desembarcado a 8 de Dezembro de 1891, a 29, *Chon sem* e *Lan sam* recebem adiantado o ordenado de Janeiro de 1892, que era o "(...) 1.º do contrato --- 40\$000/ 1892 Janeiro."¹⁸⁶¹ A um dia de findar o mês de Janeiro, António Joaquim Garcia pagava, certamente em Macau, "*às famílias dos Chinas manipuladores de chá, incluindo mais 2 dias do mês antecedente.*" De novo, procede a pagamentos idênticos a 29 de Fevereiro e a 31 de Março.¹⁸⁶² Uma semana depois da chegada à Ilha, tanto a casa onde iriam habitar junto à fábrica/oficina como a fábrica/oficina onde iriam trabalhar, não se encontravam devidamente prontas. As coisas não haviam corrido tão mal no tempo da SPAM, terá pensado José do Canto com alguma razão.

E, no entanto, a julgar pelo que mandou dizer, não terá sido fácil ao coronel Garcia satisfazer os pedidos de José do Canto. A carta de 27 de Abril, de 1892, talvez recebida na Ilha em Julho, poderá reflectir o ambiente de confrontação social que se vivia em Macau ao tempo da

¹⁸⁵⁷ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, Carta de João Jacinto da Câmara a José do Canto, Pico Arde, Ribeira Grande, 6 de Julho de 1892.

¹⁸⁵⁸ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.15/1467 RES, Cartão de Lídia Higina Dutra Jordão a José Machado, Ribeira Grande, 1892?: "*Excelentíssimo Senhor José Machado/ Estamos admirados não se receber a dívida dos Chinas, pois há tanto tempo veio a procuração do Alfredo para se tratar daquele serviço. O tal (fl. 1 v) china vem todas as semanas a esta vila era bom avisá-lo para ir aí ao cartório para se desembaraçar isso. De Vossa Excelência obrigada/Lídia Higina Dutra Jordão.*"

¹⁸⁵⁹ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.15/1466 RES, Cartão de Alcida Belmira Dutra Jordão a José Machado, Ribeira Grande, 28 de Fevereiro de 1919.

¹⁸⁶⁰ Cf. Fotocópia de Jacinto Fernandes Gil, SDASM, Carta de António Joaquim Garcia, Macau, a José do Canto, Ponta Delgada, 27 de Abril de 1892, fl.1.

¹⁸⁶¹ Sousa Aires, Ob. Cit., 1982, pp.156-161.

¹⁸⁶² Cf. Fotocópia de Jacinto Fernandes Gil, SDASM, Carta de António Joaquim Garcia, Macau, a José do Canto, Ponta Delgada, 27 de Abril de 1892, fl.2.

contratação dos dois Chineses. José do Canto pedira, depois de 11 de Fevereiro e antes de 27 de Abril, urgentemente para Macau através de telegrama 500 tabuleiros de bambu. Garcia obteve-os, de Cantão, após um tremendo esforço da sua parte: “(...) devido a uma greve geral feita pelos Chinas, que ascendem a 70.000 nesta cidade, fechando todas as lojas, e sem haver que comer. Toda a força armada esteve de prevenção nos quartéis, e eu sem poder arranjar carregadores, sendo preciso empregar uma escolta para acompanhá-los e os 20 volumes dos tabuleiros para bordo do vapor. Estou pois cansadíssimo como deve imaginar, por ter passado 4 noites sem dormir, pela responsabilidade que sobre mim pesava, e manter o sossego público com a necessária prudência para não se dar a explosão quase eminente.” E conclui apreensivo quanto ao futuro de Macau: “Receio porém que esta cena se repita se o Governo da Metrópole não atender às justas reclamações dos Chinas. (...) administrar-se bem as nossas colónias se imitássemos os ingleses, em vez de macaquearmos mil coisas, que vamos buscar ao estrangeiro. Macau tem um grande (...) e não precisa de mais exclusivos.”¹⁸⁶³ Era, pois, tremenda a crispacção social em Macau.

Comparando Lan sam e Chon sem com Lau-a-Pan e Lau-a-Teng. Ressalvando a distância de treze anos, para melhor perceber os dois empreendimentos, achamos útil analisar o contrato celebrado em 1878 entre a SPAM e Lau-a-Pan e Lau-a-Teng e o que conhecemos do celebrado (não dispomos do contrato formal, apenas elementos que nos levam a reconstituí-lo, com alguma aproximação possível) em 1891, entre José do Canto e Lan sam e Chon sem.¹⁸⁶⁴ Lau-a-Pan fora contratado pela SPAM “(...) como mestre cultivador e fabricante (...) por (...) um ano”¹⁸⁶⁵ e Lau-a-Teng “(...) como ajudante do mestre Lau-a-Pan para coadjuvar no ensino da cultura e fabricação de chá (...) por tempo de um ano.”¹⁸⁶⁶ Por cada mês de trabalho, o primeiro recebia da SPAM 40\$000 rs e o segundo 25\$000 rs.¹⁸⁶⁷ Lan sam e Chon sem foram contratados por José do Canto como “manipuladores de chá (...)”¹⁸⁶⁸ Lan sam e Chon sem recebiam os mesmos 20\$000 rs mensais.¹⁸⁶⁹ Fruto, provável, da lição

¹⁸⁶³ Cf. Fotocópia de Jacinto Fernandes Gil, SDASM, Carta de António Joaquim Garcia, Macau, a José do Canto, Ponta Delgada, 27 de Abril de 1892, fls.1-1v.

¹⁸⁶⁴ Para chegar ao Arquivo de Macau e apurar da existência ou não deste contrato, de 2012 a 2017, fizemos várias diligências. Não obtivemos qualquer resposta. Virámo-nos para a Universidade de Macau, o resultado foi o mesmo: nada. Tentámos o concurso de alguém que conhecesse alguém em Macau, a Revista de Macau, que nos tinha pedido uma entrevista: nada. Movemos conhecimentos: de conhecimento pessoa (José António Cordeiro, que lá trabalhou durante muitos anos ou Eduardo Tavares ou ainda uma colega. Chegámos a uma conclusão: contactar Macau, ressalvando as devidas proporções, é mais difícil do que obter sinais do planeta Neptuno. Até que Antonieta Rocha, antiga professora em Macau, foi este Verão de 2016 e procurou no Arquivo e no Leal Senado: não encontrou no período em apreço. Indício de que terá sido feito em Hong-Kong?

¹⁸⁶⁵ Cf. BPARPD, SPAM/0106.51, Guia, 12 de Novembro de 1877.

¹⁸⁶⁶ Cf. BPARPD, SPAM/0106.52, Guia, 13 de Novembro de 1877.

¹⁸⁶⁷ Cf. BPARPD, SPAM/0106.40, Conta de despesa enviada pelo Governador Civil de Macau ao Presidente da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, Macau, 9 de Janeiro de 1878. Cf. BPARPD, SPAM/0106.40

¹⁸⁶⁸ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.8/724, Carta de António Joaquim Garcia a Ferreira Irmãos, Macau, 26 de Maio de 1891.

¹⁸⁶⁹ Sousa Aires, Ob. Cit., 1982, pp.156-161.

retirada da primeira experiência, José do Canto introduziu no seu contrato algumas diferenças substanciais: enquanto os primeiros dois permaneceram ano e meio na Ilha, os segundos iriam ficar dois anos e qualquer coisa; enquanto os primeiros, além da manipulação do chá, acumulavam a obrigação de se dedicarem à cultura e ensino dos locais, os segundos apenas se destinaram à manipulação; além do mais, eram 65\$000 rs mensais para os primeiros, enquanto os segundos recebiam um total de 40\$000, ou seja (não se sabe se houve ou não desvalorização), comparando à SPAM, José do Canto pagava menos 25\$000 rs mensais.

Que fazem os chineses enquanto a fábrica/oficina não está pronta? Chon sam e Lan sem não estariam de braços cruzados aguardando a conclusão das obras da fábrica/oficina, pois, havia muito trabalho de preparação a fazer. Entre muitas tarefas, destaca-se uma bastante crucial: verificar se os instrumentos e as sementes recebidos de Macau haviam chegado em quantidade e em boas condições. Os instrumentos poderiam ter sofrido danos nos quatro embarques e quatro viagens de Macau a Hong-Kong, de Hong-Kong a Londres, de Londres a Lisboa e de Lisboa a Ponta Delgada e poderiam necessitar de reparação. Exemplo disso é a nota de pagamento de 8 de Janeiro, que se referirá a serviço prestado de 8 de Dezembro a 8 de Janeiro, provavelmente a 8 de Dezembro, a Virgílio A. de Sousa: “(...) [\$500 de] *frete de um barco a ir a bordo do Açores com os dois chineses (...).*”¹⁸⁷⁰ Uma ida a bordo do *Açor* para trazer para terra em segurança instrumentos e sementes? É provável. Poder-se-ia até, copiando por uns, fazer outros.¹⁸⁷¹ Recorrendo à sua provável experiência de trabalho em fábricas e em plantações de chá, José do Canto terá confrontado as suas ideias com as práticas deles, dando até opinião, se fosse preciso. Foi o que aconteceu, mas com mau resultado, resultante de possível falha na comunicação: “*a poda [de 1891-1892] foi muito tardia, e algum terreno não foi podado, por insinuação mal entendida dos Chineses.*”¹⁸⁷²

¹⁸⁷⁰ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/Documentação não tratada, [Caderno de registo da receita e despesa - 1892-1894], 8 de Janeiro de 1892.

¹⁸⁷¹ Só alguns exemplos, conforme Inventário de 1898: Para peneirar: Um *peneiro com rede de arame para peneirar chá (...)*; Para murchar chá: “*Duas armações de pinho resinoso para sustentar tabuleiros de murchar chá; Cento e oitenta e quatro tabuleiros de madeira e pano para murchar chá; Cestos: Quarenta e oito cestos fomos (?) poylongs (...); Quarenta cestos para tirar chá (...); Doze cestos grandes para transportar folha verde; Cem corações de cestos fomos (...); Peneiros: “Dez peneiros de bambu, número dois (...); Quatorze peneiros de bambu, número três (...); Quatorze peneiros de bambu, número quatro (...); Dezoito peneiros de bambu, número cinco (...); Vinte peneiros de bambu, número seis (...); Vinte e quatro peneiros de bambu, número sete (...); Trinta peneiros de bambu, número oito (...); Trinta peneiros de bambu, número nove (...); Quarenta peneiros de bambu, número dez (...); Vinte peneiros de bambu, número onze (...); Seis peneiros de bambu, número doze (...); Quatro peneiros de bambu, número treze (...); Dois peneiros de arame (...).*”

¹⁸⁷² Arquivo da Família Agnelo Borges, Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, Ponta Delgada, 18 de Abril de 1892.

5.3 - A Nova fábrica/oficina da Caldeira Velha

Não se conhece nem o dia nem o mês exatos em que José do Canto deu início à construção da nova fábrica/oficina de chá, porém, é relativamente seguro afirmar-se que terá sido algum tempo antes da ordem de pagamento, de 23 de Maio de 1891, de “*cunhais, [e] cabouqueiros, 15, 3\$750 (...)*”¹⁸⁷³ Poderá deduzir-se que, logo depois de pedir instrumentos e os dois chineses para Macau, e antes de tomar conhecimento do teor da carta de 26 de Maio do coronel Garcia, José do Canto terá começado a construir a nova infraestrutura.

Dispomos de dois documentos para conhecermos a estrutura da fábrica/oficina no tempo de José do Canto. O primeiro vem datado de 17 de Abril de 1892, foi escrito por José do Canto, e denomina-se *Instruções para o inspector da oficina de chá da Caldeira Velha*.¹⁸⁷⁴ (Vide Doc. N.º 14 – ANEXO, p. 73 - A) O segundo é uma Planta, sem data nem escala, de uma fábrica/oficina de chá com respetiva legenda.¹⁸⁷⁵ É manuscrita e, habituados à leitura das cartas de José do Canto, parece-nos que a caligrafia é a do próprio José do Canto. (Vide Doc. N.º 15 – ANEXO, p. 76 - A)

As Instruções de 17 de Abril identificam uma oficina e quatro barracões construídos “*diante das Casas Velhas*.” Um primeiro barracão, implantado à “*direita da servidão, encostado à servidão*,” possui dois paióis, um para guardar o carvão e outro para a lenha, uma casa para depósito de materiais e outra para armar caixas. Um segundo barracão, situado à esquerda da servidão, dispunha de duas casas, uma destinada a servir de refeitório, local de dormida e guarda da roupa dos trabalhadores. Um terceiro, igualmente à esquerda da servidão, possuía uma casa para Manuel Pereira de Lima, outra para o descanso e refeitório dos rapazes, e um último, com o mesmo destino, para as mulheres.¹⁸⁷⁶

A planta está subdividida em doze partes e, analisando-a, constata-se que dispõe de um andar superior, de um corredor, de sótão, cozinha sem serviço, retrete e cisterna subterrânea. É, claramente, a planta de um edifício grande, no qual se haviam instalado ou

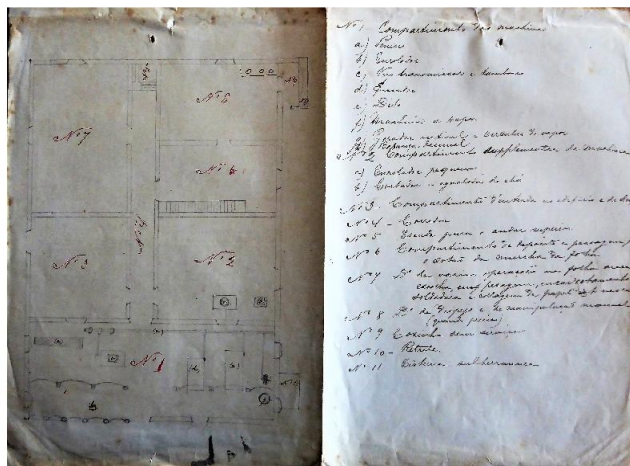
¹⁸⁷³ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 277, Ribeira Grande, Casa do Chá, Pico Arde, Férias de cabouqueiro e pedreiro com princípio em 23 de Maio de 1891.’

¹⁸⁷⁴ Canto, José do, *Instruções para o Inspector da Oficina de chá da Caldeira Velha*. Informação Bibliográfica e Documental, vol. 5, Edições Universidade dos Açores, Ponta Delgada, Janeiro-Dezembro de 1982, fls. 5-12; Cf. UASD/Ms-584, JS, José do CANTO, *Instruções para o inspector da oficina de chá da Caldeira Velha*, Ponta Delgada: [s. n.], 1892. – 4 p.; 27 cm

¹⁸⁷⁵ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 285, [Planta da fábrica de chá com respetiva legenda].

¹⁸⁷⁶ Canto, José do, *Instruções para o Inspector da Oficina de chá da Caldeira Velha*. Informação Bibliográfica e Documental, vol. 5, Edições Universidade dos Açores, Ponta Delgada, Janeiro-Dezembro de 1982, fls. 5-12

iriam ser instaladas máquinas.¹⁸⁷⁷ Há um terceiro documento de finais de 1898, o Inventário da fábrica/oficina de chá por morte de José do Canto 1898, que nos dá uma perspectiva do recheio e dos edifícios à altura da morte de José do Canto. (Vide Doc. N.º 16 – ANEXO – P. 76 A)



[F. 66 - Planta e legenda da Fábrica/Oficina da Caldeira Velha (1891 ?)]

Fonte: Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 285, [Planta da fábrica de chá com respectiva legenda].

Onde terá ido José do Canto buscar o modelo para a sua fábrica/oficina? cremos que, em parte, às fábricas de tabaco e de álcool da Ilha, de que foi accionista¹⁸⁷⁸ e igualmente às

¹⁸⁷⁷ **Que aspeto teria o alçado exterior da fábrica/oficina?** Sendo posteriores a 1891, conhecem-se duas fotografias: alguém atribuiu a uma a data de 1900/1903, e à outra a data de 1908 ou à volta de 1908. Porém, parecem-nos ser ambas da mesma altura. (Apesar de terem sido tiradas de ângulos distintos, o pormenor da viatura e das pessoas perto da viatura é em tudo semelhante.) Ou, então, sendo de anos diferentes, retratam uma realidade que se manteve por alguns anos. O que também é possível. Podem, no entanto, dizer respeito a obras de ampliação que se fizeram (ou pretenderam fazer) por volta de 1900. (A *Persuasão*, Ponta Delgada, 4 de Abril de 1900, p. 3: “Vai ampliar-se a fábrica de chá da Ribeira Grande, pertencente aos paideiros [sic] do sr. José do Canto.”) Ou posteriores. (O Inventário de finais de 1898, refere três casas, entre as quais a fábrica: “[...] e no lugar dos pastos novos, da Caldeira Velha, aonde se diz a Cova do Milho, há também três casas telhadas de pedra seca, guarnecida de cal, onde se encontra, numa delas, o aparelho completo de uma oficina de chá.” Refere outras mais, mas em outro local: “[...] No lugar chamado de D. Mariana, existem umas casas baixas derrocadas [...].”) Ora, nas fotografias, dá para ver, além da fábrica, uma casa isolada, e mais três juntas, o que perfaz ao todo cinco edifícios e não três. Portanto, não sabemos se têm, pouco ou muito, a ver com o edifício de 1891. Que nos dizem as fotografias? Para além da informação da plantação ao redor das casas, comum à de 1908, a de 1900/1903, confirma a continuação de um outro edifício com chaminé, que, porventura, corresponde à habitação.)

¹⁸⁷⁸ Para percebermos o contexto em que ocorre o aparecimento desta unidade: (p.22) *As culturas do tabaco, da espadana, da batata-doce, da beterraba, do chá e do ananás começaram verdadeiramente nessa época, alcançando depressa apreciáveis produções. Segundo o Inquérito Industrial de 1890, os Açores possuem 2.675 estabelecimentos, repartidos por seis Ilhas do arquipélago. Estes números não se referem à totalidade dos estabelecimentos, porque alguns se recusam a responder ao total do Inquérito e por não ter sido possível realizá-lo em alguns concelhos. Mais de metade dos estabelecimentos localiza-se em S. Miguel (1377); se incluirmos os que ficam na Terceira, estas duas Ilhas detêm, em conjunto, 87% do total dos estabelecimentos industriais. Nestas indústrias laboram 5025 operários e aprendizes, o que dá uma média inferior a dois trabalhadores por restabelecimento, indiciando a pequena dimensão da maioria. Em paralelo, emprega-se somente 95 cavalos-vapor, denotando uma fraca mecanização. (p.23) As actividades tradicionais, com destaque para a tecelagem e a moagem, detêm o maior número de estabelecimentos, representando 43,8% do total. A sapataria, a carpintaria, a serralharia, a marcenaria, a cerâmica e a alfaiataria compunham 36, 2 % do total de estabelecimentos. Além destas, as indústrias ligadas à construção civil, como o fabrico de telhas, tijolos e fornos de cal, tinham relativa importância devido à garantia de colocação no mercado local. (p.24) As salgas de peixe para exportação e fornecimento à navegação constituíram também um importante ramo de actividade industrial. Finalmente, as indústrias de maior peso económico desenvolveram-se no último quartel do século XIX: os tabacos e a destilação do álcool, a partir da batata-doce e do milho. A primeira fábrica de tabacos data de 1866 e foi fundada por José*

leituras que fez sobre fábricas de chá.¹⁸⁷⁹ É possível que esta tenha sido construída perto do local da primeira que José do Canto construiu em 1878 e melhorou em 1879, sendo admissível que não tivesse resultado da demolição ou da ampliação da anterior.¹⁸⁸⁰ Como prova, ainda, sabe-se pelo inventário por morte de José do Canto, que existiam em 1898 “(...) *três casas telhadas de pedra seca, guarnecida de cal, onde se encontra, numa delas, o aparelho completo de uma oficina de chá.*”¹⁸⁸¹ Uma carta de 1896 permite-nos também considerar esta hipótese: “(...) *Nas últimas três semanas temos tido alguns tremores de terra, que não fazem bom cabelo, a casa Velha tem uma grande fenda e vai abrindo de uma vez para outra (...).*”¹⁸⁸²

Por que razão José do Canto terá escolhido aquele lugar exato, aparentemente, no meio de nenhures, a quatro a cinco quilómetros do centro da Ribeira Grande e a uns vinte de Ponta Delgada, para construir a sua fábrica/oficina? Apesar de ter plantações de chá no Pico da Pedra e no Porto Formoso (Maia), preferiu a Caldeira Velha, na Ribeira Grande, local das suas maiores e melhores plantações de chá.



[F. 67 - Local da Fábrica/Oficina da Caldeira Velha]
Fonte: Colecção Particular

Bensaúde, mas só na década de 70 prosperou realmente, depois de uma fase inicial de experiências e de preparação do pessoal. A indústria do álcool surgiu no início da década de 80 e adquiriu uma significativa importância na economia de São Miguel e Terceira, com a formação de uma empresa que montaria quatro grandes fábricas. Esse álcool cedo, porém, sofreria a concorrência do álcool vínico do Continente, motivo por que apenas a fábrica da Lagoa, em São Miguel, continuaria a laborar. A instalação fabril de Santa Clara, em Ponta Delgada, seria adaptada nos primeiros anos da presente centúria ao fabrico do açúcar, extraído da beterraba. Esta seria a primeira grande indústria que, inauguraria o actual parque industrial micalense. (p.25) Para além do tabaco, álcool e açúcar, as fábricas de lacticínios, chá e cerveja, a par da destilação da aguardente, caracterizam um surto fabril com maior sucesso, iniciado no último quartel do século XIX. São estes os empreendimentos que apresentam um modelo de actividade industrial que, de certa forma, ainda caracteriza a indústria do arquipélago’ Cf Moniz, Ana Isabel, As indústrias Açorianas, Jornal da Cultura, Ponta Delgada, 1995, pp. 18 – 25.

¹⁸⁷⁹ Apesar de ser de 1900, por tratar destes pontos, além das leituras que citamos, aconselha-se a leitura de “*Tea Machinery, and Tea Factories: a descriptive treatise on mechanical appliances required in the cultivation of the tea plant and the preparation of tea for market,*’ de Alexander James Wallis-Tayler, London, 1900.

¹⁸⁸⁰ Canto, José do, *Instruções para o Inspector da Oficina de chá da Caldeira Velha*. Informação Bibliográfica e Documental, vol. 5, Edições Universidade dos Açores, Ponta Delgada, Janeiro-Dezembro de 1982, fls. 5-12: “Fizeram-se uns barracões diante das Casas Velhas.”

¹⁸⁸¹ Cf. BPARPD. - Inventário orfanológico de José do Canto (1898), M.402, n.º 26, vol. 3, 31 Dezembro de 1898, fl. 367. Os louvados no fim assinados em cumprimento do mandado e de conformidade com a relação retro certificam ter avaliado as máquinas aparelhos, utensílios e mais mobiliário do casa do falecido José do Canto, existentes na oficina de manipulação de chá na Caldeira Velha do prédio ao Pico Arde, constates da citada relação de harmonia com a disposição do Artigo 253 n.º 2 do código do processo civil [...].’

¹⁸⁸² Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, 571-C, Carta de João Jacinto da Câmara a José do Canto, Caldeira Velha, Ribeira Grande, 28 de Agosto de 1896.

José do Canto, numa nota escrita em 1893, ao descrever ao Ministro da Marinha e Ultramar, José António Neves Ferreira, o local ideal para plantar chá, estaria, estamos em crer, a descrever a localização das suas plantações na Caldeira Velha: *“O terreno deve ser rico de húmus, virgem, sendo possível; profundo; em parte abrigada de ventos rijos; e próximo de algum regato, de onde a água se possa facilmente derivar para o plantio, se o tempo e a terra seca o exigir. O lugar escolhido deve ser favorecido por chuviros frequentes, principalmente no tempo da vegetação activa.”*¹⁸⁸³ Era a descrição daquele local, onde nasciam *“(…) dentro deste prédio, vários mananciais de águas ordinárias e medicinais.”*¹⁸⁸⁴

E, todavia, poderia ter escolhido outro local. Pela mesma altura, José Bensaúde e o Visconde Faria e Maia tinham as suas fábricas/oficinas em Ponta Delgada, longe das plantações, o primeiro, junto à fábrica de tabaco e as plantações nos Arrifes e na Lagoa, o segundo, junto à sua casa, perto do mercado da Graça, ficando as plantações (provavelmente) na Lagoa e na Ribeira Grande. Qual seria, então a razão? José do Canto experimentava naquele local com sucesso o cultivo do chá desde finais da década de sessenta, comprovara-o de novo com a vinda na década de setenta de Lau-a-Pan e Lau-a-Teng. Aquele local era excelente não só para o cultivo do chá, como era, eis a possível diferença, o local ideal para produzir chá. Não seria apenas uma questão de transporte mas de aproveitar a proximidade para tirar melhor partido do chá. Fora isso que sucedera ainda em 1878-1879. A SPAM planeava transformar o chá na sua sede em Ponta Delgada, mas o chá acabaria por ser feito em grande parte na Caldeira Velha, onde a SPAM também dispunha de uma parcela de chá. No fundo, se José do Canto conhecesse a obra de Robert Fortune, como provavelmente conheceu, teria encontrado uma boa razão para construir ali: *“(…) According to the Chinese principles of Feng Shui, the luckiest location for a house has a mountain at the back and an open view to the front (….) Feng Shui, wick literally translates as wind and water, the notion that there are physical laws divined along elemental principles to encourage the flow of qi (pronounced chi), or energy.”*¹⁸⁸⁵

Apesar de a fábrica/oficina, já estar suficientemente preparada para iniciar a laboração ainda em Abril de 1892, não estaria concluída em Outubro deste ano,¹⁸⁸⁶ pois faltava, da casa ou dependência da casa, ladrilhar 13 ou 14 metros da parte norte. Outro indício de que não

¹⁸⁸³ Canto, José do, [Sobre a sua experiência do chá] [texto escrito a 30 de Maio de 1893] Boletim Oficial do Governo-geral da Província de Angola. – N.º29, (Sábado 22 Julho 1893). – p. 417-418.

¹⁸⁸⁴ Cf. BPARPD, TCPDL - Inventário orfanológico de José do Canto (1898), 31 Dezembro de 1898, M.402, n.º 26, vol. 3, fl. 367. *Os louvados no fim assinados em cumprimento do mandado e de conformidade com a relação retro certificam [...].*

¹⁸⁸⁵ Rose, Sarah, *For all the tea in China*, Arrow Books, London, 2010, p. 110.

¹⁸⁸⁶ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, 16090-C, Carta de João Jacinto da Câmara a José do Canto, Pico Arde, Ribeira Grande, 12 de Outubro de 1892: *“(…) O ladrilho ainda não veio, e está por assentar a parte do norte, 13 ou 14 metros (….) (fl. 1 v.) (….)*’

estaria completamente pronta nesta altura é o que se adianta numa carta de finais de Maio de 1893. Passava pouco mais de um ano do início da laboração da nova fábrica, porque ainda não fora pintada ou porque carecesse de nova pintura, o lugar é bastante húmido, “mestre Manuel” aconselhava José do Canto por ser “(...) mais durável do que o branco neste lugar,” que “a Fábrica [fosse] caiada de vermelho claro (...).”¹⁸⁸⁷ Deste modo, é defensável admitir que as obras da nova fábrica/oficina terão decorrido por um período de ano e meio a dois anos. Mesmo assim, já se encontrava pronta a trabalhar em Abril de 1892.

Razões que levaram José do Canto a contruir a fábrica/oficina. Estando as obras a decorrer, pouco mais de um mês sobre a ordem de pagamento de cabouqueiros e cunhais, uma carta confidencial de José do Canto endereçada, de Ponta Delgada, a João Borges Cordeiro, na Ribeira Grande, datada de 29 de Junho de 1891, explica-nos duas coisas. Primeira, o que pretendia com o seu projeto: “*Estou meio resolvido a estabelecer na Ribeira Grande, uma pequena manufactura para o fabrico de Chá, principalmente de minha própria colheita.*”¹⁸⁸⁸ Segunda, o que pretendia de João Borges.

Talvez porque no passado recente, por força das circunstâncias da vida, haviam sido outros a concretizar os seus projectos, não querendo repetir o erro, terá adotado uma atitude reservada e prudente: “(...) *em nota de confidencial*” abria-se a João Borges Cordeiro. José do Canto teria, eventualmente, mantido segredo, ao ponto de, em uma anotação manuscrita a um exemplar do livro de 1892, de Gabriel de Almeida, existente na Livraria de Ernesto do Canto, este último ter acusado Gabriel de Almeida de andar “(...) *viajando na lua.*” Isto porque se gabava de “*sabe(r) tudo e ainda alguma coisa mais, mas ignora(va) que José do Canto mont(ara) uma grande fábrica (...).*”¹⁸⁸⁹

Teria receado que, caso a sua intenção fosse do domínio público, outros o copiassem antes que concluísse o seu projecto? Estaria, por exemplo, ao corrente do que andava a fazer José Bensaúde?¹⁸⁹⁰ Este último mandara chá à consignação para a cidade do Porto em data

¹⁸⁸⁷ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, 16095-C, Carta de João Jacinto da Câmara a José do Canto, Pico Arde, Ribeira Grande, 29 de Maio de 1893.

¹⁸⁸⁸ Sousa Aires, Ob. Cit., 1982, p.159; [Consultado por Fernando Aires de Medeiros Sousa] Cf. Espólio Agnelo Borges Correspondência a Borges Cordeiro, carta de Ponta Delgada de 18 de Abril de 1892.

¹⁸⁸⁹ Almeida, Ob. Cit., 1892, p. 25.

¹⁸⁹⁰ José Bensaúde (Ponta Delgada, 1835 – 1922) foi um importante e culto industrial, administrador e lavrador açoriano de origem judaica. De 1861 a 1863, desempenhou o cargo de Secretária da Junta Administrativa do Porto Artificial de Ponta Delgada. Em 1866, introduziu na ilha de São Miguel a cultura e manipulação do tabaco, propondo a alguns amigos a fundação duma Sociedade destinada à exploração industrial da planta. Assim nasceu a Fábrica de Tabaco Micaelense, a primeira fundada nos Açores. Ocupou-se, durante anos, do comércio de aprestos marítimos para navegação à vela. De 1872 a 1887, administrou a Sociedade Exportadora Micaelense, cujo principal objeto era colher, acondicionar e exportar laranjas por conta alheia. De 1873 a 1912 ocupou-se,

próxima de 1 de Janeiro de 1891: “(...) o chá preto, único que por ora produz (e não há outro nesta Ilha) é do género do chá que mais se bebe em Inglaterra. Mando a Vossa Excelência uma amostra por esta mala. Vendo-o em latas pequenas de cerca de 6 quilos, e em latas grandes de 9 a 10 quilos.”¹⁸⁹¹ Em 1886, perdera a corrida para o Visconde de Faria e Maia e esse mesmo não iria esperar muito tempo para lhe seguir as pisadas de introdução de máquinas na sua fábrica.

Fábrica/oficina com problemas. Entre Novembro de 1891 e Abril de 1892, período decisivo para a conclusão do projeto, José do Canto viu-se obrigado a dirigir os trabalhos longe da Ribeira Grande. Caiu de cama doente a 20 de Novembro,¹⁸⁹² de “*influenza*,” ficando retido em casa até pelo menos ao final do mês de Janeiro de 1892.¹⁸⁹³ Ficou tão traumatizado com a doença que ainda em meados de Abril não arriscava sair para evitar apanhar nova constipação.¹⁸⁹⁴ Além do mais, João Jacinto de Almeida, que lhe administra a casa, estava “*gravemente doente*.”¹⁸⁹⁵ E Chon sem e Lan sam haviam já chegado. Tenta, por conseguinte, ainda antes da conversa final com João Borges Cordeiro, obter algum apoio dele.

Decorriam obras de alguma monta, a 21 de Novembro: não se diz se na fábrica/oficina ou na casa para os chineses. Assinado por Almeida (?), talvez João Jacinto de Almeida, uma nota de pagamento de féria ao cabouqueiro pelo trabalho de segunda a sábado, de 16 a 21 de Novembro, por “*tirar (...) de ajuste 250 cunhais [a] 250 Réis [cada] [perfazendo] 6 250 [réis]*,”¹⁸⁹⁶ pago a 28 de Novembro, confirma-nos isso. Bom empreendedor, superando uma a uma as dificuldades, a 15 de Dezembro de 1891 José do Canto fazia um balanço positivo da situação: “*apesar de tudo, o negócio do chá não parou; a habitação para os Chineses está-se concluindo; eles e todos os utensílios necessários chegaram; e a casa para o fabrico, ainda que grande, espero [dizia José do Canto a João Borges], espero que estará pronta para o tempo requerido.*”¹⁸⁹⁷

também, da Sociedade de Cultura de Ananases. Contribuiu para o desenvolvimento da cultura do chá da indústria espadana.

¹⁸⁹¹ Cf. UACSD/FAM-AJB/Copiador de Correspondência Geral, n.º 8, 11 de Maio de 1891 a 29 de Dezembro de 1892, fl. 334: carta enviada a Pereira e C.ª, Comissões e Consignações, Porto, de 1 de Janeiro de 1891.

¹⁸⁹² Arquivo da Família Agnelo Borges, Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, Ponta Delgada, 18 de Abril de 1892.

¹⁸⁹³ Idem.

¹⁸⁹⁴ Idem.

¹⁸⁹⁵ Arquivo da Família Agnelo Borges, Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, Ponta Delgada, 15 de Dezembro de 1891.

¹⁸⁹⁶ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 277, Féria de cabouqueiro na Ribeira Grande, Caldeira Velha, 21 Novembro de 1891.

¹⁸⁹⁷ Arquivo da Família Agnelo Borges, Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, Ponta Delgada, 15 de Dezembro de 1891.

Entrando no ano novo de 1892, em 2 de Janeiro, certamente relativo a trabalhos de Dezembro na obra da Caldeira Velha (fábrica/oficina e casa para alojamento), a casa de José do Canto paga cabouqueiros, carpinteiros e pedreiros: “(...) *para cabouqueiros na obra da Caldeira Velha, 9\$075 (...); Do ajuste de carpintaria nas ditas obras, 19\$000; Ao mestre Manuel Bernardes, dito de pedreiros 7\$440 réis e para canteiros 7\$200 réis (...).*”¹⁸⁹⁸ Muito ou pouco, mas prova de que ainda faltaria algo para concluir as obras na Caldeira Velha, é a continuação das obras, na primeira semana do mesmo mês. Trata-se de obras de carpintaria, de cabouqueiros, de canteiros e pedreiros: “(...) *para cabouqueiros (na obra da Caldeira Velha), 14\$300 (...); Do ajuste de carpinteiros nas ditas obras, 13\$000; Ao mestre Manuel Bernardes, dito de pedreiros nas obras da Caldeira Velha, 12\$350 e de canteiros 7\$200 réis (...).*”¹⁸⁹⁹

O mês de Janeiro de 1892 viria a ser terrível para José do Canto. A 14, as obras da cobertura do teto da fábrica/oficina da Caldeira Velha corriam mal. Faltava completar todo o serviço de carpintaria: teto, sobrados, portas e janelas. No entanto, ele pretendia ter tudo pronto, na pior das hipóteses, “*o mais tardar até fim de Fevereiro.*”¹⁹⁰⁰ Sempre que se via aflito na Ribeira Grande, lembrava-se de João Borges Cordeiro: “*Vou importuná-lo com um pedido.*”¹⁹⁰¹ Ele estava melhor mas o médico, diz ele, “*condenou-me a estar ainda no meu quarto, 10 dias, não sobrevivendo algum atraso.*”¹⁹⁰² Não confiava nos mestres que contratara: “*Tenho lá por cima uns mestres com quem tenho ajustado portas, vidraças, janelas, sobrados, etc.. mas (...) eu não os conheço nem sei que confiança inspiram.*”

Pretendia tratar, sobretudo, da cobertura da fábrica/oficina, preferindo que a obra fosse feita de empreitada: “*O tecto é grande, mas muito tosco; o mestre da cidade, que me dirige lá essas coisas, põe-no em 180\$000.*” Em concreto, pedia a João Borges que lhe indicasse alguém conhecido de confiança: “*Desejava pois dever-lhe o favor, conhecendo qualquer pessoa capaz, que quisesse tratar deste negócio, de o enviar à cidade, para conversar com o meu Mestre, e quer ajuste quer não, eu pagar-lhe-ei as passadas.*”¹⁹⁰³

¹⁸⁹⁸ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/Documentação não tratada, [Caderno de registo da receita e despesa - 1892-1894], 2 de Janeiro de 1892.

¹⁸⁹⁹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/Documentação não tratada, [Caderno de registo da receita e despesa - 1892-1894], 9 de Janeiro de 1892.

¹⁹⁰⁰ Arquivo da Família Agnelo Borges, Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, Ponta Delgada, 15 de Dezembro de 1891.

¹⁹⁰¹ Arquivo da Família Agnelo Borges, Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, Ponta Delgada, 15 de Dezembro de 1891.

¹⁹⁰² Idem.

¹⁹⁰³ Arquivo Agnelo Borges; Fernando Aires de Medeiros Sousa, *José do Canto: Subsídios para a História Micaelense (1820-1898)*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1982, pp. 160-161.

A obra, no entanto, ainda que devagar, avançava. Para pagar a semana que terminava no sábado 16 de Janeiro, naquele mesmo dia, José do Canto pagou “(...) para cabouqueiros (na obra da Caldeira Velha), 14\$260 (...) a carpinteiros por conta da casa, 2\$625 réis, por conta do ajuste, 12\$000 réis; Ao mestre Manuel Bernardes, dito de pedreiros 15\$960 (obras da Caldeira Velha) de canteiros 8\$000 réis (...)”¹⁹⁰⁴

Na carta seguinte, de 21 de Janeiro, José do Canto agradece a João Borges o apoio. Apesar de adoentado, ¹⁹⁰⁵ “João B. Cordeiro entrou logo em diligências.”¹⁹⁰⁶ José do Canto pretendia contratar o Mestre António Jacinto da Costa à empreitada. Este, tendo estado à conversa com ele a 17, ainda que preferisse trabalhar ao dia, ficara de lhe dar uma resposta no dia seguinte.¹⁹⁰⁷ Até ao momento, dia 21, a resposta ainda não chegara. E José do Canto estava aflito, sem saber se tinha havido “descaminho na resposta”, pelo que pedia de novo a João Borges que tentasse saber o que se passava. Queria ver se este o convencia a “tomar a empreitada.” Se fosse preciso “oferecer-lhe, além do preço, uma gratificação de 30 ou 40\$000 (...) ou mesmo maior quantia, se tanto for preciso a movê-lo.”¹⁹⁰⁸ A urgência impunha-se, acrescentava: “se a resposta for absolutamente negativa, desejava conhecê-la, sendo possível, até Domingo próximo, porque é este um negócio, sobre, que não devo dormir.”¹⁹⁰⁹

Continuavam os pagamentos, desta vez, referentes à terceira semana de Janeiro (de 18 a 23): “(...) para cabouqueiros (na obra da Caldeira Velha), 7\$910 (...); Do ajuste de carpinteiros, 12\$625; Ao mestre Manuel Bernardes, dito de, 14\$280 e de canteiros 4\$000 réis (...)”¹⁹¹⁰ Naquele mesmo dia, 23 de Janeiro, José do Canto pagava a “(...) importância de carne para os chins, 210 réis (...)”¹⁹¹¹ A 9 de Fevereiro, \$ 500 a Virgílio Augusto de Sousa, por ordem de José do Canto, frete de 1 barco para conduzir os chineses a bordo do “Açor” (...).¹⁹¹² Tratava-se, provavelmente, de nova ida a bordo do Açor para orientar o transporte em segurança de mais material para o chá.

¹⁹⁰⁴ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/Documentação não tratada, [Caderno de registo da receita e despesa - 1892-1894], 23 de Janeiro de 1892. Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/Documentação não tratada.

¹⁹⁰⁵ Arquivo da Família Agnelo Borges, Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, Ponta Delgada, 21 de Janeiro de 1891.

¹⁹⁰⁶ Sousa, Aires, *Ob. Ct.*, 1982, pp.160-161.

¹⁹⁰⁷ *Idem.*

¹⁹⁰⁸ *Idem.*

¹⁹⁰⁹ Sousa, Aires, *Ob. Ct.*, 1982, pp.160-161.

¹⁹¹⁰ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/Documentação não tratada, [Caderno de registo da receita e despesa - 1892-1894], 23 de Janeiro de 1892.

¹⁹¹¹ *Idem.*

¹⁹¹² Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, [Despesa com a condução dos chineses a bordo dos Açores], 9 de Fevereiro de 1892, Cx. 277.

Dois dias depois, a 22 de Janeiro, ainda João Borges não estaria totalmente restabelecido da sua maleita, José do Canto voltava a pedir-lhe favores: *“custa-me bem estar a inquietar Vossa Excelência, mas já agora, peço-lhe que tenha paciência.”*¹⁹¹³ Entretanto, chegara no dia anterior, a 22, a carta de resposta do carpinteiro Mestre António Jacinto da Costa. Queria que João Borges o convencesse a aceitar: *“é possível que depois de Vossa Excelência lhe falar ele mude de resolução; e também é possível que não mude.”*¹⁹¹⁴ Estava pronto a trabalhar ao dia. Pressionado pelo tempo, José do Canto estava disposto a aceitá-lo: *“tomando ele sem demora de arranjar oficiais para o ajudarem.”*¹⁹¹⁵ Conceder-lhe-ia prémios pecuniários consoante atingisse ou não o que pretendia: *“Que estando a casa coberta, no último de Fevereiro, lhe oferecerei a gratificação de 30\$000; que se acabar na 1.ª semana de Março, ainda lhe darei 15\$000. Que se exceder deste tempo, nada lhe darei.”*¹⁹¹⁶

A 25 de Janeiro, como a situação piorasse, José do Canto desabafa com João Borges: *“para falar com toda a franqueza, não sei que pensar do Mestre Costa. Ontem de manhã veio falar-me o Mestre Maurício e ofereceu-se a fazer a malfadada armação por 200\$000. Eu desconfiei logo, que ele vinha fazer esta oferta, por saber, que eu, na véspera, a mandara fazer aos dias. Respondi-lhe, como devia, que não podia aceitar a sua proposta, porque eu já mandar fazer o trabalho a dias, e que não tornava nunca com a minha palavra atrás.”*¹⁹¹⁷ Perante isso, Mestre Maurício, *“fez mil lamúrias e choradeiras mal cabidas, deu-me uma seca de 2 horas, e foi-se sem eu ceder.”*¹⁹¹⁸ Porém, as coisas não ficaram por ali, como bem suspeitou José do Canto: *“eu imaginei logo que ele ia para essa Vila intrigar, por qualquer modo, com o Manuel Costa, para desistir de me servir, e assim o conseguiu.”* O mestre Costa desistira, custava-lhe *“tornar a cair nas unhas de Mestre Maurício,”* não havia nada a fazer: era pegar ou largar.

A 22 de Março temos uma nova carta em que depois de aludir *“àquele malfadado negócio dos carpinteiros,”* que estaria já resolvido, José do Canto, em jeito de balanço daquele último mês, tratando-o como se fossem parceiros, dizia a João Borges: *“Lá tenho ido remando contra a maré, e apesar de muitos contratempos não pensados, parece-me que o estabelecimento, ainda que tosco, estará pronto, primeiro do que a rebentação do chá.”*¹⁹¹⁹

¹⁹¹³ Arquivo da Família Agnelo Borges, Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, Ponta Delgada, 23 de Janeiro de 1892.

¹⁹¹⁴ Idem.

¹⁹¹⁵ Idem.

¹⁹¹⁶ Idem.

¹⁹¹⁷ Arquivo da Família Agnelo Borges, Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, Ponta Delgada, 25 de Janeiro de 1892.

¹⁹¹⁸ Idem.

¹⁹¹⁹ Arquivo da Família Agnelo Borges, Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, Ponta Delgada, 22 de Março de 1892.

Sinal de que a obra por fora estaria pronta é a escolha de alguém para fiscalizar os trabalhos de interior, referindo-se a um antigo empregado, *“casado e pai de filhos, que achei sempre zeloso e fiel, e que saiu de minha casa em 88 para procurar melhor fortuna, que lhe não foi de todo adversa, mas que também pouco lhe sorriu. Ele lê, escreve alguma coisa e entende um pouco inglês; e tem um filho, que é meu afilhado, de 14 para 15 anos, que tem estado de marçano numa loja, que é bem conduzido, e fez bons estudos no Liceu, enquanto o frequentou.”*¹⁹²⁰ **João Jacinto da Câmara trabalhava** para José do Canto pelo menos em 1882 ¹⁹²¹ (pode recuar-se para 1870) e conhecera Francisco de Melo. Aperfeiçoaria os seus conhecimentos na Ribeira Grande com Chon Sam e Lan Sem.¹⁹²² E viria a ser, após o regresso daqueles à sua terra Natal, o novo homem do chá de José do Canto. Teria à altura 42 anos ou iria fazer 42 anos. Era natural dos Mosteiros, paróquia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de Ponta Delgada.¹⁹²³

Eram boas notícias. O teto da fábrica/oficina estava concluído, aprontava-se agora o seu interior. A 28 de Março pagava-se a *“(...) a Mestre Manuel Bernardes para viveres na Ribeira Grande, 5\$000 réis, Idem a Virgílio A. De Sousa (...) de custo de 1 encomenda de 3 caixotes com sementes vindas pelo correio (...)”*¹⁹²⁴

A 19 de Abril estava tudo a postos para começar a temporada do chá nas novas instalações. Naquele dia, José do Canto dava instruções por escrito: definia com clareza o que competia ao inspector da oficina, ao feitor do campo, aos chineses, quem poderia visitar a oficina, o modo como trabalhar o chá, zelava pelo bem-estar dos que trabalhavam para a oficina.¹⁹²⁵ Talvez porque ainda esperasse resposta de João Borges Cordeiro, não refira o nome do inspector, que era quem mandava na oficina, mas fala do feitor, Manuel Pereira de Lima. José do Canto definia o inspector da oficina como alguém que presidia *“a todo o trabalho,”* era a ele que competia abrir a oficina, tocar a sineta, chamar ao ponto, anotar os trabalhadores, receber a folha verde, pesá-la, registá-la, supervisionar o processo do chá, assistir ao encaixotamento, mandar forrar as caixas, ordenar o seu carregamento, entender-

¹⁹²⁰ Arquivo da Família Agnelo Borges, Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, Ponta Delgada, 22 de Março de 1892.

¹⁹²¹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 274 [Não tem número], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 12 de Junho de 1882.

¹⁹²² Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC, [Movimento de receita e despesa realizado desde o dia 16 até ao ½ dia de 17 do corrente], 17 de Setembro de 1892. /: *“(...) A João Jacinto da Câmara – Pico Arde – férias de fabrico de chá – de torcer Réis 3\$220 de despesas diárias Réis 2\$680, 3660 réis.”*

¹⁹²³ Cf. BPARPD, Óbitos, São Sebastião, Ponta Delgada, 22 de Agosto de 1900, fl. 24; http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/SMG-PD-SAOSEBASTIAO-O-1900-1911/SMG-PD-SAOSEBASTIAO-O-1900-1911_item1/P26.html

¹⁹²⁴ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/Documentação não tratada, [Caderno de registo da receita e despesa -1892-1894], 28 de Março de 1892.

¹⁹²⁵ Canto, José do, *Instruções para o Inspector da Oficina de chá da Caldeira Velha*. Informação Bibliográfica e Documental, vol. 5, Edições Universidade dos Açores, Ponta Delgada, Janeiro-Dezembro de 1982, fls. 5-12

se com o feitor de campo. O seu ordenado era pago diretamente por José do Canto. E só era permitida a entrada na oficina a familiares de José do Canto.

Direitos e deveres dos Chineses Lan sam e Chon sem **bem definidos**. **A 19 de Abril define direitos e deveres dos Chineses** (Vide Doc. N.º 17 – Anexo, p. 92 - A) **e de quem ia trabalhar**. (Vide Doc. N.º 16 – Anexo, p. 76 - A) Em Abril, ou próximo do mês de Abril, com a fábrica/oficina prestes a poder entrar em laboração, e a casa pronta a ser habitada, José do Canto terá definido, de forma clara, os direitos e deveres dos dois chineses contratados. Não se conhecendo o contrato celebrado, em nome de José do Canto, entre o Coronel Garcia e eles, através de documentos posteriores vamos tentar perceber os deveres e direitos de uns e de outros. Até se mudarem para a Ribeira Grande, os dois chineses terão ficado alojados na Grotinha, em Ponta Delgada. As instruções bastante pormenorizadas de José do Canto, talvez já dirigidas a João Jacinto da Câmara, e para a Ribeira Grande, portanto por volta de finais de Abril de 1892, são reveladoras do cuidado: *“Os chineses hão-de fazer o chá como entenderem, mas se se vir que ou não trabalham, ou fazem cousas tortas, devo receber aviso por escrito (...)”*¹⁹²⁶ Em 1878-79, Lau-a-Pan e Lau-a-Teng tinha dado azo a situações embaraçosas e difíceis de resolver. Apesar de não estar sempre presente na fábrica/oficina, na Ribeira Grande, José do Canto quer manter-se informado de tudo. Quer, como fizera com Francisco de Melo, não só acompanhar como participar em tudo: *“No primeiro tempo também preciso receber no fim da semana amostra do chá que houveram feito, vindo as latinhas lacradas.”*¹⁹²⁷ (Vide Doc. N.º 14 – Anexo, p. 73)

Era seu dever, pela sua parte, assegurar-lhes o sustento e fazia-o de forma cuidada, fornecendo diariamente a cada um: 900 gr de arroz, ou de pão fresco na falta daquele; 450 gr de peixe fresco, ou de peixe salgado faltando o fresco ou, não havendo um nem outro, 450 gr de carne de vaca; 450 gr de hortaliça (couves ou repolho ou nabos ou outras); o pão, caso algum deles o pretendesse, seria fresco e dado a horas convenientes; não sendo a isso obrigado, mandou dar-lhes leite, diariamente 3 quartilhos. Mandou ainda providenciar que não faltasse água nem lenha e que se lhes mandasse lavar a roupa da cama uma vez por outra.¹⁹²⁸

¹⁹²⁶ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 238, [Instruções sobre modo como devem ser tratados os chineses].

¹⁹²⁷ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 238, [Instruções sobre modo como devem ser tratados os chineses].

¹⁹²⁸ Idem.

Como empresário previdente, não deixa nada ao acaso e prepara-se com rigor. Manda imprimir na *Tipografia Minerva*, em Ponta Delgada, um livro, que não viria a ser usado, destinado a registar o fabrico de chá no ano de 1892. Já o havia aconselhado anteriormente para a experiência da SPAM. Nele pretendia registar o “*Resumo semanal do Trabalho. Registando-se, mês, nomes dos trabalhadores, preço do jornal, dias do mês e semana, de segunda-feira a Domingo, incluindo serões, férias dos trabalhadores, férias semanal. O chá teria de ser registado também no seu peso, na escolha, no torcer, os fogões, a ventilação, o empacotamento, empacar, o soldar, colar, o acarretar.*”¹⁹²⁹ Aliás, isso mesmo vinha referido de forma bem clara nas instruções e caso fosse necessário esclarecimentos: “*Como há correio diário, telegrafo, portadores, e carrões para viajar, escuso de escrever mais nada, porque nos podemos comunicar facilmente.*”¹⁹³⁰

Para se manter atualizado, como era seu timbre, José do Canto não se contentava com o que já sabia e adquiria o que ia saindo sobre o chá. Adquiriu uma obra ilustrada sobre a botânica e a cultura do chá em francês de Antoine Biétrix, editada em 1892.¹⁹³¹ A 19 de Abril, João Jacinto da Câmara encontrava-se já na Caldeira Velha: “*está de pouco, e não teve ainda tempo de ver nada.*”¹⁹³² Tudo ponderado, José do Canto queria experimentar: “*Eu não considero os trabalhos deste ano senão como uma experiência em grande.*”¹⁹³³ Conhecia a teoria, mas, no que dizia respeito à prática, “*(...) ignorava tudo.*”¹⁹³⁴ Precisava de experimentar. Como bom empresário, tinha igualmente planos para o caso do insucesso: “*Já tenho destinado o que fazer [não diz o quê] da oficina, no caso da suspensão do seu trabalho.*”¹⁹³⁵



[F. 68 - Aspecto da fábrica/Oficina da Caldeira Velha (finais do século XIX?)]
Fonte: Coleção Particular.

¹⁹²⁹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, [Fabrico do chá: Resumo semanal do Trabalho, N.º 7]

¹⁹³⁰ Canto, José do, *Instruções para o Inspector da Oficina de chá da Caldeira Velha*. Informação Bibliográfica e Documental, vol. 5, Edições Universidade dos Açores, Ponta Delgada, Janeiro-Dezembro de 1982, fls. 5-12

¹⁹³¹ Biétrix, Antoine, *Lethé. Botanique et culture. Falsification et richesse en caféine de différentes espèces, avec 27 figures intéressantes dans le texte*, Paris, 1892.

¹⁹³² Arquivo da Família Agnelo Borges, Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, Ponta Delgada, 19 de Abril de 1892.

¹⁹³³ Arquivo da Família Agnelo Borges, Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, Ponta Delgada, 18 de Abril de 1892.

¹⁹³⁴ Idem.

¹⁹³⁵ Idem.

Entretanto, José do Canto continuava a tratar de arranjar o que necessário fosse para o chá. A 9 de Novembro, a Firma Pinto & Braga escreve de Paris a José do Canto, satisfazendo o pedido deste de papel imitando “o Ching das caixas de chá,” remetia “pelo correio uma amostra de que encontramos é mais parecido.”¹⁹³⁶ Informando-o ainda de que “a resma de 500 folhas deste papel, do tamanho da amostra, custa fr. 4.25 (...)”, fazendo-lhe notar de que se precisasse de mais “amostras de papel para forro exterior das caixas de chá” lhe enviaria depois.¹⁹³⁷

A 30 de Setembro, a Firma Knowles & Foster ainda não recebera resposta à carta que despachara a 15 de Setembro. Aproveitava para mandar “a nota das despesas incorridas com o reembarque dos utensílios para fabrico de Chá,” dando conhecimento a José do Canto de que haviam debitado da sua conta a importância de “(...) £ 55.18.5 (...)”. Tratava-se do reembarque em Londres de utensílios provenientes de Macau. Prova de que José do Canto queria apurar a qualidade do chá feito pelos dois chineses que vinham a caminho da Ilha está no trecho desta carta de 30 de Setembro. Ei-lo: “(...) Em devido tempo estimaremos receber uma amostra do Chá preparado que Vossa Senhoria vai cultivar.”¹⁹³⁸ Melhor preparado, pois, já estava cultivado.



[F. 69 - Aspecto da plantação da Fábrica/Oficina da Caldeira Velha (década 1950)]¹⁹³⁹
Fonte: Coleção Particular.

Entretanto, uma carta da firma Knowles & Foster datada de 29 de Fevereiro, seguindo via Lisboa, informa José do Canto de que lhe fora enviada uma última carta a 15 de Fevereiro e que recebera dele as suas de 11 e 20 de Fevereiro.

Desconhecemos o teor da carta da Kowles & Foster de 14 de Maio dirigida a José do Canto, sendo de crer, no entanto, que talvez fosse a carta em que respondia à deste de 1 de Maio. Sabemos que José do Canto mandou uma com data de 16 de Maio, na qual entregara “uma remessa de £100-0-0 ao crédito da sua conta para cobrança.”¹⁹⁴⁰ Sabemos que a Knowles &

¹⁹³⁶ Cf. UASD/FAM – ABS – JC/ Documentos não tratados/ cx 192, Carta de Pinto & Braga a José do Canto], Paris, 9 de Novembro de 1891.

¹⁹³⁷ Idem.

¹⁹³⁸ Sousa, Ob. Cit., 2000, p. 288. [UA., JC, Carta sobre o assunto da anterior, mas com nota das despesas].

¹⁹³⁹ Pela leitura das fontes, é provável que não diferiria do aspecto da década de 1890.

¹⁹⁴⁰ Sousa Aires, Ob. Cit., 2000, p. 292. [UA., JC, Remessa de Macau dos tabuleiros de bambu encomendados para produção de chá].

Foster recebera “*esta manhã [terça-feira, 31 de Maio] uma carta do Senhor António Joaquim Garcia na qual nos informa ter despachado 500 tabuleiros de bambu para fazer chá com os pés.*”¹⁹⁴¹ O vapor de Hong-Kong, presume-se, era esperado “*(...) no dia 9 do mês vindouro [Junho].*”¹⁹⁴²

A Firma Knowles & Foster escreve a 16 de Junho a José do Canto avisando-o do envio para São Miguel, via Lisboa, de tabuleiros de chá: “*(...) Nota de despesas incorridas com 20 volumes com tabuleiros de bambu recebidos de Hong Kong pelo vapor Aden e reembarcados em Londres no vapor McGaret (?), por conta e à consignação José do Canto de São Miguel, Açores.*”¹⁹⁴³ Podem ter sido comprados em Hong-Kong ou aqui reembarcados, vindos de Macau.

Primeira experiência: colheita e produção de chá na nova fábrica/oficina. Estava-se a 18 do mês Abril, e o chá não estava em condições de ser colhido: “*(...) por causa das atrapalhões, que as construções nos trouxeram, a poda foi muito tardia e algum terreno não foi podado, por insinuação (como já vimos) mal entendida dos Chineses.*”¹⁹⁴⁴ Em vésperas de dar mais um passo decisivo, José do Canto confessava alguns receios a João Borges Cordeiro: “*(...) quando me meti em semelhante empresa [em 1890-1891] o prospecto era muito lisonjeiro, e agora aparecem as suas nuvens.*”¹⁹⁴⁵ A primeira nuvem devia-se ao facto de “*(...) ter-se tornado amarelado o chá da minha melhor plantação .*” A explicação que dá é exploratória: “*Não sei se o atribua ao frio e seca de parte do Inverno.*”

Porém, “*outras plantações não se ressentiram dessas circunstâncias.*” Acrescentava: “*Não sei se e de se achar basto e muito desenvolvido, se de ter faltado algum sacho ou de alguma doença.*” Concluía com um prudente “*Veremos.*”¹⁹⁴⁶ Havia provas de que a cultura do chá fora negligenciada um pouco antes da morte de Francisco de Melo, e, apesar da curta retoma de José Barbosa, nada mudara substancialmente desde então. Que se conheça, para José do Canto, a última referência a chá pronto a ser apanhado antes de 1892, mas que não chegaria a ser apanhado, vem num documento de Março de 1887. Jacinto Pacheco de Almeida, que administrava a casa de José do Canto enquanto este estava fora de Ponta Delgada, escreveu

¹⁹⁴¹ Idem.

¹⁹⁴² Idem.

¹⁹⁴³ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/cx. 220, [Knowles & Foster, e nota de despesa da mesma firma com encomenda e envio para São Miguel de tabuleiros em bambú pedidos para Hong Kong por conta de José do Canto (1890, 1891, 1892)], 12 de Junho de 1892.

¹⁹⁴⁴ Arquivo da Família Agnelo Borges, Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, Ponta Delgada, 18 de Abril de 1892.

¹⁹⁴⁵ Idem.

¹⁹⁴⁶ Idem.

ao patrão. Este era conhecido de José do Canto, fora secretário da Junta Geral onde José do Canto fora Presidente, pertencia à SPAM, sucedera a Arruda Furtado, que estivera ao serviço de José do Canto, em 1883-1884, depois da morte do saudoso João Bernardes de Abreu e Lima. Escreve: *“Que bela colheita ali se perde este ano!”*¹⁹⁴⁷ Não obstante o chá estar tratado: *“Estive nas culturas do chá, que por tal sinal achei lindas, e crescidas, mas já em grande parte podadas.”* Não há evidência documental de apanha de chá para o ano de 1888. A apanha seguinte documentada é, pois, a de Setembro de 1892.¹⁹⁴⁸

Outra nuvem bem cinzenta resultara da poda tardia e em falta, a que já aludimos. E uma terceira e última nuvem, a questão fiscal, com a reforma da pauta alfandegária a aumentar de 900 para 960 rs fortes a taxa por quilo de chá, ainda que estabelecesse a redução em 50% para o chá importado de Macau em navio nacional: *“A cláusula do transporte ser feito em Navio Nacional, dificulta muito a importação daquela procedência, mas não a impede absolutamente, e eu não posso calcular se poderei competir, isto se valerá a pena de fazer chá, só com a protecção de 480 reis fortes por quilograma.”*¹⁹⁴⁹

Acompanhara, pelos vistos, a polémica na Câmara dos Deputados, em Fevereiro, em torno dos direitos de importação de chá de Macau em que, acabando com os 50%, o equipararia a mercadoria estrangeira.¹⁹⁵⁰ Essa medida, muito contestada, daria vantagem ao chá produzido nos Açores. Só que pouco depois, em Março, se repôs os 50%,¹⁹⁵¹ o que conferiria vantagem ao chá de Macau.

Data prevista para o início da apanha. Faltavam três dias para o dia 21 de Abril, José do Canto confidenciava a João Borges: *“se houver chá rebentado; e bom tempo, estará tudo concluído e a gente a postos para se principiar a colheita, no dia 21 do corrente.”*¹⁹⁵² O que,

¹⁹⁴⁷ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, Carta de Jacinto Pacheco de Almeida a José do Canto, Ponta Delgada, 17 de Março de 1887.

¹⁹⁴⁸ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, 16088-C, Carta de João Jacinto da Câmara a José do Canto, Pico Arde, Ribeira Grande, 30 de Setembro de 1892.

¹⁹⁴⁹ Arquivo da Família Agnelo Borges, Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, Ponta Delgada, 18 de Abril de 1892.

¹⁹⁵⁰ Câmara dos Deputados, 22 de Fevereiro de 1892, p.8; Visto em 29 de Abril de 2015; <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1892m02d22-0008&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

¹⁹⁵¹ Câmara dos Deputados, 11 de Março de 1892, p.15; Visto em 30 de Abril de 2015; <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1892m03d11-0015&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

¹⁹⁵² Arquivo da Família Agnelo Borges, Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, Ponta Delgada, 18 de Abril de 1892.

dadas as circunstâncias que tivera e teria de vencer, “(...) *uma lança em África (...)*.”¹⁹⁵³ Previa que em Setembro a experiencia estivesse concluída.¹⁹⁵⁴

No limite, a 9 de Maio, os dois chineses foram a bordo de *uma* embarcação levar para bordo ou trazer para terra algo não especificado mas provavelmente ligado ao chá: “(...) *Pago a Virgílio Augusto de Sousa – condução dos chineses a bordo, \$500 (...)*.”¹⁹⁵⁵

Quando se começou exatamente a fazer a primeira campanha? Já se estaria a produzir chá pouco antes de 4 de Maio? Uma carta de Domingos Garcia Peres, de Setúbal, pedindo a José do Canto “*como primícias da sua oficina de manipulação de chá, uma porção suficiente para provar e beber à sua saúde e à prosperidade do seu intento (...)*,”¹⁹⁵⁶ datada de 4 de Maio, leva-nos a admitir essa possibilidade. Tanto mais que, no Domingo, dia 1 de Maio, através da Knowles & Foster, José do Canto enviava para Macau amostras do seu chá: “*Acusamos ter recebido a sua presada carta do 1.º do corrente, assim como a carta para o Senhor António Joaquim Garcia e dois pacotes com amostras de Chá os quais já encaminhamos para Macau.*”¹⁹⁵⁷

José do Canto enviara chá que fizera antes do dia 1 de Maio, dia em que enviara para Londres amostras de chá para serem enviadas de Londres para Macau a António Joaquim Garcia. A Firma, em 14 de Maio, cumprindo o pedido de José do Canto, já despachara para Macau a carta e o chá. Portanto, ainda sem máquinas, com amostras vindas de longe, na nova fábrica/oficina ou em espaço provisório, *Chon Sem* e *Lan Sam* haviam iniciado a produção de chá entre o dia 21 de Abril e o dia 1 de Maio. A última referência conhecida anterior relativa a fabrico de chá data de 15 de Maio de 1887.¹⁹⁵⁸ Fora feito por José Barbosa. Porque mandaria amostras de chá ao coronel Garcia em Macau? Certamente queria avaliar a qualidade do chá. O Coronel ou alguém dele conhecido dariam opinião.

1.ª Apanha: Diminuta. Todavia, em Abril de 1892, houve apenas uma primeira e diminuta apanha destinada a uma primeira experiência de fabrico de chá? Será que foi só a partir de Julho que se deu início a uma fase de apanha e de fabrico mais consistente? Uma coisa é

¹⁹⁵³ Arquivo da Família Agnelo Borges, Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, Ponta Delgada, 19 de Abril de 1892.

¹⁹⁵⁴ *Idem*.

¹⁹⁵⁵ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/Documentação não tratada, [Caderno de registo da receita e despesa -1892-1894], 9 de Maio de 1892.

¹⁹⁵⁶ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, 4818-C, Carta de Domingos Garcia Peres a José do Canto, Setúbal, 4 de Maio de 1892.

¹⁹⁵⁷ Sousa, Ob. Cit., 2000, p. 295. [UA., JC, Envio de amostras de chá produzidas por José do Canto para o governador de Macau, via Londres].

¹⁹⁵⁸ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, 11682-C, Carta de Jacinto Pacheco de Almeida a José do Canto, Ponta Delgada, 15 de Maio de 1887.

certa, os documentos de que dispomos, apontam para Julho. Será porque em Abril, apesar da grande vontade de iniciar a produção, teriam tido uma colheita insuficiente?

Nem haveria então tabuleiros suficientes para uma das fases do fabrico do chá. Será ainda porque José do Canto, antes de avançar, aguardava parecer de Macau ou de outros peritos do chá acerca das amostras que enviara? Ou por outra razão? Vamos a factos. Certo é que os tabuleiros, enviados de Londres a 16 de Junho, terão chegado à Ilha, na melhor das hipóteses, na terceira semana do mês de Junho: portanto, entre 20 e 25 de Junho. A seguir, terão ido para a Caldeira Velha, na Ribeira Grande. Se juntarmos a este facto, outro, veremos que, entre esta terceira semana do mês de Junho e a primeira do mês de Julho, data da carta, terão ido para a Caldeira Velha, João Jacinto da Câmara, o novo responsável pela fábrica/oficina, *Chon Sem* e *Lan Sam*, os dois técnicos contratados, o rancho para a apanha de chá, e homens, para executar outras tarefas precisas. A carta de 6 de Julho de 1892, escrita por Jacinto da Câmara a José do Canto, destinava-se, primeiro, a informar o patrão de um incidente desagradável entre os dois chineses: “(...) *os chineses brigaram na ocasião em que eu fui almoçar. João é que tinha ficado com eles. Diz que começaram às razões e o Chong-sing [Chon sem] deu um soco ou bofetada no velho [Lan sam], que o deitou no chão, fazendo algumas pequenas contusões no joelho e braço. A isto acudiram os homens e foram-me chamar. Já estava sossegada a questão. Custa-me incomodar Vossa Excelência mas vejo que são necessárias.*”¹⁹⁵⁹ Revela, também, quem já lá estava: *João Jacinto da Câmara, Chon Sem e Lan Sam, um João e homens*. Mais: “(...) *Cá chegou o Miguel com o seu rancho.*” Sinal de que a apanha, uma segunda depois de Abril, iria começar. Sinal ainda de que se iria fazer chá.

Quando terminou a temporada? A primeira nota conhecida de apanha de chá, de 30 de Setembro de 1892, dá a entender que ela estaria a terminar: “(...) *a respeito do chá, está hoje acabando de rebuscar o que já é muito pouco o que se acha.*” Havia mais chá, mas de folha dura, o que levantava o problema de resultar em mau chá: “*Quanto ao fazer do chá de folha dura, parece-me que não ficará bom, porque a folha que há é toda dura.*” Todavia, submisso, conhecendo-o, deixava a responsabilidade ao critério do patrão: “*mas querendo Vossa Excelência que se apanhe, é preciso mandar fazer mais algum carvão, porque o outro está no fim.*”

Resultado da campanha? Naquela campanha, talvez se refira à que começara em Julho e continuava a 30 de Setembro, haviam feito 102 caixas de chá. Leia-se com atenção: “*Quanto*

¹⁹⁵⁹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, Carta de João Jacinto da Câmara a José do Canto, Pico Arde, Ribeira Grande, 6 de Julho de 1892.

às latas de folha, estão 12, e essas que eu mandei, tinham vindo com chá velho para se preparar (fl. 1 v.) o chá está todo com o 2.º preparo para, e as caixas ficaram de todo prontas, na 2.ª feira, estão cheias 102 até hoje."¹⁹⁶⁰ O que, se for multiplicado por 7,5 K, peso médio de cada caixa, nos dará uma produção para 1892 de 765 quilos de chá. O que equivalia a muito mais dos anos anteriores conhecidos.

Treze dias antes, João Jacinto da Câmara recebera a fêria do dia 16 e manhã de 17 de Setembro, *"de fabrico de chá – (e) de torcer (chá)." Mais despesas. Pelo mesmo período, recebeu também "(...) Manuel Pereira de Lima – feitor – Ribeira Grande de fêrias de lavoura réis 11\$200; de despesas diversas Réis 6.020; DE MATAS, 10 660 RÉIS (...) Ao mesmo dito de serviços no Pico da Pedra, 7980 (...).*"¹⁹⁶¹ A 24 de Setembro, pelo dia *"23 até ao ½ dia de 24"*, pelo mesmo desempenho voltam a receber.¹⁹⁶² Portanto, João Jacinto da Câmara geria a fábrica, fazia e torcia chá. Manuel Pereira de Lima era o feitor, geria as terras e as plantações de chá.

A campanha, muito provavelmente começada em Julho havia terminado um pouco antes de 14 de Outubro. A 12 de Outubro, seguiam *"empalhadas o melhor possível"* da Caldeira Velha para Ponta Delgada *"(...) 70 caixas de chá."*¹⁹⁶³ E precisava de mais: *"(fl. 1 v.) Quanto a madeira para as caixas é para se poder preparar o chá. Desejo saber se o chá da lata também se encaixa."*¹⁹⁶⁴

No rescaldo da 1ª campanha. Provavelmente, para confirmar a qualidade do chá feito por Chon sem e Lan sam, além de querer comparar com as amostras de chá que recebera de Londres, José do Canto quis comparar o chá feito por eles com o que José Barbosa fizera: *"A respeito das duas latas que vieram com chá velho, não houve troca alguma, porque ainda estavam tapadas pela minha mão, com um papel colado por cima, e com a data e (...) o meu nome e para me ter certeza, e Vossa Excelência não ficar com mais dúvidas, deve ter escrito o custo das ditas latas, que mandou fazer para recolher chá que o Barbosa fez quando Vossa Excelência estava em Paris, depois da morte de Francisco de Melo."*¹⁹⁶⁵

¹⁹⁶⁰ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, 16088-C, Carta de João Jacinto da Câmara a José do Canto, Pico Arde, Ribeira Grande, 30 de Setembro de 1892.

¹⁹⁶¹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/, [Movimento de receita e despesa realizado desde o dia 16 até ao ½ dia de 17 do corrente], 17 de Setembro de 1892.

¹⁹⁶² Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, [Movimento de receita e despesa realizado desde o dia 23 até ao ½ dia de 24 do corrente], anexo a Carta de Jacinto Pacheco de Almeida a José do Canto, Ponta Delgada, 24 de Setembro de 1892.

¹⁹⁶³ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, 16090-C, Carta de João Jacinto da Câmara a José do Canto, Pico Arde, Ribeira Grande, 12 de Outubro de 1892.

¹⁹⁶⁴ Idem.

¹⁹⁶⁵ Idem.

Que tipo de chá produziram Chon sem e Lan sam? José do Canto nada nos diz a este respeito, mas José Bensaúde, a par do que se passava na Ilha, em finais de Dezembro de 1892, afirmava que *“todo o chá desta Ilha é, por ora, do tipo que enviei a Vossa Excelência [preto].”* E, quanto a outros chás, acrescentava apenas que se estava *“(…) estudando a fabricação de outros tipos, mas por ora não os há, nem os haverá nos primeiros meses ou ano em estado de vender, mesmo quando se acerte com o estudo entre mãos.”*¹⁹⁶⁶ Seria assim ou José do Canto experimentaria outro chá em segredo?

Porém, estava a trabalhar-se numa fábrica, sem máquinas, ainda que não totalmente pronta: *“o ladrilho ainda não veio, e está por assentar a parte do norte, 13 ou 14 metros.”*¹⁹⁶⁷ Por outro lado, davam-se retoques na fábrica: enquanto aguardava a chegada do ladrilho para orientar os mestres na fábrica/oficina de chá, João Jacinto da Câmara arrumava a fábrica/oficina: *“(…) Hoje depois do carro ter partido, recebi a carta de Vossa Excelência, e vi o que Vossa Excelência me diz a respeito das caixas pois eu é que as arrumei todas. Talvez fossem as que não levaram roupa entre uma e outra ou da corda ir mais larga.”*¹⁹⁶⁸

5.4 - Mecanização parcial da produção

Em Setembro de 1892, José do Canto não cumprira nenhum dos oito objetivos que traçara em Abril de 1892 para a *“primeira grande experiência.”* Quanto a *“ver se os chineses eram ou não bons manipuladores de chá”*, com algumas reticências da sua parte, só haveria de ter uma primeira impressão, por sinal positiva, em Maio de 1893; quanto a *“confirmar se se dispunha do necessário para trabalhar bem o chá”*, a montagem das máquinas só ocorreria em Maio de 1893; quanto a *“formar pessoal da terra à sua custa,”* apesar de João Jacinto da Câmara já torcer e fazer chá em 1892, só em finais de 1894 terminaria o contrato com Shon sem e Lan sam. Quanto aos outros objetivos: *“4 - estudar a sazonalidade do trabalho do chá”*, *“5- avaliar a produção de folha de chá por alqueire,”* *“6- Valor do Chá”*, *“7- saída do chá”* e *“8- Quanto custaria a cultura e o fabrico de cada quilo de chá,”* na melhor das hipóteses, só teria resposta segura a partir de 1893. Daí decorrerão duas consequências: os objetivos de 1892 transitaram para o ano de 1893 e José do Canto, sem dados palpáveis, terá adiado a contratação de João Borges Cordeiro. E uma primeira conclusão: apesar de tudo, não dera por fracassada a experiência. As máquinas só seriam instaladas em Maio de 1893 e a primeira exportação data de finais de 1893.

¹⁹⁶⁶ Cf. UACSD/FAM-AJB/Copiador de Correspondência Geral, n.º 8, 11 de Maio de 1891 a 29 de Dezembro de 1892, fls. 406-407: carta enviada a Pereira e C.ª, Comissões e Consignações, Porto, de 15 de Dezembro de 1892.

¹⁹⁶⁷ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, 16090-C, Carta de João Jacinto da Câmara a José do Canto, Pico Arde, Ribeira Grande, 12 de Outubro de 1892. Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, 16090-C

¹⁹⁶⁸ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, 16091-C, Carta de João Jacinto da Câmara a José do Canto, Pico Arde, Ribeira Grande, 14 de Outubro de 1892. Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, 16091-C

Em 1893, já restabelecido da forte gripe que o apoquentara durante algum tempo, José do Canto, ainda que ansioso, estava preparado para acompanhar de perto o que em Março de 1893 passara a designar por “*meu acanhado ensaio*.”¹⁹⁶⁹ Começara bem. As sementeiras para 1892-93 haviam sido boas. Em finais de Maio de 1893, conta ao Ministro da Marinha que, “*a colheita da semente, no último Outono [Setembro a Dezembro de 1892], foi muito abundante (...)*.”¹⁹⁷⁰ Porém, nem tudo correria bem. Fora feita uma vistoria não anunciada aos seus “*terrenos plantados ou semeados de chá*.”¹⁹⁷¹ Desabafa a João Borges, que lhe havia informado do sucedido: “*acho curioso, que se ocupem tanto do meu acanhado ensaio (...) não vejo que nele cometesse acto nenhum desairoso*.” E, continuando a pedir a João Borges Cordeiro, “*se não sou indiscreto, e Vossa Excelência o souber, desejava saber, se a inspecção dos terrenos plantados ou semeados de chá, foi mais extensiva, pois não me consta que houvesse exame nas plantações do Porto Formoso; ou se a houve, foi sem conhecimento dos Proprietários e de seus feitores*.”¹⁹⁷² Seria o Governo a querer ser informado do resultado do chá para o poder taxar?

Apesar das dificuldades (ou graças a elas) que teve de ultrapassar, os anos de 1892 e de 1893 acabariam por ser anos de viragem para o chá em S. Miguel. Em 1892, como vimos, Gabriel de Almeida dava conta da persistência do problema do enrolamento do chá no ano de 1892 e constatava que o aspeto desse produto não satisfazia as exigências do comércio.¹⁹⁷³ No entanto, relativamente ao ano seguinte, o mesmo observador reconhece que a grande porção de chá manuseado em S. Miguel e posto à venda é bem aceite pelos consumidores.¹⁹⁷⁴

Para além de José do Canto, no ano de 1893, havia outros produtores que comercializavam o seu chá. José Bensaúde, depois de enviar chá em 1891 e 1892 para a Cidade do Porto, em Outubro de 1893 enviou algum, à experiência, para a Terceira e Faial.¹⁹⁷⁵ No final do ano de 1893, segundo ainda Fátima Sequeira Dias, José Bensaúde enviou a primeira remessa para

¹⁹⁶⁹ Cf. Espólio Agnelo Borges, Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, 4 de Março de 1893.

¹⁹⁷⁰ Canto, José, [Conselhos sobre o chá a partir da sua experiência] BOLETIM OFICIAL DO Governo-geral DA PROVÍNCIA DE ANGOLA, Boletim Oficial do Governo-geral da Província de Angola. – N.º 29, (Sábado 22 Julho 1893). – p. 417-418.

¹⁹⁷¹ Cf. Espólio Agnelo Borges, Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, 4 de Março de 1893.

¹⁹⁷² Cf. Espólio Agnelo Borges, Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, 4 de Março de 1893.

¹⁹⁷³ Almeida, Ob. Cit., 1892, pp. 37-38

¹⁹⁷⁴ Almeida, Gabriel de, Dicionário Histórico-Geográfico dos Açores, Tipografia Diário dos Açores, Ponta Delgada, [1893], p. 33

¹⁹⁷⁵ Dias, Fátima Sequeira, *Indiferentes à diferença: os Judeus dos Açores, nos séculos XIX e XX*, Ponta Delgada, 2007, p. 260.

Lisboa, quatro latas contendo ao todo 32,045 Kg.¹⁹⁷⁶ O Dr. Francisco Machado de Faria e Maia (de nome completo Francisco Caupers Machado de Faria e Maia - n. 1841- f. 1923) vendia em 1893 “*Chá preto*” da sua propriedade na “*empresa comercial liquidadora, Rua Direita de São João, 35 a 37.*”¹⁹⁷⁷ O irmão que herdou o título, o Visconde de Faria e Maia, em 1894, também vendia “*Chá preto (...) no prédio da Ex. Sr. D. Emília Pacheco do Canto, onde esteve um Hotel ultimamente e que tem o saguão ao lado do Nascente, defronte do mercado da Graça.*”¹⁹⁷⁸ Este último já vendia chá pelo menos desde o ano de 1886. Era o proprietário da fábrica/oficina de chá Visconde de Faria e Maia (mais tarde transferida para o Cabouco).¹⁹⁷⁹ O primeiro, irmão do segundo, por esta mesma altura procurava colocar chá no Continente Português. Chegou a produzir chá na fábrica/oficina do Porto Formoso. Os irmãos, além de possuírem terrenos de chá na Lagoa e em Ponta Delgada, dispunham igualmente de plantações no concelho da Ribeira Grande. Em 1895 vemos, além do Visconde Faria e Maia, dois outros produtores de chá a receberem prémios: “*Luiz Ataíde Júnior*” e “*Frederico A. Serpa.*”¹⁹⁸⁰ São aparentados e têm plantações na Ribeira Grande. Aliás, em 1895, o concelho da Ribeira Grande já se destacava no chá, sobretudo a zona central, onde predomina a alqueire de vara pequena, conforme nos testemunha Cristóvão Moniz.¹⁹⁸¹

Além de Gabriel de Almeida, natural da Ilha, outras duas obras de autores de fora dão-nos uma imagem, que se presume ser nítida, do chá em São Miguel no ano de 1893. Fazem mesmo a apologia daquele chá no Continente português. Uma delas, publicada em 1893, fruto da pena de Júlio Máximo Pereira, atesta que “*(...) Em Lisboa já tem aparecido à venda chá açoriano (...).*”¹⁹⁸²

Para fazer bom chá, verde, preto ou de outra qualidade, era necessário secar e enrolar bem a folha, o que, aliás, sempre fora a pecha. O chá feito de Julho a Outubro de 1892 havia-o sido sem o recurso a qualquer maquinaria, com instrumentos tradicionais. Para que queria José do Canto uma máquina de secar e de enrolar chá? Parte da resposta provável vem na carta

¹⁹⁷⁶ Idem, p. 261.

¹⁹⁷⁷ *A Persuasão*, Ponta Delgada, 11 de Outubro de 1893, p.3.

¹⁹⁷⁸ *Diário de Anúncios*, Ponta Delgada, 22 de Novembro de 1894, p. 4.

¹⁹⁷⁹ Nota: ainda em 1912, conforme referência de Aníbal Cabido, ficava em “*Ponta Delgada, nas dependências da sua casa de habitação (...).*” (Cabido, 1913: p. 32) Entre 1912/13 e 8 de Julho de 1925, terá sido a fábrica/oficina transferida da casa de habitação do Visconde, em Ponta Delgada, para o Cabouco, na Lagoa. Terá ocorrido após a morte do Visconde em 1922? *Diário de Notícias*, Fall River e New Bedford, 18 de Agosto de 1925, p. 3: “*(...) 8 de Julho - Sábado à noite manifestou-se incêndio no prédio do Cabouco onde se encontrava instalada a fábrica de chá dos herdeiros do sr. Visconde de Faria e Maia. (...).*”

¹⁹⁸⁰ *Catálogo da Exposição Districtal de Artes e Indústrias de Ponta Delgada realizada em 18 de Maio de 1895, no edifício da Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense*, Ponta Delgada, Tipografia Elzevieriana, 1895, p. 52.

¹⁹⁸¹ Moniz, Cristóvão, *A Cultura do Chá na Ilha de São Miguel*, Lisboa, 1895, p.63: [(1) *Correspondente ao alqueire de vara de 12 palmos, usado na Ilha de São Miguel, exceptuando uma parte do concelho da Ribeira Grande em que predominam as plantações do chá e a vara é de 10 palmos, sendo o alqueire equivalente a 9,68 ares*] (...).’

¹⁹⁸² Pereira, Júlio Máximo, *Recordações dos Açores*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.

de Venâncio Augusto Deslandes¹⁹⁸³ a José do Canto, escrita em Lisboa, a 19 de Julho de 1893: “(...) com o propósito de aperfeiçoar e embaratecer o seu fabrico (...)”¹⁹⁸⁴ Outra resposta, vem numa carta de 26 de Maio de 1893, de António Joaquim Garcia escrita de Lisboa a José do Canto: “Daqui para o futuro dispensará muitos braços e até mesmo prescindirá dos Chinas no fim do contrato, se já tiver alguns homens aí com prática na manipulação, ficando assim Vossa Excelência livre de um encargo pesadíssimo (...)”¹⁹⁸⁵

Existirão outras razões para José do Canto adquirir máquinas. A propaganda britânica a favor do chá do Assam fizera passar com sucesso a ideia de que o chá preparado por máquinas era mais higiénico. Daí resulta que, se preparasse chá recorrendo a máquinas, teria mais possibilidade de colocar chá na Inglaterra, em Portugal continental ou em outros mercados.¹⁹⁸⁶ **Máquinas: pedido de informação a Londres.** Estando a obra da fábrica/oficina quase no fim, chegara a altura certa de pedir informações sobre máquinas para fabrico chá. A 29 de Fevereiro daquele ano, no último dia do mês em que José do Canto desejava ter as obras prontas, mas ainda sem o conseguir, embora quase, com o telhado concluído, José do Canto pede para Londres informações sobre máquinas de chá à Knowles & Foster que, em chegando, seriam já colocadas no local a que eram destinadas. Como a firma houvesse recebido a 29 as cartas de 11 e 20, em que ele fizera certamente aquele pedido massem tempo útil para o satisfazer, estaprometia fazê-lo: “Na nossa próxima responderemos à sua pergunta em respeito de máquina para fábrica de chá.”¹⁹⁸⁷ Este pedido

¹⁹⁸³ “Venâncio Augusto Deslandes (1829-1909) descendia de uma família de impressores franceses estabelecida em Lisboa no século XVII. Foi administrador da Imprensa Nacional de Lisboa e o seu nome ficou ligado ao prestígio que esta adquiriu, em finais do século XIX e princípios do século XX, pela alta qualidade técnica dos seus trabalhos de composição, impressão e gravura. Escreveu uma obra de referência para a história da tipografia portuguesa, reeditada pela INCM em 1988, com introdução de Artur Anselmo. Casou com Matilde Rebello Borges de Castro (1854-1931), natural dos Açores, de quem teve três filhos: Margarida Carolina, Luísa Gabriela e Miguel.” Bacharel em Medicina (UC), do Conselho de Sua Majestade, Cavaleiro da Ordem da Torre e Espada, Administrador-Geral da Imprensa Nacional.

<http://retrovisor.blogs.sapo.pt/16419.html>

¹⁹⁸⁴ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.4/367 RES, Carta de Venâncio Augusto Deslandes a José do Canto, Lisboa, 19 de Julho de 1893.

¹⁹⁸⁵ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.8/725, Carta de António Joaquim Garcia a José do Canto, Lisboa, 26 de Maio de 1893.

¹⁹⁸⁶ Hoffenberg, Peter H., *An Empire on Display: English, Indian, and Australian Exhibitions from the Crystal Palace to the Great War*, London, 2001, p. 114

<https://books.google.pt/books?id=ejEwvWvGwVUC&pg=PA115&lpg=PA115&dq=jackson%27s+tea+machines+england&source=bl&ots=fu8nb6Grf&sig=sHly75HPyOTXUD-RnCZY-nl4rc8&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwiT2-3ricPMAhXIShQKHcvLCs0Q6AEIVTAE#v=onepage&q=jackson's%20tea%20machines%20england&f=false>: “(...) The combination's exhibited products were intended to contrast with the adulterated Chinese ones and to counteract similar charges against Indian goods. Picking and packing by the Raj's machines, such as the Sirocco Tea Drying machine and Jackson's Tea Roller, addressed common concerns about South Asia labor practices. They suggested the pure quality of the Indian machine-produced teas, considered clean in opposition to Chinese teas produced by hand – which is distintly dirty. Horniman's advertised the resulting Indian teas as strong, pure, delicious. The International Health Exhibition in 1884 entertained over four million visitors and thus offered the association's secretary an opportunity to stimulate the popular knowledge of, and demand for, the teas from India.”

¹⁹⁸⁷ Sousa, Ob. Cit., 2000, p. 288. [UA., JC, Resposta a instruções de José do Canto para compra de tabuleiros de bambu e despesas debitadas].

de máquina, enquanto a fábrica/oficina se construía, e a planta referida, provam que José do Canto planeou, se não do início, pelo menos a partir daquela data, a inclusão de máquinas. Por dizer respeito a um edifício grande, mais nos leva a acreditar que aquela planta seja de 1891.¹⁹⁸⁸

O pedido de informações sobre máquinas de chá leva-nos a formular três perguntas. Primeira: por que razão queria José do Canto máquinas? Segunda: por que razão máquinas de chá inglesas? Terceira: por que razão o fez em Fevereiro de 1892? Primeira resposta possível: porque a máquina de secar e enrolar chá que pretendia encomendar iria reduzir os custos de produção e tornar o seu chá concorrencial. Segunda resposta: porque, à altura, a tecnologia de ponta de maquinaria de fabrico do chá era inglesa. Os cultivadores Britânicos do Assam Indiano, através da sua experiência, adaptaram a tecnologia manual dos chineses à máquina a vapor. José do Canto estava ao corrente pelas leituras. Última: porque só então estaria disponível. Disponibilidade financeira e oportunidade: pouco tempo antes, nem a fábrica/oficina estava concluída nem as plantações estariam preparadas.

Máquinas e resultado de amostras. Demorando pouco mais de um mês, a 31 de Março de 1892, a Knowles & Foster dava a José do Canto a resposta prometida. Eis as perguntas deste e as respostas daquela, a propósito do *“maquinismo para fabricar chá:”* à questão se haveria em depósito ou quanto tempo demoraria a preparar sendo encomendado, *“impossível é dizer definitivamente a este respeito sem saber quais as peças que são precisas. Como regra geral o maquinismo mais pequeno pode ser encontrado em depósito e as peças maiores terião de ser feitas especialmente, mas quanto ao tempo que levarião em fabricação isto dependeria na (sic) classe de maquinismo e se os fabricantes fossem muito ocupados ao tempo.”*¹⁹⁸⁹ Portanto, não havia ainda uma ideia certa de máquina, nem sequer uma imagem da máquina.

Na mesma carta, dizia a firma que mandava *“as amostras de Chá que nos pediu e não há despesa com elas: os preços vão marcados nas latas.”*¹⁹⁹⁰ Por que razão José do Canto pedia amostras e preços de chá? Não diz, mas tratar-se-á de amostra de chá proveniente da Índia e China, vendido no mercado Britânico. É possível que José do Canto quisesse usar aquele chá que agradava ao consumidor Britânico para tentar fazer igual ou melhor. Estaria a

¹⁹⁸⁸ Sousa Aires, Ob. Cit., 1982, pp.159-160. Arquivo Agnelo Borges: *“casa para o fabrico, ainda que grande, espero que estará pronta para o tempo requerido.”*

¹⁹⁸⁹ Sousa Aires, Ob. Cit., 2000, pp. 293-294; SOUSA, Nestor, “Os «Canto» nos Jardins Paisagísticos da Ilha de S. Miguel”, Arquipélago - História, 2.^a série, IV, n.º 1, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000, p. 181. Nota posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018: Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta da Firma Knowles & Foster, Londres, a José do Canto, Ponta Delgada, 31 de Março de 1892.

¹⁹⁹⁰ Idem, [UA., JC, Resposta ao pedido de informação sobre aquisição de máquina para fabrico de chá].

pensar fazer chá que competisse com o chá que chegava à Grã-Bretanha. Com as amostras, diria a Chon Sem e Lan Sam para tentarem fazer igual? E queria começar a fazer chá mesmo antes de adquirir e montar as máquinas?

A Knowles & Foster escreve depois da sua carta de “(...) 29 de Fevereiro pp e acusa(va) (...) as suas estimadas cartas de 20 do passado e de 16 do corrente (...)”¹⁹⁹¹ Na pior das hipóteses, uma semana depois da carta e da encomenda da Knowles & Foster, a 7 de Abril, José do Canto já tinha a amostra do chá e a resposta: “*Pago ao despachante Jerónimo Correia da Silva direitos e despacho (...) e amostras de chá (...)*.”¹⁹⁹²

De onde vieram as máquinas/quem as fabricou: hipóteses. Segundo Fernando Aires, cujo trabalho foi publicado em 1982, “*pelo impressos-reclame encontrados, José do Canto encomendou uma Tea Drying Machine à firma inglesa Marshall, Sons & Co. Limited (Gainsborough)*.”¹⁹⁹³ Não sabemos se o impresso-reclame, sem mais prova, poderá ser prova de que a máquina (ou máquinas) que foi montada pelo inglês em 1893 corresponda à ali referida. Pedro Borges, cujo trabalho é de 2007, citando a *Relação das machinas, aparelhos e utensílios existentes na officina da manipulação do chá na Caldeira Velha (...) pertencente ao casal do finado José do Canto*, de 1898, poderá estar a referir-se a máquinas vindas posteriormente.¹⁹⁹⁴ Parte do maquinismo inventariado em finais de 1898 poderá ter chegado à Ilha após o falecimento de José do Canto. Embarcado “*maquinismo para chá por vapor Zoe*,” em Setembro de 1898, certamente encomendado ainda em vida de José do Canto, em 15 de Novembro, a Knowles & Foster manda fatura “(...) por conta do casal do falecido Senhor José do Canto.” Para montar o maquinismo, enviavam a Ernesto Hintze Ribeiro “*desenho para colocação e instruções imprimidas esperando que tudo resulte à sua completa satisfação*.”¹⁹⁹⁵ Vinha ou viera também a fatura de despesa da mesma compra¹⁹⁹⁶ e de outros mecanismos que terão sido encomendados depois do *Inventário*, como demonstra a

¹⁹⁹¹ Idem.

¹⁹⁹² Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/Documentação não tratada, [Caderno de registo da receita e despesa - 1892-1894], 7 de Abril de 1892.

¹⁹⁹³ Sousa Aires, *Ob. Cit.*, 1982, pp.162-163.

¹⁹⁹⁴ Cf. BPARPD Inventários Orfanológicos TCPDL, M.402, n.º 26, processo n.º 3, volume 2, 22 Novembro 1898: “Cf. *Relação das machinas, aparelhos e utensílios existentes na officina da manipulação do chá na Caldeira Velha do prédio do Pico Arde, freguesia de N. S. da Conceição da Vila da Ribeira Grande, pertencente ao casal do finado José do Canto, [...]*.” Cf. Borges, *Ob. Cit.*, 2007, p. 195.

¹⁹⁹⁵ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/cx. 246, [Documentação proveniente de Knowles&Foster, nomeadamente conhecimentos, declarações de embarque, desenhos para fábrica de chá, factura de máquinas para fabrico de chá, anotação de despesas com tintas (XX), lista de preços de fibras têxteis no mercado inglês (1900), etc.], Carta de Knowles&Foster a Artur Hintze Ribeiro, 15 de Novembro de 1898.

¹⁹⁹⁶ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/cx. 246, [Documentação proveniente de Knowles&Foster, nomeadamente conhecimentos, declarações de embarque, desenhos para fábrica de chá, factura de máquinas para fabrico de chá, anotação de despesas com tintas (XX), lista de preços de fibras têxteis no mercado inglês (1900), etc., 31 de Dezembro de 1898.

carta da Knowles & Foster a Artur Hintze Ribeiro, datada de 25 de Agosto de 1899, dando-lhe conta do envio de “(...) *diversos catálogos de mecanismos para chá* (...)”.¹⁹⁹⁷

Margarida Machado, em 2009, afirma que o motor vertical e a vapor, assim como enroladores manuais e mecânicos vinha daquela firma.¹⁹⁹⁸ Pedro Pascoal, em 2012, apresenta um catálogo aparentemente apenas da Marshall & Sons.¹⁹⁹⁹ Do mesmo ano e do mesmo autor, no catálogo da Exposição “*Chá em S. Miguel. Cultura e Vivências*” é publicada a imagem da página de rosto do catálogo ilustrado de Fevereiro de 1892 da “*W. & J. Jacksons Patent. Tea preparing machinery and prize steam engines, boilers (...), benches, & manufactured by Marshall, sons & co. Limited.*”²⁰⁰⁰ Este catálogo, para falar apenas dele e não de outros de anos posteriores, que não estão na posse dos descendentes de José do Canto, poderá ser igual ao que José do Canto consultou antes de encomendar as máquinas. A ser assim, as máquinas encomendadas por José do Canto, ou algumas delas, seriam de patente de Jackson mas produzidas nas fábricas Marshall. A Marshall’s & Sons foi fundada em 1848 por William Marshall em Gainsborough, Lincolnshire. Em 1870, a empresa começou a fazer “*tea preparing machinery and soon after road rollers.*”²⁰⁰¹ De Londres, onde fica a Knowles & Foster, a quem José do Canto pediu a máquina, e Gainsborough, onde foi construída, distariam uns 240 quilómetros. Gainsborough é o porto interior mais famoso da Grã-Bretanha. Tem uma longa história de comércio fluvial pelo rio Trent.

Terá vindo apenas uma máquina Marshall? Uma máquina Davidson? Ou de outra proveniência? Quem foi o seu inventor? William Jackson? *O Inventário* e o *Inventário com*

¹⁹⁹⁷ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/cx. 246, [Documentação proveniente de Knowles&Foster, nomeadamente conhecimentos, declarações de embarque, desenhos para fábrica de chá, factura de máquinas para fabrico de chá, anotação de despesas com tintas (XX), lista de preços de fibras têxteis no mercado inglês (1900), etc.], Carta de Knowles&Foster a Artur Hintze Ribeiro, 25 de Agosto de 1899.

¹⁹⁹⁸ Machado, Margarida Vaz do Rego, *A cultura do chá na ilha de S. Miguel como ponte de ligação ao Oriente, in actas do 1.º Conferência internacional Interdisciplinar em Estudos de Macau: Trocas intelectuais entre Oriente e Ocidente*, 2009, p. 20, no prelo: “(...) (serviam para extrair das folhas algum suco amargo que contém), os dessecadores para tirar à folha do chá enrolada grande parte da sua humidade e assegurar-lhes a sua conservação, utilizando-se a lenha como combustível os classificadores, para separar as diversas folhas, com vista à sua classificação final, fazendo a folha passar por crivos manuais formados de telas metálicas de malhas mais ou menos apertadas.’

¹⁹⁹⁹ Melo, Pedro Pascoal F. de, *Breve História d Cultura do Chá na Ilha de São Miguel, Açores*, Oriente, Revista da Fundação Oriente, 2012, p. 46.

²⁰⁰⁰ Melo, Duarte Melo et al., Catálogo da Exposição “*Chá em S. Miguel. Cultura e Vivências*”, Museu Carlos Machado, 21 de Abril a 22 de Julho de 2012, p. 35: “*Illustrated catalogue of W. & J. Jacksons Patent. Tea preparing machinery and prize steam engines, boilers and benches, & manufactured by Marshall, sons & co. Limited. Gainsbrough and Colombo; Britannia Iron Works and Walker, Sons & Co. Limited, agents for Cedlon and Sothorn India February, 1892, N. 135. Colecção Particular.*” [Ana Mafrá. Antiga Fábrica da Mafoma, Ribeira Seca Ribeira Grande. Segundo conversa telefónica com Pedro Pascoal de Melo (10-Maio de 2016), a mesma possui catálogos referentes a outros anos: 1893, 1894, 1895. Haverá hipótese de terem vindo da família Canto? Não sabe, mas admite esta possibilidade]

²⁰⁰¹ <http://discovery.nationalarchives.gov.uk/details/rd/1cf4abc1-93d0-44c4-93e3-ddc12e4ebf5b>: “(...) In 1975 the company was sold to British Leyland and was renamed Aveling Marshall Ltd. Between 1979 and 1982 it was sold off to Charles J Nickerson and was re-registered as Marshall, Sons & Company Ltd. In 1986 Marshalls was sold to an American company and then almost immediately was bought by Theakston brothers of Driffield, Yorkshire.’

avaliação, de 1898, não nos esclarecem as dúvidas. Referem, não uma máquina, mas seis máquinas: 1- *Um gerador de vapor (...)*; 2- *uma máquina de vapor de doze cavalos nominais (...)*; 3- *Um secador de chá a vapor com cinco compartimentos (...)*; 6- *Um cortador, igualador de ferro para chá e um enrolador de chá, com uma mesa de madeira de sobresselente (...)*.²⁰⁰² Tanto quanto se sabe, a primeira referência à Marshall ocorre em data próxima de Agosto de 1898. José do Canto falecera, entretanto, a Knowles & Foster referia a queixa de Artur Hintze Ribeiro acerca do que este dissera: “(...) *sobre o aumento nos preços dos Senhores Marshall (...)*.”²⁰⁰³

Em 1913, portanto, passados quinze anos do Inventário por morte de José do Canto, Aníbal Cabido indica com mais detalhe a proveniência das máquinas.²⁰⁰⁴ Conta que “*o motor que aciona as máquinas na [Caldeira Velha] é a vapor, vertical, de Marshall, Sons & C.^a da potência de 6 ½.*” (p.30) (segundo o Inventário de 1898 é de doze e não 6 ½ cavalos). Ainda assim, a Marshall já há muito produzia aquele tipo de maquinaria. Quanto “*aos quebradores igualizadores,*” continua, eram, dizemos nós, invenções de William Jackson (1850-1915) produzidas na Marshall’s & Sons. Havia igualmente “*dois secadores Venetian e um separador de folha de chá já torcida.*” Não diz, mas estes eram também inventos de William Jackson.²⁰⁰⁵

²⁰⁰² Cf. BPARPD, TCPDL - Inventário orfanológico de José do Canto (1898), 31 Dezembro de 1898, M.402, n.º 26, vol. 3, fls. 389-396 v. Cf. *Os louvados no fim assinados [...]*.

²⁰⁰³ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação, [Documentação proveniente de Knowles&Foster, nomeadamente conhecimentos, declarações de embarque, desenhos para fábrica de chá, factura de máquinas para fabrico de chá, anotação de despesas com tintas (XX), lista de preços de fibras têxteis no mercado inglês (1900), etc.], Carta de Knowles&Foster a Artur Hintze Ribeiro, 4 de Outubro de 1899.

²⁰⁰⁴ Nota: Havia já outras fontes de fornecimento de máquinas pelo menos em 1912. Cabido publicou o seu trabalho em 1913, referente a pesquisa anterior a Março de 1913, mas em 1912, Raposo do Amaral pedia a William Hootonand Yates, de Londres, “*aparelhos a vapor para passar a folha do chá, enrolador e secador, assim como diversas informações sobre o processo. Refere, ainda, que a sua fábrica de chá tem máquina a vapor, secador, enrolador, peneiros (...)*” (p.317) *Para estar mais informado sobre os preços das máquinas, pede um segundo orçamento e A. Sousa Gouveia, de Nova Iorque (...)*.’ Machado, Margarida Vaz do Rego, *O Chá Raposo d’Amaral: contributo para o estudo do chá em S. Miguel*, pp. 316-317, in *Percursos da História: Estudos in Memoriam de Fátima Sequeira Dias*, 2016.

²⁰⁰⁵ Macfarlane, Alan and Iris Macfarlane, *Green Gold: The Empire of Tea*, Random House Books, London, 2003. <https://books.google.pt/books?id=4SCZJFFf6ZsC&pg=PT295&dq=Macfarlane,+Alan+and+Iris+Macfarlane,+Green+Gold:+The+Empire+of+Tea,+Random+House+Books,+London,&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwiBIYKrcPMAhXEuRoKHS2jDTcQ6AEIGzAA#v=onepage&q=jackson&f=false>: “(...) *The British could, however, apply their industrial techniques even more directly in the processing of the raw material, the green leaf, into the final black, fired and boxed tea. Once they had gained control of tea making on their own plantations in Assam and, later, in Ceylon (Sri Lanka), they began apply machinery to the second half of the process. Tea became an industrial product. The raw material was fed into a factory whose machines were powered by steam or water and, with little human intervention, out came the chests filled with black tea. It was one of the reasons why tea in Assam began to cost less to produce than even the very cheap Chinese tea. The story of what happened can be told through the activities of one extraordinary inventor, William Jackson (1850-1915). In the early 1870’s the young William Jackson and his brother John were travelling down the Brahmaputra on their way back from a visit to a tea estate. The ship ran aground and while waiting for repairs they wandered around the surrounding country. They came upon a Marshall portable steam engine, which had been used in India for some ten years. Jackson returned to England and formed an association with The Britannia Iron Works, out of which the extensive tea machinery business of Messrs. Marshall Sons & C.o, Ltd. (then of Gainsborough) developed. Jackson set up his first tea roller on the Heeleakah tea garden in Assam in 1872. Although based on earlier ideas, his roller was far more efficient and soon replaced the enormously time-consuming business of hand rolling tea. His many inventions included the Jackson Cross Action, Excelsior and Hand Power Rollers, complicated machines with heavy*

De forma geral, quanto aos classificadores, dissera que *“nos estabelecimentos de trabalho mecânico empregam-se instrumentos próprios fabricados pela casa Marshall principalmente.”* (p.27) Jackson era o inventor e a Marshall a fábrica que produzia os seus inventos. Principalmente, mas não só. Já havia dito, quanto aos enroladores, que *“(…) são de procedência Inglesa dos construtores Marshall and Sons e Davidson, principalmente.”*²⁰⁰⁶



[F. 70 - Gravura do Catálogo da Marshall, Sons & Cia, com uma locomóvel de 1892]

Fonte: <https://www.gracesguide.co.uk/File:1892PE4758.jpg>

Chegada da máquina/máquinas e do Britânico Harrison. É num clima de entusiasmo que o jornal *O Autônomo*, de Vila Franca do Campo, de Domingo, 30 de Abril de 1893, noticia a chegada *“(…) no Ituni [de] um perito para montar uma máquina de manipular chá*

castings. In 1877 he invented the rapid roller wich dominated the industry for twenty years. In 1899, alone, some 250 of these machines were sold. Jackson produced his first mechanical hot-air driers in 1884 and their names, we are told, are still kown today: The Victoria, Venetian, Paragon. (...) In 1887 he brought out his first tea rol breaker, the following year [1888] a tea sorte rand in 1898 a tea packer. Marshall's produced the improved machines as he evolved them and they were shipped to almost every tea country. Na indication of the effects of Jackson's machines can be seen in the price of tea production.'

²⁰⁰⁶ Cabido, Aníbal Gomes Ferreira, *A Indústria do Chá nos Açores*, in Boletim do Trabalho Industrial, n.º 88, Coimbra, 1913. Samuel Cleland Davidson (1846-1926), fundou a firma Davidson & C.º Belfast. Em 1864, o pai comprara parte de uma plantação de chá em Cachar, na Índia. Pretendeu que o filho desenvolvesse o chá. Porém, em 1874, vendeu a sua propriedade na Índia e regressou a Belfast. Durante alguns anos, dirigiu a construção das suas patentes de máquinas de chá, na BarbourandCoombe, tendo, em 1881, fundado a SiroccoEngineering Works Belfast para construir as suas patentes. Desde o sucesso da sua primeira máquina de secar chá, Davidson inventou muitas outras máquinas.

(http://www.hevac-heritage.org/victorian_engineers/davidson/Samuel_C_Davidson-1.pdf) Pode dizer-se que terão vindo da Marshall e da Davidson? (Hoffenberg, Peter H., *An Empire on Display: English, Indian, and Australian Exhibitions from the Crystal Palace to the Great War*, London, 2001, p. 114; <https://books.google.pt/books?id=ejEwvWvGwVUC&pg=PA115&lpg=PA115&dq=jackson%27s+tea+machines+england&source=bl&ots=fu8nb6Grtf&sig=sHly75HPyOTXUD-RnCZY-nl4rc8&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwiT23ricPMAhXIShQKHcvLCs0Q6AEIVTAE#v=onepage&q=jackson's%20tea%20machine%20england&f=false>: “(…) The combination's exhibited products were intended to contrast with the adulterated Chinese ones and to counteract similar charges against Indian goods. Picking and packing by the Raj's machines, such as the Sirocco Tea Drying machine and Jackson's Tea Roller, addressed common concerns about South Asia labor practices.”) Ainda há, neste mesmo trabalho de Aníbal Cabido, alusão a que a fábrica/oficina de Augusto Ataíde Estrela, possuía um motor a vapor de um cavalo de potência de origem americana. (Cabido, Aníbal, *A Indústria do chá nos Açores*, Boletim do trabalho Industrial, n.º 88, 1913, Coimbra, p. 32.) Ou que Manuel Bettencourt Neves tinha na sua *“um motor a vapor vertical e respectiva caldeira, do construtor Robey & C.ª delnglaterra, para accionar máquinas de uma fábrica de destilação e algumas que emprega a indústria do chá.”* (Cabido, Aníbal, *A Indústria do chá nos Açores*, Boletim do trabalho Industrial, n.º 88, 1913, Coimbra, p. 32.) E de que, outras duas oficinas/fábricas, além de outras máquinas, um secador do Chá Bensaúde (tinha também secador Venetian da Jackson) e um classificador da Gorreana, haviam sido construídos na Ilha de S. Miguel. (Cabido, Aníbal, *A Indústria do chá nos Açores*, Boletim do trabalho Industrial, n.º 88, 1913, Coimbra, pp. 29, 31. Os motores eram movidos ou a vapor ou a electricidade, José Bensaúde dispunha dos dois tipos e o Visconde de Faria e Maia de um motor eléctrico. (Cabido, Aníbal

nas propriedades do Sr. José do Canto."²⁰⁰⁷ Este inglês, simpático e competente, inglês ou Britânico (como de costume, generalizava-se, chamando inglês a um Britânico, que poderia ser escocês ou galês), era para *O Autônomo* "perito", para *A Persuasão* "artista" ou "engenheiro" para Artur Hintze Ribeiro. Possivelmente se chamava Harrison e seria um maquinista.²⁰⁰⁸ Gostava de chouriço e de manteiga, tendo deixado saudades em João Jacinto da Câmara. Três dias decorridos, o jornal *A Persuasão*, de quarta-feira, dia 3 de Maio, repetia aos seus leitores o que o *Autônomo* noticiara em primeira mão aos seus, que chegara alguém "(...) de Inglaterra para montar uma máquina da manipulação do chá, mandado vir pelo sr. José do Canto." Mas, como era seu timbre, acrescentava algo mais. Primeiramente que, "a máquina funcionará na magnífica fábrica que aquele cavalheiro estabeleceu na Caldeira Velha, da Ribeira Grande, onde S. Ex.^a tem a sua principal cultura do chá."²⁰⁰⁹ De seguida, bem informado porque bem relacionado: "Sabemos que é um estabelecimento de primeira ordem (...)." A razão prender-se-ia, segundo Supico, com o facto de "que só poderia ser empreendido por quem, como o Sr. José do Canto, dispõe de riqueza a aplica a sua alta inteligência e grande amor pátrio à generalização e cultura e fabrico do chá."²⁰¹⁰

Possivelmente, pelo seu pioneirismo, o empreendimento de José merecia, por parte de Júlio Máximo Pereira, uma referência especial: "(...) (p.28) (...) Na Ilha de S. Miguel (...) existe uma fábrica de chá produzido na Ilha, tentativa do rico proprietário Sr. José do Canto, que faz há muitos anos experiências de cultura e manipulação do chá."²⁰¹¹

Apesar de haver outros produtores de chá da Ilha, Francisco Maria Supico atribuíra elogios inteiramente a quem achava, com justiça, merecê-los: "Pode afoitamente dizer-se que àquelle illustre cavalheiro será devida a criação de toda a riqueza que o chá pode produzir em S. Miguel. Há bons 20 anos que S. Ex.^a dispende dinheiro, inteligência e trabalho para conseguir este fim. É bom que isso se vá repetindo, para que pelo tempo adiante o não desconheça a história local."²⁰¹² Sabemos que Gabriel de Almeida nos seus trabalhos discordava desta afirmação de Supico. A 6 do mês de Maio, *A Liberdade*, outro jornal de Vila Franca do Campo, por outras palavras, escreve praticamente o mesmo que o *Autônomo* escrevera seis dias antes: "Ituni – Por este vapor chegou pessoa habilitada a montar uma máquina de manipular chá nas propriedades do Ex. Sr. José do Canto."²⁰¹³

²⁰⁰⁷ *Autonomia dos Açores*, Ponta Delgada, 30 de Abril de 1893, fl. 4

²⁰⁰⁸ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.8/801, Carta de Knowles&Foster a José do Canto, Londres, 14 de Julho de 1893.

²⁰⁰⁹ *A Persuasão*, Ponta Delgada, 3 de Maio, fl. 3 (?)

²⁰¹⁰ *Idem*.

²⁰¹¹ Pereira, Júlio Máximo, *Recordações dos Açores*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893, p. 28.

²⁰¹² *Idem*.

²⁰¹³ *A Liberdade*, Vila Franca do Campo, 6 de Maio de 1893, p.2.

Quando terão chegado as máquinas à Ilha e à fábrica/oficina da Caldeira Velha? Pelo que se lê nas notícias da época, não fica claro que tenham vindo no “*Ituni*” ou mesmo de Inglaterra com o “*perito*,” “*artista*” ou “*engenheiro*” inglês nem mesmo que sejam de origem inglesa. A carta da Knowles & Foster a José do Canto informando-o de que, em regra, o maquinismo mais pequeno podia ser encontrado em depósito e as peças maiores teriam de ser feitas especialmente, mas quanto ao tempo que levariam no fabrico, isso dependeria da classe de maquinismo e da disponibilidade dos fabricantes,”²⁰¹⁴ é de 31 de Março de 1892. Fazendo contas ao tempo de chegada da carta à Ilha e da resposta da carta a Londres, mais o tempo de procura do que haveria em armazém e do que faltaria mandar fazer, se não chegou no *Ituni*, em Abril de 1893, obviamente, que terá de ter chegado à Ilha entre Abril de 1892 e Abril de 1893.

Máquinas chegaram avariadas. Algumas peças chegaram danificadas. Dadas as circunstâncias dos sucessivos transportes das fábricas ou de outros locais em Inglaterra ou no Reino Unido para São Miguel, era previsível que tal acontecesse. Numa carta escrita a 19 de Maio de 1893, a curta distância da chegada do inglês à Ilha, de Lisboa, Artur Hintze respondia a uma carta do sogro, onde certamente, este se queixara àquele do sucedido: “(...) *Foi na verdade desagradável chegarem partidas algumas peças das máquinas do chá, e serem de difícil substituição (...).*”²⁰¹⁵ Terminava, desejando: “*oxalá tudo depois corra bem, e lhe pague os incómodos que tem tido (...).*”²⁰¹⁶ Será talvez da altura da encomenda e montagem das máquinas, o livro que José do Canto possui: *The art of tea blending: a handbook for the tea trade a guide to tea merchants brokers dealers and consumers in the secret of successful tea mixing.*²⁰¹⁷

A montagem das máquinas demoraria pouco mais de um mês. Ficaria concluída, com sucesso, antes de 26 de Maio de 1893, provavelmente entre 19 e 26. Uma carta escrita a 26 de Maio de Lisboa, do seu Procurador de Macau, António Joaquim Garcia, que viera à capital encaminhar o filho, assim no-lo permite: “*Dou-lhe, pois, muitos e sinceros parabéns pelo feliz resultado que obteve nos trabalhos de manipulação do chá por meio da máquina que para esse*

²⁰¹⁴ Sousa, Ob. Cit., 2000, pp. 293- 294. [UA., JC, Resposta ao pedido de informação sobre aquisição de máquina para fabrico de chá].

²⁰¹⁵ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação, Carta de Artur Hintze Ribeiro a José do Canto (?), Lisboa, 19 de Maio de 1893.

²⁰¹⁶ Idem.

²⁰¹⁷ Cf. BPARPD, JC/A/1646, *The art of tea blending: a handbook for the tea trade a guide to tea merchants brokers dealers and consumers in the secret of successful tea mixing.* - London: W. B. Whittingham & Co., [1893?].

fim fez montar."²⁰¹⁸ Já a 19 de Maio, o genro dizia: Porém, "*em compensação acertou com o engenheiro que as foi montar (...).*"²⁰¹⁹ Quarta-feira, dia 28 de Junho, o jornal semanário *A Persuasão* espalhava a boa nova já saída num diário: "*Indústria. Noticiou o diário dos Açores, que já começou a funcionar a máquina ultimamente chegada a esta Ilha para a fábrica de manipulação de chá do sr. José do Canto, na vila da Ribeira Grande.*"²⁰²⁰

A notícia da montagem das máquinas correu depressa. A 4 de Julho de 1892, chegavam felicitações da firma Pereira e C.^a, do Porto, representante de Casas e Fábricas Nacionais e Estrangeiras: "(...) *as nossas mais sinceras felicitações, por ter terminado a montagem do maquinismo para enrolar e secar o chá (...).*" José do Canto não perdera tempo a divulgar os resultados da China. Mais ainda: "*assim como pela boa classificação que obteve das amostras enviadas para a China, a qual realmente é justa e bem merecida.*"²⁰²¹ Portanto, as amostras haviam passado o duro teste da China. Mais importante, ainda, aquela prestigiada e influente Firma pedia: "*Para o seguinte pacote tencionamos enviar nota de pedido para algumas caixas com chá.*"²⁰²²

Em plena apanha do chá, José do Canto, como de costume, acompanhava de perto o que se passava na Caldeira Velha. Uma carta de Jacinto Pacheco de Almeida, administrador em Ponta Delgada, em resposta ao "*bilhete de ontem, dia 7,*" de José do Canto "(...) *escrito ao som das máquinas,*" diz-nos que José do Canto fizera uma visita de um dia à fábrica da Caldeira Velha, tendo achado "*tudo como desejava.*"²⁰²³

Regresso de Harrison a casa. A 12 de Maio, João Jacinto da Câmara pede a José do Canto para o técnico inglês que estava a montar a fábrica, "*alguma manteiga de vaca para (o) (...) O inglês gosta de linguiça.*"²⁰²⁴ Dezasseis dias depois, no Domingo, dia 28 de Maio de 1893, "*com muita chuva, vento e trovões ao longe,*" João Jacinto da Câmara, da Caldeira Velha, contava ao patrão que "(...) *o inglês não se resolveu ir às Furnas e que parte hoje para aí*

²⁰¹⁸ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.8/725, Carta de António Joaquim Garcia a José do Canto, Lisboa, 26 de Maio de 1893; Outra, se data, mas basicamente a mesma: BPARPD, JC, Corr., Caixa 8, 725, Reservado, Carta de António Joaquim Garcia a José do Canto, [Depois de Maio de 1893, pois dá parabéns pela montagem da máquina, entre 30 Julho 6 de Novembro].

²⁰¹⁹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação, Carta de Artur Hintze Ribeiro a José do Canto (?), Lisboa, 19 de Maio de 1893.

²⁰²⁰ *A Persuasão*, Ponta Delgada, 28 de Junho de 1893, p.3.

²⁰²¹ Sousa Aires, Ob. Cit., 1982, p.163. [Nota 250: Idem, caixa n.º 8. Este Pereira & C.^a, do Porto, representante de Casas e Fábricas Nacionais e Estrangeiras (como se lê nas cartas timbradas da firma era uma das comissionárias de José do Canto).]

²⁰²² Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.2/105 RES Carta de Pereira & C.^a a José do Canto, Porto, 4 de Julho de 1893.

²⁰²³ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.7/682 RES, Carta de Jacinto Pacheco de Almeida a José do Canto, Ponta Delgada, 8 de Julho de 1893.

²⁰²⁴ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, 12081-C, Carta de João Jacinto da Câmara a José do Canto, Pico Arde, Ribeira Grande, 12 de Maio de 1893.

[Domingo] e amanhã [Segunda-feira] irá falar com Vossa Excelência.”²⁰²⁵ De facto, a 29, o Inglês foi às Furnas conversar com José do Canto. A 7 de Julho este esteve na Caldeira Velha, tendo achado “*tudo como desejava*.”²⁰²⁶ Naturalmente, foi inspecioná-la antes do regresso a casa de Harrison. Terá regressado a Inglaterra numa data entre a sua ida às Furnas, em finais de Maio, e 14 de Julho, data da carta de Londres da Firma Knowles & Foster, na qual se diz que “*o Senhor Harrison chegou de salvo*.”²⁰²⁷ Recebendo instruções de José do Canto, a Firma debitou “*32.8 libras (da) importância da nota de despesa inclusa*.” Acrescentava haver “*pago a este Senhor uma gratificação de 3 Libras conforme as suas instruções*.”²⁰²⁸

Montadas as máquinas, Harrison permaneceu por mais algum tempo na Ilha. Presume-se que, além de ensinar João Jacinto da Câmara a manobrar as máquinas, por prudência, fora necessário acompanhar o seu funcionamento por mais algum tempo. Montar as máquinas significava igualmente regulá-las de modo a fazer exatamente o chá que se pretendia: havia amostras enviadas pela Knowles & Foster de Londres, pelo que o técnico Inglês terá certamente trabalhado em parceria com Chon sem e Lan sam. Sempre com José do Canto por perto. É provável que se entendessem em Inglês. João Jacinto da Câmara compreendia Inglês. José do Canto também e os chineses também o saberiam. Dever-se-ia ao bom clima gerado entre eles que João Jacinto disse: “*O inglês tem sido para mim um cavalheiro (...)*,” fico “*com pena dele não estar mais tempo*.”²⁰²⁹

Máquinas: o que faziam e o contributo para a produção? O Inglês regressara a casa e, ainda que José do Canto quisesse ver-se “*livre de um encargo pesadíssimo*,” dos salários de Chon sem e Lan sam, era preciso que estes transmitissem conhecimentos sólidos a João Jacinto da Câmara. José do Canto, querendo evitar o mau exemplo da SPAM, 14 anos antes, não quis precipitar a sua saída extemporânea. Dizia-lhe António Joaquim Garcia: “*Daqui para o futuro dispensará muitos braços e até mesmo prescindirá dos Chinas no fim do contrato, se já tiver alguns homens aí com prática na manipulação (...)*.”²⁰³⁰ A 28 de Junho de 1893, Francisco Maria Supico, escrevia acerca da capacidade da máquina: “*Dizem-nos que esta*

²⁰²⁵ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, 16083-C, Carta de João Jacinto da Câmara a José do Canto, Pico Arde, Ribeira Grande, 28 de Maio de 1893.

²⁰²⁶ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.7/682 RES, Carta de Jacinto Pacheco de Almeida a José do Canto, Ponta Delgada, 8 de Julho de 1893.

²⁰²⁷ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.8/801, Carta de Knowles&Foster a José do Canto, Londres, 14 de Julho de 1893.

²⁰²⁸ Idem.

²⁰²⁹ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, 16083-C, Carta de João Jacinto da Câmara a José do Canto, Pico Arde, Ribeira Grande, 28 de Maio de 1893.

²⁰³⁰ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.8/725, Carta de António Joaquim Garcia a José do Canto, Lisboa, 26 de Maio de 1893.

máquina seca e enrola três quilos de chá por hora."²⁰³¹ Eram talvez, pelo menos, já duas máquinas.

A 2.^a Temporada de colheita e fabrico de chá: 1893. A 12 de Maio, João Jacinto da Câmara já se encontrava há algum tempo na Caldeira Velha, de onde informava José do Canto de que "(...) *por cá vai tudo correndo sem novidade.*" Informava ainda de que "*Hoje [sexta-feira, dia 12 de Maio] acabou-se de correr o chá.*"²⁰³² Na segunda-feira, dia 29 de Maio, o trabalho era retomado na Caldeira Velha: "(...) *Acabam-se umas coisas, vêm as outras.*"²⁰³³ Havia-se experimentado chá na máquina, agora era tempo de preparar a fábrica/oficina para a próxima colheita. Além das máquinas de enrolar e de secar, mais as outras referidas, era preciso trilhar um caminho seguro, procurando aliar a teoria à prática. Não só "(...) *enrolar, secar,*" mas também "*peneirar e sortir o chá; o que com estudo e prática Vossa Excelência, verá qual o bom caminho a seguir.*"²⁰³⁴ Como confidenciou a Pereira & C.^a, do Porto, antes de 4 de Agosto de 1893, talvez a 15 de Julho.

Fizera-se chá entre 5 e 27 de Junho. Manuel Pereira de Lima, responsável pelas plantações na área da Ribeira Grande, escreve a 4 de Julho ao patrão, dando-lhe conta de quem estava a fazer a colheita e do seu avanço: "*Enquanto ao chá, ontem foram as mulheres para (a) apanha e alguns rapazes apanharam ontem o da Aguinha Nova. Hoje estão na Queimada.*"²⁰³⁵ Contratavam-se, por serem mais baratos, mulheres e rapazes. Era mão-de-obra bastante disputada. Manuel Pereira de Lima queixava-se ao patrão da intromissão de João Jacinto da Câmara: "*Segundo tenho por notícia, porque estes dois dias não pude ir lá cima por causa das favas. João Jacinto mandou hoje uma carta para o Porto a Francisco Tavares. Não sei se foi para vir gente de lá e não venha gente de lá fazer mal a estes de cá nos preços.*"²⁰³⁶

A 27 de Junho, João Jacinto da Câmara, como responsável pela Caldeira Velha e pelo chá, informava o patrão de que "(...) *Apesar da invernada que tem feito, creio que tem sido geral. (...) Tenho estado à espera de bom tempo para se dar o 2.^o preparo no chá, hoje está bom, está-se peneirando (?), eu estava inquieto para isto se fazer esta semana porque para a semana que*

²⁰³¹ A Persuasão, Ponta Delgada, 28 de Junho de 1893, p.3

²⁰³² Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, 12081-C, Carta de João Jacinto da Câmara a José do Canto, Pico Arde, Ribeira Grande, 12 de Maio de 1893.

²⁰³³ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, 16095-C, Carta de João Jacinto da Câmara a José do Canto, Pico Arde, Ribeira Grande, 29 de Maio de 1893.

²⁰³⁴ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.2/125 RES, Carta de Pereira & C.^a a José do Canto, Porto, 4 de Agosto de 1893.

²⁰³⁵ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.4/375 RES, Carta de Manuel Pereira de Lima a José do Canto, Ribeira Grande, 4 de Julho de 1893.

²⁰³⁶ Idem.

vem temos muito chá rebentado com muita força."²⁰³⁷ Este chá teria sido apanhado e preparado até 21 de Julho: "(...) Mando a relação da folha verde murcha e chá em rama até 21 de Julho."²⁰³⁸

A 7 de Julho José do Canto estivera a inspecionar a Caldeira Velha, três dias depois, a 10 de Julho, pagava os meses de Abril, Maio e Junho a Chon sem e Lan sam.²⁰³⁹ Apesar de ser o ordenado devido, era certamente um prémio. Era preciso estar a postos para dar início à venda de chá fora da Ilha. Com data de 12 de Julho, José Pinheiro da Silva escreve do Porto para a Ribeira Grande a José do Canto: "(...) Esperamos dever-lhe a fineza de nos enviar as amostras do chá que tiver já preparado com seus respectivos preços e condições de venda (...)." ²⁰⁴⁰

Entretanto, João Jacinto da Câmara, que fora talvez a Ponta Delgada, a 2 de Agosto de 1893, dizia ao patrão que havia chegado "(...) cá acima há (sic) meia hora depois da meia-noite, felizmente sem o menor acidente, ainda que com muito sono e cansados." Acrescentando que "o segundo preparo foi logo depois de chegarmos e esta semana estamos fazendo chá (...)." Todavia, alertava José do Canto de que aquela "rebentação tem pouco (fl. 1 v), é provável que a próxima dê-a mais, lá para 15 ou 20 deste corrente."²⁰⁴¹ Três dias depois, 5 de Agosto, referindo-se aquele mesmo dia, mandava dizer: "acabamos às duas da tarde de fazer 18 quilos de chá, ontem fizeram-se 36,700 até às 6 horas (...)." ²⁰⁴²

A 10 de Agosto de 1893 fazia "(...) muito vento." O patrão, preparando-se para exportar chá para a cidade do Porto, inquiria acerca das caixas de chá. João Jacinto informava-o de que havia "56 caixas cheias, fora o chá deste mês [Agosto]." ²⁰⁴³ O que, dando 7,5 Kg por caixa, equivaleria a 420 Kg: ou seja pouco menos de metade de uma tonelada? A averiguação do peso das caixas era uma matéria em aberto.

²⁰³⁷ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/002, 16094-C Carta de João Jacinto da Câmara a José do Canto, Pico Arde, Ribeira Grande, 27 de Junho de 1893.

²⁰³⁸ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.2/169 RES, Carta de João Jacinto da Câmara a José do Canto, Caldeira Velha, 5 Agosto de 1893.

²⁰³⁹ Sousa Aires, Ob. Cit., 1982, pp.156-161: Lum Sum e Chum Sem: "[vai até a folha do ordenado] *Idem os mesmos – cada um o seu ordenado de 3 meses findos em 29 de Junho último ... 120\$000.*'

²⁰⁴⁰ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.2/114, Carta José Pinheiro da Silva a José do Canto, Porto, 12 de Julho de 1893.

²⁰⁴¹ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.2/169 RES, Carta de João Jacinto da Câmara a José do Canto, Caldeira Velha, 5 Agosto de 1893.

²⁰⁴² Idem.

²⁰⁴³ Cf. BPARPD, JC, Corr., Caixa 2, 170, Reservado, Carta de João Jacinto da Câmara a José do Canto, Caldeira Velha (?), 11 de Agosto de 1893

Regresso de Chon sem e Lan sam a casa. Terminada a safra de 1894, talvez em finais de Junho, data em que João Jacinto da Câmara recebeu o último salário daquele ano,²⁰⁴⁴ iria fechar-se o ciclo que se abria em 1890. Chon sem e Lan sam acabaram o contrato em Outubro, fora-lhes pago 200\$000 réis, correspondentes aos últimos sete meses de Abril a Outubro de 1894.²⁰⁴⁵ Chon Sem e Lan Sam regressaram a casa a bordo do navio *Hune*, no Sábado, dia 3 de Novembro de 1894.²⁰⁴⁶ Vão para Macau, de onde tinham vindo, via Londres. Tinham chegado havia três anos menos um mês e cinco dias, a 8 de Dezembro de 1891. As duas passagens dos dois chineses custaram a José do Canto: “*Libras 16-16-0, sendo a Libra a 7000 réis, se o câmbio do dia for este.*”²⁰⁴⁷ Assim fosse, daria “*117\$600*”réis portugueses pagos a João Maria Bessone.²⁰⁴⁸ E de terra para o barco, pagara-se “*a Virgílio Augusto de Sousa (...) de frete do barco com os chineses para bordo do Hune (?) 625 réis (...).*” Havia-se pago igualmente “*gorjeta a carroceiros da Ribeira Grande que trouxeram a mobília dos chineses e chá 125 réis, \$750.*”²⁰⁴⁹

5.5 – Comercialização do chá

O ano de 1898 figura, por direito próprio, como um marco decisivo na História do chá micaelense. **Mera coincidência ou, vendo bem, até não, a fazer fé no testemunho de Aníbal Ferreira Cabido. Além de ser o ano da morte de José do Canto, é o primeiro** em que o peso das encomendas de chá da Ilha, é registado na Alfândega de Ponta Delgada. Pela tabela, construída a partir de Aníbal Ferreira Cabido, vê-se claramente que, os valores das importações descem, enquanto o das exportações sobem. Indo às Estatísticas nacionais, conforme Quadro, vemos que a tendência começou antes e prolongou-se.²⁰⁵⁰

²⁰⁴⁴ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/Documentação não tratada, [Caderno de registo da receita e despesa -1892-1894], 30 de Junho de 1894: “*A João Jacinto da Câmara – ditas da fábrica de chá – trabalhadores 640 réis, despesas diárias, 3150 réis, 3790 réis (...).*”

²⁰⁴⁵ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/JC/001/Documentação não tratada, [Caderno de registo da receita e despesa -1892-1894], 3 de Novembro de 1894: “*(...) Aos chineses – 7 meses a cada um de Abril a Outubro (29) último, 280\$000 réis.*”

²⁰⁴⁶ Idem: “*(...) Lá foram efectivamente os chineses no sábado [3 de Novembro]; as passagens foram Libras 16-16-0, sendo a Libra a 7000 réis, se o câmbio do dia for este.*”

²⁰⁴⁷ Idem.

²⁰⁴⁸ Idem.

²⁰⁴⁹ Idem.

²⁰⁵⁰ Cabido, Aníbal Gomes Ferreira, *A Indústria do Chá nos Açores*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1913, pp. 34-35; Cabido, Aníbal Gomes Ferreira, *A Indústria do Chá nos Açores*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1913, pp. 34-35; Estatística de Portugal, Comércio do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes com países estrangeiros e com as províncias Portuguesas do Ultramar no ano de 1890, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, p. 281; Estatística de Portugal, Comércio do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes com países estrangeiros e com as províncias Portuguesas do Ultramar no ano de 1891, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893, p. 281; Estatística de Portugal, Comércio do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes com países estrangeiros e com as províncias Portuguesas do Ultramar no ano de 1892, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, p. 261; Estatística de Portugal, Comércio do Continente Português e Ilhas Adjacentes com países estrangeiros e com as Províncias Portuguesas do Ultramar, ano de 1893, Lisboa, 1895, p.308; Estatística de Portugal, Comércio do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes com países estrangeiros e com as províncias Portuguesas do Ultramar no ano de 1894, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, p. 310; Estatística de Portugal, Comércio do Continente Português e Ilhas Adjacentes com países estrangeiros e com as Províncias Portuguesas do Ultramar, ano de 1895, Lisboa, 1897, p.315;

Importações - Açores (Quilos)

Ano	PDL AC	PDL Esta.	Horta Esta.	Angra Esta.
1890		4.384	3.064	6.292
1891		3.856	2.752	6.676
1892		3.737	2.095	7.836
1893		3.422	1.972	7.072
1894		3.075	1.614	7.722
1895		3.034	1.915	7.851
1896		2.834	1.589	7.638
1897		3.069	1.750	8.056
1898	3.320	2.878?	1.040?	5.896?
1899	2.839	2.164	1.083	7.585
1900	1.749	1.559	1.426	9.601
1901	1.827	1.533	1.635	7.335
1902	1.048	1.049	2.442	7.739
1903	2.108	1.872	2.746	8.814
1904	1.138	1.148	2.656	7.569
1905	1.340	1.528	2.395	7.395
1906	1.096	1.100	2.478	6.985
1907	435	388	2.451	6.932
1908	-	945	2.147	6.999
1909	-	880	2.360	6.219
1910	-	992	2.109	5.708
1911	-	509	2.041	5.085

Entretanto, a importação de chá, para a Ilha de S. Miguel diminuía entre os anos de 1898 e de 1911: de 3.320 quilos caía para 509. Todavia, veja-se quadro abaixo (segunda coluna, dados de Aníbal Cabido, terceira, dados da Estatística Nacional), recorrendo a dados da estatística nacional, recuando e avançando nas datas e alargando às outras duas Alfândegas dos Açores, em primeiro lugar, vemos uma discrepância considerável entre os dados de Cabido e os da Estatística Nacional. Porquê? Não sei. Utilizando os dados da Estatística

Estatística de Portugal, Comércio do Continente Português e Ilhas Adjacentes com países estrangeiros e com as Províncias Portuguesas do Ultramar, ano de 1896, Lisboa, 1898, p.311; Comércio e Navegação, Estatística Especial, ano de 1898, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, p. 365; Comércio e Navegação, Estatística Especial, ano de 1899, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900, p. 357.

Nacional, de 1890 a 1911, a média anual de importações de chá, em S. Miguel é de c. 2800 quilos, 2.080 para a Horta e de 7.227 quilos para Angra. Isto querará dizer que aquela quantidade de chá outrora importada, mais três mil quilos, no caso de São Miguel, ou mais de 2000 quilos, no caso da Horta, foi substituída por chá da Ilha? É uma hipótese. Mas não é totalmente seguro. Não consumo de mais chá ou consumo de outros produtos, tais como chá ou chocolate, serão outras hipóteses igualmente a ter em conta.

Cabido era oriundo da Ribeira Grande e formara-se em agronomia. Na altura em que redige o seu trabalho, datado de 9 de Março de 1913, e de Ponta Delgada, Cabido era engenheiro chefe da 5.^a circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria. Quanto a cotejar os dados de Aníbal Cabido com os documentos originais da Alfândega de Ponta Delgada,²⁰⁵¹ para o confirmar ou até para o ampliar, sucede que, não obstante os esforços para chegarmos a eles, não vimos a série documental da Alfândega de Ponta Delgada. Aliás, as séries documentais da Alfândega disponíveis à consulta que tratam das exportações acabam em 1880.²⁰⁵² Mas se cotejarmos os dados de Aníbal Cabido (PDL- AC) com os da Estatística Nacional (PDL - Esta.), para os anos iniciais, veja-se quadro abaixo, vemos que existem, ainda que insignificantes no contexto geral, ligeiras diferenças. Ainda assim, temos que tê-lo em conta.

Importações (Quilos)

Ano	PDL-AC	PDL-Est.	Dif
1900	1.749	1.559	+190
1901	1.827	1533	+294
1902	1048	1.049	-1
1903	2.108	1.872	+236
1904	1.138	1.148	-10
1905	1.340	1.528	-188
1906	1.096	1.100	-4
1907	435	388	+47

²⁰⁵¹ Cabido, Aníbal Gomes Ferreira, *Ob. Cit.*, 1913, pp. 34-35: "(...) "(p. 34) O quadro junto (exportações), cujos elementos foram colhidos na alfândega (p.35) desta cidade mostra a exportação de chá no período de 1898 a 1911.) "(p.35) (importações)."

²⁰⁵² Nota: Pedimos aos responsáveis pelos arquivos da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada (BPARPD) e do Arquivo da Alfândega de Ponta Delgada, que nos localizassem as séries referidas por Aníbal Cabido ou outras séries, segundo nos informaram, nada foi encontrado. Pesquisei aturadamente o Catálogo disponível, pesquisou-se, segundo garantiram, inclusivamente, o ainda não tratado. Pelo que, não posso confrontar os dados de Aníbal Cabido com as fontes que cita. Ainda assim, foi possível, graças a elementos soltos do Arquivo Brum da Silveira do Canto (de José do Canto), que também não está intacto, fazer alguma comparação. Bem como notas dispersas em jornais. Último livro disponível: "(...) (fl.4) (...) B BB (...) 2 caixas de chá (...)." Cf. BPARPD/ACD/ALFSDL, Entrada e saída de mercadorias estrangeiras descarregadas, Alfândega de Ponta Delgada, 929, 1 de Abril de 1880, fl. 4.

António Joaquim Garcia, a 26 de Maio de 1893, de Lisboa, não podia ter dado melhor notícia a José do Canto: **o seu chá fora muito apreciado na China e na Inglaterra.** ²⁰⁵³ Acrescentava, sabendo como era perfeccionista, “*e isto basta para Vossa Excelência não ter a mais pequena apreensão na sua venda, pois é realmente chá (...)*.”

José do Canto, descontando a lisonja, o coronel precisava dos seus favores, terá sentido alguma satisfação. Porém, ainda no Outono de 1893, José do Canto não lograra cumprir quatro, dos oito objectivos que traçara, em Abril de 1892: “4- *estudar a sazonalidade do trabalho do chá*”; “5- *avaliar a produção de folha de chá por alqueire*”; “6- *Valor do Chá*”; “7- *saída do chá*” e “8- *Quanto custaria a cultura e o fabrico de cada quilo de chá*.”

Como terá feito as contas? Terá certamente tido em mente dois tipos de despesas: as relativas à infra-estruturação e as atinentes à sua manutenção. Muito provavelmente, calculando os custos e os benefícios anteriores e posteriores à instalação das máquinas de secar e de enrolar chá em Maio de 1893, José do Canto pôde, finalmente, aproximar-se do preço por que lhe ficaria cada quilo de chá. Para de seguida, comparando aquele montante ao de outros chás vendidos na lha e no Continente Português, pedir um preço para o seu chá. Terá juntado todas as despesas a partir da compra, em 1865, da propriedade do Pico Arde? Terá continuado a ter em conta o que escreveu em o **Memorando para a Junta Geral** em 29 de Novembro de 1880? Pensara então que “*(...) a planta do chá senhores, vegeta exuberantemente no meio de nossas montanhas, em verdadeiros maninhos, desprezados até agora, e de ínfimo valor*.” Portanto, pretendia valorizar os terrenos do Pico Arde. Registe-se que naqueles terrenos também plantou árvores e espadana (*Phormium Tenax*). Pensava em 1880, antes de qualquer experiência contínua que “*a produção [era] remuneradora poucos anos depois da plantação*.” E que “*o fabrico não exig[ia] construções nem mecanismos dispendiosos, nem capitais que exced[ia]m a posse de qualquer mediano cultor*.” E que poderia ser “*uma cultura popular espalhando os seus benefícios por todas as classes da sociedade*.”²⁰⁵⁴ É possível que, com ligeiras diferenças, continuasse a pensar na mesma linha de ideias, tanto foi assim que avançou em 1891. Outra prova ainda será o facto de que outros o acompanharam. Continuaria a pensar que os rendimentos obtidos pelo chá não seriam inferiores aos da laranja? Veja-se, no arranque em 1873 do projecto do chá da SPAM: “*(...) há todas as razões para crer que este género de cultura virá a ser uma fonte de prosperidade*”

²⁰⁵³ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.8/725, Carta de António Joaquim Garcia a José do Canto, Lisboa, 26 de Maio de 1893: “*O Senhor Harrison chegou de salvo (...): ‘O chá foi muito apreciado na China e está sendo do mesmo modo apreciado na Inglaterra, e isto basta para Vossa Excelência não ter a mais pequena apreensão na sua venda, pois é realmente chá (...).*’”

²⁰⁵⁴ Supico, Francisco Maria, *As Escavações*, vol. III, 1995, pp. 1128-1029.

pública não inferior talvez à laranja.²⁰⁵⁵ (nosso bold) É bem possível que sim. E os que lhe seguiram as pisadas terão igualmente, de outro modo não teriam seguido o seu exemplo.

O notório sucesso público da mecanização de José do Canto levaria de imediato alguns produtores de chá a encomendar máquinas. Logo em 1895, foi Vicente Machado Faria e Maia, em 1898 foi a vez de Raposo do Amaral introduzir máquinas.²⁰⁵⁶ José Bensaúde/Joaquim fê-lo em 1900.²⁰⁵⁷ Os Herdeiros de José do Canto mandariam vir, em 1900, nova maquinaria e ampliariam a fábrica/oficina.²⁰⁵⁸ Os Herdeiros mantiveram a chama acesa, tanto assim foi que, em 1905, segundo Supico, o empreendimento que herdaram figurava em primeiro dos 10 “*produtores de chá em grande escala.*”²⁰⁵⁹ Além destes, prova de que o chá avançava, “*em ponto pequeno haverá ainda vários outros produtores e preparadores de chá,*” que não cita (entre os quais é provável que constasse a Gorreana).²⁰⁶⁰ Em 1913, quando Aníbal Cabido redige o seu trabalho, já existiriam 10 ou 11 fábricas/oficinais, e nove com alguma maquinaria. Além destas, existiam mais trinta e oito pequenas. As exportações haviam disparado. Em 1910, os Herdeiros ainda ocupavam o primeiro lugar nas exportações. Ao período começado em 1891 por José do Canto designei de “5.º Tempo de Crescimento: *Arranque da mecanização e das exportações* (1891-1950’s).”²⁰⁶¹ A mecanização, ao embaretecer o produto final, vai ter um efeito imediato no consumo interno da Ilha, que em 1913 era calculado num terço do total produzido de 80 a 90 toneladas em 1912 (?), o que equivaleria a umas 21 toneladas (Cabido, pp. 34-35). De 50 hectares de plantações de chá, em 1888 (testemunho de Cristóvão Moniz), em 1913 atingira-se os 435 hectares. É possível que as maiores plantações de chá, naquele ano, com 134 hectares, fossem os Herdeiros de José do Canto. A Exposição da SPAM de 1895, prova da ascensão do interesse pelo chá, premiara com

²⁰⁵⁵ Idem: “(...) *Importante deliberação tomou a Sociedade d’Agricultura Michaelense em sessão d’assemblea geral de 30 de Novembro último* [1873].” (ainda e de novo, nosso sublinhado).

²⁰⁵⁶ Cf. UACSD/FAM-ARA/D/DI/001/001/lv. 18, Carta de José Maria Raposo do Amaral Júnior ao pai José Maria Raposo do Amaral Sr., 19 de Dezembro de 1896 a Agosto de 1898, Ponta Delgada, 16 de Maio de 1898, fl. 407-408.

²⁰⁵⁷ Dias, Fátima, *Ob. Cit.*, 2007, p. 368.

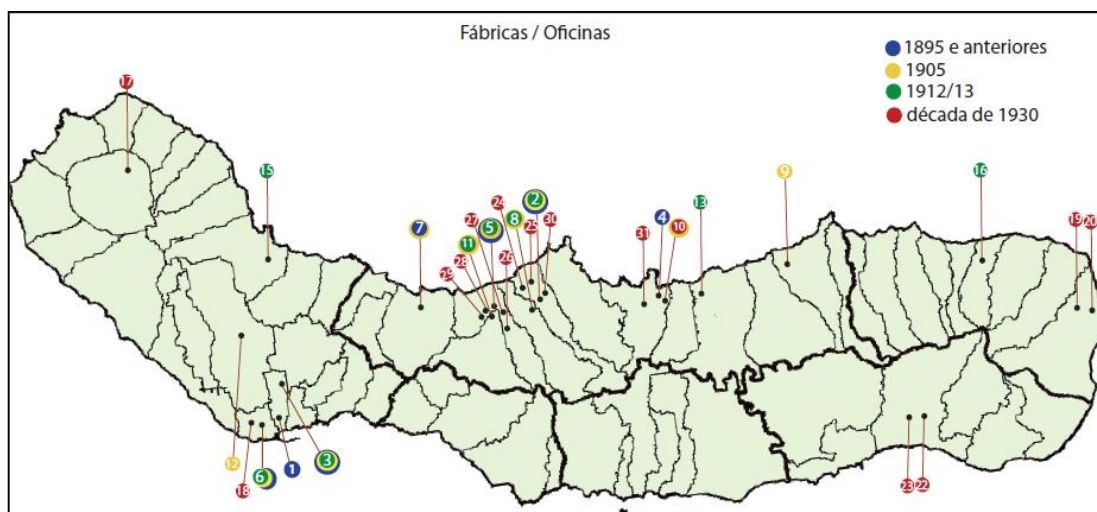
²⁰⁵⁸ A Persuasão, Ponta Delgada, 28 de Novembro de 1900, p. 3

²⁰⁵⁹ Herdeiros José do Canto, Luís Ataíde Corte Real da Silveira Estrela [LL/Ataíde/Corte Real/Mafoma], Francisco Bettencourt [Fenais da Ajuda], Marquês Jácome Correia [Condessa], Raposo do Amaral, Dr. Manuel Maria da Rosa, Frederico Augusto Serpa, Augusto Ataíde Corte Real [Pico do Refúgio], Visconde Faria e Maia e José Bensaúde.

²⁰⁶⁰ Escavações: CCCLXXII: O Chá na Ilha de São Miguel, A Persuasão, Ponta Delgada, n.º 2.264, 7 de Junho de 1905, p.2.

²⁰⁶¹ Moura, Mário, *Onze tempos do chá nos Açores (Proposta de esboço)*, 24-27 de Abril de 2014, XXI Colóquio da Lusofonia, Porto Formoso, São Miguel, p. 229.

duas menções honrosas os chás de Luís Ataíde Corte Real Júnior e do Visconde de Faria e Maia.²⁰⁶²



[F. 71 - Mapa da localização das fábricas/oficinas]
Fonte: documentação aqui tratada

Gabriel de Almeida vê o potencial comercial de publicações sobre a cultura e a produção de chá e edita, em 1892 e, de novo, em 1893, dois trabalhos sobre o chá: *Manual do Cultivador e Manipulador do Chá*, em 1892, e, *Guia do Cultivador e Manipulador do Chá*, em 1893. Nenhum, porém, tem a qualidade do de Cristóvão Moniz, por isso, terá sido incentivado a publicar em 1895 o seu de 1888. Era mais um sinal de que o chá arrancava em força.

Em 1896, um ano depois de introduzir na sua oficina/fábrica máquinas, Vicente Machado Faria e Maia descia o preço do seu chá para os níveis dos chás Bensaúde.²⁰⁶³ Ou seja a 1800 réis o quilo. Conhece-se mal o chá do Visconde Faria e Maia, não dispomos de documentação, no entanto, quer a iniciativa do Visconde de 1895 quer a de José do Canto em 1891 terão por certo feito José Bensaúde reconsiderar de alto a baixo o seu empreendimento do chá. José Bensaúde já disporia de plantações de chá na década de 1880.²⁰⁶⁴ Afinal, em Janeiro de 1880, já demonstrara interesse pelo chá, a julgar por uma carta de Francisco de Melo a José do Canto.²⁰⁶⁵ Em 1891, mandara mesmo chá para a cidade do Porto, em 1893, para Angra,

²⁰⁶² Diário dos Açores, Ponta Delgada, 31 de Maio de 1895, p. 1

²⁰⁶³ A Persuasão, Ponta Delgada, 9 de Setembro de 1896, p. 4: “*Chá Preto. Vende-se chá das propriedades do Sr. Visconde Vicente Machado de Faria e Maia, na casa n.º 19, que tem o saguão defronte do mercado da Graça, por grosso e em cartuchos de 125 gramas a 225 réis.*”

²⁰⁶⁴ Dias, Fátima, Sequeira, *Ob. Cit.*, 2007, p. 257.

²⁰⁶⁵ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 274 [Não tem número], Carta de Francisco de Melo a José do Canto, 6 de Janeiro de 1881: “(...) *Excelentíssimo Senhor, o homem que trata dos tabacos do Senhor Bem Saúde perguntou-me se aproveitava pra viveiros todos os galhos que se cortavam na poda do chá. Eu disse-lhe que não sabia dizer nada porque a poda ainda se não fez e que não sabia o que Vossa Excelência determinava.*”

Horta e Lisboa.²⁰⁶⁶ Após uma interrupção, que se prolongaria até 1898,²⁰⁶⁷ retoma o envio, ainda que bastante diminuto, em 1899. Razões desta pausa? Segundo Fátima Sequeira Dias, outros interesses ocuparam-no, designadamente, a cal, o ananás, o álcool e o tabaco.²⁰⁶⁸ No entanto, penso que, sem excluir aquelas razões, poderá se explicado também por outra razão. Confrontando o que faziam José do Canto e o Visconde de Faria e Maia, no que concerne as exportações, tinha barcos por sua conta, havia chegado à conclusão de que, para entrar a sério no negócio do chá, tinha de criar bases mais sólidas. Aliás, como diz no-lo afirma, noutro trecho do seu trabalho, esta autora: havia que reformular o seu chá, pelo que encomenda novas sementes e plantas, máquinas e adopta outras posturas.²⁰⁶⁹

José Bensaúde não pertencia à elite da terra, muito embora, privasse com ela, pois, pertencia ao elitista Clube Micaelense, administrava casas poderosas da terra, tais como a de António Borges, de Ernesto do Canto, de Caetano de Andrade de Albuquerque, até mesmo a de José Jácome Correia. Era quinze anos mais novo do que José do Canto e quatro de Ernesto do Canto (Ponta Delgada, 1835 – 1922).²⁰⁷⁰ Foi sócio da SPAM, pelo menos, desde 1878. Apesar de não estar entre os sócios da SPAM, que em 1882 encomendaram utensílios para trabalhar o chá, já seguia de perto o chá. Na década de 1880 sugere que se mandasse apurar o valor comercial do chá micaelense em Inglaterra e já anda a ver como se cultiva chá, oferecendo até os seus préstimos para obter sementes e utensílios. Ora, José Bensaúde não era alheio a plantas, sementes e jardins, pois trabalhara para António Borges. Segundo o filho Alfredo Bensaúde, António Borges não ficaria muito longe da importância de José do Canto no que toca a jardins.²⁰⁷¹ É bem provável que José Bensaúde acompanhasse António Borges aquando da vinda à Ilha de Goze, em 1867, na sua missão de angariação de plantas para o Jardim Botânico de Coimbra, pois, Carlos Machado só tomaria posse dos negócios de António Borges na Ilha a 17 de Julho de 1870.²⁰⁷²

²⁰⁶⁶ Dias, Fátima, Sequeira, *Indiferentes à diferença: os judeus dos Açores, nos séculos XIX e XX*, Ponta Delgada, 2007, pp. 260-61.

²⁰⁶⁷ Idem, p. 262.

²⁰⁶⁸ Idem, p.263.

²⁰⁶⁹ Idem, pp. 269-272. Em 1900 mecaniza a fábrica/oficina, manda vir sementes e plantas dos melhores sítios, Índia e China, reformula os circuitos comerciais, etc..

²⁰⁷⁰ Para estudar a sua biografia, aconselha-se livro que o filho Alfredo publicou sobre o pai: Bensaúde, Alfredo, *Vida de José Bensaúde*, Litografia Nacional, Porto, 1936.

²⁰⁷¹ Bensaúde, Alfredo, *Vida de José Bensaúde*, Litografia Nacional, Porto, 1936, p.113: “Quando, em 1861, a família de António Borges foi viver para Coimbra, onde Caetano Andrade de Albuquerque ia cursar a Universidade, era meu pai quem em S. Miguel mandava executar os seus planos para a disposição e plantação dos jardins e das matas com espécies muitas vezes importadas de Portugal, França, Bélgica, Inglaterra (...).”

²⁰⁷² Idem, p.123.

Segundo a biografia do filho Alfredo, José Bensaúde teria propriedade nas proximidades dos Arrifes, no sítio das Confrarias e Lagoa do Conde.²⁰⁷³ Ora Joaquim regressou da Alemanha em 1884, onde fora estudar engenharia. Depois de 1884, colaborando na administração dos negócios da família, além do seu interesse pela História, repartiu-se entre Ponta Delgada e Lisboa. Pelo que, a fazer fé no irmão Alfredo, quanto ao chá, e não só, deve ter-se em conta o irmão Joaquim.

O exemplo de José do Canto arrastou também José Maria Raposo do Amaral, pai (Ponta Delgada, 26 de Setembro de 1826 — Ponta Delgada, 8 de Julho de 1901) e filho (Ponta Delgada, 1856 — Ponta Delgada, 1919). Eram ambos sócios proeminentes da SPAM. Apesar de ser na altura Presidente da SPAM, por qualquer motivo, não estava entre os que em 1882 encomendaram utensílios para o fabrico de chá. Eram ainda família de José do Canto. Absorvidos na campanha que levaria à obtenção da Autonomia Administrativa para São Miguel, porém, atentos ao que se passava com o chá, possuíam terrenos cultivados com chá contíguos aos de José do Canto no Pico Arde, na Barrosa e no Tamujal. Amaral além das plantações na Ribeira Grande, dispunha de outras nos Ginetes, no Concelho de Ponta Delgada. Já em 1895 preocupava-se com a devastação que os coelhos lhe causavam às suas plantações de chá da Barrosa, na Ribeira Grande.²⁰⁷⁴ Ainda naquele mesmo ano, José Maria Jr. fizera parte do júri que atribuíra prémios a determinados produtores de chá da Ilha.²⁰⁷⁵ O seu chá do *Tamujal*, continuava a inquietá-lo em Julho de 1895: persistia a ameaça dos coelhos.²⁰⁷⁶ Em Fevereiro de 1896, embora persista a dúvida se exporta ou importa, pois o texto é de leitura ambígua, eventualmente, terá exportado chá pela primeira vez.²⁰⁷⁷ Em de Dezembro de 1896, não nos resta dúvidas, exporta chá a 1 500 réis o quilo.²⁰⁷⁸ Que conclusão poderemos tirar desta última carta? Que José Maria Raposo do Amaral (pai e filho), ainda antes de introduzir máquinas e de construir um edifício adaptado a fábrica/oficina, na Ribeira Grande, conseguiram – terão feito bem as contas ou perderam dinheiro? -, mandar chá para o Porto a um preço acima dos 1200 réis do de José do Canto e

²⁰⁷³ Idem, p.165: “No extremo norte desse corpo de terra encontra-se uma plantação de chá para cuja exploração meu irmão Joaquim [Ponta Delgada, 27 de Março de 1859 — Lisboa, 7 de Janeiro de 1952] organizou uma fábrica de chá na rua de Santa Catarina.”

²⁰⁷⁴ Cf. UACSD/FAM-ARA/D/DI/001/001/lv. 06, 16 de Maio de 1895, fl. 303 v., Carta de José Maria Raposo do Amaral Jr a José Maria Raposo do Amaral Sr.

²⁰⁷⁵ Diário dos Açores, Ponta Delgada, 31 de Maio de 1895, p. 1

²⁰⁷⁶ Cf. UACSD/FAM-ARA/D/DI/001/001/lv. 06, 1 de Julho de 1895, fl. 364- 365 v., Carta de José Maria Raposo do Amaral Jr a José Maria Raposo do Amaral Sr.

²⁰⁷⁷ Cf. UACSD/FAM-ARA/C/ADP/010/lv. 07, 8 de Fevereiro de 1896, [fl. 30]. Lançado no borrador caixa: “(...) Despacho de 1 caixa com chá, n.º 57, 371.745.”

²⁰⁷⁸ Cf. UACSD/FAM-ARA/Documentação avulsa/C-J, 14 983, Carta de J. P. Conceição a José Maria Raposo do Amaral Jr, Porto, 4 de Janeiro de 1897: “(...) Tenho em meu poder seu estimado favor de 20 de Dezembro pretérito passado e estou muito reconhecido a Vossa Excelência pelo conteúdo do mesmo. Parece-me que não haverá dificuldade em sustentar sempre o preço de 1\$500 réis por quilo para o chá de que teve a bondade de me enviar amostra, mas cativo das despesas de despacho aqui, as quais são insignificantes e também da comissão.”

abaixo dos 1800 réis de José Bensaúde. Ora o edifício anterior seria uma casa como José do Canto tivera antes de construir a sua oficina/fábrica, semelhante às 38 descritas por Cabido em 1913: espaço provisório onde se fazia chá à maneira manual tradicional chinesa.

Em outra informação, da maior relevância para este estudo, ficamos a par da existência de um outro exportador: Luís Soares de Sousa.²⁰⁷⁹ Quem seria este *Senhor Luís Soares de Sousa*? Luís Soares de Sousa (Ponta Delgada, 16 de Outubro de 1846 — Ponta Delgada, 10 de Fevereiro de 1901) foi um grande comerciante e empresário, político republicano e benemérito açoriano, membro da Comissão Autonomica de Ponta Delgada e um dos mais destacados líderes autonomistas dos tempos do Primeiro Movimento Autonomista Açoriano.²⁰⁸⁰ Em 1897 era membro da SPAM. **Como chega Soares de Sousa ao chá?** Pedro Pascoal dá-nos uma pista: estabelecendo uma parceria com Luís de Ataíde Côrte-Real da Silveira Estrela (1843-1910) e a Fábrica/oficina de Chá Micaelense L.L., na Ribeira Seca da Ribeira Grande.²⁰⁸¹ Porque teria Luís da Silveira Estrela escolhido Luís Soares de Sousa para parceiro? Entre outras possíveis razões, a nosso ver, duas: Soares de Sousa era comerciante com experiência em exportações e importações e era dono de uma carreira de transportes da Ribeira Grande para Ponta Delgada.²⁰⁸² Era conveniente, porque a *fábrica/oficina* ficava na Ribeira Grande. Já teriam máquinas? Outra fábrica/Oficina: apesar de não termos documentos, é provável que a do Visconde Faria e Maia também já exportasse por esta altura.

²⁰⁷⁹ Idem: *O nosso mútuo amigo o Excelentíssimo Senhor Luís Soares de Sousa tem-me feito algumas consignações de chá e, não desejando melindrá-lo, ficaria muito agradecido a Vossa Excelência se permitisse que eu esperasse uma resposta daquele Senhor para ter o prazer de aceitar as consignações deste género de Vossa Excelência (...).*

²⁰⁸⁰ https://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs_Soares_de_Sousa

²⁰⁸¹ Melo Pedro Pascoal F. de, A CASA DA MAFOMA - Estudo Monográfico, in INSULANA, vol. LXVI (2010). Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada; Chá em S. Miguel. Cultura e vivências, Museu Carlos Machado, 21 de Abril a 22 de Junho de 2012, p. 10: “[a] *Fábrica de Chá Micaelense L.L.* foi fundada por Luís de Ataíde Côrte-Real da Silveira Estrela (1843-1910). Membro da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense interessou-se pessoalmente pelo cultivo e manipulação do chá, mandando plantar grandes extensões dessa planta em propriedades suas sitas à Ribeira Seca da Ribeira Grande, Terra Chã, Pico dos Carneiros e Pico da Cova, numa área total próxima dos 200 alqueires de vara pequena (...) As folhas de chá eram laboradas na sua residência sita ao lugar da Mafoma, Ribeira Seca da Ribeira Grande, em anexos junto ao pátio principal da casa. Tinha como colaborador Luís Soares de Sousa (1846-1901), daí o nome sob o qual era comercializado o produto final: *Chá Micaelense L.L.* (...)”

²⁰⁸² https://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs_Soares_de_Sousa: “Foi proprietário da mais importante cocheira de Ponta Delgada, grande comerciante e industrial, co-fundador e principal accionista da Fábrica de Tabaco Estrela, uma das fábricas de tabaco da ilha de São Miguel. Ligado aos transportes rodoviários através da sua cocheira, a partir da qual mantinha carreira regulares de carruagem para a Ribeira Grande, Vila Franca do Campo e outras localidades, esteve ligado à tentativa frustrada de construir em São Miguel uma linha de caminho-de-ferro, projecto abortado em 1914 com o advento da Primeira Guerra Mundial.”

São, pouco seguras, as tentativas de exportação de chá para o Continente Português anteriores a Janeiro de 1891, pelo que, a primeira até ao momento digna de registo para colocar chá à consignação fora da Ilha, até prova em contrário, terá sido levada a cabo por José Bensaúde. Como bom comerciante, a exemplo do que fizera em Novembro de 1864 com o ananás,²⁰⁸³ em Janeiro de 1891 fez o mesmo com o chá, enviando à firma Pereira & C.^a, na Cidade do Porto, no dia 1.²⁰⁸⁴



[F. 72 - José Bensaúde, 1889, autor desconhecido (1835-1922)]
Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Bensa%C3%BAde

Para o ano 1892, ano da publicação do seu livro, Gabriel de Almeida garantia que “(...) *em Lisboa a venda do chá michaelense faz-se com bom acolhimento por parte dos apreciadores* (...)”.²⁰⁸⁵ Em 1893, Júlio Máximo Pereira comprovava o seu aparecimento no mercado lisboeta: “(...) *Em Lisboa já tem aparecido à venda chá açoriano* (...)”.²⁰⁸⁶ Ainda em 1893, Manuel Emídio da Silva reforçava esta prova.²⁰⁸⁷ E, todavia, em 1894 e em 1895, o chá não era mencionado pelo “*O Agricultor Açoriano*, jornal de Ponta Delgada, na sua rubrica *Mercado de Lisboa* entre os diversos produtos açorianos colocados no Mercado de Lisboa. Ou sequer,

²⁰⁸³ Dias, Fátima Sequeira, Ob. Cit, 2007, pp. 182-183; Nota posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018: Provavelmente, é preciso temperar esta afirmação porque, vejamos o caso de José do Canto: Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de Bernardino António Gomes, Sintra?, a José do Canto, ?, 6 de Agosto de 1858: “(...) (fl.1) *O formoso ananás que me mandou e pesava mais de oito arratéis, é neste género o que tenho visto melhor. Aromático e saboroso superiormente, de tão avultadas dimensões, não imaginava mesmo que este fruto chegasse a ganhar tais preparações pelos cuidados da cultura* (...)” Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta Royal Botanic Gardens, Londres, a José do Canto, ?, 11 de Abril de 1859: “(...) *I am directed to return you many thanks of the Royal Botanic Society of London for a Pine Apple weighing 6 pounds imported from the azores, and when cut up was found to be very juicy and finely flavoured. It was much admired by the meeting;*” Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não inventariada (Nestor Sousa), Carta de Andrews & Sons, Londres, a José do Canto, Paris, 1 de Dezembro de 1863: “(...) *In sight of your instructions we send you a Pine Apple which came by the Sarah Fox, with your fruits, fortunately it has not been sold, which would have been done tomorrow, as we had no orders from St. Michaels to send it on.*”

²⁰⁸⁴ CF. UACSD/FAM-AJB/Copiador de Correspondência Geral, n.º 8, 11 de Maio de 1891 a 29 de Dezembro de 1892, fl. 334: carta enviada a Pereira e C.^a, Comissões e Consignações, Porto, de 1 de Janeiro de 1891; CF, Fátima Sequeira Dias, Indiferentes à diferença: os Judeus nos Açores, nos séculos XIX e XX, pp. 257-258: : “(...) *o chá preto, único que por ora produz (e não há outro nesta ilha) é do género do chá que mais se bebe em Inglaterra. Mando a Vossa Excelência uma amostra por esta mala. Vendo-o em latas pequenas de cerca de 6 quilos, e em latas grandes de 9 a 10 quilos.*”

²⁰⁸⁵ Almeida, Gabriel de, *Páginas da História Agrícola dos Açores*, in Almanach Agrícola para 1893, primeiro ano, Gabriel de Almeida, campeão Popular, 1892, p. 57-59.

²⁰⁸⁶ Pereira, Júlio Máximo, *Recordações dos Açores*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893. (Extraído do Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa, 12.^a série, n.ºs 7 e 8)

²⁰⁸⁷ Silva, Emídio da, *S. Miguel em 1893, Causas e Pessoas*, Cartas reproduzidas do Diário de Notícias de Lisboa, Ponta Delgada, Biblioteca da Autonomia dos Açores, pp.33, 41-42: “*uma parte do chá fabricado é consumida nos Açores; outra parte é exportada para Lisboa e Inglaterra.*”

citando a mesma fonte, no mercado local. Nem sequer num estudo saído entre 1892/3 e 1897.²⁰⁸⁸ Porquê? Uma explicação: talvez se devesse ao facto da sua ainda diminuta expressão. Ou de falta de elementos. Apesar de já se exportar para o mercado de Lisboa, com registo de Alfândega em 1898, ainda em 1899, há jornais que não registam o preço do chá no mercado Lisboaeta.²⁰⁸⁹

O primeiro pedido conhecido de amostras chá a José do Canto, é de Setembro de 1892.

Vem do Funchal dirigido ao filho, José Brum do Canto. Não se sabe se foi ou não satisfeito o pedido. Quem o faz é o comerciante José da Silva, em carta de 23 Setembro de 1892. A encomenda seguinte de amostras de chá, desta vez há confirmação de que obteve resposta, chega do Porto. Quem a pede é José Pinheiro da Silva a 12 de Julho de 1893.²⁰⁹⁰ Que se saiba, José do Canto terá enviado à Firma Pereira e C.^a amostras de chá para venda, entre 12 de Julho e 4 de Agosto de 1893.²⁰⁹¹

Para seguir de perto as exportações, sobretudo de chá de José do Canto, mas também de outros da Ilha, de 1893 a 1898, ano em que falece, fizemos os Quadros XVIII – A, pp. 45-49, e XVIII – B, pp. 49-57 (Vide – Anexo Tese).²⁰⁹² O XVII, que, servirá para confrontar o ano de 1898 do Arquivo de José do Canto com o da Alfândega, foi organizado por Aníbal Cabido.²⁰⁹³ Impõe-se bastante cautela no uso destes dados.²⁰⁹⁴ Das duas, uma: ou nem todas as Guias de Embarque dos Herdeiros de José do Canto emitidas pela *Empresa Insulana de Navegação* chegaram até nós, ou nem todo o chá dos Herdeiros de José do Canto, seguiu em barcos da *Empresa Insulana de Navegação*. Isto porque, para o ano de 1905, que utilizamos como sondagem, a soma dos quantitativos das *Guias de Embarque*, dá 10.251 quilos, quando

²⁰⁸⁸ Nota posterior à entrega da tese em Janeiro de 2018: *Crónica Económica: O problema de viação rápida de Ponta Delgada. O estudo económico*, in Revista Micaelense, Ponta Delgada, n.º 3, 1919, pp. 293-314

²⁰⁸⁹ Diário dos Açores, Ponta Delgada, 23 de Junho de 1899, p.2.

²⁰⁹⁰ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.2/114, Carta José Pinheiro da Silva a José do Canto, Porto, 12 de Julho de 1893.

²⁰⁹¹ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.2/125 RES, Carta de Pereira & C.^a a José do Canto, Porto, 4 de Agosto de 1893.

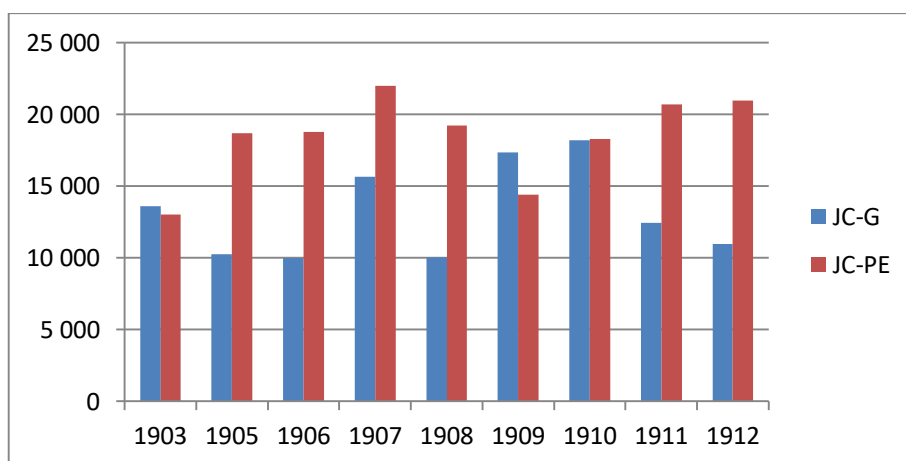
²⁰⁹² Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Cx., Conhecimentos de embarque, Cx. 307. O Quadro XVIII – A, resulta da correspondência comercial de José do Canto com diversas partes, o XVIII - B, por seu turno, resulta da Documentação não tratada/ Conhecimentos de embarque ou Guias de embarque de José do Canto. Para sermos mais correctos, para confirmar, revi-os um a um, seria preferível designá-los por Guias de Embarque da *Empresa Insulana de Navegação*. Em navios fretados ou detidos por José Bensaúde. Vamos segui-los não até ao ano de 1918, último ano da série, mas até ao ano de 1912, último da série de Aníbal Cabido.

²⁰⁹³ Cabido, Aníbal Gomes Ferreira, *A Indústria do Chá nos Açores*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1913, pp. 34-35. Diz ele: "(p. 34) *O quadro junto (exportações), cujos elementos foram colhidos na alfândega (p.35) desta cidade mostra a exportação de chá no período de 1898 a 1911.*" E na página 35, supomos também baseados em elementos da Alfândega. Resulta, ainda, do confronto de elementos de Raposo do Amaral (trabalho de Margarida Machado) e de José Bensaúde (trabalho de Fátima Sequeira Dias).

²⁰⁹⁴ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 292, Resumo da C/C de João Ferreira Rica com os Excelentíssimos proprietários do Chá Canto, no ano de 1905. Resulta, finalmente, da comparação dos dados de José do Canto/Herdeiros com o *Resumo da Produção do chá de 1.ª e de 2.ª de 1905 a 1912 e sua distribuição* (...) [Faltam: chá de escolha, pó e moinho].²⁰⁹⁴ Além do ano de 1905, que tomaremos como ponto de verificação aprofundada: "Resumo da C/C de João Ferreira Rica com os Excelentíssimos proprietários do Chá Canto, no ano de 1905.

a soma dos montantes no documento referido no, perfaz, 18.679 quilos. Pelo que, há que ter cuidado na utilização destes dados. No ano de 1905, trataremos o assunto em contexto.²⁰⁹⁵

ANO	HJC-G	HJC-PE	Dif.
1903	13.617	13.016	+601
1905	10.251	18.679	-8.428
1906	10.008	18.788	-8.671
1907	15.685	22.012	-6.327
1908	10.031	19.241	-9.210
1909	17.379	14.406	+2.973
1910	18.198	18.297	-99
1911	12.427	20.729	-8.302



Que podemos extrair destes quadros? Quanto ao Quadro XVIII - B, para os anos de 1897-98. Para Lisboa: 148 caixas e 457 caixinhas. Para o mesmo período, para o Porto: 33 caixas e 65 caixinhas. Ou seja, quanto a caixas, a diferença percentual entre o Porto e Lisboa era de mais de quatro vezes favorável a Lisboa: 81,8% para Lisboa contra 18,2% para o Porto. Lisboa suplantara o Porto desde o início. A Horta, para o mesmo período, tem 22 caixas e 88 caixinhas. Em termos proporcionais, a Horta ultrapassa o Porto. Segundo os Quadros XVIII - A e XVIII - B, quem eram os intermediários do chá de José do Canto? Na Horta, era Carlos Maria Serpa. Quem foram os intermediários de José do Canto? Na Cidade do Porto, em vida de José do Canto, foram Pereira & C.^a e José Bernardo Carlos das Neves (1898), após o seu

²⁰⁹⁵ Os HJC- G (Guias de Embarque) em 1903 (+601), em 1909 (+2.973), e em 1911 (+8.302), porém, em 1905 os HJC-PR têm mais (8.428), em 1906 mais (8.671), em 1907 mais (6.327), em 1908, mais (9.210), e, em 1911, mais (8.302). O que nos leva a perguntar licitamente, o que ter em conta? A primeira conclusão, tirando 1909, é a de que nem todo o chá seguiu nos barcos da *Insulana*. Mas que quantitativo utilizar: HJC-G ou HJC-PE? Com a ressalva dos riscos, creio que se deve seguir o HJC-PE, excepto para 1909. Porquê? Porque o maior valor nos levará ao valor real? Em parte, mas sobretudo porque estamos perante contas prestadas pelos responsáveis no terreno (Vaz Castro e depois Ricca) aos herdeiros. Contas que confrontadas, por exemplo confrontando as de Artur Hintze com as de Guilherme Poças Falcão, batem certo. Ainda assim, não é totalmente, certo, pois podiam estar empoladas para impressionar os herdeiros. É um risco que assumo. Se compararmos os dados de HJC-G (Guias de embarque na *Insulana*) com os dados de HJC - PE (Papéis com dados de exportação dos Herdeiros de José do Canto destinados aos co-proprietários), vemos que há diferenças muito significativas.

falecimento, em 1898, Plácido Irmão e em 1900, Rawes & C.^a. Em Lisboa, no tempo de vida de José do Canto, começou por Germano Serrão & Arnaud, que começa através de Lisboa, sem vender inicialmente chá em Lisboa, a colocar o chá no Porto. João Pacheco Alvares Ferreira (1897).

O Governo Central não votara uma lei de incentivo à cultura do chá açoriano que tanto ansiavam. Em contrapartida, a partir de 1898, protegeu-a através da pauta alfandegária: mantendo elevada a taxa paga pela importação de chá estrangeiro e taxando o chá oriundo das colónias portuguesas, incluído nos “*gêneros chamados coloniais*.”²⁰⁹⁶ Ao invés, classificando o chá açoriano como produto nacional, isentava-o de qualquer pagamento. Portanto, o chá produzido nos Açores e exportado, conforme no-lo diz José Bensaúde “*é nacional e nenhum direito paga para a Fazenda Nacional à entrada no Continente*.”²⁰⁹⁷ A esta luz se percebe, conforme Margarida Vaz do Rego, a diligência que a AM pediu ao Governador do Distrito em 1900: uma “representação” ao Ministro das Obras Públicas “*em que se pedia para se não diminuir na pauta mínima o direito de importação do chá estrangeiro (...)*.”²⁰⁹⁸ Também se percebe a chamada de atenção de Cabido em 1913, para a “*continuada protecção*” pautal.²⁰⁹⁹



[F. 73 - Aníbal Ferreira Cabido (1856-1913)]

Fonte: cf.https://geneall.net/images/names/pes_58195.jpg

Pergunta-se se, fazendo parte do Governo, Ernesto Hintze Ribeiro, um filho da terra, que devia favores à terra, que fora membro da SPAM, não alcançou esta preciosa ajuda. Mais tarde um sobrinho, António Hintze Ribeiro afirma que o tio havia ajudado na pauta de

²⁰⁹⁶ Comércio e Navegação, Estatística Especial, ano de 1900, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901, p. XCVII; Comércio e Navegação, Estatística Especial, ano de 1900, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901, p. 82.

²⁰⁹⁷ Dias, Fátima Sequeira de, *Ob. Cit.*, 2007, p. 259.

²⁰⁹⁸ Machado, Margarida Vaz do Rego, *A cultura do chá na ilha de S. Miguel como ponte de ligação ao Oriente*, pp. 19-20: “*Em 1900, pelo Governador do Distrito [Ponta Delgada] é levada ao Ministro das Obras Públicas uma representação da SPAM [Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense] em que se pedia para se não diminuir na pauta mínima o direito de importação do chá estrangeiro pois: “quando se tornou óbvia a vantagem desta cultura, se aumentou o número de indivíduos que cultivam e se começou a tornar numa esperança risonha para os habitantes desta ilha, ela fica ameaçada duma concorrência mortífera ao diminuir-se o direito de imposto na Alfândega sobre o chá estrangeiro.”* Procurei na correspondência do Governo Civil, mas não consegui ver esta representação.

²⁰⁹⁹ Cabido, *Ob. Cit.*, 1913, p. 16.

1892.²¹⁰⁰ Aliás, vai ao encontro do que escreveu Fátima Sequeira Dias sobre a reforma das Alfândegas, que ocorrem por esta altura.²¹⁰¹ Pelo que o chá da Ilha de São Miguel enviado para as demais Ilhas do arquipélago, para a Madeira ou para o Continente Português, como mercadoria da terra, chá preto nacional, equivalia ao arroz produzido no Ribatejo e vendido na Estremadura ou ao vinho produzido no Douro e vendido no Algarve.

Que estratégia montou José do Canto para bater a concorrência dos chás do estrangeiro e dos seus concorrentes das Ilhas no Continente Português? Antes de mais, pretendeu distinguir o seu chá do dos outros produtores das Ilhas logo em 1893. Será que o conseguiu? Fora ele quem mandara vir *Chon sem* e *Lan sam* e Harrison, o técnico Britânico, para montar as primeiras máquinas de chá. A mecanização traduzia-se em mais e melhor chá: mais higiénico, mais bem feito e mais barato. Antes de falecer, mandaria vir mais máquinas. Cria outros tipos de chá, por exemplo: chá em pó. Mantém-se sempre aberto a sugestões dos vendedores e distribuidores. A preferência do consumidor Português pelo chá estrangeiro, porém, apesar de o seu chá ser tão bom ou melhor, segundo lhe diziam, é outra fonte de dificuldade. Aconselhado a fazer “reclames” do seu chá, ponderando custos e outras dificuldades, recusa fazê-lo, apesar de lhe reconhecer os benefícios. Não participa em exposições talvez por se ter desiludido da frustrada participação da de 1883/1884.

Vejamos ao pormenor. José do Canto começou a vender chá na Cidade do Porto, através da Firma Pereira & C.^a antes de 15 de Julho de 1893. Aproveita o circuito comercial de que dispunha para outros géneros. Porquê no Porto? Ao ver o quadro de Importações de chá abaixo publicado, percebe-se, em parte, a razão: a Alfândega do Porto, servindo a Cidade do Porto e área de influência comercial, com menor população do que a de Lisboa, importava, proporcionalmente, quase tanto ou mais do que a cidade de Lisboa. Era, pois, o sítio ideal para onde José do Canto deveria mandar o seu chá.

Ano	Lisboa	Porto
1893	129.293	120.244
1894	149.501	115.375

Fonte: Estatística Nacional

²¹⁰⁰ Ribeiro, António Hintze Ribeiro, “Do chá dos Açores”, *Livro do Primeiro Congresso Açoreano*, de 8 a 15 de Maio de 1938, *Jornal da Cultura*, 2.^a edição, 1995, p. 378: “Protecção do chá nas pautas aduaneiras: Pauta de 1892/Art.º 344/Chá/Kilo 1000 reis ouro.”

²¹⁰¹ Dias, Fátima Sequeira de, *As Alfândegas nos Açores: séculos XIX e XX*, (também na enciclopédia Açoriana), in *Os Açores na História de Portugal séculos XIX-XX*, 2008, p. 132: “Sob a égide de Ernesto Rudolfo Hintze Ribeiro, para combater o contrabando, assiste-se à reorganização dos Serviços das Alfândegas e Contribuições Indirectas (Decreto de 17 de Setembro de 1885), dividindo-se, então, as alfândegas em quatro grupos: o primeiro, agrupando as de Lisboa, Porto e Consumo; o segundo, abrangendo as das Ilhas Adjacentes – Funchal, Angra, Horta e Ponta Delgada (...).’ Levava tempo a legislar? Dera tempo ao tempo? Era uma forma de ajudar.

Mas fazia-o por Lisboa, através de uma Firma que nascera em São Miguel, a *Germano Serrão Arnaud*, com quem há muito trabalhava. Dizemos em primeiro lugar, porque a Firma Pereira & C.^a, do Porto, escrevendo a 4 de Agosto de 1893 uma carta a José do Canto, o confirma.²¹⁰² A linguagem usada na troca entre a firma e José do Canto é própria de uma relação comercial normal.²¹⁰³ A 4 de Setembro, chegara à Firma Germano Serrão Arnaud, em Lisboa, originariamente sediada em Ponta Delgada, o chá que José do Canto enviava para o Porto.²¹⁰⁴

Manda para Lisboa e Porto, estava a par dos dados demográficos, e para o Faial? Ora, em 1900, as Estatísticas nacionais, davam 1.426 quilos de chá (supomos que estrangeiro), entrados na Horta. Era interessante, além do mais tinha lá propriedades e feitor. E para Angra, para o ano de 1900: c. de 9.600 quilos (também oriundo do estrangeiro?).²¹⁰⁵ Para Angra, José Bensaúde, aproveitara. Segundo as Estatísticas Nacionais, referindo-se a importação de chá, os mercados da Horta, Angra e, iremos ver, o do Funchal eram mercados a tentar colocar chá da Ilha de São Miguel.

E a venda de chá micalense para fora do país? Em 1893, Emídio da Silva alvittrara que *“Uma parte do chá fabricado é consumida nos Açores; outra parte é exportada para Lisboa e Inglaterra.”*²¹⁰⁶ Será que estava a confundir exportações com o envio de amostras para Inglaterra? Não se sabe. O que se sabe é que esta ideia esteve recorrentemente na mente dos micalenses desde o início da experiência do chá. Em 1878, houve quem pensasse que a partir do momento em que *“(…) o chá açoriano corresponda ao que concorre nos principais mercados, ninguém deixará de o preferir pela certeza de que não está falsificado.”* Completando: *“(…) Quem não deve ficar muito satisfeito com a novidade, é o comércio inglês; nos porém que amamos esta iniciativa que conduz à prosperidade de Portugal (…).”*²¹⁰⁷

²¹⁰² Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.2/125 RES Carta de Pereira & C.^a a José do Canto, Porto, 4 de Agosto de 1893: *“(…) poder o estimado favor de (...) de 15 de Julho (...)”*. Em segundo lugar, porque aí se pedia para *“enviar na volta deste pacote, e nas condições do costume, por via do Senhor Germano Serrão Arnaud, 4 meias caixas de chá preto de 1.^a sorte, vindo as mesmas em dois volumes separados.”*

²¹⁰³ Idem: *“(…) enviamos a Vossa Excelência uma amostra de chá preto Oolong que, caso tenha, obsequia-nos enviar amostras com preços. Se tiver chá verde é favor também enviar-nos (fl. 1 v) amostras. Também desejamos chá preto do mais barato que aí houvesse porque convindo amostra que Vossa Excelência enviar, é para comprar quantidade.”*

²¹⁰⁴ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.6/602 RES Carta Germano Serrão Arnaud a José do Canto, Lisboa, 4 de Setembro de 1893: *“(…) Tomámos conta das 2 caixas com chá por este vapor, que mandamos aos senhores Pereira & C.^a do Porto segundo as instruções de Vossa Excelência e as deles.”*

²¹⁰⁵ Cf. Comércio e Navegação, Estatística Especial, ano de 1900, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901, p. 364.

²¹⁰⁶ Silva, Emídio da, S. Miguel em 1893, *Cousas e Pessoas*, Cartas reproduzidas do Diário de Notícias de Lisboa, Ponta Delgada, Biblioteca da Autonomia dos Açores, pp.33, 41-42.

²¹⁰⁷ A Cultura do chá nos Açores, (Diário do Comércio, Lisboa, in A Persuasão, 20 de Fevereiro de 1878, pp.1-2.

Mais tarde, a ideia ainda persistia, já na década de noventa, em 1896, José do Canto indagaria junto de um dos seus intermediários, acerca desta possibilidade.²¹⁰⁸ Não sei se será de novo confusão ou não, mas por morte de José do Canto, Loureiro, no seu elogio fúnebre, afirmaria, preto no branco, que “(...) *o seu chá, sem estabelecer concorrência com o dos outros cultivadores, é todo consumido nos mercados ingleses.*”²¹⁰⁹

Como interpretar a participação de O Chá Canto na Exposição Universal de Paris em 1900, se não como uma tentativa de conseguir uma quota no mercado estrangeiro para o seu chá?²¹¹⁰ Ou o empenho na exposição em 1901 no Relvão aquando da Visita Régia? Vieram Britânicos e Espanhóis e dezenas de jornalistas nacionais e estrangeiros. Seriam ocasiões únicas para publicitar o seu chá e tentar expandir a produção para dentro e fora do país? Naturalmente. Haveria aí alguma intenção de colocar chá de São Miguel em Inglaterra? Cabido por volta de 1913, era peremptório: o chá açoriano, “*só (podia) ter consumo no Continente (...).*” (p.37)

Infelizmente para os produtores de chá micaelenses, tanto quanto se sabe, ao contrário da laranja, rainha e senhora nos lucrativos mercados Britânicos durante mais de um século, ou, em menor escala, do ananás, podendo ter existido um envio limitado de chá pelo correio, o chá micaelense, em períodos de paz, nunca lograria conquistar qualquer quota daquele mercado. O mercado Britânico estava dominado por comerciantes Britânicos que importavam chá da China produzido pelos chineses ou chá e da Índia e do Ceilão (mais tarde de África), produzido por Britânicos.

Cedo sobrevieram problemas com a comercialização do chá Micaelense no Continente Português. Uma carta de José do Canto datada de 22 de Novembro de 1893, em resposta a uma de 4 de Novembro, de João Patrício Álvares Ferreira, de Lisboa, dá-nos conta de dificuldades.²¹¹¹ Como forma de publicitar o chá de José do Canto, Álvares Ferreira mandara grafar “*que o chá é feito em S. Miguel, e por chins mandados vir expressamente (...).*” Quando se referia aos Chineses, só poderia estar a referir-se a José do Canto, “*(...) eu estou neste caso, e portanto é da minha produção.*” O problema residia no facto de que, daquela forma, ao referir-se a José do Canto sem o mencionar, incluía outros chás da Ilha além do de

²¹⁰⁸ Nota 251: Caixa n.º 8, carta de Germano Serrão Arnaud, de Lisboa, 4 de Dezembro de 1896; Fernando Aires de Medeiros Sousa, *José do Canto: Subsídios para a História Micaelense (1820-1898)*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1982, p.163.

²¹⁰⁹ Loureiro, Augusto, *José do Canto III*, in A Actualidade, Ponta Delgada, 27 de Novembro de 1898, p. 2.

²¹¹⁰ Foto de lata: colecção particular de descendente de José do Canto

²¹¹¹ Cf. UACSD/FAM – ABS – JC/ 001/ 4961, Carta de José do Canto a João Patrício Álvares Ferreira, 22 de Novembro de 1893: Álvares Ferreira remetia a José do Canto uma “*(...) caixinha com os pacotes de chá*” que organizara.

José do Canto. Poderiam ter misturado o chá que enviara para o Porto através da Germano Serrão Arnaud de Lisboa, que fora parar à Firma Pereira & C.²¹¹², com os 28,570 Kg que José Bensaúde enviara em finais de 1892 também para o Porto e para a Firma Pereira & C.²¹¹² Fosse assim ou não, José do Canto não gostou e reagiu: *“quanto aos seus pacotes, saíram muito bons e convidativos, e nada há senão elogios a fazer-lhes: e se não fosse a legenda que V. nestes escreveu eu não teria direito a fazer reflexão alguma.”* Era necessário começar a separar águas: *“Eu não tenho a vaidade de me persuadir de que sou o melhor produtor de chá desta Ilha, mas bom, ou mau, tenho direito a que não seja outro vendido em meu nome e por isso é necessário que me expliquem a este respeito.”*

A confusão entre os chás oriundos da Ilha iria dificultar a venda do chá micalense no Continente. Outra preocupação recorrente, na óptica dos produtores da Ilha, igualmente grave, seria a mistura feita pelos vendedores continentais com o chá de José do Canto. Diz José do Canto: *“Ainda não tive tempo de provar o seu chá, nem quis abrir os pacotes, para se não deteriorar.”* Di-lo de forma irónica. Prosseguindo no mesmo tom: *“mas diz chá francamente, que eles têm delicioso aroma, a que o meu chá, com quanto assaz saboroso, não tem quase nenhum aroma. Portanto, esse aperfeiçoamento é obra de V. e não há ali o meu chá puro.”*²¹¹³ Mantém o tom irónico. Era difícil conquistar mercado para o chá da Ilha, a competição era grande, sobretudo com os chás estrangeiros e com os de Macau. José do Canto sabia-o ao dizer: *“não desconhecendo de modo algum o serviço espinhoso de família de usar o público português com este artigo de produção nacional (...)”* Por isso, concluía *“é natural que eu considere a hipótese em que os pacotes não contenham o meu genuíno chá puro.”*²¹¹⁴

As condições de pagamento seriam sempre outra dificuldade. Tendo convencido ou sido convencido, a relação comercial entre José do Canto e Álvares Ferreira continuou boa em 1896.²¹¹⁵ José do Canto aceitara que o seu chá puro fosse misturado pelo vendedor. Como teriam resolvido a questão da publicitação? Teria a legenda sido corrigida para exibir o nome de José do Canto? O primeiro anúncio conhecido do *Chá Canto* vem no *Diário de Notícias*, de Lisboa, do dia 12 de Dezembro de 1904. A nota de 12 de Dezembro de 1898, de

²¹¹² Dias, Fátima Sequeira, *Indiferentes à diferença: os Judeus nos Açores, nos séculos XIX e XX*, p. 259.

²¹¹³ Cf UACSD/FAM – ABS – JC/ 001/ 4961, Carta de José do Canto a João Patrício Álvares Ferreira, 22 de Novembro de 1893.

²¹¹⁴ Idem.

²¹¹⁵ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.2/140, Carta João Patrício Álvares Ferreira a José do Canto, Lisboa, 19 de Junho de 1896: *“(...) Confirmando a minha de 17 do passado sem favor algum de Vossa Excelência a que deva resposta. Esta tem por fim pedir-lhe a fineza de me remeter 12 caixas de chá da qualidade do costume (...).”*

José Bernardo Carlos das Neves, do Porto, ainda menciona de forma ambígua: *Chá das Ilhas dos Açores*.



Fonte: SDUA

Outro problema, bastante grave, da solução satisfatória dependia o preço final, dizia respeito ao preço do transporte do chá da Ilha para o Continente. José do Canto queixara-se à Firma Germano Serrão Arnaud, de Lisboa, que lhe colocava o chá no Continente. A Firma, já dissemos que era oriunda da Ilha, havendo-se transferido para a capital, aliás, como faria José Bensaúde com a **Insulana de Navegação**, por exemplo, dava-lhe inteira razão.²¹¹⁶ Ainda assim, informava-o, em carta de 4 de Agosto de 1896, de que se vendia regularmente o chá.²¹¹⁷

A concorrência dos produtores de chá das Ilhas no mercado Continental crescia. Quem seriam estes concorrentes? Em 1896, José Bensaúde nada enviara, aliás, só voltaria a enviar, segundo Fátima Sequeira Dias, em 1899. Assim sendo, só poderia ser, entre outros que nos escapam, o chá Raposo do Amaral, o chá L.L. da dupla Luís Estrela e Luís Soares e o chá do Visconde Faria e Maia. Seria chá deste último, por ter no ano anterior instalado já máquinas?

Numa outra carta, de 4 de Dezembro de 1896, Germano Serrão Arnaud elogia a qualidade do chá de José do Canto e refere a preferência de muitos fregueses por esse produto. Porém, faz notar que já começava a haver alguma concorrência, a qual não constituía ainda qualquer ameaça ao produto açoriano. Logo acrescentava, algo de novo, ainda não preocupante, mas que começava já a fazer-se notar: “*ainda que notamos se está principiando*

²¹¹⁶ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.2/131 RES Carta Germano Serrão Arnaud a José do Canto, Lisboa, 18 de Julho de 1896: “(...) mas da nossa parte não podemos dar-lhe remédio porque nos não é dado intervir nos fretes feitos nas diferentes agências e pelos quais são responsáveis os respectivos agentes a quem tem de ser dirigidos as reclamações a que os carregadores se julgarem com direito tanto mais dando-se esse caso com a agência de S. Miguel a quem compete resolver quaisquer dúvidas ou questões que se apresentem. E dito isto resta-nos significar a Vossa Excelência que muito (...) não estar na nossa mão atender à justa reclamação de Vossa Excelência (...)”.

²¹¹⁷ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.2/129 RES Carta Germano Serrão Arnaud a José do Canto, Lisboa, 4 de Agosto de 1896.

a manifestar uma certa concorrência neste mercado.” Tal facto, porém, ficasse, por enquanto descansado José do Canto, não constituía nenhuma ameaça, pelo menos no imediato.²¹¹⁸

Talvez por isso, a fim de escoar o seu chá, José do Canto, sem sucesso aparente, sondou a possibilidade de colocar chá no estrangeiro. A resposta da Firma Germano Serrão Arnaud a José do Canto a esse respeito, de 4 de Dezembro de 1896, não se fez esperar, é clara como água da nascente: não era possível por enquanto.²¹¹⁹

Em 1896, a maior concorrência, apesar de já haver sinais, não vinha dos outros chás da Ilha, mas da preferência do consumidor nacional pelos chás estrangeiros.²¹²⁰ Para vencer a concorrência nacional e estrangeira, ainda em 1896, o conselho daquela firma, era a o recurso a uma campanha publicitária.²¹²¹ Não o faria, a primeira campanha surge já no tempo dos seus herdeiros. Em 1896, só inscrevendo alguns dados de importação de chá em Portugal, veja-se quadro.

Origem	Total
China	236.089
Inglaterra	22.596
Alemanha	13.478
Total	273.561

Fonte: Estatística de Portugal, Comércio do Continente Português e Ilhas Adjacentes com países estrangeiros e com as Províncias Portuguesas do Ultramar, ano de 1896, Lisboa, 1898, p.116.

Em inícios de 1897, a concorrência dos chás da Ilha, acentuava-se no Continente. Tirando José Bensaúde ainda temporariamente fora do negócio, LL. e Raposo do Amaral já lá estavam, além do Visconde Faria e Maia.²¹²² Para dar saída à sua produção, a 7 de Maio

²¹¹⁸ Nota 251: Caixa n.º 8, carta de Germano Serrão Arnaud, de Lisboa, 4 de Dezembro de 1896; Fernando Aires de Medeiros Sousa, *José do Canto: subsídios para a História Micaelense (1820-1898)*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1982, p.163: “*Todavia, é com a maior satisfação que podemos garantir que nenhum outro ainda se apresentou que possa confundir-se com o apurado fabrico e característica aparência do artigo que V. Ex.ª tem a bondade de nos consignar e que de facto é muito valioso.*”

²¹¹⁹ Idem: “(…) *Por enquanto não nos parece que se torne utilizável a proposta estrangeira que Vossa Excelência tem para colocação do seu chá, pois que este artigo vai saindo ainda que lentamente, e o stock de 1895 não o julgamos, por agora, tão avultado que não nos deixe a melhor esperança de podermos obter-lhe colocação durante o próximo ano.*”

²¹²⁰ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.2/135 RES Carta de Germano Serrão Arnaud a José do Canto, Lisboa, 4 de Dezembro de 1896: “*Infelizmente não podemos deixar de concordar que a predilecção do nosso público é todo pelo estrangeirismo e por isso não duvidamos que o mesmo artigo, ainda que transformado e adulterado, tivesse mais (?) e remuneradora aceitação das mãos de um corretor estrangeiro (por isso não). É uma verdade bem amarga, mas incontestável.*”

²¹²¹ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.2/135 RES Carta de Germano Serrão Arnaud a José do Canto, Lisboa, 4 de Dezembro de 1896: Não fora “*os justificados receios de Vossa Excelência pelas despropositadas exigências do fisco (...) seria uma larga propaganda por meio dos jornais destinando algumas pequenas caixas a presentear as redacções e fazendo, enfim, constantes reclames nas folhas de maior circulação. Este expediente tem dado algumas vezes óptimos resultados.*”

²¹²² Cf. UACSD/FAM-ARA/Documentação avulsa/C-J, 14 983, Carta de J. P. Conceição a José Maria Raposo de Amaral Jr, Porto, 4 de Janeiro de 1897.

de 1897, José do Canto envia chá para a Horta²¹²³ E mais um problema para José do Canto, o chá de Macau que fora enviado para a Exposição em 1894,²¹²⁴ no Porto, estava a chegar ao mercado a preços muito impossíveis de combater.²¹²⁵ José do Canto responderia à Pereira & C.^a a propósito do dito chá de Macau e esta, na volta, discordando, escreveria que “(...) o chá que vimos na Exposição era bom, de diferentes qualidades, o qual, como já dissemos, foi ultimamente vendido todo num lote a resto (?) de barato.”²¹²⁶

Apesar de o chá de José do Canto, estamos em 1897, continuar sendo – segundo opinião do intermediário – notoriamente melhor do que os chás concorrentes da Ilha, veja-se Visconde Faria e Maia, LL e possivelmente já Raposo do Amaral, estes últimos faziam preços bastante bem mais baixos do que os de José do Canto. Isso era motivo de grave preocupação, talvez estivessem a praticar simplesmente dumping, talvez fosse apenas o intermediário que os estivesse a usar uns contra os outros, seja como for: “(...) tem ultimamente vendido esse chá, e outros a 1000 réis, 900 réis e 800 réis, cada quilo, o chá deste último preço parece uvas secas, tem folhas (fl. 2v.) de um tamanho extraordinário, muito mal enroladas, de maneira que tem prejudicado muito a venda do chá que aqui temos, ainda que os seus (meus) fregueses preferem o seu (?) por mais preço do que o dele (...).”²¹²⁷

José do Canto, apesar de achacado, e algo retirado do convívio social nos anos finais da vida, com uma casa grande para administrar, aos 78 anos, ainda assim, não era pessoa que desistisse às primeiras contrariedades. Querendo rendibilizar o seu chá, opta por uma nova estratégia. Experimenta a colocação no mercado de um novo produto.²¹²⁸ A resposta chegou a 3 de Setembro: “(...) temos tido dificuldade na sua colocação (...)”. Sendo verdadeira ou falsa, José do Canto dependia do que a Pereira & C.^a lhe informava, a consequência era tentar um abatimento no preço.²¹²⁹ As sugestões também

²¹²³ Cf. UACSD/FAM – ABS – JC/ 001/ 00, 2668 C, Carta de José do Canto a Carlos Maria Serpa, S. Miguel, 7 de Abril de 1897: “6 caixotes com chá, n.ºs 115 a 120, com 24 caixinhas de chá, n.ºs 381 a 404, com o peso líquido de quilos 181, 755 (...)”.

²¹²⁴ CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO INSULAR E COLONIAL PORTUGUEZA EM 1894 NO PALÁCIO DE CRYSTAL PORTUENSE: *Catálogo da Exposição Insular e Colonial Portuguesa em 1894* no Palácio de Crystal Portuense: Foram enviados produtos dos Açores (desde licores a chapéus e pastilhas de ópio), mas nada de chá.

²¹²⁵ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.1/90 RES, Carta de Pereira & C.^a a José do Canto, Porto, 3 Julho de 1897: “(...) Ainda há pouco compramos uma partida de três qualidades de chá preto, de Macau, 800 réis cada quilo a 4 m (meses?) – posto em nossa casa. Este chá foi de um que mandaram de Macau para a Exposição Colonial, que houve ultimamente no Palácio de Cristal, desta cidade, que ainda estava por vender, uma das qualidades é uma preciosidade.”

²¹²⁶ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.1/67 RES, Carta de Pereira & C.^a a José do Canto, Porto, 3 de Setembro de 1897.

²¹²⁷ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.1/90 RES, Carta de Pereira & C.^a a José do Canto, Porto, 3 Julho de 1897.

²¹²⁸ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.1/75 RES, Carta de Pereira & C.^a a José do Canto, Porto, 19 de Julho de 1897.

²¹²⁹ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.1/67 RES, Carta de Pereira & C.^a a José do Canto, Porto, 3 de Setembro de 1897,

partiam do vendedor: “(...) *aguardamos a resposta à sua última carta, para a proposta que fizemos para o chá, que nos enviou amostra.*”²¹³⁰

Em 1897, a venda do chá no Continente continuava a ser um caso tão espinhoso como contingente. Aliás, pior ainda do que a enorme concorrência dos produtores da Ilha entre si, um dos maiores obstáculos ao chá de São Miguel, seria a atitude dos intermediários do Continente: aproveitavam-se de todo e qualquer pretexto para forçar baixas nos preços do chá.²¹³¹ Além de tudo isso, como qualquer outra agro-indústria, as colheitas dependiam da contingência do tempo: “*a 2.ª apanha [fora] melhor do que a 1.ª, e que o tempo [melhorara].*” Com um certo travo a ironia, o vendedor felicitava o produtor: “*para que Vossa Excelência ter bom resultado, e nos possa vender o seu chá a preço que possamos tirar algum interesse.*”

²¹³²

Em finais de 1897, a tornar mais difícil a situação, já não bastaria a concorrência dos chás de Macau e estrangeiros, e os malabarismos dos intermediários, a concorrência do chá procedente da própria Ilha acentuava-se cada vez mais. Pereira & C.^a, que comercializava outros chás da Ilha, a 3 de Outubro de 1897, informava José do Canto de que “(...) *tem ultimamente aparecido neste mercado chá dessa procedência a preço baratíssimo (...).*”²¹³³ Não obstante aquele chá, segundo Pereira & C.^a, “*de uma qualidade má e aparência péssima, uns vêm em latas grandes redondas e outras em caixas grandes de madeira forradas de zinco ou flandres por dentro, que levam 40 a 50 quilos cada uma,*”²¹³⁴ vendia-se bem.

Atento, sabendo que as coisas eram assim mesmo, sem nunca desistir, José do Canto quis ensaiar nova abordagem à venda do chá. Uma forma de evitar o intermediário, seria colocar o chá à venda directamente no vendedor, dispensando os intermediários.²¹³⁵

Raposo do Amaral contratara um antigo manipulador de chá de José do Canto: José Jacinto Barbosa. Em Fevereiro de 1898, com Barbosa ao leme das plantações e da produção do chá, o que sucederia, possivelmente, desde 1889, Raposo do Amaral manda “(...) *4 latas com chá remetido a J. N. Conceição do Porto – valor réis 286:870, 2.900.*”²¹³⁶ Indirectamente, Barbosa,

²¹³⁰ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.1/75 RES, Carta de Pereira & C.^a a José do Canto, Porto, 19 de Julho de 1897.

²¹³¹ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.1/67 RES, Carta de Pereira & C.^a a José do Canto, Porto, 3 de Setembro de 1897.

²¹³² Idem.

²¹³³ Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.3/68 RES, Carta de Pereira & C.^a a José do Canto, Porto, 3 de Outubro de 1897.

²¹³⁴ Idem.

²¹³⁵ Idem.

²¹³⁶ Cf. PT/UACSD/FAM-ARA/C/ADP/010/lv. 07, Lançado no borrador caixa, 15 de Fevereiro de 1898, [s.n.].

no entanto, queixava-se de não conseguir murchar devidamente o chá, devido ao tempo húmido.²¹³⁷ A 9 de Maio de 1898 “(...) Estive segunda-feira 9 do corrente na Ribeira Grande onde fui montar o secador (...) O secador é bem imaginado, mas creio que no chá não dará o expediente necessário para a porção que meu pai já tem. O Barbosa calcula fazer este ano entre 800 a 900 quilos e eu creio que será alguma coisa mais. Fui à plantação que está muito bonita; o chá plantado o ano passado já para o ano deve dar uma boa colheita. Meu pai se quiser com esta cultura precisa arranjar uma casa e pôr os meios para a colheita e manipulação se fazer a tempo e a horas. Meu pai nem imagina como ele tem aquela casa atrapalhada com máquinas, secador, tabuleiros o Diabo é chá por todos os quartos, no quintal e ainda assim mesmo tem a colheita muito atrasada e creio bem que isto influirá bem na qualidade. O chá do Tamujal já este ano dará uma apanha que se fará na próxima semana. Dos Ginetes já tem vindo algum e as plantas que vi o outro dia estão bonitas.”²¹³⁸

Estes repetidos problemas, que limitavam a produção, levariam os Raposo do Amaral a montar de raiz uma fábrica/oficina e a provê-la de alguma maquinaria. Entretanto, talvez parte do chá produzido em 1898, fosse enviado a 7 de Janeiro de 1899, “(...) Frete, 7.500, embarque, 375, despacho, 750, e conhecimento, 20, de 3 caixas com chá para o Porto, n.º 6, 8.645.”²¹³⁹ Cuja carga, para evitar danos, colocou no seguro.²¹⁴⁰ Sem tempo a perder, avançasse na construção da nova *casa de chá* (assim se refere à fábrica/oficina): “Pagamentos por conta da casa para a fabricação do chá na Ribeira Seca (...)”²¹⁴¹ Que terá ocorrido entre 12 de Novembro de 1898 e 27 de Abril de 1901.

Antes de falecer em Julho de 1898, José do Canto ficara a par – por certo -, de que José Bensaúde fizera uma pausa, e de que Raposo do Amaral arrancava em força. E terá tido, porventura, o conhecimento de outras iniciativas de, de que nós não temos ou temos uma pálida ideia: Gorreana, Vicente Machado, Luís Estrela. Apesar da competição dos outros chás da Ilha, entre 1898 e 1911, fim da série de Aníbal Cabido, o chá de José do Canto manteve-se à frente dos demais da Ilha.²¹⁴²

²¹³⁷ Cf. UACSD/FAM-ARA/D/DI/001/001/lv. 18, Carta de José Maria Raposo do Amaral Júnior ao pai José Maria Raposo do Amaral Sr., 19 de Dezembro de 1896 a Agosto de 1898, Ponta Delgada, 25 de Abril de 1898, fl. 394: “(...) Corre por aqui muitos bons tempos mas (?) um pouco frescos; o Barbosa ainda sábado se esteve a queixar que passa trabalhos para murchar o chá (...)’

²¹³⁸ Cf. UACSD/FAM-ARA/D/DI/001/001/lv. 18, Carta de José Maria Raposo do Amaral Júnior ao pai José Maria Raposo do Amaral Sr., 19 de Dezembro de 1896 a Agosto de 1898, Ponta Delgada, 16 de Maio de 1898, fl. 407-408.

²¹³⁹ Cf. UACSD/FAM-ARA/C/ADP/010/lv. 08, Lançado no borrador caixa, 7 de Janeiro de 1899, [s.n.].

²¹⁴⁰ Idem: “(...) Prémio de seguro com 3 caixas com chá para o Porto, n.º 5, 3,855.’

²¹⁴¹ Cf. UACSD/FAM-ARA/Documentação não tratada, (fl. 1).

²¹⁴² Nota: Fonte: CABIDO, Aníbal Gomes Ferreira, A Indústria do Chá nos Açores, Coimbra, 1913; Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada/Cx 307, Conhecimentos de embarque; DIAS, Fátima Sequeira, *Uma estratégia de sucesso numa economia periférica. A Casa Bensaúde e os Açores: 1800-1873*, Jornal de Cultura, Ponta Delgada, 1996; MACHADO, Margarida, *O Chá Raposo d’Amaral: contributo para o estudo do chá em S. Miguel*, in Percursos da História: Estudos in Memoriam de Fátima

Quadro - XVII: Comparativo Açores Exportações

ANO	HC	JC	JB	JM	%
1898	5.498	3 755		1.032	68,29
1899	7.987	?		382	
1900	7.611	4.845*		1.132	63,6
1901	13.856	10.729**		1.376	77,4
1902	14.148	11.375		630	80,4
1903	26.316	13.617		5.842	51,7
1904	36.036	14.979		2.479	41,5
1905	29.121	10.251	1.427	7.194	42,0
1906	32.109	10.008	1.747	5.195	34,2
1907	45.596	15.685	3.406	3.645	34,4
1908	39.164	10.031	2.120	-	25,6
1909	47.112	17.379	1.144		36,8
1910	52.530	18.198	772	-	34,6
1911	63.673	?	2.602	1.650	

Como se sentia José do Canto? Derrotado e só. Em uma carta que escreveu a 20 de Janeiro de 1897 à neta, um ano e pouco antes de falecer, partilha as suas angústias: *“Fiquei só, e a minha filha do mesmo nome [Guilhermina]; e ela em Maio último, também cedeu à lei geral [casou com Guilherme Poças Falcão], do que não a acuso. Foi então completa a solidão; e posso recordar tudo o que há na minha vida passada de bom e que eu não merecia; e tudo o que me contraria actualmente (...).”*²¹⁴³ A sua biógrafa, Maria Filomena Mónica considera que estaria, sem razão, talvez mercê da doença, convencido de que a sua vida fora um desperdício.²¹⁴⁴

O sobrinho André Vaz Pacheco de Castro, responsável pelo escritório do tio, em carta escrita quatro dias após a morte dele, confirma que José do Canto havia falecido no dia 10 de Julho à 1 hora da manhã, após prolongado sofrimento, vítima de um neoplasma intestinal de que sofria há mais de dois anos.²¹⁴⁵ A doença que o minava havia mais de dois anos e a solidão fizeram-no sentir-se derrotado, o que, porém, não o fez desviar-se das suas duas últimas obras: a Camoniana e o Chá.²¹⁴⁶

Sequeira Dias, 2016. Abreviaturas: HC (Aníbal Cabido); JC (José do Canto); JB (José Bensaúde); JM (José Maria Raposo do Amaral)

²¹⁴³ Ataíde, Maria da Graça, *Uma vida qualquer: Quando o tempo era rio*, vol. I, Editora Pax, Braga, 1981, p. 48.

²¹⁴⁴ Mónica, Maria Filomena, *Os Cantos: a tragédia de uma família Açoriana*, Aletheia, Lisboa, 2010, p.341.

²¹⁴⁵ Cf. UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cx. 50, Carta de André Vaz Pacheco de Castro, Ponta Delgada, a Germano Serrão Arnaud, Lisboa, 14 de Julho de 1898.

²¹⁴⁶ A respeito do interesse de José do Canto pela obra de Luís Vaz de Camões, “por ocasião do tri-centenário do Poeta (10 de Junho de 1880) expôs este benemérito cavalheiro, na Biblioteca Pública de Ponta Delgada, em uma estante especial, a sua magnífica colecção de versões estrangeiras e edições dos *Lusíadas*, acompanhadas de um Catálogo Impresso (96 pp. In 4.º tomos) onde Sua Excelência resumiu as principais diagnoses de suas espécies bibliográficas, algumas das quais, pela raridade, são já verdadeiras preciosidades (...).’ (O Preto no Branco, Ponta Delgada, 16 de Janeiro de 1896, p. 10). Publica “(...) **O monumental Catálogo Camoneano com que o Senhor José do Canto acaba de brindar as letras pátrias e glorificar o imortal cantor do peito ilustre lusitano tem tido em Lisboa a mais completa aceitação. Não nos admira o facto.**’ (O Preto no Branco, Ponta Delgada, 13 de Fevereiro de 1896, p. 28). É “nomeado sócio benemérito da Sociedade Nacional Camoneana do Porto.’ (O Preto no Branco, Ponta Delgada, 12 de Março de 1896, p. 44.) E o “Dr. Teófilo de Braga já apresentou o seu parecer sobre a

candidatura do Sr. José do Canto a sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa. Sua Excelência conclui por pedir a nomeação do nosso admirador de Camões, em vista do valor da grande obra por ele, há pouco, publicada acerca do grande épico.' (O Preto no Branco, Ponta Delgada, 2 de Julho de 1896, p. 108). E foi aceite. (Cf. BPARPD, JC/CORR. Cx.2/143 RES, Carta de Eduardo Augusto Alvim a José do Canto, Porto, 15 de Agosto de 1897.)

Considerações Finais

“Se gosto do tema das dúvidas posso esperar que nunca mais acabe pois o conhecimento também é infinito. Nós é que somos finitos. Gosto das dúvidas, são excelentes para a saúde mental. Gosto de conversar e em geral de ver pessoas com dúvidas. Já é bom sinal, ao menos de uma certa humildade que nunca faz mal ter, mesmo em excesso.”

Lúcia Simas, Prolegómenos a toda a dúvida possível, in *Diário dos Açores*, 22 de Janeiro de 2017, p. 13.

Antes que o pano desça, reconheçamos que apesar do esforço heurístico e hermenêutico, o que foi dito e escrito sobre a Introdução e a Cultura do chá na Ilha de São Miguel mais do que um Epílogo do tema é um tema em aberto. E nisto reside a essência da História. Entretanto, permitam-nos adiantar as duas linhas que estruturam esta reflexão final, que sintetizam o trajeto até aqui, uma, e a sua projeção a partir daqui, outra. A História que propusemos desta bebida estimulante não alcoólica, a segunda mais consumida no planeta, sendo a água a primeira, segue um percurso que começa no global e culmina no particular.

Este trabalho, afirmamo-lo na Introdução, articulou-se em torno de dois eixos à volta dos quais agem e interagem os demais temas: um institucional, centrado na acção (e vida) da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense (SPAM), de certa forma biográfico, outro abertamente biográfico, centrado na figura de José do Canto. Permitiu-nos vislumbrar o contexto global do chá.

Na posse de novos dados, sugerimos uma nova cronologia provisória: 1.º Tempo - Espaço Imperial Português e experiências de cultura e fabrico de chá: até à independência do Brasil (c. 1680's – 1822). É possível, até provável, que os Açores tenham feito parte desde o início do plano Imperial Português de Cultura e de fabrico de chá. No 2.º Tempo - Espaço Imperial Português e experiências de cultura e fabrico de chá: sem o Brasil (c. 1822 – c.1860), mantém-se o interesse nos Açores pelo chá. No entanto, as parcas provas posteriores, sugerem que a abordagem à cultura e ao fabrico era incorrecta. Ocorrem igualmente experiências na Madeira e no Continente Português. O Brasil mantém-se firme no chá. A Índia Britânica e a Ilha de Java Holandesa arrancam no chá. A Rússia experimenta com sucesso na Georgia. No 3.º Tempo - Espaço Imperial Português e experiências de cultura e fabrico de chá: *teoria sem prática* (c. 1860 - 1878), os Açores (nomeadamente na Ilha de São Miguel), dá-se início a experiências consistentes e documentadas. Macau produz chá. Continuam experiências sem resultado no Continente Português. A Índia Britânica avança a passos largos. O Brasil continua a produzir chá. No 4.º Tempo – *Teoria e prática. Lançamento de bases da futura indústria, primeiros passos da produção e comercialização na ilha de S.*

Miguel e prospecção do mercado externo (1878 - 1891), os Açores conseguem produzir e começar a vender chá localmente. Dá-se uma explosão no chá Britânico, não só na Índia mas também na Ilha de Ceilão, e Holandês. No 5.º Tempo de Crescimento: *Arranque da mecanização e das exportações* (1891-1950's), os Açores arrancam com a exportação de chá para o Continente Português.

Apurámos o seu nome científico *aceite* e distinguimos as duas principais variedades de chá (a *camellia sinensis*, *sinensis* e a *camellia sinensis assâmica*). Seguimo-lo do seu presumível berço original, situado numa vasta região montanhosa dos Himalaias, hoje partilhada por diferentes países, tais como a China, o Vietname e a Índia, até ao seu uso, cultivo e consumo.

Não pondo de parte o seu uso circunscrito a diversos lugares da zona primitiva do chá, tais como a Índia ou o Vietname, pode dizer-se que a cultura do chá foi iniciada em províncias actuais do sul da China e espalhou-se por todo o território do Império Chinês unificado, que influenciou o seu consumo em áreas sob a sua influência cultural, entre as quais, se destacam a Mongólia, a Coreia, o Japão e a diáspora Chinesa. Em termos de consumo, porém, até à chegada dos Europeus pela rota do Cabo ficou praticamente circunscrito àquelas áreas. O Japão e a Coreia haveriam de fazer chá.

Muito embora tenham sido os primeiros europeus a trazer chá para a Europa, os portugueses participam nos circuitos asiáticos do chá, mas não o fazem nos circuitos europeus do chá. Pelo contrário, os holandeses, a partir do século XVII, numa Europa habituada às bebidas alcoólicas, numa altura em que aí chegavam o café e o chocolate, promovem, com sucesso comercial, o consumo de chá. Os ingleses, atraídos pelos lucros do chá, acabam por dominar o seu comércio. A economia do Império Britânico estava tão dependente do comércio do chá (sendo uma das principais razões) que este se viu forçado a entrar nas Guerras do Ópio.

O caso de Macau. Juntando o que, actualmente, se conhece sobre o chá de Macau, é possível já distinguir, com razoável nitidez, os contornos da posição charneira daquela cidade no comércio e na produção de chá. É bom reter que é de Macau que seguem práticos, sementes, plantas e instrumentos para o chá no Brasil e nos Açores. Macau era também, no tempo de José do Canto e ainda de Aníbal Cabido, o potencial concorrente: pois fabricava chá.

Os lucros do comércio do chá são tentadores e o desequilíbrio da balança comercial dos Impérios Coloniais Europeus exigem uma solução: produzir o seu chá. Se bem que os Europeus tenham tomado contacto com o chá no século XVI, será só a partir de finais do

século XVII que o tentam cultivar e produzir. A primeira intenção conhecida (documentada) é de Duarte de Macedo, antes de 1680, no Brasil. Porém, desconhecemos se se concretizou ou não. A primeira tentativa (documentada) conhecida é dos Holandeses em Java, que fracassou, recorrendo a plantas e a tecnologia japonesas.

O chá acabaria por ser, no século XVII, também um projeto da coroa portuguesa. Houve ainda intenção em finais do século XVIII e inícios do seguinte, por D. Rodrigues de Sousa Coutinho. Porém, que esteja confirmado, o primeiro chá produzido com sucesso fora da Ásia (e mesmo no âmbito dos Impérios coloniais) ocorreu no Rio de Janeiro na década de 1810, com tecnologia e sementes chinesas, num período em que o estudo de plantas, com objetivos económicos, fazia parte dos planos de todos os Impérios Europeus. O chá no Brasil, contudo, iria sofrer com as vicissitudes da independência e da preferência por outros produtos, entre os quais, o café.

Olhando de perto o exemplo brasileiro, a partir da década de 30 do século XIX, a perda do monopólio do chá pela Companhia Inglesa das Índias Orientais, e as diversas guerras com a China, impelem Britânicos e Holandeses a fabricarem (decisivamente) chá. Recorrendo igualmente a sementes e a tecnologia chinesas, Britânicos, na Índia e Holandeses em Java, conseguem produzir chá. A partir da segunda metade do século XIX, a Grã-Bretanha promove-o na Índia, sobretudo no Assam e em Darjeeling, para depois alastrar ao Ceilão. Os Holandeses fazem-no em Java. Terá sido nesta mesma altura que Russos e Franceses, apenas para referir estes dois povos, tentam fazer chá.

Depois da experiência do Brasil, ocorrem experiências no espaço continental Português (mal conhecido e que urge estudar a fundo) e Insular da Madeira (talvez de influência britânica) e Açores. É neste contexto que se deve entender o chá na Ilha de São Miguel, palco onde ocorreram as tentativas de cultivo e fabrico de chá. Esta Ilha, a mais rica e populosa do arquipélago, que aspira a um maior protagonismo político, é dominada por uma elite cuja riqueza advém da exploração da terra. É uma elite endinheirada, graças não só mas essencialmente aos rendimentos da exportação da laranja/milho, que viaja e tem planos para o desenvolvimento da Ilha. A SPAM é exemplo e veículo prático da concretização deste desejo. É no seu seio que encontramos os homens que irão levar a cabo diversas experiências de aclimação de plantas e de animais. Todavia, a acção da SPAM tem antecedentes na Geração anterior e na acção da Capitania-Geral. Com efeito, o documento mais antigo conhecido, que confirma a existência de chá a crescer espontaneamente na Ilha Terceira em finais do século XVIII, é uma carta do Capitão-Geral dos Açores ao Rei em 1801.

No entanto, é provável que houvesse, em finais do século XVIII, chá em outras Ilhas dos Açores. Indo do século XVIII à década de trinta do século seguinte, não devemos descartar as versões de Jacinto Leite Betencourt, nas Calhetas, da Ribeira Grande, do criado de João Soares de Sousa Canto e Albuquerque, em Santo António, Ponta Delgada, e de José Inácio Machado de Faria e Maia, Ponta Delgada. Porém, a primeira notícia, até agora conhecida e confirmada de chá na Ilha de São Miguel, identifica as Furnas, o ano de 1854 e José do Canto. Há referências a chá em um Caderno de José do Canto que vai de 1846 a 1854.

Terá sido entre 1860 e 1866 que ocorreram as primeiras tentativas sérias (pelo menos assim o parece) de cultivo e produção de chá, pela mão de José Jácome, de José do Canto e de Ernesto do Canto, para mencionar os identificados. Edmond Goeze, a propósito da visita de recolha e de estudo que efetuara em Setembro de 1866, confirma-o.

Em 1863, chegam sementes de chá do Japão, que haviam sido encomendadas em 1860. Em 1867, recebe-se sementes de chá das espécies indiana e chinesa. Por que razão terão escolhido José do Canto e outros a década de sessenta para se lançarem no chá? Pensavam de igual modo no tabaco, no pinheiro e no ananás. Na verdade, esta elite procurava, simplesmente, dar uso completo às terras que já detinha de longa data ou de compra recente, pelo que procurava terrenos de eleição do chá, associado à mata de pinheiros, pouco depois à *Phormium Tenax* que não competiam com os terrenos eleitos para o tabaco e o ananás. O interesse pelo chá a nível local, nacional e geral crescera.

Em 1867, José do Canto começa a desbravar terrenos no Pico Arde, que comprara em 1865. Em 1867, segundo no-lo testemunha Edmond Goeze, José do Canto, tendo reformulado as suas experiências, tem planos ambiciosos sobre a cultura do chá. De facto, sempre em associação com a *Phormium Tenax*, em finais daquele ano, inicia experiências com o cultivo do chá em diversos locais das suas propriedades no Porto Formoso, Furnas, Pico da Pedra e Grimaneza. A partir de Janeiro de 1868, fez o mesmo no Pico Arde. Em Maio de 1868, recebe do Porto Formoso a notícia de que o chá estava com bom aspeto.

Centrámo-nos nos preparativos para a vinda de quem viesse ensinar a fazer chá aos da Ilha, no domínio do período de Lau-a-Pan, no lançamento dos alicerces da futura indústria e na passagem do testemunho da SPAM a quem quisesse fazer chá. José do Canto, ao regressar à Ilha em finais de 1868, pretende por em prática numerosos projectos, entre os quais o chá e retoma a sua colaboração estreita com a vida da SPAM. No Verão de 1872, Ferdinand Fouqué vê chá em todos os jardins de Ponta Delgada. A 30 de Novembro, a Assembleia-

Geral, mediante proposta combinada entre José do Canto e Ernesto do Canto, aceita liderar o projeto do chá. É também, numa tentativa de dar novo fôlego à atividade da Associação, um projeto claramente destinado a mobilizar os sócios.

A opção por Macau foi a mais vantajosa, quanto ao ensino do chá. O processo da contratação dos técnicos atrasou devido à mudança de Governadores Civis, tanto em Ponta Delgada como em Macau, a tufões (ocorreram no período dois violentíssimos) e aos Grémios de Macau. Talvez até mesmo um retardar propositado para evitar a concorrência do chá dos Açores ao chá produzido em Macau. Desempenharam papel decisivo, em Macau, o Governador Civil e César Supico e, em Ponta Delgada, Ernesto do Canto, o Conde da Praia da Vitória, Governador e Presidente por inerência da SPAM, Caetano de Andrade de Albuquerque, José do Canto e Francisco Maria Supico.

Enquanto se esperava por Lau-a-Pan, a SPAM preparava a sede, a biblioteca, a fábrica/oficina, procurava um terreno para ensaios e os sócios semeavam chá e experimentavam fazê-lo. A dimensão empírica e o suporte literário do projeto, bem como a experimentação, são componentes indissociáveis do projeto, orientando aquisições de sementes e plantas, escolha de terrenos e tipos de chá.

Os objetivos da SPAM eram bem claros, num período de grave crise: que surgissem fábricas/oficinas privadas (de sócios ou não sócios); que o chá viesse ocupar terrenos pobres que não competiam com outras culturas; que esta cultura fosse complementar a outras; que fosse um produto exportável para o Continente e estrangeiro.

Em finais de Novembro de 1877, são contratados Lau-a-Pan (mestre) e Lau-a-Teng (ajudante e intérprete). Além dos dois chineses, há a considerar dois dos primeiros homens da Ilha que aprenderem a fazer chá: Francisco, de Melo, mateiro de José do Canto, e Rafael de Almeida, encarregado da SPAM. O ciúme que Francisco sentia por Rafael era tal que se extravasava nas cartas que este enviava a José do Canto. Só temos a versão de Francisco de Melo. Em Março de 1878, quando chegam Lau-a-Pan, a melhor plantação que encontram é a do Pico Arde de José do Canto, que virá a ser a mais utilizada nas experiências. Tanto mais que José do Canto tinha aí montado a sua fábrica/oficina, pronta ainda antes da da SPAM. Lau-a-Pan e Lau-a-Teng foram no dia 7 de Março à plantação de José do Canto, na Ribeira Grande. Como o chá não estivesse ainda em condições de ser apanhado, só a partir de 4 de Maio dão início à primeira campanha de recolha e fabrico de chá. Conduzem folha de chá para a sede, em Ponta Delgada, onde fazem chá perante uma audiência interessada. Na

Ribeira Grande faz-se chá pela primeira vez, no Pico Arde, provavelmente à volta do dia 25 de Maio de 1878. O Pico da Pedra foi um dos três locais conhecidos onde se fez parcialmente ou na totalidade chá.

Na primeira temporada de chá, produziu-se aproximadamente oito quilos de chá preto e dez de verde. A segunda temporada terá começado pouco antes do dia 14 de Maio de 1879 e terá terminado pouco depois do dia 18 de Julho. Nesta segunda temporada de 1879, fabricou-se cerca de 51, 808 quilos de chá, dos quais, sensivelmente metade de preto e de verde. Também se produziu chá de ponta branca e do povo. Para o chá branco, fabricou-se nesta época apenas cerca de 224 gramas. E do “chá do povo,” que os chineses faziam para o seu uso, desconhece-se as quantidades.

O montante aproximado de despesas com os salários, alimentação, transportes e extras gastos com Lau-a-Pan e Lau-a-Teng cifrou-se em 2.542\$513 réis, correspondendo a 64,76% do total das despesas da SPAM com o projeto do chá. Não admira, pois, que a SPAM quisesse terminar, o mais cedo possível, o contrato. Quem, afinal, pagou a dívida? Por ordem de importância: pressionado, o Governo Central pagou a maior fatia, seguiu-se-lhe, de longe, a Junta Geral e, residualmente, a SPAM.

Os Chineses permaneceram na Ilha até Julho de 1879. A prestação profissional de Lau-a-Pan foi qualificada, em privado, como tendo sido razoável; em público, foi classificada como boa, porém, não satisfaz as expectativas iniciais da SPAM. Porquê esta dualidade de critérios na avaliação? Talvez para não parecer mal-agradecida perante quem lhe apoiara (Governadores de Macau, etc.) nem admitir publicamente um meio fracasso. Em 1879, Ernesto do Canto, talvez prematuramente, apregoava que Rafael de Almeida, Francisco de Melo e alguns membros da Comissão de Acompanhamento da experiência do chá e um número não identificado de gente da Ilha já haviam aprendido a fazer chá tanto ou melhor do que Lau-a-Pan. Diga-se que, mais tarde, no tempo em que José do Canto manda vir outros técnicos, o desempenho de Lau-a-Pan foi avaliado de forma bastante mais negativa.

Lançar bases jurídicas para obter incentivos favoráveis ao chá era urgente, pois, caso se pretendesse que a nova cultura tivesse futuro, era esse o caminho a seguir. José do Canto fez uma proposta nesse sentido que, apesar de várias adaptações, inclusive a sua aplicabilidade a todo o território nacional, não obstante a poderosa rede de influência política, a que os da Ilha recorreram, por motivos fiscalistas, não foi aceite em 1881, nem em 1882, nem mais tarde, em 1887. A SPAM, a partir de 1881/2, afasta-se do chá, muito embora, de forma reduzida, ainda em 1887, mantinham a fábrica/oficina a laborar com um

auxiliar pago pela SPAM. Aliás, é entre 1887 e 1905, que a fábrica/oficina, é desactivada, abrindo caminho à iniciativa dos sócios, lançando-se em novos projectos: a resina e a aquisição do Relvão. Aluga os seus instrumentos de fazer chá, manda vir para os sócios (além de sementes) instrumentos, vende plantas de chá, edita ou reedita literatura sobre chá.

É bem provável que um violento artigo de 1884, no rescaldo do adiamento da Exposição Agrícola de Lisboa de 1883 para 1884, atacando José do Canto e Francisco de Melo, tenha levado José do Canto a mudar por completo o rumo ao seu chá. Em 1885, descontente com a pouca qualidade do fabrico do chá local, inicia o processo de mandar vir, da China (Macau), dois novos técnicos. Ora, por causa da doença e morte da esposa, e pela atenção que as partilhas patrimoniais decorrentes lhe exigiram, só o consegue depois de 1889/1890.

Entretanto, em 1887, já havia chá da Ilha à venda. *Chon Sem* e *Lan sam* chegam provavelmente de Macau, via Hong-Kong, Londres, Lisboa a Ponta Delgada a 8 de Dezembro de 1891. Lan sam e Chon sem foram contratados por José do Canto como *manipuladores de chá*. Lan sam e Chon sem recebiam os mesmos 20\$000 réis mensais. O Coronel da Guarnição de Macau, António Joaquim Garcia, e a Firma Knowles & Foster, em Londres, serão as peças fundamentais de todo o processo. É muito provável que José do Canto tenha escolhido chineses em vez de indianos do Assam, de javaneses ou de japoneses, porque os chineses eram considerados os melhores no cultivo e na produção do chá. Todavia, em Abril de 1892, ainda não tinha a certeza de os Chineses serem “bons manipuladores (...)”. Em carta do Coronel Garcia, de Macau, datada de 27 de Abril de 1892, em resposta a carta anterior de José do Canto, porém, José do Canto estava muito satisfeito. Porquê a discrepância? Aí talvez em Janeiro, quando escreveu para Macau, tinha essa opinião, porém, em Abril, antes de iniciar o fabrico, mantinha dúvidas. Referir-se-ia a competências diferentes?)

E se em Junho de 1891, José do Canto se mostrava apenas “meio decidido” a fazer a nova Fábrica/Oficina, em Abril de 1892, estava completamente decidido. Não se sabe nem o dia nem o mês exatos em que iniciou a construção da nova fábrica/oficina de chá, porém, é relativamente seguro afirmar-se que terá sido algum tempo antes da ordem de pagamento de “Maio 23 de 1891. O teto da fábrica/oficina estava concluído à volta de Março de 1892. Quando se começou exactamente a fazer a primeira campanha? Já se estaria a produzir chá pouco antes de 4 de Maio? A temporada terminou talvez por volta de 30 de Setembro de 1892. O resultado da Campanha traduziu-se em 102 caixas de chá. O que, se for multiplicado

por 7,5 K, peso médio de cada, nos dará uma produção, para 1892, de 765 quilos de chá. O que equivalia a muito mais do que fora produzido em anos anteriores

Para obter bom chá, verde, preto ou de outra qualidade, era necessário secar e enrolar adequadamente a folha, aliás, essa fora sempre a pecha. O chá de Julho a Outubro de 1892 fora feito numa fábrica inacabada, sem o recurso a qualquer tipo de maquinaria, recorrendo apenas aos poucos instrumentos tradicionais. José do Canto quis uma máquina de secar e de enrolar chá para aperfeiçoar e embaratecer o seu fabrico. Para esse fim, em finais de Abril de 1893, chegou no vapor *Ituni*, vindo de Inglaterra, Harrison, um perito para montar uma máquina de manipular chá nas propriedades de José do Canto. Esta montagem das máquinas demoraria pouco mais de um mês, ficando concluída com sucesso antes de 26 de Maio de 1893. De onde vieram as máquinas? É provável que as máquinas encomendadas por José do Canto, ou algumas delas, fossem patentes de Jackson mas produzidas nas fábricas Marshall.

Chon sem e *Lan sam* regressaram a casa a bordo do navio *Hune*, no Sábado, dia 3 de Novembro do ano de 1894. Vão para Macau, de onde tinham, provavelmente, vindo, via Londres e Lisboa. Haviam chegado há três anos menos um mês e cinco dias, no dia 8 de Dezembro de 1891. A qualidade do seu chá foi aprovada na China e em Inglaterra. José do Canto manda chá para o Porto a José Pinheiro da Silva, a 12 de Julho de 1893. Refira-se que, para percebermos a sua actuação, nos últimos dois ou mais anos, José do Canto padeceu da doença que o vitimaria: cancro intestinal. Em 1898, a exportação de chá de José do Canto atingia 68,29 % das exportações dos Açores para o Continente, no entanto, globalmente, as exportações de chá dos Açores para o Continente significavam 2% do total importado. Todavia, entre 1898 e 1911, fim da série de Aníbal Cabido, o chá de José do Canto manteve-se à frente dos demais da Ilha.

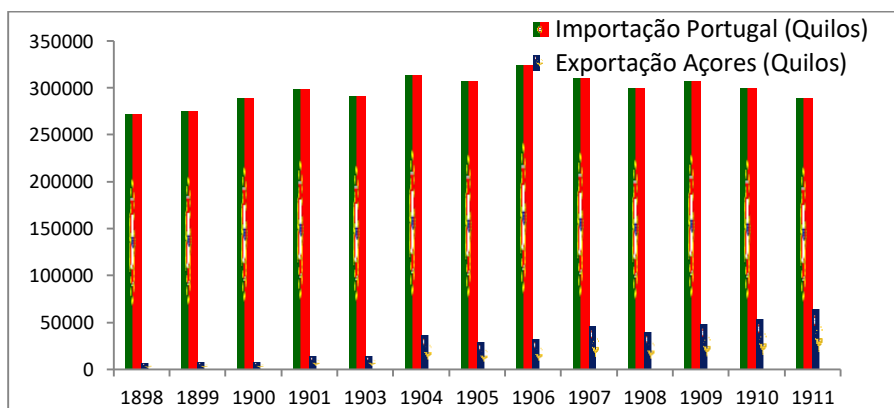
Em relação ao estrangeiro, apesar de, em 1893, Emídio da Silva afirmar que, parte do chá dos Açores, era consumido nos Açores, sendo outra parte exportada para Lisboa e Inglaterra, não temos dados que confirmem a exportação para Inglaterra. E, no entanto, este propósito manteve-se desde o início da experiência do chá na mente dos micalenses. Em 1878, houve até quem predissesse que, a partir do momento em que o chá açoriano equivalesse ao chá vendido nos principais mercados, o chá inglês teria tudo a temer. Mesmo assim, em inícios do século XX, Supico achava que não e Cabido, por volta de 1913, afirmava que era chá apenas para o Continente. O chá micalense estava em desvantagem face ao gigante Britânico. Perdera oportunidades únicas atrás de oportunidades, nas décadas de sessenta e de setenta, ainda na de oitenta, neste entretanto, os Britânicos no Assam, em

Darjeeling, em Ceilão e, em menor escala, os Holandeses em Java, ultrapassaram tudo e todos. Até o Brasil foi relegado para segundo plano.

Então, perguntamos: como avaliar todo o projeto do chá micalense? Podemos desvendar ao leitor um olhar para o futuro. Não se pode dizer que foi um completo sucesso. O objectivo da SPAM de que surgissem fábricas/oficinas privadas (de sócios ou não sócios), foi plenamente atingido. Que o chá viesse ocupar terrenos pobres que não competiam com outras culturas, também foi um objectivo atingido com bastante êxito. Que esta cultura fosse complementar a outras, igualmente cumpriu. Que fosse um produto exportável para o Continente e estrangeiro, foi apenas cumprido na parte que concerne ao Continente e ao demais espaço insular.

Outro objetivo, o de bater a concorrência do chá estrangeiro no mercado nacional, também não fora atingido. A este propósito, seguindo até o ano de 1911 (último das séries de Aníbal Cabido), principiando nos 2% de 1898, o chá micalense alcançaria, em 1911, uma quota da ordem dos 22 % do mercado nacional (conforme quadro XVIII) e, em 1936, chega a 51%, mas, claramente, longe do pretendido. Durante o período de José do Canto e ainda no de Aníbal Cabido, quem disputava (potencialmente) o mercado Continental ao chá dos Açores era o chá feito em Macau. Porém, seria o chá de Moçambique, nas décadas de 50/60, que venceria a concorrência estrangeira.

Quadro - XVIII – Exportações dos Açores para o Continente e importações de Portugal



Considerando os anos de 1934, de 1935 e de 1936, em 1934 as exportações de chá de São Miguel para o Continente representam 31,4% do total importado do nosso País e, em 1936, atingem 51,4%. (conforme Quadro - XIX) Porém, já se nota aí a importância crescente do chá colonial. Em Moçambique, uma fábrica de chá produzia cinco vezes mais, em 1933, do

que se esperaria do fabrico de todas as fábricas açorianas em 1937, e dez vezes mais em 1948.²¹⁴⁷

Quadro - XIX: Importação de chá em Portugal continental

	1934	1935	1936
Estrangeiro	173.072	143.569	133.801
Colonial	20.025	51.957	64.721
Total	193.097	195.526	198.522
Açores	88.415	84.466	102.181
%	31,4	30,1	51,4

Fonte: Monteiro, Manuel Gonçalves, "A Influência de alguns produtos na economia nacional", *Livro do Primeiro Congresso*

Açoreano, de 8 a 15 de Maio de 1938, *Jornal da Cultura*, 2.ª edição, 1995, p. 454.

Quanto à extensão do cultivo do chá, que se desejava alargar ao país, às Ilhas e ao Império, em 1913, apenas existiam 435 hectares cultivados de chá, dos quais, 80% situavam-se na costa Norte da Ilha de São Miguel, o que nos leva a indicar outro fracasso. Moçambique, em 1938, já dispunha de 681 hectares, três anos depois, em 1941, aumentara para o dobro (1282), e sete anos depois, em 1948, ampliara sete vezes mais.²¹⁴⁸ Aqui entra em jogo uma razão de dimensão e de apoio da Metrópole a Moçambique.

O objetivo de alcançar apoios legais e incentivos ao cultivo e à produção de chá, também não foi atingido. Macau encontrava-se em situação bem pior. Se os micaelenses tinham razão em relação à falta de um apoio decisivo do poder central, mais razão teriam os de Macau em

²¹⁴⁷ Francisco Gavicho de Lacerda, Assuntos Coloniais, *A Cultura do Chá feita pelos portugueses na Zambézia*, Lisboa, 1948, pp. 16-17. Vide igualmente: Silva, Hélder Lains e, Estudos sobre a cultura do chá em Moçambique, Ministério do Ultramar, Junta de Investigações do Ultramar, Estudos, Ensaio e Documentos, XXII, Lisboa, 1956, p.37.

²¹⁴⁸ E se compararmos áreas de chá em Moçambique e nos Açores? A diferença é bastante considerável: nos Açores, em 1913, era de 435 hectares, entre 1949 e 1954, baixa para quase metade, mantém-se entre o máximo de 276 hectares em 1949 e o mínimo de 230 hectares em 1950. Cáster, para o verão de 1966, dá-nos 445 acres (180,09 hectares). (R. W. Carter, Relatório de uma visita às plantações de chá de S. Miguel no verão de 1966 [trabalho dactilografado]: <http://www.convertworld.com/pt/>) Ou seja, de 1913 a 1966, a área dedicada ao chá diminuiu três vezes. Ainda segundo Cáster, de acordo com dados que lhe foram fornecidos pelas fábricas quando as visitou, em 1966, a Barrosa, com cerca de 100 acres aproximadamente de terras dedicadas ao chá, equivalendo a 40, 47 hectares de terras de chá, era a que dispunha de maior área; seguia-se a Gorreana, a fábrica que mais produzia, com 90 acres, equivalendo a 36, 42 hectares de área. As restantes três, a Canto ocupava 65 acres (26,3 hectares), e Mafoma e Porto Formoso, 60 acres cada (c. 24, 28 hectares). No que diz respeito a Moçambique, temos 681 hectares em 1938, em 1941, aumenta para o dobro (1282), sete anos depois, em 1948, aumenta sete vezes mais, 3990, mais sete anos depois, em 1956, quase quatro vezes mais, 11619 hectares, em 1960, último ano por nós estudado, apenas quatro anos depois, 14029 hectares. Comparando os dados de 1953, Moçambique aparece com 10728 hectares de chá e São Miguel com 245 hectares. São 43 vezes mais de área. 10728 hectares equivalem a 107,20 quilómetros quadrados. Um quinto da área total da ilha de S. Miguel que será ainda menos em 1966, como vimos, havendo diminuído de 1953 para 1966, à volta de 65 hectares. (Moura, Mário, *Receios, aspirações, sucessos e insucessos do chá micaelense: década de trinta do século XX a 2013 (subsídio para a questão)*, Universidade dos Açores, Departamento de História Filosofia e Ciências Sociais, Curso de Doutoramento de História do Atlântico, Seminário de História dos Açores, 2013). E dentro da ilha de S. Miguel, o que significaram estes poucos hectares de terras cultivadas de chá, para os 75 000 hectares de superfície total da ilha? Então, verificando-se progressivamente uma diminuição da área cultivada e, paralelamente, um aumento em Moçambique não será de supor que a produção de chá açoriano se destinasse, apenas, para consumo interno e para a sua exportação para o Continente português? Deste modo, não reencontraríamos a afirmação categórica de Supico que, em 1913, dizia que o chá açoriano só seria consumido no Continente?

relação à mesma matéria. Isentar durante uma série de anos de impostos os terrenos destinados ao chá e remover impostos internos, era essa a proposta, não teve acolhimento. Prevaleceram os interesses fiscalistas das importações de chá face a uma hipotética receita sobre a produção de chá local. No entanto, alcançou um apoio, ao ser considerado produto nacional, isentando-o de direitos alfandegários. Conseguiu-se, no entanto, algo importante. Em contrapartida, a partir de 1898, protegeu-a através da pauta alfandegária: mantendo elevada a taxa paga pela importação de chá estrangeiro e taxando o chá oriundo das colónias portuguesas, incluído nos géneros chamados coloniais. Ao invés, classificando o chá açoriano como produto nacional, isentava-o de qualquer pagamento. O que iria ser posto em causa na década de trinta.

O objetivo de aprender a fazer bom chá, como se viu, não foi satisfatório, pelo que se mandaram vir outros chineses.

Antes de suspendermos este trabalho, damos a palavra a Aníbal Cabido, o engenheiro da Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada que estudou o chá catorze anos a pós a morte de José do Canto, membro da SPAM. É a pessoa indicada para nos traçar o panorama de então do chá, bloqueios e expectativas. É incontornável consultar com vagar este trabalho de 1913 de Aníbal Cabido. É um retrato da indústria surpreendida em plena actividade. É importante, sobretudo, no balanço que faz e das perspetivas futuras que traça. Diz ele que *“o chá dos Açores só pode ter consumo no Continente, consumo que se vai restringindo, continuando a crescer a importação do estrangeiro e porventura do colonial (...)”* (P.37).” Situação bem diferente era a do ananás, pois que naquele mesmo ano de 1913, *“(p. 5) exportavam-se (...) para a Inglaterra, Alemanha e Rússia, principalmente. Nesse ano a exportação foi de 184.100 malotes; 1.463 quartos (meias caixas) e 116 grades, (...) que produziram a bonita soma de 200.000 libras.”*²¹⁴⁹

Como razões da situação do chá, Cabido aponta: carestia da mão-de-obra local; baixa produtividade por hectare (p.37); o seu fabrico quase idêntico por parte dos cultivadores; muitos agentes de venda (p.13); desonestidade de comerciantes (p.13); aposta errada de cultivadores em produtos de retorno imediato (p.16).

²¹⁴⁹Borges, Luís Manuel Agnelo, *O ananás de S. Miguel*, Tipografia do Correio dos Açores, 1953, Separata do Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores, p.5.

Como soluções, Aníbal Cabido aponta: o chá fabricado com uniformidade; continuada protecção; baixos salários; melhores sementeiras; melhores cuidados na cultura e no fabrico; mecanização e uniformização de processos (p. 16). Conclui o seu importante trabalho com uma nota de esperança no futuro: *“Não desanima, porém o industrial, pois há quem cuide de melhorar a produção e de combater os inimigos internos e externos que inconscientemente, quase sempre, trabalham pela ruína completa da indústria.”* (p. 37-38)

Decorridas mais quatro décadas de Aníbal Cabido, Amâncio Faria e Maia, um filho de um pioneiro do chá fazia um balanço antes da crise dos anos sessenta do século XX: *“A cultura não enriqueceu nenhum dos agricultores ou industriais que nela trabalharam. Deu-lhes um rendimento estável, apesar das crises periódicas e curtas euforias que estimularam esporádicos aumentos de áreas e produção, mas teve o grande mérito de melhorar terrenos pobres que presentemente são óptimos campos para qualquer cultura até 400 metros de altitude.”*²¹⁵⁰

E quanto às mulheres e crianças que apanharam, escolheram e fabricaram o chá ou os homens que o cavaram e o podaram? Como resposta, socorremo-nos da pergunta de Fátima Sequeira Dias, a cidadã social-democrata, tem uma perspectiva diametralmente oposta à de Cabido: *“Como explicar que, afinal, a “prosperidade” dos diversos ciclos económicos da agricultura nunca tivesse conseguido erradicar a pobreza estrutural da população açoriana?”* E da resposta que lhe deu: *“Quanto a nós, as raízes dessa mesma prosperidade têm tido origem na fraca remuneração do factor trabalho. Daí, a falsa prosperidade.”*²¹⁵¹

Depois desta viagem longa mas aliciente e deveras estimulante que propomos seja futuramente estudado? Desde logo que este trabalho no futuro poderia não só recuar mas avançar no estrito âmbito cronológico do tema: ou seja começar antes de 1873 (como foi o caso) e terminar depois de 1898 (como não foi o caso). Para quê? Com este afastamento temporal do objecto de estudo, seria talvez possível lograr uma melhor visão do chá na Ilha de São Miguel. Pelo que, dever-se-ia continuá-lo pela década de vinte do século XX até ao desaparecimento físico dos representantes activos da primeira Geração do chá: José Bensaúde, Francisco Bettencout, Francisco Faria e Maia e outros pioneiros. O que nos levaria, por conseguinte, a encostar-nos à linha de Historiadores como Eric Hobsbawn que

²¹⁵⁰ Maia, Amâncio Machado de Faria e, Histórico e económico da indústria do chá em S. Miguel, in Insulana, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1959, vol. XV, p. 428.

²¹⁵¹ Dias, Fátima Sequeira Dias, *Uma breve reflexão sobre a história dos Açores com particular incidência no exemplo micaelense*, in: Arquipélago. História. - Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2ª série, vol. 3 (1999), p. 481.

postularam sobre “*the long nineteenth century*” em obras tais como *The Age of Revolution: Europe 1789–1848* (1962); *The Age of Capital: 1848–1875* (1975); and, *The Age of Empire: 1875–1914* (1987). Todavia, tendo-o feito como ensaio/sondagem, confirmámos que parar em 1898 era (minimamente) suficiente e exequível para se perceber o tema proposto. No entanto, também vimos que, continuar a aprofundar o chá nas décadas seguintes à morte de José do Canto contribuiria para uma compreensão global da História do chá da Ilha.

Ou ainda, estudar mais as fábricas/oficinas de chá: Gorreana, Mafoma, Manuel Raposo, Seara, etc. E as áreas do seu cultivo e os seus cultivadores. Além do mais, seria útil, quanto antes, estudar, a fundo, as chamadas Granjas do Monte (Fenais da Ajuda), da Gorreana, do Lameiro, da Grotinha, do Pico da Pedra e do Pico do Refúgio. Seria igualmente importante obter mais dados concretos sobre as exportações de chá dos Açores. Era preciso pesquisar mais sobre salários e o trabalho das mulheres, raparigas, rapazes e homens que trabalharam no chá. Será necessário aprofundar mais o papel de Macau no chá.

Mas para tal, além das fontes tradicionais de conhecimento, é imperioso a consideração de novos instrumentos de pesquisa. Assim como urgiu à História dialogar com as demais ciências humanas, urge dialogar com as demais ciências. Qual o impacto que a chamada inteligência artificial, que evolui de dia para dia, trará proximamente à História? Haverá forma de um texto escrito numa língua ser simultaneamente lido em outra língua? Será que poderemos aceder a uma base de dados ampla e Universal? Será que poderemos usar em nosso proveito os algoritmos para a fase da pesquisa, tratamento de dados e hermenêutica?²¹⁵² Seja qual for a resposta ou o alcance dos instrumentos, o ofício/arte da História irá mudar.

Deste modo, para já, para aprofundar os conhecimentos do chá na Ilha de São Miguel e Açores, é necessário pesquisar sistematicamente publicações periódicas das Ilhas (Açores e Madeira), do País e internacionais. Para isso, urge implementar a leitura *Optical Character Recognition and Scanning* (OCR).²¹⁵³ Pouco ou nada poderá ser devidamente estudado, a partir do século XIX em diante, sem o recurso à consulta alargada e abrangente de periódicos. Periódicos diversos na opinião e na distribuição geográfica. Só assim se poderá tentar uma História mais próxima e justa.

²¹⁵² Aconselha-se a leitura de *Mentes Digitais: a ciência redefinindo a Humanidade*, de Arlindo Oliveira, 2017.

²¹⁵³ A rapidez com as tecnologias têm evoluído nos últimos anos, faz-nos temer que essa técnica se torne em breve obsoleta. Nota posterior à entrega da tese: Como já é. Também: J.P., *Mais de um milhão de registos online*, Correio dos Açores, 15 de Janeiro de 2019, p. 4.

Há, no entanto, existem já bons exemplos. Desde Abril de 2017, pode aceder-se deste modo ao Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores. A Biblioteca do Parlamento Nacional já dispõe desta ferramenta há alguns anos. Sabe-se, de modo informal (não há confirmação oficial), que os periódicos para a Casa da Autonomia estarão a ser digitalizados desta forma. Se assim for, parabéns a todos, já que (permita-se uma auto citação) o havíamos proposto em 2014, e se está a concretizar: “(...) *Pergunta-se por que razão não se digitaliza os periódicos de todas as Ilhas dos Açores? Com opção para pesquisa por palavra e temas.*”²¹⁵⁴

Isto porque, como dissemos: “(...) *com o acesso mais rápido à informação que interessa ao investigador, o investigador poderia fazer uma História diferente: Local, Nacional, Global. No caso da Região, faria a História de toda a Região e não apenas de uma Ilha da Região [ou, dentro da Ilha, de uma parcela da Ilha]. Poder-se-ia cruzar informação dos Açores e do país. De todas as latitudes. De periódicos de várias tendências. Acabar-se-iam as queixas (verdadeiras) de não se poder fazer a História de Portugal (incluindo os Açores e vice versa) porque sai caro vir aqui ou sair daqui. Eis o primeiro passo concertado entre a História Local, Nacional e Global.*”²¹⁵⁵

Consideramos, ainda, que há que proceder ao levantamento exaustivo, em diversas instituições, de títulos que possam ter existido e cotejá-los com os sobreviventes. Por exemplo, falta-nos o Jornal *O Civilizador*, de Gabriel de Almeida, que seria o contraponto ao Jornal *a Persuasão*, mais alinhado com José do Canto. No que toca à Ilha de São Miguel, faltam-nos números e desapareceram títulos fora da cidade de Ponta Delgada, pelo que, muitas vezes, temos uma opinião apenas focada em Ponta Delgada.

É urgente, em nosso entender, estabelecer um convénio ou outra forma de ligação institucional fácil entre a Região (Universidades, Governos) para acesso aos Arquivos de Macau. É fundamental para perceber os práticos que para a Ilha vieram em duas ocasiões distintas, as plantas, sementes, estacas e utensílios adquiridos em Macau. Ou mais informação acerca das fábricas de máquinas para o chá que para aqui vieram. Seria mutuamente vantajoso para Macau e para os Açores.²¹⁵⁶

²¹⁵⁴ Moura, Mário, *Nunes da Ponte no Brasil do meu sofá com capucino*, in *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 17 de Janeiro de 2014, p. 13; No Brasil: do meu sofá e chá verde, 16 de Janeiro de 2014, Recanto das Letras <http://www.recantodasletras.com.br/escrivania/publicacoes/index.php?pag=2>; e *Correio dos Açores*).

²¹⁵⁵ Idem.

²¹⁵⁶ Como se vê da leitura de Isaú Santos, *Fontes para a História de Macau existentes em Portugal e no Estrangeiro*, Instituto Cultural de Macau, 1999, estão bastante dispersas.

Ao invés de José Bensaúde, não encontrámos copiadores para José do Canto. Há, claramente, ainda muito a pesquisar nos Fundos, depositados nos Serviços Académicos da Universidade dos Açores ou nos Fundos, propriedade de descendentes de José do Canto e seus herdeiros. Falta quase tudo sobre a experiência do chá de Ernesto do Canto e José Jácome Correia, já que ambos tinham plantações de chá, em 1866, e encomendam jogos de aparelhos para manipulação e preparo do chá, em Janeiro de 1882. Falta tudo da experiência do Visconde Faria e Maia, sobre Luís Soares de Sousa e Silveira Estrela. Faltam séries da Alfândega de Ponta Delgada, dos portos de Lisboa, Porto e Ponta Delgada. Falta todo o espólio do Grémio da Lavoura ou parte do da SPAM. Porque interagiram, falta um estudo aprofundado das experiências do chá no Continente Português: Sintra, Sereníssima Casa de Bragança, Minho.

Para terminar, agradecemos à Universidade e aos Arquivos e Bibliotecas da Região e aos das Autarquias. Hoje é possível, nos Açores, elaborar um trabalho de História apoiado numa multiplicidade de documentos e orientado por sólidos trabalhos científicos. Algo que, há duas, três décadas atrás, seria impensável. Há igualmente uma ligação cada vez mais profícua, porque dialogante, entre investigadores e centros de investigação e uma sintonia entre arquivistas, documentalistas e bibliotecários e pesquisadores.

O que deixamos, agora, é um contributo e um tributo: contributo para o desvelamento da verdade do chá açoriano (e concomitante proposta de musealização) e um tributo a todos os que nos proporcionaram esta narrativa biográfica do chá (actores) e a todos os seus apreciadores.

Fontes & Bibliografia

1. Fontes Manuscritas

Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense (SPAM)

Actas da Assembleia-Geral, Liv. 1, 11 de Janeiro de 1843 a 16 de Janeiro de 1851, Liv. 2 de 27 de Fevereiro de 1851 a 31 de Janeiro de 1887, Liv. 3, de 18 de Novembro de 1887 a 10 de Janeiro de 1892.

Actas das sessões da Direcção, Liv. 4, de 25 de Fevereiro de 1843 a 25 de Julho de 1853, Liv. 6, de 4 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887, As contas da Direcção, Liv. 11, de 6 de Dezembro de 1873 a 18 de Maio de 1878, Liv. 12, de 1 de Janeiro de 1878 a 19 de Julho de 1879, As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, 1878-1901, 3 de Dezembro de 1898, liv. 13.

As contas da Direcção em Conta Corrente com a Sociedade, Liv. 13, de 1 de Janeiro de 1878 a 19 de Janeiro de 1901.

Registo de Correspondência, Liv. 23, de 21 de Setembro de 1860 a 20 de Abril de 1898.

Contas, Liv. 95, 1873., Liv. 98, 1875, Liv. 103, 1877, Liv. 106.

Catálogo da Livraria, Liv. 27, Borrão para o Catálogo da Biblioteca, Liv. 145, Regulamento do Gabinete de Leitura e Obrigações do Guarda do Gabinete de Leitura, Liv. 160.

José do Canto

BPARPD. José do Canto, Correspondência, Cx.2, Cx.4, Cx.6, Cx.7, Cx.8, Cx.9, Cx.14, Cx.15, Cx. 1467, Cx. Nova/1704, Cx.Nova/1705, Cx.Nova/1758, 1646.

PT/BPARPD, JC/A/

Ernesto do Canto

BPARPD. Ernesto do Canto, Correspondência, Cx.1, N.º 28, Cx.1, 46 RES, Cx. 2, Cx.4, N.º 1369, Cx.6. N.º 2076, N.º 1027.

Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro

BPARPD. Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, Carta de António Augusto Pacheco, Presidente da Comissão Executiva do Distrito de Ponta Delgada a Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, Ponta Delgada, 13 de Janeiro de 1881.

Pacheco de Castro

BPARPD. Vaz Pacheco de Castro, Carta de José do Canto a Emília Canto Vaz Castro, N.º.32.

Armando Cortes Rodrigues – Francisco Maria Supico

BPARPD. Armando Cortes Rodrigues, Correspondência, N.º 1239, 1996., 1240.

Alfândega de Ponta Delgada

BPARPD. Alfândega de Ponta Delgada, Liv. N.º 70, 1193; BPARPD/ACD/ALFPDL, Entrada e saída de mercadorias estrangeiras descarregadas, Alfândega de Ponta Delgada, 929

Junta Geral de Ponta Delgada

BPARPD. Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada, Actas, Liv. N.º 6, de 4 de Fevereiro de 1870 a 18 de Agosto de 1878, N.º 8, 28 de Novembro de 1879- a 28 de Novembro de 1881, Liv. N.º 9, 29 de Novembro de 1881 - a 15 de Julho de 1886, Liv. N.º 10, 1 de Novembro de 1886 - a 27 de Abril de 1892, Liv. N.º 11, 7 de Janeiro de 1896 - a 30 de Abril de 1897.

Administração do Concelho de Ponta Delgada

BPARPD. Tribunal da Comarca de Ponta Delgada, Inventário de José do Canto, Mç. 402, Processo N.º 26.

Tabelionato

BPARPD. Cartório Notarial de Ponta Delgada, liv.2475-2477.

Paroquiais

PT/BPARPD. Óbitos, Nossa Senhora da Conceição, Ribeira Grande, 1885-1889.

PT/BPARPD. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, Ribeira Grande, Registo de Óbitos, 1893.

Serviços de Documentação da Universidade dos Açores

Arquivo Brum da Silveira – José do Canto

UACSD. Arquivo Brum da Silveira – José do Canto

UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, [Fabrico do chá: Resumo semanal do Trabalho, N.º 7]

UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, /001/002, [Não tem número].

UACSD/FAM-AJB/Copiador de Correspondência Geral, n.º 8, 11 de Maio de 1891 a 29 de Dezembro de 1892.

UACSD. Arquivo Brum da Silveira – José do Canto/ Documentação não tratada / Cx. 6, Cx. 8, Cx. 12, Cx. 50, Cx. 93, Cx. 95, Cx. 96, Cx. 104, Cx. 153, Cx. 155, Cx. 156, Cx. 157, Cx. 168, Cx. 191, Cx. 192, Cx. 194, Cx. 212, Cx. 213, Cx. 220, Cx. 222, Cx. 224, Cx. 236, Cx. 238, Cx. 242, Cx. 244, Cx. 246, Cx. 259, Cx. 263, Cx. 274, Cx. 275, Cx. 277, Cx. 278, Cx. 285, Cx. 290, Cx. 292, Cx. 298, Cx. 301, Cx. 307, Cx. 605.

UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Lima, Manuel Pereira do Rego, “*Planta de Perfil Longitudinal relativa a propriedade no local da Caldeira Velha*”, de 18 de Março de 1908.

UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Cópia de Planta sem data do Pico Arde, cujo original foi levantado por Manuel Pereira do Rego Lima, [pós morte em 1916 de José do Canto Brum].

UACSD/FAM-ABS-JC/Documentação não tratada, Planta da Plantação de chá da Caldeira Velha [pós mortes em 1937 de Margarida Canto Hintze Ribeiro].

António Brum do Canto

UACSD. Arquivo Brum da Silveira - António Brum do Canto, Copiador de Correspondência, 9230.

Raposo do Amaral

UACSD/FAM-ARA/B/ACC/004/Lv.03, Lv. 5, Lv. 07, Lv. 8, Lv.18.

UACSD/FAM-ARA/Documentação não tratada.

UACSD/FAM-ARA/Documentação avulsa, TAB NOR.

UACSD/FAM-ARA/X/001/Lv.1, Contas da Direcção, SPAM, Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, 1 de Janeiro de 1898 a 14 de Fevereiro de 1912.

UACSD/FAM-ARA/X/, Arquivo Raposo do Amaral, livro de inscrição de sócios da SPAM, 1878-1905.

UACSD/FAM-ARA/C/ADP/010/lv. 05, 7 de Agosto de 1889, UACSD/FAM-ARA/D/DI/001/001/lv. 06,

UACSD/FAM-ARA/D/DI/001/001/lv. 18; UACSD/FAM-ARA/C/ADP/010/lv. 07, UACSD/FAM-ARA/Documentação avulsa/C-J

João de Simas

Cf. UASD/Ms-584, JS, José do CANTO, *Instruções para o inspector da oficina de chá da Caldeira Velha*, Ponta Delgada: [s. n.], 1892. – 4 p. 27 cm

Arquivo Kew Gardens - Londres

Cf. Identificador KADC6232, Directors” Correspondence 181/13, Royal Botanical Gardens, Kew: Royal Botanical Gardens, Kew: Carta de José Canto a Joseph Dalton Hooker, Açores, 28 de Março de 1878.

Cf. Identificador KADC6234, Directors” Correspondence 181/15, Royal Botanical Gardens, Kew: Archives, Carta de José Canto a Joseph Dalton Hooker, Açores, 29 de Janeiro de 1879.

Cf. Identificador KADC6235, Directors” Correspondence 181/16, Royal Botanical Gardens, Kew: Archives, Carta de José Canto a Joseph Dalton Hooker, Açores, 20 de Janeiro de 1881.

Centro do Conhecimento dos Açores

Centro de Conhecimento dos Açores, Paroquiais, São Paulo, Ribeira Quente, casamentos, 21 de Julho de 1877.

Casamentos, Conceição, Ribeira Grande, 1882, de João Borges Cordeiro com Dona Ana Filomena Batista, 19 Junho de 1882, fls. 5-5v http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/SMG-RG-CONCEICAO-C-1880-1889/SMG-RG-CONCEICAO-C-1880-1889_item1/P29.html

Casamentos, São Roque, Rosto de Cão, Ponta Delgada, 1894, fls. 3-3v.

http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/SMG-PD-SAOROQUE-C-1890-1899/SMG-PD-SAOROQUE-C-1890-1899_item1/P78.html

BPARPD, Óbitos, São Sebastião, Ponta Delgada, 22 de Agosto de 1900, fl. 24; http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/SMG-PD-SAOSEBASTIAO-O-1900-1911/SMG-PD-SAOSEBASTIAO-O-1900-1911_item1/P26.html

BPARPD, Óbitos, São Sebastião, Ponta Delgada, 22 de Agosto de 1900, fl. 24; http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/SMG-PD-SAOSEBASTIAO-O-1900-1911/SMG-PD-SAOSEBASTIAO-O-1900-1911_item1/P26.html

Arquivo Municipal da Ribeira Grande

AMRG, Livro de Acórdãos de 1856-1858.
AMRG, Livro de Acórdãos de 1882-1884.
AMRG, Livro de Acórdãos de 1892-1897.
AMRG, Requerimentos, R. 5, 1876-1879.
AMRG, Eleições, (SC) Registo de Recenseamento Eleitoral (1842-1940), 1895-97.
AMRG, Róis (SC), Róis Quaresmais (1791-1960), Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, Ribeira Grande, 1878.
AMRG, Róis (SC), Róis Quaresmais (1791-1960), Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, Ribeira Grande, 1893.
AMRG, Róis (SC), Róis Quaresmais (1791-1960), Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, Ribeira Grande, 1895.

Arquivos particulares

Família Hintze Ribeiro

Carta de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro a Artur Hintze Ribeiro, Ponta Delgada, 5 de Junho de 1877.
Carta de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro a Artur Hintze Ribeiro, Lisboa, 14 de Junho de 1878.
Carta de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro a Artur Hintze Ribeiro, Lisboa, 4 de Fevereiro de 1881.
Carta de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro a Artur Hintze Ribeiro, Lisboa, 29 de Fevereiro de 1881.
Carta de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro a Artur Hintze Ribeiro, Lisboa, 19 de Julho de 1884.
Carta de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro a Artur Hintze Ribeiro, Lisboa, 19 de Agosto de 1884.

Família Agnelo Borges

Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, 31 de Março de 1884.
Carta de José do Canto a Borges Cordeiro, carta de Ponta Delgada de 29 de Junho de 1891.
Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, Ponta Delgada, 15 de Dezembro de 1891.
Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, Ponta Delgada, 14 de Janeiro de 1892.
Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, Ponta Delgada, 21 de Janeiro de 1892.
Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, Ponta Delgada, 23 de Janeiro de 1892.
Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, Ponta Delgada, 25 de Janeiro de 1892.
Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, Ponta Delgada, 22 de Março de 1892.
Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, Ponta Delgada, 18 de Abril de 1892.
Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, Ponta Delgada, 19 de Abril de 1892.
Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, 4 de Março de 1893.
Carta de José do Canto a João Borges Cordeiro, Ponta Delgada, 2 de Janeiro de 1894.
[Passaporte passado pelo Governo Civil de Ponta Delgada e “Visto buono per andare in Italia”] passado a João Borges Cordeiro, 23 de Abril de 1906.

2. Fontes Impressas

ABRANCHES, Joaquim Cândido, *Álbum micalense*, Ponta Delgada, Typ. de Manoel Corrêa Botelho, 1869.
[s.n.] *Os Açores e o chá de S. Miguel, na Exposição Agrícola de Lisboa*, Diário de Lisboa, 31 de Maio de 1884.

ALBUQUERQUE, Caetano Andrade de, *Advertência Prévia*, in *O Agricultor Açoriano*, Ponta Delgada, 1894.

ALMADA, Conde de (D. Lourenço José Boaventura de Almada), Carta do Conde de Almada, Capitão-geral dos Açores, ao rei, 11 de Junho de 1801, Angra, Cf. Arquivo dos Açores, Vol. XIII, 1983, Ponta Delgada, pp. 515-516.

ALMEIDA, Gabriel, Breve Notícia sobre a Cultura da Planta do Chá, Ponta Delgada, 1883.

Idem, Gabriel, *Indústria Agrícola*, tipográfica e litográfica na Ilha de S. Miguel (Açores), Ponta Delgada, 1884.

Idem, Gabriel de, *Castilho na Ilha de São Miguel*, Ponta Delgada, Litografia dos Açores, 1886.

Idem, Gabriel, *Manual do Cultivador e Manipulador do Chá*, Ponta Delgada, 1892.

Idem, Gabriel de, Dicionário Histórico-Geográfico dos Açores, Tipografia Diário dos Açores, Ponta Delgada, [1893].

ALMEIDA, Rafael de, *O Chá, os Chins da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, suas crenças e costumes, o fumar o ópio, alegrias opiadas, o amor à sua pátria e a cega obediência às suas leis*, Ponta Delgada, Janeiro de 1879, in. A Persuasão, n.º 908, 11 de Junho de 1879, pp. 1-2.

AMARAL, José Duarte, *O Livro do Chá*, Temas e Debates, Lisboa, 2001.

AMARAL, Maria Regina A. De Carvalho, Maria Antónia P. Coelho de Freitas, *Introdução*, in Índice das Variedades Açorianas coligidas por José de Torres, Coleção Fontes para a História dos Açores, Direcção Regional da Cultura e Universidade dos Açores.

BALL, Samuel, An account of the cultivation and manufacture of tea in China derived from personal observation during an official residence in that country from 1804 to 1826... / by Samuel Ball. - London: Longman Brown Green and Longmans, 1848.

BANDEIRA, Sá da, *Diário da Guerra Civil (1826-1932)*, recolha, notas e posfácio de José Tengarrinha, vol. II, Coleção Seara Nova, Lisboa, 1976.

BEDDOÉS, Emalee, *The Art of Tea: Late Victorian Visual Culture and the Normalization of an International National Icon*, A thesis submitted to the University of Birmingham for the degree of Mphil(b), School of Art History, Film and Visual Studies College of Arts and Law University of Birmingham January 2014, pp. 38-54.

BETTENCOURT, António de Andrade Albuquerque, *Indústria pecuária na Ilha de S. Miguel (o que foi, é e pode ser)*, Lisboa, 1887.

BLUTEAU, Raphael, Vocabulário portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latino,- Coimbra: no Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. - 10 vol.

BONAVIA, Emanuel, *The cultivated oranges and lemons, etc. of India and Ceylon, with researches into their origin and the derivation of their names, and other useful information*. With and atlas of illustrations, London, W. H. Allen, 1888.

BROTERO, Felix Avellar (1744-1828), *Compendio de Botanica ou noções elementares desta sciencia segundo os melhores escritores modernos expostas na lingua portugueza*, Paris: Paulo Martin, 1788, Tomo Primeiro, pp. 362-427.

BULLAR, Joseph and Henry Bullar, *A winter in the Azores and a summer at the baths of the Furnas*, Vol.1, London, 1841.

http://purl.pt/17221/4/hg-18803-v/hg-18803-v_item4/hg-18803-v_PDF/hg-18803-v_PDF_24-C-R0150/hg-18803-v_0000_Obra%20Completa_t24-C-R0150.pdf

CABIDO, Aníbal Gomes Ferreira, *A Indústria do Chá nos Açores*, Coimbra, 1913.

[CABRAL, Guilherme Read?], *O Cultivador é...*, in *O Cultivador*, n.º 1, 15 de Janeiro de 1873, Ponta Delgada.

CALDEIRA, Carlos José, *Apontamentos de uma viagem de Lisboa à China e da China a Lisboa, Parte Segunda, Lisboa*, 1853.

CÂMARA, Morgado João de Arruda Botelho da, *Instituições Vinculares e Notas Genealógicas, Notas de Ernesto do Canto*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1995.

Câmara dos Pares, 31 de Agosto de 1842, p. 237;
Cf. <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cp2&diary=a1842m08d31-0237&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

Câmara dos Deputados, 14 de Fevereiro de 1856, p.296; Cf.
<http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1857m02d14-0296&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

Câmara dos Pares, 25 de Maio de 1880, p. 785;
<http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cp2&diary=a1880m05d25-0785&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

Câmara dos Deputados, 14 de Fevereiro de 1881, pp. 518-528;
<http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1881m02d14-0527&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>
Câmara dos Deputados, 21 de Fevereiro de 1881, pp.666-667;
<http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1881m02d21-0667&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

Câmara dos Deputados, 16 de Março de 1881, p. 1008;
<http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1881m03d16-1008&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>;

Câmara dos Senhores Deputados, 23.ª Legislatura, sessão 2, n.º 16, 25 de Janeiro de 1881, p. 253-55;
<http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1880m04d30-1777&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

Câmara dos Deputados, 26 de Janeiro de 1881, p. 152;
<http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1881m01d26-0255&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

Câmara dos Deputados, 1 de Fevereiro de 1881, pp. 332-333; Visto em 28 de Abril de 2015; p. 152;
<http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1881m02d01-0332&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

Câmara dos Deputados, 11 de Fevereiro de 1882, pp. 289-290;
<http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1882m02d11-0289&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

Câmara dos Deputados, 13 de Fevereiro de 1882, p. 308;
<http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1882m02d13-0308&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

Câmara dos Pares, 24 de Abril de 1883, pp. 264-265;
<http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cp2&diary=a1883m04d24-0265&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

Câmara dos Pares, 19 de Fevereiro de 1884, p. 101;
<http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cp2&diary=a1884m02d19-0101&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

Câmara dos Deputados, 25 de Julho de 1887, pp.2048-50;
<http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1887m07d25-2049&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

Câmara dos Deputados, 3 de Maio de 1889, pp. 523-524, 528;
<http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1889m05d03-0524&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

Câmara dos Deputados, 22 de Fevereiro de 1892, p.8;
<http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1892m02d22-0008&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

Câmara dos Deputados, 11 de Março de 1892,
p.15;<http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1892m03d11-0015&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

Câmara dos Deputados, 15 de Janeiro de 1897, p.26; Cf.
<http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1897m01d15-0026&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

Câmara dos Deputados, 8 de Julho de 1887, pp.1605-1606;
<http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1887m07d08-1606&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>
Câmara dos Deputados, 9 de Julho de 1887, p.1621;
<http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1887m07d09-1621&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

Câmara dos Deputados, 25 de Julho de 1887, pp.2048-50;
<http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1887m07d25-2049&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

Câmara dos Pares, 6 de Julho de 1888, pp. 1225-1230;
<http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cp2&diary=a1888m07d06-1226&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

Câmara dos Deputados, 19 de Dezembro de 1906, p.48; Cf.
<http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1906m12d19-0048&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=f>

CANTO, Ernesto, *Ananazes: proposta apresentada na palestra que teve lugar na sala da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense em 26 de Março de 1874*.

IDEM, Ernesto, *Bibliotheca Açoriana*, Tipografia Arquivo dos Açores, Ponta Delgada, 1890.

IDEM, *Auto-biografia*, in *O Heraldo*, Ponta Delgada, 26 de Agosto de 1900.

CANTO, José do, *Para que serve uma Sociedade d'Agricultura?*, *O Agricultor Michaelense*, Outubro de 1843.

[Canto, José], *Relatório Apresentado à Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense, pela sua Direcção, no dia 18 de Fevereiro de 1856*, Ponta Delgada, Typographia A. Das Letras Açoreanas, 1856.

IDEM, *Instruções para o Inspector da Oficina de chá da Caldeira Velha*. Informação Bibliográfica e Documental, vol. 5, Edições Universidade dos Açores, Ponta Delgada, Janeiro-Dezembro de 1982, fls. 5-12.

IDEM, José, *Relatório Sala das Sessões da Junta Geral de Ponta Delgada*, 29 de Novembro de 1880.

IDEM, José, [Conselhos sobre o chá a partir da sua experiência] BOLETIM OFICIAL DO Governo-geral DA PROVÍNCIA DE ANGOLA, Boletim Oficial do Governo-geral da Província de Angola. – N.º 29, (Sábado 22 Julho 1893). – p. 417-418.

CARTER, R. W., *Relatório de uma visita às plantações de chá de S. Miguel no verão de 1966* [trabalho dactilografado].

CASTILHO, António Feliciano de, *O Redactor: ao público, O Agricultor Michaelense*, n.º 1, Janeiro de 1848.

CASTILHO, Júlio, *O Arquipélago dos Açores*, Biblioteca do Povo, Lisboa, 1886.

IDEM, Júlio, *Memórias de Castilho por Júlio de Castilho*, 2.ª edição, Tomo V, Livro V, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.

Catálogo da Exposição Districtal de Artes e Indústrias de Ponta Delgada realizada em 18 de Maio de 1895, no edifício da Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense, Ponta Delgada, Tipografia Elzevieriana, 1895; *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 31 de Maio de 1895.

CASTRO, João Silvério Vaz Pacheco de, *Ensaio sobre a Cultura Preferível para substituir os cereais na Ilha de S. Miguel e os meios de a promover*, Ponta Delgada, 1840.

CHAGAS, Frei Diogo, *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, 1989.7

CORREIA, Aires Jácome, org, *José do Canto: Cartas particulares a José Jácome Correia e Conde Jácome Correia – 1841 a 1893*, 2.ª edição, ICPD, Ponta Delgada, 1999.

CORREIA, José Jácome, *Discurso pronunciado pelo Presidente da Sociedade da Agricultura Michaelense em 3 de Maio de 1843, dia em que se instaurou definitivamente a mencionada Sociedade, O Agricultor Michaelense*, 20 de Outubro de 1843.

CORTE REAL, José Alberto, 1832-1885, *O comércio e indústria do chá em Macau e a lei de 27 de Dezembro de 1870*, Macau: Typ. Mercantil, 1879.

CRUZ, Frei Gaspar da, *Tractado em que se contam muito por estenso as cousas da China, com suas particularidades, e assi do Reino dormuz composto por el R. Padre Frey Gaspar da Cruz da ordem de Sam Domingos. Dirigido ao muito poderoso Rey Dom Sebastiam Nosso Senhor*. Impresso com licença. 1569. Segunda edição, Lisboa na Typographia Rollandiana, 1829.

CRUZ, Frei Gaspar da, *Tractado em que se contam muito por extenso as cousas da China...* (1556). in Raphaella d'Íntino (Ed.) *Enformação das cousas da China. Textos do século XVI*, Lisboa, 1989.

DAVIDSON, James W., *The Island of Formosa, Past and Present. History, People, Resources, and Commercial Prospects. Tea, Camphor, Sugar, Gold, Coal, Suphur, Economical Plants, and Other Productions*, Mc Millan, London and New York, 1903, p. 373; <https://archive.org/stream/islandofformosap00davi#page/372/mode/2up/search/tea>, visto em 8 de Outubro de 2015

A Description and History of Vegetable substances, used in the Arts, and in Domestic Economy: Timber trees, Fruits, Illustrated with wood engravings, The Library of the entertaining knowledge, London, 1829. https://play.google.com/books/reader?id=R1RkAAAAMAAJ&printsec=frontcover&output=reader&hl=pt_BR&pg=GBS.PA1

Diário da Câmara dos Senhores Deputados, 23.ª Legislatura, sessão 1, n.º 84, 30 de Abril de 1880, p. 1777; <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cd&diary=a1880m04d30-1777&type=texto&q=ch%C3%A1&sm=p>

Estatutos da Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense, Ponta Delgada, Typographia na rua do Provedor, 1845.

Estatutos e Regulamento da Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense, Ponta Delgada, Typographia das Letras Açoreanas, 1856.

FRÓIS, P.e Luís, *História de Japam*, vol. V (1588-1593), edição anotada por José Wicki, S. J., Presidência do Conselho d Ministros, Secretaria de Estado da Cultura, Direcção-Geral do Património Cultural, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1984.

FORTUNE, Robert, *Three years" wanderings in the Northern provinces of China*, 2nd editionn, London, 1847.

FOUQUÉ, Ferdinand, *Viagens geológicas aos Açores, III: As Culturas na Ilha de S. Miguel – O Mundo Orgânico nos Açores* (continuação do n.º 12), in *O Cultivador*, 15 de Janeiro de 1874, Ponta Delgada.

Idem, Ferdinand, *Voyages Geologiques aux Açores, Extrait de la Revue dès deux mondes*, Livraison du 1.^a Janvier 1873, Paris, 1873.

FURTADO, Arruda, *Materiais para o estudo antropológico dos povos açorianos. Obsrvações sobre o povo micalense*, Ponta Delgada, 1884.

[Giovanni PietroMaffei] Ioannis Petri MaffeiBergomatis e SocietateIesuHistoriarumIndicarumLibri XVI. Selectarum item ex India Epistolarumeodem interprete Libri IV. Accessit IgnatiiLoiolaevita postremo recognita. Et in opera singulacopiosus index (Florentiae: apud Philippumlunctam. M D LXXXVIII [1588]), 1615, p. 236, in http://purl.pt/26198/4/567732_PDF/567732_PDF_24-C-R0150/567732_0000_1-958_t24-C-R0150.pdf

GOEZE, Edmond, *A Ilha de S. Miguel e o jardim Botânico de Coimbra*, 1867, Coimbra, Imprensa da Universidade.

IDEM, Edmond, *O chá, (extraído do Jornal de Horticultura Prática) in O Cultivador, Abril de 1876, Ponta Delgada.*

IDEM, *O Chá, Jornal de Horticultura Prática*, Porto: José Marques Loureiro, VII (1876).

IDEM, *O Chá Micaelense*, Almanaque Açores, 1928, Propriedade da Livraria Andrade, Angra do Heroísmo, 1927.

GOMES, Joaquim, "BREVES INSTRUCCOES SOBRE O CULTIVO DO CACAU, CHÁ E QUINA PARA A MISSOES DE TIMOR - Breves instruções sobre o cultivo do cacau, chá e quina para a missões de Timor. - Macau: Imp. na Typ. de Seminário, 1896.

GRIFFITH, William, *Report on the tea plant of Upper Assam*, 1840

HENDERSON, James, *A History of the Brazil comprising its Geography, Commerce, Colonization, Aboriginal Inhabitants*, London, 1821.

HOUSSAYE, J. G. - *Monographie du thé description botanique torréfaction composition chimique proprieties hygiéniques de cette feuille...* / Paris: Imprimerie de H. Fournier, 1843.

HUNT, Thomas Carew, *O Progresso Material de S. Miguel*, in *Almanak Rural dos Açores para 1853*, Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, 2.º ano, Ponta Delgada, 1853.

JANUÁRIO, Visconde de São, [As plantações de chá...], in *O Cultivador*, 15 de Agosto de 1874,Ponta Delgada.

LACERDA, João Cesário de, *As Ilhas Adjacentes*, Biblioteca do Povo e das Escolas, Editor David Corazi, 1886.

LOUDON, John Claudius, *The Suburban Horticulturist, or, An Attempt to Teach the Science and practice of the culture and management of the Kitchen, fruit, and forcing garden, to those who have had no previous knowledge or practice in these departments of gardening*, London, 1842.

MACEDO, Augusto Albano Xavier, *Breve estudo sobre o chá*, Tese inaugural apresentada e defendida perante a Escola Médico Cirúrgica de Lisboa, Julho de 1879, 3.^a Série Escola Médico Cirúrgica de Lisboa, Tipografia Nova Minerva, Lisboa, 1879.

Mémoires de la Société d'agriculture, sciences et arts du département de l'Aube Société d'Agriculture, des sciences, Arts et Belles-Lettres du Département de L'Aube, Tome XXII da la collection, année 1858, Troyes, France.

MITCHELL, George F., *Home-Grown Tea*, Washington: Government Printing Office, USA Department of Agriculture, Farmer's Bulletin 301, 1907, pp. 7-8

Cf. <https://mail.google.com/mail/u/0/#inbox/1503d45607133885?projector=1>, visto em 6 de Outubro de 2015

MONEY, Edward, *The Cultivation and manufacture of tea*, 4th edition, revised and supplemented by additional chapters, W. B. Whittingham, 1883.

Moniz, Cristóvão, *A Cultura do Chá na Ilha de S. Miguel*, Dissertação Inaugurável (?) apresentada ao Conselho Escolar do Instituto de Agronomia e Veterinária, Lisboa, Maio de 1888.

Idem, *A Cultura do Chá na Ilha de S. Miguel*, Administração do Portugal Agrícola, Lisboa, 1895.

MORAIS, Joaquim Manuel Araújo Correia de, *Apontamentos sobre a Cultura do Chá do Comércio ou demonstração autêntica de que esta importante cultura foi assassinada no Continente por um mágico abuso de confiança, ressurgindo no arquipélago dos Açores com as sementes que vieram do Brasil para a generalizar em todo o reino*, Lisboa, Tipografia de G. M. Martins, 1881.

IDEM, *Manual do Cultivador do chá do comércio, resumo dos apontamentos, que acerca de tão importante e fácil cultura, foram publicados no pretérito ano de 1881*, Lisboa 1882.

PEREIRA, Júlio Máximo, *Recordações dos Açores*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893. (Extraído do Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa, 12.^a série, n.ºs 7 e 8)

PINTO, Gonçalo Teixeira, *Memórias sobre as possessões portuguesas na Ásia escritas em 1823, e agora publicadas com breves aditamentos de Joaquim Heliodoro d Cunha Rivara*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1859.

NOGUEIRA, A.F., *Memória sobre a cultura e a preparação do chá*, Rio de Janeiro, 1845.

PIMENTEL, Alberto, *O Chá Português*, Apenas Livros Ld., Lisboa, 2.^a edição[s/d].

Publications Agricoles et Horticoles de la Société Impériale d'Agriculture, Sciences et Arts de Douai, Centrale du Departement du Nord, année 1854.

RHIND, William, *A history of the vegetable kingdom, embracing the physiology, classification, and culture of plants, with their various uses to man and the lower animals, and their application in the arts, manufactures, and domestic economy*, London, 1841.

RIBEIRO, José Silvério, *História dos Estabelecimentos Científicos*, Vol. 8, 1879.

ROUNDELL, Mrs. Charles, *A Visit to the Azores with a Chapter on Madeira*, London, Bickers & Son, 1889.

SACRAMENTO, Leandro do, *Memória económica sobre a preparação do chá*, Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1825.

Idem, Memória económica sobre a preparação do chá - [Nova ed.]. - Ponta Delgada: Typ. Popular, 1879.

SANTOS, Luiz Gonçalves dos, *Memória para servir a História do reino do Brazil, divididas em três épocas da Felicidade, Honra e Glória*, Tomo 1, Lisboa, 1825.

SILVA, Armando da – *As culturas industriaes nos Açores*. O economista portuguez (12.Fev.1905).

SILVA, Emídio da, S. Miguel em 1893, Cousas e Pessoas, Cartas reproduzidas do Diário de Notícias de Lisboa, Ponta Delgada, Biblioteca da Autonomia dos Açores.

SIMMONDS, P.L., *The Commercial Products of The Vegetable Kingdom, considered in their various uses to man in their relation to The Arts and Manufactures; Forming a Practical Treatise & Handbook of Reference for The Colonist, Manufacturer, Merchant, and Consumer, Cultivation, Preparation for Shipment, and Commercial value, & c. of the Various substances obtained from Trees and Plants, entering into the husbandry of Tropical and Sub-Tropical Region*, & C., London, 1854.

VALIGNANO, Alexandro, Historia del principio y progreso de la Compañía de Jesúsen las Indiasorientales (1542-64), Roma InstitutemHistoricum, 1944, in <https://archive.org/stream/historiadelprinc00vali#page/146/mode/2up>, Visto em 11 de Setembro de 2015

WALKER, Walter Frederick, *The Azores: or the western Islands, a political, comercial and geographical account*, Trubner & CO., London, 1886.

WALLACE, Peter, *The Gardens and Orange-grounds of St. Michael's in the Azores. Its climate and Peculiarities*, Journal of Horticultural Society, London, n.º 1, 3rd Serie, 1852.

WATSON, HEWETT C., *Notes of a BOTANICAL TOUR in the WESTERN AZORES*, Esq. dated, November, 1842., in Hooker - Journal of botany, v. 2 - http://archive.bsbi.org.uk/Journal_of_Botany_1843.pdf

WEBSTER, John White - *A description of the island of St. Michael comprising an account of its geological structure, with remarks on the other Azores or the Western Islands*, Boston, 1821. https://play.google.com/books/reader?id=oZw4AAAAAAAJ&printsec=frontcover&output=reader&hl=pt_BR&pg=GBS.PA

WILSON, K. C., M. N. Clifford, *Tea: Cultivation to Consumption*, Springer – Science, Business Media, B.V, 1992; https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=ZwTsCAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR12&dq=tea+introduction+in+africa&ots=_nsODswQZr&sig=7A1NaUj-LKiVW0vZcmhQl1_Ulkc&redir_esc=y#v=onepage&q=tea%20introduction%20in%20africa&f=false, Visto em 20 de Outubro de 2015

WALLIS-TAYLER, Alexander James, *Tea Machinery, and Tea Factories*, London, 1900.

2.1 Periódicos

O Açor, Horta, 1889-1893.

O Açoriano Oriental, Ponta Delgada, 1835.

A Actualidade, Ponta Delgada, 1896-1926.

O Agricultor Açoriano, Ponta Delgada, 1894 - 1895.

O Agricultor Michaelense, Ponta Delgada, 1843 - 1850.

Almanak Rural dos Açores, Ponta Delgada, 1851-1875.

Archivo dos Açores. Ponta Delgada: [Typ. do Archivo dos Açores], 1878-, 15 vols., Ponta Delgada, Tipografia Arquivo dos Açores, 1882.

Autonomia dos Açores, Ponta Delgada, 1893-1897.

Boletim da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, Ponta Delgada, 1881-1883.

Comércio e Navegação, Estatística Especial, ano de 1898, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899.

Comércio e Navegação, Estatística Especial, ano de 1900, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901, p. XCVII;
 Comércio e Navegação, Estatística Especial, ano de 1900, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901.
O Conciliador do Maranhão, Brasil, Sábado 1 de Julho, 1822.
 In <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=749524&pesq=ch%C3%A1>
O Cultivador, Ponta Delgada, 1873-1876.
 O Dezanove de Dezembro, Paraná, Brasil, Sábado, 10 de Junho de 1854, 24 de Junho de 1854, 13 de Janeiro de 1855
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=171425&pesq=ch%C3%A1>
Diário dos Açores, Ponta Delgada, 1870.
Diário de Anúncios, Ponta Delgada, 1885-1895.
Diário do Comércio, Lisboa, Janeiro de 1878.
Diário de Notícias, Fall River e New Bedford, 18 de Agosto de 1925
Diário Ilustrado, Lisboa, sexta-feira, 4 de Dezembro de 1891.
A Estrela Oriental, Ribeira Grande, 1869-1919.
 Gardener's Chronicle, 1874
 Gazeta do Rio de Janeiro, Paraná, Brasil, Quarta-feira, 15 de Fevereiro de 1815, n.º 13.
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=749664&pesq=ch%C3%A1>;
 Gazeta do Rio de Janeiro, Paraná, Brasil, Quarta-feira, 25 de Outubro de 1815, n.º 85.
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=749664&pesq=ch%C3%A1>; visto em 30 de Novembro de 2015
Gazeta do Rio de Janeiro, Paraná, Brasil, Quarta-feira, 13 de Janeiro de 1819, n.º 85.
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=749664&pesq=ch%C3%A1>
Gazeta do Rio de Janeiro, Paraná, Brasil, Quarta-feira, 10 de Fevereiro de 1819, n.º 85.
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=749664&pesq=ch%C3%A1>
Gazeta do Rio de Janeiro, Paraná, Brasil, Quarta-feira, 12 de Janeiro de 1820, n.º 4.
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=749664&pesq=ch%C3%A1>
Jornal Idade de Ouro do Brasil, terça-feira, 9 de Maio de 1815, n.º 37.
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=749940&pesq=ch%C3%A1>
Idade de Ouro do Brasil, terça-feira, 10 de Outubro de 1815, n.º 81.
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=749940&pesq=ch%C3%A1>
Idade de Ouro do Brasil, sexta-feira, 12 de Março de 1819, n.º 21.
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=749940&pesq=ch%C3%A1>
A Ideia Nova, Angra do Heroísmo, 1876-1878.
Jornal da Praia, Praia da Vitória, 1982.
A Liberdade, Vila Franca do Campo, 1878-1914.
The New York Times, Nova Iorque, 27 de Julho de 1879.
O Novo Micros, Ponta Delgada, 1896-1897.
A Persuasão, Ponta Delgada, 1862-1911.
O Preto No Branco, Ponta Delgada, 1896-1899.
A República Federal, Ponta Delgada, 1883-1888.
The Sidney Morning Herald, 29 de Julho de 1873.
http://debates.parlamento.pt/mc/cd/shpg_cd.asp
A Vara da Justiça, Ponta Delgada, 1891-1898.
O Vigilante, Lagoa, 1905-1905.

3. Fontes Orais

Entrevista a Luís Manuel Agnelo Borges, Ponta Delgada, 11 de Maio de 2016 (n. 22 de Agosto de 1927)

4. Bibliografia

ALBERGARIA, Eduardo Soares, *Soares de Albergaria das Ilhas de Santa Maria e São Miguel*, Prefácio de Augusto de Ataíde, Dislivro, 2009.

IDEM, *Machado de Faria e Maya*, Letras Lavadas, Ponta Delgada, 2013.

ALBERGARIA, Isabel, *Uma Cultura exótica nos Açores: o chá de São Miguel* [s.d] [no prelo]

IDEM, *Jardins Históricos de São Miguel*, in III Simpósio Internacional, 28 de Fevereiro – 7 de Março de 2015, Açores.

Almeida, Luís Ferrand de, *Aclimação de plantas do oriente no Brasil durante os séculos XVII e XVIII*, in Revista Portuguesa de História, 15 (1975).

IDEM, *Páginas dispersas: estudos de História Moderna de Portugal, Aclimação de plantas do oriente no Brasil*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1995, pp. 59-129.

ALMEIDA, Onésimo Teotónio de, *José do Canto: cartas de Paris e Londres*, Açores, Europa, Instituto Açoriano de Cultura, 2010, pp. 127-133.

IDEM, *O Século dos prodígios*, Quetzal, Lisboa, 2018.

ANDRADE, António, *Cartas do Tibete*, Livros de Bordo, 2.^a edição, 2018.

ANDRADE, Manuel Jacinto, *Jornais Centenários dos Açores*, gabinete do Subsecretário Regional da Comunicação Social, 1994.

ATAÍDE, Augusto, *Percurso Solitário*, Bertrand Editora, 2006; Ataíde, Maria da Graça, *Uma vida qualquer: Portos, temporal e âncoras*, vol. II, Editora Pax, Braga, 1986; Botelho, Visconde, *Um Açoriano no Mundo (Memórias Políticas)*, vol. 1, Edição Livraria Mondis, Ponta Delgada, 1977.

ATAÍDE, Maria da Graça, *Uma vida qualquer: Quando o tempo era rio*, vol. I, Editora Pax, Braga, 1981.

ARRUDA, Luís, *Descobrimento Científico dos Açores: Do povoamento ao início da Erupção dos Capelinhos*, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 2014.

BETHENCOURT, Francisco, *Competição entre Impérios Europeus, História da Expansão Portuguesa*, vol. II. Do Índico ao Atlântico (1570-1697), 1997, Direcção: Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri.

BERGREEN, Laurence, *Marco Polo: From Venice do Xanadu*, Vintage Books, New York, 2008.

BARRETT, Briant, *Relato da minha viagem aos Açores: 1812-1814*, Letras lavadas, 2017.

BORGES, Luís Manuel Agnelo, *O ananás de S. Miguel*, Tipografia do Correio dos Açores, 1953, Separata do Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores.

BORGES, Pedro Maurício, *O desenho do território e a construção da paisagem na Ilha de S. Miguel, Açores, na segunda metade do século XIX, através de um dos seus protagonistas*, Tese de Doutoramento, Arquitectura (Especialidade de Teoria e História da Arquitectura), Universidade de Coimbra, 2 vols., Coimbra, 2007, pp. 4-5, 7, 29.
in https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/5917/2/Volume1_II.pdf

Braga, Teófilo e Raimundo Quintal, *Jardim Botânico José do Canto: 100 árvores*, The Book Hut, Lisboa, 2018.

BRAUDEL, Fernand, *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, xve-xviii^e siècle*, Paris, Armand Colin, 1979, volume 1.

BROTHER Anthony of Taizé, Hong Kyeong-He, Steve D. Owyong, *Korean Tea Classics*, Seoul, 2010.

C. MAIR, VICTOR H., Erling Hoh, *The true History of tea, Appendix C. A genealogy of words for tea*, Thames & Hudson, London, 2009.

CARTAS endereçadas a Francisco Maria Supico, Registo de Inventário, Museu Carlos Machado - Casa Armando Cortes Rodrigues [Incorporado na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada].

CARVALHO, Joaquim, *Compleição do patriotismo Português*, Coimbra, Atlântida, 1953.

CATÁLOGO do *Epistolário Familiar: Arquivo Brum da Silveira* - José do Canto e Catálogo do Arquivo António do Canto Brum, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1999.

CATÁLOGO: *A Escrita da História dos Açores: Mostra Documental e Bibliográfica*, Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, 2009.

CÉSAR, Luísa, Carlos Cordeiro, *I Centenário da Autonomia dos Açores (1895-1995), Exposição bibliográfica organizada pela Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada*, Ponta Delgada, 1995.

COCLANIS, Peter A., Drag Nach Osten Bernard Bailyn, the World Island, and the idea of Atlantic History, in *Journal of World History*, vol. 13, n.º 1, University of Hawaii's Press, 2002, pp. 169-182.

COOPER, Michael, *The Early Europeans and Tea*, in Paul Varley and Kumakura Isao, eds., *Tea in Japan: Essays on the History of Chanoyu*, Honolulu: University of Hawaii Press, 1989.

CORDEIRO, Carlos, *Insularidade e Continentalidade. Os Açores e as contradições da Regeneração (1851-1870)*, Minerva História, Coimbra, 1992.

IDEM, Dr. José Pereira Botelho, in Centro do Conhecimento dos Açores, Enciclopédia Açoriana, <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=103>

CORREIA, Manuel de Melo, *os Hintzes, algumas notas genealógicas sobre um ramo desta família passado a Portugal no século XVIII*, Lisboa, 1964.

COSTA, Francisco Carreiro da, [José do Canto: discurso no 48.º aniversário da sua morte], [Dactilografado, sem título nem autor] Furnas, 10 Julho de 1946.

IDEM, *O chá nos Açores*, Dactiloescrito, Palestra no Emissor Regional dos Açores, 3 de Novembro de 1950.

IDEM, Chá ou Café, Dactiloescrito, Palestra no Emissor Regional dos Açores, 21 de Outubro de 1960.

IDEM, Francisco Carreiro da, *Chá*, in *Dicionário de História de Portugal*, Joel Serrão, vol. II, Porto, 1963-1971.

IDEM, Francisco Carreiro da, *Esboço Histórico dos Açores*, Instituto Universitário dos Açores, Ponta Delgada, 1978.

COSTA, João Paulo (coordenador), José Damião Rodrigues, Pedro Aires Oliveira, *História da Expansão e do Império Português*, Esfera dos Livros, 2014.

COSTA, Ricardo Madruga da, *Os Açores em finais do regime de Capitania-Geral: 1800-1820*, vol. I, Núcleo Cultural da Horta, 2005.

COSTA, Susana Goulart, *Açores. Nove Ilhas, Uma História*, Universidade da Califórnia, Berkeley, 2008.

CRUZ, Frei Gaspar da, *Tratado das Coisas da China (Évora, 1569-1570)*, Introdução, modernização do texto e notas de Rui Manuel Loureiro, Biblioteca Editores Independentes, Lisboa, 2010, p.164, in Manuel Gama, A visão do chinês e do índio no século XVI: um arco cultural, COLÓQUIO: Fernão Mendes Pinto e a projecção de Portugal no mundo, Visto em 12 de Outubro de 2015: [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/28436/4/Col%C3%B3quio.%20FMPinto-COMUNICA%C3%87%C3%83O.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/28436/4/Col%C3%B3quio%20FMPinto-COMUNICA%C3%87%C3%83O.pdf).

CUNHA, João Teles e, *Chá – A socialização da bebida em Portugal: séculos XVI-XVIII*, in Aquém e Além da Tropabana, Estudos Luso-Orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard, Edição organizada por Luís Filipe F. R. Thomaz, Centro de Estudos de Além-Mar, Lisboa, 2002.

Idem, *A Via do Chá – Cultura Material e Artefactos do Oriente ao Ocidente (séculos III a XVIII)*, in O Chá da China: Uma colecção Particular, Exposição, Centro Científico e Cultural de Macau, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2005.

Idem, *O Chá: uma História do Oriente ao Ocidente*, in Oriente, Revista da Fundação Oriente, 2012.

DAVIDSON, James W, *The Island of Formosa (...)*, Mc Millan, London and New York, 1903.

DELBOURGO, James and Nicholas Dew, *Science and empire in the Atlantic World*, New York: Routledge, 2008.

DEUSS, J. J. B, *La culture et la fabrication du thé*, Journal d'Agriculture Tropicale et de Botanique appliquée, 1958, vol. 5.

Cf. http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/jatba_0021-7662_1958_num_5_4_2464, p. 229

DIAMOND, Jared, *Armas, germes e aço*, Temas e Debates, Difel, Lisboa, 2015.

DIAS, Fátima Sequeira, *Uma estratégia de sucesso numa economia periférica. A Casa Bensaúde e os Açores: 1800-1873*, Jornal de Cultura, Ponta Delgada, 1996.

Idem, *A Importância da Economia da Laranja no Arquipélago dos Açores durante o século XIX*, Arquipélago-História, 2.^a série, vol. I, n.º 2, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1995.

Idem, *Uma breve reflexão sobre a história dos Açores com particular incidência no exemplo micalense*, in: Arquipélago. História. - Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2.^a série, vol. 3 (1999).

Idem, *Ernesto do Canto: um homem rico*, in Arquipélago, História. - Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2.^a série, vol. 4 (1) (2000), p. 27-54.

Idem, *Em defesa dos interesses empresariais desde 1835*, Associação Comercial de Ponta Delgada. Ponta Delgada, 2002.

Idem, *Caetano de Andrade Albuquerque Bettencourt*, p. 377, coordenação Maria Filomena Mónica, in Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910) vol. I (A-C), 2004, Colecção Parlamento.

Idem, *A crise da laranja e a afirmação dos projectos agro-industriais, na Ilha de S. Miguel. A fábrica de chá de José Bensaúde: da fundação à extinção (1891-1961)*, p. 243, [Trabalho apresentado no I Congresso Internacional do Chá, Casa dos Açores do Norte, Porto, 2006.

Idem, *Indiferentes à diferença: os judeus dos Açores nos séculos XIX e XX*, 2007, Ponta Delgada.

Idem, *A economia ao sabor das circunstâncias. Produções, agentes e intercâmbios*, p. 46, in *História dos Açores: Do descobrimento ao século XX*, Direcção Científica, Artur Teodoro de Matos, Avelino de Meneses, José Guilherme Reis Leite, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, vol. II, 2008.

Idem, *As Alfândegas nos Açores: séculos XIX e XX*, (também na enciclopédia Açoriana), in Os Açores na História de Portugal séculos XIX-XX, 2008.

Idem, *Companhia Exportadora Micaelense, entre a imitação e a inovação. Dirigir, contar e vender (1872-1881)*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, ARQUIPÉLAGO, HISTÓRIA, 2.^a série, XIII (2009).

Idem, *Manuel José Ribeiro: o pai de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro*, in Hintze Ribeiro (1849-1907) Da Regeneração ao crepúsculo da Monarquia, Actas do Colóquio evocativo do 1.º Centenário da sua morte, Angra do Heroísmo, 2010, pp. 209-265.

DIAS, José Maria Teixeira, *Todos os Santos: uma casa de Assistência Jesuíta em São Miguel*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1997.

DIAS, Urbano de Mendonça, *Literatos dos Açores*, 1931.

DOBBIN, Christine, *Asian entrepreneurial minorities: conjoint communities in the making of the world-economy, 1575-1940*, Curzon Press, 1996.

DOMINGOS, Ângela, *Monarcas, Ministros e Cientistas. Mecanismos de Poder, governação e informação no Brasil Colonial*, CHAM, Lisboa, 2012.

EAGLEMAN, David, *O Cérebro: à descoberta de quem somos*, de Lua de Papel, Alfragide, 2015.

ENES, Carlos, *Fotografia nos Açores: dos primórdios ao terceiro quartel do século XX*, 2011.

FERGUSON, Niall, *Redes, Hierarquias e a Luta pelo Poder Global*, Temas e Debates, Círculo de Leitores, Lisboa, 2018.

FERNANDES, J. Gabriel B., *História de Macau*, Lisboa, Tipografia Universal, 1883, cf. BPARPD, JC.PP, Miscelânea 234

FERREIRA, Manuel, Victor Hugo Forjaz, *O Vulcão das Furnas: Encantos e Temores*, Nova Gráfica, Ponta Delgada, 2009, P. 170.

FEVEREIRO (?), António Francisco Costa, *Em São Miguel (1769-1839): a arquitetura e os jardins dos estrangeiros*, in Revista *Culturaçores de Cultura*, N.º 7, Julho de 2017, DRC, pp. 97-103.

FIGUEIREDO, Fernando Augusto de, *Timor. A Presença Portuguesa (1769-1945)*, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2004.

FIGUEIREDO, Fernando, *Os Vectores da Economia*, in *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, Direcção de A. H. Oliveira Marques, Macau e Timor. Do Antigo Regime à República 3.º Volume, pp. 95-296.

FREITAS, Maribela, *Histórias de jardim*, in Revista do Expresso, Lisboa, 2 de Novembro de 2018, pp. 48-53.
FORJAZ, Forjaz, Jorge, António Ornelas Mendes, *Genealogias da Ilha Terceira*, vol. 8.º Dislivro Histórico, 2007.

FUCHS, Jeff, *A antiga rota do chá e dos cavalos: viagens com os últimos muleteiros dos Himalaias*, Livros de Bordo, Portimão, 2014 (Edição inglesa de 2010).

GHAEMI, Nassir, *A Mente louca dos grandes líderes*, de, Matéria Prima Edições, Lisboa, 2012.

GRACINDO, Ina, *Viagem ao Mundo de Chá Tao Te Cha*, Casa da Palavra, Rio de Janeiro, 2013 <https://books.google.pt/books?id=qUsMAAAAQBAJ&pg=PT103&dq=Raphael+Bottado+de+Almeida&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwjCl5Sip6fjAhVM6xoKHanxDgcQ6AEIjAB#v=onepage&q=Raphael%20Bottado%20de%20Almeida&f=false>

GRUZINSKI, Serge, *Passar as fronteiras: Actas do II Colóquio Internacional sobre Mediadores Culturais séculos XV a XVIII* (Lagos - Outubro 1997).

IDEM, *A Águia e o Dragão: Portugueses e Espanhóis na Globalização do século XVI*, Edições 70, Lisboa, 2015.

HAAN, Binne de, Hans Renders (edited by), *Theoretical Discussions of Biography*, Netherlands, 2013.

HASIMOTO, M, *The origin of the tea plant*. Queensland Journal of Agricultural and Animal Science. 1985, 19, 1:40-43, cf. <http://www.o-cha.net/english/conference2/pdf/2001/files/proc/j05.pdf>, visto em 29 de Setembro de 2015.

<http://darwinbeagle.blogspot.pt/2011/09/25th-september-1838.html>

HESPANHA, António Manuel, *Filhos da Terra: identidades mestiças nos confins da expansão Portuguesa*, Tinta da China, Lisboa, 2019.

HEISS, Mary Lou, Robert J. Heiss, *The Story of Tea: A Cultural History and Drinking Guide*, 10 Speed Press, Berkeley, 2007.

HINDERAKER, Eric, *Elusive Empires Constructing Colonialism in the Ohio Valley, 1673–1800*, University of Utah, 1997.

HOBHOUSE, Henry, *Seeds of Change: six plants that transformed mankind*, London, The Folio Society, 2007.

HOFFENBERG, Peter H., *An Empire on Display: English, Indian, and Australian Exhibitions from the Crystal Palace to the Great War*, London, 2001.

<https://books.google.pt/books?id=ejEwvWvGwVUC&pg=PA115&lpg=PA115&dq=jackson%27s+tea+machines+england&source=bl&ots=fu8nb6Grtf&sig=sHly75HPyOTXUD-RnCZY-nl4rc8&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwiT2-3ricPMAhXIShQKHcvLCs0Q6AEIVTAE#v=onepage&q=jackson%27s+tea%20machines%20england&f=false>

Indo-China Geographical Handbook, Geographical Handbook Series, Naval Intelligence Division, Kegan Paul International, USA, Canada, 2006, p. 300.

Inventário da Correspondência de José do Canto existente na sua Livraria, Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada, Ponta Delgada, 1998.

ISIDRO, Elsa, Nuno Oliveira e Pedro Sousa, *The tea at the Park of Pena*, in Proceedings in Dali, International Camellia Congress, Dali, Yunnan, China, 20 de Junho de 2016, pp. 106-115.

JOÃO, Maria Isabel, *Os Açores no século XIX: Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Edições Cosmos, Lisboa, 1991.

LACERDA, Francisco Gavicho de, Assuntos coloniais, *A Cultura do Chá feita pelos portugueses na Zambézia*, Lisboa, 1948.

LANGHANS, F. P. de Almeida (coordenador), *Ofícios antigos subsistentes nas Ilhas dos Açores: Ilha de S. Miguel*, vol. XVI, 1990.

LAVÔR, João Conrado Niemeyer de, *Histórico do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1983.

LIBERATO, Maria Cândida, *O Chazeiro. Sistemática e Distribuição Geográfica*, in Oriente, Revista da Fundação Oriente, 2012.

LEITE, José Guilherme Reis, *Administração, Sociedade e Economia dos Açores, 1766-1793*, in Arquivo Açoriano, Enciclopédia das Ilhas dos Açores, Vol. 16, 1972.

IDEM, José Guilherme Reis Leite, *Introdução: A Historiografia açoriana na 1.ª metade do século XIX*, in DRUMOND, Francisco Ferreira, *Apontamentos topográficos, políticos, civis e eclesiásticos para a história das nove Ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1990. – XXIV, pp. VIII-XII.

IDEM, José Guilherme Reis, Os regressados do Brasil como factor de mudança social no Açores na 2.^a metade do século XIX, in Arquipélago História, Revista da Universidade dos Açores, 2.^a série, 2005-2006, Vols. IX-X.

IDEM, *José Jácome Correia*, in Centro do Conhecimento dos Açores, Enciclopédia Açoriana, <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=2123>

IDEM, *Francisco Machado de Faria e Maia (1.º Visconde de Faria e Maia)*, in Centro do Conhecimento dos Açores, Enciclopédia Açoriana, <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=8028>

IDEM, José Guilherme Reis, *Nicolau António Borges de Bettencourt*, in Centro do Conhecimento dos Açores, Enciclopédia Açoriana, <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=6468>

LOPES, Maria Antónia, *D. Fernando II: Um Rei avesso à política*, Temas e Debates, Círculo dos Leitores, Lisboa, 2016.

LOPES, António, *A Maçonaria Portuguesa e os Açores: 1792-1935*, Ensaios, 2008.

LOPES, Maria de Jesus dos Mártires, *Goa Setecentista: Tradição e Modernidade (1750-1800)*, 2.^a edição, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1999.

LOUREIRO, Augusto, *José do Canto III*, in *A Actualidade*, Ponta Delgada, 27 de Novembro de 1898.

LOUREIRO, Rui, "Introdução" a *Tratado dos Embaixadores Japões*, Padre Luís Fróis, Editorial do Ministério da Educação, 1993.

MAÇÃS, Bruno, *O Despertar da Eurásia. Em busca da nova ordem mundial*, Temas e Debates, Círculo dos Leitores, Lisboa, 2018.

MACFARLANE, Alan and Iris Macfarlane, *Green Gold: The Empire of Tea*, Random House Books, London, 2003.

<https://books.google.pt/books?id=4SCZJFFf6ZsC&pg=PT295&dq=Macfarlane,+Alan+and+Iris+Macfarlane,+Green+Gold:+The+Empire+of+Tea,+Random+House+Books,+London,&hl=ptPT&sa=X&ved=0ahUKEwiBIYKrpcPMAhXEuRoKHS2jDTcQ6AEIGzAA#v=onepage&q=jackson&f=false>

MACHADO, Joaquim, *O Município de Ponta Delgada nos primórdios da Autonomia (1896-1910)*, Gráfica Açoreana, Ponta Delgada, 2007.

MACHADO, Maria Margarida de Mendonça Dias Vaz do Rego, *Produções Agrícolas. Abastecimento. Conflitos de poder São Miguel, 1766-1806*, Jornal de Cultura, Coleção História, 1994.

Idem, *A Agricultura micaelense nos finais do Antigo Regime. Em torno das instruções de D. Rodrigo Souza Coutinho para o Conde de Almada*, in *Ler História, Açores: peças para um mosaico*, 31, 1996.

Idem, *Uma Fortuna do Antigo Regime: a casa comercial de Nicolau Maria Raposo do Amaral*, Patrimonia Historica, Cascais, 2005.

Idem, *Clube Micaelense: 150 Anos de História*, Ponta Delgada, 2007.

Idem, *A Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense: a intervenção associativa das elites sociais no mundo económico das Ilhas*, [s.d: depois de 2007].

Idem, *The Culture of the tea in São Miguel island as a connection bridge to the east*, in *actas do 1.º international interdisciplinary conference on Macao studies: intelectual exchanges between east and west*, 2009, no prelo.

Idem, A cultura do chá na Ilha de S. Miguel como ponte de ligação ao Oriente, in actas do 1.º Conferência internacional Interdisciplinar em Estudos de Macau: Trocas intelectuais entre Oriente e Ocidente, 2009.

Idem, *Tabaco e escravos nos Impérios Ibéricos*, Centro de História daquém e de Além-Mar, Lisboa, 2015.

Idem, *O Chá Raposo d'Amaral: contributo para o estudo do chá em S. Miguel*, in *Percursos da História: Estudos in Memoriam de Fátima Sequeira Dias*, 2016.

Idem, *Ponta Delgada e Funchal: entre o contrato do tabaco e a luta pela sua abolição*, in Açores e Madeira: Percursos de Memória e Identidade, Misericórdia das Velas, 2017.

MC NEILL, William H., *The global condition: conquerors, catastrophes, and community*, Princeton University Press, 1992.

MADEIRA, Sara, *Produzir chá á moda antiga é receita de sucesso da fábrica Gorreana*, Diário dos Açores, Ponta Delgada, 22 de Outubro de 2008.

MAIA, Amâncio Machado de Faria e, *Esboço Histórico da Indústria Agrícola do chá em S. Miguel*, Insulana, vol. XV, ICPD, 1959, pp. 427-428.

MAIA, Francisco de Ataíde Machado de Faria e, *Novas Páginas da História Micaelense. 1832-1895 (Subsídios para a História de S. Miguel)*, Ponta Delgada, 1947.

Idem, Subsídios para a História de S. Miguel. Capitães dos Donatários (1439-1766), Tipografia Insular. Ponta Delgada, (1949).

Idem, *Subsídios para a História de S. Miguel e Terceira. Capitães-Generais: 1766-1831*, 2.ª edição, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1988.

MAIA, Guilherme Machado de Faria e Maia, *Sociedade da Agricultura Micaelense*, in *O Cultivador*, n.º 1, 15 de Janeiro de 1873, Ponta Delgada, p. 104.

MARQUES, A.H. de Oliveira, *História de Portugal*, Lisboa, Palas Editores, 1984, vol. I, p. 377-379; vol. II.

MARR, Andrew, *História do Mundo*, vol. III, Expresso, 2016

MARTINS, Ana Maria Almeida, Cartas II (1881-1891), *Obras Completas: Antero de Quental*, Universidade dos Açores, Editorial Comunicação, 1989.

MARTINS, Rui de Sousa, *Artes e Ofícios, Exposições Industriais, Projectos Museológicos e Desenvolvimento no Arquipélago dos Açores*, in *I Simpósio Artes e Ofícios dos Açores*, 2000.

MATOS, Artur Teodoro de, Prefácio, *História dos Açores: Do descobrimento ao século XX*, Vol. I, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 2008.

MEDEIROS, Maria Margarida Martins Franco de Medeiros, *O Governo Civil de Ponta Delgada na década de 1880, A sua acção política, social e económica*, Universidade dos Açores, Tese de Mestrado em História Insular e do Atlântico, Séculos XV-XX, Ponta Delgada, 2014.

MEIRELES, Victor de Lima, São Paulo da Ribeira Quente, Casamentos (1833-1900), Instituto Cultural de Ponta Delgada, Separata da Insulana, Ponta Delgada, 2001.

MELO, Duarte Melo *et alt.*, Catálogo da Exposição “Chá em S. Miguel. Cultura e Vivências”, Museu Carlos Machado, 21 de Abril a 22 de Julho de 2012.

MELLO, Jorge, [et al.], Arquivo Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro: Reflexões sobre o tratamento arquivístico em curso nota de abertura Direcção da BPARPD; [Ponta Delgada]: Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, 2010.

MELO, Pedro Pascoal de, *A locomóvel da antiga fábrica de chá da Mafoma: Uma máquina a vapor na indústria micaelense do dealbar do século XX*, in Insulana, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2008.

IDEM, *Breve História d Cultura do Chá na Ilha de São Miguel, Açores*, Oriente, Revista da Fundação Oriente, 2012.

IDEM, *José Pacheco Toste e a Photographia Central*, in Açoriano Oriental, 13 de Novembro de 2013.

MENDES FERRÃO, José E., *A Aventura das Plantas e os Descobrimentos portugueses*, Lisboa, IICT/CNCDP, Fundação Berardo, 1992.

MENDONÇA, Luís e José Ávila, *Emigração Açoriana (séculos XVIII a XX)*, Lisboa, 2002.

MENEZES, Avelino de Freitas, et. al., *As Reformas Pombalinas nos Açores à luz do ideário político do século XVIII*, in “As Sociedades Insulares no Contexto das interinfluências Culturais do século XVIII, SRTC, Região Autónoma da Madeira, 1994.

Idem, *Estudos de História dos Açores*, vol. I, Colecção História, Jornal de Cultura, Ponta Delgada, 1994.

Idem, *Estudos de História dos Açores, Vol. II, As Ilhas na problemática do século XVIII*, Jornal de Cultura, Ponta Delgada, 1995.

Idem, *Antigamente era assim! Ensaio de História dos Açores*, Publiçor, Ponta Delgada, 2011.

MIRANDA, Sacuntala, *O Ciclo da Laranja e os “gentlemen farmers” da Ilha de S. Miguel, 1780-1880*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Ponta Delgada, 1989.

MIRANDA, Sacuntala, *Quando os sinos tocavam rebate: notícia dos alevantes de 1869 na Ilha de S. Miguel*, Salamandra, 1999.

Idem, *A Emigração Portuguesa e o Atlântico, 1870-1930*, Salamandra, 1999.

MITCHELL, George F., *Home-Grown Tea*, Washington: Government Printing Office, USA Department of Agriculture, Farmer’s Bulletin 301, 1907.

MÓNICA, Maria Filomena, *Fontes Pereira de Melo*, Colecção Parlamento, 1999.

Idem, *Os Cantos: a tragédia de uma família Açoriana*, Aletheia, Lisboa, 2010.

IDEM, *Apresentação*, in *Análise Social*, Vol. XXXVI de 2001, N.º 160, pp. 603-606.

IDEM, *Fernando Aires de Medeiros Sousa, José do Canto: Subsídios para a História Micaelense, 1820-1898*, in *Análise Social*, Vol. XXXVI de 2001, N.º 160, pp. 969-973

MONIZ, Ana Isabel, *As indústrias Açorianas*, Jornal da Cultura, Ponta Delgada, 1995, pp. 18 - 25.

MONTEIRO, Manuel Gonçalves, *A Influência de alguns produtos na economia nacional, Livro do Primeiro Congresso Açoreano*, de 8 a 15 de Maio de 1938, Jornal da Cultura, 2.ª edição, 1995.

MORAIS, Wenceslau, *O culto do Chá*, Padrões Culturais Editora, 2007, Lisboa.

MOTA, António Augusto Riley da, Riley, Carlos Guilherme (pref.) *O Dr. Botelho e o seu tempo*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2.ª edição, 1995.

MOURA, Carlos Francisco, *Colonos chineses no Brasil no reinado de D. João VI: Miscelânea de História Luso-Chinesa, Parte 1*, In: Boletim do Instituto Luís de Camões, Verão 1973. - V.7 n.2, p. 185-191

IDEM, *Chineses e chá no Brasil no início do século XIX*, Real Gabinete Português de Leitura, 2012

MOURA, Margarida Isabel Velho Melo Cabral Reis, *Contributos para o estudo da Biblioteca particular de José do Canto*, Universidade dos Açores, Dissertação apresentada à Universidade dos Açores para obtenção do grau de Mestre em Tradução, Ponta Delgada, 2015.

MOURA, Mário, *A Freira do Arcano: que modelo Interpretativo?* Ribeira Grande, 2000

IDEM, *Seis tempos do chá nos Açores: da espontaneidade ao balanço de 1913 (proposta de arrumo cronológico)*, in Insulana, n.º LXVIII, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2012.

Idem, *Receios, aspirações, sucessos e insucessos do chá micaelense: década de trinta do século XX a 2013 (subsídio para a questão)*, Universidade dos Açores, Departamento de História Filosofia e Ciências Sociais, Curso de Doutoramento de História do Atlântico, Seminário de História dos Açores, 2013.

Idem, *O Agricultor Michaelense da Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense e a promoção da economia agrária em meados do século XIX (subsídio para o seu estudo)*, Doutoramento em História do Atlântico, Seminário de História de Portugal, Universidade dos Açores, Janeiro de 2013.

Idem, *Espaços de transformação da folha de chá nos Açores: Fábrica, oficina, oficina de manipulação ou casa?* pp. 33-44, in Chá dos Açores, coordenação Virgílio Vieira, 2016.

MURATA, Christine-Moll, *Chinese Guilds from the Seventeenth to the Twentieth Centuries: An Overview*, (2008), Supplement, pp. 213–214; <https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/S0020859008003672>.

NEPOMUCENO, Rosa, *O Jardim de D. João, Casa da Palavra*, Rio de Janeiro, 2.ª edição, 2008.
<https://books.google.pt/books?id=rBaDCA5sheEC&pg=PA120&lpg=PA120&dq=Raphael+Bottado+de+Almeida&source=bl&ots=eSx-xwZ78d&sig=m5qAXWiqWngrKhNWT0Sgs8XIQzc&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwiWvNa8oafjAhXJXR0KHdSPA98Q6AEIJTAB#v=onepage&q=Raphael%20Bottado%20de%20Almeida&f=false>

NOGUEIRA, J V Paula, Açores: *Ilhas de S. Miguel e Terceira, I A Ilha de S. Miguel*, in Diário dos Açores, Ponta Delgada, 13 de Janeiro de 1894.

NUNES, Maria de Fátima, imprensa periódica científica (1772-1852), *Leituras de Sciencia em Portugal*, 2, ColeçãoThesis, estar Editora, Lisboa, 2001.

OKAKURA, Kakuzo, *The Book of tea*, 2015.

OLIVEIRA, João Carlos, *Sociedade e Quotidiano*, In História dos Portugueses no Extremo Oriente, Direcção de A. H. Oliveira Marques, Macau e Timor. Do Antigo Regime à República 3.º Volume, pp. 315-480.

PAES, Luis Edmundo, “Frei Leandro do Sacramento”, #1778-1.7.1829, In *Rodriguesia*, ano XXXV, n.º 57, 1983, pp. 100-102
http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/per144398/per144398_1983_035_057.pdf

Pataca, Ermelinda Moutinho, *Coleta, transporte e aclimação das plantas no império luso-brasileiro (1722-1822)*, in Museologia & interdisciplinaridade, 2016
Pedreira, Jorge Miguel Viana, *Estrutura industrial e mercado colonial. Portugal e Brasil (1780-1830)*, Memória e Sociedade, Difel, Linda-a-Velha, 1994.

IDEM, D. João VI, Reis de Portugal, Círculo dos Leitores, Lisboa, 2006.

PEREIRA, Ana Cristina Moscatel e Hermano Teodoro, *Arquivo Municipal da Ribeira Grande: Guia de Fundos Históricos*, coordenação Mário Moura, Câmara Municipal da Ribeira Grande, 2005.

PEREIRA, António Santos, Ribeira Grande (S. Miguel – Açores) no século XVI: Vereações (155-1578), Câmara Municipal da Ribeira Grande, 2006.

PEREIRA, Miriam Halpern, *Entre Agronomia e Agronomia*, in Ernesto do Canto: Retratos do Homem e do Tempo, Actas do Colóquio, Ponta Delgada, 2003.

PEREIRA, Nuno Álvares, “Comendador José Caetano Dias do Canto e Medeiros (1786-1858). Apontamentos biográficos” In *Diário de Viagem*. Ponta Delgada, 1978, Instituto Cultural de Ponta Delgada: V-XXI.

PIMENTEL, Manuel Cândido, João José do Amaral, in Centro do Conhecimento dos Açores, Enciclopédia Açoriana, <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=3591>

PRAKASH, Om, Trade in a Cultural Hostile Environment: Europeans in the Japan Trade, 1550-1700, in European Commercial Expansion in Early Modern Asia, An Expanding World, vol. 10, edited by Om Prakash, Variorum, 1997.

PUCHNER, Martin, *O Mundo da Escrita. O poder das histórias que formaram os povos e as civilizações*, Temas e Debates, Círculo Leitores, Lisboa, 2018.

RADICH, Maria Carlos, *Agronomia no Portugal Oitocentista: Uma discreta desordem*, Celta, Oeiras, 1996.

RAFAEL, Gina Guedes e Manuela Santos, *Jornais e revistas Portuguesas no século XIX*, vol. I, Biblioteca Nacional, Lisboa, 2001.

RAMINELLI, Ronald, Viagens Ultramarinas: Monarcas, vassalos e governo à distância, São Paulo, 2008.

RAMOS, Plínio, *O Chá: ligeiras notas sobre a sua cultura e beneficiamento*, Minas Gerais, 1929.

RAMOS, Rui (coordenador), Bernardo Vasconcelos e Sousa, Nuno Gonçalo Monteiro, *História de Portugal*, A Esfera dos Livros, Lisboa, 5.ª edição, 2010.

RIBEIRO, António Hintze, *Do chá dos Açores*, in *Livro do Congresso Açoriano*, que se reuniu em Lisboa de 8 a 15 de Maio de 1938, 2.ª edição, Jornal de Cultura, Ponta Delgada, 1995.

RIBEIRO, José Silvério, *História dos Estabelecimentos Científicos*, Vol. 8, 1879.

RILEY, Carlos, “Um Passeio pelos Cantos da Ilha: correspondência de uma família oitocentista micaelense”, in *Catálogo do Epistolário Familiar do Arquivo Brum da Silveira – José do Canto e Catálogo do Arquivo António do Canto Brum*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1999.

IDEM, *José do Canto: um gentleman farmer açoriano*, in *Análise Social* Instituto de Ciências Sociais, 2001.

IDEM, “Na Botica da História”, in *Índices das Escavações de Francisco Maria Supico*, José Manuel Motta de Sousa, vol. IV, ICPD, 2001, p. XVI).

IDEM, *Os Antigos Modernos. o Liberalismo nos Açores: uma abordagem geracional*, Dissertação de Doutoramento, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2006.

IDEM, [O ARQUIVO DA SOCIEDADE PROMOTORA DA AGRICULTURA MICAELENSE] 25 de Novembro de 2010, Japan Week, 20- 25 de Novembro de 2010, *VIAGEM COM CHÁ - DO JAPÃO E ORIENTE AOS AÇORES*, Confraria Atlântica do Chá e Museu Nacional Soares dos Reis [Manuscrito].

IDEM, *José Caetano Dias do Canto*, in Centro do Conhecimento dos Açores, Enciclopédia Açoriana, <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=1275>

RODRIGUES, Henrique Aguiar O., *Thomas Hickling: subsídios para uma biografia. Em anexo: Diário de Catherine Green Hickling, Diário de Caroline Pomeroy, Cartas de Thomas Hickling Júnior à irmã*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2010.

IDEM, António Feliciano de Castilho, Centro do Conhecimento dos Açores, <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx?id=1504>

RODRIGUES, João Bernardo Oliveira, palavras Prévias, in Livro Quarto das Saudades da Terra, Vol. I, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1977.

RODRIGUES, João, *João Rodrigues's account of sixteenth-century Japan*, edited by Michael Cooper, *The Hakluyt Society, London, 2001*, pp. 272-274. Cooper, Michael, *The Early Europeans and Tea*, pp. 118, 120, 131 in <https://books.google.pt/books?id=O8MjO6U62xgC&pg=PA33&lpg=PA33&dq=Varley+and+Kumakura+Tea+in+Japan&source=bl&ots=lubGfPui99&sig=kv3MfhDEqT7PQEAeewyG0x9X27E&hl=pt-BR&sa=X&ved=0CD0Q6AEwBGoVChMItdqolNnkxwIVC9YUCh1QfAJU#v=onepage&q&f=false>, visto 7 de Setembro de 2015

RODRIGUES, José Damião, *As Elites Locais nos Açores em finais do Antigo Regime*, in Arquipélago História, Universidade dos Açores, vols. IX-X, 2005-2006.

RODRIGUES, Henrique de Aguiar Oliveira, *Notas Históricas, II, A Cultura do Chá*, pp. 183-186, Ponta Delgada, Edição do Autor, 2017.

RODRIGUES, Rodrigo, *Notícia Biográfica do Dr. Gaspar Frutuoso*, in Livro Primeiro das Saudades da Terra, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1984.

IDEM, *Genealogias de São Miguel e Santa Maria*, vol. 5.º, Dislivro Histórica, 2008.

RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar, *A Geografia Eleitoral dos Açores de 1852 a 1884*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1985.

ROSA, Paulo, *Chá uma bebida da China*, Património Natural dos Açores, Mirandela, Viseu, 2004.

ROSE, Sarah, *For All The Tea in China: espionage, empire and the secret formula for the world's favourite drink*, Arrow Books, London, 2010.

RUSSELL-WOOD, A.J.R, *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*, Difel, Lisboa, 1998.

SANTOS Júnior, João Júlio Gomes dos, *O Conde de Paço D'Arcos: Um diplomata, um militar, um político, no início da República brasileira*, ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

SEN SOSHITSU XV, *The Japanese way of tea: from its origins in China to Sen Rikyu*, University of Hawaii Press, 1998.

SILVA, Hélder Lains e, *Estudos sobre a cultura do chá em Moçambique*, Ministério do Ultramar, Junta de Investigações do Ultramar, Estudos, Ensaio e Documentos, XXII, Lisboa, 1956.

SILVA, Susana Serpa, *Aspectos da vida social e cultural micalense*, in Arquipélago, História, 2.ª série, Vol. V, Revista da Universidade dos Açores, in *Memorium Ernesto do Canto*, 2000.

Idem, *Criminalidade e Justiça na Comarca de Ponta Delgada: Uma abordagem com base nos processos penais 1830-1841*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003.

SIMAS, João de, *A Livraria de José do Canto*, in Insulana, vol. II, n.º 1, Ponta Delgada, 1946.

SOUSA, José Manuel Mota de - *A economia Micalense da 1ª metade do séc. XIX e a acção da Sociedade Promotora da Agricultura Micalense* [Texto policopiado: subsídios para o estudo de uma época.

Coimbra: J.M.M. Sousa, 1960. 82 f. Tese de licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

SOUSA, Nestor, *Os «Canto» nos Jardins Paisagísticos da Ilha de S. Miguel*, Arquipélago - História, 2.^a série, IV, n.º 1, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000.

SOUSA, Fernando Aires, *José do Canto vivo*, in Arquipélago, Revista da Universidade dos Açores, Série Ciências Humanas, N. III, Janeiro de 1981

IDEM, José do Canto, *Subsídios para a História Micaelense (1820-1898)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982.

IDEM, *José do Canto, o homem de cultura e o mecenas da sua Ilha*, Conferência de 7 de Julho de 1998, in José do Canto no Centenário da sua Morte, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2000.

SOUSA, Paulo Silveira e, *As elites insulares*, in *História dos Açores*, vol. I, Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

STANDAGE, Tom, *A History of the World in six glasses*, Bloosbury, New York, 2006.

SUPICO, Francisco Maria, *As Escavações*, vols. I, II, III, ICPD, 1995.

TAVARES, Maria da Conceição da Silva, *Viagens e diálogos epistolares na construção científica do mundo atlântico. Albert I do Mónaco (1848-1922), Afonso Chaves (1857-1926) e a Meteorologia nos Açores*, Dissertação orientada pela Doutora Ana Simões, MESTRADO EM HISTÓRIA E FILOSOFIA DAS CIÊNCIAS, UNIVERSIDADE DE LISBOA, FACULDADE DE CIÊNCIAS, SECÇÃO AUTÓNOMA DE HISTÓRIA E FILOSOFIA DAS CIÊNCIAS, 2007.

TELO, António José, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Edição Cosmos, Lisboa, 1994.

THOMAZ, Luís Filipe F R, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Memória e Sociedade, Difel, 1998.

TORRES, José de, Silva, in Inocêncio Francisco da, *Diccionario bibliographico portuguez estudos de Innocêncio Francisco Da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil*, 1860.

VIVEIROS, Teresa, *Fábrica de Chá Visconde Faria e Maia (Quinta do Tanque): apontamentos sobre a Indústria, o lugar e as memórias*, in *Chá dos Açores*, 2016.

UKERS, Willian Harrison, *All about Tea*, volumes, I e II, New York , The tea and coffee Journal Trade Company, USA, 1935

WU Juenong, *An illustrated modern reader of The Classic of tea*, (tradução: Tony Blishen), 2017.

ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (direcção, coordenação e compilação), *Nobreza de Portugal*, vol. III, Lisboa, 1961.

UNIVERSIDADE DOS AÇORES
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Rua da Mãe de Deus
9500-321 Ponta Delgada
Açores, Portugal

